UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS MILITARES ROMANAS

PAULO DA NAZARÉ MARQUES DOS SANTOS

Orientadores: Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Doutor João Manuel Filipe de Gouveia Monteiro, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Antiga

2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS MILITARES ROMANAS

PAULO DA NAZARÉ MARQUES DOS SANTOS

Orientadores: Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Doutor João Manuel Filipe de Gouveia Monteiro, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Antiga

Júri:
Presidente: Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, Professor Associado com Agregação e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Vogais:
Doutor José Luís Lopes Brandão, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1.º Arguente)
Doutor José Manuel Henriques Varandas, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2.º Arguente)
Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Vogal)
Doutor Nuno Manuel Simões Rodrigues, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal)
Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Vogal)
Doutor João Manuel Filipe Gouveia Monteiro, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coorientador)

Secretária do Conselho Pedagógico:
Dra. Julieta Lupambo

2025

«[…] Se considerarmos o sistema militar dos Romanos, haverá que reconhecer que a posse de um grande Império lhes foi legada como prémio pela sua coragem e não como um mero fator de sorte ou azar. Porque este povo não espera pelo início da guerra para praticar com armas, nem tão-pouco aguarda ociosamente em tempo de paz para se exercitar apenas em tempo de necessidade, mas, pelo contrário, parece ter nascido com armas nas mãos: nunca há repousos no seu treino nem se espera que surjam emergências. As suas manobras não diferem, absolutamente nada, da verdadeira guerra pela quantidade de energia empregada, pois todos os dias cada soldado se exercita na guerra com a maior intensidade possível. Esta é a razão pela qual o impacto da guerra pouco os afeta. Não há confusão que derrube as suas formações habituais, nem se sentem paralisados pelo medo ou exaustos pela fadiga. Daí que a vitória sobre inimigos que não tiveram nenhuma destas experiências seja segura e certa. Não é errado, de modo algum, descrever os seus exercícios como batalhas sem sangue, e as suas batalhas como exercícios sangrentos. […]»

Flávio Josefo - *A Guerra dos Judeus*, 3.6.

«[…] O facto de a batalha ser um espetáculo horrível, obriga-nos a encarar a guerra com seriedade, mas não serve de desculpa para gradualmente embotarmos a nossa espada, em nome do humanitarismo. Mais tarde ou mais cedo alguém virá com uma espada mais afiada e cortar-nos-á os braços. […]»

Carl von Clausewitz - *Da Guerra*, 4.11.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta tese contribuíram de forma decisiva três pessoas às quais tenho de agradecer, de forma particular, pela disponibilidade, pelo incentivo e pela generosidade paciente com que acompanharam o desenvolvimento deste longo trabalho.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Professor Doutor Amílcar Guerra pela sua disponibilidade em me orientar neste trabalho tendo sido sempre um orientador extremamente conciliador e afável, atento às questões metodológicas e aos detalhes da boa redação. Tenho também a agradecer-lhe o dinamismo da sua orientação, tendo-se mostrado disponível para aceitar que eu me aventurasse a explorar novos caminhos temáticos que foram surgindo como elementos de análise que poderiam melhor esclarecer as questões que pretendi focar. Desde a problemática fisiológica dos condicionalismos da resposta motora, aos processos motivacionais de perfil psicossomático que acompanham homens em guerra, até à exploração do que classifiquei como fatores meta-táticos, o Professor Doutor Amílcar Guerra sempre demonstrou abertura a estas diferentes abordagens desde que estas fossem realizadas com todo o rigor e enquadramento científico.

Para gáudio meu na realização desta tese, o mesmo carácter de afabilidade e rigor pude experimentar na minha relação de orientando com o Professor Doutor João Gouveia Monteiro, que coorientou este trabalho, e que, aliás, já bem conhecia por me ter guiado na realização da minha tese de mestrado. Sendo, sem dúvida, um dos maiores historiadores militares da atualidade, a sua colaboração nesta tese era imprescindível, pois um dos objetivos neste trabalho compreendia uma aturada problematização de várias complexas temáticas militares de carácter técnico e tático. No plano de trabalho pretendi, desde logo, reavaliar com uma nova reflexão crítica inúmeras conceções estratégicas e táticas ligadas com a dinâmica bélica da legião romana, que são tradicionalmente aceites e estão há muito consagradas pela historiografia marcial da Antiguidade. Para tanto, o Professor Doutor João Gouveia Monteiro era o interlocutor e orientador ideal para a realização deste desiderato, estando não só por dentro dos mais ínfimos detalhes das problemáticas abordadas, como possuía o discernimento para poder avaliar a coerência da argumentação proposta, apesar desta se confrontar muitas vezes com a dificuldade de desmontar ideias feitas e

universalmente aceites. Ficarei eternamente grato pela sua disponibilidade em orientar este trabalho, pela forma rápida e dinâmica como sempre o fez, apesar dos seus muitos afazeres, pelo rigor científico que sempre pautou os seus comentários e até mesmo pelo apelo a uma certa moderação no meu entusiasmo quanto às implicações de algumas das minhas novas propostas de análise. A sua avaliação crítica contribuiu passo a passo para os possíveis méritos deste trabalho, numa convivência saudável que se prolongou por anos e onde sempre encontrei, não só incentivo na sua persecução, como oportunas referências no seu respaldo bibliográfico.

Tenho também de agradecer, com muito carinho, à minha companheira Raquel Cunha Ferreira que, desde o início deste longo périplo, sempre me incentivou na sua realização e se mostrou disponível para me auxiliar na concretização logística deste trabalho, quer na escolha das ilustrações, quer na realização dos esquemas e tabelas, quer na inserção prática e revisão dos milhares de notas de rodapé que lhe servem de suporte. O seu frequente contacto com as temáticas abordadas, acabou mesmo por salientar ainda mais o interesse que já possuía pela cultura clássica, tendo-se tornado uma interlocutora relevante em muitas das matérias que problematizei nesta tese, fazendo assim com que me fosse possível debater com propriedade alguns dos meus pontos de vista, embora, por vezes, se tenha demonstrado receosa com as consequências de algumas das minhas abordagens.

Alguns outros nomes deverão ser aqui mencionados pelo auxílio que me forneceram em determinadas fases do trabalho, quer pelo mero incentivo, quer até mesmo por me terem ajudado na compreensão de matérias do seu âmbito profissional, como foi o caso do Dr. Pedro Dias Coelho nas questões ligadas com a metalurgia, a motricidade humana, o gesto técnico e as consequências psicossomáticas dos indivíduos expostos ao esforço da guerra.

Agradeço também ao Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas pelo incentivo na fase inicial desta tese, após várias conversas que resultariam numa ajuda na definição do que se viria a tornar o meu plano de trabalho.

Aproveito ainda o ensejo para demonstrar o meu reconhecimento a:

Maria Leonor Cruz Pontes

Nuno Luz de Almeida

Maria da Conceição Duarte

Filipa Machado

Ana Galrão

RESUMO

Esta tese pretende ser uma análise crítica das origens e dos processos de estabilização dos paradigmas militares do exército romano, procurando articular o seu desenvolvimento com os múltiplos contextos bélicos, políticos e socioeconómicos que moldaram o seu aparecimento.

Identificámos cinco grandes paradigmas, embora consideremos que o núcleo fundamental da análise do seu desenvolvimento bélico deva, pelo peso histórico que lhe conferiu, ser lido sempre a partir do dinamismo de maior aproximação ou rejeição do idiossincrático modelo da grande legião manipular. É, pois, possível caracterizar na evolução sistémica multisecular do exército romano diferentes períodos, como:

A) Um período inicial em que se pode identificar uma assimilação do modelo da falange de perfil greco-etrusco; surge durante o período monárquico e primeira fase da República.

B) Aparecimento do dinâmico modelo tático da legião manipular; surge durante a República e adquire estabilidade após a primeira metade do século III a.C.

C) A profissionalização do exército e o aparecimento da legião coortal que privilegia a dinâmica centurial; surge após a reforma de Gaio Mário em 106 a.C. e durante o Alto Império.

D) O aparecimento do grande sistema proto estático dos delimitadores (*limitaneii*); surge com o imperador Diocleciano durante a fase inicial do Baixo-Império.

E) O aparecimento do sistema palatino-comitatense onde se dá o abandono definitivo do modelo da grande legião e o incremento da cavalaria com a perda da coesão tática da infantaria pesada, gerando uma sistemática inconsistência estrutural nas grandes formações que, a partir de então, se organizam numa mera justaposição de vexilações e destacamentos; surge com o imperador Constantino durante a fase final do Baixo-Império.

Para auxiliar nesta nossa análise crítica de longa duração recorremos, sempre que possível, a processos interpretativos que procuraram respaldar-se em elementos estatísticos, surgidos amiúde ao longo deste trabalho sob a forma de quadros e tabelas, pois o Estado da

Arte sobre a temática chegou a uma tal efetividade de contributos que permite uma tal abordagem cronológica e quantitativa.

Embora, para fundamentar os processos interpretativos, o historiador tenha sempre que recorrer ainda a formulações explicativas de índole pessoal, o contributo trazido pela estatística pode, e deve, sustentar uma abordagem com bastante maior rigor e objetividade. A inclusão na abordagem histórica de elementos com expressão numérica que afirmam determinadas realidades práticas, próprias da guerra, como o cômputo de batalhas num determinado período, bem como o número de vitórias e derrotas, a tipologia dos seus adversários, os quantitativos de efetivos implicados, a frequência dos confrontos, os locais onde se deram, trazem à colação a perspetiva de se formular uma interpretação histórica mais fundamentada e segura. Seria naturalmente impossível retirar todas as consequências dos inúmeros elementos estatísticos compendiados nesta tese, pois antes de mais, estes cumpriram o objetivo de nos fornecer referências para a caracterização da atividade do exército romano que pretendíamos focar, mas estamos convencidos que, a disponibilização destes dados numa estrutura sistemática em forma de quadros cronológicos precisos, poderá vir a auxiliar à realização de futuros trabalhos sobre esta temática. Foi mesmo, em determinadas matérias, este respaldo estatístico que nos permitiu, pela surpresa dos seus elementos, a ousadia para defender determinadas interpretações explicativas que sabemos irem ao arrepio de algumas formulações historiográficas consagradas e universalmente aceites. Sem espaço ou necessidade de fazer aqui um elenco sistemático destas, salientaríamos, no entanto, a complexa análise crítica ao que comumente tem sido aceite como a orgânica de combate e modo de funcionamento tático da legião manipular. Sendo este o paradigma fundamental da estrutura militar romana, tão idiossincrático e original que jamais pôde ser emulado por outra qualquer realidade marcial na antiguidade, procurámos demonstrar que a poderosa dinâmica tática da *triplex acies* não poderia ser assegurada pela errónea articulação livre, aberta e descoordenada dos manípulos pela qual é habitualmente caracterizada. Não tendo pretendido apenas abordar a complexidade desta temática avaliando o rol das inúmeras impossibilidades táticas que encontrámos no modelo explicativo tradicional, procurámos apresentar uma outra dinâmica que, em função do bom senso militar e dos escassos elementos coevos que nos chegaram, pudesse suportar com mais efetividade o que poderia ter sido o real sistema de combate da legião. Deveremos também salientar que na parte final deste trabalho decidimos igualmente integrar de forma mais desenvolvida, três temáticas que, ao longo da sua realização, surgiram como importantes

elementos de análise que subjaziam discretamente como intervenientes invisíveis que impuseram condicionalismos práticos que moldariam o fluir histórico.

Explorámos assim problemáticas às quais consideramos que não tem sido atribuída, pelo menos até agora, a relevância historiográfica que mereceriam, nomeadamente os que concernem à necessidade de avaliar as especificidades técnicas do transporte assegurado pela locomoção animal, bem como a tipologia, o estado circunstancial e os processos administrativos de manutenção dos milhares de quilómetros das vias romanas.

Finalmente as consequências da surpresa e consequente exaustão tática que foi provocada em todo o contexto militar do ocidente, quer dos povos germânicos, quer do Império Romano tardio, pela chegada do esmagador modelo da guerra a distância imposto pelas incomuns capacidades de arquearia trazidas pelos nómadas, primeiro pelas hordas hunas e logo depois pelas invasões dos Avaros.

ABSTRACT

This thesis aims to be a critical analysis of the origins and stabilization processes of the military paradigms of the roman army, seeking to articulate its development with the multiple military, political and socio-economic contexts that shaped its appearance.

We have identified five major paradigms, although we consider that the fundamental core of the analysis of its military development must, due to the historical weight it gave it, always be read from the dynamism of closest approximation or rejection of the idiosyncratic model of the great manipular legion. It is therefore possible to characterize different periods in the multi-secular systemic evolution of the roman army, such as:

A) An initial period in which one can identify an assimilation of the phalanx model with a Greco-Etruscan profile; it appears during the monarchical period and the first phase of the Republic.

B) Appearance of the dynamic tactical model of the manipular legion; arises during the Republic and acquires stability after the first half of the 3rd century BC.

C) The professionalization of the army and the emergence of the cohortal legion that favors centurial dynamics; it appears after the reform of Gaius Mário in 107 BC and during the High Empire.

D) the appearance of the great proto-static system of delimiters (*limitaneii*); arises with Emperor Diocletian during the initial phase of the Late Empire.

E) The appearance of the palatino-comitatense system, where the model of the great legion was definitively abandoned and the cavalry increased with the loss of tactical cohesion of the heavy infantry, generating a systematic structural inconsistency in the large formations that, from then on, were organized in a mere juxtaposition of vexilations and detachments; appears with Emperor Constantine during the final phase of the Late Empire.

To assist in our long-term critical analysis, we resorted, whenever possible, to interpretative processes that sought to be supported by statistical elements, which often appeared throughout this work in the form of tables since the state of the art on the subject

has reached to such an effectiveness of contributions that allows such a chronological and quantitative approach.

Although, to support interpretative processes, the historian always has to resort to explanatory formulations of a personal nature, the contribution brought by statistics can, and should, support an approach with much greater rigor and objectivity. The inclusion in the historical approach of elements with numerical expression that affirm certain practical realities, typical of war, such as the calculation of battles in a given period, as well as the number of victories and defeats, the typology of opponents, the numbers of personnel involved, the frequency of clashes, the places where they took place, bring to the fore the prospect of formulating a more grounded and secure historical interpretation. It would naturally be impossible to draw out all the consequences of the countless statistical elements compiled in this thesis, because first of all, they fulfilled the objective of providing us with references for characterizing the activity of the Roman army that we intended to focus on, but we are convinced that making these data available in a systematic structure in the form of precise chronological tables could help to carry out future works on this subject. It was even, in certain matters, this statistical support that allowed us, due to the surprise of its elements, the boldness to defend certain explanatory interpretations that we know go against some consecrated and universally accepted historiographical formulations. Without the need to make a systematic list of these here, we would, however, highlight the complex critical analysis of what has commonly been accepted as the organic combat and tactical functioning of the manipular legion. Since this is the fundamental paradigm of the Roman military structure, so idiosyncratic and original that it could never be emulated by any other martial reality in antiquity, we sought to demonstrate that the powerful tactical dynamics of the *triplex accies* could not be ensured by the erroneous free, open and uncoordinated articulation of maniples by which it is usually characterized. Having not only intended to address the complexity of this issue by evaluating the list of countless tactical impossibilities that we found in the traditional explanatory model, we sought to present another dynamic that, depending on military common sense and the few coeval elements that came to us, could support more effectively what could have been the legion's real combat system. We should also point out that in the final part of this work we also decided to integrate, in a more developed way, three themes that, throughout its realization, emerged as important elements of analysis that discreetly underlay as invisible actors that imposed practical constraints that would shape the historical flow.

We have thus explored problems to which we consider that the historiographical relevance they deserve has not been attributed, at least until now, namely those concerning the need to assess the technical specificities of the transport provided by animal locomotion, as well as the typology, the circumstantial state and the administrative processes of maintenance of the thousands of kilometers of Roman roads.

Finally, the consequences of the surprise and consequent tactical exhaustion that was caused throughout the Western military context, whether among the Germanic peoples or the Late Roman Empire, by the arrival of the overwhelming model of remote warfare imposed by the unusual archery capabilities brought by the nomads, first by the Hun hordes and soon after by the invasions of the Avars.

PALAVRAS-CHAVE

Exército romano, legião, Forcas Caudinas, gládio, paradigmas marciais, falange grega, parede de escudos, técnicas de combate, gesto técnico, *metis* marcial, *fides*, Aníbal Barca, espaço vital de combate, idiossincrasia da infantaria pesada, *triplex accies*, expetativa mínima de superioridade, dimensões da arma, tipologias de gládio, parazónio, metalurgia do ferro, remutilações, laboratório de observação de gladiadores, recrutamento militar romano, Cristianismo, estruturas defensivas muralhadas, fortificações de fronteira, posicionamento estratégico das legiões, estratégia de defesa punitiva, estratégia de defesa preventiva, defesa avançada, reforma militar de Diocleciano, *limitaneii*, *pseudolimitaneii*, reforma militar de Constantino, comitatenses, Batalha de Adrianopla, defesa em profundidade, Edward Luttwak, defesa impeditiva, o Cristianismo de Constantino, Mitraísmo, Batalha da Ponte Mílvia, locomoção animal, especificidades da rede viária romana, dimidiação teodosiana do Império, Hunos, Átila, batalha dos Campos Cataláunicos, arquearia nómada.

KEYWORDS

Roman army, legion, Caudine Forks, gladius, martial paradigms, Greek phalanx, shield wall, combat techniques, technical gesture, martial *metis*, *fides*, Hannibal Barca, vital combat space, idiosyncrasy of heavy infantry, *triplex accies*, minimum expectation of superiority, weapon dimensions, gladius typologies, *parazonium*, iron metallurgy, remutilations, gladiator observing laboratory , Roman recruitment, Christianism, walled structures, border fortifications, localization of legions, punitive defense strategy, preventive defense strategy, advanced defense, Diocletian's military reform, *limiteneii*, *pseudolimitaneii*, Constantine's military reform, comitatenses, Battle of Adrianople, defense in depth, Edward Luttwak, impediment defense, Constantine's Christianity, Mithraism, Battle of the Milvian Bridge, animal locomotion, the roman roads network, Theodosian empire dimidiation, Huns, Attila, Battle of the Catalaunian Plains, nomadic archery.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

RESUMO/ABSTRACT

PALAVRAS-CHAVE/KEYWORDS

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1

A CULTURA MILITAR ROMANA 5

1.1. ROMA. POLÍTICA E CONJUNTURAS MILITARES 5

CAPÍTULO 2

PARADIGMAS MARCIAIS DO OCIDENTE 11

2.1. O MODELO MILITAR DA FALANGE GRECO-ETRUSCA. O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR DA *PÓLIS* DA GRÉCIA CLÁSSICA 11

2.2. A TRANSFORMAÇÃO TÁTICA DA FALANGE MACEDÓNICA. OS NOVOS MODELOS TÁTICOS 16

2.3. UMA NOVA COMPREENSÃO DO FENÓMENO DA GUERRA. A ORGÂNICA TÁTICA DOS EXÉRCITOS HELÉNICOS DE MATRIZ MACEDÓNICA 21

CAPÍTULO 3

OS PRIMÓRDIOS DA LEGIÃO MANIPULAR 27

3.1. O CONTEXTO MILITAR À ÉPOCA DA ASCENSÃO ROMANA 27

3.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORIGENS DA LEGIÃO ROMANA 29

3.3. UM MOMENTO CRUCIAL: A HUMILHAÇÃO ROMANA NAS FORCAS CAUDINAS 30

3.4. UM POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO TÁTICO APÓS 320 A.C. 36

3.5. A Conjuntura do Exército Romano. O Desempenho Bélico entre 360 e 240 a.C. Considerações sobre Elementos Estatísticos 38
3.5.1. O Desempenho do Exército Romano entre 360 e 321 a.C. – Primeiro Bloco Cronológico 40
3.5.1.1. 1ª década – 360 a 351 a.C. 42
3.5.1.2. 2ª Década – 350 a 341 a.C. 42
3.5.1.3. 3ª Década – 340 a 331 a.C. 43
3.5.1.4. 4ª Década - 330 a 321 a.C. 43
3.5.1.5. Considerações sobre o Primeiro Bloco Cronológico 44
3.5.2. O Desempenho do Exército Romano entre 320 e 281 a.C. – Segundo Bloco Cronológico 46
3.5.2.1. 1ª década - 320 a 311 a.C. 47
3.5.2.2. 2ª Década – 310 a 301 a.C. 48
3.5.2.3. 3ª Década – 300 a 291 a.C. 49
3.5.2.4. 4ª Década – 290 a 281 a.C. 51
3.5.2.5. Considerações sobre o Segundo Bloco Cronológico 52
3.5.3. O Desempenho do Exército Romano entre 280 e 241 a.C. – Terceiro Bloco Cronológico 54
3.5.3.1. 1ª década – 280 a 271 a.C. 55
3.5.3.2. 2ª Década – 270 a 261 a.C. 56
3.5.3.3. 3ª Década - 260-251 a.C. 57
3.5.3.4. 4ª Década – 250-241 a.C. 58
3.5.3.5. Considerações sobre o Terceiro Bloco Cronológico 59
3.5.4. Os Novos Desafios Militares Helenísticos 60
3.5.5. A Consciencialização da Importância do Património Tático Romano 65
3.5.6. Uma Guerra Naval Travada em Terra Firme 68

CAPÍTULO 4.
A ESTABILIZAÇÃO DO MODELO TÁTICO DO EXÉRCITO ROMANO 71
4.1. Os Dois Grandes Modelos Militares da Antiguidade antes da Legião Manipular 74
4.1.1. Exércitos de Matriz Estatal. Organização e Competências 74
4.1.2. Análise das Reais Competências do Exército Macedónico de Alexandre. Um Risco Moldado na Exploração da Fragilidade Emocional do Adversário 84

4.1.3. Condicionalismos e Exploração de Fatores Meta-Táticos 90
4.2. O APARECIMENTO DE UM NOVO PARADIGMA DE COMBATE 94
4.2.1. Problemas Táticos Estruturais da Lança na sua Utilização numa Formação de Parede de Escudos 95
4.2.2. Em Busca de Novas Conceções Táticas 103
4.2.2.1. Aprendizagem e Qualificação do Gesto Técnico 108
4.2.2.2. Aprendizagem Subliminar e Resposta Motora 110
4.2.2.3. As Virtudes Marciais do Gesto Técnico 115
4.2.2.4. A Concisão Disciplinar da Legião 116
4.2.3. O Nascimento do Exército Romano Profissional 122
4.2.3.1. O Papel das Tropas Auxiliares 125
4.2.3.2. As Especificidades da Primeira Coorte 129
4.2.4. Ordens de Comando da Legião, Sinais Visuais. Os Estandartes: O *signum* e a Águia 131
4.2.4.1. A Importância da Escolha da Águia como Símbolo e Reforço Motivacional 134
4.2.5. Ordens de Comando da Legião, Sinais Sonoros 141
4.2.6. A Cadeia de Comando 146
4.2.7. As Possíveis Origens Conceptuais da Legião 152
4.2.8. Dois Grandes Paradigmas de Conceber a Guerra: *metis* e *fides* 159
4.2.8.1. O Paradigma Arquetípico da *metis* 159
4.2.8.2. A Primordial Narrativa Mitológica da *metis* 162
4.2.8.3. O Paradigma Arquetípico da *fides* 163
4.2.8.4. O Contexto da Viragem nas Conceções Militares Romanas 165
4.3. PROBLEMÁTICA DE UMA NOVA CONCEÇÃO DE COMBATE 168
4.3.1. Uma Nova Conceção de Espaço 168
4.3.2. As Condições de Combate do Legionário 175
4.3.2.1. Descrição Sumária do Equipamento Básico na Legião Republicana . 178
4.3.3. As Virtualidades Táticas da Infantaria Pesada e das Tropas Montadas 183
4.3.4. As Virtualidades do Combate Apeado 186
4.3.5. A Importância Organizacional Tática de Efetivos Apeados 188
4.3.6. O Modelo Imagético da Legião Romana 190
4.4. PROBLEMÁTICA DA TRÍPLICE AZ 191
4.4.1. A Dimensão Intuitiva do Combate Coletivo 197

4.4.2. Características do Funcionamento Tático da Legião na Parede de Escudos 202
4.4.3. Uma Substituição Armamentística Fundamental: A Lança pelo Gládio 206

CAPÍTULO 5
A PROBLEMÁTICA DAS FONTES. REFERÊNCIAS FUNDAMENTAIS EM POLÍBIO E TITO LÍVIO PARA O FUNCIONAMENTO TÁTICO DA LEGIÃO 210
5.1. A Guerra e os seus Legados Descritivos na Antiguidade. As Batalhas e os Condicionalismos Históricos do seu Relato 210
5.2. A Problemática do Relato Presencial do Evento Militar 214
5.3. Historiadores e Narrativas Históricas sobre o Funcionamento Tático da Legião 222
5.4. Análise do Legado Historiográfico de Políbio e Tito Lívio 229
5.4.1. Uma Passagem Relevante em Políbio para o Esclarecimento do Funcionamento da Legião 229
5.4.2. Um Contributo Referencial de Políbio para o Funcionamento Tático da Legião 232
5.4.3. Uma Passagem Relevante em Tito Lívio para o Esclarecimento do Funcionamento da Legião 235
5.4.4. Um Contributo Referencial de Tito Lívio para o Funcionamento Tático da Legião 240

CAPÍTULO 6
COMPETÊNCIAS TÁTICAS DA LEGIÃO MANIPULAR 259
6.1. O Contexto Político-Militar depois da Segunda Guerra Púnica 259
6.2. O Confronto entre os Exércitos Helenísticos e a Legião Manipular 266
6.2.1. Uma Nova Ideologia Estatal. Considerações sobre o Aumento da Atividade Militar de Roma entre 200 e 168 a.C. 267
6.2.2. Análise da Atividade Anual do Exército Romano entre 200 e 168 a.C. 270
6.2.3. Legião Manipular *versus* Falange Macedónica. Avaliação dos Desempenhos dos Dois Modelos em Confronto. 272
6.3. Problemática da Dinâmica Funcional da Estrutura da Legião Romana 287
6.3.1. Problemas de Intermutação das Linhas da Tríplice Az 287
6.3.2. Estrutura e Funcionamento Tático da Parede de Escudos Romana 292
6.3.3. O Funcionamento Tático dos Manípulos de Hastados e Príncipes 304

6.3.4. O Dinamismo e Plasticidade da Parede de Escudos Romana 311
6.3.5. O Processo de Embolsamento Tático 325

CAPÍTULO 7
CONDICIONALISMOS DA GUERRA 331
7.1. A Problemática da Expetativa Mínima de Superioridade 333
7.2. Condições Estruturais para o Colapso de um Exército. Causas Potenciais para o Início do Processo de Desagregação Tática 342
7.3. As Virtualidades Combativas do Gládio e do Escuto 344
7.4. As Virtualidades Técnicas do Gládio 346
7.5. A Disfunção Percetiva da Competência de uma Arma pelo Aumento do seu Tamanho 352
7.6. As Competências do Modelo Tático Individual do Soldado Romano 358
7.7. Condicionamentos Motores no Desempenho de uma Luta Corpo a Corpo 361
7.7.1. A Complexidade do Sistema Músculo-Esquelético 363
7.7.2. A Problemática dos Dois Tipos de Fibras Musculares Esqueléticas no Desempenho Militar. Especificidades das Fibras de Contração Lenta e de Contração Rápida 365

CAPÍTULO 8
AS LÂMINAS QUE MOLDARAM O IMPÉRIO. REINTERPRETAÇÃO DE ELEMENTOS ARQUEOLÓGICOS E DE FONTES LITERÁRIAS 368
8.1. Considerações sobre as Fontes para as Tipologias do Gládio. Gládio Hispânico: uma Tipologia de Lâmina ou uma Técnica de Combate? 369
8.1.1. Gládios do Período Republicano 370
8.1.2. O Processo de Adoção do Gládio. Rápida Transformação ou Processo em Continuidade? 371
8.1.3. Do Xifo ao Gládio. Algumas Evidências Arqueológicas 375
8.1.4. Aferição Prática Multisecular das Vantagens da Espada Curta. O Sortilégio das Pequenas Lâminas nos Contextos Grego e Romano 380
8.1.5. Uma Cultura Militar com um Historial de Lâminas Pequenas. Uma Aprendizagem Inteligente 388

8.1.6. O Parazónio Greco-Romano. A Pequena Lâmina Grega Precursora do Gládio e do Púgio 392
8.2. A Problemática da Ergonomia do Gládio 396
8.2.1. Características Táticas Resultantes das Dimensões da Lâmina do Gládio ... 396
8.2.2. Tipologias de Gládio 398
8.2.3. A Ergonomia da Empunhadura do Gládio 402
8.2.4. Relação do Soldado com o Gládio 404
8.2.5. O Soldado Romano e o "seu Gládio" 407
8.2.6. Fatores de Ajuste Técnico do Gládio. Pomo e Balanceamento 411
8.3. A Fabricação do Gládio. Processos Metalúrgicos 412
8.3.1. Evolução dos Processos Metalúrgicos do Ferro 414
8.3.2. Dificuldades Inerentes à Estabilização das Técnicas da Metalurgia do Ferro 418
8.3.3. Descoberta e Estabilização do Processo da Metalurgia do Ferro 419
8.3.4. A Descoberta da Calibração da Dureza do Ferro 422
8.3.5. Processos de Transformação do Ferro em Aço 423
8.4. Um Poderoso Pilar de Aço. Um Modelo de Combate Viabilizado pelo Desenvolvimento Metalúrgico 428
8.5. A Construção de um Império Suportado por Modelos de Combate Moldados em Aço 437
8.6. Análise da Evolução do Perfil Técnico dos Gládios – Mogúncia, Fulham e Pompeia 443
8.6.1. Gládios do Período Imperial do Tipo Mogúncia e Fulham 444
8.6.1.1. Evolução dos Parâmetros entre os Gládios Republicanos e os do Período Imperial (Tipo Mogúncia e Fulham) 445
8.6.2. Gládios do Período Imperial do Tipo Pompeia 446
8.6.2.1. Evolução dos Parâmetros entre os Gládios do Período Imperial (Tipo Mogúncia e Fulham) e os do Tipo Pompeia 448
8.7. A Produção de Lâminas. O Uso Simultâneo de Diferentes Tipos de Gládios 450
8.8. Um Paradoxo Material. Rigidez e Flexibilidade 451

CAPÍTULO 9
ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO MILITAR DO IMPÉRIO ROMANO 453

9.1. A Dinâmica Interna do Império Romano. Dois Perfis Contrastantes de Império: Ocupação ou Integração 453
9.2. Análise Estatística Global da Atividade Militar do Exército Romano 455
9.2.1. Avaliação Percentual do Desempenho do Exército Romano 459
9.3. Homens Talhados para a Carnificina. A Violência Irracional das Legiões. A Fúria das "Remutilações" 461
9.4. Gladiadores: Uma Escola de Técnicas de Combate 466
9.4.1. Uma Tradição Ritual de Sangue 466
9.4.2. Um Espetáculo de Fama e Morte 469
9.4.3. Uma Loucura Coletiva 471

CAPÍTULO 10
A CONJUNTURA MILITAR DO EXÉRCITO ROMANO NO BAIXO-IMPÉRIO ... 487
10.1. Estruturas Sociais e Políticas em Transformação 487
10.2. Elementos de Transformação Estrutural do Exército Romano 489
10.2.1. Os Problemas da Fragmentação Político-Militar do Império 489
10.2.2. A Consolidação Estatutária do Exército Romano 492
10.2.3. Condicionalismos Táticos Estruturais do Exército Romano no Baixo-Império 495
10.2.4. Constrangimentos da Infantaria Romana no Baixo-Império 497
10.3. Transformação do Paradigma da Guerra 502
10.4. O Exército e os Novos Desafios 507
10.4.1. Os Problemas do Recrutamento e a Disseminação dos Valores Cristãos ... 507
10.4.2. A Osmose Militar do Soldado Germânico no Exército Romano 510
10.5. Evolução dos Sistemas de Defesa do *limes* 512
10.5.1. A Evolução da Orgânica de Defesa das Fronteiras Imperiais 512
10.5.2. Especificidades na Gestão Militar do *limes* 515
10.5.3. Da Vizinhança Amistosa ao Permanente Estado de Guerra 517
10.5.4. A Problemática da Criação de Estruturas Defensivas Muralhadas 519
10.5.5. Perfil das Fortificações de Fronteira no Baixo-Império 522
10.6. Quadros da Atividade Militar do Exército Romano entre o Ano 1 e 450 d.C. 526
10.6.1. Primeiro Bloco Cronológico - 1 a 50 d.C. 528
10.6.2. Segundo Bloco Cronológico - 51 a 100 d.C. 529

10.6.3. Terceiro Bloco Cronológico - 101 a 150 d.C. 531
10.6.4. Quarto Bloco Cronológico - 151 a 200 d.C. 533
10.6.5. Quinto Bloco Cronológico - 201 a 250 d.C. 535
10.6.6. Sexto Bloco Cronológico - 251 a 300 d.C. 536
10.6.7. Sétimo Bloco Cronológico - 301 a 350 d.C. 539
10.6.8. Oitavo Bloco Cronológico - 351 a 400 d.C. 540
10.6.9. Nono Bloco Cronológico - 401 a 450 d.C. 542
10.6.10. Comentário Geral dos Blocos Cronológicos 543
10.7. Análise do Posicionamento Estratégico das Legiões no Alto-Império .. 547
10.7.1. Distribuição Geográfica das Legiões em 24, no Principado de Tibério 547
10.7.2. Distribuição Geográfica das Legiões em 67, no Principado de Vespasiano 548
10.7.3. Distribuição Geográfica das Legiões em 150, no Principado de Antonino Pio 549
10.7.4. Distribuição Geográfica das Legiões em 235, no Início da Anarquia Militar 550
10.7.5. Distribuição Geográfica das Legiões em 284, no Início do Principado de Diocleciano 553
10.7.6. Distribuição Geográfica das Legiões em 305 no Final do Principado de Diocleciano 557

CAPÍTULO 11
MODELOS DE REFORMA ESTRATÉGICA E TÁTICA DO EXÉRCITO ROMANO 561
11.1. Reorganização do Sistema Militar 561
11.1.1. Análise Crítica da Problemática da Transformação Militar no Baixo-Império 561
11.1.2. O Modelo da Infantaria Pesada Clássica e o Incremento da Cavalaria 563
11.1.3. Consequências das Transformações do Exército Romano no Baixo-Império 571
11.2. Novas Conceções da Orgânica Defensiva 577
11.2.1. Os Pródromos das Reformas do Exército com Septímio Severo 577
11.2.2. Elementos Estruturais da Reforma Militar de Diocleciano 579
11.2.3. Elementos Estruturais da Reforma Militar de Constantino 582
11.3. Dinâmica e Fragmentação Interna do Exército Romano 590

11.3.1. Articulação de Destacamentos no Contexto das Grandes Legiões 590
11.3.2. As Unidades Militares na Batalha de Adrianopla 594
11.3.3. Consequências da Diversidade Tática das Unidades Militares Romanas ... 601
11.4. A Afirmação de Novas Conceções de Estratégia Defensiva 607
11.4.1. A Estratégia de Defesa Punitiva e Preventiva 607
11.4.2. Condicionalismos Táticos das Campanhas de Defesa Avançada 611
11.5. Os Condicionalismos Marítimos Romanos no Baixo-Império 614

CAPÍTULO 12
O PARADIGMA DA ORGÂNICA MILITAR NO BAIXO-IMPÉRIO 618
12.1. Os Povos Germânicos na Transformação do Império 618
12.2. A Conjuntura Militar Germânica no Tempo de Diocleciano 621
12.3. Mudanças Estruturais nas Conceções Marciais Germânicas 627
12.3.1. A Problemática da Caracterização Militar dos Povos Germânicos 627
12.3.2. Evolução e Perfil das Armas e Equipamento Germânicos 636
12.3.3. A Etognosia Militar das Tribos Germânicas 640
12.4. O Dinamismo da Articulação Militar com os Povos Federados 646
12.4.1. A Problemática da Assimilação das Populações Germânicas 646
12.4.2. As Vicissitudes Conjunturais da Colaboração Militar dos Povos Federados 649
12.4.3. O Efeito Desagregador dos Povos Federados 652
12.5. A Orgânica Operacional das Novas Unidades 654
12.5.1. A Operacionalidade Estratégica dos Delimitadores 654
12.5.2. Avaliação Conjetural da Capacidade de Defesa dos Delimitadores no Tempo de Diocleciano 658
12.5.3. A Inoperância Funcional dos Pseudodelimitadores (*Pseudolimitaneii*) 663

CAPÍTULO 13
ANÁLISE CRÍTICA DE PARADIGMAS ESTRATÉGICOS 670
13.1. A Problemática da Grande Estratégia no Baixo-Império 670
13.1.1. O Conceito de Defesa em Profundidade no Baixo-Império 674
13.1.2. A Conjuntura Militar Durante o Principado de Marco Aurélio 680
13.1.3. Bosquejo Crítico à Visão de Grande Estratégia de Edward Luttwak 687
13.1.3.1. Alguns Problemas de Perspetiva 687

13.1.3.2. Panorama Crítico sobre a Grande Estratégia de Edward Luttwak . 695
13.2. A Complexidade do Paradigma da Defesa em Profundidade 699
13.2.1. Defesa em Profundidade Tática 699
13.2.2. Defesa em Profundidade Previsional 701
13.2.3. Defesa em Profundidade Generalizada 704
13.3. Especificidades Estratégicas dos Modelos Defensivos Imperiais 708
13.3.1. A Especificidade Identitária das Grandes Legiões 708
13.3.2. Condicionalismos Estratégicos do Modelo da Defesa Impeditiva 714
13.3.3. A Instalação do Paradigma dos Comitatenses 717

CAPÍTULO 14
AS LUTAS POLITICORELIGIOSAS DA TETRARQUIA 721
14.1. A Insustentabilidade Política da Estrutura Tetrárquica 721
14.2. O Complexo Xadrez da Luta pelo Poder 726
14.3. A Nova Orgânica Religiosa do Baixo-Império 734
14.4. A Aproximação Constantiniana aos Mistérios Cristãos 738
14.5. A Fulgurante Ascensão Militar de Constantino 741
14.6. A Problemática do Sol Invicto e o Compromisso com o Cristianismo 747
14.7. Maxêncio e o Desastre Militar da Ponte Mílvia 755
14.8. Um Modelo Estratégico Moldado na Segurança Pessoal 764
14.9. A Fragmentação Política e o Paradigma Palatino-comitatense 777
14.9.1. Usurpações do Poder Imperial e a Transição de Paradigmas Defensivos .. 777
14.9.2. - Panorâmica da Distribuição e Constituição das Formações Palatino-comitatenses 789
14.9.3. Condicionalismos Operacionais dos Exércitos Palatino-comitatenses 795

CAPÍTULO 15
CONDICIONALISMOS ESTRUTURAIS DA LOGÍSTICA MILITAR ROMANA ... 806
15.1. Considerações sobre os Recursos Logísticos do Exército Romano 806
15.1.1. Idiossincrasias Estruturais da Locomoção Animal 806
15.1.2. Gestão e Características da Locomoção Militar Romana 813
15.2. Especificidades Técnicas da Rede Viária Romana 819
15.2.1. Exigências Militares e Condicionalismos da Rede Viária Romana 819
15.2.2. Elementos Estruturais da Rede Viária Romana 831

15.2.3. As Vias Empedradas e as Particularidades Zoomorfológicas dos Perissodáctilos 843
15.2.4. Considerações Gerais sobre o Desgaste dos Cascos dos Ungulados 851

CAPÍTULO 16
A GRANDE DISRUPÇÃO NÓMADA DO IMPÉRIO 856
16.1. A ALOMORFIA DO BAIXO-IMPÉRIO NO OCIDENTE 856
16.1.1. Problematização do Regimento Estratégico dos Palatino-comitatenses 857
16.1.2. Consequências da Dimidiação Teodosiana do Império 862
16.1.3. Um Ano de Charneira Militar - 395 d.C. 876
16.1.4. O Eclipse do Poder Romano nos Campos Cataláunicos 881
16.1.5. Constrangimentos de um Mundo Militar em Mudança 884
16.2. O BRUTAL IMPACTO MILITAR DA ARQUEARIA NÓMADA 886
16.3. AS ESPECIFICIDADES DA TÉCNICA DO ARCO COMPOSTO 894
16.4. O CONTRIBUTO DE UMA HIPÓTESE DE ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL 904
16.5. ANÁLISE CRÍTICA DE PARADIGMAS MILITARES NO FINAL DO SÉCULO IV 908
16.6. O ESMAGADOR LASTRO MILITAR DO ARCO COMPOSTO 914

CONCLUSÃO 923

LOCALIZAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES ..... -1-
1. IMAGENS ..... -2-
2. TABELAS ..... -8-

LOCALIZAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES (no texto dos Anexos) ..... -9-
1. IMAGENS (nos Anexos) ..... -10-
2. TABELAS (nos Anexos) ..... -12-

BIBLIOGRAFIA ..... -13-
1. ABREVIATURAS ..... -14-
2. FONTES ..... -17-

3. ESTUDOS .....-23-
4. DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS .....-58-
5. REVISTAS E INTERNET .....-61-

ANEXOS I
ANEXO 1
O DESEMPENHO BÉLICO DO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 360 E 240 A.C.
BLOCOS CRONOLÓGICOS EM QUE SE BASEARAM AS ANÁLISES EFETUADAS NO CAPÍTULO 3.5. II
ANEXO 2
BATALHA DE CANAS. X
ANEXO 3
BATALHA DE ADRIANOPLA. XXII
ANEXO 4
BATALHAS ENTRE LEGIÕES E EXÉRCITOS DE PERFIL FALANGÍSTICO ENTRE 200 E 168 A.C. XXXV
ANEXO 5
GESTO TÉCNICO. XXXIX
ANEXO 6
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MENOR ESTATUTO DIVINO DE ARES NO PANTEÃO OLÍMPICO. EXTRATOS DA ILÍADA. XLIV
ANEXO 7
BATALHAS TRAVADAS PELO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 200 E 168 A.C. XLIX
ANEXO 8
CÔMPUTO DE EFETIVOS E BAIXAS NAS BATALHAS ENTRE LEGIÕES E FALANGES DE 200 A 168 a.C. LIV
ANEXO 9
ORDEM DE BATALHA DA LEGIÃO CONFORME PROPOSTO NO SUBCAPÍTULO 6.3.4. LVI
ANEXO 10

ORDEM DE BATALHA E MOMENTO DINÂMICO DO COMBATE DA LEGIÃO CONFORME PROPOSTO NO SUBCAPÍTULO 6.3.4. LVIII

ANEXO 11

ELEMENTOS TÉCNICOS SOBRE PROCESSOS METALÚRGICOS. LX

ANEXO 12

LISTA DAS PROVÍNCIAS ROMANAS NO BAIXO-IMPÉRIO. LXIX

ANEXO 13

LISTA DE POVOS GERMÂNICOS. LXXVI

ANEXO 14

O PROBLEMÁTICO ESTATUTO DA *NOTITIA DIGNITATUM*. REGISTO DAS AUTORIDADES MILITARES NO BAIXO-IMPÉRIO. LXXIX

ANEXO 15

HISTORIAL SUMÁRIO DA CRONOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DE DEZASSETE GRANDES LEGIÕES. LXXXVII

ANEXO 16

PRINCIPAIS POSIÇÕES DAS FORTIFICAÇÕES DE PSEUDODELIMITADORES NAS DIOCESES NO ANO DE 376 D.C. CXV

INTRODUÇÃO

O extraordinário património que nos legou a cultura clássica greco-latina constitui o quadro de referência onde se moldaram as estruturas intelectuais que viriam a definir os alicerces civilizacionais da Europa. As sementes que essa Antiguidade Clássica plantou no solo do velho continente, bem como as que foram transmitidas às diferentes geografias com ela relacionadas, são de uma profunda fecundidade nos seus referenciais políticos, filosóficos, sociais e estéticos.

Nesse património inclui-se também a elaboração das ferramentas básicas com as quais, o Homem ocidental, procedeu à criação da arquitetura conceptual que moldaria o desenvolvimento do conhecimento científico e técnico. A sua importância é tão fundacional que, ainda hoje, duas importantes dimensões do seu legado se entrecruzam e surgem de imediato como substrato essencial de qualquer realização intelectual. Em primeiro lugar, recebemos da Grécia clássica, o arsenal conceptual que é a base dos instrumentos lógicos e argumentativos que nos permitem a capacidade especulativa e crítica de interpretação do mundo. Com ele consciencializámos o espanto da sua existência e modo próprio de ser, dando a este trabalho o estatuto da mais nobre tarefa a que se pode dedicar qualquer sujeito dotado de pensamento abstrato. Por outro lado, Roma legou-nos a língua latina, extraordinária ferramenta de comunicação, rica de vocabulário e de recursos sintáticos com os quais se veio a poder organizar e transmitir, com facilidade, ideias complexas, permitindo a sua rápida e eficaz circulação. A difusão do latim terá sido um dos elos fundamentais que veio a dotar o Império Romano da unidade espiritual que permitiu a coesão multiétnica e transecular que lhe reconhecemos e serviu como substrato a um vasto conjunto de sistemas de comunicação que são, ainda hoje, o húmus etimológico de inúmeros idiomas utilizados por milhões de indivíduos.

Património riquíssimo, no qual fomos modelados e do qual continuaremos para sempre devedores, independentemente das formas que o futuro da civilização ocidental venha a assumir. Admitindo tais coordenadas, seria naturalmente útil dirigir o nosso olhar para o legado clássico greco-latino, procurando observar com maior detalhe dois dos seus pilares etológicos fundamentais: a extraordinária capacidade analítica dos gregos e o fecundo

pragmatismo empírico e utilitário dos romanos. Poder-se-ia dizer, assim, que da Grécia herdámos o gosto pela descoberta, pela reflexão, pelo exercício da capacidade de abstração que nos permitem estabelecer a indução e a dedução, como ferramentas lógicas de conhecimento, fornecendo os instrumentos que nos propiciam uma relação cada vez mais fecunda connosco e com o que nos rodeia. Dos Romanos, por outro lado, herdamos um outro legado complementar, que por vezes não valorizamos como deveríamos. Este passa por uma profunda compreensão da importância de desenvolver um sentido pragmático da existência, com a afirmação do papel da observação prática, onde se mesclam os benefícios da disciplina, da ordem, da experimentação e, sobre todas elas, o resolver problemas através de boas soluções empíricas.

Se os Gregos nos ensinaram a pensar, a refletir, a deitar mão dos recursos intelectuais, os Romanos ensinaram-nos a privilegiar o saber fazer, a executar, a construir, e a assimilar, sem preconceito sob a sua origem, as melhores soluções técnicas necessárias ao que poderíamos designar por "conforto quotidiano". Poder-se-ia mesmo dizer que os descendentes de Rómulo sempre apresentaram a tendência para privilegiar uma muito marcada "eficácia pragmática" em todas as suas realizações, inserindo-as em abordagens conceptuais simples, de perfil quase cartesiano. Talvez se pudesse mesmo afirmar que, a forma ponderada e pragmática como os Romanos tendiam para abordar de forma atomizada a resolução dos seus problemas práticos, poderia "avant la lettre" encontrar no discurso metodológico do filósofo francês, uma justa expressão material de como encontrar o melhor caminho no leque das várias possibilidades da sua resolução.

A inteligência destas abordagens operativas, muito vocacionadas para as realizações materiais, não eram tomadas pelos Romanos como processos rígidos e eram permeáveis a novos modos de concretização, tendo como único critério, apenas a demonstração de que uma nova metodologia possuía um claro aumento de eficácia. Melhor, mais fácil, mais depressa, era para eles a trilogia fundamental que orientava todas as suas atividades. Desde a montagem de uma máquina logística e administrativa que geria os destinos de um Império com uma extensão de quase cinco milhões de quilómetros quadrados até ao complexo cálculo de forças hidrodinâmicas necessário para realizar o esventramento de uma mina, que conheciam como *ruina montium*, o aperfeiçoamento dos seus métodos foi num crescendo de eficácia, de pragmatismo funcional, que ainda hoje nos deve deixar espantados quando se atende à inteligência que subjaz às suas realizações.

Os Romanos formariam assim uma sociedade atenta aos fenómenos sociais e materiais do mundo envolvente e a sua incessante busca pela boa solução, torná-la-ia um cadinho de

boas ideias e permanentes descobertas. Do original sistema político da República à técnica de construção de estradas perenes, do democrático voto das assembleias ao conforto do hipocausto, o desenvolvimento de um requintado saber fazer tornou-se a sua marca distintiva.

Uma tão marcada característica do seu coletivo teria naturalmente que se refletir na valorização das suas próprias condições de sobrevivência. Isto ver-se-ia, não só enquanto ingente necessidade de se impor enquanto apenas foi uma pequena cidade nascida no conflituoso contexto tribal do Lácio, mas depois no crescimento do grandioso sonho de construção de um vasto Império. Este surgiria pouco a pouco da espectativa legitimada pela consciencialização da sua cada vez maior superioridade militar que resultaria da qualidade do seu saber técnico e da consequente sofisticação dos seus recursos marciais.

O gosto romano pela ordem, um dos mais idiossincráticos e curiosos traços do carácter coletivo dos Romanos, permitiu-lhes o desenvolvimento de um sistema disciplinar que se viria a tornar um dos pilares que faria de Roma o centro de um irradiante Império cuja força impulsionadora foi assegurada pela sua pujante máquina de guerra.

Primeiro confrontada com as suas necessidades, e depois com o nascimento da sua ambição expansionista, Roma inventou a legião manipular, talvez o "organismo tático" mais dinâmico e eficaz que poderia ser idealizado com os meios técnicos disponíveis na Antiguidade. Ela foi o resultado não de uma dádiva prometaica, mas antes de um aturado esforço coletivo de homens muito atentos à realidade prática da guerra e à maximização de todos os recursos materiais disponíveis, realizando uma arguta avaliação de quais eram os seus reais resultados.

É a idealização e a concretização deste pujante universo marcial que pretendemos investigar neste trabalho, analisando a sua evolução e transformação num quadro de longa duração, procurando perspetivá-lo no contexto das suas diferentes condições sociopolíticas e marciais que permitiram a sua criação, o seu exuberante desenvolvimento e, no Baixo Império, condicionado a sua própria atividade militar.

Pensamos mesmo que a legião manipular, modelo tático que se tornou o centro nervoso da orgânica bélica do exército romano, necessita de uma revisão geral na compreensão do que terá sido o seu real desempenho em combate e de uma diferente problematização do que foi o seu *modus operandi*.

A escassez de textos romanos que nos esclareçam sobre o desempenho tático da legião terão levado a que, do apertado espólio que nos chegou sobre tal matéria, fundamentalmente consagrado pela pena de um Políbio e de um Tito Lívio, se tivesse generalizado uma leitura

parcelar, e mesmo errónea, do que poderia ter sido a dinâmica da infantaria pesada romana em batalha. Analisaremos esta tradicional formulação, procurando aferir quais eram as fragilidades práticas desta visão, ou até mesmo, as consequências de determinadas formulações que se tornam mesmo um heteróclito conjunto de incontornáveis impossibilidades técnicas à luz do que o bom senso e a abordagem dos preceitos militares mais básicos nos podem revelar.

No entanto, muitas outras questões fundamentais para o esclarecimento da pujança militar romana acorreram às nossas preocupações, como a análise da problemática dos paradigmas de combate da infantaria versus cavalaria, os incontornáveis contributos das conceções da *fides* e da *metis*, as especificidades do combate baseados na utilização da lança e da espada, a inteligente redução sistemática do tamanho das lâminas, ou até mesmo a autofágica predisposição para a proliferação de guerras civis.

Procuraremos igualmente determinar como as conjunturas sociopolíticas vieram a influenciar a morfologia do exército romano e mesmo, em certos períodos, a condicionar o seu desempenho.

É bem possível que a máquina militar romana continuasse a não encontrar rival à sua altura não tivesse sido o contributo de uma multiplicidade de complexas conjunturas político-sociais, religiosas e bélicas que, a partir do III século d.C., viriam a provocar uma marcada descaracterização de estruturas fundamentais que tinham assegurado a sua inigualável capacidade bélica.

No entanto, poder-se-ia dizer que a inevitabilidade das mudanças que resultam da inexorável gadanha do tempo, que sujeita tudo e todos à transformação e é particularmente inclemente com as criações humanas, levou a que o sonho de um império tivesse nascido de um exército, crescido robusto e vivesse em excesso, até que o seu *fatum* o tivesse obrigado a metamorfosear-se numa outra bem mais fraca realidade social e política.

CAPÍTULO 1
A CULTURA MILITAR ROMANA

1.1. ROMA. POLÍTICA E CONJUNTURAS MILITARES

Nascida por volta de meados do século VIII a.C., como um pequeno povoado no quadro regional do Lácio[1], Roma foi desde muito cedo obrigada a procurar criar as condições que lhe permitissem impor-se no seu hostil contexto geográfico[2].

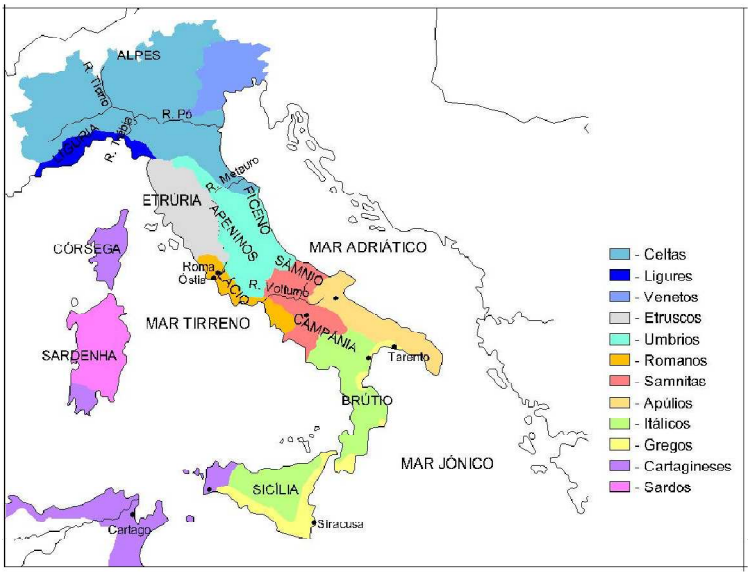


Imagem 1 - Península Itálica, Sicília, Córsega e Sardenha, cerca de 500-400 a.C. (desenho nosso)

Uma considerável gama de povos da Idade do Ferro tinha encontrado nas terras da Península Itálica o seu local de assentamento definitivo, gerando rivalidades territoriais que tornavam a guerra uma dimensão sempre presente no seu quotidiano. Roma foi criando, com a sua proverbial capacidade de adaptação e quase sem ter disso plena consciência, os mecanismos que lhe permitiram impor-se em etapas sucessivas e vir mesmo a tornar-se o centro civilizacional do Ocidente[3].

---

[1] LIV. 1.2-4.

[2] GRIMAL, 2003, pp .37-38; GRIMAL, 2013, p. 10.

[3] A problemática das origens de Roma levanta um complexo conjunto de interpretações, sem que nenhuma possa ser considerada como definitiva. O professor Carmine Ampolo, no seu artigo *Il problema delle origini di Roma rivisitato: concordismo, ipertradizionalismo acritico, contesti*, aborda esta temática de uma forma que resumiremos em seguida.
A conhecida teoria proposta pelos autores hipertradicionalistas, como a do professor de arqueologia especialista na Roma antiga Andrea Carandini, que nos pretendem apresentar as histórias em torno da fundação de Roma poderem fazer parte de factos históricos, são hoje encarados com bastante desconfiança. A tentativa de fazer coincidir os dados fornecidos pelas fontes literárias com aqueles fornecidos pela arqueologia, está hoje posta em causa, na maioria dos estudos dos mais eminentes especialistas, até mesmo no campo de investigação dos estudos bíblicos, onde tais esforços mais denodadamente surgiram.

A ambição de poder e domínio que caracterizavam cada vez mais os Romanos obrigou-os a um investimento sem limites nas suas competências militares, pois era esta a condição *sine qua non* para a sua sobrevivência e para a viabilização da sua posterior expansão[4].

No quadro da sua Monarquia, forma de governo adotada por Roma durante os primeiros cerca de 250 anos da sua existência[5], a Urbe foi-se transformando numa potência regional que não só se soube impor aos seus vizinhos pela força das armas, mas, mais do que tudo, soube criar mecanismos para os integrar na sua esfera de influência. Nos seus primeiros dois séculos de ação, numa sistemática manobra de grande inteligência psicossocial, os Romanos não dizimavam as populações que submetiam pelas armas, antes lhes davam a oportunidade de se integrarem na sua sociedade. Assimilados na sua máquina administrativa, com direitos e deveres consagrados[6], muitos dos vizinhos passaram então a poder contar com a importante proteção dos exércitos romanos. Como o elemento defensivo era fundamental para a sobrevivência destas comunidades latinas, uma grande parte das suas populações aceitava esta suave dominação romana, perdendo em identidade própria o que ganhava em conforto e segurança na vida quotidiana. O pragmatismo romano levava, assim, a que a sua esfera de influência se estendesse progressivamente aos vizinhos, eliminando potenciais conflitos e conseguindo um reforço exponencial da sua máquina militar, graças

---

Tudo indica que os dados que possuímos em favor de uma real fundação de Roma por parte de Rómulo deverão assim ter sido historiograficamente superinterpretados e deverão ser submetidos a uma meticulosa reavaliação. À luz da exigência hodierna do estudo de tais problemáticas, eles deverão ser em geral, desafiados na sua verosimilhança pelas multiformes abordagens interdisciplinares e rejeitados se não se encontrarem minimamente espelhados na pesquiza arqueológica. Exemplo de tais desajustes poder-se-ão encontrar logo na época proto-histórica onde a pretensa cabana de Vesta se situaria em zona rural ou mista e não pertencia assim a nenhum centro cívico ou mesmo a suposta muralha de Rómulo não poderia ser originalmente considerada como parte das muralhas da cidade, visto que tal ideia colide com as leis funerárias romanas, que nos dizem que não eram compagináveis tais edificações com a construção de túmulos. Tal arriscar-se-ia a reduzir um evento histórico de grande complexidade a um simples ato de fundação em vez de o perspetivar como o culminar de um longo processo de formação e organização sociocultural.

Os dados resultantes do uso de métodos modernos de escavação eram por vezes lidos com interpretações hipertradicionalistas, meramente resultantes de teorias estritamente pessoais. Apresentavam assim sugestões de leitura resultantes de outros campos de pesquisa, muitas vezes não perfeitamente compreendidos, levando a reconstruções ingénuas e pitorescas, tal como acontecia na obra de Giacomo Boni. Este, que foi uma personalidade eminente no campo da arqueologia, acabou por sucumbir à tentação de combinar tais avançados métodos científicos com interpretações místicas tingidas de irracionalismo e sem qualquer garantia de validade.

Para uma legítima compreensão da Roma arcaica dever-se-á seguir a metodologia da designada *critica temperata*, que embora tenha de estar constantemente atualizada com os novos dados arqueológicos, não os deve submeter a leituras pré-concebidas, limitando-se a propor interpretações contextuais precisas e bem fundamentadas. AMPOLO, 2013.

[4] CONNOLLY, 1998a, pp. 91, 95, 101.

[5] LIV. 1.60.

Desde 753 a.C., data tradicionalmente estabelecida para a fundação de Roma por Rómulo, até 509 a.C., data tradicional da expulsão de Roma do último rei, Tarquínio, o Soberbo. GOLDSWORTHY, 2003, p. 10.

[6] FINLEY, 2000, p. 17.

ao notório incremento do número de efetivos possibilitado pelo alargamento do universo de recrutamento[7].

Contudo, será legítimo pensarmos que estes protoromanos estariam ainda longe de supor que a sua urbe iria um dia desempenhar um papel tão relevante e hegemónico no quadro da política e da governação do Ocidente. Dir-se-ia mesmo que uma consciência plena das suas capacidades expansionistas e da eficácia das suas instituições só seriam adquiridas após a Segunda Guerra Púnica, entre 218 e 201 a.C., quando os Romanos deram início a uma busca sistemática de expansão para além das fronteiras da Península Itálica.

Pensamos mesmo que este segundo conflito com os seus rivais Cartagineses, no decurso do qual Roma viu, tantos anos após a sua fundação, a sua sobrevivência posta em causa pela genialidade militar de Aníbal Barca, poderá ter sido a "prova de fogo" que a fez consciencializar-se das suas extraordinárias capacidades marciais[8]. De facto, depois de 201 a.C., as legiões de Roma adquirem um dinamismo e uma ousadia tais que lhes permitem dominar todos os povos da bacia mediterrânica, o que, conjuntamente com o surgimento de generais incansáveis como Gaio Mário (157-86 a.C.)[9] e Júlio César (100-44 a.C.)[10], ou de imperadores como Vespasiano (9-79)[11] e Trajano (53-117)[12], conduz a que as suas fronteiras se estendam progressivamente até atingirem as terras do oriente e do norte de África.

Ademais, após a conquista territorial pela força das legiões, surgia o que poderíamos classificar como "conquista institucional e cultural", através da qual, em cada pedaço de Império e numa qualquer província, os Romanos replicavam o modelo da sua sofisticada urbe, com as suas instituições, as suas leis escritas, o seu direito, os seus *fora*, os seus teatros, as suas termas, os seus aquedutos, revolucionando assim para sempre o *modus vivendi* dos dominados e transformando pouco a pouco todos os seus súbditos em homens de perfil romanizado. Tendo passado de Monarquia a República[13], modelo de governação que os descendentes de Rómulo acharam que seria preferível relativamente ao perfil de autocracia monárquica e que adotaram em 509 a.C., Roma transformou ao longo de séculos cada palmo dos seus territórios numa sociedade imbuída dos seus valores sociais e políticos. Mais do que se poderia classificar como um Império, os Romanos construíram uma "cultura existencial", com toda uma mundividência que se replicava em cada uma das suas

[7] GRIMAL, 2013, pp. 15-26.
[8] GRIMAL, 2013, p. 57.
[9] PLU. *Gayo Mario*, 1.1-46.5; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 143-173.
[10] PLU. *Julio Caesar*,1.1-69.14; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 227-298.
[11] CHRISTOL; NONY, 2000, p. 178.
[12] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 399-423.
[13] GRIMAL, 2013, p. 26.

províncias, mesclando de forma natural as diversas características dos povos dominados com os traços fundamentais da romanidade.

Império físico e simultaneamente espiritual, a sua hegemonia manteve-se incólume mesmo quando o seu sistema político assistiu a uma mudança fundamental, ocorrida em 27 a.C., quando a poderosa República, onde tinha dominado a pluralidade consular, se viu confinada à centralidade governativa de um imperador[14]. Surge então Augusto, que mudará para sempre o perfil da política romana ao conseguir, com todo o engenho político que lhe devemos reconhecer, dar início ao modelo de "Império com Imperador", que será prevalecente até ao ocaso final do Império Romano do Ocidente. O paradigma senatorial em que tinha assentado o poder decisório durante a República, com uma rotatividade permanente de dois cônsules e a demora na tomada de decisões importantes devido às disputas partidárias de que enfermava, tinha também deixado de responder atempadamente às exigências de um vasto Império que, até 117 d. C., crescera de forma exponencial. Era preciso que o poder dependesse cada vez mais de um centro unívoco que exarasse ordens rápidas para suprir as necessidades urgentes que surgiam à medida que as suas fronteiras eram invadidas por povos hostis. No entanto, tal concentração de poder teve bastas vezes funestas consequências, nomeadamente quando o imperador não estava à altura das suas responsabilidades, ou quando parecia ser destituído de sanidade mental, como aconteceu nos dois últimos anos da governação de Calígula, ou na fase derradeira do imperador Nero[15].

Ao período de grande estabilidade e sabedoria que encontramos durante todo o século II d.C., com uma importante série de cinco "bons imperadores", sucedeu, no início do segundo quartel do século III d.C. uma conjuntura política e militar que empurrou os destinos do Império para um caos, fazendo com que se juntasse à funesta intensificação das investidas dos povos germânicos sobre o *limes* do Reno e do Danúbio uma preocupante desagregação política interna, em que muitas importantes figuras do exército começaram a reclamar a púrpura imperial. A força militar do Império viu-se enfraquecida, não só devido a esta desagregação política (causadora de lutas constantes que resultavam de consecutivas usurpações), mas também porque, a oriente, o Império Persa passava para as mãos da dinastia sassânida, onde reis como Sapor I demonstraram ser bastante mais agressivos na sua política militar do que tinha acontecido em períodos anteriores, verificando-se desse modo um sistemático forçar das fronteiras romanas orientais.

[14] GRIMAL, 2013, p. 96.
[15] SCHMIDT, 2011, pp. 9, 81-111.

Na segunda metade do século III, o Império, sob o principado de Galiano, parece já estar condenado à desagregação, sendo de registar o profundo símbolo de decadência que representou a captura pelos Sassânidas do imperador romano Valeriano, submetido a todo o tipo de humilhações e até a uma morte indigna. No entanto, em 284 d.C., Roma consegue reerguer-se das cinzas com a instalação de um imperador decidido a mudar esta conjuntura negativa, centralizando todo o poder nas suas mãos e fazendo profundas reformas na administração e no exército. Este ilírio que dava pelo nome de Diocleciano inaugurou uma nova fase, que se costuma designar por Baixo-Império e que será o fulcro da nossa análise A qualidade das suas reformas, a que se acrescentaram pouco depois as de Constantino I, criou as estruturas de poder que sustentarão a metade ocidental do Império até à sua desagregação, tradicionalmente situada no ano de 476 d.C.; como seria de esperar, tais reformas tiveram repercussões profundas na orgânica administrativa e militar na fase final do Império Romano do Ocidente.

Para uma cabal compreensão das transformações militares ocorridas no Baixo-Império deveremos analisar o que era a legião[16], modelo que substituiu a provável organização falangística adotada pelos Romanos, como estrutura fundamental do seu exército nos primórdios da sua existência. As necessidades militares com que Roma se veio a confrontar demostraram-lhe a obrigatoriedade de criar um exército flexível, dinâmico e com recursos ecléticos que lhe permitisse encarar a grande diversidade de adversários que se viu obrigada a enfrentar para se impor e construir um Império. A originalidade da legião manipular, que se tornou o seu modelo de excelência pela especificidade da sua estrutura e organização, revela-nos o grande cuidado com que os oficiais romanos procederam à sua criação.

O modelo falangístico é, na sua essência, uma resposta quase intuitiva e empírica resultante de um conjunto de milhares de homens que se esforçam em conjunto por derrotar um exército adversário munidos de lanças e escudos. Pelo contrário, a estrutura da legião romana é o resultado de uma reflexão sobre as condições do combate, de uma observação de processos de luta, sendo um protótipo resultante de um processo de extrema racionalização militar de recursos. A sua peculiar estrutura, baseada em grupos espacialmente alternados, com chefias de proximidade, com capacidade de executar operações autónomas, mas que se organiza também numa vasta ordem de batalha, só poderá

[16] Em latim a palavra *legio* (legião) remetia para a ideia de um conjunto de indivíduos organizados para um determinado fim que foi adquirindo uma conotação militar que indicava a leva de soldados que eram alistados pelo povo romano durante um ano. Com a vulgarização do vocábulo neste sentido a *legio* acabou por se ir tornando a palavra mais utilizada para indicar a subdivisão mais comum do exército. GOLDSWORTHY, 2009, p. 55.

ter resultado de inúmeras experiências que permitiram observar o melhor modo de maximizar o poder bélico de um vasto conjunto de soldados. A legião surge como um modelo que é a expressão de uma nova conceção de guerra em que se abandona a força bruta da falange de perfil grego e se procura um tipo de exército que demonstre uma flexibilidade tática que permita dar resposta a qualquer tipo de ataque a que seja submetido.

Para tentarmos compreender como pode ter surgido tal modelo teremos que remontar às transformações militares que a inteligência tática de um Filipe II e de um Alexandre Magno introduziram nos seus exércitos e com os quais conseguiram construir o vasto Império Macedónico[17]. Poder-se-ia dizer que se neles não encontramos ainda a semente que originará a legião, poderemos já compreender a transformação que operaram no antigo modelo da falange.

[17] HANSON, 2002, pp. 88-92.

CAPÍTULO 2
PARADIGMAS MARCIAIS DO OCIDENTE

2.1. O MODELO MILITAR DA FALANGE GRECO-ETRUSCA. O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR DA *POLIS* DA GRÉCIA CLÁSSICA

Durante a Grécia dita "clássica", que compreende os três séculos anteriores ao aparecimento do período helenístico (final da quarta centúria a.C.), assistimos à constituição de uma miríade de cidades-estado, assim designadas pela autonomia política que orgulhosamente ostentavam[18]. Poder-se-ia mesmo caracterizar o tecido urbano grego deste período como altamente fragmentário e atreito a uma conflitualidade latente[19]. Esta era em grande medida potenciada pela ambição de cada cidade em dominar novos territórios, com o consequente alargamento das suas áreas de influência, buscando a melhoria dos índices socioeconómicos e um papel mais relevante no contexto da política grega[20]. Admitindo-se

[18] Com exceção de Esparta e Atenas, a grande maioria dos Estados gregos não abrangia territorialmente o milhar de quilómetros quadrados, sendo certo que outros nem sequer possuíam uma décima parte deste valor. Um retrato geral da diminuta realidade territorial das *poleis* da Grécia no século V informa-nos que a Beócia dominava cerca de 2.580 km^2, mas compreendia no seu território dez *poleis*, embora mais tarde o seu número tenha duplicado; a Fócida apresentava uma superfície de 1.575 km^2, mas possuía vinte e duas cidades, cada uma com uma extensão de cerca de 70 km^2. Corinto, que sempre fora uma das maiores cidades-estado, tinha uma área de influência que se estendia por 880 km^2. Sícion não passava dos 360 km^2 e Fliunte circunscrevia-se a cerca de 175 km^2. Egina, uma das mais pequenas, apresentava 85 km^2, enquanto a Eubeia possuía oito cidades que atingiam uma média unitária de 460 km^2. Na ilha de Lesbos, com uma área de 1.750 km^2 tinham sido fundadas seis *poleis*, enquanto que em Ceos, ilha com 24 km de comprimento e 13 de largura, se encontravam três cidades-estado totalmente independentes. As cidades de Delos e de Reneia, ficavam nas ilhas homónimas, e possivelmente seriam as mais pequenas com áreas que rondavam apenas os 22 km^2. FERREIRA, 1996, p. 75.
Poder-se-ia dizer que a estimativa para os números da população total, onde se incluem homens livres, escravos, mulheres e crianças nos inícios da Guerra do Peloponeso, rondaria em Atenas 260 mil, enquanto que para Corinto seria possível que se chegasse aos 90 mil. Para as cidades de Tebas, Argos, Corcira e Agrigento os estudos demográficos apontam para cifras entre 40 a 60 mil, mas para a grande maioria das outras *poleis* as cifras são francamente mais reduzidas, com valores que pouco deveriam ultrapassar os 5 mil. FERREIRA, 1996, p. 84.

[19] FERREIRA, 1996, p. 117.

[20] A política, as instituições, a economia, o imaginário social e até a religião contribuíam para um estado de conflitualidade permanente entre as *poleis* gregas. Embora cidades como Atenas, Esparta, Tebas, Corinto fossem as maiores e mais relevantes neste contexto, havia centenas de *poleis* de tamanho diminuto que eram bastante ciosas da sua autonomia e almejavam uma utópica autossuficiência económica.
No entanto, era a consciência da sua pequena dimensão e escassos recursos militares que as forçava constantemente a terem de se filiar nas Ligas lideradas pelas grandes cidades, como a Liga do Peloponeso, a de Delos, a Aqueia, a Etólia. Estas filiações, de carácter voluntário ou, por vezes até, sob coação, ocasionavam muitas vezes a perda de vários aspetos da sua própria autonomia, ficando frequentemente obrigadas ao pagamento de pesados impostos. A pertença às Ligas seria, pois, o único modo pelo qual uma

que os espaços ambicionados configuravam geralmente património das cidades-estado circundantes, tais pretensões eram as principais causadoras do permanente estado de guerra[21]. É, pois, no contexto que decorre deste quadro geopolítico que as cidades gregas, acabam por perspetivar a guerra como o estado natural das relações entre elas[22]. A paz era decorrente tão-somente dos momentos em que a lógica do interesse, organizada em torno das possíveis fragilidades momentâneas e das alianças já constituídas, levava a preferi-la à guerra[23].

O modelo militar por excelência destas cidades-estado era a infantaria pesada, conhecida por falange hoplítica[24], em que poderemos ver de forma analógica, espelhada nas suas conceções militares, a mesma estrutura político-social que orientava o tecido urbano da cidade[25]. O conceito de democracia, estava assim bem patente na sua organização militar igualitária, em que todos os intervenientes possuíam o mesmo equipamento e lutavam em igualdade de circunstâncias. A falange hoplítica era assim um dispositivo militar que se caracterizava por ser constituído por tropa organizada em formação muito cerrada[26], que combatia em várias fileiras com variável profundidade, em número geralmente múltiplo de quatro, com cerca de oito, doze ou dezasseis filas[27], quase sempre em formação de

---

pequena *pólis* grega poderia aspirar a ter uma reduzida participação no complexo xadrez da política grega, embora soubessem que os interesses estratégicos das mais importantes era sempre o único critério que prevalecia.

A conflitualidade era tão constante que se poderia dizer mesmo que a paz era somente o intervalo que tinha de existir entre as guerras e deveria ser sentida apenas como uma trégua. Diga-se que o próprio texto dos tratados em que se consagrava a paz, nunca a referia diretamente, mas esta apenas se via consagrada pelo acordo das partes quanto a uma ausência da guerra.

Por ser concebida como um estado latente, a forma de conceber a guerra entre as *poleis*, adquiriu uma forte componente ritual. Esta assemelhava-se em grande medida ao que se poderia classificar como um torneio, com as suas regras e os seus limites, que deveriam assim ser escrupulosamente respeitados.

SOUZA, 1988, p. 18.

[21] KEEGAN, 2009, p. 320.

[22] Platão, no seu Diálogo sobre as Leis, coloca na boca de Clínias, o cretense, a referência às guerras constantes entre as *poleis*, quando este explica os costumes de Creta e dos respetivos legisladores.

PL. *Laws*, 1, p. 2515:

> CLEINIAS: […] For what men in general term peace would be said by him to be only a name; in reality every city is in a natural state of war with every other, not indeed proclaimed by heralds, but everlasting. […].

[23] FERREIRA, 1996, p. 190.

[24] Falange deriva de uma palavra grega que significa literalmente "um rolo". Daí a formulação do conceito de enrolar a formação adversária. KEEGAN, 2009, p. 325.

[25] BRIZZI, 2004, pp. 21-22.

[26] Considera-se que o período clássico das batalhas travadas pelos exércitos gregos e realizadas com o modelo hoplítico são as que ocorreram entre 480 a.C., onde tiveram lugar importantes batalhas contra a invasão persa, como a das Termópilas ou Salamina, e a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C. Assim, no chamado período clássico inserem-se também as falanges helenísticas de perfil macedónico criadas pelo rei Filipe II, embora se possa considerar terem estas sofrido importantes transformações táticas, nomeadamente pelo papel cada vez mais determinante atribuído aos contingentes da cavalaria pesada e da infantaria ligeira. SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 4.

[27] CONNOLLY, 1998, p. 69.

quadrado[28]. A comprová-lo existem inúmeras representações desta falange hoplítica na arte que nos deixaram, quer nos vasos gregos, quer na decoração dos templos, para além diversas referências literárias que podemos detetar desde cerca de 650 a.C.[29].

Os homens da falange eram equipados com um complexo equipamento marcial, designado por "*panóplia*", constituído por elmos cerrados, corseletes de proteção do tronco[30], grevas nas canelas[31], uma espada de perfil curto para combate corpo a corpo[32] e ainda compridas lanças de choque[33], que neste período tinham cerca de dois, a dois metros e meio de comprimento[34]. Utilizavam ainda um grande escudo, designado por *hoplon*[35], de onde faziam derivar o nome da sua formação, com cerca de oitenta a noventa centímetros de diâmetro e de formato redondo e convexo[36]. Era fabricado em madeira ou couro endurecido, com revestimento de ferro e uma aresta metálica, sendo empunhado pelo guerreiro através de um sistema de dupla pega, com uma braçadeira central por onde passava o braço e uma pega de mão junto à orla do escudo[37]. Nestas formações em falange, pelo perfil do combate que travavam e também pelo ângulo muito apertado em que lutavam, não havia lugar para integrar tipologias de infantaria mais ligeira, como arqueiros, fundibulários, lançadores de

Imagem 2 - Pintura baseada no vaso Coríntio, do século VII a.C., encontrado em Chigi, que oferece uma das poucas visões de falanges hoplíticas em batalha. À semelhança da tapeçaria de Bayeux, os densos grupos de homens mostram-se como soldados sobrepostos uns aos outros [in GOLDSWORTHY, 2003, pp. 22-23].

[28] Depois de fixado, conjuntamente com o inimigo, o local onde iria ter lugar o confronto, em regra um tereno plano e sem obstáculos, a falange dispunha-se, de forma compacta, a fim de garantir a ausência de vazios. Os espaços entre os combatentes eram inferiores a um metro, de tal forma que um exército de dimensões médias, aproximadamente com 10.000 homens, se estendia por cerca de 2,5 km. CARLAN, 1994, pp. 48-73, 59.

[29] CONNOLLY, 1998, pp. 37-40.

[30] SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 11.

[31] SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 12.

[32] EVERSON, 2013, p. 82: «[…] The sword retained its importance in the ninth and eighth centuries and was invariably still the cut-and-thrust, Naue II Type sword introduced in the thirteenth century. It continued in use right through the Archaic period to c. 520, although later examples are rare […]»

[33] SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 12.

[34] CARLAN, 1994, p. 58.

[35] BRIZZI, 2004, p. 22.

[36] KEEGAN, 2009, p. 324.

[37] ADCOCK, 1957, p. 3.

dardos, pois estes necessitavam de mais espaço para poderem executar os seus tiros ou arremessos[38].

Nesta infantaria pesada encontramos uma forma de combate peculiar, onde eram determinantes a rapidez e a intensidade do confronto, que era iniciado por um poderoso embate procurando um desfecho fulminante[39]. Um aspeto bastante relevante é o de neste modelo tático não se pretender ainda o extermínio do exército adversário, como passará a acontecer mais tarde, nomeadamente com os exércitos romanos. O objetivo era ficar dono do campo de batalha, numa clara demonstração de superioridade, a que se seguia a consequente marcha triunfal até à cidade de origem, onde se esperava a respetiva aclamação. Todos estes códigos nos remetem claramente para um tipo de guerra muito ritualizado e de cariz cívico, bem organizado e pré-estabelecido[40].

O enfrentamento era sempre frontal, atacando com as lanças em golpes que geralmente eram executados de cima para baixo, com o braço direito erguido e procurando abrir e explorar brechas na "parede de escudos" do adversário e visando preferencialmente a garganta, a axila ou mesmo a virilha dos inimigos[41]. Procurava-se também explorar as fragilidades que poderiam surgir na formação adversária, tentando provocar brechas através de uma forte pressão física sobre as respetivas fileiras. Este violento empurrão com os escudos, conhecido por otismo (*othismos*)[42], era em grande medida potenciado por uma acentuada pressão exercida pelas fileiras mais recuadas sobre as costas das que se encontravam na sua frente, com o intuito de forçar a desagregação da parede de escudos adversária[43]. Quando tal era conseguido, passava-se a uma nova fase do combate, em que se desembainhavam os xifos, as espadas da panóplia, e se procurava ferir os adversários nas pernas, que constituía uma das partes menos couraçadas, com o objetivo de conseguir a total desagregação (*pararrexis*) da falange inimiga[44].

Poder-se-ia mesmo dizer que este modelo preconizava um generalizado "jogo de empurrões", visto que as centenas de guerreiros das fileiras da retaguarda que não tinham possibilidade de um contacto direto com o inimigo permaneciam no combate quase com a

[38] EVERSON, 2013, p. 51: «[…] The phalanx is a body of men in close order, standing shoulder to shoulder, and closing on the enemy with the thrusting spear. They are called hoplites by ancient Greek authors, after *hopla*, meaning 'arms' or after the name of the large round shield, they used, which was sometimes called the *hoplon*. […]»
[39] ERAMO, 2015, p. 450.
[40] BRIZZI, 2004, p. 26.
[41] BRIZZI, 2004, pp. 24-25; CONNOLLY, 1998, pp. 41-42.
[42] BRIZZI, 2004, p. 27.
[43] CONNOLLY, 1998, pp. 47-48.
[44] KEEGAN, 2009, p. 327.

exclusiva função de exercer pressão sobre as linhas frontais, obrigando ao seu avanço[45]. Apesar da rigidez e estilização deste modelo, tais enfrentamentos provocavam consideráveis baixas, nomeadamente na falange vencida, admitindo-se cerca de quinze por cento de mortes, quase todas provocadas logo no brutal embate inicial, em que a força de impacto das lanças conseguia perfurar escudos e couraças[46].

As perseguições que se seguiam a uma vitória eram de curta duração e num espaço geográfico muito limitado[47], pretendendo-se sobretudo uma vitória que pudesse reforçar posições no xadrez político-militar das *poleis,* cimentar as suas alianças militares, defender zonas de influência e demonstrar a sua capacidade de mobilização.

A extrema compactação da formação destes corpos de exército levava a que o seu confronto apresentasse também um curioso fenómeno de movimento, em que se tendia para uma deslocação massiva para o lado direito durante o decorrer do combate[48]. A falange era constituída por guerreiros que eram sempre forçados a lutar como homens destros para manter a necessária simetria do padrão de combate, empunhando a lança ou espada na mão direita e protegendo o seu corpo com o escudo, do lado esquerdo. Assim defendidos deste lado, apresentavam uma notória fragilidade defensiva na parte direita do corpo, havendo a tendência para que a procurassem minimizar procurando o abrigo da parte saliente do escudo do guerreiro que se encontrava ao seu lado direito. Ora, a constante busca instintiva desta segurança levava a que, pouco a pouco, toda a falange se fosse deslocando para a direita[49]. Atendendo a que na falange contrária se encontrava o mesmo fenómeno, seria naturalmente de esperar que se fosse executando um movimento de rotação para o lado direito, criando uma espécie de "lenta dança marcial", que fazia rodar no sentido contrário aos ponteiros de um relógio a posição que as falanges apresentavam no início do seu enfrentamento[50].

A falange era, pois, um modelo de combate que se desenvolvia de modo muito condicionado, dir-se-ia mesmo ritualizado, e cuja eficácia se circunscrevia ao tipo de guerra próprio do contexto grego, tornando-se no essencial um modelo estagnado no tempo e pouco versátil. A sua fragilidade no enfrentamento com quaisquer outros dispositivos táticos razoavelmente evoluídos era bem patente, nomeadamente quando estes tinham a capacidade de evitar um confronto frontal, através de ataques massivos com armas de arremesso, ou

[45] ADCOCK, 1957, p. 4.
[46] O professor Yvon Carlan salienta as pesadas perdas destes recontros, avaliadas em 14% no que se refere aos vencidos, e em 5% no que se refere aos vencedores. CARLAN, 1994, p. 60.
[47] BRIZZI, 2004, p. 26.
[48] CARLAN, 1994, p. 59.
[49] BRIZZI, 2004, p. 28.
[50] KEEGAN, 2009, p. 325.

quando procediam (eventualmente através de forças de cavalaria) ao envolvimento da falange, investindo sobre os seus flancos ou retaguarda, que se encontravam praticamente desprotegidos.

Apesar das suas fragilidades, este modelo encontrou grande recetividade nos exércitos das culturas mais avançadas da orla mediterrânica, como os Etruscos ou os Cartagineses, e foi igualmente adotado pelos Romanos nos seus primeiros dispositivos táticos, tendo estes últimos reforçado o sistema com duas alas de cavalaria situadas nos flancos, para minimizar as limitações táticas. É bem possível que este dispositivo tenha sido introduzido em Roma pelos seus vizinhos Etruscos[51], nomeadamente no período em que estes exerceram sobre ela uma profunda influência, especificamente enquanto responsáveis pela dinastia final da sua Monarquia[52]. As cidades etruscas, que constituíram verdadeiramente a primeira civilização de perfil urbano da Península Itálica, possuíam uma cultura muito evoluída, fortemente influenciada pelos padrões gregos. As suas cidades estavam instaladas na rica região da Toscânia, a norte de Roma, e apresentavam um tecido urbano muito similar ao que poderíamos encontrar entre os Gregos, quer nas suas estruturas políticas, quer nos seus sistemas militares[53].

Além desta possível influência helénica na definição inicial do modelo militar romano deveremos ainda considerar a que poderá ter sido exercida em resultado da presença das cidades da Magna Grécia, as quais, estando situadas no sudeste da Península Itálica, estariam também aptas a contribuir para a formação do modelo tático romano.

2.2. A Transformação Tática da Falange Macedónica. Os Novos Modelos Táticos

Todo o s*tatus quo* político-militar grego vai sofrer grandes alterações durante o século IV a.C., com a hegemonia conseguida por Filipe II sobre todas as cidades gregas e, sobretudo, com as implicações que as conquistas de Alexandre "o Grande" trazem ao panorama militar do mundo grego clássico, ao introduzi-lo no novo paradigma helenístico[54]. Com este assistimos a uma profunda mudança nos propósitos da guerra devido ao aumento exponencial do tamanho e da eficácia dos exércitos, causado desde logo pelo profundo alargamento do espaço geográfico onde se exigia a sua intervenção.

[51] BRIZZI, 2004, pp. 44-45.
[52] CONNOLLY, 1998, p. 87.
[53] CONNOLLY, 1998, p. 95.
[54] CONNOLLY, 1998, p. 64.

Torna-se assim urgente a necessidade de uma remodelação das estruturas táticas da máquina militar grega, dada a necessidade de conferir uma maior eficácia ao seu desempenho, investindo no desenvolvimento de competências que antes eram quase inexistentes. Era, pois, necessária a criação de um modelo muito mais dinâmico, com uma forte aposta em novas táticas de combate e num maior delineamento estratégico, acrescido de planeamentos suportados por vastos programas logísticos. Trata-se de uma nova compreensão das necessidades da guerra, fazendo concorrer para o mesmo fim muitos fatores que antes não estavam sujeitos, sequer, a planeamento e que eram determinantes para o bom resultado de uma campanha.

Assistimos à mudança radical da conceção de que a guerra era uma atividade quase amadorística, realizada sazonalmente por meros cidadãos e magistrados, rumo a um paradigma em que se torna necessário dotar os quadros do exército de cada vez maior especialização, competência tática, equipamento, disciplina, cadeias de comando, suprimentos e, sobretudo, proceder ao incremento dum treino intensivo.

Esta nova mundividência da guerra, que fora em grande medida idealizada por Filipe II da Macedónia, demonstrou bem a sua eficácia quando, em 338 a.C., se assistiu à fulgurante vitória macedónica sobre a alargada aliança helénica, liderada por Atenas e por Tebas, na Batalha de Queroneia[55]. Com este esmagador sucesso, Filipe II torna-se *hegemon* de toda a Grécia, submetendo à autoridade ditatorial macedónica, todas aquelas cidades-estado que se tinham anteriormente constituído como paradigmas da liberdade e da democracia[56]. Obteve-se, assim, a prova de que era este perfil profissionalizante que se tornava urgente incrementar nos exércitos, pois só assim estes teriam as competências que lhes dariam as valências necessárias, em detrimento de grupos de cidadãos sem treino e mobilizados ocasionalmente, cuja vida se desenrolava ordinariamente em outras atividades.

Quando Filipe II se havia tornado rei da Macedónia (em 359 a.C.), tinha encontrado um exército formado por uma vasta massa de camponeses, deficientemente treinada e armada[57], a que se tinha vindo a juntar, desde o século V a.C., um significativo número de mercenários. Monarca pragmático e com grande visão estratégica, decidiu iniciar um processo que lhe permitiria a criação de uma poderosa máquina militar, transformando esses inaptos camponeses num verdadeiro exército profissional, bem armado, organizado e treinado.

---

[55] ADCOCK, 1957, p. 11.
[56] CONNOLLY, 1998, pp. 65-66.
[57] CONNOLLY, 1998, p. 68.

Filipe dedicou a este trabalho a maior parte do seu tempo, esforçando-se pessoalmente pela introdução de novos recursos táticos que permitissem conferir um maior dinamismo ao seu exército[58], minimizando assim as fragilidades da falange hoplita. Para tal, teve de diversificar os corpos da infantaria, bem como de incrementar o papel da cavalaria, atribuindo-lhe um grande pendor ofensivo. O seu empenho nesta tarefa permitir-lhe-ia tornar o exército quase uma grande milícia pessoal, com a qual pretendia tornar-se o *hegemon* de toda a Grécia, aproveitando a secular desunião dos seus vizinhos a sul, cujas cidades sempre enfermaram de uma rivalidade latente.

A capacidade do exército de Filipe II da Macedónia ficou bem patente desde que, a 2 de agosto de 338 a.C., derrotou, na planície de Queroneia[59], a já aqui citada coligação das cidades gregas lideradas por Atenas e Tebas, que lutavam desesperadamente para manter a sua independência[60]. O resultado desta batalha, conduziu, como dissemos, à subordinação definitiva destas cidades às aspirações expansionistas do rei macedónico[61]. Diga-se que, apesar de ambos os exércitos contarem com um total de efetivos bastante similar, com números próximos dos 25.000 homens de infantaria e 5.000 cavaleiros, a vitória macedónica foi esmagadora, ao sofrer apenas baixas residuais, ao passo que os Gregos tiveram mais de 2.000 mortos e 4.000 prisioneiros.

O rei macedónico introduziu no seu exército um importante potencial militar, nomeadamente através da remodelação das funções táticas da infantaria pesada, a que se juntou o dinamismo conseguido pela investida de infantaria ligeira e o ataque fulminante da cavalaria. Tais inovações permitiram executar movimentos táticos mais calculados e que se adequavam às necessidades particulares que surgiam em cada batalha[62]. A tudo isto juntou também um reforço de uma motivação nacionalista para levantar o moral e tentar maximizar assim o esforço do seu exército, procurando reunir, como diz Aristóteles na sua *Ética a Nicómaco*[63], todas as condições para mudar a forma de conceber a guerra.

O rei macedónico compreendeu que, se pretendia obter sucesso nas suas campanhas, teria de dispor de novos recursos táticos, ao invés de enfrentar as falanges gregas opondo-lhes outras semelhantes, pois tal não permitiria a exploração das respetivas fragilidades. Para conseguir tal objetivo, era necessário investir no aumento da cavalaria, a fim de permitir o

[58] CONNOLLY, 1998, p. 64.
[59] ADCOCK, 1957, p. 27.
[60] BRIZZI, 2004, pp. 35-36.
[61] CONNOLLY, 1998, p. 65-66.
[62] ADCOCK, 1957, p. 24.
[63] ARIST. *EN*. 3.1116b.15, p. 81.

ataque rápido pelos flancos e pela retaguarda, bem como na criação de uma infantaria ligeira munida de armas de arremesso e de grupos de soldados treinados para lutar em terrenos acidentados.

Com esta profunda reforma, todas as suas tropas passaram a possuir um estatuto profissionalizante, com direito a receber pagamento e sendo submetidas a um duro treino diário. Os soldados macedónicos foram organizados em batalhões com capacidade para atuar de forma autónoma, mas cuja intervenção deveria estar ao serviço de uma funcionalidade tática global[64]. A criação de uma máquina militar com tais características não só permitiu ao pai de Alexandre Magno vir a impor-se na Grécia, como até a aspirar a conquistas no oriente com as quais algum soberano ocidental jamais havia sequer ousado sonhar.

Se a Grécia já tinha teorizado sobre os múltiplos aspetos inerentes à conflitualidade organizada, é, pois, a prática destes guerreiros profissionais que vem mostrar o quão necessário era uma mudança generalizada que permitisse a adequação dos exércitos às novas exigências da guerra, embora estas práticas fossem mais dispendiosas e mais mortíferas[65]. Surgem assim, em meados do século IV a.C., exércitos formados por soldados com total dedicação às artes da guerra, com melhor preparação física, com equipamento adequado, com maior competência no manejo das suas armas e que integravam contingentes de cavalaria e de infantaria ligeira, acrescidos de arqueiros e fundibulários, num todo dinâmico muito mais preparado para enfrentar com sucesso diferentes tipos de adversários. As suas cadeias de comando tornam-se também bem definidas e articuladas, com os seus corpos comandados por oficiais profundamente conhecedores da guerra e reconhecidos pela sua competência, condições estas que não se verificavam nos anteriores exércitos gregos, visto que o estatuto de igualdade dos cidadãos não permitia que muitas destas funções de comando fossem bem definidas, ou mesmo acatadas.

Encontramos aqui um importante momento de viragem das conceções da guerra, em que assistimos ao abandono das formas ritualizadas, de modelos estanques de combate, rumo a uma nova tipologia de conflito, em que o objetivo é a aniquilação da capacidade de combate do adversário, infligindo-lhe derrotas esmagadoras, pretendendo conseguir o máximo número de baixas e em que se torna legítimo, para atingir tais fins, deitar mão a todos os recursos. Cada batalha torna-se, assim, desde então um desafio, um considerável problema tático que só os generais de comprovada competência, à frente de exércitos bem treinados e equipados, estão à altura de vencer. A guerra adquire uma feição de brutalidade,

[64] ADCOCK, 1957, pp. 26-28.
[65] ADCOCK, 1957, p. 13.

de ferocidade sem limites, onde só a incapacidade militar de uma das partes constitui razão suficiente para pôr termo a uma batalha. Busca-se a todo o custo o extermínio do adversário, procurando, mesmo depois da vitória no terreno, a total aniquilação do perdedor, perseguindo de forma implacável os sobreviventes durante distâncias consideráveis.

A definição da estratégia adquire, assim, uma importância fundamental, pois a guerra deixa de se circunscrever ao resultado de uma batalha, mas alarga-se ao conjunto de todos os bens do adversário, passando as suas cidades, os seus recursos humanos e a sua riqueza a fazer parte integrante do esforço de guerra, com o que esta adquire uma dimensão global. A importância do esforço de guerra torna-se a empresa essencial do Estado, a base onde assenta a condição que assegura a sua sobrevivência ou extinção.

Este modo de conceber a guerra, com a tendência para a especialização militar e o alargamento dos recursos implicados, pode-se igualmente constatar no Oriente, nomeadamente nos exércitos chineses, que sofreram grandes remodelações durante esta mesma cronologia. A guerra na China era, até então, realizada também num quadro de cariz ritual, que tendia para moderar a sua violência e para se extinguir no final de uma única batalha, habitualmente pouco sangrenta. Mas no início do século V a.C., com o aparecimento de unidades políticas mais alargadas, os diversos Estados começaram a organizar-se em exércitos permanentes e com carácter profissionalizante. Surge assim uma casta de militares dedicados, com marcados resultados na disciplina e na orgânica das tropas, chegando-se nesta altura à seleção de elementos que virão a constituir os corpos de tropas de elite. Estas profundas mudanças assinalaram o início de um novo tempo, que culminará com uma paulatina unificação do vasto território chinês, nomeadamente na dinastia *Qin*, no final do século III a.C. É a época do início da construção da Muralha da China e da primeira grande dinastia, que controlou a maior parte do território, com o imperador *Qin Huang-Di* a ser um dos responsáveis por esta revolução militar no Oriente antigo[66]. A tudo isto não foi alheia a importância da teorização estratégica de militares como Sun Tsu ou Sun Bin, que pensaram o fenómeno da guerra nas suas implicações práticas, analisando os diversos modelos táticos e determinando as melhores estratégias, já perfeitamente imbuídos de referenciais universalizantes, concebendo-a como a tarefa fundamental para viabilizar a existência (e a sobrevivência) do Estado[67].

[66] GERNET. 1996.
[67] SUN BIN, 2008.

2.3. Uma Nova Compreensão do Fenómeno da Guerra. A Orgânica Tática dos Exércitos Helénicos de matriz Macedónica

Se a orgânica da antiga falange hoplítica era constituída quase exclusivamente por tropas apeadas, assistimos, com Filipe II da Macedónia e com os subsequentes desenvolvimentos introduzidos por Alexandre III, a uma substancial integração de corpos de cavalaria que passarão a desempenhar um novo papel tático[68]. Trata-se desde logo de uma mudança fundamental na dinâmica de combate, fazendo apoiar na velocidade e na capacidade de impacto de homens montados a parte principal da investida. A infantaria pesada de perfil hoplítico, que era antes a força de combate por excelência, passa agora a assegurar a contenção da investida do adversário, deixando para os diferentes corpos da cavalaria o principal esforço do ataque decisivo. Isto exigia uma boa coordenação entre estas duas armas e viabilizava novas tipologias de combate, com bastante mais recursos táticos que se adequavam com maior eficácia às exigências constatadas no terreno.

O rei macedónico não pretendeu eliminar a estrutura falangística, pois a "parede de lanças" possuía as suas virtualidades ao refrear a investida dos exércitos gregos, dada a sua capacidade de imobilização daquelas falanges, não necessitando assim de tantos efetivos para investirem em poderosas cargas. Neste novo contexto tático seria importante o aumento do comprimento das lanças, por forma a que, mesmo com menor número de homens, tivessem condições de suportar o ataque dos exércitos adversários[69].

A infantaria passaria também a estar munida de lanças com dimensões superiores às que eram anteriormente utilizadas, pois se antes estas não ultrapassavam os dois metros e meio, exibiam agora quatro metros ou até mais[70]. Tal recurso veio permitir um maior dinamismo de combate, pois as fileiras que se localizavam por detrás das primeiras podiam agora participar em simultâneo com estas no enfrentamento direto dos seus oponentes. Admitindo-se que um guerreiro pegaria na haste de uma destas grandes lanças deixando para trás de si cerca de um terço do seu tamanho, a arma ficaria com um comprimento ofensivo real de dois a três metros; assim, atuando por sobre os ombros dos companheiros, poderia potenciar o ataque sobre os rostos ou os ombros dos adversários. Estas lanças de grande envergadura, designadas por sarissas, aumentaram tanto o potencial agressivo da infantaria

[68] BRIZZI, 2004, pp. 30-31.
[69] BRIZZI, 2004, p. 31.
[70] CONNOLLY, 1998, p. 69.

pesada que a tornaram quase imbatível no enfrentamento frontal, tal era a densidade de lanças que poderiam desferir golpes na zona nevrálgica do combate.

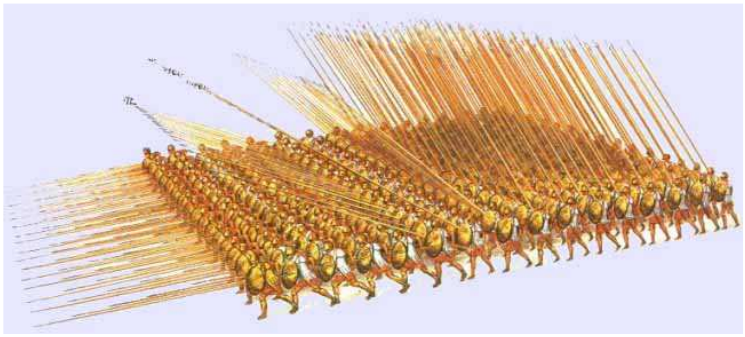


Imagem 3 - Uma *speira* ou *syntagma* (256 homens), a unidade básica da falange macedónica. Os hoplitas formavam em ordem cerrada com uma profundidade de 16 homens. Numa carga, as lanças das cinco primeiras fileiras projetavam-se além da linha de frente; os restantes soldados erguiam as lanças para amortecer o impacto dos projeteis arremessados pelos opositores. [in CONNOLLY, 1998, p. 78]

Esta infantaria, criada pelo génio militar de Filipe II, teria essencialmente a função de imobilizar a investida do adversário, enquanto a cavalaria executava os principais movimentos ofensivos, com ataques pelos flancos e através de manobras de envolvimento. Diz-nos Glenn R. Bugh que esta infantaria pesada possuía novas virtualidades combativas, não só pelo maior número de fileiras envolvidas no ataque direto, mas também porque as sarissas eram manejadas com ambas as mãos, o que lhes conferia uma muito maior capacidade de penetração[71]. O seu comprimento permitia apoiar as conteiras no chão, formando um angulo agudo com o solo, o que lhes concedia uma particular capacidade para imobilizar qualquer adversário, mesmo que se tratasse de uma investida de cavalaria. Para compensar a impossibilidade de uma utilização tradicional do escudo causada pela necessidade de utilizar ambas as mãos no manuseio das sarissas, os exércitos macedónicos adotaram uma solução que consistiu em pendurá-los ao peito, funcionando assim como poderosas couraças frontais.

Estamos mesmo convencidos de que a criação das sarissas macedónicas, com lanças que podiam atingir os 5 metros de comprimento, visaria tornar a sua infantaria pesada mais eficaz, ao garantir-lhes um maior ângulo de ataque. Outra das suas importantes inovações táticas resultou da dificuldade de manusear lanças tão pesadas e compridas, pois estas exigiam agora um maior esforço para serem manobradas com eficácia, impondo a utilização de ambas as mãos. Para tal, a sua infantaria pesada passou a proteger-se com escudos de menores dimensões, adaptados – como dissemos – para serem suportados ao peito, a fim de libertarem a mão e o braço esquerdo[72].

É bem possível que esta ideia de um exército constituído por grupos táticos autónomos que combatem de forma articulada tenha pouco depois influenciado as conceções militares romanas, quando estes começaram a considerar que seria necessário iniciar um processo de

[71] BUGH, 2007, p. 270.
[72] BRIZZI, 2004, pp. 32-33.

remodelação do seu próprio sistema tático. Desde sempre que os exércitos eram constituídos por diferentes armas, mas estas tinham funções de caráter independente no campo de batalha e intervinham muitas vezes de forma pouco funcional. Todavia, a visão global integrada destes grupos num sistema tático organizado que pudesse maximizar as suas capacidades particulares é uma ideia saída da brilhante mente estratégica do monarca macedónico.

Na nova conceção de Filipe II não seria necessário que a falange se organizasse com inúmeras fileiras de profundidade, porque já não necessitava de conseguir ímpeto para uma poderosa carga que quebrasse as linhas adversárias, a sua função era agora a de conseguir imobilizar o adversário, de modo a que a cavalaria pudesse executar o trabalho ofensivo principal[73].

A necessidade de formar a falange com inúmeras fileiras de lanceiros para que, empurrando-se para a frente, conseguissem o ímpeto necessário para romperem a linha adversária, era uma característica do antigo tipo de combate. Esta mais ligeira organização falangística que Filipe criou não estava dependente já desta força bruta, podendo ser constituída por um número bastante inferior de fileiras. Este sistema tinha ainda a vantagem de permitir a extensão frontal da vanguarda das linhas da infantaria pesada, ao não necessitar de tantos homens para formar filas em profundidade. A expansão das linhas também tornava mais viável a tentativa de envolver corpos do exército adversário, o que era mais uma vantagem deste modelo.

Como veremos, tal recurso tático virá a ser também integrado na orgânica da legião romana, permitindo-lhe executar manobras de envolvimento de grande dimensão, como foi característico de alguns comandantes romanos como Cipião, "O Africano", que procurava com frequência envolver o exército adversário.

Embora esta infantaria pesada apresentasse ainda a típica fragilidade da ordem cerrada da falange hoplítica, pois os guerreiros com tais lanças pouca possibilidade teriam de executar uma manobra que lhes permitisse rodarem sobre si mesmos sem desfazerem a sua formação, aquela estava bastante minimizada pela proteção lateral proporcionada pelo dinamismo da cavalaria e pela existência de infantaria ligeira com muito mais capacidade de movimento.

Outra inovação introduzida por Filipe II, posteriormente com imensa repercussão nos exércitos dos Diádocos, foi a eclética infantaria dos hepaspistas (*hypaspistae*). Estes eram os homens mais capacitados e corajosos da infantaria, submetidos a um duro treino para lhes

[73] ADCOCK, 1957, pp. 26-28.

conferir um desempenho multifacetado no campo de batalha. A sua função era suprir a tendência para o imobilismo da infantaria pesada, formando um corpo treinado para lutar em vários tipos de terreno, com diferentes tipos de armas e em várias formações, conforme imposição da necessidade do momento. Eram os soldados adequados para estabelecer a conexão entre os movimentos frontais da infantaria pesada e a cavalaria, nomeadamente pelo flanco direito, onde tradicionalmente se desenvolvia o ataque desta última[74]. Pela necessidade de acompanharem os rápidos movimentos da cavalaria, os hepaspistas estavam munidos de equipamento mais ligeiro do que a *panóplia* da infantaria pesada, o que lhes possibilitava uma bastante maior liberdade de movimento, mas sem, contudo, temerem o confronto direto com o adversário, visto ainda estarem equipados com uma adequada proteção[75].

Verificada a eficácia destes corpos polivalentes, que foram em grande medida os responsáveis por muitos êxitos nas batalhas de Filipe II e Alexandre Magno, os hepaspistas passaram a integrar definitivamente as estruturas dos exércitos helenísticos, adquirindo grande protagonismo, tanto nos exércitos egípcios de Ptolomeu, como nos contingentes militares dos Selêucidas. Embora por vezes lhes tenham sido atribuídos outros epítetos, estes grupos de tropas especiais tinham uma função polivalente que seria de algum modo comparável (com a devida prudência) ao desempenho hoje atribuível às tropas de Comandos, com uma funcionalidade que se estendia ao cumprimento de missões de alto risco. Eram os elementos que serviam como tropa de choque em combates noturnos, ou que realizavam missões de reconhecimento para além das linhas do inimigo. As suas funções incluíam ainda percorrerem grandes distâncias em marchas forçadas, ou a ocupação rápida de difíceis pontos estratégicos que obrigavam à subida de encostas íngremes.

Entretanto, Filipe II, seguindo os conselhos de Ifícrates na definição de novas táticas de combate, compreendeu o enorme potencial da cavalaria e aumentou os seus efetivos, intensificando o seu treino e tornando-a uma eficaz cavalaria pesada. Esta vai tornar-se o núcleo ofensivo da sua máquina militar em todas as batalhas, realizando poderosos ataques pelas brechas rasgadas na infantaria pesada inimiga, ou investindo velozmente sobre os flancos e a retaguarda do adversário. É precisamente com este modelo tático que o seu filho Alexandre Magno vai obter tão bons resultados nas espantosas batalhas que travou contra o Império Persa de Dario III Codomano.

---

[74] BRIZZI, 2004, pp. 34-35.
[75] CONNOLLY, 1998, p. 70.

Alexandre "O Grande" herdaria esta máquina de guerra e faria dela uma portentosa utilização nas suas vastas campanhas, tendo inclusive melhorado a sua funcionalidade e incrementado o papel da cavalaria. O vencedor dos Persas reorganizou a antiga cavalaria macedónica, conhecida como os "Companheiros", os *hetairoi*, que era originalmente constituída por aristocratas e formava a guarda montada de proteção real[76]. Transformou-a num corpo de tropas de elite que intervinha de forma fulminante e desempenhando um papel fundamental nas suas vitórias. A cavalaria dos Companheiros de Alexandre que o acompanharam na Ásia estava dividida em oito ilas ou esquadrões territoriais (*ilai*), sendo cada *ila* comandada por um ilarca (*ilarch*). O primeiro destes esquadrões, que era maior do que os outros, era conhecido como *ila* real, sendo regularmente comandado pelo próprio Alexandre. Este excelente corpo de elite, treinado para investir com uma formação de cunha[77], permitia-lhe infligir o golpe decisivo que viabilizou a sua maior vitória contra Dario III, ao ser usado para desferir o golpe fatal em Gaugamela[78].

A Alexandre deve-se ainda as inovações que irão caracterizar definitivamente as formações dos exércitos helénicos, acrescentando-lhes o potencial próprio das tropas ligeiras, com a utilização de armas de arremesso e o dinamismo resultante da respetiva mobilidade. Aparece também a cavalaria ligeira, conhecida por pródromos (*prodromoi*), que servia de apoio ao ponto mais vulnerável da cavalaria pesada (os flancos), ajudando-a a preparar e a desferir as suas investidas sobre o interior das tropas adversárias, que perdiam assim a capacidade de manter a sua ordem de batalha, executando ainda, enquanto batedores, ações de reconhecimento muito importantes[79]. A infantaria ligeira tinha também um importante papel desagregador das linhas inimigas, que ficavam expostas a uma chuva de setas e de projéteis, quer em tiro direto quando se encontravam numa posição de proximidade, quer em tiro parabólico quando se encontravam afastadas.

Poder-se-á dizer que, para a redefinição tática destes exércitos de matriz original helénica, mais do que o modo olímpico tradicional de combate (tão veiculado pela *aretê* e pela *Ilíada*, privilegiando a luta corpo a corpo) se impunham agora novas exigências de eficácia, sendo legitimados todos os recursos, desde que conduzissem a uma vitória. É esta nova compreensão da guerra que vai levar a que Alexandre não tenha hesitado na introdução desta infantaria ligeira, mobilizando bons guerreiros, mesmo que estes pertencessem a outras

[76] BRIZZI, 2004, p. 32.
[77] CONNOLLY, 1998, p. 71.
[78] BRIZZI, 2004, p. 36; CONNOLLY, 1998, p. 73.
[79] CONNOLLY, 1998, pp. 72-73.

etnias e desde que apresentassem extrema competência no desempenho técnico das armas de arremesso. É assim que se integram nos exércitos de Alexandre III os famosos arqueiros de Creta, os fundibulários da ilha de Rodes, ou ainda os lançadores de dardos da Trácia.

A articulação tática entre a infantaria pesada, cuja função era travar o ímpeto da investida adversária, e a cavalaria pesada, que tinha capacidade potencial para penetrar e desfazer as formações inimigas[80], ambas coadjuvadas pelos diferentes corpos de tropas ligeiras deslocando-se rapidamente e fustigando o inimigo com armas de arremesso em todos os ângulos, enquanto ele se encontrava imobilizado, transformou este modelo num dispositivo tático de enorme eficácia. Apesar dos seus diferentes corpos, o exército de Alexandre não era um exército heteróclito, mas antes uma unidade tática e bem articulada, com recursos diversificados, mas que se inter-relacionavam numa entreajuda constante[81], maximizando um potencial em que, como diria o grande mestre de Alexandre, Aristóteles, "o todo é mais do que a soma das suas partes".

[80] CONNOLLY, 1998, p. 71.
[81] BRIZZI, 2004, pp. 32-33.

CAPÍTULO 3
OS PRIMÓRDIOS DA LEGIÃO MANIPULAR

3.1. O CONTEXTO MILITAR À ÉPOCA DA ASCENSÃO ROMANA

Com a morte de Alexandre III, a 10 de junho de 223 a.C., assistimos ao aparecimento de numerosos reinos que resultaram do desmembramento do seu império e cujos monarcas eram os grandes generais macedónicos. Estes novos centros de poder, que a historiografia designou por Diádocos ou "Sucessores" (do grego *Diadokhoi*), constituíam, do ponto de vista cultural e militar, os Estados mais avançados e influentes do mundo conhecido. A sua implantação caracterizou o período helenístico, assim designado pela grande efusão da cultura grega, que se estendia da Macedónia até aos territórios das longínquas satrapias da Báctria ou da Índia.

Não havendo qualquer sucessor designado por Alexandre, surge logo no ano subsequente à sua morte uma violenta disputa entre os seus comandantes, para determinar qual deveria tornar-se o futuro imperador. Depois de um impasse já eivado de uma conflitualidade latente, distribuem-se os territórios ficando Ptolomeu como rei do Egito e da Líbia, Laomedonte rei da Síria e da Fenícia, Filotas na Cilícia, Peiton na Média, Antígono na Frígia, Lícia e Panfília, Asandro na Cária, Menandro na Lídia, Lisímaco na Trácia, Leonato na Frígia e Neoptólemo na Arménia. Na Macedónia e na Grécia instala-se Antípatro, tendo como corregente Crátero; já Eumenes de Cardia instala-se na Capadócia e na Paflagónia, Arconte na Babilónia, Oxiartes em Gandara, Sibírcio em Aracósia e Gedrósia, Estasanor na Ária e Drangiana, Filipo na Báctria e Sogdiana, Fratafernes na Pártia e Hircânia, Tlepólemo na Carmânia, Atropates no norte da Média, Arcesilas no norte da Mesopotâmia e, finalmente, Poro e Taxiles nos seus longínquos reinos da Índia[82].

Estas monarquias emergentes vão ao longo do século III a.C., estabelecer um clima de grande conflitualidade, pretendendo afirmar a sua primazia perante as outras realidades político-militares e consolidar o domínio das respetivas dinastias. Os novos Estados viam a guerra como o modo de afirmar o seu poder e de alargar as suas zonas de influência, desde

[82] CONNOLLY, 1998, pp.67-68.

que esses conflitos não destruíssem a sua máquina militar e as contrapartidas estratégico-económicas que daí resultassem fossem compensadoras.

Segundo Políbio, fonte privilegiada do xadrez político-militar do período em causa, a conflitualidade tendia a esbater-se, ou mesmo a chegar a um término, quando uma das partes beligerantes tinha uma clara desvantagem relativamente ao seu adversário, o que a levava a propor um acordo para a resolução do conflito, antes que a manutenção desse esforço de guerra a colocasse em situação difícil dentro do novo xadrez político. Esta situação desfavorável de um dos elementos em litígio não implicava habitualmente o colapso da sua existência enquanto Estado soberano, mas antes a cedência de determinados territórios, ou das pretensões a estes, e um consequente reparar dos possíveis danos através do pagamento de indemnizações de guerra. Para a manutenção de um tal xadrez político-militar era, pois, necessário que houvesse algum equilíbrio de forças entre os intervenientes neste constante redesenhar de fronteiras e alianças, onde o desaparecimento definitivo de algum dos seus elementos mais relevantes poderia conduzir a um desequilíbrio com consequências imprevisíveis na esfera política global. Por outro lado, o alargamento substancial de qualquer um destes reinos, com o aumento exponencial do seu território e da sua capacidade bélica, era acontecimento geoestratégico que convinha a todos os restantes intervenientes evitar.

Exercia-se militarmente esta dinâmica de guerra conquistando uma ou outra cidade do adversário e devastando o seu território com intervenções intimidatórias, até que a fragilidade de uma das partes a levasse a pedir um acordo em que se propunham contrapartidas para o desfecho do conflito. Era, pois, um mapa generalizado de conflitos latentes, tendo como expressão prática um "jogo calculado de influências", onde deveriam estar garantidas logo à partida as condições básicas que viabilizassem os objetivos pretendidos por uma guerra. É precisamente no quadro cronológico do estabelecimento deste complexo quadro geopolítico que Roma inicia de forma consistente o seu longo processo de expansão, então ainda circunscrito à Península Itálica com o advento da Segunda Guerra Samnita (326-304 a.C.), um conflito cujo desfecho lhe assegurou a clara afirmação do seu poder.

3.2. Considerações Sobre as Origens da Legião Romana

Como forma de estruturar a sua organização militar, Roma escolheu, num dado momento, instaurar a disciplina que se tornará de seguida, como diz Vegécio[83], a força principal dos exércitos romanos[84]. Em consequência ela adota a organização em falange.

É possível que até ao terceiro quartel do século IV a.C. os Romanos tenham mantido no seu exército o tradicional dispositivo falangístico de inspiração helénica que antes parecia ser o mais adequado a uma força militar organizada, tal como aconteceu com os povos mais desenvolvidos da orla mediterrânica, como os próprios Gregos, os Cartagineses[85] ou os Etruscos[86]; no entanto, também é provável que a ocorrência de alguns reveses militares romanos, a que se somaria o conhecimento dos espantosos resultados das campanhas de Alexandre, tenham feito questionar um tal paradigma.

Com o enfraquecimento do papel da falange nos exércitos macedónicos e a dura guerra que os Romanos iriam ter de travar com os povos montanheses do Sâmnio[87] e os seus aliados Brúcios e Lucanos, veio impor-se-lhes a necessidade de remodelar o seu modelo tático. Dir-se-ia mesmo que, quase de imediato, os Romanos foram obrigados a fazê-lo ante a perspetiva de terem de intervir em terrenos acidentados, pouco adequados ao sistema falangístico, nomeadamente após sofrerem um estrondoso revés militar, como aquele que se verificou na chamada Batalha das Forcas Caudinas[88].

Tais vicissitudes, estamos em crer, poderão ter levado os Romanos a procurar uma nova orgânica militar que não só desse uma renovada dinâmica ao seu exército, como também o tornasse suficientemente versátil para enfrentar diferentes tipologias de adversários e de territórios. Se Roma queria manter a sua decidida afirmação na Península Itálica, tinha de encontrar um modelo tático eclético que lhe permitisse ser uma máquina de guerra eficaz, contra todos os perfis de guerreiros e em diferentes tipos de terreno[89]. Esse modelo não deveria garantir a vitória apenas numa batalha travada em terreno aberto, mas tinha de sê-lo em qualquer cenário de guerra.

A grande coesão da falange era um dispositivo tático particularmente adequado às circunstâncias e convenções dos Gregos, segundo as quais os soldados deviam lutar num

---

83 VEG. 2.2.
84 HANSON, 2002, p. 20.
85 MONTEIRO, 2020a, p. 147: «[…] Tanto quanto se sabe, foram alguns fenícios oriundos da cidade de Tiro (no atual Líbano) que, nos finais do séc. VIII a.C., fundaram a urbe de Cartago. […]»
86 BRIZZI, 2004, p. 44.
87 BRIZZI, 2004, p. 62.
88 BRIZZI, 2004, p. 47.
89 LIV. 8.6.

terreno plano, o que lhes permitia manter a sua densa formação. Logo que a luta se via transportada para cenários acidentados, com notórias elevações, declives abruptos, planos inclinados, rochas salientes, salpicadas de outeiros e de vegetação, a formação falangística tornava-se ineficaz, ao não poder movimentar-se sem perder a sua coesão[90].

Além do mais, tal dispositivo, apesar da sua aparência intimidatória, só adquiria franca viabilidade quando se propunha enfrentar um exército com um modelo bastante similar. Quando o adversário colocava no terreno um dispositivo tático diferente em que lhe fosse possível desdobrar as suas forças, a falange demonstrava toda a sua fragilidade, ao poder ver-se atacada pelos flancos e pela retaguarda, pontos em que exibia notória fragilidade. A compactação de milhares de homens com compridas lanças apontadas num sentido frontal criava uma estrutura extremamente rígida, por estas estarem entre os corpos ou as cabeças dos companheiros que se encontravam na sua dianteira, tornando este modelo praticamente unidirecional. Além disso, a falange era também um alvo muito exposto às armas de arremesso pois, devido à compactação dos seus elementos, permitia ao inimigo maximizar o resultado de um ataque à distância, sofrendo-se assim pesadas baixas.

Não sabemos com exatidão quando é que o modelo que conhecemos como legião manipular começou a ser esboçado[91], mas tudo indica que ele terá sido o resultado do trabalho de oficiais romanos que, confrontados com as novas exigências da guerra, foram procurando soluções e elaborando um protótipo que poderá ter adquirido consistência ainda no decurso da Segunda Guerra Samnita (326-304 a.C.)[92].

3.3. Um Momento Crucial: A Humilhação Romana nas Forcas Caudinas

Durante a Segunda Guerra com os Samnitas, os Romanos vão sofrer um dos episódios mais humilhantes a que foram submetidos durante a sua longa história militar. A primeira guerra com estes povos montanheses foi de curta duração (343-341 a.C.), tendo-se circunscrito aos próprios territórios do Sâmnio.

Um contexto bem diferente se verifica cerca de vinte anos depois, durante a Segunda Guerra Samnita, onde um excesso de autoconfiança por parte dos Romanos e a sua evidente inexperiência em combate de montanha terá provocado um desastre tão marcante como o

[90] ERAMO, 2015, p. 450.
[91] LE BOHEC, 2004, p. 10.
[92] BRIZZI, 2004, p. 47.

que se veio a verificar nas Forcas Caudinas[93]. Estamos mesmo em crer que o resultado destes acontecimentos deverá ter tido uma enorme repercussão no moral romano e forçado a necessidade de repensarem o seu sistema tático, pois terá ferido de forma muito particular o orgulho militar da Urbe.

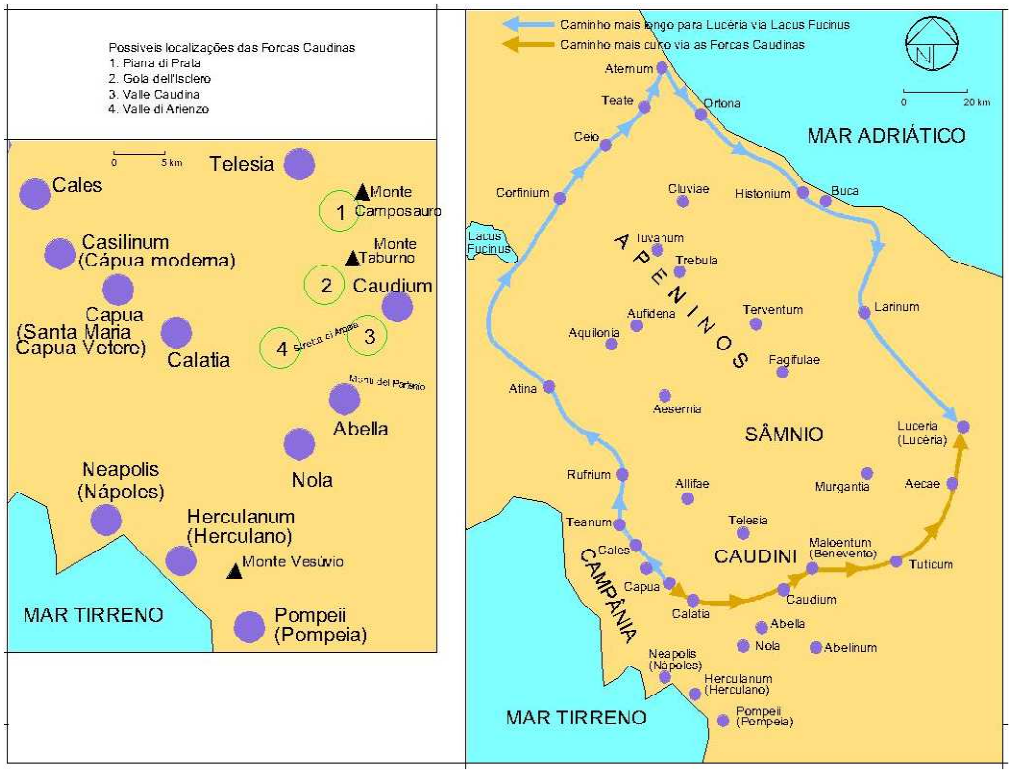


Imagem 4 - Os percursos que, em alternativa, se colocavam ao exército romano de Tito Vetúrio Calvino e Espúrio Postúmio Albino para alcançar a cidade de Lucéria, em 321 a.C., e detalhe do caminho escolhido (o mais curto) onde se indicam quatro possíveis localizações das Forcas Caudinas. (Desenho nosso baseado em FIELDS; O'BROGAIN, 2021, pp. 52 e 66).

A Batalha das Forcas Caudinas, que ocorreu em 321 a.C., foi um evento decisivo da Segunda Guerra Samnita[94]; contudo, poder-se-ia dizer que, por mera formalidade histórica, foi impropriamente designada como tal, pois não há registo de que tenha havido um confronto, nem tão-pouco temos notícia de baixas de qualquer um dos lados[95].

As tropas romanas, que eram lideradas pelos inexperientes cônsules Tito Vetúrio Calvino e Espúrio Postúmio Albino[96], estavam empenhadas numa rápida campanha contra os Samnitas, na sequência de estes terem posto um forte assédio à cidade de Lucéria, uma das urbes transapeninas aliadas dos Romanos. Com a urgência de romper o cerco, os

93 DE MAN, 2020, p. 132.
94 FIELDS; O'BROGAIN, 2021, pp. 70-93.
95 GONZÁLEZ, 2005 ("*Caudium* I"), p. 132.
96 FIELDS; O'BROGAIN, 2021, p. 72.

Romanos, ao procurarem efetuar o caminho mais curto, não hesitaram em entrar pelos difíceis terrenos situados entre a Campânia e o Sâmnio, o que os obrigava a cruzar o passo de montanha das Forcas Caudinas, nos Montes Apeninos[97].

O exército romano envolvido nesta ação era considerável, sendo constituído por duas hostes consulares, cada uma delas formada por duas legiões e pelo equivalente número de tropas dos aliados itálicos, perfazendo na totalidade uns 34.000 homens. Todavia a inexperiência dos seus comandantes, a que se somou uma ardilosa manobra de Gaio Pôncio, chefe dos montanheses, levou a que todo o exército romano, incluindo a cavalaria, tivesse incautamente entrado no passo de montanha das Forcas Caudinas. Depois de o terem percorrido, ladeados de escarpas de ambos os lados, aperceberam-se de que tinham a saída do passo impedida por um forte contingente samnita, que os esperava emboscado[98]. Os Romanos tinham sido vítimas de um logro urdido por Gaio Pôncio, o chefe dos Samnitas, que fez circular um boato de que as suas tropas se encontravam longe dos Romanos, impondo um cerco à importante cidade de Lucéria, o que era mentira… Assim, o caudilho samnita conseguira o seu objetivo, encontrando-se agora o seu exército a emboscar os dois exércitos consulares nas gargantas das Forcas Caudinas[99].

De forma ingénua, revelando bem a sua inexperiência neste tipo de terreno, os Romanos tentaram recuar, mas, como seria natural, o local por onde tinham entrado no desfiladeiro já estava agora tomado e fortemente defendido pelos adversários... Cercados por escarpas e sem qualquer possibilidade de fuga, os Romanos ainda tentaram conseguir uma saída realizando alguns ataques que se revelaram infrutíferos, pois a posição tática dos Samnitas e a sua experiência em combate de montanha eram muito superiores.

Os Romanos compreenderam então que a sua situação era desesperada, ao constatarem que não teriam condições de permanecer em local tão inóspito durante muito tempo, visto que este não lhes poderia oferecer quaisquer suprimentos e nem mesmo água. Neste momento de desespero, devem ter tido tempo para compreender que tinham sido extremamente incautos ao não terem realizado quaisquer manobras prévias de exploração do terreno através de batedores, e ao terem feito entrar no desfiladeiro a totalidade dos efetivos do seu exército[100]. Estando encurralados e numa situação em que não tinham

[97] CHRYSTAL, 2015, pp. 71-73.

[98] LIV. 9.2.6-11.

[99] O comandante samnita Gaio Pôncio, através do envio de soldados disfarçados de pastores, terá feito espalhar o boato por diversas populações da Campânia, dizendo que os Samnitas se encontravam bastante a sul, numa campanha na Apúlia, onde estavam a assediar Lucéria, uma das poucas cidades aliadas de Roma naquela região. LIV. 9.2; FIELDS; O'BROGAIN, 2021, p. 72.

[100] FIELDS; O'BROGAIN, 2021, pp. 77-80, 83.

condições para forçar uma saída sem serem massacrados, os Romanos concordaram em negociar uma possível rendição.

É digno de nota que os montanheses não tenham aproveitado a sua favorável situação para tentar aniquilar aquele exército invasor, para o que lhes teria bastado forçarem aqueles milhares de homens a permanecerem num cativeiro prolongado naquele lugar hostil, onde desapareceriam por inanição, ou onde seriam forçados a uma tentativa suicida para conseguir a fuga. Razões relacionadas com o jogo de forças entre cidades, clãs e tribos dos Apeninos exigiam muitas vezes que se poupasse do extermínio total certas forças do xadrez político-militar itálico, e Roma constituía-se já nesta altura como uma importante peça no contexto da Península.

O desespero da situação levou os Romanos a aceitar termos que seriam considerados particularmente humilhantes para a honra militar dos homens de qualquer exército e em qualquer momento histórico[101]. Entre as condições óbvias que lhes foram impostas estava a exigência de evacuação imediata de todos os colonos romanos estabelecidos no vale do rio Líris, bem como o abandono das posições fortificadas que os descendentes de Rómulo já possuíam nos territórios do Sâmnio. A fama da sanha expansionista de Roma já deveria ter chegado a terras samnitas, pois é surpreendente que uma outra cláusula previsse que a Urbe se comprometesse a desistir das suas campanhas naqueles territórios durante pelo menos cinco anos. Além do mais, alguns dos termos negociais sugerem que os Samnitas prefeririam encetar boas relações com Roma e obter alguma salvaguarda relativamente àquela cidade do Lácio, que evidenciava já algumas pretensões imperialistas.

A punição fixada pelos Samnitas para os invasores revestiu-se de um carácter particularmente humilhante e pretendeu atingi-los no seu orgulho militar, tendo este episódio da sua História sido tão marcante que, como iremos ver, é bem possível que possa ter configurado o momento em que o exército romano iniciou o processo de reestruturação das suas conceções táticas, deixando o perfil monolítico da falange e buscando um modelo articulado por módulos de combate a que modernamente chamamos de "legião manipular". A constatação de que todo o seu exército poderia ser em simultâneo apanhado num ardil tático, ou mesmo cercado em batalha, poderá ter levado os oficiais romanos a ensaiar novos modelos, onde se dividia a falange em múltiplos grupos autónomos. Se era necessário criar um modelo mais dinâmico e com mais valências do que a massa compacta de uma falange, então era necessário encontrar uma forma de a organizar em grupos disciplinados de

[101] LIV. 9. 3-5.

combate, com chefias experientes, que pudessem combater em qualquer tipo de terreno e que se pudessem apresentar também numa grande ordem de batalha. Este momento da sua História foi sentido, não só como uma desmoralização do seu exército, mas também como uma indignidade coletiva que afetou toda a população de Roma. Tito Lívio fala-nos de toda esta tragédia[102] e Apiano descreve com detalhe o humilhante ritual a que foram submetidos os soldados romanos[103].

Na verdade, num ambiente de absoluta desonra militar, os Romanos foram despojados das suas armas e cada um foi vestido com uma túnica grosseira, tendo os que quisessem sobreviver de se sujeitar a formarem uma fila e a passar um a um por baixo de um jugo formado por uma lança samnita colocada em posição horizontal, a baixa altura, sobre outras duas que estavam espetadas no chão, o que obrigava a que os Romanos se tivessem de inclinar para cruzar o improvisado pórtico[104]. É bem expressiva toda esta cerimónia, em que cada Romano se teve de vergar perante a supremacia dos vencedores, efetuando com o corpo um claro gesto de reverência[105]. Este curioso ritual tornou-se ainda mais dramático ao fazer submeter cada um dos soldados romanos a uma humilhação pessoal, sob a vista e a impotência do seu próprio coletivo[106].

As notícias do desastre do seu exército foram encaradas em Roma como um intolerável vexame, cuja desonra atingiu todos os cidadãos, tendo a população recolhido às suas casas e a buliçosa vida da cidade parado durante vários dias[107]. O comércio fechou e todas as atividades políticas no Senado foram suspensas. A vergonha dos soldados que participaram na catástrofe foi tão marcante que, quando regressavam do Sâmnio, nem sequer quiseram entrar em Cápua, com vergonha do seu estado lastimável. Todos eles se encontravam esfomeados, sujos, sem as suas armas, e vestidos apenas com grosseiras túnicas; contudo, muitos destes homens tentaram mesmo esquivar-se de entrar em Roma, indo procurar refúgio nas zonas rurais e só admitindo entrar na Urbe quando pudessem estar protegidos pela escuridão da noite, de forma a não serem reconhecidos[108].

O desalento foi tão generalizado que, durante todo esse ano, se proibiram quaisquer manifestações de júbilo, mesmo que estas fossem de carácter particular, como por exemplo festas e casamentos. Os dois cônsules que lideraram a trágica campanha encontravam-se tão

[102] LIV. 9.2-6.
[103] APP. 3.4.
[104] LIV. 9.5.
[105] FIELDS; O'BROGAIN, 2021, p. 85.
[106] CHRYSTAL, 2015, pp. 72-73.
[107] FIELDS; O'BROGAIN, 2021, pp. 87-92.
[108] LIV. 9.6,7.

desmoralizados que não exerceram desde então qualquer outro ato de comando e as reações, quer no exército, quer na população, extremaram-se a tal ponto que havia propostas para que todos os Romanos que tivessem estado associados àquela desonra fossem exilados.

Este momento deverá ter sido coletivamente dos mais funestos para Roma, que mal conseguia admitir que tais acontecimentos tinham sido protagonizados por um exército de que já tanto se orgulhava. Estamos em crer que todo este período de desalento deverá ter suscitado perguntas sobre o próprio sistema militar romano e sobre o seu funcionamento, sendo provável que se tenha concluído que seria necessária uma mudança profunda no dispositivo tático romano para garantir que uma situação idêntica não voltaria a manchar as páginas da sua história. Se Roma, mais tarde, tolerará assistir com maior compreensão a grandes desaires como o das Batalhas de Canas (216 a.C.) ou de Adrianopla (378 d.C.), estas últimas foram derrotas em que os seus homens se bateram com coragem, deixando a honra romana ressalvada com os corpos dos soldados caídos no campo de batalha. Tais episódios seriam, pois, de carácter bem diferente da humilhação sofrida pelos soldados da Urbe nas Forcas Caudinas, ao terem-se ingenuamente deixado encurralar num perigoso passo de montanha e, sobretudo, ao não terem tido sequer condições para ultrapassar o sucedido pela força das armas[109].

Ratificado que foi pelo Senado o tratado de paz com os Samnitas, e apesar dos 600 cavaleiros que ficaram reféns como garantia do seu cumprimento, Roma não iria esperar o termo dos cinco anos de trégua que acordara. A sucessão de acontecimentos militares nos anos posteriores é bem indicativa da sede de vingança e da fúria marcial que se apossou dos Romanos. Será bem possível que o desaire que sofreram e a necessidade premente de intervir nos mesmos cenários montanhosos tenham levado a que as tropas romanas fossem para estas novas campanhas já organizadas em grupos de combate, adquirindo já, possivelmente, um carácter de proto legiões manipulares. A organização tática de grupos autónomos é um dispositivo tático de grande complexidade, sendo bem possível que os Romanos se vissem na necessidade de o submeterem a uma progressiva experiência de combate para o poderem ajustar e para colmatar possíveis falhas de articulação. O mais relevante, do ponto de vista tático, é que o exército romano terá nesta altura começado a abandonar o seu perfil compacto

[109] Mesmo em momentos tão difíceis como a esmagadora derrota protagonizada por três legiões sob o comando de Públio Quintílio Varo no ano 9 d.C., que ficou conhecida nos anais como a Batalha da Floresta de Teutoburgo, Roma não experimentou um sentimento de desânimo generalizado como aquele que se verificou com o sucedido nas Forcas Caudinas; é que também na emboscada organizada por Armínio (líder dos Queruscos) em Teutoburgo, os Romanos combateram esforçadamente, apesar de a sua situação também ser desesperada.

e a procurar organizar-se em dezenas de pequenos grupos de combate, cada um dos quais sob a chefia de soldados mais experientes. Estes grupos, que passaram a ser designados por *centúrias*, poderiam combater de forma autónoma, poderiam agrupar-se em duas criando um *manípulo*, e poderiam também organizar uma vasta ordem de batalha ao dispor-se de forma intercalada no cenário de guerra[110]. A honra militar romana exigia a urgência de uma intervenção no Sâmnio e a obtenção de grandes vitórias para vingar o sucedido, o que só seria possível se os estrategos da Urbe inventassem um novo modo de lutar em terreno acidentado.

3.4. UM POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO TÁTICO APÓS 320 A.C.

A intervenção militar romana nos territórios samnitas não se fez esperar, tendo acontecido logo em 320 a.C.

Como resultado da sua bem-sucedida manobra contra o exército romano, em que pareceram superiorizar-se militarmente, os Samnitas adquiriram uma nova autoconfiança que lhes permitiu, logo em 320 a.C., ter a ousadia de realizar um ataque noturno a uma importante colónia romana em Fregelas[111]. Os Romanos, inicialmente, resistiram, mas a surpresa do ataque e a promessa samnita de que poupariam a vida a todos aqueles que se rendessem levou a que só um pequeno grupo de resistentes tivesse continuado a lutar até à queda da cidade[112].

A resposta romana não se fez esperar e, nesse mesmo ano, um exército formado por duas legiões penetrou nos territórios samnitas, quebrando o tratado firmado em 321 a.C. A agitação causada nos meios militares pelo sucedido nas Forcas Caudinas tinha criado no exército uma irrefreável vontade de vingar a humilhação sofrida. Consequentemente, os 17.000 homens que acompanham Papírio Cursor nesta campanha no Sâmnio estavam sedentos de uma reparação que trouxesse de novo a honra às armas romanas, nomeadamente porque os estandartes das legiões encurraladas nas Forcas Caudinas estavam ainda nas mãos dos montanheses.

A forma peculiar como decorreu a batalha que se seguiu é tão incaracterística do disciplinado comportamento do exército romano que poderíamos entrever uma vez mais o

---

110 BRIZZI, 2004, p. 67.
111 Hoje Opri, junto à cidade de Ceprano, Itália.
112 LIV. 9.12; GONZÁLEZ, 2005, ("*Fregellae* I"), p. 201.

que nos parece ser a necessidade de uma mudança já latente de paradigma tático[113]. Quando as legiões de Papírio Cursor encontraram as tropas samnitas iniciou-se um imparável processo que o próprio cônsul não teve capacidade de controlar: a fúria dos soldados romanos atingira um tal clímax que não pararam de gritar e de dar fortes pancadas nos seus escudos, não querendo perder tempo a ouvir o discurso do seu chefe pois fazia parte dos preceitos marciais os generais fazerem uma arenga às suas tropas sempre que se ia iniciar uma batalha). Com uma urgência incontrolável, os soldados romanos queriam bater-se corpo a corpo com os Samnitas e, para o conseguirem, apressaram o contacto, prescindindo até do típico arremesso dos pilos (*pila*), que habitualmente era realizado imediatamente antes de chocarem com o inimigo. Pela descrição de Tito Lívio, poderemos mesmo supor que os soldados romanos nem sequer chegaram a formar uma ordem de batalha, tendo partido para a luta num movimento quase caótico[114].

Se nesta batalha podemos encontrar alguns elementos peculiares resultantes da sanha presente no ataque romano, por outro lado conseguimos entrever a já necessária mudança de paradigma tático, ao vermos os legionários terem sentido a necessidade de iniciar um ataque numa ordem relativamente livre, com mais fluidez e dinamismo do que qualquer modelo de tipo falangístico[115].

A vitória sobre os Samnitas foi esmagadora, tendo estes sido varridos do campo de batalha e logo depois destruído o seu acampamento. Os sobreviventes desta matança tentaram fugir para sudeste procurando refugiar-se na cidade de Lucéria[116], local onde também estavam cativos os 600 cavaleiros romanos que tinham ficado reféns como garantia do cumprimento do acordo firmado após a Batalha das Forcas Caudinas.

Procurando uma desforra total e a recuperação dos estandartes perdidos nas Forcas Caudinas, o exército de Papírio Cursor avançou para a Apúlia e impôs um cerco à cidade de Lucéria, que à época estava controlada pelos Samnitas, apesar de a distância a que esta ficava dificultar muito a logística romana, obrigando a linhas de abastecimento muito estendidas[117]. Um exército samnita pretendeu ainda ajudar a cidade sitiada, mas foi derrotado pelo outro cônsul Publílio Filão, tendo a fome levado os sitiados à rendição[118]. Foram assim recuperados os estandartes romanos, bem como libertos os 600 cavaleiros reféns e, para que

[113] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 105"), p. 277.
[114] LIV. 9.13.
[115] ERAMO, 2015, pp. 449-451, p. 450.
[116] Hoje Lucera, na Apúlia, Itália.
[117] GONZÁLEZ, 2005, ("*Luceria* I"), p. 451.
[118] LIV. 9.13-15.

ficasse definitivamente saldada a humilhação imposta nas Forcas Caudinas[119], os Romanos obrigaram a guarnição de 7.000 Samnitas a sujeitar-se a uma cerimónia similar, tendo de passar por um jugo romano para poderem sair da cidade[120]...

3.5. A Conjuntura do Exército Romano. O Desempenho Bélico entre 360 e 240 a.C. Considerações sobre Elementos Estatísticos[121].

A hipótese que colocámos sobre os acontecimentos das Forcas Caudinas terem sido o momento chave da a transição do paradigma falangístico para a busca de uma organização de perfil manipular pretende resultar da análise de elementos estatísticos referentes ao sucedido antes e depois da data assinalada. Esta, como passaremos a enumerar, é realmente um momento particularmente delicado para o exército romano, não tanto pela derrota, pois nem sequer houve uma batalha, mas antes pela frustração generalizada que originou, quer nas estruturas militares, quer em todas as dimensões do coletivo social. A intensidade de uma vingança, que salta à vista nos acontecimentos de Lucéria, configura a expressão prática de um desejo de reparação; ao mesmo tempo, a forma impetuosa como o exército romano parte para o combate nos anos subsequentes indicia já uma tendência para lutar fora do tradicional paradigma falangístico.

De resto, como vamos poder aferir, a grande regularidade da prestação dos exércitos romanos é muito significativa, demonstrando uma capacidade de combate que será a todos os títulos surpreendente. Uma observação detalhada das batalhas, quanto às suas vitórias e derrotas, levar-nos-á a constatar a supremacia militar dos Romanos que, embora lutando contra uma considerável multiplicidade de adversários, conseguem manter um elevadíssimo índice de sucesso.

Para avaliar o desempenho do exército romano analisaremos três blocos temporais de quarenta anos que vão de 360 a 240 a.C., procurando aferir o número de vitórias, derrotas e batalhas inconclusivas que tiveram lugar neste período. Procurar-se-ão enunciar os números de sucessos e desaires do exército romano e contra quem se realizaram tais confrontos, nomeadamente contra os seus dois grandes adversários nesta cronologia, que foram os

[119] CHRYSTAL, 2015, p. 75.
[120] GONZÁLEZ, 2005, ("*Luceria* II"), p. 451.
[121] Todas as referências de batalhas foram sistematizadas a partir da obra *Dicionário das Batalhas Romanas*, de Julio Rodríguez González, referida na Bibliografia.

diversos clãs samnitas e, posteriormente, os Cartagineses. Procuraremos os locais onde decorreram tais batalhas e os números integrantes dos dispositivos militares com que os Romanos fizeram frente a tais desafios.

Classificámos os resultados destas muitas batalhas numa tabela de cinco níveis, onde decidimos anotar o desfecho de cada confronto. Assim:

1 – Vitória: é um sucesso militar pleno, em que o exército romano derrota completamente o seu adversário;

2 – Vitória não significativa: trata-se de um sucesso romano em que, apesar de ter vencido, o exército da Urbe não esmaga totalmente o seu adversário;

3 – Batalha inconclusiva: corresponde a um confronto em que não é possível apontar com clareza um vencedor;

4 – Derrota não significativa: é um confronto onde o exército romano é vencido, mas, embora tendo de retirar, não é aniquilado;

5 – Derrota: coincide com um confronto onde o exército romano é claramente vencido.

Quando conhecidos, os contingentes militares serão indicados pelo número de soldados, enquadrados pela referência ao que sabemos ser a constituição de um exército consular que, à época, seria formado por dezassete mil homens ou duas legiões[122]. Quanto aos lugares das batalhas, serão indicados como "indeterminados" quando não se sabe qual a localização exata. Quando esta está bem definida, procurámos aferir se se encontra numa região de difícil acesso, indicando-se tal referência como "terreno montanhoso". Esta distinção entre planície e terreno montanhoso ajudar-nos-á a perceber a influência que os terrenos mais ingratos terão tido na criação da legião manipular, ao ser necessário uma divisão da massa compacta do exército em grupos autónomos de combate. Sabendo-se que os Samnitas são autóctones dos Apeninos e zonas limítrofes, utilizámos a proximidade a esta cordilheira de montanhas para determinar o tipo de relevo em que provavelmente se terá dado uma determinada batalha. Analisaremos o desempenho do exército romano, inicialmente, de uma forma global, em cada bloco cronológico, seguindo-se uma abordagem balizada por décadas para se conseguir avaliar mais em detalhe qual a evolução das guerras em que se envolveram os Romanos[123].

[122] BRIZZI, 2004, p. 51.

[123] A lista exaustiva, com entradas sumárias, de cada uma das batalhas referenciadas nos três blocos cronológicos encontra-se no Anexo 1.

3.5.1. O Desempenho do Exército Romano entre 360 e 321 a.C. - Primeiro Bloco Cronológico

Tabela 1 - 1º Bloco Cronológico

	Cronologia / Resultados	360-321	360-351	350-341	340-331	330-321
TOTAL	Batalhas	49	13	14	8	14
	Vitórias	42	11	12	8	11
	Vitórias não significativas	0	0	0	0	0
	Batalhas Inconclusivas	2	1	0	0	1
	Derrotas não significativas	0	0	0	0	0
	Derrotas	5	1	2	0	2
Samnitas	Batalhas	12	---	5	---	7
	Vitórias	9	---	5	---	4
	Vitórias não significativas	0	---	0	---	0
	Batalhas Inconclusivas	1	---	0	---	1
	Derrotas não significativas	0	---	0	---	0
	Derrotas	2	---	0	---	2
Outros Povos	Batalhas	37	13	9	8	7
	Vitórias	33	11	7	8	7
	Vitórias não significativas	0	0	0	0	0
	Batalhas Inconclusivas	1	1	0	0	0
	Derrotas não significativas	0	0	0	0	0
	Derrotas	3	1	2	0	0
Dispositivos Utilizados pelos Romanos	70.000 homens	0	0	0	0	0
	4 legiões	4	0	1	1	2
	2 legiões	25	8	7	5	5
	desconhecido	20	5	6	2	7
Cenários	Terrenos Montanhosos	11	0	6	0	5
	Planície	19	8	2	7	2
	Não determinado	19	5	6	1	7

Considerações gerais:

Os Romanos, durante este período que precede a Batalha das Forcas Caudinas, ocorrida em 321 a.C., apresentam uma já notável atividade militar com uma média de seis grandes batalhas em cinco anos. Podemos também observar que os Romanos já tinham adquirido neste período uma considerável eficácia militar, tendo conseguido vencer 86% das batalhas, tendo sido derrotados em cerca de 10%. Note-se que mesmo contra os seus adversários Samnitas, localizados em difícil terreno montanhoso, vencem 75%, o que revela uma já considerável capacidade de adaptação aos acidentes do relevo, tendo perdido somente 17%; é de salientar que os Romanos deverão nesta fase ter já flexibilizado bastante o seu massivo modelo falangístico, visto que seria impossível ter qualquer grau de eficácia militar com uma falange em tal topografia acidentada. Deverão, pois, nestes confrontos ter iniciado um longo processo de análise dos condicionalismos envolvidos na rigidez do seu modelo falangístico, pois necessariamente deverão tê-lo flexibilizado, formando grupos mais

pequenos de soldados, que lhes permitisse subir e percorrer os estreitos caminhos de montanha. No entanto, estamos em crer que a principal arma dos Romanos ainda deveria ser a lança.

Nos seus confrontos contra outros povos vencem 89% o que demonstra que o seu sistema de combate de carácter falangístico era eficaz mesmo contra outros adversários e em outras condições, tendo perdido somente 8% dos confrontos.

Assim é possível constatar que no período em causa existe já uma grande superioridade do exército romano, o que se poderá ficar a dever à forte determinação dos seus soldados, bem como ao treino e preparação física que apresentavam.

No entanto, dever-se-á notar que o seu desempenho contra os Samnitas se pode considerar ter sido menos efetivo, registando-se com um índice de cerca de metade da eficácia que os Romanos conseguiram contra outros povos; esta diferença poderá refletir a dificuldade e inexperiência de manobra em terreno inclinado e acidentado, contrastando com a grande aptidão que os seus adversários Samnitas deveriam possuir em tal topografia, tendo sido desde sempre o seu habitual território de batalha.

O profundo conhecimento do relevo montanhoso onde se travavam os combates favoreceria os Samnitas, atendendo a que estes deveriam estar bem familiarizados com as suas especificidades.

Isto permitia que, ao longo do tempo, tivessem desenvolvido múltiplos estratagemas táticos próprios de tais condições, sabendo com segurança onde se localizavam as zonas mais favoráveis para a realização de emboscadas, bem como bons locais para o lançamento de pedras, tal como certamente dominariam possíveis caminhos de fuga ou locais onde seria possível ocultar tropas.

No entanto, apesar de todos estes condicionalismos, a superioridade romana é surpreendentemente indiscutível, demonstrando desde logo a sua enorme capacidade de adaptação e resiliência.

Poder-se-á dizer igualmente que os números dos contingentes militares romanos são bastante adequados às necessidades táticas, pois apenas aparecem como inconclusivos cerca de apenas 4% dos confrontos;

Acrescente-se que todas as vitórias romanas são esmagadoras, tal como as suas poucas derrotas, o que pode ser lido como uma demonstração da senha implacável com que decorreram tais recontros.

Análise por Décadas:

3.5.1.1. 1ª Década – 360 a 351 a.C.

Considerações sobre a 1ª década:

Neste período não encontramos ainda confrontos com Samnitas, pois todas as batalhas se realizaram ainda contra outros povos que habitavam nas planícies do norte da Península Itálica e que pertenciam a diferentes clãs gauleses ou etruscos.

Nesta primeira década os Romanos mantêm uma atividade militar de quatro batalhas em três anos, sendo esmagadores na eficácia militar, vencendo 85% de todas as batalhas e perdendo apenas 8%.

Lutam contra vários tipos de adversários com diferentes perfis táticos, mas não têm ainda conflitos com os Samnitas. Os clãs gauleses impõem um combate de "ordem aberta", ou "ordem livre" em que cada guerreiro parte para o combate sem nenhuma articulação prévia com os seus companheiros, não tendo assim grandes condições de enfrentar o organizado modelo falangístico romano. Os clãs etruscos deveriam apresentar uma formação igualmente de perfil falangístico, mas a superioridade romana foi patente.

Dos dados conhecidos constata-se que lutam sempre com um único exército consular. Os seus dispositivos militares são adequados aos objetivos, o que permitiu que restassem apenas 8% de batalhas inconclusivas.

3.5.1.2. 2ª Década – 350 a 341 a.C.

Considerações sobre a 2ª década:

Os Romanos apresentam uma atividade militar de aproximadamente três batalhas em cada dois anos, registando-se assim um ligeiro aumento da atividade militar quanto à primeira década. Vencem ligeiramente mais batalhas do que na década anterior, 86%, e perdem um pouco mais, com cerca de 14%, o que indica que os confrontos se realizaram de forma mais decisiva. Surgem os primeiros confrontos com os Samnitas, contra quem travam 36% das suas batalhas e apesar dos condicionalismos do terreno acidentado, conseguem vencê-las na totalidade. A sua superioridade é desde logo esmagadora, derrotando os Samnitas por cinco vezes de forma categórica. Lutam 64% das suas batalhas contra outros povos, de clãs gauleses e etruscos, e terão vencido 78% destas. Embora se possa considerar

que existe um ligeiro decréscimo na sua eficácia neste contexto, mantém-se bem patente a sua superioridade, tendo perdido cerca de 22% das referidas batalhas.

Os contingentes militares romanos implicados mantêm a sua regularidade com um perfil de utilização de um único exército consular sete vezes, apenas se verificando a utilização de quatro legiões numa única ocasião.

Pelos elementos conhecidos, sabemos que nesta década os Romanos lutam três vezes mais em terrenos montanhosos do que em planície; o considerável aumento da sua intervenção em terrenos acidentados resultante da primeira guerra contra os Samnitas parece não ter afetado o seu desempenho, pois vencem as cinco batalhas contra estes, o que indicia já uma notória capacidade de remodelar a rigidez do seu modelo falangístico.

3.5.1.3. 3ª Década – 340 a 331 a.C.

Considerações sobre a 3ª década:

Grande acalmia na atividade militar, com uma média de quatro batalhas em cada cinco anos. Não se registaram quaisquer batalhas contra os Samnitas, tendo os Romanos obtido 100% de vitórias nas batalhas contra outros povos.

O número de contingentes conserva o mesmo perfil, com a esmagadora maioria das batalhas a serem realizadas por um único exército consular, apenas com uma única exceção (em que utilizaram dois).

Não têm batalhas em terrenos montanhosos, sendo todas em planície.

Curiosamente, nesta década os Romanos chegam a obter uma das suas vitórias em coligação com os próprios Samnitas [124].

3.5.1.4. 4ª Década - 330 a 321 a.C.

Considerações sobre a 4ª década:

Aumento da atividade militar que se equipara à da primeira década com aproximadamente três batalhas em cada dois anos.

[124] Em 340 a.C., um ano apenas após o final da guerra com os Samnitas, os Romanos (em *Trifanum*) vão ter o auxílio destes para obter uma vitória contra os Latinos, que estavam coligados com os Campanos. GONZÁLEZ, 2005, ("*Trifanvm*"), p. 625.

Apesar do reacendimento da guerra contra os Samnitas, a superioridade romana continua manifesta, com 79% de vitórias e apenas 14% de derrotas.

Travam 50% das suas batalhas com os Samnitas e vencem 57% destas, perdendo 29%, o que nos mostra um resultado menos esmagador contra os montanheses. É bem possível que nesta fase os Samnitas tenham tentado outras táticas de combate em montanha, visto conhecerem já bem a determinação do avanço romano e a forma como estes evitavam, ou mesmo eliminavam, os seus estratagemas. Esta diminuição no sucesso das armas romanas poder-se-á associar com vários fatores, não sendo de desprezar a área precisa onde possam ter decorrido os confrontos. A cordilheira dos Apeninos estende-se por cerca de 1.000 quilómetros e algumas das suas montanhas são bastante acidentadas e de tamanho considerável, chegando a apresentar mais de 2.000 metros de altitude. As que se aproximam do litoral adriático são em geral bastante escarpadas e as suas elevações têm normalmente um generoso coberto florestal, que se torna certamente mais um fator de condicionamento tático. Os Samnitas, sendo autóctones da região, teriam em qualquer novo cenário de confronto uma notória vantagem ao conhecerem bem qualquer um dos cenários onde estes se travavam.

Os Romanos lutam 50% das suas batalhas contra outros povos e vencem 100 % delas. Os números dos seus contingentes mantêm-se regulares, com duas ocasiões em que são utilizados os dois exércitos consulares e empregando apenas um no resto das batalhas para as quais temos números de efetivos.

Os locais são mais imprecisos, mas tudo aponta para várias batalhas em terrenos montanhosos, certamente a generalidade daquelas realizadas contra os Samnitas.

3.5.1.5. Considerações sobre o Primeiro Bloco Cronológico:

Dos elementos expostos para este primeiro bloco cronológico podemos observar uma incontestável superioridade romana em todos os desempenhos militares, o que revela uma considerável capacidade de adaptação a necessidades específicas do combate. Atendendo a que será de admitir que os Romanos ainda tinham como base tática o modelo da falange, tiveram certamente que fazer adaptações e experiências com os seus efetivos de modo a permitir que estes pudessem circular em terreno acidentado para enfrentar os guerreiros samnitas. Não identificamos oscilações notórias nos contingentes utilizados, o que revela que não surgiu assim a necessidade de incrementar com exércitos sobredimensionados as

hostes samnitas. A atividade bélica vai oscilando década a década, surgindo talvez um pouco mais de dificuldade quando a guerra se faz contra os Samnitas e o cenário da batalha coincide com os territórios destes. No entanto, não parece relevante o esforço no confronto com os montanheses, visto que os números dos dispositivos utilizados não variam substancialmente. Perante este palmarés de sucesso militar, seria de esperar que os povos circunvizinhos dos Romanos começassem a ficar muito preocupados ante a sua capacidade marcial e a sua tendência expansionista. É de salientar que, a partir desta cronologia, quase todas as situações que acarretam o início de uma guerra são de iniciativa romana, preferindo em geral os outros povos da Península Itálica manter-se afastados de qualquer conflitualidade direta com os belicosos descendentes de Rómulo. Não será, pois, de estranhar que o orgulho militar romano se tenha expandido nesta fase e que o desastre nas Forcas Caudinas tenha tido uma repercussão tão devastadora no espírito de todos os Romanos.

Note-se que, durante a década de 330 a 321 a.C., os Romanos lutam sete vezes com os Samnitas, tendo obtido quatro vitórias, registando-se ainda uma batalha inconclusiva, duas derrotas, sendo a segunda destas o momento crucial em que foram incautamente bloqueados no desfiladeiro das Forcas Caudinas e foram forçados a aceitar a terrível humilhação de se baixarem sob o jugo samnita. Deve-se notar o impacto que uma tal cerimónia poderá ter significado para cada um dos orgulhosos soldados romanos bastando para isto atender ao particular requinte de rebaixamento com que foi executada, pois a passagem foi feita individualmente, atingindo cada Romano em particular, expondo assim todos e cada um dos elementos do exército romano a este opróbrio.

Se é possível considerar que encontramos bons desempenhos do exército romano nos difíceis terrenos montanhosos dos Samnitas durante os anos precedentes, julgamos que poderá ser esta humilhação o momento crucial em que os Romanos terão decidido procurar um novo modelo estrutural para o seu exército, pretendendo que tivesse maior dinamismo com a profusa utilização de espadas. Não seria mesmo de espantar que os Romanos pudessem ter tido a oportunidade de consciencializar as vantagens da utilização dos seus xifos (*xiphos*) nas suas incursões anteriores nos terrenos montanhosos[125], atendendo a que a lança deveria ser de manuseio bem mais difícil nestes terrenos acidentados e repletos de vegetação.

[125] M. C. Bishop refere que o xifo era a espada típica dos soldados das falanges hoplíticas gregas, embora para estes tivesse tido sempre o estatuto de arma secundária. Era de bronze, com cerca de 72 cm e apresentava já uma lâmina retilínea e bigúmea, embora com um perfil ligeiramente foliforme. Pesava pouco mais de um quilo e possuía um relevo longitudinal em forma de crista que percorria o centro da lâmina. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 8.

3.5.2. O Desempenho do Exército Romano entre 320 e 281 a.C. - Segundo Bloco Cronológico

Tabela 2 - 2º Bloco Cronológico

	Cronologia / Resultados	320-281	320-311	310-301	300-291	290-281
TOTAL	Batalhas	141	34	47	48	12
	Vitórias	115	26	38	43	8
	Vitórias não significativas	2	2	0	0	0
	Batalhas Inconclusivas	7	2	2	2	1
	Derrotas não significativas	1	1	0	0	0
	Derrotas	16	3	7	3	3
Samnitas	Batalhas	81	23	23	33	2
	Vitórias	64	15	17	30	2
	Vitórias não significativas	2	2	0	0	0
	Batalhas Inconclusivas	5	2	1	2	0
	Derrotas não significativas	1	1	0	0	0
	Derrotas	9	3	5	1	0
Outros Povos	Batalhas	60	11	24	15	10
	Vitórias	51	11	21	13	6
	Vitórias não significativas	0	0	0	0	0
	Batalhas Inconclusivas	2	0	1	0	1
	Derrotas não significativas	0	0	0	0	0
	Derrotas	7	0	2	2	3
Dispositivos Utilizados pelos Romanos	70.000 homens	0	0	0	0	0
	36.000 homens	1	0	0	1	0
	30.000 homens	7	1	6	0	0
	28.000 homens	1	0	0	1	0
	25.000 homens	1	0	0	1	0
	24.000 homens	1	0	0	1	0
	4 legiões	7	6	1	0	0
	2 legiões	80	14	23	34	9
	desconhecido	43	13	17	10	3
Cenários	Terrenos Montanhosos	70	20	20	28	2
	Planície	33	9	13	6	5
	Não determinado	38	5	14	14	5

Considerações gerais:

Neste segundo bloco, os Romanos conseguem um incremento exponencial da sua atividade bélica, aumentando esta para o triplo da verificada no bloco 1, com perto de dezoito batalhas em cada cinco anos, constatando-se um aumento substancial das batalhas contra os Samnitas, que crescem de doze para oitenta e uma.

Verifica-se que os Romanos obtiveram 82% de vitórias, apenas 11% de derrotas e tendo existindo 5% de batalhas inconclusivas.

Travam 57% das suas batalhas contra os Samnitas, vencendo 79% e perdendo somente 11%, as restantes 43% foram travadas contra outros povos, vencendo 85% e perdendo 12%.

Apesar do enorme incremento da sua atividade militar, os Romanos revelam uma indiscutível supremacia bélica, mantendo praticamente os bons desempenhos que encontrámos no bloco 1.

Verifica-se um ligeiro aumento das batalhas com finais inconclusivos (quase 5%), ocorrendo também confrontos com desfechos não decisivos.

Os dispositivos militares manter-se-ão regulares, mas sofrerão uma grande oscilação durante o início do século III a.C., onde encontramos frequentemente contingentes formados pelos dois exércitos consulares e variadas formações com números intermédios entre as duas e as quatro legiões, o que indicia legiões reforçadas ou absorvendo outras mais reduzidas.

Análise por Décadas:

3.5.2.1. 1ª década - 320 a 311 a.C.

Considerações sobre a 1ª década:

Verifica-se um aumento exponencial da atividade militar, com uma média de cerca de sete batalhas em cada dois anos. Apesar do extraordinário aumento do esforço bélico, os Romanos mantêm-se com uma média próxima dos índices de sucesso do 1º bloco, com 76% de vitórias e apenas 9% de derrotas, registando-se cerca de 6% de batalhas inconclusivas.

Lutam 68% das suas batalhas contra os Samnitas, vencendo 65% destas e sendo derrotados em 13%. Verifica-se neste período um claro aumento da senha romana contra os Samnitas, centrando muito do seu esforço militar no confronto com estes clãs montanheses, existindo 9% de confrontos inconclusivos. Travam 32% das suas batalhas contra outros povos e, ao longo destes dez anos, vencem todos de forma esmagadora, sem sofrerem qualquer derrota ou desfecho indefinido.

Verificamos nesta década, que corresponde ao período que se segue ao desastre das Forcas Caudinas, que os Romanos investem fortemente no ataque ao Sâmnio, tendo oportunidade de incrementar o seu sucesso, conseguindo um notório palmarés de vitórias.

Embora os Romanos já tivessem sido bem-sucedidos aquando da sua intervenção na primeira guerra contra os montanheses, entre 343 e 341 a.C., pensamos que se poderá inferir que os Romanos só conseguiram tão bons resultados nesta Segunda Guerra Samnita, que durou toda a década, graças à uma adaptação que tiveram de realizar no seu antigo modelo massivo de combate.

Esta Segunda Guerra Samnita foi, quer em duração, quer em intensidade, muito mais esforçada do que a primeira, o que certamente exigiu uma adaptação estrutural por parte do

exército romano às dificuldades impostas pelo terreno e pela forma de combate dos próprios Samnitas. Lembremos que o equipamento dos próprios guerreiros samnitas era bastante similar ao que os Romanos terão assimilado na época, constituído por um grande escudo e uma espada de pequeno porte. A utilização do xifo como arma principal por parte dos Romanos poderia assim ter-se consagrado ao terem constatado a sua eficácia nas mãos dos seus adversários. Como foi seu apanágio ao longo da sua história militar, os Romanos nunca exibiram nenhum rebuço em adotar qualquer tipo de arma ou equipamento que demonstrasse possuir qualidade e conferisse vantagens táticas.

Uma tal modificação implicou certamente que os soldados romanos tivessem de realizar uma rápida aquisição de novas competências através de substanciais mudanças no seu treino ordinário. Isto poderá indicar o início de um processo de transformação estrutural no seu exército resultante da busca de uma nova organização militar mais dinâmica e que poderá ter levado, um pouco mais tarde, à estabilização destas mudanças num modelo que conhecemos como da legião manipular.

Saliente-se também o desempenho conseguido pelos Romanos contra outros povos ao longo desta década, que se revelou ainda mais esmagador do que era habitual, com um cômputo de 100% de vitórias. Tal poderá apontar para um acréscimo de eficácia militar proporcionado precisamente pelas alterações realizadas pela introdução do novo modelo, incrementando a sua versatilidade, quer em montanha, quer em planície.

Os contingentes apresentados pelos Romanos mantêm uma generalizada utilização de duas legiões, ou seja, um exército consular, mas verifica-se um incremento de contingentes com quatro legiões, surgindo até uma situação em que se mobilizou um contingente de trinta mil homens.

Os terrenos onde se deram os confrontos foram quase sempre montanhosos, surgindo ainda nove batalhas em planície.

3.5.2.2. 2ª Década – 310 a 301 a.C.

Considerações sobre a 2ª década:

Regista-se um aumento exponencial da atividade militar, que atinge quase as dez batalhas em cada dois anos, conseguindo os Romanos manter o seu extraordinário índice de vitórias, com 81% contra apenas 15% de derrotas. Note-se a poderosa capacidade de recrutamento e treino dos Romanos ao conseguirem mobilizar recursos e manter os seus

elevados índices de sucesso com um acréscimo tão pronunciado de confrontos. Apenas se registam 4% de batalhas inconclusivas e todos os outros desfechos são decisivos.

Travam pouco menos de 50% das batalhas contra os Samnitas, o que indicia que terá havido um substancial acréscimo de confrontos contra outras etnias. Vencem 74% das batalhas contra os indomáveis habitantes do Sâmnio, e tendo sido derrotados em 22%. Admitir-se-á, em função dos números, que a senha nos confrontos contra os Samnitas se exacerbou, pois apenas têm 4% de batalhas inconclusivas contra estes. Travam pouco mais de 50% das batalhas contra outros povos, onde conseguem 88% de vitórias contra apenas 8% de derrotas.

Talvez seja mesmo possível admitir-se que o putativo aparecimento dos novos recursos do sistema tático romano tenham permitido uma tão pronunciada cifra de batalhas com finais determinantes.

Os dispositivos empregados tendem a registar uma subida, pois embora lutem muitas vezes com um único exército consular, recorrem também a exércitos com trinta mil homens, apresentando assim números que se aproximam das quatro legiões, demonstrando que mantinham uma boa adequação quanto aos recursos militares que deveriam ser empregues.

Embora haja alguma indefinição dos locais, deverão ter travado cerca de 43% das batalhas em terrenos montanhosos.

Se é possível identificar nesta década um espantoso incremento da atividade militar, tal ocorreu porque os Samnitas terão mobilizado todos os seus recursos num grande esforço de guerra, procurando também desestabilizar novas áreas onde outros clãs possuíam já uma conflitualidade latente com os Romanos;

No entanto, embora os Samnitas consigam vencer ainda cerca de um quarto das batalhas, a superioridade romana continua indiscutível e verifica-se um aumento esmagador da eficácia dos Romanos contra outros povos.

Pode-se observar que os Romanos fazem uma anormal utilização de dispositivos militares com cerca de trinta mil homens, o que não era caraterístico de nenhuma das décadas já analisadas, indiciando talvez que nesta fase se teria verificado alguma renovação na estrutura do seu exército.

3.5.2.3. 3ª Década – 300 a 291 a.C.

Considerações sobre a 3ª década:

Mantém-se uma fervilhante atividade militar romana que nos aponta para a realização de quase dez batalhas em cada dois anos, em linha com a década anterior.

No entanto, nesta década o sucesso militar romano é esmagador, apresentando uma cifra que atinge mais de 90% de vitórias contra todos os adversários, rol onde se incluem os Samnitas. Acrescente-se que poucas vezes um qualquer exército, ao longo da história da guerra, se poderá orgulhar de ter conseguido atingir um tão elevado grau de sucesso.

Contra os Samnitas os Romanos realizam ainda 69% das suas batalhas, conseguindo 91% de vitórias. Note-se que se verifica um novo aumento da conflitualidade com os montanheses e agora um o aumento esmagador do seu sucesso militar, indicando que os Romanos estão fortemente empenhados em fazer capitular definitivamente as hostes samnitas. Dos 9% restantes neste contexto, 6% são batalhas inconclusivas e somente 3% correspondem a derrotas.

Contra outros povos os Romanos lutaram 31% das batalhas neste período, obtendo 87% de vitórias e 13% de derrotas.

Os números dos contingentes utilizados pelo exército romano durante esta década são particularmente variados, mas prevalece a habitual tendência para intervirem apenas com um exército consular. São utilizados pontualmente dispositivos que atingem valores superiores aos dois exércitos consulares, facto que em toda a cronologia em análise ainda não se tinha verificado. Intervêm também com diversos contingentes parcelares entre o tamanho tradicional de trinta e quatro mil homens para quatro legiões e dezassete mil soldados para duas, onde se podem destacar contingentes com vinte e oito mil, vinte e cinco mil, vinte e quatro mil, etc.;

Estamos convencidos de que os números dos contingentes utilizados pelo exército romano nesta década poderão ser indicadores de uma flexibilização da sua estrutura, na sequência das alterações que já se indiciavam na década anterior. Pela primeira vez encontramos um claro investimento em contingentes parciais com cifras variadas.

O desempenho consistente do exército romano nesta terceira década poderá indiciar o momento em que se deu a estabilização do modelo da legião manipular, não só pela novidade da diversa articulação do número dos seus integrantes, mas pela eficácia do seu desempenho;

Os Romanos lutam em terrenos montanhosos 58% dos combates e 13% em planície.

3.5.2.4. 4ª Década – 290 a 281 a.C.

Considerações sobre a quarta década:

Nesta década a atividade bélica do exército romano decai de forma abrupta, apresentando uma média inferior a três batalhas a cada dois anos. Os Romanos acusam um decréscimo de vitórias, com cerca de 67% contra 25% de derrotas, deixando inconclusivas cerca de 8% das batalhas.

Já só lutam contra os Samnitas em cerca de 17% das suas batalhas vencendo a sua totalidade e não se verificando contra estes quaisquer confrontos inconclusivos. Os resultados encontrados contra outros povos mostram que os Romanos venceram 60% dos confrontos, sendo derrotados em 30%, tendo deixado de forma inconclusiva cerca de 10% dos combates.

Com o decréscimo da conflitualidade com os montanheses nesta fase final da guerra, os Romanos aumentam o seu esforço militar contra diversas outras etnias, tendo sofrido um número mais acentuado de derrotas. É possível admitir-se que a estrutura da legião manipular estivesse nesta fase a sofrer ajustes, visto que a maioria do seu esforço marcial anterior se concentrara no esforço exigido pela guerra contra os Samnitas e que quase sempre fora enquadrado em cenários acidentados. Os novos adversários surgidos nesta década de baixa atividade militar bem poderão ter apresentado novos desafios táticos e complexos contextos geográficos de planície para os quais é possível que o dispositivo da legião ainda não estivesse suficientemente preparado, isto se atendermos ao acréscimo do número de derrotas.

Curiosamente os dispositivos militares com que os Romanos se apresentam nesta década são, em 75% dos casos, realizados apenas com um exército consular, o que parece indicar um desinvestimento e inadequação dos seus contingentes às necessidades práticas do combate, não se encontrando outras formulações.

Travam apenas 17% das batalhas regularmente em terrenos montanhosos e, do que se conhece, cerca de 42% em planície, surgindo em 282 a.C. os primeiros indícios de uma conflitualidade naval, com o ataque surpresa realizado pelos Tarentinos à sua frota.

Note-se que 25% das derrotas romanas neste período ocorrem no contexto da sua campanha no sul da Península Itálica, ao investirem nos domínios da cidade grega de Tarento [126], sendo certo que neste local se vai verificar a posterior intervenção de Pirro, rei do Epiro

[126] KENT, 2020, p. 49.

[127], em 280 a.C., que inflige aos Romanos uma pesada derrota graças ao seu sofisticado exército de tipo helenístico [128], que contemplava uma componente de elefantaria que, à época, era arma desconhecida dos Romanos[129].

3.5.2.5. Considerações sobre o Segundo Bloco Cronológico:

É de salientar que este segundo bloco cronológico regista um exponencial aumento da atividade marcial romana, com cerca do triplo das batalhas do bloco anterior. A intensificação da atividade militar no Sâmnio parece indicar que os Romanos estariam a conseguir nesta fase uma melhor adaptação às adversas condições do terreno, isto se se atender a que poderiam determinar a periodicidade desses confrontos ao serem a parte ofensiva.

É igualmente possível que na fase inicial desta dura guerra a tentativa de criar condições para intervir em terreno acidentado tenha levado os Romanos a meramente fragmentar o sistema falangístico, possivelmente ainda com pouco discernimento tático. É credível que tenha sido precisamente nesta sequência que os Romanos tenham iniciado o processo que os conduziu a um modelo em que os legionários se organizaram em pequenos grupos autónomos de combate que lhes permitia uma integração eficaz pelos acidentados caminhos de montanha.

Além disso, será mesmo de admitir que durante a primeira guerra contra os Samnitas, os Romanos tenham começado a constatar a inadequação de armas de tamanho tão considerável para este cenário de combate como eram as suas lanças. Os Romanos sabiam que a grande vantagem destas era possibilitar uma poderosa formação com inúmeros soldados apoiando-se lateralmente, mas isto só era possível em áreas de planície. Pelo contrário, as condições em terreno acidentado criavam bastante dificuldade no manuseio destas, pois os soldados necessitavam de se movimentar com agilidade através de acessos exíguos e acidentados, que além disso se desenvolveriam frequentemente por entre densa vegetação. Tais condições de combate não seriam favoráveis a armas com cabos longos, que não só dificultariam a mobilidade, como se poderiam emaranhar no mato envolvente durante o calor da refrega. Perdia-se assim a vantagem da utilização das lanças que resultava da

[127] KENT, 2020, p. 12.
[128] KENT, 2020, p. 58.
[129] KENT, 2020, p. 69.

formação cerrada que se organizava em áreas de planície e que era impossível de concretizar em terreno montanhoso.

Todo este novo contexto terá certamente contribuído para uma compreensão das vantagens da utilização dos xifos como principal arma de combate, o que aliás emulava o próprio equipamento dos guerreiros samnitas, que certamente conheceriam bem as especificidades do combate em montanha.

Atendendo a que um xifo já fazia até parte integrante do equipamento básico dos soldados romanos, é, pois, de admitir que estes tivessem já treino no seu manuseio e que tenham compreendido então o dinamismo tático que este lhes proporcionava. Após uma tal constatação, seria natural que tivessem equacionado a possibilidade de adotarem definitivamente o xifo como principal arma, o que implicava ter de encontrar um novo modelo coletivo de combate que pudesse garantir uma boa coesão e segurança tática mesmo em contexto de planície.

Digno de nota é também o facto de, em 290 a.C., se realizarem as duas últimas batalhas contra os Samnitas, a que se seguem cinco anos em que os Romanos não registam qualquer atividade militar, tendo esta só se voltando a intensificar em 281 a.C., com o ataque à cidade de Tarento, na Magna Grécia.

Dos elementos expostos neste segundo bloco cronológico, podemos observar não só uma incontestável superioridade romana em todos os desempenhos militares, bem como a possível criação do modelo proto manipular da legião. Verificam-se oscilações notórias nos contingentes utilizados, nomeadamente na terceira década, onde se observa uma colossal superioridade da máquina militar romana ante todos os seus adversários e o fim da guerra contra os seus principais inimigos nesta cronologia: os montanheses samnitas.

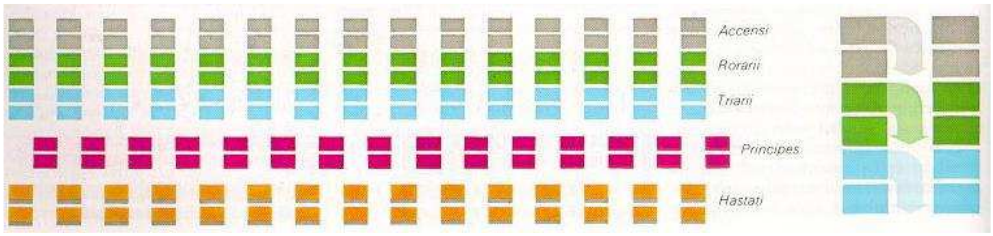


Imagem 5 - Modelo tradicional do exército romano do século IV a.C., descrito por Lívio (LIV. 8.8). A legião preparava-se para a batalha com espaços entre cada uma das unidades, para permitir o intercâmbio das linhas. Se derrotados, os *principes* e os *hastati* retirar-se-iam pelos "corredores" entre os *ordines* de *triarii, rorarii* e *accensi*. Os *ordines* então fechariam os espaços e o exército poderia recuar para trás de uma "paliçada" de lanças. À direita está indicado a forma como os *ordines* podiam fechar os espaços entre eles, pelo avanço das centúrias posteriores. [in CONNOLLY, 1998, p. 128].

Em 280 a.C. fecha-se, pois, um ciclo da atividade militar romana, que até então se tinha circunscrito ao enfrentamento de adversários de âmbito regional no contexto da Península Itálica, alargando-se agora os seus desafios ao enfrentamento de adversários em contexto mediterrânico, que começaram com Pirro do Epiro [130] e a que se seguirá a guerra contra os Cartagineses [131], então a maior força militar do Ocidente.

3.5.3. O Desempenho do Exército Romano entre 280 e 241 a.C. – Terceiro Bloco Cronológico

Tabela 3 - 3º Bloco Cronológico

	Cronologia / Resultados	280-241	280-271	270-261	260-251	250-241
TOTAL	Batalhas	109	15	26	48	20
	Vitórias	71	8	19	33	12
	Vitórias não significativas	8	2	2	2	2
	Batalhas Inconclusivas	8	0	1	4	3
	Derrotas não significativas	0	0	0	0	0
	Derrotas	22	5	4	9	3
Samnitas	Batalhas	4	3	1	---	---
	Vitórias	3	2	1	---	---
	Vitórias não significativas	0	0	0	---	---
	Batalhas Inconclusivas	0	0	0	---	---
	Derrotas não significativas	0	0	0	---	---
	Derrotas	1	1	0	---	---
Cartagineses	Batalhas	81	---	16	48	17
	Vitórias	53	---	11	33	9
	Vitórias não significativas	5	---	1	2	2
	Batalhas Inconclusivas	8	---	1	4	3
	Derrotas não significativas	0	---	0	0	0
	Derrotas	15	---	3	9	3
Outros Povos	Batalhas	24	12	9	---	3
	Vitórias	16	6	7	---	3
	Vitórias não significativas	3	2	1	---	0
	Batalhas Inconclusivas	0	0	0	---	0
	Derrotas não significativas	0	0	0	---	0
	Derrotas	5	4	1	---	0
Dispositivos Utilizados pelos Romanos	70.000 homens	1	1	0	0	0
	50.000 homens	1	0	0	1	0
	15.000 homens	1	0	0	1	0
	2.000 homens	1	0	0	1	0
	4 legiões	18	1	6	10	1
	2 legiões	23	9	7	6	1
	desconhecido	64	4	13	29	18
Cenários	Terrenos Montanhosos	9	5	4	0	0
	Planície	72	6	17	33	16
	Cerco	10	0	0	7	3
	Não determinado	18	4	5	8	1

[130] BRIZZI, 2004, pp. 67-70.
[131] BRIZZI, 2004, pp. 79-100.

Nota: Das oitenta e uma batalhas registadas durante este período entre Romanos e Cartagineses sessenta e sete foram terrestres, sendo as restantes catorze confrontos marítimos. Em terra os Romanos venceram quarenta e cinco vezes, obtiveram cinco vitórias não significativas, oito batalhas de resultado inconclusivo e foram derrotados nove vezes. No mar Roma venceu por oito vezes e foi derrotada seis.

Considerações gerais:

A atividade militar romana, nestas quatro décadas, tem valores praticamente intermédios entre as quarenta e nove batalhas do primeiro bloco e as cento e quarenta e uma do segundo, isso mostra que, apesar de se integrar aqui toda a Primeira Guerra Púnica, o período de confronto com os Cartaginenses não absorveu o máximo do esforço romano em número de batalhas. No entanto os contingentes que Roma teve de mobilizar na guerra contra a cidade africana foram notoriamente superiores em número e em recursos a tudo o que antes lhe fora exigido[132]. A existência de confrontos navais obrigou os Romanos a um esforço suplementar dado que a Urbe, à época, não era ainda detentora de uma marinha de guerra, tendo-se visto forçada a criá-la num tempo muito curto.

Neste período verifica-se uma média de perto de catorze batalhas em cada cinco anos, o que configura um índice inferior ao verificado durante a guerra com os Samnitas. Os Romanos mantêm a sua proverbial superioridade, vencendo 65% de todos os confrontos e sendo batidos em cerca de 21%. Registam ainda 7% de vitórias não decisivas e outros 7% de batalhas inconclusivas, valores que, se forem associados ao número das suas vitórias, nos demonstram a capacidade bélica dos Romanos e a determinação com que enfrentaram as guerras contra Pirro e, posteriormente, contra os Púnicos.

Análise por Décadas:

3.5.3.1. 1ª década – 280 a 271 a.C.

Considerações sobre a primeira década:

Os Romanos registam uma fraca atividade militar, com uma média de três batalhas em cada dois anos. Venceram 53% das batalhas, voltando-se a registar a continuação de uma

[132] Quando os cônsules eleitos para 263 a.C. (Mânio Valério Máximo e Mânio Otacílio Crasso) avançaram para a Sicília, cada um ia à frente de duas legiões e de duas "alas" de tropas auxiliares que, ao todo, seriam cerca de 40.000 soldados. MONTEIRO, 2020, p. 152.

tendência para uma baixa na sua eficácia bélica. Têm cerca de 14% de vitórias que não são decisivas e perdem 33% dos confrontos onde se envolvem;

Lutam com os Samnitas em 20% das batalhas, obtendo 67% de vitórias e sofrendo 33% de derrotas sabendo-se que, pelo observado, a luta contra os Samnitas poder-se-ia já considerar quase residual. Do total das suas batalhas 80% realizam-se contra outros povos, vencendo 50% destas, conseguindo 17% de vitórias que não foram decisivas e perdendo 33% destes confrontos, onde estão incluídas as derrotas sofridas perante os exércitos de Pirro[133].

Os Romanos continuam a privilegiar a utilização de um único exército consular, fazendo-o em 82% dos casos em que temos números referenciados. Apresentam, no entanto, uma intervenção com os dois exércitos consulares e, em *Asculum*, congregam um excecional dispositivo que atingirá os setenta mil homens, demonstrando a sua proverbial capacidade para mobilizar grandes números e para adequar o seu dispositivo às exigências que o adversário impõe.

Lutam em terrenos montanhosos em cerca de 45% dos confrontos cuja localização conhecemos.

3.5.3.2. 2ª Década – 270 a 261 a.C.

Considerações sobre a segunda década:

Neste período verifica-se um aumento substancial da atividade militar do exército romano para cinco batalhas a cada dois anos, com um índice de vitórias que atinge os 73%, a que se pode acrescentar 8% de sucessos não decisivos. Têm 4% de recontros inconclusivos e são derrotados em cerca de 15% dos casos.

Nesta década encontramos já os Samnitas vergados ao poder de Roma, apenas se registando uma batalha, de que resultou mais uma das vitórias para os exércitos consulares. Os Romanos lutam contra outros povos em 35% das suas batalhas e vencem 78% destas. Podem acrescentar-se ainda ao seu palmarés 11% de vitórias não decisivas e apenas 11% de derrotas.

Na guerra contra os Cartagineses, que surge praticamente a meio da década, dever-se-á registar que o seu cômputo remonta a 62% de todas as batalhas realizadas, das quais os

[133] KENT, 2020, p. 63.

Romanos vencem 69% e conseguem 6% de sucessos não decisivos, perdendo 19% e deixando inconclusivas 6% das suas batalhas.

A superioridade do exército romano é indiscutível ante a prestação das tropas púnicas, mas o seu esforço é substancialmente maior, pois vemos os Romanos a demonstrarem a necessidade de utilizar em 23% dos combates os dois exércitos consulares em simultâneo, o que não fazia já parte da sua prática habitual de guerra. No entanto, continuam também a recorrer a um exército consular em 27% dos casos rastreados, nomeadamente contra os outros adversários.

Lutam residualmente em terreno montanhoso em cerca de 15% dos confrontos e travam 65% dos combates em terreno plano.

É de salientar que todas as batalhas assinaladas até ao fim desta década ocorrem exclusivamente em terra, mesmo as que os Romanos realizaram contra os seus novos adversários cartagineses.

3.5.3.3. 3ª Década 260-251 a.C.

Considerações sobre a terceira década:

Verificamos nesta década que houve um aumento de 86% da atividade militar, devido a um brutal incremento da guerra com os Púnicos, tendo-se dado início também a confrontos de âmbito estritamente naval.

Durante esta década, temos uma atividade militar de quase cinco batalhas em cada ano, o que demonstra bem a capacidade e a determinação reveladas pelos Romanos quando estes se empenharam em impor-se no cenário mediterrânico, travando esta luta contra a maior potência militar do Ocidente. Embora tenha que se considerar uma guerra terrestre, atendendo ao substancial número de batalhas neste tipo de cenários, teve também uma componente naval, o que obrigou os Romanos a investirem rápida e fortemente na construção da sua frota de guerra [134]. Sendo uma guerra cujo espaço geográfico se situou em diversas regiões da ilha da Sicília, verificaram-se variados assédios a cidades, que são aqui contabilizados no cômputo de vitórias e derrotas.

[134] MONTEIRO, 2020, p. 154.

O nível de sucesso militar romano desce, apresentando 69% de vitórias, mas conseguindo ainda 4% de sucessos não decisivos. Os Cartagineses infligem apenas 19% de derrotas aos Romanos e registam-se cerca de 8% de batalhas inconclusivas.

Os números de sucesso romano implicados nesta década são bem reveladores da sua determinação em impor-se militarmente num contexto mais alargado, não só pelo seu extraordinário esforço naval, bem como pela sua capacidade de intervenção em contextos fora da Península Itálica. É notável o esforço despendido na construção de navios e respetivas tripulações em tempo tão reduzido, atendendo a que quase não possuíam uma considerável experiência anterior em tais requisitos. Tais competências militares são geralmente o resultado de uma longa experiência marítima, tal como se poderia encontrar na cultura cartaginesa, orgulhosa herdeira da antiga tradição naval fenícia. A complexidade inerente à construção de naves de grande porte, considerada muitas vezes até como segredo militar, foi plenamente apreendida e desenvolvida pelos Romanos que conseguiram em poucos anos, e em pleno esforço de guerra, levantar uma poderosa marinha que lhes permitiu, não só vencer os Púnicos, como dominar a partir de então, a navegação no Mediterrâneo.

Embora não saibamos muitas vezes quais os contingentes empregados nesta década, situação que acontece em vinte e nove dos confrontos travados, vemos nos restantes que os Romanos foram forçados a recorrer frequentemente à utilização do equivalente a dois exércitos consulares em 53% dos casos. Só se regista a utilização de um exército consular em 32% das refregas e assinala-se um caso em que os descendentes de Rómulo recorrem a um exército constituído por cinquenta mil homens, o que é bem revelador da sua anormal capacidade de recrutamento. É bem natural que a intensidade dos confrontos tenha ocasionado batalhas com números fragmentários relativamente aos padrões romanos habituais, tendo como exemplo uma batalha em que se viram forçados a utilizar um contingente de apenas quinze mil homens;

Travam 69% das batalhas em terrenos planos, o que era favorável às tipologias de ambos os exércitos envolvidos, e combatem sob a forma de assédios em 15% das lutas que se verificam nesta década.

3.5.3.4. 4ª Década – 250-241 a.C.

Considerações sobre a quarta década:

Verifica-se um decréscimo substancial da atividade militar romana nesta última década da guerra contra Cartago, registando-se uma média de duas batalhas em cada ano, sendo as duas últimas realizadas já contra os Etruscos, ambas com vitória dos Romanos.

Lutam ainda contra os Cartagineses em 85% dos seus confrontos, vencendo 53% destes e conseguindo vitórias não significativas em 11% dos casos. É assim já clara a supremacia romana, quando sabemos que os africanos apenas conseguem 18% de sucessos, permanecendo inconclusivas 18% das suas batalhas. Esta intensa guerra acabou por esgotar em grande medida os recursos militares de ambos os contendores, o que justificará a grande diminuição dos confrontos, mas Roma consegue ainda manter uma clara supremacia. Atendendo à tibieza dos resultados militares, não seria de estranhar que os Púnicos procurassem assinar a paz, apesar de Amílcar Barca, o seu mais importante general, alimentar ainda a esperança de conseguir a vitória.

A imediata investida contra os Etruscos demonstra que os Romanos ainda teriam a capacidade de manter a guerra, parecendo certo que o seu prolongamento só poderia agravar ainda mais a difícil situação em que Cartago já se encontrava.

Os números dos efetivos militares empregados são praticamente desconhecidos, pois não temos indicações para 90% das batalhas realizadas.

3.5.3.5. Considerações sobre o Terceiro Bloco Cronológico:

Através da análise dos números do terceiro bloco cronológico concluímos que estão referenciadas cento e nove batalhas dos Romanos, tendo 74% destas ocorrido contra os Púnicos. Destas, os descendentes de Rómulo venceram 65% e obtiveram 6% de vitórias não significativas. Terão sido derrotados em 19% e deixaram sem claro vencedor 10% dos confrontos com os seus adversários africanos.

Se durante o segundo bloco cronológico pudemos identificar a intensa conflitualidade com os clãs samnitas, tendo estes sido claramente os principais adversários dos Romanos durante aquelas quatro décadas, neste terceiro bloco poder-se-á observar que, após o final da guerra com os montanheses, estes assumiram um papel secundaríssimo nas preocupações militares de Roma. Durante este período, apenas encontramos quatro batalhas contra os Samnitas, podendo assim dizer-se que o número destes confrontos não ultrapassou o dos realizados com os outros povos da Península Itálica.

O enfoque militar romano ganha durante este arco cronológico um âmbito territorial muito mais alargado, começando com o conflito causado pela intervenção de Pirro em terras itálicas e, onze anos depois do seu final, com a primeira declaração de guerra contra os Cartagineses, da qual Roma saiu vencedora. Esta primeira vitória contra os Púnicos não só permitiu aos Romanos consciencializarem as suas capacidades militares, como os tornou senhores do Mediterrâneo com todas as vantagens comerciais e militares que daí advieram. Isto não só permitiu que tivessem um melhor conhecimento da realidade sociocultural da bacia ocidental do Mediterrâneo, como deu início a uma vontade de controlar ou influenciar de forma permanente territórios que antes ficavam fora da sua esfera de ação. Cartago perdeu o seu estatuto de liderança e ficou obrigada ao pagamento de uma pesada indemnização de guerra que auxiliou Roma a recuperar do esforço despendido durante os vários anos de confronto. Roma saiu deste bloco cronológico com uma poderosa marinha que lhe permitiu controlar a seu talante a geopolítica ocidental, não só porque era então possível deslocar-se facilmente pelo Mediterrâneo, como assegurou assim novos importantes recursos logísticos para o seu exército, sem rival direto que se pudesse contrapor ao poder das suas legiões, demonstrando a sua força e mostrando quais eram as suas leis quando ocupou impunemente as ilhas da Córsega e da Sardenha.

3.5.4. Os Novos Desafios Militares Helenísticos

A Guerra Pírrica, que apenas se realizou numa reduzida janela temporal de cinco anos, não terá exigido propriamente de Roma um esforço hercúleo, tendo essencialmente como consequência a perceção de que os seus exércitos teriam de congregar mais recursos ao procurar enfrentar as sofisticadas hostes de perfil helenístico[135]. Se Roma já se tinha confrontado com tropas gregas, nomeadamente as que em 281 a.C. lhe tinham oposto os Tarentinos da Magna Grécia, foi com a mestria de comando de Pirro à frente de um exército com uma forte componente de cavalaria e de bem treinados lanceiros que os Romanos despertaram para as dificuldades inerentes ao enfrentamento de tais máquinas militares[136]. Também a assustadora novidade trazida pela elefantaria do rei do Epiro foi igualmente um

[135] BRIZZI, 2004, p. 67.

[136] Quando, em 280 a. C, Pirro desembarcou na Itália levava perto de 25.000 soldados e cerca de vinte elefantes treinados para a guerra. O seu exército era composto por 3.000 cavaleiros, 2.000 arqueiros, 500 fundeiros e 20.000 soldados de infantaria. Os elefantes tinham sido emprestados por Ptolomeu II, que também prometera 9.000 soldados e mais cinquenta elefantes para defender o Epiro enquanto Pirro estivesse ausente lutando em Itália. CHRYSTAL, 2015, p. 78.

fator decisivo para que sofressem duas importantes derrotas, pois os descendentes de Rómulo ainda não teriam tido que enfrentar paquidermes durante qualquer uma das suas anteriores batalhas[137]. Poderemos entrever mesmo o quanto terá afligido o exército romano a dupla vitória inicialmente obtida pelo rei do Epiro, tanto mais que os Romanos vinham de uma fase de enorme autoconfiança militar, resultante do seu espantoso palmarés de vitórias sobre os Samnitas[138].

Mas se os Romanos perderam em Heracleia[139], em 280 a.C.[140], e em Ásculo, em 279 a.C.[141], contra a máquina bélica de Pirro, não sem deixarem de infligir pesadas baixas ao seu adversário[142], depressa descobriram como enfrentar os novos dispositivos falangísticos e os elefantes que lhes tinham causado duas derrotas consecutivas[143]. Estamos mesmo convencidos de que o incremento da flexibilidade tática que é apontada à legião manipular poderá ter resultado da urgência de uma resposta na guerra contra os exércitos epirotas[144].

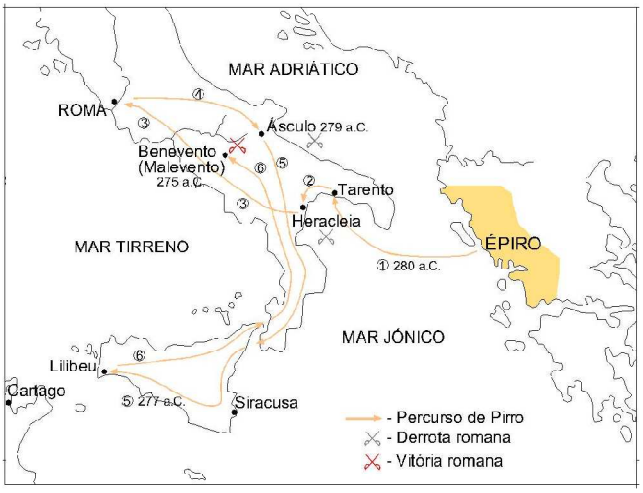


Imagem 6 - Guerra Pírrica (280-275 a.C.). Campanha de Pirro, rei do Epiro, na Península Itálica e na Sicília. (desenho nosso)

137 BRIZZI, 2004, p. 68.

138 Embora tradicionalmente se refiram apenas três batalhas contra Pirro, existe registo de que este e o seu exército, na primavera de 279 a.C., após invernarem nos arredores de *Tarentum*, invadiram a região da Apúlia, onde capturaram de assalto diversas cidades não identificadas. GONZÁLEZ, 2005, ("*Loci Incerti* 142"), p. 281.

139 KENT, 2020, pp. 63-64.

140 Hoje, o antigamente denominado rio Síris, no sul de Itália, chama-se Basento, GONZÁLEZ, 2005, ("*Siris*") p. 586.

141 Hoje Ascoli Satriano, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Asculum*") pp. 68-69.

142 PLU. *Pyrrhus*, 16.1-26.1.

143 BRIZZI, 2004, p. 68.

144 A utilização de elefantes com fins militares encontra-se consagrada pela primeira vez no âmbito dos exércitos indianos, descrita em vetustos épicos sânscritos, bem como nas narrativas do Mahabharata e do Ramayana escritos no quarto século antes de Cristo.
Para os comandantes indianos era um absurdo conceber-se um exército sem a sua presença, apesar da dificuldade de serem treinados para este fim. Os elefantes deveriam ser capturados já adultos em estado selvagem, e apenas machos deveriam ser treinados, porque só esses eram adequados aos desígnios da guerra. Com efeito, só os machos exibiam um temperamento verdadeiramente agressivo e a experiência demonstrava que as fêmeas tendiam a fugir durante a batalha, nomeadamente quando se encontravam na presença daqueles. CHRYSTAL, 2015, pp. 77-78.

Observemos que quatro anos depois, em 275 a.C. na região de Malevento, os Romanos já se encontram preparados para dar resposta militar a Pirro[145], infligindo-lhe uma poderosa derrota e forçando-o a abandonar a Península Itálica com o seu já depauperado exército[146].

Os quatro anos que medeiam entre a derrota de *Asculum* e o sucesso conseguido em Benevento[147] poderão ter configurado um dos momentos cruciais para a flexibilização tática da legião[148], atendendo até a que não parece ter havido a introdução de qualquer novidade ao nível do armamento que pudesse potenciar uma tal vitória. O movimento coordenado dos manípulos, que fora essencial para permitir a sua luta nos irregulares territórios do Sâmnio, demonstrava agora todo o seu potencial numa batalha em terreno plano. É possível que tal flexibilização tenha permitido aos Romanos compreender a vantagem de abrir espaços de forma programada entre os manípulos para minimizar a brutalidade da investida dos elefantes, sem com isso alterar a sua ordem de batalha.

Devemos frisar que a atomização de um exército em grupos de combate não implica que estes tenham necessariamente que observar um posicionamento onde se contemplem espaços vazios entre eles. O protótipo característico da legião manipular formando-se em *quincunx* não decorre forçosamente de alguma característica inerente aos trinta manípulos que a constituíam, pois estes poderiam ser naturalmente justapostos, mas de uma configuração de pendor estritamente racionalizado, possivelmente resultante das inúmeras experiências que os Romanos realizaram no sentido de encontrar a melhor ordem de batalha[149].

A tentativa de enfrentar os paquidermes com vários outros recursos imaginativos, nomeadamente através da utilização de carroças com grandes lanças e potes incendiários,

---

145 KENT, 2020, pp. 153-157.

146 Hoje Benevento, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Maleventum* II"), pp. 457-458. A região de Malevento (mau vento), conhecida pelos seus ventos agrestes, passou a ser designada pelos Romanos de Benevento (bom vento), como forma de assinalar a vitória sobre Pirro.

147 Depois da vitória romana Malevento (mau vento) passou a ser conhecida como Benevento (bom vento).

148 BRIZZI, 2004, p. 69.

149 O modelo da legião organizada na *triplex accies*, num modelo em que os manípulos aparecem em *quincunx* (isto é, em xadrez), não será mais do que uma abstração que pretende indicar o seu posicionamento relativo no início da batalha. É quase impossível que a legião tenha alguma vez partido para uma batalha mantendo exatamente esta configuração. Os espaços literalmente vazios que encontramos logo na linha dos *hastati* tornariam absurdo este modelo do ponto de vista tático, visto que seriam os próprios Romanos a fragilizar as suas linhas, apresentando ao inimigo uma parede de escudos interrompida e por onde este poderia investir facilmente. Quando nos referimos à importância de "vazios táticos" não estamos a fazer referência a uma legião disposta desta forma, mas antes à possível mobilidade frontal e lateral dentro de um outro contexto de posicionamento dos manípulos, embora este se organize partindo da configuração do *quincunx*. Tratar-se-á de toda esta problemática em capítulo posterior.

não proporcionou os resultados pretendidos durante a Batalha de *Asculum*, onde terão sido empregues profusamente[150].

Refere-se com frequência que os Romanos teriam aprendido durante este tempo a enfrentar os proboscídeos com um intenso ataque de armas de arremesso, fustigando-os com os seus dardos (*pila*) preferencialmente na região frontal, onde os elefantes são mais vulneráveis, bem como com virotões e setas da infantaria ligeira (*velites*). Ora, tal recurso parece-nos ser demasiado intuitivo como reação ao enfrentamento com os paquidermes para ter sido apenas profusamente utilizado na terceira batalha, a de Benevento. Estamos convencidos de que, embora em Heracleia os legionários pudessem já ter arremessado os seus dois pilos quando as bestas fizeram o seu aparecimento na refrega (e a infantaria ligeira lançado uma chuva de projéteis), na Batalha de *Asculum* os Romanos estavam já mais conscientes da sua utilização e das suas consequências táticas, não tendo deixado certamente de disparar os seus pilos sobre os animais e de os continuar a fustigar com projéteis durante todo o confronto.

Acrescente-se que nos parece pouco plausível que os Romanos não tivessem conhecimento de uma possível utilização de elefantes por parte de Pirro, atendendo a que o seu uso era comum nos exércitos dos diádocos[151]; um tal desconhecimento seria ainda bastante anómalo no contexto da inteligência romana, que foi sempre muito pressurosa na identificação dos recursos militares do adversário. De realçar ainda que a complexa manobra de transporte de vinte paquidermes através do mar Adriático, que os Epirotas se viram obrigados a realizar, não poderia passar despercebida, bem como a entrada em Tarento de tais bestas, demasiado grandes e estranhas ao contexto itálico e que, como tal, teria causado bastante alarido, levando à consciencialização do possível efeito desagregador que a investida de tais gigantes produziria sobre as formações adversárias[152].

---

[150] CHRYSTAL, 2015, p. 80. Para enfrentar os 19 elefantes de Pirro, admitindo-se a morte de um deles em Heracleia (*Siris*), os Romanos terão construído cerca de 300 carros com dispositivos antielefante, o que representa uma surpreendente média de quase 16 carros para a luta contra cada paquiderme. Tais números parecem-nos um pouco exagerados, mas parece ser inegável o esforço romano para enfrentar este novo desafio, sendo bem demonstrativo do voluntarismo romano no sentido de criar todas as condições que lhes pudessem proporcionar a supremacia militar, tal como viria a suceder com a construção de uma marinha de guerra, poucos anos depois, na luta contra os Cartagineses.

[151] CONNOLLY, 1998, pp. 74-75.

[152] No ocidente mediterrânico os elefantes de guerra fazem o seu aparecimento tático logo em 318 a.C. no cerco de *Megalópolis* realizado por Poliperconte. Este era um dos comandantes que servira no exército de Alexandre Magno e trouxera da Ásia cerca de sessenta elefantes com os seus respetivos cornacas. Poliperconte utilizou-os essencialmente para manobras logísticas como animais de carga. (A cidade, localizada no Peloponeso, tinha sido fundada em 371 a.C. por Epaminondas) Também Cassandro, outro dos sucessores de Alexandre, podia contar com dezenas de paquidermes nas suas batalhas em território grego, tendo sido este o primeiro a idealizar uma forma de conseguir transportar os irrequietos animais por via marítima. Também com interesse nas qualidades bélicas destes animais, muitos outros povos e dinastias

Com mais facilidade se admitirá que os Romanos não estivessem ainda familiarizados com a sua utilização tática. A brutalidade do ataque destes animais em fúria, que assustados apenas pretendem destruir o que está em seu redor, causando baixas inclusive nos exércitos a que pertencem[153], é uma investida quase impossível de frear, só se conseguindo à custa do seu cansaço e de um continuado ataque realizado por armas de arremesso, para evitar a proximidade com tal besta de destruição[154]. Ora, se se torna praticamente impossível contrariar a sua investida inicial, levando as linhas do exército adversário a uma inevitável desorganização, estamos em crer que o mais adequado para minimizar o impacto dos paquidermes seria a abertura de "vazios táticos" entre os manípulos. Cada um destes, sendo uma unidade tática autónoma, poderia ser manobrada com relativa facilidade em várias direções, sem que tal fragilizasse a sua estrutura interna.

Parece-nos bastante plausível que o recurso à abertura de "vazios táticos" entre manípulos possa ter sido uma resposta bem mais eficaz para contrariar a investida da elefantaria, um pouco à semelhança do que Cipião, “O Africano”, realizará com outros contornos 74 anos depois, na Batalha de Zama[155]. Talvez se possa mesmo afirmar que um dos mais importantes aspetos da orgânica da legião manipular consistia no tratamento espacial dado a cada soldado e à flexibilidade de movimento dos módulos onde este se integrava. Dir-se-ia mesmo que, no seio da legião em combate, o preenchimento do espaço é tão importante quanto as distâncias deixadas entre os manípulos.

pretenderam obter contingentes de elefantes, mas procurando minimizar as dificuldades inerentes à sua longínqua origem e difícil transporte. Assim, o Egito ptolemaico, bem como Cartagineses e Númidas, deitaram mão dos seus proboscídeos autóctones que viviam em estado selvagem nas savanas do norte de África e deram lhes treino militar. Embora estas espécies de paquidermes fossem menores que as indianas, os seus exemplares foram quase sempre munidos de cestos ou torres dorsais que podiam albergar uma maior quantidade de soldados, nomeadamente arqueiros. Diga-se, para evitar quaisquer equívocos, que a espécie africana cujos exemplares são conhecidos por serem os de maior porte não eram conhecidos destes povos da orla mediterrânica, visto que eram autóctones de regiões subsarianas. CHRYSTAL, 2015, p. 77.

153 KENT, 2020, p. 157.

154 CHRYSTAL, 2015, p. 82.

155 SANTOS, 2016, pp. 196-211.

3.5.5. A Consciencialização da Importância do Património Tático Romano

Como poderemos constatar ao longo do seu vasto historial, o exército romano perde grande capacidade de desempenho quando é submetido a uma constrição que encurte, ou tenda mesmo a anular, o espaço interno de manobra que é necessário para o movimento de cada legionário, ou que inviabilize a mobilidade dos manípulos. Sem nos determos nesta análise por agora, bastar-nos-ia recordar os dois maiores desastres do exército romano, aquando da sua derrota na Batalha de Canas[156], em 216 a.C.[157], ou no

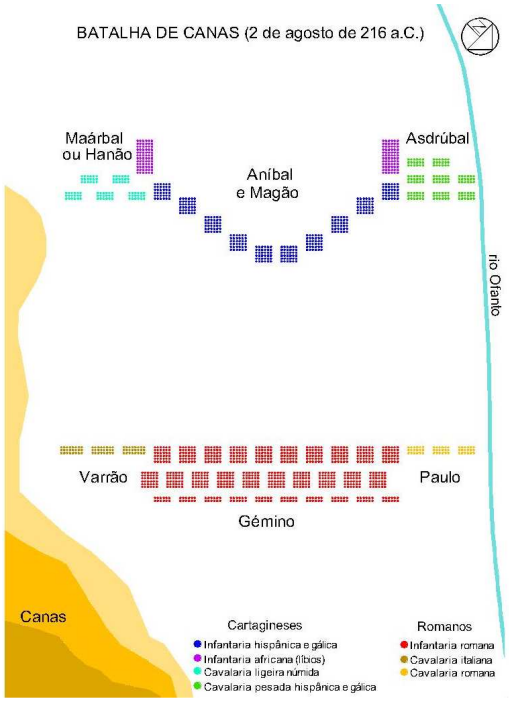


Imagem 7 - Disposição inicial dos dois exércitos na batalha de Canas. (Desenho nosso tendo por base: GOLDSWORTHY., 2001, p. 108.)

[156] O estreito vale de Canas impunha que os exércitos, o romano, com cerca de 75 mil legionários, e o cartaginês com 50 mil, se dispusessem com uma frente de apenas dois quilómetros, o que permitia uma considerável segurança nos flancos devido a estes estarem protegidos pelo rio e pelo relevo montanhoso. Em Canas Aníbal conseguiu fazer uma extraordinária utilização das diferentes tipologias de treino e armamento dos seus soldados, conseguindo criar um processo tático que aproveitou do melhor modo as suas especificidades combativas. GOLDSWORTHY, 2001, p. 108.
Segundo a sugestão tática que é habitualmente proposta para o dispositivo romano nesta batalha, haveria dez manípulos de hastados que formavam a primeira linha romana de cada uma das legiões e que deveriam perfazer cerca de 75 m de frente por 58 m de profundidade, o que fazia com que toda a linha frontal romana, compreendendo as sete legiões e as alas de auxiliares devessem cobrir uma extensão de perto de 1.050 m de frente por 58 m de profundidade. Na segunda linha, dever-se-ia verificar um dispositivo similar na formação dos príncipes, enquanto os triários, por apresentarem menos efetivos, com apenas 600 homens para cada legião, poderiam apresentar uma formação mais adequada à exiguidade espacial: seria possível que estivessem formados com 5 homens de frente para 12 filas de profundidade em cada manípulo. No cômputo geral, poder-se-á admitir nesta batalha um centro romano com uma frente de pouco mais de 1 km de largura e uma profundidade de 140 a 160 metros (70 filas, a que se devem juntar os espaçamentos táticos necessários entre as três linhas principais). Ao todo, considerando também a cavalaria romana, bem como a pertencente aos seus auxiliares, que foram como habitualmente colocadas nos flancos, a totalidade do exército comandado por Varrão e Paulo apresentaria ao adversário, uma frente com muito perto de 2 km de extensão, preenchendo assim a totalidade do espaço disponível para o combate. MONTEIRO, 2014, pp. 91, 94.
Para detalhes adicionais sobre esta batalha, travada em 2 de agosto de 216 a.C., nomeadamente no que concerne à sua fase final em que a infantaria romana acaba por ser completamente cercada e progressivamente comprimida pelas forças cartaginesas, dificultando assim o espaço necessário para o bom desempenho dos legionários, poder-se-á consultar o ANEXO 2 "Batalha de Canas".

[157] Hoje Monte di Canne, perto de Canossa di Puglia, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Cannae*"), p. 114.

confronto em Adrianopla[158] de 378 d.C.[159], em que podemos detetar claramente a grande opressão a que foram submetidas as tropas romanas. São os "vazios táticos" que irão permitir o dinamismo e o movimento elástico de adaptação que verificamos ser característico da legião, conseguindo adequar-se às exigências surgidas no decorrer da refrega, permitindo-lhe enfrentar com sucesso diferentes tipos de adversário.

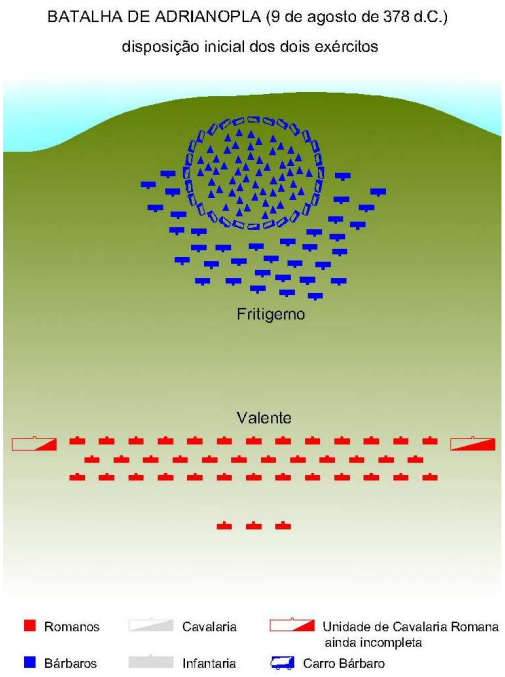


Imagem 8 - Disposição inicial dos dois exércitos na batalha de Adrianopla. (Desenho nosso tendo por base: MONTEIRO, 2014, p. 131.)

Se toda esta problemática já teria surgido da necessidade de intervir no Sâmnio, o perfil do seu movimento nestes territórios montanhosos terá forçado um desenvolvimento tático muito diferente daquele que seria próprio de uma ordem de batalha em zona de planície. Dir-se-ia mesmo que a legião teria de criar mecanismos de rentabilização da sua estrutura de manípulos no sentido de maximizar todo o potencial de dinamismo proporcionado pela sua integral divisão em grupos autónomos de combate. Sendo um modelo inovador, sem paralelo em qualquer outro exército da Antiguidade, os Romanos deverão ter tido a necessidade de realizar uma aprendizagem, submetendo-o a diferentes coordenações de chefia e articulação intramanipular para poderem rentabilizar todo o seu potencial numa ordem de batalha disposta em terreno aberto.

É igualmente de salientar a intensidade do conflito ocorrido com os Cartagineses, atendendo à circunstância de que, durante a Primeira Guerra Púnica, que durou 23 anos (264-241 a.C.), foram travadas grandes batalhas todos os anos, com exceção de 248 e 243 a.C. Verificamos mesmo que têm lugar diversas grandes batalhas no mesmo ano, cronologicamente separadas por intervalos de poucos meses, o que demonstra bem o

[158] Sabemos que os números indicados pelas fontes clássicas para o exército do imperador Valente, que nos apontam para cerca de 60.000 homens, deverão estar manifestamente inflacionados. Quando tentamos fazer uma avaliação crítica mais pormenorizada do seu quantitativo, somos de imediato levados a conjeturar que este deveria ser bem mais reduzido, remetendo-nos para uma cifra de apenas 10.000 legionários ou talvez, admitindo a hipótese de MacDowall, 15.000 soldados no total. MACDOWALL, 2001, p. 60.
Quanto ao exército godo de Fritigerno, Rodíguez González, baseado nas pesquisas de MacDowall, indica um total entre 13.600 e 19.300 combatentes, metade dos quais seriam cavaleiros. GONZÁLEZ, 2005, ("*Hadrianopolis* III"), pp. 213-214.
Para detalhes adicionais sobre esta batalha, nomeadamente a fase final na qual a infantaria romana é rodeada e comprimida, numa manobra de envolvimento das forças conjugadas da infantaria e cavalaria bárbaras sendo completamente destroçada, consultar o ANEXO 3 "Batalha de Adrianopla".

[159] Hoje Edirne, Turquia. GONZÁLEZ, 2005, ("*Hadrianopolis* III"), pp. 213-214.

empenho que ambos os contendores colocaram na obtenção da vitória. Repare-se que a dureza do confronto é tão manifesta que os Romanos não parecem ter tido capacidade para realizar durante todo este período qualquer ofensiva contra outros adversários, concentrando todo o seu esforço bélico na missão de derrotar os seus adversários africanos.

Todas as batalhas entre 264 e 241 a.C. são travadas diretamente contra os Cartagineses, embora estes pudessem contar por vezes com o auxílio de outros povos, na sequência até da sua conhecida política de contratação de mercenários[160]. Decorre daqui que se os Romanos não realizaram qualquer confronto contra outros adversários é porque não se viram totalmente forçados a fazê-lo durante todo o período em que decorreu a Primeira Guerra Púnica, o que significa que não terão sido gravemente molestados, nem sequer pelos seus inimigos tradicionais dentro da Península Itálica. Esta inação marcial dos seus adversários tradicionais é bastante curiosa, atendendo aos longos 23 anos que durou esta Primeira Guerra Púnica, provavelmente esperando que a conhecida força dos exércitos cartagineses pudesse obrigar os Romanos a conter as suas pretensões expansionistas e a Urbe voltasse a ser uma mera potência regional. A esplendorosa riqueza de Cartago permitia aos seus habitantes uma contratação constante de novos recursos militares, o que tornava quase inesgotável a sua capacidade bélica, ao fazerem surgir tropas arregimentadas nos quatro cantos da orla mediterrânica. Os seus generais e as cadeias de comando que montavam eram conhecidos pela sua eficácia, bem como temida a qualidade da sua marinha de guerra, que controlava desde há muito todas as rotas comerciais do Mediterrâneo ocidental[161]. Dir-se-ia mesmo que o confronto aberto entre Roma e Cartago poderia surgir aos olhos dos outros povos como uma guerra de superpotências e que imiscuir-se num conflito de tais dimensões poderia no futuro acarretar graves consequências, dependendo de se ter ou não prestado auxílio ao adversário que se viesse a consagrar como vencedor…

É, no entanto, de salientar que, assim que em 241 a.C. se dá a assinatura da paz, os Romanos enfrentam de imediato uma rebelião de Etruscos na antiga cidade de Falério (*Falerios*)[162], dominando-a em seis dias, durante os quais morreram 15.000 inimigos e a cidade terá sido destruída.

---

[160] MONTEIRO, 2020a, p. 148: «[…] Ao contrário dos Romanos, os Cartagineses não tinham por hábito estender a cidadania e os direitos políticos aos povos das áreas que ficavam sob o seu controlo; por isso, em Cartago, a guerra era sobretudo praticada por mercenários contratados pelo Estado, e não pelos seus abastados cidadãos. […]»

[161] BRIZZI, 2004, p. 79.

[162] Hoje Città Castelana, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Falerii* III e IV"), p. 192.
A cidade que corresponde à actual Città Castellana, é a antiga *Falerii Veteres*, que se costuma designar como Falérios, em português. Embora apareça por vezes como cidade etrusca, era na origem uma cidade falisca.

Evidencie-se também o facto de os exércitos cartagineses serem máquinas militares de perfil muito diferente daquele que possuíam os anteriores adversários dos Romanos, apresentando números de efetivos muito superiores, com generais experimentados, com armamento sofisticado, com inúmeros recursos táticos e com vastas possibilidades logísticas. Neste contexto, o combate contra os africanos terá sido certamente o período em que Roma, levada ao máximo desafio militar a que poderia ser submetida, teve de criar e aperfeiçoar todas as suas capacidades estratégicas e principalmente táticas para que os seus exércitos pudessem ter a possibilidade de obter algum sucesso. Estamos em crer que as 107 batalhas referenciadas para este primeiro conflito contra os Púnicos deverão ter fornecido aos Romanos uma oportunidade para experimentar e para corrigir todos os detalhes inerentes ao bom funcionamento da legião manipular.

Recorde-se que os Cartagineses os forçaram a lutar contra variadíssimas tipologias de soldados, que integravam os seus exércitos como mercenários e que iam desde os Gauleses até aos cavaleiros da Numídia, passando por Lígures, Gregos e Hispânicos[163]. Tal diversidade terá sido, para os Romanos, uma verdadeira escola de recursos táticos, ao ser necessário encontrar formas de enfrentar uma tão grande diversidade de modelos de combate, parecendo certo que a legião terá respondido eficazmente a uma tal necessidade.

3.5.6. Uma Guerra Naval Travada em Terra Firme

Este primeiro grande conflito militar contra os Cartagineses é geralmente apontado como uma guerra que foi travada essencialmente nas águas do Mediterrâneo, mas a análise dos números da atividade bélica demonstra-nos que tal não corresponde minimamente à realidade dos factos. O seu estudo revela à saciedade que esta guerra foi um conflito iminentemente terrestre, não só pela esmagadora superioridade dos confrontos em terra, mas também pela profusão de cercos e de assédios a cidades da Sicília[164]. É esmagadora a superioridade de batalhas terrestres, com um índice de 83%, contra apenas 17% de confrontos travados no mar.

Parece-nos uma inevitabilidade que a localização das cidades de origem dos dois adversários, situadas em margens opostas do mais tarde designado por *Mare Nostrum*, tornaria necessária toda uma logística de transporte de tropas e correspondentes

[163] BRIZZI, 2004, p. 82.
[164] MONTEIRO, 2020a, pp. 145-200, p. 149.

movimentações navais; contudo os números mostram-nos claramente que os recontros se realizaram maioritariamente em terra.

Consideramos admissível que o esforço necessário para a realização de tantos confrontos terrestres em tão curto espaço de tempo poderá ter contribuído para a consolidação dos mecanismos de flexibilização de combate das legiões, servindo como intenso campo de experimentação para o aperfeiçoamento do seu funcionamento tático. Os muitos exércitos de pendor mercenário montados sob as ordens dos africanos lutavam preponderantemente enquadrados pelos modelos falangísticos resultantes do contacto com os exércitos helenísticos[165], herança ainda viva e taticamente imposta pelos generais cartagineses que os comandavam.

Não seria, pois, despiciendo que Roma aproveitasse toda a sua experiência de combate das últimas décadas, nomeadamente contra os exércitos epirotas, para impor os seus novos recursos táticos às tradicionais falanges montadas pelos Púnicos. Somos mesmo da opinião de que a superioridade revelada pelo exército romano se poderá explicar em grande parte à luz do intenso treino e aperfeiçoamento da legião manipular, graças às constantes batalhas a que a fúria cartaginesa os obrigou. Reparemos ainda, em reforço da nossa tese de que esta guerra não teve um pendor essencialmente naval, que o primeiro recontro foi um confronto terrestre em 264 a.C., em *Echetla*[166], onde os Romanos obtiveram a sua primeira vitória; só após quatro anos se irá realizar o primeiro confronto naval entre os contendores, em *Lipari*.

Os Romanos careciam de tradição naval, porém rapidamente se deram conta da necessidade de possuírem uma frota, se almejavam derrotar Cartago. Um navio cartaginês encalhado forneceu-lhes os detalhes que careciam. Tudo leva a crer que baseados nessa embarcação capturada construíram, em cerca de dois meses, 100 quinquerremes e 20 trirremes, dando forma inicial a uma poderosa marinha de guerra que virá a dominar durante séculos o Mediterrâneo. Dada a escassa experiência romana, a primeira escaramuça naval entre Roma e Cartago, em 260 a.C., em *Lipari*[167], sagrou-se por uma vitória púnica. Contudo, ainda no mesmo ano, os Romanos infligem duas derrotas navais aos Cartagineses. A primeira ter-se-á concretizado junto das margens de *Italiae*[168] e a segunda em Milas (*Mylae*)[169], onde apresentaram em batalha 145 navios que infligiram aos Púnicos a sua primeira grande derrota naval.

---

165 BRIZZI, 2004, p. 80.
166 Hoje talvez Caltagirone, Sicília, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Echetla*"), p. 181.
167 Hoje Lipari, nas ilhas com o mesmo nome, *Sicília*, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Lipari* I"), p. 259.
168 Cabo não identificado na costa nordeste da Sicília, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Italiae*"), p. 243.
169 Hoje Milazzo, Sicília, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Milae* I"), p. 484.

Mesmo se atendermos estritamente as batalhas navais fica bem patente a tenacidade romana, ao ter infligido aos descendentes dos Fenícios 60% de derrotas, não havendo registo de confrontos navais inconclusivos, ou pelo menos não decisivos. Poder-se-ia, pois, dizer que, se os Romanos não possuíam até 260 a.C. uma frota de guerra digna desse nome, conseguiram ainda assim, num esforço hercúleo, proceder à construção de centenas de navios e treinar milhares de homens para fazer frente aos desafios militares que os Púnicos lhes impuseram, o que permitiu à Urbe superiorizar-se aos seus poderosos adversários Cartagineses, quer no mar, quer em terra.

CAPÍTULO 4
A ESTABILIZAÇÃO DO MODELO TÁTICO DO EXÉRCITO ROMANO

Dos elementos analisados pode inferir-se que a competência militar do exército romano, ao longo de três blocos cronológicos que em conjunto cobrem um período de 120 anos, se apresentou sempre a um nível elevado e propiciador de manifesta superioridade relativamente aos seus adversários.

Em toda esta atividade bélica, os Romanos obtiveram um número superior a 60% de vitórias e conseguiram mesmo, em algumas décadas onde se registou um elevado índice de confrontos, atingir percentagens de 90% de vitórias.

Tais números são reveladores da grande competência que o seu exército apresentava, mesmo contra uma vasta tipologia de inimigos, cada uma com as suas formas particulares de praticar a guerra[170]. Poder-se-á, pois, dizer que o modelo tático implícito na legião manipular possuía a capacidade de neutralizar e vencer a grande maioria dos dispositivos militares com que se tinha de confrontar[171]. Neste período (321-275 a.C.), essencial para a estabilização do seu modelo manipular, procurámos encontrar os momentos que poderão ter ocasionado o seccionamento da falange massiva, na coordenada e original opção de módulos autónomos de combate. Embora não se possam apontar categoricamente os acontecimentos geradores do sistema que veio a ser adotado, cremos que o grande desaire de 321 a.C. nas Forcas Caudinas[172] e o enfrentamento com o exército helenístico de Pirro[173] poderão ter contribuído de forma decisiva para uma evolução progressiva no sentido do modelo da *triplex acies,* organizando-se segundo o modelo do *quincunx*[174].

Dir-se-ia mesmo que a sua maior virtualidade seria a capacidade que a legião tinha de se poder adaptar, pela deslocação dos seus manípulos, aos diferentes dispositivos militares

---

170 Para a flexibilidade da ordem romana: PLB. 18.32.
171 Sobre os elementos básicos que formavam a legião republicana do século III a.C.: GOLDSWORTHY, 2009, pp. 55-56.
172 LIV. 9.2-6; BRIZZI, 2004, p. 47; GONZÁLEZ, 2005, (*Caudium* I), p. 132.
173 BRIZZI, 2004, pp. 67-70; GOLDSWORTHY, 2011, p. 27.
174 GRIMAL, 1993, p. 38.

com que era confrontada, não podendo deixar nunca de exibir uma organização em parede de escudos e tendo capacidade de avançar, recuar e alargar o seu âmbito conforme exigiam as necessidades do confronto[175].

Esta parede de escudos é o elemento fundamental de qualquer exército em combate, e quer no tempo da República, quer no do Império, ela será formada por uma linha cerrada de legionários que confrontam diretamente o ataque adversário[176].

Diz-nos Vegécio, na sua "*Epitoma rei militaris*[177], que é sem dúvida o mais importante trabalho sobre a problemática militar romana, acreditando-se que esta sua obra terá sido redigida por volta do final do século IV d.C.[178]:

> «[…] E cada um dos soldados por si costuma ocupar, em linha reta, três pés, isto é, em mil passos são dispostos, ao comprimento, 1.666 soldados de infantaria[179] para que a linha não deixe passar nem um raio de sol, mas haja espaço para manejar as armas. […]»

---

[175] Designaremos como "parede de escudos" a primeira fila da primeira linha, fazendo referência ao ponto espacial de contacto direto com o exército adversário e onde se desenrola o esforço máximo do combate corpo a corpo.

[176] HANSON, 2002, pp. 16-17.

[177] VEG. 3.14.

[178] O *Compêndio da Arte Militar* (*Epitoma rei militaris*) de Vegécio é uma das mais importantes fontes para o nosso conhecimento da estrutura e funcionamento do exército romano. Sendo sua intenção o apontar as causas profundas para uma progressiva perda de eficácia dos exércitos romanos, Vegécio escreve no final do século IV d.C., já depois do desastre sofrido na Batalha de Andrinopla, que se poderia afirmar ter sido o início do fim do Império Romano, atendendo a que este não mais pôde contar com capacidade militar autónoma. Se o seu domínio se estendeu ainda por aproximadamente mais cem anos, só o pôde fazer à custa da ajuda momentânea de uma plêiade de povos germânicos federados que com ele colaboravam, mas que também lhe impunham os seus interesses particulares e que estabeleciam condições político-militares para o ajudarem.
Vegécio parece estar minimamente familiarizado com o *modus faciendi* das tradições militares que vinham desde a República, fazendo para o imperador uma importante compilação de preceitos que se encontravam nos escritos de variados autores romanos que remontavam, pelo menos, à época de Catão-o-Antigo (232-149 a.C.). A principal intenção de Vegécio, um alto funcionário imperial, era corrigir as más práticas do exército romano tardio; ele pretendia, pois, com esta sua obra, recuperar as tradições marciais dos tempos gloriosos das legiões. Apresenta no seu tratado um considerável reportório de técnicas e preceitos fundamentais que formavam a matriz do exército em tempos pretéritos, mas dir-se-ia que a sua exposição nem sempre é clara, misturando com frequência elementos cronologicamente díspares, ao mesmo tempo que as suas descrições sofrem de ambiguidades não passíveis de um esclarecimento cabal. Embora não saibamos qual a data precisa para a realização deste importante tratado, nem qual o imperador a quem foi dedicado, sabemos que foi redigido no final do século IV d.C. (ou nos inícios da centúria seguinte); os seus laudatórios encómios fazem-nos crer que se dirigia ao imperador Teodósio.

[179] Atendendo a que um "passo romano" teria cerca de cinco pés, o que equivale a perto de 1,50 metros, e que cerca de três pés (ou noventa centímetros) seria o espaço ocupado por cada legionário, obter-se-á que a distância de mil passos romanos ou 1.500 metros poderia comportar precisamente uma formação de 1.666 homens dispostos lado a lado.

Vemos, nesta passagem, não só a importância capital da parede de escudos, como a minúcia com que esta era formada, apresentando uma compactação tão cerrada que nenhum adversário teria condições de a transpor.

Para a sua organização, o exército romano contava com o comando em proximidade realizado pelos centuriões[180], que poderíamos classificar como os oficiais romanos mais experientes nas atividades práticas do combate e que dirigiam um conjunto de cerca de oitenta soldados, designado por centúria[181].

Estes oficiais utilizavam toda uma sinalética visual e sonora, concebida para viabilizar o funcionamento harmonioso da legião. Isto permitia a cada soldado, durante as confusas movimentações da batalha, saber com rapidez onde se encontrava exatamente em cada momento, onde deveria estar e qual o trabalho e o esforço que lhe eram exigidos.

Os estandartes que se sobrepunham visualmente a toda confusão inerente ao confronto, indicavam com clareza a cada legionário onde estava a sua centúria[182], bem como o seu comandante[183] e o lugar onde o combatente deveria estar e intervir na luta. Cada centúria, que constituía a mais pequena unidade com intervenção tática em batalha[184], era um conjunto de homens que possuía um estandarte designado por *signum*[185], que permitia agrupá-los espacialmente de modo a que o centurião, com gestos, ordens verbais e sinais sonoros transmitidos por um apito[186], orientasse todos os movimentos que seria necessário realizar.

A importante identificação rápida da cadeia de comando de proximidade que era estabelecida pelos centuriões era claramente viabilizada pelo porte de penachos que encimavam a grande maioria dos capacetes dos legionários romanos. Tais ornamentos, eram colocados em porta-plumas na parte superior daqueles e eram feitos habitualmente em crina de cavalo; não só ajudavam a conferir uma ilusão de maior estatura ao soldado romano, como tinham também um papel importante na identificação visual dos centuriões[187], pois

---

180 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 68-73.
181 FEUGÈRE, 2002, pp. 41 e 214; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 89-90.
182 FEUGÈRE, 2002, p. 52.
183 FEUGÈRE, 2002, p. 47.
184 Poder-se-á dizer que dentro da centúria teríamos ainda a sua subdivisão em contubérnios, que eram conjuntos de oito homens que coordenavam entre si os trabalhos logísticos quotidianos e que dormiam na mesma tenda. No entanto, para efeitos táticos em batalha, o contubérnio não desempenhava um papel prático, embora se possa supor que a familiaridade entre estes soldados contribuísse para que lutassem junto uns dos outros.
185 LE BOHEC, 2002, p. 51.
186 Foram e continuam a ser constantemente encontrados nas estações arqueológicas, inúmeros exemplos destes famosos apitos usados pelos centuriões. Pelo contacto que o autor deste trabalho já pôde ter com alguns desses artefactos, a sua eficácia sonora é indiscutível, apresentando um bisel que faz ressoar a coluna de ar em tons bastante agudos e, portanto, com uma clara capacidade de projeção sonora, bastante similar aos que são usados hoje pelos árbitros de desporto.
187 VEG. 2.13.

estes exibiam uma "crista transversa",[188] ou seja, um penacho disposto de forma transversal[189], o que era exclusivo dos seus capacetes[190], diferença essa que era fácil de identificar pelos homens que se localizassem no seu entorno. Deveremos atender desde já à subtileza, patente aliás em muitas das realizações romanas, deste sistema de identificação dos centuriões. Ao mesmo tempo, tal identificação seria difícil de reconhecer pelo exército inimigo, que, colocado a uma maior distância, só com bastante esforço teria a possibilidade de o descodificar.

Dir-se-ia mesmo que a eliminação dos centuriões seria certamente um dos objetivos prioritários dos projéteis do inimigo, atendendo a que a sua ausência poderia comprometer de imediato a boa ordem da centúria e o seu ímpeto guerreiro. Deveremos enfatizar a subtileza do estratagema romano, referindo a dificuldade que qualquer arqueiro ou fundibulário teria para proceder à localização dos centuriões inimigos por entre a constante movimentação inerente à batalha, a vários metros de distância e por entre um "mar de crinas".

Para que tudo pudesse ser dinâmico e adaptar-se às exigências do combate, a legião teve de criar uma "nova conceção de espaço", como elemento estrutural na sua busca de um novo paradigma, pois este tornou-se algo de essencial aos movimentos individuais de cada soldado e mesmo à movimentação tática das estruturas manipulares[191].

4.1. Os Dois Grandes Modelos Militares da Antiguidade antes da Legião Manipular

4.1.1. Exércitos de Matriz Estatal. Organização e Competências

A organização militar dos exércitos estatais na Antiguidade não possuiu no Ocidente uma grande variedade de modelos, tendo-nos legado essencialmente três paradigmas, que

[188] FEUGÈRE, 2002, pp. 94-97.
[189] MONTEIRO, 2009a, pp.15-170, p. 47.
[190] VEG. 2.13.
[191] O manípulo foi, durante a República Romana e até à reforma de Gaio Mário (cerca do ano 100 a.C.), uma importante divisão tática da legião, sendo constituído por duas centúrias.

foram o da falange grega[192], o da falange macedónica[193] e o da legião manipular romana[194]. Dir-se-ia mesmo que muitos povos terão sofrido a poderosa influência da cultura grega durante séculos e acabaram por adotar grande parte do seu sofisticado *modus vivendi*, mormente o seu modelo militar de matriz falangístico[195], como aconteceu com todas as cidades mais evoluídas da orla mediterrânica[196], como foi Cartago[197], no norte de África, e as diferentes cidades-estado fundadas pelos Etruscos[198], no norte de Itália. Este, apesar de apresentar um modo muito peculiar, foi claramente um paradigma de sucesso[199],

[192] ADCOCK, 1957, pp. 3-10; CONNOLLY, 1998, pp. 37-51; FEUGÈRE, 2002, pp. 11-13; KEEGAN, 2009, pp. 324-325; MONTEIRO, 2014, p. 20.

[193] ADCOCK, 1957, pp. 26-28; CONNOLLY, 1998, pp. 68-83; KEEGAN, 2009, pp. 337-344.

[194] PLB. 6.19-21; CONNOLLY, 1998, pp. 91-97, 126-130 e 140-142; FEUGÈRE, 2002, pp. 38-39; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-28.

[195] As proezas individuais dos heróis homéricos virão a ser igualmente substituídas pelo mais eficaz sistema tático coletivo da falange. A organização hoplítica foi a expressão prática no universo grego desta compreensão das grandes vantagens do combate organizado, abandonando-se totalmente a Ordem Livre onde poderia ainda haver lugar para façanhas singulares. O hoplita teve que aprender a frear os seus instintos bélicos e a saber recusar a tentação de encetar uma proeza individual, pois um tal gesto compromete todo o seu coletivo. Só o continuado treino na falange lhe virá a permitir a domesticação dos seus instintos primários de luta e fazer com que permaneça ombro a ombro mesmo durante o clímax da batalha. Aprendeu a manter a sua posição, a marchar em ordem, a executar um *hoplitodromos* e sobretudo a nunca deixar vazio o seu lugar. Pede-se-lhe um domínio completo de si, um constante controle para se submeter à disciplina e a uma racionalidade tática que refreia todos os seus impulsos instintivos instrumentos da vitória. Até na guerra, a Eris, o desejo de triunfar do adversário, de afirmar sua superioridade sobre outrem, deve submeter-se à *Philia*, ao espírito de comunidade. VERNANT, 2012, pp. 53-54.

[196] SANTOS, 2016, p. 21.

[197] CONNOLLY, 1998, p. 144; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 35, 114, 116.

[198] GOLDSWORTHY, 2003, p. 24; STODDART, 2009, p. 213.

[199] Embora seja possível que, antes de meados do século VII a.C., se verificasse, na Grécia, uma certa primazia de guerreiros nobres que lutavam deslocando-se em carros de guerra e munidos de forte couraçamento, (CARLAN, 1994, p. 58; KAGAN; VIGGIANO, 2013, p. 5; EVERSON, 2013, p. 8) verificou-se uma notória transformação, com o aparecimento nas cidades-estado, de um dispositivo marcial centrado na infantaria, onde podia participar a generalidade dos seus cidadãos. Como expressão do seu estatuto igualitário dentro das estruturas políticas democráticas da cidade, intervinham neste novo modelo milhares de homens, que se organizavam num sistema focado num ataque frontal cuja força era proporcionada pela utilização massiva de lanças. A arte coeva grega pode comprovar o aparecimento deste modelo precisamente nesta época, ao mostrar-nos detalhadas figuras pintadas em vasos proto coríntios datados desse período e que nos apresentam claramente um paradigma militar a que chamamos "Falange Hoplítica". O peso da arte da guerra passou a recair assim sobre as enormes massas de infantaria pesada que, sob o esforço generalizado dos cidadãos de uma *polis*, se superiorizavam à antiga soberba cavalaria nobre de homens ricos e influentes que propugnavam uma guerra de perfil iliádico. A cavalaria passou a ter neste novo contexto um papel secundário, ao ter-se compreendido que os cavaleiros não tinham condições de atacar sequer pequenas formações de peões, desde que estes estivessem bem treinados e se mantivessem numa formação coesa. Dir-se-ia mesmo que, ao longo dos 1200 anos seguintes, até ao advento da Idade Média, o papel tático do combate entre homens apeados se tornou o centro nevrálgico de todos os sistemas militares. (O'CONNELL, 1989, p. 64)

apresentando como principal núcleo uma infantaria pesada[200], cuja pertinência tática é tão relevante que deverá ser por nós analisada[201].

Imagem 9 - Pintura de grupo de hoplitas entrando em batalha, baseada num vaso Coríntio, do século VII a.C., encontrado em Chigi, na Etrúria. [in CONNOLLY, 1998, pp. 38-39].

No contexto das cidades-estado gregas, a falange de tipo hoplítico surgiu como um modelo de referência para enquadrar a sua conceção de guerra e pouco poderia ter evoluído neste ambiente, pois a sistemática utilização de lanças como base da sua infantaria forçava-as a adotarem a mesma organização[202]. O aspeto convencional com que a guerra era concebida, no seio das cidades gregas (com a exceção de Esparta), ocasionaria uma estagnação do seu potencial bélico, fazendo muitas vezes com que as diferenças táticas entre batalhas se resumissem a aspetos como esperar até se considerar ter chegado o momento certo para atacar, ou procurar dispor a sua falange numa posição mais elevada[203]. O próprio sentimento de vitória era proporcionado não tanto pela

[200] MONTEIRO, 2014, p. 20.

[201] EVERSON, 2013, p. 52: «[…] As we shall see from the evidence outlined below, although all the equipment worn by later seventh-century hoplites was available from c. 700 or a little before, the hoplite phalanx did not appear in art until the Chigi Vase of c. 650. Here the men are shown fighting together in ranks with the thrusting spear, in a body known as the phalanx, which in later times was usually eight men deep. The heavy shield and the bronze armour, which some warriors had adopted for personal protection in the later eighth century, made it harder to run in any sort of skirmishing warfare, and it gradually became the rule to stand by your fellow warriors to avoid becoming isolated. […]»

[202] No caso dos Gregos, o modelo da falange, com o seu generalizado equipamento hoplita, bem como a exigência de participação direta de todos os cidadãos, reforçaram em muito o espírito independente e o sistema político de cada uma das cidades-estado. A guerra tendeu a ser realizada em termos mais convencionais, pois, na prática, a homogeneidade do perfil de equipamento dos hoplitas, bem como o tipo de luta, a par da tendência para desviar sobre a direita para proteção do lado não escudado, forçava a que as falanges fossem obrigadas a defrontar-se em batalhas com recursos muito limitados e quase sempre previsíveis, minimizando a importância de manobras táticas e tendendo para uma estaticidade. A falange cuja parede de lanças acabasse por se desagregar seria a derrotada e a batalha terminaria de imediato, pois os seus efetivos, sem condições de suportarem a investida adversária, seriam forçados a abandonar rapidamente o campo de batalha. Os vencidos pouco mais teriam a fazer do que procurarem largar rapidamente parte das suas pesadas armas e proteções, para viabilizarem a sua fuga. Os vencedores, a não ser que se dispusessem a fazer o mesmo, não teriam sequer condições de os perseguir. Poder-se-ia dizer que o próprio objetivo da guerra era, assim, eminentemente convencional, demonstrando o vencedor a sua supremacia militar ao conseguir expulsar o adversário do campo de batalha, sem este ter necessariamente de destruir o exército adversário, ao infligir-lhe um número substancial de baixas. Assim, dentro deste sistema previsível de fazer a guerra, a sua duração era geralmente muito curta, pois muitas vezes bastaria uma única batalha para pôr termo à contenda. (O'CONNELL, 1989, pp. 65-66)

[203] ADCOCK, 1957, p. 6.

incapacitação do exército adversário, ao infligir-lhe um considerável número de baixas, mas antes pelo abandono do local onde decorrera o combate[204].

Se o modelo apresentava fragilidades estruturais, elas não se tornavam patentes, atendendo a que, no seu modo convencional de combater, em que falanges combatiam apenas contra outras falanges[205], as suas limitações não se tornavam muito relevantes[206].

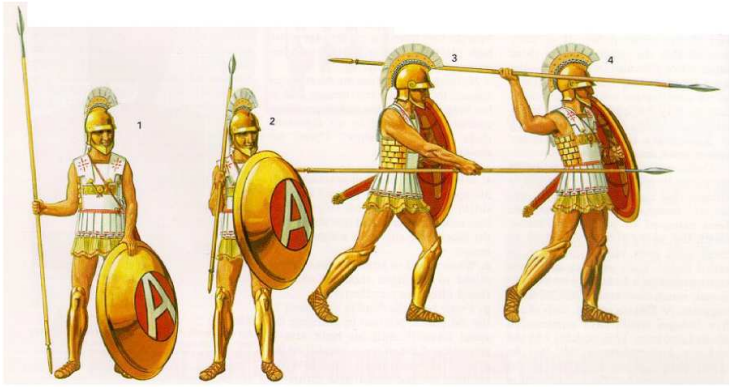


Imagem 10- Representação de um hoplita (c. 400 a.C.) executando o seu treinamento com armas. Esses movimentos são hipotéticos e baseados em poses regularmente mostradas em vasos gregos. [in CONNOLLY, 1989, p. 42]

A hegemonia do modelo da falange, que se generalizou nos exércitos das *poleis* gregas, não nos deve levar a pensar que as batalhas que protagonizava não se travavam com grande violência[207]. Dir-se-ia mesmo que o ímpeto guerreiro dos Gregos e a consequente brutalidade de tais batalhas chegava muitas vezes a impressionar quem as observasse[208].

O próprio Heródoto dá-nos notícia do medo que a falange podia causar aos seus inimigos, ao relatar-nos o desabafo de Mardónio, um dos generais do rei persa Xerxes, que conhecia bem a realidade militar grega ao ter tido oportunidade de a enfrentar por diversas vezes durante as Guerras Médicas. Heródoto atribui-lhe um expressivo desabafo, em que o experiente general persa diz que os Gregos travam as guerras de forma tão irracional e lutam de tal maneira que, mesmo quando se consegue vencê-los, sofrem-se grandes perdas[209].

Políbio fala-nos igualmente do terror causado pela visão da enorme falange na Batalha de Pidna, em 168 a.C., onde os Romanos conseguiram esforçadamente destruir o exército de Perseu, o último representante da dinastia antigónida dos reis da Macedónia[210]. Conforme o

---

[204] O'CONNELL, 1989, p. 65; KEEGAN, 2009, p. 329.
[205] O'CONNELL, 1989, p. 67.
[206] CONNOLLY, 1998, p. 38.
[207] BRIZZI, 2004, pp. 27-28.
[208] WHEELER, 2007a, p. 212.
[209] HDT. 7.9.
[210] Embora a falange tivesse de se mover sempre como um corpo unitário, ela poderia encetar uma poderosa corrida contra a formação adversária que era conhecida como *hoplitodromos*. Este recurso tático terá sido introduzido na cidade de Olímpia em 520 a.C. como resultado de uma premente necessidade de diminuir o tempo de exposição a armas de arremesso, tendo sido sentida logo nos primeiros contactos entre a falange e os arqueiros do exército persa. Passou a ser um recurso tático estrutural da falange e objeto de treino regular, ministrado principalmente aos efebos que eram os jovens que acabavam de ser integrados no exército. Estes eram submetidos a dois anos de treino intensivo e deveriam aprender a lutar na falange e a executar a corrida do *hoplitodromos* carregando o escudo e a lança em posição de combate. Este recurso

seu historiador (o general romano Lúcio Emílio Paulo, que comandara as legiões nesta batalha) terá confessado depois da vitória, no convívio privado com alguns amigos em privado, "a falange macedónia é a coisa mais formidável e aterradora que os meus olhos viram"[211].

As batalhas entre as falanges poderiam atingir tal grau de violência que[212], para poderem ser psicologicamente suportadas pelos seus protagonistas, estavam rodeadas de variados rituais com funções exorcizantes do terror que causavam[213]. Os sangrentos momentos em que se dava a batalha estavam para os Gregos como que separados da realidade quotidiana por uma "cortina de pudor" que se concretizava através de múltiplos atos solenes preparatórios e que pretendiam exorcizar os receios da guerra[214]; tais atos concretizavam-se em discursos solenes, na limpeza das armas, na partilha coletiva de alimento e bebida[215], ou até mesmo na entoação em uníssono de cânticos propiciatórios[216].

A morte quase certa dos homens que formavam as primeiras filas das falanges no momento da colisão brutal das formações[217], trespassados pelas inúmeras lanças do adversário que nenhum tipo de couraçamento poderia evitar[218], leva-nos a crer que a aceitação de integrar a falange nesta linha frontal suicida só se poderia explicar por um impulso irracional para o combate.

Devido ao seu contexto político-militar, a dimensão marcial das cidades-estado gregas adquiriu uma importância vital, pois as suas intermináveis guerras realizavam-se com o intuito de assegurar aspetos essenciais da sua segurança e contribuir para o seu prestígio[219].

---

obrigava a que os seus executantes exibissem grande preparação física, pois a distância percorrida era geralmente superior a 400 metros. Esta distância era aquela que se poderia considerar como o afastamento máximo a que habitualmente o arremesso de projéteis ainda poderia ser eficaz e o *hoplitodromos* permitia realizar rapidamente o embate direto sobre o adversário. SEKUNDA; HOOK, 2000, pp. 6-7.

211 PLB. 29.17.

212 SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 23.

213 KRENTZ, 2007a, pp. 147-185, pp. 156-157, 166-167, 173; WHEELER, 2007a, pp., 203-204.

214 CARLAN, 1994, pp. 48-73, p. 59.

215 SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 25.

216 Aspetos rituais da batalha hoplita: BRIZZI, 2004, p. 25; O'CONNELL, 1989, pp. 66-67.

217 LAZENBY, 2012, p. 136. O autor refere que Tirteu, o poeta lírico grego do século VII a.C. que, com os seus cânticos de guerra, incentivou a coragem espartana, sugeria que era dever dos jovens lutar nas primeiras filas.

218 SHEPHERD, 2019, p. 129: «[…] However, being 'notable' had its obligations, which included fighting in the front rank and therefore greater risk of dying a heroic death. […]».

219 Poder-se-á mesmo afirmar que o homem da Grécia clássica tinha uma particular apetência pela guerra, não só pela coragem que demonstrava enfrentando inimigos bem mais poderosos como aconteceu durante as Guerras Médicas, mas pela frequência com que a praticava contra os seus vizinhos. Em geral, as cidades-estado gregas viviam num verdadeiro clima de conflito, e podê-lo-emos constatar com elementos objetivos quando sabemos que em média, a Atenas clássica esteve em guerra durante mais de dois em cada três anos, e nunca teve nenhum período de paz que excedesse dez anos. SOUZA, 1988, pp. 17-18. A guerra era considerada como um estado normal e a paz concebida como um período precário ou mesmo como uma espécie de trégua prolongada. A sociedade da Grécia clássica nunca se afastou desta conceção e para os

Seria assim fundamental para cada uma destas cidades possuir uma robusta presença militar no terreno que lhe permitisse, não só adquirir mais território, mas igualmente mais influência perante as suas parceiras. Frequentes ligas e alianças de várias destas cidades permitiam que as mais importantes liderassem tais processos e adquirissem assim mais influência e riqueza, tal como aconteceu com Atenas e Esparta.

A valorização de uma cidade como sendo importante no contexto da Antiguidade Grega dos séculos IV e V a.C. não era assim tão valorizada pelas dimensões do seu perímetro ou riqueza, mas antes pelos seus feitos pretéritos e capacidade bélica. É assim que cidades como Tebas, que não desempenharam durante séculos um papel muito relevante para a definição do xadrez político grego, surgem momentaneamente na liderança dos seus destinos estratégicos, como aconteceu depois da Batalha de Leuctra, em 371 a.C., em que o general Epaminondas, conseguiu esmagar um grande exército espartano.

Seria assim fundamental que os cidadãos de cada cidade soubessem reconhecer o esforço e mérito dos seus soldados e sobretudo louvar a coragem dos seus heróis.

Diz-nos Jean-Pierre Vernant, um dos grandes estudiosos da imagem do herói na Antiguidade Grega[220]:

> «[…] Já no século VII, Tirteu celebrava como "bem comum para a cidade e para todo o povo" o combatente que na falange soube permanecer firme na primeira linha. Se cai diante do inimigo, "os jovens e os velhos choram-no de igual modo e toda a cidade sente uma saudade profunda. [...] nunca a sua nobre glória e o seu nome perecerão e mesmo se jaz debaixo da terra, ele é imortal." […]»

O combatente guinda-se deste modo á imortalidade que é fruto da sua coragem e determinação no campo de batalha.

---

seus historiadores só a guerra parecia ser um assunto verdadeiramente digno de ser recordado e deixado para a posteridade. Participar nos trabalhos da guerra não seria assim apenas uma honra, mas uma obrigação natural de todos os cidadãos. Lembremos, como exemplo, que em Atenas todos os homens entre os 19 e os 49 anos estavam administrativa e moralmente obrigados a participar nela e os cidadãos de idade superior deveriam estar preparados para participar como tropas de reserva. A guerra é assim a única atividade onde o homem pode encontrar a "Bela Morte", lutando para defender a sua honra e a sua cidade. CARLAN, 1994, pp. 48-73, pp. 49-50.

Roma também apresenta um palmarés da mesma índole, bastando para tal observar que durante os 1229 anos que poderemos admitir para a sua existência, apresentou uma média superior a mais de cinco batalhas em cada dois anos, mesmo integrando nesta cifra o período menos belicoso da Monarquia. Lembremos ainda que a frequência das suas guerras era tal que Roma raramente conseguiu fechar as portas do Templo de Jano, o que significava de que esta não se encontrava em guerra.

[220] VERNANT, 1994, p. 21.

Bem mais valor terá o guerreiro que, compreendendo a efemeridade e fragilidade do seu corpo físico, se guinda pela glória dos seus atos à imortalidade conferida pela sua coragem na batalha optando trocar a sua simples e pacata existência física, por uma outra vida num plano próximo ao dos deuses, para sempre recordado por todos como um ser que se elevou ao mais alto destino humano pela virtude do seu carácter.

Choram-se os mortos na batalha, mas a sua gloriosa existência na memória coletiva é incomparavelmente mais digna do que aquela que poderá ficar daqueles que se deixaram arrastar por uma existência vulgar.

Lísias proclama enfaticamente no epitáfio dedicado aos soldados atenienses mortos em defesa de Corinto na guerra contra os Espartanos, ocorrida entre 395-386 a.C.[221]:

> «[…] Se depois de termos escapado aos perigos dos combates, pudéssemos tornar-nos imortais, poder-se-ia compreender que os vivos chorem os mortos. Mas na realidade o nosso corpo é vencido pelas doenças e pela velhice e o génio a que o nosso destino está entregue não se deixa vencer, por isso devemos considerar felizes entre os homens aqueles heróis que terminaram os seus dias lutando pela mais nobre e maior das causas e que, sem esperar por uma morte natural, escolheram a morte mais bela. A sua memória não pode envelhecer e as honras que lhes são tributadas são objeto de inveja para todos os homens. A natureza impõe que sejam chorados como mortais, mas a sua virtude impõe que sejam cantados como imortais [...] Quanto a mim, considero a sua morte feliz e invejo-os. Se nascer tem algum significado, isso só é válido para aqueles que, tendo recebido do destino um corpo mortal, deixaram uma recordação imortal do seu valor. […]»

A fama dos guerreiros gregos[222] era de tal ordem que muitos reis se esforçavam por contratar mercenários gregos para integrarem os seus exércitos; foi o que aconteceu com Ciro "O Jovem", o renegado irmão do grande rei Artaxerxes, que possuía cerca de treze mil hoplitas gregos (entre os quais se encontrava o historiador Xenofonte[223]), ou ainda as falanges que integravam o exército persa de Dario III Codomano na Batalha de Gaugamela[224].

---

221 VERNANT, 1994, p. 22.

222 ADCOCK, 1957, pp. 19-20.

223 Esta expedição de mercenários gregos à Pérsia, conhecida como "Expedição dos Dez Mil", viu-se abandonada à sua sorte, aquando da morte de Ciro na Batalha de Cunaxa, em 401 a.C. (WARRY, 1991, p. 62). Apesar de terem levado a melhor sobre os Persas, os mercenários gregos ficaram sem recursos e internados no Império Persa; por isso, a hoste de Xenofonte teve de abrir caminho através de 1500 km de território hostil até conseguir chegar ao Mar Negro e daí, à Grécia. O relato de Xenofonte sobre esta expedição, *Anábase*, constitui a sua obra mais conhecida.
EGGENBERGER, 1985, ("Cunaxa"), p. 113.

224 SEKUNDA; WARRY, 1998, pp. 101, 104, 107-114; MONTEIRO, 2014, pp. 56-59.

A infantaria couraçada armada com lanças[225] constituía, assim, o centro de poder da falange hoplítica, a sua essência tática; e todos os outros corpos de combate tinham um papel secundário, como acontecia com a cavalaria e infantaria ligeiras, onde se integravam os (relativamente poucos) soldados que combatiam com armas de arremesso[226].

Se a coragem combativa do soldado grego era bem conhecida em todo o mundo antigo[227], as conceções políticas e militares das cidades-estado permitiam, por outro lado, que as diretrizes marciais com que regulavam os seus conflitos fossem controladas por expedientes de perfil cavalheiresco[228], que se poderiam considerar desajustados da realidade prática marcial e que poderiam até espantar posteriores soldados, mais familiarizados com os desmandos típicos da guerra[229]. É possível evocar vários exemplos destas conceções convencionais bélicas, como por exemplo no relato de Heródoto, que refere um combate entre 300 Espartanos e igual número de Argivos, o qual teve origem no conflito surgido pela posse da região de Tireia. Este confronto terá culminado num curioso acordo realizado através de uma aceitação convencional para a realização de uma batalha, onde o resultado seria decidido artificialmente por uma equivalência de forças. Assim, dos 600 homens designados para a realizar, por expressa indicação dos comandantes, apenas três sobreviveram. Ficaram vivos Alcinor e Cromius, do lado dos de Argos, e Otríades, pelos Lacedemónios. Convencidos da vitória, os dois Argivos correram a Argos a anunciá-la, enquanto Otríades despojou das armas os Argivos mortos em combate, levando-as para o seu acampamento e mantendo-se firme no convencimento do mesmo resultado. No dia seguinte, chegaram ao local os dois exércitos adversários e, informados sobre os acontecimentos, travaram-se de razões, cada qual reclamando para si a vitória, numa mera discussão verbal apoiada em argumentos racionais. Os Argivos consideravam-se vencedores porque ficaram em superioridade numérica de dois contra um, enquanto os Lacedemónios contra-argumentavam que os combatentes Argivos haviam abandonado o campo e os mortos tinham sido despojados das suas armas. A disputa verbal acalorou-se, e só então se passou à

[225] CONNOLLY, 1998, pp. 51-63.
[226] CONNOLLY, 1998, pp. 48-49; MONTEIRO, 2014, p. 22.
[227] SHEPHERD, 2019, p. 27. O autor refere que parece ter havido fórmulas tradicionais para estabelecer as posições na formação hoplita geralmente, os melhores soldados, os mais aptos e mais bem armados, também provavelmente os mais importantes socialmente, ocupavam as primeiras fileiras. Dentro das unidades, os indivíduos provavelmente encontraram as suas posições de acordo com a família, a hierarquia local e tribal e os relacionamentos,
[228] EVERSON, 2013, p. 52: «[…] Hoplite warfare then settled down into an almost ritual battle between city-states, with unchanging equipment and tactics until the later sixth century […]»
[229] BRIZZI, 2004, p. 26.

dimensão que consideraríamos típica de um real conflito, com os dois exércitos a combater-se sem tréguas[230].

A expressão destas curiosas convenções de guerra chegou a tomar tais proporções que teria havido casos em que se poderia indicar previamente ao adversário o que seria permitido fazer durante a batalha, tal como nos indica Estrabão. Este relata-nos um caso de Gregos Calcídios e Erétrios, em conflito pela posse de uma pequena planície, na qual os contendores teriam inscrito num pilar as condições exatas em que a luta poderia ser travada, chegando ao ponto de incluir uma cláusula a proibir explicitamente que algum dos adversários utilizasse projéteis de longo alcance[231].

Foi só com o génio militar de Filipe II da Macedónia[232] e, posteriormente, do seu filho Alexandre III, dito "O Grande", que houve uma compreensão do importante papel que outros corpos do exército poderiam desempenhar durante a batalha[233], especialmente para a exploração das fragilidades do modelo falangístico tradicional. Surgiu assim um novo paradigma marcial, que ficou conhecido por Exército Macedónico. Este, apesar de preservar a relevância tática da infantaria pesada, atribuiu um importante papel ao desempenho da cavalaria pesada e integrou de forma mais eficaz e articulada muitos corpos de cavalaria e infantaria ligeiras[234], explorando de forma sistemática as suas valências táticas, tais como a rapidez e a capacidade de tiro[235]. Dir-se-ia mesmo que Filipe II confrontou os Gregos com a realidade pura da guerra, deixando cair a anterior tendência para uma certa "etiqueta militar"; em vez disso, atingiu mortalmente o seu sistema de combate, averbando vitórias esmagadoras onde eram infligidas grande número de baixas.

A superioridade das conceções militares macedónicas foi tão notória que, em poucos anos e mesmo ainda sob o reinado de Filipe II, todas as cidades gregas foram submetidas à sua dominação. Mesmo as poderosas falanges tradicionais de Atenas ou de Tebas não podiam fazer frente ao sofisticado dispositivo de Filipe II, que apresentava as suas falanges munidas com lanças que ultrapassavam em muito o comprimento das gregas[236]. Este importante recurso tático foi fundamental para impedir o esmagador avanço da infantaria pesada grega, visto que estas não possuíam lanças com tais dimensões e não poderiam assim rivalizar com as formações macedónicas.

---

230 HDT. 1.82.
231 STR. 10.1.12; O'CONNELL, 1989, p. 67. Também neste sentido será curioso consultar PLB. 13.3.
232 SEKUNDA; MCBRIDE, 1995, pp. 5, 14-17; CONNOLLY, 1998, p. 64-70.
233 O'CONNELL, 1989, pp. 76-77.
234 WARRY, 1991, pp. 12-14.
235 CONNOLLY, 1998, p. 70.
236 CONNOLLY, 1998, pp. 69-70; KEEGAN, 2009, p. 340.

Após a importante Batalha de Queroneia[237], em agosto de 338 a.C., onde Filipe II derrotou de forma esmagadora os exércitos de Tebas e de Atenas[238], o líder macedónico tornou-se *hégemon* de toda a Grécia e pôde então sonhar com uma intervenção militar nos territórios mais a oriente[239]. A sua máquina bélica tinha encontrado um modelo que parecia ser invencível[240] e o seu entusiasmo é tão patente que ele e Alexandre ficam plenamente convencidos de que os seus exércitos poderão medir forças com os recursos bélicos dos Persas[241]. Apesar de se apressar na execução deste plano, Filipe II é assassinado na sequência de uma intriga palaciana[242]; contudo, deixara a "porta da Ásia" aberta ao filho[243] ao ter já passado uma boa parte do seu exército para lá do estreito dos Dardanelos.

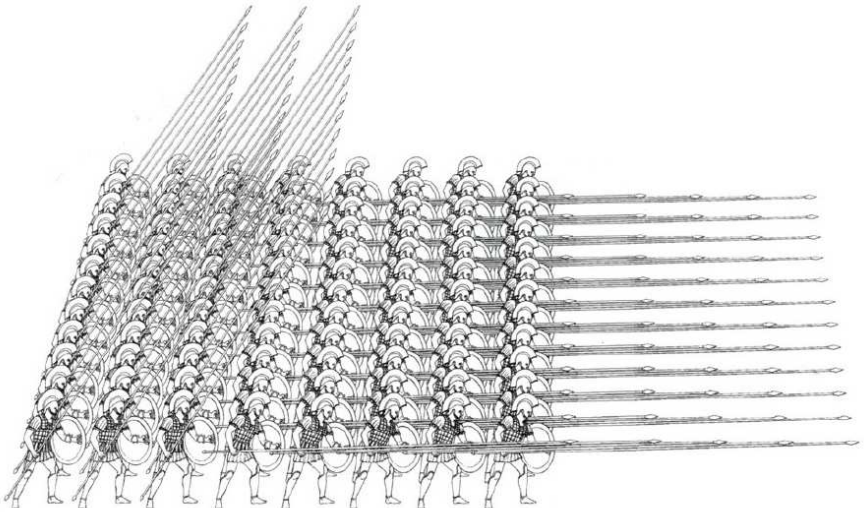


Imagem 11 - A verdadeira profundidade e a força mortífera das antigas falanges são controversas. A imagem padrão nas fontes parece ser que as falanges clássicas geralmente tinham oito homens de profundidade, permitindo que as três primeiras fileiras alcançassem o alcançassem o inimigo com as suas lanças de 2,4 a 2,7 m. Os falangitas helenísticos usavam duas mãos para empunhar lanças de 16 pés (4,8 m) a eventualmente mais de 20 pés (6 m) de comprimento, permitindo que as primeiras cinco fileiras de uma falange de dezasseis escudos atingissem o inimigo na primeira colisão. [in HANSON, 1999, p. 50]

Alexandre, sedento de glória e confiante nas capacidades da sua máquina militar, inicia então o que terá sido uma das mais ousadas campanhas de toda a História da Guerra[244], em que sistematicamente desafia o gigantesco poder de Dario III, "rei dos reis"[245], cujo

[237] EGGENBERGER, 1985, ("*Chaeronea* I"), pp. 84-85.
[238] ADCOCK, 1957, p. 27; CONNOLLY, 1998, pp. 65-66; KEEGAN, 2009, p. 338; MONTEIRO, 2014, pp. 39-40.
[239] WARRY, 1991, pp. 7-8.
[240] MONTEIRO, 2014, pp. 41-47.
[241] MONTEIRO, 2014, p. 19.
[242] HANSON, 2002, p. 93; MONTEIRO, 2014, p. 41.
[243] CONNOLLY, 1998, p. 64.
[244] MONTEIRO, 2014, p. 48: «[…] Assim, na primavera de 334 a.C., Alexandre deu o tiro de partida para a grande marcha. Contaria na altura com cerca de 30.000 soldados de pé (entre Macedónios, Gregos, Trácios e outros), para além de uns 5.000 cavaleiros (os Companheiros, a cavalaria da Tessália e ainda um contingente de cavaleiros aliados gregos). Por precaução, Alexandre deixara na Europa uma força de 9.000 infantes e 600 cavaleiros, sob o comando de Antípatro. A expedição incluía botânicos, geógrafos, especialistas em recursos minerais e muitos outros não combatentes […]».
[245] Arriano relata que se conta que, após ele próprio atravessar os Dardanelos, Alexandre se dirigiu a Troia, onde ofereceu sacrifícios a Atena, tendo colocado a sua própria *panóplia* no templo como uma oferta votiva;

vastíssimo império abrange grande parte da Ásia[246]. É este modelo de exército de perfil helenístico que vai mostrar todo o seu potencial nesta difícil campanha. Apesar da sua notória inferioridade de números, infligiu três derrotas ao Império Persa, de forma tão improvável que tornou Alexandre o mais consagrado chefe militar de toda a História da Guerra. Arriano, o historiador do século II d.C. que nos oferece o melhor relato de sempre sobre a campanha alexandrina, refere-se-lhe com as seguintes palavras, após mencionar a Expedição dos Dez Mil que atrás mencionámos e que Xenofonte se encarregara de consagrar[247]:

> «[…] And yet Alexander neither accompanied another man's expedition, nor did he in flight from the Great King overcome those who obstructed his march down to the sea. And, indeed, there is no other single individual among Greeks or barbarians who achieved exploits so great or important either in regard to number or magnitude as he did. This was the reason which induced me to undertake this history, not thinking myself incompetent to make Alexander's deeds known to men […]».

No entanto, o sortilégio militar de Alexandre III não será atribuível apenas à sua extraordinária capacidade como comandante e como estratego, mas passará também em grande medida pela sua envergadura intelectual e coragem, atendendo à exploração do perfil psicológico do seu principal adversário, Dario III, e ao risco calculado que teve a ousadia de correr[248].

4.1.2. Análise das Reais Competências do Exército Macedónico de Alexandre. Um Risco Moldado na Exploração da Fragilidade Emocional do Adversário

O exército de Filipe II e Alexandre poderia estar à altura das grandes ambições destes monarcas macedónicos, podendo considerar-se que sobrepujava em muito os parcos recursos dos exércitos das *poleis* gregas com que antes os cidadãos da Hélade tinham

em troca disso, tirou algumas das armas consagradas que tinham aí sido preservadas desde o tempo da Guerra de Troia. Acrescenta ainda Arriano que se dizia que essas armas eram carregadas à sua frente nas batalhas, pelos guardas que lhe transportavam o escudo (ARR. *An.* 1.11).

246 O Império Persa englobava não só a Pérsia, propriamente dita, como o Egito, a Mesopotâmia, a Síria e a Ásia Menor, com as suas colónias gregas. KEEGAN, 2009, p. 340.

247 ARR. *An.* 1.12.

248 O'CONNELL, 1989, p. 77.

enfrentado os Persas[249], durante as Guerras Médicas[250]. No entanto, a campanha asiática de Alexandre reveste-se de uma aura tão particular que, para se poder fazer uma boa aferição da sua qualidade militar, dever-se-á proceder a uma análise do que seriam realmente as verdadeiras capacidades do seu modelo no contexto das Guerras Persas.

Observe-se que o tipo de confronto realizado por Alexandre foi de uma sagacidade inusual e evitou, em grande medida, as dificuldades táticas que o seu exército poderia sentir ao enfrentar os exércitos persas, pois estes apresentavam gigantescos números de efetivos e uma grande diversidade de recursos[251]. Embora não esteja no escopo deste trabalho fazer uma análise detalhada das condições técnicas e táticas dos exércitos de Alexandre, dedicaremos algumas linhas à explanação desta problemática, pois esta campanha terá configurado o auge do desempenho deste padrão militar macedónico, um autêntico paradigma para a formação do modelo de um exército de matriz helenística.

Na sua primeira batalha, logo no início da campanha na Ásia, Alexandre defrontou em Granico[252] um exército persa liderado por Mémnon[253], um comandante mercenário grego que pretendeu impedir a progressão adversária com recurso a falanges mercenárias de perfil tradicional e a consideráveis contingentes de cavalaria[254]. Sabemos que a luta foi tenaz e, curiosamente, segundo os relatos coevos[255], esta terá sido batalha em que Alexandre esteve mais vezes em perigo[256], atendendo a que a sua índole o impelia a lutar temerariamente à frente dos seus homens[257].

Nesta batalha ocorrida em 334 a.C., poderemos até compreender que o comandante macedónico tenha apelado a toda a sua mestria e à competência das suas tropas para superar este obstáculo inicial[258]. Os seus grupos falangísticos munidos de grandes sarissas[259]

---

249 MONTEIRO, 2014, pp. 20, 23.

250 Também conhecidas como Guerras Medo-Persas, as Guerras Médicas foram os conflitos armados que durante o século V a.C. (499-449 a.C.) opuseram os Gregos ao Império Aqueménida. Este enfrentamento, que colocou a estrutura política fragmentada grega (constituída por Jónios, Dórios, Eólios e Aqueus) frente a frente com o enorme Império Aqueménida, começou por uma disputa pela Jónia, na Ásia Menor, quando as colónias gregas na região (Mileto em especial) se quiseram libertar do domínio persa.

251 WARRY, 1991, pp. 16-17; MONTEIRO, 2014, pp. 29-37.

252 A Batalha de Granico ocorreu em maio de 334 a.C., no rio com o mesmo nome, na atual província turca de Çanakkale, no oeste da Turquia, na região de Mármara (o sítio arqueológico de Troia fica nesta província turca).

253 EGGENBERGER, 1985, ("*Granicus* River I"), p. 175.

254 ADCOCK, 1957, p. 67.

255 ARR. *An.* 1.15-16.

256 KEEGAN, 2009, pp. 341-342.

257 CONNOLLY, 1998, p. 66.

258 MONTEIRO, 2014, p. 50.

259 Sarissa é o nome pelo qual ficaram conhecidas as muito longas lanças usadas pelas falanges macedónicas. Chegaram a medir mais de seis metros e eram manuseadas com ambas as mãos, pelo que os escudos destes falangistas se tornaram mais pequenos, passando a estar suspensos de uma correia presa ao pescoço ou ao ombro; CONNOLLY, 1998, pp. 69-70. BRIZZI, 2004, p. 31.

fixavam os contingentes adversários, enquanto a sua cavalaria pesada e a sua infantaria ligeira os flagelavam continuadamente[260].

No ano seguinte, Alexandre é já confrontado com um grande exército imperial e uma inteligente manobra do imperador persa Dario III Codomano que, em Isso[261], consegue cortar-lhe as linhas de abastecimento e dividir o exército macedónico em dois[262]. Sem ter grande alternativa, senão o confronto imediato[263], Alexandre consegue ainda encontrar uma posição forte para enfrentar Dario e lança-se destemidamente contra ele[264], desferindo uma forte investida direta sobre o seu séquito pessoal[265]. Surpreendido pelo ataque fulminante[266], o timorato imperador persa deixa o campo de batalha e foge com a sua tropa de elite[267], deixando para trás o tesouro[268] e mesmo a sua família, onde se incluíam a mãe, a mulher e as suas filhas[269]. Sem comandante e desmoralizado pela precipitada fuga imperial[270], o seu exército não tem condições de continuar a lutar e vê-se subitamente obrigado a desistir do combate, rendendo-se aos Macedónicos[271].

Após a difícil captura da cidade fenícia de Tiro[272] e um triunfal périplo para se assenhorear do Egito[273], Alexandre prossegue a sua campanha marchando para oriente em 331 a.C. Vai então ao encontro do decisivo confronto com Dario[274], que está à sua espera em Gaugamela[275] e que aí montara já um colossal dispositivo defensivo[276]. A genialidade do comando de Alexandre permite-lhe ter adquirido a glória de ter vencido também esta difícil batalha, apesar de o exército persa ser muito maior[277], estar numa posição escolhida por si[278],

---

260 WARRY, 1991, pp. 18-26.

261 A Batalha de Isso ocorreu em 333 a.C., próximo da cidade de Isso, na Ásia Menor. Isso era uma cidade portuária situada na parte oriental da Cilícia. A sua localização exata é incerta, embora se saiba que se situava a norte da atual Ískenderun, na Turquia, na sua costa mediterrânica mais oriental.

262 EGGENBERGER, 1985, ("*Issus*"), pp. 202-203.

263 ARR. *An.* 2.10.

264 WARRY, 1991, pp. 35-36.

265 KEEGAN, 2009, p. 342.

266 ARR. *An.* 2.11.

267 MONTEIRO, 2014, p. 51.

268 Reação de Alexandre às riquezas que encontrou na tenda de Dario: PLU. Alexander, 20.10-20.13.

269 SEKUNDA; WARRY, 1998, pp. 85-86.

270 HANSON, 2002, p. 75.

271 CONNOLLY, 1998, p. 66.

272 ARR. *An.* 2.19-24; WARRY, 1991, pp. 41-48; CONNOLLY, 1998, p. 67; MONTEIRO, 2014, p. 52.

273 ARR. *An.* 3.1-5; ADCOCK, 1957, pp. 70-71; WARRY, 1991, pp. 48-52; MONTEIRO, 2014, p. 53.

274 ARR. *An.* 3.7.

275 A Batalha de Gaugamela ocorreu em 1 de outubro de 331 a.C., provavelmente o sítio de Tel Gomel, perto de Dohuk, atual Curdistão Iraquiano.

276 Dario teria uma força de mais de 80.000 homens, dos quais, pelo menos, 30.000 seriam cavaleiros, adicionalmente ainda possuía 200 carros de guerra e 15 elefantes (MONTEIRO, 2014, p. 54); ARR. *An.* 3.8; WARRY, 1991, p. 53; HANSON, 2002, pp. 84-85.

277 KEEGAN, 2009, pp. 342-343.

278 WARRY, 1991, p. 53.

ter mais recursos, estar num terreno favorável que fora previamente terraplanado e ter oficiais competentes[279].

O filho de Filipe II desequilibra a estrutura da ordem de batalha do exército persa encetando uma manobra ousada de deslocação para a sua direita e conseguindo abrir um corredor por onde ele próprio vai investir com os "Companheiros"[280], que são a sua cavalaria de elite[281]. O estratagema seguido em Isso vai de certo modo repetir-se[282], pois Dario III, vendo-se ameaçado pela fulminante investida contra a sua posição pessoal, de novo não confia na capacidade de os seus soldados susterem o ataque e enceta uma nova fuga[283], deixando sem comando o seu exército[284].

Sem pretender desmerecer os créditos devidos a Alexandre, enquanto corajoso comandante e genial tático, deveremos ter em atenção que muito do seu sucesso em Isso e em Gaugamela se ficou a dever à inteligência de ter explorado os temores possivelmente desproporcionados do imperador persa, deixando em aberto o que poderiam ser realmente as competências militares do seu exército em estrito combate no terreno, ante a máquina bélica persa. Referindo-se ao caráter de Alexandre, Arriano comenta[285]:

> «[…] He was also very clever in getting the start of his enemies, and snatching from them their advantages by secretly forestalling them, before any one even feared what was about to happen. […]»

Repare-se que, nestas duas importantes batalhas, a vitória é conseguida através de uma poderosa investida direta de Alexandre, com parte do seu exército, sobre a posição de Dario[286] que, ao encetar uma precipitada fuga, faz colapsar todo o potencial militar que tem no terreno[287]. Nestas duas batalhas decisivas, o exército persa não foi derrotado na sua capacidade militar, mas outrossim viu-se privado de comando, desorientado, moralmente enfraquecido e, assim, depôs as armas muito antes de esgotados os seus imensos recursos[288]. Em ambos os casos, deverão ter sido milhares os soldados persas que morreram no meio da

279 EGGENBERGER, 1985, ("*Arbela-Gaugamela*"), pp. 24-25; WARRY, 1991, p. 61.
280 WARRY, 1991, pp. 61-63.
281 ADCOCK, 1957, pp. 89-91.
282 HANSON, 2002, pp. 82.
283 CONNOLLY, 1998, p. 67
284 MONTEIRO, 2014, pp. 61-65.
285 ARR. *An.* 7.28.
286 O'CONNELL, 1989, p. 78.
287 ARR. *An.* 3.14.
288 ARR. *An.* 2.10, 3.14-15.

desorientação, outros tantos que se renderam e, possivelmente, ainda muitos outros que encetaram uma fuga desesperada do campo de batalha[289].

Alexandre vence, mas consegue o triunfo sem que o seu exército tenha, de facto, demonstrado por completo no terreno quais eram realmente as suas capacidades bélicas e como este se comportaria se o confronto tivesse estado somente baseado nas competências estrita dos seus dispositivos militares[290]. Em Isso e em Gaugamela, a batalha foi iniciada com o embate dos dois exércitos, mas a progressão do combate foi interrompida por um facto que é exterior ao estrito desempenho militar dos soldados no campo de batalha. Estamos mesmo convencidos de que a temeridade com que Alexandre parte ao encontro do colossal exército montado em Gaugamela se deve em grande medida à certeza que o macedónico teria adquirido da pusilanimidade de Dario e de que um ataque fulminante através de uma brecha conseguida pelo meio do exército persa, que fizesse perigar a posição do imperador[291], faria com que este apresentasse o mesmo comportamento condicionado que já tinha demonstrado em Isso[292]. Para encetar tal objetivo, Alexandre tem precisamente a sua fulminante cavalaria dos Companheiros[293], a poderosa arma necessária para desferir o golpe fatal no centro de comando persa. Isto é bem patente já na própria posição que esse dispositivo apresenta logo desde início, taticamente posicionado para tal na sua ordem de batalha[294], bem como o desconcertante movimento de alguns dos corpos das suas tropas para uma posição tão extremadamente deslocada para a direita[295].

Esta não seria mais do que a sua tentativa de abrir, ou pelo menos enfraquecer, o centro esquerdo persa para criar um corredor pelo qual se poderia realizar um ataque diretamente contra a posição de Dario e do seu séquito[296]. O comandante macedónico deveria saber que este seria um dos poucos recursos que lhe poderiam garantir a vitória, atendendo à grande

---

289 Embora possivelmente os números se possam considerar exagerados, John Warry refere que os historiadores antigos indicam que, na Batalha de Isso, terão morrido 100.000 soldados de Dario, e que em Gaugamela 300.000 terão sido mortos, tendo sido o número de prisioneiros ainda superior. Julga-se que um número consideravelmente superior terá morrido em consequência do tumulto subsequente, circunstância não incomum na guerra durante a Antiguidade (WARRY, 1991, pp. 37, 66).

290 Peter Connolly, refletindo sobre os relatos de Arriano e de Políbio, conclui que Alexandre terá sido o comandante mais bem-sucedido de todos os tempos, mas que, dificilmente, poderá ser considerado o melhor. CONNOLLY, 1998, p. 73.

291 MONTEIRO, 2014, p. 66.

292 WARRY, 1991, pp. 63-64.

293 CONNOLLY, 1998, pp. 70-72; MONTEIRO, 2014, p. 41.

294 MONTEIRO, 2014, pp. 59-61: «[…] guardando os flancos desta infantaria pesada, ficaram […] à direita, os 1.800 a 2.000 Companheiros de Alexandre organizados em oito esquadrões, ficando a *agema* real sob o comando de Alexandre e de Clito "o Negro" e os outros sete debaixo da liderança de Filotas. […]»

295 ARR. *An.* 3.14.

296 KEEGAN, 2009, p. 343.

superioridade numérica das forças que estavam mobilizadas pelo exército adversário[297]. Deveremos ter em atenção que as tropas persas, para além do seu número gigantesco[298], ainda exibiam todo o tipo de formações, com grandes contingentes de cavalaria, infantaria pesada onde se incluíam até mercenários gregos, tropas de elite, carros de guerra, elefantes[299], arqueiros, dardeiros e fundibulários[300]!

Poder-nos-emos assim questionar sobre qual teria sido realmente o resultado de Isso ou Gaugamela se o imperador persa se tivesse mantido ao comando do seu exército e ambas as batalhas tivessem decorrido no habitual tipo de combate, em que se verifica o mero enfrentamento entre os dois exércitos. Este resultado esmagador conseguido sobre os Persas seria, noutra conjuntura, de avaliação duvidosa e tal vitória só foi possível pela inteligente exploração de uma fobia do imperador persa[301]. A total capitulação do seu exército ter-se-á ficado a dever igualmente ao seu rígido perfil imperial, com uma estrutura centralizada em que tudo girava em torno da sua divina presença, não havendo razões para qualquer atividade militar que não fosse justificada senão pela execução da sua vontade. O mesmo se poderia dizer da centralidade da figura de Alexandre no contexto macedónico, pois se ele tivesse morrido em Granico seria pouco provável que a campanha macedónica tivesse continuado, já que ela era, em grande medida, o fruto do seu desejo de glória e ambição.

Dir-se-ia assim que a ousada campanha do conquistador da Ásia contou com um importante fator exterior à realidade de um verdadeiro confronto tático entre os exércitos intervenientes e que condiciona uma verdadeira análise das virtudes que o modelo macedónico poderia apresentar. Os inúmeros reinos sucessores que se constituíram depois da morte de Alexandre perpetuaram o modelo helenístico[302], mas os seus exércitos lutaram eminentemente entre si[303] e realizaram grandes campanhas contra formações que apresentavam praticamente o mesmo perfil tático[304], diferindo apenas na integração mais ou menos efetiva de alguns corpos, como elefantaria[305].

---

297 WARRY, 1991, pp. 62-63.
298 ARR. *An.* 3.11. Arriano informa-nos que, de acordo com a declaração de Aristóbulo, o esquema escrito da formação de batalha, elaborado por Dario, foi posteriormente capturado.
299 O primeiro confronto de Alexandre com elefantes ocorreu na Batalha de Gaugamela em 331 a.C., quando os Persas apresentaram a batalha quinze elefantes. CHRYSTAL, 2015, p. 77.
300 MONTEIRO, 2014, pp. 56-59.
301 John Keegan refere mesmo que "os homens de Alexandre perceberam que Dario era um homem sem alma:" KEEGAN, 2009, p. 342.
302 ADCOCK, 1957, p. 71; MONTEIRO, 2014, p. 71.
303 SEKUNDA; DENNIS, 2012, pp. 3-5.
304 O'CONNELL, 1989, p. 80.
305 CONNOLLY, 1998, p. 74; CHRYSTAL, 2015, p. 77.

Só com a chegada da legião romana se assiste a uma mudança significativa na organização do modelo tático de um exército estatal, onde se verifica a atribuição de um maior dinamismo e uma articulada independência tática dos seus corpos.

Dir-se-ia mesmo que na evolução dos grandes paradigmas militares se pode verificar a tendência para novos modelos que integram mais dinamismo no tipo de combate, mais diversificação de perfis armamentísticos e uma divisão funcional articulada dos seus corpos.

4.1.3. Condicionalismos e Exploração de Fatores Meta-Táticos

A extraordinária capacidade de Alexandre o Grande, enquanto comandante militar, poderá não estar tão centrada na gestão prática do combate realizado em moldes tradicionais, atendendo até que a sua intervenção direta no desenrolar das batalhas dificilmente lhe permitiria exercer um comando com visão global e ter uma noção das necessidades práticas surgidas ao longo do seu desenvolvimento.

Além da sua coragem, bem patente na forma como liderava o exército, colocando-se à frente dos poderosos esquadrões de cavalaria dos "Companheiros"[306], poder-se-ia dizer que a sua grande mestria na campanha asiática foi, acima de tudo, a inteligência de ter compreendido e aproveitado as fragilidades psicológicas do seu adversário.

Poder-se-ia mesmo considerar o seu pensamento de perfil meta-tático, atendendo a que mais do que poderia ter sido a gestão do processo prático de combate que seria inerente ao esforço do seu exército, Alexandre urdiu planos que lhe permitiram ultrapassar os seus condicionalismos dentro do que seria um quadro normal de puro combate.

A inteligência militar do rei macedónico está em ter compreendido que a sua inferioridade numérica acarretava uma forte probabilidade de não conseguir sobrepujar um adversário com aquelas dimensões e que necessitava de explorar o afortunado segredo com que fora contemplado em Isso[307]: que Dario III, o grande rei persa, tinha um forte condicionalismo pulsional tanatofóbico e que abandonaria tudo e todos ante a mais ténue possibilidade de ser atingido pessoalmente durante a batalha. Deveremos até, problematizando o que poderia ser o cenário em concreto em Isso, e depois Gaugamela, colocar algumas perguntas essenciais que nos poderão ser úteis:

---

[306] SEKUNDA; MCBRIDE, 1995, pp. 17-18.

[307] Arriano relata que, em Issos, se tornara evidente, para os homens de Alexandre, que Dario ficara "intimidado em espírito" (ARR. *An*. 2.10)

Teria Alexandre condições de realmente se aproximar, com perigo, da posição onde estava Dario, atendendo aos milhares de soldados de elite que a protegiam, onde se encontravam os famosos Imortais[308]?

-Não teria havido condições no imenso exército persa, provavelmente formado por muitas dezenas de milhares de homens, de ter impedido a progressão dos Companheiros, deslocando tropas do centro, reforçando assim a área enfraquecida, mesmo que fosse apenas para atrapalhar o ímpeto da investida com a sua presença física[309]?

-A que distância estaria ainda Alexandre e os seus Companheiros quando Dario se sentiu em perigo e decidiu fugir?

-Porque o rei persa não terá tido a presença de espírito de, em vez de fugir do campo de batalha, se deslocar para outra posição, como a retaguarda do seu lado direito, ficando a coberto do imenso flanco ainda intacto e assim impedir que a progressão de Alexandre o ameaçasse diretamente?

Julgamos que a melhor resposta a estas perguntas será o forte condicionalismo tanatofóbico de Dario III, causado pelo seu irracional receio de ser atingido e a consequente urgência em abandonar o campo, decisão que possivelmente estaria tentado a tomar desde o início do combate, atendendo a que o fez imediatamente, assim que lobrigou justificação para ela. Arriano refere precisamente essas circunstâncias durante a Batalha de Gaugamela (ou Arbela, como ele a identifica)[310]:

> «[…] but when the Macedonian cavalry, commanded by Alexander himself, pressed on vigorously, thrusting themselves against the Persians and striking their faces with their spears, and when the Macedonian phalanx in dense array and bristling with long pikes had also made an attack upon them, all things at once appeared full of terror to Darius, who had already long been in a state of fear, so that he was the first to turn and flee. […]»

Não teria Dario a perceção de que tal comportamento acarretaria a falência do seu exército e que tal viria a transformá-lo num rei condenado?

---

[308] Conforme João Gouveia Monteiro (MONTEIRO, 2014, p. 30): «[…] A miríade mais importante era a divisão da Guarda Pessoal do Rei os 10.000 Imortais, que retiravam o seu nome, segundo Heródoto, do facto de o seu número ser mantido sempre atualizado. No seu seio, havia ainda uma elite de lanceiros do rei formada pelos Persas de condição social mais elevada (os nobres, ou "iguais"). Como o serviço militar era obrigatório entre os 20 e os 24 anos, pode dizer-se que o corpo dos Imortais constituía a nata da recruta persa. […]»

[309] WARRY, 1991, pp. 61-63.

[310] ARR. *An.* 3.14.

Poder-se-ia mesmo afirmar que foi na Batalha de Isso que Alexandre demonstrou toda a sua coragem. Pois não estava ainda na posse do segredo meta-tático que tanto o auxiliou nas suas vitórias e até ao momento em que o rei persa abandonou a batalha, tudo faria crer que o seu exército teria de travar uma dura luta para conseguir ultrapassar a difícil situação em que se encontrava. A precipitada fuga de Dario deu a Alexandre a chave para dominar a Ásia e a forma destemida como este avançou para Gaugamela, rejeitando qualquer acordo de paz[311], é bem demostrativo da quase certeza que ele tinha do resultado desse confronto. Só com a consciência que poderia resultar de se saber na posse de uma "arma secreta" poderia levar a que um comandante minimamente sensato aceitasse e mesmo procurasse lutar nas condições em que o macedónico o fez. A batalha seria contra um exército colossal, bem maior do que o seu, no terreno escolhido e preparado pelo adversário para permitir o ataque fulminante dos seus carros e cavalaria e numa posição tão afastada do seu centro de poder que obrigava as suas linhas logísticas a ficarem esticadas em extremo[312]. Se algo tivesse corrido fora do apertado cálculo tático de Alexandre, quer ele, quer todo o seu exército teriam encontrado em Gaugamela, não só o término desonroso da sua campanha, mas o seu próprio fim, pois não teriam sequer condições de poder evitar um massacre, tendo que retirar pelos desertos da Mesopotâmia e da Síria[313].

Qual seria o comandante que aceitaria tal repto em condições normais?

Para concretizar os seus planos, Alexandre não se furtaria a qualquer esforço ou dificuldade, empenhando-se pessoalmente na sua execução, muitas vezes fazendo até perigar a sua integridade física.

São múltiplos os exemplos de grandes comandantes que, em qualquer cronologia histórica, procuraram aproveitar estas importantíssimas dimensões imateriais do combate, quer na exploração dos temores inconscientes do inimigo, quer no reforço positivo que

---

[311] Com efeito Dario enviou uma carta a Alexandre com uma proposta de paz em termos que se poderiam considerar razoáveis, ao ponto de Parménio pretender aceitar, a qual foi rejeitada de forma bastante hostil. Alexandre acusou o rei persa de ter contratado os assassinos do seu pai, intitulando-se, de seguida, Rei da Ásia e exigindo ser tratado desta forma, anunciando ainda que o perseguiria por todo o território persa, que agora lhe pertencia (MONTEIRO, 2014, pp. 52-52). ARR. *An.* 2.14; WARRY, 1991, pp. 17, 40, 48.

[312] Arriano diz-nos que o exército de Dario era composto por 40.000 cavaleiros, 1.000.000 soldados de infantaria, 200 carros de guerra munidos de foices e cerca de 15 elefantes, refere ainda que o exército de Dario tinha limpo e terraplanado o terreno eleito para local do confronto. Quanto a Alexandre indica-nos que tinha 7.000 cavaleiros e 40.000 soldados de infantaria. ARR. *An.* 3.8,12,13.

[313] Marco António, na sua mal preparada campanha contra a dinastia parta dos Persas, em 36 a.C., vai submeter o seu exército, depois de vários desaires, à dura prova de procurar regressar ao ocidente pelas difíceis paisagens desérticas da Mesopotâmia e da Síria. Durante o trajeto, além das graves deficiências logísticas, nomeadamente de suprimentos que vitimaram grande parte dos soldados romanos, os seus homens foram ainda vítimas de um sistemático ataque das hordas montadas dos arqueiros persas, tendo sofrido durante o processo dezenas de milhar de baixas. GOLDSWORTHY, 2012, pp. 354-359.

pudesse incrementar a motivação dos seus homens. Seriam inúmeros os exemplos que poderíamos cooptar para compreender o importante papel que tais dimensões podem desempenhar no resultado final da batalha[314]. No entanto tal tarefa ultrapassaria o âmbito deste trabalho, servindo no essencial esta digressão pelo contexto das Guerras Alexandrinas para uma consciencialização de que, apesar da possível eficácia do modelo do rei macedónico, não houve tempo para que este dispositivo fosse realmente submetido a uma verdadeira prova de fogo.

Assim, como resultado da inteligência tática de Alexandre, ficamos sem ter uma noção precisa de quais seriam realmente as capacidades do modelo macedónico, que virá posteriormente a ser conhecido como «helenístico» e que os seus sucessores tão profusamente adotaram. Após a sua morte, os seus principais generais partilharam os territórios do Império Macedónico e conceberam a guerra dentro dos padrões militares que Alexandre tinha criado durante o seu reinado[315]. Poder-se-ia dizer que grande parte do mundo conhecido foi então dividido em reinos cujos dispositivos militares foram organizados a partir deste modelo helenístico, sendo certa a sua influência nas guerras de perfil estatal, moldadas dentro da lógica da exploração das suas capacidades.

É precisamente na época dos múltiplos reinos sucessores do império de Alexandre que Roma se vai tentar impor como potência internacional, para o que teve de encetar variadíssimas guerras contra os exércitos de perfil helenístico, nomeadamente durante o contexto das três Guerras Macedónicas.

---

[314] Poderíamos citar, como exemplos desta capacidade meta-tática de exploração imaterial de fatores com profundas consequências práticas, a Batalha da Ponte Mílvia (28 de outubro de 321 d.C.) em que Constantino aproveita toda a simbólica inerente ao Cristianismo para surpreender e intimidar Maxêncio e o seu exército. Constantino continuará a utilizar este recurso no seu esmagador conjunto de vitórias contra Licínio, obtendo um tão poderoso impacto que este último, aterrorizado com os seus efeitos, pede inclusive aos seus homens para não olharem para os estandartes do inimigo (GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 234-236). Poderíamos pensar até na leitura manipulada que muitos generais apresentaram aos seus homens como presságios indiciando o favor dos deuses, tão frequentemente evocado no decorrer da batalha, implicando a sugestão da sua intervenção direta e claramente visíveis através de fenómenos atmosféricos ou astronómicos. Poder-se-ia igualmente convocar exemplos como os que tiveram lugar na tomada de Nova Cartago (março de 209 a.C.) pelas tropas de Públio Cornélio Cipião, em que este convenceu os seus legionários que teriam a ajuda de Neptuno para atravessarem a vau um braço de mar, (PLB. 10.11; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 68-69; LE BOHEC, 2014a; p. 230). Ou ainda a explicação, que funcionou como reforço positivo no moral dos companheiros, antes da Batalha de Pidna (4 de setembro de 168 a.C.), em que C. Sulpício Galo, tribuno militar da *legio II*, fez sobre um eclipse da lua, enquanto este foi lido como mau presságio pelos seus adversários macedónicos (GONZÁLEZ, 2005, ("*Pydna* I"), pp. 542-543).

[315] A confiança no modelo militar macedónico-helenístico foi tão exacerbada que até comandantes de grande competência militar como Ptolomeu I, um dos maiores generais de Alexandre, o impôs no Egito, território do qual se tornou soberano. O pesado modelo helenístico apresentou-se sempre como muito desadequado ao perfil dos soldados egípcios, quer às suas tradições, quer à sua própria conceção de guerra, onde se tinha sempre privilegiado a rapidez e a ligeireza tática. Se o Egito desempenhou um papel estrategicamente importante no contexto do mundo oriental durante os cem anos seguintes, isso ter-se-á ficado mais a dever aos seus imensos recursos materiais e humanos do que propriamente ao bom desempenho das suas tropas.

Questiona-se frequentemente a capacidade e mesmo a qualidade destes exércitos dos reinos sucessores, nomeadamente por já não se encontrarem liderados por um general tão relevante como Alexandre, o Grande, mas deveremos recordar que não só continuavam a ser fortes as suas tradições militares, como Filipe V da Macedónia[316] é um general que se poderá considerar competente, que não só pretende a construção de um império, como lidera uma máquina militar bem treinada e com provas dadas. Talvez se pudesse mesmo dizer que estes exércitos bem poderiam ter perdido em qualidade de chefia o que teriam ganho em experiência de combate ao longo de muitos anos. Se procurássemos apontar um período na Antiguidade onde encontrássemos um contexto político-militar em que os monarcas, na sua generalidade, estivessem fortemente predispostos a fazer a guerra, este quartel final do século IV e a primeira metade do III a.C. seria certamente um forte candidato. Os Diádocos (os generais de Alexandre que se tornaram os seus monarcas sucessores) demonstraram uma desenfreada ambição territorial e uma sede de poder e de protagonismo que os empurrou para um estado de guerra permanente[317].

Estes monarcas, tal como os seus descendentes, exibiam uma tal capacidade para moldar acordos e para, depois, os violar segundo os seus interesses circunstanciais que se poderia dizer que viviam em constante estado de guerra; parecem ter herdado a ambição do rei macedónico, ou seja, procuravam emular incessantemente os seus feitos bélicos[318].

4.2. O Aparecimento de um Novo Paradigma de Combate

Sabemos hoje que houve notórios desenvolvimentos conceptuais sobre a teoria militar que surgiram ainda em grande profusão no século IV a.C. e muitas obras foram produzidas e difundidas no século seguinte. Será, pois, de acreditar que os Romanos, que deveriam estar particularmente interessados nesta temática, devessem estar muito atentos a todas estas realizações, sendo bastante plausível que se tivessem debruçado sobre várias destas compilações.

[316] Filipe V (238 a.C. – 179 a.C.) foi rei da Macedónia e pai de Perseu, seu sucessor no trono. Filipe era filho de Demétrio II e pertenceu à dinastia antigónida. Tanto Filipe como Perseu estiveram envolvidos em lutas com Roma, respetivamente nas Segunda e Terceira Guerras Macedónicas (PLB. 18.1-18; LIV. 32-33, 44; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 92-118).

[317] CONNOLLY, 1998, pp. 67-68

[318] HANSON, 2002, pp. 91, 97.

Até o próprio Pirro, rei do Epiro, que foi um general dotado de grande competência e com quem Roma acabaria por ter de se confrontar[319], terá escrito um importante tratado sobre as necessidades intrínsecas ao comando militar, mas infelizmente este não chegou até nós[320]. Embora estas obras abordassem essencialmente a teoria decorrente da problemática da guerra realizada com exércitos de perfil helenístico, com modelos similares ao que Alexandre utilizara nas suas campanhas, tal revelava já uma franca preocupação com o estudo e desenvolvimento de novas competências táticas.

Os bons comandantes romanos possuíam, desde tempos muito remotos, a noção que era fundamental ter diversas soluções para dispor um exército em ordem de batalha e que vários elementos que não eram tomados em linha de conta poderiam contribuir para o seu bom resultado final. Poderiam influenciar no resultado de uma batalha fatores tão díspares como a qualidade dos recursos humanos, o seu número, a sua motivação, a sua experiência de combate, bem como o próprio terreno onde se desenrolaria o combate[321].

Para uma boa avaliação, deveriam ter também em atenção as principais características do adversário, procurando saber previamente se este era mais forte em infantaria ou em cavalaria, se estava bem ou mal equipado, se era um exército inexperiente ou veterano, quais as qualidades dos seus oficiais, qual a motivação com que partiam para a luta[322].

4.2.1. Problemas Táticos Estruturais da Lança na sua Utilização numa Formação de Parede de Escudos

Embora se compreenda que a lança possa constituir uma arma de grande impacto para o ataque de uma formação cerrada, como normalmente acontecia na investida inicial de falanges, quando os exércitos progrediam numa massa compacta[323], teremos que admitir que esta perderia muito da sua eficácia logo nas fases subsequentes do confronto[324]. Estamos mesmo convencidos que esta será uma das razões pela qual se poderá ter verificado o seu abandono por parte dos Romanos, tendo sido substituída pela espada[325].

---

319 SEKUNDA; DENNIS, 2012, pp. 4, 37.
320 PLU. *Pyrrhus*, 1.1-34.6; ADCOCK, 1957, pp. 93-94; GOLDSWORTHY, 2009, p. 35.
321 VEG. 3.13-14, 19-20.; CLAUSEWITZ, 2003, pp. 40-62.
322 CLAUSEWITZ, 2003, pp. 37-38.
323 FEUGÈRE, 2002, pp. 11-13.
324 ADCOCK, 1957, p. 14.
325 BRADFORD, 2001, p. 194.

Se o comprimento da lança permite uma poderosa investida que, na fase inicial do confronto, poderá ter um efeito aterrador, poderemos constatar que naturalmente a brutalidade do ímpeto do seu avanço se atenue após o contacto com os escudos e o equipamento couraçado dos adversários[326]. No entanto, tal choque da falange com as proteções corporais do exército oponente levaria a que muitos desses golpes das lanças se perdessem inermes em zonas intersticiais vazias por entre os soldados inimigos e que tais investidas falhadas seriam dificilmente corrigidas devido à falta de espaço que permitisse o seu recuo para uma reinvestida.

Após este embate inicial, com os muitos golpes que se cravavam profundamente no couraçamento e nos corpos dos adversários, a que se deveriam somar os inúmeros falhados, assistia-se a uma natural tendência para uma estagnação tática, em que as lanças ficariam praticamente imobilizadas.

Assim, a compacta parede de escudos da falange hoplítica com a sua densa "floresta de lanças" apenas poderia continuar a ter dinamismo na medida em que a enorme densidade de soldados viesse a conseguir empurrar o adversário, elemento tático que seria essencial nos confrontos deste tipo de formações.

A necessidade de a falange ser constituída por muitas filas de soldados era resultante do grande ímpeto conseguido pelo impulso que era exercido por uma retaguarda formada por centenas de homens que se empurravam em cadeia[327], exercendo enorme pressão com os seus corpos e escudos sobre a parede de lanças[328].

Os soldados que ocupavam as quatro ou cinco filas contíguas tinham de utilizar as suas *hastae* de forma bastante condicionada pelos corpos dos companheiros à sua frente, ficando estas progressivamente com os seus movimentos limitados direccionalmente e afastados da linha de vanguarda, onde se travava o principal combate[329].

Tal formação compacta acarretava a impossibilidade de movimento lateral das suas lanças, obrigando a que o seu ataque não pudesse ser direcionado voluntariamente ao corpo dos adversários[330].

Se analisarmos o resultado prático de tal formação veremos que a soma das suas pontas se faz eminentemente numa linha de ataque vertical, sobrepondo-se umas às outras com

[326] ERAMO, 2015, p. 450.
[327] CONNOLLY, 1998, p. 37
[328] ADCOCK, 1957, p. 4.
[329] Sobre os movimentos básicos e posições do hoplita, no uso da lança: CONNOLLY, 1998, pp. 41-42.
[330] ERAMO, 2015, p. 450.

diferentes profundidades, mas a sua investida estaria muito condicionada pela presença dos corpos dos companheiros, perdendo assim grande parte da sua eficácia ofensiva.

Observando o seu resultado prático, poder-se-ia dizer que temos quatro ou cinco pontas de lança que se exibem para lá da primeira fila[331], com diferentes comprimentos[332], mas que investem precisamente numa mesma linha vertical, o que abre, pelo constrangimento do seu movimento, inúmeros ângulos mortos. Estes constituir-se-iam afinal como corredores que poderiam permitir o avanço dos seus adversários por entre as várias pontas que se exibem de ambos os lados dos corpos dos guerreiros que se encontram na primeira fila. As únicas lanças que teriam a possibilidade de atuar livre e eficazmente entre estas linhas verticais no embate inicial seriam aquelas que eram manuseadas pelos guerreiros que ocupam a parede de lanças[333]. Poder-se-á assim dizer que o ângulo de letalidade que seria possível aproveitar de todas estas pontas expostas estaria substancialmente diminuído pelo constrangimento feito pela impossibilidade do seu movimento lateral.

Poder-se-ia ainda admitir que seria possível a utilização das lanças da segunda ou terceira filas por cima dos ombros dos companheiros, mas tal impediria uma boa utilização destas, obrigando a que fossem manuseadas numa posição elevada, executada à força de braços, sem que pudessem ser firmemente seguradas em riste, ou a manuseá-las num ângulo onde a ponta da arma ficaria demasiado elevada ao pretender segurá-las dessa forma[334].

Devido ao grande tamanho das sarissas[335], seria até possível que os soldados que ocupavam as quartas e quintas filas conseguissem ainda, com algum esforço, apresentar as pontas das suas lanças em ângulos úteis para desferir ataques, mas os seus movimentos já estariam muito condicionados[336] pela inevitável elevação das suas pontas e pela dificuldade de as manusear por entre as inúmeras cabeças dos companheiros[337].

Acresce a isto que, quanto mais distantes da primeira fila, mais se reduziria a sua perceção visual do resultado das suas investidas e, necessariamente, da eficácia dos seus

[331] O'CONNELL, 1989, p. 84.
[332] GOLDSWORTHY, 2011, p. 97.
[333] Designamos por parede de lanças a formação frontal de guerreiros agrupados ombro com ombro, armados com escudos e munidos de lanças.
[334] Um dos principais recursos táticos trazidos pelo revolucionário modelo falangístico macedónico de Filipe II e de Alexandre, o Grande, foi precisamente o aumento exponencial do tamanho das lanças. Passaram assim estas a fazer parte integrante de todos os exércitos de perfil helenístico, sendo designadas por Sarissas.
[335] KEEGAN, 2009, p. 340.
[336] BRIZZI, 2004, p. 138.
[337] CONNOLLY, 1998, pp. 68-70, 77-79.

movimentos que, na confusão da refrega poderia, não só estorvar o desempenho dos companheiros, mas inclusive chegar mesmo a ferir algum deles[338].

Após o grande embate inicial, o combate da falange enfermava de uma clara tendência para a estagnação, com uma notória redução da sua capacidade ofensiva, com as suas principais lanças já cravadas e consequentemente imobilizadas, enquanto as ainda passíveis de serem utilizadas não conseguiam executar mais do que movimentos imprecisos e hesitantes[339]. Acresce a toda esta dificuldade tática a quase impossibilidade de se executarem movimentos pendulares dos braços necessários para o manuseamento das lanças, dificilmente exequíveis numa formação tão cerrada como era a falange. Puxar a lança atrás para fazer uma nova investida deveria ser praticamente impossível pela inerente falta de espaço, bem como esse movimento de recuo poderia afetar ou mesmo chegar a ferir algum dos companheiros na retaguarda, nomeadamente se as lanças estivessem munidas de espículo.

Notemos que os golpes bem-sucedidos executados pelos falangistas da parede de lanças e que tivessem penetrado nos escudos, couraças e corpos dos adversários apresentariam, desde logo, outro considerável problema tático para a prossecução da batalha. Profundamente enterrados na dura massa adversária, não se concebe como se poderia desencravar facilmente as grandes lanças para realizar uma nova investida. Além da brutal força que seria necessário para fazê-lo, os falangistas das filas da frente não tinham espaço para o poder fazer devido à compactação da sua formação, tendo companheiros encostados na sua retaguarda e que estariam até a exercer pressão sobre si.

Dever-se-á ter em atenção que o perfil ofensivo de uma lança, quando é utilizada num combate corpo a corpo, apresenta uma aparente vantagem decorrente do seu comprimento, que lhe permite investir contra um adversário que ainda se encontra a uma considerável distância. Tal afastamento, podemos facilmente admiti-lo, deverá ser superior a 1,5 metros, dependendo do tamanho da lança e da forma como ela é segura, mas num combate de grande proximidade a utilização da lança poderá apresentar fragilidades táticas problemáticas. Estas surgirão se o adversário conseguir escapar ou desviar a lança e aproximar-se, ultrapassando

---

338 Dever-se-ão ainda acrescentar às dificuldades de visualização do processo de luta por parte dos guerreiros das filas posteriores da falange, os condicionamentos provocados pelas estreitas aberturas para os olhos que exibiam muitas das tipologias dos seus elmos. O capacete coríntio, sem dúvida o mais utilizado pelos hoplitas e prevalente durante toda a Antiguidade Clássica, tinha aberturas bastante exíguas para os olhos o que inevitavelmente dificultaria uma boa visão envolvente. Diga-se que até mesmo a audição ficava comprometida com estes elmos pesados, dificultando a perceção dos sinais sonoros que comandavam os movimentos da falange. SEKUNDA; HOOK, 2000, p. 11.

339 ERAMO, 2015, p. 450.

a zona de ataque constituída pelo ângulo de movimento da sua ponta. Tal circunstância, estamos em crer, não deveria ser assim tão incomum, pois é de admitir que o movimento das lanças numa parede de escudos, no choque inicial com o couraçamento adversário, acabasse por falhar muitos dos seus golpes, permitindo que o adversário ultrapassasse o perigo das suas pontas.

Os soldados que falhassem assim a sua investida com lança enfrentariam desde logo um problema tático grave, nomeadamente se a formação adversária estivesse munida de armas de ângulo de letalidade mais curto, como seria o das espadas. Ao falhar a sua investida teria, de imediato, ficado numa posição de fragilidade tática, pois isto implicaria que o seu oponente de proximidade tivesse a possibilidade de se aproximar. Em tal situação, a sua lança ter-se-ia tornado inútil, ficando o combatente desde logo limitado à tentativa de se poder defender com o escudo e exposto aos golpes de espada do adversário. Se tivesse capacidade, a sua única esperança seria o rápido abandono da lança e a tentativa de desembainhar a espada[340], o que lhe permitiria executar um combate num ângulo de letalidade de maior proximidade[341].

Deveremos ter igualmente em atenção que os movimentos ofensivos de todas as lanças de uma falange tenderiam para um ângulo de ataque pronunciadamente ascendente, devido não só à parte recuada da lança onde cada falangista necessitava de segurar a arma, mas também aos típicos movimentos do seu manuseamento.

Se atendermos ao gesto característico de uma investida com lança veremos facilmente que se verifica uma tendência natural para a elevação da sua ponta. Tal efeito é resultado da utilização das duas mãos, ao se pretender reforçar o ímpeto de penetração. Com efeito a posição diagonal a que o braço esquerdo está obrigado, resultante da colocação da lança do lado direito, tende a coloca-la num ângulo oblíquo ascendente.

A grande compactação dos elementos da falange, com a sua procura de conseguir ver a ponta da sua lança para lá do corpo dos companheiros localizado na sua frente, deveria ainda potenciar mais esta tendência ascendente, implicando isto que a grande generalidade das pontas se apresentasse num ângulo de letalidade consideravelmente elevado, que tenderia a direcionar mais os seus ataques ao nível do peito ou do rosto dos adversários.

---

340 FEUGÈRE, 2002, p. 12.

341 Passaremos a designar por "ângulo de letalidade" aquele no qual o movimento de uma arma ofensiva permite ser manuseada em toda a sua eficácia ofensiva. Assim, o ângulo de letalidade de um punhal circunscreve-se em grande medida num restrito âmbito que o torna eficaz junto do corpo, enquanto uma lança o terá num raio de ação afastado dois ou três metros de quem a manuseia. Um arco e flecha tem o seu ângulo de letalidade preferencialmente à distância, por vezes num ponto que se encontra afastado uma centena de metros, ou mais.

A formação cerrada da falange ocasionava ainda uma outra importante limitação tática no manuseamento das lanças, levando a que apenas os guerreiros que ocupassem a primeira linha tivessem liberdade para as movimentar em qualquer ângulo ou direção e atingissem, assim, qualquer parte do corpo dos adversários.

Isto permitir-lhes-ia também que a sua investida se realizasse em qualquer parte do corpo do seu oponente direto, fornecendo uma área muito mais considerável para obter golpes eficazes do que aquela que era possível aos seus companheiros da segunda e terceira filas. Estes tenderiam a atingir os adversários na região superior do corpo[342], mas os seus golpes seriam pouco eficazes devido ao brutal condicionamento lateral que se exercia no movimento das suas lanças pela presença dos corpos dos companheiros posicionados à sua frente, entre os quais a sua lança tinha que ser colocada. Observe-se que quanto mais recuada fosse a linha do falangista, mais condicionado estaria todo o movimento da sua lança, ao ter de atravessar várias filas até poder apresentar a sua ponta para lá da parede de lanças. Observe-se que a imobilidade destas lanças manuseadas pelos homens das filas da retaguarda era quase total, pois não havia espaço na formação para que pudessem executar movimentos pendulares de avanço e recuo, como não era possível movê-las em qualquer direção. A sua única função ofensiva pertinente apenas teria lugar no momento inicial da batalha, em que toda a falange se deslocava investindo contra o adversário. Logo depois do embate inicial com outra falange, ou até da sua investida ser travada por qualquer outro fator como poderia ser a inexistência duma formação oponente, estas centenas de lanças que antes despontavam assustadoramente na sua vanguarda jaziam praticamente inermes e só poderiam esperar voltar a ter alguma eficácia se algum adversário se viesse "empalar" nelas[343].

Atendendo a todas estas especificidades táticas que se verificam na sua própria parede de lanças, e que não deverão ter passado despercebidas à observação dos oficiais romanos, talvez se possa mesmo admitir que nas grandes batalhas em que a legião defrontou as falanges helenísticas, bem poderia ter aproveitado algumas destas fragilidades e recorrido a modelos adaptados para as explorar[344].

---

[342] Como possível clarificação desta limitação tática inerente à formação cerrada da falange, poderíamos hipoteticamente admitir que, se o exército adversário fosse formado por homens de reduzida estatura, diluir-se-ia grande parte da sua capacidade ofensiva, pois esta perder-se-ia num ângulo que ficaria situado por cima das cabeças dos seus oponentes.

[343] ERAMO, 2015, p. 450.

[344] Veja-se, por exemplo, a Batalha de Cinoscéfalos (junho de 197 a.C.), que, com a vitória romana, pôs fim à Segunda Guerra Macedónica e na qual a falange macedónica, demasiado compacta, não conseguiu adaptar-se ao terreno, muito acidentado para ela, e onde o sistema manipular das legiões romanas se mostrou taticamente muito superior. Um tribuno militar romano juntou vinte manípulos dos seus homens e,

Seria, pois, possível que a legião evitasse o embate frontal com a falange, dispersando os seus manípulos de modo a que aquela não encontrasse um núcleo fixo contra o qual investir, ou procurasse fixá-la no terreno suportando o seu embate com uma parede de escudos rebaixada, onde os legionários não ficassem tão expostos ao ângulo elevado em que incidiriam a grande maioria das lanças.

Sabemos bem das capacidades adaptativas do exército romano[345] para que seja possível admitir que no embate inicial contra a falange os legionários se posicionassem de forma a reduzirem substancialmente a sua altura, o que seria perfeitamente viável, visto sabermos que os triários se encontravam muitas vezes nessa posição e que as filas frontais que formavam um testudo chegavam a ajoelhar-se no chão.

Embora tais recursos nos possam demonstrar toda a versatilidade da legião, é bem possível que os Romanos também tenham procurado neste tipo de confronto, explorar as suas conhecidas fragilidades, nomeadamente investindo pelos flancos e pela retaguarda[346]. No entanto ter-se-á de admitir que a legião deverá ter encontrado um modo de se opor à brutal investida falangística, pois este é o movimento tático essencial do seu ataque e tem lugar logo que a batalha se inicia. Nesta circunstância, muito dificilmente haveria tempo útil nas movimentações legionárias que permitisse desenvolver outro tipo de investidas romanas antes do embate com a compacta massa dos falangistas. Uma possível diminuição da estatura dos soldados romanos poderia assim minimizar as perdas nas primeiras filas romanas, visto que só os falangistas da primeira fila teriam realmente, na prática, capacidade de conseguir ângulo útil para os atacar, o que diminuiria em muito a perigosidade do choque.

Atendendo a estas condições e logo após o frémito da investida da falange com as inerentes baixas que tal acarretaria[347], dar-se-ia também de imediato a passagem da primeira fila romana para a retaguarda do ângulo de letalidade das lanças. Tal situação permitiria que, no momento subsequente, todos os Romanos da parede de escudos tivessem ficado capacitados a investir diretamente sobre a primeira fila da falange, não tendo esta mais do que os seus escudos para se defender dos golpes dos gládios romanos. Não deveremos perder de vista que as muitas pontas de lança que são manuseadas pelos falangistas nas filas subsequentes estão condicionadas pela envergadura lateral dos companheiros que estão à

rodeando o inimigo, caiu sobre retaguarda da ala direita de Filipe, a qual, dadas as suas características, não foi capaz de se virar, tendo assim sido apanhada entre duas frentes e destroçada. GONZÁLEZ, 2005, ("*Cynoscephalae*"), pp. 167-168.

345 MONTEIRO, 2009a, p. 16, ii).

346 PLB. 18.32.

347 KEEGAN, 2009, p. 327.

sua frente, sendo exibidas progressivamente num alinhamento vertical e quase impossibilitadas de movimento.

É também de considerar que as baixas na parede de lanças da falange deverão criar, de imediato, um complexo problema tático para as restantes fileiras. A sua tremenda compactação levaria a que muitos dos homens gravemente feridos, ou já moribundos, atingidos pelos golpes dos gládios e amparados pela complexa rede de lanças, pudessem permanecer ainda de pé mesmo após estarem fora de combate. Isto faria com que ocupassem sucessivamente uma zona fundamental do combate que não só dificultaria aos companheiros falangistas a visualização do que ocorria à sua frente, mas igualmente faria com que a tão grande proximidade do local da refrega lhes dificultasse ainda mais os possíveis movimentos ofensivos das lanças.

Os próprios corpos dos falangistas já fora de combate e que ainda se mantivessem de pé, serviriam para criar uma "parede de proteção" a favor dos Romanos, visto que os gládios seriam bem mais fáceis de manusear por entre toda aquela apertada massa indistinta de corpos e lanças. Estaria assim aberto o caminho para uma poderosa progressão dos legionários por entre a formação da falange, nomeadamente porque a compacta massa de corpos proporcionaria a proximidade ideal para que os gládios romanos pudessem desferir os seus golpes no melhor ângulo de letalidade.

Tal desequilíbrio tático, criado na própria parede de lanças, levaria a um massacre que em pouco tempo, estamos em crer, faria colapsar a estrutura da falange, fazendo com que os seus efetivos perdessem progressivamente capacidade de resposta e forçando-os a entrar em debandada. Mesmo que os falangistas fossem procurando abandonar as suas lanças e desembainhar as suas espadas[348], dificilmente as suas grandes lâminas seriam émulos para as rápidas espadas curtas e os escudos que protegiam grande parte do corpo dos Romanos.

Para podermos confirmar a superioridade do modelo romano bastará uma análise dos resultados dos vários confrontos entre estes dois paradigmas durante a Segunda e a Terceira Guerras Macedónicas (200-197 a.C. e 171-168 a.C., respetivamente).

Os exércitos de Filipe V e os do seu filho Perseu tinham já muitos outros recursos para além de uma estrita organização de infantaria pesada em falange, herdada das inovações de Filipe II e de Alexandre, o Grande. Mantinham ainda o peso tático dos seus exércitos centrado nesta tradicional formação, mas a superioridade do modelo romano terá sido bem patente, pois não só o número das vitórias legionárias foi muito superior, como foram

[348] FEUGÈRE, 2002, p. 12.

também esmagadores os números implicados no diferencial verificado nas derrotas macedónicas[349].

4.2.2. Em Busca de Novas Conceções Táticas

O nascimento da legião manipular romana foi um dos acontecimentos militares mais relevantes da Antiguidade, não só por ter permitido a construção de um Império que moldou o Ocidente[350], mas também porque o seu modelo de organização se tornou a referência para todos os grandes exércitos nacionais que lhe sucederam.

Como é natural, tendo em conta o espírito pragmático romano, a estrutura da legião foi o resultado de uma constante e inteligente observação das necessidades práticas do combate[351], potenciando a sua capacidade ofensiva e procurando minimizar as suas fragilidades táticas.

Esta busca constante proporcionou aos Romanos um conjunto de técnicas e um tal aperfeiçoamento de processos práticos que lhes permitiram maximizar o seu desempenho[352]. Uma tal evolução teve consequências em toda a estrutura logística e administrativa da sua máquina militar[353].

A idealização de um novo dispositivo tático, diferente do massivo modelo grego[354], teria que obedecer a várias características que, antes de mais, surgiriam desde logo como necessárias para corrigir a notória falta de versatilidade do dispositivo falangístico[355]. Como seria de esperar de um modelo pensado para um exército organizado e mormente enquadrado na tendência disciplinada da mentalidade romana, este dispositivo deveria ter uma estrutura fixa, marcadamente hierárquica e que privilegiasse uma grande flexibilidade de movimento[356].

Tendo já podido observar os excelentes resultados obtidos quando se conseguia que o esforço individual contribuísse para o coletivo, fazendo com que cada soldado se tornasse uma parte funcional do todo, poder-se-ia então pensar em dividir a massa compacta da

[349] Além das vitórias esmagadoras sobre Filipe V e Perseu da Macedónia encontramos também, nesta cronologia, as verificadas contra Antíoco III da Síria; consulte-se o cômputo destas batalhas no Anexo 4.
[350] GOLDSWORTHY, 2005, p. 7.
[351] CONNOLLY, 1998, p. 87.
[352] O'CONNELL, 1989, p. 86.
[353] LE BOHEC, 2013a, pp. 11-12.
[354] BRADFORD, 2001, p. 168.
[355] KEEGAN, 2009, p. 345.
[356] GOLDSWORTHY, 2009, p. 54.

falange em grupos pequenos e criar um modelo que permitisse manter uma articulação tática constante durante todo o confronto. Para que tal pudesse acontecer, cada grupo deveria estar sob a chefia de homens experientes na guerra e que, com o seu saber e o sangue-frio, conseguissem incentivar os seus homens, mantendo a sua coesão interna e a necessária articulação tática com todos os outros grupos similares que deveriam gravitar à sua volta. A divisão de um exército de milhares de homens em pequenos grupos levaria então ao desafio de conceber como se poderia constituir uma ordem de batalha com tais características[357].

Surgiu, pois, como o paradigma do seu exército, o modelo da legião dividida em manípulos com o seu peculiar perfil organizado em três linhas, dispostas num padrão em que os grupos de soldados se disporiam no terreno em forma de tabuleiro de xadrez, alternando espaços ocupados com hiatos ou vazios[358]. Um dos aspetos mais relevantes é a integração da inovadora conceção de que o espaço vazio deveria ser um aspeto estruturante, tornando-se ele próprio objeto de análise.

Se os Romanos, por clara influência cultural greco-etrusca[359], tinham adotado anteriormente o rígido modelo da falange, foram compreendendo que este paradigma era bastante limitado nas suas valências práticas[360]. Tal sistema só era verdadeiramente eficaz em condições muito particulares, em que o confronto se realizasse contra outro exército de perfil similar e em que a batalha ocorresse num terreno não acidentado[361]. Havia pois que explorar novas conceções e que encontrar um novo paradigma que pudesse "desmanchar" a rigidez de milhares de homens couraçados e comprimidos num movimento unidirecional, cujos flancos e retaguarda eram muitíssimo vulneráveis[362]; ao mesmo tempo, conviria explorar as virtualidades de pequenos conjuntos de homens que pudessem adotar uma postura muito mais dinâmica[363], adequada aos diversos tipos de terreno[364], e por outro lado dar resposta às diferentes fases em que se desenvolve a batalha.

A vontade de expansão territorial, que se foi tornando um dos objetivos cada vez mais caros às aspirações romanas[365], obrigaria naturalmente a que Roma tivesse de enfrentar adversários muito diferentes, por vezes em condições adversas e possivelmente em terrenos com bastante relevo. Já reconhecemos este propósito na busca de uma resposta aos desafios

[357] PLB. 6.19-42.
[358] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-28.
[359] FEUGÈRE, 2002, p. 16.
[360] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 22-23.
[361] ADCOCK, 1957, p. 6.
[362] CONNOLLY, 1998, p. 83.
[363] SANTOS, 2016, pp. 21-22.
[364] BRADFORD, 2001, p. 169.
[365] CONNOLLY, 1998, p. 87.

colocados pelas Guerras Samnitas[366], bem como na construção dos princípios fundamentais da conceção manipular nas batalhas travadas durante a guerra contra os Epirotas de Pirro[367]; o modelo foi depois desenvolvido durante o resto do século III, mas é no terrível esforço despendido por Roma durante a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.)[368] que devemos procurar a estabilização do modelo manipular, que virá a tornar-se característico dos exércitos da República, bem como a sua tipologia de armas e equipamento.

No entanto, Roma não tem ainda nesta altura um exército profissional, pois as suas legiões são mobilizadas anualmente em março e desmobilizadas em outubro, sendo obrigatoriamente constituídas por cidadãos possuidores de terras[369].

Curiosamente, deveremos ter em atenção que, até à grande reforma do exército concebida por Gaio Mário[370] muito tempo depois (cerca de 107 a.C.), os soldados de Roma, bem como os seus aliados italianos, os *socii* (que tinham a obrigação de fornecer os contingentes auxiliares[371]), não eram homens cuja principal atividade fosse dedicada à guerra[372]. Pode até dizer-se que o seu exército tinha quase um perfil de milícia. Todos esses milhares de homens não eram, pois, soldados profissionais, dedicando-se durante a maior parte do ano a outros ofícios, facto que até nos deveria espantar pelo grau de qualidade, de treino e de disciplina que, na hora da verdade, conseguiam imprimir aos seus exércitos.

A generalidade dos homens que integravam a legião era formada por cidadãos que se dedicavam à agricultura e que eram possuidores de pequenas propriedades rurais, o que era, até à reforma de Gaio Mário, uma das condições necessárias para a sua integração na legião[373]. Quando se tornava necessário, estes homens eram chamados para servir numa das legiões, mas faziam-no apenas por alguns meses, durante o verão, atendendo a que a guerra na Antiguidade se realizava geralmente em regime sazonal[374].

---

366 CONNOLLY, 1998, pp. 89, 105-112.
367 CONNOLLY, 1998, pp. 90-91.
368 CONNOLLY, 1998, pp. 147-207.
369 GOLDSWORTHY, 2003, p. 26.
370 PLU. *Gayo Mario*, 1.1-46.5; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 143-172; FEUGÈRE, 2002, p. 16.
371 LE BOHEC, 2001, p. 85.
372 SANTOS, 2016, p. 26.
373 CONNOLLY, 1998, p.129.
374 A sazonalidade estival da guerra na Antiguidade devia-se a um vasto conjunto de fatores, a começar pela escassez generalizada de suprimentos que pudessem sustentar as tropas localmente, quando se encontravam em movimento. Não era exequível transportar todos os suprimentos desde o local de partida, dado que seria inviável uma logística que permitisse o transporte de tal volume e peso. A isto acresce a reduzida durabilidade dos alimentos que não suportariam, em boas condições, campanhas de semanas ou meses. Ora, sabemos bem que um dos elementos essenciais para o bom desempenho e para motivação das tropas é o assegurar que estas permaneçam bem nutridas. Acresce a isto o facto de que um exército que se desloca muito carregado se torna perigosamente lento, o que o faz perder grande parte da sua eficácia, tornando-se um alvo apetecível de uma investida inimiga, muito mais do que um contingente em cumprimento de um objetivo militar. Também contribuiria de forma decisiva para a "estreita" janela sazonal da guerra o

O que mais nos pode surpreender é o facto de, durante a maior parte do ano, estes homens trabalharem pacificamente nos seus afazeres agrícolas[375] e não terem qualquer atribuição militar, ou seja, não tinham qualquer tipo de treino prévio, nem qualquer auxílio na aquisição dos seus equipamentos. Isto é bem demonstrativo das extraordinárias virtualidades que poderemos encontrar no modelo da legião manipular e da capacidade militar dos homens de Roma para constituírem exércitos tão coesos e eficazes. Tal comprova a militofilia da sociedade romana e a qualidade dos *campidoctores*[376], isto é, os responsáveis pelo ensino e pelo treino dos soldados[377]. Estes eram submetidos a um exercício diário intensivo e com equipamento de madeira bem mais pesado do que aquele que iriam de facto utilizar no campo de batalha; assim, quando se encontrassem em batalha, tudo lhes pareceria mais fácil[378].

problema inerente ao estado dos caminhos, que, durante o inverno, se tornam praticamente impérvios. A lama que se forma nas estradas de terra batida é um difícil obstáculo para a progressão de um exército, quando este, além de homens e cavalos, tem de assegurar a sua logística com centenas de carroças que tendem a ficar com as rodas atoladas no mau estado das vias. O aumento exponencial dos caudais dos rios é ainda outro fator relevante, tornando ainda mais problemática a travessia de qualquer linha de água caudalosa. A travessia de uma barreira aquática deste género tornava-se um problema muito complexo de resolver; pensemos na necessidade de passar cavalos e pesadas carroças para a outra margem. Mesmo os homens necessitariam de realizar a travessia sem estarem munidos das suas armaduras, o que, somado ao facto de terem de desfazer a sua ordem de marcha, tornava tal momento particularmente vulnerável a um ataque inimigo. Podemos bem compreender a necessidade civilizacional, mas sobretudo militar, que os Romanos demonstraram ao construir milhares de quilómetros de excelentes estradas de pedra, e múltiplas pontes, porque compreenderam que a conquista e manutenção de territórios implicaria necessariamente uma rápida e segura deslocação de tropas. Poder-se-ia mesmo dizer que a posse plena dos territórios do Império só se poderia concretizar com a sua integração dentro da rede de estradas romanas, pois qualquer região só estaria verdadeiramente articulada e assimilada a partir do momento em que passasse a ser uma localização conhecida e de fácil acesso. É a rede de estradas romanas que "abraçando" as diferentes regiões, pode fazer com que se tornem familiares dentro do corpo territorial do Império, visto que a sua localização se faz pela referência às estradas romanas, indicando precisamente a sua localização e permitindo o estabelecimento da máquina administrativa, cujo centro é Roma. A Urbe foi, indiscutivelmente, o centro do Império até à "anarquia militar" do século III, quando a sua importância foi sendo gradualmente dividida com as outras cidades, nomeadamente as fronteiriças, onde se fixaram os imperadores. Até então, Roma era o centro geográfico e a mais importante referência cultural para todos aqueles que viviam no interior do Império. O papel estruturante das vias romanas pode até sentir-se numa das mais antigas e conhecidas expressões latinas: *Omnes viae Romam ducunt*. ("Todos os caminhos vão dar a Roma" – Tradução nossa).

375 GOLDSWORTHY, 2003, p. 33.

376 MONTEIRO, 2009b, nota 25, p. 393, a Livro 1.13, p. 193: «[…] Durante o Alto-Império, o treino militar dos Romanos tinha lugar num terreno próprio, confiado a um graduado que ostentava o título de *campidoctor* e que contava com a colaboração de um subordinado, o *doctor cohortis*. Como refere Le Bohec (2002:119), "a raiz doct- revela bem que este personagem recebeu um ensinamento, aprendeu uma ciência na qual é versado; trata-se de um homem instruído, que deve transmitir o seu saber. As suas responsabilidades permitem-lhe dispor de um adjunto, que o secunda e que lhe sucederá, o *optio campi*." […]».

377 LE BOHEC, 2013a, p. 152.

378 VEG. 1.11-19; CONNOLLY, 1998, pp. 134, 217-218; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 80-81.

Talvez seja de admitir que, em períodos de frequentes campanhas, alguns homens pudessem ter, entretanto, adquirido uma experiência considerável, ao terem sido várias vezes mobilizados[379]; ainda assim, poucos, se é que algum, se poderia dedicar por inteiro a uma vida exclusivamente marcial. Estamos mesmo convencidos de que o dispositivo romano é possuidor de virtualidades que se tornam difíceis de explicar nesta fase da sua existência, visto que a sua estrutura, não sendo profissional, era montada num curto espaço de tempo e realizava-se num plano que se sustentava numa colaboração responsável e disciplinada entre os cidadãos.

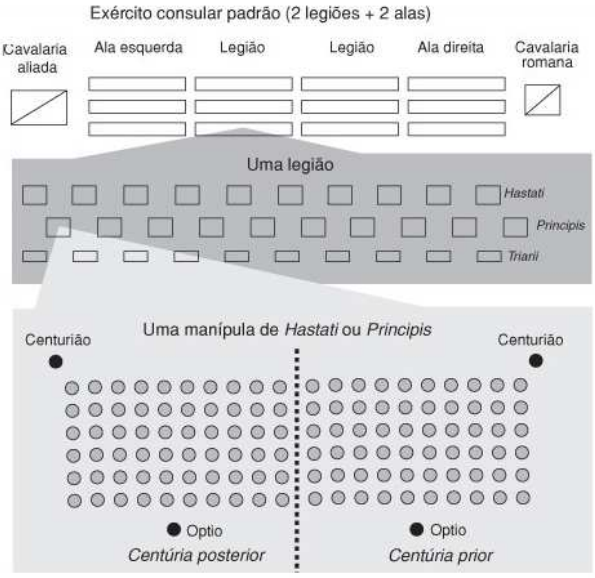


Imagem 12- O exército manipular. O desenho pormenoriza cada uma das partes constituintes de um típico exército consular, com duas legiões, duas alas e cavaleiros. Em dois sucessivos "zooms" são destacadas a formação em *quincunx* das linhas de manípulos numa legião e a constituição típica de qualquer um dos manípulos de hastados ou de príncipes. [in GOLDSWORTHY, 2011, p. 32].

O modelo da legião manipular foi-se tornando um dispositivo tático sujeito a constante aperfeiçoamento, quer na articulação das suas partes, quer no seu equipamento[380], atingindo uma qualidade de desempenho que permitirá a Roma conquistar a primazia como grande cidade do mundo mediterrânico[381]. Poder-se-á dizer que a legião manipular terá provavelmente o maior palmarés de sucesso jamais conseguido por um único modelo tático ao longo da História da Guerra, mostrando a sua eficácia ao defrontar, com expressivo sucesso, quase todos os seus inimigos. Os Romanos introduziram inovações no seu modelo que o tornariam um mecanismo de combate muito mais resiliente e eficaz do que acontecia com as anteriores formulações da parede de escudos[382].

Como elementos constitutivos das suas capacidades e treino estabeleciam o dinamismo do seu recuo e avanço, facilitado pelo seu seccionamento, dilatação ou contração lateral, bem como o importantíssimo mecanismo de refrescamento de soldados e substituição de baixas[383]. A extraordinária resiliência da sua parede de escudos era garantida pela gestão

[379] GOLDSWORTHY, 2003, p. 43; SANTOS, 2016, p. 27.
[380] LE BOHEC, 2013a, p. 63.
[381] OLIVEIRA, 2020, p. 246.
[382] Michel Feugère, ao abordar a *Hippika Gymnasia*, torneios rituais realizados pela cavalaria do Império Romano para praticar as suas habilidades e mostrar a sua experiência, refere que uma das manobras realizadas era semelhante à "parede de escudos" da infantaria. FEUGÈRE, 2002, p. 147
[383] GOLDSWORTHY, 2011, p. 99.

em proximidade realizada pelos cerca de sessenta centuriões[384] que existiam em cada legião e que eram oficiais experientes que, junto dos seus homens em combate, compreendiam de imediato quais as necessidades práticas que estes enfrentavam e procuravam soluções rápidas para garantir a manutenção da ordem e, principalmente, a integridade da parede de escudos[385].

4.2.2.1. Aprendizagem e Qualificação do Gesto Técnico

A todas estas características poder-se-ia ainda aduzir um outro aspeto que nos parece essencial para uma boa compreensão da eficácia do modelo e do perfil de combate legionário.

Com a visão analítica que possuímos hoje através das neurociências sobre os processos sinápticos e de resposta psico-motora que fazem parte do psiquismo humano, em que estão definidas várias instâncias percetivas e de aprendizagem não seria despropositado procurar fazer uma leitura das implicações destas dimensões no que era o excelente desempenho dos homens que compunham o exército romano[386].

Deveremos então procurar compreender o tremendo efeito obtido pelo constante exercício e treino repetitivo a que eram submetidos os legionários[387]. Estes encontravam-se sujeitos obrigatoriamente a exercícios diários, por vezes em várias sessões, durante anos, no sentido de poderem realizar uma profunda interiorização que pretendia induzir determinadas respostas quando estavam sujeitos à pressão do combate[388].

Poder-se-á mesmo afirmar que um tão prolongado treino levaria a que o soldado romano fizesse uma aprendizagem intuitiva e condicionada dos gestos técnicos inerentes ao seu melhor tipo de combate, possibilitando assim que este pudesse apresentar um grande automatismo e rapidez de resposta motora[389].

Dir-se-ia assim que um mecanismo psicologicamente condicionado do tipo estímulo-resposta imposto durante um período tão dilatado de treino poderia bem ser a explicação para a sua autoconfiança e eficácia de desempenho.

---

384 KEEGAN, 2009, p. 351.
385 HANSON, 2002, p. 131.
386 BLUMENSTEIN; BAR-ELI; TENENBAUM, 2002, p. xi (Preface).
387 Sobre a importância atribuída ao exercício: FRONTIN. 3.2.1-2.
388 O'CONNELL, 1989, p. 90.
389 LE BOHEC, 2013, pp. 70-71.

Não percamos de vista que o próprio equipamento básico do legionário, nomeadamente a utilização do gládio[390], pequena espada que pelo seu pouco peso permitia gestos muito rápidos e agressivos, facilitava este tipo de condicionamento que orientava o seu natural modelo de combate.

Não tem sido dado, a nosso ver, suficiente relevo às competências de combate do legionário resultantes da interiorização dos mecanismos de resposta aos estímulos inerentes ao combate. A constância desta prática diária[391] levaria cada soldado a desenvolver gestos técnicos marciais de índole intuitiva de modo a responder, de forma automática, aos golpes do adversário, protegendo-se com o escudo, bem como o de conseguir antever a oportunidade que lhe permitisse executar golpes eficazes com o seu gládio.

Tudo isto seria reforçado pelo sentimento de comunhão com os seus companheiros, pois todos eles estavam submetidos ao mesmo género de treino, ao mesmo tipo de exigências de desempenho, quer individual, enquanto auto preservação, quer integrado no coletivo, onde se plasmava o seu esforço no espírito belicista da legião[392].

Sob tais condicionantes, seria, pois, natural que os seus gestos de resposta face ao coletivo também se fossem interiorizando e, ao mesmo tempo, articulando com os companheiros tal como acontece com uma equipa desportiva bem treinada, que tem anos de experiência prática e consegue notório sucesso no seu desempenho.

Assim, também o legionário deveria já intuir, quais seriam as movimentações dos seus companheiros, o que seria necessário fazer para prevenir uma situação militarmente problemática e, ainda, antever como se comportariam a cada momento aqueles que se encontram em seu redor. O desenvolvimento de um tal processo de aprendizagem deverá ter sido potenciado entre os Romanos pelo devotamento exclusivo ao universo marcial.

Com efeito, a criação de carreiras militares profissionais permitiu uma total dedicação às armas, exigindo cerca de 25 anos de serviço, após as reformas levadas a cabo por Gaio Mário em 107 a.C.

A aprendizagem que permite a aquisição deste tipo de competências, em que a resposta é subliminar, e, portanto, sem intervenção direta de dimensões conscientes, apenas se poderá conseguir através da repetição similar do estímulo, como nos mostra a pioneira experiência realizada pelo professor Mariano Sigman, de que falaremos já a seguir.

---

390 FEUGÈRE, 2002, pp. 108-114.
391 LE BOHEC, 2013, pp. 141-146.
392 LE BOHEC, 2013, p. 148.

4.2.2.2. Aprendizagem Subliminar e Resposta Motora

Os mais avançados estudos na área das neurociências demonstram-nos que a capacidade de aprendizagem se mantém durante toda a vida e que não são apenas as crianças que têm uma tal predisposição. Sabemos hoje que o córtex visual continua a reorganizar-se e a adquirir novas competências, inclusive em plena idade adulta.

Neste sentido verificou-se que o processo que pode transformar um indivíduo num "especialista" numa determinada atividade foi monitorizado e demonstrado por uma experiência realizada por Mariano Sigman e Charles Gilbert e apresentada no seu livro *The Secret Life of the Mind - How Your Brain Thinks, Feels, and Decides*. Ter-se-á chegado a conclusões surpreendentes sobre o processo de aprendizagem subliminar por repetição, após um trabalho de campo em que os investigadores procuraram criar o que se poderia considerar como "especialistas na identificação de triângulos"[393].

Esta experiência foi realizada submetendo vários indivíduos a uma exposição ultrarrápida de imagens onde diversos triângulos estariam integrados, pretendendo que se conseguisse determinar a sua presença exclusivamente pela sua forma. Devido a outras competências percetivas do cérebro, os neurocientistas estavam conscientes de que encontrar um triângulo com base, por exemplo, numa cor diferente é um processo bastante menos complexo e tal tornar-se-ia uma tarefa que qualquer indivíduo poderia realizar com facilidade. Para tal o cérebro possui um sistema de funcionamento paralelo que, em oitenta milissegundos, pode varrer o campo visual e identificar uma diferença de cor entre muitos elementos heteróclitos.

No entanto, o cérebro não possui mecanismos no córtex visual primário que permita localizar triângulos apenas pela sua forma com a mesma facilidade e rapidez. A pergunta fundamental para Sigman e a sua equipa centrava-se então no processo de aprendizagem, interrogando se seria possível desenvolver uma competência peculiar que criasse o que se poderia designar como "especialistas em triângulos".

O resultado foi surpreendente, atendendo a que depois de exaustivas repetições do mesmo processo, pelo qual se procedia durante bastante tempo á visualização ultrarrápida de triângulos por parte de diversos indivíduos, terá acontecido algo de inesperado. Para os participantes na experiência, o triângulo passou a destacar-se naturalmente, tal como se

[393] SIGMAN, 2017, p. 154.

"brilhasse" dentro das complexas imagens, de tal modo que era como se patenteasse outra cor, podendo dizer-se até que não haveria sequer modo de não o identificar.

Com este estudo ficou demonstrado que, após um processo de reiteração da mesma experiência, se pode adquirir competências que não se possuíam e que, antes, nos pareceriam até impossíveis de dominar, sobretudo quando estas estavam a ser apreendidas já em idade adulta. Esta experiência pioneira permitiu abrir um conjunto alargado de estudos sobre o que acontece no cérebro quando se está num processo de aprendizagem percetiva.

Assim, encontramos hoje nas neurociências uma distinção fundamental entre o cérebro serial e o cérebro paralelo, que corresponde a uma importante divisão do córtex cerebral que se organiza em dois grandes sistemas de funcionamento[394].

Em primeiro lugar temos o circuito dorsal do córtex, que estabelece ligações neuronais que se desenvolvem pela região superior do cérebro, que é designada por cérebro serial. Em segundo encontramos o que se chama circuito ventral do córtex, que estabelece comunicações sinápticas pela base do cérebro e é designado por cérebro paralelo. Admite-se hoje que, para a compreensão do funcionamento cerebral, essa diferenciação seja muito mais pertinente do que a antiga divisão entre hemisférios esquerdo e direito e as suas respetivas funções.

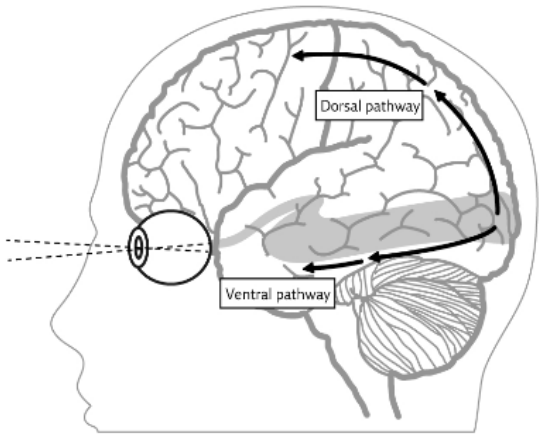


Imagem 13 - Esquema explicitando os circuitos dorsal e ventral no cérebro humano. [in SIGMAN, 2017, p. 155].

Deveremos ter em atenção que a parte dorsal inclui o córtex parietal e o frontal que, grosso modo, pode dizer-se que se encontram relacionados com a consciência e, portanto, com a nossa capacidade percetiva do exterior. Além disso, estas regiões cerebrais são os responsáveis neuronais pela atividade relacionada com a ação e com um funcionamento lento e sequencial do cérebro.

Pelo contrário, a parte ventral do córtex é associada a processos automatizados, em geral não conscientes, e corresponde a um modo de funcionamento rápido e com uma leitura percetiva em paralelo[395], viabilizando a realização de tarefas muito complexas sem participação direta da consciência.

---

394 SIGMAN, 2017, p. 155.

395 As ligações sinápticas conectam os neurónios tal como acontece com os componentes de um circuito elétrico e podem fazê-lo de dois modos básicos, a saber: ligação, em série e ligação em paralelo. A primeira

Mariano Sigman conseguiu determinar que se passaram a encontrar duas diferenças fundamentais na atividade cerebral dos "especialistas em triângulos". Em primeiro lugar, o seu córtex visual primário, localizado no sistema ventral, ativava-se muito mais intensamente quando eles percecionavam triângulos do que acontecia quando viam outras formas para as quais não tinham sido treinados. Além disso, nesta situação, os córtices frontal e parietal desativavam-se em simultâneo. Isso explicaria a razão pela qual a visualização de triângulos já não requeria qualquer esforço para os nossos "especialistas".

Poder-se-á então dizer que o resultado de uma boa aprendizagem, nomeadamente baseada na repetição de processos, se dá na passagem para o sistema ventral da informação sináptica e forma o substrato cerebral da automatização, com a consequente aquisição de novas competências. A essência de uma aprendizagem que poderá ter uma rápida resposta psico-motora, consiste então no processo de transferência neuronal do sistema dorsal para o ventral.

Observe-se que, por exemplo, se tem de iniciar sempre o processo de aprendizagem da leitura através do sistema dorsal, que é lento, o que obriga a um notório esforço da consciência e funciona por apreensão de unidades ou elementos parcelares. Neste caso, é necessário que se faça a aprendizagem através de uma lenta consciencialização em que se assimila letra por letra, sendo por isso também designado por "cérebro serial".

Quando a aprendizagem se transfere para o sistema ventral, então o desempenho muda radicalmente, passando o indivíduo a ser capaz de detetar palavras inteiras, sem esforço e de modo muito mais rápido. No entanto, para o bom desempenho do sistema ventral, é necessário que no estímulo se verifiquem condições bastante similares, tendo este pouca capacidade para adaptar as suas respostas a novos estímulos. Poder-se-ia admitir assim que o soldado romano quando submetido ao processo de combate, deveria funcionar já inteiramente com o circuito paralelo devido ao seu prolongado treino. Tenderia, portanto, a

dá-se quando um sistema elétrico tem todos os seus componentes ligados de forma sequencial, isto é, uns após os outros de modo que a energia não pode fluir de "A para C sem passar por B". Neste tipo de ligação a energia que circula tem de percorrer todos os componentes para poder funcionar e qualquer quebra na passagem de energia, num determinado ponto, inviabiliza a totalidade do sistema. Contrariamente a esta, a ligação em paralelo estabelece ligações elétricas simultâneas entre a fonte e os diversos componentes do circuito, permitindo que a energia evolua de forma mais rápida e eficaz, pois não tem que chegar a "C percorrendo B". Além disso, neste tipo de circuito, uma quebra na passagem de energia não compromete a sua totalidade e os seus componentes poderão ser acionados de forma independente. Pelas suas notórias vantagens, é sem dúvida o tipo de ligação mais utilizada em instalações elétricas, quer sejam residenciais ou industriais. O mesmo tipo de conexão se admite para as ligações neurais sinápticas que são responsáveis pelo funcionamento cerebral, contribuindo ambas para a obtenção de respostas e resultados notoriamente diferenciados.

apresentar uma resposta rápida e intuitiva, com um tipo de luta eficazmente agressivo e similar ao dos seus companheiros.

A experiência do professor Sigman, que se tornou referencial no âmbito das neurociências, bem nos pode ajudar na compreensão da interiorização da extrema competência de combate que era apanágio do soldado romano sujeito a um prolongado treino. Esta poderia passar não só pela sua aquisição de um modo particular de ver e mesmo de antever os movimentos do adversário, como potenciar ações que assegurariam a sua vantagem em gestos técnicos de defesa e de ataque.

Podemos, pois, admitir que a sua grande capacidade de combate fosse resultante de um arreigado mecanismo cerebral que lhe permitia lutar "sem pensar" e que tal característica lhe permitia agilizar todos os seus movimentos. No entanto, deveremos ter em atenção que a assimilação de novas aprendizagens dependerá sempre do circuito serial; mesmo para quem domine a leitura, se as letras se encontrarem escritas verticalmente ou invertidas, é necessário recorrer ao sistema dorsal, que, embora lento e de perfil serial, tem flexibilidade para se adequar a novas aprendizagens forçadas por diferentes estímulos percetivos.

Adquirir os elementos fundamentais de uma nova aprendizagem implica utilizar o sistema dorsal para consciencializar e compreender a informação do estímulo e, posteriormente, automatizar o processo no sistema ventral, tornando-o quase independente do consciente.

Após o processo de aprendizagem a atenção e o esforço mental do sistema dorsal poder-se-ão dedicar a outras tarefas, não precisando, por exemplo, quem lê de pensar conscientemente na forma das letras e nem no significado de cada uma das palavras, mas podendo focalizar a atenção no sentido geral do conteúdo da sua leitura[396]. É esta a razão pela qual os disléxicos apresentam um tão elevado déficit de compreensão da leitura, tendo ficado presos no processo que é próprio do sistema dorsal.

Assim, poder-se-ia dizer que o cérebro possui uma série de "mapas" no córtex ventral resultantes de anteriores aprendizagens, que lhe permitem executar de modo rápido, fácil e de forma eficiente, variadíssimas tarefas. No entanto tais "mapas mentais percetivos", são

[396] Para uma melhor compreensão poder-se-ia dizer que o sistema ventral permite que alguém conduza um veículo, com todas as complexas tarefas que são necessárias, enquanto o sistema dorsal permite, em simultâneo alheando-se de todo esse processo, conversar sem esforço com um qualquer interlocutor.

pouco flexíveis e não se adaptam a condições que não estejam consagradas na aprendizagem prévia[397].

O processo de automatização cria matrizes neuronais guardadas no sistema ventral e poderá ser compreendido, se se tomar por base o exemplo da aprendizagem da aritmética. Quando uma criança aprende a somar 3 + 4, necessita de chegar ao total acrescentando unidade a unidade, contando pelos dedos. No entanto, num determinado momento do processo de aprendizagem, compreende que três mais quatro são sete sem ter que utilizar o sistema dorsal, pois o cérebro já não precisa de adicionar unidade a unidade, mas recorre a uma matriz que ficou guardada na memória do sistema ventral[398].

Estas matrizes neuronais cada vez em maior número e mais complexas, contribuem de forma decisiva para proceder a cálculos progressivamente mais elaborados. A sua eficácia no desempenho de um pensamento rápido e proficiente pode ser constatado tomando como exemplo o um mestre de xadrez, quando este resolve instantaneamente problemas complexos ao efetuar uma jogada, pois constatamos que o que está mais intensamente ativado no seu cérebro é o córtex visual. Tal indica-nos que possui um gigantesco acervo de complexas matrizes visuais que lhe mostram disposições de peças sobre o tabuleiro e lhe indicam qual a jogada que se deverá seguir. Guardadas na memória, estas matrizes são instantaneamente acedidas através do cérebro no seu sistema ventral e resultam da sua aprendizagem durante as muitas partidas já realizadas. Poder-se-á, pois, dizer que a experiência prática é fundamental para a criação de um vasto acervo de matrizes e para viabilizar um funcionamento rápido do cérebro. Poder-se-ia até dizer que o mestre de xadrez já não tem de pensar, mas apenas que jogar, baseando-se na competência que adquiriu e que se exprime, na prática, num modo particular de ver.

Podemos ver, assim, que possivelmente o soldado romano utilizaria durante o combate o seu sistema ventral, utilizando - sem ter de pensar - as matrizes de combate adquiridas durante o seu treino e a sua própria experiência em batalha. O legionário deveria, então, lutar como o "mestre de xadrez" que sabe o que fazer sem ter de pensar e que processa respostas motoras com extrema velocidade, deitando mão ao seu património de matrizes sinápticas.

---

397 Bastaria para a compreensão da falta de adaptação do sistema ventral pensar na dificuldade que teria um condutor se os pedais do veículo passassem a estar noutra ordem. Tal obrigaria necessariamente a uma intervenção constante do sistema dorsal.

398 SIGMAN, 2017, pp. 156-157.

Este funcionamento do sistema ventral, que permite que haja uma resposta psico-motora associada às matrizes assimiladas, viabiliza o que, no jargão das neurociências, se designa por gesto técnico.

4.2.2.3. As Virtudes Marciais do Gesto Técnico

O gesto técnico poderia ser definido como o conjunto de movimentos físicos executados de forma coordenada para atingir um objetivo prático[399]. A qualidade do seu resultado depende de uma boa coordenação motora das diversas ações que o constituem[400].

No entanto, a compreensão e aprendizagem do gesto técnico pode não ser fácil, pois a sua duração é praticamente instantânea, dificultando o seu ensino. Só uma repetição continuada pode permitir que se domine um gesto técnico com proficiência.

A sua excelência de execução é em grande medida dependente de uma boa articulação de todos os movimentos implicados e o seu estudo deve ser sempre perspetivado como uma cadeia de ações motoras.

É caracterizado igualmente pela sua elevada precisão e a sua execução não deverá sofrer notórias variações, a fim de garantir que a similitude da experiência prática possa ser bem assimilada. Ele deverá ser sempre realizado sob o controlo de matrizes guardadas no sistema ventral[401], pois só este pode assegurar a sua boa execução devido à sua complexidade.

A repetição diária de um gesto técnico permite melhorar o seu desempenho, proporcionando ao executante uma maior segurança na sua aplicação[402], tal como podemos supor que deveria acontecer com o reportório de gestos e respetivas matrizes do legionário.

O seu ensino tem que ser realizado por quem o domine, tal como sabemos que acontecia nos treinos dos soldados que eram orientados pelos *campidoctores* que dominavam perfeitamente as técnicas de combate com as armas próprias do exército romano.

---

399 Muitas vezes o gesto técnico é associado a competências no âmbito do desporto referindo-se a determinados movimentos complexos com os quais se conseguem resultados surpreendentes. Estes exigem um grande domínio da dimensão motora e permitem ao desportista realizar tarefas complexas. Um caso paradigmático, tomando como exemplo o futebol, é o da trivela, em que o jogador chuta a bola com a parte exterior de um pé, de modo que esta tenha um pronunciado desvio lateral enquanto descreve um arco ao deslocar-se pelo ar.

400 Ucotrack.es - Sistema Óptico de Captura y Análisis del Movimiento en 3D. Gesto Técnico. Ver anexo 5.

401 BLUMENSTEIN; BAR-ELI; TENENBAUM, 2002, p. 5.

402 ZATSIORSKY, 2000, pp. 103-105.

Em certos casos poderá até ser necessário proceder ao exagero de alguns dos movimentos do gesto técnico a fim de que o aprendiz possa adquirir uma melhor resposta motora. Lembremos a este propósito que o treino dos soldados romanos era inclusivamente realizado com simulacros de madeira que pesavam o dobro das armas verdadeiras[403], a fim de lhes conferir maior destreza motora nos seus movimentos quando lutavam com as reais no campo de batalha.

À medida que o executante adquire uma perceção mais detalhada de como deve ser o gesto, vai compreendendo também a melhor forma de evitar possíveis lesões motoras resultantes da sua brusquidão.

Pode-se, portanto, dizer que o treino técnico empírico do legionário se deve ler dentro dos quadros psico-motores que nós compreendemos hoje como responsáveis por uma boa execução material de uma tarefa.

4.2.2.4. A Concisão Disciplinar da Legião

A disciplina era mantida no exército romano por um rígido código de regras previamente estabelecidas e bem conhecidas de cada legionário[404], sabendo este de antemão quais seriam as consequências do seu desrespeito. Qualquer infração era severamente punida[405], quer na assiduidade ao treino, quer em qualquer manifestação de insubordinação aos seus superiores hierárquicos, zelando-se assim pela manutenção de uma apertada ordem funcional que garantia o estrito cumprimento das ordens recebidas[406]. A severidade com que eram aplicadas as punições pretendia que nenhum legionário ousasse o não cumprimento imediato do que lhe era exigido[407].

---

403 VEG. 1.11.
404 FRONTIN. 4.1-2.
405 GOLDSWORTHY, 2011, p. 33.
406 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 104-105.
407 Os Romanos consideravam que as sevícias faziam parte do processo de aprendizagem e manutenção da disciplina, e tal se verificava mormente no ensino militar, levando a que os instrutores militares (*campidoctores*) tivessem a liberdade de espancar violentamente os seus pupilos, podendo até infligir-lhes graves ferimentos que por vezes poderia levar ao óbito. Se se verificasse uma desobediência grave no seio de uma coorte, o seu castigo poderia mesmo chegar à dizimação, escolhendo-se à sorte um indivíduo em cada dez para ser açoitado até à morte na presença dos companheiros. HEATHER, 2010, p. 9.

Uma das regras fundamentais desse regimento era a não demonstração de qualquer hesitação ou temor ante o inimigo, exigindo-se que cada homem tivesse um extremo controlo das suas emoções psicofisiológicas no momento do combate[408]. A fuga perante o adversário era frequentemente punida com a morte e esta, para que pudesse incutir maior humilhação aos faltosos, deveria ser executada pelos seus próprios companheiros.

Imagem 14 - Moeda comemorativa da Disciplina. O ofício militar aprende-se: é uma "disciplina", como a gramática ou a retórica; esse estudo não se pode fazer sem obediência, outro sentido da palavra "disciplina". Esta dupla noção adquiriu tal importância que acabou por convertê-la numa divindade: a Disciplina. [in LE BOHEC, 2013, lâmina 39]

Embora os generais romanos não gostassem de aplicar penas capitais coletivas, qualquer centúria que, por receio, se eximisse ao confronto seria submetida à pena de dizimação (*decimatio*: execução de uma décima parte) prevista no código de conduta do exército e que puniria os infratores com uma condenação à morte de parte dos seus elementos. Estes seriam escolhidos por um processo aleatório para que todos os legionários do grupo pudessem sentir todo o peso da punição durante o sorteio e não deveriam morrer pela espada, como qualquer soldado digno de honra, mas antes deveria ser realizada por um processo de lapidação. Os outros membros da centúria que não fossem dizimados seriam também submetidos a humilhantes castigos. A sua punição podia ser realizada através de várias penas como a sua ração diária passar a ser constituída apenas por cevada, em substituição do trigo, e muitas vezes eram excluídos do convívio com os outros companheiros ao serem forçados a montar as suas tendas no exterior do acampamento e ficando por consequência mais expostos ao perigo de uma investida do inimigo. Por vezes, os legionários castigados viam-se também forçados a tomar as suas refeições de pé, em vez de se poderem sentar ou reclinar, como era costume dos Romanos[409].

O regulamento militar era também implacável para os legionários que adormecessem durante os seus turnos de sentinela, mesmo que estivessem a dormir de pé apoiados no escudo, porque punham em causa a segurança de todos. Estes infratores eram liminarmente

[408] GOLDSWORTHY, 2003, p. 184.
[409] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 60-61.

condenados a pena de morte[410], e o mesmo acontecia aos que roubassem, ou que fossem apanhados em quaisquer práticas homossexuais[411].

O respeito pela instituição militar, pela exigência das suas obrigações e afazeres, adquiria assim um carácter de extrema importância, sendo intensamente incutido durante os anos de serviço, de modo a que o condicionamento psicológico criado pudesse sobrepor-se a qualquer temor, gerado pela extrema tensão inerente ao combate[412].

O soldado romano sabe que, assim que começa a batalha, entra de imediato num processo limite, onde a sua própria vida fica dependente do seu esforço individual, concretizado através da confiança e do empenho, em estreita colaboração com todos os seus companheiros[413]. Não dar o seu máximo para a obtenção da vitória torna-se praticamente uma sentença de morte, pois a derrota a isso condena, quer ela surja pelas mãos do inimigo, quer resulte da severidade do estrito cumprimento das leis da sua própria instituição militar. A vitória torna-se amiúde a única condição que poderia garantir a sobrevivência de cada legionário e tal consciencialização fazia com que cada um lutasse com o ímpeto próprio de alguém que, estando em perigo, deseja salvar-se[414].

O combate, que era o aguardado momento decisivo onde se jogava, em pouco tempo, toda a razão para a existência daquele universo de que fazia parte e que regulava toda a sua vida, faria com que cada soldado romano sentisse que não teria alternativa melhor do que aplicar toda a sua capacidade individual, na tentativa de que fosse possível uma rápida superação pelo coletivo da difícil experiência que era a própria batalha[415]. Era fundamental entregar-se ao combate com o desespero de quem tem necessariamente que vencer[416]. Integrava-se assim num sistema operacional que não o obrigava a ser racional em cada momento do confronto, pedindo-lhe até que não o fosse e apenas obedecesse a ordens[417]. Tal contexto conferia-lhe todas as condições práticas para que o seu empenho fosse total, racionalmente obnubilado como poderá ficar alguém que sabe que o melhor que pode fazer é manter-se firme no seu propósito, só assim tendo probabilidade de vencer esse jogo de morte[418].

---

410 PLB. 6.35.
411 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 60-61.
412 PLB. 6.37, para castigos em geral.
413 CAMPBELL, 2002, pp. 36, 65.
414 FRONTIN. 4.5.
415 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 72-73.
416 HANSON, 2002, pp. 23-24.
417 Flávio Josefo aponta como motivo da sua derrota, perante Vespasiano e Tito, na Primeira Guerra Judaico-Romana, a eficácia que o treino constante conferia às legiões. JOSEFO, 2.20.7, 3.5.1, 3.10.2.
418 LE BOHEC, 2013, p. 144.

Seria possível que o soldado romano tivesse até uma estranha sensação de que poderia ser tão ousado que lhe seria possível arriscar parte da sua própria segurança física, atendendo a que qualquer consequência resultante de o fazer, como um ferimento incapacitante, não acarretaria forçosamente a sua morte, pois todo o seu sistema militar providenciaria a sua rápida substituição e o seu transporte para local seguro[419]. Seria, pois, difícil que um exército pudesse formular um melhor conjunto de condicionamentos mentais e condições materiais que, sob a vasta capa da necessidade, à qual se somaria uma atávica inculcação de noções de honra e dever, pudesse capitalizar mais fortemente o esforço de cada soldado.

Não será, pois, de espantar a extrema brutalidade com que os legionários desempenhavam a sua tarefa de destruição[420], tão focados no seu intuito que não hesitariam em realizar, sem qualquer prurido, tudo aquilo que pudesse contribuir de alguma forma, para a total derrota do seu inimigo[421].

O eminente historiador militar inglês John Keegan chama-nos à atenção em particular para este brutal aspeto do combate dos soldados romanos, quando nos diz que a forma como o faziam poderia atingir um tal grau de ferocidade que ultrapassava em muito aquela que podemos reconhecer em muitos dos povos da Antiguidade[422].

Poder-se-ia mesmo dizer que, numa perspetiva histórica mais vasta, o seu tão extremado comportamento em combate só voltaria a ter paralelo com aquele que vamos encontrar muito mais tarde nos exércitos Mongóis ou Timúridas[423].

Os Romanos tomavam o confronto, fosse ele uma batalha ou um assédio de uma cidade, como um pretexto legítimo para justificar um total extermínio dos derrotados[424]. O historiador Políbio, que bem conhecia a realidade militar romana por ter acompanhado várias campanhas, descreve com detalhe, a título de exemplo, a brutalidade da intervenção das tropas de Públio Cornélio Cipião, mais tarde apelidado de "O Africano", quando este conquista, em 209 a.C., o grande bastião cartaginês de Nova Cartago na Hispânia, durante a Segunda Guerra Púnica[425]. Segundo aquilo que este historiador já apelidava como um costume romano, o procônsul Cipião teria ordenado aos seus legionários que se espalhassem pelas ruas da cidade e não poupassem ninguém, matando todas as pessoas que

[419] GOLDSWORTHY, 2009, p. 404; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 149, 240, 281, 304, 323.
[420] HEATHER, 2010, p. 15.
[421] LE BOHEC, 2015d, p. 353.
[422] KEEGAN, 2009, p. 347.
[423] KEEGAN, 2009, pp. 347, 349.
[424] MATTERN, 2010, p. 167.
[425] GONZÁLEZ, 2005, ("*Carthago Nova* II"), pp. 124; EGGENBERGER, 1985, ("*New Carthage*"), pp. 300-301.

encontrassem[426]. A brutalidade da intervenção dos seus homens foi de tal modo que os seus gládios, não só esquartejaram grande parte da população, como nem sequer os animais domésticos escaparam à sua sanha, podendo-se ver os respetivos membros e cabeças decepados e espalhados pelo chão[427].

Esta manifestação extrema de brutalidade tinha como objetivo aterrorizar todas as populações que ousassem pensar em desafiar o poder de Roma; John Keegan diz-nos que tal prática foi amplamente repetida, quer no campo de batalha, quer mesmo por vezes no tratamento impiedoso das cidades que capitulavam, com esperança de evitar um massacre[428].

Lembra-se ainda que os soldados macedónicos que tombaram na campanha que os Romanos realizaram em terras gregas, em 199 a.C., foram alvo de uma tal ferocidade que os corpos foram depois encontrados pelos seus companheiros a tal ponto desmembrados que estes não sabiam sequer como podiam reconstituir os cadáveres para proceder ao seu enterro[429], que consideravam configurar um dever sagrado[430].

Esta prática romana persistiu com frequência ao longo do século I a.C., a tomarmos como válida a interpretação que se pode fazer de muitos vestígios arqueológicos, como os que nos ficaram, por exemplo, do massacre ocorrido no castelo de Maiden, na região de Dorset, durante a segunda invasão romana da Britânia[431].

A dureza impessoal da vida dentro da máquina militar romana e a severidade de tratamento que impunha institucionalmente aos seus homens[432], tornou-se não só o modelo de todos os exércitos organizados, como criou o protótipo de uma instituição que era organizada de modo rígido e disciplinando todos os seus elementos ao mais estrito cumprimento de ordens em todos os níveis hierárquicos[433].

Diz-nos Tito Lívio[434]:

> «[…] [1] nevertheless the brutality of the punishment made the soldiers more obedient to their general; and not only were guard —duties, watches, and the ordering of outposts, everywhere

426 PLB. 10.15.
427 GOLDSWORTHY, 2011, p. 73.
428 KEEGAN, 2009, p. 348.
429 O'CONNELL, 1989, p. 85.
430 LIV. 31.34.
431 KEEGAN, 2009, p. 348.
432 GOLDSWORTHY, 2011, p. 76.
433 A prática romana de divinizar abstrações, como a Virtude, a Fortuna, a Honra, etc., levou a que existisse um culto à Disciplina, elevando-se-lhe altares nos acampamentos, a *ara disciplinae*, onde os soldados lhe prestavam a sua veneração. LE BOHEC, 2013, p. 159.
434 LIV. 8.8.

more carefully observed, but in the final struggle, as well, when the troops had gone down into battle, that stern act did much good.[…]»

O estrito cumprimento das ordens, bem como a demonstração de coragem, poderiam também ser alvo do que poderíamos designar por um "reforço positivo"[435], através da atribuição de louvores e condecorações (*coronas* e *phalerae*) aos mais esforçados[436]. Estas seriam também importantes formas de incentivar o desempenho dos legionários e a própria legião tinha estruturalmente os mecanismos para recompensar o esforço dos seus homens através de uma subida de estatuto no seio da hierarquia militar.

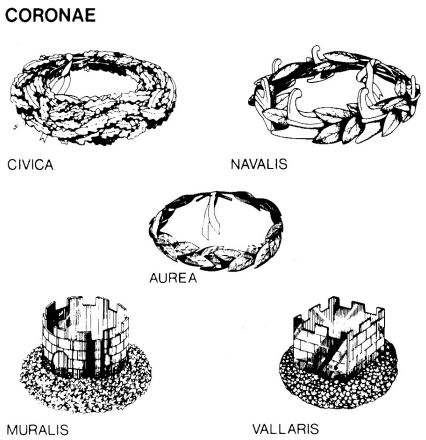


Imagem 15 - Condecorações romanas: coroas. Soldados e oficiais romanos recebiam recompensas: os primeiros pelas suas façanhas e os segundos pela simples participação numa campanha. Estas condecorações, que podiam ser acumuladas, tinham diferentes categorias. [in LE BOHEC, 2013, lâmina 12A]

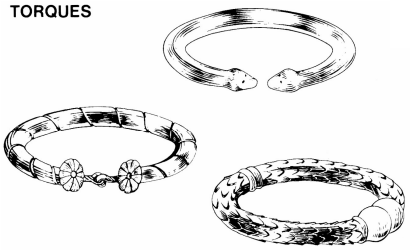


Imagem 16- Condecorações romanas: colares (*torques*). [in LE BOHEC, 2013, lâmina 12D]

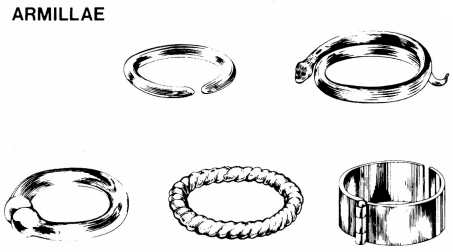


Imagem 17- Condecorações romanas: braceletes (*armillae*). [in LE BOHEC, 2013, lâmina 12E]

435 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 96-97.
436 GOLDSWORTHY, 2009, p. 60; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 51-52, 145-146, 301.

4.2.3. O Nascimento do Exército Romano Profissional

Só com a capacidade reformadora de Gaio Mário[437], cerca de 107 a.C., a legião encontrou a profissionalização[438] e a estabilidade definitiva com que o seu exército vai atuar durante a fase final da República e todo o Alto-Império, período em que atingiu um tão elevado grau de eficácia que ainda hoje nos deve espantar pelo enorme palmarés de vitórias!

Neste período, com os graves problemas ocasionados pela Guerra Címbrica[439], Roma vê-se forçada, pelas mãos de Gaio Mário, a aumentar e estabilizar, nas suas múltiplas dimensões, o modelo da legião. Este pretende capitalizar a experiência adquirida em combate, criando quadros militares permanentes, constituindo verdadeiras equipas de homens e respetivas chefias que, pelo treino[440] e experiência de combate, tivessem a oportunidade de adquirir uma dinâmica e confiança que eram quase impraticáveis num exército permanentemente desmobilizável.

Mário torna a coorte, esse conjunto formado por três manípulos[441] (ou seja, por seis centúrias)[442], a unidade tática rainha e dá aos seus homens a possibilidade de uma duradoura carreira militar[443]. Ao mesmo tempo, Mário regula e uniformiza a estrutura do modelo, quer na tipologia dos combatentes, quer nas armas e no equipamento.

---

437 MONTEIRO, 2009b, nota 174, pp. 449-451.

438 GOLDSWORTHY, 2003, p. 46; GOLDSWORTHY, 2011, p. 153.

439 A Guerra Címbrica, entre a República Romana e as tribos germânicas dos Cimbros e dos Teutões, foi travada entre 113 e 101 a.C. Estes povos migraram da península da Jutlândia, atual Dinamarca, para o território romano criando, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Púnica, uma séria ameaça para Roma. A vitória foi romana tendo esta guerra tido consequências marcantes na organização dos seus exércitos e nas políticas internas de Roma, contribuindo bastante para a carreira política de Gaio Mário (GRIMAL, 1993, p. 46; CONNOLLY, 1998, p. 210; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 160-169.).

440 Sobre a importância atribuída por Gaio Mário à disciplina e treino: FRONTIN. 4.2.2.

441 Na República Tardia o manípulo, como unidade tática básica da legião, foi substituído pela coorte, composta por um manípulo de hastados, um de príncipes e um de triários.
Embora se admita habitualmente que, para o século III a.C., a coorte era o conjunto de três manípulos, parecendo ser esta a leitura mais legítima resultante dos textos clássicos de Políbio e Tito Lívio, a sua definição não se deverá restringir a esta interpretação. O significado de coorte deverá assim ser lido com maior flexibilidade nesta cronologia, atendendo a que não existem nos textos indicações de que o termo remetesse necessariamente para uma subdivisão permanente da legião. Além disso, observamos que o termo poderia ser atribuído para descrever qualquer formação ad hoc que fosse maior do que um manipulo, embora, no entanto, seja possível que os destacamentos (*vexilationes*), formados por três manípulos, fossem uma prática comum. GOLDSWORTHY, 2009, pp. 55-56.

442 GOLDSWORTHY, 2011, p. 154.

443 CHRISTOL; NONY, 2000, p. 111.

A aquisição das armas ofensivas e das defesas de corpo passa então a ser da responsabilidade do Estado[444], deixando de depender das condições económicas individuais de cada soldado.

Se os cidadãos romanos já recebiam, desde o início do século IV a.C., um soldo durante a sua permanência no serviço militar, instituído por Marco Fúrio Camilo[445] no período das guerras com os Etruscos, com a institucionalização de um pagamento regular, assegurado pelos cofres da República, Mário passou a poder contar com um número muito superior de homens nas suas legiões.

Para poder integrá-los, passou a admitir como aptos para o serviço todos os homens, independentemente do seu estatuto social[446], procurando reforçar cada vez mais os dois pilares do treino[447] e da disciplina que foram sempre os aspetos fundamentais para a alta qualidade do seu desempenho.

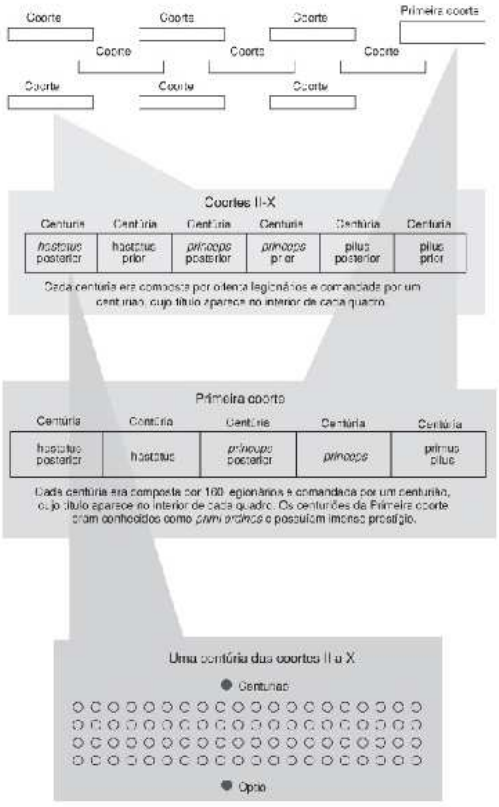


Imagem 18 - Esquema de uma legião imperial (coorte). [in GOLDSWORTHY, 2011, p. 335]. O desenho pormenoriza cada uma das partes constituintes de um típico exército da época do Principado. Em três sucessivos "zooms" são destacadas a formação das coortes II-X, da Primeira coorte, e a de uma centúria das II-X coortes.

Abrindo-se assim as carreiras militares a todos os cidadãos e não só aos possuidores de terras, Roma passou a poder exigir uma entrega absoluta às atividades bélicas, submetendo os seus soldados a um exigente programa de treino diário permanente[448].

Pensamos que se poderá dizer que, mesmo antes das reformas de Mário, entre os séculos III e I a.C., os processos de combate terão sido racionalizados e progressivamente submetidos a um aperfeiçoamento, através de uma observação de resultados e integração de

444 GOLDSWORTHY, 2011, p. 158.
445 Marco Fúrio Camilo (c. 446 – 365 a.C.) foi um destacado político nos primeiros anos da República Romana, tendo sido eleito tribuno consular por seis vezes e cinco vezes nomeado ditador. Segundo Lívio e Plutarco, foi agraciado cinco vezes com um triunfo e recebeu o título de "Segundo Fundador de Roma". PLU. *Camillus*, 1.1; LIV. 5.10.
446 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 152-153
447 Sobre os métodos de treino: VEG. 1.11-19.
448 GOLDSWORTHY, 2011, p. 158.

novos elementos táticos, à medida que o seu universo de contendores se foi diversificando, tal como aconteceu com o Império Selêucida de Antíoco III[449], a Macedónia do rei Perseu[450], as tribos gaulesas[451] ou os rebeldes hispânicos da Península Ibérica[452].

Nesta perspetiva, o cada vez maior contacto com um número crescente de adversários, com diferentes tipologias de armas, com os seus modelos de combate e cadeias de comando[453], permitiu aos Romanos assimilar elementos que se vieram a tornar essenciais na estrutura tática do seu exército. O seu espírito de profundo pragmatismo levou, sem que sentissem qualquer rebuço, à adoção do que lhes parecia oferecer uma melhoria na qualidade do seu tipo de combate[454]. Assim adotaram o perfil dos capacetes gauleses, dos grandes escudos samnitas, e sobretudo o que, estamos convencidos, julgamos que pode ser

[449] Antíoco III (c. 241-187 a.C.) foi um rei selêucida, que governou entre 223 a.C. e a sua morte. Na sequência da sua invasão do reino de Pérgamo e da Trácia, em 198 e 196 a.C., respetivamente, Roma exigiu a sua retirada da Europa. Tendo ele recusado, iniciou-se uma guerra que seria ainda agravada por este rei ter acolhido na sua corte, Aníbal Barca, o indefetível inimigo de Roma que fora derrotado na Segunda Guerra Púnica. Foi definitivamente vencido pelos Romanos na Batalha de Magnésia, em 189 a.C. e na sequência da qual foi celebrado o Tratado de Apameia. Pelas suas cláusulas, o Império Selêucida perdeu toda a Ásia a oeste do Tauro, ficando ainda Antíoco III com a obrigação de pagar uma indemnização de 15 mil talentos a Roma. Teria igualmente de ceder todos os seus elefantes de guerra e de entregar o seu filho Antíoco IV como refém para garantia do cumprimento do acordo de paz. GONZÁLEZ, 2005, ("*Magnesia ad Sipylum* I"), pp. 455-456.

[450] Filho de Filipe V, Perseu (cerca de 212-165 a.C.) foi o último rei da Macedónia, tendo pertencido à dinastia antigónida, linhagem que terá tido início logo após a morte de Alexandre, "O Grande" e que terminou com a Batalha de Pidna (168 a.C.).
O reino da Macedónia e Roma entraram em conflito durante aquela que ficou conhecida como a Terceira Guerra Macedónica (171-168 a.C.). tendo culminado com a anexação daquela como uma província do Império Romano. Após a sua derrota definitiva na Batalha de Pidna, o seu rei Perseu viu-se forçado a render-se ao general romano Lúcio Emílio Paulo que por tal obteve o epíteto de "Macedónico". GONZÁLEZ, 2005, ("*Pydna* I"), pp. 542-543.

[451] Nestes confrontos, devemos considerar de forma prioritária as que historiograficamente se designam por Guerras da Gália (ou Gálicas), como a série de campanhas de Júlio César iniciadas em abril de 58 a.C. e finalizadas durante a primavera de 52 a.C., quando, após um cerco de dois meses, César se apoderou de Alésia e aprisionou Vercingetórix, líder dos Gauleses. Estas campanhas permitiram estabelecer o domínio romano sobre a Europa a oeste do rio Reno (Gália Transalpina) LE BOHEC, 2001; CAES. *Bell. Gall.*; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 233-267.

[452] A difícil romanização da Península obrigou as legiões romanas a despenderem um prolongado esforço para conseguirem submeter estes indomáveis povos que, em consecutivas guerras, como as ditas Celtibéricas, Cântabras ou Lusitanas, resistiram com veemência às tentativas romanas de dominar os territórios peninsulares. Quanto às guerras que os Romanos tiveram de sustentar no ocidente peninsular com as tribos lusitanas, decorreram numa cronologia que vai desde o ano 194 a.C. até ao ano em que poderíamos identificar a morte do seu principal caudilho, Viriato, em 139 a.C. Nestes confrontos podemos salientar as Guerras Celtibéricas e as Guerras Lusitanas. As primeiras culminarão com o assédio a Numância, iniciado na primavera de 133 a.C., liderado pelo cônsul eleito em 134 a.C., Públio Cornélio Cipião Emiliano, (BLÁZQUEZ, 1978, p. 90) no qual muitos morreram de inanição ou se suicidaram, enquanto os poucos sobreviventes ficaram reduzidos à escravatura. Quanto às segundas iniciam-se em 194 a.C., quando Públio Cornélio Cipião Nasica derrotou um grupo de lusitanos próximo de Ilipa (LIV. 35.1), concluindo-se, como referido, em 137 a.C.

[453] GOLDSWORTHY, 2003, p. 48.

[454] FEUGÈRE, 2002, pp. 70-73, 76-78, 108-113.

considerado o mais relevante dos seus elementos táticos: a adoção da pequena espada conhecida como gládio hispânico[455] (*gladius Hispaniensis*).

O esforço do exército romano passou então a ser direcionado para que cada legionário se tornasse uma peça bem articulada de uma grande máquina militar inteligente e rápida[456], que confiava plenamente nas suas capacidades, nas suas chefias e apresentava múltiplos recursos táticos.

Poder-se-á mesmo dizer que, o mais importante em todo este processo de aprendizagem e de integração de novas conceções táticas, foi realizado com uma tão grande mestria que o modelo, nomeadamente a partir da reforma de Gaio Mário, adquiriu uma estabilidade que lhe veio a permitir funcionar durante séculos sem praticamente ser necessário reformular qualquer dos seus fundamentos.

Dir-se-ia mesmo que a estabilidade do Império se alicerçou na força das suas legiões, moldadas neste modelo, e que a notória perda de competência militar, que se pode observar durante o Baixo-Império, se poderá em grande medida ficar a dever a mudanças profundas na sua estrutura.

Apesar de todo este longo processo de evolução e progressiva assimilação, os militares romanos tiveram a capacidade de criar um modelo original, que teve a virtude de ser absorvido profundamente, não só pela cultura romana, mas especialmente pela própria mentalidade dos seus soldados, ao demonstrarem a total confiança que lhe dedicavam. A legião manipular não foi, pois, uma coleção de recursos heteróclitos que foram meramente acrescentados a um modelo pré-existente. Pelo contrário, ela foi antes um sistema onde todas as suas partes estavam notavelmente articuladas numa conceção global de como se deveria fazer a guerra[457].

4.2.3.1. O Papel das Tropas Auxiliares

Gravitando sempre em torno do "núcleo central" (que era constituído pela infantaria pesada), as tropas auxiliares de infantes e cavalaria faziam, no entanto, parte integrante do

[455] Acerca da importância da utilização do gládio, a pequena espada que se veio a tornar característica do seu tipo de combate, elaboraremos no capítulo 8 uma análise detalhada, procurando aferir de que modo a sua utilização poderá ter influenciado a estrutura da legião e permitir um inovador e eficaz sistema de luta.
[456] GOLDSWORTHY, 2003, p. 47.
[457] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 48-49.

dispositivo tático da legião[458], não havendo casos de batalhas relevantes onde estas não tivessem estado presentes e dado o seu contributo.

É bem possível que se possa afirmar que a dinâmica criada entre a simultaneidade de uma estrutura tão rígida como a infantaria pesada, que era o eixo fundamental do sistema de combate romano, e a flexibilidade dos corpos das tropas auxiliares possa ter sido uma das mais-valias que terá contribuído para o sucesso da legião.

No entanto, embora gravitassem sempre em torno da infantaria pesada, protegendo-lhe os flancos, a sua distribuição era realizada segundo variadíssimas coordenadas táticas, que podiam ir da tentativa de flanquear o exército adversário, até ao aproveitamento das particularidades acidentais do relevo, a fim de encontrar o melhor posicionamento para corpos auxiliares munidos de projéteis.

A distribuição tática destas tropas auxiliares e da cavalaria era assim realizada caso a caso, depois da observação das condições práticas no terreno e do perfil tático do inimigo, sendo orientada pelo general e pelos comandantes de cada destacamento[459].

A origem do recrutamento destas tropas auxiliares remonta a longínquos tempos republicanos, quando Roma, seguindo a tradição grega, começou a convocar um número crescente de mercenários[460]. Mantiveram sempre este estatuto de auxiliares, devido a não possuírem cidadania romana e foram, desde logo, convocados em massa, a partir dos povos itálicos submetidos e que povoavam as cidades situadas em torno de Roma[461]. Esta, quando conquistava os seus territórios, não submetia habitualmente estes indivíduos à escravatura[462], dando-lhes antes a possibilidade de se tornarem homens livres dentro do Império, desde que estivessem dispostos a lutar ao lado das suas legiões[463].

---

458 CHEESMAN, 1971, p. 10.

459 É de salientar que alguns dos adversários dos Romanos, atribuíram a fatores superficiais as poderosas virtudes militares da legião, procurando emulá-la com os seus exércitos em aspetos genéricos, como o tipo de armamento, a ordem de batalha, a utilização de estandartes, ou as cadeias de comando. Tais esforços foram sempre debalde, pois a virtude marcial romana estaria baseada em outras virtualidades que em muito transcendiam estes aspetos exteriores. A sua excelência decorria assim da sua extrema disciplina e de um treino prolongado e constante ao longo de anos, características impossíveis de emular superficialmente. Recordemos a este propósito a tentativa realizada pelo rei númida Sífax após ter regressado à sua capital depois de parte do seu exército ter sido destruído por Cipião, "O Africano", no estratagema de Bagrades. Tendo ainda a possibilidade de mobilizar muitos milhares de homens, Sífax tentou protelar a sua queda procurando enfrentar os Romanos armando e organizando o seu exército com a mera imitação dos aspetos exteriores do exército romano, sem conseguir com isto mais do que uma estrondosa derrota (HART, 2006, p. 116).

460 CHEESMAN, 1971, pp. 7-8.

461 BRADFORD, 2001, p. 168.

462 O'CONNELL, 1989, p. 88.

463 CHEESMAN, 1971, p. 16.

Estes auxiliares foram adquirindo cada vez mais um importante papel tático, nomeadamente na arma de cavalaria, onde o exército de cidadãos romanos não investia de forma tão entusiástica[464]. Roma procurava assim capitalizar as capacidades que a tradição hípica de outros povos já há muito tinha consagrado através do seu treino e perfil bélico, apresentando estes excelentes guerreiros montados que eram particularmente dotados para este tipo de arma, tal como o foram os Gauleses, os Hispânicos ou até mesmo os Germânicos[465].

No final da República, nomeadamente nas campanhas fora da Itália, ainda assistimos a um maior alargamento do âmbito do apoio de tropas auxiliares nas legiões, procedendo-se ao recrutamento de efetivos alistados em reinos derrotados ou mesmo em tropas locais[466], que tinham a vantagem de conhecer bem o terreno, mas mantendo-se preferencialmente o importante auxílio dos antigos aliados de Roma, conhecidos por *socii*.

A grande reforma de Gaio Mário também teve profundo reflexo nas tropas montadas, pois a necessidade de recrutar infantes depois das desastrosas batalhas contra os Cimbros e os Teutões[467] fez com que Roma deixasse de investir em grandes contingentes de cavalaria legionária, incrementando cada vez mais a utilização de auxiliares para servirem como tropas montadas. A este respeito, George Cheesman refere[468]:

> «[…] After the reforms of Marius the legion had no cavalry attached to it, and if the Italian contingents still existed, they must likewise have disappeared when, in consequence of the extension of the franchise in 90 and 89 B.C., the former *socii* were all enrolled in the legions. From this moment the Roman generals depended for their cavalry upon the *auxilia* alone. […]»

Desde então, o papel das tropas auxiliares foi-se incrementando e ganhando mesmo competências autónomas, quer nos desenvolvimentos táticos da batalha, quer na manutenção da ordem e gestão administrativa dos territórios do Império, dispensando até muitas vezes a presença de corpos legionários[469].

---

464 CHEESMAN, 1971, pp. 7, 9.
465 CONNOLLY, 1998, p. 215.
466 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 203-205; GOLDSWORTHY, 2010, pp. 119, 157, 268-269, 318, 330, 334, 346, 348, 382, 396, 452.
467 CHRISTOL; NONY, 2000, pp. 117-118.
468 CHEESMAN, 1971, p. 10.
469 Os (em teoria) independentes monarcas dos reinos clientes foram autorizados e incentivados a manter exércitos, muitas vezes de tamanho considerável, sob o seu próprio controlo; muitas vezes conduziam eles próprios contingentes que eram chamados a convocar para ajuda às tropas regulares, quando as hostilidades decorriam perto de suas fronteiras (CHEESMAN, 1971, p. 15).

A autonomia de funcionamento tático que os Romanos proporcionavam a estes corpos auxiliares tinha o intuito de aproveitar ao máximo o potencial da sua capacidade bélica em áreas especializadas, permitindo que cada um destes grupos lutasse nas alas da legião segundo o seu modelo de combate, sob os seus comandantes e empunhando as suas armas tradicionais[470].

Tratava-se da compreensão de que, fora do âmbito da rígida disciplina em que era moldada a infantaria pesada e à qual os corpos auxiliares dificilmente se adequariam, quer por disposição de carácter, quer por estarem condicionados pelo seu tradicional modo de luta, seria melhor, para rentabilizar a sua competência, que lhes fosse dada uma certa autonomia durante a batalha, desde que as suas intervenções obedecessem às ordens do general e se articulassem com o desenvolvimento tático protagonizado pela infantaria pesada.

Os auxiliares tornaram-se assim particularmente importantes, nomeadamente para apoiar Roma em conflitos prolongados, tal como aconteceu na Guerra das Gálias[471], durante a qual Júlio César se viu forçado a deitar mão a um número crescente de indivíduos de diferentes etnias[472]. O conquistador das Gálias pôde contar, assim, com a ajuda de fortes contingentes de cavalaria pesada germânica[473], que foram decisivos para apoiar o cerco dos Romanos a Alésia[474], bem como grupos de tropas montadas gaulesas[475], hispânicas[476] e até mesmo com os rápidos cavaleiros da Numídia[477].

Também como tropas apeadas, os auxiliares tinham competências fundamentais para o bom sucesso das armas romanas, como por exemplo infantaria ligeira de atiradores,

---

[470] Uma liberdade semelhante, em relação ao controlo direto dos oficiais romanos, foi concedida aos chefes de algumas das tribos das fronteiras, que foram autorizados a liderar os seus próprios membros do clã durante a batalha (CHEESMAN, 1971, p. 16).

[471] A enorme riqueza que Júlio César teve oportunidade de acumular durante as suas campanhas na Gália (LE BOHEC, 2001, p. 162) permitia-lhe realizar a contratação de uma imensa plêiade de mercenários que foram fundamentais para fazer frente aos difíceis desafios que este tão vasto território oferecia. Mesmo para a realização do decisivo cerco a Alésia, em 52 a.C., o comandante romano pôde contar com o auxílio de um corpo de cavalaria germânica que desempenhou um relevante papel no sucesso da sua campanha. Estas tribos germânicas, embora oriundas de territórios além Reno e que, portanto, ficavam situadas no exterior do Império, eram temidas pelos Gauleses devido à grande capacidade física dos seus homens e pela sua mestria na equitação.

[472] LE BOHEC, 2001, pp. 85-88.

[473] CAES. *Bell. Gall.* 7.13, 65; LE BOHEC, 2001, pp. 270-281.

[474] FIELDS; DENNIS, 2014, pp. 11, 34, 60-63.

[475] CAES. *Bell. Gall.* 3.18.

[476] CAES. *Bell. Gall.* 5.26.

[477] CAES. *Bell. Gall.* 2.7, 10, 24.

nomeadamente fundibulários das Ilhas Baleares[478] e arqueiros de Creta[479], corpos temidos pela sua cadência de tiro e incrível pontaria[480].

4.2.3.2. As Especificidades da Primeira Coorte

Sabemos que a primeira coorte era a principal e que se localizava sempre à direita na ordem de batalha. A reforçá-la ficavam os que eram considerados os melhores soldados da legião[481], para além do facto de ser comandada pelo prestigiado chefe dos centuriões[482], conhecido por Primeiro Pilo (*Primus Pilus*)[483], cargo que tinha uma importância fundamental nas decisões práticas do combate[484].

A primeira coorte era um elemento fundamental para a legião, pois era a partir do seu posicionamento no terreno que todos os outros manípulos se organizavam progressivamente de modo a estabelecerem a sua ordem.

A décima coorte, situada no extremo oposto, seria, por oposição, aquela que acolhia os novos recrutas; o seu bom comportamento e coragem deveria fazê-los progredir, pouco a pouco, ao longo de muitos anos de serviço, até atingirem o relevante estatuto que decorreria da sua integração na primeira coorte.

Julgamos mesmo que a relevância da primeira coorte deveria ser, para além da tradicional importância tática que possuía o flanco direito, o estatuto que conferia ao legionário, sendo esta uma das principais razões para se admitir que, na segunda metade do

---

478 CAES. *Bell. Gall.* 2.7, 10, 19.
479 CAES. *Bell. Gall.* 2. 7, 10, 19.
480 FEUGÈRE, 2002, pp. 41-42.
481 VEG. 2.21.
482 MONTEIRO, 2009a, p. 55.
483 Também conhecido por *primipilos* "primipilo".
Conforme MONTEIRO, 2009b, nota 85, p. 417, a livro 2.8, p. 227: «[…] No Alto-Império, no interior de cada uma das 10 coortes de que se compunha uma legião (a primeira coorte tendo cinco centúrias, e as restantes seis, como já sabemos) havia os seguintes seis títulos (por ordem decrescente de dignidade): *pilus prior* > *princeps prior* > *hastatus prior* > *pilus posterior* > *princeps posterior* > *hastatus posterior*. E, no caso específico da primeira coorte, os seguintes cinco títulos: *primus pilus* > *princeps prior* > *hastatus prior* > *princeps posterior* > *hastatus posterior*. O *primus pilus* da primeira coorte era, simultaneamente, o primeiro graduado da categoria dos centuriões em toda a legião (*centurio primi pili*). […]»
484 LE BOHEC, 2013, p. 59.

século I d.C., possuísse o dobro dos efetivos das outras coortes[485]. Integrá-la seria assim, possivelmente, a ambição de todos os legionários[486].

A maioria destes homens não podia sequer ter aspirações de enveredar por uma carreira de oficial, estando-lhes assim vedada a possibilidade de uma promoção a centurião ou mesmo a seu auxiliar (*optio*)[487]. Apesar de muitos deles terem uma vasta experiência adquirida ao longo de muitas campanhas e poderem mesmo ter a coragem e o carisma de comando para liderarem uma centúria, esta estar-lhes-ia administrativamente vedada pelo facto de serem iletrados. Uma das condições para o centuriato era precisamente a exigência de que estes oficiais dominassem a leitura, por forma a poderem aceder aos regulamentos, a poderem proceder ao registo, fiscalização e distribuição das tarefas que estavam adstritas aos seus homens e ainda terem acesso a quaisquer mensagens escritas, que lhes fossem endereçadas[488].

Sendo assim, o movimento ascensional prestigiante que cada legionário poderia realizar ao longo da sua subida pelas coortes terminaria inevitavelmente na primeira, para onde tenderiam a ascender de forma natural todos os melhores soldados. Caso não se verificassem razões práticas para uma despromoção, um soldado não seria submetido ao

---

485 Peter Connolly refere que, nos finais do século I d.C., a dimensão da legião teria ascendido a cerca de 5.500 homens divididos em dez coortes. A primeira coorte tinha cinco centúrias, com cerca de 160 homens cada. As outras coortes tinham seis centúrias, com cerca de 80 homens cada. Cerca de 120 cavaleiros estavam associados a cada legião. CONNOLLY, 1998, pp. 216-217.

486 As razões que levaram os Romanos a dar uma tão grande importância à coorte da direita não parecem ter uma justificação clara do ponto de vista estritamente tático. Seria natural, no entanto, que se estabelecesse uma coorte que pudesse servir de guia para o posicionamento de todos os outros corpos durante o processo de formação da ordem de batalha. Do ponto de vista estritamente tático, poder-se-ia pensar que o lado esquerdo da infantaria poderia funcionar igualmente como referência, mas a tradição cultural romana sempre atribuiu ao lado direito um perfil positivo, enquanto o esquerdo era considerado o seu contrário. Naturalmente que esta distinção, que tinha até contornos religiosos e divinatórios, se refletiria na escolha do lado que tomaria a primazia, atribuindo-lhe todas as condições para que os manípulos que constituíam esta coorte pudessem ter um desempenho notável, tendo mais e melhores efetivos. Não deveremos mesmo esquecer que o lado direito, que tinha uma importância vital na leitura dos arúspices, era prerrogativa de Zeus, cujo voo das águias, seu animal particular, comunicava aos Romanos a sua vontade conforme se deslocava pela direita ou esquerda de quem as observava. Além disso, no contexto militar, poder-se-ia falar mesmo de uma herança de valorização do lado destro, visto ele realmente ser importante no contexto das guerras entre as falanges gregas. Este lado era habitualmente o mais forte, possuindo os melhores guerreiros, que, empurrando com a sua pujança o lado esquerdo mais fraco do adversário, levavam à famosa "dança das falanges", executando estas um progressivo movimento de rotação no sentido contrário aos ponteiros do relógio, devido à unidade resultante da sua grande compactação (KEEGAN, 2009, p. 325; MONTEIRO, 2014, p. 22). Os comandantes gregos tinham até uma leitura notoriamente supersticiosa associada ao lado direito, tendo a convicção de que deveriam comandar as suas tropas sempre deste lado para serem favorecidos pelos deuses e obterem assim a vitória, tal como aconteceu na importante Batalha de Queroneia (338 a.C.), em que Filipe II da Macedónia derrotou Atenienses e Tebanos e se tornou senhor de toda a Grécia (EGGENBERGER, 1985, ("*Chaeronea* I"), pp. 84-85).

487 Conforme escreve Adrian Goldsworthy o *optio*, sendo o vice-comandante do centurião, provavelmente colocava-se na retaguarda da unidade e ajudava a manter a formação. GOLDSWORTHY, 2009, p. 55.

488 GOLDSWORTHY, 2003, p. 78.

desprestigiante movimento de descer na hierarquia das coortes, pois este processo faria com que estivesse assegurada a sua permanência na coorte principal.

Dir-se-ia mesmo que o aumento exponencial dos efetivos desta primeira coorte – localizada à direita e, portanto, com todos os requisitos positivos inerentes à leitura romana desta posição – implicaria alguma resiliência na assimilação de novos elementos, devido precisamente a esta especificidade da própria estrutura hierárquica da legião. As primeiras coortes seriam também a porta de saída do serviço militar dos melhores soldados que integravam as legiões quando estes atingiam o limite dos habituais 25 anos de tempo de serviço.

O sobredimensionamento das primeiras coortes – que, nesta cronologia, normalmente detinham o dobro dos efetivos das suas congéneres – proporcionava uma capacidade de combate particularmente poderosa ao flanco direito, podendo este facto justificar, talvez, que estas estivessem privadas de uma sexta centúria na sua retaguarda.

4.2.4. Ordens de Comando da Legião, Sinais Visuais. Os Estandartes: O *Signum* e a Águia

A posição da centúria era facilmente identificável para os seus homens pelo estandarte ou *signum*[489] que a representava e que, mesmo no meio da refrega, era visível para todos, indicando a cada soldado qual a zona do combate onde era esperado e necessário que combatesse. O *signum*, estandarte no topo do qual frequentemente está representada uma mão direita aberta[490] e que se pode considerar como centro de gravidade de cada centúria, não só serve de referência a cada soldado para indicar o local onde se encontra o seu centurião e os seus companheiros mais próximos, como indica onde a centúria se deve posicionar naquele preciso momento no contexto da refrega. Permitia igualmente que esse grupo de homens recuasse ou avançasse conforme o seu posicionamento, mantendo a coesão em toda a área onde essa centúria atuava, preenchendo funcionalmente uma parte pré-estabelecida na parede de escudos. Tal permite pensar que as centúrias podiam executar movimentos independentes de avanço e recuo e que deveriam ter mesmo alguma capacidade

[489] LE BOHEC, 2002, p. 51. Cada manípulo (agrupamentos de duas centúrias legionárias) possuía um *signum* (bandeira ou estandarte), que era empunhado por um *signifer*, a quem competia indicar o caminho a seguir, tanto na marcha como no combate, tendo ainda algumas tarefas de vigilância a desempenhar no interior do acampamento, em torno dos depósitos de dinheiro e do mercado. GOLDSWORTHY, 2009, p. 55.

[490] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 54, 68.

de movimento lateral, para reforçarem ataques concentrados em determinadas áreas e que necessitassem de uma maior concentração de efetivos romanos.

O *signum* era o estandarte operacional responsável pelo funcionamento da legião e consistia numa haste encimada por uma mão direita humana e na qual estavam colocados alguns círculos (*phalarae*) que apresentavam números e ainda outros elementos. A interpretação do significado de todas estas figuras continua a ser obscura[491], sendo-o já para os Romanos do Baixo-Império, que os manteriam por tradição. Talvez os números pudessem ser a referência ao tipo de unidade a que pertenciam, como uma coorte, manípulo ou centúria, bem como a posição que esta ocuparia na ordem de batalha. O significado da mão que a encimava poderia ser uma referência ao gesto romano de saudação, ao juramento de fidelidade dos legionários ao centurião ou, talvez, uma alusão à proteção dos soldados pela mão de Júpiter.

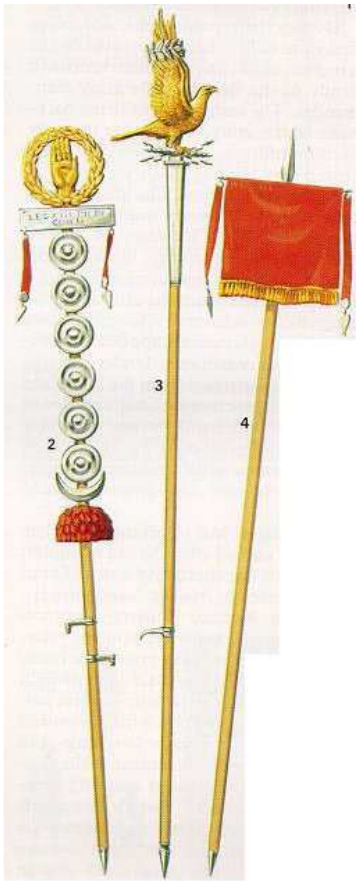


Imagem 19 - Reconstituições de estandartes romanos: 2. *Signum*, 4. *Vexillum* (ambas baseadas na Coluna de Trajano); 3. Águia (baseada na lápide do túmulo de *Gnaeus Musius*) [in, CONNOLLY, 1998, p. 219].

Este estandarte, após as reformas de Gaio Mário, era encimado por uma águia, por vezes conjuntamente com a insígnia da coroa romana[492], tendo por baixo as letras representativas do povo romano SPQR (*Senatus Populusque Romanus*). A partir do principado de Augusto estas letras terão sido substituídas pelo nome do imperador que reinava nesse momento.

A águia que, a partir das reformas de Gaio Mário, foi usada enquanto insígnia das legiões romanas[493], estava confiada à primeira coorte, permanecendo no acampamento e só saindo dele quando toda a legião se deslocava[494]. Para a proteger e defender a qualquer custo existia um suboficial, o *aquilifer* [495].

491 GOLDSWORTHY, 2003, p. 134.
492 FEUGÈRE, 2002, p. 48.
493 GOLDSWORTHY, 2011, p. 153.
494 CONNOLLY, 1998, pp. 218-219.
495 FEUGÈRE, 2002, p. 47.

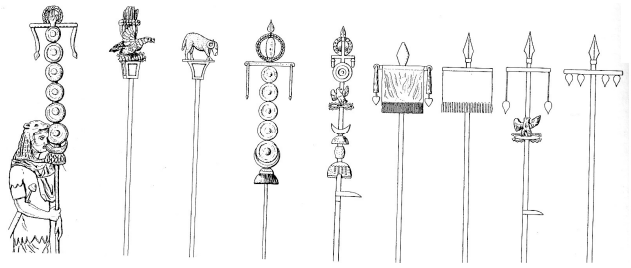


Imagem 20- Reconstituições de estandartes romanos. [in FEUGÉRE, 2002, p. 50]

A águia era mais do que um símbolo[496], mais do que a representação do espírito militar que dava corpo a uma legião, pois ela era um objeto, uma manifestação física do sagrado, possível de ser vista em simultâneo por todos durante a parada e erguia-se como uma bênção sobre as cabeças daqueles que eram os seus eleitos.

Dir-se-ia que não andaríamos longe do verosímil se admitíssemos que Gaio Mário poderia, já em 104 a.C.[497], ter realizado esta atribuição das águias com a consciência do seu profundo efeito nos espíritos lhanos destes homens, que iam lutar pela glória de Roma, incrementando a sua dedicação e incentivando muito a competitividade entre as legiões, quanto à sua coragem e competência militar, corporizada nos pergaminhos do passado glorioso de cada uma.

É também de salientar a profunda força da uniformização do símbolo, num mesmo animal de caráter totémico, tendo sido abandonados muitos outros que eram usados anteriormente como representações da sua força militar, como o lobo, o minotauro, o cavalo e mesmo o javali[498]. A águia legionária passou assim a incorporar a universalidade do orgulho e força militar do exército romano[499], sendo o ouro naturalmente escolhido como o mais adequado material para a sua feitura[500], ele que fora sempre considerado como o mais rico e perfeito metal. Embora algumas das suas representações também fossem concretizadas em prata, o ouro era claramente o metal que expressava toda a dignidade inerente a este símbolo, atendendo a que este animal era o que, no contexto da religião politeísta, se atribuía a Júpiter[501], pai dos deuses olímpicos e no qual, segundo se acreditava, este muitas vezes se transformava para surgir auspiciosamente aos olhos dos mortais. Esta grande "rainha das aves", com o seu porte nobre, servia muitas vezes como animal pressagiador do resultado

496 VEG. 2.13.

497 FEUGÈRE, 2002, p. 47.

498 GOLDSWORTHY, 2003, p. 47; GOLDSWORTHY, 2011, p. 153; nesta passagem o autor refere o touro no lugar do minotauro.

499 O soldado romano estava vinculado às suas "águias" por juramentos de fidelidade que tinham carácter religioso e o faziam cumprir escrupulosamente as suas obrigações. Quando terminava a sua instrução, jurava pela sua honra seguir as insígnias da sua legião sem nunca as abandonar, mesmo que tivesse de morrer em sua defesa. O espírito de grupo que tal juramento permitia estabelecer com os companheiros na defesa da honra da sua legião tornava-se o pilar fundamental da sua vida, conferindo-lhe um grau de dedicação que poucas vezes seria igualado no contexto dos exércitos adversários. HEATHER, 2010, p. 9.

500 CONNOLLY, 1998, pp. 218-219.

501 SCHMIDT, 2015, pp. 35, (Asopo) 46, (Aves) 51, (Ganimedes) 124 (nesta obra o autor refere Zeus).

futuro de eventos importantes[502], sendo o seu voo lido pelos arúspices que viam[503], na sua deslocação pela direita, um presságio favorável enviado por Júpiter.[504]

4.2.4.1. A Importância da Escolha da Águia como Símbolo e Reforço Motivacional

Embora a assimilação do panteão de deuses gregos, por parte da religião romana, se tenha realizado praticamente na totalidade e mantendo muitas das principais características das deidades, verificam-se certas nuances que são bem reveladoras da nova mundividência cultural italiana onde se vieram a integrar.

O importante deus Marte[505], que tanta relevância adquiriu com a apetência romana para a guerra, não é uma transposição literal do deus grego Ares[506], embora tenha mantido a sua apetência pelo puro derramamento de sangue e o seu gosto por um impulso selvagem para a violência. No entanto, na sua versão grega[507], este deus da guerra apresenta algumas diferenças relativamente ao carácter do seu homólogo Marte, que, tudo o indica, deverá ter

---

502 GOLDSWORTHY, 2011, p. 328.

503 FINLEY, 2000, p. 93.

504 Notemos de novo esta natural tendência que a cultura romana apresentava, da qual nos deixou forte herança, para a valorização de determinados acontecimentos futuros. Não será difícil lembrarmo-nos igualmente da avaliação expressa através de vários outros factos, como por exemplo, a referência ao lado negativo do seu oposto, quando ainda hoje verificamos que na língua italiana se designa de "mano sinistra" a mão esquerda. Será legítimo, assim, também estabelecer a importância da mesma mundividência atribuída à primeira coorte no seio da legião, localizando-se esta sempre do lado direito da sua ordem de batalha.

505 SCHMIDT, 2015, Marte pp. 178-179.

506 SCHMIDT, 2015, Ares pp. 40-41.

507 O deus Ares na religião grega clássica tinha perdido parte da sua anterior importância e poderia ser já considerado uma divindade de carácter secundário. O seu estatuto de poderoso deus da guerra encontra-se já muito mitigado até mesmo na Ilíada, onde este é humilhado, pelo seu próprio pai Zeus, e apodado por Homero com o epíteto de maligno. Ares é ainda inconcebivelmente preso e até mesmo ferido em combate por Diomedes, guiado pela mão de Atena.
É bem possível que esta sua perda de estatuto se possa atribuir à inexistência, nesta cronologia, de uma estrita cultura marcial grega cultivada por homens apenas dedicados à guerra. De facto, nas *poleis* o exército grego não se constituía como um corpo militar autónomo e permanente, apartado da vida pública, mas pelo contrário, estava intimamente plasmado no tecido social grego. No entanto, a preparação marcial era obrigatória e fazia parte da formação integral do cidadão, tendo-se tornado até um dos aspetos essenciais da sua plena integração social. Poder-se-ia até dizer que o cidadão ateniense só estaria realmente em plena posse dos seus direitos cívicos depois de ter realizado o treino militar, que era a *efebia* e que devia durar dois anos. A importância desta preparação era tal que em Esparta, os jovens que demonstrassem medo durante o treino militar ou aqueles que, já homens, dessem sinais de covardia, perdiam alguns dos seus direitos de cidadania e chegavam mesmo a ser tratados de forma humilhante.
A crescente importância de Atena era consequência de a guerra ser então encarada como uma importante atividade da *pólis* que requeria método, ordem e uma planificação racional, traços marcadamente atribuíveis às qualidades guerreiras da deusa.
Observe-se que as decisões concernentes à declaração ou término da guerra eram obrigatoriamente tomadas por votação na Assembleia dos Cidadãos, fixando-se também aí o número dos efetivos, a estratégia a ser seguida e até mesmo os tributos excecionais que se achasse serem necessários para a sua realização. SOUZA, 1988, pp. 18-19. Referências Homéricas no Anexo 6.

surgido no panteão romano em data anterior à sua identificação com o grego, possivelmente através de influência etrusca.

A Ares não importa a justiça da causa que defende, lutando pelo puro prazer de matar[508], sendo acompanhado no campo de batalha por um infernal cortejo que compreendia Éris, a deusa da discórdia, Énio, a deusa do derramamento de sangue, o terror (*Deimos*) e o medo (*Phobos*), que, segundo a *Teogonia* de Hesíodo, eram demónios nascidos da sua relação adúltera com Afrodite (Citereia ou *Cytherea*)[509].

Embora se possa dizer que todos estes temores e pulsões estejam sempre presentes no esforço despendido durante uma batalha, Marte, o seu homólogo romano, era acompanhado na batalha por outras deidades mais civilizadas, tais como a Virtude (*Virtus*)[510] e Honra (*Honor*)[511], contando ainda com o auxílio de *Victoria* e *Vacuna*, a antiga deusa sabina que era considerada frequentemente como sua esposa.

Marte acabou assim por ser mais presente em Roma pela sua outra dimensão de deus da agricultura, da colheita, do florescimento dos campos, da vegetação, estando, portanto, relacionado com a fertilidade própria do mês de março que lhe era dedicado.

Atena[512], a meia-irmã de Ares, encarnava ainda uma outra dimensão do esforço bélico, privilegiando muito mais o seu lado ordenado e estratégico, que poderíamos considerar como bem mais adequado à metódica visão marcial do universo militar romano. Filha de Zeus[513] e de Métis[514], a primeira esposa de Júpiter, deusa da prudência e medida, poder-se-ia mesmo dizer que Atena incorporava melhor a visão romana do que deveriam ser os trabalhos da guerra do que aqueles que resultavam de um impulso cego para a realizar, sendo expressão de meras pulsões destrutivas individuais, como aliás acontecia com a grande generalidade dos adversários que Roma viria a ter de enfrentar ao longo da sua história militar.

A superioridade do planeamento e da visão organizada do combate que Atena representava poderá mesmo ser ainda vista no próprio contexto grego da Ilíada, pois se Ares nos surge como não demonstrando qualquer apetência racional para a guerra, tendo até sido duas vezes derrotado por Atena, a deusa Atena encarna precisamente a atividade inteligente, a ordem e a disciplina militar. Assim, após várias peripécias, Hera estimulou o ousado argivo

---

508 GRAVES, 2017, pp. 146-148.
509 HES. vv. 971-974.
510 *Virtus* em latim tem um sentido específico que engloba a excelência, a coragem, valentia, virilidade, etc. (sempre virtudes masculinas - decorre da palavra *vir*, "homem").
511 SCHMIDT, 2015, Virtude e Honra p. 271.
512 SCHMIDT, 2015, Atena pp. 47-48.
513 SCHMIDT, 2015, Zeus, p. 274.
514 SCHMIDT, 2015, Métis, p. 186.

Diomedes a ferir Ares com a sua lança, tendo esta sido guiada pela mão de Atena, vendo-se o deus forçado a fugir do campo de batalha de Troia e, soltando gritos tremendos, a refugiar-se no Monte Olimpo.

Quando Zeus, mais tarde, permitiu de novo que os deuses lutassem na Guerra de Troia, Ares tentou vingar-se do sucedido e procurou enfrentar novamente Atena, que demonstrou pela segunda vez a sua superioridade, derrotando-o sem sequer precisar das suas armas, deixando-o atordoado ao atirar-lhe com uma pedra.[515] A sua disposição e engenhosidade bélica eram tão patentes que terá sido ela – segundo a tradição – a inventora do carro de guerra, nomeadamente da quadriga.

Poder-se-ia dizer, pois, que, mesmo ainda dentro da mundividência grega, se consubstanciava já a ideia tão bem quista no universo romano, segundo o qual o fator principal para o sucesso militar era a racionalidade com que o processo deveria ser encarado.

Atena[516], que também era a deusa da sabedoria, entrou no panteão romano a partir do II século a.C., sendo identificada e dando novo fôlego à deusa Minerva[517], com a qual tinha vários aspetos em comum. Esta manteve da grega o seu carácter de patrona das estratégias militares, mas embora conotada com o universo marcial, não era, no entanto, tão diretamente associada ao esforço despendido durante a batalha e nem sequer tem intervenção em qualquer uma das lendas romanas.

Quer Atena, quer a sua versão romana, Minerva, tinham, no entanto, um relevante estatuto dentro do contexto religioso, fazendo parte da importante Tríade Capitolina, onde se encontravam também o seu pai Júpiter, senhor dos deuses acompanhado pela sua mulher Juno.

De salientar, como bem representativa da sua apetência marcial, é a originalidade da forma como se processou o seu nascimento, demonstrando desde logo o seu carácter excecional. O seu aparecimento deu-se quando Júpiter[518], depois de variadíssimas tentativas frustradas de se unir à titânide Métis, que se escapava ao seu assédio transfigurando-se em variadas formas, foi finalmente coagida a fazê-lo, vencida pelas suas palavras melífluas.

No entanto, durante a gestação, um oráculo da Mãe Terra declarou que o nascituro seria uma menina, mas, se Métis concebesse mais uma vez, daria à luz um filho que estaria destinado a destronar Júpiter, tal como este depusera o seu progenitor Cronos e como este já

[515] HOM. *Ilíada*. 21.391-407.
[516] EVSLIN, 2012, Atena, pp. 12-17.
[517] SCHMIDT, 2015, Minerva, p. 187.
[518] SCHMIDT, 2015, Júpiter, p. 162.

anteriormente havia deposto o seu pai Urano. Com receio da longa linhagem de terríveis parricídios, Júpiter, após seduzir Métis[519] atraindo-a para o seu leito, eliminou-a ao conseguir engoli-la, embora a deusa tenha mantido uma certa forma de existência ao continuar a dar-lhe conselhos mesmo dentro do seu ventre.

No devido tempo, Júpiter enfermou então com uma insuportável dor de cabeça enquanto caminhava às margens do lago Tritão, tão intensa que o seu crânio parecia prestes a rebentar. Desesperado, o deus lançou um grito tão lancinante que ressoou por todo o universo, tendo sido ouvido por Mercúrio[520] (Hermes[521]), que, compreendendo a causa do sofrimento de Júpiter, persuadiu Vulcano[522] (Hefesto[523]), ou Prometeu[524] segundo outra versão da lenda, a trazer o seu melhor machado e a abrir uma brecha na sua cabeça. Após a abertura craniana de Júpiter, ocorreu o peculiar parto de Minerva, que nasceu adulta e já armada[525], lançando um poderoso grito de guerra, apresentando-se como a deusa da sabedoria, da ordem e da virtude militar.

Note-se que o seu estranho nascimento se dá através de uma gestação realizada pelo seu pai Júpiter, o que não será, portanto, o mais típico modelo de parto que se poderá encontrar mesmo no universo mitológico; o local por onde este se concretiza é igualmente digno de nota. Com alguma liberdade de interpretação, poder-se-ia mesmo dizer que Minerva se poderia assim aproximar de um ser que encarna uma ideia belicosa saída da mente do senhor dos deuses. O nascer adulta e já completamente armada poderia reforçar a necessidade de estabelecer uma forma de racionalidade militar que apelaria à ordem e à estratégia ainda dentro do universo marcial Grego e que, posteriormente, se consubstancializaria ainda mais no Romano.

Estando centrada a dimensão bélica de Roma nestas divindades, a escolha de um animal que haveria de representar o glorioso espírito das legiões deveria ter recaído sobre uma das espécies que eram dedicadas a estes deuses marciais.

Não teria sido fácil, no entanto, fazer encarnar nas opções disponíveis a responsabilidade de bem representarem a glória de Roma, atendendo ao leque de opções,

[519] GRAVES, 2017, Zeus e Métis, pp. 88-91.
[520] SCHMIDT, 2015, Mercúrio, p. 184
[521] SCHMIDT, 2015, Hermes, p. 140.
[522] SCHMIDT, 2015, Vulcano, p. 271.
[523] SCHMIDT, 2015, Hefesto, p. 132.
[524] SCHMIDT, 2015, Prometeu, p. 228.
[525] COMMELIN, 1960, pp. 29-33.

pois teriam, como animais totémicos de Marte, o cão (ou galo) e o abutre[526], enquanto Minerva forneceria a opção da coruja[527] como seu animal sagrado.

Com pouca representatividade militar, qualquer um dos três não deve ter parecido a Gaio Mário e aos oficiais romanos digno de figurar como único símbolo do exército romano, restando-lhes a opção de salientarem um dos animais tradicionalmente associados às legiões. A águia deverá então ter surgido como a escolha mais óbvia, pela sua rapacidade, pela sua elegância, pelo seu ataque fulminante, pela sua tenacidade na luta e, principalmente, por ser o animal de Júpiter[528]; este, embora não tendo diretas associações com o universo marcial, era, contudo, o rei dos deuses. Poder-se-ia mesmo dizer que o domínio do raio, a sua poderosa arma e a terrível guerra primordial que protagonizou na cosmogonia grega, ainda como Zeus, faria dele um lídimo representante do poder e da belicosidade divinas.

Não nos deveremos esquecer de que os generais vencedores, a quem o Senado permitia que celebrassem um triunfo entrando em Roma com o seu cortejo, subiam ao Capitólio para agradecerem ao poderoso deus Júpiter Máximo a concessão da vitória[529].

Imagem 21 - Denário de prata cunhado no ano de 48 a.C. que mostra uma águia legionária (*aquila)* flanqueada por dois estandartes de centúria (*signa*), marcados com um "H" e um "P" (hastados e príncipes) [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 47].

A importância da águia legionária no contexto da tradição militar romana adquiriu uma tão importante dimensão religiosa que tornava a sua perda não só a expressão material de um fracasso militar, mas um sacrilégio[530] que tinha que ser evitado e posteriormente reparado a todo o custo[531]. Poderemos, assim, percecionar a importância da enorme responsabilidade que passou a impender sobre os soldados romanos durante o combate, os quais deveriam não só derrotar o seu adversário, mas também defender com todo o seu vigor um objeto sagrado[532] que os põe em comunicação com os deuses e que expressa fisicamente o canal que faz a ligação

526 COMMELIN, 1960, p. 66.
527 COMMELIN, 1960, p. 31.
528 COMMELIN, 1960, pp. 20, 23-24.
529 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 30, 53.
530 FEUGÈRE, 2002, p. 47; GOLDSWORTHY, 2011, p. 308.
531 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 319-320, 330
532 GOLDSWORTHY, 2011, p. 345.

direta entre a terra e o céu. Deveríamos até salientar a sabedoria prática de Gaio Mário, expressa em todo este processo e conseguindo, com este aspeto particular da sua reforma, que os soldados sentissem mais orgulho e maior responsabilidade no campo de batalha[533] e, sobretudo, que pudessem estabelecer permanentemente uma relação íntima muito mais estreita com a sua legião[534], da qual irão passar a fazer parte durante toda a sua vida ativa[535]. Pensamos mesmo que a dimensão do sagrado expressa através da águia legionária será um dos aspetos que estará no zénite da reforma mariana, embora não se lhe tenha ainda dado suficiente relevo.

Esta associação ao sagrado tem implicações profundas na motivação das tropas e bastar-nos-ia, para reafirmar tal reforço da vontade militar, observarmos a pujança com que se deu o início da expansão muçulmana quando os fiéis do profeta Mohamed deram início à difusão da sua fé e procederam ao alargamento imparável do seu domínio territorial[536]. Note-se que, de pequenos grupos nómadas que viviam na orla do deserto arábico, passaram a organizar-se em imensas hordas que, com os seus parcos recursos armamentísticos e táticos, conseguiram derrotar os poderes secularmente consagrados do Império Bizantino e Sassânida. A extrema motivação religiosa de um comandante como Kalid Ibn Al-Walid[537], que foi o principal general do exército muçulmano durante esta fase e que criou taticamente todas as condições para obter o invejável palmarés de mais de cem vitórias sobre todos os seus inimigos, mostra à saciedade o quanto pode contribuir para o sucesso das armas esta ligação ao transcendente.

No entanto, a importância que adquiriu o estandarte da águia não significou o desaparecimento de outros estandartes de menor importância, que podemos confirmar através de várias cunhagens de moedas, realizadas em 82

Imagem 22 - Este denário de prata, cunhado no ano de 82 a.C. em Marselha, mostra o estandarte legionário com a águia, introduzido por Mário, flanqueado por dois outros marcados com um "P", para os príncipes e "H" para os hastados (foto: Biblioteca Nacional de Paris) [in SEKUNDA; MCBRIDE, 1996, p. 36].

533 GOLDSWORTHY, 2011, p. 373.
534 GOLDSWORTHY, 2003, p. 47.
535 FEUGÈRE, 2002, p. 40.
536 NICOLLE, 2009.
537 AKRAM, 2007.

a.C. ou mesmo em 49 a.C., em que se vê a águia legionária flanqueada por dois estandartes que nos apresentam os últimos vestígios da antiga divisão manipular da legião, com um "H" e um "P" que pertencerão, respetivamente, aos hastados e aos príncipes[538].

Possivelmente, estando atento às tendências grupais que se incrementam e dir-se-ia que são inerentes à grande maioria dos processos militares, quer desenvolvidos em combate, quer na vida prática diária, a introdução de um símbolo unificador unitário como a águia imperial permitiu uma corporização material do sentimento de sacrifício e entrega que cada soldado romano deveria possuir durante a sua carreira militar na legião[539].

O estandarte em geral, tanto o *signum* como a águia, estava assim também no cerne das táticas militares romanas, mas não servia apenas de ponto de referência para auxiliar a que os soldados se reordenassem na parede de escudos e se pudessem reorientar durante as fases de mudança tática, instigados pelas ordens de centuriões e trombetas; os estandartes também tinham o papel de simbolizar o orgulho de uma unidade e a glória das armas romanas. Por causa disso, perder um estandarte constituía-se como uma humilhação intolerável para uma legião que fosse derrotada[540].

Esta perda de estandartes constituía um ónus tão pesado para as armas romanas que muitos anos depois elas procuravam ainda recuperar as "águias perdidas", negociando a sua troca ou procurando afanosamente o seu rasto, realizando fortes investidas militares por entre as tribos que desconfiassem que as poderiam ter na sua posse[541].

Como corolário da importância destes símbolos, poder-se-ia mesmo dizer que o porta-estandarte desempenhava muitas vezes um papel relevante na batalha, pois era o homem responsável e mais bem posicionado para incitar os soldados hesitantes; muitos momentos difíceis foram transformados em vitória pela atuação de um heroico porta-estandarte[542].

---

538 Com o intuito de se proceder à uma uniformização na língua portuguesa dos termos concernentes às diferentes funções e tipologias de soldados constituintes da *triplex acies*, conhecidas com os vocábulos latinos de "*hastati*", "*princepes*" e "*triarii*", adotaremos respetivamente neste trabalho os alótropos "hastados", "príncipes" e "triários". Destes, o único que se pode dizer que poderá ser alvo de alguma ambiguidade em português é o vocábulo "príncipes", devido a conotação que poderá ter com o título nobiliárquico que lhe assiste; contudo, consideramos que o contexto onde este se integrará pode esclarecer sem ambiguidade o significado com que está a ser assumido.

539 FEUGÈRE, 2002, p. 18.

540 GOLDSWORTHY, 2011, p. 373.

541 A campanha punitiva de Germânico, depois do desastre de Varo na floresta de Teutoburgo em 9 de setembro, do ano 9 d.C., pretendia flagelar as tribos germânicas dos Queruscos sob o comando de Armínio pela traiçoeira emboscada, mas também fazer a importante recuperação das águias perdidas e que pertenciam às legiões XVII, XVIII e XIX. O mesmo dedicado esforço foi realizado para a recuperação das várias águias que ficaram em posse dos Partos após o desastre de Marco Licínio Crasso, quando as suas sete legiões foram derrotadas na Batalha de Carras, em 53 a.C. (GOLDSWORTHY, 2011, pp. 319-320, 330, 345; CHRYSTAL, 2015, pp. 149-157, 193-197.).

542 CAES. *Bell. Gall*. 4.25: «[…] Os nossos soldados ainda hesitavam por causa da profundidade do mar. Então aquele que carregava a águia da décima legião, após ter invocado os deuses para que a sua ação fosse

4.2.5. Ordens de Comando da Legião, Sinais Sonoros[543]

Além dos estandartes, que marcam e regulam os núcleos das centúrias, toda a legião é também orientada pela articulação de importantes sinais sonoros[544], apresentando estes a vantagem de que eximiam os soldados de empregar a sua visão para detetar a sua posição e

favorável à legião, disse: "Companheiros, saltai para o mar se não quiserdes entregar a vossa águia ao inimigo. Eu, pelo menos, terei cumprido o meu dever para com a República e o General". Ao dizer estas palavras, pronunciadas com uma voz forte, saltou do navio e, carregando a águia, avançou em direção ao inimigo. Então os nossos, incitando-se uns aos outros para não sofrerem uma tal desonra, saltaram todos, como se fosse um só, para fora do navio. Os dos navios vizinhos, testemunhando a sua audácia, seguiram-nos e marcharam sobre o inimigo. […]»

[543] Uma das principais características dos poderosos instrumentos sonoros utilizados pelo exército romano é o pertencerem à chamada família de aerofones de bocal, cujo tubo de ar do seu interior é posto em vibração através de uma pequena campânula hemisférica, ou mesmo proto cónica, onde o executante deverá colocar os lábios. Não tendo qualquer palheta ou bisel, são assim tecnicamente designados por instrumentos de tubo aberto e a sua emissão sonora deverá ser produzida pelo executante através de vibração labial, soprando sob forte pressão o ar contra os lábios fechados que deverão realizar a função de palheta.
Embora as trombetas (trompetes) sejam instrumentos que apresentam comumente um tubo de perfil cilíndrico ao longo de quase todo o seu corpo, mantendo a mesma envergadura (secção), estes são quase sempre rematados por uma secção final que se abre a fim de espalhar o seu som e que é comumente designada por pavilhão.
Temos notícia de outras tipologias de trombetas, tal como algumas extraeuropeias, como (por exemplo as do antigo Egipto) que exibem um perfil claramente cónico, mas que por tal perdem parte da sua capacidade sonora.
HENRIQUE, 1999, pp. 225, 228-229, 320.

[544] Vulgarizou-se a ideia de que as tubas, as cornetas e as trompas são tipologias de instrumentos musicais por uma questão de conforto de identificação e remetendo para uma analogia de forma com os que conhecemos hoje. No entanto, estes possivelmente deveriam entender-se mais como artefactos de grande capacidade de projeção sonora, pois não temos notícia de que fossem utilizados para a criação musical, sendo possivelmente da sua responsabilidade a mera articulação de sinais acústicos que seriam descodificados, em contexto, pelos soldados. Mesmo admitindo-se que estes poderão ser os antepassados dos instrumentos musicais que conhecemos hoje e que poderão mesmo apresentar um aspeto bastante similar, todos eles são à época artefactos muito simples, sem qualquer furação, o que limita em muito as suas capacidades para a realização do que poderíamos classificar como música. Todos estes artefactos sonoros estão limitados à articulação da série dos harmónicos do seu som fundamental que é a nota mais grave produzida quando a coluna de ar que está no seu interior é posta em vibração. Isto implica que a variedade de notas musicais produzidas por cada um destes artefactos seja no máximo de sete ou oito diferentes sons, dependendo da habilidade de lábios e da capacidade de sopro do soldado que o manipula.
Mesmo admitindo que as suas capacidades acústicas, além da transmissão de ordens durante a batalha, fossem utilizadas durante cerimónias ligadas ao quotidiano da legião, tais como assinalar a presença do imperador ou anunciar uma condenação capital, a perceção auditiva deveria circunscrever-se bem mais a um carácter de comunicação realizada através de um meio sonoro, não devendo ser classificado estritamente como a realização de um evento recreativo com a sua fruição estética. COULSTON, 2015, p. 670.

o seu movimento, sendo informados das ordens sem nunca terem de perder o contacto visual com o seu adversário.

Integram a legião vários instrumentos sonoros de grande capacidade[545] e que são utilizados para diferentes funções, possuindo timbres diferentes para serem facilmente reconhecidos, devendo ter a capacidade de se sobrepor ao ruído do combate.[546]

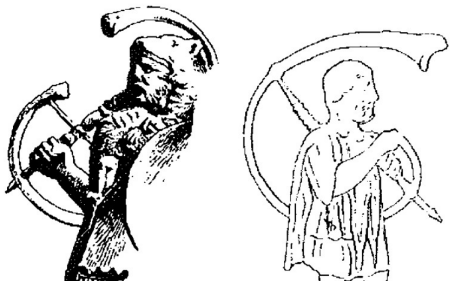


Imagem 23 - Dois *cornicini*. O primeiro está representado na coluna de Trajano; do segundo tivemos conhecimento graças a um relevo funerário. [in LE BOHEC, 2013, Lâmina 10]

São manipulados[547] pelos tubistas (*tubicines*), corneteiros (*cornicines*) e trompistas (*bucinatores*)[548], tendo Vegécio deixado uma esclarecedora descrição das funções que lhes eram atribuídas durante o Baixo-Império[549].

Imagem 24 - Um *cornu*, encontrado em Pompeia. Museu de Nápoles. [in CONNOLLY, 1998, p. 221]

Assim, sabemos que o ressoar das tubas é o código sonoro que indica a todos os soldados a ordem de saída do acampamento, ou a urgência de se prepararem para a refrega, e que devem correr para formar rapidamente em ordem de batalha[550]. A rearticulação das tubas especificamente em

[545] MONTEIRO, 2009b, pp. 434-435.

[546] A evidência arqueológica demonstrativa dos instrumentos do exército romano é bastante escassa, pois além de serem raros os achados intactos, a nossa interpretação, em muitos aspetos, ainda não é clara. Esse é particularmente o caso das mangas tubulares que têm sido interpretados como reforços das trompas. Vários objetos como esses foram identificados em Murviel-Les-Montpellier, Treves, Murrhardt, tendo mesmo o melhor exemplo deles sido encontrado em Estrasburgo; este foi pensado, segundo R. Forrer, como sendo uma cinta de um estandarte ou vexilário (FEUGÈRE, 2002, p. 59).

[547] Uma parte importante de nosso conhecimento desses instrumentos musicais antigos vem de relevos esculpidos que os mostram sendo tocados, nomeadamente na Coluna de Trajano. Também os memoriais funerários de *tubicines*, *cornicines* e *bucinatores,* por vezes, mostram os seus instrumentos - o *tubicen* Sibbaeus no museu de Mannheim, por exemplo. Embora sejam muito escassos os exemplos de representações de tocadores de instrumentos nos monumentos romanos, estando a maioria desses exemplos localizada no vale do Reno, foi descoberto um monumento muito interessante em Istambul. Este foi datado por Speidel entre 210-215 d.C., e nele se vê o sírio Aurélio Suro, cuja função era precisamente ser o trompista (*bucinator*) da primeira legião *Adiutrix* (FEUGÈRE, 2002, p. 59).

[548] Dever-se-á ter em atenção que estamos a identificar estes artefactos sonoros como tubas, cornetas e trompas de forma bastante livre, baseando-nos no aspeto do instrumento e no seu nome em latim, mas outras nomenclaturas seriam possíveis devido à semelhança que estes artefactos têm entre si, quer no seu aspeto, quer na sua classificação organológica, pois pertencem à família de instrumentos de bocal. A sua principal característica comum é a grande intensidade da sua projeção sonora capaz de se fazer ouvir a centenas de metros, mesmo por cima do clangor de uma batalha, elemento que é comum às três tipologias.

[549] VEG. 2.22.

[550] CAES. *Bell. Gall.* 2.20.

contexto de refrega parece só se realizar no final, quando o general dá por encerrados os trabalhos dessa batalha[551], ordenando assim que se inicie o processo de exploração do campo e o retorno ao acampamento[552].

Sempre que alguns soldados estão para sair do acampamento para executarem um trabalho determinado fazem ouvir-se as tubas[553]; quando os estandartes se devem deslocar, tocam os corneteiros.

Vemos assim que poderá haver uma articulação direta entre instrumentos sonoros e estandartes, e que quer sinais sonoros, quer visuais, poderiam também ser combinados[554]. Os sinais sonoros poderiam igualmente articular-se, pois quando chega o momento de combater, tocam em simultâneo os tubistas e os corneteiros.

[551] CAES. *Bell. Gall.* 7.47.

[552] MONTEIRO, 2009b, p. 434: «[…] Segundo LE BOHEC (2002:51-52), os tocadores de *tuba* (ou *tubicines*) manejavam uma trombeta direita e comprida que dava a indicação para o assalto ou para a retirada das tropas em combate, mas também o sinal de partida do acampamento, sendo ainda utilizada nas cerimónias sagradas. […]»

[553] Sendo a tuba o artefacto sonoro maior e, portanto, mais grave, dentro dos que eram utilizados pelos Romanos, tem a capacidade de articular a vibração mais baixa, fazendo timbricamente com que tenda, em geral, a emitir sons com um perfil menos penetrante do que os articulados pelas cornetas ou trompas. Ambas estas têm um perfil sonoro mais agudo do que as tubas, exibindo assim mais condições de se fazer ouvir bem durante a refrega, pois a sua emissão de grande potência e em altas frequências é particularmente perfurante. Poder-se-ia, pois, defender que as tubas possivelmente ficariam reservadas para os dois momentos, princípio e fim da batalha, onde a vozearia e o ruído das armas não eram tão consideráveis.

[554] COULSTON, 2015, p. 671.

As tubas têm igualmente um papel importante na gestão quotidiana do acampamento, funcionando como indicadores sonoros que iniciam períodos de funções práticas a executar[555], como a substituição dos vigias noturnos ou o despertar matinal[556].

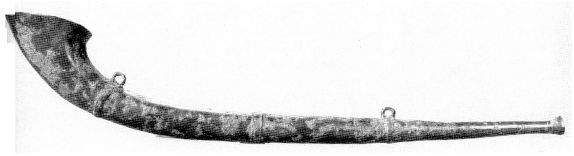


Imagem 25 - *Lituus* de bronze proveniente de Saalburg (Rheinisches Landesmuseum Bonn). [in FEUGÉRE, 2002, p. 57]

Estes sinais, articulados com instrumentos de sopro, eram particularmente adequados para transmitir ordens noturnas, visto tornar-se muito difícil que fossem transmitidos visualmente, mesmo atendendo às tochas que permaneciam acesas.

Existiam também alguns instrumentos de percussão na legião, no entanto não parece que tenham tido um papel ativo no seu funcionamento. Estes últimos tendem a ter um tipo de articulação muito curto e um perfil sonoro que, com facilidade, se pode confundir com muitos outros ruídos que se ouviriam durante o intenso clangor da batalha. Os sons sustentados, de considerável duração e que são possíveis de ser articulados pelos sopros[557],

---

555 Poder-se-á dizer que desde o neolítico e em todas as latitudes existiram formas rudimentares de trombetas, parecendo certo que as mais primitivas eram usadas essencialmente como megafones, muitas vezes para fins mágicos ou rituais. O executante cantava ou gritava para o interior do tubo a fim de potenciar a intensidade de sons que se acreditava poderem afastar os maus espíritos, estando remetida para um plano secundário qualquer função propriamente musical tal como pode ser entendida nos nossos dias.
É possível encontrar ainda hoje em alguns locais de França, da Suíça e mesmo do Brasil, trombetas de madeira em forma de megafone, sem qualquer embocadura ou pavilhão.
Das trombetas em uso na Antiguidade devemos salientar pela sua relevância a *salpinx* grega, de perfil reto, e sobretudo as romanas como a *lituus,* com a forma da letra "J", e a *tuba*, que apresentava um corpo essencialmente retilíneo.
Poder-se-ia mesmo dizer que na Antiguidade haveria pouca distinção entre trompas e trombetas, pois apresentavam perfis bastante semelhantes e eram utilizadas para o mesmo enquadramento funcional. As trompas que apresentam um corpo de perfil cónico, eram conhecidas em Roma por *Cornu* e *Buccina* e, devido às inúmeras características comuns entre estas duas, eram muitas vezes apresentadas como instrumentos semelhantes.
No entanto, segundo Sibyl Marcuse (MARCUSE, 1975, pp. 749-750) as suas funções eram marcadamente diferentes. O *cornu* era usado em contextos militares de comando, em cerimónias fúnebres e ainda nos jogos públicos e circo. As funções da *buccina* eram mais modestas, sendo usada por pastores para realizar chamamentos ou também para indicar as horas do dia à generalidade da população urbana.
O *cornu* era constituído por um longo tubo metálico (com cerca de três metros), de perfil estreito e ligeiramente cónico, com a forma da letra "G", ostentando uma barra transversal de madeira que permitia dar mais solidez ao instrumento, e que servia também de suporte para a sua sustentação.
Em relação à *buccina,* poder-se-á dizer que não possuímos ainda elementos suficientes para caracterizar com precisão a sua forma.
HENRIQUE, 1999, pp. 320, 326-327.

556 VINCENT, 2015, p. 670.

557 As primeiras trombetas, ou trompetes, como é conhecida a sua família desde o início do século XIX, eram instrumentos sonoros feitos de um simples tubo de cana de bambu, madeira ou corno, tal como podemos confirmar no registo arqueológico e epigráfico. Diga-se que todos os instrumentos com função pastoril ou bélica da Antiguidade, como por exemplo, o famoso Shofar hebreu, eram feitos de corno e não de chifre. Existe entre estes dois termos diferenças estruturais importantes, visto que o corno é oco, extremamente resistente, não ramificado, com superfície queratinizada e peculiar a animais bovinos, enquanto o chifre é osso maciço, quebradiço e é próprio de antílopes como veados e cervos. DYCE; SACK; WENSING, 2015, pp. 724-726.

assegurariam assim mais profundidade e clareza, não tendendo a confundir-se com o entrechoque das armas e outros ruídos de grande intensidade bastante similares.

No entanto, poder-se-á admitir, a julgar pelas descobertas em locais como Vindonissa[558], que houvesse no acampamento outros instrumentos de sopro tal como flautas, tíbias, ou mesmo instrumentos de percussão como pandeiros[559]. É possível que estes tenham sido mesmo utilizados em cerimónias ou treinos, ou até para uma verdadeira recreação musical, animando alguma festividade ou data comemorativa de alguns soldados.

Pela manhã, haveria assim um primeiro toque que anunciava o alvorecer e pretendia despertar todo o acampamento, significando um toque posterior que todos os homens se deveriam equipar e preparar para executar a tarefa que estaria já prevista ou fora ordenada nesse momento[560]. Um terceiro toque ouvir-se-ia quando era dada permissão para descansar e abandonar a forma.

Haveria outros códigos de toques durante o dia, que eram muitas vezes acompanhados por sinais visuais, como a elevação dos estandartes que indicava que o acampamento deveria ficar sob alerta[561] ou indicaria o início do seu levantamento, ou ainda ordenaria uma retirada[562].

O som dos instrumentos de sopro, que era bastante utilizado no quotidiano do acampamento, poderia também fornecer um forte estímulo ao início de uma batalha[563], fazendo ouvir-se em conjunto com o temível grito de guerra (*baritus*)[564] da legião e com as ruidosas pancadas que os soldados davam nos seus escudos com os seus pilos (*pila*)[565].

Como é natural, só na Idade do Bronze apareceram os primeiros exemplares de instrumentos de bocal construídos em metal, tendo surgido inúmeros exemplares realizados com esta liga e que nesta cronologia já eram quase exclusivamente utilizados para fins marciais.
HENRIQUE, 1999, p. 320.

558 Vindonissa, atualmente no cantão suíço de Argóvia, foi o local do estabelecimento de um acampamento romano, provavelmente em 15 d.C., ao qual foram acrescentados banhos em 30. Nele estiveram estacionadas a *legio XIII Gemina*, até 44 ou 45, seguindo-se a *XXI Rapax* que permaneceu até 69, sendo substituída pela *XI Claudia*, até 101, data a partir da qual se tornou uma colónia civil. FEUGÈRE, 2002, p. 217.

559 FEUGÈRE, 2002, p. 59.

560 FEUGÈRE, 2002, p. 57.

561 CAES. *Bell. Gall.* 2.20.

562 CAES. *Bell. Gall.* 7.47.

563 FEUGÈRE, 2002, p. 57.

564 Recordemos que a unidade cultural e linguística proporcionada pelo latim permitia que os milhares de soldados que constituíam uma legião executassem em uníssono um qualquer grito ou canto marcial, o que produziria certamente um certo temor no espírito do adversário. No caso de outros exércitos, com os seus efetivos provindos de diferentes povos, tribos, regiões e sobretudo com línguas diferentes, o poder de tal recurso sonoro estaria francamente mais comprometido.

565 Não existindo um vocábulo em português para designar o dardo próprio utilizado pela infantaria pesada romana e que era a arma de arremesso que passou a fazer parte constitutiva do seu equipamento de base, atrever-nos-íamos a propor o termo "pilo", ou "pilos" no plural, para a designar. A sua referência é habitualmente concretizada em latim pela palavra *pilum* para o singular e *pila* para o plural, mas parece-nos

Tal serviria não só para aumentar a motivação e um sentimento de invencibilidade nos legionários[566], mas também para infundir um considerável temor no espírito dos seus adversários[567].

O código sonoro articulado pelas cornetas regulava o movimento geral das centúrias na linha de batalha, indicando quando estas deveriam recuar e avançar, indicação que se refletia diretamente no posicionamento e no movimento dos estandartes[568].

4.2.6. A Cadeia de Comando

Embora a estrutura da legião tenha uma rígida hierarquia, permitindo a rápida organização e repartição das tarefas, a sua cadeia de comando é bastante simples. Os níveis hierárquicos que se articulavam durante o combate exibiam um perfil muito claro e direto[569].

A legião era liderada pelo cônsul[570], que era o seu comandante supremo e que estava inequivocamente no topo da pirâmide de comando[571], logo acima dos tribunos, que funcionavam como os seus auxiliares de campo[572] e cuja função era a de transmitir as suas ordens aos centuriões[573].

A função destes últimos era controlar e incitar diretamente os legionários no terreno, gerindo o refrescamento e a manutenção da parede de escudos e sendo coadjuvados na sua tarefa, em cada centúria, por um *optio*[574].

Estamos mesmo convencidos de que os oficiais romanos, que moldaram o sistema legionário, teriam compreendido que, quanto mais níveis fosse necessário articular na cadeia de comando, mais erros poderiam ser gerados na imensa tensão inerente ao combate.

---

faltar um termo próprio para a designar em língua portuguesa de modo a que se possa unificar a terminologia dos termos militares romanos.

566 GOLDSWORTHY, 2003, p. 184.

567 Cipião, o Africano na Batalha de Zama utilizou até em simultâneo todos os recursos sonoros das suas duas legiões para criar um poderoso efeito sonoro com carácter tático. No início desta batalha decisiva, Cipião deu ordem para que os seus tubistas e corneteiros deixassem momentaneamente as suas funções de transmissão de ordens e tocassem os seus artefactos de sopro com o máximo de intensidade que lhes fosse possível. O som resultante foi tão avassalador que espantou uma boa parte da carga dos elefantes de Aníbal, que fugindo espavoridos, foram até os causadores da desorganização da sua cavalaria, em ambas as alas (PLB. 15.12; SANTOS, 2016, pp. 205-206).

568 VINCENT, 2015, pp. 669-670, p. 670.

569 LE BOHEC, 2013a, pp. 49, 51-54, 88.

570 CONNOLLY, 1998, pp. 215-216; GOLDSWORTHY, 2003, p. 27.

571 FINLEY, 2000, pp. 58, 129.

572 CONNOLLY, 1998, p. 221; GOLDSWORTHY, 2003, p. 48.

573 GOLDSWORTHY, 2003, p. 68.

574 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 27-28.

Repare-se que se a legião, do ponto de vista logístico, possuía uma grande variedade de cargos, com uma multiplicidade de funções que garantiam o seu rápido e regular funcionamento, a maioria destes oficiais mantinha-se num plano administrativo paralelo e não tinha qualquer função definida durante o combate[575].

Os suboficiais (*optiones)*, apesar de terem o estatuto de soldados principais (*milites principales*[576]*)* e de existir um para cada centurião, não tinham atribuída uma função determinada durante os combates. Parece, pois, que os *optiones* estariam essencialmente afetos a tarefas de administração, o que lhes conferia o estatuto de *duplicarius*, isentando-os apenas de terem de realizar tarefas pesadas e humilhantes.

Assim, os *optiones* estavam adstritos a tarefas ligadas ao funcionamento rotineiro da legião existindo, entre outros, o que era responsável pela prisão militar de um *castra legionis* (*optio ad carcerem)*, o que tinha a responsabilidade por zelar pelo fabrico e bom estado das armas na sua centúria (*optio fabricae)*, o que comandava as operações dos *speculatores*, que eram equipas de soldados com a missão de realizar operações de exploração e espionagem (*optio speculatorum*), e ainda o *optio* que era responsável pela gestão do hospital de campanha, o *valetudinarium* (*optio valetudinarii)*[577], não parecendo que lhes fossem atribuídas quaisquer funções táticas durante o combate[578].

A experiência de combate dos centuriões era adquirida pela sua maturidade e pelo seu próprio historial pessoal[579], granjeando-lhes o reconhecimento geral por terem participado como soldados em muitas batalhas anteriores[580], o que virtualmente lhes conferia as competências necessárias para desempenhar tais funções práticas[581]. Liderando um grupo de legionários com cerca de oitenta homens, poder-se-ia mesmo dizer que este oficial tinha um número de subordinados que, estamos em crer, deveria ter sido o resultado de uma observação e análise prática do seu funcionamento. Repare-se na importante função que lhe era atribuída[582], ao ter de gerir o seu grupo durante um processo tão complexo e tenso como uma batalha. Este tipo de oficial, estando espacialmente inserido na centúria, zelava constantemente para manter a sua coesão, bem como o seu bom posicionamento na ordem-de-batalha[583]. Era ainda o responsável por fazer obedecer o seu grupo às ordens sonoras ou

[575] CONNOLLY, 1998, p. 220.
[576] VEG. 2.15.
[577] GOLDSWORTHY, 2003, p. 101.
[578] BREEZE, 1976, pp. 127–133.
[579] GOLDSWORTHY, 2003, p. 69.
[580] CONNOLLY, 1998, p. 220.
[581] RANKOV, 2007b, pp. 40-41.
[582] LE BOHEC, p. 59.
[583] MONTEIRO, 2009b, pp. 417-418.

visuais emanadas pelos tribunos e general, incitando continuamente os seus homens à luta, o que tornava este oficial a mais importante peça da engrenagem tática da legião.

Reparemos que, dependendo dos efetivos disponíveis, se observam legiões que eram mobilizadas com um número díspar de homens, apresentando uma possível variação entre cerca de sessenta, como mínimo, e oitenta, como máximo de legionários mobilizados para cada centúria[584]. Indicando esta etimologicamente um grupo de cem, tal não parece em qualquer momento ter feito parte dos efetivos normais da legião, parecendo até haver um sistemático desajuste na nomenclatura destes grupos. No entanto, é bem possível que tal seja o resultado de um acerto resultante de uma observação prática do número que seria mais adequado para se estabelecer a mais eficaz relação entre centurião e legionários.

É, pois, plausível que a divisão tática do exército pudesse ter começado com grupos de cem indivíduos, atendendo até a que este é um múltiplo de dez, base matemática em que trabalhava o espírito romano, mas é bem possível que a experiência prática viesse a demonstrar que tal cifra seria demasiado alta para os efetivos serem bem controlados por um único centurião. Repare-se que, se tal fosse pretendido, a divisão em cem seria sempre possível de realizar, bastando para tal que se formassem para manter o seu número, por exemplo, oito manípulos de hastados constituídos por duas centúrias de cem homens cada.

Tal leva-nos a crer que os oitenta legionários como número máximo por centúria deve ter sido mesmo uma imposição ditada por uma observação prática, facilitando igualmente a tarefa ao seu oficial, no sentido de lhe permitir estabelecer um conhecimento minucioso de quem eram os homens que comandava, quais as suas fraquezas, as suas necessidades, qual a coragem, a capacidade física e a disciplina de cada um.

Era tão patente a experiência e eficácia dos centuriões que permitiu muitas vezes que, a tão frequente inexperiência militar dos cônsules, não fosse um fator determinante para o resultado final de uma batalha.

Roma não teve, até ao Baixo-Império, uma escola de oficiais que pudesse garantir a sua competência na chefia de uma máquina tão complexa como era a legião. O comando destas era normalmente atribuído em resultado das funções políticas que faziam parte das tarefas inerentes ao cargo de cônsul e, portanto, muitos destes não eram minimamente dotados para o comando militar, nem tinham qualquer experiência anterior[585]. Como o

[584] MONTEIRO, 2009a, pp. 17, 54-55.
[585] GOLDSWORTHY, 2009, p. 52.

período em que exerciam o cargo de cônsul se restringia a um único ano[586], a grande maioria não tinha oportunidade de adquirir verdadeira experiência marcial apenas no cumprimento das poucas campanhas militares que lhes poderiam ser exigidas.

As competências de um cônsul para o bom desempenho de tal tarefa pareciam assim ter de resultar de uma qualquer aptidão inata, ou mesmo de uma possível dedicação ao estudo sobre as movimentações estratégicas e táticas nas campanhas vitoriosas de grandes generais romanos do passado. Estamos mesmo em crer que esta especificidade, na forma de comando da legião, é a mais clara demonstração que a legião possuía uma tal qualidade na sua estrutura marcial, enquanto modelo de combate, que pouco estaria dependente das competências de chefia do seu comandante, atendendo ao impressionante número de vitórias conseguido.

Se atendermos à possível objetividade conferida pelos números, poderemos com facilidade comprovar a qualidade intrínseca do exército romano ao longo das 3.370 batalhas de que temos conhecimento e que fizeram parte do seu palmarés durante os diversos séculos de que é feita a sua História[587].

É evidente que se o cônsul à frente de uma legião possuísse uma particular apetência para o desempenho destas funções, tal aumentaria em muito o potencial da capacidade bélica da legião e tornaria mais provável a obtenção da vitória.

---

[586] O "percurso de honras" (*cursus honorum*), que preestabelecia a ascensão prevista nos cargos públicos da administração romana, indicava que à magistratura de cônsul apenas podiam recandidatar-se os senadores romanos depois de um período de dez anos sobre um anterior exercício do cargo. Situações como os sete consulados que Gaio Mário exerceu quase ininterruptamente a partir de 107 a.C. são exceções ao funcionamento normal das instituições romanas, devendo-se à emergência provocada pela guerra com os Cimbros e os Teutões. Tais momentos eram excecionalmente admitidos pela administração romana para que, concentrando o poder nas mãos de um único homem, fosse possível fazer frente a uma qualquer situação que abalasse gravemente a segurança da República. Um cargo de ditador estava mesmo previsto e poderia até ser atribuído pelo Senado durante seis meses a um magistrado, para que este pudesse liderar sem contestação um processo para debelar um qualquer problema particularmente grave e com implicações militares (GOLDSWORTHY, 2009, p. 52; MAGNANI, 2015, p. 427.).

[587] O cômputo geral de todas as batalhas do exército romano é um elemento estatístico por nós extraído da obra de Julio Rodríguez González, *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C. – 476 d.C.)*. Dever-se-á realçar que o número total de batalhas não se obteve pela simples soma de todas as entradas apresentadas correspondendo aos dois, ou mais, nomes pelos quais são habitualmente conhecidas. A título de exemplo refere-se o caso da Batalha de Zama, em 202 a.C., que aparece listada enquanto Zama I e também como *Cila*, ou o da Batalha de Cinoscéfalos, em197 a.C., que surge referida, nesta obra, também como *Cynoscephalae*, *Kinoskephaloi* e *Kynoskephaloi*. Assim, estas duplicações foram contabilizadas como apenas uma entrada para fornecer um cômputo preciso, que assim se cifrou em 3370. Tal acerto no número de batalhas manter-se-á presente em todas as abordagens estatísticas que faremos ao longo deste trabalho.

Pensemos no historial de consecutivos sucessos militares de generais particularmente dotados[588], como o foram Públio Cornélio Cipião[589], Gaio Mário[590], Gneu Pompeio[591], Júlio César[592], Constantino[593], ou mesmo Juliano[594]. No contexto da guerra na Antiguidade, poder-se-ia mesmo dizer que verificadas tais condições não seria fácil encontrar um exército capaz de ombrear com os exércitos romanos. Mas generais com tais dotes táticos para as lides militares são a exceção na longa história de Roma, pois o habitual era que os cônsules não se destacassem em tal desempenho. Esta constatação demonstra bem a qualidade da orgânica inerente ao modelo da legião, visto que, apesar da fragilidade no seu principal comando, o palmarés das suas vitórias é incomparavelmente superior aos desaires que sofreu. Tal seria, aliás, condição absolutamente necessária para uma expansão territorial como aquela Roma virá a realizar, especialmente no período que poderíamos denominar como a Baixa República e grande parte do Alto-Império.

A construção de um império implica necessariamente a manutenção de um exército que consiga obter muitas vitórias, pois as suas estruturas militares têm que se conseguir impor e manter uma prolongada supremacia marcial para poderem viabilizar o domínio dos

---

588 Muitos dos maiores generais romanos adquiriram uma relevante mestria militar ao poderem contar, não só com as suas qualidades inatas, a que poderiam juntar ainda o estudo de grandes batalhas do passado, mas sobretudo porque tiveram oportunidade de exercer cargos de tipo proconsular, o que lhes proporcionava o poderem comandar várias legiões durante períodos mais dilatados. Estes cargos proconsulares eram em geral atribuídos para a conquista ou pacificação de territórios problemáticos e podiam ser consecutivamente renovados pelo Senado. Tais cargos poderiam funcionar assim como uma excelente escola prática e poder-se-iam constituir como uma boa oportunidade para desenvolver competências estratégicas e para desenvolver eficazes cadeias de comando, viabilizando a análise da eficácia do funcionamento de determinadas táticas militares de caráter mais inovador. Reparemos que comandantes que se virão a tornar tão relevantes como um Cipião «O Africano», um Pompeio ou mesmo um Júlio César, exerceram cargos deste tipo, tendo este último forçado a tal ponto a prorrogação do seu término que entrou em conflito com as estruturas políticas de Roma. Foi nas duras campanhas que realizou para a conquista da Gália que este teve a oportunidade de desenvolver a sua extraordinária competência bélica e lhe permitiu desenvolver um novo tipo de relação com as suas tropas, o que lhe granjeou uma notória fidelização das suas poderosas legiões. Tais períodos dilatados de chefia proconsular, como aconteceu com Júlio César entre 59 e 52 a.C. na Gália, permitiam aos comandantes consolidar uma invulgar lealdade, confiança e articulação com as suas tropas, (GOLDSWORTHY, 2003, p. 49) permitindo ao general ter uma noção precisa do que poderia esperar militarmente de cada uma das suas legiões. Como consequência, as suas tropas passariam também a confiar inquestionavelmente nas suas decisões militares, após terem conseguido obter várias vitórias sob o seu comando. A empatia mútua gerada pela convivência entre comandante e os seus homens permitiu atingir níveis insuspeitos de relacionamento, o que fazia com que Júlio César tivesse tido a coragem de desobedecer às ordens do Senado no sentido de abandonar o seu cargo, infringir a vetusta lei que impedia um general de entrar na Península Itálica com o seu exército, e com isso abrindo uma guerra que destruiria os fundamentos políticos da República Romana.

589 HART, 2006; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 57-87; SANTOS, 2016.

590 PLU. *Gayo Mario*, 1.1-46.5; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 143-172.

591 PLU. *Pompeyo*, 1.1-80.6; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 191-226.

592 PLU. *Julio Caesar*,1.1-69.14; LE BOHEC, 2001; GOLDSWORTHY, 2013; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 227-298.

593 GOLDSWORTHY, 2010, pp. 225-248.

594 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 425-454.

territórios conquistados. O exército romano ter-se-ia mesmo visto forçado a criar escolas e carreiras de oficiais para os seus cônsules se tal lacuna tivesse inviabilizado o seu bom desempenho militar.

Dever-se-á ter igualmente em atenção que, se a função dos tribunos era a de fazer a articulação entre o cônsul e os centuriões, com as ordens a poderem não ser as mais adequadas às necessidades táticas da batalha, deveremos então admitir que recaía nestes últimos e na sua capacidade de comando prático em proximidade[595] o fator fundamental que poderá justificar o enorme palmarés dos êxitos militares romanos[596].

O grupo de soldados sob o comando de um centurião era designado por centúria e o conjunto de duas destas com os respetivos chefes formava um manípulo[597], surgindo assim a designação da unidade tática base do que hoje designamos por "legião manipular".

Os centuriões constituíam-se como os núcleos táticos base da legião, pois podiam funcionar articulados com a globalidade dos seus pares na ordem de batalha ou realizarem operações autónomas. Este novo paradigma da legião de manípulos era claramente centrado no desempenho de uma infantaria de perfil pesado, com todos os seus elementos a exibirem equipamento similar: espadas, couraças, escudos, elmos e, habitualmente, uma greva[598] na perna esquerda[599].

Quando estava formada em ordem de batalha, a legião encontrava-se protegida nos flancos por tropas montadas (*turmae*)[600] e por contingentes de infantaria ligeira, ambos fornecidos maioritariamente pelos povos aliados (*socii*)[601], que já há muito se encontravam integrados na esfera territorial do Império[602].

---

595 GOLDSWORTHY, 2003, p. 72.
596 GOLDSWORTHY, 2003, p. 49.
597 GOLDSWORTHY, 2003, p. 27.
598 CONNOLLY, 1981, p. 133.
599 A greva de bronze utilizada na perna esquerda servia para a proteger, visto que esta ficava para a frente e exposta às investidas, pela posição de pernas afastadas com que o legionário tinha de lutar. Este tipo de posicionamento era fundamental para que o soldado pudesse suportar o ímpeto da carga do seu oponente, tal como veremos no capítulo sobre a "bilateralidade" do soldado romano em combate. Conforme explicado por Michel Feugère, enquanto a armadura preservaria a vida do soldado, a proteção de seus membros pretendia permitir que ele continuasse lutando; um soldado imobilizado por uma flecha na perna não podia continuar a lutar. Ainda segundo Feugère, alguns dos legionários de Trajano retratados no monumento de Adamklissi são representados usando guarda-braços e também protetores de pernas; estes últimos poderiam ter sido de uso restrito a oficiais, a partir do nível de centurião para cima. As grevas não parecem ter sido amplamente utilizadas no exército republicano de Roma, mas parecem ter sido usados no início do Principado. No entanto, nem sempre é fácil identificá-las nos relevos, e não se pode ter a certeza de que elas sempre foram de metal. Um protetor de perna de couro encontrado recentemente no porto de Narbonne lembra-nos a possível existência de acessórios feitos de materiais orgânicos, uma vez que estes raramente são preservados (FEUGÈRE, 2002, p. 106).
600 CONNOLLY, 1981, pp. 133, 224.
601 CONNOLLY, 1981, p. 134; GOLDSWORTHY, 2003, p. 55.
602 O'CONNELL, 1989, p. 88.

É de ter em atenção esta clara preferência pela construção do núcleo tático da legião suportado pela força de peões constituídos em infantaria pesada[603] e para a qual a generalidade dos cidadãos romanos era empurrada quando se dava o alistamento voluntário ou a obrigatoriedade da sua mobilização.

Apesar do papel ofensivo determinante que a cavalaria pesada passou a desempenhar nos exércitos de perfil helenístico, tal não foi um argumento fundamental e nem mesmo elemento essencial para as novas conceções militares romanas[604]. Contrariamente a uma perspetiva ingénua e empírica, que poderia ser levada a tentar observar as vantagens de tropas montadas, fornecendo o cavalo um aumento potencial do ímpeto e velocidade de cada soldado, o que sob certas condições poderá até ser efetivo, os Romanos preferiram avaliar as notórias vantagens de uma formação apeada[605]. Esta, quando bem disciplinada e treinada, conseguia manter uma coesão estrutural que é virtualmente impossível de realizar em tropas montadas.

4.2.7. As Possíveis Origens Conceptuais da Legião

A procura de um modelo tático inovador que pudesse responder ás diversas necessidades da guerra deve ter preocupado os oficiais romanos[606], quanto ao possível modo de se articular.

Teria de ter a capacidade de ser organizado por grupos equilibrados, cada um com a sua chefia de proximidade, mas de forma a que isto não lhe fizesse perder a qualidade proporcionada pela força da sua atuação em conjunto. É bem possível que, para chegar a este protótipo, tenham realizado muitas experiências práticas no terreno[607], nomeadamente para definirem uma nova dinâmica de articulação e movimento. Esta é, sem dúvida, a grande novidade, a essência deste modelo que tem a preocupação de fornecer aos seus homens, de forma racional, o que poderíamos classificar de espaço ideal de combate[608].

---

603 VEG. 2.1.
604 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 27-28.
605 O'CONNELL, 1989, p. 92.
606 O'CONNELL, 1989, pp. 86-87.
607 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 24-25.
608 LE BOHEC, 2001, p. 105; consultar secção 4.4., deste trabalho.

Todo o modelo criado é dotado de um grande dinamismo, podendo deslocar-se frontal e lateralmente sem perda de coesão e ainda com a vantagem de as partes que o formam se poderem autonomizar taticamente de forma programada[609].

Os generais da República Romana encontraram, pois, o modelo tático que talvez pudéssemos classificar como aquele que se tornou o mais caracterizador de uma ordem de batalha de um exército ao longo de toda a História da Guerra e que conhecemos como o *quincunx* ou a *triplex acies*[610]. Este dispositivo tático adquire um perfil quase coreográfico[611], ao integrar na sua estrutura o próprio espaço dinâmico que seria condição para o bom desempenho de cada um dos legionários e que viabilizaria o seu movimento enquanto organizados em manípulos.

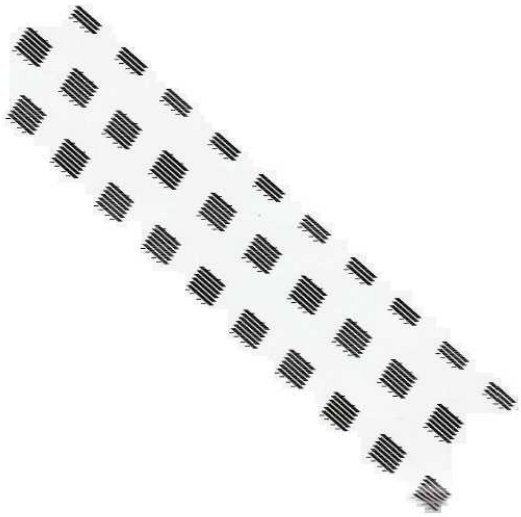


Imagem 26 - Formação em *triplex acies*. Manípulos de hastados, na frente, seguidos dos de príncipes e apresentando os de triários, cujos efetivos são cerca de metade dos anteriores, na retaguarda. [in GOLDSWORTHY, 2010, p. 26]

Este curioso modelo tático consolida-se durante o século III a.C., mantendo-se como o dispositivo base do exército romano ao longo da sua expansão territorial durante a República, tendo vindo a sofrer algumas alterações funcionais após a reforma de Gaio Mário em 107 a.C.[612].

Talvez se pudesse mesmo afirmar que o único momento em que este sistema poderia ter sido posto em causa pelos Romanos, quanto às suas qualidades táticas, foi durante a Segunda Guerra Púnica[613], em que a genialidade tática do comandante cartaginês Aníbal Barca[614] infligiu a Roma uma série de consecutivas derrotas catastróficas[615].

As inovações táticas dos Púnicos e a convicção de que em guerra era legítimo usar qualquer tipo de estratagema para garantir a vitória[616] surpreendeu os Romanos, que eram

609 O'CONNELL, 1989, p. 89.
610 GOLDSWORTHY, 2003, p. 175.
611 CONNOLLY, 1998, p. 141.
612 O'CONNELL, 1989, p. 98.
613 O'CONNELL, 1989, p. 97.
614 MONTEIRO, 2020a, pp. 145-200, pp. 165-166.
615 FIELDS; EMBLETON, 2010a, pp. 4-5.
616 CONNOLLY, 1998, pp. 169, 175; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 246, 256.

partidários de um modo de fazer a guerra nos termos do qual a vitória deveria ser obtida apenas pela capacidade do manejo das armas e num combate justo, corpo a corpo[617].

Isto subjazia à conceção de que não era digno da virtude militar tentar ludibriar o adversário com qualquer tipo de subterfúgios ou truques[618], e confiavam tanto na qualidade do seu exército e dispositivo tático que foram atribuindo as causas das suas sucessivas derrotas nesta guerra a circunstâncias excecionais, que teriam favorecido os Cartagineses[619].

É notória a desorientação romana sobre as causas das derrotas sofridas durante as primeiras batalhas com Aníbal[620] e isto terá levado os Romanos a julgarem que poderiam resolver o problema se encetassem apenas um progressivo aumento dos efetivos que iriam enfrentá-lo[621]. Tal não será, ao longo da sua história militar, um comportamento típico da sua mentalidade marcial, pois quase sempre os Romanos lutaram em inferioridade numérica; mas isto bem poderá revelar a sua confiança no seu modelo tático, visto que em nenhum momento pensaram em alterá-lo, ou sequer em reformulá-lo[622], apesar de ter fracassado durante consecutivas batalhas.

Alguns dos mais competentes comandantes romanos coevos, como um Gaio Cláudio Nero[623], ou um Marco Cláudio Marcelo[624] (o esforçado conquistador de Siracusa), só cerca de dez anos mais tarde começaram a compreender que as razões para os desaires militares romanos[625] eram devidas à sua insistência em procurarem confrontar Aníbal com o modelo na sua forma tradicional, que este conhecia bem, enquanto este lhes contrapunha um dispositivo tático urdido especificamente para cada batalha[626], por exemplo com tropas dissimuladas e aproveitando todos os fatores situacionais que pudessem auxiliar a obter a vitória[627].

---

617 O'CONNELL, 1989, pp. 91-92.

618 BRIZZI, 2014, pp. 59-60. Dir-se-ia mesmo que Aníbal não tinha pruridos na utilização de imaginativos estratagemas militares que deitassem mão de dissimulações ou enganos, possivelmente não só por uma sua natural disposição de carácter, mas também porque a sua formação militar na juventude foi em grande medida realizada por Santipo Sósilo (BRIZZI, 2014, pp. 28, 56-57, 100), um precetor espartano cujo ensino se encontraria certamente inserido na tradição grega de conceber a guerra.

619 PLB. 11.19 e 18.28. No livro 11.19 Políbio aborda a competência de Aníbal e no 18.28 refere que: "as derrotas romanas nas Guerras Púnicas não foram devidas a táticas inferiores, mas devido à genialidade de Aníbal. Não foi por causa de suas armas ou táticas, mas pela habilidade e genialidade de Aníbal que eles encontraram essas derrotas."

620 BRIZZI, 2007.

621 CONNOLLY, 1998, pp. 171-172, 183.

622 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 260-261.

623 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 270, 309, 317-321, 354-356.

624 PLU. *Marcellus*, 1.1-30.6; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 185, 300-303, 312-313, 344-352.

625 BRADFORD, 2001, pp. 179-180.

626 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 233-234.

627 CONNOLLY, 1998, pp. 167-188.

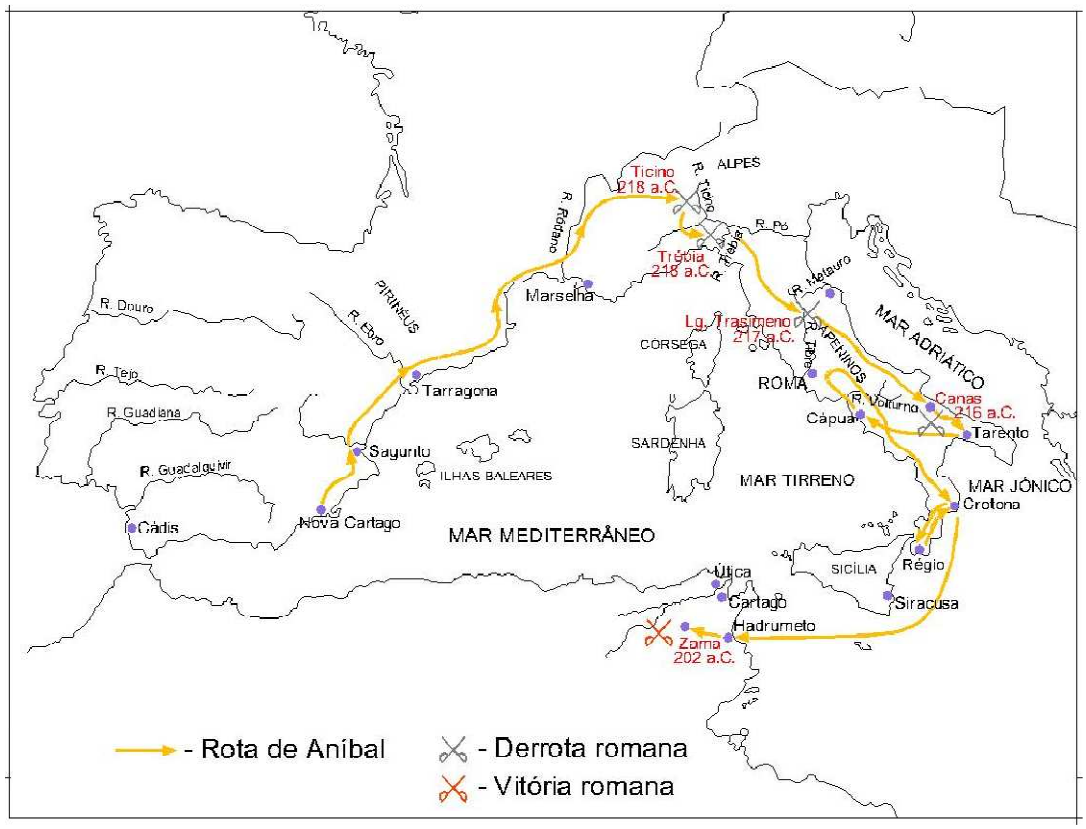


Imagem 27 - Campanha de Aníbal Barca durante a Segunda Guerra Púnica, 218-202 a.C., na Hispânia, Península Itálica e terminando na Batalha de Zama, no norte de África, em território cartaginês. (desenho nosso)

Só com Cipião, «O Africano»[628], os Romanos compreenderam que o problema residia, em grande medida, na rigidez do seu dispositivo[629] ante a singular versatilidade tática que Aníbal demonstrava[630]. A legião manipular era um modelo tático que se orgulhava de ser fundado num confronto justo com o adversário. Os Romanos sempre tiveram tendência para conceber a guerra como um duelo leal entre dois contendores e onde a vitória seria merecida por aquele que fosse melhor numa luta justa, baseada na sua força e mestria nas armas[631]. Esta visão era um modelo totalmente fundamentado na coragem (*andrea*[632]) e na lisura (*fides*) sendo tal combate justo aos olhos dos deuses e justificando a glória do vencedor. Pelo contrário, Aníbal era um fervoroso adepto da *metis* grega[633], que preconizava que a obtenção

628 HART, 2006; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 57-87; SANTOS, 2016.
629 Para as novas competências táticas dos generais romanos como Cipião: BRADFORD, 2001, p. 184.
630 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 357, 368, 371-372, 374.
631 O'CONNELL, 1989, p. 91.
632 O equivalente deste termo grego será *Virtus*.
633 BRIZZI, 2014, pp. 76-77.

da vitória justificaria só por si a utilização de quaisquer recursos[634], independentemente de uma possível avaliação moral sobre a sua utilização[635].

Giovanni Brizzi refere-se à inspiração que a ciência militar grega foi para Cartago nos seguintes termos[636]:

> «[…] Verso la metà del III secolo i Cartaginesi non solo allineavano ormai da tempo corpi di fanteria pesante, ma prestavano apparentemente un'attenzione estrema a tutti i più recenti sviluppi della scienza militare greca, che era diventata il termine di confronto per tutte le civiltà del Mediterraneo. Diodoro lascia intendere, per esempio, che il battaglione sacro, sacrificatosi eroicamente nell'anno 339, durante la battaglia del Crimisos, fosse modellato sull'omonimo reparto tebano che aveva combattuto nella battaglia di Cheronea. Avendo strutturato il loro esercito sulla falange oplitica, uno schieramento disposto su otto file e composto di fanti pesantemente armati, i Cartaginesi erano stati a lungo abituati a praticare la forma di attacco frontale che era caratteristica degli opliti, fino a che probabilmente proprio Santippo, nella battaglia combattuta e vinta contro Attilio Regolo, aveva insegnato loro la manovra avvolgente di origine ellenistica. Alla piena funzionalità di questa manovra mancava ancora l'ultimo tocco che Amilcare si era sforzato di offrirle, introducendo forse nell'organico dell'esercito cartaginese corpi di falangiti armati alla macedone. […]»

Aníbal é, sem dúvida, o único general que, na longa história militar de Roma, se pode orgulhar de ter desafiado, de forma sistemática, as legiões, tendo conseguido vencê-las durante anos a fio[637]. Só depois das mudanças táticas que o procônsul Públio Cornélio Cipião introduziu no difícil contexto hispânico[638], à época completamente dominado pelos exércitos cartagineses, Roma compreendeu bem qual o potencial da legião, fazendo com que esta apresentasse outras orgânicas na sua ordem de batalha e programando o seu dispositivo em função das condições no terreno. Poder-se-ia mesmo dizer que, se Roma quase soçobrou às mãos do general cartaginês[639], nomeadamente na sequência do desastre de Canas[640], a sua

---

634 Diga-se que a mundividência marcial cartaginesa era profundamente devedora das conceções gregas, nos seus modelos e táticas militares como resultado da secular convivência destas duas evoluídas civilizações no dinâmico contexto mediterrânico. Lembremos ainda que durante a Primeira Guerra Púnica, Xantipo, um importante estratego espartano, foi chamado por Cartago para reorganizar o seu exército com o objetivo de enfrentar a investida em território africano do cônsul romano Marco Atílio Régulo. (299-246 a.C.) Este teria já vencido no Cerco de Aspis e na Batalha de Adis, quando Xantipo o conseguiu derrotar e aprisionar na Batalha de Tunes, tendo, por conseguinte, o sucesso deste lacedemónio deixado ainda mais profundamente marcada a influência marcial grega nas armas cartaginesas. HANSON, 2002, p. 128.

635 BRIZZI, 2007, pp. 263-264.

636 BRIZZI, 2014, p. 53.

637 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 259-260.

638 GOLDSWORTHY, 2009, p. 322.

639 BRIZZI, 2007, pp. 224-232.

640 Após a Batalha de Canas, seria legítimo que Aníbal esperasse dar início a conversações de paz com o Senado romano, pois dir-se-ia que, pelos padrões da época, era então o vencedor indiscutível da guerra. Em

ambição territorial e a consciência das suas capacidades militares acabaram por sair muitíssimo reforçadas da Segunda Guerra Púnica[641]. Estamos mesmo em crer que a guerra com um génio militar como Aníbal[642] impulsionou uma nova fase em que a máquina militar romana ganhou uma tal confiança nas suas competências que se passou a sentir capaz de defrontar qualquer adversário[643]. Veja-se, por exemplo, o ímpeto com que Roma, imediatamente a seguir ao término desta guerra, se lança à destruição do poder de Filipe V da Macedónia[644] e de Antíoco III da Síria[645], poderosos reis com fortes exércitos de perfil helenístico[646].

Poder-se-ia mesmo dizer que o perfil clássico do combate dos soldados romanos passou a integrar uma fase preliminar em que eram atirados os pilos sobre as tropas adversárias quando estas se encontravam em progressão para a batalha, sendo imediatamente seguida do combate corpo a corpo já com os legionários munidos dos seus gládios.

Seria vantajoso para a legião que o tempo entre uma fase e outra fosse o mais reduzido possível, atendendo a que o objetivo da salva de pilos era procurar desorganizar a formação inimiga e dificultar, ou mesmo inviabilizar, a utilização dos seus escudos. Quanto maior fosse o intervalo temporal entre as duas fases, mais isto permitiria ao adversário superar as inesperadas dificuldades geradas pelo lançamento dos projéteis, podendo inclusive admitir-se que este seria um momento particularmente oportuno para um claro avanço da legião no terreno.

---

apenas dois anos conseguira fomentar a rebelião dos Gauleses, na fronteira norte da Península Itálica, bem como sublevar muitos outros povos que estavam sob o domínio romano. Realizara o impossível ao vencer consecutivamente quatro batalhas contra as legiões e pudera vaguear e pilhar a seu belo talante pelos territórios da urbe e dos seus aliados. Destruíra com inegável êxito todas as forças enviadas contra si, e após Canas tinha em seu poder milhares de Romanos sobre os quais tinha agora o direito de exigir valiosos resgates.
Como poderia Roma não admitir a sua derrota quando, nos dois últimos anos, os Romanos e seus aliados tinham sofrido pelo menos 100.000 baixas, o que era mais de 10% da população apta para o serviço militar? A elite política de Roma também tinha sido profundamente afetada e pelo menos um terço dos Senadores tinha sido morto em combate e muitos dos sobreviventes tinham perdido familiares. Que situação poderia ser mais catastrófica para um Estado do que o que Roma enfrentava naquele momento? GOLDSWORTHY, 2009, pp. 285-286

641 GOLDSWORTHY, 2009, p. 412.

642 Sobre a capacidade de recuperação romana depois de Canas, veja-se o que Políbio comenta: «[…] So that Hannibal was not so much rejoiced at his victory in the battle, as struck with astonishment at the unshaken firmness and lofty spirit displayed in the resolutions of these senators. […]»
PLB. 6.58

643 O massacre de Canas teve muito pouco efeito estratégico. Um ano depois da batalha, os Romanos tinham novas legiões de qualidade semelhante às que caíram em agosto de 216 a.C. O sucesso de Aníbal em Canas pode ser considerado como semelhante ao dos japoneses em Pearl Harbor, uma vitória tática brilhante sem qualquer consequência estratégica que serviu para galvanizar em vez de minar o moral dos vencidos. HANSON, 2002, pp. 126-127.

644 GRIMAL, 1993, p. 43.

645 GRIMAL, 1993, p. 44.

646 CONNOLLY, 1998, pp. 205-206; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 419-422.

O grande dinamismo da segunda fase é-nos descrito na passagem de Tito Lívio em que este afirma que[647]:

> «[…] (10) When they had discharged their iron javelins and fire darts they drew their swords and the fighting became more furious. (11) They were no longer wounded by chance hits from a distance, but foot to foot with the foe they had only their strength and courage to trust to. […]»

A dinâmica de movimento de cada soldado romano fazia com que a parede de escudos fosse então formada por uma série de combates individualizados apoiados e realizados em formação.

Neste sentido, Plutarco diz-nos mesmo como Cipião Emiliano advertiu os seus homens na Batalha de Pidna para que não concebessem a batalha contra a falange como um combate massivo, mas que perspetivassem a sua luta como duelos individuais com os seus adversários[648].

Poder-se-ia mesmo dizer que o tipo de treino e o hábito de combate do soldado romano era tão individualizado que lhe permitia por vezes encetar um combate eficaz mesmo sem necessitar de um apoio lateral tão marcado como acontecia na formação da parede de escudos.

Podemos observar até esta sua capacidade na problemática Batalha do Sambre contra os Nérvios em 57 a.C., quando Júlio César ordenou pessoalmente aos seus legionários que, perante a dificuldade espacial de montar a sua parede de escudos, lutassem com os Gauleses em ordem aberta para que pudessem usar as suas espadas com mais facilidade[649].

As legiões sofreram derrotas, como seria expectável de um exército que passou diferentes fases e vicissitudes ao longo de muitos séculos de existência, confrontando-se com centenas de povos diferentes e quase sempre com números substancialmente superiores[650]; contudo, após um desaire militar, a resposta romana não se fazia esperar e era de tal modo eficaz que os seus recursos táticos lhe permitiam quase sempre obter a desforra[651].

Uma outra aprendizagem fundamental para o exército romano adveio do facto de as batalhas de Aníbal serem programadas muito antes do enfrentamento, pois o grande general púnico procurava ser ele próprio a decidir quando e em que circunstâncias se iria confrontar

---

647 LIV. 34.14.10-11.
648 PLU. *Aemilius Paullus*, 20.8.
649 CAES. *Bell. Gall.* 2.25.
650 HEATHER, 2010, p. 11.
651 GOLDSWORTHY, 2009, p. 411.

com as legiões[652]; uma tal análise minuciosa e racional era determinante para conseguir congregar, em seu favor, elementos imponderáveis que se tornavam essenciais para o auxiliar a vencer[653]. Referimo-nos, concretamente, a fatores como a posição do sol ou a direção do vento, que dificultavam a visão dos Romanos e diminuíam a força dos seus projéteis, bem como a constrição do espaço da luta, atendendo a que os Romanos necessitavam de bastante campo de manobra para serem eficientes. Mas o mais importante fator era, sem dúvida, o relevo do local da batalha, atendendo a que este poderia permitir aos Cartagineses esconder corpos do seu exército e fazê-los intervir na batalha em diferentes momentos, desferindo ataques venenosos e vindos de diferentes direções[654]; tal configurava um fator surpresa que se revelava sempre muito desestabilizador para um exército organizado, como eram todos os de matriz romana.

4.2.8. Dois Grandes Paradigmas de Conceber a Guerra: *metis* e *fides*.

4.2.8.1. O Paradigma Arquetípico da *metis*

No mundo grego, a conceção de guerra permitia que esta fosse realizada dentro de um alargado âmbito de possibilidades que não teriam necessariamente de ser avaliadas segundo padrões morais. Sendo uma atividade por natureza antissocial, desagregadora de toda a ordem, onde o seu objetivo e resultado era a morte e a destruição, nela poderiam ocorrer todo o tipo de estratagemas que pudessem ajudar a superar o adversário.

Às competências necessárias de preparação física e mestria no manejo das armas acrescentar-se-ia a esperteza, a imaginação, a inteligência para urdir um plano que ajudasse a obter a vitória. Na perspetiva grega, a *metis* (a prudência hábil, a astúcia) era tanto ou mais valorizada do que a *andreia* (a coragem viril)[655]. Neste contexto Plutarco relatou a réplica que o general espartano Lisandro (c. 435-395 a.C.) deu a alguns dos seus detratores, que o acusavam de as suas vitórias serem fruto de enganos, mentiras e ações dissimuladas: "sempre que a pele do leão não for suficiente, então devemos vestir-nos com uma pele de raposa"[656], o que fazia com que o herói grego combinasse a força bruta e a bravura com a astúcia. Talvez

[652] CONNOLLY, 1998, p. 175.
[653] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 235, 243.
[654] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 233-234.
[655] BRIZZI, 2004, pp. 15-21, 52-62.
[656] PLU. *Lysandros*, 7.

se deva mesmo admitir que a utilização do ardil no contexto grego era valorizada como uma demonstração de inteligência que justificaria intelectualmente o sucesso do contendor que o soubesse conceber e pôr em prática[657].

Do ponto de vista etimológico poder-se-ia dizer que *metis*, é um substantivo, que nos remete para um tipo particular de inteligência e de prudência. Como nome próprio, é atribuído a uma divindade feminina, a filha de Oceano, que pode ser mesmo considerada uma deusa com várias dimensões equívocas. Ela foi a primeira esposa de Zeus e, após ter concebido Atena, terá sido engolida pelo seu marido.

No entanto, na *Teogonia* de Hesíodo, é-lhe atribuído um papel bem mais importante, surgindo como uma grande divindade primordial, presente desde a cosmogonia. Henri Jeanmaire dedicou-se à análise das características da deusa procurando inferir outros aspetos relevantes na sua obra *La naissance d'Athéna et la royauté magique de Zeus*[658].

Poder-se-ia assim dizer que *metis* representa uma certa habilidade inteligente conhecida como esperteza, entendendo-se esta como uma certa qualidade de eficácia prática que alguém pode adquirir no contacto com um determinado trabalho e que lhe permite o bom conhecimento e desempenho nessa esfera particular de atividade[659].

Esta sageza prática envolve múltiplas habilidades úteis nas mais diversas tarefas quotidianas, tal como se poderia dizer daquela que o artesão acaba por adquirir ao realizar os seus objetos, sendo esta mestria uma natural consequência do prolongado contacto com as suas realizações[660].

Nos trabalhos da guerra ela representa toda a atividade que visa atingir alguma vantagem prática sobre o adversário, deitando mão de ardilosos estratagemas, nomeadamente os aprendidos numa experiência anterior. A dissimulação, a fraude, a mentira, o engano, devem fazer assim parte de um vasto reportório de recursos que se deverão legitimamente utilizar contra o adversário, pois o único objetivo da guerra é a obtenção da vitória. A tarefa do guerreiro é entendida como uma atividade que se move numa esfera particular, onde a sua concretização prática não deverá ser condicionada por padrões morais que regulam as relações sociais. O "bem da guerra" é vencer e para tal dever-se-ão usar a imaginação ardilosa e o dolo. Dir-se-ia que vale bem mais, para os deuses da

657 BRIZZI, 2014, pp. 59-61.
658 JEANMAIRE, 1956, pp. 12-39.
659 VERNANT, 1999, pp. 26-27.
660 VERNANT; DETIENNE, 1974, p. 11.

fúria guerreira, aquele que consegue a vitória deitando mão de enganos do que aquele que é vencido lutando com lisura.

Poder-se-ia mesmo dizer que o texto de Homero mais adequado para nos esclarecer sobre a complexa natureza da *metis* é aquele em que nos apresenta o episódio da corrida de cavalos. Tudo está pronto para a corrida de bigas e o velho Nestor, que é o próprio modelo do sábio, especialista em estratagemas, dá conselhos ao seu jovem filho Antíloco. O rapaz ainda é muito novo, mas Zeus e Poseidon ensinaram-lhe já todas as boas maneiras de poder lidar com uma corrida de cavalos. Infelizmente, aqueles de que dispõe para a corrida não são muito rápidos, estando assim o seu rival Menelau bem mais preparado para conseguir a vitória. O jovem parece destinado a perder. Como poderia então triunfar? É o tipo de situação em que terá de utilizar a *metis*. Compreendendo Nestor que o filho está em clara desvantagem, adverte-o no sentido de que não deve deixar escapar a vitória, nem que para isso tenha que deitar mão de algum truque[661].

Cantam então laudas à sabedoria proporcionada pela *metis,* afirmando que é através dela e não da força que o lenhador mostra seu valor, que é através da *metis* que o timoneiro sabe orientar o navio em alta velocidade sobre o mar apesar do vento e é igualmente através dela que o cocheiro triunfa sobre o seu rival. Antíloco procura conceber então uma manobra dolosa enquanto o pai o adverte de que "O homem que conhece os truques (*kerdé*) ganha o dia mesmo com cavalos medíocres". Assim, durante a corrida, Antíloco procura tirar vantagem de um estreitamento recente da pista, que fora afetada pela queda de fortes chuvas, e desvia o seu carro obliquamente, para a frente do de Menelau, correndo o risco de causar um acidente: a manobra apanha o adversário de surpresa e este vê-se forçado a travar os seus cavalos. Antíloco aproveita a desordem momentânea e acaba por conseguir ultrapassá-lo na última reta da corrida[662].

Por mais banal que o episódio possa parecer, ele demonstra certas características essenciais da *metis*. Quer seja o adversário um homem, um animal ou uma força da natureza, o sucesso pode ser conquistado por dois meios: ou graças a uma superioridade naquela esfera particular em que se compete com o mais forte, ou então pelo uso de métodos de uma ordem diferente, cujo efeito é reverter o resultado natural do confronto e conseguir a vitória por parte daquele cuja derrota parecia inevitável[663].

---

661 HOM. *Ilíada* 14.107; 23.306-314.
662 HOM. *Ilíada*, 23.315-322, 418-441, 524-525.
663 VERNANT; DETIENNE, 1974, pp. 12-13.

Assim, o sucesso permitido pela *metis* poderá ser visto de duas maneiras que dependem das circunstâncias: 1) em alguns casos a vitória poder-se-á considerar o resultado de dolo, uma vez que as regras estabelecidas não foram observadas; 2) sendo ainda mais surpreendente, dir-se-ia que será a maneira pela qual a parte mais fraca, contra todas as expectativas, consegue encontrar recursos capazes de colocar os mais fortes à sua mercê.

Desta forma, certos aspetos da *metis* tendem a associá-la com o truque desleal, como a mentira pérfida, ou a traição - isto é, aos recursos desprezíveis próprios das mulheres ou dos covardes. Em certo sentido, a *metis*, a arma absoluta, a única que possui o poder para garantir a vitória e o domínio sobre os outros, é aquela que ganha seja quais forem as condições do enfrentamento.

Com efeito, qualquer que seja a força de um homem ou de um deus, sempre haverá um momento em que ele terá de se confrontar com alguém mais forte do que ele. Se Zeus é o rei dos deuses, mais poderoso do que todas as outras divindades, conseguindo ainda ter mais força mesmo quando todos os outros se unem contra ele, é porque ele é, por excelência, o deus que possui a *metis*.

4.2.8.2. A Primordial Narrativa Mitológica da *metis*

Podemos ver desde logo, a astúcia inerente à *metis* no mito grego que relata a história de como o filho de Cronos conquistou o poder e estabeleceu a sua soberania[664]. Nele fica bem patente o facto de que a vitória na luta pelo poder absoluto tinha que ser vencida, não pela força, pois o pai de Zeus era mais poderoso, mas antes por um truque astuto, urdido graças à *metis* de Zeus. Este, não satisfeito com o facto de se ter unido a tal deusa por meio do matrimónio, decidiu efetuar ele próprio uma conjunção mais radical, realizando assim a sua própria *metis*, tendo-a assimilado no seu próprio corpo[665], depois de a engolir.

Poder-se-á ver já neste ato o prenúncio da precaução astuciosa caracterizadora do Rei dos Deuses, uma vez que *metis* concebeu Atena. Esta seria, segundo o oráculo, mais forte que seu pai e, portanto, poderia vir a destroná-lo, tal como ele havia feito com Cronos. Tal manobra astuciosa garantiu que não houvesse, a partir de então, qualquer estratagema sem o conhecimento e a colaboração direta de Zeus, garantindo desta forma a sua permanência como deus supremo.

---

664 VERNANT, 1999, pp. 25-30.
665 VERNANT; DETIENNE, 1974, pp. 107-109.

Poderemos perguntar que maior estratagema poderia ser urdido por algum ser existente do que este que Zeus executou ao ter assimilado a própria *metis*, pois nenhum truque ardiloso poderia para sempre ser levado a cabo no universo, por homens ou deuses, sem primeiro passar pela sua mente. Não haverá nenhum dolo, nenhum ardil, nenhum engano que possa ameaçar desde então o seu poder ou a duração do seu reinado.

É possível ver, assim, a força incomensurável deste conceito no pensamento grego, pois, para quem tem *metis*, nada pode surpreendê-lo, nada pode enganar a sua vigilância ou mesmo frustrar os seus projetos. *Metis* tornou-se a expressão máxima da astúcia prática, conceito fundamental para garantir a vitória nos desmandos da guerra e Aníbal bem poderá ter sabido assimilar a sua a partir dos ensinamentos do seu precetor espartano, Sosilos[666].

4.2.8.3. O Paradigma Arquetípico da *fides*

Diz-nos o professor João Gouveia Monteiro que[667]:

> «[…] os Romanos desprezavam o ardil, o estratagema e preferiam vencer as guerras pela força dos seus homens e das respetivas armas. […]».

Tendo criado um modelo tático de eficácia comprovada, os Romanos terão sempre preferido, por razões religiosas e de disposição de caráter, realizar a guerra baseando-se sobretudo na *virtus* e na *fides*[668], isto é, na coragem viril acompanhada por lealdade para com o adversário[669].

João Gouveia Monteiro acrescenta[670]:

---

666 VERNANT; DETIENNE, 1974, pp. 13-14.

667 MONTEIRO, 2020b, p. 290.

668 BRIZZI, 2007, pp. 260-265.

669 O'CONNELL, 1989, pp. 86-87.
O conceito de *fides* tinha mesmo uma importância fundamental para a própria estrutura da sociedade romana. Ele encontrava-se seminalmente ligado às suas antiquíssimas conceções religiosas que deveriam ser o fundamento das relações interpessoais e promover a confiança entre todos os indivíduos. A *fides* seria assim um dos pilares fundamentais do próprio edifício jurídico sobre o qual se tinha baseado o seu vasto corpo de leis. Diz-nos Pierre Grimal: «[…] Foi no reinado de Numa que os Romanos adquiriram a sólida reputação de piedosos e que ergueram um altar à Boa Fé (*Fides*), fundamento da vida social e também das relações internacionais, na medida em que *fides* implica a substituição das relações de força por relações baseadas na confiança mútua. Adivinha-se já o nascimento de uma organização de forma jurídica cuja ambição consiste em regular, de uma vez por todas e de acordo com a ordem do mundo, toda a vida da cidade. Roma pensa-se segundo um sistema total, harmoniosamente inserido no ritmo do universo. […]». «[…] A tradição atribuía a organização religiosa de Roma ao rei Numa, um sabino, que teria reinado de 717 a 673 a.C. e que, dizia-se, teria sido iniciado nas coisas divinas pelo próprio Pitágoras […]». GRIMAL, 1993, pp. 24, 22.

670 MONTEIRO, 2020b, pp. 290-291.

> «[…] A deusa *fides* exigia honra e obrigação, valores que, aplicados à luta armada e ao comportamento dos chefes militares, pressupunham uma mínima etiqueta marcial que exigia a existência de declarações prévias de guerra ou o direito à rendição dos vencidos, etc. Para os Romanos, uma guerra contra um inimigo justo e leal não podia ser ardilosa e traiçoeira (e talvez por isso Papírio Carbão tenha invetivado muito mais tarde Sula por este possuir uma alma dupla: de leão e de raposa). Era preferível lutar cara a cara, sem armadilhas, segundo os ritos próprios de uma guerra justa, porque isso salvaguardava a própria *fides*, que constituiu um alicerce da sociedade itálica primitiva (antes mesmo das cidades, das leis e dos tratados). […]
> […] O desrespeito da *fides* por algum adversário tornava uma guerra justa em *latrocinium* (e, neste cenário, já poderia haver lugar a entorses aos bons princípios da lealdade e, portanto, recurso ao ardil, como sucedeu na guerra contra os Celtas, mas só em casos excecionais e muito repugnantes) […]»

A confiança que os Romanos demonstravam na sua força militar inclinou-os naturalmente para a *fides*, que se poderia definir como uma conceção de jaez aristocrático, que remetia para um certo tipo de lisura e boa fé expressa nas relações sociais e nos atos quotidianos.

Na guerra, esta *fides* romana implicava quase uma idealização do processo de luta, pois para os Romanos só se vence com honra a quem se lhe mostra todas as condições pelas quais ele irá ser vencido. Esta arreigada conceção é, antes de mais, reveladora de um profundo orgulho nas suas capacidades, indiciadora, em grande medida, do já prolongado historial de sucesso das suas armas, pois não teriam assim necessitado de recorrer a estratagemas e a enganos para se conseguirem impor militarmente.

Poder-se-ia mesmo dizer que, até então, a sua visão da guerra se poderia considerar mesmo algo ingénua, admitindo-se que, num processo de esforço máximo, como esta implica, terão recorrido apenas à sua coragem e ao leal terçar das suas armas.

Saliente-se que, em sentido lato, a brutalidade e o desespero causados pela guerra terão feito com que a sua esfera tenha privilegiado sempre a consumação de atitudes extremadas, cuja valorização se situaria para além de quaisquer quadros morais, legitimando-se assim a realização de qualquer ato que pudesse assegurar a vitória, ou até mesmo a sobrevivência.

Nas mais variadas latitudes, do Ocidente ao Extremo Oriente, observamos que as ingentes necessidades da guerra foram enquadradas dentro de uma lógica que poderíamos considerar de perfil maquiavélico, onde se justificaria a utilização de quaisquer meios em função dos fins.

Tal poderá ser observado na literatura sobre estas matérias, escritas desde a mais Alta Antiguidade, bastando para tal compulsar as obras de Sun-Tsu, as máximas de Frontino, os conselhos de Eneias, "O Tático", ou os escritos de Polieno[671].

4.2.8.4. O Contexto da Viragem nas Conceções Militares Romanas

Uma alteração profunda, quanto aos pruridos na utilização de estratagemas, foi possivelmente o resultado do contacto dos Romanos com a *metis* anibaliana, o que lhes permitiu compreender a falta de dinamismo do seu pensamento bélico. Sabiam, pois, que a legião, tal como fora concebida, apresentava virtualidades extraordinárias e provara já à saciedade o seu enorme potencial militar, mas só então foram levados a consciencializar que a astúcia tática de um adversário particularmente dotado poderia fazer perigar, ou até mesmo anular, toda a competência bélica romana.

Na Segunda Guerra Púnica, Aníbal Barca derrotou os Romanos de forma humilhante durante quase dois anos e fê-lo, sobretudo, em batalhas consecutivas, próximas no tempo e no espaço, o que tem toda a relevância por demonstrar, não só a sua extraordinária mestria tática, mas a incapacidade romana para o enfrentar.

Aníbal vence na Batalha do Ticino, na do Trébia, na do Lago Trasimeno[672] e culmina com o inesperado colapso militar romano na Batalha de Canas[673], com os oficiais romanos a persistir na mesma orgânica de combate, nas mesmas armas e exibindo a mesma *fides*.

Canas deveria surgir com o estatuto de maior relevo neste rol de derrotas, não só pelas pesadas perdas que causou, mas porque Roma, depois dos três desaires anteriores, tinha querido pôr um fim definitivo àquele "inconcebível absurdo" que descia pela Península Italiana e que roubava e pilhava à sua vontade.

Note-se o progressivo aumento da importância militar desta sucessão de quatro batalhas, que se iniciam com um mero recontro entre cavalarias no Ticino (218 a.C.), seguindo-se depois um confronto em larga escala em Trébia onde já estiveram envolvidos muitos milhares de efetivos; veio depois a Batalha do Trasimeno (217 a.C.)[674], que resultou já de uma poderosa perseguição realizada por um grande exército romano, numa intensão já

---

671 SUN TSU, *A Arte da Guerra*; FRONTIN. *Estratagemas*; AEN. TACT. *Poliorcética*; POLYAEN. *Estratagemas* [Esta obra terá sido dedicada a Marco Aurélio (161-180) e a Lúcio Vero (161-169), que se encontravam envolvidos na guerra contra a Pártia (162-165), cerca de 163].

672 CHRYSTAL, 2015, pp. 91-93.

673 CHRYSTAL, 2015, pp. 99-101.

674 BRADFORD, 2001, p. 180.

não de simples defesa da Península Itálica, mas também de realização de um contra-ataque ao exército do "Cartaginês", visando a sua destruição[675].

Note-se que após mais esta derrota, o Senado romano, despeitado, achou que a ousadia de Aníbal já teria ido longe demais e quis aplicar-lhe o golpe fatal, em Canas, no dia 2 de agosto de 216 a.C., mobilizando para tal o maior exército até então organizado por Roma[676], que não só o deveria derrotar, mas o deveria mesmo esmagar[677].

Saliente-se que a postura militar romana se manteve a mesma, respondendo apenas com um substancial aumento do número de legiões, como que advertindo o ousado "Cartaginês" de que ele ainda não tinha conhecido realmente a fúria e força das armas romanas.

A confiança no seu modelo e no seu sistema de combate mantêm-se intacta, mas Roma falha estrepitosamente mais uma vez. O impensável terá acontecido e serão então os próprios senadores presentes no campo de batalha[678], que ali se deslocaram para assistir ufanos ao "esmagar da cabeça da serpente", que aí perecerão, juntamente com muitos milhares de legionários apanhados na terrível armadilha urdida por Aníbal[679].

É necessário salientar a importância desta sucessão de derrotas para a viragem observada no pensamento militar romano, dando início a uma real reforma dos arquétipos mentais marciais que até então a orientavam. Encontramos aqui o início do que virá a ser a construção do seu futuro e vasto Império, constituindo-se como um ponto de charneira ao fazer aproximar o seu pensamento militar do conceito da *metis* grega e procurando afastar-se da rigidez de uma *fides* baseada unicamente na *virtus*.

Dir-se-á que, se a tragédia bélica não se tivesse avolumado com tanta veemência, muito dificilmente a máquina militar romana teria consciencializado a necessidade de

---

675 Desde a sua descida dos Alpes em outubro de 218 a.C., até ao massacre de Canas em 2 de agosto de 216 a.C., Aníbal matou ou capturou em batalha cerca de 80.000 a 100.000 legionários, entre os quais estavam membros das classes senatorial e equestre, incluindo dois cônsules e vários ex-cônsules. No espaço de vinte e quatro meses, um terço das tropas operacionais romanas, que somavam mais de um quarto de milhão de homens, contribuiu para aumentar o número de mortos, feridos ou prisioneiros nos banhos de sangue do Ticino, Trébia, Trasimeno e Canas. HANSON, 2002, p. 126.

676 HANSON, 2002, pp. 115-116.

677 MONTEIRO, 2020a, pp. 145-200, pp. 171-174.

678 GOLDSWORTHY, 2001, p. 67.

679 Batalha do Ticino: novembro de 218 a.C. Esta batalha travou-se junto ao rio Ticino (Tesino, norte de Itália). GONZÁLEZ, 2005, ("*Ticinvs*", *flumen*), p. 616.
Batalha do Trébia: 22 de dezembro de 218 a.C. Esta batalha teve lugar junto ao rio Trebia no norte de Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Trebia*", *flumen*), pp. 624-625.
Batalha do Trasimeno: 21 de junho de 217 a.C. Este confronto ocorreu nas margens do Lago Trasimeno, na província de Perúgia, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Trasimenvs*", *lacus*), p. 624.
Batalha de Canas: 2 de agosto de 216 a.C. Esta batalha decisiva no contexto da Segunda Guerra Púnica teve lugar no que hoje é conhecido como Monte di Cane, perto de Canossa di Puglia, Itália. GONZÁLEZ, 2005, ("*Cannae*", pp. 114-115.

adquirir outras competências táticas. Se o desastre romano não tivesse sido tão esmagador, e se tivessem verificado apenas uma ou duas derrotas isoladas às mãos de Aníbal, tal teria sido possivelmente justificado por algum fator ocasional adverso, e não tanto pelas limitações da sua conceção militar.

Esclarece-nos o professor Giovanni Brizzi sobre o conceito de *fides* na cultura militar romana e o seu profundo desajuste tático perante a *metis* de Aníbal[680]:

> «[…] Gli aristocratici romani parevano poi pensare che la fides, il termine indica in latino il corretto e leale comportamento –, un valore su cui essi fondavano abitualmente ogni aspetto dei loro rapporti, dovesse essere serbata con rigore anche in guerra, almeno quando si combatteva con uno iustus hostis, cioè contro un nemico simile a loro. Contrari a condurre la guerra con stratagemmi, insidie e inganni, essi ritenevano che la vittoria non dovesse essere rubata, ma conquistata faccia a faccia, in una sorta di duello in campo aperto. Pur limitato nelle sue applicazioni da restrizioni parziali e talvolta corretto da sofismi, l'atteggiamento dei Romani era però sostanzialmente sincero ed era il frutto di un'etica ancestrale, di una base cavalleresca: basti pensare che al lessico latino manca del tutto il termine che serve a indicare lo stratagemma. Agli inizi delle ostilità quindi i comandanti romani non potevano che essere le vittime predestinate della metis di Annibale, della sua proverbiale e straordinaria astuzia. La loro concezione arcaica e utopistica della guerra li rendeva vittime ideali, incapaci non soltanto di intuire i meccanismi della mente di Annibale e di guardarsene, ma forse persino di concepire un simile modo di combattere da parte sua. Essi potevano immaginare un modo di combattere di questo tipo da parte, per esempio, dei Celti. Era chiaro che nelle foreste che coprivano la piana del Po occorreva guardarsi dalle imboscate, un mezzo del quale i Galli a volte si servivano; ma da parte del comandante in capo di una grande città-stato come Cartagine, di un aristocratico simile a loro, essi non si aspettavano un comportamento di questo genere. […]»

Salientemos a assertividade com que os Romanos, depois desta assimilação da *metis*, que trouxe todo um novo reportório de conceções militares, iniciam uma ampla expansão territorial, assegurando um extraordinário contínuo de conquistas em todas as direções que acabará para os guindar ao domínio total do Mediterrâneo.

[680] BRIZZI, 2014, pp. 76-77.

4.3. Problemática de uma Nova Conceção de Combate

Abandonado o pouco versátil modelo da falange grega, dir-se-ia que os Romanos souberam criar o que se pode considerar como o outro paradigma de uma ordem de batalha na Antiguidade[681]. Muito mais flexível, o modelo articulava, numa notável simbiose, a coesão estrutural e a procurada flexibilidade tática que lhe conferia versatilidade[682] e lhe permitia, em simultâneo, congregar a totalidade da força da uma legião[683].

Para poder compreender o que tornou o modelo tão relevante teremos que passar a uma análise detalhada dos seus elementos constitutivos, procurando dar enfoque a determinadas problemáticas que terão sido fundamentais para a sua elaboração e para se compreender o seu desempenho.

4.3.1. Uma Nova Conceção de Espaço

Poder-se-á considerar que um dos aspetos mais relevantes na criação do modelo da legião manipular foi a tomada de consciência da importância e a integração estrutural do espaço na sua conceção tática. Se se buscava criar um modelo flexível[684], este tinha necessariamente de ser concebido num todo que resultasse de uma articulação de grupos e havia que encontrar modo de o fazer sem desagregar a força da sua unidade enquanto exército[685]. Outro dos principais desafios seria articular as suas partes de modo a garantir que cada uma das peças dessa nova estrutura tivesse condições para funcionar no máximo das suas capacidades. Uma das mais inovadoras e relevantes aquisições integradas no modelo da legião foi a compreensão da extrema importância do espaço de combate[686] e a noção de que cada elemento do novo paradigma deveria integrar estruturalmente o próprio "espaço vazio" que pudesse garantir liberdade de movimento[687].

Quer entre os homens que compunham os grupos manipulares, quer mesmo entre estes blocos estruturais, seria necessário organizar um modo de fornecer espaço dinâmico sem que

681 CONNOLLY, 1998, pp. 140-142.
682 GOLDSWORTHY, 2009, p. 412.
683 HEATHER, 2010, p. 10.
684 CONNOLLY, 1998, p. 214; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 125, 154.
685 LE BOHEC, 2013, p. 196.
686 CAES. *Bell. Gall.* 2.25.
687 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 179-180.

isso pudesse acarretar o aparecimento de pontos fracos, criar descoordenação ou mesmo levar à desagregação da parede de escudos.

Para conseguir este objetivo era fundamental que cada legionário tivesse perfeita consciência do local em que lutava durante a batalha e deveria posicionar-se sempre de modo a manter a articulação tática com todos os companheiros existentes no seu entorno. Para que fosse possível a todos uma tal aferição constante de distâncias e de quais os corpos que ocupavam as diferentes posições no terreno, a legião teve de marcar toda a massa informe dos seus soldados com fortes referenciais visuais[688], fazendo com que se tornasse fundamental a presença de estandartes[689].

Agora, a cada legionário não era apenas pedido que lutasse, mas também que estivesse atento à sua posição no campo[690], que se articulasse idealmente com os seus companheiros à sua volta e que obedecesse rapidamente às ordens do seu centurião[691].

Este dinâmico mecanismo de combate, que estabelecia uma complexa rede de relações interpessoais, teria também a virtude de reforçar a confiança que o legionário poderia sentir ao compreender que o seu esforço individual se integrava numa poderosa máquina militar, cuja habitual superioridade levava em termos probabilísticos a que obtivesse quase sempre a vitória[692].

A organização tática da legião garantia-lhe segurança e apoio, resguardando-lhe os flancos e a retaguarda, os seus pontos sensíveis, e esta consciência era certamente essencial para potenciar o seu melhor desempenho[693].

É essencialmente com os companheiros que tem em seu redor que um soldado poderá sentir-se motivado[694], sendo vital que, durante a luta, cada homem possa receber essa confiança e, reciprocamente, consiga ajudar a difundir tal sentimento.

Torna-se quase uma inevitabilidade a falência de qualquer exército em que se perca a capacidade de acreditar que é possível conseguir a vitória. Uma boa articulação dos seus corpos é, assim, muito relevante, pois basta num determinado momento algum destes fraquejar ou entrar em debandada para que tal facto possa criar uma verdadeira «hemorragia de pânico»[695], fazendo com que todos os outros corpos assimilem uma perigosa mensagem

688 FEUGÈRE, 2002, pp. 47-48.
689 CONNOLLY, 1998, p. 142.
690 LE BOHEC, 2013, p. 150.
691 LE BOHEC, 2013, p. 198.
692 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 184-185.
693 LE BOHEC, 2013, pp. 194-196.
694 CAMPBELL, 2002, p. 36.
695 GOLDSWORTHY, 2003, p. 185.

de desistência, mesmo que isso possa não corresponder ao contexto geral do que está a acontecer nesse confronto.

Será, pois, fundamental a compreensão de que uma batalha apresenta uma progressão temporal que se estende por várias horas, que progride por várias etapas táticas e que requer distintas competências que têm que ser superadas através de um grande esforço conjunto[696]. O combate individual, mesmo que muito determinado, só adquire todo o seu potencial se for integrado num esforço coletivo e bem articulado.

Esta narrativa cronológica inerente à progressão da batalha é tão impressiva que até mesmo um confronto entre dois exércitos simétricos como seria o que poderia acontecer entre duas falanges, possui normalmente dois momentos bem distintos. Um inicial, que compreende o embate das lanças das duas formações, seguido de um outro em que, para resolver o impasse tático, muitos dos soldados abandonam as lanças e lutam com as suas espadas[697].

São facilmente identificáveis vários tipos de fatores que podem ocasionar uma mudança de fase numa batalha, como os provocados pela exaustão física dos soldados, uma deslocação de corpos pelos flancos, o alargamento do âmbito em que decorre o confronto, com assimilação de outras partes do relevo, a mudança na posição do sol, uma notória alteração na direção do vento, a morte de um oficial importante[698], uma carga brutal de elefantaria, uma investida inesperada bem sucedida, entre infindáveis outros[699].

---

696 GOLDSWORTHY, 2003, p. 184.

697 FEUGÈRE, 2002, p. 12. O desfecho de uma batalha entre falanges de duas cidades-estado gregas era quase sempre resolvido através da utilização de espadas, o que possivelmente terá até demonstrado aos oficiais romanos as vantagens do seu manuseio e o necessário dinamismo que estas imprimem ao combate. Poder-se-ia dizer que até um típico confronto cuja organização tática é baseada em lanças acaba por ter que ser desempatado e terminado com a sua utilização. Seria, pois, bastante lógico que os que contribuíram para a criação do paradigma legionário tivessem compreendido as possíveis vantagens do seu dinamismo, admitindo-se que poderia ser muito útil a sua utilização em todas as fases do combate, nomeadamente ao permitir a uniformização do treino conjunto.

698 CAMPBELL, 2002, pp. 71-72.

699 A título de exemplo referir-se-á: numa das mais famosas batalhas, a de Canas, travada a 2 de agosto de 216 a.C., à "primeira hora do dia", entre Roma e Aníbal de Cartago e que redundou numa das maiores derrotas para os Romanos, estes estavam virados para sul (para o sol, portanto) e os Cartagineses para norte, fator de grande relevância numa batalha travada em agosto, no sul da Península Itálica. Segundo relatos, antes do início do combate ter-se-á levantado o *volturnus*, vento característico da região, que soprou na direção do exército romano, retirando assim grande visibilidade aos soldados (GONZÁLEZ, 2005, ("*Cannae*"), pp. 114-115). Na Batalha de *Issvs*, no início da primavera de 194 d.C., na guerra civil entre *Septimus Severus* e *Pescennius Niger*, formou-se uma forte tempestade, com chuva, relâmpagos e trovões, vinda do norte, lado onde se encontravam os severianos, que a interpretaram como sendo uma ajuda dos deuses, enquanto as forças de *Niger* pensaram que tinham sido abandonados, o que levou à sua derrota (GONZÁLEZ, 2005, ("*Issvs*"), pp. 239-240).
Situação semelhante ocorreu na Batalha do rio Frígido (atual Vipava no oeste da Eslovénia), no dia 6 de setembro de 394 d.C., travada entre o imperador do Oriente, Teodósio I, e o usurpador do trono do Ocidente, Eugénio, que na verdade era um fantoche do general de origem bárbara Arbogasto. Estando a batalha indecisa por horas, o surgimento do *bora*, (vento característico da região, que naquele dia soprou com força

Um exército só será realmente eficaz se tiver a capacidade de responder a estas fases, mostrando que todas as partes que o constituem se conseguem ajustar, de forma articulada e rápida, a estes diferentes desafios. O modelo da falange será, assim, o que poderíamos classificar como o paradigma com menos condições de o fazer, não apresentando grande capacidade de adaptação a um adversário que lhe apresente outro modelo de combate. Isto tornar-se-á fatal se este tiver condições para explorar as suas fragilidades pelos flancos[700], a sua vulnerabilidade perante um ataque do tipo investida-recuo, fustigando a sua formação com projéteis[701].

Pensamos mesmo que uma das maiores virtualidades do exército romano poderá ter sido a tomada de consciência de que seria importante que o seu modelo de combate pudesse responder a cada etapa e solucionar, assim, as inesperadas dificuldades táticas que surgem durante o confronto. Para atingir tal objetivo, teriam necessariamente de possuir uma estrutura muito flexível, pois qualquer exército em que a base do respetivo modelo tenda para apresentar uma estrutura rígida dificilmente será capaz de responder aos inesperados problemas táticos que poderão ocorrer durante as diferentes etapas[702].

A realização de tal capacitação é, no entanto, bastante complexa, pois a força de um modelo com tal flexibilidade resulta de um esforço coletivo, pois este terá de ser necessariamente formado pela disciplina e interação individual de cada um dos seus elementos[703].

Neste esforço estão implicados a gestão que cada soldado amiúde consegue fazer da difícil equação entre, por um lado, o medo e o cansaço que tal experiência implica[704], e, por outro, a confiança e apoio de proximidade fornecido pelos companheiros[705]. Uma batalha é um decisivo período de tempo em que terão culminado múltiplas manobras militares anteriores que foram produzindo um contexto final onde se determina, numa curta fração temporal, qual dos contendores será o vencedor.

---

inusitada na direção do exército ocidental, cegando-os e dificultando-lhes os movimentos) decidiu a batalha a favor dos orientais ("vento miraculoso" segundo Santo Agostinho) (GONZÁLEZ, 2005, ("*Frigidvs*"), pp. 201-202).

700 BRIZZI, 2004, p. 132.

701 Passaremos a designar por ataque "investida-recuo" o que um exército ou parte deste realiza sobre o adversário procurando evitar qualquer contacto direto corpo a corpo com o adversário, fustigando-o em consecutivos assaltos, sempre seguidos de uma imediata retirada. Modelos formados tendo por base tal paradigma caracterizaram muitos dos exércitos do Oriente, como a generalidade dos corpos dos exércitos parto-sassânidas, ou a forma de luta dos povos nómadas que sempre privilegiaram a utilização do tiro com arco.

702 LE BOHEC, 2013, pp. 194-196.

703 LE BOHEC, 2013, p. 201.

704 JOSEFO, 3.102-104; GOLDSWORTHY, 2003, p. 184; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 112, 321.

705 CAMPBELL, 2002, p. 65.

Isto submete todos os intervenientes à gestão de uma enorme taxa de esforço durante todo o período em que se desenrola, num constante equilíbrio que cada soldado tem de realizar entre o seu dever e o receio atávico de ser morto.

Uma enorme gama de processos mentais e fisiológicos estão assim implicados durante toda esta experiência limite e se vários poderão ser consciencializados pelos intervenientes, muitos outros terão expressão subliminar, apelando para dimensões irracionais que frequentemente estão ligadas com os mecanismos de sobrevivência. A guerra é, pois, um processo muito exigente e complexo em que os seus protagonistas estão expostos a pulsões extremas e a sua progressão temporal obriga a que se tenha de conseguir suportar e gerir a todo o momento esse esforço. No entanto, a compreensão que terá cada soldado da articulação coordenada entre todas as suas partes poderá levar a uma redução do tremendo desgaste despendido por cada homem e a um sentimento de apoio psicofisiológico que o auxiliará no seu desempenho[706].

O soldado lutará virtualmente melhor quanto mais o seu exército lhe dê garantias de que está apoiado[707], que poderá ser substituído, que apenas tem de se preocupar com o adversário que tem na sua frente, pois os seus próprios flancos e a retaguarda estão protegidos.

O processo de autopreservação que lhe é inerente, em que se suporta com dificuldade a consciencialização de que se mata e se pode morrer, torna a envolvência de proximidade um aspeto fundamental para a eficácia do seu desempenho. Embora a batalha se desenrole simultaneamente num vasto espaço, o que importa a cada soldado é a perceção do que se passa em seu redor[708], pois é aí que incide a sua avaliação sobre a tendência geral do confronto. É para isso que estão focados todos os seus sentidos, não fazendo parte das suas preocupações o que está a acontecer a cinquenta ou cem metros, a não ser que tais eventos se possam repercutir rápida e diretamente na sua zona de proximidade.

Para que a sua obrigação racional se consiga sobrepor ao receio de ser mortalmente atingido, vários fatores de segurança deverão estar assegurados, dando-lhe a convicção de que vale a pena continuar a lutar e que será favorável o desfecho do combate.

A perceção de que o seu esforço a cada momento poderá conduzir à vitória é um aspeto fundamental para a motivação de cada soldado e interfere na qualidade do seu tipo de luta[709],

---

706 VEG. 3.12.
707 LE BOHEC, 2001, pp. 12, 82.
708 CAMPBELL, 2002, pp. 53-55.
709 CAMPBELL, 2002, p. 71.

pois é terrivelmente desmotivante, e poder-se-ia dizer mesmo assustador, continuar o processo de combate tendo a perceção de que estão progressivamente a diminuir as condições de obter a vitória. Nestas situações, fatores pulsionais de sobrevivência começam a interferir diretamente no seu desempenho prático, insinuando-se cada vez mais as preocupações quanto a mudanças repentinas de cenário onde individualmente se veja incapaz de manter a luta e sobretudo por onde poderá escapar se a estrutura, onde está inserido, colapsar. A perceção de que se irá vencer, embora, em grande medida, esteja dependente de uma leitura subjetiva[710] e do que o soldado está a ver acontecer à sua volta, é fundamental para manter o sangue-frio que lhe permitirá lutar de forma disciplinada dentro de um modelo como a legião, cuja força resulta da constante ordem do movimento coletivo.

Colocar a mera hipótese de que o seu exército seja vencido, remete o soldado para outras preocupações ligadas com a sua sobrevivência, fragmentando de imediato a sua concentração e tal estado de espírito refletir-se-á na força do coletivo onde se insere, fazendo com que se verifique uma atomização de vontades individuais que se conectam tendencialmente apenas com fatores de sobrevivência.

Como objetivo, o soldado passa a não concentrar a sua atenção na eliminação do seu oponente, mas antes a dispersar-se pela preocupação de compreender por onde se poderão abrir corredores que possam viabilizar a sua fuga, quando tal iminência se concretizar.

A estabilidade da legião depende em grande medida da capacidade dos seus oficiais conseguirem incutir a cada homem a convicção de que a vitória é um dado adquirido[711] e de que para tal basta lutar como aprenderam e aguentar esse esforço durante pouco tempo, para que o resultado se verifique[712].

A tão característica prédica do general aos seus legionários antes de qualquer batalha[713] torna-se assim um elemento fundamental[714], pois os Romanos há muito que tinham

[710] CAMPBELL, 2002, p. 22.
[711] CAMPBELL, 2002, p. 12.
[712] RANKOV, 2007b, pp. 30-75, p. 39.
[713] PLB. 15.10.
[714] Políbio deixou-nos uma descrição bastante detalhada das palavras que Cipião, «O Africano», dirigiu às suas tropas antes da decisiva Batalha de Zama (PLB. 15.10). Embora tenhamos a consciência de que a transcrição de tal discurso estará embelezada com as naturais fórmulas que regulavam o discurso escrito, nomeadamente tendo este sido realizado por um historiador comprometido com a exaltação da glória de Roma, poder-nos-á servir como um simples protótipo de fórmulas retóricas e temáticas do que poderiam ser os típicos discursos dos generais antes do início da batalha. Note-se o tom de grande exaltação da gloriosa História de Roma, bem como o orgulho e futuros benefícios da vitória, em contraponto com toda uma série de desgraças de tom veementemente escatológico que resultarão de uma derrota.

verificado a força motivacional das palavras[715] e de que um discurso de unidade e vitória era fundamental para potenciar o seu máximo empenho e concentração[716].

Se tal prática não era um exclusivo do exército romano, pois sabemos que muitos outros comandantes também o faziam[717], a exortação verbal aos soldados antes da batalha revestia-se na legião de um carácter de obrigatoriedade[718], sendo este um preceito fundamental das competências exigíveis ao seu chefe.

É bem possível que comandantes romanos de grande carisma proferissem discursos motivacionais de grande impacto emocional[719], atendendo a que não teria sido difícil que verificassem os seus resultados práticos quando apelavam a fatores tão viscerais quanto a pátria, a honra, o dever, a família, ou a hecatombe que resultaria de uma derrota.

Seria, pois, bem plausível que houvesse fortes oscilações na motivação de cada soldado para se empenhar na luta e que estaria muito condicionada pela perceção que este estivesse a ter do resultado do confronto dentro do seu âmbito visual

Este cenário poderia até ser enganadoramente diferente do que estaria em simultâneo a acontecer nas outras partes do campo de batalha, ou até mesmo ser apenas uma

---

715 LIV. 30.32.

716 Note-se que tais prédicas exigiam uma atenção logística muito particular, pois dever-se-á ter em atenção que o efeito de um tal tipo de discurso implicaria criar condições para se fazer ouvir em simultâneo por milhares de homens em campo aberto. Assim, os condicionalismos acústicos provocados pela emissão vocal num grande espaço aberto, onde se pudesse conter todo o exército, com a agravante da presença acusticamente inibidora da massa imensa dos seus corpos, por limitar a sua possível ressonância nos volumes topológicos adjacentes, dificilmente se poderia admitir a possibilidade de uma audição inteligível para um legionário que estaria posicionado a muitas dezenas, senão a centenas de metros. Dir-se-ia mesmo que, antes de mais, era fundamental para a realização deste importante preceito militar que o general possuísse uma muito boa capacidade de fonação para conseguir projetar a sua voz com tanto ímpeto, tornando-se isto bastante problemático para aquele que não possuísse tal requisito. Assim, será legítimo acreditarmos que era importante para viabilizar a escuta comum, que estivessem reunidas várias condições associadas ao relevo do terreno e a procura do melhor ponto alto de onde se deveria realizar o discurso. O reflexo de sons em massas rochosas pode potenciar reverberações ou até ecos que poderiam auxiliar na projeção da voz à distância. Refira-se também o extremo silêncio que teria de se verificar para que fosse possível que a voz do seu comandante se fizesse ouvir por entre milhares de homens, muitas vezes já totalmente equipados para o combate e que se viam confrontados com a natural tendência para se ouvir o tilintar de couraças e armas. É bem possível que os oficiais romanos, compreendendo a relevância de um momento como este para o desempenho dos legionários, lhe tenham atribuído um carácter sagrado, a fim de que tal classificação pudesse levar a um extremo respeito pela cerimónia e à manutenção de um silêncio total. Seria, pois, também de admitir que os tribunos da legião, geralmente em número de seis, pudessem funcionar como repetidores do discurso do general, colocando-se em locais de onde lhes fosse possível ouvi-lo e seguidamente repetir em simultâneo as suas palavras. Deixaremos ainda a possibilidade de um outro recurso adicional para viabilizar a escuta da arenga e que poderia ter resultados práticos bastante interessantes: passaria pela criação de uma espécie de gigantesca "concha acústica" formada pela justaposição dos milhares de escudos criando paredes refletoras que poderiam funcionar em conjunto como secções de uma grande caixa acústica e auxiliariam, a projeção da voz do comandante.

717 PLB. 15.11; LIV. 30.33.

718 VEG. 3.12.

719 CAMPBELL, 2002, p. 42.

consequência de uma conjuntura menos favorável naquele espaço particular do terreno, mas tal não impediria que o legionário se sentisse intimidado com o que observava.

Será sempre muito difícil para um soldado em combate, preocupado em garantir a sua sobrevivência e concentrado na tentativa de eliminar o seu oponente, conseguir ter condições para percecionar qual será a tendência geral do confronto. Cada homem em luta está com a sua atenção fortemente condicionada, com as suas estruturas emocionais levadas ao limite, circunscrevendo-se, nesse momento, a leitura do mundo à perceção do que o envolve, num forte condicionalismo que poderia encontrar paralelo nas palavras de Ortega y Gasset quando falava do "eu" e da sua "circunstância"[720].

No contexto do exército romano, só o general e tribunos que pudessem ocupar pontos mais elevados no terreno, poderiam ter uma boa panorâmica do que em geral estaria a acontecer[721], pois a grande confusão e movimentação de milhares de homens e estandartes poderia mesmo confundir a leitura da situação real em certas partes do terreno.

4.3.2. As Condições de Combate do Legionário

A missão mais relevante dos oficiais romanos era a de fazer todos os esforços para que os soldados mantivessem a sua boa ordem e confiassem que o seu esforço levaria à vitória[722], mesmo que tal não fosse crível em algum momento particularmente difícil da batalha.

Poder-se-ia mesmo dizer que um dos aspetos táticos mais importantes da legião era o de garantir que o combate de cada soldado integrado na parede de escudos permitia que todo o seu esforço se pudesse focar numa única direção, sabendo que não seria atacado pelos flancos[723] ou pela retaguarda[724]. Não é possível, como se poderá verificar por múltiplos exemplos, que se consiga lutar eficazmente se um ataque multidirecional for disferido em simultâneo e isto só poderá ser garantido por uma parede de escudos.

É esta consciencialização que poderemos já observar na famosa "Estela dos Abutres"[725], a mais antiga representação de um grupo organizado de combatentes avançando

---

720 Com efeito a frase que resume a filosofia daquele que é considerado o maior filósofo espanhol do Século XX, José Ortega y Gasset, foi dita na sua primeira obra, *Meditaciones del Quijote*, de 1914: "Eu sou eu e a minha circunstância".

721 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 178-179.

722 LE BOHEC, 2013, pp. 51-54.

723 LE BOHEC, 2013, pp. 177, 210.

724 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 52-53, 175-176.

725 Peça datada de 2500 a.C., a Estela dos Abutres representa Eannat de Lagash comandando as suas tropas a caminho da batalha. Contudo, é a infantaria que o segue que é o mais extraordinário: comprimidos ombro

para enfrentar o inimigo. A intenção que perpassa já nesta antiquíssima imagem é a da força tática que adquire este movimento paralelo e simultâneo de guerreiros. Dela decorre a imediata perceção de que todos estes homens têm a determinação de enfrentar em conjunto o adversário, o que, desde logo, tática e animicamente os favorece a todos.

No entanto, ainda mais fundamental que o aspeto motivacional que a representação nos revela, será o importante paradigma tático que aqui está implícito. Ao lutarem numa formação em que se posicionam lateralmente, sem quaisquer hiatos, empunhando as suas armas em frente, formam uma parede de escudos que poderíamos classificar como o mais importante elemento tático que deverá ser organizado no contexto de um exército.

Imagem 28 - Registo superior da chamada "face histórica" da Estela dos Abutres, que mostra o rei de Lagash, Eannatum, marchando à frente do seu exército. Os soldados, carregando longas lanças, avançam em fileiras serradas, protegendo-se coletivamente atrás de altos escudos retangulares [Museu do Louvre: https://www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/stele-vultures].

A vantagem prática da assimilação de um modelo baseado numa parede de escudos que possa permitir aos soldados manter uma ordem em que não só combatiam em simultâneo[726], como se podiam proteger mutuamente[727], poderia assim ter sido a conclusão mais relevante que resultara das observações dos oficiais romanos que foram desenvolvendo o modelo da legião. Estes teriam, pois, chegado à natural conclusão de que seria necessária a criação de uma extensa parede de escudos, robustecida pelo treino e disciplina que permitisse garantir a todo o custo a sua manutenção e que houvesse sólidos mecanismos para que esta nunca se desagregasse.

Este esquema constitui-se de forma tão intuitiva que, se atendermos ao momento em que quaisquer guerreiros irão entrar em combate, eles tenderão naturalmente a posicionar-se lado a lado, pois não só é a simultaneidade do seu ataque que potencia o bom resultado do seu esforço, como não se poderá também encontrar qualquer outra forma de se poderem organizar de forma eficaz.

---

a ombro, avançando por trás de uma barreira cerrada de escudos retangulares e apresentando uma barragem de pontas de lança que irrompem de várias filas atrás, estes soldados constituem uma falange. (O'CONNELL, 1989, p. 47) Nesta representação suméria consagrada na Estela dos Abutres temos a demonstração do quanto ela é uma organização intuitiva e que foi utilizada desde a mais Alta Antiguidade.

726 GOLDSWORTHY, 2003, p. 214.

727 GOLDSWORTHY, 2003, p. 175.

Esta disposição lateral dos combatentes favorece também a sua unidade e o seu espírito combativo, ao fazer com que todos os soldados tomem consciência mútua do seu movimento de ataque através da visão periférica e também de uma entreajuda constante, em que cada elemento é protegido e protege os seus companheiros[728], ao evitar que qualquer destes seja atacado pelo seu flanco ou pela retaguarda. Tal não está garantido por qualquer outro tipo de organização, especialmente se se encontram empenhados numa luta eminentemente individualizada, como acontecia na chamada Ordem Livre, que era o tipo de ataque típico de muitos dos povos gauleses ou germânicos.

Poder-se-ia, assim, dizer que a formação de uma sólida parede de escudos é a marca distintiva de um exército bem organizado, tal como se podia verificar até no modelo falangístico, embora a sua demasiada compactação o levasse a ser pouco flexível e dinâmico.

A proteção lateral, garantida pela presença de companheiros de ambos os lados[729], fornecia até um considerável auxílio na defesa frontal que era proporcionado pela parte remanescente do escudo do companheiro que se situava à sua direita, levando a que cada soldado apenas tivesse de lutar em direção frontal. Tal facto é de uma importância capital, pois torna-se praticamente impossível investir eficazmente em simultâneo em mais do que uma direção.

Pela sua relevância enquanto sistema de defesa, estamos convencidos de que este seria sempre o elemento determinante para qualquer formação tática na Antiguidade e que deverá ter ocupado as preocupações centrais na realização dos vários possíveis modelos transitórios que teriam sido experimentados pelos oficiais romanos[730], até encontrarem o modelo definitivo da legião manipular.

728 CONNOLLY, 1998, p. 140.
729 GOLDSWORTHY, 2003, p. 27.
730 CONNOLLY, 1998, pp. 126-128, 130, 140-142.

4.3.2.1. Descrição Sumária do Equipamento Básico na Legião Republicana

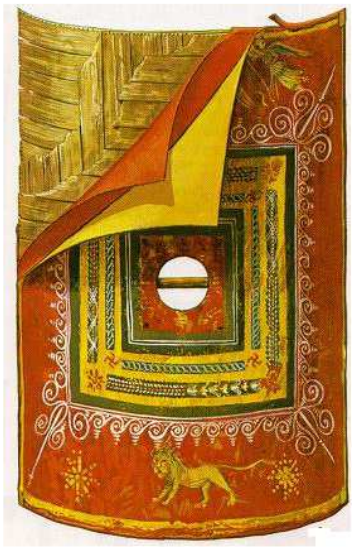


Imagem 29- Vista frontal do *scutum* retangular de Dura Europos, na Síria. A cobertura de linho e couro foi puxada para trás para mostrar a sua construção a partir de tiras laminadas de madeira. [in CONNOLLY, 1998, p. 231].

Os soldados das três linhas da legião estavam munidos com um grande escudo de perfil oval irregular que estreitava na área inferior e que era conhecido por escuto (*scutum*). Este tinha cerca de 120 cm de altura por 75 cm de largura e permitia ao legionário proteger eficazmente o seu corpo, à exceção da região inferior das pernas. Era constituído por três camadas coladas e ligeiramente convexas de madeira que, em geral, se apresentavam mais espessas em torno do centro, para conferir uma maior solidez[731]. Possuía um revestimento exterior de couro e as bordas superior e inferior estavam protegidas por tiras de bronze para lhe garantir uma maior resistência aos golpes; o escuto era seguro por meio de uma sólida pega horizontal[732].

Do seu centro, projetava-se um umbo[733], que era uma pronunciada saliência metálica que servia para ajudar no efeito da projeção do escuto contra o corpo do adversário. O quando este era golpeado cerca de dez quilos, facilitava a seu considerável peso, de ofensiva, tendo-se tornado uma sua utilização como arma desequilibrar o oponente. Devido técnica habitual que permitia frequentemente apoiado no chão ao seu peso, o escuto era combate, mas, durante a luta, era durante as pausas no frente do corpo do legionário. firmemente mantido em

Imagem 30 - Umbo pertencente a um escudo decorado proveniente de Halmeag, Roménia. [in FEUGÉRE, 2002, p. 92].

Como armas de defesa, além do escuto, o soldado romano estava munido de capacete e de grevas de bronze, bem como de uma armadura corporal.

731 GOLDSWORTHY, 2005, pp. 31, 54, 122, 129-131.
732 GOLDSWORTHY, 2009, p. 56.
733 FEUGÈRE, 2002, pp. 78, 87-93.

Durante grande parte da República, o equipamento era custeado pelo próprio legionário, podendo alguns apresentar uma loriga de malha feita de anéis de ferro interligados (*lorica hamata*) que era flexível e que proporcionava uma boa proteção. Outros, segundo as suas posses, teriam de se contentar com um peitoral de bronze, de perfil circular ou quadrado, preso ao peito com correias de couro (*cardiophylax*)[734].

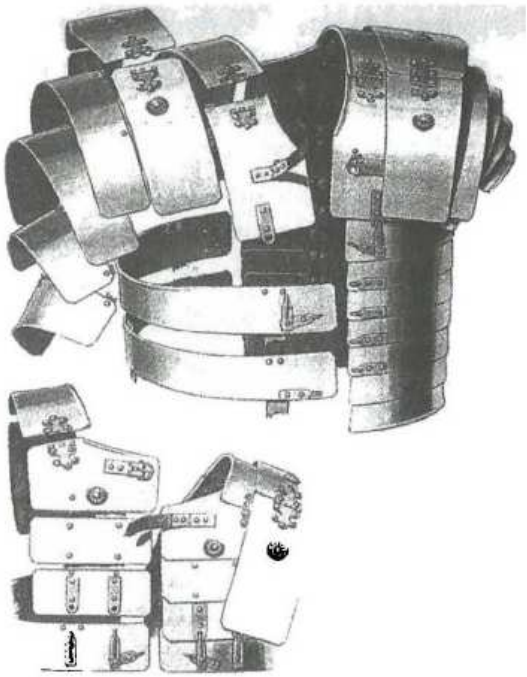


Imagem 31 - Couraça do tipo *lorica segmentata*. [in BRIZZI, 2004, p. 223].

Após a reforma de Mário (por volta do ano 107 a.C.) e com o nascimento do exército profissional, usar-se-á já a expensas do Estado a mais característica das armaduras romanas, conhecida por loriga segmentada (*lorica segmentata*) que era formada por 28 placas metálicas unidas por correias e constituía uma extraordinária proteção corporal[735].

Para defesa da região inferior das pernas eram usadas grevas, mas, ao contrário do que acontecia com as grevas gregas feitas de bronze, e cuja flexibilidade permitia nelas entalar a perna, as grevas romanas eram de ferro e presas por atilhos. Geralmente o legionário usava apenas uma, atada na perna esquerda visto ser esta a que ficava mais exposta aos golpes do inimigo durante a pugna (isto na clássica posição de combate romana)[736]. Nesta, o legionário ficava de pernas afastadas para ter estabilidade para enfrentar o embate, oferecendo o lado esquerdo ao adversário e protegendo o seu corpo com o escuto e com a greva.

Imagem 32 - Grevas encontradas na Lucânia, cerca de 375 a.C.; apresentam presilhas para fixação. Torre de Londres. [in Connolly, 1998, p. 109].

734 FEUGÈRE, 2002, pp. 73-74.
735 GOLDSWORTHY, 2005, pp. 54, 128-129.
736 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 56-57.

O soldado romano também estava munido de um capacete, geralmente do tipo Montefortino[737], que oferecia uma excelente proteção para a cabeça, pois a sua forma arredondada permitia defletir com facilidade, quer os projéteis, quer golpes de lâminas.

Imagem 33 – Capacete do tipo Montefortino. Holanda; bronze prateado; início do século I d.C. [in Connolly, 1998, p. 228].

A arma ofensiva era preferencialmente a pequena espada curta, sendo provável que a tenham adotado durante meados do século III a.C.; chamavam-lhe "gládio hispânico" (*gladius Hispaniensis*)[738].

[737] FEUGÈRE, 2002, pp. 71-73; GOLDSWORTHY, 2005, p. 123. Montefortino, em Itália, foi um cemitério da segunda Idade do Ferro e foi escolhido como epónimo para o tipo de capacete mais popular na Itália do terceiro ao primeiro século a.C.; apresentava um perfil ogival e um botão no topo. Ficou conhecido na Inglaterra como capacete 'de jóquei' ou 'de botão'. H. Russel Robinson (1975) alargou este nome-tipo, dividido em cinco variantes, para incluir capacetes republicanos da primeira metade do primeiro século d.C. (FEUGÈRE, 2002, p. 216).

[738] FEUGÈRE, 2002, pp. 79-80. Michel Feugère relata que a primeira descoberta de espada republicana, realizada em 1986 e ainda não totalmente analisada, foi feita num local adjacente a uma residência em Delos, agora conhecida como 'A Casa da Espada', onde uma espada queimada, completa com a sua bainha, foi encontrada sob o pavimento do pátio numa camada de material queimado datável de 69 a.C. Com 76 cm de comprimento, esta espada é notável devido à sua longa ponta afiada e gumes paralelos; não sobrou nada do punho - sem dúvida feito de madeira, assim como o pomo - exceto sete rebites de fixação. Com a sua ponta afiada e sistema de suspensão de quatro anéis, a espada de Delos mostra todas as características do *gladius Hispaniensis*, descrito um século antes por Políbio. Uma descoberta mais recente acaba de confirmar que realmente estamos perante o *gladius Hispaniensi* de Políbio. Encontrado numa sepultura em Mouriès (Departamento de Bouches-du-Rhône) associada com o grupo de artefactos de cerâmica e metal, a espada de Mouriès, também com 76 cm de comprimento, tinha um sistema de aros de suspensão transversal - dois neste caso - como a espada de Delos; a sua ponta afilada, como o exemplo de Delos, lembra a antiga forma da espada romana. A espada recuperada de uma sepultura númida em Es Soumâa, perto de El Khroub (Argélia), pode talvez, passar a ser incluída entre o grupo de espadas republicanas conhecidas. Originalmente com 70 a 75 cm de comprimento - agora na verdade com 67 cm de comprimento - a espada encontrada por F. Bonnell no início do século passado tinha uma bainha de madeira revestida de couro, rebitada ao longo de seu comprimento, e embora o sistema de suspensão esteja infelizmente em falta, as proporções da arma e a construção da bainha lembram inequivocamente o *gladius Hispaniensis*, como G. Ulbert apreciou plenamente. A tumba data de entre 130 e 110 a.C. na opinião de C. B. Rüger.

O gládio era uma espada bigúmea bastante curta, mas com um potencial de ataque poderoso, pois era muito leve e afiada, permitindo infligir rápidos golpes com o gume ou com a ponta. A eficácia deste tipo de arma teria resultado da observação do tipo de luta dos mercenários hispânicos que estavam ao serviço de Cartago, resultando daí o nome pelo qual era conhecida. Esta apresentava uma lâmina de pouco mais de 50 cm, que terminava numa ponta muito resistente e de perfil triangular concebida para perfurar todo o tipo de couraçamento. Estas espadas eram fabricadas em aço, o que lhes permitia manter um gume terrivelmente acerado mesmo após um prolongado período de combate[739].

Com o gládio foram munidas as linhas de hastados e de príncipes, mas, até à reforma de Mário, em 107 a.C., os triários mantiveram a antiga lança de perfil hoplítico.

Imagem 34 - Dois gládios hispânicos de Smihel, Eslovénia, século II a.C [in Connolly, 1998, p. 131].

Hastados e príncipes foram igualmente equipados com o pilo, que era um pesado dardo romano que deveria ser arremessado antes do início da refrega, no momento em que se dava a aproximação do exército adversário.

[739] GOLDSWORTHY, 2009, p. 57.

Não são claras as origens deste tipo de dardo e ainda hoje não se sabe com precisão a data da sua introdução no exército romano[740], mas já faria parte do equipamento durante a Segunda Guerra Púnica.

Cada legionário estaria armado com dois pilos, sendo um mais pesado do que o outro, possivelmente para poder atingir o adversário durante dois momentos do trajeto de aproximação no início da batalha. Era constituído por uma haste de madeira com cerca de 1.20 m de comprimento onde se fixava um delgado perfil de ferro com cerca de 70 cm e que terminava numa aguçada ponta piramidal. O peso considerável permitia que, ao ser arremessado, o seu ímpeto se concentrasse atrás da ponta, conferindo-lhe capacidade para perfurar escudos e couraças[741]. Mesmo que no seu arremesso não ferisse o corpo do adversário, o pilo era muito difícil de ser extraído do escudo, o que forçaria o inimigo a abandoná-lo e a ter de prosseguir o combate sem proteção[742].

Imagem 35 - Século I a. C.: 1 *Pilum* plano de Valencia, Espanha. 2 Restos de um *pilum* com ponta plana de Alésia, França. Um dos rebites é apenas visível na parte inferior. 3 Cabeça de um *pilum* com uma ponta farpada de Alésia, França. 4 *Pilum* de Alésia, França. 5 *Pilum* de encaixe curto (*hasta velitaris*?) de Osuna, Espanha. 6 *Pilum* com espiga, com ponteira para segurar a madeira, de Alésia, França. Provavelmente é um *pilum muralis*. [in Connolly, 1998, p. 227].

740 FEUGÈRE, 2002, pp. 80-83. Michel Feugère salienta que, durante os finais do século XIX e os inícios do século XX, houve muita discussão académica sobre a origem do pilo. O mesmo autor refere que não havia conhecimento arqueológico real e textual suficiente disponível naquela época, mas a situação é hoje diferente, pois podemos estar praticamente certos da origem italiana do pilo. Embora reconhecido como uma arma poderosa, os escritores antigos consideravam que o pilo tinha a desvantagem de voar lento, e um inimigo ágil poderia esquivar-se e até mesmo lançá-lo de volta contra o seu atacante. A arma foi, portanto, redesenhada e a cabeça foi mais afilada de modo a que, quando se cravasse num escudo, entortasse, tornando o escudo inutilizável. Plutarco atribui uma modificação adicional a Mário, que lhe teria ocorrido durante a sua batalha contra os Cimbros em 101 a.C.; nesta, um (ou mesmo dois) dos rebites de ferro que seguravam a cabeça do *pilo* no encabamento foi substituído por uma peça de madeira que se partia ao primeiro impacto, tornando-o mais eficaz devido à inutilização do escudo do adversário atingido. Diversas descobertas arqueológicas permitiram-nos avaliar o pilo do período republicano. Um modelo, usado no século III a.C. e ainda mais intensamente na centúria seguinte, é notável devido à sua cabeça mais curta, com aproximadamente 25 a 32 cm, que se encontrava presa, por dois rebites, a uma placa trapezoidal. Exemplos deste género foram encontrados no sítio de Nekromanteion na cidade de Ephyra, o qual foi destruído por um incêndio em 107 a.C., exibindo na base da cabeça um sulco lateral cortado. O mesmo tipo, neste caso com a base da haste de formato triangular, foi também encontrado no estrato de destruição do sítio de Entremont, datado de 123 a.C. (ou mesmo um pouco mais tarde), tendo este sítio arqueológico também produzido uma ponta de pilo com encaixe. Parece que a partir dessa época a cabeça terá sido alongada consideravelmente, tendo em conta outro exemplo fornecido por Entremont, medindo 78 cm, e ainda um outro proveniente de Numância, que apresenta 95 cm; de assinalar são ainda os exemplos de Alésia e do Saône, os quais, em alguns casos, ultrapassam um metro de comprimento.

741 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 57-58.

742 Note-se que as duas vagas de pilos, arremessados pela legião logo no início da refrega, tinham normalmente um efeito devastador sobre o exército adversário, pois, não só dificultava bastante o seu avanço, ao exigir que os inimigos se protegessem, como a tentativa de lhes escapar provocava frequentemente uma considerável desorganização na sua ordem de batalha. Dever-se-á salientar, uma vez mais, as vantagens da disciplina da máquina de guerra romana ao efetuar um lançamento massivo e programado dos seus dardos, método que, em geral, não encontramos como sistemático recurso tático noutros exércitos da Antiguidade.

4.3.3. As Virtualidades Táticas da Infantaria Pesada e das Tropas Montadas

Várias razões poderão ter levado os Romanos a preferir organizar o seu modelo militar baseando-se estruturalmente no desenvolvimento da infantaria pesada, em detrimento do recrutamento massivo de tropas montadas[743].

Estamos em crer que o maior dispêndio necessário para montar grandes contingentes de cavalaria não seria a razão fundamental para o notório desinvestimento neste tipo de arma, que se verificou durante vários séculos no modelo da legião manipular. Assim, outras razões de perfil tático deverão ter estado subjacentes à clara opção pela infantaria, atendendo a que o Império, com os recursos que foi adquirindo, bem poderia ter equacionado desde logo a constituição de grandes contingentes montados, como aliás se virá a verificar no Baixo-Império[744].

Tal investimento em tropas montadas vir-se-á mesmo a tornar uma das marcas d'água do exército depois da segunda metade do século III[745], em que as necessidades práticas da guerra levaram os comandantes romanos a defender a criação de contingentes montados de intervenção rápida que aparentemente pudessem fazer face aos constantes ataques às suas fronteiras[746].

Sobre certo perfil de inimigos o resultado destes lançamentos poderia ser demolidor, nomeadamente se atendermos, como exemplo, às consequências táticas que poderemos deduzir de uma passagem de Públio Cornélio Tácito. Na sua magistral obra "Germania", onde compilou muitos dos códigos de honra e tradições destas etnias, o autor informa-nos que: «[…] To leave one's shield behind is the supreme disgrace, and the dishonored loses the right to attend religious ceremonies or to enter the assembly. Many such survivors from the wars have put an end to their shame by hanging themselves. […]». TAC. *G.* 6.
Não será, pois, difícil compreender que a consequência deste interdito ao abandono do escudo poderia causar graves dificuldades aos guerreiros germânicos durante a luta corpo a corpo que se seguia. Assim, no momento em que se dava a aproximação dos dois exércitos, podemos pensar que haveria uma grande probabilidade de um guerreiro germânico, se não fosse atingido por um pilo, visse o seu escudo perfurado por um. Este, ao se cravar, ou mesmo perfurar o escudo, passaria a exercer uma considerável força descendente e desequilibrante, o que dificultaria, em muito, a sua habitual utilização como arma defensiva, além da haste do dardo estorvar a sua aproximação a uma posição natural de combate. Era, pois, frequente que aqueles cujo escudo tivesse sido atingido pelo pilo se vissem forçados a abandoná-lo, sendo obrigados a lutar sem a sua principal proteção. No caso em apreço, poderemos adivinhar a dificuldade com que o guerreiro germânico o faria e a fragilidade tática com que individualmente chegaria ao contacto com a linha frontal romana, nomeadamente no caso de conservar o escudo, possivelmente procurando desencravar o pilo nele espetado.

743 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 47, 55.

744 MACDOWALL; HOOK, 2002, pp. 3, 9-21.

745 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 203-206; LE BOHEC, 2006, pp. 73-74, 91.

746 CONNOLLY, 1998, pp. 253-254.

O próprio Vegécio fala-nos do papel central que a cavalaria passou a desempenhar durante o final do século IV, afirmando[747]:

> «[…] Sobre a cavalaria, há muitos ensinamentos; mas, como esta valência do exército tem evoluído pela prática do exercício, pelo seu tipo de equipamento e pela excelência dos cavalos, penso que nada há a compilar a partir de outros livros, uma vez que os conhecimentos atuais são suficientes. […]».

Segundo o comentário de João Gouveia Monteiro, poderemos confirmar a importância dada anteriormente à infantaria pesada, em detrimento da cavalaria, como corpo principal do exército romano. Vegécio refere-se aqui ao conhecimento que os autores romanos dos séculos IV ou V, parecem possuir da realidade da guerra baseada em tropas montadas, contrariamente às gloriosas épocas anteriores das grandes legiões da República ou do Alto-Império, em que a infantaria se constituía como o pilar fundamental do seu dispositivo tático[748].

Um conjunto muito complexo de fatores levou paulatinamente a uma progressiva mudança de paradigma, através de sucessivas reformas que acabaram por pôr um fim ao modelo da grande legião prístina. Tais mudanças verificaram-se no perfil do treino e equipamento dos legionários[749], bem como numa profunda divisão entre tropas de fronteira (*limitanei*) e corpos de elite montados (*comitatenses*)[750]. Além disso observou-se uma sistemática barbarização[751] das estruturas do exército[752], verificando-se também a adoção de grande quantidade de elementos oriundos de tribos germânicas[753] que privilegiavam práticas

---

747 VEG. 3.26.

748 MONTEIRO, 2009b, nota 220, p. 465: «[…] Esta observação de Vegécio traduz bem a familiaridade dos autores do século IV ou V d.C. com cenários de guerra a cavalo, contrariamente à época gloriosa das legiões, em que a infantaria era rainha e senhora dos campos de batalha. Obviamente, a progressiva 'barbarização' do Ocidente e do próprio exército romano explicam, em grande parte, esta evolução. […]»

749 LE BOHEC, 2006, pp. 24-25, 35-36, 76, 118, 141-143, 146.

750 A distinção entre as tropas de primeira e segunda classe não se estabelece mais entre legiões e auxiliares, como nos dias de Augusto, mas entre os palatinos e comitatenses, por um lado, que seguiam na guerra o próprio Imperador e as novas cabeças da hierarquia militar, os *magistri peditum* e *equitum*, e eram mantidos concentrados em pontos estratégicos dentro do Império em tempo de paz, e por outro os *limitanei* ou ripenses, que formavam, sob as ordens dos *duces limitum*, uma guarda fronteiriça. CHEESMAN, 1971, p. 137.

751 SYVANNE, 2015b, pp. 406-407.

752 CHEESMAN, 1971, pp. 138-140; CHRISTOL; NONY, 2000, pp. 272-273.

753 LE BOHEC, 2006, pp. 37, 55, 61-63, 80, 215.

militares bem diferentes das típicas conceções marciais do Império[754] durante a sua época áurea[755].

O tipo de movimentação e a capacidade de combate de um soldado apeado compreende um conjunto de virtualidades, que são de índole bastante diferente das que se podem atribuir a um que se desloque a cavalo. Isto deve-se em primeiro lugar ao facto de a sua movimentação se fazer num âmbito espacial muito mais restrito, permitindo uma grande articulação com os outros soldados que ocupam posições contíguas.

Poder-se-ia dizer que a essência da cavalaria é o combate em movimento, realizado em grande amplitude e a utilização da força do animal para a tentativa de derrube do adversário[756]. Tais especificidades de movimento implicam que, mesmo que possam começar um ataque numa formação ordenada, o ímpeto no embate com o inimigo desorganiza rapidamente tal dispositivo tático, passando-se em pouco tempo a um perfil de luta que tende a tornar-se individualizado e com quase nenhuma articulação tática com os companheiros que se encontrem nas proximidades[757]. Poder-se-ia dizer, pois, que o combate a cavalo tende para um perfil individualístico e que dificilmente permite que haja uma forte articulação entre os seus elementos, mesmo quando estes são em grande número.

Se é possível realizar uma investida com um grupo de cavaleiros formando uma linha, com os cavalos dispostos lateralmente, é quase impraticável que eles se possam manter nessa formação durante o desenvolvimento do combate. Tal organização de cavalaria tem as suas virtualidades para potenciar uma investida, mas tenderá a desmanchar-se logo após o início da refrega[758]. Além do mais, é necessário muito treino e coordenação para que os cavaleiros consigam manter essa linha contínua em deslocação rápida, pois as próprias diferenças entre os animais tenderão a levar a desfasamentos, que farão anular em grande medida a vantagem de um ataque assim coordenado[759].

Poder-se-á afirmar, portanto, que a parede de escudos é um dispositivo tático próprio de uma infantaria treinada, pois só ela poderá fixar e manter essa formação durante todo o confronto e aproveitar assim as vantagens que este confere[760].

---

754 ZOS. 4.59; GOLDSWORTHY, 2010, pp. 157, 268-269, 333, 355, 359-375.
755 A título de exemplo refira-se que Amiano Marcelino regista que, em cumprimento de um tratado, em 365 d.C., 3.000 Godos foram em ajuda do usurpador Procópio (AMM. 26.10.3).
756 MACDOWALL; HOOK, 2002, p. 26.
757 MACDOWALL; HOOK, 2002, p. 24.
758 GOLDSWORTHY, 2011, p. 78.
759 MACDOWALL; HOOK, 2002, pp. 12-14.
760 LE BOHEC, 2013, p. 196.

Estamos em crer que após a análise das condições do combate que os oficiais romanos realizaram, não seria este o tipo de formação que procuravam, tendo possivelmente chegado à conclusão de que haveria que investir na busca de um modelo tático que permitisse um combate com módulos autónomos, mas que também fosse suficientemente coeso para maximizar o esforço simultâneo das suas tropas. Tais questões técnicas tiveram necessariamente que ser equacionadas pelos oficiais romanos, visto que fizeram uma clara opção por uma determinada tipologia de infantaria pesada, facto que em si não é óbvio, e sobretudo porque chegaram à criação de um protótipo tão singular quanto é a legião manipular.

4.3.4. As Virtualidades do Combate Apeado

Movendo-se cada infante num espaço restrito, onde funcionalmente ocupa uma posição determinada, a infantaria pode com facilidade executar complexos movimentos coordenados que lhe permitem garantir a unidade da sua formação. Além disso, a relação que o soldado apeado estabelece com o solo que pisa é muito mais direta, muito mais intencional, permitindo-lhe executar movimentos mais rápidos e precisos de defesa e ataque do que conseguirá se estiver montado. Todo um vasto leque de gestos ágeis que um soldado pode executar estando em contacto com o solo, tornam-se muito mais difíceis de realizar quando se encontra montado.

O cavalo, mesmo que bem treinado, confere alguma imprecisão aos gestos de combate numa luta corpo a corpo, podendo funcionar como um intermediário pouco fiável para os movimentos corporais necessários.

Todo um vasto reportório de movimentos articulados em conjunto pode assim ser realizado pelo soldado apeado, com grande rapidez e precisão, pois este se encontra em contacto direto com o solo. Ele recua, avança, inclina o corpo, modela os seus gestos de forma bem mais segura do que poderá alguma vez fazer quando se encontra a cavalo. Além do mais, estar apeado permite-lhe ainda ocupar um restrito espaço que se torna um elemento fundamental para assegurar a continuidade da parede de escudos.

Diga-se ainda, que é bem possível que, numa reflexão sobre as condições práticas do combate, os Romanos tenham percebido que a suposta vantagem em altura proporcionada

pelo cavalo é, em grande parte, ilusória[761]. A estocada de uma espada de baixo para cima poderá ser tão ou mais letal do que aquela que é manuseada por um cavaleiro e mesmo a segurança do seu golpe, devido a estar tendencialmente submetido a movimento, será menor do que a conseguida por um soldado apeado, com os seus pés firmemente apoiados no solo. A genérica vantagem de um contendor que se encontra num plano superior parece perder assim grande parte da sua qualidade, quando o contacto se realiza em tais condições, acrescendo que aquele que está montado se encontra mais exposto a receber golpes de diferentes direções por entre uma refrega onde haja uma grande compactação de contendores[762]. O soldado montado é, na sua essência, um guerreiro isolado que, embora tendo uma vantagem inicial de grande capacidade de investida, tende durante a maior parte do tempo a permanecer instável na luta corpo a corpo e em que a sua altura não lhe confere notória vantagem.

Note-se também que a altura do cavaleiro faz com que ele seja um alvo muito mais exposto às armas de arremesso, ficando saliente por entre a massa dos infantes. A própria utilização rápida do escudo, essencial para se poder defender, também fica dificultada pelos constantes movimentos do cavalo e pela constante deslocação da sua cabeça, que se localiza no centro do seu ângulo de combate. Poder-se-ia mesmo dizer que o cavaleiro fica com o seu ecrã de combate dividido, estando condicionado a ter de lutar para um dos lados, o que acarreta dificuldades acrescidas. Se enfrenta um adversário do seu lado direito, tem facilitados os movimentos da sua espada, mas dificultados os movimentos do seu escudo, enquanto se o faz do lado esquerdo pode defender-se com mais facilidade, mas os golpes da sua lâmina tornam-se mais difíceis de executar. Caso se incline para facilitar a utilização simultânea de ambas as suas armas, arrisca-se a que o peso do seu couraçamento o faça entrar em desequilíbrio e o leve a perder o controlo do cavalo.

Sem dúvida que a cavalaria tem as suas virtualidades no ímpeto, na velocidade, na capacidade de derrubar o adversário, mas que se deverão considerar de índole muito diferente daquelas que uma formação apeada poderá desenvolver[763]. Os Romanos, com o

---

761 LE BOHEC, 2013, p. 198.

762 MACDOWALL; HOOK, 2002, p. 26.

763 Sempre se demonstrou possível para um exército baseado numa formação apeada enfrentar com bastante sucesso uma força de cavalaria, independentemente do seu número, pois era muito difícil para a dispersa formação típica das tropas montadas conseguir quebrar a coesão de uma parede de escudos formada pela infantaria.
Além da própria dificuldade tática inerente ao tipo de combate, um outro fator terá contribuído decisivamente para esta dificuldade, pois a justaposição de escudos própria da infantaria que parece formar uma parede defensiva surge, à perceção da generalidade dos cavalos, como um imenso objeto sólido sobre o qual eles normalmente se recusam a investir. Foi como consequência deste condicionamento instintivo

seu pragmatismo, devem ter compreendido as enormes vantagens táticas da ordem, da disciplina, da coesão, prerrogativas que uma infantaria pode assimilar e desenvolver melhor.

Para que tal modelo pudesse tornar-se eficaz e ser suficientemente eclético para enfrentar qualquer tipo de adversário, os seus elementos teriam de formar uma compacta parede de escudos, possuir muita destreza no manejo das armas e manter uma rígida disciplina em qualquer situação. Este perfil do soldado de infantaria pesada vai tornar-se a marca de água que caracterizará o soldado romano durante vários séculos.

4.3.5. A Importância Organizacional Tática de Efetivos Apeados

Se se pode falar numa efetiva diferenciação tática da legião manipular em relação aos modelos de tipo falangístico, ela residirá certamente no seu sistema modelar, permitindo-lhe exibir uma enorme capacidade de se adaptar aos múltiplos cenários táticos[764] em que se desenvolve uma batalha.

Poder-se-ia mesmo dizer que, mais do que adaptar-se, o modelo da legião manipular permite capitalizar a seu favor a grande generalidade dos cenários táticos, devido à sua grande capacidade de movimentação[765], sem que tais mudanças impliquem fragilizar ou desfazer a sua parede de escudos[766].

Na organização tática do exército romano, bem como nos dois modelos anteriores que analisámos, coexiste um elemento fundamental que merece a nossa atenção: todos os modelos de exércitos altamente organizados e de perfil estatal têm, como estrutura fundamental, a infantaria pesada[767].

As razões para esta opção são de vária ordem e manter-se-ão válidas até ao surgimento das armas de fogo, que introduzem na lógica do combate inúmeras variantes que resultarão

---

dos equinos que tropas apeadas, se constituíam em grandes quadrados ocos quando tinham que enfrentar ataques multidirecionais de cavalaria. SYVÄNNE, 2019, p. 138.
Foi certamente com recursos táticos semelhantes que os Romanos procuraram enfrentar as cargas de cavalaria persa quando se encontravam cercados nas regiões desérticas do Oriente, tal como aconteceu com as tropas de Marco Licínio Crasso na batalha de Carras em 53 a.C. GONZÁLEZ, 2005, ("*Carrae* I"), pp. 119-120.

764 Passaremos a designar por "cenário tático" as diferentes fases que surgem durante as movimentações realizadas durante uma batalha. Qualquer movimentação que implique uma deslocação massiva de recursos ou uma investida relevante remete de imediato para um novo quadro de tensões que designaremos dessa forma.

765 BRADFORD, 2001, p. 184.

766 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 117, 125, 240.

767 ADCOCK, 1957, pp. 3-4, 14, 26.

em diferenças devido à capacidade de tiro[768]. Num combate com armas de fogo não se combate num contacto direto corpo a corpo, mas sim através da realização de um ataque a distância, privilegiando recursos como a blindagem, o posicionamento protegido, ou a construção de esconderijos que permitam evitar as baixas produzidas pela enorme capacidade balística do adversário[769].

No entanto, na Antiguidade, o soldado apeado é o elemento fundamental para qualquer exército, pois a utilização das lâminas e pontas obriga a que, para ser possível infligir um grande número de baixas e conseguir uma clara vitória, tal só se possa obter por contacto direto com o corpo do adversário,

O soldado apeado será, assim, o elemento fundamental[770], permitindo um sistema organizado de tropas no terreno, devido ao máximo controlo que pode exercer sobre os seus movimentos permitindo-lhe lutar com o máximo de controlo numa rede tática. O soldado apeado pode dominar totalmente, no campo de batalha, o seu movimento lateral, de avanço ou recuo, com uma precisão impossível para qualquer tropa montada.

Por vezes, verifica-se a tendência para se atribuir a limitações económicas o fornecimento de milhares de cavalos a um exército, o que, embora possa ser um constrangimento, não coibiria impérios com grande pujança material de o poderem vir a fazer. Afinal o Império Huno de Átila[771], ou mesmo mais tarde os Mongóis[772], durante o século XIII d.C., vão basear os seus exércitos em tropas montadas, em que cada guerreiro tem até direito a vários cavalos durante uma mesma campanha.

No entanto, o perfil das tropas montadas não é, no essencial, o seu posicionamento tático fixo no terreno, a sua articulação milimétrica com os companheiros em seu torno, mas antes se baseiam num modelo concebido para investir massivamente com a força e rapidez das suas montadas sobre o adversário[773], disparando os seus poderosos arcos. Os movimentos próprios da cavalaria são, mesmo tendo cavalos bem treinados, investidas massivas dos seus efetivos, onde a relação de cavaleiro para cavaleiro se dá de forma muito superficial e apenas enquanto participantes de uma investida conjunta. Quando se encontram em movimento rápido, o que é próprio e conveniente a cavaleiros, a velocidade, a capacidade

768 KEEGAN, 2009, pp. 416-417.
769 HANSON, 2002, p. 34.
770 O'CONNELL, 1989, p. 124.
771 KEEGAN, 2009, pp. 247-253.
772 KEEGAN, 2009, pp. 269-277.
773 CONNOLLY, 1998, pp. 149-150; GONZÁLEZ, 2005, ("*Carrhae* I"), pp. 119-120.

de choque e posterior retirada são elementos fundamentais do seu tipo de ataque pois só assim poderão aproveitar as vantagens fornecidas pelas suas montadas.

No entanto, uma rede de relações homogéneas e fixas no terreno só poderá ser baseada na presença de peões que possam estabelecer e manter relações de proximidade entre si, o que só poderá ser conseguido com tropas apeadas.

4.3.6. O Modelo Imagético da Legião Romana

A infantaria pesada da legião manipular detém o que se poderia classificar como uma das mais características representações imagéticas de um modelo identificador de um exército. Esta imagem, concebida a partir do texto do historiador greco-romano Políbio nas suas "Histórias", resulta da interpretação da descrição verbal, nelas registada, do posicionamento relativo dos manípulos no terreno[774], mas à qual tem sido abusivamente atribuída a qualidade de ser a própria ordem de batalha da legião. Neste relato são apresentadas, de forma sumária, as posições relativas dos trinta manípulos da infantaria pesada, que era a sua principal força de combate e tal é feito de modo tão assertivo que, dir-se-ia, poderia caracterizar, só por si, o perfil tático do exército romano.

Esta infantaria, pesadamente armada e couraçada, constituía o pilar central da legião manipular, sendo a totalidade da ordem de batalha romana bastante maior e mais complexa[775], fazendo gravitar nas suas alas um importante conjunto de variados corpos de tropas auxiliares (*auxilia*)[776] e de grupos de cavaleiros (*turmae*)[777].

No entanto, nesta conhecida representação imagética, geralmente apenas aparecem de forma sumária, em padrão de xadrez, as três linhas que representam os manípulos da infantaria pesada[778], indiciando desde logo o quanto esta é esquemática e estilizada. Poder-se-ia dizer que esta, mais do que tudo, é eminentemente uma representação da ordem e disciplina tão características do exército romano, apontando igualmente o posicionamento relativo dos corpos da infantaria pesada, pois eram estes que estavam submetidos a um rígido modelo de combate. Geralmente não estão consagrados nesta representação esquemática, as numerosas tropas auxiliares e a cavalaria, o que é já bem explícito da ideia de que se pretende

774 PLB. 14.8, 15.9, 18.30.
775 FRONTIN. 2.3.
776 LE BOHEC, 2013, pp. 34-39; CHEESMAN,1971, p. 8; GOLDSWORTHY, 2003, p. 80.
777 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 27, 56-57.
778 CONNOLLY, 1998, pp. 128, 141.

a apresentação gráfica da organização da infantaria pesada, e porque, quer as tropas auxiliares, quer a cavalaria[779], não obedeciam a um modelo previamente estabelecido, o que não as tornaria fáceis de serem representadas de uma forma estilizada por uma imagem caracterizadora.

Acontece também que, frequentemente, não se encontra refletida, na representação da infantaria pesada romana, a notória diminuição dos efetivos dos triários, que apresentavam contingentes que, até à reforma de Gaio Mário, apenas possuíam metade dos soldados que formavam os outros manípulos de hastados e príncipes[780].

Dir-se-á, pois, que a imagem que associamos à estrutura de uma legião nos revela apenas uma disposição estilizada dos vários corpos que a constituem, pois, a análise de tal representação demonstra que ela não tem uma analogia direta com a realidade[781].

4.4. Problemática da Tríplice Az

Considere-se a consagrada representação da disposição dos manípulos da infantaria pesada romana que a apresenta como sendo formada por três linhas horizontais intermitentes, onde se localizam grupos de soldado que constituem o modelo tático que se vulgarizou com o nome de tríplice az (*triplex acies,* em latim)[782].

Podemos observar desde logo neste esquema modelar a integração funcional de um dos principais aspetos que irão caracterizar a legião e que aqui é expressa pelo espaço ideal de combate, bem visível pelos espaços vazios que estão estruturalmente intercalados entre cada manípulo. Esta tomada de consciência da importância do espaço é bem demonstrativa do grande valor que os Romanos passaram a consagrar à mobilidade das suas formações, procurando que cada manípulo, e mesmo cada legionário, possuísse um espaço ideal de combate[783] que pudesse criar dinamismo e mantivesse permanentemente a coesão da formação.

---

779 LE BOHEC, 2013, p. 196.

780 CONNOLLY, 1998, p. 129; GOLDSWORTHY, 2003, p. 27.

781 Dever-nos-íamos recordar que o grau de estilização desta representação é tal que apenas contempla uma legião no terreno enquanto a realidade prática contemplava habitualmente duas legiões em cada exército consular.

782 Com o intuito de se poder uniformizar os termos muitas vezes utilizados em latim para a língua portuguesa, adotaremos a expressão tríplice az em substituição de *triplex acies*. GOLDSWORTHY, 2003, pp. 47, 175; LE BOHEC, 2013, p. 196.

783 CAES. *Bell. Gall.* 2.25.

A importantíssima perceção desta necessidade teve de ser organizada em torno de uma justa medida espacial que permitisse ao soldado, por um lado, a liberdade de movimento necessária para o melhor desempenho no manuseio das suas armas e, por outro, garantir que este pudesse permanecer como uma sólida peça funcional na orgânica da legião, mantendo uma relação de mútuo apoio com os companheiros que se encontravam no seu entorno[784].

Uma formação de combate terá sempre, de forma latente, o que se poderia classificar como um espaço ideal de combate, um equilíbrio espacial que indica a melhor distância para a presença física dos seus homens, atendendo à especificidade das suas armas, ao seu couraçamento e mesmo ao seu perfil de luta.

A falta desta compreensão compromete o vital equilíbrio espacial das suas partes, quer considerando-se o todo dos seus corpos entre si, quer no contexto individual de cada soldado, o que pode favorecer ou, pelo contrário, estorvar, de forma determinante o seu bom desempenho. É fundamental, pois, que cada modelo tático, em função da sua orgânica, deva encontrar o espaço ideal de combate adequado para a disposição da sua formação[785].

Uma formação que se apresente demasiado esparsa tem necessariamente uma perda de interação e apoio físico de proximidade, que os companheiros poderão fornecer a cada legionário, e contribui decisivamente para a desagregação da sua coesão. Esta perda de interação resulta numa clara diminuição das vantagens inerentes ao esforço unidirecional conjunto, nomeadamente para garantia dos aspetos defensivos, como a solidez da sua parede de escudos[786].

Pelo contrário, uma formação demasiado compacta tende para a estaticidade, quer individual, quer do coletivo[787], e implica um notório constrangimento dos movimentos, inviabilizando o eficaz manuseamento das armas.

Nesta passagem de Políbio torna-se bem patente a descrição da articulação entre o espaçamento da parede de escudos legionária e o estilo de luta empregado pelos soldados romanos[788]:

---

[784] GOLDSWORTHY, 2009, p. 72.

[785] Designaremos por "espaço ideal de combate" a área individual necessária para o bom desempenho de um soldado quando este está inserido no âmbito de uma formação e com uma determinada tipologia de armamento. Uma notória constrição ou alargamento desta área contribuem de forma negativa para a qualidade do seu desempenho, podendo chegar mesmo a inviabilizá-lo. Cada tipologia de arma utilizada por uma formação tática adquire pela especificidade dos movimentos físicos necessários para o seu manuseamento, um espaço individual ideal para cada soldado.

[786] De acordo com Peter Connolly os manípulos podiam ser formados em ordem aberta, em que a cada homem é atribuído um espaço de seis pés (cerca de 1,80 metros), ou em ordem fechada, com três pés por homem (cerca de 0,90 metros). CONNOLLY, 1998, p. 142.

[787] GOLDSWORTHY, 2009, p. 270.

[788] PLB. 18.30.

> «[…] a Roman soldier in full armour also requires a space of three square feet. But as their method of fighting admits of individual motion for each man because he defends his body with a shield, which he moves about to any point from which a blow is coming, and because he uses his sword both for cutting and stabbing, it is evident that each man must have a clear space, and an interval of at least three feet both on flank and rear, if he is to do his duty with any effect. […]»

Dir-se-ia, pois, que a aferição do espaço ideal de combate para cada soldado se torna um aspeto fundamental para o seu bom desempenho[789] e só um treino constante poderá fazê-lo assimilar esta medida de forma intuitiva. Deveremos salientar a importância deste aspeto tático, pois ele é um elemento fundamental em todas as diferentes etapas de uma batalha[790], precisando de ser constantemente ajustado durante as movimentações que esta exige.

Para a boa manutenção do espaço ideal de combate, que poderíamos conceber como uma quadrícula imaginária, contribuirá a dinâmica de alargamento ou contração da totalidade da formação onde cada soldado se insere, visto que este não conseguirá fazer sozinho com que se crie o espaço ideal de combate. Se os companheiros nas suas laterais o comprimirem, ou se se afastarem de forma a que perca interação com eles, pouco este poderá fazer individualmente para colmatar essa falha tática. Tal acerto necessário para repor a boa organização do calibre do espaço ideal de combate na parede de escudos terá que ser necessariamente resolvido respetivamente pela passagem do legionário para uma fila na retaguarda da parede de escudos ou pelo preenchimento rápido desses hiatos por companheiros que avancem das filas de apoio contíguas localizadas na retaguarda[791].

Poder-se-ia mesmo dizer que, com a integração estrutural do espaço-distância na orgânica da legião, a noção precisa do espaço ideal de combate deverá ter sido uma das suas principais preocupações e terá surgido como resultado de uma atenta procura da boa relação funcional entre o tamanho do gládio e a superfície do escudo, buscando a melhor bitola para otimizar o seu manuseio.

---

789 Sobre o espaço atribuído a cada soldado: PLB. 17.30; VEG. 3.15; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 179-180.

790 ERAMO, 2015, pp. 449-451, p. 450.

791 Todo este fluxo e refluxo necessário de legionários na constituição da parede de escudos é bem demonstrativo do dinamismo do exército romano, permitindo o refrescamento constante dos seus homens e a rápida retirada dos feridos, ou daqueles que não se encontravam já com capacidade para combater devido a ferimentos ou exaustão.

Estamos convencidos, antes do mais, de que esta preocupação deverá ter sido o principal elemento que poderá ter moldado o desenho tático da disposição relativa dos manípulos[792]. A típica imagem da tríplice az[793], com a sua habitual representação dos trinta manípulos dispostos em três linhas descontínuas, aparece habitualmente como sendo o modelo utilizado em combate pela infantaria pesada romana[794].

Tal deverá ser, no entanto, passível de uma análise crítica quanto às suas boas características enquanto ordem de batalha e mesmo à sua morfologia funcional, pois tal modelo parece ter sido essencial para o seu desempenho durante grande parte da República e possivelmente parte do Alto-Império.

Necessário se torna assim uma reflexão sobre as suas condições de funcionamento tático tão esquematicamente apresentadas na representação da legião, procurando uma cabal compreensão de como tal modelo poderia funcionar na prática, pois esta é portadora de lacunas graves que devem merecer toda a nossa atenção.

Na imagem esquemática que se atribui normalmente à legião manipular pode observar-se toda uma elaboração tática resultante de uma abordagem racional que se expressa na forma peculiar como são dispostos os seus corpos em grupos interpolados.

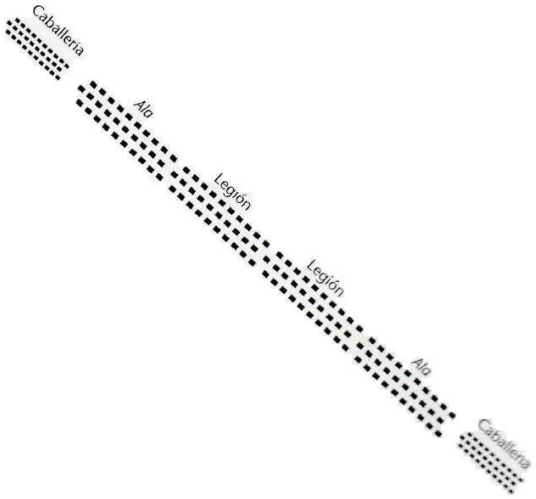


Imagem 36 - Legião manipular. Exército consular tipo (duas legiões, duas alas e cavalaria). [in GOLDSWORTHY, 2010, p. 26].

Esta é assim a expressão de um trabalho estritamente racional resultante da observação prática que teve necessariamente de demorar a concretizar-se pois, para chegar a tal curiosa formulação, tiveram certamente os oficiais romanos de realizar inúmeras experiências de campo, com diferentes distribuições dos manípulos, até chegarem à compreensão de que este modelo seria o mais adequado[795].

[792] Yann Le Bohec refere que Tácito (*Annales* 13.40.3-4) menciona as seguintes estruturas da legião em combate: i) César: três fileiras (*triplex acies*); ii) Arriano (meados do século II): falange compacta e muito cerrada, escudo contra escudo e que, vistos de frente pareciam um muro de ferro eriçado de lanças (LE BOHEC, 2013, p. 196).

[793] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 79, 107-108, 239 (LE BOHEC, 2013, p. 196).

[794] GOLDSWORTHY, 2009, p. 55.

[795] O'CONNELL, 1989, pp. 86-87, 89-98.

Não encontramos, nomeadamente na Antiguidade, qualquer formação que se lhe possa assemelhar na complexidade e na forma peculiar como se organizava[796], dando-nos boas razões para acreditar que foi um processo gradativo de aperfeiçoamento que resultou de uma gestão de recursos e de uma aguda observação de desempenhos. Deveremos ter em atenção que a própria nomenclatura pela qual são designadas as três linhas de combatentes, são indiciadoras de possíveis experiências, pois os seus nomes parecem contradizer a ordem natural pela qual deveriam ser designadas.

A primeira linha, e mais avançada, era denominada "hastados" (*hastati)*, o que deveria indicar que os seus elementos fossem portadores de hastas ou grandes lanças, o que, no entanto, não se verifica sempre; a segunda linha era conhecida pelo nome de "príncipes" (*principes)*, o que nos aponta, não para o tipo de arma utilizada, mas para o seu posicionamento, revelando que estes deveriam ocupar a primeira linha, embora se encontrem colocados na segunda[797]; por último encontramos os "triários" (*triarii),* cujo nome nos remete corretamente para a sua posição na terceira linha, embora estes fossem os únicos, antes da reforma de Gaio Mário, que ainda manuseavam lanças, ainda que a utilização preferencial de tal arma não se reflita na sua nomenclatura[798].

Se atentarmos para tais desfasamentos de critério e de terminologia, aplicados às três linhas, poderemos suspeitar que tais designações bem poderão ser resultantes de consecutivas experiências práticas, realizando alterações no seu posicionamento e manuseamento de diferentes armas, pois a utilização simultânea de dois critérios, um deles remetendo-nos para a posição que a linha ocupa e um outro que nos identifica o tipo de arma utilizada, não possui um carácter lógico que pudesse fazer sentido como tendo estado presente na complexa formulação teórica deste modelo.

Tal facto torna-se ainda mais patente quando constatamos que os soldados que são designados por lanceiros (hastados) lutam com espadas[799] e os que deveriam ser designados com tal epíteto, pois são os únicos que ainda lutam com lanças[800], são identificados apenas pelo seu posicionamento na terceira linha (triários).

---

796 KEEGAN, 2009, p. 350.

797 Com efeito Vegécio coloca os príncipes na primeira linha e os hastados na segunda (VEG. 1.20; 2.15 e 3.14) o que se poderá dever a razões etimológicas, como é referido por João Gouveia Monteiro (MONTEIRO, 2009b, p. 406): «[…] No capítulo em apreço, Vegécio alterou a ordem tradicional, colocando os príncipes na primeira linha e os hastados na segunda. Milner (2006:21, n. 3) pensa que Vegécio procedeu assim por razões etimológicas, mas também porque, na prática, a ordem podia ser invertida (tal como decorre da leitura de Tito Lívio). […]»

798 PLB. 6.23.

799 CONNOLLY, 1998, pp. 130-132.

800 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 27-30.

Havendo, pois, uma linha que se designa por "primeiros" (príncipes) e uma outra chamada de "terceiros" (triários), tal legitima-nos a hipótese de que poderá ter havido experiências militares em que as linhas seriam designadas apenas por primeiros, segundos e terceiros. Tal levar-nos-ia a acreditar que os que são designados por "hastados" poderiam ter tido outra designação, referenciando-os possivelmente como "segundos" (*secundii*), pois os príncipes deveriam ocupar a primeira linha. É, pois, bastante curioso que vejamos consagrada na legião uma linha de príncipes que ocupa a segunda linha, e outra de hastados que nem sempre possuem lanças e que não podem assim ocupar essa posição como possivelmente lhes competiria, mas foram empurrados para a linha da frente. Além disso é de ter em atenção que apenas os hastados são designados pelo seu tipo de arma[801], embora não estejam na prática munidos delas, sendo os outros dois grupos identificados pela possível posição que ocupariam na ordem de batalha[802].

Assim, tal desfasamento entre a posição e a indicação do tipo de armas deverá ser indiciador de que os Romanos realizaram inúmeras experiências práticas até terem chegado a este modelo, nomeadamente tendo em atenção que o grupo dos hastados era formado pelos homens mais jovens, com idades que se encontravam entre os dezassete e os vinte cinco anos. Por seu turno, o grupo dos príncipes seria constituído por soldados já com bastante experiência de combate e que se situavam numa faixa etária balizada entre os vinte cinco e

---

[801] Sobre estas questões de nomenclatura, especialmente as relativas ao nome "hastados", literalmente significando "os homens da *hasta*", ver SEKUNDA; MCBRIDE, 1996, pp. 23-24, 35-36.

[802] Assinalamos aqui o interessante comentário do professor Giovanni Brizzi, quando se refere à análise da descrição que nos foi deixada por Políbio (PLB. 6.21-23) sobre a estrutura da legião manipular romana de inícios do século III: «[…] Quant aux *hastati* et aux *principes*, qui composent les deux premiers échelons des troupes de ligne, ils ont remplacé le *clipeus*, le bouclier rond de l'hoplite, par le scutum, de forme oblongue, comme le note Polybe. Ils ont surtout changé la longue lance de choc contre des pila. […]» (BRIZZI, 2004, p. 49)

Surge-nos aqui uma referência ao uso do pilo em detrimento da lança de choque, por parte dos hastados e dos príncipes levando-nos a pensar que esta arma talvez tivesse sido usada, pelos legionários destas duas linhas em período mais recuado.

É possível que tal utilização seja ainda uma prevalência que poderá remontar à época da Monarquia, nomeadamente à reforma Serviana realizada pelo 6º rei de Roma, o etrusco Sérvio Túlio que reinou até 535 a.C., data em que terá sido assassinado.

Nesta reforma os cidadãos que integravam o exército encontravam-se divididos em 5 classes censitárias, classificados segundo as respetivas posses, sendo o recrutamento organizado com base nessa estratificação social.

O professor Brizzi acrescenta ainda que: «[…] Les différences de cens se reflètent donc soit dans le pourcentage d'hommes enrôlés soit dans leur armement et, par conséquent, aussi dans le rôle tactique des différentes composantes de l'armée. Les hommes de la première classe sont équipés d'un casque, d'un bouclier rond, de jambières, d'une cuirasse, d'une épée et d'une lance. Les hommes de la deuxième classe portent les mêmes armes, mais le bouclier est oblong, ce qui rend inutile la cuirasse. […]» (BRIZZI, 2004, p. 46).

Caso tal se tenha verificado, compreender-se-ia a nomenclatura atribuída aos hastados, visto que originalmente estavam realmente munidos com hastas ou lanças de choque. Tal justificação não abrangeria, no entanto, os príncipes posicionados na segunda linha, cuja nomenclatura deveria ser uma referência direta ao seu posicionamento na primeira linha.

os trinta e cinco anos, enquanto os triários seriam elementos veteranos e com mais experiência bélica[803].

Se o modelo da legião não tivesse sido submetido a uma posterior evolução, compreender-se-ia mal por que razão a nomenclatura das linhas não teria obedecido a critérios estritamente uniformes e lógicos, quer estabelecidos pela ordem que ocupavam, quer pelo tipo de armas com que lutavam.

4.4.1. A Dimensão Intuitiva do Combate Coletivo

Os exércitos da Antiguidade, como seria natural com o seu mais restrito reportório armamentístico, utilizavam como elemento principal do seu sistema de combate as lanças ou lâminas de diversas tipologias, que exigiam um contacto direto com o adversário[804]. Se atendermos ao perfil dos exércitos que se desenvolveram no Ocidente, é essencialmente no confronto corpo a corpo que um exército se poderia consagrar como claro vencedor de uma batalha, pois as armas de arremesso, apesar de poderem desempenhar um papel importante durante uma batalha, não eram normalmente determinantes para o seu resultado final[805].

Uma batalha exigia, assim, que o confronto se decidisse através de um considerável número de baixas no exército adversário, o que só seria possível sujeitando-o a um combate corpo a corpo[806] e com uma generalizada utilização de lanças ou espadas. Nesta sequência, poder-se-ia, pois, dizer que uma batalha, no mundo antigo, apresenta sempre uma faixa problemática onde a "taxa de esforço" adquire a sua mais elevada expressão e que se forma ao longo de toda uma linha onde milhares de homens se digladiam[807], procurando eliminar o seu oponente de proximidade[808].

---

[803] GOLDSWORTHY, 2003, p. 27.

[804] KEEGAN, 2009, 509-510.

[805] Na Antiguidade encontramos, no entanto, alguns exércitos orientais que desenvolveram uma grande tradição no manuseio de armas de arremesso, nomeadamente arcos, tendo estes atingido uma cadência e competência de tiro como nunca se conheceu no Ocidente. O exemplo mais relevante, enquanto exército organizado, terá sido o dos Persas parto-sassânidas, cujo modelo de combate se baseava, em grande medida, em poderosas cargas de cavalaria em que maioria dos guerreiros lutava munida de arcos compostos. Só na Idade Média encontraremos uma eficácia semelhante no Ocidente com a utilização do *longbow* nomeadamente pelas tropas inglesas, na Guerra dos 100 Anos.

[806] O'CONNELL, 1989, pp. 90-91.

[807] Por uma questão de clareza terminológica, manteremos o termo "linha", para cada uma das estruturas manipulares representadas na horizontal e constitutivas da tríplice az (linha de hastados, linha de príncipes e linha de triários) e designaremos por "fila" cada uma das diversas camadas de soldados dispostos lateralmente e que se justapunham dentro de cada uma das linhas.

[808] Passaremos a utilizar o termo "oponente de proximidade" para designar o adversário que luta frontal e diretamente com um determinado soldado.

Esta linha é constituída por combatentes que, dentro da lógica de um exército organizado[809], se posicionam intuitiva e lateralmente, formando uma parede de escudos em que cada um ocupa um pequeno fragmento da sua extensão.

São os soldados que estão na fila frontal, que forma a parede de escudos, que estão sujeitos a um esforço extremo, pois lutam em contacto direto com um adversário que deverão conseguir eliminar e que, por seu turno, tem um objetivo recíproco[810].

Esta posição extrema é a que exige maior esforço, sujeitando todos os soldados que ocupam essa fila, a um desgaste e a um estresse incalculáveis, sabendo que enfrentam a eventualidade de poderem ser atingidos a qualquer momento por um golpe fatal[811]. No entanto, um exército é quase sempre constituído por um número de efetivos muito superior ao dos que se encontram neste *locus terribilis,* em que se constitui a parede de escudos, existindo milhares de soldados que se posicionam em outras filas, que se justapõem imediatamente na sua retaguarda e cuja exposição ao perigo e esforço se atenua em função do seu maior afastamento da zona de confronto direto. Na legião, os soldados posicionados na fila da retaguarda da parede de escudos, embora estejam sujeitos também a um considerável esforço[812], nomeadamente ao procurar auxiliar o companheiro da frente a eliminar o adversário com quem lutam diretamente, deverão estar preparados para o substituir com rapidez assim que este se encontre demasiado exausto, que seja atingido mortalmente ou ferido com gravidade[813].

Nesta ordem de ideias, os soldados que ocupam a terceira fila ainda se encontram, pois, mais afastados do tremendo esforço verificado na parede de escudos, mas deverão estar preparados para progredir e ocupar com rapidez as posições deixadas vagas no espaço da segunda fila[814]. Se não possuímos descrições coevas detalhadas sobre o movimento dos legionários dentro dos manípulos, é a própria especificidade do espaço ocupado por cada soldado e o movimento natural necessário para chegar até ao contacto com o exército adversário que legitima este perspetivar do que seria o fluxo ininterrupto dos soldados romanos entre as filas dentro da primeira linha da tríplice az.

---

809 O'CONNELL, 1989, pp. 89-90.
810 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 71-72.
811 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 445-446.
812 GOLDSWORTHY, 2009, p. 73.
813 Será de admitir que os legionários romanos que estão na fila imediatamente contígua à parede de escudos auxiliem na medida do possível o esforço dos que se encontram nesta, sempre que para tal surja uma oportunidade. Apesar de mais afastados do contacto corpo a corpo com o inimigo, será de admitir que seria possível com pequenas investidas e movimentos de maior amplitude dos gládios atingir adversários pelas zonas intersticiais superiores situadas entre os companheiros que se encontram à sua frente.
814 GOLDSWORTHY, 2009, p. 75.

Só com muita dificuldade poderia ser possível tentar encontrar outros processos pelos quais se possa ter organizado a estrutura frontal da legião e compreender o contínuo movimento de refrescamento[815], tão característico do exército romano[816].

Iremos cooptar vários outros argumentos no sentido da legitimação deste modelo, atendendo a que há diversos outros aspetos que nos poderão fornecer pistas importantes para a compreensão do seu funcionamento prático. Estamos mesmo convencidos de que a eficiência do modelo teria na simplicidade um dos seus aspetos fundamentais e, apesar do esforço de conceptualização que deverá ser feito para a sua compreensão, deveremos ter sempre em consideração uma importante dimensão intuitiva a orientar o seu sistema de combate.

Só um prolongado treino poderia fornecer aos legionários a fluida rapidez necessária para um eficaz desempenho na parede de escudos e na fila contígua, pois estamos em crer que grande parte do seu reportório de gestos de combate, repetido à exaustão durante o treino realizado ao longo de anos, seria o resultado de movimentos executados por impulso reflexo e realizados, em grande medida, num processo que se poderia dizer já marcadamente de caráter intuitivo[817].

Como veremos, subjaz a todo este eficaz modelo de luta uma sofisticada articulação entre todas as partes que o constituíam, quer do ponto de vista do equipamento material dos legionários, com as suas espadas e escudos, quer numa outra importantíssima dimensão interiorizada que cada soldado possuía de um reportório de gestos de combate que seriam despoletados, como resposta instintiva às rápidas situações de confronto a que estava submetido[818].

Tal complexo reportório de gestos de combate consolidava-se numa tripla articulação entre as investidas do gládio, movimento do escudo e posicionamento do corpo, fornecendo um conjunto de rápidas soluções sobre como deveria lutar e eliminar o seu oponente de proximidade. É bem possível que a repetição constante destes mecanismos de luta, quer no treino, quer em combate, pudesse fornecer ao soldado romano uma certa forma de "conforto

[815] Em cada uma das três batalhas em que o exército romano enfrentou o rei Pirro do Epiro (Heracleia, em 280 a.C., Ásculo, no ano seguinte e Malevento, em 275 a.C.) existiram pesadas baixas em ambos os lados, uma vez que o poder da falange de Pirro se confrontou com a persistência romana e com o sistema da tríplice az, que permitia um constante refrescamento das tropas na linha de batalha (GOLDSWORTHY, 2011, pp. 99).

[816] GOLDSWORTHY, 2009, p. 75.

[817] CAMPBELL, 2002, p. 71.

[818] O'CONNELL, 1989, p. 90.

de desempenho", permitindo-lhe lutar como que um pouco alheado do perigo prático em que se encontrava[819].

Como sabemos hoje, através da análise da psicologia comportamental, vários mecanismos subconscientes atuam e regulam inconscientemente o comportamento[820], nomeadamente quando uma atividade é reiteradamente executada de forma diária e ao longo de muito tempo. Tal leva-nos a poder crer que, muitos dos soldados romanos, poderiam executar a sua tarefa racionalmente turvados por uma certa forma de alheamento quanto à perigosidade do momento que enfrentavam.

Dir-se-ia mesmo que a generalizada confiança que tinham no seu sistema de luta, no apoio dos companheiros, o grande palmarés de vitórias e sobretudo a capacidade individual para dominar o seu oponente se constituíam como um poderoso conjunto de fatores que permitiriam que o legionário encarasse o paroxismo do momento do combate com a naturalidade de quem executa apenas uma parte mais difícil do seu trabalho. Afinal, tal experiência não era mais do que a consumação prática do que ele sempre soubera que lhe seria exigido e era precisamente esse momento que lhe permitia fazer parte do glorioso sistema militar de Roma, ao qual estava ligado por todos os juramentos de honra. Este sentimento está bem patente no discurso de Tito às suas tropas, durante a Primeira Guerra Judaico-Romana, às vezes chamada de "Grande Revolta Judaica", e que foi a primeira de três grandes rebeliões da população da província da Judeia contra a dominação romana, tendo ocorrido em 66-73[821]:

> «[…] Of our experience and our discipline is there any need to speak? If, alone of all nations, we exercise ourselves in arms in peace-time, it is for this very object, that in war-time we need not contrast our numbers with those of our opponents. What would be the use of this perpetual training, if we must be equal in numbers to an untrained foe before we face them? […]».

Note-se que a excelência de desempenho, numa determinada tarefa mecânica se obtém quando esta é já realizada de forma altamente intuitiva, não sendo necessária uma constante intervenção do consciente para a realizar. Qualquer operário, qualquer músico, qualquer condutor de um veículo, tem a consciência que os seus melhores desempenhos não provêm de exercer essa atividade de forma consciente, processando intelectualmente todos os seus passos, mas bem pelo contrário, a perfeição resulta da execução intuitiva de gestos já bem

819 Sobre o papel da disciplina e do treino: FRONTIN. 4.1-2,5-6.
820 O'CONNELL, 1989, p. 87.
821 JOSEFO, 3.10.2.

conhecidos e cujo controle é em grande parte deixado a uma instância não totalmente consciente.

Estamos mesmo convencidos de que esta dimensão de "combate intuitivo" seria uma das principais características que o sistema de treino romano desenvolveria no seio da sua máquina militar e tornariam o desempenho do seu soldado tão poderoso e eficaz. Pensamos mesmo que a sua extrema reatividade, que se consumava na crueldade com que este atuava frequentemente, se poderá dever a esta forma de alheamento, que transformava os seus homens, durante o combate, em meros executores automáticos de ordens, sem grande capacidade crítica relativamente ao que lhes era pedido que fizessem. Não será, pois, de espantar que, para o soldado romano, o próprio momento da batalha não acarretasse uma tão vívida sensação de perigo como poderia ser percecionado por outros combatentes, inseridos em exércitos com orgânicas militares menos intrusivas[822].

No momento em que se dá o confronto, embora este acarretasse sempre uma certa tensão, o esforço psicossomático para vencer tal difícil experiência ficaria assim muito mitigado, o que certamente contribuiria bastante para que pudesse lutar com muito mais eficácia. Flávio Josefo, no seu relato da Primeira Guerra Judaico-Romana, assinala o duplo dever do legionário de, por um lado, superar fisicamente o seu adversário e, por outro, de temperar a sua própria personalidade[823]:

> «[…] By their military exercises the Romans instill into their soldiers fortitude not only of body but also of soul; fear, too, plays its part in their training, they have laws which punish with death not merely desertion of the ranks, but even a slight neglect of duty; […]».

Compreende-se, assim, que um adversário, ao iniciar um confronto corpo a corpo com um legionário, embora pudesse estar motivado e exibir grande ímpeto, a tensão e a raiva com que investia eram fatores, não só de grande desgaste físico, mas capazes até de inibir, em grande medida, a sua capacidade de saber aproveitar uma boa oportunidade para eliminar o seu oponente. Pelo contrário, a segurança com que o legionário romano podia lutar permitia-lhe ter uma maior capacidade para saber aproveitar qualquer boa ocasião que surgisse durante o combate, o que é inclusive incrementado pelo importante binómio das suas principais armas de defesa e ataque: respetivamente o grande escudo (*scutum*) e o gládio

[822] LE BOHEC, 2013, pp. 144-145.
[823] JOSEFO, 3.5,7.

(*gladius Hispaniensis*), a pequena e manejável espada com que investia em movimentos de apunhalamento[824].

4.4.2. Características do Funcionamento Tático da Legião na Parede de Escudos

A consagrada conceção imagética com a qual é habitualmente identificada a legião manipular poderá ter sido a razão pela qual o seu sistema de combate tem sido sujeito a uma leitura muito lacunar, no que se refere ao que poderia ser a realidade prática do exército romano em combate.

Para tal, estamos convencidos, terá igualmente contribuído a poderosa ideia de uma organização tática de perfil falangístico, que os Romanos adotaram inicialmente, apresentando uma formação extremamente concentrada de soldados munidos com as suas lanças e posicionados em direção frontal[825].

No entanto, e considerando que sabemos que esse era o modo próprio de lutar dos exércitos gregos, organizado para uma avassaladora investida com as suas lanças, deveremos ter em atenção que foi precisamente a compreensão das suas limitações que impeliu os oficiais romanos a procurar um modelo mais versátil tendo, ao longo do século III a.C., desenvolvido o que ficou conhecido por legião manipular[826].

Várias características deste novo modelo tático poderão levar-nos a compreender que seria bem diferente o que procuravam encontrar como o seu paradigma de combate. Os Romanos substituíram assim a força de um ataque inicial massivo pelo dinamismo de uma formação que, mais do que investir com toda a brutalidade sobre o exército adversário, pretende que a sua ordem de batalha tenha grande dinamismo e que se possa adaptar ao perfil de investida do adversário, estando organizada e treinada para avançar ou recuar, para se estender lateralmente, para envolver o inimigo, para aproveitar brechas na sua formação, numa plasticidade de soluções que poderão justificar o seu extraordinário sucesso nos mais variados contextos de guerra, ao longo de séculos[827].

---

824 Analisaremos em capítulos posteriores a importância fundamental destas duas armas e de todo o seu processo de interação mútua, a fim de tentarmos compreender como puderam tornar-se tão importantes para o desempenho dos legionários, contribuindo de forma decisiva para o seu sucesso militar. Essencialmente os subcapítulos 7.3, 7.4 e 8.6.

825 SEKUNDA; NORTHWOOD; HOOK, 2001, pp. 13-18.

826 Adrian Goldsworthy refere-se-lhes como Legiões "Polibianas", GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-31.

827 LE BOHEC, 2013, pp. 193-201.

Mais do que procurar assestar um brutal golpe frontal no exército adversário, como acontecia com a falange, os Romanos criaram um modelo militar que pela sua elasticidade e resiliência[828], podia acomodar o impacto de qualquer tipo de inimigo e desenvolver-se durante o combate de modo a explorar as suas fragilidades[829].

A nossa análise crítica começará por observar que a disposição que supostamente representava a tríplice az[830] apresentava um incomportável problema tático estrutural na formação da imprescindível parede de escudos.

Tal perfil ocasionaria desde logo uma absurda fragilidade que seria impensável numa qualquer ordem de batalha, nomeadamente quando tal se integra no racional contexto em que os Romanos procuravam moldar o seu modelo e pretendiam que pudesse ser o mais eficaz possível[831].

Se admitíssemos que esta seria a ordem de batalha da legião, formada estritamente com este perfil e literalmente nesta disposição, então teríamos de admitir que ela apresentava, no início da batalha, enormes brechas na parede de escudos, ou seja, na importantíssima linha frontal dos hastados. Tal poderia ser classificado como algo absurdo para qualquer modelo tático, especialmente quando os Romanos procuravam que o seu fosse o protótipo de uma organização maximamente eficaz. Estes enormes vazios, que se encontravam entre todos os manípulos, seriam assim tão consideráveis que igualavam, em dimensão, o espaço necessário para albergar no terreno a presença física dos soldados de um manípulo. Atendendo a que este era formado por duas centúrias e que cada uma destas poderia atingir os 80 homens, estaremos a falar de um conjunto de legionários que rondaria os 160 indivíduos, o que implicaria que tais hiatos deveriam apresentar consideráveis dimensões[832]. Estamos convencidos de que tais 'aberturas' na formação de uma parede de

---

828 EVERSON, 2013, p. 140.

829 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 125, 154, 485.

830 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 64-65.

831 A apresentação das linhas da tríplice az sugeria analogicamente a disposição dos pontos que encontramos numa *alia* (dado de jogar), na face onde se representava o número cinco. Se dividíssemos esta face em três faixas que integrassem os seus pontos, encontraríamos sucessivamente 2, 1 e novamente 2 de forma intercalada, tal como acontecia com a disposição das linhas dos manípulos da infantaria pesada na sua representação tradicional. Por esta face do dado se designar por "*quincunx*", os Romanos designavam esta disposição tática por este nome. É de salientar a compreensão da representação gráfica da face da *quincunx*, visto que se sabe o gosto que os soldados romanos tinham pelo jogo de dados.

832 Políbio diz-nos que cada legionário ocupava 1,80m de frente e de profundidade (PLB. 18.30). Contudo, Vegécio aponta para outros valores e dá como mais provável, que a frente fosse de apenas três pés (cerca de 90 cm) e a profundidade de seis pés (quase 1,80 m) (VEG. 3.14; MONTEIRO, 2009b, p. 456). Adrian Goldsworthy afirma: «[…] A distância entre as fileiras era necessária para que os legionários pudessem arremessar os *pila*. Assumindo uma frente de 90 cm por homem e uma profundidade de seis fileiras, um manípulo de hastados ou príncipes ocuparia uma frente de cerca de 18 m e uma profundidade de 11 m. A legião teria formado com uma frente de cerca de 365 m, contando com os intervalos entre os manípulos, e a infantaria de um exército consular ocuparia aproximadamente 1,5 km de frente, partindo do princípio - o

escudos seriam algo de impensável e até mesmo contraditório com a sua principal função tática, que seria a de não permitir a passagem de qualquer adversário para o seu interior[833].

Tal formulação para o modelo da legião é algo de tão inadmissível que esta morfologia seria mesmo impensável para qualquer outro exército menos experiente e racional do que era o romano, pois constitui um dos principais objetivos de qualquer formação em batalha o evitar a todo o custo que se possam abrir quaisquer brechas na sua formação.

Poder-se-ia mesmo dizer que um dos principais objetivos ofensivos em combate é precisamente o de conseguir desorganizar a formação adversária, causando roturas na sua parede de escudos por onde as suas forças possam penetrar e, desmanchando a coesão do adversário, tornar possível atacá-lo de forma multidirecional, continuando a investir frontalmente e pelo flanco aberto pela brecha[834].

É pela constatação deste desajuste tático que têm surgido múltiplas justificações para tornar concebível este insólito modelo, procurando, de forma por vezes bastante forçada, compreender como este poderia assim ser eficaz e ter sido o protagonista de tão grande sucesso militar. Não sendo, pois, admissível tais "aberturas estruturais" na parede de escudos, a grande maioria das tentativas de explicação têm proposto que estes hiatos seriam fechados pouco antes do início da batalha[835], o que nos parece cogente com a necessidade de conferir continuidade à parede de escudos. No entanto, aceitando-se tal hipótese funcional, teremos de admitir que a imagem que é tomada habitualmente como uma ordem de batalha, com esta dispersão dos manípulos, não teria condições de o ser, pois não seria possível que o exército romano iniciasse o confronto com esta configuração esparsa e fragmentária.

Esta consciencialização leva-nos, assim, a crer que não deveremos estar perante uma representação da ordem de batalha da legião, mas antes de uma imagem que apresenta, tão somente de forma estilizada, a estrutura fixa dos diferentes corpos em que se organiza a

---

que parece provável – de que as alas se dispunham numa formação semelhante. Carecemos de provas diretas acerca das distâncias entre as três linhas, e os cálculos supra apresentados são, em larga medida, conjeturais, mas dão uma ideia aproximada da escala […]» (GOLDSWORTHY, 2009, p. 65).

833 Adrian Goldsworthy salienta o facto de a maioria dos especialistas se recusar a acreditar que a legião combatesse com intervalos na linha, o que certamente permitiria ao inimigo infiltrar-se pelos espaços e cercar separadamente os manípulos; estudiosos propuseram vários esquemas que permitiriam, antes de começar a luta corpo a corpo, a alteração da sua formação, no sentido de criar uma linha contínua. Cf. GOLDSWORTHY, 2009, pp. 65-66.

834 Em Pidna (168 a.C.), a batalha começou a ficar muito desequilibrada quando pequenos grupos de romanos se infiltraram na linha macedónica, começando a atacar os flancos dos grupos de lanceiros. GOLDSWORTHY, 2011, p. 116.

835 Peter Connolly descreve como tal poderia ocorrer: CONNOLLY, 1998, pp. 140-142.

legião. Tal imagem trilinear da sua morfologia tática seria a representação do desenho padrão que regulava a ordem fixa que os manípulos deveriam manter durante toda a batalha.

Sendo estes dotados de um considerável dinamismo, podendo deslocar-se no terreno, quer avançando, quer recuando, ou mesmo ajustando-se lateralmente, a única forma pela qual poderiam manter uma coesão que não facilitasse a abertura de corredores vazios na sua formação era necessariamente a manutenção estrutural do seu posicionamento, não permitindo que estes realizassem uma permuta de lugar com algum dos outros manípulos contíguos.

A imagem é uma representação do "esqueleto funcional da legião", da ossatura que garante que o corpo do exército se plasma em todo o terreno ocupando a totalidade da envergadura do espaço disponível para o combate. Isto estaria, pois, garantido pelo movimento coordenado dos manípulos orientados pelos estandartes, não permitindo que as suas centúrias se ultrapassassem lateralmente e garantindo assim que a sua larga envergadura se mantivesse durante toda a batalha.

O critério de não permuta deveria ser rigorosamente observado em todos os manípulos, fornecendo uma clara localização da sua centúria a cada legionário, mesmo durante o complexo movimento inerente às deslocações realizadas durante a batalha.

Não é, pois, credível que a importantíssima continuidade da parede de escudos, com que um exército necessitava de se apresentar na sua linha frontal, fosse já estruturalmente desorganizada, a ponto de admitir iniciar um combate pejada de tão graves lacunas.

O multidirecionamento do ataque leva a que qualquer formação se veja dramaticamente diminuída nas suas capacidades, tornando-se impossível responder eficazmente sob tais condições, nomeadamente quando a simultaneidade ofensiva impõe um ângulo muito pronunciado. A única forma de se conseguir manter a coesão e a eficácia de uma formação militar é quando os soldados que a compõem estão apenas sujeitos a um esforço unidirecional com os adversários enquadrados num ecrã de combate frontal[836].

Um ataque simultâneo sobre um soldado provindo de duas direções e que, portanto, exibe um ecrã de combate muito alargado, reduz dramaticamente a sua capacidade de defesa e torna muito difícil que este possa vir a sobrepujar os seus adversários.

[836] Designaremos por "ecrã de combate" o espaço frontal de luta onde se localiza naturalmente um adversário quando se trava uma luta corpo a corpo. A necessidade de um ajuste frontal é uma característica intrínseca a qualquer combate individual, pois não é possível lutar com eficácia com um adversário que não esteja na direção do foco do centro do seu corpo. É, pois, de notar que um soldado que seja atacado por mais do que uma direção em simultâneo terá sempre pelo menos um dos seus atacantes fora do seu "ecrã de combate". A importância de uma parede de escudos é precisamente a de garantir que os homens que a formam não fiquem sujeitos a este tipo de ataque multidirecional.

A virtude tática de uma parede de escudos é precisamente a de evitar que qualquer um dos seus elementos se veja forçado a encetar um combate simultâneo em duas direções. Os flancos e a retaguarda de cada soldado encontram-se sempre resguardados e ocupados fisicamente pelos seus companheiros, criando um modelo sistémico em que todos se beneficiam da presença e esforço de cada um, potenciando em muito o bom desempenho do todo. A presença física dos seus companheiros à sua esquerda e direita, igualmente empenhados na mesma tarefa de combate, garantem que o esforço de cada soldado apenas terá que se efetuar durante a batalha no seu ecrã de combate[837].

Atendendo à racionalidade de todo este processo, não será, pois, possível admitir que a parede de escudos que os Romanos formavam teria estruturalmente tais hiatos, pois todos os manípulos dos hastados ficariam expostos a um ataque pelos flancos. Assim, teria a primeira linha necessariamente que apresentar uma outra configuração tendo como elemento tático essencial a formação de uma contínua parede de escudos; a morfologia desta teria que resultar do tipo de armas e equipamento usado pelos soldados romanos.

4.4.3. Uma Substituição Armamentística Fundamental: A Lança pelo Gládio

Dever-se-á ter em atenção que a propalada mobilidade das tropas romanas se deveu sobretudo ao abandono da grande lança de estoque, que era característica dos Gregos nas suas formações falangísticas. Sabemos que esta teria perdido o seu importante papel tático anterior quando os Romanos sentiram a necessidade de criar um modelo mais dinâmico, tendo em consequência adotado a espada que fornecia a possibilidade de criar um perfil de luta de iniciativa individualizada e com muito maior mobilidade no terreno[838].

Poder-se-ia mesmo dizer que a utilização da espada permitiu uma substancial diminuição da área física própria para o seu manuseio, visto que o espaço necessário para a utilização dinâmica de uma grande lança terá de ser substancialmente maior.

Embora numa falange o espaço ocupado por cada guerreiro seja bastante reduzido, tal compactação tem por consequência que os movimentos da sua lança estão quase reduzidos à imobilidade direcional e limitados à execução de golpes muito circunscritos[839]. O

[837] CONNOLLY, 1998, p. 140; CAMPBELL, 2002, pp. 36, 65.
[838] O'CONNELL, 1989, p. 89.
[839] Adrian Goldsworthy diz-nos que existia uma formação compacta, chamada "escudos cerrados" (*synaspismos*), em que a cada homem era somente concedido um espaço de cerca de meio metro, mas que esta seria uma formação puramente defensiva, já que seria impossível a falange mover-se quando assim

conhecido dinamismo inicial do ataque da falange é proporcionado pelo movimento geral de toda a formação[840], acompanhando as lanças o avanço dos corpos dos soldados, não existindo, pois, um manuseamento individual[841] e proporcionado pelos braços dos combatentes[842].

Dir-se-ia, pois, que o considerável tamanho da lança exige que o âmbito espacial individual, necessário para a manusear, se faça ultrapassando em muito a reduzida circunscrição do corpo de cada soldado no terreno. Isto obrigaria a que uma maior liberdade do âmbito dos seus movimentos se fizesse com constantes intromissões pelo espaço ideal de combate dos companheiros, ocasionando um nefasto entrechoque involuntário dos seus cabos e pontas. Tal vicissitude tática obriga a que haja uma coordenação de movimento entre todos os soldados que lutam com lanças, justificando também a tendência para a grande estaticidade tática da formação falangística grega[843].

Se os Romanos pretendiam mais dinamismo e liberdade de movimento na sua formação, teriam necessariamente que abandonar as grandes lanças de estoque, atendendo a que estas se estorvavam mutuamente em combate individual, em favor de espadas que permitissem a sua fácil e rápida utilização junto ao corpo do soldado.

A espada garantia assim, a cada legionário, a capacidade de executar golpes eficazes e de iniciativa individual e sem qualquer tipo de constrangimentos, num dinamismo permanente ao longo de toda a batalha.

A grande lança usada pelos Gregos, que atingiu com Filipe II dimensões pouco manejáveis[844], era uma arma muito intimidatória na investida inicial da falange, mas o seu tamanho e peso faziam com que fosse inviável para um combate dinâmico eficiente ao longo da refrega[845].

Dir-se-ia mesmo que o movimento mecânico implícito na utilização de grandes lanças é também tendencialmente mais lento do que aquilo que é possível executar com uma espada, além de que o seu manuseio, após o primeiro contato corpo a corpo com o adversário, se torna bastante mais problemático, pois pode prender-se nos corpos e nos equipamentos dos adversários[846].

---

formada. Normalmente, cada homem ocupava um espaço de cerca de metro e meio, na frente da linha de batalha (GOLDSWORTHY, 2011, p. 97).

840 CONNOLLY, 1998, pp. 47-48

841 ERAMO, 2015, pp. 449-451, p. 450.

842 ADCOCK, 1957, p. 4.

843 Para a definição de "espaço ideal de combate". consultar secção 4.4., deste trabalho.

844 CONNOLLY, 1998, p. 69.

845 GOLDSWORTHY, 2011, p. 97.

846 ADCOCK, 1957, p. 26.

Assim, após o movimento inicial de investida com uma lança, podem verificar-se vários cenários que poderão dificultar uma nova arremetida. A lança pode ficar presa no corpo do adversário, ficar cravada no seu escudo, ou mesmo errar o alvo. Se a arma ficar presa, torna-se impraticável uma nova investida e, se o golpe falhar, o soldado que a manuseia fica em grande medida exposto ao ataque de um adversário munido de espada. Tal acontece porque a sua lança já perdeu o ângulo de letalidade, ou seja, a capacidade de desferir um ataque com a sua ponta, pois esta já ultrapassou a distância a que está o corpo do inimigo. Para conseguir novamente condições para desferir novo golpe, o soldado terá que executar um pronunciado movimento de recuo, com o seu corpo ou com a lança, ficando durante este momento à mercê de uma rápida investida do adversário.

Poder-se-á concluir que, devido ao seu peso e tamanho, a lança não seria a arma ofensiva mais adequada para a realização de um ataque rápido e que permitisse arremetidas constantes tal como os Romanos procuravam encontrar.

Esta bem poderá ser a razão pela qual os Romanos preferiram investir na utilização da espada, embora durante algum tempo tenham mantido os manípulos dos triários, que se localizavam na retaguarda, ainda munidos com lanças[847]. É bem possível que esta opção não só tenha sido o resultado do treino com lanças anteriormente comum a todos os seus homens, mas principalmente justificado pela função tática que lhes estava destinada.

Os triários seriam chamados a intervir na batalha como uma parede de escudos recuada e munida de lanças, realizando uma barreira de proteção para minimizar os efeitos de uma possível dispersão e consequente debandada dos manípulos de hastados e de príncipes[848].

Neste aspeto, a lança poderia ser realmente ainda a melhor opção, atendendo a que poderia fornecer mais resistência defensiva, ao permitir que os seus homens fincassem os cotos das lanças no chão. Tal recurso seria particularmente adequado contra a investida de tropas montadas, arma normalmente chamada para a perseguição, visto que o seu avanço sobre as lanças teria o efeito de empalar os cavalos.

Talvez se possa mesmo considerar que o número de soldados que constituíam a linha defensiva dos triários, cujos manípulos tinham o número dos seus efetivos reduzido para metade, seja a demonstração de um menor investimento nestas estáticas funções defensivas, pois a atitude combativa da legião deveria ser de perfil eminentemente ofensivo e dinâmico.

847 GOLDSWORTHY, 2009, p. 57.
848 CONNOLLY, p. 142.

A sua função seria essencialmente a de aguentar a investida adversária durante o tempo suficiente para viabilizar a fuga dos companheiros e proteger o acampamento localizado algures na retaguarda.

Este compasso de espera garantido pelos triários deveria permitir uma reorganização de novas linhas de hastados e de príncipes com vista a uma reinvestida, ou viabilizar uma fuga ordenada para o resguardo do acampamento, que configuraria último reduto de defesa.

Pelo seu posicionamento, pelo tipo de arma, pelo seu número, pelo momento em que se exigiria a sua intervenção na batalha e até pela mais avançada idade dos seus soldados, esta linha era considerada um recurso de emergência, sabendo os Romanos, desde há muito, que a sua entrada na refrega indicaria que estariam à beira de uma derrota[849].

Note-se que toda a estrutura tática da legião parece estar organizada em torno do binómio formado pelas linhas vigorosas e ofensivas de hastados e de príncipes e, por outro, de uma linha de retaguarda defensiva, com elementos veteranos que, apresentando uma média etária mais elevada, perderiam em capacidade física o que ganhavam em maior experiência de combate, um elemento fundamental para o desempenho da delicada tarefa de que estavam incumbidos[850].

A adoção da espada permitia, assim, muito maior dinamismo combativo, mas tal exigia também que se encontrasse previamente o espaço adequado entre os legionários para que se lhe pudesse dar o melhor uso.

Tratava-se de encontrar um equilíbrio preciso entre o espaço necessário para manusear a espada e a distância ideal que se deveria observar entre cada soldado para que não se estorvassem mutuamente. Ao mesmo tempo, era preciso garantir que essa distância não contribuiria para uma desagregação da parede de escudos.

---

[849] Conforme Adrian Goldsworthy: «[…] por norma, os triários, na terceira linha, agachavam-se ou ajoelhavam-se. Esta postura permitia-lhes mais facilmente apoiar o coto da lança no chão e apresentar uma parede de pontas aguçadas, mas também poderá ter-se destinado a desencorajá-los de avançar prematuramente. Os triários eram menos de metade de qualquer uma das outras linhas, e ofereciam uma barreira protetora para trás da qual elas podiam retirar - daqui a expressão "isto chegou aos triários" como metáfora para uma situação desesperada. […]» GOLDSWORTHY, 2009, p. 75.

[850] Tito Lívio dá-nos um relato do que seria este sistema das três linhas: LIV. 8.8.

CAPÍTULO 5
A PROBLEMÁTICA DAS FONTES
REFERÊNCIAS FUNDAMENTAIS EM POLÍBIO E TITO LÍVIO PARA O FUNCIONAMENTO TÁTICO DA LEGIÃO

5.1. A Guerra e os seus Legados Descritivos na Antiguidade. As Batalhas e os Condicionalismos Históricos do seu Relato

Poder-se-ia dizer que não chegaram até nós relatos escritos historicamente fiáveis, no que toca à escrita de uma História de Roma, que tenham ocorrido antes da famosa invasão gaulesa da urbe em 390 a.C.[851]. Os quase dois séculos e meio de Monarquia Romana, a que se somam os 120 anos iniciais da República[852], poderão ter assim caído num 'limbo factual' em que a realidade e o relato mítico escreveram em simultâneo todos os acontecimentos que lhes atribuímos[853].

Mesmo as fontes que possuímos para a concretização de uma História de Roma depois daquela data afiguram-se problemáticas, pois a historiografia romana, como seria próprio das suas conceções, não pugnava por uma tentativa de ser rigorosa nas suas descrições, condição que hoje consideramos essencial que se verifique em qualquer relato de acontecimentos pretéritos.

Dir-se-ia mesmo que só após a Segunda Guerra Púnica estamos servidos de relatos que nos dão a conhecer, com mais segurança, tais factos e nos permitem integrar a leitura da

---

[851] A invasão deu-se na sequência da Batalha de Ália, travada cerca de 17 de julho de 390 a.C. entre os Senones (uma tribo gaulesa que invadiu o norte da Itália) e a República Romana. A batalha foi travada na confluência dos rios Tibre e Ália, a cerca de 16 km ao norte de Roma. Os Romanos foram derrotados e Roma foi posteriormente saqueada pelos Senones (GONZÁLEZ, 2005, ("*Allia* I"), p. 33). PLU. *Camillus*, 14.1-29.5; PLB. 2.18; LIV. 5.34,36-49.

[852] A data tradicionalmente aceite, embora hoje considerada fictícia, para a fundação de Roma por Rómulo é 753 a.C. (21 de abril), iniciando-se aí um período da Monarquia que durou até à expulsão de Roma do seu último rei, Tarquínio, o Soberbo, em 509 a.C., tendo então surgido a República (GOLDSWORTHY, 2003, pp. 6, 10). Verificam-se, pois, entre 753 e 509 a.C., 244 anos de Monarquia e entre esta última data e 390 a.C., 119 anos.

[853] SEBASTIANI, 2006a, pp. 298-300.

sua História Militar num contexto mais alargado[854], onde se deverão encontrar igualmente presentes outros importantes fatores explicativos da sua vivência, como os económicos, os sociais e até os culturais[855].

Quezílias territoriais, convulsões sociais, manifestações religiosas, ambições pessoais, pandemias ou fomes são apenas alguns dos fatores que levaram ao aparecimento de consideráveis conflitos que seriam naturalmente, para as conceções da Antiguidade, um dos mais férteis temas que justificariam a sua preservação em letra escrita. Se o fenómeno da guerra poderia ser considerado um dos principais assuntos dignos de serem passados à escrita, dir-se-ia mesmo que a hipertrofia de tal fenómeno em Roma tendeu desde cedo para o aparecimento de uma História pautada principalmente pelos relatos da sua intensa atividade bélica.

Estes, atendendo também aos seus condicionalismos políticos, iriam apresentar as suas vivências coletivas no intuito da sua afirmação enquanto urbe no contexto da Península Itálica e, mais tarde, no da respetiva afirmação como o maior Império que o Ocidente jamais conheceu.

Foram escritos inúmeros relatos sobre as infindáveis guerras travadas por Roma; e dir-se-ia mesmo que a sua realização terá sido bastante profícua em certos períodos, bem como as obras sobre teoria militar, mas, na sua maioria, tais relatos não eram mais do que escritos pouco sistemáticos, contentando-se em ser meros manuais práticos de assuntos marciais específicos[856]. Além disso, tais narrativas, em geral, tendiam a concentrar a sua atenção em descrições de recontros e manobras das antigas falanges dos exércitos helenísticos, cujos modelos e táticas já eram obsoletas há séculos quando passaram a registo escrito, e todos os relatos se poderiam considerar como parcos na descrição dos detalhes[857].

O desejo de Roma consagrar enormes recursos humanos e materiais ao seu esforço de guerra poderá explicar a evolução e o enorme sucesso do seu exército, mas uma descrição detalhada do modo como o modelo da legião operava no campo de batalha não encontrou um relato que nos pudesse fornecer uma noção inequívoca do seu funcionamento prático.

Embora haja vários relatos escritos, quer em grego, quer em latim, das suas muitas batalhas, e se possa procurar coadjuvar esta informação com a análise de realizações artísticas relativas a tais eventos, dir-se-ia que para um cabal esclarecimento do complexo

854 SABIN; VAN WEES; WHITBY, 2007a, Introdução.
855 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 22-23.
856 GILLIVER, 1993, p. 6.
857 GOLDSWORTHY, 2011, p. 17.

funcionamento da legião precisaríamos de uma descrição detalhada que não terá chegado até nós. Talvez se possa mesmo admitir que nenhum historiador teve sequer a preocupação de o fazer por não o considerar relevante, ou porque não teria um domínio sobre tal matéria que lhe permitisse registar tal realidade prática.

As escavações arqueológicas[858] tornaram-se um importante contributo moderno para vários aspetos do que foram algumas das suas manobras militares[859], nomeadamente pelos vestígios que nos ficaram de algumas colossais operações de cerco[860], mas não esclarecem como seriam os movimentos dos manípulos durante o combate, ou como se realizaria o refrescamento das suas linhas.

Por muito útil que o conjunto de todos estes indícios possa ser, é somente através dos relatos escritos que poderíamos ter a esperança de compreender, com segurança, como seria realmente a ordem de batalha da legião e como é que ela se organizava e evoluía no decurso de uma batalha.

Deveremos lamentar também a pesada mão do tempo, que nos poderá ter roubado muitos dos relatos que nos poderiam ajudar no esclarecimento sobre tais matérias: no cômputo geral, apenas uma pequena fração das obras escritas na Antiguidade sobreviveu. De muitas obras conhecemos tão-somente o título, ou tão diminutos fragmentos que não chegam sequer a ajudar no esclarecimento das perguntas que lhes queríamos fazer[861].

Por vezes, conseguimos até encontrar o rasto dessas obras perdidas em várias narrativas de escritores posteriores, que as terão utilizado como fontes, mas a sensação de um historiador moderno que busca esclarecer determinadas temáticas no vasto acervo do passado é o de se confrontar sempre com um problemático "jogo de espelhos", em que os relatos dos acontecimentos se refletem mutuamente, mas em que muitos deles estão truncados ou mesmo partidos.

É o próprio Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.), que tem sido desde a Antiguidade considerado como o "Pai da História"[862], que nos revela a dificuldade que sentiu para aferir a fiabilidade das suas fontes[863]. O autor dos nove livros de "Histórias" confessa a sua dificuldade quando afirma: "realmente, ignoro se isto é verdade, simplesmente consigno o que relatam"[864].

---

858 FEUGÈRE, 2002, pp. 25-26.
859 LE BOHEC, 2013, pp. 18-19.
860 GILLIVER, 1993, pp. 8, 9, 54, 67.
861 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 20-21.
862 MOMIGLIANO, 1990, p. 39.
863 MOMIGLIANO, 1990, pp. 36-37.
864 HDT. 4.195.

Por vezes, tendemos até a esquecer que as mais detalhadas narrativas de que dispomos sobre importantes acontecimentos foram passados a escrito séculos depois da sua realização, o que desde logo legitima a nossa suspeição de que possam enfermar de um elevado grau de imprecisão.

Poder-se-ia afirmar que o registo historiográfico romano se moldou a partir da matriz grega[865], nomeadamente depois da profunda influência que a sua cultura exerceu após 146 a.C., data em que a Grécia foi anexada ao território romano[866]. Poder-se-ia dizer que só então surgiu uma historiografia de matriz romana e que a própria produção grega, nomeadamente após a conquista romana da cidade de Corinto, que fora o seu último bastião, se concentrou, a partir desta data, sobre a temática do ascensional poder do Império Romano[867].

Inicia-se assim, no final do século III a.C., a elaboração dos primeiros trabalhos historiográficos realizados por autores latinos, embora a importância cultural do idioma grego os tenha em geral levado a preferir preservar este idioma nos seus escritos[868]. Dir-se-ia assim que, não só a língua grega possuía mais recursos estilísticos para a realização do texto historiográfico, como este se constituiria como um veículo de maior divulgação[869], atendendo a que era um idioma prestigiado e dominado por todos os letrados das classes privilegiadas da orla mediterrânica[870].

Embora os autores romanos, tal como muitos dos historiadores gregos, não desprezassem a pesquisa e a busca pela veracidade factual das suas narrativas, não apresentavam uma particular preocupação com as suas fontes[871] e com os preceitos epistemológicos que deveriam enquadrar a realização do seu trabalho[872].

Entendendo os seus textos preferencialmente numa perspetiva de carácter mais próximo de um estilo literário do que seria o adequado ao rigor próprio como historiadores, tais autores pugnavam por dar aos seus escritos uma dimensão moralizante e vívida dos

865 MOMIGLIANO, 1990, p. 2.
866 A anexação romana da Grécia ocorreu na sequência da Batalha de Corinto, também chamada de Saque de Corinto ou Cerco de Corinto. Esta batalha foi travada entre a República Romana e as forças da antiga cidade grega de Corinto e os seus aliados da Liga Aqueia em 146 a.C. e que resultou na destruição completa da cidade. Esta batalha marcou o fim da independência grega e o início da dominação romana na história grega. GONZÁLEZ, 2005, ("*Corinthvs* II"), p. 157.
867 MOMIGLIANO, 1990, pp. 46-47.
868 WISEMAN, 2007, p. 74.
869 MOMIGLIANO, 1990, p. 24.
870 PITCHER, 2009, pp. 4, 11, 67.
871 MOMIGLIANO, 1990, pp. 42-44.
872 WISEMAN, 2007, pp. 71-75.

factos relatados[873], tendo quase sempre um intuito de cariz didático e recorrendo por vezes até a referências míticas[874].

5.2. A Problemática do Relato Presencial do Evento Militar

Por vezes temos a sorte de dispor de um trabalho escrito por um autor que foi uma testemunha presencial dos acontecimentos marciais narrados, mas mesmo isso não é uma garantia de que o seu relato possua fidedignidade.

Não andaríamos longe da verdade se admitíssemos que mesmo um historiador privilegiado, que tivesse tido a oportunidade de ter assistido aos factos narrados, estaria igualmente sujeito a um certo grau de subjetividade, pois a leitura de um evento tão complexo e de considerável duração como uma batalha será sempre parcelar e, portanto, tendencialmente truncado em aspetos essenciais. A sua narrativa estará sempre condicionada pelo seu próprio ponto de vista, enquanto observador particular, e mesmo que tenha a convicção de que estará a ser imparcial, a sua leitura latitudinária dos factos fará com que seja apenas uma narrativa dos acontecimentos e não "a narrativa dos acontecimentos".

O espartilho da subjetividade estará sempre a condicionar qualquer narrativa pois essa é a marca que necessariamente cada indivíduo imprime num relato, oral ou escrito, desde logo quando atribui maior ênfase a determinados aspetos que, mesmo de forma honesta, lhe pareceram ser os mais relevantes.

A descrição de factos militares acrescenta ainda a necessidade de que, para haver uma cabal compreensão das movimentações no terreno, seja importante o domínio de alguns conhecimentos militares, nomeadamente na área tática.

Neste sentido, talvez se pudesse afirmar que o mais qualificado narrador de uma batalha pudesse ser o general que nela participou, que, com as suas ordens, não só moldou os seus acontecimentos como teve uma compreensão privilegiada do seu desenvolvimento. A historiografia romana tem em Júlio César o que poderíamos considerar ser um caso lapidar deste narrador privilegiado, a que se podem juntar as qualidades de ser um general com uma vasta cultura e com uma particular apetência para a escrita[875]. Deixou-nos a sua narrativa do

873 PITCHER, 2007, pp. 106-108.
874 SEBASTIANI, 2006a, pp. 301-302, 305, 308-309; SAÏD, 2007, pp. 85-88.
875 LE BOHEC, 2001, p. 15.

que foi a sua Campanha nas Gálias[876], em que nos relata os momentos mais relevantes dos sete anos que durou a sua difícil conquista dos territórios gauleses[877], com um texto cheio de dinamismo e onde se pode observar todo o seu carisma e a sua mestria estratégica[878].

No entanto teremos que admitir que mesmo nestas condições, em que há um detalhado conhecimento dos factos e domínio de todas as técnicas da arte militar, este nosso narrador enferma desde logo de uma possível falta de objetividade, atendendo a que a função pela qual os realizou estava intimamente associada à procura de uma autopromoção e esta, por sua vez, deveria acarretar um incremento da sua posição política em Roma[879]. Os sete livros que nos legou nesta obra são o resultado das cartas escritas para dar conhecimento ao povo romano dos desenvolvimentos recentes da sua campanha, com um claro objetivo de mostrar as enormes dificuldades inerentes à conquista da Gália e como ele as ultrapassou[880], trazendo não só a glória, mas uma nova província para o Império[881].

Poder-se-ia assim, com tais condicionantes, 'colocar as mãos no fogo histórico' sobre toda esta narrativa? Deveríamos confiar nos factos e esquecer as razões que terão levado César a passar à escrita esta sua campanha? Certamente não! Mas ressalvando a distância necessária para que bem possamos ler e tirar partido de um relato tão extraordinário, poderemos respigar dele um considerável acervo de informações válidas que são um retrato do que poderá ter sido a realidade dessa dura campanha.

É de salientar o facto de Júlio César ter redigido estas cartas colocando-se na posição de um narrador externo, tendo adotado, para se referir a si próprio, um sujeito verbal indicado na terceira pessoa do singular[882]. Poder-se-ia admitir que tal formulação literária poderia ser um recurso estilístico comum em tal tipo de textos, mas este facto bem o poderá ter auxiliado

---

876 Júlio César, em 59 a.C., foi nomeado procônsul da Gália Transalpina e nela encontrou um difícil e complexo teatro de operações. Á época, a Gália era política e militarmente uma gigantesca "manta de retalhos", compreendendo centenas de diferentes tribos, (GOLDSWORTHY, 2013, pp. 257-258) e a sua numerosa população, ascendia a cerca de três milhões de indivíduos. Estas tribos de etnia celta, apesar de terem muitos aspetos em comum, tão depressa faziam alianças de boa vizinhança, como encetavam violentas guerras entre si (BRANDÃO, 2020, p. 395). Foi este contexto particularmente complexo de relações que Júlio César procurou explorar, quer diplomaticamente, quer impondo a força das suas cada vez mais experimentadas legiões (GOLDSWORTHY, 2010b, p. 218). O chefe romano procurou garantir aproximações momentâneas a certas tribos, enquanto hostilizou outras mais rebeldes e foi mudando como mais lhe convinha a sua estratégia de alianças. Com grande astúcia e capacidade de comando, fez jus ao antigo prolóquio romano de "dividir para reinar". Como lhe seria peculiar, César foi sempre muito atento a toda a dinâmica logística das suas tropas, e militarmente fulminante ao conseguir deslocar as suas legiões com extrema velocidade, competências que teve até que incrementar para se conseguir impor neste difícil xadrez político-militar.

877 GOLDSWORTHY, 2010b, pp. 213-214.

878 CAES. *Bell. Gall.*

879 GOLDSWORTHY, 2013, pp. 243-248.

880 PITCHER, 2007, p. 109.

881 LE BOHEC, 2001, p. 480.

882 GOLDSWORTHY, 2013, p. 244.

a dar largas ao seu conhecido egocentrismo, possivelmente exagerando a dificuldade de alguns dos eventos militares e a sua participação decisiva neles[883].

No entanto, deveremos ter em atenção o cuidado com que César poderá ter redigido tais missivas, não só porque milhares de legionários estariam a par desses eventos[884], ao terem feito parte do seu exército, podendo mais tarde infirmar o seu relato, mas também, devido à grande importância que a forma como iria ser divulgado em Roma o sucesso da sua campanha teria para a concretização das suas ambições políticas[885].

Não devemos esquecer que os dois homens mais importantes em Roma durante a realização desta campanha eram Marco Licínio Crasso[886], famoso pela sua incomensurável

[883] Bastaria para tal constatação ver o modo como se refere a si próprio e à sua intervenção heroica nos combates realizados durante o Cerco de Alésia. Deveremos, no entanto, admitir que a sua ousadia o leva nesta manobra a guindar-se a uma realização sem precedentes e digna de um general de exceção, nomeadamente por ter esta operação sido coroada de êxito. Sem dúvida que este assédio poderá ser considerado uma das mais ousadas manobras militares realizadas em toda a História da Guerra, não só pelos gigantescos trabalhos de construção que deixaram vestígios até aos nossos dias, mas sobretudo pela coragem de manter uma posição militar, sabendo de antemão que ela iria tornar-se muito difícil de defender. Este momento da sua narrativa, bem como outras passagens do seu texto, mostram bem a mestria e a coragem de Júlio César e garantem-lhe um lugar de relevo no panteão dos maiores comandantes de sempre. César encurrala Vercingetórix e todo o seu exército nesta cidade arverna, sabendo que possivelmente seria a sua grande oportunidade para eliminar este perigoso adversário que conseguira unir as tribos gaulesas contra o poderio romano. Embora se tornasse imperiosa a sua eliminação, o comandante romano sabe que para fazê-lo terá de se expor a uma das mais difíceis manobras militares, admitindo poder passar de assediador a assediado, quando centenas de milhares de Gauleses estabelecerem um anel de cerco em torno do exército romano. Júlio César deveria estar bem consciente deste perigo desde o início do cerco que impôs, pois a necessidade de fixar a posição de Vercingetórix implicava também a sua própria, colocando o seu exército numa perigosa situação tática. Uma das chaves do sucesso romano, até então, estaria precisamente na sua capacidade de se deslocar com grande velocidade pelos diversos contextos territoriais gauleses e no enfrentamento militar faseado das múltiplas etnias que compunham o complexo mosaico político-militar da Gália. Apesar de as tropas de César terem realizado a construção de duas muralhas defensivas concêntricas, o cerco imposto à cidade de Alésia fixava de forma problemática a sua posição tática e permitiria a realização de um perigoso ataque simultâneo por grande parte das tribos gaulesas, levando a que as suas legiões ficassem comprimidas entre duas forças inimigas. Como bom estratego, o comandante romano saberia que nenhum exército consegue ser eficaz se for atacado em simultâneo em duas frentes, pois a sua capacidade de combate é suportada por uma logística de apoio de retaguarda praticamente impossível de realizar sob tais condições. Dir-se-ia assim que este cerco, manobra que poderíamos considerar mesmo ímpar na história militar, teria teoricamente poucas condições de obter sucesso, sendo certo que tal manobra só seria possível de ser concretizada por um comandante excecional e que pudesse contar com a confiança incondicional dos seus homens. Se em muitos outros momentos da sua longa narrativa podemos observar a dificuldade militar que era inerente à campanha gaulesa, não teremos muitas dúvidas depois do sucesso de Alésia que, embora César pudesse nos seus escritos glorificar os seus feitos, seria realmente um comandante extraordinário e dever-se-ia tomar como tal. Não será, pois, de estranhar que a sua pena pudesse 'pintar' com matizes heroicos toda a sua atuação, sabendo nós, na prática, que o resultado da sua campanha foi um extraordinário sucesso e que, embora os factos narrados que o viabilizaram pudessem não ser tão eloquentes como os que nos descreveu, é de admitir que no essencial deverão ter ocorrido e que são eles próprios dignos de louvor.

[884] GOLDSWORTHY, 2013, p. 248.

[885] GOLDSWORTHY, 2013, p. 246

[886] PLU. *Marcus Crassus*, 1.1-33.5.

capacidade financeira[887], e Cneu Pompeio[888], que granjeara um imenso prestígio nas suas campanhas orientais e que se encontrava respaldado pelo apoio do partido aristocrático dos *optimates*. César não teria outra forma de se impor politicamente contra estes dois gigantes que não fosse o dar o seu melhor na difícil campanha gaulesa, e tal só o poderia efetivamente beneficiar se todos em Roma ficassem a saber do seu sucesso, tendo assim que o passar à escrita.

Além de todos estes condicionalismos políticos, poder-se-ia mesmo cogitar que um comandante com uma tão grande admiração pelas letras[889] e tanta apetência para a escrita, teria possivelmente um gosto muito particular em poder ser ele próprio o narrador de tantos acontecimentos decisivos[890].

Sabemos bem da sua enorme capacidade oratória, elemento essencial para se impor num Senado onde o discurso se revestia de vital importância política[891]; sabemos também que Júlio César, durante os seus anos de juventude, chegou mesmo a dedicar-se com afinco ao estudo da retórica na ilha de Rodes[892], junto do mestre Apolónio Mólon, que era o mais distinto professor de oratória do seu tempo[893].

A sua confiança nas suas capacidades retóricas era tão surpreendente que, em 77 a.C., tendo apenas 23 anos, César teve a ousadia de acusar Gneu Cornélio Dolabela de ter realizado extorsões durante o seu mandato como procônsul na Macedónia[894]. Nessa sequência, César teve que apresentar em tribunal a acusação e fê-lo com um discurso tão eloquente que viria mais tarde a ser publicado[895].

Podemos até perguntarmo-nos: que melhor relato nos poderia deixar alguém que já possuía uma apetência inata para a oratória e de forma intencional a desenvolveu, quando

---

887 Crasso era o homem mais rico de Roma, mas o seu problema era que, a despeito dos seus sucessos militares, a sua reputação estava a ser eclipsada por Pompeio. Em 54 a.C. Crasso foi nomeado governador da Síria romana, que ele utilizou como base para uma campanha militar contra o Império Parta, o inimigo de longa data de Roma no Oriente. A campanha foi um fracasso total, resultando na desastrosa Batalha de Carras, na qual Crasso morreu juntamente com um dos seus filhos. BRADFORD, 2001, pp. 161-162.

888 PLU. *Pompeyo*, 1.1-80.5.

889 Tal como nos relata Suetónio esta admiração tê-lo-á levado a pretender abrir bibliotecas públicas, gregas e latinas, de cujo arranjo encarregou Varrão. SVET. *Gaius Iulius Caesar*, 44.

890 Como refere a Professora Maria Helena da Rocha Pereira: «[…] na pessoa de César (…) o homem político e o estratego não diminuem o brilho do orador e a pureza do estilista. […]» PEREIRA, 2002, p. 236.

891 KEELINE, 2018, p. 79.

892 BRANDÃO, 2020, pp. 389-428, p. 390.

893 LE BOHEC, 2001, pp. 27-29.

894 GOLDSWORTHY, 2013, pp. 99-100.

895 Para podermos aferir da capacidade oratória de Júlio César bastaria dizer que o próprio Cícero, famoso por ser considerado o mais eloquente orador romano, o considerava um dos melhores que já ouvira e possivelmente digno de figurar em primeiro lugar, caso César se tivesse dedicado exclusivamente a essa arte. GOLDSWORTHY, 2013, pp. 106-107. Suetónio também refere este facto afirmando: «[…] Após a acusação intentada contra Dolabella, foi considerado, sem contestação, entre os primeiros talentos do foro […]» SVET. *Gaius Iulius Caesar*, 55.

este dispôs de tempo suficiente para urdir o seu discurso escrito, ficando assim com todas as condições para ser arguto com a manipulação das palavras?

Poderemos constatá-lo no resultado que estas missivas tiveram no seu estatuto, guindando-o a um patamar de prestígio que lhe permitiu repartir posteriormente o poder supremo, graças a uma aliança celebrada com Marco Licínio Crasso e Gaio Pompeio[896].

Dir-se-ia, pois, que as narrativas de Júlio César sobre a campanha da Gália, bem como os seus outros escritos, poderão estar eivados de alguns exageros próprios de uma retórica autopromocional, mas tudo indica que os factos apresentados deverão, no essencial, ter uma correspondência direta com os desenvolvimentos ocorridos na sequência das atividades militares[897].

No entanto, teremos de lamentar que, para este nosso trabalho, a sua narrativa não nos forneça algum socorro no esclarecimento de como seria o funcionamento prático da legião, pois, embora se refira constantemente ao seu exército, nunca nos descreve como era a sua orgânica em combate. Depois de uma leitura atenta das suas cartas gaulesas, bem como de um escrito posterior, "A Guerra Civil"[898], na tentativa de poder encontrar alguma referência que nos pudesse ajudar em tal desiderato, teremos de chegar à conclusão de que a única referência ao funcionamento tático da legião será a referência às três linhas em que esta era habitualmente formada, embora haja uma referência a uma dupla az (*duplex acies*) no Livro 3, capítulo 24, da "Guerra das Gálias", o que nos demonstra a versatilidade do modelo tático

[896] BRANDÃO, 2020, pp. 389-428, p. 391. Esta divisão do poder entre os três é habitualmente designada por Primeiro Triunvirato, indicando a repartição que foi concertada através de um acordo secreto de cavalheiros que existiu entre Júlio César, Marco Licínio Crasso e Gaio Pompeio. Este acordo, do qual não sabemos ao certo a data da sua concretização, pretendeu estabelecer um compromisso de interajuda mútua entre os seus três elementos. A tal ponto se pretendeu que fosse confidencial que todos os seus integrantes se esforçaram para o manter na clandestinidade. Só teria sido publicamente conhecido em janeiro de 59 a.C., tendo possivelmente contribuído para tal o estreitamento de relações entre César e Pompeio, com o futuro casamento entre este último e a filha do primeiro. Embora a utilização de tal termo não se possa considerar etimologicamente errada, por ser esta divisão de poder realizada por três homens, o seu estatuto é de carácter informal, não sendo reconhecido oficialmente pelas instituições da República Romana. Isto faz com que o seu estatuto seja muito diferente daquele que verificamos ter tido, poucos anos depois, o Segundo Triunvirato. Este último, constituído por Octávio, Marco António e Lépido, formou-se pela necessidade prática de obviar ao vazio de poder surgido precisamente com o assassinato de Júlio César, tendo tido desde o seu início um estatuto oficial, além de ser conhecido publicamente por todo o Império. Consideramos assim que seria mais adequado a classificação de aliança de "tripartição do poder" para classificar o estatuto do primeiro.

[897] A este propósito Suetónio relata: «[…] César deixou, outrossim, Comentários às suas campanhas, quer da Guerra das Gálias, quer da Guerra Civil contra Pompeu, (…) Quanto aos Comentários de César, eis o que diz Cícero, ainda no seu Bruto: "Escreveu Comentários realmente dignos do maior encómio: são nus, diretos e graciosos, (…). Quanto aos outros, pessoas sensatas, esses, terão perdido o ânimo de escrever depois de ele o ter feito". […]» SVET. *Gaius Iulius Caesar*, 56.

[898] CAES. *Bell. Afr.; Bell. Alex.; Bell. Hisp.*

manipular[899]. Júlio César não nos revela qual a linha da tríplice az que teria sido suprimida, embora tudo nos leve a crer que esta pudesse ser a dos triários.

O comandante romano também não nos esclarece por que razão Crasso, um dos seus legados, teria tomado a opção de dispor as suas legiões num modelo formado por apenas duas linhas, limitando-se a assinalar o facto. Talvez pudéssemos admitir como mais prováveis os condicionalismos associados à exiguidade do terreno, ou mesmo à necessidade de estender lateralmente a sua formação.

A subjetividade é, pois, uma condição que está inerente à produção de qualquer narrativa histórica e poderá acentuar-se quanto mais complexos são os factos relatados ou quanto mais a pena do seu autor estiver comprometida com os mesmos.

Qual pretenderíamos nós que pudesse ser a objetividade de um autor que, mesmo tendo ele próprio presenciado um facto tão complexo como uma batalha, pretendesse dela dar-nos um relato?

Bastaria para o aferirmos a consciencialização de que o seu trabalho é uma escolha do que lhe pareceram ser os acontecimentos mais relevantes que nela ocorreram. Mas quantas outras ações tiveram lugar em simultâneo com o seu fio da narrativa e que, não tendo sido percebidas, ou sequer visualizadas, poderão ter exercido também um papel importante para o desfecho da batalha?

---

[899] CAES. *Bell. Gall.* A recorrente referência à chamada tríplice az (*triplex acies*) está consagrada em:

CAES. *Bell. Gall.* 1.24:

> «[…] Quando se apercebeu do facto, César levou de novo as suas tropas para uma colina que ficava próxima e mandou avançar a cavalaria para suster o ataque do inimigo. Ao mesmo tempo, colocou quatro legiões de veteranos em três linhas, no meio da colina, […]»

CAES. *Bell. Gall.* 1.49:

> «[…] Ao aperceber-se que o adversário se mantinha fechado no acampamento e não querendo ter o caminho dos víveres cortado durante mais tempo, César escolheu uma posição vantajosa para acampar, para lá da posição ocupada pelos Germanos, e dirigiu para esse local o seu exército que colocou em três linhas. A primeira e segunda estavam prontas a combater e a terceira foi utilizada para o entrincheiramento. […]»

CAES. *Bell. Gall.* 1.51:

> «[…] No dia seguinte, César deixou forças que lhe pareceram suficientes para guardar os dois acampamentos. Colocou todas as suas tropas auxiliares à vista do inimigo, frente ao acampamento pequeno, querendo desta forma iludir o inimigo quanto ao número das suas tropas, uma vez que a quantidade dos seus legionários era inferior à do inimigo. Depois de ter colocado o exército em posição para a batalha em linha tripla, ele próprio avançou até ao acampamento dos inimigos. […]»

CAES. *Bell. Gall.* 3.24:

> «[…] Ao nascer do dia ostentou todas as suas tropas frente ao acampamento, repartidas em duas linhas, colocou os auxiliares ao centro e ficou à espera de ver o que o inimigo decidiria fazer. […]»

CAES. *Bell. Gall.* 4.14:

> «[…] Tendo colocado o seu exército em três linhas e realizado rapidamente uma caminhada de oito milhas, chegou ao acampamento dos inimigos antes que eles pudessem perceber o que se passava. […]»

Poderíamos até falar, para entender este fenómeno, de uma "síndrome do observador" que, como é natural, procura ver os acontecimentos e encontrar uma explicação plausível para eles, mas tendemos a esquecer de que uma boa parte do processo tático é também o "inexistente", isto é, o que não se passou.

Poder-se-ia dizer mesmo que o processo de combate está tão condicionado por tudo aquilo que foi possível ser visto durante a luta como por tudo aquilo que teria sido imprescindível ter sido feito num determinado momento, mas que não foi atempadamente realizado pelo seu comandante. A ordem para um ataque ao flanco adversário, o recuo rápido de um sector de tropas, um ataque com projéteis, uma carga de cavalaria, são exemplos que poderíamos respigar de tipos de manobras militares que não foram realizadas numa determinada batalha e num determinado enquadramento tático e cuja ausência acarretou um encadeamento de acontecimentos posteriores que contribuíram para o seu desfecho. Ter a noção do que é preciso fazer e quando deve ser feito é a marca d'água de um grande comandante que sabe gerir as suas peças no xadrez complexo que é o desenvolvimento de uma batalha. Assim, o "inexistente", que não poderá fazer parte do relato da batalha porque não se tornou acontecimento, é, ele próprio, essencial à compreensão global do seu desenvolvimento.

Assim, o inexistente pode plasmar-se na prática em dois planos distintos, mas de grande relevância: o general que não teve a argúcia ou a coragem para saber "fazer" e que, portanto, comprometeu a possibilidade da sua vitória, ou, pelo contrário, o general arguto que sabe que não tomar a iniciativa num determinado momento poderá ser um ato tático da maior importância.

Poder-se-ia assim dizer que, tão relevante como o que é realizado, é aquilo que não o deverá ser, porque essa inadequação poderá fazer perder recursos humanos, perder uma boa posição no terreno, criar desorientação, ceder a uma armadilha, desmoralizar os seus homens.

Teremos que admitir assim que, em muitos contextos bélicos, "menos pode ser mais" e que uma carga de cavalaria que não foi realizada poderá ter sido tão importante como aquela que o foi, embora da primeira o observador não tenha qualquer notícia prática e não possa, assim, fazer parte do seu relato da batalha.

O processo de gestão do combate surge a partir de um constante encadeamento de soluções para resolver consecutivos problemas táticos e a boa resposta num dado momento é determinada por todas as opções que se tomaram desde o início do combate e pelos objetivos subsequentes pretendidos.

Estas tomadas de decisão constantes vão criando condicionalismos de todo o tipo ao longo da refrega e começam ainda antes de esta ter o seu início, logo no preciso momento em que o general apresenta a ordem de batalha do seu exército[900].

Além da importância do que não existiu, teremos ainda a dificuldade inerente à visualização da batalha.

Qualquer observador, no contexto da Antiguidade, até pela falta de recursos tecnológicos hoje comuns, fornece-nos uma perspetiva latitudinária e que nos pode iludir ao pretender possuir um estatuto de total abrangência dos factos. Deveríamos, pois, estar conscientes do quão problemático poderia ser o relato de acontecimentos que se desenvolviam no âmbito espacial muito alargado que é próprio de uma grande batalha e que, portanto, se poderiam estender circunstancialmente muito para além do campo visual do observador.

Poderíamos mesmo questionar-nos sobre o que seria a sua boa perceção do que estaria a ocorrer a várias centenas de metros, com a dificuldade de observar através de diversos obstáculos visuais criados pelo relevo ou por outros acidentes, pela confusão das movimentações rápidas de tropas, com todo o caos inerente à refrega e ainda durante a considerável extensão temporal em que esta pode decorrer.

Nenhum observador, mesmo que idealmente se encontrasse muito bem posicionado no terreno, poderá ter a pretensão de descrever com detalhe tudo o que se estaria a passar-se num acontecimento tão extenso, confuso e heteróclito como é uma batalha. O máximo que poderemos esperar dele é que nos deixe um relato honesto daqueles factos que julga terem sido os mais relevantes, uns por os ter observado diretamente, outros por lhe terem sido relatados em posteriores contactos com os demais observadores ou protagonistas do evento.

Dir-se-ia mesmo que a realidade prática da guerra, nas suas manifestações é, pela especificidade dos seus acontecimentos, muitíssimo ingrata para uma boa perceção das suas grandes movimentações, quanto mais para a assimilação dos mil detalhes que dela fizeram parte e que poderão ter contribuído para o seu desenlace[901].

---

[900] O xadrez é assim uma boa imagem deste desenvolvimento encadeado de soluções táticas, atendendo a que uma boa jogada será sempre o fruto do conjunto de todas as anteriores e, portanto, da linha estratégica que moldou as suas opções de ataque e defesa. Não há boas intervenções táticas isoladas, pois o seu resultado tem que ser visto no contexto anteriormente criado. Poder-se-ia mesmo dizer que uma "boa intervenção" num combate onde se está numa posição tática desfavorável, que foi criada por erros anteriores, nunca o é, pois será no essencial apenas a tentativa de corrigir a difícil situação tática em que se caiu.

[901] Para aferirmos o importante papel que poderá ter um acontecimento particular no complexo quadro de uma batalha e como tal poderá estar ausente do seu relato, bastaria determo-nos sobre a importância que poderia resultar da perda de um ou mais oficiais que estivessem a ser determinantes para a sua condução tática.

5.3. Historiadores e Narrativas Históricas sobre o Funcionamento Tático da Legião

Temos, apesar de todos os condicionalismos e vicissitudes históricas, várias descrições de alguns importantes momentos da História Militar de Roma que foram escritos por indivíduos que tiveram oportunidade de neles estarem presentes, tal como aconteceu com Políbio (203-120 a.C.)[902], um autor de origem grega que veio depois a ligar-se estreitamente a Roma[903]. Na sua importante obra, "Histórias", que nos chegou incompleta, deixou-nos um legado de grande importância para a reconstituição dos factos a que terá assistido e a coerência do seu discurso faz dele um narrador em quem se poderá depositar bastante confiança[904]. O que conhecemos da sua biografia permite-nos colocá-lo muito próximo da poderosa família dos Cipiões, onde meio século antes se tinha destacado já a figura de Públio Cornélio Cipião, o vencedor de Aníbal na Batalha de Zama[905]. Na sua própria época, destacava-se Cipião Emiliano[906], para quem Políbio trabalhava como secretário[907], tendo assim oportunidade de o acompanhar e de estar presente nos trágicos acontecimentos ocorridos em Cartago durante a Terceira Guerra Púnica, entre 149 e 146 a.C.[908], os quais levariam à total destruição desta cidade norte-africana[909]. É possível que Políbio tenha mesmo assistido ao cerco de Numância[910], cerca de treze anos depois, ainda que lamentavelmente só tenhamos notícia da sua narrativa em torno destas operações através de referências nos escritos de outros autores[911].

Sabemos também que o importante historiador judeu Yosef ben Mattityahu (34-100)[912], que adotou o nome romanizado de Flávio Josefo[913], também teve oportunidade de estar presente em várias das campanhas romanas com o estatuto de secretário do imperador

---

902 MOMIGLIANO, 1977, pp. 67-68.
903 BISHOP; COULSTON, 2009, p. 40; LE BOHEC, 2013, p. 13
904 GOLDSWORTHY, 2011, p. 21.
905 PLB. 15.5-14; EGGENBERGER, 1985, ("*Zama*"), p. 487; GONZÁLEZ, 2005, ("*Zama* I"), p. 657; SANTOS, 2016, pp. 184-224, 244-246.
906 PLB. 35.1-5.
907 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 59-60.
908 MELLOR, 2013, p. 47.
909 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 127, 129, 132.
910 GOLDSWORTHY, 2011, p. 21. O cerco de Numância constituiu o ataque final ao ópido celtibero de Numância, pelas forças da República Romana, o qual encerrou a Guerra Numantina contra as populações da Hispânia Citerior. Esta guerra foi a terceira das Guerras Celtiberas e irrompeu em 143 a.C. Uma década depois, o general romano e herói da Terceira Guerra Púnica, Cipião Emiliano, conseguiu finalmente capturar a cidade, que foi completamente arrasada. GOLDSWORTHY, 2011, pp. 128, 132-141.
911 Nomeadamente Apiano nas suas *Guerras Hispânicas*: APP. 6.84-87, 90-98.
912 MOMIGLIANO, 1990, pp. 26, 60, 84.
913 BISHOP; COULSTON, 2009, p. 40.

Vespasiano e, posteriormente do filho deste, Tito[914], tendo-nos deixado a mais importante narrativa da Guerra Judaica, ocorrida entre 67 e 73[915].

O oficial Amiano Marcelino (330-391) foi um importante historiador do final do Império[916], que reclamava ter origem grega por ter nascido em Antioquia, mas que optou por escrever a sua obra em latim. Também esteve presente em várias operações militares, tendo sido ele próprio oficial de alta patente nas tropas do general Ursicino[917]; mais tarde esteve ao serviço do imperador Juliano "O Apóstata", embora por pouco tempo devido à curta duração do Principado deste imperador[918]. Esteve primeiro na campanha de Juliano na Gália contra os Alamanos e posteriormente acompanhou-o na famosa expedição contra o Império Sassânida[919]. Amiano deixou-nos relatos vívidos e bastante detalhados dessas batalhas, tendo mesmo participado diretamente em muitas delas [920], integrado no escol de soldados que protegia o imperador e que era designado por *protectores domestici*[921].

O historiador Procópio de Cesareia (500-565)[922] teve também oportunidade de acompanhar o general Belisário nas suas diversas campanhas, a partir de 527, quando passou a ocupar o cargo de seu assessor pessoal[923]. Procópio encontrava-se com o seu patrono quando este foi derrotado na Batalha de Calínico (531)[924] e assistiu, no ano subsequente, à forma como Belisário reprimiu os revoltosos de Nika[925]. Também o acompanhou na sua bem-sucedida campanha africana contra o reino vândalo de Jancerico ou Gencerico[926], e mais tarde voltou a juntar-se, já na Península Itálica, ao general bizantino por ocasião da sua

914 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 21, 370-378, 384, 386-387, 392-396.

915 JOSEFO, *A Guerra dos Judeus*. Como exemplo veja-se a descrição das diferentes fases do cerco de Jerusalém, entre março e setembro de 70, em: JOSEFO, 5.47-135,258-303 (tomada da primeira muralha), 5.304-355 (tomada da segunda muralha), 5.356-360,460-511,522-561, 6.1-95,118-192,220-266,316-413 (tomada da fortaleza Antónia e do templo).

916 MOMIGLIANO, 1977, p. 128.

917 GOLDSWORTHY, 2011, p. 435.

918 GILLIVER, 1993, pp. 289-290.

919 GOLDSWORTHY, 2011, pp. 21, 435-443, 449-453.

920 AMM. 16.11.1-15, 16.12.1-70, 17.1.1-14, 17.2.1-4, 17.8.1-9, 17.10.1-10, 18.2.1-16, 20.4.1-5, 24.2.15-17, 24.4.1-5.

921 RICHARDOT, 2001, pp. 49-53.

922 MOMIGLIANO, 1977, pp. 80-81, 115, 190; MOMIGLIANO, 1990, p. 143.

923 CAMERON, 1996, pp. 12-13. Em 527 Procópio foi escolhido como *assymboulos* (assessor) de Belisário, que era, então, dux da Mesopotâmia.

924 PROCOP. 1.18.1-56; EGGENBERGER, 1985, ("*Callinicum*"), p. 73; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 467-468, 472, 475.

925 CAMERON, 1996, pp. 158-159, 167. Foi Belisário quem, em janeiro de 532, conduziu as tropas do governo para o hipódromo, onde as fações e o povo estavam reunidos, e quem reprimiu a rebelião com uma sangrenta demonstração de força. Leal como sempre, Belisário apoiou o lado do governo, no que foi seguido pelo fiel Procópio, que simpatizava totalmente com os interesses da lei e da ordem.

926 CAMERON, 1996, p. 13; GOLDSWORTHY, 2010, pp. 492-493. Em 533 Justiniano enviou Belisário para invadir o reino dos Vândalos no norte de África, tendo Procópio o acompanhado.

campanha contra o reino ostrogodo[927]. A sua biografia mostra-nos que Procópio foi testemunha presencial do segundo assédio a Roma levado a cabo pelos Ostrogodos, em 537-538, a que se seguiu, três anos depois, a conquista bizantina de Ravena[928].

Para os Romanos, a transmissão de conhecimento devia ser realizada de forma predominantemente oral e tal tradição cultural fazia com que muitos historiadores dessem mesmo uma clara preferência aos relatos verbais em detrimento dos que já tinham passado à escrita[929].

Em Roma, a condição essencial para ser considerado um bom historiador era a transmissão retórica da História de uma forma clara e de modo a que ela pudesse ser o retrato plausível da realidade[930]. Autores como Cícero[931] e Salústio[932] afirmam que a História deveria ser uma tarefa consignada aos retóricos, pois só estes têm o conhecimento da forma correta de a fazer[933].

Considerava-se, assim, que a verdade do relato histórico não estaria centrada na perceção individual da realidade, como era típico da historiografia grega, mas antes na credibilidade emprestada à narrativa pela sua apresentação retórica[934]. Embora para a visão historiográfica moderna se pudesse considerar como muito exagerado o papel determinante desta formulação retórica[935], para os Romanos a verdade estaria assim presente no campo da plausibilidade formulada pelo próprio historiador e não exclusivamente centrada na conformidade entre as ações reais e o discurso que pretenderia meramente apresentá-las.

Por vezes, alguns historiadores referiam-se a diversos relatos de outras testemunhas presenciais que se perderam, mas não é comum que os escritores antigos tenham preocupação com as referências a respeito de quais foram as suas fontes.

Mas se os historiadores supracitados tiveram oportunidade de presenciar importantes factos militares, na maior parte dos casos os relatos de que dispomos são narrativas ainda mais problemáticas por terem sido escritas muitos anos depois da ocorrência dos acontecimentos, cuja fiabilidade, quer por eles, quer por nós, é impossível de aferir.

---

927 PROCOP. 5.5.1-7; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 21, 460, 462, 464-466, 468, 470, 472.
928 CAMERON, 1996, p. 13. Na primavera de 540, Procópio estava com as tropas bizantinas quando estas entraram em Ravenna.
929 SCATOLIN, 2009, pp. 150-152.
930 MARINCOLA, 2007, pp. 119, 122-123; PITCHER, 2009, p. 103.
931 SEBASTIANI, 2006b, pp. 98-99.
932 O'GORMAN, 2007, p. 380.
933 SEBASTIANI, 2006a, p. 301.
934 SEBASTIANI, 2006a, p. 302.
935 MOMIGLIANO, 1990, p. 48.

Certos historiadores chegavam mesmo a iniciar as suas obras afirmando a sua intenção de se manterem o mais possível fiéis à verdade dos factos, mas, no entanto, seria mais importante para a sua credibilidade produzir uma narrativa instrutiva e agradável, pois a História era entendida como algo que se deveria destinar mais a entreter do que a informar[936].

Havia casos em que certos autores, com o intuito de embelezar os seus relatos[937], produziam mesmo uma consciente distorção da verdade, ou deitavam mão de fontes pouco fiáveis, chegando a suprir as falhas de informação através do recurso à sua própria imaginação[938].

No entanto, os relatos sobre a guerra sempre desempenharam um importante papel na educação da juventude, mormente possibilitando o estudo da arte militar por parte dos oficiais romanos. A análise estratégica e tática das campanhas passadas, independentemente do seu desfecho, era uma ajuda fundamental para o aspirante a general, permitindo-lhe formular as suas próprias ideias e planos, tal como ainda hoje o estudo da história militar faz parte da formação de um oficial moderno[939]. Políbio afirma mesmo que os livros com exemplos militares desempenharam um papel importante na educação de todos os oficiais, bem como os manuais que eram escritos por especialistas que possuíssem experiência pessoal[940], tal como viria a ser o caso de Frontino (c. 35 – c.103 ou 104 d.C.)[941].

936 GOLDSWORTHY, 2011, p. 22.
937 SEBASTIANI, 2006a, p. 305.
938 GOLDSWORTHY, 2011, p. 22.
939 MOMIGLIANO, 1977, pp. 76-77.
940 PLB. 11.8.
941 GILLIVER, 1993, pp. 13-14. Sexto Júlio Frontino, nascido no seio de uma família aristocrática foi eleito cônsul por três vezes e governou duas províncias. Foi um vitorioso general no principado de Domiciano, que comandou as legiões romanas na Britânia e nas fronteiras do Reno e do Danúbio. Militar e gestor distinto, foi também autor de diversas obras sobre a arte da guerra, a engenharia e a agricultura. Ao contrário da maioria dos autores clássicos conhecidos, a sua voz não é a do filósofo e a do retórico. Frontino fala-nos como administrador, técnico e especialista. A sua obra não tende à especulação, mas antes, para a explicação. Frontino escreveu um tratado teórico sobre a ciência militar, hoje perdido. A única obra que nos chegou sobre assuntos militares, "Estratagemas" (em latim: *Strategemata*), é uma coleção de exemplos de recursos cooptados da história grega e romana, para utilização dos oficiais. O autor demonstra a utilidade prática de estratagemas como os que resultam de iludir e enganar e a importância de se ser astucioso em questões militares. Não são assim os grandes movimentos estratégicos nem o planeamento de campanhas que lhe interessa, nem sequer a exposição de uma doutrina militar através da enumeração de máximas. O seu tema é a arte de lidar com a situação no terreno, e é com este objetivo que seleciona e compila cerca de 500 episódios bélicos. Para muitos problemas concretos Frontino, neste verdadeiro "manual de utilizador", sugere uma resposta baseada no estratagema. A sua visão apela à inteligência, à flexibilidade e à criatividade dos homens que estão no comando.

Encontramos em Políbio[942] e em Tito Lívio[943], uma descrição da orgânica funcional da legião em combate durante o período republicano, mas não encontramos um equivalente tão rico para o período imperial[944].

Uma das descrições mais abrangente do funcionamento tático da legião durante o período imperial é aquela que nos foi dada por Vegécio no Livro II da sua Arte Militar[945], embora reconheçamos que os seus comentários deverão ser lidos com cuidado. pois este autor mistura, com frequência, dados de épocas diversas.

Igualmente durante o período imperial, Amiano Marcelino (c. 325 - c. 391) fornece-nos um registro notavelmente preciso e imparcial de sua época[946]. Soldado experiente, que ingressou no exército ainda jovem, sob o comando do governador Ursicino e dos imperadores Constâncio II e Juliano, o seu trabalho é rico em experiências militares[947]. A sua única obra sobrevivente, *Res Gestae*, foi originalmente escrita em trinta e um livros, mas os primeiros treze livros perderam-se, sabendo-se que o texto existente, correspondente aos dezoito livros remanescentes, cobre os anos entre 353 e 378[948].

---

942 A título de exemplo: PLB. 6.19-23, aborda a fase de recrutamento, a divisão dos legionários em vélites, hastados, príncipes e triários, as armas e proteções atribuídas a cada uma das categorias; PLB. 6.24, refere a forma de eleição dos centuriões, a nomeação dos optios (*optiones*), a divisão em manípulos e centúrias e a escolha dos respetivos porta estandartes; PLB. 6.25 relata a divisão dos soldados de cavalaria em esquadrões, a seleção dos decuriões e dos respetivos optios e o armamento correspondente; PLB. 6.27-32 explica como era montado um acampamento legionário romano. Noutro capítulo ainda, Políbio descreve a ordem de batalha delineada por Cipião para a Batalha de Zama (PLB. 15.9) descrevendo de seguida a ordem de batalha apresentada por Aníbal (PLB. 15.11).

943 Por seu lado Tito Lívio, no capítulo 8 da sua obra *Ab Urbe Condita*, dá conta da formação e movimentação em batalha dos hastados, príncipes e triários (LIV. 8.8).

944 GILLIVER, 1973, pp. 24-25, 27.

945 GILLIVER, 1973, 27; VEG. 2.

946 MOMIGLIANO, 1977, pp. 128-130.

947 AMMIANUS MARCELLINUS, 2016, pp. 1-2.

948 A obra de Amiano Marcelino, *Res Gestae,* está repleta de referências militares, destacaremos aqui as que nos parecem mais relevantes:

AMM. 16.12 - Este livro termina com o imperador Juliano infligindo uma derrota aos sete reis germânicos que ameaçavam a Gália, na Batalha de Estrasburgo, também conhecida como de Argentorato, em 357.

AMM. 18.4, 6-10 – Nesta passagem o rei Sapor lidera um ataque persa contra os Romanos e são descritas as batalhas decorrentes deste ataque. Ursicino e Amiano Marcelino são enviados em diversas missões no Oriente, onde, numa das quais, estão em risco de perder as suas vidas.

AMM. 19.1-3, 7-8 – Aqui é relatada a continuação das batalhas com os Persas, bem como o cerco persa à cidade de Amida (Diarbaquir).

AMM. 23.4 – Neste capítulo Amiano Marcelino utiliza o clima de preparação bélica (campanha contra os Sassânidas) para oferecer ao leitor uma descrição das máquinas e dos artefactos utilizados na guerra.

AMM. 24.1, 6 – Ao relatar a expedição de Juliano contra o Império Sassânida o autor refere as duas mil e quinhentas baixas no exército persa.

AMM. 26.8-9 – Neste trecho, depois de se referir à tentativa de usurpação do poder por Procópio, Amiano Marcelino relata as batalhas entre este e os imperadores Valentiniano e Valente, até ao momento em que as tropas de Valente conseguem finalmente derrotar Procópio, em 367.

AMM. 27.1-2 - Este livro começa com a narração das lutas contra os bárbaros na Germânia e dos êxitos militares romanos.

AMM. 28.5-6 – Após referir outros temas, nomeadamente os vícios do senado e do povo romano, Amiano Marcelino retoma o tema bélico, relatando os confrontos entre bárbaros e Romanos.

Alguns elementos adicionais, embora muito mais breves, são fornecidas no *Munitionibus Castrorum*, obra de autor anónimo, mas que é por vezes atribuída a Hygino Gromático, onde estão contidas também breves referências acerca do tamanho e organização interna das unidades auxiliares[949]. No entanto, tudo leva a crer que os seus comentários neste trabalho sobre a organização das unidades militares seriam elas próprias incidentais, afirmando o autor que está a escrever este manual para uso de militares que presumivelmente seriam conhecedores da organização usual das unidades do exército. Assim, o autor acha desnecessário dar uma descrição detalhada dessas unidades e limita-se a fornecer as informações que considera mais relevantes para os objetivos do seu trabalho, reportando-se apenas aos números de homens e cavalos devido a estes influenciarem a alocação de espaço para cada tipo de unidade na gestão do acampamento[950].

O autor deste trabalho, por vezes referido como pseudo-Hygino, começa por indicar, logo no primeiro parágrafo, que a descrição das coortes legionárias já teria sido por ele dada anteriormente, possivelmente noutra obra. No entanto se fizermos uma análise comparativa deste texto com o tipo de desenvolvimento que é consagrado por pseudo-Hygino à descrição das unidades auxiliares, e que nunca é realizado de forma muito detalhada, seria já de esperar que o autor não fosse particularmente minucioso na sua explanação[951].

Um outro elemento, que se deverá ter em consideração na avaliação das narrativas históricas será a familiaridade do autor quanto às temáticas militares e a toda uma terminologia que é peculiar a este universo.

Dir-se-ia, pois, que em geral, a utilização de nomes e adjetivos têm enquadramentos semânticos próprios da esfera militar que devem ser do domínio, quer do autor que constrói a narrativa, quer dos futuros leitores, tendo de haver da parte dos últimos um esforço para uma boa compreensão do sentido que estes poderiam ter à época da sua redação.

Se há muitos historiadores que, poder-se-ia dizer, tinham tais competências, nomeadamente por pertencerem à esfera marcial, há vários outros que sentimos não dominarem com tanta propriedade a utilização dos termos militares, podendo até redundar numa leitura equívoca. Como exemplo de tal desajuste, é bastante conhecida a passagem em que Tito Lívio, que escreveu a sua monumental *História de Roma* tendo essencialmente

AMM. 31.12-13 – No último livro é-nos narrado como os Godos se rebelaram e o imperador Valente decidiu combatê-los sem esperar nenhum tipo de ajuda, nomeadamente a do seu sobrinho Graciano, que vinha em seu auxílio. A obra de Amiano encerra-se com o relato da Batalha de Adrianopla e a vitória dos Godos sobre os Romanos.

949 GILLIVER, 1973, p. 14.

950 GILLIVER, 1973, pp. 27-28.

951 GILLIVER, 1973, pp. 27-28

como fontes os textos de outros historiadores anteriores, se equivoca na tradução de um trecho de Políbio, onde este descrevia meramente um gesto típico de uma falange macedónica[952]. Os soldados destas formações, que estão munidos de compridas lanças, transportam as suas armas em posição vertical enquanto marcham, mas têm de as baixar para uma posição quase horizontal quando investem contra o adversário. Tito Lívio atribuiu tal movimento a um abandono das lanças, pressupondo que estes então tinham partido para o combate com as suas espadas[953]. Dir-se-ia mesmo que o autor do *Ab Urbe Condita* não teria tido dúvidas no gesto descrito por Políbio se estivesse mais familiarizado com a esfera militar.

Referindo-se à necessidade de o historiador ter experiência para poder escrever bem sobre a guerra, Políbio afirma[954]:

> «[…] (g) It is in fact as impossible to write well on the operations in a war, if a man has had no experience of actual service, as it is to write well on politics without having been engaged in political transactions and vicissitudes. And when history is written by the book-learned, without technical knowledge, and without clearness of detail, the work loses all its value. […]».

Apesar da escassez de fontes que registamos para muitas das campanhas militares romanas, temos para outras a sorte de dispor de mais do que um autor narrando os mesmos factos, o que nos permite comparar os seus detalhes e alcançar um entendimento mais seguro sobre a respetiva veracidade[955].

O trabalho do historiador moderno sobre todos esses textos terá então de ser a avaliação da plausibilidade de cada narrativa, procurando conhecer as tendências e vinculações de quem o redigiu e, eventualmente, manifestar uma opinião fundamentada sobre o grau de verosimilhança que eles poderão apresentar acerca dos factos que narram. Dir-se-ia mesmo que o trabalho de investigação sobre acontecimentos pretéritos que tiveram

---

952 PLB. 18.24.

953 LIV. 33.8.13. Trata-se do relato da Batalha de Cinoscéfalos, em 197 a.C., no qual algumas passagens parecem quase uma tradução da narrativa de Políbio.

954 PLB. 12.25.

955 Como é o caso, já referido, de Políbio e de Tito Lívio. Outro tanto se pode encontrar no relato das *Guerras Civis* de Apiano, inseridas na sua obra mais vasta, conhecida como *História de Roma*, onde são narradas as Guerras Civis de Mário e Sula e as de César e Pompeio, prolongando-se o relato até à época do Segundo Triunvirato. Este período também é coberto por um punhado de autores antigos com vários graus de detalhe e pontos de vista: os comentários de Júlio César registam as suas observações pessoais, principalmente militares, das Guerras Gálicas e das Guerras Civis subsequentes; as biografias romanas de Plutarco esboçam a vida dos principais líderes do final do período republicano. A título de exemplo refira-se ainda a *História de Roma* de Dião Cássio, que, cobrindo um período de cerca de 1.400 anos, começa com a mítica chegada de Eneias a Itália (c. 1.200 a.C.) estendendo-se até cerca de 229 d.C., já no Império. Temos ainda Plutarco e Apiano, que também versam sobre a Segunda Guerra Púnica e as batalhas de Aníbal.

lugar a milhares de anos no passado pouco mais poderá ser do que procurar fazer a sua reinterpretação, comparando as minudências que conhecemos sobre tais acontecimentos, reavaliando e justapondo as suas 'peças factuais', de modo a tentar possibilitar uma nova compreensão deles.

Apenas os importantes contributos da arqueologia[956] e o acaso bibliográfico dos vários acervos que ainda poderão ser explorados[957] poderão trazer à colação novos elementos explicativos para a nossa reconstrução do passado, mas tais contributos virão até nós sempre de forma inesperada e fragmentária.

Há temáticas, no entanto, em que só um relato mais detalhado nos poderia vir salvar de apuros; tal é o caso do tópico que procuramos discutir aqui, sobre o complexo funcionamento tático da legião.

5.4. Análise do Legado Historiográfico de Políbio e Tito Lívio

A busca por elementos concretos consagrados em fontes antigas sobre o problema do funcionamento tático da legião levou-nos a compulsar grande parte das obras de muitos autores que abordaram as temáticas militares romanas. No entanto, poucas referências dignas de nota foram por nós encontradas, exceção feita a duas passagens de Políbio e Tito Lívio, sobre as quais deveremos fazer incidir a nossa atenção.

5.4.1. Uma Passagem Relevante em Políbio para o Esclarecimento do Funcionamento da Legião

Embora Políbio[958] seja um historiador grego[959], todo o seu trabalho historiográfico se desenvolveu em torno da história de Roma.

A historiografia grega tinha procurado realizar preferencialmente relatos de factos coevos, pois, no seu afã de captar a verdade, procurava construir as suas narrativas sobre acontecimentos que dispunham de mais do que uma fonte de informação. Assim, os factos preferenciais para a sua abordagem eram os acontecidos num passado recente e que,

956 FEUGÈRE, 2002, pp. 25-26; LE BOHEC, 2013, pp. 18-19.
957 LE BOHEC, 2013, pp. 13-17.
958 MOMIGLIANO, 1990, p. 47.
959 Políbio nasceu na cidade grega de *Megalópolis*, no Peloponeso, cerca de 202 a.C. (MELLOR, 2013, p. 47).

portanto, podiam ainda contar com o contributo de diversos testemunhos orais, que os historiadores gregos privilegiavam, em detrimento daqueles que já estavam consagrados em tinta[960].

O próprio Tucídides (c. 460/455 a.C. – c. 398 a.C.), o grande historiador que nos deixou "A Guerra do Peloponeso"[961], sempre preocupado com a busca do rigor histórico, considerava a experiência pessoal na observação dos factos como um elemento imprescindível[962], visão historiográfica que Políbio subscreveria mais tarde.

Na perspetiva de Políbio, tal como era habitual na matriz historiográfica grega de um Heródoto (c. 490/480 a.C. – 425 a.C.), de um Xenofonte (c. 430 – c. 355 a.C.), ou mesmo de um Tucídides[963], a única história que se poderia considerar válida era aquela que se consagrava à narrativa de acontecimentos da esfera político-militar[964].

Com um discurso cheio de detalhes factuais e rejeitando qualquer intervenção da esfera mítica, Políbio não nos apresenta uma conceção cíclica da História que procurava ajustar a leitura a uma visão condicionada por traços valorativos decorrentes de uma avaliação preconcebida das diferentes eras[965]. Além do mais, procura realizar um enquadramento do seu trabalho tendo em atenção uma clara distinção metodológica[966], distinguindo bem entre a mera factualidade da guerra em si e a análise de um plano imaterial onde procura explicar as possíveis razões que lhe teriam dado origem[967].

Políbio terá compreendido também o promissor papel de Roma, ao verificar a fulgurante expansão da sua dimensão político-militar, que era muito proeminente desde o final do século III a.C. Com efeito, no início do primeiro capítulo das suas "Histórias", Políbio questiona[968]:

> «[…] Can anyone be so indifferent or idle as not to care to know by what means, and under what kind of polity, almost the whole inhabited world was conquered and brought under the dominion of the single city of Rome, and that too within a period of not quite fifty-three years? […]»

960 GRANT, 2003, p. 54-58.
961 O'CONNELL, 1989, pp. 44, 63, 75.
962 SEBASTIANI, 2006a, p. 298.
963 MOMIGLIANO, 1990, p. 1.
964 SEBASTIANI, 2006a, p. 299.
965 GILLIVER, 1973, p. 25.
966 MOMIGLIANO, 1977, p. 69.
967 MELLOR, 2013, p. 48.
968 PLB. 1.1-2.

Com tal perfil[969], Roma adquiria cada vez mais uma importância historiográfica sem par no mundo mediterrânico, encontrando no relato de Políbio um historiador que procurou deixar uma avaliação honesta da importância futura dos eventos ligados à sua História[970].

A forma como Políbio se compromete de forma emotiva com algumas passagens dos seus relatos poderá indicar que, se por um lado poderia tender para alguma falta de objetividade na sua avaliação, tenta por outro dar-nos um relato vívido do que viu ou veio a saber por terceiros, nomeadamente dos factos que lhe poderão ter chegado de forma oral. No entanto, o seu relato é em geral bastante claro, eivado de inúmeros detalhes, mantendo-se num registo de grande sobriedade e apenas circunstancialmente se deixa entusiasmar pelos factos que narra, o que indica que está atento e compreende o dramatismo de certas passagens do seu texto[971].

Para uma análise do estilo polibiano, em que este parece demonstrar menos sobriedade do que é o seu timbre habitual, poderíamos respigar uma passagem em que o historiador nos procura retratar o terrível cenário que terá acontecido em Bagrades, localidade africana onde Cipião, o vencedor de Zama, deita mão de um recurso radical para conseguir reequilibrar a sua situação no terreno, cercando e incendiando durante a noite os acampamentos adversários, atendendo a que o inimigo dispunha de um número muito superior de efetivos militares[972]:

> «[…] The whole place was filled with yells of pain, confused cries, terror, and unspeakable din, mingled with a conflagration which spread rapidly and blazed with the utmost fierceness. It was the combination and suddenness of these horrors that made them so awful, any one of which by itself would have been sufficient to strike terror into the hearts of men. It is accordingly impossible for the imagination to exaggerate the dreadful scene, so completely did it surpass in horror everything hitherto recorded. Of all the brilliant achievements of Scipio this appears to me to have been the most brilliant and the most daring… […]»

É de salientar a forma pontual e emotiva como Políbio nos transmite todo o horror inerente a esta passagem, não se coibindo até de manifestar a sua opinião pessoal quando refere que, do ponto de vista estritamente militar, este evento lhe parece ser o mais "brilhante feito" de todos os que foram realizados por Cipião, "O Africano".

---

969 MOMIGLIANO, 1977, p. 70.
970 MELLOR, 2013, p. 47.
971 MELLOR, 2013, p. 48.
972 PLB. 14.5; SANTOS, 2016, pp. 144-145.

No capítulo seguinte, Políbio relata-nos a estratégia usada por Cipião na organização de uma ordem de batalha, ainda no decurso da Segunda Guerra Púnica[973]:

> «[…] Scipio placed his men on the field in the following order: the *hastati* first, with an interval between their maniples; behind them the *principes*, their maniples not arranged to cover the intervals between those of the *hastati* as the Roman custom is, but immediately behind them at some distance, because the enemy was so strong in elephants. In the rear of these he stationed the *triarii*. On his left wing he stationed Gaius Laelius with the Italian cavalry and on the right Massanissa with all his Numidians. The intervals between the front maniples he filled up with maniples of *velites*, who were ordered to begin the battle; but if they found themselves unable to stand the charge of the elephants, they would to retire quickly either to the rear of the whole army by the intervals between the maniples which went straight through the ranks, or, if they got entangled with the elephants, to step aside into the lateral spaces between the maniples. […]».

5.4.2. Um Contributo Referencial de Políbio para o Funcionamento Tático da Legião

Na passagem que acabámos de citar, Políbio pretende descrever-nos a ordem de batalha que Cipião, "O Africano", adotou em Zama para enfrentar Aníbal Barca no último recontro da sua longa campanha africana[974]. Embora seja uma batalha com algumas especificidades táticas e onde poderemos compreender a necessidade de adoção de um modelo peculiar na formação das duas legiões que detinha, devido à grande profusão de elefantes de guerra que o seu adversário se propunha utilizar, ser-nos-á possível respigar elementos que nos possam auxiliar na compreensão de qual seria o seu funcionamento habitual em combate.

Para uma mais clara distinção entre o que se poderia considerar o funcionamento tradicional dos manípulos, consagrados neste excerto do texto polibiano, e a especificidade particular desta ordem de batalha, dividiremos a nossa análise em duas matrizes independentes[975].

---

[973] PLB. 15.9.

[974] EGGENBERGER, 1985, ("*Zama*"), p. 487; GONZÁLEZ, 2005, ("*Zama* I"), p. 657; SANTOS, 2016, pp. 184-224, 244-246.

[975] Embora vários comentadores modernos, sobre o tema do funcionamento tático da legião, se reportem ao texto de Políbio para suportarem algumas das suas considerações, não encontramos, quer em Adrian Goldsworthy (*The Complete Roman Army*), quer em Peter Connolly (*Greece and Rome at War*), a referência bibliográfica que as legitima, dentro da obra do historiador. A mesma omissão de referência bibliográfica para as fontes se verifica com a passagem de Tito Lívio que desenvolveremos em seguida. Esta circunstância forçou-nos a uma leitura exaustiva da obra destes autores, no sentido de identificar tais passagens.

Matriz de Elementos Táticos Genéricos da Ordem de Batalha, Presentes no Excerto do Texto Polibiano[976]:

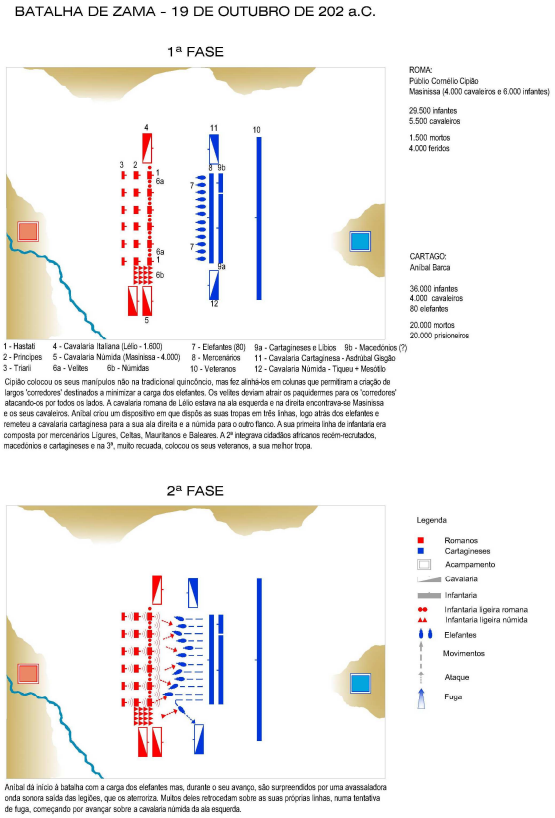


Imagem 37 - Representação das fases 1 e 2 da batalha de Zama (202 a.C.) elucidativa das palavras de Políbio. [desenho nosso in SANTOS, 2016, p. 245].

1 - Linha frontal formada com manípulos de hastados.

2 – Todos os hastados estão organizados em manípulos.

3 – Intervalos laterais entre os manípulos de hastados.

4 – Segunda linha com manípulos de príncipes.

5 – Todos os príncipes também estão organizados em manípulos.

6 – Os manípulos de príncipes costumam ocupar os intervalos deixados na linha dos hastados, podendo assim supor-se que toda a extensão da frente romana seria preenchida pela soma destas duas linhas.

7 - Os triários, são posicionados numa terceira linha, na retaguarda dos príncipes.

8 - Não são referidos manípulos na formação dos triários.

9 - Ficamos em dúvida se os triários se organizam também em manípulos e se sim, se estes mantêm algum tipo de espaçamento entre eles.

10 – Os vélites são formados em manípulos e neste caso seria admissível que se orientassem também por um qualquer tipo de estandarte.

11 – Os manípulos de vélites ocupam os espaços deixados pelos hastados na primeira linha.

12 – Os vélites são responsáveis por iniciar a batalha.

976 CONNOLLY, 1998, pp. 129, 140-142; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-28. Estas referências bibliográficas descrevem a ordem de batalha habitualmente associada ao exército romano republicano, anterior à reforma de Mário (c. 107 a.C.) – aquela a que Goldsworthy chama de "legião polibiana". Por seu lado, a matriz elenca os elementos táticos que a ordem de batalha descrita por Políbio (PLB. 15.9) apresenta em comum com a enunciada pelos autores aqui referidos.

Pensamos que será relevante salientar que, nesta descrição de Políbio, os elementos genéricos que apresenta são a especificidade de uma formação em tríplice az, com uma primeira linha de hastados separados em manípulos e uma segunda linha formada pelos príncipes que oblitera os intervalos deixados pelos primeiros. Não é referido que estas duas linhas tenham necessariamente que se posicionar de modo a que a fila da retaguarda dos hastados esteja completamente destacada e, portanto, mais avançada do que a primeira fila da linha dos príncipes, sendo certo que estes últimos, não tendo quaisquer efetivos à sua frente, poderiam assim interpenetrar a espessura da linha dos hastados.

Os vélites, tropas de infantaria leve que se moviam com grande facilidade, por não estarem condicionadas pelo peso do couraçamento, não fariam parte estrutural da formação da infantaria pesada. Poderiam, pois, passar com bastante facilidade para a retaguarda da linha dos príncipes, nomeadamente porque o fariam antes do choque da infantaria pesada com o exército adversário.

Nesta descrição de Políbio, reitera-se também a ideia de que os triários teriam uma função tática de reserva, não se referindo explicitamente a uma sua divisão em manípulos, embora tal seja admissível.

Neste caso, também não é referido qualquer tipo de espaçamento entre manípulos de triários, nem, portanto, se explicita se seriam dispostos com o mesmo distanciamento que se verificava nas outras linhas.

Os vélites, infantaria ligeira e armados com projéteis, são responsáveis por fustigar o inimigo quando este ainda está afastado e dar assim início à batalha.

Matriz de Elementos Táticos Específicos da Ordem de Batalha de Zama, Conforme o Excerto do Texto Polibiano:

1 – Manípulos de príncipes posicionados atrás dos de hastados porque o inimigo era forte em elefantes, permitindo abrir corredores entre as colunas de manípulos para a passagem dos paquidermes, sem desmanchar a formação.

2 - Criação de espaços entre a retaguarda dos manípulos dos hastados e a parte frontal dos de príncipes.

3 – Cavalaria romana à esquerda, sem mencionar infantaria auxiliar.

4 – Cavalaria africana aliada à direita, compreendendo também infantaria ligeira da mesma etnia ao referir todos os Númidas.

5 – Manípulos de vélites preenchiam os intervalos entre os manípulos da frente, no caso de estes não suportarem a carga dos elefantes dever-se-iam retirar pelos

corredores verticais entre as colunas, ou desviar-se para os espaços intencionalmente deixados entre os manípulos de hastados e de príncipes.

5.4.3. Uma Passagem Relevante em Tito Lívio para o Esclarecimento do Funcionamento da Legião

Outro contributo importante para a compreensão do funcionamento tático da legião encontra-se na obra *Ab Urbe Condita* do historiador romano Tito Lívio (59 a.C.- 17 d.C.)[977] que, embora nos tenha chegado incompleta, é uma das pedras angulares do nosso conhecimento da história de Roma.

Em 30 a.C., Tito Lívio deixou Pádua, onde nasceu[978], e estabeleceu-se em Roma, tendo-lhe a sua cultura, a sua competência como historiador e o seu belo estilo literário granjeado um imenso prestígio, razão pela qual veio a ser nomeado, por Augusto, precetor do jovem Cláudio[979], o enjeitado membro da família imperial que viria mais tarde, de forma inesperada, a sentar-se no trono imperial.

Homem reservado e com receio das intrigas políticas romanas, Tito Lívio sempre preferiu guardar algum distanciamento dos influentes círculos intelectuais que pululavam em torno do imperador, o que, pelo menos teoricamente, lhe teria permitido realizar a sua obra de forma mais independente. Seria mesmo possível que as suas convicções políticas o fizessem inclinar para a defesa do antigo regime republicano e, portanto, não se tenha querido comprometer com a recente estrutura imperial que se acabava de instalar[980].

Escreveu diretamente a sua obra em latim, afastando-se do cânone habitual da escrita culta que se realizava em grego, pois é bem possível que as convulsões políticas e as guerras civis durante a sua juventude não lhe tenham permitido uma deslocação à Grécia para realizar os seus estudos[981].

Dedicou-se durante quarenta anos à escrita de uma exaustiva "História de Roma", realizada em 142 livros, em que pretendeu narrar os feitos romanos desde os seus primórdios até o ano 9.

---

977 MELLOR, 2013, p. 174.
978 MELLOR, 2013, p. 18.
979 MELLOR, 2013, p. 174.
980 MELLOR, 2013, p. 174.
981 MELLOR, 2013, p. 174.

Teremos, no entanto, que lamentar que apenas 35 desses livros tenham sobrevivido à usura do tempo[982], embora se encontrem bastantes referências ao acervo perdido em obras de outros autores. A elegância do *Ab Urbe Condita* fez dele posteriormente um clássico da historiografia romana e influenciou fortemente o estilo narrativo da generalidade dos autores e dos textos posteriores.

Sendo preferencialmente um homem de gabinete, Tito Lívio baseou-se fundamentalmente na obra dos historiadores anteriores, aparecendo Políbio como uma das suas mais importantes fontes[983], nomeadamente para a redação dos livros 30 até ao livro 45, nos quais é claramente identificável a sua influência.

Deveremos também, neste capítulo, destacar Quinto Cláudio Quadrigário, um historiador romano que terá realizado uma tarefa similar àquela que o paduano se propunha, tendo escrito uma considerável obra com cerca de vinte livros em que narra a História de Roma desde a invasão gaulesa de 390 a.C., até a morte de Sula[984]. Quadrigário poderá até ter servido como inspiração estilística a Tito Lívio e este não recusa mesmo referenciá-lo com profusão enquanto fonte importante para o seu trabalho[985].

A obra de Tito Lívio é dividida numa estrutura organizada por "anais", que foram um modelo historiográfico típico dos autores romanos e que se caracterizava por uma descrição cronológica marcada pelos eventos mais relevantes sucedidos em cada ano[986].

Entre estes constariam preferencialmente os factos inerentes aos conflitos militares, às conquistas provinciais ou aos acontecimentos políticos principais, como por exemplo a eleição dos cônsules, que foram usados como marcos cronológicos que permitiam realizar a sua datação[987].

Inúmeros autores utilizaram sem qualquer reserva a obra de Tito Lívio como fonte, podendo-se destacar um Amiano Marcelino[988], um Cassiodoro, um Eutrópio[989], um Festo[990], um Aurélio Vítor, chegando a sua influência até à historiografia do século IV d.C., com Paulo Orósio[991].

---

982 MELLOR, 2013, p. 18.
983 MELLOR, 2013, p. 19.
984 SMITH, 1849, Vol. III, pp. 632-633.
985 Tito Lívio refere-se a Quinto Cláudio Quadrigário simplesmente como *Claudius* ou *Clodius*. LIV. 6.42; 8.19; 9.5; 10.37; 33.10,30,36; 38.23,42; 44.15.
986 BECK, 2007, p. 262; PITCHER, 2009, p. 3.
987 LEIGH, 2007, p. 485.
988 ROHRBACHER, 2002, pp. 37, 226.
989 ROHRBACHER, 2002, pp. 51-56.
990 ROHRBACHER, 2002, p. 60.
991 ROHRBACHER, 2002, pp. 138, 141.

Tito Lívio revela preocupações com a verdade histórica[992], indicando que a sua falta de fontes, para certos períodos da História de Roma, pode aproximar a sua narrativa de factos míticos que tornam necessariamente imprecisa a veracidade do seu relato, nomeadamente no que se reporta a acontecimentos muito antigos.

Tem um estilo particularmente claro de redação, descrevendo os factos com bastante realismo e não se furtando à apresentação de pormenores que possam ser importantes para a sua compreensão; um austero autor, como Quintiliano, chega mesmo a tecer-lhe rasgados elogios[993], comparando-o a Heródoto.

Não sendo um militar, algumas das considerações de Tito Lívio poder-se-ão, no entanto, considerar como bastante pueris em termos de análise estratégica, pois Tito Lívio demonstra uma confiança inquestionável na capacidade marcial romana, provavelmente baseando a sua opinião na consagradíssima história militar de Roma.

Podemos ler no livro nono do *Ab Urbe Condita* que Tito Lívio afirma, sem uma análise sustentada, que o exército romano teria derrotado Alexandre, "O Grande" se o rei macedónico tivesse tido oportunidade de viver durante mais tempo e pretendesse realizar a sua campanha para ocidente, entrando assim em choque com Roma[994].

Sabemos, através da sua obra, que o historiador tinha conhecimento dos confrontos militares realizados durante as Guerras Macedónicas, entre os exércitos helenísticos dos Estados sucessores de Alexandre e as legiões romanas, em que a superioridade destas últimas foi flagrante[995]. No entanto, Tito Lívio parece quase desconhecer, ou dar pouco crédito, à diferença substancial que poderá existir entre um excecional comandante como o foi Alexandre, "O Grande", e as medianas ou até fracas qualidades de chefia de outros generais helenísticos com competências táticas menos expressivas. O historiador romano poderia ter uma outra perceção de tais diferenças se estivesse mais familiarizado com a prática militar e pudesse assim ter adquirido uma melhor noção do exponencial aumento de competência que poderá acontecer num exército comandado por alguém com dotes ímpares para o fazer, como o tiveram um Alexandre, um Aníbal Barca, um Cipião, "O Africano", ou ainda o seu contemporâneo Júlio César.

Embora as narrativas de Tito Lívio, bem como as suas descrições de eventos militares sejam em geral bastante vívidas, poder-se-ia dizer que o historiador, sentado no seu gabinete,

992 SEBASTIANI, 2006a, p. 302.
993 MELLOR, 2013, p. 18; QVINT. 10.1.101.
994 LIV. 9.17-19.
995 LIV. 9.19.

imagina os acontecimentos de tais conflitos a partir dos escritos de terceiros e lhes procura infundir algum realismo, dentro do que se poderia classificar como sendo próprio do seu estilo peculiar. No entanto, descreve-o sempre como alguém que apenas observa o que se passa, sem manifestar qualquer avaliação crítica entre o que se passou e o que se poderia, ou deveria, ter passado, o que nos pode revelar alguma incompreensão dos próprios processos marciais que estão implicados nessas batalhas.

Poder-se-ia mesmo suspeitar que tal admiração, possivelmente suportada na superioridade demonstrada ao longo de uma história com séculos de guerras vitoriosas, que Tito Lívio não conseguisse ser imune, mesmo que inconscientemente, a esse louvar das capacidades marciais romanas, minimizando os efeitos ou encurtando até o relato de uma derrota para, em seguida, enaltecer a quase sempre subsequente vitória romana.

Podemos tomar como exemplo desta tendência o seu relato da Batalha de Cremera[996] em que os Romanos são derrotados pelos Etruscos de Veios[997]. Tudo leva a crer que esta passagem da narrativa liviana é uma elaboração fictícia sobre o que realmente poderá ter acontecido, dando um claro ênfase a um suposto sacrifício realizado pela *gens* Fábia. Tito Lívio, provavelmente, criou esta narrativa com o intuito de poder explicar a ausência desta importante *gens* nas candidaturas a cargos consulares durante os anos subsequentes[998].

Poder-se-ia mesmo admitir que o seu entusiasmo pelo esforço e dedicação dos seus compatriotas o faria tender para a construção de relatos de perfil heroico, neste caso procurando aproximar mesmo o seu esforço da famosa tentativa dos espartanos de Leónidas de impedir a passagem do exército persa no Estreito das Termópilas[999].

No entanto Tito Lívio, como seria natural na sua época, não demonstra uma particular preocupação com aquilo que hoje designaríamos por rigor historiográfico, o que não significa que não estivesse preocupado com um certo tipo de rigor da sua narrativa, nomeadamente através do cotejo das suas fontes, embora sem os requisitos epistemológicos que hoje exigimos neste trabalho.

No entanto, a prioritária necessidade de infundir aos seus textos vivacidade não o levava a sentir uma necessidade imperiosa por uma problematização da articulação entre o que foi a realidade dos acontecimentos, a perceção destes para aqueles que os testemunharam e a construção posterior do seu relato.

---

996 GONZÁLEZ, 2005, ("*Cremera* II"), pp. 160-161.
997 LIV. 2.48.7-10; 2.49.1-11; 2.50.1-11.
998 LIV. 3.1,1; 6.1.11.
999 CONNOLLY, 1998, pp. 13-24.

Poder-se-ia dizer que surgia antes como essencial a plausibilidade da narrativa, que deveria informar e formar os seus ouvintes, dando Tito Lívio um relevante papel aos aspetos retóricos que lhe confeririam assim, desde logo, um certo grau de legitimidade. Tal perspetiva sobre o que deveria ser o trabalho historiográfico levanta para a leitura hodierna do passado apreensões de rigor dos quais dificilmente nos conseguiremos libertar dentro da obra liviana, sendo certo que tal nos deve fazer estar particularmente atentos à coerência do seu discurso e à explicitação de quais foram as suas fontes[1000].

Na seguinte passagem de Tito Lívio podemos encontrar alguns elementos que nos poderão ajudar na compreensão do funcionamento tático da legião[1001]:

> «[…] [3] The Romans had formerly used small round shields; then, after they began to serve for pay, they made oblong shields instead of round ones;
> [4] and what had before been a phalanx, like the Macedonian phalanxes, came afterwards to be a line of battle formed by maniples, with the rearmost troops drawn up in a number of companies.
> [5] The first line, or *hastati*, comprised fifteen maniples, stationed a short distance apart; the maniple had twenty light —armed soldiers, the rest of their number carried oblong shields; moreover those were called "light —armed" who carried only a spear and javelins.
> [6] This front line in the battle contained the flower of the young men who were growing ripe for service. behind These came a line of the same number of maniples, made up of men of a more stalwart age; these were called the *principes*; they carried oblong shields and were the most showily armed of all.
> [7] This body of thirty maniples they called *antepilani*, because behind the standards there were again stationed other fifteen companies, each of which had three sections, the first section in every company being known as *pilus*.
> [8] The company consisted of three *vexilla* or "banners"; a single *vexillum* had sixty soldiers, two centurions, one *vexillarius*, or colourbearer; the company numbered a hundred and eighty —six men. The first banner led the *triarii*, veteran soldiers of proven valour; the second banner the *rorarii*, younger and less distinguished men; the third banner the *accensi*, who were the least dependable, and were, for that reason, assigned to the rear most line.
> [9] When an army had been marshalled in this fashion, the *hastati* were the first of all to engage. if the *hastati* were unable to defeat the enemy, they retreated slowly and were received into the intervals between the companies of the *principes*. The *principes* then took up the fighting and the *hastati* followed them.
> [10] The *triarii* knelt beneath their banners, with the left leg advanced, having their shields leaning against their shoulders and their spears thrust into the ground and pointing obliquely upwards, as if their battle —line were fortified with a bristling palisade.

[1000] SEBASTIANI, 2006a, pp. 301-302, 305, 308-309.
[1001] LIV. 8.8.

[11] If the *principes*, too, were unsuccessful in their fight, they fell back slowly from the battle —line on the *triarii*. (From this arose the adage, "to have come to the *triarii*," when things are going badly.)

[12] The *triarii*, rising up after they had received the *principes* and *hastati* into the intervals between their companies, would at once draw their companies together and close the lanes, as it were; then, with no more reserves behind to count on, they would charge the enemy in one compact array.

[13] this was a thing exceedingly disheartening to the enemy, who, pursuing those whom they supposed they had conquered, all at once beheld a new line rising up, with augmented numbers. […]»

5.4.4. Um Contributo Referencial de Tito Lívio para o Funcionamento Tático da Legião

O historiador começa por nos advertir que, no princípio, os Romanos utilizavam habitualmente um grande escudo de perfil redondo[1002], designado por clípeo[1003], que foi substituído por um outro modelo de forma oblonga que ficou conhecido como *scutum*[1004].

Poder-se-á entender aqui que Tito Lívio nos remete para o período da Monarquia e mesmo para os primórdios da República, que se teria iniciado em 509 a.C.[1005].

O perfil do clípeo bem poderá ser considerado ainda uma herança da adoção do escudo típico do sistema grego pré helenístico da falange, em que os seus guerreiros se protegiam com o *hoplon,* que apresentava circularidade perfeita e grandes dimensões[1006].

Notemos que nos é apresentada a mudança para um escudo de menores dimensões, mas cuja forma já não é uma mera estilização de um modelo circular geométrico, mas tende já a acompanhar e dar maior superfície de proteção ao perfil vertical do corpo de um homem apeado[1007].

[1002] LÍVIO, 8.8.

[1003] FEUGÈRE, 2002, pp. 76-78.

[1004] A tradução natural de "*scutum*" para a língua portuguesa seria obviamente realizada através da palavra "escudo", mas, atendendo a que a sua semântica adquiriu uma dimensão generalista que nos indica qualquer tipo de arma de defesa deste tipo empunhada por um soldado, independentemente da sua forma ou dimensões, e que este se tornou um termo transversal para as mais diversas cronologias históricas, pensamos que será mais indicado designar este tipo de escudo romano pelo termo próximo de "escuto", que não só mantém alguma semelhança fonética com o termo em latim, como tem a vantagem de o identificar inequivocamente como sendo este tipo de escudo romano. Pensamos mesmo que a utilização generalizada do termo escuto em português poderia evitar alguns equívocos na referência desta arma particular e o sentido lato que lhe é atribuído

[1005] GOLDSWORTHY, 2003, p. 10.

[1006] BRIZZI, 2004, pp. 22-23.

[1007] CONNOLLY, 1998, pp. 94-97, 132.

Repare-se ainda que, embora mais pequeno e potencialmente mais leve, o escuto poderá servir melhor as necessidades de proteção do legionário pois, ao poder acompanhar melhor a forma do seu corpo, permite-lhe ainda uma maior proximidade com os companheiros nas suas laterais[1008], atendendo que a grande dimensão circular do clípeo faria sobejar uma considerável secção da arma para a sua esquerda, nomeadamente na região média do peito e do abdómen, sem que tal apresentasse grande utilidade prática.

Note-se igualmente que a grande rotundidade do clípeo na sua secção direita não seria tão favorável aos movimentos próprios de uma espada como sucederia com o escuto, que permite a sua utilização num ângulo de ataque mais perto do corpo do soldado. Poder-se-ia, pois, dizer que esta substituição teria razões muito pragmáticas para ser realizada e que o *hoplon* ou o clípeo seriam bem mais adequados a um tipo de defesa própria de uma formação menos dinâmica, baseada na utilização de lanças[1009].

A adoção do escuto, com a sua forma mais vertical, tenderia já a ir ao encontro do tipo de luta que estava a ser adotado pelo soldado romano, podendo fornecer-lhe melhor proteção e consolidação na parede de escudos[1010].

Tito Lívio afirma que tal mudança na arma de defesa terá acontecido no momento em que os cidadãos romanos que prestavam serviço no exército começaram a receber um pagamento para compensar o seu esforço[1011], embora tal auxílio monetário não possa ainda ser considerado um salário, pois tal só se verificaria com o estabelecimento de carreiras militares aquando da reforma introduzida por Gaio Mário[1012].

Sabemos que o momento em que foi criado tal auxílio pecuniário se pode atribuir aos consulados de Marco Fúrio Camilo[1013], durante as Guerras Romano-Etruscas, com grande probabilidade na terceira guerra entre Roma e a cidade de Veios[1014], ocorrida entre 405 e

---

1008 O'CONNELL, 1989, pp. 89, 98.

1009 ADCOCK, 1957, pp. 3-4.

1010 Tenhamos em atenção que, num exército organizado, todos os guerreiros terão de apresentar um perfil de total simetria, pois seria impensável para concretizar qualquer formação que se admitissem guerreiros sestros, que manuseassem a arma ofensiva à esquerda e a defensiva à direita.

1011 LIV. 8.8 [3].

1012 CONNOLLY, 1998, pp. 213-216; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 46-49.

1013 *Marcus Furius Camillus* (c. 446 – 365 a.C.) foi um político nos primeiros anos da República Romana. Foi eleito tribuno consular por seis vezes e por cinco vezes foi nomeado ditador. Segundo Tito Lívio e Plutarco, recebeu o título de "Segundo Fundador de Roma" e celebrou um triunfo cinco vezes. PLU. *Camillus*, 1.1-43.1; LIV. 5.10.

1014 Nos inícios do século IV a.C. têm início nas regiões da parte Central da península italiana, consideráveis manobras ofensivas realizadas pelos belicosos povos montanheses dos Apeninos. Os Samnitas descem à Campânia, e inesperadamente apoderam-se da rica cidade de Cápua e pouco depois da colónia grega de Cumas e os Lucanos, estendem o seu domínio ao sul de Salerno, conquistando a região de Pesto. Sob grande preocupação dos Romanos, o Lácio, a sua natural esfera de influência, é igualmente invadido pelas vigorosas campanhas dos montanheses. Os Sabinos, o mais forte ramo da raça samnita, ocupam as regiões etruscas do vale médio do Tibre, como a cidade de Faléria. A sua ousadia é tal que avançam até às

396 a.C.[1015]. Poder-se-ia mesmo dizer que este conflito se reduziu a um prolongado cerco imposto pelos Romanos a esta cidade etrusca e que teve a inusual duração de cerca de dez anos[1016], o que teria forçado o cônsul Fúrio Camilo a estabelecer um auxílio pecuniário para os cidadãos romanos que se viam, assim, privados de realizar o cultivo das suas terras ou de exercerem outras atividades extramilitares durante um tão dilatado período[1017].

O escuto terá ele próprio sofrido mais tarde algumas mutações no seu aspeto, tendo passado de um perfil inicial, que era essencialmente obóveo, para uma forma quase-retangular durante o Império, nomeadamente a partir da época de Augusto. Dir-se-ia mesmo que esta configuração é aquela que tradicionalmente se identifica como sendo o escudo mais típico do legionário. Esta estrutura quase-retangular seria possivelmente a que funcionalmente se ajustaria mais ao seu tipo de combate, ao necessitar de uma considerável proteção corporal, devido a manusear uma espada curta[1018].

Tito Lívio refere, em seguida, a evolução do antigo modelo da falange macedónica para um outro, em que a infantaria pesada é seccionada em grupos, designados por manípulos, e em que as tropas da retaguarda são compostas por diversas companhias[1019].

Detalhando, Tito Lívio informa-nos que a primeira linha (fila) desta infantaria é designada por hastados, organizados em manípulos, mas que estes eram dispostos a uma curta distância entre si[1020]. Embora se possa considerar que tal afirmação possa ser considerada bastante imprecisa quanto à distância observada, esta indicação parece ir ao arrepio da mais precisa consideração de Políbio, que afirmava que a distância verificada

montanhas que se encontram na fronteira sul de Roma e bloqueiam mesmo a via que leva à Campânia. Ameaçada em proximidade e preocupada com a perda da sua influência nas regiões limítrofes, Roma decide intervir. Passa por sua vez à ofensiva e decide proteger-se de imediato a norte encetando a conquista de um ponto estratégico fundamental que era a grande cidade etrusca de Veios, nas margens do rio Crémero. A procura de a tomar é reveladora já da sua peculiar destreza estratégica. Os Romanos pretendiam criar um escudo protetor na margem direita do Tibre, e assim inviabilizar qualquer tentativa que os Samnitas pudessem fazer para invadir o Lácio atravessando pelo vale deste rio. Embora tenham montado um vigoroso cerco a Veios, conseguindo assim dominar toda a região limítrofe, a sua conquista foi longa e penosa, tendo durado cerca de dez anos. GRIMAL, 1993, p. 34.

[1015] GONZÁLEZ, 2005, ("*Veii* VII"), p. 635.

[1016] O'CONNELL, 1989, pp. 88, 93.

[1017] CONNOLLY, 1998, pp. 89, 127, 134, 292.

[1018] FEUGÈRE, 2002, pp. 76-78.

[1019] LIV. 8.8 [4].

[1020] LIV. 8.8 [5].

entre eles era equivalente ao seu próprio tamanho[1021], o que teria de equivaler certamente a uma distância bastante considerável[1022].

Além do mais, Tito Lívio aponta quinze manípulos de hastados, consideravelmente mais do que os dez que são habitualmente referenciados para cada linha[1023]. Talvez fosse de admitir que o historiador, não tão familiarizado com o universo militar, estivesse aqui a reportar-se a um modelo anterior em que se dividiriam os hastados em tal número de manípulos. No entanto, não será de excluir a possibilidade de podermos admitir que a amplitude do terreno da frente de batalha, as condições do terreno e, eventualmente, o tipo de adversário pudesse influenciar a organização das linhas romanas, de forma a esta se adequar melhor a tais fatores.

Talvez a considerável flexibilidade da legião para combate, munida de um número variável de homens, nos possa indicar que esta poderia mostrar-se igualmente muito maleável quanto à sua organização em número de manípulos e à sua própria distribuição[1024].

No sentido de podermos problematizar e até eventualmente admitirmos uma tal solução, bastará que pensemos na flexibilidade de organização das eficazes legiões de Júlio César na campanha da Gália, que variavam substancialmente no número de efetivos e enfrentavam o combate podendo suprimir, ou mesmo acrescentar, uma linha estrutural ao modelo de base da tríplice az[1025]. Tais mudanças na sua orgânica seriam ditadas pela análise

---

[1021] Embora Políbio não especifique a distância entre os manípulos de hastados, a sua indicação de que tais intervalos eram cobertos pelos manípulos de príncipes, posicionados na linha seguinte, permite-nos pensar que esta distância seria igual à largura de um manípulo. Quando relata a Batalha de Ilipa, Políbio refere os espaços entre manípulos, indicando que os escaramuçadores se retiraram através deles (PLB. 11.22). Já quando narra a Batalha das Grandes Planícies, Políbio limita-se a dizer o seguinte: "Cipião seguiu exatamente o sistema romano, estacionando os manípulos de hastados na frente, atrás destes os príncipes e por fim, na retaguarda, os triários." (PLB. 14.8). Contudo ao expor a ordem de batalha que Cipião, "O Africano", adotou na Batalha de Zama, conforme exposto nos pontos, 5.4.1. e 5.4.2., Políbio escreve que Cipião posicionou os seus homens no campo colocando os hastados à frente, com intervalos entre os respetivos manípulos, e, atrás deles os príncipes, cujos manípulos não se encontravam organizados por forma a cobrir os intervalos entre os manípulos dos hastados, conforme era o costume romano (PLB. 15.9). Ora, é precisamente tal afirmação que nos fornece a certeza de que os intervalos entre manípulos e a sua própria largura seriam equivalentes.

[1022] GOLDSWORTHY, 2009, p. 65. Segundo este autor, assumindo uma frente de 90 cm por homem, um manípulo de hastados ou de príncipes ocuparia uma frente de cerca de 18 metros.

[1023] Outras diferenças podem ser encontradas: de acordo com Lívio, a legião republicana possuía 4.000-5.000 soldados de infantaria e 300 de cavalaria (LIV. 8.8), Políbio quantifica melhor e indica 4.200 soldados de infantaria e 300 de cavalaria (PLB. 6.20). GILLIVER, 1993, pp. 32-33.

[1024] GILLIVER, 1993, p. 57.

[1025] GOLDSWORTHY, 2013, pp. 297 a 299 (Germanos – Ariovisto), «[…] O exército formou em três colunas, cada uma das quais se podia converter rapidamente numa linha de combate, adotando a habitual formação em *triplex acies* […]»; «[…] No dia seguinte, César ordenou às legiões que saíssem de ambos os acampamentos, e que formassem no tradicional *triplex acies*, de frente para o inimigo […]»;
p. 356 (expedições à Britânia e à Germânia): «[…] As legiões marcharam em três colunas, que podiam rapidamente ser convertidas na linha de batalha da *triplex acies* […]»;
p. 515 (Ilerda): «[…] As legiões formaram a normal *triplex acies*, pelo que César retirou as coortes da terceira linha e mandou-as escavar um fosso […]»

de fatores conjunturais surgidos na batalha e que levariam o general a fazê-las para adequar melhor o seu exército às necessidades do combate[1026].

Estando todo o exército organizado em unidades táticas, como eram os manípulos, e que poderiam ser dispostos no terreno como peças de um jogo, estamos em crer que os soldados romanos não sentiriam grande dificuldade de adaptação a essas alterações no modelo tático. A própria organização modular do exército romano bem nos poderá levar a admitir que a legião poderia ter, assim, bem mais flexibilidade de organização do que habitualmente estamos dispostos a aceitar[1027], fazendo com que a tríplice az possa ter sido, assim, apenas o dispositivo tático mais utilizado pelos comandantes romanos e, por tal razão, considerado o modelo de base.

Seria mesmo de admitir que as necessidades do exército em campanha estabelecessem uma estreita relação entre a ordem de batalha e a organização da coluna de marcha, condicionando-se estas mutuamente[1028]. Se a coluna de marcha é a formação que viabiliza a progressão da legião dentro de um contexto de confronto iminente, tal teria necessariamente que condicionar o modelo utilizado, sobretudo devido à possível urgência de montar uma ordem de batalha que permitisse enfrentar um ataque de surpresa[1029].

Assim, na deslocação da legião, em momento de extremo perigo, quando os Romanos sabiam existir uma considerável probabilidade de sofrerem um ataque ao progredirem dentro de território hostil, a sua formação contemplava um redobrado cuidado na escolha do trajeto e uma estreita articulação entre ordem de batalha e coluna de marcha[1030].

A necessidade de responder a um ataque forçava a criação de uma coluna de marcha que permitia que, com um movimento giratório de noventa graus para a esquerda ou para a direita, esta se pudesse converter rapidamente numa possível ordem de batalha[1031]. Tal

---

[1026] LE BOHEC, 2001, pp. 105, 158 e 159 (Bibracte) : «[…] O corpo principal, ou seja, as quatro legiões de veteranos, foi instalado na encosta e disposto de acordo com as *triplex acies* em três filas […]»;
pp.168-170 (contra os Suevos): «[…] Elas (as legiões) repartiram-se em três linhas, segundo a *triplex acies*: *pili* / *principes* / *hastati* […]»;
pp. 178 -181 (Aisne): «[…] Os Belgas formaram em falange, diante do seu acampamento. Os Romanos, que tinham adotado a *triplex acies*, ocuparam dois campos, separados pelo Aisne, mas ligados por uma ponte […]»;
p. 344 (Ilerda): «[…] César, por sua vez, opta por uma *triplex acies* reforçada na frente. Na linha de frente, ele colocou vinte coortes, tomadas na proporção de quatro de cada uma de suas cinco legiões. Na segunda e na terceira linhas, ele organizou a cada vez quinze coortes, tomadas na proporção de três por legião. Os arqueiros e fundibulários foram distribuídos nos intervalos entre os legionários, o que também costumava escapar das críticas. A cavalaria flanqueava as alas […]»

[1027] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 320-321, 368, 379; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 117, 125, 485.

[1028] GILLIVER, 1993, p. 105.

[1029] GOLDSWORTHY, 2013, p. 356.

[1030] LE BOHEC, 2013, pp. 174-178.

[1031] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 79-80.

necessidade forçaria que a legião se apresentasse em combate formando a sua ordem de batalha com diferentes organizações, conforme a direção do ataque. Embora não seja frequente salientar esta estreita articulação e mútuo condicionamento entre coluna de marcha e ordem de batalha, ela parece-nos de extrema importância[1032], pois todas as legiões em contexto de guerra tiveram quase sempre de progredir através de território hostil e necessitariam, portanto, de ter mecanismos de resposta rápida para enfrentar tais desafios[1033]. Tal seria o caso do exército romano, cujas legiões pretenderam sempre conquistar mais e mais território na sua secular demanda pela construção de um Império, tendo de submeter pela força muitos povos com quem tiveram de entrar em guerra.

Dir-se-ia mesmo que seria de admitir que a posição das várias unidades da coluna de marcha dentro do acampamento, como recomendado pelo *de munitionibus castrorum*, é possivelmente bastante similar à sua futura posição na coluna de marcha[1034]; cavalaria e infantaria ligeira ficariam assim estacionados em ambas as extremidades, enquanto o comandante e a bagagem ocupariam o centro, isto é a área mais protegida[1035]. Tal organização dentro do acampamento, sem dúvida, facilitaria a criação da coluna de marcha[1036], pois logisticamente seria um trabalho bastante complexo a ordenação de milhares de homens, de cavaleiros, de animais e de carros de transporte que se estendiam por vários quilómetros.

Salústio menciona que a coluna de Metelo na África avançava "com uma formação cautelosa como se um inimigo se encontrasse sempre por perto"[1037], e ainda que Mário marchou numa formação quadrada (*acimen quadratum*), tal como teria feito se já estivesse à vista do inimigo[1038].

Outros autores mencionam que uma particular coluna de marcha podia ser quase uma frente de batalha,[1039] ou que a coluna de marcha podia girar e tornar-se uma linha de batalha[1040].

Caso o terreno o permitisse, as legiões avançavam com uma coluna de marcha que era no essencial a própria ordem de batalha, tal como aconteceu na Guerra das Gálias com as

---

1032 GILLIVER, 1993, pp. 120-123.
1033 CONNOLLY, 1998, pp. 134-135.
1034 GILLIVER, 1993, p. 109, nota 7.
1035 PLB. 6.27-32, 34; GILLIVER, 1993, pp. 233-245.
1036 CONNOLLY, 1998, p. 140.
1037 SALL. *J*. 46.6.
1038 SALL. *J*. 100.1-2.
1039 HIRT. 8.8-9.
Aulo Hírcio (*Aulus Hirtius*), foi um político romano, eleito cônsul em 43 a.C. e o autor do oitavo livro da Guerra das Gálias, escrito após a morte de Júlio César.
1040 TAC. *Ann.* 1.50-51, 2.16.

legiões de César, que progrediam por vezes exibindo já a tríplice az que seria o recurso utilizado para enfrentar situações táticas de grande perigosidade[1041].

Existem, pois, referências que suportam a afirmação polibiana de que estavam consagrados dois tipos de coluna de marcha[1042], o que poderemos até considerar que seria uma estratégia natural na progressão de qualquer exército em qualquer cronologia ou geografia.

Um desses tipos deveria ser o regular, utilizado quotidianamente para avançar através de um território que se considerava controlado ou amistoso, em que a probabilidade de um ataque inimigo era baixa e, possivelmente, se tinha informações seguras, fornecidas pela observação de espiões-batedores, sobre o que nele se passaria[1043].

Um outro perfil de coluna de marcha era necessariamente utilizado quando a probabilidade de sofrer um ataque era muito alta, por se avançar através de território declaradamente hostil e em que poderia ser necessário, a qualquer momento, apresentar rapidamente uma ordem de batalha[1044].

Tito Lívio continua a sua descrição, informando-nos de que o manípulo dos hastados tinha vinte soldados armados "à ligeira", portando uma lança longa e dardos[1045], enquanto os restantes estariam munidos com escudos retangulares, o que nos leva a crer que estes deveriam estar equipados com espadas, nomeadamente com gládios.

No entanto, não se compreende como aqueles vinte soldados munidos de lanças compridas e dardos poderiam executar um combate direto com o adversário sem estarem munidos de uma arma de defesa, possivelmente um escuto. Talvez se possa considerar aqui que possa ter havido alguma incompreensão, por parte de Tito Lívio, da descrição realizada por uma das suas fontes, pois nem sequer poderemos ser levados a admitir que o seu relato estivesse já a contemplar a segunda linha da tríplice az, visto que esta será referenciada claramente como tal mais adiante na mesma narrativa.

Quando Peter Connolly, na sua obra *Grece and Rome at War*, desenvolve o tema do exército romano-latino do século IV a.C., apoia-se na descrição de Tito Lívio contida no capítulo 8.8 do *Ab Urbe Condita*, propondo, contudo, a sua própria interpretação; ora, esta identifica os soldados munidos de lanças compridas e dardos como sendo tropas ligeiras,

[1041] CAES. *Bell. Gall.* 4.14; GOLDSWORTHY, 2013, pp. 297, 356.
[1042] PLB. 6.40.
[1043] GILLIVER, 1993, pp. 108-109.
[1044] GILLIVER, 1993, pp. 109-113.
[1045] LIV. 8.8 [5].

ligadas aos hastados, que funcionariam como escaramuçadores, no início da batalha, o que parece aceitável[1046]:

> «[…] But here once again Livy gives us an invaluable glimpse of the legion organisation. […] The front line (*hastati*) were also heavy infantry composed of young men coming up to the prime of life. They were also divided into 15 maniples. Attached to each maniple of *hastati* were 20 light-armed troops (*leves*) armed with spear and javelin. […] The battle starts with the skirmishers (*leves*) trying to break up the enemy formation with their light javelins. As the enemy advances the lightly armed troops withdraw through the gaps and the *hastati* charge, throwing their heavy javelin and then closing in with their swords. […]»

O historiador prossegue a sua caracterização dos hastados indicando que estes eram muito jovens, embora já possuíssem idade para servir como militares. Seria, pois, de admitir, como é habitual para este grupo de combatentes, que fossem rapazes numa faixa etária que rondaria em média os dezassete a vinte e cinco anos, muitos deles possivelmente participando na sua primeira batalha[1047].

Em seguida, Tito Lívio informa-nos que atrás dos hastados estava posicionado um número igual de companhias de soldados que eram designados por príncipes[1048], indicando-nos que estas companhias seriam igualmente quinze, confirmando o historiador tal número ao advertir-nos que hastados e príncipes perfaziam um total de trinta grupos que, no seu conjunto, eram conhecidos por antepilanos (*antepilani*). Esta designação, esclarece Tito Lívio, deveu-se ao facto de, atrás dos estandartes, posicionados na retaguarda dos príncipes, estarem estacionadas outras quinze companhias, cada uma das quais tinha três seções, sendo a primeira seção em cada companhia conhecida como pilos (*pilus*)[1049].

A primeira observação que poderemos realizar sobre esta passagem é a de que os manípulos de hastados e de príncipes formavam um grupo particular designado por antepilanos (*antepilani*), o que os distinguia dos restantes soldados.

Por outro lado, analisando a etimologia da própria palavra, temos um vocábulo latino que apresenta como prefixo *ante-* que significa "diante de", "em frente de" e um radical *pilani* que nos aponta para dardos ou lanças de arremesso[1050].

[1046] CONNOLLY, 1998, pp. 126-128.
[1047] GOLDSWORTHY, 2009, p. 55; GOLDSWORTHY, 2011, p. 32.
[1048] LIV. 8.8 [6].
[1049] LIV. 8.8 [7].
[1050] Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora, 2001, p. 37. Do latim para português poder-se-ia traduzir o termo *antepilanus* simplesmente como soldado que combatia nas primeiras linhas.

Assim, poder-se-ia dizer que o antepilano seria o soldado que combatia nas primeiras linhas, munido de algum tipo de projétil e que se poderia considerar como o que detinha a capacidade ofensiva da legião[1051].

Tito Lívio refere-se de forma explícita à pouca distância que existiria entre os manípulos de hastados e, como vimos no excerto anterior de Políbio[1052], este leva-nos a considerar que a distância entre os manípulos desta categoria era equivalente à sua largura[1053], sendo de assinalar que nenhum destes autores tenha feito qualquer referência, como se tem feito crer, a uma suposta movimentação, no sentido de fechar tais intervalos antes da batalha. Dir-se-ia mesmo que a já consagrada suposição de que os hastados fechariam tais intervalos deveria ter resultado de uma necessidade tática básica que sempre se fez sentir na análise do modelo da legião.

Seria impossível que a linha de choque frontal de um exército, em qualquer lugar ou qualquer cronologia, partisse para a batalha apresentando estruturalmente tal tipo de hiatos. Isto taticamente poder-se-ia considerar o mais problemático elemento desintegrador da sua boa formação e, consequentemente, da sua eficácia em combate. Provocar um ou mais 'rasgões' na sua formação será precisamente o objetivo fundamental do exército adversário e não seria sequer possível admitir uma tal insanidade num exército que demonstrou ser o mais eficaz da Antiguidade. Assim, admitiremos, como exposto nos subcapítulos 6.3.4. e 6.3.5 e nos anexos 9 e 10, que hastados e príncipes lutariam articuladamente e em simultâneo formando uma linha contínua serpenteante.

Segundo o relato de Tito Lívio, os príncipes eram homens em pleno vigor da vida, mas poder-se-ia dizer igualmente que os hastados comungariam desta mesma característica. A diferença fundamental entre estas duas categorias deveria ser a mais elevada faixa etária dos príncipes e, consequentemente, a sua maior experiência de combate[1054].

Os príncipes estavam munidos de escudos oblongos, o que nos remete para a utilização de espadas, atendendo a que este seria naturalmente o perfil geral da infantaria romana[1055].

[1051] A comprovar que a capacidade ofensiva da legião se centrava na força dos hastados e príncipes está o facto de Políbio indicar que na legião existiam, normalmente, 600 triários, 1.200 príncipes e 1.200 hastados, mas que, quando era necessário aumentar a dimensão do exército, esse incremento era feito proporcionalmente por todas as forças, excetuando os triários, que mantinham o número de 600. Isto é, quando se pretendia fortalecer a legião, era o número de hastados e de príncipes que era reforçado. PLB. 6.21; BRIZZI, 2004, p. 50.

[1052] PLB. 6.9.

[1053] Conforme evidenciado, um pouco atrás, nesta mesma secção quando, na análise do texto de Lívio, se comenta a imprecisão deste autor ao indicar que os manípulos de hastados se encontravam "posicionados a uma curta distância uns dos outros".

[1054] GOLDSWORTHY, 2003, p. 27; GOLDSWORTHY, 2009, p. 55; GOLDSWORTHY, 2011, p. 32.

[1055] FEUGÈRE, 2002, pp. 76-80.

O autor do *Ab Urbe Condita* acrescenta ainda que estes eram "os mais ostensivamente armados" de todos[1056]. Este último termo será de leitura mais complexa, podendo querer fazer referência à qualidade das armas ou à boa capacidade no seu manuseamento[1057].

Atrás dos príncipes estariam posicionados, como referido acima, os vexilos, ou estandartes, que eram constituídos também por quinze companhias, sendo, portanto este o mesmo número que já nos fora apresentado para hastados e príncipes.

Em seguida, Tito Lívio diz-nos que cada companhia tinha três vexilos (*vexilla*), sendo cada vexilo (*vexillum*) constituído por sessenta soldados, dois centuriões e um porta-estandarte (*vexillarius*), num total de cento e oitenta e seis homens[1058]. Provavelmente, o porta-estandarte seria um dos sessenta soldados, pois, a não se verificar essa circunstância, o total aumentaria para cento e oitenta e nove homens.

O primeiro estandarte estava à cabeça dos triários, cuja principal característica dir-se-ia ser a de corresponderem a veteranos de coragem comprovada. Embora nesta passagem não se especifique qual a arma que manuseavam, no decorrer da exposição Tito Lívio refere que os triários usavam lanças de estoque. Conforme referido atrás, estes eram os pilos (*pili* plural de *pilus*), outro nome porque eram identificados os triários[1059].

Pilo pode remeter-nos para o dardo de arremesso, pouco adequado a uma fase tão adiantada da batalha em que era exigida a sua intervenção. Atendendo à possível imprecisão técnica da descrição de Tito Lívio, poderemos talvez admitir que estes pilos poderiam ser

---

[1056] LIV. 8.8 [6].

[1057] A expressão "mais ostensivamente armados" usada por Tito Lívio poderá ser de interpretação ambígua e não nos ser assim legítimo inferir uma leitura unívoca para o sentido da asserção. No entanto, a propósito desta sua classificação, dever-se-ia destacar o cuidado com que a máquina militar romana tratava o bom estado das suas armas e do seu equipamento. Numa era secular em que a guerra se faz de "pontas e lâminas" que penetram em corpos, o bom estado dos seus fios e o aguçamento das suas pontas é elemento fundamental para a realização de um combate eficaz. Para a defesa contra tais ataques, dir-se-ia que seriam todas as formas de blindagem, onde encontramos escudos e couraças que deverão prevenir tais ataques.
O bom estado em geral das armas, quer de ataque, quer de defesa será, sem dúvida, um dos fatores que contribuiu decisivamente para o sucesso das legiões romanas e poder-se-ia mesmo dizer que a sua forma de luta se pôde realizar devido a estar suportada no aprimoramento do fabrico do aço.
O famoso gládio, que consideramos ser um dos fatores mais relevantes para a tremenda eficácia do legionário na luta corpo a corpo, só poderia ter eficácia combativa se mantivesse os seus fios em bom estado e não se quebrasse. Para tal, era exigido que este pudesse ser realizado num material que exibisse suficiente resistência aos constantes golpes de apunhalamento, que faziam parte da técnica de combate do legionário. Tal material só poderia provir de um desenvolvimento do ferro com a têmpera de carbono, que lhe conferia uma extraordinária resistência. Se Roma não tivesse conhecido o aço, dificilmente poderia ter gizado um dinâmico modelo de combate baseado em espadas e preconizado que os seus soldados executassem um tipo de luta em que o principal objetivo seria o de perfurar o corpo do adversário e não qualquer forma de esgrimir lâminas. Dir-se-ia assim que Roma pôde construir o seu Império na eficácia militar das suas legiões que, por sua vez, dependeu diretamente do avanço tecnológico permitido pelo fabrico do aço. O *custos armorum* em cada campo era o responsável pela guarda de armas (FEUGÈRE, 2002, p. 205; LE BOHEC, 2013, p. 269.).

[1058] LIV. 8.8 [8].

[1059] CONNOLLY, 1998, p. 153; MONTEIRO, 2009b, nota 96, p. 426; GOLDSWORTHY, 2011, p. 153;

lanças de estoque ou hastas, para procurar conter a investida do adversário, após este ter ultrapassado as linhas de hastados e príncipes.

Tito Lívio continua a sua descrição apresentando em seguida os rorários ou "escaramuçadores"[1060], que ele próprio descreve como sendo homens mais jovens e menos importantes[1061]. Um tal perfil de lutadores ligeiros numa secção tão recuada da legião poder-nos-á levar a pensar que tais núcleos eram formados por escaramuçadores que já tinham fustigado o adversário no início da batalha e que, após terem abandonado a sua posição frontal diante dos hastados, se esgueirariam por entre os companheiros antepilanos e formariam um núcleo de combate na retaguarda. É bem possível que o papel dos escaramuçadores fosse assim reaproveitado dentro da refrega, não só por serem soldados que apresentavam grande capacidade de se manterem em combate durante muito tempo, por não estarem submetidos ao esforço do contacto direto corpo a corpo, como pelo forte efeito de pressão que poderão exercer sobre o adversário, que luta sabendo que poderá ser atingido a qualquer momento por um projétil. Além disso, deveremos admitir que o trabalho de escaramuçadores estará bastante dificultado durante a atuação de hastados e príncipes pelo seu tipo de luta altamente dinâmico, pois os movimentos constantes destes tornam perigoso o lançamento de projéteis durante a refrega pelo considerável risco de poderem atingir os próprios companheiros.

No entanto, as linhas da retaguarda, onde o combate tende a ser mais estático por se basear principalmente na utilização de lanças, deveriam favorecer bastante o contributo eficaz deste tipo de infantaria ligeira.

O mesmo historiador ainda nos apresenta o terceiro grupo, formado pelos acensos (*accensi*), que diz serem aqueles em quem menos se pode confiar e[1062], que, portanto, são colocados na linha da retaguarda[1063].

Sem ser possível aferir com precisão qual a função tática destes homens, ou o que Tito Lívio pretenderia dizer com "soldados menos confiáveis", será de admitir que, numa fase em que estaria a ser necessária a intervenção das linhas recuadas e, portanto, dos que designamos por triários, admitir-se-ia que todos os homens disponíveis para o combate

[1060] LIV. 8.8 [8].

[1061] *Rorarii* tem a sua raiz em *rorans* que nos indica em latim algo molhado, húmido, mas também nos aponta para algo que goteja, que pinga, tal como analogicamente poderíamos admitir que sucederia com os projéteis lançados sobre os adversários (Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora, 2001, p. 445).

[1062] LIV. 8.8 [8].

[1063] *Accensi* tem a sua raiz em *accensus* que, em latim, nos aponta para soldado subalterno, muitas vezes dito ordenança (Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora, 2001, p. 11).

fossem então mobilizados, mesmo que não estivessem organizados e formados desse modo desde o início da refrega.

O historiador retoma em seguida a ideia de que os hastados eram os primeiros a combater, mas que, se estes não tivessem capacidade para repelir a investida do inimigo, "recuavam lentamente e eram recebidos nos intervalos entre as companhias dos príncipes. Os príncipes então começavam a lutar e os hastados seguiam-nos"[1064].

Reiterando a ideia de que não seria possível iniciar o combate com os hiatos entre os grupos de hastados, e que os manípulos dos príncipes ocupavam a posição intercalada na retaguarda com os manípulos daqueles, teremos necessariamente de perguntar de que forma se fecharia a formação? Se os hastados se movimentavam e, pouco antes do início da refrega, preenchiam toda a linha frontal, como poderiam recuar as suas partes que ficavam em frente dos manípulos dos príncipes? Se se admitir que tais secções tentariam mover-se lateralmente para os corredores abertos entre os príncipes, poder-se-ia imaginar o desastre tático que tal acarretaria? Em pleno combate corpo a corpo com o adversário, teriam de abrir a sua formação e procurar caminhar lateralmente até atingirem um ponto onde estivesse um desses corredores entre os príncipes que lhes permitisse passar para a retaguarda.

Abrir a sua formação levaria, de imediato, à entrada de adversários que ficariam em frente dos príncipes, mas igualmente com os flancos abertos dos hastados, para mais em movimento! Ao abrir-se a formação dos hastados, a rápida integração de centenas ou milhares de adversários nas linhas romanas traria um caos inimaginável e restaria ainda a pergunta sobre qual o ponto onde deveria começar a abrir a linha dos hastados para executar tal manobra? Dever-se-á admitir que cada soldado se deslocaria desordenadamente para a sua esquerda ou direita, para aceder ao corredor entre os príncipes? Ou devemos conjeturar que toda essa secção de hastados se conseguiria deslocar ordenadamente num único sentido, sob a tremenda pressão do adversário em luta corpo a corpo e tendo de percorrer várias dezenas de metros num extraordinariamente difícil movimento lateral[1065]?

Pouca viabilidade se poderia ver nesta descrição liviana, quando examinada mais de perto, o que só poderá ser fruto da sua falta de familiaridade com o processo tático da legião. Se, como se diz no texto, fosse possível aos hastados recuar, tal só se poderia realizar se os manípulos de príncipes não estivessem a obstruir-lhes a passagem.

[1064] LIV. 8.8 [9].

[1065] Estas questões são abordadas tanto por Peter Connolly como por Adrian Goldsworthy, embora com pouco detalhe (CONNOLLY, 1998, p. 140; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 65-66).

Teríamos, para ser plausível tal funcionamento, que contornar outro problema resultante da descrição liviana que nos diz que, se os hastados não tivessem capacidade de enfrentar a investida inimiga, esta deveria ser suportada pelos príncipes, surgindo de imediato a pergunta de como poderiam estes proceder à organização da sua linha, já em pleno combate, visto estarem organizados em manípulos equidistantes e tendo ainda a dificuldade acrescida de entre eles terem de dar passagem aos hastados? Não lobrigamos, pois, outra solução mais plausível para o funcionamento dos manípulos do que aquela que expomos, em seguida, no subcapítulo 6.3.4.

Deveremos ainda aduzir que, embora a batalha seja um processo que se desenvolve cronologicamente numa sucessão de fases, durante uma considerável janela temporal, dificilmente a diferença de intensidade combativa poderia aceitar tais manobras massivas como uma possibilidade admissível durante a luta. O esforço, o cansaço e a tensão inerentes ao desenvolvimento faseado de uma batalha indicam-nos que, naturalmente, no seu processo diacrónico, se verificariam momentos em que a sua intensidade era máxima, em contraste com outros em que a exaustão se sobreporia à capacidade dos seus intervenientes[1066].

Além disso, dificilmente uma batalha poderá ser considerada um processo uniforme, ao longo de toda a sua dimensão espacial, podendo certamente admitir-se que se encontrarão locais onde a intensidade sincrónica da luta varia consideravelmente quando comparada com outros, bastando para tal atendermos às variadas condições práticas inerentes a cada tipo de soldado, à sua preparação física, à sua motivação, ao orgulho particular da sua categoria e até ao empenho dos comandantes e companheiros que o rodeiam. Por inerência, aos momentos de grande intensidade combativa, seguir-se-ão outros onde se verificará uma diminuição ou mesmo uma suspensão momentânea no processo de luta[1067].

Ora, os complexos movimentos que são frequentemente atribuídos à legião, onde se verificariam gigantescas manobras de substituição simultânea de milhares de homens, que se deveriam deslocar, uns abandonando, outros criando as principais linhas de combate, parecem pouco compagináveis com as exigências próprias de uma batalha. Mesmo que se

[1066] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 72-74.

[1067] Adrian Goldsworthy dá-nos uma ideia do que seria esta luta corpo-a-corpo: «[…] Não era preciso muito tempo para que os combatentes das primeiras linhas ficassem fisicamente exaustos e incapazes de prosseguirem a peleja. É extremamente improvável que estes combates se prolongassem por mais de quinze minutos, e a maioria seria certamente muito mais breve. Muitos destes confrontos, talvez quase todos, não terminavam com um dos lados abrindo caminho pela formação inimiga e fazendo-a debandar - eram inconclusivos. Nestes casos, transparece a ideia de que uma ou ambas as hostes recuavam, ficando as linhas de combate separadas por alguns metros. Seguia-se uma pausa durante a qual os beligerantes, frente a frente, recuperavam as forças e a confiança, talvez gritando ou arremessando quaisquer projéteis remanescentes. Por fim, um dos lados conseguia carregar e renovar a peleja. […]» GOLDSWORTHY, 2009, pp. 72-73.

admitisse como possíveis tais movimentações em momentos de menor intensidade combativa, não só haveria a dificuldade de estes terem de ser executados simultaneamente em toda a extensão espacial da parede de escudos, o que, antes de mais, se poderia dizer que seria bastante difícil de concretizar, como se sabe que quaisquer movimentações numa frente de batalha acarretam de imediato uma notória baixa das respetivas capacidades combativas.

Será, assim, de admitir, em tal contexto, que a investida do adversário não se faria esperar e com redobrado esforço, mesmo que o movimento de fuga tivesse tido início numa suspensão momentânea do combate[1068]. A propalada possível troca dos hastados exaustos por uma outra parede de escudos constituída pelos príncipes, tal como é descrita habitualmente, levantaria tantos problemas táticos para a sua execução, que se diria não ser também viável, mesmo que fosse considerada apenas no plano das hipóteses.

Poderemos ainda acrescentar, aos argumentos que inviabilizam tal processo, o efeito motivacional intenso que causaria, quer nos hastados romanos, quer no exército adversário, a plena assunção da grande dificuldade pela qual estaria a passar a legião, com a constatação da necessidade de tal mudança tática.

Para os primeiros, seria a vergonha e o receio que estariam inerentes ao reconhecimento da incapacidade de suportar a pressão combativa do inimigo, isto apesar de se verificar um refrescamento constante dos seus elementos expostos na parede de escudos. Para os segundos, tal resultaria num enorme efeito motivador resultante da constatação da sua superioridade, atendendo a que a legião se encontrava claramente em dificuldades e que, portanto, valeria assim a pena investir novamente com redobrado esforço.

Para as linhas mais recuadas da legião, Tito Lívio dá toda a relevância ao grupo dos triários, que surgem como a linha estrutural de reserva, estando armados com lanças de estoque e tendo a função de prevenir uma possível urgência de suportar a retirada dos hastados e príncipes. Eles seriam a sólida estrutura legionária que garantiria que, se o resultado do combate não tivesse sido favorável aos Romanos, a sua presença, com aquele tipo de armas e perfil de formação permitiria evitar o massacre a que um exército é submetido quando entra em debandada.

Repare-se na estaticidade da formação dos triários, que nos são descritos como permanecendo com um joelho no chão durante a refrega dos companheiros das outras linhas. Tal postura demonstra bem a vontade romana de posicionar fortes e estáticos blocos táticos na retaguarda, como se a sua presença equivalesse a uma sólida muralha protetora[1069]. A

[1068] VEG. 3.19.
[1069] LIV. 8.8 [10].

própria posição das grandes lanças em riste daria a esta linha o aspeto de uma paliçada eriçada, até porque visualmente a sua notória presença e a homogeneidade da sua linha reforçariam bem este seu papel de sólida proteção para os que passassem para a sua retaguarda[1070].

É de salientar igualmente que Tito Lívio nos refira que as suas lanças estavam firmadas no chão com as pontas para cima, o que seria natural, pois a tendência de um portador de uma pesada lança de estoque é apoiá-la no chão durante o tempo em que está inativo. No entanto, será de admitir que, assim que se começasse a fazer sentir a necessidade da sua intervenção, estas lanças se inclinassem em direção ao inimigo e constituíssem assim uma espécie de falange, embora possivelmente de perfil menos cerrado do que as típicas formações gregas.

Tenha-se em atenção ainda que os intervalos por entre os grupos de triários funcionariam, segundo a descrição liviana, como enormes portas abertas para permitirem a fuga de hastados e príncipes, devendo estas ser fechadas após a sua passagem[1071].

Observa-se aqui o mesmo problema tático que indicámos para a troca entre as linhas de hastados e príncipes, com a notória fragilidade causada pelo movimento das suas linhas na sua busca de alcançar a segurança da retaguarda dos triários[1072]. Para conseguir realizar tão complexa manobra de forma ordenada, e para que esta não se transformasse num massacre ante a investida do adversário, ela teria que ser efetuada durante uma notória pausa no combate.

Deveremos até salientar a importância da sequência de acontecimentos que teriam lugar durante esta fase problemática, em que a legião se encontra à beira de um colapso, tal como o próprio Tito Lívio nos adverte quando afirma que "quando se está em grande dificuldade é porque as coisas já chegaram aos triários"[1073].

Teremos assim de admitir que se verificaria tal emergência tática quando as linhas de hastados e príncipes, não suportando a carga adversária, por exaustão ou desagregação, eram

---

[1070] Adrian Goldsworthy sugere ainda outro objetivo para esta postura: «[…] Um bom comandante mantinha as reservas debaixo de um controlo apertado, impedindo-as de se lançarem no combate por iniciativa própria, dado que os legionários e os centuriões, excitados e nervosos, ansiavam por acorrer à peleja. Por norma, os *triarii*, na terceira linha, agachavam-se ou ajoelhavam-se. Esta postura permitia-lhes mais facilmente apoiar o coto da lança no chão e apresentar uma parede de pontas aguçadas, mas também poderá ter-se destinado a desencorajá-los de avançar prematuramente. […]» GOLDSWORTHY, 2009, p 75.

[1071] LIV. 8.8 [12].

[1072] GOLDSWORTHY, 2009, p. 76. O autor refere que as segunda e terceira linhas não seriam verdadeiras reservas no sentido moderno do termo, e que, só nas legiões mais experientes, seriam capazes de manobrar.

[1073] LIV. 8.8 [11].

forçadas a fugir desordenadamente do campo de batalha e só não se recairia no caos total porque a legião possuía a sólida linha dos triários.

No entanto, devemos salientar que, para que estes milhares de homens entrassem em debandada, hastados e príncipes teriam de se encontrar já numa fase desesperada, sob um avassalador impacto das armas inimigas. Dir-se-ia mesmo que, em tais condições, não só será muito difícil que se possa admitir uma fuga tão racionalizada e ordenada de tantos milhares de homens, com a inerente dificuldade logística do seu controle e ordenação, como o inevitável desespero causado pela tentativa individual de salvar a vida teria como consequência a perda das necessárias noções de ordem e do que se poderia classificar como um método de fuga.

Mesmo que alguns dos soldados romanos tivessem o sangue-frio e a capacidade de se controlarem ante o medo e caos gerados pela urgência de uma fuga, aqueles que se deixassem vencer pela experiência extrema de se verem confrontados com a morte, não só incutiriam tais receios à generalidade dos companheiros, como a irracionalidade do seu movimento geraria uma descoordenação que faria certamente perigar o método previsto para executar uma fuga ordenada.

Depois da emergência causada pela fuga de hastados e príncipes para a proteção conseguida na retaguarda dos triários, Tito Lívio diz-nos que estes últimos deixavam a sua postura ajoelhada e, levantando-se, fechavam os intervalos da sua linha[1074]. Tal movimento, descrito desta forma singela, poderá ser admissível, mas teremos de observar que a dificuldade de execução é evidente. Talvez se pudesse mesmo admitir que tantos milhares de homens, pertencentes a hastados e príncipes, tivessem oportunidade de passar para a retaguarda de forma mais ou menos ordenada, mas tal teria de ser executado num momento de cessação momentânea do combate ou, pelo menos, de grande acalmia nesse esforço.

Assim sendo, a ordem para a execução desse movimento teria que ser exarada do topo da pirâmide de comando, dando ordem para que tal se realizasse, não pelo desespero do combate em si mesmo, mas sim por se acreditar que hastados e príncipes não teriam condições para enfrentar uma nova investida do inimigo[1075].

Se tentarmos admitir que tal movimento se realizaria durante o pico da refrega, teremos que procurar explicações plausíveis para várias dificuldades táticas de vulto:

A) Não se entende como poderiam os soldados da parede de escudos, mantendo-se em combate, recuar de forma ordenada e conseguir encolher e fragmentar a sua linha,

[1074] LIV. 8.8 [11-12].
[1075] GOLDSWORTHY, 2009, p. 76.

por forma a poderem passar pelos intervalos dos triários, pois não só o teriam de fazer mantendo-se voltados para o inimigo, como teriam de continuar a assegurar o esforço do combate;

B) Qual seria a situação prática dos elementos desta parede de escudos que continuava a suportar a força da investida adversária, quando o sistema de refrescamento ou substituição de exaustos ou mortos na sua linha já não estava a ser assegurado pelos companheiros das filas da retaguarda da sua própria linha, visto que estes já teriam, entretanto, tido oportunidade de passar para a proteção dos triários?

C) Como poderiam estes levantar-se e fechar a sua linha, tendo de executar tal movimento, já em combate direto, visto que para deixar passar todos os companheiros para a sua retaguarda, estes já teriam deixado os triários em contacto direto com o adversário?

D) Como poderiam os triários conseguir separar os seus companheiros, ainda em luta, dos seus adversários para formarem a sua linha, se a luta era corpo a corpo e os soldados adversários avançavam sempre que os companheiros recuavam[1076]?

Diz-nos Tito Lívio que:

"Os *triarii* levantavam-se, depois de terem recebido os *principes* e *hastati* nos intervalos entre as suas companhias, imediatamente aproximavam as suas companhias e fechavam os intervalos, por assim dizer; então, sem mais reservas com que contar, eles atacariam o inimigo numa formação compacta"[1077].

Pela descrição do historiador seremos levados a pensar que realmente tal manobra se executaria durante uma pausa no combate, pois não só parece simples e sem obstáculos a forma como os triários fecham a sua linha como parece haver espaço disponível, visto que Tito Lívio nos indica que estes realizavam uma investida sobre o adversário, mostrando-nos que o inimigo não estava muito junto da sua linha. Avançariam em formação compacta contra o exército adversário e seriam, assim, a última esperança de vitória para os Romanos.

Vemos aqui que estes soldados veteranos que formavam os triários tinham prática de lutar em formação cerrada[1078], que requer competências diferentes das do tipo de combate

[1076] Procurariam os triários realizar tal separação tentando enfiar as suas grandes lanças por entre os companheiros e os seus adversários diretos? Dir-se-ia que, admitindo tal hipótese, o avanço lateral, que teria de ser efetuado ao longo de dezenas de metros para fechar os intervalos, era na prática uma tarefa lenta, confusa e muito difícil de executar.

[1077] LIV. 8.8 [12].

[1078] O'CONNELL, 1989, p. 89.

com espada, por este ser executado com mais espaço, mais livre nos movimentos e menos articulado com o movimento dos companheiros à sua volta[1079].

Dir-se-ia mesmo que a função militar destes veteranos parece assim bem definida, constituindo-se como reserva tática e sendo garantia de que o exército romano não se veria obrigado a encetar uma fuga demasiado caótica do campo de batalha.

No entanto, deveremos salientar que, do ponto de vista prático, tal como foi nossa intenção demonstrar, algumas das manobras táticas atribuídas à legião seriam pouco viáveis. A sua estrutura modular e plasticidade tática permitia-lhe decerto adaptar-se com facilidade a diversos cenários de combate e a variadíssimas tipologias de adversários, parecendo ser esta a razão, em última instância, para a sua tão notória mais-valia militar; todavia, dever-se-á repensar a forma demasiado ordenada e metódica como se tem admitido que tais processos poderiam funcionar na prática.

A guerra é, na sua essência, um processo entrópico, tendendo, quer pelos processos quer pelo sentimento de medo que envolve, à desagregação, à desordem e à irracionalidade que é necessária para um tal ato de morte coletiva.

A função de um exército treinado para enfrentar o caos gerado pela guerra é precisamente o incutir nos seus soldados uma certa forma de acefalia crítica, ou mesmo de apatia, para que as muitas horas de treino a que foram submetidos possam tomar conta das suas vontades e, quase de forma mecânica, eles executem no campo de batalha os movimentos táticos de luta individual ou grupal para os quais foram condicionados[1080].

Sabemos bem que o exército romano foi certamente um dos que mais patenteou tais características, fazendo do treino e da disciplina as palavras de ordem quotidianas da sua forma de conceber a guerra. De tal forma tais pergaminhos são reconhecidos que, ainda hoje, tendemos a conceber como possíveis de serem executados inúmeros processos táticos que se diria serem de perfil eminentemente teórico.

Estes últimos deveriam funcionar como uma macroestrutura que conduziria todo o processo de combate, permanecendo no essencial no espírito de cada soldado como um guião de como proceder durante a luta, mas tendo de sofrer diversas adaptações a cada momento da batalha. Por muito articulado que estivesse o plano de atuação das suas diferentes partes, a dinâmica da batalha é que ditaria quais as reais possibilidades da sua execução, forçando adaptações que ficariam a cargo do bom comandante.

[1079] PLB. 18.30; VEG. 3.15; MONTEIRO, 2009b, p. 457.
[1080] O'CONNELL, 1989, p. 90.

Esta seria, aliás, a diferença essencial entre a mais-valia que possuiria uma legião sob o comando de um mero legado enviado pelo Senado[1081] e a genialidade tática de um Públio Cornélio Cipião, de um Pompeio ou de um Júlio César.

Talvez se possa mesmo afirmar que as mais importantes características intrínsecas da legião em combate seriam a flexibilidade da sua parede de escudos, que lhe permitia oferecer uma enorme resistência ao ataque adversário, bem como a sageza militar dos centuriões, que serviam como elementos agregadores dos legionários e cuja função *in loco* era resolver os problemas táticos surgidos na área onde lutava a sua centúria[1082]. Quanto a todos os processos pré-programados, estariam certamente sujeitos à possibilidade (ou não) da sua execução, não se podendo furtar aos efeitos do enorme caos inerente à batalha, nem mesmo ao acaso trazido pelas relevantes vicissitudes ocorridas durante a refrega.

[1081] GOLDSWORTHY, 2009, p. 18; GOLDSWORTHY, 2011, p. 29.
[1082] GOLDSWORTHY, 2011, p. 18.

CAPÍTULO 6
COMPETÊNCIAS TÁTICAS DA LEGIÃO MANIPULAR

6.1. O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR DEPOIS DA SEGUNDA GUERRA PÚNICA

Após o tremendo esforço despendido durante a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), os Romanos adquirem uma nova consciência das suas capacidades militares[1083]; facto permitiu ambicionar bem mais do que o simples domínio da Península Itálica[1084].

Forçados a terem de intervir com uma nova assertividade no contexto da Península Ibérica, no sul da Gália, na Sicília, na Sardenha e na Córsega, sendo mesmo arrastados para a conquista do norte de África[1085], viram-se obrigados a administrar subitamente territórios que alargaram muito o seu âmbito de intervenção militar[1086]. Tendo criado a máquina administrativa que permitiu a consolidação do seu poder nesses novos cenários de ocupação, tendo-se adaptado ao modelo de descontinuidade territorial que resultou destas conquistas, os Romanos compreendem que podem ambicionar a construção de um Império de maior dimensão, que englobasse toda a orla mediterrânica[1087]. A indiscutível superioridade da sua marinha de guerra garantia-lhes a articulação logística de todo este novo universo imperial e uma franca recuperação do debilitado estado das suas finanças, muito abaladas pela guerra contra os Cartagineses[1088]. Estes, por seu turno, sobrecarregados com o pagamento da pesada indemnização de guerra[1089], tentam ainda garantir a viabilidade dos seus vastos circuitos comerciais[1090], mas Roma vai impondo uma política intervencionista cada vez mais agressiva, suportada pelo seu forte braço militar.

1083 O'CONNELL, 1989, p. 97.
1084 CONNOLLY, 1998, p. 210.
1085 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 414, 472
1086 HEATHER, 2010, p. 12.
1087 MONTEIRO, 2020a, p. 146.
1088 CONNOLLY, 1998, pp. 272-273; GOLDSWORTHY, 2003, p. 38.
1089 PLB. 15.18; LIV. 30.37; HART, 2006, pp. 148-149; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 406-407.
1090 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 431-432.

Se, por um lado, Roma fora levada à exaustão económico-militar[1091], por outro, a guerra permitiu-lhe tomar consciência do seu enorme potencial bélico, pelo que um novo estilo de atuação, de perfil expansionista, irá passar a orientar a sua política externa.

Dir-se-ia mesmo que, depois de 202 a.C., com a estrondosa vitória sobre Aníbal Barca em Zama[1092], Roma parece não ter adversários à altura, procurando intervir, de forma decisiva desde então, em difíceis cenários de guerra como a Macedónia ou a Síria.

A sua grande determinação e a eficácia das suas legiões permitiriam a Roma realizar algo que historicamente poder-se-ia classificar como inédito, pois as suas legiões demonstravam ter uma tal qualidade tática que as habilitava a enfrentar com sucesso uma vasta gama de adversários, nas mais variadas latitudes.

Lembremos que Roma defrontou, simultaneamente e com êxito, a terrível Segunda Guerra Púnica em terras italianas e norte-africanas[1093], a guerra contra Filipe V na Macedónia[1094], a guerra na Hispânia[1095], a guerra na Sicília[1096] e a guerra em África[1097].

[1091] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 475-476.

[1092] GONZÁLEZ, 2005, ("*Zama* I"), p. 657; SANTOS, 2016, pp. 184-228, 245-247.

[1093] Depois da travessia dos Alpes, o exército de Aníbal tem o primeiro confronto com as forças romanas em solo italiano, junto ao rio Ticino, em novembro de 218 a.C., seguindo-se a Batalha do Trébia (finais de dezembro de 218 a.C.), a do lago Trasimeno (cerca de 21 de junho de 217 a.C.) e a de Canas (agosto de 216 a.C.), tendo o exército romano sido derrotado em todas elas, com especial gravidade nesta última. Aníbal irá permanecer em solo italiano até 203 a.C., quando regressará a África, 34 anos depois de ter de lá saído, quando ainda era uma criança. BRIZZI, 2007, p. 306; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 225-322; MONTEIRO, 2020a, pp. 167-169.

[1094] A Primeira Guerra Macedónica (215-205 a.C.) foi a primeira das Guerras Romano-Macedónicas, tendo sido provocada pela aproximação entre Filipe V da Macedónia e Aníbal. Inicialmente, Filipe tomou a iniciativa, construiu uma frota e tentou assumir o controle da Ilíria, com o objetivo de montar uma base de operações a partir da qual poderia lançar uma invasão da Itália. Com o objetivo de impedir a aliança das forças macedónico-púnicas em território italiano, a República Romana firmou uma aliança com a Liga Etólia e o Reino de Pérgamo para manter o monarca macedónico ocupado no seu próprio território, defendendo-se dos ataques dos seus vizinhos. Após a perda do apoio da Liga Etólia, que assinou uma paz em separado, com Filipe V, em 206, o Senado concordou em assinar um tratado de paz na cidade de Fenícia, conhecido como a "Paz de Fenícia", (*Phoinike*) em 205 a.C. GOLDSWORTHY, 2011, pp. 90-91.

[1095] Nomeado como procônsul da Hispânia, Cipião chegou a Ampúrias (uma colónia grega aliada de Roma, conhecida em latim como *Emporium*) no outono de 210 a.C., tendo permanecido naquele território até regressar a Roma, sendo então elevado à magistratura de cônsul, em 205 a.C. Durante este período consolidou a força do poder romano nas terras hispânicas, destruindo a anterior hegemonia cartaginesa, conquistando Nova Cartago (março de 209 a.C.) e vencendo os Púnicos nas Batalhas de Bécula (verão de 208 a.C.) e Ilipa (verão de 206 a.C.). GOLDSWORTHY, 2011, pp. 63-84; SANTOS, 2016, pp. 61-99, 238-242.

[1096] A guerra na Sicília decorreu entre 215 e 210 a.C., tendo-se saldado por uma vitória romana total. De referir que, durante estes confrontos, nomeadamente durante o cerco a Siracusa, foram utilizadas algumas das mais avançadas máquinas de assédio do mundo, muitas delas concebidas pelo célebre geómetra Arquimedes. Para além de catapultas que disparavam projéteis com grande potência, Arquimedes também desenhara outras máquinas, com ganchos que levantavam os navios romanos da água e depois os deixavam cair, atirando as equipagens borda fora e despedaçando as embarcações. Fontes muito posteriores afirmam até que Arquimedes inventou uma espécie de dispositivo com um espelho para concentrar os raios solares e dirigi-los contra os navios inimigos, incendiando-os. Arquimedes terá sido morto por um legionário após a tomada de Siracusa. GOLDSWORTHY, 2009, pp. 342-353.

[1097] No início da época de campanha de 204 a.C., Cipião, com a força de invasão romana, zarpou do porto siciliano de Lilibeu, atual Marsala, rumo ao norte de África onde, depois do estratagema de Bagrades (início

Dir-se-ia mesmo que é inédito que uma força militar possa exibir um palmarés de tão grande sucesso marcial que, apesar de ter sofrido alguns desaires, poderemos considerar que foi sempre ascensional. As momentâneas derrotas sofridas, muitas vezes ocasionadas pelo seu excesso de confiança, parecem ter tido apenas o efeito de consolidarem ainda mais a determinação da política de ocupação territorial e a força das suas legiões.

É bem reveladora da sua autoconfiança a importância do desafio político-militar que Roma encetou nas décadas seguintes, intervindo contra os poderosos exércitos de modelo helenístico que serviam os Estados orientais da Macedónia e da Síria.

Em três guerras consecutivas, as competências da legião são postas à prova contra estes exércitos institucionais e bem organizados que, apesar dos seus vastos recursos táticos, mantinham como núcleo central da sua competência bélica as falanges de perfil helenístico, munidas com sarissas. A força e a capacidade tática da legião encontrariam aqui a sua prova de fogo, pois seria este o perfil de exércitos com o qual se teriam de defrontar durante o seu processo expansionista em todos os territórios orientais que viriam a integrar o seu Império[1098].

Após o final da Segunda Guerra Púnica em 201 a.C. Roma tinha como principal adversário Filipe V da Macedónia, que era seu inimigo declarado e que pretendia recuperar a glória de Alexandre, o Grande[1099] por meio da construção de um grande império[1100].

O conflito com este monarca já tinha conhecido uma primeira guerra, entre 215 e 205 a.C., que os Romanos conseguiram suportar em simultâneo com a terrível luta que travavam com os Cartagineses de Aníbal e que terminou de forma inconclusiva, com um acordo entre a República Romana e o monarca macedónico, consagrado na "Paz de Fenícia"[1101].

O novo sentido da expansão romana e o apoio aos seus aliados de Pérgamo e Rodes[1102] tornaria inevitável a retoma das hostilidades contra Filipe V[1103], logo no ano seguinte ao termo da Segunda Guerra Púnica[1104].

---

da primavera de 203 a.C.) e da vitória na Batalha das Grandes Planícies (junho de 203 a.C.), irá enfrentar Aníbal, em 19 de outubro de 202 a.C., na Batalha de Zama, cujo desfecho ditará a vitória romana e levará ao término da Segunda Guerra Púnica. GOLDSWORTHY, 2009, pp. 383-407; SANTOS, 2016, pp. 121-224, 243-247.

1098 ADCOCK, 1957, p. 96.

1099 BRIZZI, 2007, p. 382; GOLDSWORTHY, 2011, p. 92.

1100 O'CONNELL, 1989, p. 84.

1101 GOLDSWORTHY, 2011, p. 91. Fenícia ou *Phoinike* foi uma cidade da Grécia Antiga, no Epiro e capital dos Caónios; atualmente é um parque arqueológico localizado no sul da Albânia.

1102 GUERRA, 2020, p. 210.

1103 SEKUNDA; DENNIS, 2012, p. 5.

1104 Segunda Guerra Macedónica (200-197 a.C.) CONNOLLY, 1998, pp. 205-207; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 91-94.

Aquela guerra arrastou-se de forma errática durante três anos[1105], mas terminou com a capitulação macedónica em 197 a.C.[1106], depois da inequívoca vitória que as legiões lhe infligiram[1107] na Batalha de Cinoscéfalos (junho de 197 a.C.)[1108]. Apesar disso, o conflito decisivo apenas terá lugar quando Roma, tendo declarado novamente guerra à Macedónia[1109], em 172 a.C. [1110], derrota Perseu, o filho do anterior monarca, na Batalha de Pidna (4 de setembro de 168 a.C.) [1111], pondo um fim definitivo à existência da Macedónia, enquanto Estado[1112], e tornando os seus territórios em províncias do Império Romano[1113].

Com uma declarada vontade de se afirmar em todos os quadrantes, Roma vai encetar entre estas duas Guerras Macedónicas um outro conflito, neste caso contra o Império Selêucida[1114], onde reinava Antíoco III, dito "O Grande"[1115], assim designado pela considerável extensão dos territórios que dominava.

Podemos mais uma vez verificar, na abertura deste grande conflito, o novo espírito romano proactivo e claramente de perfil expansionista[1116], conseguindo Roma a sua capitulação em 188 a.C., quatro anos depois do seu início.

O aumento de tensão entre Romanos e Selêucidas iniciou-se em 196 a.C., período em que as duas potências mediterrânicas pretendiam assegurar as suas esferas de influência, procurando firmar alianças com diversos Estados gregos. Antíoco, compreendendo a importância da navegação no Mediterrâneo para a manutenção do seu império, tenta ainda, debalde, impor-se; para o efeito, enceta duras batalhas contra a poderosa frota de guerra

---

[1105] PLB. 17.26-29, 18.1-27.
[1106] LIV. 32.32, 33.1-11.
[1107] GILBERT, 2005, p. 30.
[1108] GONZÁLEZ, 2005, ("*Cynoscephalae*"), pp. 167-168; GILBERT, 2005, p. 30.
[1109] SEKUNDA; DENNIS, 2012, p. 6.
[1110] Terceira Guerra Macedónica (171-168 a.C.) GOLDSWORTHY, 2011, pp. 95-96, 100-117.
[1111] GONZÁLEZ, 2005, ("*Pydna* I"), pp. 542-543. Julio Rodríguez González indica que esta batalha teve lugar a 4 de setembro, enquanto Adrian Goldsworthy a situa a 22 de junho (GOLDSWORTHY, 2011, p. 102). A explicação para este desfasamento é dada pelo próprio Goldsworthy: "Nesta época, o calendário oficial de Roma estava vários meses adiantado em relação ao nosso, marcava nesse dia a data de 4 de setembro, embora pelo nosso calendário fosse ainda 22 de junho." (GOLDSWORTHY, 2011, p. 108)
[1112] GILBERT, 2005, p. 30.
[1113] No mesmo ano de 168 a.C., o Senado romano decidiu que o reino da Macedónia deveria deixar de existir, tendo-se dividido o respetivo território em quatro regiões autónomas ou *merides* (GOLDSWORTHY, 2011, p. 118; GOLDSWORTHY, 2009, p. 424).
[1114] Após a morte de Alexandre "O Grande", em 323 a.C., sem deixar um herdeiro adulto, o seu império foi desmembrado, com os comandantes guerreando-se entre si pelo poder. Emergiram, assim, ao fim de algum tempo de disputas, três grandes dinastias: os Antigónidas, na Macedónia, os Selêucidas, na Síria e os Ptolomeus, no Egipto. Na Ásia Menor, os reinos de Pérgamo e da Bitínia conseguiam sobreviver, enquanto que a Grécia mantinha algumas cidades independentes, a par de muitas outras que tinham sido incorporadas nas Ligas Etólia e Acaica (GOLDSWORTHY, 2011, p. 90).
[1115] Guerra Síria ou Guerra Romano-Selêucida (192-188 a.C.). Teve desenvolvimentos na Grécia e na Ásia Menor, tendo envolvido coligações lideradas por Roma e pelo Império Selêucida. GOLDSWORTHY, 2011, pp. 93-94.
[1116] GRAINGER, 2015b, p. 11.

romana, aceitando até, para o efeito, a ajuda de Aníbal Barca,[1117] a quem confere o título de almirante[1118].

Sucedem-se confrontos navais sucessivos, como o ocorrido na Batalha do Córico (verão de 191 a.C.)[1119], onde Gaio Lívio Salinador derrota os Selêucidas, quando estes estavam sob o comando de Polixénides; um outro prélio ocorreu em 190 a.C., o da Batalha do Eurimedonte (setembro de 190 a.C., também conhecida como Batalha de Sida)[1120], onde Romanos e Rodenses voltam a derrotar os Selêucidas; refira-se ainda a Batalha de Mioneso (setembro de 190 a.C.)[1121], onde os Romanos, sob o comando do almirante Lúcio Emílio Regilo, obtêm mais uma vitória.

O conflito seria decidido neste mesmo ano[1122] em terra firme, como prova cabal da superioridade tática e do dinamismo das legiões, na gigantesca Batalha de Magnésia (janeiro de 189 a.C.)[1123]. Aqui, Antíoco sofreu uma estrondosa derrota às mãos de Lúcio Cornélio Cipião[1124], o irmão do comandante vencedor de Zama[1125]. Nesta batalha, Antíoco III sofreu perdas tão irreparáveis que se viu forçado a pedir a paz aos Romanos, terminando assim a Guerra Síria, com o Tratado de Apameia[1126], assinado em 188 a.C.[1127] Neste convénio, o rei selêucida vê o seu império privado de todos

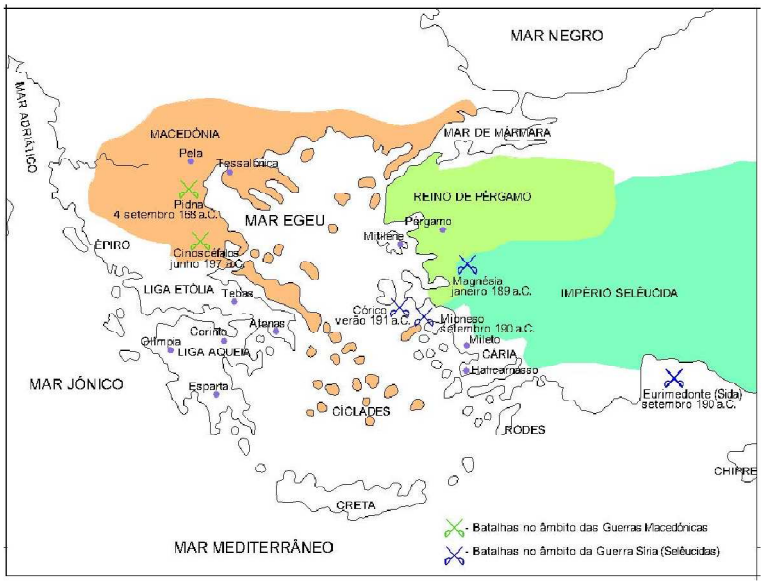


Imagem 38 - Localização das principais batalhas travadas pelo exército romano durante as 2ª e 3ª Guerras Macedónicas, contra Filipe V e o seu filho Perseu e dos confrontos com Antíoco III, o Grande, do Império Selêucida (Desenho nosso).

[1117] LIV. 34.49.
[1118] GOLDSWORTHY, 2009, p. 432.
[1119] GONZÁLEZ, 2005, ("*Corycum*"), p. 159.
[1120] GONZÁLEZ, 2005, ("*Syde* I"), p. 595.
[1121] GONZÁLEZ, 2005, ("*Myonnesus*"), p. 485.
[1122] Enquanto muitos autores situam a Batalha de Magnésia em 190 a.C., Julio Rodríguez González indica que ela teve lugar em janeiro de 189 a.C.
[1123] GONZÁLEZ, 2005, ("*Magnesia ad Sipylum* I"), pp. 455-456.
[1124] LIV. 38.37-44.
[1125] GILBERT, 2005, p. 30.
[1126] GRAINGER, 2015b, pp. 13-26.
[1127] PLB. 21.43-45.

os territórios que se localizavam a oeste dos montes Tauros e a ter de pagar 15.000 talentos de prata[1128] como indemnização de guerra[1129].

Os aliados de Roma são favorecidos com a anexação de consideráveis possessões, com Rodes a poder anexar a Cária e a Lícia, enquanto o Reino de Pérgamo passa a controlar grande parte dos territórios selêucidas que se situavam na Ásia Menor. Roma vai então afirmar a sua hegemonia sobre a Grécia e a Anatólia[1130], estabelecendo-se definitivamente como a grande potência militar do Mediterrâneo[1131].

Neste trabalho concentraremos a nossa atenção, fundamentalmente, nos aspetos militares da guerra terrestre desenvolvida por Roma, na conquista e gestão militar do Império, pois este terá sido sempre construído com base na afirmação territorial conseguida pelas suas legiões. Podendo ser relevantes os vários aspetos da guerra no mar, no auxílio prático de tal desiderato, foi a máquina militar terrestre que permitiu estabelecer o domínio material, político e administrativo romano sobre uma vasta área que, na época de Trajano, um momento da sua máxima afirmação territorial, se estendeu por mais de seis milhões de quilómetros quadrados[1132].

Os muitos aspetos a analisar e reformular sobre o funcionamento tático da legião tornariam muito extensa uma análise detalhada da especificidade da guerra naval romana, detentora de outras idiossincrasias. Como nos diz John Guilmartin na sua brilhante análise da guerra naval no Mediterrâneo, as marinhas nunca tiveram um papel fundamental na definição do que se poderia considerar como uma estratégia militar autónoma, mas foram, outrossim, apenas importantes extensões da guerra terrestre, servindo essencialmente como apoio dos exércitos[1133].

Como se demonstrou até para a propalada Primeira Guerra Púnica, que tem sido considerada normalmente como uma guerra naval, a importância das batalhas das frotas romano-cartaginesas que nela ocorreram tiveram uma importância secundária quando comparadas com as movimentações militares terrestres realizadas durante os vinte e três anos que esta durou[1134].

[1128] A indemnização de 15.000 talentos de prata equivalem a quase 450 toneladas do precioso metal, o que sem dúvida contribuirá para o equilíbrio das finanças romanas.
[1129] LIV. 37.45; GOLDSWORTHY, 2009, pp.423-424.
[1130] MONTEIRO, 2020a, pp. 145-200, p. 217.
[1131] GRAINGER, 2015b, p. 13.
[1132] TAAGEPERA, 1979, pp. 123-125.
[1133] KEEGAN, 2009, p. 98.
[1134] Vide capítulo 3.5.3. neste trabalho.

O papel das frotas navais, como refere John Guilmartin, era o de acompanharem o flanco costeiro de um exército terrestre, apoiando-o logisticamente e viabilizando operações de desembarque anfíbio no sentido rigoroso do termo. A função estratégica da frota era o de realizar manobras de modo a permitir isolar uma base costeira do inimigo do possível apoio fornecido pelas suas próprias forças navais, enquanto o seu exército terrestre avançava na conquista desse ponto estratégico[1135].

As frotas deveriam também fazer o apoio logístico com o transporte de suprimentos e armas, ou localizarem-se em posições costeiras onde pudessem receber igualmente apoio terrestre no caso de intervenções mais dilatadas temporalmente. Esta estreita articulação biunívoca entre mar e terra revela-nos que o centro da intervenção de forças navais só poderia adquirir uma verdadeira relevância estratégica quando era realizado no contexto de uma intervenção de forças terrestres[1136].

John Keegan afirma mesmo que esta simbiose será a razão pela qual as grandes batalhas do Mediterrâneo, de Salamina em 480 a.C.[1137] até à Batalha de Lepanto em 1571 d.C.[1138], terão sido sempre travadas perto da costa[1139].

Pouca relevância poderia adquirir uma batalha estritamente naval com o recontro entre duas frotas, nomeadamente no contexto da Antiguidade, pois o seu resultado não poderia aspirar a mais do que o afundamento de alguns navios, que em geral eram rapidamente compensados com a construção de novos exemplares nos estaleiros de cada contendor[1140].

Poder-se-ia dizer, portanto, que nenhum império, nem mesmo o gigantesco Império Britânico, que em resultado dos termos finais do Tratado de Versalhes, assinado em 1919, atingiu a sua maior extensão [1141], com uma colossal dimensão territorial de quase 35 milhões de quilómetros quadrados que se disseminavam pelas mais diferentes latitudes e era suportado logisticamente pela sua poderosa Marinha, teria sido realizado meramente sobre as líquidas e instáveis massas do oceano.

Qualquer império consolida-se, necessariamente, numa dimensão terrestre e a importância das suas forças navais será servirem como meios eficazes e rápidos de comunicação, transporte e apoio logístico entre as diferentes partes que o constituem.

[1135] GUILMARTIN, 1974, capítulo I.
[1136] GOLDSWORTHY, 2003, p. 42.
[1137] EGGENBERGER, 1985, ("*Salamis*"), p. 379.
[1138] EGGENBERGER, 1985, ("Lepanto II"), p. 237.
[1139] KEEGAN, 2009, p. 98.
[1140] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 34-38.
[1141] FERGUSON, 2004, p. 315.

6.2. O CONFRONTO ENTRE OS EXÉRCITOS HELENÍSTICOS E A LEGIÃO MANIPULAR

No contexto político-militar que medeia entre 200 e 168 a.C. realizaram-se diversos confrontos entre os modelos da falange helenística e a legião manipular, tendo esta última demonstrado a sua superioridade tática, vencendo a grande maioria dos confrontos, nomeadamente os que poderão ser considerados como os mais decisivos[1142]. A atividade marcial de Roma adquire durante este período um dinamismo particularmente intenso, começando a desenhar uma complexa estratégia de alianças e poderosas intervenções militares que lhe vão permitir assenhorear-se de toda a orla mediterrânica

Roma não só esmaga os seus adversários de forma brutal, com o intuito de lhes incutir temor pela sua capacidade militar, como também assimila os seus territórios, transformando-os em províncias do seu Império; ou então integra-os na sua esfera de influência como Estados-clientes, colocando no poder soberanos subservientes que ficarão desde então condicionados à sua vontade.

Tanto os exércitos helenísticos como a legião manipular têm, como tropas de linha, a infantaria pesada, mas enquanto as falanges macedónicas estão confinadas a um combate baseado na força de um avanço frontal massivo[1143], a legião romana privilegia o dinamismo de um combate com grupos móveis articulados[1144], o que lhe permite a assimilação do tipo de investida do adversário, adaptando-se ao seu perfil de combate e às condições acidentais do terreno.

É este o resultado das batalhas em que o modelo falangístico se procurou opor às legiões, tendo a superioridade romana ficado bem patente, quer no incontestável número de vitórias, quer no esmagador desequilíbrio das baixas. Para uma melhor compreensão, passaremos agora à análise detalhada da frenética atividade militar romana no período entre 200 e 168 a.C., em que se inserem a Segunda e Terceira Guerras Macedónicas e a Guerra Síria contra o Império Selêucida[1145].

Embora Roma tenha tido a capacidade de levar a guerra em simultâneo a diversas outras latitudes durante o período assinalado[1146], são as ações bélicas que desenvolveu no

---

[1142] EVERSON, 2013, p. 140.

[1143] ADCOCK, 1957, pp. 3-4, 14; BRIZZI, 2004, p. 21-36.

[1144] MONTEIRO, 2009b. (VEG. 1.20) Nota 48 pp. 405-406, (VEG. 2.6) Nota 75 pp. 415-416, (VEG. 2.15) Nota 96 p. 426; O'CONNELL, 1989, p. 89; GOLDSWORTHY, 2011, p. 154; LE BOHEC, 2013, pp. 194-201.

[1145] Conflito referenciado por Julio Rodríguez González como "Guerras no Mediterrâneo Oriental". GONZÁLEZ, 2005, ("*Abydos*"), p. 12, tendo sido esta a primeira batalha deste conflito referenciada.

[1146] Vide secção 6.2. neste trabalho.

âmbito das três guerras citadas as que nos interessam particularmente, devido a terem sido conflitos em que as batalhas foram realizadas contra exércitos estatais organizados, os quais mantiveram e desenvolveram pujantes modelos militares de tipo helenístico[1147].

6.2.1. Uma Nova Ideologia Estatal. Considerações sobre o Aumento da Atividade Militar de Roma entre 200 e 168 a.C.

A difícil Segunda Guerra Púnica, em que Roma teve de enfrentar toda a fúria cartaginesa, entre 218 e 201 a.C.[1148], teve como consequência a criação de uma máquina militar romana mais eficiente e que se tornou ávida de conquista. Uma nova lógica marcial surgiu assim dentro da sua máquina militar e, como seria de esperar, em grande medida pretendeu tirar partido do enorme potencial bélico das estruturas já montadas[1149].

Uma gigantesca disponibilidade militar começou nesta fase a convidar a uma muito maior intervenção marcial, tendo para tal herdado do conflito anterior os mecanismos de recrutamento, de treino e de apoio logístico, tudo recursos que o Senado compreendeu que poderia ter grande vantagem em manter e dinamizar[1150].

Como potência hegemónica do ocidente mediterrânico, vemos que Roma aspira rapidamente ao desenvolvimento do seu Império para oriente, iniciando, logo no ano seguinte (200 a.C.), a guerra contra Filipe V da Macedónia[1151]. Este era um dos poucos monarcas que, ao possuir um exército estatal, poderia ainda aspirar a fazer frente às legiões. Roma não só intervém de imediato contra ele, como, oito anos depois, estenderá a sua sanha às possessões do Império Selêucida de Antíoco III da Síria[1152], o outro soberano que poderia ainda frear o alargamento do Império Romano para os territórios asiáticos.

Roma impõe-se de forma esmagadora, conseguindo um espantoso palmarés de vitórias e passando a utilizar o Mar Mediterrâneo como meio preferencial para a logística da sua atividade militar[1153]. Como se poderá observar, é quase residual o número de confrontos

---

[1147] Basearemos a nossa análise em formulações de carácter estatístico realizadas sobre a obra *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C. – 476 d.C.)* de Julio Rodríguez González. Apresenta-se um resumo estatístico geral das batalhas que o exército romano travou entre 200 e 168 a.C. no Anexo 7.

[1148] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 221-407.

[1149] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 417-419.

[1150] CONNOLLY, 1998, p. 205.

[1151] Iniciando assim a Segunda Guerra Macedónica (200-197 a.C.).

[1152] Daí resultando a Guerra Síria ou Guerra Romano-Selêucida (192-188 a.C.), nomeada por Julio Rodríguez González como "Guerras no Mediterrâneo Oriental", conforme indicado mais acima.

[1153] O'CONNELL, 1989, p. 97.

navais que os Romanos terão de enfrentar depois de 200 a.C., revelando não só a sua supremacia na navegação no Mar do Meio, como também que este fora transformado no meio privilegiado para deslocar as suas tropas e para realizar ataques surpresa, nomeadamente contra as regiões litorâneas[1154].

No entanto, a grande mudança na frenética atividade das legiões dá-se pela nova capacidade de gestão do tempo que todo este novo contexto lhe permite. Após as vitórias sobre Filipe V e Antíoco III, nenhuma força militar mediterrânica terá sequer condições de ousar levar a guerra às suas fronteiras, limitando-se os potenciais adversários a esperar que Roma não demonstrasse vontade de reabrir hostilidades.

Os períodos de guerra, onde e como se farão, passam a ser decisões suas, tomadas de forma cada vez mais racional pelo Senado, podendo gerir toda a preparação de uma grande campanha com o tempo necessário e sem que tal esforço afete a sobriedade da sua vida social quotidiana.

Roma domina e decide quando partirá de novo para uma agressão direta, podendo até contar, para tal, com um cada vez mais alargado número de aliados, que apoiarão, sem hesitar, o seu esforço de guerra. Mas Roma também mostra a sua força ao defender, quando tal se propicia e favorece os seus interesses, os Estados-clientes que se encontram ameaçados, como aconteceu com Pérgamo e com Rodes no contexto do seu conflito contra Filipe V, circunstância que virá a servir de pretexto para reiniciar as hostilidades contra a Macedónia[1155]. Poder-se-á mesmo dizer que esta conjuntura da supremacia romana a leva a conceber o que se poderia classificar como uma fase de "eliminação de adversários", apresentando-se esta como uma política ainda mais interventiva e demolidora.

Com o desenvolvimento de toda esta conjuntura favorável, não serão já satisfatórias, para o Senado romano, as constantes vitórias do seu exército, mas é bem possível que se tenha disseminado entre os seus membros a ideia, bem mais radical, de que os seus principais rivais deveriam ser definitivamente eliminados, enquanto entidades políticas. Não adviria no futuro qualquer perigo de contestação ao seu poder se Roma fizesse desaparecer os Estados e as entidades culturais que poderiam apresentar sociedades com uma forte marca identitária e que pudessem favorecer uma unificação suficientemente forte para fazer crescer aspirações ao ressurgimento do seu poder. Roma tinha vencido Aníbal e feito ruir, em grande medida, o poderoso mundo cartaginês; vai depois vencer Filipe V da Macedónia e Antíoco III da Síria, mas, após os pagamentos das pesadas indeminizações de guerra que lhes impôs e que,

[1154] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 6-7.
[1155] PLB. 16.25-26; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 418-419.

em muito, vão contribuir para o aumento da riqueza e do poder romanos, verifica que não se apagou ainda o germe pernicioso que poderá viabilizar uma nova vaga antirromana e a abertura de um novo conflito.

Catão, "O Velho", com a sua famosa tirada retórica "*Ceterum censeo Carthaginem delendam esse*"[1156], que pronunciava no final de todas as suas intervenções no Senado, terá possivelmente sido apenas o mais interventivo porta-voz de uma tendência ideológica muito mais estrutural dentro do centro de poder em que se tinha tornado aquela instituição[1157]. Conforme já aflorado, no ponto 5.1., iniciaram-se, pois, as movimentações militares que eliminariam definitivamente da orla mediterrânica os adversários que ainda poderiam vir a pôr em causa a dominação de Roma e que conviria antes que o esforço despendido tivesse de ser muito maior.

Em 171 a.C., Roma iniciou a sua campanha contra o rei Perseu, filho e herdeiro de Filipe V da Macedónia. Após ter conseguido derrotá-lo na Batalha de Pidna (168 a.C.), destruiu qualquer possibilidade de recuperação política da Macedónia[1158], transformando de imediato os seus domínios em quatro regiões autónomas, ou *merides*[1159].

Em 149 a.C., na mesma linha de pensamento estratégico de dominação, Roma toma consciência do possível perigo em que Cartago se poderá vir novamente a transformar e, quase sem pretexto, inicia a Terceira Guerra Púnica, que levará à total destruição do Império Púnico[1160]. Cartago foi apanhada de surpresa ante a nova política romana quando exibiu,

---

[1156] "Considero ainda que Cartago deve ser destruída". Habitualmente abreviada para "*Ceterum censeo, Carthago delenda est*", ou, mais frequentemente, "*Delenda est Carthago*", ("Cartago deve ser destruída").

[1157] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 439-440.

[1158] GRAINGER, 2015b, p. 12.

[1159] Terceira Guerra Macedónica (171-168 a.C.). (GOLDSWORTHY, 2011, p. 118; GOLDSWORTHY, 2009, p. 424)

[1160] MONTEIRO, 2020a, pp. 145-200, p. 147.

A Terceira Guerra Púnica não se encontra contemplada na obra que chegou até nós de Políbio ou de Tito Lívio, sendo a nossa principal fonte para tais eventos os trabalhos de Apiano (c. 95-170 d. C.). Este foi também um autor de ascendência grega, nascido em Alexandria, que escreveu uma longa "História de Roma" organizada em 24 tomos e que tudo indica a terá realizado baseando-se principalmente na narrativa para nós desaparecida de Políbio. No início da sua carreira desempenhou diversos cargos na administração romana em Alexandria, tendo-se posteriormente radicado em Roma por volta do ano 120 d.C. onde passou a trabalhar como advogado. Em 147 d.C. obteve do imperador Antonino Pio o importante cargo de procurador da província romana do Egito. Isto permitiu-lhe um acesso privilegiado aos arquivos imperiais, tendo tal circunstância sido a principal fonte para a realização da sua "História de Roma". Teve assim a possibilidade de consultar as obras de Salústio, de Paulo Clódio, de Posidónio, de Tito Lívio, de Diodoro Sículo, de Célio Antípatro, de Júlio César e até de Plutarco, entre muitos outros autores dos quais deixou várias referências. Escreveu este seu *opus magnum* em grego e nele contemplou a História romana desde a sua fundação em 753 a.C. até cerca do ano 35 a.C. Poder-se-á considerar que a sua obra é mais de carácter episódico do que uma concisa história da urbe e dos vinte e quatro livros que a constituíam restam-nos apenas dez, compreendidos entre o VI ao VIII volumes e do XI ao XVII, sobrevivendo igualmente fragmentos dispersos dos restantes.

Outras fontes, embora menos relevantes, para os eventos da Terceira Guerra Púnica são Díon Cássio (c. 163-235 d.C.), um senador romano nascido na Grécia que escreveu uma "História de Roma", em oitenta

imprudentemente, a sua esplendorosa riqueza e a crescente pujança comercial no Mediterrâneo, mesmo após o pagamento da última prestação da absurdamente pesada indemnização que Roma a obrigou a pagar, depois da Segunda Guerra Púnica[1161].

É baseada nesta nova lógica de intervenção que a ocupação romana se torna altamente intrusiva, destruindo política e culturalmente os seus mais prementes adversários, impondo por todos os territórios ocupados a sua mundividência, com as suas instituições, a sua administração imperial e o seu *modus vivendi*, demonstrando com dureza, a todos os que se lhe opunham, a força implacável do seu sistema militar.

6.2.2. Análise da Atividade Anual do Exército Romano entre 200 e 168 a.C.

Depois de uma tão decisiva guerra como foi o segundo conflito contra os Cartagineses (218-201 a.C.), em que Roma quase foi levada à exaustão dos seus recursos, seria de esperar que os anos subsequentes fossem de uma certa promoção da paz e de uma importante recuperação económica. No entanto, não é isto que reconhecemos no enquadramento militar de Roma para o período subsequente ao conflito, o que nos revela não só a inesgotável capacidade militar romana, mas também o aproveitamento de todas as estruturas militares erguidas durante o anterior conflito[1162].

Assim, encontramos o exército romano envolvido desde logo num complexo processo de intervenção estratégica, em que desenvolverá uma imparável atividade belicista:

---

volumes, mas que se encontra também parcialmente perdida. O historiador inicia o relato a partir da lendária chegada de Eneias à Península Itálica, consagrando a subsequente fundação de Roma, e prolongando a sua narrativa até 229 d.C.

O importante historiador, ensaísta, filósofo e biógrafo grego Plutarco (c. 46-120 d.C.), que foi um escritor grego, nascido em Queroneia na Beócia, autor das célebres "Vidas Paralelas". Nelas apresentou as vidas de inúmeras personagens históricas importantes, procurando comparar os seus feitos e traços de carácter. Foi grande viajante, tendo visitado a Ásia e o Egito, mas acabou por se estabelecer em Roma durante um considerável período. Aqui, dedicou-se ao estudo da História e lecionou filosofia e várias outras matérias, tendo compilado estas suas aulas em vários tratados sob o título de Morália. Em 95 d.C. foi para Delfos onde desempenhou o cargo de sacerdote de Apolo, onde granjeou grande prestígio intelectual e obteve a cidadania romana, como fica evidente pela adoção do seu novo nome de Lúcio Méstrio Plutarco. Dedicou-se às ciências, nomeadamente à matemática e em 67 a.C. estudou filosofia na Academia ateniense sob a orientação de Amónio de Atenas

Ainda como fonte para esta cronologia, encontramos o autor oriundo da Gália Cisalpina Cornélio Nepos (c. 100-c. 25 a.C.) a.C., mas sobre o qual desconhecemos elementos biográficos seguros. Possivelmente oriundo de Hostília e filho de uma família abastada, pertencente à ordem equestre, deixou a carreira administrativa e abraçou a sua inclinação literária possivelmente influenciado pelo poeta Catulo de quem era muito amigo. Escreveu várias breves biografias onde podemos encontrar as de Catão, de Cícero, e mesmo as dos cartagineses Amílcar Barca e do seu filho Aníbal.

[1161] CHRISTOL; NONY, 2000, p. 102; GOLDSWORTHY, 2009, p. 439.

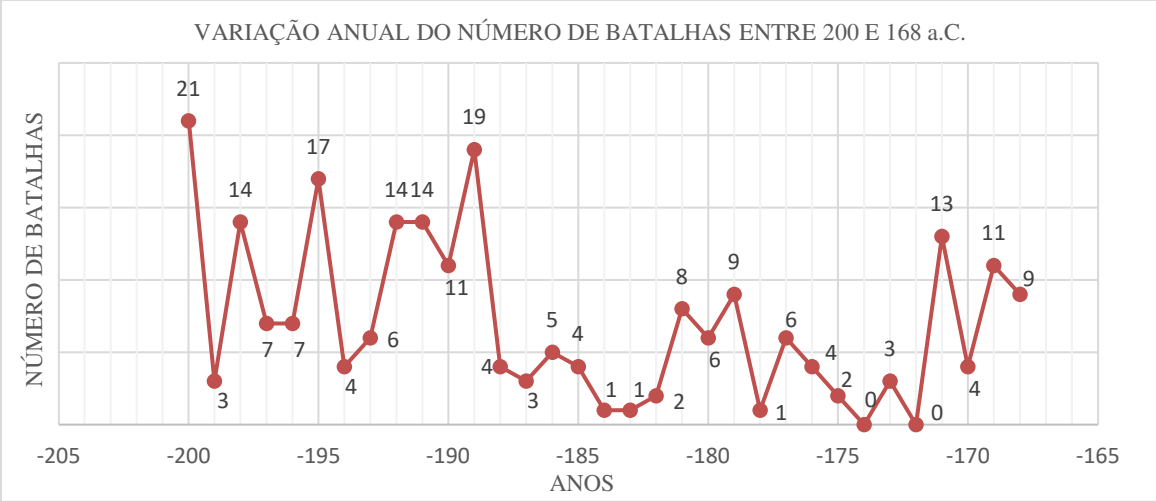
[1162] O'CONNELL, 1989, p. 97; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 173, 290, 480.

Tabela 4 - Variação Anual do Número de Batalhas entre 200 e 168 a.C.

ANO (a.C.)	200	199	198	197	196	195	194	193	192	191	190
N.º de BATALHAS	21	3	14	7	7	17	4	6	14	14	11

ANO (a.C.)	189	188	187	186	185	184	183	182	181	180	179
N.º de BATALHAS	19	4	3	5	4	1	1	2	8	6	9

ANO (a.C.)	178	177	176	175	174	173	172	171	170	169	168
N.º de BATALHAS	1	6	4	2	0	3	0	13	4	11	9



Esta breve listagem é bem demonstrativa da motivação política e da capacidade militar de Roma durante este período, realizando uma média anual de 7,2 batalhas, apresentando um notável aumento da intensidade relativamente à média geral das batalhas durante todo o período republicano (que nos apontava para a realização de três batalhas a cada dois anos). Se as cifras aqui agora expostas nos apresentam a atividade militar romana em todos os seus múltiplos cenários de guerra, compreendendo Hispânia, Itália, Ilíria, Macedónia, Grécia e Síria, bem como batalhas terrestres e marítimas, elas revelam-nos que apenas em dois anos (174 e 172 a.C.), para um cômputo geral de trinta e três, não ocorreu nenhuma batalha significativa. Em compensação, logo após a vitória de Zama, Roma apresenta a espantosa capacidade de realizar vinte e uma batalhas e, em muitos outros anos, mantém uma intensidade que atinge os dois dígitos.

6.2.3. Legião Manipular *versus* Falange Macedónica. Avaliação dos Desempenhos dos Dois Modelos em Confronto

Para se poder aferir qual a capacidade militar destes dois modelos teremos de analisar quais foram os resultados dos confrontos diretos que ocorreram entre a legião manipular e a falange macedónica no período consagrado nesta análise; ou seja, entre 200 e 168 a.C., intervalo de anos este que foi estabelecido por terem atuado, nessa época, exércitos que apresentavam, na sua estrutura tática fundamental, aqueles dois modelos. No cômputo das batalhas registadas, encontramos uma inequívoca superioridade de desempenho a favor da legião manipular, com uma notória assimetria de resultados a seu favor.

Assim, poderemos observar os seguintes elementos estatísticos, segundo os dados que nos são referenciados para a atividade militar nesta cronologia:

Confrontos da Legião Manipular com Exércitos Helenísticos Detentores de Perfil Falangístico entre 200 e 168 a.C.[1163]:

Total de batalhas: 91;

Vitórias da Legião Manipular: 60, o que corresponde a 65,93%;

Derrotas da Legião Manipular: 12, o que corresponde a 13,19%;

Batalhas inconclusivas: 19, o que corresponde a 20,88%.

Apesar de todos estes confrontos terem sido realizados entre a legião manipular e os exércitos de perfil helenístico, apenas temos referenciados doze em que sabemos que o contingente falangístico está presente no exército adversário, o que corresponderá a 13,19% dos casos.

No entanto, destas doze ocorrências, apenas nos são reportadas seis em que houve um confronto direto entre a formação falangística e a legião manipular, sabendo-se que destas apenas em três esse confronto é indiscutível. Nestas três batalhas, o exército romano saiu claramente vitorioso, manifestando uma superioridade tática que é confirmada pelo número de baixas infligidas ao exército macedónico.

As três batalhas decisivas, cuja importância foi tão relevante que colocaram um ponto final na Segunda Guerra Macedónica, na Guerra Síria[1164] e na Terceira Guerra Macedónica,

[1163] Ver estatística detalhada no quadro que constitui o Anexo 4.

[1164] Julio Rodríguez González denomina-a de: Guerras no Mediterrâneo Oriental.

respetivamente, foram Cinoscéfalos, Magnésia e Pidna, sendo de assinalar que todas elas foram esmagadoras vitórias do modelo da legião manipular.

Existem ainda outras três batalhas, neste contexto cronológico, que são as de *Atrax*, (final do verão de 198 a.C.)[1165], Calínico (princípio do verão de 171 a.C.)[1166] e uma outra realizada em local não determinado e que é referenciada por Julio Rodríguez González como "*Locus Incertus* 304" (meio do verão de 171 a.C.)[1167]. Nestes três casos, sabemos terem estado presentes dispositivos falangísticos que, embora presentes no campo de batalha, não chegaram a entrar em combate. E em qualquer delas o resultado foi inconclusivo[1168].

Nas restantes seis ocorrências em que temos conhecimento que o contingente falangístico esteve presente no exército adversário, este não teve qualquer intervenção no combate. Foram as batalhas de: referenciada por Rodríguez González como "*Locus Incertus* 241" (verão de 200 a.C.)[1169], *Pherae* (junho de 197 a.C.)[1170], referenciadas por Rodríguez González como "*Locus Incertus* 302" (princípio do verão de 171 a.C.)[1171], "*Locus Incertus* 303" (meio do verão de 171 a.C.)[1172], *Phalanna* (meio do verão de 171 a.C.)[1173] e a referenciada por Rodríguez González como "*Locus Incertus* 306" (início de 170 a.C.)[1174].

Podemos verificar também a manutenção da superioridade romana em matéria de navegação no Mediterrâneo, com sete batalhas navais (que correspondem a 3% do total de batalhas) e trinta ataques costeiros com transporte naval (o que aponta para 12,87%)[1175].

[1165] GONZÁLEZ, 2005, ("*Atrax*"), p. 74. Batalha no contexto da Segunda Guerra Macedónica. Hoje Vlochós, Grécia.

[1166] GONZÁLEZ, 2005, ("*Callinicus*"), p. 110. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Morro cuja identificação atualmente se desconhece, na região da Tessália, Grécia.

[1167] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 304"), p. 305. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Localização não identificada, no centro da Grécia.

[1168] O cômputo de efetivos e baixas destas seis batalhas encontra-se sintetizado no quadro que constitui o Anexo 8.

[1169] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 241"), p. 295. Batalha no contexto da Segunda Guerra Macedónica. Desfiladeiro não identificado, na região macedónica da Eordaea.

[1170] GONZÁLEZ, 2005, ("*Pherae*"), p. 525. Batalha no contexto da Segunda Guerra Macedónica. Hoje Velestino, perto de Kástron, Grécia.

[1171] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 302"), p. 304. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Localização não identificada, no centro da Grécia.

[1172] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 303"), p. 304. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Localização não identificada, no centro da Grécia.

[1173] GONZÁLEZ, 2005, ("*Phalanna*"), p. 522. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Hoje Fálanna, Grécia.

[1174] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 306"), p. 305. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Localização não identificada, no norte da Grécia.

[1175] Para informação geral sobre estes recontros consultar o Anexo 7, "Batalhas Travadas pelo Exército Romano entre 200 e 168 a.C.".

Observe-se que, das sete batalhas navais compreendidas neste período, a frota de guerra romana venceu seis, a saber: *Andros* (junho de 191 a.C.)[1176], *Corycum* (verão de 191 a.C.)[1177], *Myonnesus* (setembro de 190 a.C.)[1178]; *Syde* I (setembro de 190 a.C.)[1179]; *Patara* II (188 a.C.)[1180]; e ainda uma outra de localização indeterminada, referenciável como "*Locus Incertus* 309" (na primavera de 168 a.C.)[1181]. A única derrota romana ocorreu na batalha chamada de *Oreus* III (170 a.C.)[1182].

Passaremos agora – com breve descrição do respetivo contexto – à relevante análise dos números resultantes dos confrontos, que nos podem ajudar a compreender a superioridade tática da legião sobre os exércitos helenísticos.

As três batalhas que sumariamente referenciaremos são precisamente aquelas em que existiu uma inequívoca intervenção da falange no desenvolvimento tático do combate[1183].

BATALHA DE CINOSCÉFALOS [1184]

Foi travada na região onde se encontra um conjunto de colinas conhecidas por "cabeças de cão", devido a um qualquer curioso formato que parecia sugerir tal configuração. Estas colinas localizam-se na Tessália, nas proximidades de Méga Monastírion, em território grego. A batalha realizou-se em junho de 197 a.C. no contexto da Segunda Guerra Macedónica (200-197 a.C.).

[1176] GONZÁLEZ, 2005, ("*Andros*"), p. 40. Batalha no contexto da conquista romana da Grécia. Ilha atualmente denominada de Andros, Grécia.

[1177] GONZÁLEZ, 2005, ("*Corycvum*"), p. 150. Batalha no contexto da conquista romana da Grécia. Localidade atualmente não identificada, no cabo Koraka, perto de Kusadasi, Turquia.

[1178] GONZÁLEZ, 2005, ("*Myonnesus*"), p. 485. Batalha no contexto das Guerras no Mediterrâneo Oriental. O *promontorium Myonnesus* é atualmente conhecido como cabo Doganbey, frente a Kusadasi, Turquia.

[1179] GONZÁLEZ, 2005, ("*Syde* I"), p. 595. Batalha no contexto das Guerras no Mediterrâneo Oriental. Hoje Selimiye, perto de Side, Turquia.

[1180] GONZÁLEZ, 2005, ("*Patara* II"), p. 517. Batalha no contexto das Guerras no Mediterrâneo Oriental. Junto à cidade de *Patara*, capital da região então conhecida como *Lycia*. Hoje ruínas nas proximidades de Kalkan, Turquia.

[1181] GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 309"), p. 305. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Localização não identificada, na costa da Albânia.

[1182] GONZÁLEZ, 2005, ("*Oreus* III"), p. 511. Batalha no contexto da Terceira Guerra Macedónica. Próximo de *Oreus*, hoje ruínas junto a Orei, na ilha de Eubeia, Grécia.

[1183] Para um melhor enquadramento geográfico destes confrontos consultar a imagem 38 "Localização das principais batalhas travadas pelo exército romano durante as Segunda e Terceira Guerras Macedónicas, contra Filipe V e o seu filho Perseu e dos confrontos com Antíoco III, o Grande, do Império Selêucida".

[1184] EGGENBERGER, 1985, ("*Cynoscephalae* II"), p. 114; GONZÁLEZ, 2005, ("*Cynoscephalae*"), pp. 167-168.

Assistimos aqui ao que poderíamos classificar como o primeiro grande embate entre os dois modelos[1185], o qual se saldou por uma importante vitória romana[1186].

Os efetivos do procônsul Tito Quíncio Flaminino eram constituídos por cerca de 30.000 homens, dos quais sabemos que 21.200 seriam soldados de infantaria e 1.400 de cavalaria.

Em 198 a.C., Flaminino recebera as tropas de Públio Sulpício Galba Máximo, seu antecessor, constituídas por mais de 20.000 homens apeados, a que se somaram 8.000 soldados de infantaria e 500 cavaleiros, levados por ele próprio e recrutados entre os mais valorosos das campanhas na Hispânia e no norte de África.

Em 197 a.C., para cobrir as baixas ocorridas nas operações de 198 a.C., estas tropas teriam sido reforçadas com mais 200 cavaleiros e 10 elefantes enviados por Masinissa[1187], por 6.000 soldados de infantaria e ainda por 300 combatentes de cavalaria oriundos de Itália. Durante a primavera chegaram mais 6.000 soldados de infantaria e 400 de cavalaria, cedidos pela Liga Etólia, a que se seguiram 500 Cretenses (300 dos quais vieram da região de Apolónia) e 1.200 soldados de infantaria Atamanes[1188], o que perfazia um total de cerca de 30.000 homens. O número de elefantes é impreciso, sabendo-se que Masinissa enviara 10 em 197 a.C., mas este número deverá ser provavelmente acrescentado aos paquidermes sobreviventes da campanha de 200 a.C. realizada pelo cônsul P. Sulpício Galba Máximo.

Os efetivos macedónicos do rei Filipe V contavam com falanges que perfaziam 16.000 hoplitas e ainda 2.000 peltastas, 4.000 soldados de infantaria e 2.000 cavaleiros.

As baixas romanas saldaram-se apenas por 700 mortos, enquanto as macedónicas apresentaram a expressiva cifra de 8.000 mortos e 5.000 prisioneiros[1189].

Não sendo nosso intuito passar à descrição dos movimentos táticos realizados durante a batalha, julgamos ser de salientar a flexibilidade das legiões romanas[1190], pois um tribuno com vinte manípulos terá conseguido passar por um corredor entre os dois grupos de exército

---

1185 BRADFORD, 2001, p. 193.

1186 LIV. 32.27-28, 33.7-10.

1187 Salientando o uso que os próprios exércitos romanos fizeram dos elefantes Paul Chrystal refere: «[…] Rome too was seduced and, after the Punic Wars, made significant use of them: the invasion of Macedonia in 199 BC, the battles of Cynoscephalae in 197 BC and Thermopylae and Magnesia in 190 BC when Antiochus III's fifty-four elephants faced the Romans' sixteen. The Romans sent out twenty-two elephants at Pydna in 168 BC. They also featured in the Roman campaigns against the Celtiberians in Hispania, against the Gauls and in the invasion of Britannia. […]» CHRYSTAL, 2015, p. 82.

1188 Estes soldados, provenientes da província grega da Atamânia, localizada a este da região do Epiro, foram enviados pelo rei desta tribo, Aminandro. GONZÁLEZ, 2005, p. 168.

1189 PLB. 18.27.

1190 GILBERT, 2005, p. 30.

de Filipe V no acidentado local onde decorria a batalha, e atacou a principal força falangística macedónica pela retaguarda[1191], infligindo-lhe pesadas baixas[1192].

Este tipo de ousado movimento tático que era característico da infantaria romana[1193] seria impossível de executar com o tipo de cerrada formação falangística, pois esta não apresentava qualquer flexibilidade na adaptação ao relevo e necessitava de muito espaço plano para se movimentar mantendo a sua formação[1194]. A possibilidade de aproveitamento dos momentos mais nevrálgicos da batalha, surgidos aquando das variadas movimentações exigidas pelo confronto e que poderão fragilizar a coesão de um exército, só com muita dificuldade podiam ser aproveitados pelo avanço massivo da falange. Embora os exércitos de perfil helenístico, como era o macedónico de Filipe V, tenham variados outros recursos, o núcleo com capacidade ofensiva relevante estava concentrado na falange, que era a sua infantaria pesada[1195]. É ainda de notar a enorme disparidade no número de baixas, com os Romanos a sofrer menos de um décimo das verificadas entre os Macedónicos, sendo curiosamente este índice comum às várias descrições que nos foram deixadas da batalha, apresentando uma precisão e uma concordância que são raras, especialmente nesta cronologia.

BATALHA DE MAGNÉSIA [1196]

Foi travada numa região da Anatólia, atualmente designada por Manisa, junto das margens do rio Hermos, conhecido hoje por Gediz e que se situa na Turquia. Teve lugar em janeiro de 189 a.C.[1197] e poderá ser considerada uma das mais importantes batalhas das Guerras no Mediterrâneo Oriental (192-188 a.C.). Este conflito é também designado por Guerra Síria ou Guerra Romano-Selêucida pois foi uma campanha contra o Império Selêucida durante o Principado de Antíoco III, "O Grande", que já tinha tido oportunidade

[1191] PLB. 18.26.
[1192] GOLDSWORTHY, 2009, p. 421-422; GOLDSWORTHY, 2011, p. 117.
[1193] ADCOCK, 1957, p. 94.
[1194] ADCOCK, 1957, p. 26.
[1195] GOLDSWORTHY, 2009, p. 340.
[1196] EGGENBERGER, 1985, ("*Magnesia*"), p. 257; GONZÁLEZ, 2005, ("*Magnesia ad Sipylum* I"), pp. 455-456.
[1197] É apontado, pelo Professor Julio Rodríguez González, no seu *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma*, o ano de 189 a.C. como aquele em que se travou a Batalha de Magnésia, mas em vários outros autores é referenciado o ano de 190 a.C. Do que nos é dado entrever das movimentações militares à época, tal diferença não acarreta mudanças significativas na leitura do conflito Romano-Sírio, nomeadamente por esta ter sido a batalha que exauriu os recursos militares do rei selêucida.

de registar outros desaires, não só contra as legiões, mas também contra a frota romana, nomeadamente em batalhas navais e conforme já explicámos[1198].

Esta batalha constitui uma nova e relevante vitória de Roma[1199], tendo forçado, a partir de então, o rei selêucida a desistir de todas as suas aspirações expansionistas e a admitir a supremacia de Roma, mesmo nos territórios asiáticos[1200].

Para esta batalha, os efetivos romanos que estiveram sob o comando do cônsul Lúcio Cornélio Cipião, irmão mais jovem de Públio Cipião (o vencedor de Aníbal em Zama)[1201], eram constituídos por pouco mais de 30.000 homens, onde se incluíam os soldados do rei Euménes II, de Pérgamo, e ainda aliados de Rodes. Os Romanos possuíam também um contingente de elefantaria, com cerca de 16 animais, mas que não chegou a participar diretamente na batalha, tendo sido remetido para a reserva tática.

Os efetivos dos Selêucidas estariam próximo dos 57.000 homens, apresentando um importante dispositivo de pesados carros de guerra munidos de foices e um considerável grupo de 54 elefantes asiáticos.

As tropas romanas que intervieram nesta batalha procediam em grande medida das duas legiões que tinham formado o exército do procônsul Acílio Glabro, conjuntamente com os correspondentes aliados, que provavelmente rondariam os 21.000 homens. No entanto, dever-se-á ter em atenção que estes efetivos não estariam intactos, visto que já tinham registado baixas ao longo de dois anos de campanha; também os reforços de 13.000 soldados de infantaria e 500 de cavalaria trazidos pelo cônsul Lúcio Cornélio Cipião já tinham sofrido baixas significativas.

Nesta batalha, o cômputo das baixas ainda é mais assimétrico do que se poderá verificar para a Batalha de Cinoscéfalos, atingindo cifras que se poderão classificar como pouco habituais para dois exércitos estatais organizados.

Apesar da imprecisão que se poderá apontar aos números propostos, a vitória romana é esmagadora, com os Romanos e seus aliados regionais a apresentarem supostamente menos de 400 mortos, tendo, no entanto, conseguido infligir ao exército de Antíoco mais de 50.000 baixas de infantaria e 3.000 de cavalaria.

[1198] O rei Antíoco III da Síria já tinha sido derrotado pelos Romanos, quer em terra, quer no mar, primeiro na Batalha das Termópilas, em 191 a.C., e depois nas batalhas navais de Mioneso e Side, consecutivamente perdidas no mesmo ano de 190 a.C. Refira-se, como nota curiosa, que, em Side, a ala esquerda da frota selêucida era comandada por Aníbal Barca que, após a sua derrota em Zama, se refugiara na corte de Antígono, o qual, por razões não muito compreensíveis ou talvez por inveja dos seus conselheiros militares ou dos seus generais, decidiu atribuir-lhe apenas chefias navais.

[1199] PLB. 21.15-16; LIV. 37.37-45.

[1200] GRAINGER, 2015b, p. 9.

[1201] GILBERT, 2005, p. 30.

Os Romanos terão feito apenas 1.400 prisioneiros, o que nos revela que haveria uma clara intenção de destruir, indo ao encontro da política de eliminação definitiva dos seus principais adversários, os recursos humanos do exército selêucida. Os Romanos abateram também a generalidade dos paquidermes à exceção de 15 elefantes que capturaram juntamente com os respetivos cornacas.

Sabemos que, na ordem de batalha selêucida, o centro estava formado numa grande falange constituída por 16.000 guerreiros, dividida em dez secções, as quais se encontravam sob o comando dos generais Minión e Zeuxis. Cada uma destas secções era, assim, formada por 1.600 homens e qualquer uma delas era apoiada lateralmente por dois elefantes, ficando diretamente posicionadas em frente da infantaria pesada romana das quatro legiões. Como acontecia frequentemente nos exércitos imperiais, as tropas de Antíoco III eram bastante heterogéneas devido a serem provenientes das diferentes regiões. Não formavam, portanto, uma unidade tática coesa, apresentando diferentes tipologias de armas, de treino, de linhas de comando e até de língua, condicionantes que dificultavam o seu bom desempenho. Em compensação, a uniformidade cultural e técnica dos soldados romanos, nomeadamente pela homogeneidade do treino comum, bem como a similitude do equipamento e o domínio da mesma língua, eram fatores que favoreciam muito o seu desempenho[1202].

Transcrevemos aqui a expressiva descrição de Julio Rodríguez González, no sentido de compreender a força do impacto dos dois exércitos[1203]:

> «[…] En el centro, el choque de los manípulos romanos y la falange de Antíoco fue brutal, pero ambos mantuvieron sus posiciones en medio de un duro combate hasta que la caballería de

[1202] ERAMO, 2015, pp. 449-451, p. 451.
A comunhão linguística da generalidade do exército romano tinha do ponto de vista tático, um papel relevante. O domínio do latim permitia a cada legionário uma compreensão rápida de todas as ordens verbais, para além de potenciar um sentimento de partilha com a generalidade dos companheiros.
Neste sentido poderíamos tentar compreender o importantíssimo papel motivacional desempenhado pelo "grito de guerra", o conhecido "*barritus*", que era vocalizado pelos legionários logo no início da batalha. Se se pretendia com tal manifestação intimidar o exército adversário, batendo em simultâneo com as espadas nos escudos, não menos relevante deveria ser a motivação criada pela sensação de partilha daqueles milhares de soldados que anunciavam uma decidida vontade de enfrentar em comum o seu inimigo. A poderosa vibração provocada por milhares de vozes quando articulam um som em uníssono, tem profundas consequências psicofisiológicas, refletindo-se diretamente na dimensão física do corpo humano. Poder-se-ia dizer que bastaria, para uma compreensão aproximada do efeito deste fenómeno, a consideração de que a sua elevada intensidade, atingindo muitas centenas de decibéis, tem certamente grandes repercussões no aparelho auditivo, mas ainda mais no próprio esqueleto humano que, pela solidez da sua estrutura, tende a vibrar por ressonância, fazendo estremecer todo o corpo. Dir-se-ia mesmo que poderemos reconhecer uma tal manifestação de entusiasmo no momento em que assistimos ao espontâneo brado coletivo dos adeptos num estádio de futebol, quando estes gritam exclamações ou mesmo entoam o hino do clube, auto galvanizando-se e expressando assim toda a sua determinação.
HENRIQUE, Luís L. – *Acústica Musical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

[1203] GONZÁLEZ, 2005, ("*Magnesia ad Sipylum* I"), p. 456.

> Éumenes rodeó por el flanco izquierdo a las falanges sirias y entre la infantería legionaria y la caballería masacraron al enemigo. El ejército sirio fue aplastado, su campamento conquistado y tuvo que lamentar cincuenta mil infantes y tres mil jinetes muertos, mil cuatrocientos hombres prisioneros y quince elefantes capturados con sus cornacs. […]»

A relevância desta batalha, para a compreensão do potencial militar de ambos o modelo é crucial, pois pela primeira vez temos notícia clara de um choque frontal entre o consagrado dispositivo falangístico e a infantaria pesada romana. Se em Cinoscéfalos assistimos a uma importante vitória romana, não encontramos um claro movimento tático em que tal enfrentamento frontal se verifique, pois, o ataque dos manípulos romanos à grande falange de Filipe V se fez pela retaguarda. Em Magnésia, porém, sabemos que ocorreu esse embate frontal e que a legião terá conseguido, de alguma forma, frear o ímpeto do terrível embate com a "floresta de lanças". Dir-se-ia mesmo que a infantaria pesada romana terá, no essencial, conseguido fazer parar o avanço da falange[1204], permitindo à sua cavalaria, e provavelmente também à sua infantaria ligeira, atacar e destruir os flancos do dispositivo falangístico de Antíoco.

É de notar que o modelo manipular da legião consegue fazer, sobre a falange helenística, precisamente a mesma manobra tática que era peculiar desta última, quando enfrentava as antigas falanges hoplíticas das cidades-estado gregas[1205]. O movimento tático do antigo exército de Filipe II, que deverá ter passado como recurso para o exército de Alexandre, "O Grande", investia ao centro de modo a travar o avanço da falange inimiga; por outro lado, atacava os seus flancos e retaguarda com a cavalaria pesada e com a sua infantaria ligeira munida de armas de arremesso que tinham passado a integrar estruturalmente as suas tropas[1206].

A cifra apontada como resultado final, de quatrocentos mortos para os Romanos parece-nos francamente irrealista e em muito se poderá ficar a dever à já consagrada tendência dos historiadores romanos de procurarem elevar os feitos pátrios. Muito dificilmente numa batalha com efetivos tão consideráveis, a cifra de mortos se poderia saldar por tão poucas centenas, sabendo-se que estiveram ambos os exércitos envolvidos em manobras massivas durante um largo período durante o confronto.

Tendo havido um combate em que um dos contendores arrasa militarmente o outro, pela destruição sucessiva dos corpos das suas tropas, como parece ter acontecido, tal teria

[1204] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 99, 117.
[1205] O'CONNELL, 1989, pp. 76-77.
[1206] CONNOLLY, 1998, p. 73.

implicado necessariamente um brutal confronto, durante um período bastante alargado. Só assim se poderá justificar o verdadeiro massacre que se abateu sobre as tropas selêucidas, pois seria necessário bastante tempo para eliminar fisicamente cada um dos muitos milhares de soldados referenciados como tendo perecido no exército sírio. Para executar uma tarefa de tais dimensões é necessário que o exército romano tenha gastado várias horas numa sistemática eliminação dos efetivos de Antíoco, pois o reduzido número de prisioneiros é bem revelador de que a intenção de Lúcio Cornélio Cipião teria sido a de arrasar definitivamente a capacidade militar selêucida[1207].

Dir-se-ia mesmo que só com recursos meta-táticos, como a eliminação de chefias decisivas, se poderá fazer com que a batalha termine antes de um dos contendores ser derrotado no terreno. Só assim se poderá entender, em geral que se apontem cifras muito reduzidas para o lado vencedor, pois a batalha não tem de terminar pela eliminação sistemática dos corpos do exército adversário. Não sendo este o caso em Magnésia, muito dificilmente se poderá admitir uma cifra tão insignificante para as baixas romanas, atendendo a que, mesmo que as tropas de Antíoco tenham entrado em colapso, as tentativas de fuga de milhares de homens desesperados terão originado numerosos focos de combate, no interior dos quais será quase impossível admitir que não tenha sido infligido um número superior de baixas às tropas romanas. No entanto, teremos de admitir que mesmo que estas tenham sido o dobro ou mesmo o triplo do indicado, a superioridade tática da legião foi incontestável.

Deveremos ter em atenção que tal assimetria nos aponta praticamente uma baixa romana para cinquenta sírias, o que, mesmo pesando todas as possíveis atenuantes, como a inexperiência e a heterogeneidade das tropas de Antíoco, será sempre uma cifra absurdamente desequilibrada. Nem atendendo aos momentos iniciais da batalha, em que o potencial militar sírio ainda estava intacto, com carros, com elefantes, com cavalaria pesada e sobretudo com as temíveis falanges, terão conseguido infligir danos consideráveis nas legiões de Lúcio Cipião. Isto revela, desde logo, que a própria falange não conseguiu sequer, na sua investida inicial, ser tão esmagadora quanto poderia indiciar o seu brutal aspeto e fama.

Sabemos que o embate frontal foi consumado nesta batalha, mas apesar de a infantaria romana estar apenas munida de pequenos gládios para enfrentar as longas sarissas[1208], algum

[1207] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 423-424.
[1208] BRADFORD, 2001, p. 194. De salientar a ineficácia das lanças da falange contra o dinamismo dos gládios.

recurso tático, talvez previamente treinado e dir-se-ia muito eficaz, terá de ter sido usado pela parede de escudos romana[1209].

Se o número de falangistas no exército sírio era de 16.000 homens, organizados em 10 secções de 1.600 elementos cada uma e que deveriam formar em 16 filas de profundidade, poder-se-á admitir que as suas paredes de lanças apresentariam, no seu conjunto, uma frente de 1.000 guerreiros[1210]. Apresentando a falange uma tão extensa parede de lanças, deveremos salientar os parcos resultados por ela obtidos, pois mesmo na sua brutal investida inicial, no momento do choque entre as duas infantarias, o número de baixas infligidas aos Romanos foi muito reduzido.

Deixando já sem análise os resultados do que poderia ser a eficácia dos golpes das outras filas da falange, deveremos admitir que as investidas das lanças dos homens da primeira fila não sugerem sequer a obtenção de substanciais baixas na parede de escudos romana. Esta disparidade entre a fama e a sua eficácia prática é tão notória, que se admitíssemos o tal número de apenas 400 mortos entre os Romanos, seria então legítimo concluir que bem mais de metade dos homens da primeira fila da falange nem sequer conseguiram, no auge do ímpeto da sua investida, infligir sequer uma única baixa. Lembremos, por uma questão de proporcionalidade, que se admitirmos uma cifra mais alta para as baixas romanas, então também deveremos admitir que a parede de lanças da falange poderia e deveria ser muito mais extensa devido à possível redução da sua profundidade, o que bem poderá justificar que os falangistas não terão conseguido um resultado satisfatório durante o choque inicial com a legião.

Para tal assimetria de baixas deveremos admitir que os Romanos exibiram uma notória capacidade de escapar à investida falangística e que tal bem poderá ser o resultado, não só da muito menor compactação da sua formação, mas igualmente de algum treino específico

---

[1209] Apresentaremos um bosquejo de tais possíveis recursos táticos de combate individual nos parágrafos seguintes.

[1210] Admitimos teoricamente que estas falanges estivessem formadas por 16 filas de homens, embora tal nos pareça pouco provável. Não estamos em crer que os exércitos de perfil helenístico continuassem a desperdiçar recursos importantes colocando guerreiros em filas tão afastadas da zona de combate. Julgamos mesmo que as longas lanças destas falanges, cujo objetivo e treino era essencialmente no sentido de conseguir a imobilização da formação adversária, não seriam constituídas por um tão grande número de filas em profundidade. Mesmo com este tipo de lanças, pensamos que a sua eficácia, a partir da quarta ou quinta filas, era mais do que deficitária, não só pela imprecisão dos seus golpes, tendo vários guerreiros na sua frente que lhe impediam a visão, como pelo estorvo que o cabo da lança poderia provocar ao movimento dos companheiros. Assim, poder-se-ia dizer que os combatentes situados em filas mais recuadas apresentariam proporcionalmente cada vez menos interesse tático efetivo à medida que se localizavam em filas mais afastadas da parede de lanças, pelo menos enquanto ocupassem essas posições. Segundo Tito Lívio, as falanges selêucidas seriam constituídas por 32 filas (LIV. 37.40), o que nos parece manifestamente exagerado, atendendo ao facto de o enfrentamento com o exército romano (que não configurava uma falange) não exigir aos Selêucidas um tão grande ímpeto na investida (*othismos*).

a que os legionários tenham sido submetidos no sentido de se esquivarem das lanças. Movimentos de flexão dos joelhos, com a utilização dos grandes escudos em ângulos oblíquos que permitissem desviar as pontas das lanças, bem como todo o couraçamento das armaduras dos legionários, poderão ter sido recursos que provocaram o pobre resultado da falange de Antíoco aquando do choque inicial. Ter-se-á, pois, de admitir que, apesar do assustador aspeto com que a falange se apresenta no campo de batalha, a sua eficácia tática contra o modelo legionário terá sido francamente reduzida.

Depois da derrota em Magnésia, Antíoco III viu-se forçado a retirar para Apaméia com o resto das suas tropas[1211]; nesta cidade, assinou no ano seguinte um tratado de paz com o procônsul Mânlio Vulso, nos termos do qual se viu obrigado a concordar com a redução substancial do seu exército, a entregar prisioneiros romanos ou aliados, a prescindir dos seus elefantes e a desmantelar a sua grande frota de guerra[1212]. Além disso, como era típico acontecer aos adversários de Roma depois de serem derrotados, foi-lhe apresentada uma pesada fatura, que obrigava o rei sírio a pagar uma exorbitante indemnização de guerra[1213].

BATALHA DE PIDNA[1214]

Pidna ficava na região de *Pieria*, situada na fronteira entre a Macedónia e a Grécia, perto do *mare Aegaeum* (atual mar Egeu)[1215]. O combate foi travado a 4 de setembro de 168 a.C., no contexto da Terceira Guerra Macedónica (171-168 a.C.)[1216]. Esta batalha constituiu uma importante vitória da legião manipular sobre o modelo militar helenístico[1217].

Os efetivos romanos, sob o comando do cônsul Lúcio Emílio Paulo, dito "O Macedónico" (filho do cônsul homónimo que morreu em Canas) perfaziam 26.000 homens que constituíam a *legio II* e, provavelmente, a *legio IV*. Pensa-se que estariam ambas reforçadas e acompanhadas pelas correspondentes tropas auxiliares, a que se deveriam somar as unidades enviadas por Pérgamo e um contingente númida que integrava vários elefantes.

Não temos a certeza dos números que constituíam o exército de Perseu, mas tudo indica que deveriam ser mais de 30.000 homens.

[1211] Apaméia é a atual cidade de Dinar na Turquia.
[1212] PLB. 29.44-45; LIV. 37.45
[1213] 15.000 talentos de prata, como suprarreferido no capítulo 5.1. deste trabalho.
[1214] EGGENBERGER, 1985, ("*Pydna*"), p. 349; GONZÁLEZ, 2005, ("*Pydna* I"), pp. 542-543.
[1215] Pidna hoje situa-se na região de Alónia, junto a Kitros na Grécia.
[1216] Conforme referido no capítulo 5.1., deste trabalho, existe um desfasamento entre a data em que ocorreu esta batalha: Julio Rodríguez González indica 4 de setembro e Adrian Goldsworthy propõe 22 de junho, devido ao facto de, nesta época, o calendário oficial de Roma estar vários meses adiantado em relação ao nosso. Isto é, naquele dia o calendário de Roma marcava 4 de setembro, embora pelo nosso calendário fosse ainda 22 de junho (GOLDSWORTHY, 2011, pp. 102, 108).
[1217] PLB. 29.14-18; LIV. 44.36-42, 45.6, 10, 40.

Os exércitos entraram em contacto visual no dia 3 de setembro, estando nesta altura as tropas de Perseu já em ordem para iniciar a batalha, que foi cautelosamente recusada pelo cônsul romano com o intuito de deixar descansar as suas tropas, pois vinham de uma longa jornada. No entanto, a grande generalidade dos soldados teria preferido avançar de imediato para o combate, de tão ansiosos que estavam de se bater com as tropas macedónicas, o que bem nos revela o grau de confiança dos Romanos na sua capacidade militar[1218].

Combater seria algo de tão trivial e esta prática estaria tão integrada no seu quotidiano que podemos descortinar aqui uma notória redução do medo com que os legionários encaravam o difícil momento do confronto[1219]. A batalha seria assim encarada, em grande medida, como uma tarefa, algo que fazia parte do seu trabalho quotidiano, atenuando o receio e paroxismo nervoso causado pela possibilidade de ser-se mortalmente ferido a cada momento[1220].Estamos em crer que esta calma com que o combate era encarado por muitos dos soldados romanos potenciaria um importante clima de confiança, que sugestionaria positivamente os mais inexperientes, ou mesmo os que ainda poderiam sentir algum temor[1221]. Este impulso, quase instintivo, de enfrentar o inimigo, que tantas vezes se verificou no início de batalhas romanas, é em grande medida o resultado dos próprios mecanismos logísticos da legião, nomeadamente na gestão do esforço e exaustão individual contemplando a substituição e tratamento de feridos[1222], o que permitia a cada soldado ter a tranquilizadora consciência de que seria rapidamente apoiado ou socorrido durante a sua tarefa de combater[1223]. Para além do mais, o conhecimento da história gloriosa dos pretéritos feitos militares de Roma configurava uma boa garantia de que a estrutura que integrava seria com grande probabilidade a vencedora, dependendo o seu sucesso apenas do esforço individual de todos os homens. Esta confiança na orgânica do seu sistema permitia que o controle do seu nervosismo não dificultasse, ou sequer pudesse criar algum atraso na vontade

---

[1218] PLU. *Aemilius Paullus*, 16.4-17.4.

[1219] Notemos mesmo a confiança e ansiedade com que algumas vezes as tropas romanas pretendem dar início ao combate. São variados os exemplos, mas poderemos respigar os casos bem conhecidos que ocorreram na Batalha de Munda, em que as legiões expressam ruidosamente a sua frustração pela espera e manifestam a sua preferência por lutar, mesmo em desvantagem do que permanecerem inativas no sopé da colina (GOLDSWORTHY, 2013, p. 622); poderemos igualmente apontar a Batalha de Tapso em que a excitação combativa é tão veemente que as tropas de Júlio César dão início ao combate sem este sequer ter dado a ordem para o início do ataque (GOLDSWORTHY, 2013, pp. 598-599).

[1220] LE BOHEC, 2013, p. 144.

[1221] CONNOLLY, 1998, p. 140.

[1222] FERRILL, 1986, p. 29:

> «[…] Furthermore, Roman soldiers were not expected to fight to the death before being replaced by men from the rear. […]»

[1223] GOLDSWORTHY, 2003, p. 72.

do cumprimento rápido de manobras táticas, tornando este aspeto fundamental para o excelente desempenho coletivo.

Em Pidna, o cônsul romano conseguiu frear este impulso, pois, como general avisado, esteve atento às condições físicas dos seus homens e protelou a batalha para o dia seguinte a fim de que pudessem descansar. Mandou construir o acampamento[1224], mantendo boa parte das suas tropas em alerta, não fosse o caso de ser Perseu a pretender iniciar as hostilidades[1225].

No alvorecer do dia 4 de setembro, ambos os exércitos se apresentaram no campo formando em ordem de batalha, tendo Perseu optado por uma formação clássica[1226], colocando no centro das suas tropas a falange, apoiada nos flancos pela infantaria ligeira, enquanto nas alas terão sido posicionados os esquadrões de cavalaria[1227].

O cônsul Emílio Paulo adotou também a mais clássica ordem de batalha romana, formando em tríplice az, com os auxiliares itálicos e gregos nos flancos e a cavalaria nos seus extremos[1228].

Deveremos salientar aqui a semelhança patente nestas duas ordens de batalha, onde o que poderá ser o elemento mais diferenciador será estruturalmente a morfologia da sua infantaria pesada e a respetiva tipologia de combate. Existirão outros aspetos táticos que poderão ainda diferenciar os dois exércitos do ponto de vista material e técnico,

---

[1224] GOLDSWORTHY, 2011, p. 108.

[1225] A edificação de um acampamento fortificado, como era quotidianamente realizado pelos Romanos quando se encontravam em território hostil, acarretava uma gigantesca mobilização de recursos humanos para a sua construção. Apesar da prática que todos os soldados tinham nestas tarefas, o período da sua construção era sempre um momento de maior fragilidade tática, pois muitos dos homens não se encontravam prontos para combater ou mesmo integrar uma ordem de batalha devido a terem substituído os seus gládios e escudos por estacas, pás e picaretas. Bastaria a observação da complexidade destes trabalhos, por parte dos inimigos, que logo compreenderiam que tal momento seria um dos mais propícios a iniciar uma investida, facto que era bem conhecido pelos Romanos, levando a que os seus comandantes tivessem cuidados redobrados durante este processo. No entanto, contra um exército como o que Perseu possuía, que certamente demoraria igualmente bastante tempo na realização da sua ordem de batalha, os Romanos tinham mais liberdade de movimento para executarem os seus trabalhos de fortificação.

[1226] PLU. *Aemilius Paullus*, 18.5-18.9.

[1227] O dispositivo falangístico é uma estrutura tão massiva e pesada que o seu posicionamento tático necessita de bastante tempo para ser organizado e dificilmente pode deixar de ocupar o centro da ordem de batalha. A tentativa de lhe atribuir outro posicionamento desloca de imediato o centro de gravidade da ordem de batalha, desequilibrando a formação, que se veria obrigada a preencher o centro com outra tipologia de soldados que, no entanto, não conseguirão oferecer as mesmas competências de penetração e sustentação. A muito típica divisão dos efetivos da falange em várias secções foi também um recurso muito usado, no sentido de que a sua redução facilita a complexa montagem no terreno e permite aumentar a superfície da "parede de lanças". No entanto, deveremos ter em atenção que, mesmo de forma fragmentada, as suas secções funcionam como centros táticos fundamentais, dependendo em grande medida o resultado da batalha de uma boa gestão das suas investidas e movimentações. Nunca contingentes de cavalaria ou infantaria ligeira poderão no terreno ter as funções táticas da infantaria pesada, fortemente couraçada e cujos elementos estão programados para funcionar em conjunto.

[1228] GOLDSWORTHY, 2011, p. 111.

nomeadamente no que concerne às proteções e armas usadas pelos cavaleiros e pela infantaria ligeira, mas poder-se-ia dizer que as diferenças não são de modo a podermos atribuir uma clara vantagem a um dos contendores. É, pois, no âmbito das suas infantarias pesadas que deveremos procurar as razões pelas quais as poucas batalhas registadas entre falange e legião manipular redundaram sempre em notórias vitórias romanas. Tornam-se, assim, elementos fundamentais, para o explicar, a compreensão do papel material determinante que representa o gládio romano[1229] contra a lança helenística, a proteção fornecida pelos grandes escudos romanos[1230], a que se devem juntar a integração racionalizada de um espaço ideal de combate que maximize a utilização das pequenas espadas[1231].

No dia 4 de setembro (ou 2 de junho) de 168 a.C., em Pidna, o combate teve início ao princípio da tarde, quando surgiu o rastilho para o arranque da luta, proporcionado por um recontro entre Romanos e mercenários trácios que pretendiam capturar uma simples mula tresmalhada que pertencia à legião[1232]. Após o poderoso choque inicial dos dois exércitos, a infantaria romana conseguiu insinuar-se por entre a floresta de lanças e romper a formação da falange[1233]. O poderoso ataque romano que desfez o centro do sistema falangístico deu-se logo depois do pânico macedónico, que terá surgido primeiro no seu flanco esquerdo, onde foi atacado pelos elefantes e pela cavalaria romana, causando uma fuga caótica[1234]. O rei macedónico deixou o campo de batalha com parte das suas tropas montadas, mas a sua infantaria pesada terá sido desbaratada pelos Romanos[1235], tendo sido, entretanto, atacada frontalmente[1236].

Sendo Pidna a terceira vitória esmagadora da legião manipular sobre o modelo da falange, poderemos ver nela, tal como em Magnésia, o exército romano a demonstrar a sua capacidade tática para a enfrentar precisamente no ponto que congregava todo o seu poderio militar e que a fazia ser famosa e temida.

[1229] FEUGÈRE, 2002, pp. 79-80.
[1230] FEUGÈRE, 2002, pp. 76-78.
[1231] GOLDSWORTHY, 2011, p. 116.
[1232] PLU. *Aemilius Paullus*, 18.1; GOLDSWORTHY, 2011, p. 110.
[1233] SEKUNDA; HOOK, 2000, pp. 29-30.
[1234] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 112-116.
[1235] GRAINGER, 2015b, p. 39.
[1236] PLU. *Aemilius Paullus*, 22.1-23.4.

Segundo as fontes, o colapso do exército de Perseu foi de tal modo que, em pouco mais de uma hora[1237], 20.000 Macedónios estavam mortos e 11.000 tinham sido feitos prisioneiros[1238].

Permita-se-nos, apesar da clara superioridade romana, desconfiar pelo menos da duração da batalha, dado que a cifra apresentada nos parece demasiado laudatória da capacidade romana; é que tais números levariam a que se tivesse verificado uma chacina que implicaria um débito de 11 mortos a cada 2 segundos. É evidente que uma batalha é constituída pela simultaneidade de milhares de confrontos individuais, que serão essencialmente resolvidos pela morte, ou ferimento incapacitante de um dos oponentes e que o momento que mais faz engrossar o número de baixas se produz aquando de uma debandada desorganizada de um exército[1239], como parece ter acontecido com o de Perseu[1240], mas a cifra parece-nos francamente exagerada na articulação entre tempo e número de baixas.

Talvez isto nos mostre precisamente o engrandecimento dos feitos pátrios tão típicos da historiografia romana, o que vai ao encontro igualmente do número quase ridículo das baixas referenciadas para o exército romano. Para uma batalha tão colossal como foi a de Pidna, são apontados uns meros 100 mortos, que teriam ficado estendidos no campo logo após o início da batalha, pois estes pertenceriam aos aliados mais inexperientes, que avançaram incautamente sobre as pontas das sarissas macedónicas[1241]. Tais factos parecer-nos-ão também bastante fantasiosos, com uma cifra irrealista para os mortos romanos ou seus aliados, atendendo a que o mero ataque frontal de uma falange, com milhares de homens, poderá provocar baixas consideráveis, embora as fontes também referenciem uma cifra substancial de feridos para o exército romano[1242].

Apesar de devermos salvaguardar os exageros e os desequilíbrios que poderão estar expressos nestes números, teremos de admitir que é total a supremacia do modelo da legião manipular sobre o modelo da falange, entendendo-se esta já dentro do contexto dos multiformes exércitos helenísticos.

Deitando mão de algum recurso tático, provavelmente específico e bem treinado, a infantaria pesada romana conseguia enfrentar frontalmente a falange e infligir-lhe pesadas baixas[1243]. Tal nos poderá até ser indiciado pela curiosa referência a um tribuno em

---

1237 PLU. *Aemilius Paullus*, 22.1.
1238 LIV. 44.42.
1239 GOLDSWORTHY, 2009, p. 72.
1240 GOLDSWORTHY, 2009, p. 422.
1241 LIV. 44.42.
1242 GONZÁLEZ, 2005, p. 543.
1243 BRADFORD, 2001, pp. 194-195.

particular, que teria liderado o ataque ao centro da falange, menção que não era uma referência habitual. As fontes dizem-nos que o principal ataque teria sido concretizado no sector que era liderado pelo ex-cônsul Postúmio Albino, que servia na *legio II* como tribuno[1244], indicando que talvez este oficial pudesse estar à frente de um ataque, realizado por um ou mais manípulos que tivessem tido algum equipamento ou treino especializado para enfrentar e desagregar a parede de lanças. Sabendo-se assim que a legião conseguiu realizar a proeza de enfrentar frontalmente o dispositivo falangístico, teremos de avaliar, sob que condições, tal operação poderá ter sido realizada e em que circunstâncias.

6.3. Problemática da Dinâmica Funcional da Estrutura da Legião Romana

6.3.1. Problemas de Intermutação das Linhas da Tríplice Az

Como foi descrito, só o movimento coordenado de tropas apeadas permite a realização do principal recurso tático em que se constitui a parede de escudos, pois é ele que permite o estabelecimento de uma fronteira entre o "dentro" e o "fora", entre o espaço ocupado pela presença de um exército em combate, em oposição ao espaço do adversário[1245]. Assim, na leitura de cada soldado, tudo o que se situa na retaguarda da parede de escudos é a parte 'amiga' do campo de batalha, onde cada homem sabe que não sofrerá nenhum golpe hostil; em contraponto, o terreno para lá dela é o território hostil, onde se sujeitará a todo o tipo de investidas[1246]. Esta dicotomia territorial é fundamental para a estabilidade tática de uma formação em combate e para o controle da dimensão emocional de qualquer soldado, e manter-se-á intacta enquanto estiver garantida a continuidade da parede de escudos.

Qualquer rotura implica imediatamente a destruição deste equilíbrio fundamental, pois qualquer brecha acarreta a passagem de elementos hostis para o espaço onde estava baseada toda a sua segurança durante a luta[1247]. Tal infiltração do exterior no interior faz ruir toda a estrutura binómica que garantia a sua orientação, e o combate torna-se mais e mais difícil, mais e mais perigoso, até se poder transformar em algo de insustentável. Esta "fronteira" criada pela parede de escudos é o principal elemento distintivo de um grande exército organizado, acarretando a sua perda a fragmentação, fragilização e desorientação da

[1244] GONZÁLEZ, 2005, ("*Pydna* I"), pp. 542-543.
[1245] LE BOHEC, 2013, pp. 150-151.
[1246] ADCOCK, 1957, p. 4.
[1247] GOLDSWORTHY, 2009, p. 72.

generalidade dos seus corpos. A tentativa de criar um novo mecanismo que permita reestabelecer a fronteira torna-se fundamental, embora quase sempre a fragmentação tática, a exigência de um combate multidirecional e a desorientação inerente acabem por tornar quase impossível realizar tal tarefa.

Tal reconstituição da parede de escudos torna-se dramaticamente difícil de realizar quando esta tem requisitos difíceis de reunir, como acontece com a complexa montagem da formação em falange[1248]. A falange apresenta o enorme problema tático estrutural de não ter condições de se voltar a reordenar depois que se quebre a sua parede de escudos[1249], pois a sua formação implica um esforço de coordenação bastante moroso, em que milhares de homens, munidos das suas compridas lanças, precisam de interagir para as colocar na posição requerida[1250]. O cerrado modelo falangístico obriga a que estas tenham de ser colocadas entre os corpos dos companheiros, passando em espaços contíguos aos seus braços, ancas, pernas, criando o que se poderia classificar como uma complexa rede de cabos de lança, estabelecendo-se como que baias individuais para a presença física de cada soldado[1251].

Poder-se-ia assim dizer que, quando em combate a sua formação sofre uma rotura, já não tem quaisquer condições de retomar o bom alinhamento das suas lanças[1252], enquanto estiver submetida à pressão da refrega[1253]. Não só uma rotura localizada contribui, em muito, para uma desarticulação generalizada da formação, devido ao desequilíbrio provocado pelo grande tamanho dos cabos das lanças, como a tendência de cada falangista será a de as utilizar de forma independente e não já em articulação com os companheiros. Tal desarticulação será fatal para a força tática do seu modelo, pois todos os elementos da falange tenderão a levantar momentaneamente as suas armas a fim de as livrarem do estorvo em que se constituirão os corpos dos companheiros, através dos quais estas estavam colocadas. É, pois, notória a perda de eficácia progressiva de uma falange em desagregação, na qual os

[1248] Na Batalha de Cinoscéfalos, apesar da sua urgência em conseguir montar os seus dois corpos de falange, Filipe V da Macedónia viu-se impossibilitado de melhor enfrentar os Romanos pela demora necessária a montar a sua falange esquerda, que estava sob o comando de Nicanor. Os oficiais romanos, percebendo a dificuldade, procuraram apenas frear o avanço da falange direita que, já montada, investia pela encosta abaixo e os seus manípulos atacaram violentamente a que estava ainda em formação, que foi assim desbaratada.

[1249] FERRILL, 1986, p. 29: «[…] Romans normally fought in close order in waves of thin lines, avoiding the use of the so-called 'heavy battalions' such as the Greek phalanx. […]»)

[1250] GOLDSWORTHY, 2009, p. 420.

[1251] GOLDSWORTHY, 2011, p. 97.

[1252] ADCOCK, 1957, pp. 4, 14; CONNOLLY, 1998, p. 48.

[1253] Um exemplo expressivo desta desarticulação foi o acontecido na Batalha de Pidna (CONNOLLY, 1998, p. 83; GOLDSWORTHY, 2009, p. 422). Apresentámos nos parágrafos anteriores uma descrição detalhada desta incapacidade tática do modelo da falange, nesta batalha (Subcapítulo 6.2.3.).

efetivos se estorvam mutuamente, no manuseamento das lanças e são, por isso, forçados a lutar num espaço exíguo que resulta da sua anterior compactação[1254].

Numa tal situação, aos falangistas só lhes restará largar as lanças e procurar encetar uma luta com as espadas, mas tal resposta far-se-á dentro de um contexto caótico resultante da sua anterior desagregação, estando praticamente inviabilizada a criação de uma parede de escudos enquanto estiverem submetidos à pressão do combate[1255].

No entanto, algo de taticamente diferente se passaria com a legião, pois seria bem possível que, dependendo do tamanho da rotura na sua parede de escudos, lhe fosse possível repará-la por meio de uma rápida reorganização das suas filas da retaguarda. A utilização de espadas permitia aos Romanos justaporem-se com facilidade, lado a lado, de forma quase intuitiva, conseguindo articular o seu espaço ideal de combate de forma natural, com o dos companheiros em seu redor[1256].

O dinamismo da formação romana permite aos soldados avançar, recuar, encostar, virar, baixar, movimentos ágeis que necessitam de uma constante perceção das necessidades do núcleo espacial onde cada soldado está integrado[1257] e tudo isto é possível de ser gerido individualmente pela estreita relação que o soldado estabelece com o solo[1258].

Para a execução dos movimentos do soldado apeado numa formação como a legião, a única relação de apoio físico é a que os soldados estabelecem diretamente com o chão, cuja sustentação, garantida pelo atrito, garante a possibilidade de o combatente se deslocar e realizar os seus gestos com segurança. Este aspeto, ao qual não nos parece ter sido dada a devida relevância, atendendo a que tal relação é a que fornece todas as condições para o seu desempenho, é a que viabiliza a segurança do seu movimento e a força de impacto da sua

---

[1254] Peter Connolly afirma que a falange podia estar formada ou em ordem aberta, com dois passos por fila, ou em ordem fechada, com um passo por fila, ou ainda na modalidade de escudos trancados, com apenas meio passo por homem. (CONNOLLY, 1998, p. 77). Adrian Goldsworthy refere igualmente que existia uma formação mais compacta, na frente de batalha, chamada escudos cerrados [*synaspismos*], em que a cada homem era somente concedido um espaço de cerca de meio metro, referindo que seria uma formação essencialmente defensiva (GOLDSWORTHY, 2011, p. 97). A falange de Alexandre terá usado esta formação quando enfrentou os elefantes do rei Poro, na Índia.

[1255] CONNOLLY, 1998, pp. 15, 23, 37, 45, 63, 77.
Relativamente ao uso de espadas, por parte das falanges na Batalha de Cinoscéfalos, conforme relatado por Tito Lívio, (LIV. 33.8.13) Adrian Goldsworthy afirma (GOLDSWORTHY, 2009, p. 24): «[…] Alguns segmentos do seu relato da Batalha de Cinoscéfalas, em 197, parecem quase uma tradução da narrativa de Políbio, que sobreviveu intacta. Mas onde Políbio nos diz que a falange macedónica mudou as *sarissas* da posição de marcha, apoiadas no ombro, para a posição de combate, seguradas na horizontal com ambas as mãos, Lívio compreende erroneamente o texto em grego e informa-nos de que os Macedónios largaram os piques e desembainharam as espadas. […]».

[1256] CONNOLLY, 1998, p. 140; GOLDSWORTHY, 2003, p. 27; GOLDSWORTHY, 2009, p. 72.

[1257] FERRILL, 1986, p. 29: «[…] The advantage of the Roman tactical system was that all available manpower could be brought into direct action along this line. There was no wastage at the rear of a deep formation. […]»)

[1258] GOLDSWORTHY, 2011, p. 105.

arma. A sua própria capacidade de investir, quer seja individualmente, quer em coletivo, encontra-se dependente desta relação direta com o solo e do facto de o soldado se poder deslocar apresentando uma forte aderência ao chão. No caso dos Romanos, cuja principal arma ofensiva é o gládio que é manuseado de forma bastante agressiva, com fortes estocadas de penetração, o equilíbrio e sustentação conseguidos pela aderência dos seus pés ao chão, são elementos mecânicos essenciais para o seu desempenho.

Em última instância, poder-se-ia mesmo dizer que, para a precisão de qualquer movimento de uma arma, tal como acontece até com uma funda ou com um arco, a estabilização do corpo tem de estar garantida, para que qualquer dos movimentos necessários para a sua utilização possa surtir o efeito desejado, quer em força, quer em direção[1259].

Dir-se-ia mesmo que todos os corpos de um exército têm, como condição fundamental para o seu bom desempenho, uma ideal aderência ao solo, visto que até as próprias máquinas de artilharia necessitam de estarem bem agarradas ao chão, para que os seus projéteis possam ter eficácia[1260].

Neste contexto de análise, torna-se evidente como seriam importantes e como puderam desempenhar um papel fundamental as famosas sandálias (*caligae*) cardadas que os legionários romanos calçavam. Estas viabilizavam a sua boa aderência ao solo e

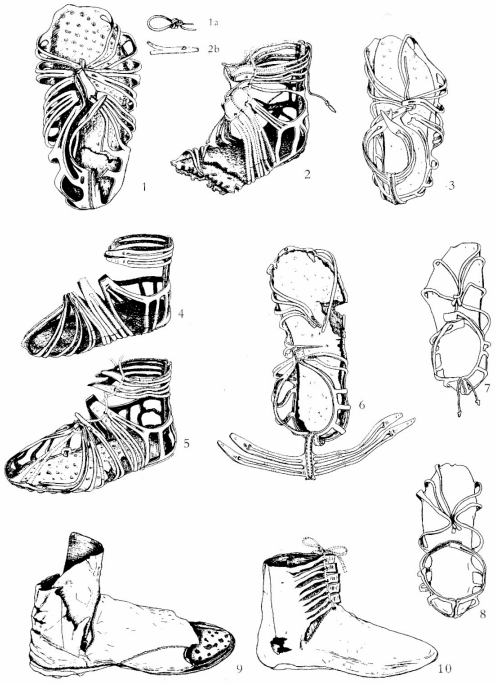


Imagem 39 - Calçado romano oriundo de Mainz: 1-8 *caligae*; 9-10 *calcei*. [in FEUGÉRE, 2002, p. 179].

[1259] A aderência e o contacto direto com o solo têm uma tão vital importância que facilmente a compreenderemos se, meramente como hipótese de trabalho, admitíssemos conceber um exército que fosse deficitário quanto à sua aderência ao chão, quer no transporte, quer no combate. Com facilidade se veria que todos os gestos adquiririam um tal grau de imprecisão e que se criaria uma descoordenação de movimentos que inviabilizaria totalmente o seu desempenho. Poderemos até referenciar, como exemplo prático, o que aconteceu aos soldados romanos quando estes, no cerco de Jotapata (Yodfat) em 67 d.C., durante a Primeira Guerra Judaico-Romana, às vezes chamada de Grande Revolta Judaica, se viram confrontados com um estranho estratagema que inviabilizou momentaneamente o seu ataque à cidade. Os Judeus, desesperados pela iminência da entrada dos adversários em Jotapata, lançaram uma substância extremamente escorregadia sobre os passadiços que estavam montados e que permitiriam a passagem, por entre os escombros das partes da muralha destruídas pelo aríete romano. A extrema viscosidade da substância causou uma generalizada descoordenação e dificuldade na progressão dos soldados romanos, que se viam obrigados a caminhar de forma tão instável e sujeitos a tantas quedas durante o momento nevrálgico do combate que Vespasiano, o comandante da campanha, se viu forçado a suspender o ataque e a deitar mão de outros recursos de assédio (GONZÁLEZ, 2005, ("*Iotapata* II"), pp. 236-238; JOSEFO, *A Guerra dos Judeus*, 3.276-282.

[1260] VTR. 10.10.1-10.12.2; CAMPBELL, 2003a, pp. 22-24.

garantiam a todos os legionários a manutenção do seu posicionamento e equidistância nas formações manipulares, bem como permitiam imprimir força aos seus movimentos e golpes. Feitas em couro e munidas de cardas metálicas de ferro na sola, garantiam estabilidade a cada soldado em batalha, onde o cenário era quase sempre em terrenos de chão de terra batida e vegetação rasteira[1261]. Poderemos até questionar a eficácia deste seu calçado enquanto percorriam centenas de quilómetros sobre as extensas estradas imperiais, visto que muitas destas eram de pedra, o que diminuiria bastante a qualidade do atrito com as solas munidas de cardas[1262].

Tenhamos em atenção que a própria dureza destas peças não deveria facilitar a deslocação ao longo das dezenas de quilómetros percorridos diariamente pelos soldados romanos, o que sugere que estas sandálias deveriam ser calçado próprio para combater e para movimentações em regiões inimigas, ainda sem vias romanas[1263].

Seria compreensível que, no sentido de facilitar o esforço inerente às longas caminhadas que cada legião tinha de realizar até aos locais onde deveria intervir, a deslocação ao longo das estradas imperiais se fizesse com outro tipo de sandálias, mais maleáveis e com melhor aderência às pedras que as constituíam. Será ainda legítimo suspeitar que, no caso de emboscada em zona militar com via romana, a reação natural dos legionários, com sandálias de combate, fosse a de procurar sair rapidamente da estrada de pedra, devido a esta dificuldade prática.

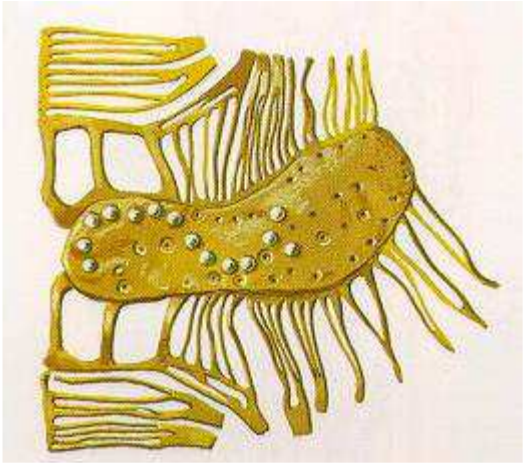


Imagem 40 - *Caliga* - Restos de uma sandália militar de couro. As tiras eram amarradas no pé e no tornozelo. A sola era feita de várias camadas de couro coladas umas às outras e reforçadas, na sua face inferior, com tachas de ferro. [in CONNOLLY, 1998, p. 233].

[1261] CONNOLLY, 1998, pp. 233-234.

[1262] Peter Connolly, a partir de exemplares encontrados, indica que a parte superior era cortada de um único pedaço de couro, que envolvia o pé e era costurado, para fechar, no calcanhar. As laçadas eram atadas ao pé e tornozelo. Esta peça seria então cozida a uma sola pesada, constituída de várias camadas de couro coladas e calçadas com pregos de ferro. Diz ainda que pesariam um pouco menos de um quilo (CONNOLLY, 1998, pp. 233-234).

[1263] Lembremos até que existe um curioso relato de Flávio Josefo que nos poderá elucidar a este respeito, passado aquando do cerco romano a Jerusalém pelas tropas de Tito no ano 70 d.C. Nele se refere que um centurião munido com sandálias cardadas terá tentado perseguir um adversário judeu pelo pátio do Templo mas, como o seu calçado não era adequado, devido ao pouco atrito que as cardas exerciam sobre o piso de pedra, o romano, na fúria da sua perseguição, acabou por escorregar e cair, sendo morto por um grupo de rebeldes. (GOLDSWORTHY, 2011, p. 392; JOSEFO, *A Guerra dos Judeus*, 6.33-92)

6.3.2. Estrutura e Funcionamento Tático da Parede de Escudos Romana

Uma das grandes incógnitas relativamente ao funcionamento da legião, por falta de descrições detalhadas, diz respeito ao modo como poderiam funcionar os manípulos em combate e o que poderia ser, na prática, a dinâmica da sua movimentação[1264]. Procuraremos neste capítulo propor um novo modo funcional de organização que possa congregar todas as referências do que sabemos ser o seu modo de operar, articulando-as com alguns elementos que nos parece que seriam adequados ao seu modo de luta e materialmente adaptados ao seu tipo de equipamento. Como já afloramos anteriormente, estamos convencidos de que a consagrada imagem típica da legião manipular não seria a expressão da sua ordem de batalha (por lhe faltar o elemento fundamental que seria a representação de uma parede de escudos), antes consagrava tão-somente a disposição que deveriam ocupar os manípulos na organização dos corpos de infantaria, quando dispostos no campo de batalha[1265].

Em primeiro lugar deveremos começar por analisar a morfologia quase quadrangular atribuída a cada manípulo e o que poderia ser a realidade prática de tal formação. Um quadrado é a configuração geométrica que se poderia atribuir como sendo a imagem mais adequada para a representação de uma falange, onde os seus elementos estão organizados em grande profundidade e apertados numa formação cerrada que apresentaria um tal aspeto[1266]. A sua competência marcial resultava em grande medida de possuir uma notável capacidade de choque resultante do impulso gerado pela massa dos seus elementos que, assim compactados, se podiam empurrar mutuamente, fazendo com que se somasse ao conjunto a força dos seus impulsos individuais[1267]. Tal efeito, designado por *othismos*[1268], era necessário ao seu desempenho tático e, mais do que tudo, adequava-se ao tipo de equipamento greco-helenístico que era utilizado pelos seus efetivos. Além das grandes lanças de estoque, cada guerreiro estava munido de um grande escudo, que podia comprimir contra as costas do companheiro da frente, transmitindo-lhe o seu impulso[1269]. Tal efeito era transversal a toda a falange e os homens da parede de lanças recebiam assim um máximo de

[1264] CONNOLLY, 1998, pp. 140-142; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 65-66.
[1265] Vide secções 4.3.6., 4.4. e 4.4.2., neste trabalho.
[1266] CONNOLLY, 1998, pp. 15, 37; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 66, 74, 420.
[1267] ADCOCK, 1957, pp. 3-4, 10.
[1268] BRIZZI, 2004, p. 27.
[1269] O'CONNELL, 1989, pp. 64-67.

força resultante do empurrão fornecido pela massa de todos os companheiros que se encontravam na sua retaguarda[1270].

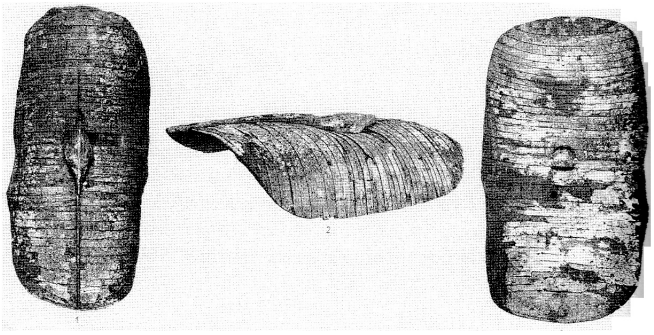


Imagem 41 - Escudo romano do período republicano proveniente de Fayüm, Egipto. [in FEUGÉRE, 2002, p. 78].

Acontece que tal recurso, não só não era adequado a um conjunto de efetivos munidos de espadas, pela natural necessidade de manter o seu espaço ideal de combate, como não seria de modo algum possível, visto que os escudos utilizados pelos soldados romanos eram munidos, no seu centro, de saliências metálicas (os *umbones*, "bossas"). Tito Lívio refere a adoção do novo tipo de escudo pelos Romanos[1271]:

> «[…] At first the Romans used the large round shield called the clipeus, afterwards, when the soldiers received pay, the smaller oblong shield called the *scutum* was adopted. […]»

As referidas saliências, designadas por *umbones*[1272], tinham uma pronunciada ponta metálica, que maximizava os danos feitos pelos golpes que o soldado romano infligia ao usar também o seu escudo como arma ofensiva, desferindo com ele encontrões sobre o corpo do adversário[1273]. Referindo-se ao escudo como arma ofensiva, Tácito refere[1274]:

> «[…] They [the legionaries] had only to stay in their ranks and throw their *pila* then use their swords and shield bosses to kill and massacre without pause. […]»

Imagem 42 - Umbo de ferro de um *scutum* ovalado encontrado em Mainz. Final do século I a.C. Mitteirheinisches, Landesmuseam, Mainz. [in CONNOLLY, 1998, p. 231].

[1270] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 96-97.
[1271] LIV. 8.8.
[1272] CONNOLLY, 1998, pp. 94-95, 107.
[1273] FEUGÈRE, 2002, pp. 78, 88; GOLDSWORTHY, 2003, p. 31.
[1274] TAC. 14.36.

Tal perfil de escudos, por força de razão, levava a que não pudessem ser sequer comprimidos sobre as costas dos companheiros, o que demonstra com clareza que a formação romana não poderia apresentar nenhuma forma de *othismos*[1275]. As diversas filas com que se formavam as linhas de hastados ou de príncipes eram funcionalmente independentes, articulando-se pela sua capacidade de movimento de entreajuda e substituição, e não por qualquer pressão ou contacto físico direto[1276]. Cada legionário enquadra-se no sistema de combate segundo um processo de simples justaposição, 'encostando' o seu espaço ideal de combate no dos seus companheiros, quer lateralmente, quer longitudinalmente. Tal espaço-área de perceção e controlo individual permite-lhe lutar com liberdade de movimentos e, simultaneamente, usufruir das vantagens de se encontrar inserido numa formação que lhe protege os seus pontos mais vulneráveis[1277].

Só em situações excecionais, em que o elevado número de legionários o permitia e a especificidade do terreno o favorecesse, os centuriões deveriam organizar as suas linhas ofensivas com um maior número de filas. Tal erro tático foi o que poderá ter ocorrido em Farsália[1278] (9 de agosto de 48 a.C.)[1279], com o enorme exército de 11 legiões de que dispunha Pompeio[1280]: devido à sua hipertrofia, este general pôde dar-se ao luxo de engrossar as linhas em dez filas de profundidade[1281].

Uma formação com um maior número de filas poderia até auxiliar, aparentemente, na coesão da linha, nomeadamente na fixação dos legionários mais inexperientes nas filas da frente, não lhes permitindo a fuga e forçando-os assim a manterem a sua posição, ao terem na sua retaguarda um maior número de filas de companheiros mais experientes.

No entanto, como o próprio Pompeio poderá ter constatado, ao ter perdido a batalha contra César (apesar de este ter um exército substancialmente menor), tal densidade de linhas acarretava a desvantagem de apenas uma pequena parte dos homens poder participar

---

1275 MONTEIRO, 2009a, p. 61.

1276 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 72, 75.

1277 Para manter a simetria de toda a formação era absolutamente obrigatório que todos os legionários lutassem empunhando as suas espadas com a mão direita e o escudo na sua esquerda. Esta preocupação de uniformização do sistema de combate era tão relevante para os Romanos que, muitas vezes, comtemplava aspetos tão minuciosos como a própria envergadura dos soldados, para que estes empunhassem as armas à mesma altura e fosse mais eficiente a proteção comum com os escudos.

1278 Julio Rodríguez González indica, como localização da batalha a atual Fársala [*Farsalia*], na Grécia (GONZÁLEZ, 2005, ("*Pharsalus* II"), p. 523). No entanto Yann Le Bohec, referindo as muitas teses sobre esta localização, indica como único dado adquirido, até 2001, que o recontro se terá desenrolado a sul do rio Enipeus (LE BOHEC, 2001, p. 380).

1279 Guerras Civis Romanas, também conhecidas como Guerras do Primeiro Triunvirato. EGGENBERGER, 1985, ("*Pharsalus*"), p. 331; GONZÁLEZ, 2005, ("*Pharsalus* II"), pp. 523-524.

1280 SHEPPARD, 2006, p. 56.

1281 CAES. *Civ.*, 3.85-99; LE BOHEC, 2001, pp. 384-387.

simultaneamente na refrega[1282], perdendo-se a mais-valia implícita que poderia ser conseguida pela utilização massiva do seu elevado número[1283]. Além disso, uma multiplicação das filas acarreta uma natural tendência para uma maior compactação, tornando não só mais difícil a gestão do espaço ideal de combate de cada soldado durante a luta, como fazendo também com que a maior distância ao inimigo dificulte, aos homens das filas da retaguarda, o lançamento dos seus pilos com eficácia[1284].

Conforme referido por Simon Macdowall, citando o *Strategikon,* tratado de estratégia militar bizantina do século VI geralmente atribuído ao imperador Maurício, os soldados deveriam estar capacitados para controlar a frente e profundidade das suas fileiras[1285]:

> «[…] The soldiers had to learn to respond to commands by voice, hand signal and trumpet so as not to be confused by the din of battle. They were trained to advance in silence while maintaining their alignment.
> Infantry drill seems to have been aimed at getting the men to increase or reduce the frontage of their formation by halving or doubling ranks. 'They should become accustomed to these movements, so that at a spoken command, a nod, or some other signal, they march or halt, reduce or divide the depth of the files, march steadily in close order for a good distance over various kinds of terrain, close or tighten their ranks in depth and width, march in *fulcum* [similar to the old *testudo* with shields covering their heads], and engage in mock battle, sometimes using staffs and sometimes naked swords.' […]»

Políbio, sobre as dimensões do espaço ideal de combate, diz-nos que este seria um quadrado de 1,80 m de lado, o que nos parece manifestamente exagerado. Tal distância tornaria demasiado dispersa a formação romana e não permitiria o importante sistema em que cada soldado podia beneficiar da proteção resultante da aproximação ao escudo do companheiro que estava ao seu lado direito[1286].

Vegécio, no seu *Compêndio da Arte Militar*, diz-nos que essa distância era substancialmente menor, apresentando três pés (90 cm) como o espaço ocupado por cada soldado na parede de escudos, o que nos parece bem mais adequado, atendendo à área necessária para cada legionário se movimentar e às características resultantes da utilização dos seus grandes escudos[1287].

[1282] FERRILL, 1986, p. 29.
[1283] BRANDÃO, 2020, pp. 389-428, p. 409.
[1284] GOLDSWORTHY, 2013, p. 548.
[1285] MACDOWALL; EMBLETON, 1994, p. 12; MAVRIC. 12.14.
[1286] PLB. 18.30.5-8.
[1287] VEG. 3.15.

Os centuriões deveriam estar atentos a que, na secção da parede de escudos que estava sob sua responsabilidade, os homens mantivessem constantemente a regularidade da formação[1288]. Estes não se deveriam deixar dispersar, mesmo que momentaneamente, pois tal reduziria a proteção mútua e facilitaria igualmente o rompimento daquela pelo inimigo[1289]. Assim, também os legionários não deveriam estar demasiado apertados, o que teria como consequência que estes não conseguissem manejar com eficácia as suas armas, pois a constrição do espaço ideal de combate levaria ao impedimento de um bom manejo do gládio, que necessita de poder ser projetado com um golpe do braço em gestos rápidos e de grande profundidade, uma vez que buscam perfurar o couraçamento do adversário[1290]. Assim, seria compreensível que os legionários romanos perdessem grande parte da sua capacidade ofensiva quando se encontravam confinados a lutar em espaços exíguos[1291] e não será difícil evocar exemplos de grandes desaires do exército romano, em grande parte potenciados por este tipo de constrição.

Tal aconteceu em Canas[1292] (2 de agosto de 216 a.C.)[1293], quando a infantaria pesada romana foi entalada[1294] no poderoso torno formado pela infantaria líbia[1295], tendo acontecido o mesmo aos soldados de César na Batalha do Sambre[1296] (verão de 57 a.C.) contra os Belgas[1297], ou ainda no grande desastre acontecido na Batalha de Andrianopla[1298] (9 de

---

1288 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 27, 47, 60-70, 72; LE BOHEC, 2013, pp. 58-62.

1289 Necessária seria alguma distância entre as filas, pois, a partir da Reforma de Gaio Mário, deu-se uma generalizada distribuição de dois pilos a cada legionário, que os deveria arremessar antes do início da batalha. Este recurso substituiu em grande medida a necessidade tática dos corpos de vélites, cujas funções de arremesso de projéteis durante a batalha passaram a ser desempenhadas pelas tropas auxiliares. Dir-se-ia, pois, que, para arremessar os dois pilos, seria necessário que se verificasse alguma distância em profundidade entre as filas dos legionários, o que não implica que depois de lançados, estas não se pudessem reorganizar aproximando-se, o que seria bastante possível atendendo à necessidade da rápida substituição de baixas e feridos. Seria até cogente admitir que o lançamento dos dardos romanos fosse realizado de forma faseada nas várias filas, adequando o seu lançamento à distância proporcional de aproximação enquanto o exército adversário avançava.

1290 GOLDSWORTHY, 2009, p. 57; GOLDSWORTHY, 2011, p. 116; GOLDSWORTHY, 2013, pp. 255, 673.

1291 VEG. 3.14-15.

1292 Hoje Monte de Canne, próximo de Canossa di Puglia, Itália. Segunda Guerra Púnica. EGGENBERGER, 1985, *Cannae*, pp. 75-76; GONZÁLEZ, 2005, ("*Cannae*"), pp. 114-115; Varrão reduziu a frente da sua linha de batalha para pouco mais de um quilómetro. Assim, um exército que somava 70.000 a 80.000 efetivos encontrava-se incapaz de colocar mais de 2.000 na linha de frente do ataque inicial. Nalguns pontos, a linha tinha 35 a 50 fileiras de profundidade. HANSON, 2002, p. 123. Para mais detalhes consultar os esquemas da batalha constantes do Anexo 2 deste trabalho.

1293 MONTEIRO, 2020a, pp. 145-200, p. 172.

1294 BRADFORD, 2001, p. 181.

1295 PLB. 3.113-116; BRIZZI, 2007, pp. 222-225; BRIZZI, 2016, p. 112.

1296 Guerra de César nas Gálias. EGGENBERGER, 1985, ("*Sambre River*"), p. 381; GONZÁLEZ, 2005, ("*Sabis*"), p. 562; CAES. *Bell. Gall*. 2.17-28; LE BOHEC, 2001, pp. 186-189.

1297 Coligação de povos belgas liderados pelos nérvios. GOLDSWORTHY, 2013, pp. 320-322.

1298 Hoje Edirne [Adrianópolis], Turquia. Invasões bárbaras. EGGENBERGER, 1985, ("Adrianople II"), pp. 4-5; GONZÁLEZ, 2005, ("*Hadrianopolis* III"), pp. 213-214. Para mais detalhes consultar os esquemas da batalha constantes do Anexo 3 deste trabalho.

agosto de 378 d.C.), quando as tropas do imperador Valente se viram impotentes perante o crescente constrangimento espacial realizado pelo ataque inesperado da cavalaria dos Godos, dos Alanos e dos Hunos ao serviço de Fritigerno[1299].

Dever-se-á corroborar o espaço frontal de três pés, para cada legionário, indicado por Políbio e Vegécio, atendendo a que o escudo romano teria normalmente cerca de 75cm[1300], de largura, a que se deve acrescentar o intervalo necessário para o manuseamento dos gládios[1301]. Apesar das pequenas dimensões que estes apresentavam, o seu guarda mão deveria ter cerca de 15 cm, o que implicava que os legionários tivessem necessariamente de observar pelo menos este intervalo entre os escudos, o que perfaz 90cm, ou três pés. Acrescentemos ainda que, se a largura do *scutum* tivesse menores dimensões, a compensação seria intuitivamente realizada por cada legionário, atendendo a que a sua construção era manufaturada podendo não observar dimensões estandardizadas. Referindo-se a este espaço ideal de combate, enquanto aborda a localização da Batalha de Farsália, Yann Le Bohec afirma[1302]:

> «[…] Une habile reconstitution de la tactique romaine montre que le légionnaire avait besoin de 1,20 m pour pratiquer 1'escrime et de la même distance à droite et à gauche pour ne pas heurter ses voisins. […]».

No entanto, o movimento do gládio poderia ser facilitado pela mobilidade inerente ao manuseamento do escudo, nomeadamente nos momentos em que este se encontrasse ligeiramente mais recuado ou oblíquo em relação ao do companheiro da direita.

Ter-se-á, assim, que admitir que pouca ou nenhuma vantagem teria uma formação cujo aspeto geral fosse quase um quadrado, visto que tal figura deixaria na retaguarda, sem qualquer vantagem, centenas de homens que não teriam participação direta no combate,

---

[1299] AMM. 31.12.12-31.13.19; MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 73-80.

[1300] Peter Connolly indica que o grande e curvo escudo usado durante o período da República pela infantaria pesada romana, referenciado por Políbio e conhecido como *scutum*, teria dois pés e meio (c. 75 cm) de largura e quatro pés (c. 1,20 m) de altura (CONNOLLY, 1998, p. 131). Estas mesmas dimensões são mencionadas por Giovanni Brizzi (BRIZZI, 2004, p. 48). Dentro de uma mesma ordem de grandeza Adrian Goldsworthy refere que o escudo, usado pelas tropas de Júlio César na campanha das Gálias, ou *scutum*, tinha mais de um metro de altura e setenta a setenta e cinco centímetros de largura, e uma forma provavelmente oval (GOLDSWORTHY, 2013, p. 255). Por seu lado Michel Feugère menciona o exemplar de escudo oval, muito bem conservado e encontrado em Kasr-el.Harit, Fayün, Egipto, referindo que mede 120x64 cm (FEUGÈRE, 2002, p. 76).

[1301] Robert O'Connell refere que, no sistema militar romano durante a recruta, eram gradualmente sendo introduzidas técnicas mais avançadas, tais como atacar pontos vitais do corpo e a capacidade de desferir um golpe sem abrir a guarda (O'CONNELL, 1989, p. 90).

[1302] LE BOHEC, 2001, p. 384.

durante largos períodos. Se a parede de escudos formada pela sua primeira fila constituía o elemento tático fundamental, já que era esta que suportava a pressão dos golpes do adversário, poder-se-á mesmo admitir que existisse, em seu apoio, uma continuidade paralela de três ou quatro filas de legionários, mas nada poderia justificar, neste modelo, uma profundidade de mais filas[1303]. Tais estruturas quase quadrangulares, na representação tradicional, seriam então apenas uma referência ao espaço onde se localizariam as duas centúrias que formavam cada manípulo e que cada soldado poderia percecionar visualmente, uma vez que eram bem assinaladas pelos seus respetivos estandartes identificadores[1304].

Com o seu habitual pragmatismo, os Romanos deverão ter compreendido que esses recursos, mais recuados, teriam muito maior utilidade se fossem utilizados simultaneamente para manobras de flanqueamento, permitindo o alargamento da parede de escudos. Com a facilidade inerente ao perfil da sua formação por módulos, poderiam com facilidade enviar uma coorte ou um manípulo contornar exteriormente algum obstáculo no terreno e surpreender o adversário, atacando-o pelo flanco, ou mesmo pela retaguarda[1305].

Tem-se posto por vezes a hipótese de que a estrutura da legião manipular, sendo constituída por grupos táticos independentes, poderia apresentar uma grande liberdade de movimento no campo de batalha, o que não parece compaginável com a grande eficácia que sempre demonstrou. As movimentações não coordenadas de grupos de combate durante uma batalha são em geral causadoras de uma perigosa desarticulação tática e, portanto, de um enfraquecimento da capacidade de combate, sendo a razão pela qual qualquer comandante deverá ter sempre uma particular cautela na sua realização. Tais deslocações são geralmente percecionadas pelo adversário como momentos ideais para uma intensificação da investida, pois a instabilidade da formação provoca, quase sempre, a desorganização e a desconcentração de quem as promove[1306]. A necessidade de formar uma parede de escudos, para oferecer uma frente de combate ao adversário, requeria inevitavelmente que a maioria dos manípulos da infantaria pesada se emparelhassem lateralmente e lutassem de forma coordenada, o que aliás é bem visível no modelo que nos é apresentado esquematicamente pela imagem da tríplice az, embora se deva ter em atenção que nela, geralmente, não estão presentes os corpos dos auxiliares e da cavalaria.

[1303] FERRILL, 1986, p. 29.

[1304] Os estandartes que assinalavam a localização de cada centúria eram designados por "*signa*" e eram distinguíveis por terem no seu topo a representação de uma mão aberta, provavelmente uma referência a *Manus,* de onde seria bem possível que se tivesse originado o termo Manípulo.

[1305] GOLDSWORTHY, 2011, p. 117.

[1306] VEG. 3.19; GOLDSWORTHY, 2009, p. 403.

Tal não impede, no entanto, e seria esta uma das suas grandes vantagens táticas, que a legião pudesse destacar um ou mais manípulos do seu principal corpo para intervir de um modo diferente, com outro posicionamento e numa outra zona da refrega, aproveitando muitas vezes o fator surpresa[1307]. A sua compartimentação tática permitia-lhe adaptar-se com facilidade ao "contexto global de uma batalha", enquadrando-se com a especificidade do terreno e com a tipologia do adversário[1308]. Tal não implica, no entanto, que não fosse forçada a formar um corpo central que permitisse ser o núcleo fundamental de combate, tornando-se forte pela acumulação de efetivos numa mesma área e formando uma sólida parede de escudos que pudesse deter a investida do inimigo.

Uma dispersão total dos manípulos pelo campo de batalha teria, como consequência, um contínuo conjunto de manobras descoordenadas entre os seus grupos que enfraqueceriam a sua capacidade bélica, por poderem ser enfrentados individualmente, como possivelmente poderiam causar leituras táticas problemáticas realizadas pelas outras partes do seu próprio exército. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Batalha de Munda[1309] (17 de março de 45 a.C.) ocorrida na Hispânia no contexto da Guerra Civil entre Júlio César e os filhos de Pompeio. Estes, incautamente, num momento em que tinham uma clara superioridade de efetivos e estariam favorecidos pela posição no terreno, decidiram fazer uma movimentação pelas filas da retaguarda da sua formação, o que foi lido pelos restantes corpos do exército como estando a começar a verificar-se uma fuga precipitada, originando uma tal descoordenação tática e posterior debandada que permitiu a obtenção de mais uma inesperada vitória ao ousado vencedor de Farsália[1310]. A propósito desta batalha, que Júlio César ganha confiando na sua proverbial "sorte"[1311], conta Plutarco que o futuro ditador[1312] teria afirmado: "Em todas as outras batalhas lutei pela glória, mas nesta lutei pela vida"[1313].

Para além da necessidade efetiva da criação de uma parede de escudos que pudesse impedir o adversário de penetrar as suas linhas e assim ter oportunidade de as desorganizar, admitir-se uma dispersão da totalidade dos manípulos teria como consequência a abertura

---

1307 O'CONNELL, 1989, p. 89.
1308 GOLDSWORTHY, 2009, pp. 116, 121, 422.
1309 Localização atual controversa: Julio Rodríguez González refere Montilla, na província de Córdoba, Espanha ou Llanos del Águila, junto ao Cerro de las Balas, perto de Osuna, província de Sevilha, Espanha (GONZÁLEZ, 2005, ("*Munda* II"), pp. 479); Yann Le Bohec, para além das duas localizações referidas, aponta ainda a possibilidade da batalha se ter realizado ao sul de Ucubi (Espejo), (LE BOHEC, 2001, p. 430). Guerras Civis Romanas. EGGENBERGER, 1985, ("*Munda*"), p. 290; GONZÁLEZ, 2005, ("*Munda*" II), pp. 479-480; CAES. *Bell Hisp*. 27-31; LE BOHEC, 2001, pp. 430-431.
1310 GOLDSWORTHY, 2013, pp. 621-622.
1311 GOLDSWORTHY, 2013, p. 622.
1312 FINLEY, 2000, p. 68.
1313 PLU. *Caesar*, 56.1-4.

de problemáticos corredores entre eles, o que teria certamente nefastas consequências para a sua unidade tática. Poder-se-ia mesmo dizer que a fragmentação do corpo de um exército em grupos de combate, com uma atuação espacial independente, não seria uma mais-valia para a sua eficácia, antes contribuiria para uma clara descoordenação dos objetivos táticos, permitindo uma perigosa investida do adversário por entre os manípulos, que se veriam então cercados. Portanto, a vantagem proporcionada pela orgânica da legião, estruturada em diversos grupos, não poderia passar por uma intervenção independente dos manípulos, mas sim por uma atuação de apoio lateral contíguo e coordenado, permitindo a gestão do esforço de combate na execução de movimentos de avanço, recuo e fixação do inimigo relativamente à linha de choque imposta pelo contacto com o adversário[1314].

Dever-se-ia mesmo dizer que a força da legião poderia resultar, em grande medida, da atuação rápida e articulada dos diferentes grupos de combate uma vez que a eficácia do seu coletivo não seria a mera soma das intervenções individuais de cada manípulo, mas outrossim a eficiência resultante da articulação do todo na gestão do esforço de combate[1315]. Sem dúvida que uma das grandes virtudes da parede de escudos, criada pela legião, era a minuciosa gestão de todas as secções que a constituíam, realizada em proximidade pelos centuriões. Cada um destes oficiais[1316] era responsável por uma pequena parcela da totalidade da parede de escudos e decidia, em tempo útil e a cada momento, o que deveria ser feito nela para permitir a sua manutenção[1317], devendo articular as suas ordens com os

[1314] GOLDSWORTHY, 2011, p. 115.

[1315] O'CONNELL, 1989, p. 86; KEEGAN, 2009, p. 350.

[1316] O respeitado historiador francês Yann Le Bohec considera inadequado atribuir o estatuto de "oficial" aos centuriões romanos, preferindo restringir a sua utilização aos membros mais elevados da hierarquia do exército romano, tal como são os tribunos ou legados (LE BOHEC, 2013, pp. 50, 58). Tal como outros autores, nomeadamente Adrian Goldsworthy (GOLDSWORTHY, 2003, pp. 68-73; GOLDSWORTHY, 2013, p. 672), consideramos legítima e até esclarecedora tal atribuição, não só porque os centuriões têm um considerável número de subordinados por quem são diretamente responsáveis, mas também porque desempenham um papel prático fundamental no funcionamento da legião. Se se considerar que não seria legítima a tentativa de fazer uma correspondência direta com os cargos de oficialato modernos, devido à particular morfologia das linhas de comando romanas, poder-se-ia dizer que eles formam indubitavelmente a mais relevante estrutura de comando dentro da orgânica da legião, sendo detentores de conhecimentos úteis sobre o melhor modo de concretizar o combate no terreno. Não só o seu comando em proximidade se torna um fator essencial à manutenção da boa formação dos soldados, durante todo o processo de combate, como a sua rápida atuação permite tirar o melhor partido das fragilidades do adversário surgidas durante a refrega. Bastaria o considerável número de centuriões em cada legião para nos alertar para a importância da sua atuação, sem esquecer o relevante papel de incentivarem os seus homens a esforçarem-se para conseguir o melhor desempenho. Julgamos assim que a palavra "oficial" poderá ser, não só adequada ao seu tipo de comando prático sobre um considerável número de soldados, como nos deveríamos reportar também ao sentido etimológico da palavra, que remete para alguém que domina com perfeição a realização de uma tarefa, por ter dela vastos conhecimentos.

[1317] Adrian Goldsworthy indica três caminhos básicos para a nomeação como centurião: depois de servir nas fileiras da legião como "principais"; durante ou depois do serviço na guarda pretoriana; ou por nomeação direta (GOLDSWORTHY, 2003, p. 70); GOLDSWORTHY, 2013, pp. 320-321.

movimentos que verificava estarem a ser realizados pelos manípulos que lhe eram contíguos, facilmente visíveis graças aos estandartes.

Estes oficiais eram soldados com grande experiência prática[1318], uma condição que poderia garantir a sua própria nomeação[1319], e tinham uma noção muito precisa das necessidades que viabilizariam a boa ordem da formação da sua centúria.

Dir-se-ia, pois, que a legião, que detinha sessenta centúrias[1320], cada uma com o seu oficial[1321], e que apresentava, em batalha, 40 centuriões nas suas linhas ofensivas de hastados e príncipes, era possuidora de uma estrutura de comando que não encontra paralelo em qualquer outro exército[1322], sabendo cada um destes oficiais qual era a sua responsabilidade na gestão espacial e na coordenação dos recursos humanos[1323].

Diremos até que esta característica das suas linhas de comando deverá ter sido uma das principais razões para o sucesso bélico da legião, atendendo a que todas as partes do seu universo em combate eram estimuladas para lutar sob a atenta vigilância e a coordenação de um oficial[1324]. Não nos deveremos esquecer igualmente do importante trabalho de auxílio proporcionado pelos sessenta *optiones* que o deveriam secundar, quer na compreensão das suas ordens, quer no rápido e efetivo cumprimento das mesmas[1325].

A chefia continuada dos centuriões, sobre os legionários que constituíam a sua centúria, permitia igualmente a criação de importantes laços de familiaridade que lhe permitiam ter uma noção bastante precisa do valor e capacidade de combate de cada um dos seus homens, tal como o treino diário deveria garantir a compreensão rápida das suas ordens[1326].

Parece-nos que a este aspeto, que era proporcionado pela estrutura organizacional da legião dividida em contubérnios e centúrias, não tem sido dado suficiente relevo, pois ele deveria proporcionar uma muito forte consolidação relacional horizontal entre os seus

---

[1318] KEEGAN, 2009, p. 351.
[1319] GOLDSWORTHY, 2013, pp. 253, 303, 538.
[1320] Com a reforma de Gaio Mário, cerca de 107 a.C., o manípulo, enquanto unidade tática fundamental, foi substituído pela coorte, cada uma formada por três manípulos, ou seja, seis centúrias, num total, teórico, de 480 homens. Existiam dez coortes em cada legião o que corresponderia a 60 centúrias (GOLDSWORTHY, 2003, p. 47; GOLDSWORTHY, 2011, p. 154).
[1321] Durante a segunda metade do século I a primeira coorte sofreu uma expansão, passando a ter cerca de 800 homens, e uma reorganização que alterou a sua composição para cinco centúrias (CONNOLLY, 1998, pp. 216-217). Desta transformação resultou uma redução do número de centúrias para 59 (CONNOLLY, 1998, p. 220).
[1322] LE BOHEC, 2013, pp. 58-60.
[1323] GOLDSWORTHY, 2013, p. 552.
[1324] GOLDSWORTHY, 2013, pp. 305-306.
[1325] CONNOLLY, 1998, pp. 129, 223; LE BOHEC, 2013, p. 65.
[1326] GOLDSWORTHY, 2013, p. 246.

efetivos[1327] e mesmo verticalmente dentro do âmbito das suas hierarquias, potenciando assim uma considerável disponibilidade para incrementar a sua taxa de esforço durante o combate.

Se grandes comandantes, como Pompeio ou Júlio César[1328], chegavam a ter uma tão notória proximidade com os seus legionários[1329], que conheciam muitos deles pelo seu próprio nome[1330], poderemos imaginar qual a familiaridade e o espírito de grupo de que poderiam desfrutar muitos centuriões com o restrito grupo dos seus homens, assim como a profunda cumplicidade que daí decorria.

A legião manipular é o que se poderia considerar como o protótipo da formação mais dinâmica, articulada e adaptável que seria possível conceber no mundo antigo[1331]. Tinha a mobilidade necessária para enfrentar qualquer conjuntura no terreno[1332], tendo os seus centuriões a experiência para determinar o que era fundamental assegurar que se mantivesse como recursos táticos ao longo da parede de escudos, para que esta pudesse resistir às investidas do inimigo. A manutenção da perfeita continuidade desta era o aspeto essencial da formação, delimitando um espaço interior e exterior; enquanto esta se mantivesse, poderiam estar seguros do bom funcionamento do seu sistema de combate.

Com efeito, para além do apoio dos companheiros no seu entorno, o legionário sabia que lhe era pedido que lutasse durante um determinado período, mas que seria possivelmente substituído antes de atingir o pico de exaustão que lhe pudesse diminuir a sua eficácia[1333]. Na retaguarda do soldado que se encontrava na parede de escudos, encontravam-se colocados em proximidade dezenas de outros soldados que, num fluxo ininterrupto, procederiam à sua substituição na árdua tarefa que lhes estava a ser exigida, mantendo-se em constante revezamento durante todo o período que durasse o combate[1334].

Seria até de admitir que pudesse haver mesmo um mecanismo prático previsto para proceder progressivamente à substituição periódica de todos os integrantes de uma dada secção da parede de escudos que estivesse submetida a um maior esforço combativo. Talvez um mecanismo deste género pudesse partir da observação direta, por parte do centurião, do estado de exaustão dos seus homens expostos na zona frontal, e dando ordem direta para que esta fosse totalmente substituída depois de um determinado período de tempo. A

[1327] HEATHER, 2010, p. 9.
[1328] GOLDSWORTHY, 2010b, pp. 206 – 227, p. 217.
[1329] GOLDSWORTHY, 2013, p. 254.
[1330] GOLDSWORTHY, 2013, p. 304.
[1331] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 320-321, 368, 379, 412.
[1332] GOLDSWORTHY, 2013, p. 434.
[1333] FERRILL, 1986, p. 29: «[…] There was a regular rotation of fighting waves. Obviously, such a system demanded good fighters throughout. […]»
[1334] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 28, 84, 286.

permanência nesta zona onde ocorria o verdadeiro esforço do combate era esgotante fisicamente para qualquer legionário, verificando-se também fortes condicionantes do ponto de vista psico-anímico[1335], bastando para tal que o soldado estivesse exposto ao desgaste causado pela tremenda pressão resultante das constantes tentativas de ser eliminado pelos golpes das lâminas ou dos projéteis do adversário[1336]. Com a sua capacidade de observação, é possível que esse desgastante esforço fosse cíclica e sistematicamente distribuído por levas de legionários que refrescassem a parede de escudos na sua totalidade, após um determinado período de tempo. Esta pré-programação temporal traria para todos os legionários na parede de escudos um considerável alívio, pois cada soldado saberia que o tremendo esforço que suportava estaria confinado apenas ao ciclo temporal que mediaria entre a sua entrada e a nova vaga de legionários que o deveria revezar, independentemente do seu grau de exaustão, ou de algum ferimento ligeiro já sofrido[1337].

[1335] FERRILL, 1986, p. 29:

> «[…] There was no place for weak troops in a Roman legion. Although the efficient use of manpower in the Roman army was obviously important, the psychological advantages of such a system were enormous. Because Roman soldiers in the front of the line could expect to be reinforced in the course of fighting, they fought confidently, and knew in the depths of their souls that their comrades- in-arms to the rear would not leave them in the lurch. […]»

[1336] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 184-185.

[1337] Uma das condições que contribuiriam de forma decisiva para a calma relativa com que os legionários romanos partiam para o combate era a certeza de que seriam imediatamente retirados de combate se sofressem algum ferimento grave ou incapacitante. Os homens feridos com gravidade eram levados pelos companheiros para a retaguarda e aí permaneciam até ao fim da batalha, não ficando expostos aos golpes do inimigo quando estavam diminuídos nas suas capacidades físicas. Para a execução desta complexa tarefa teria necessariamente que existir espaço e flexibilidade nas filas da retaguarda para viabilizar o seu transporte. Além disso, o companheiro que asseguraria a ajuda na transferência do soldado gravemente ferido para a retaguarda tinha de estar em situação de poder abandonar momentaneamente a sua posição, o que obrigaria a que o seu lugar na formação fosse rapidamente preenchido por outro soldado colocado na fila contígua. Tal mecanismo de segurança e sistemático transporte de feridos durante o combate não existia de forma organizada em nenhum outro exército, sendo deixados os feridos expostos à sua sorte enquanto decorresse a batalha, tendo muitas vezes de procurar pelos seus próprios meios um modo de escapar do alcance do inimigo, sem poder contar com qualquer auxílio. Roma compreendeu desde cedo que a boa forma e a saúde dos seus soldados era um aspeto fundamental e que esse património humano deveria ser preservado durante o decorrer da batalha e mesmo com a criação de hospitais (*Valetudinarium*), que passaram a fazer parte integrante de qualquer acampamento (GOLDSWORTHY, 2003, p. 86). A sua função estender-se-ia temporalmente muito para além da batalha de modo a assegurar a total convalescença dos feridos, inclusive possuindo enfermarias para assegurar a convalescença dos homens debilitados. RANKOV, 2007b, pp. 69-70; GILLIVER, 2007, p. 140.

Seria, assim, compreensível que se tornasse bastante mais tolerável a experiência extrema de lutar na parede de escudos durante uma pré-programada pequena janela temporal do que ter de o fazer durante um período indeterminado, ou apenas ser dela retirado por ferimento grave ou exaustão[1338].

Imagem 43 - Numa das cenas de batalha representadas na Coluna de Trajano, vêem-se as imagens de um legionário e de um soldado auxiliar recebendo assistência médica. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 100].

Esta fácil mobilidade interfilas, permitindo a retirada dos soldados da parede de escudos para a retaguarda[1339], reforça ainda mais a perspetiva de que as formações dos manípulos não eram tendencialmente quadradas com muitas filas. Estamos em crer que seriam longos enfileiramentos de soldados dispostos lateralmente e que não deveriam, regra geral, apresentar mais de três ou quatro filas[1340].

6.3.3. O Funcionamento Tático dos Manípulos de Hastados e Príncipes

Procuraremos analisar agora um dos mais prementes problemas táticos respeitantes à articulação entre os manípulos de hastados e de príncipes. Proporemos uma hipótese de

[1338] O processo pelo qual se poderia proceder à possível intermutação de efetivos entre as diversas filas será analisado nos subcapítulos 6.3.4. e 6.3.5.

[1339] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 69-70.

[1340] Adrian Goldsworthy, ao propor o cálculo das dimensões do espaço ocupado pela infantaria de um exército consular, considera uma profundidade de seis fileiras de legionários quer para os manípulos de hastados, quer para os de príncipes (GOLDSWORTHY, 2009, p. 65). Na mesma obra, quando este historiador aborda a Batalha de Canas, a 2 de agosto de 216 a.C., na qual os mercenários de Aníbal Barca envolveram e chacinaram a quase totalidade do maior exército até então alinhado por Roma, cita Políbio que nos diz que os manípulos estavam mais próximos uns dos outros do que o costume, com a profundidade de cada um "muitas vezes" maior do que a frente; acrescenta ainda que, desconhecendo-se as dimensões exatas desta formação, as estimativas acerca da profundidade total das três linhas têm variado entre cinquenta e setenta fileiras (GOLDSWORTHY, 2009, p. 269; PLB. 3.113; BRIZZI, 2016, p. 106). O mesmo autor, ao relatar a Batalha de Farsália, que teve lugar na manhã de 9 de agosto de 48 a.C., entre Pompeio e César, indica que as coortes de Pompeio, que somariam 45.000 homens, formavam, cada uma, em dez linhas, ao passo que as de César, praticamente com metade dos efetivos, formariam provavelmente em apenas quatro ou cinco linhas (GOLDSWORTHY, 2011, p. 283; 2013, pp. 548-549).

trabalho que não só nos parece viável, como adequada ao perfil do soldado romano e ao dinamismo da sua formação.

Se atentarmos na imagem tradicional da legião, que se reporta ao posicionamento dos manípulos no terreno, observamos que não encontramos aí definida uma sólida parede de escudos, elemento fundamental para que um exército possa apresentar condições de combate. Na representação da tríplice az encontramos enormes hiatos entre os manípulos dos hastados, tão extensos que teriam sensivelmente as mesmas dimensões do que as áreas onde se localizavam os hastados[1341].

Atendendo a que as dificuldades táticas de tal conceção seriam dificilmente admissíveis numa formação de enfrentamento do inimigo, deveremos procurar encontrar uma explicação viável do modo pelo qual se poderia constituir e organizar uma parede de escudos, que teria de ser necessariamente uma formação contínua, tendo como elemento estrutural o posicionamento ombro a ombro de todos os seus efetivos.

Encontramos, como proposta explicativa deste processo, a mais citada formulação de Peter Connolly, segundo a qual seria possível que os hastados se deslocassem de modo a fechar tais intervalos na sua linha, antes do início da batalha[1342].

Tal possibilidade sustentar-se-ia no argumento de que, sendo os manípulos constituídos por duas centúrias, uma delas poderia apresentar as suas várias filas imediatamente colocadas na parede de escudos, enquanto a outra centúria se posicionaria na sua retaguarda. Esta última deslocar-se-ia, lateralmente e em frente, de modo a fechar o intervalo mesmo antes de ter início o combate corpo a corpo. Isto implicaria que estas centúrias executassem um movimento bidirecional, ao pretenderem deslocar-se paralelamente àquelas que já estariam dispostas na parede de escudos, tendo depois de rodar 90 graus e avançar para a posição que as colocaria no enfileiramento, em que finalmente passariam a formar parte da sua continuidade.

[1341] A impossibilidade de uma formação apresentar este tipo de hiatos na sua parede de escudos não só é racionalmente inconcebível para quem analise as suas consequências do ponto de vista tático, como este problema foi já bem identificado por autores relevantes como Peter Connolly em *Greece and Rome at War*, p. 140, Giovanni Brizzi em *Le guerrier de l'Antiquité classique - De l'hoplite au légionnaire* pp. 50-51, ou Adrian Goldsworthy, em a *Queda de Cartago – As Guerras Púnicas 265-146 a.C.*, p. 65.

[1342] CONNOLLY, 1998, pp. 141-142.

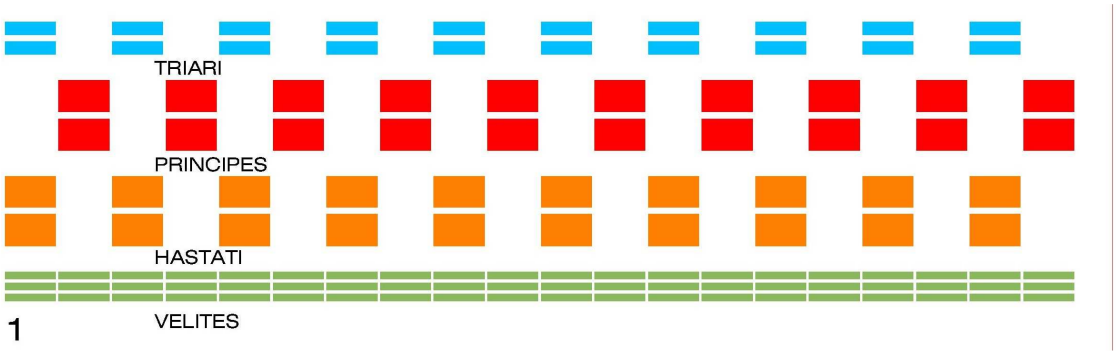


Imagem 44 - Fase 1: A legião forma-se em três linhas com as centúrias posteriores lado a lado com as centúrias anteriores. Os hastados localizam-se na vanguarda e os triários na retaguarda. A uma ordem as centúrias posteriores retiram-se e formam atrás das centúrias anteriores, deixando intervalos nas linhas. Os vélites deixam os seus manípulos e formam-se diante da legião [desenho nosso, tendo por base: CONNOLLY, 1998, p. 140].

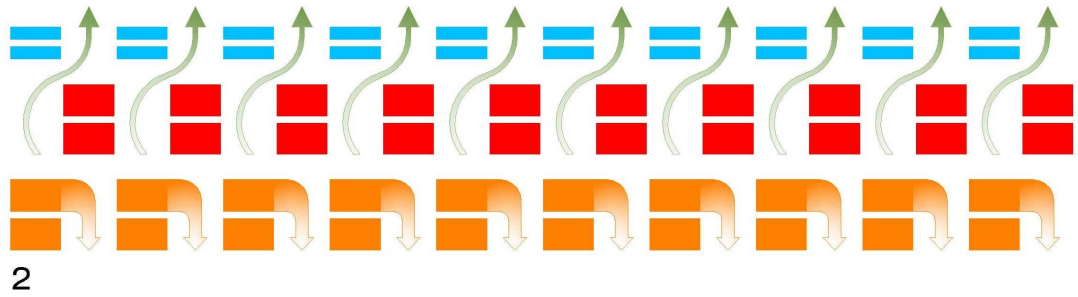


Imagem 45 - Fase 2: Os vélites iniciam a batalha tentando quebrar a formação inimiga, enquanto esta avança. Retiram-se então através dos intervalos, resultando que de seguida os hastados os fecham e atacam [desenho nosso, tendo por base: CONNOLLY, 1998, p. 140].

É também comumente atribuída aos hiatos a viabilização de corredores para retirada da infantaria ligeira da zona frontal, onde ocorreria, pouco depois, o choque frontal corpo a corpo entre a infantaria pesada romana e o exército adversário[1343].

Deveremos observar que o lançamento de projéteis, como disparos de fundas, de setas e, especialmente, de dardos, teria de ser realizado contra um adversário que necessitaria de

[1343] Como sabemos, a infantaria ligeira romana era designada por vélites e sempre constituíra a classe mais baixa dentro do exército romano, devido ao baixo custo do seu equipamento, geralmente sem partes couraçadas e apenas munidos de um pequeno escudo (pelta). Os vélites eram, assim, um grupo de escaramuçadores extremamente ágil que utilizava como armas ofensivas todo o tipo de projéteis, como setas, fundas ou dardos; a sua função tática era a de lançar o maior número possível de projéteis sobre o adversário, principalmente antes do início da batalha. Tal recurso poderia não só potenciar uma precipitada investida adversária, mas também ter um efeito desagregador da homogeneidade com que esta era realizada, enfraquecendo a sua coesão e o ímpeto de investida. Os condicionalismos do equipamento obrigavam-nos a ter de se proteger atrás das linhas da infantaria pesada durante a batalha, pois não poderiam travar uma luta corpo a corpo. Esta infantaria ligeira irá desaparecer na reforma de Gaio Mário (c. 100 a.C.), passando a sua função a ser exercida pela própria infantaria pesada que, munida de dardos, podia ela própria flagelar o adversário antes do início da batalha. (LE BOHEC, 2001, pp. 104,105; MONTEIRO, 2009a, pp. 27, 54).

se encontrar já relativamente próximo[1344], o que dá fortes razões para pensar que poderia não dar tempo útil aos hastados para, em boa ordem, executarem um tão pronunciado movimento de fechamento da parede de escudos. Apesar de serem bem conhecidas as competências de ordem e de disciplina dos soldados romanos, ter-se-á que admitir que um tão massivo movimento de tropas tão pouco tempo antes do contacto com o adversário não parece fazer jus à prevenção e cuidado com que todos os aspetos do combate parece terem sido tratados no contexto do seu exército[1345]. Seria um pouco surpreendente que uma máquina militar com estas dimensões e características funcionais deixasse para tão tarde a consolidação de um elemento tão fundamental como a parede de escudos[1346]. Notemos que, mesmo que esta fosse formada apenas por hastados, a sua linha teria de ser possivelmente constituída por três ou quatro filas, cujos soldados se deveriam articular em exatas distâncias relativas com todos os companheiros à sua volta, aquando da estabilização definitiva da sua formação. No entanto, tal quesito não deveria ser fácil de conseguir executar sob a intensa pressão da iminência do ataque adversário, nomeadamente devido aos projéteis que estariam a ser arremessados, às oscilações no relevo, ou mesmo à existência, frequente, de outro tipo de obstáculos, tais como vegetação ou pedras que dificultassem a sua execução. Não deveremos perder de vista que os terrenos onde se realizavam os confrontos não apresentariam, na sua maioria, uma regularidade no relevo que dispensasse os centuriões de executar acertos e ajustes pontuais na constituição de uma linha tão extensa quanto era necessário. Poder-se-ia, pois, considerar que seria, no mínimo, imprudente uma tão longa demora.

Com milhares de homens que teriam de ser organizados lado a lado e em várias filas, seria temerário deixar que a sua estabilização se fizesse tardiamente, com todos os acertos de pormenor que teriam que ser executados para a sua consolidação. Caso se admitisse um tal movimento até tão pouco tempo antes da batalha, tendo ainda de estabilizar em boa ordem metade da linha frontal, não se poderá compreender, não só qual o período de concentração

[1344] Os dois dardos transportados por cada um dos legionários (um mais pesado e outro mais leve) eram mais utilizados na linha de batalha do que em combate individual, sendo arremessados quando as fileiras cerradas da legião se aproximavam do inimigo. O seu alcance seria de uns 12 a 14 metros, ou talvez um pouco mais, se atirados de cima para baixo, como aconteceu, na Batalha de *Aquae Sextiae* (101 a.C.), com os dardos arremessados pelos soldados de Mário. FEUGÈRE, 2002, pp. 80-83; GOLDSWORTHY, 2011, p. 239. Quanto às escaramuças envolvendo as tropas ligeiras (*velites*), eram um preliminar comum das batalhas; a combinação do alcance das suas fundas com o raio menor dos projéteis dos lançadores de dardos conferia à infantaria ligeira uma grande flexibilidade GOLDSWORTHY, 2009, pp. 225, 236.

[1345] CONNOLLY, 1998, pp. 134, 217-218; LE BOHEC, 2013, p. 142.

[1346] Adrian Goldsworthy afirma que: «[…] O legionário estava bem equipado e era treinado como combatente individual, mas o grande poderio do exército romano residia na disciplina e estrutura de comando, que tornavam a legião muito eficaz coletivamente. […]». GOLDSWORTHY, 2013, p. 255.

que poderiam ter os soldados romanos, mas também como poderia avançar a legião no caso de pretender precipitar a batalha.

Esta dificuldade ainda se torna mais patente admitindo-se que, nesse preciso período e através dos mesmos intervalos, estaria a dar-se simultaneamente a passagem dos vélites para a retaguarda dos hastados, o que certamente originaria grande confusão na criação da parede de escudos, bem como nas suas filas de apoio na retaguarda. Se tivermos presente que só depois da reforma de Gaio Mário ocorreu o desaparecimento deste corpo ultraleve de infantaria ligeira[1347], concluiremos que a sua existência foi uma constante desde os primeiros modelos de combate romanos; a necessidade da sua passagem para a proteção da retaguarda necessitou, pois, de ser articulada com a infantaria pesada durante um largo período de vida da legião.

Encontraremos, assim, dois grandes fluxos de milhares de soldados que estariam a percorrer o mesmo espaço físico, tendo os hastados de, progressivamente, se deslocar lateralmente e avançar as suas filas até se posicionarem na parede de escudos, enquanto os vélites realizavam precisamente um movimento de sentido contrário, em direção à retaguarda. Mesmo que, por hipótese, se admitisse como viável uma tardia deslocação dos hastados, o mesmo não seria concebível quando, já em pleno combate, tal processo tivesse de ser repetido na fila dos príncipes, com o intuito de fechar os intervalos da respetiva linha.

Se admitirmos que os hastados, vencidos pela exaustão, necessitassem de se refugiar na retaguarda dos príncipes, tal como é aceite habitualmente, não se consegue conceber como seria possível realizar esse recuo sem desguarnecer completamente a parede de escudos que sustinha a investida do inimigo, fornecendo a este a oportunidade de progredir para o interior da formação romana, o que teria funestas consequências práticas.

Não se descortina, igualmente, como este modo de operar com as duas centúrias de cada manípulo poderia ser executado quando tal se pretendesse fazer na linha dos príncipes, pois seria necessário que estes tivessem também de se deslocar lateralmente, rodarem 90 graus e avançarem até conseguir constituir a sua nova parede de escudos; ora, isso seria manifestamente impossível, atendendo a que teriam de executar todo esta operação já sob a intensa pressão de um aceso combate corpo a corpo, agravada ainda pela complexa tentativa de recuo dos hastados.

[1347] A última menção aos vélites parece estar relacionada com as campanhas de Metelo contra Jugurta, na Numídia, em 109 a.C. (MONTEIRO, 2009a, p. 54; GOLDSWORTHY, 2003, p. 47.)

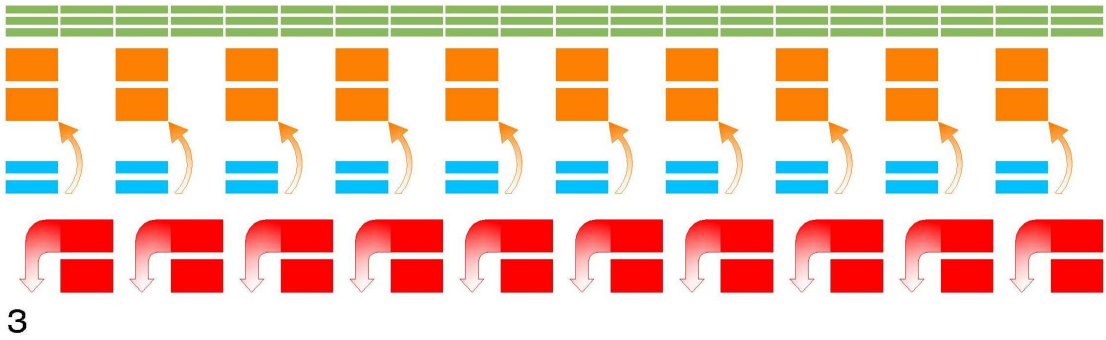


Imagem 46 - Fase 3: Se os hastados começassem a perder terreno, as suas centúrias posteriores recuavam e reabriam os intervalos. Os hastados então retiravam-se pelos intervalos dos príncipes, que, por sua vez, fechavam os seus intervalos e atacavam [desenho nosso, tendo por base: CONNOLLY, 1998, p. 140].

Atentemos ainda que, para executar a suposta passagem dos hastados para a retaguarda, estes seriam forçados a desmanchar totalmente a sua formação a fim de poderem passar pelos intervalos existentes entre os príncipes, o que de forma inevitável geraria um caos dentro da sua linha, dando oportunidade ao adversário de realizar um verdadeiro massacre[1348]. Poderemos imaginar a inqualificável perturbação tática que se geraria em tal situação, com os hastados a pretender recuar afunilando-se entre os manípulos dos príncipes e tendo de prosseguir o combate corpo a corpo, enquanto nas suas costas os príncipes fariam deslocar as suas centúrias pelo mesmo espaço, com o objetivo de fecharem a parede de escudos.

Se admitirmos que anteriormente tal recurso de fechamento da linha dos hastados teria sido teoricamente possível, atendendo à distância-tempo que poderia mediar antes do contacto corpo a corpo com o adversário, o duro combate que já se verificaria aquando da necessidade da sua retirada do campo de batalha tornaria tal movimento uma total impossibilidade e causaria um infindável caos tático com as necessárias movimentações das centúrias dos príncipes, o que acarretaria um grave prejuízo para ambas as linhas romanas. O mesmo resultado teria lugar se se verificasse a necessidade de uma suposta tentativa de passagem dos príncipes pelos intervalos dos triários, em pleno combate, tendo de desmanchar a sua parede de escudos para o poder fazer.

[1348] VEG. 3.19.

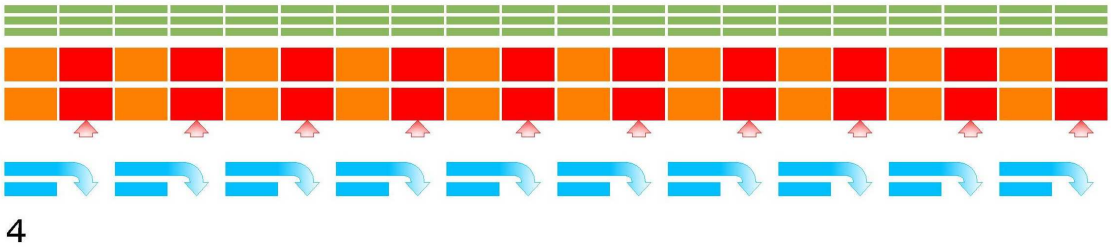


Imagem 47 - Fase 4: Se os príncipes também fossem derrotados, as suas centúrias posteriores reabriam os intervalos. Neste momento eles podiam trocar de lugar com os hastados e deixá-los fazer nova investida ou retirarem-se através dos intervalos dos triários. Após esta manobra, as centúrias posteriores dos triários fechavam os intervalos para formar uma falange sólida e todo o exército se retirava em boa ordem atrás das suas lanças [desenho nosso, tendo por base: CONNOLLY, 1998, p. 140].

Assim, com tais processos de deslocação, gerar-se-ia uma desordem tática de grandes proporções em qualquer um destes grandes fluxos de soldados. Para conseguirem alcançar a retaguarda, teriam de prescindir intencionalmente das suas formações, ou seriam forçados a fazê-lo devido à eclosão de roturas, ou à intensa pressão do ataque adversário.

Note-se ainda que ficariam primeiro, príncipes e depois, triários, no momento em que mais se exigia a sua intervenção, estorvados pelos companheiros quando estes, em fuga, necessitassem de efetuar a passagem pela sua frente, impedindo-lhes os movimentos.

Mesmo que admitíssemos que, numa fase inicial da batalha, a linha dos hastados tivesse tempo útil para se formar numa extensa parede de escudos, eliminando os intervalos, devemos observar que tal configuração não se vê de modo nenhum refletida na disposição imagética do posicionamento dos manípulos; se esta fosse realmente a configuração da parede de escudos romana, então não se poderá compreender porque não estão os seus manípulos representados desde logo lateralmente, juntos uns dos outros. Pelo contrário, apresentam claramente entre si espaços cuja função deveria ter relevância para se encontrar tão claramente expressa na disposição dos manípulos de hastados, tal como acontece em toda a tríplice az.

Assim, estamos em crer que este problema de intermutação de efetivos não teria condições de ser realizado desta forma, e a substituição dos hastados pelos príncipes teria de ser um processo mais simples e sem fazer perigar a ordem da parede de escudos, mesmo quando os primeiros sentissem necessidade de os soldados mais experientes da segunda linha os substituírem no esforço do combate.

6.3.4. O Dinamismo e Plasticidade da Parede de Escudos Romana

Torna-se, assim, forçoso reconhecer que a legião romana seria formada por uma parede de escudos, que era dinâmica, bastante resiliente e viabilizava um processo simples e seguro de alternância entre hastados e príncipes[1349].

Tais elementos fundamentais encontram-se consagrados na formulação que iremos propor daquilo que poderia ser a sua ordem de batalha, pois ela está, de algum modo, já espelhada na representação tradicional do posicionamento dos manípulos.

Apesar da regularidade com que nos são descritas as posições relativas dos manípulos, surge-nos a sensação de que existem efetivas diferenças qualitativas na função tática das linhas da tríplice az, nomeadamente remetendo a dos hastados e a dos príncipes a um papel eminentemente ofensivo[1350], enquanto a dos triários estaria vocacionada para a criação de uma barreira de perfil defensivo[1351]. Assim, esta última linha tinha, no contexto da batalha, uma função de reserva e, portanto, deveria intervir apenas em situações excecionais, em que estivesse comprometido o sucesso da batalha[1352].

Isto é taticamente visível, não só por os triários estarem bastante recuados relativamente à parede de escudos[1353], mas também por estarem armados de lanças[1354], o que certamente se constituiria como uma proteção mais robusta contra uma possível investida da cavalaria adversária, para o caso de se verificar uma desagregação das linhas ofensivas[1355]. A linha dos triários servia, pois, como um escudo de proteção que fornecia a possibilidade de uma retirada protegida dentro do caos que se gera sempre que um exército colapsa,

---

[1349] Quanto à problemática da transferência da infantaria ligeira para a retaguarda, depois de executarem a sua função de escaramuçadores, ela estaria assegurada pelos corredores que temporariamente se abririam nas linhas ofensivas, pois, sendo estas constituídas por uma formação não compacta, teriam facilidade de se desviar ligeiramente para permitirem a sua passagem para a retaguarda. Note-se que o dinamismo da formação da parede de escudos integraria espaço suficiente para se poder organizar momentaneamente com várias configurações e, mormente, com a abertura de corredores de passagem. A qualidade do espaço ideal de combate de um legionário era substancialmente diferente daquilo que acontecia com a rígida formação falangística; era relativamente fácil viabilizar a passagem de um companheiro, fazendo tão só um pequeno desvio do corpo, sem que isto implicasse uma desorganização da respetiva formação.

[1350] BRIZZI, 2004, p. 50.

[1351] BRIZZI, 2004, p. 51. GOLDSWORTHY, 2011, p. 109. GOLDSWORTHY, 2009, p. 75.

[1352] CONNOLLY, 1998, p. 128.

[1353] MONTEIRO, 2009a, p. 54.

[1354] GOLDSWORTHY, 2003, p. 30.

[1355] SEKUNDA; MCBRIDE, 1996, pp. 35-36.

servindo como uma forte barreira à progressão do inimigo e[1356], inclusive, cortando o acesso ao acampamento[1357]. Eram funcionalmente tropas que deveriam permanecer fixas e, portanto, eram pouco dinâmicas; a sua intervenção só seria reclamada numa emergência, o que justificaria que o seu número fosse bastante mais reduzido, sendo cerca de metade do que seriam os efetivos de cada uma das outras linhas[1358].

Repare-se também que a soma das duas linhas de hastados e de príncipes configurava, por si só, uma barreira contínua de manípulos que garantiam uma linha de um extremo ao outro da formação da infantaria pesada.

Atendendo a uma análise relacional de todos estes elementos, é plausível propor que o funcionamento tático da legião se poderia processar segundo o seguinte modelo:

Os manípulos das linhas ofensivas, que seriam formadas pelos hastados e príncipes, articulavam-se mutuamente, formando, desde o início da batalha, toda a extensão da parede de escudos[1359]. Imediatamente na retaguarda desta encontravam-se três ou quatro filas de soldados que garantiam o seu constante refrescamento[1360].

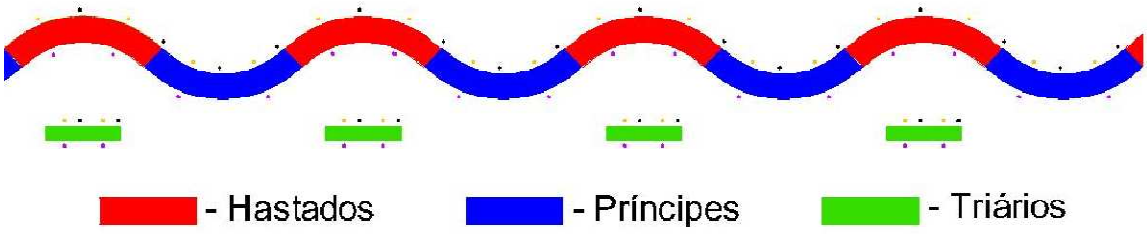


Imagem 48 - Ordem de Batalha da Legião, conforme proposta neste capítulo, representando 8 manípulos. (desenho nosso)

Segundo a hipótese de Peter Connolly, as duas centúrias de cada manípulo, antes de começar a batalha, encontrar-se-iam uma atrás da outra, ficando uma delas na vanguarda, no local onde se forma a parede de escudos, enquanto a outra se posicionaria imediatamente na sua retaguarda[1361]. Admitindo-se que cada centúria era formada por cerca de oitenta homens,

[1356] FERRILL, 1986, p. 29: «[…] As a result, contrary to the usual rule in pre-modern military history, Romans inflicted heavy casualties even when they were defeated. Normally Romans did not run (which is when the heaviest casualties are taken). […]»
[1357] CONNOLLY, 1998, p. 142.
[1358] GOLDSWORTHY, 2003, p. 27.
[1359] Sendo os exércitos consulares formados habitualmente por duas legiões a parede de escudos seria, pois, formada pela justaposição lateral de ambas.
[1360] Esta matéria encontra-se desenvolvida no Anexo 9 "Ordem de Batalha da Legião, conforme proposto no subcapítulo 6.3.4"
[1361] CONNOLLY, 1998, p. 140.

poder-se-á admitir que a linha frontal da centúria mais avançada seria formada por cerca de vinte elementos, de modo a poder organizar-se em conjuntos de quatro filas.

Se atendermos a que seria possível treinar estas várias filas de 20 elementos numa linha conjunta que se pudesse submeter a um mínimo encurvamento entre os seus efetivos com apenas cerca de 9 graus relativamente aos companheiros laterais, realizando uma convexidade num ângulo que não perdesse eficácia tática e coesão, seria então possível formar uma linha frontal encurvada em semicírculo que fosse 'encostar' nos grupos dos príncipes que lhe estaria contíguo, embora um pouco mais recuado. As quatro filas de hastados formar-se-iam assim numa suave fiada curva saliente, que formava a parede de escudos na sua área de combate e que se deveria prolongar até fazer corpo com as centúrias de vanguarda do manípulo dos príncipes que, também formado em quatro filas, apresentaria uma suave curvatura, de perfil agora côncavo. Este, por sua vez, estabeleceria a continuidade da parede de escudos, fazendo a ligação com o próximo manípulo de hastados, que estaria novamente formado num semicírculo de forma convexa. Segundo esta hipótese, a parede de escudos da ordem de batalha romana não deveria ser uma comum linha direita, mas outrossim deveria formar-se, desde o início da batalha, como uma linha sinuosa contracurvada com saliências nos hastados e reentrâncias nos manípulos de príncipes[1362].

Esta imensa linha, com todos estes manípulos, formava uma contínua parede de escudos que preenchia todo o espaço frontal da infantaria pesada e seria, assim, extraordinariamente resiliente às investidas adversárias, pela sua enorme elasticidade, tendo uma notável capacidade de se moldar às diferentes exigências criadas pelo ímpeto adversário. Tal dispositivo teria a capacidade de se adequar, com grande eficácia, aos diferentes tipos de esforço exigidos nas diferentes secções, visto que o embate físico com o adversário exigirá diferentes respostas táticas e de esforço conforme a capacidade e a fúria dos corpos adversários que sobre ela investem. Mesmo que se admitisse uma completa simultaneidade no embate físico com a totalidade dos corpos das tropas inimigas, o que não será garantido, visto que a sua progressão está condicionada pela sua maior ou menor capacidade de avanço e de ultrapassar possíveis obstáculos no terreno, o esforço exigido para suportar e neutralizar a investida será muito diferente ao longo de muitos pontos da parede de escudos. A linha ofensiva romana – que seria assim formada pela soma de hastados e príncipes – apresentaria não só uma grande elasticidade tática, atendendo a que poderia aumentar ou diminuir facilmente o número de soldados nas suas linhas, mas teria também a

[1362] Ver imagem da "Ordem de Batalha da Legião, conforme proposto no subcapítulo 6.3.4" - Anexo 9.

possibilidade de executar o recuo das suas partes mais salientes e de promover o avanço imediato das suas partes mais retraídas, permitindo calibrar de forma extraordinariamente inteligente o esforço prático verificado logo após o embate físico[1363].

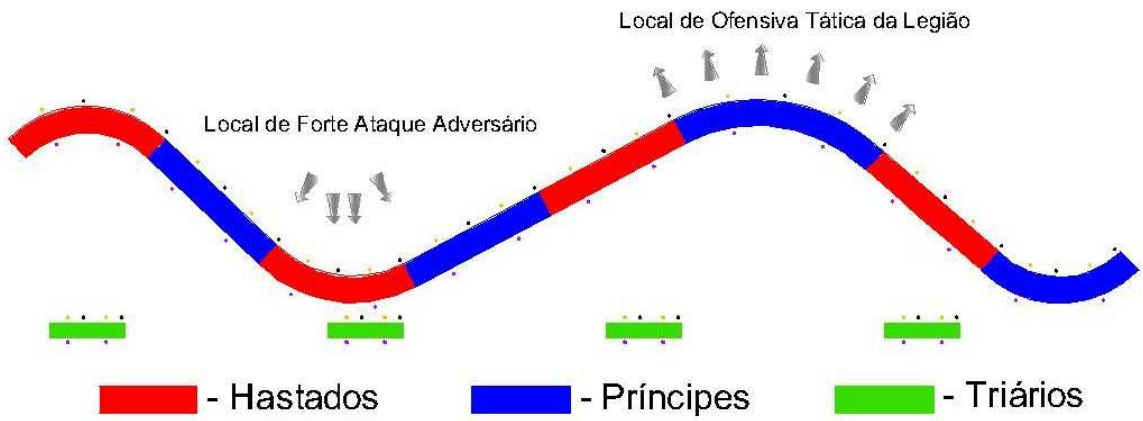


Imagem 49 - Momento Dinâmico do Combate da Legião, representando 8 Manípulos. (desenho nosso)

A elasticidade é, até do ponto de vista da Física nos seus processos mecânicos, a melhor garantia de que uma estrutura não está sujeita a uma rotura, pois exibe uma enorme capacidade de se adaptar às exigências que lhe são impostas. Assim aconteceria com a parede de escudos romana, que teria taticamente condições ideais para acomodar o ímpeto heterogéneo do ataque adversário. Com este suave encurvamento das várias filas que formavam as duas centúrias das linhas de hastados e príncipes, conseguir-se-ia o objetivo de expor os manípulos dos primeiros ao principal ímpeto do combate numa fase inicial, pois estes ficariam mais salientes e, portanto, dir-se-ia assim que ligeiramente mais próximos do contacto direto com o adversário. Este posicionamento dos hastados obrigá-los-ia a enfrentar grande parte do peso do primeiro embate com o inimigo, ficando os príncipes mais resguardados na ordem de batalha sem, todavia, deixarem de participar no esforço da peleja desde o seu início.

Nem se entenderia bem porque os príncipes, em número tão significativo e com uma importante experiência de combate, ficariam inativos durante grande parte da peleja, secundarizando-se assim este corpo essencial das qualificadas tropas romanas. A força do desempenho da legião residiria, não só na sua disciplina, nas suas linhas de comando, no seu equipamento, mas muito também na sua capacidade de submeter o adversário a um forte ataque simultâneo, realizado com uma parede de escudos elástica e multiforme. Nem se

[1363] Esta matéria encontra-se desenvolvida no Anexo 10 "Ordem de Batalha e Momento Dinâmico do Combate da Legião Conforme Proposto no Subcapítulo 6.3.4."

compreenderia bem como o exército romano poderia manter os seus príncipes inativos numa linha inteiramente resguardada do combate, tendo todas as filas da sua poderosa linha disponíveis para o combate desde o seu início; elas ficariam, assim, inutilmente à espera que os hastados realizassem sozinhos todo o esforço inerente. Seria mais do que compreensível que a legião realizasse uma gestão inteligente dos seus recursos, estabelecendo tropas que ficariam em reserva tática, tal como estava consagrado na expressiva linha defensiva dos triários; mas seria pouco avisado, e dir-se-ia mesmo imprudente, manter milhares dos seus melhores soldados em total inação durante grande parte da refrega, quando estes poderiam capitalizar as suas competências no esforço conjunto, com os mais inexperientes hastados[1364].

Notemos mesmo que Vegécio, quando apresenta os sete modos tradicionais de dar batalha, faz uma importante referência à constituição de uma linha de perfil reto, característica importante que não apresenta para nenhum dos outros modos, embora estes tenham de ser igualmente constituídos por dispositivos táticos em que os soldados teriam também de estar dispostos em linha. No sexto modo, designado por az oblíqua e que é subsidiário do segundo, em que nos fala do protótipo que, na sua opinião, é o melhor modelo para dar combate, Vegécio diz que, com este, se conseguia vencer mesmo com poucos homens. Tal resultaria do facto de o adversário se ver impossibilitado de socorrer o seu flanco esquerdo, tanto a partir do seu lado direito, como do meio da formação, devido ao pronunciado recuo da az romana. Neste modelo, a ala esquerda do exército romano encontra-se, segundo as suas palavras, alongada em linha reta, à maneira de um espeto, de uma haste direita, e progride afastando-se para longe do alcance da ala direita adversária. A ênfase nesta descrição, quanto a uma tão pronunciada formação reta, poder-nos-á legitimar a leitura de que as linhas romanas não exibiriam sempre uma configuração uniformemente direita, mas poderiam serpentear, exibindo alternadamente partes mais salientes e outras mais recuadas, quer isto fosse para viabilizar uma adaptação aos desníveis do terreno, quer expondo deste modo os manípulos de hastados ao primeiro choque com a formação inimiga[1365].

[1364] Poder-se-ia mesmo propor uma analogia com a gestão tática de um exército moderno, admitindo, por absurdo, que este não interviria com a sua artilharia até uma fase bastante adiantada da batalha, quando poderia obter melhores resultados com a simultaneidade do esforço conjunto dos seus corpos. A linha dos príncipes era certamente um dispositivo demasiado importante para o papel retardatário que lhe tem sido atribuído, pois representava a excelência das armas romanas, sendo formado por homens em que estavam reunidas a experiência de combate e vigor físico.

[1365] VEG. 3.20.

Mesmo que, teoricamente, admitíssemos que a parede de escudos romana seria formada numa linha reta, seria quase inevitável que ela começasse a apresentar notórias ondulações, assim que se iniciasse o combate. O grau de ímpeto e ferocidade da investida sobre ela não seria homogéneo e, atendendo à sua longa extensão, faria com que ela fosse perdendo rapidamente o seu carácter retilíneo. A própria necessidade de resposta dos legionários romanos ao ímpeto desses diferentes pontos de ataque, também contribuiria decisivamente para o encurvamento da sua linha, demonstrando que os Romanos estariam habituados a lutar mesmo quando a sua parede de escudos tivesse de apresentar notórias oscilações para manter a sua continuidade, sendo assim necessário que estes estivessem treinados para lutar sob tais condições. Poder-se-ia mesmo dizer que a função de um soldado romano na parede de escudos não seria mais do que o preenchimento físico do local específico onde este se encontrava, onde deveria lutar e, com o seu escudo, procurar fazer a ponte entre os seus dois companheiros laterais. Independentemente do seu ângulo, tal funcionalidade tática só estaria realmente posta em causa se a distância entre estes últimos fosse demasiado pronunciada e ele perdesse a possibilidade de assegurar o contacto lateral com qualquer um deles. Dir-se-ia mesmo que a mais importante função dos homens da segunda fila deveria ser precisamente a de prevenirem tais situações e de, rapidamente, ajudarem a preencher qualquer espaço excedentário na parede de escudos. Criar-se-iam como que várias grandes reentrâncias na parede de escudos, que taticamente apresentariam várias vantagens relevantes.

Uma primeira vantagem seria um efeito desconcertante entre as tropas adversárias, pela sinuosidade da linha, provavelmente levando a hesitações na escolha do ponto de contacto com os Romanos, visto que os elementos adversários que se encontrassem na direção de ataque dos príncipes teriam consciência de que o seu movimento frontal os levaria a entrar num perigoso "bolsão" formado pelos Romanos. Entrar e lutar dentro de tal reentrância deveria ser não só assustador, pois estariam ou poderiam vir a ser facilmente cercados, como também obrigaria esses soldados a lutar sob um pronunciado condicionamento espacial.

Em segundo dir-se-ia que, durante a aproximação realizada pelo adversário logo no início da batalha, tendo estes a consciência de que muitos dos seus efetivos avançavam em direção aos manípulos mais recuados, procurariam fazer um desvio que lhes permitisse direcionar-se para um confronto com os Romanos mais expostos, implicando isto que muitos dos seus efetivos se movimentassem potencialmente, tendendo para um desvio lateral. Seria, pois, possível que tal hesitação e redireccionamento na sua progressão devesse causar

alguma confusão no avanço do exército adversário, que passaria a progredir também com linhas tendencialmente oblíquas. Isto poderia, não só desorganizar a homogeneidade do seu ataque, como também estorvar a execução de qualquer plano tático previamente estabelecido.

Seria possível que nos manípulos de hastados se lutasse, na fase inicial da batalha, em condições bastante similares ao que aconteceria se a parede de escudos fosse totalmente reta, podendo estes até executar pequenos recuos para acomodar o ímpeto do embate das tropas adversárias. Seria mesmo de esperar que os ataques massivos realizados por adversários particularmente fogosos na investida inicial, como os Gauleses ou os cavaleiros germânicos, pudessem levar a um forte embate na parede de escudos, originando a necessidade de amortizar o choque por um pequeno recuo. Não deveremos perder de vista que era escasso o apoio físico direto garantido pelos elementos de uma segunda fila na linha de hastados e príncipes, pois o espaço ideal de combate não favorecia este tipo de contacto. Assim, a parede de escudos era realmente formada por uma única fila de soldados que deveriam fazer todo o esforço para suportar o embate violento com o adversário.

A típica posição de combate, apresentando as duas pernas consideravelmente afastadas e conferindo estabilidade à posição do soldado[1366], deveria, no conjunto formado pela parede de escudos, conferir resistência suficiente para suportar o embate do inimigo, nomeadamente travando-o por meio de rápidos golpes desfechados com a ponta dos gládios[1367].

Dever-se-á também salientar a considerável preparação física que deveriam possuir os soldados romanos[1368], resultado de um treino intensivo[1369] potenciado ainda por longas caminhadas ao longo de muitos anos, o que lhes conferiria uma enorme capacidade muscular[1370]. Toda esta pujança física seria ainda otimizada pela inevitável descarga de adrenalina inerente ao início do confronto.

[1366] CONNOLLY, 1998, pp. 131, 133

[1367] Para uma compreensão mais detalhada do tipo de golpes que deveriam ser aplicados pelos legionários com os gládios quando lutavam na parede de escudos consultar os subcapítulos 7.4 e 9.4.3.

[1368] Dir-se-ia que a preparação física básica de qualquer soldado romano era extremamente dura e suportada por um treino quotidiano que poderemos considerar dos mais exigentes mesmo dentro do universo militar. Poder-se-á dizer, a título de exemplo, que cada soldado tinha que obrigatoriamente que realizar rápidas marchas de quase quarenta quilómetros em cerca de cinco horas, carregados com todo o seu equipamento. Diga-se que as suas armas, armadura e sacos de suporte logístico pesavam mais de 25 quilos e por vezes parte destes trajetos eram realizados em terrenos de relevo difícil, fora das estradas. A repetição constante de tão ingentes esforços durante anos deveria conferir a cada legionário uma preparação física bastante acima da média. Apesar do homem romano ter habitualmente baixa estatura, este tipo de treino dever-lhe-ia conferir uma poderosa força muscular que se tornava um aspeto relevante quando lutava corpo a corpo. HEATHER, 2010, p. 9.

[1369] LE BOHEC, 2013, pp. 142-145, 147-148.

[1370] O'CONNELL, 1989, p. 92.

Em geral, a boa forma dos legionários resultava também de um vasto conjunto de medidas associadas às condições sanitárias e à alimentação, que eram ciosamente acauteladas na logística, nomeadamente nos acampamentos[1371]. Nestes, eram criadas boas condições para o alojamento de todos os soldados em tendas[1372], havendo espaços próprios para os animais; também havia lugar à construção de latrinas e um particular cuidado com a preservação dos alimentos[1373]. Sabemos hoje que a dieta dos soldados romanos era variada e, apesar do importante papel que desempenhavam os cereais, nomeadamente o trigo, eles consumiam ricas fontes de energia ao ingerir boas quantidades de carne e de peixe, sem esquecer legumes como o feijão ou as lentilhas, além do vinho[1374].

O equilíbrio prático do combate estaria em grande parte sob o controlo dos centuriões, que deveriam estabelecer a boa ordem das zonas de saliência e reentrância na parede de escudos, procurando ajustá-la ao que seria mais adequado, tendo em atenção as especificidades do terreno e o tipo de ataque e de armamento do inimigo. Um dos mais relevantes aspetos é o facto de que a parede de escudos romana poderia assim ser calibrada num modelo multiforme, que ao longo da sua extensa linha estava capacitada para apresentar áreas com saliências e reentrâncias mais ou menos pronunciadas, com a possibilidade ainda de apresentar diferenças na extensão da frente de cada manípulo e, inclusive, prescindir da simetria na alternância entre côncavos e convexos.

A habitual diferença atribuída ao posicionamento dos manípulos de hastados e príncipes, com os primeiros na linha da frente e os segundos numa mais recuada, serviria desde logo para fornecer uma boa orientação aos legionários, mas seria bastante possível que esta diferença entre as suas localizações no terreno não fosse tão radicalmente marcada. Ser-nos-á possível, sem fazer perigar a estrutura da legião, conceber um ligeiro avanço dos manípulos dos príncipes de modo a poderem penetrar ligeiramente por entre os hiatos na

---

1371 O'CONNELL, 1989, pp. 87, 99.

1372 A construção de um acampamento era um aspeto fundamental para a segurança noturna de uma legião em campanha. Apesar das suas consideráveis dimensões, a sua execução era bastante rápida, pois os seus trabalhos estavam todos previamente distribuídos e cada soldado sabia em detalhe o que tinha de fazer. Para o construir os soldados cavavam um fosso (*fossa*) que marcava todo o seu perímetro, lançando a terra para trás deste primeiro obstáculo com o fim de criar uma elevação de terra (*agger*) sobre a qual, em seguida, erguiam uma paliçada (*vallum*) com estacas fortemente cravadas, que os próprios legionários transportavam consigo. A técnica de construção era tão considerável que os oficiais possuíam uma fórmula para calcularem rapidamente o perímetro necessário para que o acampamento tivesse o tamanho necessário para albergar as tropas. O cálculo matemático dizia que este deveria ser construído tendo duzentas vezes a raiz quadrada do número de coortes que se pretendiam acampar. HEATHER, 2010, p. 6.

1373 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 82-87, 169-172.

1374 Adrian Goldsworthy, tomando como referência a dieta dos soldados do exército do final da República, diz-nos que a ração dos legionários era composta por cereais, vegetais frescos e carne de vaca, de carneiro, de galinha, procurando assim erradicar a errónea ideia de que os soldados romanos eram eminentemente vegetarianos (GOLDSWORTHY, 2011, p. 278).

linha dos hastados. Isto permite-nos continuar a falar de um posicionamento recuado dos príncipes, mas cuja graduação se pode ajustar às necessidades práticas do combate. Tal permite-nos igualmente conceber que a sinuosidade da parede de escudos poderia ser bastante esbatida conforme se salientasse mais ou menos esta interpenetração das linhas ofensivas, mantendo sempre a independente reserva tática dos triários na sua retaguarda.

Após o início da batalha, seria possível que muitos dos mais expostos manípulos de hastados tivessem a capacidade de suportar o impacto da investida e não se vissem forçados a procurar acomodá-la com um ligeiro recuo, enquanto outros seriam possivelmente levados a fazê-lo, o que ocasionaria de imediato uma maior exposição lateral das formações de príncipes contíguas, que passariam a poder auxiliar no esforço do combate. Estes últimos, se necessário, poderiam até avançar e ultrapassar a linha onde, inicialmente, se localizavam os hastados, sempre dentro de uma lógica de reequilíbrio de forças e com movimentos pendulares das formações. Esta constante calibragem da parede de escudos deveria ser avaliada e executada constantemente, regulada pelas necessidades práticas do combate e orientada segundo as ordens dos centuriões, coadjuvados pelos seus respetivos optios.

O combate é uma desgastante tarefa que congrega, sempre em simultâneo, duas dimensões distintas: por um lado, a regularidade de um conjunto de movimentos físicos, que são habituais e executados segundo uma rotina previsível dentro da experiência de cada soldado e que lhe foi igualmente ministrada no treino; e por outro, qualquer exceção a este equilíbrio, geradora de um efeito assustador e rapidamente desagregador da boa ordem da formação. O início de uma desagregação poderia ser causado por um sem número de fatores, que poderão ir do colapso simultâneo de vários soldados, que lutam numa mesma secção da parede de escudos, até uma repentina investida mais intempestiva do adversário em algum ponto específico.

O combate é, pois, uma tarefa que tende para a entropia e para gerar um caos provocado pela experiência extrema a que submete todos os seus participantes e o esforço da máquina militar deve ser o de lhe impor precisamente o contrário, criando as condições para estabelecer a ordem e a regularidade. Para tal, cada exército é constituído por uma rígida hierarquia, que estabelece as cadeias de comando que devem ser obedecidas rapidamente por toda a estrutura, sob pena de uma desarticulação prolongada causar um desequilíbrio irreparável. Dentro do exército romano, tal função fundamental era atribuída aos centuriões, que deveriam, *in loco*, estar atentos e solucionar na prática qualquer eventual início de desequilíbrio, devendo com gestos e avisos sonoros tomar imediatas medidas para solucionar tal ocorrência. O centurião ideal seria aquele que, baseado na sua vasta experiência em

combate, conseguisse prever onde se daria esse desequilíbrio e tomasse antecipadamente medidas para o prevenir. Poder-se-á, portanto, dizer que a experiência de guerra do exército romano estaria assim concentrada no conhecimento prático de 40 comandantes que, estando atentos a cada segundo dos acontecimentos e a cada metro da parede de escudos, forneciam rápida e eficazmente a solução para prevenir qualquer rotura[1375].

Esta enorme plasticidade no movimento dos manípulos de hastados e príncipes conferia uma extraordinária resiliência à linha de combate romana, permitindo que alguns dos manípulos destes últimos, constituídos por homens mais experientes na guerra, tomassem nas mãos o esforço do combate, avançando agressivamente por entre a massa do exército adversário. Estes, ao tornarem os seus manípulos salientes, permitiam aliviar a intensidade do esforço aos companheiros mais novos dos hastados, fazendo com que ficassem mais protegidos ao recolherem-se no interior de uma área reentrante.

Repare-se que, segundo o processo tático proposto, se integram, dentro do mesmo movimento, o propalado maior esforço inicial que era pedido aos jovens hastados, que este era secundado com o apoio dos mais experientes príncipes e que estes estavam posicionados de modo a que lhes fosse possível avançar e calibrar o esforço despendido conforme a investida do adversário. Hastados e príncipes lutariam assim continuamente desde o início da refrega, mas o esforço que lhes era pedido iria sendo doseado e reavaliado momento a momento, de modo a que não se verificasse o colapso de qualquer dos seus manípulos. Neste mesmo sentido poder-se-ia verificar um movimento de reinvestida dos hastados sempre que tal fosse exigível e que estes tivessem condições de suportar a principal pressão, nomeadamente depois de um período mais dilatado de combate dos príncipes.

Deveremos ter ainda em atenção que o avanço ou o recuo de qualquer destes manípulos exigia um movimento coordenado das suas três ou quatro filas, que deveriam procurar manter sempre a regularidade do seu espaço ideal de combate, apesar de terem de efetuar a sua deslocação sob a pressão do combate[1376]. A coordenação de tal manobra deveria estar integrada no treino regular quotidiano, pois o processo de transformação de uma fila encurvada saliente para uma fila retraída e vice-versa, teria que ser executada com uma boa

[1375] Sendo o número total dos centuriões de 60, circunscrevemos a 40 o número dos que estariam mais ativos durante a batalha, pois os 20 que estavam no comando dos triários estariam em reserva, para poderem prevenir qualquer eventualidade. Após a reforma de Gaio Mário, momento em que os triários deixaram de estar tolhidos nos seus movimentos ao terem deixado as pesadas lanças, a sua participação na batalha deverá ter sofrido um substancial incremento, ao serem estas centúrias utilizadas de forma mais dinâmica como unidades que poderiam não só expandir a extensão da formação romana, permitindo atingir os flancos do exército adversário, como serem destacados para executar outros ataques cirúrgicos.

[1376] ERAMO, 2015, pp. 450-451.

coordenação, atendendo a que a sua extensão teria de sofrer várias rápidas mutações durante o processo, nomeadamente no que concerne ao número de efetivos que integravam cada fila.

Temos assim que considerar que o número de legionários que formavam a fila, no momento em que esta tivesse de passar a exibir uma configuração reta, ponto de transição necessário durante o processo que lhe permitia atingir o aspeto contrário ao que tinha, era necessariamente menor do que acontecia quando encurvada, mas com a necessidade de ir integrando mais elementos à medida que executasse o novo encurvamento. Dir-se-ia, pois, que teria de existir uma interação muito estreita na passagem de legionários entre as diversas filas de cada linha, de modo a que o número necessário de soldados fosse, em cada uma, sendo reduzido no início da deslocação e reintegrado até esta voltar a estabilizar, pois só assim os Romanos poderiam garantir que cada homem mantinha no essencial o seu espaço ideal de combate e que era fundamental para o seu bom desempenho.

Não seria, no entanto, algo de muito complexo de ser realizado pela relativa liberdade de movimentos que tinham os soldados romanos na sua formação. Assim, uma fila que pretendesse recuar da posição saliente para uma recuada, teria em cada fila que fazer apenas com que alguns dos seus elementos recuassem mais depressa do que os seus dois companheiros laterais, podendo estes fechar o espaço aberto pela ausência, favorecidos também pelo movimento de recuo que deveriam realizar, embora de modo menos pronunciado e rápido que o seu companheiro.

Quando o movimento exigido fosse de uma fila retraída para se transformar em saliente, o processo seria ainda mais fácil, bastando para a encurtar que alguns integrantes da fila não se deslocassem tão rapidamente como os seus dois companheiros laterais, fechando estes o espaço à sua frente com o avanço dos seus escudos e executando um movimento contrário assim que fosse necessário proceder ao seu aumento até estabilizar no tipo saliente de encurvamento. Deveremos ter em atenção que só a parede de escudos, ou seja, a fila exterior das linhas de hastados e príncipes, estariam submetidas à pressão do combate direto, sendo aí que os centuriões mais deveriam fazer incidir os seus esforços na coordenação destas movimentações, com os seus gestos, ordens verbais e sonoras através dos seus apitos.

Deveremos ainda lembrar que a técnica de aplicar violentos encontrões no adversário com os escudos, utilizada pelos legionários, poderia facilitar muito estes movimentos de avanço e recuo das filas, pois permitia criar no adversário um momento de hesitação útil que

poderia viabilizar as movimentações do soldado romano, enquanto o seu contendor procurava recuperar de novo o equilíbrio e a capacidade de investir[1377].

Não seria de estranhar que os soldados romanos exibissem grande à vontade na criação destas estruturas serpenteantes, formadas por grandes saliências e reentrâncias, pois tudo indica que o seu treino, o seu perfil de combate e a sua organização permitiriam uma dinâmica muito flexível. Poderemos, com facilidade, entrever tais tipos de formação, de ainda maior complexidade, como a que nos é descrita por Vegécio, quando este nos fala da barreira criada em certas zonas da parede de escudos, nos locais onde ela sofria alguma rotura momentânea. Diz-nos este autor que uma das competências dos soldados romanos, para prevenir as funestas consequências de tais brechas, seria a da rápida formação de um recurso designado por "serra", o qual impediria os efetivos adversários de conseguirem penetrar em massa na linha romana[1378]. A barreira que impedia um tal fluxo deveria, atendendo ao nome que lhe era atribuído, ter uma configuração em "dente de serra", sabendo-se que tal instrumento dentado era, desde há muito, utilizado pelos Romanos como ferramenta de corte para as mais diversas atividades da vida quotidiana. Se a formação desta circunscrita barreira podia apresentar alguma similitude com os dentes cortantes desta ferramenta, num espaço com dimensões bem mais reduzidas do que teria a totalidade da parede de escudos, então dever-se-á inferir que, com bem maior facilidade, poderiam formar uma grande linha serpenteante com os manípulos de hastados e príncipes.

Uma outra disposição das centúrias de cada manípulo é proposta por Políbio, quando este afirma que, quando ambos os centuriões de um manípulo se encontravam em campo, aquele que tinha sido eleito em primeiro lugar comandava a centúria da direita e o segundo a da esquerda, sugerindo assim que estas se encontravam colocadas lado a lado[1379]. Nesta mesma perspetiva, Raffaele D'Amato diz-nos que o oficial que comandava a centúria da direita, dentro de um determinado manípulo, era identificado como centurião *prior* sendo o

[1377] A técnica de aplicar violentos golpes no adversário com os grandes e pesados escudos legionários era há já muito conhecida no exército romano, estando claramente referenciada pelo menos desde o comando e treino das legiões de Cipião "O Africano". Desenvolveremos uma análise desta técnica quando tratarmos da 'dialética material' entre o uso do gládio e a utilização dos *scutum*. No entanto, para que seja possível compreender desde já o seu efeito, adiantaremos que estas pancadas ou empurrões poderiam ter um grande ímpeto, não só pela forma horizontal como estava colocada a pega de sustentação, o que permitia segurá-lo com a mão e empurrar com o cotovelo, mas também porque tal movimento poderia ser otimizado com uma aplicação do joelho, visto que o escudo se prolongava até à altura deste. A combinação coordenada destes dois fortes pontos de força permitiria aplicar uma demolidora pancada no oponente, que o faria pelo menos ter um lapso de hesitação durante o combate, enquanto procurasse recuperar do golpe.

[1378] VEG. 3.19; MONTEIRO, 2009a, p. 59.

[1379] PLB. 6.24.

comandante da esquerda denominado de *posterior*[1380]. Também Adrian Goldsworthy refere a lateralidade das centúrias dentro do respetivo manípulo[1381]. Aliás, este mesmo autor, na representação gráfica daquilo que ele intitula de "legião polibiana" representa claramente as duas centúrias de cada manípulo posicionadas ao lado uma da outra[1382].

Se tal disposição centurial seria incompreensível para o funcionamento da legião proposto por Peter Connolly, seria, no entanto, não só compaginável com o modelo que apresentamos, como também facilitaria muito a realização da sua disposição encurvada, ao ser constituída por uma formação com um número substancialmente maior de efetivos. Atendendo a que cada manípulo disporia assim de uma parede de escudos com pelo menos 40 legionários, o ângulo necessário para realizar o arqueamento da formação seria quase nulo, com pouco mais de 4 graus entre cada soldado, visto que se manteriam os 180º correspondentes à semicircunferência[1383].

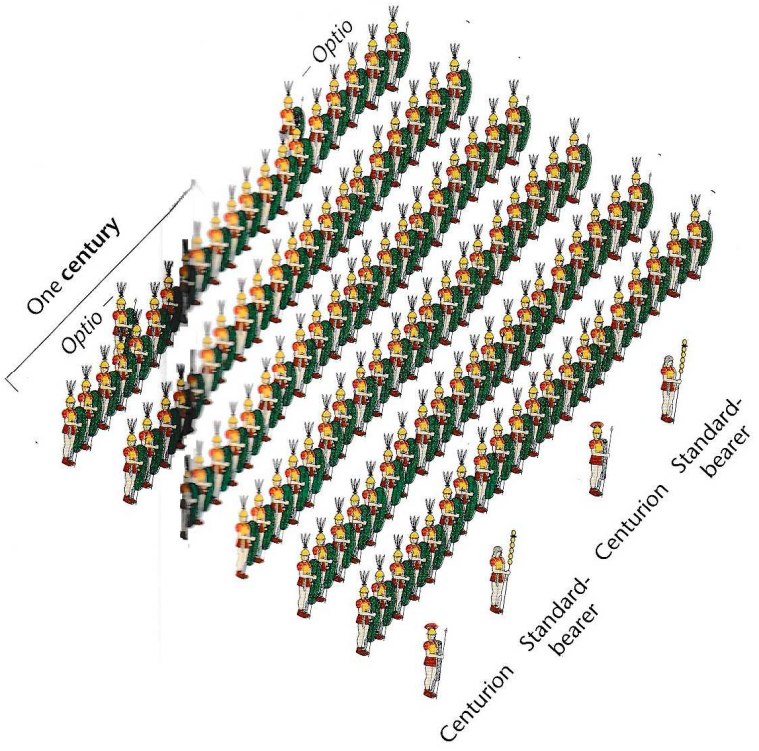


Imagem 50 - Representação de um manípulo de uma legião, do período anterior à reforma de Mário, na qual as duas centúrias se encontram representadas lado a lado. [in GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-27].

Dir-se-ia, pois, que no modelo proposto seria viável a disposição que nos é deixada por Políbio, indo diretamente ao encontro da descrição que o importante historiador romano nos legou, sabendo nós que este foi um dos mais fiáveis narradores da sua época[1384].

[1380] D'AMATO; RAVA, 2011, p. 8.
[1381] GOLDSWORTHY, 2009, p. 55.
[1382] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-27.
[1383] Não seria obrigatório, na formação segundo o modelo proposto, que os manípulos dos príncipes estivessem na prática tão notoriamente recuados relativamente aos dos hastados. O seu posicionamento poderia, e provavelmente deveria, ser menos pronunciado e, atendendo a que era organizado pelos centuriões, poderia ter em atenção algum aspeto acidental do terreno.
[1384] GOLDSWORTHY, 2003, p. 9; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 21-23; LE BOHEC, 2013, p. 13.

Torna-se, assim, compreensível a característica facilidade com que a parede de escudos romana se poderia alargar, recuar ou avançar, sendo função dos centuriões a sua manutenção, acudindo a zonas onde um mais esforçado ataque do adversário pudesse fazer perigar a respetiva solidez e continuidade. Para tal comando rápido podiam contar com os seus gestos, as suas ordens verbais, os seus apitos e, sobretudo, com a disposição dos estandartes. Estes deveriam funcionar como sinalizadores visuais dos pontos onde o combate estava a ser mais renhido, podendo ser deslocados lateralmente por ordem do centurião, levando a que os soldados das filas mais recuadas tendessem a convergir para essa localização, devido ao fluxo quase permanente de soldados dentro das linhas romanas.

O posicionamento do estandarte poderia também colaborar com a estabilização da parede de escudos, gerindo uma possível tendência de exagerado avanço de alguma centúria levada pelo entusiasmo ao terem obtido bons resultados, ou mesmo procurar aguentar a unidade da formação num momento em que fosse necessária uma maior coesão para acomodar uma investida mais violenta. No entanto, deveria ser mais motivador e seguro, para uma formação com o perfil da legião, o movimento de progressão dos manípulos no terreno, não só por permitir aos legionários a sensação de esmagamento do adversário, como também pela certeza conferida aos seus passos, ao poder ver com nitidez por onde se realizava o seu avanço e evitando assim algum escolho ou pequeno acidente. Assim, poder-se-ia dizer que a progressão da legião no campo de batalha dever-se-ia fazer de forma pendular e seccionada pelos diferentes manípulos, e, portanto, o seu avanço não deveria ser simultâneo em toda a extensão da parede de escudos. Seria mesmo de admitir que estivesse prevista, ou pelo menos latente, durante o combate, uma contínua alternância entre a progressão dos manípulos de hastados e o avanço realizado pelos príncipes, por forma a apoiarem-se mutuamente.

Seria plausível admitir-se, também, que a recuada linha dos triários se deveria manter como uma reserva emergencial, caso a real força de combate ativa entrasse em colapso. Enquanto estes estiveram munidos de lanças, seria possível acreditar que apresentassem tendência para uma certa estaticidade[1385], sabendo-se que muitas vezes se posicionavam mesmo como uma linha fixa, ao chegarem a colocar um dos joelhos no chão[1386]. Gaio Mário, na sua profunda reforma do exército romano, com a uniformização do equipamento,

[1385] A proficiente utilização de lanças para travar uma investida de cavalaria seria um antigo recurso tático, mas a prática de batalha demonstrou que um corpo de infantaria pesada, desde que conseguisse manter a sua coesão, seria igualmente uma barreira eficiente contra tropas montadas, mesmo utilizando espadas.

[1386] SEKUNDA; MCBRIDE, 1996, p. 35.

conferiu-lhes um novo dinamismo tático, ao fazer com que os triários passassem também a estar munidos de gládios[1387].

6.3.5. O Processo de Embolsamento Tático

A perceção e defesa que cada soldado romano faz do seu espaço ideal de combate, em estreita articulação com os companheiros no seu entorno, é um dos pilares fundamentais do funcionamento tático da legião.

Este tipo de justaposição permitiria aos soldados romanos uma considerável flexibilidade nas suas linhas e facultava-lhes a execução de movimentos de alargamento, estreitamento, avanço e recuo, sem que estes os fizessem perder a perceção intuitiva da cadeia de defesa comum constituída pela articulação lateral que fora incutida durante anos pelo tipo de treino coletivo a que eram submetidos.

A compreensão do seu melhor posicionamento individual ao longo da refrega era um dos mais importantes aspetos da competência do soldado romano. O espaço físico que este ocupava, bem como o maior âmbito da sua atuação prática, constituíam-se como as próprias peças constitutivas do corpo da formação, exigindo que cada soldado tomasse decisões, a cada momento, quanto à utilidade da sua posição relativamente aos companheiros e às necessidades surgidas na própria gestão das filas de cada linha.

Embora a função essencial do centurião fosse a gestão rápida da boa distribuição dos seus homens, garantindo a ordem e a manutenção da parede de escudos, a realidade prática do combate exigia que cada soldado estivesse, por si próprio, também atento e se procurasse localizar nos pontos estratégicos para a manutenção do sistema de defesa.

Cada soldado deveria, assim, ter aprendido, pela experiência e pelo tipo de treino, como realizar esta importante tarefa, pois seria impossível aos oficiais administrarem, a cada momento, a boa localização de tantos homens num cenário tendencialmente caótico e que tendia a registar mudanças constantes. Seria bem possível que a propalada competência dos príncipes, relativamente aos hastados, fosse essencialmente esta sageza resultante de uma maior experiência de combate e que deveria tornar mais fiável a sua coesão enquanto unidade, podendo responder com mais eficácia às necessidades surgidas durante a luta. A mera preparação física dos príncipes, bem como a sua mais elevada média etária, não fariam

[1387] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 47-48.

só por si com que estes soldados fossem o escol da legião, pois força e capacidade física exibiriam com certeza todos os elementos que integravam os hastados.

Cada soldado deveria, portanto, estar atento e tomar a iniciativa de se colocar onde a sua falta se pudesse fazer sentir de forma mais premente, realizando algum tipo de redireccionamento, ajuste lateral ou avanço para reforçar a parede de escudos, caso estivesse nas filas da retaguarda[1388]. No entanto, seria inevitável que algumas fortes investidas na parede de escudos pudessem levar a que se verificassem pontualmente roturas momentâneas na respetiva formação.

Quando consideramos os factos históricos e analisamos o processo de combate, através de uma reflexão meramente teórica, podemos ser levados a conceber que a parede de escudos estaria submetida a um esforço homogéneo, realizado uniformemente sobre a totalidade da sua extensão. Contudo, na realidade, uma tão considerável formação seria inevitavelmente confrontada com exigências militares muito diferentes em diversos pontos, dependendo do ímpeto e da eficácia dos diversos corpos adversários.

Tais diferenças não seriam apenas ao nível do esforço espacial necessário para suportar uma posição e enfrentar uma horda inimiga mais desabrida; as constantes mutações verificadas por baixas e ferimentos graves ao longo da refrega também fariam com que ocorressem notórias variações temporais nesse esforço, inclusive ao longo de diferentes momentos da batalha. Era precisamente a estes pontos momentâneos de máxima intensidade combativa que a legião romana tinha capacidade de responder em tempo útil, pela concentração ordenada e coordenada de efetivos que poderia realizar a partir das filas recuadas de cada linha, minimizando o seu efeito através de um ajuste por aproximação lateral dos seus manípulos.

Seria, pois, possível, na flexível estrutura da legião, que se realizasse uma aproximação dos estandartes dos pontos nevrálgicos da refrega, devido à sua capacidade elástica através da regulação do movimento das filas secundárias. Neste caso, cada soldado, ao executar estas deslocações, mesmo que momentaneamente se encontrasse um pouco mais afastado do seu estandarte, que era o seu centro de comando, saberia sempre onde estava o seu centurião e

[1388] Será plausível admitir-se que o treino conjunto dos soldados romanos os levasse a preencher qualquer rotura na parede de escudos, sem que o centurião tivesse que, sistematicamente, dar ordem para tal. A boa manutenção desta seria um aspeto tão essencial que todos os soldados, intuitivamente, saberiam que tais hiatos deveriam ser, de imediato, preenchidos. Num momento problemático do combate, em que se verificassem múltiplas roturas na parede de escudos, poderia ser difícil ao centurião dar ordem para o restabelecimento em simultâneo de todos esses hiatos, tendo de se contar igualmente com a iniciativa pessoal de cada legionário.

tinha consciência de que era para aí que deviam tender os seus movimentos, logo que a investida inimiga tivesse sido repelida.

Muita da capacidade de resistência da parede de escudos e da gestão prática dos efetivos seria, assim, resultante da facilidade de movimentos nas filas interiores, pois estas não se encontravam sob a pressão direta do adversário.

Se se admitir a plausível medida de cerca de 90 cm frontais para cada soldado da parede de escudos romana e que cada manípulo compreenderia pelo menos uns 40 homens, na sua primeira fila, será possível aceitar que, atendendo aos 20 manípulos (10 de hastados e 10 de príncipes) que constituem toda a largura da infantaria pesada, haveria uma estrutura com uma frente de base com cerca de 720 metros. Sendo um exército consular formado por duas legiões admitir-se-á que a frente da infantaria pesada mediria 1.440 metros, ao que deverá somar-se as alas das infantarias auxiliares, que poderiam ter a mesma dimensão, perfazendo um total de 2.880 metros. Dever-se-á ter em atenção que tais dimensões são a extensão maximizada dos seus efetivos e que esta frente poderia ser reduzida conforme a topografia do terreno, nomeadamente pelo engrossamento do número de filas em cada linha.

Ao longo desta considerável extensão, que ainda se poderia facilmente prolongar – bastando para tal que os centuriões abrissem a formação da infantaria pesada, afastando os seus estandartes num efeito de "harmónio", ou encolhê-la retirando efetivos para filas interiores –, o objetivo de tais manobras seria o de cobrir uma área com uma extensão tal que dificultasse ou mesmo impedisse qualquer possibilidade de flanqueamento por parte do adversário.

Como é típico da clássica ordem de batalha romana, o grande dispositivo tático da infantaria pesada ocupava o centro, tendo habitualmente nas suas alas e nos extremos a cavalaria, obrigando a que a extensão da parede de escudos fosse calibrada caso a caso, em função do espaço físico ocupado por esta infantaria ligeira e tropas montadas numa articulação direta com a dimensão e especificidades do terreno onde decorreria o confronto[1389]. Como era prática, desde a mais remota Antiguidade, o ideal era que ambos os flancos estivessem protegidos por relevos do terreno ou por linhas de água que impedissem investidas inimigas nesses ângulos. Caso o terreno não proporcionasse tais proteções, a

[1389] Seria forçoso que a principal função do general e dos tribunos fosse precisamente a feitura desta calibragem inicial da ordem de batalha, atendendo a que os centuriões, encontrando-se junto dos seus homens, perderiam a visão de conjunto necessária para realizar uma tal tarefa. A habitualmente muito recuada linha de observação em que o general e os seus oficiais circulavam é bem demonstrativa desta necessidade de ter uma visão panorâmica da progressão do confronto, podendo, através de recursos sonoros e visuais, enviar ordens para regular o perfil da ordem de batalha e para regular a movimentação dos manípulos e prevenir, durante o confronto, as áreas de possível rotura na formação.

legião deveria procurar proteger uma das suas alas com algum dos recursos naturais referidos, ficando apenas mais vulnerável no outro flanco; neste caso, disporia também de mais recursos disponíveis para prevenir quaisquer investidas pelo seu lado mais fraco.

A realidade prática do combate seria, certamente, muito diferente de batalha para batalha, e o esforço necessário para suportar e superar a investida do inimigo estaria, em grande medida, dependente do seu tipo de armas, do seu couraçamento, da sua capacidade física e, sobretudo, da motivação com que o adversário investisse contra a parede de escudos. Determinados pontos desta seriam inesperadamente submetidos a um esforço militar tão extremo que poderia causar em algum deles, o perigo de uma rotura. O rápido refrescamento e o reforço constante proporcionados pelo sistema romano deveria, em geral, ter capacidade para suportar a investida adversária, mas seria bem possível que a legião, aproveitando a flexibilidade de movimento dos seus legionários, tivesse mecanismos treinados e pré-programados para poder contornar uma inesperada rotura da sua parede de escudos, quer esta ocorresse logo no embate inicial, quer durante o processo de luta.

A enorme plasticidade da sua formação levar-nos-ia a crer que tal recurso tático deveria permitir, *in loco*, reparar zonas de rotura, o que tornaria a sua parede de escudos tão flexível que se poderia dizer que a tornava quase indestrutível. Este seria, pois, um mecanismo tático que realizaria um envolvimento rápido e a consequente neutralização de possíveis adversários que penetrassem no interior da sua "linha de contacto", através de uma brecha aberta na sua parede de escudos.

Para conseguir um tal resultado, bastaria que os legionários das filas interiores rapidamente se reorganizassem para a formação de uma nova parede de escudos, mais curva e recuada, que envolvesse estes adversários, cercando os elementos intrusos de tal modo que ficassem como que cercados numa bolsa tática. Os adversários teriam assim muita dificuldade em progredir dentro do espaço interno da legião, ficando sujeitos a um ataque

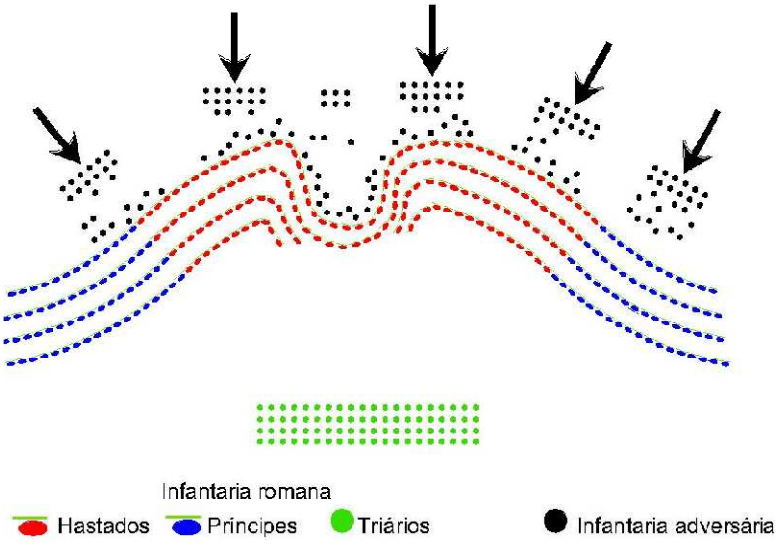


Imagem 51 - Representação esquemática de como o exército romano poderia ter efetuado uma Manobra de Envolvimento. (desenho nosso)

multidirecional, que rapidamente os eliminaria. Sabemos mesmo que, para prevenir uma quebra na parede de escudos, circunstância que permitiria uma tal invasão, os Romanos deitavam mão de um complexo recurso tático, a que chamavam "serra". Este recurso, que nos é claramente referenciado por Vegécio, consistia na criação rápida de uma compacta e muito circunscrita parede de escudos exterior que permitia estancar o fluxo de adversários que se estariam a infiltrar pela brecha aberta nesse ponto, permitindo assim que uma linha desordenada pudesse ser recomposta[1390].

Assim, para realizar o embolsamento tático, os Romanos das filas interiores não teriam necessidade de fazer mais do que virar-se lateralmente em torno da área invadida, atacando e comprimindo o adversário de ambos os lados numa configuração em "U", o que em geral lhes permitiria proceder à sua eliminação.

Dir-se-ia que cada legionário romano, em articulação com os companheiros no seu entorno, poderia reconstituir ou criar rapidamente uma parede de escudos em qualquer local onde pudesse emparelhar o seu escudo e enquadrar o seu espaço ideal de combate. O possível efeito de embolsamento tático, em paralelo com o dispositivo da "serra", deveria permitir aos centuriões responsáveis pela área afetada o rearranjo rápido da parede de escudos, com recurso a mais efetivos[1391].

Só em situações de excecional gravidade, em que se verificasse uma larga rotura simultânea e uma consequente substancial entrada de adversários para o interior da formação, poderia ocorrer o colapso da infantaria pesada romana. Se uma tal rotura não fosse conseguida pelo adversário, a formação romana poderia "lutar indefinidamente", mantendo a coesão da sua parede de escudos, avançando sobre o inimigo e procedendo ao cíclico refrescamento das suas tropas.

[1390] VEG. 3.17,19; MONTEIRO, 2009a, p. 59. Para uma melhor compreensão deste mecanismo tático consultar parte final do subcapítulo 6.3.4. "O Dinamismo e Plasticidade da Parede de Escudos Romana".

[1391] Este efeito de embolsamento tático poder-se-ia quase dizer que é um mecanismo de perfil intuitivo, pois está presente em muitos dos comportamentos que poderemos observar como típicos dos sistemas de defesa organizados racionalmente, ou mesmo de forma natural, entre os animais comunitários que vivem em sociedade. O mecanismo intuitivo de procurar cercar o adversário permite potenciar em muito a investida contra ele, como poderemos facilmente verificar na forma natural como as formigas-soldado defendem o território do seu formigueiro. Quando algum invasor o penetra, de imediato as formigas responsáveis pela defesa tentam cercar e agredir qualquer intruso, impedindo a sua progressão para o interior. Sabendo do perigo, tal como qualquer legionário das filas interiores, as formigas-soldado, instintivamente, atacam-no com fúria com as suas poderosas mandíbulas, beneficiando, para o efeito, de cabeças com dimensões bem mais consideráveis do que as das suas companheiras. Outra imagem que poderíamos associar a este efeito intuitivo de embolsamento tático remete-nos para o comportamento dos leucócitos, ou glóbulos brancos, quando procuram executar a defesa do organismo, cercando e procurando eliminar bactérias e outros tipos de vibriões. Os leucócitos são tão fundamentais para a defesa e preservação do organismo que constituem uma componente essencial do sangue de todos os animais, tais como anfíbios, aves, mamíferos e até répteis.

Estas características tão próprias da legião faziam dela uma máquina bélica quase perfeita, pois, para travar o seu brutal ímpeto combativo, teria de ser destruída a sua estrutura interna, o que implicava conseguir romper gravemente a resiliente parede de escudos.

CAPÍTULO 7
CONDICIONALISMOS DA GUERRA

Dificilmente poderemos encontrar na história da Antiguidade uma civilização que mais e tão continuadamente se tenha empenhado em atividades marciais do que aconteceu com a máquina militar romana.

Como seria de esperar da cronologia alargada da sua história, Roma não saiu sempre vitoriosa das suas empresas militares, mas poder-se-ia dizer que a eficácia do seu modelo tático era tão robusta que raramente sofreu notórios desaires em combate. Como vimos, toda a estrutura do seu exército potenciava esta supremacia sobre os contendores, suportada em fatores como a dinâmica das linhas de comando de proximidade (com a intervenção dos centuriões), o dispositivo tático que se mantinha durante o confronto, o apurado treino dos soldados e até ao seu sofisticado equipamento.

Todas estas dimensões contribuíam para que o todo fosse mais do que a soma das suas partes, criando uma estrutura de combate que, em geral, conseguia superar as dificuldades táticas que os diferentes adversários lhe colocavam. A "máquina sistémica" que era o exército romano estava tão bem montada que conseguia obter bons resultados mesmo quando os seus principais oficiais, como comandantes e tribunos, não eram particularmente dotados para tirar total proveito do potencial militar que tinham à sua disposição. No entanto, deveremos ter em atenção que o sucesso do combate tem de ser sempre suportado no seu plano mais elementar, isto é, na capacidade de luta demonstrada por cada soldado.

A batalha é uma vasta soma de consecutivos enfrentamentos individuais que, embora interajam em mútuo apoio e estímulo, cada um dos seus elementos tem de enfrentar dentro da sua experiência individual, tendo para tal de possuir a competência de eliminar com eficácia o adversário com quem trava combate num determinado momento.

Não é possível conceber-se uma estrutura militar onde cada elemento não tenha *a priori* a capacidade própria de fazer frente e de eliminar o seu oponente direto, contribuindo para uma progressão que, assumida no coletivo, causará o enfraquecimento do exército adversário.

Assim, dever-se-á procurar, em última instância, no modelo tático individual do exército romano o segredo que garantia uma tão notória superioridade sobre os adversários de Roma. Para satisfazer tal desiderato deveremos analisar com detalhe as suas principais armas, ofensivas e defensivas, o posicionamento do seu corpo quando em combate, bem como a problemática do seu movimento, em articulação com o tipo de golpes aplicados.

Sabemos que os homens da infantaria pesada romana eram peritos em matar e, como iremos tentar demonstrar, possuíam as melhores condições materiais para o fazer, ao que se deveria somar o seu treino físico e psicológico, que lhes permitia que o fizessem, como diz Robert O'Connell, com a calma precisão de um predador estraçalhando a sua presa[1392].

Muitos dos relatos que nos chegaram dos combates travados por Roma, como por exemplo os *Comentários* sobre a Guerra na Gália, de César, são bem representativos da impressionante brandura e naturalidade com que se descrevem carnificinas brutais.

Talvez se pudesse mesmo dizer que, para o guerreiro grego, o momento do combate era uma experiência "aterradora", embora necessária e exultante. No entanto, para o soldado romano, esta era habitualmente encarada de modo mais simples e pragmático, por vezes classificada até com *nuances* aligeiradas, ao ser vista apenas como uma tarefa mais difícil que fazia parte do ofício do soldado.

Embora se possa compreender que anos de convívio com a brutalidade da guerra pudessem infundir no soldado romano a frieza necessária para encarar de um tal modo a dificuldade inerente ao combate, uma tal conceção deveria em grande parte resultar da confiança na grande força da máquina militar romana e, sobretudo, na enorme segurança que se depositava na competência das suas armas e no modelo de luta individual.

O enorme palmarés de vitórias conseguido pelas legiões era a prova cabal de que a força do seu sistema tático individual era demolidora e fornecia *a priori* uma considerável confiança na obtenção da vitória, bem como uma motivação suplementar a todos os seus homens.

Coadjuvando este importante grau de confiança, existia ainda o suporte garantido por todo um sofisticado sistema logístico, que procurava fornecer o melhor suprimento alimentar e uma forma de castrametação que viabilizava o que se poderia considerar como um razoável bom descanso noturno mesmo durante uma campanha[1393].

[1392] O'CONNELL, 1989, p. 86.

[1393] Note-se que a generalidade dos outros exércitos da Antiguidade não forneciam aos seus homens tão boas condições para o descanso noturno; o exército romano fazia construir diariamente um acampamento altamente organizado para passar uma noite quando as tropas romanas se encontravam em território hostil.

Soldados exaustos, esfomeados e mal dormidos não terão grandes condições de manter um moral elevado, nem de se sentirem fisicamente preparados para o tremendo esforço que lhes é pedido no momento da batalha. Estes fatores serão ainda mais relevantes para tropas que permaneciam muitos meses, senão anos, em campanhas consecutivas, tendo de perfazer milhares de quilómetros de marcha, com grande parte dos trajetos a serem realizados em território hostil, sujeitos a ataques de surpresa.

Sabendo-se que na maioria das campanhas não se verificariam condições de sustentar as necessidades logísticas apenas pelo que é possível recolher do meio envolvente, a máquina militar romana transportava consigo os elementos básicos necessários ao seu bom desempenho[1394]. Tal compreensão seria uma mais-valia fundamental para permitir o sucesso, tendo grandes generais, como um Cipião, "o Africano", ou um Júlio César, cuidados redobrados com a sua boa manutenção. Um antigo provérbio militar prussiano diz-nos que os generais principiantes forjam as suas estratégias observando problemas táticos, mas os oficiais veteranos fazem-no verificando quais são as condições logísticas de uma campanha.

Poder-se-ia, pois, dizer que a máquina legionária romana forneceu boas condições para o crescimento do seu Império ao saber fornecer aos seus homens as melhores soluções práticas para que o seu esforço fosse suportável e se mantivesse em alta o seu índice motivacional.

Possivelmente, os oficiais romanos teriam mesmo uma aguda consciência de que a bravura é uma qualidade com contornos fugazes, sendo fundamental dar as melhores condições práticas para que esta não esmoreça nos momentos decisivos[1395].

7.1. A Problemática da Expetativa Mínima de Superioridade

Embora se possa perspetivar o conceito de guerra num sentido lato, encarando-o como a mera conflitualidade entre dois elementos, se se pretender encontrar uma definição de guerra enquanto fenómeno militar generalizado, este deverá ser entendido como a luta armada de grande escala ocorrida entre nações e causada por motivos territoriais, económicos, religiosos ou ideológicos.

Poderemos até entrever facilmente o enorme desgaste que a falta deste tipo de condições básicas deveria provocar na generalidade dos elementos de um exército.

[1394] O'CONNELL, 1989, p. 99.

[1395] O'CONNELL, 1989, p. 87.

Nesta última asserção, temos um complexo processo que envolve um elevado número de recursos em homens e meios, geralmente durante um tempo dilatado. Dificilmente se poderia designar como guerra um enfrentamento pontual entre dois grupos cujo número de contendores se reduzisse a meras dezenas ou até mesmo a centenas.

O conceito de guerra remete para um conflito que envolve exércitos organizados e, consequentemente, meios bélicos muito alargados, cujos confrontos visam o enfraquecimento mútuo da capacidade militar dos contendores até que determinados objetivos possam ser atingidos pela parte que obtiver superioridade.

As batalhas são, assim, os momentos em que se concretiza o choque entre as forças organizadas e, dos resultados consecutivos de tais confrontos, obter-se-á a consagração de um vencedor que toma posse de bens, de território e do destino das populações subjugadas.

Para que uma força militar organizada, designada por exército, se disponha ao combate e possa obter sucesso numa batalha é necessário, antes de mais, que os seus efetivos possam sentir um "Nível Mínimo de Confiança" na estrutura marcial do seu coletivo. Só quando existe uma tal segurança na coesão e capacidade técnica de um exército estão reunidas as condições básicas que permitirão que cada um dos seus elementos possa ter a motivação e a confiança que assegura o empenho do seu melhor esforço.

As condições motivacionais de cada homem que se encontrar envolvido num conflito de larga escala são garantidas pela criação de um contexto bélico que só estabilizará quando existir uma "Expectativa Mínima de Superioridade". Um exército não tem condições de travar uma batalha em que os seus elementos empenhem o máximo do seu potencial combativo se a generalidade destes sentir que não existem condições para vencer o adversário. A sua posição no terreno, a ineficácia das suas armas, a disparidade dos números, ou a elevada motivação do exército adversário são alguns dos muitos condicionalismos que poderão inibir o desempenho individual dos efetivos de um exército que não garanta o importante apoio motivacional de uma expetativa mínima de superioridade.

Sob tais condições, o desempenho de cada homem tenderá a ficar inibido, pois todos os elementos do seu coletivo lutam já desalentados pelo expectável momento do colapso e procurando entrever os possíveis caminhos de fuga. No caótico cenário que se seguirá, dá-se como que a total fragmentação do seu coletivo, pois, no ímpeto individual de escapar à morte, todos os seus elementos tendem a perder os vínculos que antes os uniam. A ordem e hierarquia que consolidavam a sua estrutura antes do colapso esvaem-se, passando a dominar uma irracional urgência de garantir a sobrevivência. Além da problemática direção do seu movimento, que força os seus efetivos a dar as espaldas ao inimigo, tornando-se

anatomicamente inermes para qualquer gesto de defesa, a perda da sua organização acarreta quase sempre a impossibilidade de poder revidar de forma eficaz à perseguição movida pelo adversário. Só quando este último não se dispõe a executar uma perseguição de larga escala, poderão os elementos em fuga ter a possibilidade de se reorganizar e procurar, assim, enfrentar os seus perseguidores.

Poderemos até compreender, através desta "atomização de vontades" que é inerente à fuga massiva de um exército, uma compreensão mais detalhada da importância fundamental do binómio disciplina-caos, pois perseguidor e perseguido encontram-se por estes tendencialmente dominados. É precisamente após a eclosão deste momento entrópico que um exército se arrisca a ter um aumento exponencial das suas baixas, que se poderão tornar até superiores às que tinha sofrido enquanto se mantinha em combate[1396]. Diga-se mesmo, que um exército perseguidor, na sua ânsia de poder infligir o grande número de baixas, dificilmente conseguirá realizar tal processo mantendo alguma disciplina. Isto acontece porque, não só a perseguição se inicia na fase final da batalha e, portanto, os seus contingentes já não estarão alinhados como se poderiam encontrar antes da refrega, como o próprio processo persecutório promove a desorganização, visto que os perseguidos, pretendendo escapar de qualquer modo, deslocar-se-ão erraticamente em todas as direções o que ocasionará que a tentativa de os atingir leve à dispersão. No entanto, os perseguidores detêm uma vantagem crucial ao deslocarem-se sobre a retaguarda desprotegida dos

[1396] É bem possível que tenha sido esta compreensão do grande número de baixas gerado após o colapso de um exército, que poderá ter levado os Romanos a procurar encontrar uma solução para minimizar os seus nefastos efeitos. A linha dos triários, sempre situada na retaguarda, tinha a função de ser um escudo tático para prevenir a possibilidade de, após o colapso das linhas ofensivas da legião, o inimigo poder perseguir a seu talante os milhares de Romanos que as constituíam. Tendo os triários esta função de escudo protetor, não seria necessário que a sua linha apresentasse as capacidades de dinamismo e movimento peculiares às outras duas, sendo talvez esta a razão pela qual estes soldados exibiram durante tanto tempo lanças em vez de gládios. As lanças deveriam ser até uma mais-valia nestas funções, visto que se podem apoiar as suas conteiras no chão de modo a permitir a empalação de equídeos, servindo assim de eficaz proteção contra a investida de cavalaria, que era o tipo de contingente mais empregue pelo adversário para executar a sua perseguição. Diga-se, ainda, que o contraste de modelo tático entre, por um lado, as linhas de hastados e de príncipes que lutavam com gládios, e, por outro, a dos triários munidos com as lanças, deveria ter outras virtualidades táticas, nomeadamente ao funcionar como um fator de surpresa para o adversário que, ao chocar com a terceira linha romana, teria de se readaptar a um novo tipo de luta corpo a corpo. É bem possível que as razões que levaram Gaio Mário a prescindir da utilização das lanças nos triários durante o seu processo de Reforma (c. 107 a.C.) possam estar relacionadas com fatores como a necessidade de uniformização do exército, nomeadamente no treino e no fornecimento de armas, que desde então passaram a ser suportadas a expensas do Estado. No entanto, o principal fator poderá ter sido precisamente um novo recurso tático consagrado numa dinâmica capacidade de movimento atribuída então a esta linha, que assim se poderia dividir ao meio e, em simultâneo, ajudar as duas outras durante a batalha, empreendendo um ataque aos flancos do adversário. Os triários perderiam então o seu estatuto de linha defensiva, eminentemente imóvel e passiva, para passarem a ser uma estrutura cujo desempenho seria avaliado em função das necessidades práticas do combate e bastante mais polivalente, tal como Cipião, o Africano, taticamente os utilizou na generalidade das suas batalhas.

fugitivos, fazendo com que estes últimos tenham poucas condições de se defender das suas investidas.

Notemos que o cenário onde decorre uma grande batalha é tendencialmente um espaço alargado com um perfil de planície, pois tal é necessário para viabilizar a formação das respetivas ordens de batalha, bem como para assegurar as movimentações militares necessárias ao confronto. É assim fundamental que haja espaço disponível para as deslocações de tropas e que os acidentes que possam existir não inviabilizem uma razoável visualização do exército adversário. No entanto, um tal espaço de perfil uniforme é sempre bordejado por elevações no terreno ou por diversos acidentes que demarcam os seus limites. Encostas íngremes de montanha, densas florestas, linhas de água, vegetação selvagem, declives acentuados, podem delimitar um cenário que se considere adequado para travar uma batalha, mas tais elementos podem tornar-se muito problemáticos quando se dá o colapso de um exército e os seus elementos necessitam de encetar uma fuga. Uma informe massa de milhares de fugitivos, sem ordem e desesperados por assegurar a sua sobrevivência, não só pode levar a que se prejudiquem uns aos outros nesse esforço, como a sua compressão contra os obstáculos que bordejam a planície pode causar-lhes um atraso e uma aglomeração que em muitos casos será fatal[1397].

Tal fenómeno de enfraquecimento da capacidade de combate devido à falta de confiança na obtenção da vitória não é, no entanto, similar ao que se pode verificar num confronto em que um determinado exército enfrenta outro com maior número de efetivos, desde que seja elevado o moral dos seus homens e estes tenham uma Expetativa Mínima de Superioridade.

É, aliás, uma tal confiança nas excelentes condições de desempenho do coletivo bélico que irá permitir que um dispositivo militar como a legião romana lute com excelentes resultados, embora quase sempre o faça com efetivos francamente inferiores à maioria dos seus adversários. O soldado romano luta habitualmente no máximo do seu potencial porque confia no seu sistema tático, confia nas suas armas, conhece o valor da disciplina, sente-se apoiado por todos os companheiros, sabe o que fazer a cada momento da batalha, orientado constantemente por sinais visuais e sonoros.

[1397] Não é viável pensar-se que tecnicamente se poderá travar uma grande batalha num relevo muito acidentado, como as encostas de uma montanha, pois tal inviabiliza quaisquer movimentos massivos de infantaria e é especialmente inibidora do ataque de corpos de cavalaria. Um tal cenário, com os seus planos acentuadamente inclinados, pedras, árvores, vegetação, e mil outros acidentes, só poderá servir para combates de pequenos grupos, tal como foi percecionado precisamente pelos Romanos quando decidiram que era necessário fragmentar a compacta massa da falange, para poderem lutar nos cenários montanhosos onde enfrentaram os Samnitas (343 -290 a.C.).

Têm existido ao longo da história da guerra contingentes de soldados que, atendendo a profundas motivações, se dispõem a encetar uma batalha mesmo sabendo que não terão condições de obter a vitória. Quer esta certeza seja causada pela exiguidade dos seus meios, quer pelos adversos condicionalismos inerentes a uma determinada conjuntura tática desfavorável, a grande maioria dos homens não estará disposta a lutar em tais condições. Podemos encontrar alguns exemplos de batalhas travadas com um tal espírito de sacrifício, mas eles não configuram de modo nenhum o padrão de ânimo marcial com que os homens realizaram a esmagadora maioria dos confrontos.

Encontramos um bom exemplo na famosa Batalha das Termópilas[1398], em 480 a.C., em que apenas uns poucos milhares de Gregos estiveram dispostos a enfrentar o colossal exército invasor persa de Xerxes, mas sabemos que tais sacrifícios são fruto de situações limite que só podem ser entendidas como o resultado do desespero causado por conjunturas particularmente adversas. Neste caso, os famosos trezentos Espartanos, que eram a guarda pessoal do rei Leónidas[1399], a que se tinham juntado mais cerca de onze mil Gregos determinados, propuseram-se atrasar a progressão dos Persas para o interior da Grécia, entrincheirando-se na exígua passagem das Termópilas[1400]. Eles sabiam, de antemão, que não tinham condições para enfrentar uma horda tão avassaladora de Persas[1401] e que os seus esforços apenas poderiam impedir por poucos dias o avanço persa.

Legítima se torna a pergunta sobre qual seria o verdadeiro estado de espírito destes trezentos Espartanos, cuja coragem se poderia dizer ter laivos de autossacrifício[1402], após estes terem decidido permanecer no desfiladeiro, mesmo sabendo que os Persas já teriam contornado a sua posição e que isso os colocava numa situação tática indefensável[1403]. A partir desse momento tinha-se tornado inevitável a perda do seu principal objetivo que era o de conseguir atrasar o exército persa, pois o rei Leónidas e os seus trezentos Espartanos

[1398] O passo das Termópilas (cujo nome deriva das fontes termais ainda hoje ali existente), situa-se a sul da antiga Tessália e constituía-se como o portão de entrada na Beócia. No século V a.C. existia apenas uma passagem estreita entre as montanhas, a cordilheira Kallidromos, que se estende na direção este-oeste, e o mar, o Golfo do Mali, na costa este da Grécia. EGGENBERGER, 1985, *Thermopylae* I, p. 433; CONNOLLY, 1998, p. 14.

[1399] CARTLEDGE, 2013, pp. 136-137.

[1400] FIELDS; NOON, 2007a, pp. 48-52.

[1401] O objetivo de atrasar o avanço do exército persa era o de permitir que as *poleis*, que não se tinham submetido de imediato à soberania exigida por Xerxes, tivessem tempo de se preparar para a guerra, fortificando as suas muralhas, recolhendo suprimentos para resistir aos cercos e sobretudo para poder enviar mulheres, velhos e crianças para locais seguros.

[1402] CARTLEDGE, 2013, p. 138.

[1403] FIELDS; NOON, 2007a, pp. 73, 77, 84.

sabiam que o seu pequeno grupo iria ser rapidamente eliminado, ao ser atacado simultaneamente pela frente e pela retaguarda[1404].

Só uma profunda e inexplicável motivação os poderia ter levado a deixarem-se encurralar assim, não tendo fugido atempadamente das Termópilas, como aconteceu com a grande maioria dos outros Gregos[1405] que para ali se tinham deslocado com o fito de os ajudar. Embora um ato desta índole se possa considerar insondável nas suas motivações mais profundas, talvez possamos admitir que a determinação com que Leónidas e os seus homens demonstraram em se manter nas Portas de Fogo era tão grande que se poderia dizer que possivelmente jamais abandonariam aquele local sob qualquer pretexto[1406].

Estamos mesmo convencidos de que é bem possível que este reduzido grupo de Espartanos já estivesse ligado a este lugar por algum juramento solene feito nos dias anteriores[1407]. É possível que a situação limite em que os homens se encontravam tenha sido potenciadora de uma comunicação privilegiada com a esfera divina, possivelmente com rituais[1408], libações e pedidos de proteção que incrementassem a sua coragem e a coesão do seu grupo. Tenha-se em atenção que este período, da lua cheia de agosto, era o principal momento das celebrações religiosas gregas, onde não só se enquadravam quadrienalmente os jogos olímpicos mas também o festival anual de Apolo Carneo. Os Espartanos eram conhecidos em toda a Grécia pela sua exacerbada devoção[1409], sendo certo que esta era particularmente consagrada ao deus Apolo, sendo-lhe mesmo dedicado diversos festivais, como as carneas, as jacíntias ou as gimnopédias[1410]. Zelosos do seu cumprimento, terá até sido esta a principal razão pela qual o grande exército espartano não se deslocou para as Termópilas[1411] e que, recorde-se, também já tinha sido o motivo pelo qual se verificou a sua ausência na anterior Batalha de Maratona, em 490 a.C.[1412] Neste contexto devocional, é bem possível que Leónidas e os seus homens sentissem neste período uma particular apetência pela realização de cerimónias votivas neste local, deprecando a ajuda divina e a salvação da Grécia[1413].

1404 CARTLEDGE, 2013, p. 155.
1405 FIELDS; NOON, 2007a, p. 15.
1406 CARTLEDGE, 2013, p. 158.
1407 FIELDS; NOON, 2007a, p. 80.
1408 FIELDS; NOON, 2007a, pp. 64-65.
1409 CARTLEDGE, 2013, pp. 92-93.
1410 CARTLEDGE, 2013, p. 134.
1411 FIELDS; NOON, 2007a, pp. 14, 49-51.
1412 CARTLEDGE, 2013, p. 99; EGGENBERGER, 1985, *Marathon*, pp. 262-263.
1413 A esfera divina desempenhava um papel tão relevante nas sociedades da Antiguidade que reis e senhores da guerra tinham muitas vezes de abandonar as suas funções militares durante o decorrer de uma campanha para se poderem dedicar ao cumprimento das suas obrigações religiosas. Poder-se-á até compreender a

São motivações de índole profunda as que podem justificar um ato de autossacrifício tão extremado, tal como serão aquelas que podemos observar na coragem com que os cerca de 2.400 aviadores japoneses da "Unidade Especial de Ataque" (*Tokubetsu Kōgekitai*, conhecidos por *Kamikaze*[1414]) se lançavam sobre os conveses dos porta-aviões americanos no final da Segunda Guerra Mundial[1415]. Tais atos extremados movidos pelo desespero não levam, na maioria das vezes, à obtenção de qualquer resultado prático, nem contribuem efetivamente para uma mudança no rumo da guerra[1416].

Recear o adversário, sentimento natural em todos os soldados antes do confronto, não é comparável a saber-se de antemão que não existem condições que permitam a obtenção da vitória. Além disso, para que a confiança se mantenha entre os seus efetivos durante a progressão da batalha, é importante que o combate possua um notório grau de dinamismo e que os seus integrantes possam percecionar uma certa superioridade, ou pelo menos um certo equilíbrio de forças, no desempenho do seu exército. Isto é fundamental para que cada homem continue a acreditar que a manutenção do seu esforço individual esteja a contribuir para a vitória, pois, quando tal ímpeto se perde, a disposição anímica do soldado tende a transferir-se da sua concentração no esforço combativo para uma preocupação individualizada de sobrevivência. Esta tende a focar-se essencialmente na perceção de qual será o melhor momento para poder concretizar a fuga e quais serão os modos possíveis de a realizar.

---

necessidade de providenciar o cumprimento dos ritos na época adequada se se atender à importância crucial que se atribuía à ajuda dos deuses no resultado da guerra. Seria, pois, impossível aspirar a qualquer vitória se estes não favorecessem um tal objetivo, dado que a veneração que lhes era devida obrigava a que os rituais se cumprissem segundo a tradição e no tempo determinado. Neste sentido, Jean-Pierre Vernant fala-nos do rei hitita que se vê forçado a abandonar, em plena campanha, a direção dos seus exércitos quando as suas obrigações religiosas exigem o seu imediato regresso a Hati, a sua capital, para aí poder realizar, nos dias aprazados, os ritos essenciais de que tinha o encargo. VERNANT, 2012, p. 30.

1414 YOUNG, 2012, pp. 10-12, 16-18.

1415 *Tokkotai* é a abreviação de *Tokubetsu Kōgekitai* (Forças Especiais de Ataque; *tai* significa corpo, destacamento), o qual é conhecido, fora do Japão, como *Kamikaze*. OHNUKI-TIERNEY, 2002, pp. 2, 159. Segundo relatos, alguns destes pilotos *kamikaze* não estariam até tão dispostos a voluntariar-se quanto se tem afirmado, sendo muitos deles meros estudantes universitários a quem fora dada uma formação básica de piloto e posteriormente recebiam ordens superiores para integrar estes esquadrões suicidas. OHNUKI-TIERNEY, 2002, pp. 3, 14, 19-20, 160, 162. Embora centenas de navios americanos tenham sido afetados pelas colisões destes caças Mitsubishi A6M Zero, carregados com mais de 200 quilos de explosivos, os danos causados pelos seus ataques não foram significativos, sabendo-se que apenas 46 navios terão sido afundados em consequência dos seus impactos. O principal objetivo do *Tokubetsu Kōgekitai*, que era a destruição dos grandes porta-aviões americanos, não foi nunca conseguido, circunscrevendo-se os seus estragos ao afundamento de outras categorias de navios de menor porte. OHNUKI-TIERNEY, 2002, p. 161; YOUNG, 2012, pp. 12-18.

1416 YOUNG, 2012, pp. 69-82.

Poderemos até, com alguma legitimidade, conjeturar sobre o sentimento de absurdidade que deveria estar no íntimo dos soldados que, durante o século XX, se arrastaram em combates que duraram meses e cuja resolução parecia não encontrar um fim.

Quando um confronto militar acarreta a perda do ímpeto adrenalínico dos soldados, durando mais do que umas horas, podemos dizer que este não se constitui já como a resolução de uma questão militar, mas numa forma de processo de antiguerra que apenas serve para consumir vidas humanas, sem que tal esforço viabilize qualquer resultado prático.

A batalha de longa duração não permite a resolução de qualquer problema estratégico, transformando-se ela própria num gigantesco problema tático. Em tais casos, depois da manutenção de um tal tipo de confronto, o saldo é apenas o desastre resultante de um acumular de baixas e um desperdício de tempo, chegando-se frequentemente à conclusão de que a única resolução possível para este "absurdo tático" só pode ser conseguida por via negocial.

Poderemos, assim, entrever o quão baixos poderiam ser o ímpeto combativo e a motivação de soldados que empenharam o seu esforço em batalhas que não registaram uma rápida evolução no seu desenvolvimento, como aconteceu em Verdun[1417] ou no Somme[1418] durante a Primeira Guerra Mundial. Longas batalhas de trincheiras como as referidas, ou mesmo as campanhas que registam uma progressão demasiado lenta, como o avanço e recuo da frente alemã na URSS durante os anos de 1941 a 1944, perdem as condições práticas de poder cumprir os seus objetivos militares e acabam por se constituir apenas como um sorvedouro de homens e recursos. Casos como estes são fruto de más avaliações estratégicas, de péssimas programações militares e logísticas, de megalomanias marciais que acabam por ser profundamente funestas para os que as idealizaram sem terem compreendido que os condicionalismos inerentes não as tornam temporalmente exequíveis com aqueles meios e modelos táticos.

A motivação e o consequente bom desempenho de um soldado estão antes de mais condicionados, de forma intuitiva, pela noção de que o confronto é uma etapa difícil que se

[1417] A Batalha de Verdun foi um combate travado entre 21 de fevereiro e 18 de dezembro de 1916, sendo a maior e mais longa batalha da Primeira Guerra Mundial na Frente Ocidental, colocando frente a frente os exércitos alemão e francês. O cenário destas lutas foram principalmente as colinas ao norte da cidade histórica de Verdun-sur-Meuse, no nordeste da França. EGGENBERGER, 1985, *Verdun*, pp. 459-460.

[1418] A Batalha do Somme, também conhecida como Ofensiva do Somme, foi uma enorme batalha travada durante a Primeira Guerra Mundial. Nela os exércitos do Império Britânico e da França enfrentaram as forças da Alemanha. Teve lugar entre 1 de julho e 18 de novembro de 1916 em ambas as margens superiores do rio Somme, no nordeste da França. O objetivo da ofensiva era conseguir a vitória dos Aliados e romper o impasse da luta de trincheiras. Foi uma das maiores batalhas travadas na Frente Ocidental, com mais de três milhões de homens na linha de frente, sem que se consagrasse um vencedor definido. KEEGAN, 2000, pp. 299-312.

terá de enfrentar, mas cujo final deve ser claro, circunscrito num tempo animicamente razoável e permitir a obtenção de um objetivo claro dentro do mapa estratégico.

Poderíamos, como exemplo, trazer à colação a invasão do imenso território russo, que sempre se constituiu como um problema estratégico mal avaliado e de solução muito complexa que requer condições muito particulares para ser concretizado. A extensão incomensurável deste país, a que se juntam as difíceis condições climatéricas, transformaram em verdadeiros desastres duas das maiores campanhas da História da Guerra. Assim, Napoleão em 1812[1419], com o seu "grande exército" onde estiveram empenhados cerca de quinhentos mil homens e a Alemanha nazi em 22 de junho de 1941 com cerca de três milhões de soldados[1420], deram início a uma invasão cujo único resultado foi o arrastar de um conflito que exauriu os seus principais recursos militares[1421] sem ter conseguido cumprir nenhum dos seus objetivos estratégicos. Só o exército mongol no século XIII foi capaz de um controle temporário, mas a Rússia nesta altura ainda não possuía a unidade política que veio a adquirir mais tarde, dividida que estava sob o poder de inúmeros príncipes que se digladiavam igualmente entre si. A estratégia do exército mongol foi a de apostar na sua extrema mobilidade, no impacto tático dos seus poderosos arcos, e procurando fazer uma campanha com a menor duração possível.

Poderemos até ficar perplexos ante a falta de rapidez e dinamismo da "BarbaRossa" alemã, realizada que foi já numa era altamente mecanizada e onde os seus pilares táticos fundamentais eram orientados até então pela denominada *Blitzkriege*, ou guerra relâmpago[1422]. No entanto, as dificuldades impostas pelas baixas temperaturas, a que se juntaram a incomensurável extensão das linhas logísticas, acabam por ser fatais para o universo das máquinas, embora dessem teoricamente a falsa sensação de que estas poderiam fornecer uma progressão rápida no terreno. O exército alemão criou uma estrutura ofensiva dividida em três corredores de penetração com uma logística essencialmente apoiada em caminhos-de-ferro[1423] que se foi estendendo no terreno e que, para ter capacidade de penetração, necessitava de garantir um constante fluxo de soldados, equipamentos e víveres[1424]. A fragilidade destas "espinhas dorsais" atacadas em toda a sua extensão pelo

[1419] SMITH, 2004, pp. 12, 17-19.
[1420] KEEGAN, 1990, p. 185.
[1421] KEEGAN, 1990, pp. 251-252.
[1422] BEEVOR, 2015, pp. 59-72.
[1423] KEEGAN, 1990, p. 194
[1424] Uma estrutura logística que se estende por milhares de quilómetros e que se baseia fundamentalmente em transporte ferroviário enfrenta o problema insolúvel de poder ser um alvo fácil de constantes ataques e de estar constantemente impérvia devido a ataques aos seus carris. Se é verdade que estes podem ser reparados com presteza, é igualmente certo que a sua longa extensão permite realizar sucessivos ataques em

exército vermelho, por sabotadores russos e pelos condicionalismos do "General Inverno"[1425] obrigaram a estender todos os prazos viáveis para a sua resolução[1426]. A perda do ímpeto inicial da investida, nomeadamente com a ingente resistência de Leningrado ao avanço do corredor norte tornou a cada ano que passava mais penosa a possibilidade prática do cumprimento dos seus objetivos[1427].

Pelo contrário, o bom resultado da invasão mongol da Rússia, no século XIII, ficou a dever-se à grande autarcia dos seus contingentes e ao facto de ter sido realizada numa progressão que não necessitou de se desenvolver no terreno estendendo as suas linhas de abastecimento sobre o ingrato solo russo[1428]. Como era seu timbre, o exército mongol soube escolher a melhor época, realizando a sua investida no verão e numa progressão suportada em unidades militares móveis, rápidas e praticamente autossuficientes, as quais atingiram os principais objetivos estratégicos num curto espaço de tempo[1429].

7.2. Condições Estruturais para o Colapso de um Exército. Causas Potenciais para o Início do Processo de Desagregação Tática

O início do colapso de um exército em batalha dá-se quando alguns dos seus efetivos começam a perder a "Espectativa Mínima de Superioridade" e se substitui o seu ímpeto coletivo de luta por uma temível consciencialização de um aumento da possibilidade da sua morte. A partir de uma tal circunstância, verifica-se uma progressiva transferência do foco que era o ímpeto ofensivo coletivo presente no início da refrega, para uma opressora sensação resultante do medo infundido pelos fortes mecanismos psicofisiológicos irracionais próprios à sobrevivência. Isto tem como consequência uma desarticulação tática de focos localizados em determinados pontos da refrega e tal receio é passível de rapidamente se

variadíssimas secções, obtendo-se assim uma problemática imobilização temporária. Durante este jogo de "gato e rato", a importantíssima cadeia logística fica interrompida e a frente de batalha sofre as consequências, vendo-se forçado a perigosos atrasos na sua progressão.

[1425] KEEGAN, 1990, pp. 210-215.

[1426] BEEVOR, 2015, pp. 285, 287-288, 295, 299-300.

[1427] Diga-se que o grande incremento quantitativo e qualitativo de equipamento e homens que foi desenvolvido pelo Exército Vermelho tornaram-se igualmente um fator cada vez mais determinante para a lentidão e consecutivo desastre da campanha alemã na Rússia.

[1428] NICOLLE; SPAKOVSKY, 2001, pp. 50-52, 60.

[1429] A Batalha do Rio Kalka, teve lugar no dia 31 de maio de 1223, tendo Gengis Khan encarado tal missão como uma mera expedição de reconhecimento para um futuro ataque, melhor e ainda mais devastador. O ataque subsequente começou em 1237, quando as forças mongóis invadiram o principado de Ryazan. Apenas três anos depois as partes noroeste e sul da Rússia estavam já em ruínas. NICOLLE; SPAKOVSKY, 2001, pp. 66, 84-86.

estender ao coletivo, refletindo-se numa real baixa da sua capacidade de combate. A onda de temor então gerada leva como que a uma "atomização da vontade, pois cada soldado por ela atingida deixa de acreditar na possibilidade de obter a vitória", passando a uma esfera irracional de estrita defesa pessoal, o que conduz a uma desagregação tática do anterior movimento ofensivo do seu próprio exército e com o qual estava envolvido no início da refrega.

Uma qualquer manifestação visível de temor, como recuo ou fuga, por parte de um sector em luta tende a criar de imediato à sua volta uma onda irracional de pânico que, por contágio, pode contribuir para o colapso generalizado. O desespero causado pela perceção da derrota iminente, que ocasiona a urgente tentativa de fuga, torna-se ainda mais ingente quando um soldado sob tais circunstâncias se apercebe que já não tem condições de escapar do âmbito espacial onde decorre a batalha. Um tal condicionalismo poderá levar a que possa lutar com redobrado esforço, mas o fenómeno de atomização tática se manterá, pois, o seu extremo esforço continua tendencialmente individualizado ao não possuir já o sangue frio que seria necessário para manter uma boa disciplina tática coletiva.

Um fator peculiar da orgânica da legião que se deveria considerar como importante para minimizar o início do complexo processo do desvanecimento da espectativa mínima de superioridade era o resultante da rede de comando centurial, que se fazia sentir por toda a parede de escudos que se encontrava envolvida no combate.

Esta chefia de proximidade deveria não só ter um papel relevante no incentivo aos homens que se encontravam em combate, como poderia também, com grande presteza, dar ordens para que qualquer dificuldade num determinado ponto fosse rapidamente resolvida antes que adquirisse proporções preocupantes. Uma tal capacidade de zelar constantemente por uma boa ordem no terreno seria assim, certamente, um fator relevante para minimizar o início de uma onda de pânico entre os soldados romanos. Como homens experientes que eram nos trabalhos da guerra, tendo no seu currículo militar a participação em muitas batalhas, os centuriões deveriam conhecer como se poderia sanar, com os dinâmicos recursos táticos da legião, muitas dessas dificuldades práticas surgidas no decorrer da batalha. A sua proximidade permitia-lhes ver com detalhe o desenvolvimento da refrega, tendo as suas rápidas ordens todas as condições para serem as mais adequadas e precisas para solucionar as necessidades momentâneas, apoiando assim o esforço dos seus homens e infundindo-lhes uma maior sensação de segurança.

Um dos fatores importantes para minimizar o temor individual é a confiança e adequação tática das armas com que o soldado está a lutar, devendo estas permitir-lhe, a título individual, defender-se e ter uma eficaz prestação ofensiva.

Nenhum soldado conseguirá sentir confiança para se manter em combate se verificar que as armas com que luta são inoperantes ou estão desajustadas das condições táticas que lhe são impostas pelo tipo de combate imposto pelo adversário. Que confiança no sucesso do seu esforço poderá sentir aquele que, munido de armas para o combate corpo a corpo, é sujeito ao ataque de projéteis, ou aquele cujo tipo de lâmina é incapaz de penetrar as proteções corporais dos seus oponentes?

A excelência técnica das armas tem, assim, um papel determinante para minimizar, ou mesmo evitar, o início de um processo que pode conduzir ao colapso, fornecendo a cada soldado a segurança para acreditar nas suas condições materiais de combate.

Estamos convencidos de que foi precisamente a enorme eficácia do tradicional binómio gládio e escuto dos soldados romanos que constituiu um dos principais fatores que garantiram a grande estabilidade combativa da legião[1430].

Tentaremos, nos capítulos seguintes, demonstrar as enormes virtualidades das principais armas do legionário e observar de que forma elas terão contribuído para potenciar o seu sucesso militar.

7.3. As Virtualidades Combativas do Gládio e do Escuto

Como se tem frequentemente frisado, o sucesso do exército romano deveu-se a um conjunto de fatores como o seu treino, a sua disciplina, a sua organização logística, o seu dispositivo tático, bem como, estamos em crer, à escolha das suas principais armas. Possivelmente, a análise historiográfica ainda não terá atribuído a relevância tática que estas mereceriam ao terem permitido uma técnica de combate tão inovadora e eficaz.

[1430] O vocábulo latino gládio (*gladius*) não indicava para os Romanos especificamente a pequena espada típica do legionário. O vocábulo gládio tinha uma aceção bem mais generalista e designava qualquer tipo de lâmina que fosse utilizada como espada, independentemente do seu tamanho ou modelo. Como posteriormente se generalizou no latim e nas diversas línguas suas derivadas, o termo espada que resulta de *spatha* e designava uma lâmina de maiores dimensões que se começou a difundir entre os Romanos no Baixo-Império, pôde generalizar-se hodiernamente o uso do termo gládio para indicar especificamente a pequena espada romana. Esta associação tornou-se tão prevalente que se poderia dizer que se institucionalizou até no âmbito do senso comum que, em geral, faz a identificação imediata da palavra gládio com a pequena espada romana. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 6.

É possível que o generalizado abandono do gládio no Baixo-Império tenha contribuído, mais do que se tem admitido, para o notório enfraquecimento da competência bélica da máquina militar romana, nomeadamente com a generalizada substituição do gládio em favor de espadas maiores, que terão necessariamente provocada uma mudança no seu modelo tático individual e consequentemente no perfil tático da própria legião.

Tentaremos ao longo deste capítulo demostrar que o perfil técnico de combate do legionário durante grande parte da República e todo o Alto-Império possuía espantosas virtualidades táticas que, possivelmente, nem as estruturas militares romanas teriam compreendido em todas as suas implicações práticas, visto que estas foram permitindo o seu progressivo abandono no Baixo-Império. É bem certo que múltiplos fatores deverão ter contribuído para uma tal ocorrência, como a profusa integração no exército romano de elementos oriundos de povos germânicos que possuíam uma muito diferente cultura militar e cujos modelos táticos se baseavam na utilização de espadas de porte considerável. Também a notória diminuição do número de efetivos das legiões terá contribuído para uma mudança de paradigma.

Diga-se que, após as reformas de Diocleciano, a estrutura tática da legião foi substancialmente afetada com as comumente designadas microlegiões. Esta enorme redução dos seus efetivos terá certamente implicado uma notória mudança no seu sistema tático individual e na constituição da sua antiga ordem de batalha.

Estamos mesmo em crer que a redução dos tradicionais cerca de 5.000 legionários para um número de efetivos que apenas rondaria cerca de um quinto teria necessariamente que ter profundas implicações, ao não permitir a constituição de módulos de combate com efetivos em número suficiente.

A anterior disposição da tríplice az teve certamente que sofrer grandes alterações para se adaptar a este modelo muito reduzido, pois seria impossível, com um conjunto de efetivos tão escasso, manter uma dinâmica de organização com uma distribuição eficaz para manípulos constituídos por tão poucos homens. Tal alteração deverá ter implicado, em grande medida, uma substancial perda do dinamismo orgânico de avanço e recuo dos manípulos tão característico da legião, que tão bem permitia calibrar o esforço necessário às diferentes dificuldades surgidas durante o combate.

Acreditamos, assim, que o modelo deverá possivelmente ter sido abandonado em favor de uma organização massiva do corpo da legião, o que a fez aproximar-se de modelos comuns que poderemos encontrar num exército em qualquer outra geografia ou cronologia.

As principais virtualidades táticas de calibragem e dinamismo tático do antigo modelo da legião acabavam, pois, por se perder em favor de uma inevitável massificação do conjunto dos seus efetivos.

7.4. As Virtualidades Técnicas do Gládio

O gládio foi uma pequena espada de origem hispânica que se tornou, desde os finais do século III a.C., a arma ofensiva típica dos legionários romanos. Modelou, pelas suas especificidades, a sua metodologia de combate, acabando mesmo por influenciar a macroestrutura orgânica da legião, permitindo pelo seu dinamismo o aparecimento do espaço ideal de combate. Esta pequena lâmina de dois gumes viabilizou um tipo de luta baseado num novo paradigma, no qual se passou a privilegiar a precisão do golpe e a rapidez na consumação do ataque. Deveremos salientar desde já a enorme importância destes dois fatores, que se revestem de enorme relevância tática.

Poderemos subdividir os vários tipos de golpes que é possível realizar com uma lâmina do tipo espada em três géneros principais:

A) Aqueles que são realizados com um movimento vertical de grande amplitude, quer de cima para baixo, quer de baixo para cima e que passaremos a designar por golpes do tipo "Martelo"[1431].

B) Aqueles que são realizados com um movimento horizontal de grande amplitude, da esquerda para a direita ou vice-versa e que passaremos a designar por golpes do tipo "Foice".

C) Aqueles que são realizados com um movimento longitudinal em profundidade com a ponta da lâmina e a que passaremos a designar por "Estocadas".

[1431] Utilizamos a expressão "Golpe de Martelo" como catacrese para a falta de um termo consagrado em língua portuguesa que possa indicar o movimento executado verticalmente por uma lâmina ao desferir um ataque sobre o adversário. Depois da consulta a vários manuais de esgrima, pudemos constatar que não existe uma forma simples de referenciar um tal movimento, pelo que este teria sempre que ser indicado por descrição, o que nos forçaria a uma repetição monótona de várias palavras para um gesto tão comum no manuseamento de uma lâmina.
Estamos conscientes que o resultado de um impacto causado pelo movimento realizado por um martelo é o esmagamento e não um corte, mas a direção vertical como o instrumento é manuseado e a forma como o seu cabo é empunhado tem alguma similitude com o gesto pretendido para descrever analogicamente este tipo de ação da espada. A linha vertical do movimento da arma à qual se pretende fazer alusão aqui deve ser entendida, quer na sua ação descendente, quer no seu movimento ascendente.

Os golpes do tipo martelo e foice são na sua essência de carácter similar, pois visam infligir ferimentos no corpo do adversário através da destruição das proteções couraçadas.

Outros tipos de investida poder-se-ão admitir, nomeadamente os de martelo ou de foice executados em movimento oblíquo, mas são subsidiários dos anteriores quanto ao tipo das problemáticas técnicas envolvidas.

Assim, estes golpes do tipo A e B têm necessariamente que ter alguma amplitude de movimento, de maneira a que a lâmina tenha impulsão suficiente para vencer o couraçamento e causar algum tipo de dano no seu oponente. Repare-se que ambos os golpes são característicos de lâminas grandes, visto que uma importante parte da sua eficácia está na força aplicada ao movimento da lâmina e é, assim, necessário que esta tenha um peso bastante considerável; executados com uma espada de pequenas dimensões, o esmagamento que lhes é peculiar perderá grande parte da sua eficiência[1432].

Imagem 52 - Baixo relevo esculpido na Métopa 37 do *Tropaeum Traiani* (Troféu de Trajano), em Adamclisi, Dobruja, na atual Roménia, representando um soldado romano usando uma espada curta para cortar com um movimento vertical de grande amplitude, de cima para baixo [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 57].

A eficácia dos golpes do tipo martelo ou foice dependerão, pois, em grande medida, do peso da espada e da força nela aplicada, e, devido à considerável extensão da zona de contacto da lâmina no corpo do adversário, tenderão não só a chocar com algum tipo de proteção de que este esteja munido, como terão tendência para embater contra uma área considerável do couraçamento, tornando assim mais difícil a penetração da lâmina[1433]. A proteção fornecida pelo escudo, pela armadura pelo capacete oferece obstáculos que tornam este tipo de golpes muitas vezes ineficaz, só conseguindo resultados se a força do seu

[1432] Poder-se-á ver analogicamente este efeito se se pensar na dificuldade de pregar um prego com um martelo pouco pesado, tendo possivelmente que investir várias vezes sobre ele até o conseguir realizar. Resultado bem diferente é o que se obtém quando este utensílio tem um peso considerável, sendo possível até que se consiga fazê-lo apenas com uma única martelada.

[1433] Note-se que, em geral, os golpes do tipo A e B embatem frequentemente contra o escudo do oponente devido à habitual simetria tática que possuem os guerreiros na Antiguidade. Sendo a espada manuseada normalmente do lado direito, ela movimenta-se preferencialmente visando a parte esquerda do seu adversário direto, região que está particularmente bem protegida pelo escudo, que não só pode executar rápidos movimentos defensivos, como é também a arma concebida para os suportar, sendo por isso particularmente resistente. Assim, muitas das investidas com este tipo de golpes podem não oferecer bons resultados práticos, nomeadamente se o escudo do adversário for de grandes dimensões.

movimento for suficiente para conseguir vencer a sua resistência. Note-se que mesmo quando o conseguem, tais golpes não são muitas vezes letais, ou pelo menos imediatamente incapacitantes, pois são geralmente bastante periféricos, imprecisos no ponto da sua investida, ou não atingem partes vitais do corpo do oponente[1434].

Imagem 53 - Baixo relevo esculpido na Métopa 9 do *Tropaeum Traiani* (Troféu de Trajano), em Adamclisi, Dobruja, na atual Roménia, representando um soldado romano usando uma espada curta para esfaquear por estocada [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 41].

No entanto, os golpes do tipo C, em que a lâmina é aplicada em profundidade, apresentam uma maior precisão, quanto ao ponto que se pretende atingir. Além disso, as estocadas têm uma reduzida área de penetração tendo assim que vencer menor resistência do couraçamento. Se procurássemos estabelecer uma analogia com o jargão da geometria, poder-se-ia dizer que os golpes de martelo e de foice tendem a investir com largas áreas dos fios da lâmina que se poderiam classificar como "linhas", enquanto as estocadas investem sobre o adversário com "pontos".

Devemos ainda observar que uma estocada, pelo direcionamento do seu movimento em profundidade, apresenta boas condições para conseguir penetrar qualquer tipo de couraçamento, nomeadamente se a espada for resistente e estiver desenhada para ser manuseada para esse tipo de investida.

Para a execução de uma forte estocada[1435] é fundamental que o perfil do guarda-mão possa concentrar a força do braço apoiando numa larga superfície o polegar e o indicador

[1434] Excetua-se, é claro, os golpes de martelo ou de foice que consigam atingir o rosto do adversário, situação que se pode admitir que não deveria ser frequente, devido às habituais proteções laterais do capacete e ao movimento rápido do escudo. Note-se que a região do rosto ficava habitualmente bastante protegida por este último, geralmente expondo apenas a parte dos olhos, sendo por consequência muito reduzida a área passível de sofrer ataques.

[1435] A eficácia de estocadas levou mesmo à criação muito posterior de espadas como a rapieira ou o florete, que foram desenhadas para a aplicação preferencial desse tipo de golpes (COSTA, 2015, p.61).
No entanto, foram concebidas para uma luta de mão única e braço estendido e em que quem a manuseia não é portador de um escudo, o que fez com que o comprimento das suas lâminas fosse substancialmente maior do que o gládio, atingindo habitualmente mais de 90 cm, com apenas 2,5 cm de largura e ponta extremamente afiada, visto que não tinha que perfurar qualquer tipo de couraçamento.

que se encontram recurvados sobre a empunhadura, devendo esta também ser muito ergonómica relativamente à parte interior do punho fechado, de modo a que a arma não tenda a escapar quando se dá o embate.

Note-se ainda que a realização de golpes do tipo martelo ou foice terá outras implicações táticas, como a necessidade de que haja um considerável espaço em torno do soldado que os executa, devido à grande amplitude que estes exigem.

Tal tipo de distanciamento é uma condicionante que dificulta, não só a criação de uma compacta parede de escudos, mas também que se consiga manter o alinhamento da formação durante o combate.

Por tais razões, estamos em crer que o gládio foi a arma que conseguiu congregar no seu desenho e tamanho as melhores condições práticas para a realização de todos os desideratos táticos e técnicos da mais alta eficácia.

Sabemos que os Romanos terão debatido qual seria a melhor técnica para o manuseio do gládio, dado este ter simultaneamente uma grande capacidade de executar estocadas, bem como boas condições para aplicar golpes de corte, visto exibir dois gumes particularmente bem acerados. Deveremos, no entanto, observar que estes golpes de corte não seriam do tipo martelo ou foice pois o pouco peso da sua lâmina não era particularmente adequado a permitir o impacto necessário para uma boa execução destes.

Atendendo a todas estas especificidades do gládio, será legítimo supor-se que a grande generalidade dos golpes aplicados pelos soldados romanos seria do tipo da estocada e que os golpes de corte eram, na sua generalidade, resultantes de movimentos pendulares da arma

---

O tipo de luta proporcionado por estas lâminas era assim o de conseguir ferir mantendo o adversário a uma distância considerável, o que nos remete para um perfil de combate bem diferente do que poderíamos observar ser a prática do legionário. Tom Leoni, grande mestre de esgrima da Renascença, descreve a rapieira como uma espada de longa lâmina direita, de dois gumes com punho duma só mão e que não requer qualquer arma de apoio.

A lâmina poderia até ter largura suficiente para aplicar golpes de corte, mas o poder da rapieira era essencialmente proporcionado pela sua capacidade de perfuração (BURTON, 2014, pp. 102, 493). Isto é bem visível se atendermos à descrição de Capoferro que nos diz que esta poderia ser bigúmea, ter gume só dum lado, exibir fio apenas de um lado da ponta até ao meio da lâmina ou então ter bordas completamente cegas, pelo que passaria a ser designada por estoque (Ridolfo Capoferro ou Capo Ferro de Cagli foi mestre de esgrima, durante o século XVII, na cidade de Siena e autor de um manual de esgrima: *Great Representation of the Art and Use of Fencing*).

Quer a rapieira, quer o florete, este último constituído por uma lâmina de menor envergadura e consequentemente mais fraca, nunca foram encaradas como verdadeiras armas de batalha, mas como espadas de proteção pessoal dos nobres para a realização de duelos de honra ou resolver contendas em contexto civil (COSTA, 2015, p. 122).

A rapieira surgiu na Espanha, em meados do século XVI, onde era vulgarmente conhecida como espada "*ropera*"(por ser usada com roupas civis), de onde aliás adquiriu o seu nome, indicando que esta era uma arma que deveria fazer parte da indumentária completa de qualquer fidalgo. Teve uma grande divulgação até ao século XVIII, tendo o seu nome derivado para o francês *rapier*, enquanto na Itália, era conhecida por *spada da lato*, e na Alemanha, como *seitschwert* (COSTA, 2015, pp. 117-118).

procurando atingir o adversário, nomeadamente nos casos em que o gládio não conseguisse a pretendida penetração no seu couraçamento.

Arrolaremos de seguida as várias razões que poderão ser convocadas para apoiar a ideia de que o legionário tenderia essencialmente para a aplicação sistemática de estocadas no manuseio do gládio[1436]:

1) O pouco peso do gládio, que não viabilizaria golpes eficazes do tipo martelo ou foice;
2) O próprio desenho da espada, cuja ergonomia de guarda-mão funcionava no sentido de capitalizar a força penetrativa do braço em golpes de profundidade;
3) A adequação da empunhadura da arma à palma da mão com o intuito de que ela não escapasse na sequência do forte ressalto da arma ao embater no couraçamento adversário;
4) O espaço livre que existe entre a ponta do gládio e o corpo do adversário, o que permite um trajeto de impulsão da arma em profundidade e com um ângulo inteiramente livre, o que permite aproveitar particularmente bem a força muscular do braço na sua projeção frontal;
5) A facilidade de executar o cálculo que é necessário entre os olhos do legionário e o ângulo visual inerente à ponta da espada, o que permite o direcionamento preciso da estocada a um qualquer ponto pretendido do corpo do oponente;
6) O aumento de tamanho e robustez do escuto para proporcionar uma boa proteção ao corpo do soldado romano, visto que este estava sujeito a ser primeiramente atingido pelo alcance de ataque de uma espada de maiores dimensões manuseada pelo adversário, não sendo o gládio adequado para qualquer tipo de esgrima com o entrechoque de lâminas.
7) A enorme resistência do gládio, não só pelo temperamento do seu ferro bem como pelas pequenas dimensões da sua lâmina, tornando-a assim menos atreita a partir-se;
8) A leveza do gládio, que permitia infligir consecutivos golpes rápidos enquanto o adversário tinha notoriamente mais dificuldade em ter tal cadência com uma espada pesada;

[1436] Para as características genéricas do material e desenho dos diversos tipos de gládio consultar os subcapítulos 8.1.1, 8.6.1 e 8.6.2.

9) A extrema proximidade com que o soldado romano lutava com o seu oponente, o que dificultava o manuseio de uma espada grande, que dificilmente encontrava bons ângulos para a aplicação de golpes eficazes[1437];
10) A notória redução que se foi verificando nas dimensões longitudinais do gládio, chegando-se a uma lâmina que muitas vezes não ultrapassaria os quarenta centímetros. Esta redução sistemática das suas dimensões demonstra bem a compreensão das virtualidades técnicas do combate executado nos moldes expostos.

Por tudo isto, consideramos que a adoção do gládio constituiu o mais importante recurso tático de combate que o exército romano integrou. É certo que a legião manipular tinha já demonstrado, mesmo antes da sua adoção, um elevado grau de competência militar, possivelmente resultante do binómio constituído pelo seu intenso treino e elevada disciplina.

Peter Heather salienta não só a importância do treinamento prolongado e constantemente repetido ao longo da formação do legionário, mas também a forte ligação emocional existente entre todos os companheiros de uma unidade[1438]:

> «[…] The honour of the unit, and the bond with fellow soldiers, became the most important element in a legionary's life, sustaining a fighting spirit and willingness to obey orders which few opponents could match.
> To this psychological and physical conditioning, Roman training added first-rate practical skills. Roman legionaries were well armed by the standards of the day, but possessed no secret weapons. Much of their equipment was copied from their neighbours: the legionary's distinctive and massive shield – the *scutum* – for instance, from the Celts. But they were carefully trained to make the best use of it. Individually, they were taught to despise wild swinging blows with the sword. These were to be parried with the shield, and the legionary's characteristic short sword – the *gladius* – brought up in a short stabbing motion into the side of an opponent exposed by his own swing. Legionaries were also equipped with defensive armour, and this, plus the weapons training, gave them a huge advantage in hand-to-hand combat. […] On a larger scale, legions were trained to manoeuvre as units, receiving their orders by bugle call and maintaining

[1437] Note-se que a distância a que o soldado romano lutava com o seu adversário direto era tão reduzida que conseguia utilizar o seu escuto como arma ofensiva, conseguindo até aplicar intencionalmente violentas pancadas com este no corpo do oponente a fim de o desequilibrar. Assim, enquanto uma tal proximidade permite ao legionário, devido às pequenas dimensões do seu gládio, puxar o braço atrás e aplicar uma violenta estocada, com uma espada grande não é possível ter ângulo para o fazer. Consequentemente, os golpes possíveis para uma lâmina grande seriam essencialmente do tipo martelo ou foice, o que de maneira geral os faria colidir com o Escuto, sendo possivelmente esta uma das razões pela qual este estava reforçado com uma orla metálica que lhe permitia resistir a tais investidas.

[1438] HEATHER, 2010, pp. 15-16.

their cohesion even in the chaos of battle. As a result, any Roman commander worth his salt could deliver maximum force when opportunity presented itself, and retreat in good order if necessary. Disciplined, coherent forces have a massive advantage over even very large numbers of ferocious opponents acting as individuals. […]»

Bastaria, para confirmarmos uma tal competência, evocar o seu enorme palmarés de vitórias durante o século III a.C., altura em que ainda não tinha elegido esta pequena espada como a sua principal arma ofensiva. Deveremos notar até que uma espada com reduzidas dimensões seria, fora do contexto de uma atenta análise dos seus efeitos, uma lâmina que o senso comum teria naturalmente tendência para considerar menos eficaz do que uma outra de maior envergadura. Terá sido, possivelmente, esta dimensão contraintuitiva que poderá ter feito com que uma lâmina de pequenas dimensões não tivesse sido adotada sistematicamente como arma principal por qualquer outro exército estatal coevo, tal como acontecia com as formações gregas, etruscas, macedónicas e cartaginesas. Apesar de possivelmente muitos comandantes terem tido a oportunidade de presenciar os efeitos devastadores do gládio nas mãos dos Romanos, a utilização de pequenas lâminas circunscrevia-se normalmente a forças de dimensão mais reduzida, de cariz tribal.

7.5. A Disfunção Percetiva da Competência de uma Arma pelo Aumento do seu Tamanho

As grandes dimensões de uma arma, numa visão não analítica das especificidades táticas que proporciona, é habitualmente considerada pelo senso comum um fator diretamente relacionado com a sua eficácia.

Este fenómeno é possivelmente resultante de uma avaliação intuitiva assimilada na ontogénese humana resultante da sua experiência material quotidiana. A experiência prática e a necessidade de garantir a sobrevivência incutiu em cada homem, ao longo de milhares de anos, a convicção quase sempre certa de que um adversário é tão mais forte (e, portanto, mais perigoso) quanto maior for.

Lembremos, a título de exemplo, a poderosa força que nos transmite a imagem bíblica do gigante Golias, que segundo o relato teria quase três metros de altura, na sua luta contra o franzino David, que seria volumetricamente várias vezes menor do que o seu oponente[1439].

[1439] ALMEIDA, 1985, I Samuel 17:1-58.

As armas do colosso eram proporcionalmente grandes, pois a narrativa bíblica diz-nos que estaria munido de um capacete de bronze, vestia uma couraça de escamas que pesava sessenta quilos e, nas pernas, usava grevas. Tinha também um dardo de bronze pendurado nas costas e a haste da sua lança era tão grande que parecia uma lançadeira de tecelão, cuja ponta de ferro pesava sete quilos e duzentos gramas.

Vemos assim que este filisteu era um guerreiro e que o rapaz não passaria de um pastor, o que só por si deveria ser mais do que suficiente para garantir a sua vitória, mas julgamos que a força mais expressiva desta passagem bíblica é mesmo a grande diferença de estatura entre os dois. Observemos que David está munido de uma funda com a qual irá ferir mortalmente o gigante, conseguindo o seu objetivo sem ter de se aproximar do seu adversário. No entanto, seria legítimo admitir-se que todos os leitores desta famosa passagem acabariam por admitir de forma intuitiva que o desfecho provavelmente teria sido outro se o combate tivesse assumido a forma de uma luta corpo a corpo. A força expressa pelas dimensões colossais de Golias, bem como o seu treino de guerreiro, poucas possibilidades teriam dado ao futuro rei de vencer este desafio num combate direto.

Note-se mesmo que este trecho bíblico acrescenta, expressivamente, que todos os guerreiros israelitas demonstravam um enorme temor de encetar um confronto com o gigante, bem como uma notória perceção da impossibilidade de o vencer em combate singular. Ele próprio demonstra uma total confiança nas suas capacidades físicas, fruto possivelmente de muitos combates onde a sua enorme envergadura e força lhe teriam permitido esmagar de forma implacável os respetivos oponentes[1440].

A perceção, que bem poderíamos dizer ser transversal a qualquer cronologia, de que um adversário ou uma arma é mais letal quanto maior forem as suas dimensões, é portanto algo que é classificável como uma visão intrinsecamente constitutiva da avaliação do Homem, e dir-se-ia mesmo que tais princípios são extensíveis ao reino animal, pois a própria natureza encarrega-se de nos reafirmar constantemente uma tal ideia.

Um tubarão branco de quatro metros assusta desde logo mais o mergulhador do que um outro animal da mesma espécie com apenas dois metros, embora do ponto de vista prático

[1440] ALMEIDA, 1985, I Samuel 17:8-11: «[…] 8. E parou, e clamou às companhias de Israel, e disse-lhes: Para que saireis a ordenar a batalha? Não sou eu filisteu e vós servos de Saúl? Escolhei de entre vós, um homem que desça a mim.
9. Se ele puder pelejar comigo, e me ferir, seremos vossos servos; porém, se eu o vencer, e o ferir, então sereis nossos servos, e nos servireis.
10. Disse mais o filisteu: Hoje desafio as companhias de Israel, dizendo: Dai-me um homem para que ambos pelejemos.
11. Ouvindo então Saúl e todo o Israel estas palavras do filisteu, espantaram-se e temeram muito. […]»

ambos possam ser potencialmente rápidos e letais. Quando dois machos lutam pela posse de uma fêmea, não só temos tendência para considerar que o vencedor é possivelmente aquele que tem maior envergadura, como este é realmente o resultado na grande maioria das vezes. Vemos com facilidade, até entre os próprios animais domésticos, que um dos mais naturais processos de defesa entre os animais, quando se sentem ameaçados, é a imediata procura de parecerem mais corpulentos, aparentando, quer pela posição, quer por crispação da pelagem, possuírem maior envergadura do que aquela que realmente têm.

No entanto, sabemos bem de certos animais de pequenas dimensões que tiveram a capacidade de desenvolver outros mecanismos de defesa, que compensaram em grande medida o seu pequeno tamanho, utilizando para tal vários mecanismos de defesa, como fortes carapaças, ou a utilização de substâncias venenosas. Alguns mamíferos, como os bovinos, desenvolveram armas tão poderosas quanto os seus enormes cornos, cujo tamanho e resistência intimidam qualquer adversário; poderemos recordar o pânico que a visão de um Auroque, touro de dimensões gigantescas, espalhou entre as tropas romanas no relato que nos deixou Júlio César[1441].

Todavia, poder-se-ia dizer que, num sentido pouco habitual e negando a perceção do senso comum, possuir "armas naturais" de grandes dimensões nem sempre é sinónimo de que estas possuam grande eficácia, mesmo ao nível do reino animal.

O chamado "tigre de Dentes-de-Sabre", por exemplo, já extinto desde cerca de 8.000 a.C., poder-nos-á mostrar que, mesmo na Natureza, ter uma dentição particularmente grande e assustadora não é garantia de que esta seja realmente eficaz para as suas necessidades de defesa e alimentação[1442]. Apesar de ser vulgarmente considerado um tigre e pertencer mesmo à família *Felidae*, este grande e belo animal era da Subfamília *Machairodontinae* e da Tribo

---

[1441] CAES. *Bell. Gall*. 6.28: «[…] Uma terceira espécie é a dos animais a que chamam *urus*. Quanto ao tamanho, estão um pouco abaixo dos elefantes, e têm o aspeto, a cor e a forma do touro. A sua força é grande e grande é a sua velocidade: não poupam nem homem, nem animal que tenham visto. […]». Segundo o autor das notas da edição consultada, Júlio César está, sem margem para dúvidas, a referir-se aos Auroques.

[1442] TURNER; ANTON, 1997, pp. 57-58: «[…] Despite a complex history of names, three species are now generally recognized. The earliest is *Smilodon gracilis*, known mainly from the eastern part of the United States of America, aged between perhaps 2.5 and 0.5 Ma. It is the smallest of the species and is thought to be most closely related to *Megantereon*, its likely ancestor. The largest, *Smilodon populator*, was of lion size, with enormously developed upper canines that protruded well below the mandible: the total length of large tooth specimens approaches 28 cm, perhaps 17 cm of which would have protruded from the upper jaw. *Smilodon populator* is a species found in the eastern part of South America; it seems to have evolved in isolation there following dispersion of the ancestral *Smilodon gracilis* from the north about 1.0 Ma ago. The third species, *Smilodon fatalis*, primarily known from the later Pleistocene of North America, is generally intermediate in size, but with important differences from the South American species in skull and bodily shape and proportions. *Smilodon fatalis* also invaded South America, where it is known from the Pacific coastal area; the two species in South America were therefore separated in their distributions by the Andes. […]».

Smilodontini; a espécie de maiores dimensões o *Smilodon populator*, era do tamanho de um leão, tendo cerca de 2,50 metros de comprimento e 250 quilos de peso. Possuía membros anteriores excecionalmente desenvolvidos[1443] e poderosas garras[1444], mas, sem dúvida, a sua característica mais marcante eram os seus enormes dentes caninos da mandíbula superior[1445]. Apesar de estes lhe conferirem um aspeto de feroz predador, como seria natural numa avaliação de um animal com tal dentição, os seus descomunais caninos, que podiam atingir 28 centímetros (dos quais 17 projetar-se-iam para fora da mandíbula superior), constrangiam-lhe consideravelmente as suas capacidades enquanto caçador. Em primeiro lugar, para caçar tinha de executar uma abertura descomunal da sua boca para que fosse possível ter espaço para que tais dentes pudessem ter ângulo com a mandíbula inferior, para permitir abocanhar uma qualquer presa. Segundo os paleobiólogos, isto fazia com que lhe fosse impossível predar pequenos animais, como coelhos ou aves, limitando assim bastante as condições da sua dieta., pois apenas se conseguia alimentar de animais de grande porte. Além disto, os seus aparentemente temíveis caninos, devido ao seu comprimento descomunal, eram bastante frágeis, não só por essa razão, mas também porque não possuíam o perfil cónico dos dentes dos felinos modernos. Estes possuíam uma estrutura bifacetada, o que fazia com que corresse o risco de se partirem se a pressão da mordedura fosse executada numa parte particularmente dura da sua presa[1446]. Tais características dentárias faziam do esmilodonte um caçador que se via condicionado a ter uma dieta de grandes herbívoros, como cavalos, mamutes, bisontes, veados, aplicando os seus enormes caninos apenas no estrangular das suas presas na região da garganta[1447]. O facto de se ver condicionado a caçar grandes mamíferos poderá até ter sido a causa principal para a sua extinção, quando tal tipo de fauna sofreu uma substancial baixa no início do Neolítico.

Mesmo no seio da natureza, as grandes dimensões das "armas naturais" como o tipo de dentição, bem como exuberantes armações, nem sempre são garantia de que estes sejam recursos eficazes para os seus possuidores, como acontece ao Alce, que apesar dos seus exuberantes chifres, não os pode utilizar para sua defesa pois estes não são suficientemente resistentes, limitando-se para tal à utilização dos poderosos coices aplicados com as patas posteriores.

[1443] TURNER, 1997, pp. 67-69, 111-113.
[1444] TURNER, 1997, pp. 130-133.
[1445] TURNER, 1997, pp. 67, 114, 119-126.
[1446] TURNER, 1997, p. 119.
[1447] TURNER, 1997, pp. 122-124, 141-143.

Embora se possa dizer que certo tipo de armamento tende naturalmente para o aumento das suas dimensões, como escudos, lanças ou canhões, apresentando numa versão posterior uma superação da predecessora num ou vários parâmetros, tal não será válido em todas as circunstâncias e para todas as tipologias.

É verdade que os militares normalmente tendem para associar o tamanho à força, e historicamente as armas grandes têm tido sempre a preferência. São raros os casos em que uma arma mais pequena e, portanto, tendencialmente mais barata de fabricar, contribuiu de forma decisiva para o aumento de eficácia de um determinado exército.

No entanto, o aumento das dimensões das armas força quase sempre a uma substancial mudança no perfil de combate, que pode complicar o planeamento militar, quer este seja no perfil tático, quer no plano logístico.

O aparecimento das sarissas no exército de Filipe II da Macedónia, com o aumento exponencial do tamanho das lanças, poderá ser até considerado um aspeto positivo no seu sistema de combate, mas tal forçou a uma mudança estrutural no sistema das falanges da tradição hoplita, como a redução dos escudos, ou o seu manuseio com as duas mãos.

Num exército de perfil estatal, em que é necessária a produção em massa de armamento padronizado, o crescimento acarreta em geral um aumento de custo, fator diretamente relacionado com a necessidade militar de produção em grande escala[1448]. Embora o fator 'tamanho' acabe normalmente por se impor, costumando bastar, para tal avaliação, a suposta vantagem técnica e psicológica inerente a armas de grande porte, as pequenas lâminas utilizadas pelos Romanos tinham a virtualidade de apresentar um leque de possibilidades de manuseio que lhes conferia uma eficácia impossível de ser conseguida com espadas de maior porte.

A intuitiva e enganadora identificação do tamanho de algo com a sua força exerceu sempre uma grande influência na avaliação da capacidade de uma arma, mas não devemos esquecer que determinados exageros, muitas vezes, em nada contribuíram para o sucesso militar de certas tipologias de armas.

O seu sobredimensionamento pode, aliás, tornar uma arma totalmente ineficaz, como aconteceu, por exemplo, com a famosa *helépolis*, a gigantesca torre de assalto conhecida como a "grande tomadora de cidades"[1449]. Esta colossal máquina de cerco criada pelo grego Epímaco para o cerco que Demétrio, o esforçado filho de Antígono Monoftalmo, estava a fazer a Rodes, em 304 a.C., poderá dizer-se que foi um verdadeiro fiasco militar quanto à

[1448] O'CONNELL, 1989, pp. 12-13.
[1449] O'CONNELL, 1989, p. 84.

sua eficácia prática, apesar do seu gigantismo. Demétrio tinha já anteriormente mandado construir uma sobredimensionada máquina de cerco para o assédio a Salamina de Chipre, a qual se tinha já revelado bastante ineficaz, mas tudo indica que o general não teria tirado as consequências que deveria da inoperância das gigantescas dimensões das suas máquinas de cerco[1450].

Investiu, assim, posteriormente, todos os seus recursos de engenharia militar na construção daquela que é considerada a maior máquina do género alguma vez criada. Esta teria mais de 45 metros de altura, tinha formato piramidal e o seu sofisticado sistema de rodas permitia-lhe mover-se também lateralmente por forma a investir sobre outros locais da muralha[1451].

Estaria munida de inúmeros engenhos de tiro nos seus nove andares e estava coberta por couro cru e por algumas placas de ferro para a proteger do fogo, o que se traduzia numa enorme sobrecarga de peso, o que faria com que tivesse muitas dezenas de toneladas[1452].

Apesar das suas dimensões e de ser um engenho assustador, foi completamente ineficaz para a tomada de Rodes, cingindo-se o seu palmarés militar apenas a ser uma curiosidade imortalizada por Plutarco[1453].

Nem sequer a famosa sarissa macedónica, arma fundamental nas falanges de Filipe II e de Alexandre Magno, conseguiu ficar imune à tendência para um crescimento desmesurado. Com o objetivo de conseguir uma projeção frontal de cinco filas na falange, a já comprida lança foi crescendo até atingir os vinte e um pés, o que implicava que o seu cabo apresentasse um desmesurado peso e dimensão, que atingia cerca de sete metros. Embora esta tenha circunstancialmente obtido algum sucesso, nomeadamente contra as tradicionais falanges gregas munidas de lanças mais pequenas, os macedónios, num impulso irrefletido, aumentaram-nas ainda para vinte e cinco pés. Rapidamente puderam constatar que estas

---

1450 CAMPBELL; DELF, 2003b, pp. 9-10.

1451 Duncan Campbell refere que Ateneu (170-223 d.C.) diz que a altura total da torre seria de 39,9 metros, enquanto que o dimensionamento proposto por Vitrúvio (81-15 a.C.) é de 37 metros e o de Plutarco (c. 46-c. 120 d.C.) de 42,6 metros, concluindo que a estrutura rondaria os 40 metros de altura, tal como a anterior de Salamina. CAMPBELL, 2003b, p. 10. Por seu lado Robert O'Connell indica que a torre de Demétrio teria quase 30 metros de altura, O'CONNELL, 1989, p. 84.

1452 Segundo Duncan Campbell a torre teria janelas de persianas, que abriam para fora e através das quais podiam ser arremessados projéteis. As persianas eram acolchoadas com couro cru recheado com lã a fim de absorver o choque das armas inimigas. Referindo-se a outras torres o autor descreve que por vezes as tábuas de madeira do revestimento eram cobertas com uma espessa camada de argila, um método de proteção contra fogo encontrado noutras máquinas. Relata ainda um curioso dispositivo primitivo de mangueira de incêndio chamado *siphön*, que consistia em intestinos de boi presos a sacos de couro cheios de água; teoricamente, em caso de incêndio, apertar os sacos faria com que a água fosse pulverizada. CAMPBELL, 2003b, pp. 10, 39.

1453 PLU. *Demetrius*, 21.1-21.2.

dimensões eram obviamente excessivas e, após um notório desaire com uma força espartana comandada por Cleónimo, foram reduzidas aos vinte e um pés, tendo então os seus engenheiros militares considerado que tal tamanho poderia ser ainda demasiado grande[1454].

Vemos, assim, que cada arma deverá ser analisada e construída segundo os critérios de dimensão, de forma e de peso para os quais foi concebida, tendo para tal de ser submetida a uma acurada análise técnica, a fim de que seja possível maximizar o seu desempenho.

O tamanho, o peso e a forma articulam-se tão intimamente que não proceder ao seu mútuo ajuste só poderia levar à construção de armas ineficazes, ou pouco funcionais, quanto às suas reais possibilidades táticas.

7.6. As Competências do Modelo Tático Individual do Soldado Romano

Neste sentido, poder-se-ia dizer que o gládio, pelas suas dimensões, peso e aceração, permitiu à legião romana uma particularmente eficaz sintonia entre o perfil de combate individual de cada legionário e o dinamismo da sua formação em parede de escudos.

As características desta pequena espada permitiram maximizar a competência dos golpes aplicados pelo soldado romano, através da agilidade, da rapidez de movimentos e, sobretudo, da possibilidade de desferir estocadas cirúrgicas sobre o corpo do adversário.

Como seria natural, uma espada de perfil tão reduzido, não seria adequada para qualquer tipo de esgrima ou entrechoque de lâminas. O perfil de combate de um soldado munido de um gládio seria o procurar desferir poderosos golpes nos pontos que lhe parecessem mais frágeis no couraçamento do adversário, permanecendo protegido por um escudo de consideráveis dimensões.

Tal como acontece para o funcionamento tático das linhas manipulares da legião, deveremos igualmente lamentar a inexistência de relatos que nos descrevam a técnica de combate com o gládio.

Assim, as várias considerações sobre tal processo apenas poderão derivar de uma tentativa de compreensão das melhores condições de utilização ergonómica desta espada em articulação com o escuto.

Alguns cronistas e historiadores romanos, como Políbio, Júlio César, ou até mesmo Vegécio, escreveram relatos bastante detalhados de muitas atividades militares romanas,

[1454] O'CONNELL, 1989, p. 84.

sem que, no entanto, lhes tenha parecido relevante a descrição pormenorizada destes processos técnicos, possivelmente deixados em segundo plano pela grande familiaridade que teriam com estes. Será mesmo de admitir que tais escritores considerassem que a generalidade dos seus potenciais leitores pudesse considerar desnecessário e monótono um tal tipo de descrição, atendendo a que esta seria matéria bastamente conhecida de todos.

Reforçando a ideia da preferencial utilização do gládio como arma para aplicação de estocadas, poderíamos ainda observar que um golpe em corte, quando bem aplicado, pode causar um ferimento grave, mas não consegue igualar os efeitos devastadores de uma perfuração com vários centímetros de profundidade. Como nos diz M. C. Bishop, uma estocada que faça a lâmina entrar cinco ou mais centímetros no corpo do adversário, se não for imediatamente fatal, é pelo menos incapacitante, nomeadamente pelo paroxismo da dor e da terrível hemorragia que causa.

Este especialista em armas romanas acrescenta mesmo que a realização de golpes de corte no adversário não é habitualmente fatal, pois as partes vitais do corpo estão protegidas por equipamento e estruturas ósseas bastante resistentes. Pelo contrário, um ponto apunhalado no tronco ou abdómen é fatal, mesmo que penetre apenas duas polegadas (49 mm), já que, inevitavelmente, atingirá qualquer parte vital[1455]. Mike C. Bishop, citando Vegécio, diz-nos ainda que os Romanos não apenas venciam facilmente aqueles que lutavam com espadas aplicando golpes de corte, mas até zombavam daqueles que utilizavam tal técnica de combate[1456].

Poderemos até admitir a dificuldade inerente à execução de estocadas que permitam atingir o adversário em locais altamente incapacitantes ou letais, como no tronco, habitualmente bem protegido, mas não deveremos esquecer o efeito do impulso proporcionado pela força muscular de um legionário altamente treinado, assim como a poderosa capacidade de penetração de uma lâmina acerada e muito resistente, como era o gládio. Sob tais condições, ter-se-á que admitir que uma forte estocada conseguisse penetrar diretamente a grande maioria dos couraçamentos do adversário [1457]. Sendo admissível uma

[1455] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 54.

[1456] VEG. 1.12: «[…] Além disso, os recrutas aprendiam a ferir não de talho, mas com a ponta. Na verdade, os Romanos não só venceram facilmente como até se riram dos que golpeavam de talho. Com efeito, o corte com o gume, venha com que força vier, raramente mata, uma vez que os órgãos vitais são protegidos quer pelas armas defensivas quer pelos ossos; mas, pelo contrário, uma estocada que penetre duas polegadas é fatal; na verdade, o que quer que seja que se enterre no corpo tem como consequência necessária atingir os órgãos vitais. Por outro lado, enquanto o golpe de talho é desferido, o braço e o flanco direitos ficam desguarnecidos; porém, a estocada é desferida com o corpo protegido e fere o adversário antes de ele se aperceber disso».

[1457] Embora a comprovação da maior capacidade penetrativa de uma lâmina fosse idealmente assegurada com uma sessão de "arqueologia experimental", pensamos que não será problemático admitir-se que é bem mais

tal capacidade, não seria assim de estranhar a eficácia e brutalidade do avanço da legião sobre as linhas adversárias, sucumbindo estas sob tais golpes demolidores, sem que as proteções couraçadas pudessem refrear a violência dos golpes de hastados e príncipes.

Embora seja possível que no exército romano alguns oficiais tivessem discutido inicialmente qual seria o melhor tipo de golpes a aplicar com o gládio, o pragmatismo da eficácia das estocadas rapidamente se deve ter imposto.

Para mais, sabemos que o treino com o gládio era bastante exigente e quotidiano, a fim de garantir a excelência do seu manuseio durante os períodos de pausa entre batalhas[1458]. Este treino era realizado com bastões ou simulacros de madeira com o dobro do peso que substituíam as espadas durante a sua realização, aplicando-se violentas estocadas e golpes de corte nos postes de treino[1459].

Em Políbio vemos também referenciada a instigação para que o legionário procure atacar o rosto do adversário, o que teria certamente consequências terríveis ao atingir uma parte pouco couraçada e com áreas muito sensíveis, como os olhos ou a boca[1460].

Os golpes direcionados ao torso seriam de concretização mais difícil, pela proteção da armadura e também pelos movimentos de defesa proporcionados pelo escudo, pois seria impensável um guerreiro encetar uma luta corpo a corpo sem que este fizesse parte do seu equipamento.

No entanto, tudo nos leva a crer, o treino do soldado romano deveria estar vocacionado precisamente para a aprendizagem quase intuitiva de como golpear rapidamente nos momentos em que a movimentação do seu oponente facilitasse uma estocada no torso, nomeadamente nas partes subaxilares expostas quando este erguia a sua espada para executar um golpe, pois estas tinham menor resistência por serem os pontos de ligação entre as placas frontais e dorsais do couraçamento.

---

demolidor um movimento de ataque direto com a lâmina sobre qualquer superfície, do que atingi-la com um movimento pendular de corte.

1458 Vegécio informa-nos que durante os treinos era dada uma particular atenção, não apenas às formações de avanço e recuo, às táticas de apoio mútuo, à manutenção da parede de escudos, bem como também ao manuseio do gládio. Gradualmente iam sendo introduzidas técnicas mais avançadas, como atacar pontos vitais do corpo do adversário, modo de desferir golpes sem abrir a guarda, insistência na aprendizagem de golpes impetuosos e mais letais sempre que tal fosse possível. De forma permanente, eram utilizados todos os meios para conseguir obter vantagens dos gestos e das movimentações corporais de um adversário. Todos estes recursos táticos eram inculcados na cabeça do legionário até que as suas reações durante o combate se tornassem praticamente instintivas. O'CONNELL, 1989, p. 90.

1459 VEG. 1.9-19, 26-27.

1460 PLB. 2.33.6: «[…] The Romans, on the contrary, having excellent points to their swords, used them not to cut but to thrust: and by thus repeatedly hitting the breasts and faces of the enemy, they eventually killed the greater number of them. […]».

Do vasto catálogo de alvos das estocadas cirúrgicas com o gládio fazia também parte o baixo-ventre, bem como as virilhas, geralmente menos couraçadas devido à necessidade de articulações que permitissem movimentar livremente as pernas, infligindo ferimentos letais e imediatamente incapacitantes, ao investirem diretamente sobre intestinos e genitais.

Além disso, a parte inferior da perna, bem como os pés, ofereciam igualmente um alvo geralmente mais vulnerável, que embora não sendo imediatamente fatal poderia comprometer a mobilidade e proporcionar suficiente desorientação no adversário para permitir aplicar de seguida um golpe fatal noutra parte do corpo[1461].

Havia também um outro tipo de treino para os soldados que já tinham mais experiência e que consistia na simulação de uma batalha com os companheiros, ainda com recurso a bastões de madeira em vez de espadas[1462].

Era, possivelmente, nesta tipologia de treino que o soldado romano aprendia e exercitava na prática os movimentos básicos que deveria aplicar durante a refrega, pois nela surgia um elemento muito mais dinâmico, com oponentes em movimento, que não só se defendiam dos seus golpes, como contra-atacavam.

Como veremos em seguida, o fator velocidade do golpe é fundamental para a aplicação de uma estocada demolidora, e a sua execução está diretamente associada a características físicas peculiares de cada indivíduo, sendo estas, em grande medida, de carácter hereditário.

7.7. Condicionamentos Motores no Desempenho de uma Luta Corpo a Corpo

Quando se desenvolve uma luta corpo a corpo, aquele contendor que tiver condições para executar movimentos mais rápidos terá uma clara vantagem sobre o adversário. Embora se julgue habitualmente que tal capacidade de realizar gestos muito rápidos depende essencialmente do treino e da motivação, a velocidade da execução dos seus gestos tem uma forte componente fisiológica, que está associada às características musculares que coordenam o seu sistema motor.

Embora uma tal especificidade não seja habitualmente levada em linha de conta para a análise do desempenho de um soldado, esta capacidade inata de executar movimentos

[1461] Dever-se-á ter em atenção que o soldado romano, devido à tendência para se proteger atrás do seu escuto, bem como à sua pega de perfil horizontal, teria a natural tendência para um certo rebaixamento do seu corpo durante o combate, o que lhe deveria facilitar o investir sobre as partes inferiores do seu oponente. Note-se ainda que, com um simples movimento simultâneo do seu tronco e braço, poderia golpear rapidamente com o seu gládio sobre as partes superiores deste.

[1462] ONOS. 10.4-6.

rápidos poderá ser considerada como uma característica importante, visto que permite a quem a detém, não só a possibilidade de se eximir com mais facilidade a investidas, bem como permite a execução de golpes mais poderosos.

Numa tentativa aproximada de compreensão deste fenómeno, poder-se-ia fazer uma analogia entre a força com a qual um indivíduo consegue investir numa estocada com lâmina e aquela que poderá possuir no desferir de um soco; a partir daqui poderemos *mutatis mutandis* compreender a importância da velocidade para a eficácia de uma estocada.

Assim, a força aplicada num soco depende do peso da mão, da velocidade com que o golpe é desferido e do tempo que o braço demora a percorrer a distância até atingir o seu alvo. O impacto é tanto mais poderoso quanto maior for a massa do conjunto da mão e braço, da velocidade com que se executa o gesto e do quanto menos a parte atingida ceder quando se faz o contacto, amortecendo o golpe[1463]. A força conseguida por um indivíduo musculoso e bem treinado, tal como poderemos supor que seria um soldado romano, pode rondar os 3.000 N (newtons), o que equivale a cerca de 306 quilogramas/força, e a velocidade do soco pode atingir os 10 metros por segundo[1464].

Se o tempo que durar a aceleração da mão durante o seu trajeto for considerável, o impacto é esmagador, tal como poderemos supor que aconteceria quando o impacto se desse contra uma superfície muito dura, como um escudo ou uma couraça.

Acrescente-se, para uma compreensão cabal do fenómeno, que um incremento de velocidade da mão que atinja cerca de 30 vezes a aceleração da gravidade e possa durar mais do que apenas alguns milésimos de segundo, possui todas as condições para provocar gravíssimas lesões[1465]. Dir-se-ia, assim, que uma mão munida de um gládio equipado com a

---

[1463] Somente com a formulação, por Isaac Newton, das suas três leis do movimento é que a força começou a ser percebida como algo extrínseco ao corpo e que lhe é comunicada por outros corpos que estão na sua vizinhança, alterando o seu estado. Em linguagem moderna, poderíamos dizer que só a partir das leis de Newton é que os conceitos de força e de massa (inércia) foram separados. A segunda lei de Newton, também conhecida como "princípio fundamental da dinâmica", diz que a alteração do movimento é proporcional à força motora imprimida, e é produzida na direção, em linha reta, na qual aquela força é aplicada. ROCHA, 2002, pp. 19, 69-74; HELENE, 2016, I.3. A unidade newton (N) é uma unidade de medida de força, assim chamada em homenagem a Isaac Newton. Um newton (N) corresponde à força exercida sobre um corpo de massa igual a 1 kg que lhe induz uma aceleração de 1 m/s² na mesma direção e sentido da força. Isso torna o newton uma unidade derivada, porque a sua definição é baseada noutras unidades. GARCÍA, pp 10-11.

[1464] HELENE, 2019, pp. 83-84.

[1465] O nosso organismo pode suportar acelerações intensas desde que o tempo de duração seja pequeno. Se o tempo que durar a aceleração for grande, o dano também pode ser grande. Por exemplo, uma aceleração de 30 ou 40 vezes a aceleração da gravidade (30 a 40g onde g é a aceleração da gravidade; 30x9,8=295m/s^2), se durar mais do que alguns milésimos de segundo, pode causar danos muito sérios e irreversíveis. Acelerações menores também podem causar estragos grandes se durarem tempos mais prolongados. Por exemplo, acelerar o corpo humano a cerca de 5g (5x9,8=49m/s^2) por vários segundos pode causar danos graves e até mesmo ser mesmo fatal, embora se a mesma aceleração durar menos do que um centésimo de segundo possa ser tolerável. HELENE, 2019, p. 85.

sua duríssima e acerada ponta e servido por um gesto rápido e forte teria todas as condições materiais para poder perfurar os diversos tipos de couraçamento do adversário.

Como veremos de seguida, a capacidade de executar investidas extremamente rápidas não seria uma característica de todos os soldados romanos, mas estamos em crer que seriam verdadeiramente avassaladoras as estocadas de gládio desfechadas pelos legionários que possuíssem tais competências.

7.7.1. A Complexidade do Sistema Músculo-Esquelético

A parte motora do organismo humano é constituída por ossos, músculos, tendões, ligamentos e outros componentes que se encontram presentes nas articulações que formam o sistema músculo-esquelético.

O corpo humano, tal como todos os mamíferos, tem três tipos de músculos[1466]:

A) Músculos Esqueléticos – são controlados diretamente pelo cérebro, que envia ordens para a sua contração ou distensão através do sistema nervoso e são constituídos por fibras de contração lenta e fibras de contração rápida[1467];

B) Músculos Lisos - de contração lenta e não controlada pelo cérebro, composta por células fusiformes e que são controladas pelo sistema nervoso autónomo[1468];

C) Músculo Estriado Cardíaco – é um tipo particular de tecido muscular que forma as diferentes camadas do coração e que é geralmente designado por miocárdio; é constituído por: músculo ventricular, músculo atrial e fibra excitatória e condutora[1469].

Os movimentos voluntários são, assim, realizados pelo conjunto dos cerca de 600 músculos esqueléticos[1470] que desempenham todas as funções motoras, apresentando variadíssimas formas e tamanhos[1471] – que vão do minúsculo estapédio do ouvido médio ao poderoso quadríceps da coxa[1472]. O conjunto dos músculos esqueléticos, compostos de fibras elásticas reguladas por ordens eletroquímicas enviadas pelo cérebro, atua mecanicamente

[1466] DIMON, 2008, p. 24; ROGERS, 2011, pp. 35-36, 93; LANGFORD, 2015, pp 79-80.
[1467] ROGERS, 2011, pp. 94-106. CLARK; LUCETT; SUTTON, (Editors) 2018, pp. 41-42.
[1468] ROGERS, 2011, pp. 106-112.
[1469] ROGERS, 2011, pp. 112-119.
[1470] LANGFORD, 2015, p. 119.
[1471] DIMON, 2008, pp. 24-25.
[1472] ROGERS, 2011, p. 134.

sobre o esqueleto, que funciona como estrutura sólida sobre a qual estes podem exercer pressão e viabilizar os movimentos intencionais[1473].

Por seu lado, os ossos têm uma constituição que lhes permite resistir às contrações musculares bruscas devido à sua elevada componente de fibras de colágeno e cristais salinos, que se entrelaçam e lhes dão a sua característica consistência[1474].

Como é próprio de qualquer tecido vivo, os ossos estão em constante processo de regeneração, sendo o osso velho digerido por células designadas osteoclastos[1475]. Quando está terminado este processo, os osteoclastos retiram-se para que outras células-tronco possam reconstituir as porções de osso eliminadas. Normalmente, à exceção dos ossos que ainda se encontram em processo de crescimento, as partes de tecido ósseo digerido e reconstituído são equivalentes, garantindo que o organismo possua uma quantidade de osso equivalente. Este equilíbrio desaparece naturalmente à medida que o organismo envelhece, fazendo com que as estruturas ósseas atinjam o seu maior vigor entre os 30 e os 35 anos[1476]. A partir de então, o corpo humano perde de 3 a 5 mm de densidade óssea por ano, geralmente associado ao aumento de sedentarismo, à deficiência de cálcio, a consumo abusivo de álcool e a insuficiência de vitamina D[1477].

Vemos, assim, que a complexa estrutura do aparelho músculo-esquelético atinge a plenitude das suas capacidades na faixa etária onde podemos localizar os grupos de hastados e príncipes, os dois principais tipos de combatentes da legião que formam as linhas ofensivas. Com a maior capacidade motora, são igualmente os homens que melhor poderão recuperar de ferimentos, luxações, ou mesmo quebras ósseas provocadas pelos combates, aspeto fundamental na manutenção de uma boa taxa de efetivos operativos.

[1473] A contração muscular ocorre quando se dá a saída de um impulso elétrico do sistema nervoso central, que é conduzido ao músculo através de um nervo que lhe está associado. Do ponto de vista químico, o estímulo elétrico desencadeia a ação fazendo entrar o elemento sódio nas células do tecido que é necessário para realizar a sua contração, bem como proporcionar a saída de potássio, que por sua vez vai estimular a liberação do cálcio que se encontra armazenado nos retículos sarcoplasmáticos presentes no citoplasma da célula muscular.

[1474] ROGERS, 2011, pp. 43-46.

[1475] ROGERS, 2011, pp. 50, 52-53.

[1476] LANGFORD, 2015, pp. 115-116.

[1477] ROGERS, 2011, pp. 56-64, 173.

7.7.2. A Problemática dos Dois Tipos de Fibras Musculares Esqueléticas no Desempenho Militar. Especificidades das Fibras de Contração Lenta e de Contração Rápida

Embora a constituição muscular não seja um aspeto habitualmente focado em problemáticas do tipo militar, julgamos que a sua análise poderá trazer algum contributo para a compreensão do tipo de desempenho característico de um soldado.

Todos os músculos esqueléticos do corpo humano são constituídos por dois tipos de fibras principais, que são designadas por fibras de contração lenta[1478] e de contração rápida[1479]. As de contração lenta são responsáveis pelas atividades mecânicas que são próprias de processos motores de resistência, concentrando-se em movimentos menores e no controlo da postura. As de contração rápida permitem a execução de movimentos instantâneos, que respondem na ordem dos milissegundos[1480].

O aspeto que pretendemos focar é que a proporção destes dois tipos de fibras musculares não é igual em todos os corpos[1481], fazendo com que essas diferenças definam desde logo uma apetência inata para a realização de determinado perfil de trabalhos motores.

Não existe ainda uma comprovação científica de que o treino físico possa modificar, ou sequer influenciar, as proporções relativas destes dois principais tipos de fibra muscular esquelética, pois a sua composição é essencialmente uma herança genética[1482].

Poder-se-á falar, pois, de uma predisposição inata para um certo tipo de desempenho motor, atendendo a que, por exemplo, numa pessoa comum, a proporção normal entre estas fibras de contração rápida e lenta no quadríceps pode ser de 55% para 45%.

No entanto, num indivíduo que possua aptidão para provas de resistência tal proporção de fibras de contração lenta poderá variar numa *ratio* de 82% destas para 18% das de

---

[1478] As fibras musculares de contração lenta (também chamadas do tipo I) contêm um grande número de capilares, mitocôndrias (que transformam a energia dos alimentos em ATP – Trifosfato de Adenosina, ou energia celular) e mioglobina, o que permite uma melhor distribuição de oxigênio. A mioglobina é semelhante à hemoglobina, o pigmento vermelho encontrado nas hemácias e, portanto, as fibras musculares do tipo I são frequentemente chamadas de fibras vermelhas, CLARK; LUCETT; SUTTON, 2018, p. 41; ROGERS, 2011, p. 97.

[1479] As fibras musculares de contração rápida (também chamadas do tipo II) são subdivididas em tipo IIa e tipo IIx tendo por base novamente as suas propriedades químicas e mecânicas. Elas geralmente contêm menos capilares, mitocôndrias e mioglobina. As fibras musculares do tipo II são frequentemente chamadas de fibras brancas. As fibras musculares do tipo IIx têm baixa capacidade de oxidação (capacidade de usar oxigénio) e rapidamente causam fadiga. As fibras musculares do tipo IIa apresentam maior capacidade oxidativa e causam fadiga mais lentamente do que as do tipo IIx. As fibras musculares do tipo IIa também são conhecidas como fibras intermediárias de contração rápida. Elas podem usar o metabolismo aeróbio e anaeróbico quase igualmente para criar energia, dessa forma, são uma combinação de fibras musculares do tipo I e do tipo II, CLARK; LUCETT; SUTTON, 2018, p. 42; ROGERS, 2011, p. 97.

[1480] PUNKT, 2002, pp. 1-2, 7-8; ROGERS, 2011, pp. 95-100.

[1481] PUNKT, 2002, pp. 35-37.

[1482] PUNKT, 2002, pp. 69-72.

contração rápida, enquanto que, pelo contrário, num outro organismo que apresente apetência para a execução de movimentos rápidos, poderemos encontrar cerca de 63% de fibras de contração rápida para 37% das de lenta[1483].

Alguns condicionalismos da predisposição genética também interferem no desenvolvimento da massa muscular, bem como na maior produção de testosterona, a hormona que permite aos indivíduos do sexo masculino apresentarem uma musculatura mais desenvolvida do que aquela que pode ser encontrada na mulher.

No entanto, de forma muito diferente do que ocorre em relação à composição fibrosa, a intensidade da atividade muscular influi claramente, não só no incremento da sua massa, mas também num notório aumento da sua resistência[1484].

Os períodos de inatividade enfraquecem os músculos e podem dar mesmo início a complexos processos de atrofia, enquanto o treino regular aumenta o seu volume e, consequentemente, melhora a sua potência e a resistência à fadiga[1485]. Uma tal compreensão da manutenção e desenvolvimento muscular encontram-se bem expressos no treino diário a que eram submetidos os soldados romanos, por vezes contemplando até dois períodos diários de exercício.

Note-se que uma das melhores formas de conseguir robustecer e fazer uma boa manutenção do aparelho ósseo-muscular é a realização frequente de longas caminhadas, bem como a prática de exercícios aeróbicos (como correr e nadar), que eram práticas regulares impostas a todos os soldados romanos.

Sendo a velocidade de um golpe um elemento fundamental para potenciar a sua força, poderemos entrever então a eficácia de uma estocada com um gládio, nomeadamente ao permitir que, com o seu reduzido tamanho, tivesse o espaço físico necessário em frente da lâmina para acelerar o movimento durante a sua efetivação. Como se pode observar da análise do tipo de fibras, alguns dos soldados romanos deveriam ter assim uma capacidade particular para desferir golpes poderosíssimos, juntando o seu acurado treino a uma capacidade genética para aplicar estocadas com extrema velocidade. Note-se ainda que, mesmo para aqueles que não possuíam tais condições inatas, o movimento de aproximação necessário para uma luta corpo a corpo, implica uma deslocação dos corpos que se deverá

[1483] A apetência que determinados indivíduos apresentam para provas atléticas de velocidade e outros para provas de resistência encontra, assim, uma clara explicação físico-anatómica que não resulta apenas do treino a que são submetidos. Condições musculares inatas que não são passíveis de ser modificadas explicam as tendências para um destes dois tipos de prestação física.

[1484] ROGERS, 2011, p. 193.

[1485] ROGERS, 2011, pp. 212-214.

somar à velocidade de um golpe inicial, caso a estocada seja imediatamente possível de ser executada pelo legionário. Não será, assim, de estranhar a forma avassaladora como a parede de escudos romana esmaga a linha frontal do adversário, tendo alguns dos soldados romanos a oportunidade de aplicar, no primeiro contacto, golpes que potenciam o movimento dos seus gládios.

Se sabemos que, em geral, o treino dos soldados romanos deveria ser bastante similar durante um determinado período, e que este deveria variar apenas pelo grau de exigência dos *Campi Doctores*, é bem possível que certos elementos se destacassem pela sua competência no combate corpo a corpo precisamente devido a esta capacidade inata para executarem movimentos extremamente rápidos.

A grande velocidade dos seus gestos, com o inerente potencial aumento cinético da força com que desferiam os seus golpes, poderia ser assim tão somente o resultado do perfil de uma estrutura muscular composta maioritariamente de fibras de contração rápida, podendo justificar até que alguns destes indivíduos viessem a ser selecionados para integrarem as coortes pretorianas.

Poder-se-á admitir que as espadas de grande porte, usadas habitualmente pelos opositores dos Romanos, terão oportunidade de chegar primeiro ao contacto, aplicando golpes do tipo martelo ou foice, mas o legionário está protegido com o seu grande escuto, tendo a sua lâmina pronta para desferir um poderoso golpe assim que a progressão do movimento de aproximação lho permitir. Esta é, aliás, a razão fundamental pela qual se justifica uma tão estreita relação entre o gládio e o escuto pois, a necessidade de um escudo grande e resistente impôs-se devido ao alcance das lâminas adversárias, que precedem em milissegundos o movimento possível de ser executado pela pequena espada romana. O tamanho do escuto fazia com que, com alta probabilidade, a grande maioria dos golpes dos oponentes não acarretasse consequências fatais, enquanto a rápida estocada, previamente preparada e direcionada, era passível de provocar, mesmo só com a perfuração da ponta do gládio, uma lesão letal.

O gesto técnico implicado no movimento do gládio e interiorizado durante o longo treino do legionário permitiria a realização da investida numa fração de segundo, ao mesmo tempo que o reduzido peso da arma facilitaria rápidas reinvestidas contra outros pontos do corpo do adversário. O peculiar processo de uma grande descarga de adrenalina, que necessariamente se verifica num confronto deste género, pode justificar amplamente a brutalidade do golpe e as sucessivas reinvestidas do soldado romano.

CAPÍTULO 8
AS LÂMINAS QUE MOLDARAM O IMPÉRIO
REINTERPRETAÇÃO DE ELEMENTOS ARQUEOLÓGICOS E DE FONTES LITERÁRIAS

Propomos neste capítulo a realização de uma análise bastante abrangente dos mais importantes espécimes de gládio musealizados, procurando estabelecer uma releitura da obra de Políbio baseando-nos numa importante demonstração arqueológica.

Para se poder realizar uma avaliação minimamente objetiva da evolução dos gládios romanos, torna-se fundamental uma apreciação dos exemplares que se encontram musealizados e que, desse modo, conservam condições materiais para permitirem o seu estudo detalhado. Os vinte e oito espécimes que irão ser abordados neste capítulo fazem parte do acervo de museus que se encontram identificados e são, portanto, artefactos que estão em razoável estado de conservação[1486].

Teremos, em primeiro lugar, de ter em atenção qual será a sua possível inserção cronológica, mas a forma das lâminas poderá legitimar a sua ordenação dentro dos diferentes períodos, tendo como base aquilo que hoje sabemos sobre tais artefactos. Devido ao desgaste do tempo, determinados aspetos particulares destes exemplares não são passíveis de serem apresentados com extremo rigor, mas em geral a maioria dos elementos concernentes às suas medidas e forma são globalmente bastante precisos. Dividimos estes espécimes em três períodos, numa ordenação cronológica, para que possam ser mais reconhecíveis as suas mudanças de forma, tamanho e envergadura, começando com exemplares de gládios republicanos, seguindo-se os mais típicos do período do Alto-Império e terminando com os designados modelos de Pompeia que sabemos terem sido utilizados numa fase mais tardia.

Em segundo lugar deveremos ter em atenção que, mesmo dentro de cada período, a ordenação cronológica individual de cada lâmina não é segura, forçando assim a que as suas características sejam avaliadas numa perspetiva de conjunto dentro de cada grupo.

[1486] A nossa principal fonte de informação, para esta abordagem, reside na obra de Mike C. Bishop, *The Gladius. The Roman Short Sword*. Oxford: Osprey Publishing, 2016.

Deveremos ter ainda em conta que a sua pertença atual a um determinado museu não garante que a sua fabricação se tenha realizado nessa coordenada geográfica, sabendo-se da extrema mobilidade que sempre foi peculiar às tropas romanas. Assim, o facto de uma peça se encontrar hoje num museu grego, egípcio ou austríaco não indica necessariamente que essa lâmina tivesse sido fabricada nessa geografia, ou que represente o tipo característico de tropas que aí se encontravam estacionadas.

Apesar destas condicionantes, pensamos que poderá ser muito útil procurar avaliar as suas diferenças e, na medida do possível, retirar algumas conclusões mais plausíveis. Debruçar-nos-emos mais detalhadamente sobre os gládios republicanos, nomeadamente sobre os protótipos dos habitualmente designados por "Gládios Hispânicos", atendendo a que o seu aparecimento e técnica requerem, na nossa perspetiva, uma reavaliação de fundo.

8.1. Considerações sobre as Fontes para as Tipologias do Gládio. Gládio Hispânico: uma Tipologia de Lâmina ou uma Técnica de Combate?

Faremos, em primeiro lugar, uma análise detalhada dos exemplares dos gládios do período republicano, deixando para o subcapítulo 8.6 uma abordagem das restantes tipologias[1487].

Na nossa análise dos espécimes apresentados consideraremos cinco parâmetros e cada um destes será perspetivado nas suas máximas e mínimas dimensões:

Comprimento da lâmina - é o comprimento total da lâmina compreendido entre o guarda-mão e a sua ponta;

Largura máxima da lâmina - é a máxima largura atingida pela lâmina num qualquer ponto do seu desenvolvimento;

Comprimento da ponta - é o tamanho que se encontra entre o ponto onde a folha começa a estreitar para atingir a sua ponta e a extremidade da lâmina;

Máxima espessura da lâmina - é o ponto onde esta atinge a sua maior concentração de aço, entendendo-se isto como a maior quantidade de material entre as duas faces;

Comprimento total - é o comprimento total da peça, somando-se à lâmina o tamanho da espiga.

[1487] Todas as dimensões estão apresentadas em milímetros.

8.1.1. Gládios do Período Republicano[1488]

Tabela 5 – Parâmetros Referentes a Gládios do Período Republicano (dimensões em mm).

GLÁDIOS DO PERÍODO REPUBLICANO						
Dimensões / Nomenclatura	Comprimento da lâmina	Largura máxima da lâmina	Comprimento da ponta	Máxima espessura da lâmina	Comprimento total	Museu
Grad 1 (a)	624	40	200	6	696	Kunsthistorisches Museum Vienna, Austria
Grad 2	664	40	200	6	748	Kunsthistorisches Museum Vienna, Austria
Es Soumâa (b)	580	44	160	8	668	Musée National Cirta (Constantine, Algeria)
Delos (A123) (c)	631	56	200	?	760	Delos Museum, Greece
Soknopaiou Nesos (d)	773	58	275	7	945	SCA general storehouse (Fayum, Egypt)
Fontillet (A160) (e)	640	54	232	8	730	Musée de Berry-Bourges, France

(a) - [1489]; (b) - [1490]; (c) - [1491]; (d) - [1492]; (e) - [1493]

Variação dos parâmetros analisados:

Comprimento da lâmina - entre 580 e773

Largura máxima da lâmina - entre 40 e 58

Comprimento da ponta - entre 160 e 275

Máxima espessura da lâmina - entre 6 e 8

Comprimento total - entre 668 e 945

6 espécimes

[1488] Os elementos aqui apresentados fundamentam-se na obra de M. C. Bishop e Peter Dennis *The Gladius. The Roman Short Sword*. Editada pela Osprey Publishing em 2016.

[1489] Grad, próximo a Šmihel (Eslovénia), incluiu dois exemplos do que alguns acreditam ser a mais antiga forma certa de *gladius Hispaniensis*. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11, 31.

[1490] Em Es Soumâa na Argélia, foi encontrada uma arma digna de nota neste período, proveniente de uma tumba que se acredita ser a de um rei cliente romano, talvez Micipsa, que morreu em 118 a.C. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11, 31.

[1491] Esta espada encontrada na ilha de Delos (Grécia) foi associada a uma das campanhas de Roma contra os piratas cilícios do século 1 a.C., que usavam Delos como centro de seu comércio de escravos. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11, 31.

[1492] A espada encontrada nas escavações em Soknopaiou Nesos, no Egito, compartilha muitas das características das outras armas antigas, mas é ainda maior do que a espada Delos. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11, 31.

[1493] Algumas espadas que parecem datar do início do período de Augusto (as últimas três décadas do século 1 a.C.) parecem encaixar-se nas espadas do final da República, por serem maiores do que as lâminas do tipo Mainz. Estes incluem exemplos de Fontillet (França) e Giubiasco (Suíça), embora nenhum deles venha de contextos romanos como tais. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11-12, 31.

Análise crítica dos parâmetros analisados:

Um primeiro aspeto que ressalta da análise destes espécimes de gládio do período republicano é o facto de todos eles possuírem lâminas de consideráveis dimensões, chegando a atingir 773 mm, o que dificilmente faz delas exemplares de espadas pequenas. Uma tal constatação dever-nos-á levar, antes de mais, a uma reflexão profunda sobre a sua putativa pequenez, característica que lhes é sempre atribuída enquanto espadas adotadas pelo exército romano.

Tem-se achado que o suposto perfil reduzido destas espadas seria o resultado de uma repentina "epifania militar" ocorrida no seio dos oficiais romanos, que teriam compreendido o enorme potencial da luta com espadas curtas após a observação dos excelentes resultados dos mercenários celtiberos ao serviço de Aníbal Barca[1494].

Várias questões de considerável complexidade se levantam então, não só quanto ao momento em que uma tal compreensão teria ocorrido, mas mesmo quanto ao que os Romanos poderiam ter considerado que seria esse potencial combativo.

Além disto, teremos ainda de avaliar quais teriam sido as consequências táticas de treino e organização do exército romano admitindo-se esta generalizada passagem, rápida e direta, de uma utilização de uma espada maior para uma de perfil reduzido.

8.1.2. O Processo de Adoção do Gládio. Rápida Transformação ou Processo em Continuidade?

Para a aferição dos elementos que configuram uma tal problemática é importante começar por salientar que os muitos exemplares de espadas típicas que a arqueologia nos fez chegar do contexto da Península Ibérica, nomeadamente os que foram encontrados em várias escavações espanholas como as de Osuna, La Osera e Quintana de Gormaz, são todos eles notoriamente mais curtos do que os gládios republicanos acima referenciados[1495].

Deveremos frisar desde já, salientando as suas consequências, que todas estas dezenas de exemplares de espadas ibéricas encontradas apresentam claramente lâminas de menores

[1494] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 9-10.
[1495] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 9.

dimensões, chegando a uma média que não atinge mais do que 400 mm de comprimento, com exemplares a rondarem mesmo os 330 mm[1496].

Na posse de tais elementos, uma pergunta surge de imediato: atendendo a uma tão relevante característica como é a dimensão da lâmina e à grande disparidade de tamanho que encontramos entre as lâminas típicas da Hispânia e os protótipos dos gládios republicanos romanos, a que aspeto e porquê terão os Romanos chamado às suas espadas "gládios hispânicos"?

Segundo os espécimes disponíveis que já verificámos, nesta fase do seu desenvolvimento tático os Romanos parecem ter rejeitado o tamanho muito reduzido da lâmina hispânica, preferindo algo de dimensões e peso bem mais próximo ao perfil de lâminas semelhantes ao xifo (*xipho*) grego[1497], com o qual estiveram desde sempre familiarizados[1498].

Notemos que têm sido encontrados exemplares de xifos em inúmeras regiões de Itália, mostrando que esta lâmina de perfil grego era uma arma familiar a este contexto geográfico. Dezenas de espécimes destas espadas foram assim revelados na província de Teramo, incluindo o importante cemitério em Campovalano, onde se têm realizado achados que vão desde o Bronze Tardio até ao II século a.C., bem como na comuna de Alfedena, apresentando lâminas com cerca de 600 mm de comprimento[1499].

Embora nenhuma destas armas possa ser inequivocamente identificada como sendo de fabrico romano, a sua prevalência e quantidade indicia a preferência da organização militar destas populações por este tipo de espadas.

[1496] Segundo os arqueólogos, tais exemplares hispânicos são inequivocamente pequenas espadas pois todos apresentam vestígios de estarem munidos dos típicos protetores de mão arqueados e pomos bilobados ou de antena. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 9.

[1497] Diz-nos Antonio Luis M. C. Costa que o *xiphos* era usado pelos hoplitas como arma secundária em relação à lança, para ser usada caso a formação da falange fosse quebrada. Foi usada pelos Gregos, Macedónios e pelos reinos que estes fundaram no Oriente até à sua conquista pelos Romanos, que a conheciam como *gladius graecus*. Tinha a mesma forma de folha característica dos gládios celtas, com 74 centímetros e um quilo. COSTA, 2015, p. 94.

[1498] Também M. C. Bishop refere que o xifo era a espada típica dos soldados das falanges hoplíticas gregas, embora para estes tivesse tido sempre o estatuto de arma secundária. Era de bronze, com cerca de 72 cm e apresentava já uma lâmina retilínea e bigúmea, embora com um perfil ligeiramente foliforme. Pesava pouco mais de um quilo e possuía um relevo longitudinal em forma de crista que percorria o centro da lâmina. Com tais características, seria legítimo admitir-se que o xifo possuía já muitas semelhanças técnicas com a pequena famosa lâmina utilizada pelos celtiberos, com exceção do maior tamanho da lâmina. Era de duplo gume, reta, não muito pesada e estava munida de uma ponta resistente. É certo que apresentava ainda um perfil ligeiramente foliforme, mas uma tal peculiaridade não impediria, na prática, que esta fosse tecnicamente utilizada da mesma forma que os famosos protótipos hispânicos. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 8.

[1499] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 8.

Reconhecendo-se a presença grega através das suas colónias, bem como a existência multisecular de tropas gregas ou epirotas na Península Italiana, nomeadamente durante o segundo quartel do século III a.C., a prevalência direta de uma tal quantidade de exemplares deste tipo de espadas leva-nos a crer que um tal fenómeno será de responsabilidade das populações autóctones. A antiga cultura etrusca, tão influenciada pelas coordenadas civilizacionais gregas poderá também ter deixado o seu contributo para tais achados, mas isto verificar-se-á preferencialmente mais para enterramentos encontrados no norte da Península Itálica.

Segundo M. C. Bishop, um dos mais reputados especialistas no historial das armas romanas, uma plausível ocasião para a generalização do termo "*gladius Hispaniensis*" no exército romano poderia ter resultado dos novos métodos de treino introduzidos por Cipião, "O Africano", enquanto as suas tropas permaneceram em Nova Cartago na Hispânia[1500].

Cipião, o Africano, que foi um dos mais competentes e imaginativos comandantes de toda a história de Roma, foi o homem que conseguiu mudar o rumo muito desfavorável que a Segunda Guerra Púnica até então tinha imposto, sob a investida devastadora de Aníbal Barca. Não seria assim de espantar que os seus inovadores métodos de treino pudessem ter feito surgir um termo como o "Gládio Hispânico", não tanto associado, como veremos, ao perfil da arma, mas possivelmente bem mais ao estabelecimento de uma outra técnica de combate. Uma inovação deste tipo não seria de admirar que pudesse ter sido o resultado das capacidades introspetivas, de observação e de inovação tática de um general como Cipião.

O peso da responsabilidade da missão que pesava sobre os seus ombros fez com que ele treinasse pessoalmente e de forma particularmente rigorosa as suas tropas, a fim de cumprir a difícil missão com a qual pretendia derrotar Cartago nos seus próprios territórios[1501]. Uma tal ousadia obrigava a uma musculada investida em África, continente até então quase inexplorado pelos Romanos, e onde conseguiu derrotar definitivamente o poder cartaginês na famosa Batalha de Zama[1502]. Este general, recorde-se, foi autor de diversas inovações táticas, quer no âmbito da flexibilização lateral das linhas do modelo tradicional da legião, quer no reaproveitamento dos recursos armamentísticos do próprio sistema de combate individual.

Embora seja possível admitir-se que muitos soldados romanos já usassem anteriormente uma tal técnica, foi Cipião que implementou de forma sistemática a prática de

[1500] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 10.
[1501] SANTOS, 2016, p. 74.
[1502] GONZÁLEZ, 2005, ("*Zama* I"), p. 657; LE BOHEC, 2014a, p. 250; SANTOS, 2016, pp. 196-224.

procurar desequilibrar o adversário infligindo violentas pancadas com o pesado escuto durante o combate.

É nesta ordem de ideias que não é difícil admitir-se que "O Africano" tivesse levado os seus homens a adotar uma diferente forma de combate individual, baseada no incremento dos mais letais golpes de apunhalamento, e que a tivesse designado tal técnica por "Gládio Hispânico". Estamos convencidos de que esta designação não indicaria tanto o perfil menor da lâmina, mas antes uma postura combativa que privilegiava golpes de extrema eficácia, conseguidos através de estocadas, tal como possivelmente seria o tipo de luta que ele poderia ter visto ser executado pelos mercenários celtibéricos ao manusearem as suas pequenas espadas. Seria, assim, possível admitir-se que a maioria, se não todas, as primeiras espadas designadas com o epíteto de "Gládio Hispânico", não indicassem desde logo que eram lâminas pequenas, mas tão somente espadas usadas à maneira celtibérica.

O tamanho bastante considerável das lâminas usadas pelos Romanos nesta cronologia fica também patente na visão repetidamente expressa por Miks[1503] e por Davoli & Miks 2015)[1504].

Embora se deva admitir certa ambiguidade em relação à origem de alguns espécimes de espadas encontradas em enterramentos, nomeadamente na Península Itálica, dir-se-ia que possivelmente alguns destes exemplares deverão ser considerados como pertencentes a contextos metalúrgicos romanos.

Encontramos, no entanto, um hiato evolutivo entre estes que se consideram os primeiros gládios, ainda com o perfil de grandes espadas, e as lâminas do tipo Mainz que caracterizariam o arranque do período imperial.

Somos, assim, levados a reconhecer que um gládio hispânico de tamanho considerável pode muito bem ter existido por um período bastante alargado, nomeadamente entre os séculos III a.C. e I d.C., antes que o uso e a experiência de combate viessem a demonstrar que lâminas de menores dimensões eram mais vantajosas, por permitirem mais liberdade de movimento.

Será de acreditar que foi sob a influência do tipo de combate designado por "Gládio Hispânico", em que se concentrava a gestão prática do ataque numa sistemática aplicação de estocadas, que os Romanos vieram a compreender a vantagem de lâminas de reduzidas dimensões, tais como são aquelas que conhecemos e que sabemos serem características do período imperial.

[1503] MIKS, 2015c pp. 948-970; BISHOP; DENNIS, 2016, p. 10.
[1504] DAVOLI; MIKS, 2015; BISHOP; DENNIS, 2016, p. 10.

8.1.3. Do Xifo ao Gládio. Algumas Evidências Arqueológicas.

O vocábulo grego xifo (*xiphos*), à semelhança do que aconteceu com o termo gládio, (do latim *gladius*), tem como significação original apenas uma aceção genérica de espada[1505] e só no século II a.C. passaria a ser associado a um perfil determinado de arma.

Imagem 54. Exemplo de uma espada tipo xifo, de Alfedena na Itália [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 8]

O xifo foi sem dúvida a arma antecessora do gládio no contexto do exército romano, tendo estado tão presente na cultura latina que a podemos encontrar profusamente nos enterramentos italianos e vê-la representada na sua mais antiga moeda. Esta espada está claramente gravada nos exemplares deste espécime numismático, produzidos durante os séculos V a IV a.C. e que apresentam ainda o arcaico aspeto de lingotes de bronze, conhecidos no universo numismático por *aes signatum*.[1506] É bem possível que tais representações fossem já glorificações das proezas militares romanas conseguidas antes da Primeira Guerra Púnica, que ocorreu entre 264-241 a.C.

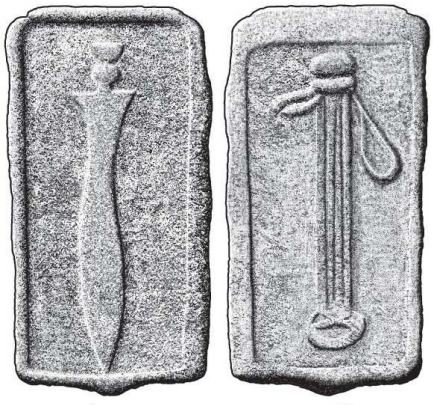


Imagem 55 - *Aes signatum*, usado como moeda durante os séculos V e IV a.C., representando (à esquerda) um xifo e (à direita) uma bainha para este tipo de espada. (Desenhos de M.C. Bishop) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 9].

Para a compreensão do que se poderá designar por uma lâmina de grande *versus* pequeno porte, deveremos antes de mais estabelecer uma fronteira que possa tornar-se uma referência prática para tal desígnio.

A determinação do tamanho de uma lâmina (quanto a esta ser um exemplar grande ou pequeno) passa por uma avaliação subjetiva e depende da relação que se queira estabelecer entre o tamanho de uma adaga[1507], com cerca de 300 mm de lâmina, e uma *claymore* escocesa, que poderia atingir 1,30 m[1508].

[1505] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 8.
[1506] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 9.
[1507] COSTA, 2015, pp. 43-46.
[1508] O nome genérico em português para uma espada feita para ser usadas com duas mãos é espadão (*longsword*), também montante ("que monta, que sobe") porque a maneira tradicional de usá-la é golpeando o adversário pelo alto. Uma variante do espadão é a espada escocesa, conhecida em inglês como *claymore*

Assim, para uma tal avaliação seria importante procurar estabelecer um critério para definir a dimensão de lâmina a partir da qual se pudesse afirmar com alguma segurança que uma determinada espada se deve considerar grande ou pequena.

Sugerimos assim, sustentados em critérios de "bom senso", que o tamanho para se considerar uma lâmina de dimensões normais mínimas ronde os 600 mm, com a justificativa de que este valor para a sua folha se situaria, na média, entre o tamanho de uma adaga e o que se poderia considerar uma espada grande com cerca de 900 mm, tal como acontece com um típico exemplar medieval, ou até com uma Katana japonesa comum. Se se admitir um tal critério, poderemos dizer que os espécimes de gládios republicanos listados, representantes da suposta influência hispânica, se deveriam ainda classificar entre as espadas grandes, chegando até a poder observar-se no exemplar de Soknopaiou Nesos uns consideráveis 773 mm[1509].

Diga-se ainda, que a que possui uma lâmina com menores dimensões mede 580 mm, o que situando-se já ligeiramente abaixo da nossa proposta, fica ainda aquém do que se poderia dizer ser uma espada curta, tal como o são os exemplares celtibéricos referenciados, ou aquelas que habitualmente associamos ao exército romano.

Atendendo ao considerável tamanho destas lâminas, uma reflexão se impõe quanto à dita influência do paradigma hispânico sobre a sua adoção no exército romano, devendo ser alargado a outros modelos de observação mais abrangentes.

Reafirmamos que o Xifo (*xiphos*) era a espada típica da *panóplia* dos soldados gregos das falanges hoplíticas, sendo utilizada apenas em último recurso[1510], para permitir a luta individual após se ter verificado a desintegração da formação cerrada típica da falange.

No entanto, como foi observado neste trabalho em capítulos sobre o sistema tático da legião, os Romanos terão adquirido a consciência das vantagens possibilitadas por uma formação baseada em espadas, o que permitia maior flexibilidade tática e dinamismo de movimento durante o confronto. Sabemos que este modelo já estaria a ser implementado e, possivelmente, em plena evolução tática durante as Guerras Pírricas do segundo quartel do

(do gaélico *claidheamh mòr*, "espada grande"). Esse nome só foi usado, porém, no século XVIII: quando essa espada foi efetivamente usada, de 1400 a 1700 (principalmente em guerras entre clãs), era chamada *claidheamh dà làimh*, "espada de duas mãos". As mais antigas são semelhantes a outras "espadas bastardas", mas depois passaram a ser um pouco maiores, com guarda em V (o que ajuda a proteger a mão quando segura o ricasso) e braços terminando em trevos de quatro folhas. Estas últimas têm de 1,2 a 1,4 metros de comprimento total, com lâmina de 1 a 1,15 metros e peso de 2,2 a 2,8 quilos. COSTA, 2015, pp. 113-114.

[1509] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11, 71.

[1510] COSTA, 2015, pp. 95, 142.

século III a.C.[1511]; no entanto, tem sido bastante secundarizada a problemática de qual seria o tipo de lâmina usada pelos legionários durante este período e como se terá dado a passagem para a espada de pequenas dimensões.

Sabendo-se que as primeiras formações militares romanas teriam sido bastante subsidiárias do universo greco-etrusco,[1512] não seria, pois, de estranhar que tivessem adotado, durante este período, espadas de perfil bastante similar ao xifo, embora fosse possível que a sua evolução tecnológica lhes permitisse já manufaturá-las em ferro[1513].

Terá, pois, de se admitir que tal tipologia de espadas já não exibiria uma diferença tão acentuada no que se refere ao seu perfil e tamanho quanto seria aquela que se tem proposto, quando tais lâminas são comparadas com os exemplares comumente designados como "gládios hispânicos". As suas principais características materiais apresentam condições para uma utilização que se diria ser bem próxima da funcionalidade tática e do modelo de combate individual viabilizado pelos gládios hispânicos republicanos apresentados mais acima.

Diz-nos Michel Feugère, na sua obra de referência sobre as armas dos romanos, que a arma que caracterizava o soldado romano da República era "o Gládio, uma arma particularmente assassina usada principalmente para estocadas, mas que também podia ser utilizada para cortar"[1514].

Note-se, como é comum em todos os especialistas, o estatuto secundário que é atribuído por Feugère aos golpes de corte para o perfil técnico da utilização da espada dos soldados romanos do período republicano, em detrimento da aplicação sistemática de estocadas. Teremos que admitir que no "calor da refrega" seria uma inevitabilidade que o soldado romano procurasse por todos os meios a eliminação rápida do oponente com quem lutava. Assim, seria natural que o movimento da sua espada procurasse, visto estar munida de dois acerados fios, aproveitar o ímpeto do ataque do braço também em golpes de corte, mas estes só aconteceriam se após a investida por estocada não se tivesse conseguido a penetração desejada, devido ao couraçamento do adversário.

É precisamente aqui que nos parece existir um outro elemento tático fundamental para a compreensão da técnica de luta do legionário romano e que nos poderá auxiliar na compreensão da grande eficácia do seu combate.

[1511] BRIZZI, 2004, p. 69.
[1512] MONTEIRO, 2020a, p. 147; BRIZZI, 2004, pp. 44, 62.
[1513] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 8-10.
[1514] FEUGÈRE, 2002, p. 108.

O perfil típico de um ataque com um golpe de corte implica a deslocação da espada num ângulo bastante considerável e que se realiza num trajeto que, independentemente de ter conseguido lacerar, termina no vazio, quase sempre com a ponta da lâmina já fora do âmbito do corpo do adversário.

Note-se que um movimento de corte do tipo "martelo" ou "foice" que seja desferido "em cheio" sobre uma parte substancial do corpo do adversário, atingindo com a lâmina uma superfície considerável, terá em geral poucas condições para infligir danos, visto que esta possibilidade é em geral apanágio de um forte impacto produzido por uma espada com bastante peso.

Pelo contrário, a estocada, para além da poderosa força concentrada da sua investida sobre um ponto particular do corpo do adversário e aplicada com uma deslocação bem mais moderada, permite um perigoso "arrastar" superficial posterior da ponta da arma sobre o âmbito do seu corpo, caso não tenha momentaneamente ficado presa, devido a tê-lo penetrado. Estes golpes de corte pós-estocada, embora possam não ser letais na sua generalidade, têm no entanto a capacidade de poder produzir consideráveis rasgões nas partes menos couraçadas do oponente, nomeadamente no rosto, que é uma parte particularmente sensível e incapacitante. Uma técnica de combate baseada numa sistemática aplicação de estocadas tem ainda uma outra vantagem relevante, à qual não tem sido dada a devida relevância. Esta tem que ver a economia do movimento do braço do soldado, quando comparada com a pronunciada deslocação necessária para o desferimento de golpes de corte. Embora tal redução de movimento possa não parecer um dispêndio muscular relevante numa análise particular, quando se restringe a um único movimento, é bem possível que se reflita num muito maior esforço físico quando perspetivado numa sequência de várias horas de combate. A condição física de um soldado que depende em grande medida da respetiva capacidade muscular para o seu bom desempenho durante a batalha é um fator importante para que, no coletivo, um exército possa obter o desejado sucesso. A contenção energética passível de ser conseguida pela económica aplicação de estocadas deveria assim contribuir para que os soldados romanos pudessem chegar a uma fase adiantada da refrega, pelo menos potencialmente, menos esgotados do que os seus adversários mais comuns.

No começo do Principado, a aparência da espada romana ainda não era substancialmente diferente da do gládio republicano de perfil xifóide próprio das centúrias anteriores, e mantinha-se como uma lâmina de consideráveis dimensões. Como foi possível observar no quadro dos gládios republicanos apresentado acima, a generalidade aponta para

mais de 60 cm por lâmina, o que revela bem o arquétipo dimensional que podemos dizer que seria próprio destas espadas.

Se tivessem existido gládios republicanos de menores dimensões atribuíveis à cronologia que medeia entre finais do II século a.C. e os exemplares das tipologias de Mainz ou Fulham, que sabemos já serem típicos da organização militar do início do Império, dir-se-ia que haveria uma forte probabilidade de tais espécimes terem já sido encontrados.

Esta forte possibilidade arqueológica ficar-se-ia a dever ao facto de que tais exemplares teriam de ter sido produzidos em grande quantidade para prover às necessidades do exército romano, que contava já com muitos milhares de homens.

Se não quisermos, como o terá feito Descartes nas suas "*Meditações Metafísicas*", admitir a existência de num "espírito malfazejo" que intencionalmente nos pretende enganar nos achados arqueológicos, teremos então de admitir que os propalados gládios hispânicos curtos e acerados não terão surgido fazendo um corte repentino com o perfil anterior dos xifos utilizados no exército romano. Levantamos mesmo a hipótese de o gládio hispânico ter sido, no essencial, o herdeiro daquela técnica de utilização do xifo em que se privilegiava a estocada.

Isto não implica que, para o aperfeiçoamento de um tal sistema tático, os Romanos não tivessem compreendido com presteza que obteriam algumas vantagens se manuseassem lâminas de menores dimensões. Esta é, aliás, a evolução natural que podemos observar quando perspetivamos cronologicamente os diferentes modelos do gládio.

Numa análise deste tipo, podemos verificar que há uma sistemática redução de dimensões até ao que poderíamos considerar a sua estabilização no apelidado "modelo de Pompeia", possivelmente considerado pela experiência prática como o perfil mais ajustado ao combate, nomeadamente quanto à sua forma e tamanho.

8.1.4. Aferição Prática Multisecular das Vantagens da Espada Curta. O Sortilégio das Pequenas Lâminas nos Contextos Grego e Romano

Os soldados gregos utilizavam o xifo[1515] para encetar combates individualizados durante o caos tático que se gerava após a perda da formação cerrada da falange[1516], pois esta sempre fora o seu único modelo coletivo de organização. Fora deste, que era alicerçado na idiossincrasia das suas lanças, o soldado grego era forçado a passar a lutar individualmente com espada[1517]. De um modelo de massificação extrema, em que todos pareciam ser apenas um, apenas seria possível passar ao seu contrário, com uma total "atomização tática", isto é, com cada soldado a lutar individualmente munido com uma arma diferente.

Os soldados da falange perdedora sabiam que não seria possível voltar a reorganizar-se nesse modelo defensivo, nomeadamente por terem já abandonado as suas *dories*[1518], e que a sua única esperança de sobrevivência era procurar sair rapidamente do adverso âmbito espacial em que se tinha transformado o local onde se encontravam.

Uma tal experiência limite, em que só a utilização eficaz do seu xifo lhes poderia permitir escapar com vida daquele cenário "dantesco", bem deverá ter contribuído para uma interessante adaptação da sua espada a tais condições de extremo confinamento, nomeadamente através de uma redução do seu tamanho[1519].

[1515] Devido às limitações da metalurgia da Idade do Bronze, as primeiras espadas, feitas de cobre, eram curtas e leves, pouco mais que adagas. Um exemplo sumério, encontrado numa tumba real de Ur, tinha 50 centímetros de comprimento e pesava 650 gramas. A metalurgia do bronze possibilitou espadas algo maiores e mais pesadas. Na época micénica, uma espada perfurante (lâmina triangular e pontuda, gumes pouco afiados), tinha 45 centímetros e 900 gramas. Uma espada de corte (dois gumes, lâmina sem ponta afiada), fundida numa só peça (cabo e lâmina) tinha 50 centímetros de comprimento total e 1,35 quilo; uma espada mista e longa (ainda bem aquém do que se chamaria de "espada longa" na Idade do Ferro) tinha 76 centímetros e 1,5 quilo. Eram provavelmente armas de reserva, usadas depois das lanças e arcos. Como é impossível dar um gume realmente afiado a uma lâmina de bronze, essas armas dependiam mais de força e peso do que do fio. Estas seriam as espadas realmente usadas pelos heróis e semideuses da mitologia grega nas suas aventuras ou na Guerra de Troia, e não as espadas de aço brilhante que costumam ser mostradas no cinema. Homero cita os seguintes nomes: *xiphos* (genérico), *chalos* (espada de cobre), *phasganon* (espada de dois gumes, com lâmina em forma de folha) e *aor* (espada de folha larga e robusta). COSTA, 2015, p. 94.

[1516] COSTA, 2015, p. 95.

[1517] HANSON, 2000, p. 94.

[1518] COSTA, 2015, pp. 141-142: «[…] A partir do século VII a.C., as falanges das cidades-estado gregas como Atenas e Esparta eram formadas por hoplitas, soldados-cidadãos que tinham na mão esquerda um escudo (*hoplon*) e na direita a *dory*, uma lança de madeira de freixo que pesava um a dois quilos, com dois a três metros de comprimento e cinco centímetros de diâmetro, com uma ponta de ferro de vinte centímetros numa extremidade e uma ponta de bronze de dez centímetros na outra. Esta última podia servir como ponta de reserva, para liquidar inimigos caídos ou para se fincar nos pés do inimigo em certas manobras de combate. […]»

[1519] As virtualidades táticas do xifo, enquanto arma coletiva, não terão sido verdadeiramente exploradas pelos Gregos visto estes nunca terem abandonado o seu secular modelo falangístico, antes de mais porque uma

Ainda é de notar que, se se atender à especificidade do confronto entre os exércitos gregos, que passaria pela tradicional utilização das formações falangísticas, é possível definir-se uma inevitável sequência de acontecimentos táticos.

Assim, depois do brutal choque frontal entre elas, seguir-se-ia, durante algum tempo, uma tentativa de fazer com que as lanças que ainda não tinham dilacerado algum corpo o conseguissem fazer, e um tal esforço manter-se-ia até que uma das formações começasse a perder a sua coesão[1520]. Após consumar-se a desintegração da formação, dava-se então o início da tentativa de fuga de todos os seus elementos, e neste processo abandonavam-se as lanças e, muitas vezes, até os próprios escudos, passando-se à utilização dos xifos numa tentativa individualizada de fuga por entre as investidas adversárias[1521]. É precisamente neste problemático caos gerado no término de uma batalha hoplítica que seria natural que muitos dos soldados gregos reconhecessem, pela experiência, que um xifo de menores dimensões seria bem mais manuseável no contexto da exiguidade espacial em que se viam forçados a lutar.

Tenhamos em atenção que a situação tática destes soldados derrotados seria particularmente difícil, pois a maioria destes encontrava-se praticamente imobilizada entre a brutal massa caótica dos corpos feridos e mortos dos seus companheiros e a permanente investida das lanças dos seus adversários.

Este cenário de final de batalha deveria ser particularmente aterrador, com muitas centenas, ou mesmo milhares de homens moribundos a par de outros já mortos que

possível adoção da espada como arma principal teria acarretado uma enorme mudança no seu paradigma tradicional de combate.

Poder-nos-emos perguntar, a título meramente especulativo, sobre o que poderia ter resultado se os Gregos tivessem procurado explorar um modelo tático baseado na exploração do potencial do seu xifo. Apesar de sabermos que a pergunta é essencialmente de jaez retórico, várias questões importantes lhe subjazem e que poderão vir a merecer alguma reflexão futura; a saber:

Teriam os Gregos encontrado um modelo similar ao que foi estabelecido pelos Romanos na sua legião?

Será que qualquer bom modelo tático baseado na utilização de espadas passaria por uma organização com o mesmo perfil que veio a constituir a legião romana?

Seria possível conceber outros modelos coletivos eficazes para organizar um exército baseado em espadas?

Poderia a legião romana ter sido um protótipo tático ainda melhor do que foi?

[1520] Frequentemente é relatada, em antigas descrições de batalhas, a perda generalizada do uso da lança relativamente cedo no decorrer dos combates. Xenofonte observa que quando Agesilau (444-360 a.C.) enfrentou as tropas de Tissafernes (445-395 a.C.) perto de *Daskyleion* (*Dascylium* ou *Dascyleium*, antiga cidade da Anatólia, redescoberta em 1952 e, desde então, alvo de escavações) em 396 a.C., todos os seus homens quebraram as suas lanças no confronto inicial. (XEN. *Hell*.4.14) Em Mantineia, Diodoro lembrou que o início das hostilidades resultou na destruição das lanças, exigindo que a batalha fosse travada, pelo menos entre as primeiras filas, com golpes de espada. (DIOD. 15.86.2) Ele tinha uma imagem precisa da pressão incessante vinda da retaguarda, pressionando cada fileira na sua frente contra os corpos imóveis do inimigo, mesmo assim podemo-nos questionar como havia espaço para esgrima, dada a densidade e força dos homens armados? HANSON, 2000, p. 96.

[1521] COSTA, 2015, p. 93.

possivelmente se manteriam, durante algum tempo, na posição vertical, devido a estarem empalados por lanças adversárias e pelo extremo confinamento espacial!

A tentativa de manusear uma espada grande neste contexto não seria nada fácil e não teria condições para permitir uma boa defesa, visto que o comprimento da lâmina faria com que o seu movimento ficasse sistematicamente impedido pela caótica presença de grande número de corpos e de lanças que tinham lugar à sua volta. Seria, pois, bem natural que os Gregos, com a sua conhecida capacidade de análise, tenham chegado à conclusão que uma lâmina com cerca de 70 cm que era característica do xifo poderia não ser o tamanho mais indicado para a luta sob tais situações. É nesta sequência que o arsenal grego vai começar a forjar espadas de menores dimensões, e encontramos desde logo o registo de uma tal tendência imediatamente após o imenso esforço militar conjunto das *poleis* que se viram forçadas a travar as Guerras Persas do início do século V a.C.

Os soldados espartanos deverão ter sido os primeiros a incrementar a utilização de um xifo de menores dimensões, com uma lâmina com cerca de 50 centímetros de comprimento e um peso de 800 gramas, que designaram por xifídio (*xiphidion*)[1522], isto é, "espadinha".

Na fase imediatamente posterior às Guerras Medo-Persas, as outras cidades gregas terão considerado que os espartanos tinham adotado, como arma auxiliar, uma mera adaga (*encheiridion*, enquirídio)[1523], dadas as suas reduzidas dimensões.

Será, pois, plausível que a atenção dada pelos espartanos à esfera militar lhes tenha permitido compreender mais rapidamente do que os exércitos gregos congéneres a importância tática de uma lâmina menor para defesa pessoal, nomeadamente no exíguo contexto espacial gerado no final de uma batalha entre duas falanges.

Devido ao seu tamanho, torna-se evidente que o xifídeo teria um reduzido ângulo de letalidade, o que proporcionava um perfil de luta que privilegiaria certamente a aplicação de estocadas, devendo ser já usado, fundamentalmente, como uma arma perfurante.

As vantagens táticas desta arma foram sendo compreendidas por muitos outros exércitos gregos, tendo sido progressivamente adotada, verificando-se a sua generalização durante o final do século IV a.C., nomeadamente durante a Guerra do Peloponeso onde a sua utilização se pode inferir de muitos desenhos artísticos coevos[1524].

[1522] COSTA, 2015, p. 94.

[1523] COSTA, 2015, p. 94.

[1524] PLB. 6.25: «[…] When the Romans learnt these facts about the Greek arms they were not long in copying them; for no nation has ever surpassed them in readiness to adopt new fashions from other people, and to imitate what they see is better in others than themselves. […]».

Ora, os guerreiros celtiberos, cujas espadas estiveram na origem da criação dos protótipos do gládio, estavam inegavelmente ligados a tradições culturais e tecnológicas muito mais amplas "célticas" do Oeste e da Europa Central. De facto, espadas curtas de dois gumes e cintura com pontas mais largas e mais longas podem ser encontradas em bronze no período Halstatt, durante o primeiro milénio a.C., portanto, as espadas curtas tinham um longo historial[1525].

Estas podem ser as espadas referidas por Políbio[1526] e, fazendo eco delas, por Tito Lívio[1527] ao descrever o armamento dos guerreiros celtiberos na Batalha de Canas, em 216 a.C.: "Os escudos dos Hispânicos e Celtas eram muito semelhantes, mas suas espadas eram inteiramente diferentes". Como Quesada Sanz apontou, no entanto, a falcata celtibérica de um gume poderia ser usada tanto para esfaquear quanto para cortar[1528].

As vantagens de uma tipologia de combate baseada na espada curta destinada a desferir estocadas tinham sido, aliás, compreendidas desde há muito por vários povos da esfera de influência do Próximo Oriente. Lembremos a este propósito a pequena espada de bronze profusamente utilizada pelos Citas, que curiosamente utilizariam lâminas de dimensões reduzidas apesar de muitos dos seus guerreiros lutarem a cavalo. Pequenas espadas bigúmeas, retas e com cerca de meio metro, por vezes mesmo consideradas modernamente como punhais, foram igualmente utilizadas pelos Medos[1529] e pelos Persas, tendo estes últimos possuído de forma multisecular um carismático modelo designado por "acínace"[1530].

Esta era uma pequena lâmina reta com todo o perfil próprio para estocadas, com um comprimento entre 35 a 45 centímetros, dois gumes e uma ponta resistente[1531]. Este modelo persa era já forjado em ferro, o que lhe permitia ser mais leve, manter fios mais acerados e, além disso, ser mais resistente do que as suas antigas congéneres ainda feitas em bronze.

[1525] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 9.

[1526] PLB. 3.114. «[…] The shield of the Iberians and Celts was about the same size, but their swords were quite different. For that of the Roman can thrust with as deadly effects as it can cut, while the Gallic sword can only cut, and that requires some room. […]» .

[1527] LIV. 22.46.5. « […] The Gauls and the Spaniards had shields of almost the same shape; their swords were different in use and in appearance, those of the Gauls being very long and pointless, whilst the Spaniards, who attacked as a rule more by thrusting than by striking, had pointed ones that were short and handy. […]»

[1528] QUESADA SANZ, 1997, p. 253.

[1529] Segundo Leonid Tarassuk e Claude Blair os Romanos consideravam esta arma de origem meda. TARASSUK; BLAIR, 1982, p. 17. Contudo a sua origem mais provável poderá ser cita.

[1530] *Akinakes* na transliteração do grego ou *akinaka* na do persa antigo. COSTA, 2015, p. 94. Em latim *Acinaces* (plural *acinaci*).

[1531] Apresentavam um comprimento total de cerca de 50 a 60 centímetros. TARASSUK; BLAIR, 1982, p. 17. COSTA, 2015, p. 94.

Os autores gregos conheciam bem esta pequena espada persa, profusamente utilizada pela infantaria aqueménida, embora não tenham deixado uma descrição pormenorizada das suas características.

Esta ausência leva até a crer que vários autores bizantinos a possam ter confundido com a cimitarra de lâmina curva (*shamshir*), a espada persa mais tardia que a veio substituir por volta do século II a.C[1532].

Para confirmar esta possível confusão bizantina na determinação dos nomes destas lâminas, deveremos ter em atenção que não foram encontrados exemplares da cimitarra que possam ser atribuídos a datas anteriores ao II século a.C., pelo que as pequenas espadas persas referenciadas pelos autores bizantinos teriam necessariamente de ser a acínace reta e bigúmea.

Imagem 56 - Acínace no Museu Nacional do Irão, Teerão.

Possuímos elementos de confirmação da existência da acínace com o perfil que lhe atribuímos, através de vários espécimes que podem ser observados no Museu Nacional do Irão, em Teerão, que apresenta acervos de Persépolis (*Tajt-e Yamshidm* , literalmente: "O trono de Janxide"), tal como é possível encontrar registos iconográficos desta arma em relevos, nomeadamente no famoso vaso de Dario I[1533], onde se pode ver uma representação do seu perfil reto no exemplar que este rei possui no seu regaço.

[1532] COSTA, 2015, p. 94.

[1533] O "Vaso de Dario" foi descoberto em 1851 perto de Canosa di Puglia e está atualmente exposto no *Museo Archaeologico Nazionale*, em Nápoles (H3253). Trata-se de uma cratera de grandes dimensões, tem 1,3 metros de altura e 1,93 metros de perímetro. Todo o espaço disponível no vaso é utilizado para representações figurativas, dispostas em dois ou três registros. O vaso foi produzido entre 340 e 320 a.C., provavelmente numa grande oficina na cidade grega de Taranto (antigas Taras), Magna Grécia, antes da queda de Taranto para os Romanos em 272 a.C. O chamado “pintor de Dario” é considerado o primeiro pintor a explorar totalmente as possibilidades da pintura em vasos de grande formato. O seu estilo de desenho é conhecido por ser especialmente bom, particularmente no que diz respeito aos rostos, que ele frequentemente retrata num perfil de três quartos. *Museo Archeologico Nazionale di Napoli*

É mesmo de se admitir a possibilidade de que esta pequena espada persa, devido ao carácter hegemónico que apresentava neste universo do Próximo Oriente, tenha sido a espada que era utilizada pela grande maioria da infantaria persa nas famosas batalhas das Guerras Médicas que deram corpo às invasões aqueménidas do território grego.

Imagem 57 - Representação de Dario no chamado "Vaso de Dario", descoberto em 1851, perto de Canos adi Puglia, e atualmente exposto no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Nesta imagem é visível uma acínace pousada no colo do rei persa.

Heródoto refere mesmo o conjunto de belas acínaces, muitas delas incrustadas a ouro, que foram recolhidas pelos Gregos após a vitória em Plateias[1534]. Richard Francis Burton informa-nos até que o exemplar de acínace com lâmina de ouro que pertencera ao comandante persa Mardónio terá sido mantido por muitos anos na Acrópole, no templo de Atena, como troféu que celebrava a grande vitória sobre os Persas[1535].

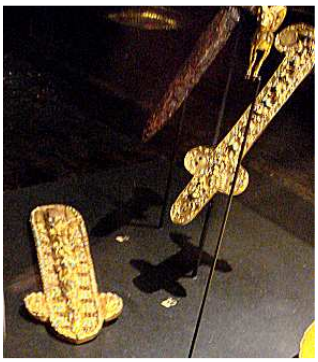


Imagem 58 - Acínaces em ouro, encontradas em Tillia Tepe, século I d.C., Museu Guimet, Paris.

Existe uma outra passagem de Heródoto onde é claramente referida esta pequena espada, quando este nos fala do ritual propiciatório realizado por Xerxes que se seguiu ao episódio conhecido como "a flagelação do Helesponto", onde é apontada uma acínace que terá sido ofertada aos deuses do mar[1536].

Tudo indica que os Romanos conhecessem igualmente a acínace, bem como a preferencial utilização que os Persas

[1534] HDT. 9.80:
« […] 9.80.1. Then Pausanias made a proclamation that no man should touch the spoils, and ordered the helots to gather all the stuff together. They, spreading all over the camp, found there tents adorned with gold and silver, and couches gilded and silver-plated, and golden bowls and cups and other drinking-vessels;
9.80.2. and sacks they found on wagons, in which were seen cauldrons of gold and silver. They stripped from the dead who lay there their armlets and torques, and golden daggers; as for the embroidered clothing, it was disregarded. […] »

[1535] BURTON, 2014, p. 239.

[1536] HDT. 7.54:
« […] 7.54.1. All that day they made preparations for the crossing. On the next they waited until they could see the sun rise, burning all kinds of incense on the bridges and strewing the road with myrtle boughs
7.54.2. At sunrise Xerxes poured a libation from a golden phial into the sea, praying to the sun that no accident might befall him which would keep him from subduing Europe before he reached its farthest borders. After the prayer, he cast the phial into the Hellespont, and along with it a golden bowl, and a Persian sword which they call "acinaces." […] »

faziam de espadas curtas, mesmo atendendo à vasta pluralidade étnica dos seus contingentes satrápicos.

Imagem 60 - Guarda do palácio de Dario em Persépolis.

É de salientar que as vantagens práticas de um tipo individual de combate com espada curta deveriam ter sido, já desde há muito, bem compreendidas pelas estruturas militares persas. No entanto, uma tal perceção das vantagens táticas desta arma na esfera individual não terá sido suficiente para que estes tenham conseguido conceber um modelo coletivo de infantaria que lhes permitisse capitalizar o potencial deste tipo de lâmina, tal como virá a ser realizado pelos Romanos. Poder-se-ia mesmo dizer que um dos grandes sortilégios militares destes últimos, não só teria sido a aposta na utilização de uma lâmina curta mas, em grande medida, a profunda articulação entre o perfil de combate desta e as características idiossincráticas que foram potenciadas no dinamismo e flexibilidade patentes no modelo da legião. A herança greco-etrusca, que influenciou inicialmente toda a esfera militar romana, permitiu aos descendentes de Rómulo uma notória disponibilidade para o desenvolvimento tático articulado da pequena espada com um robusto couraçamento pesado que terá sido, sem dúvida, um fator essencial para possibilitar o aparecimento do seu inovador modelo de combate. A legião, enquanto infantaria pesada criada para proceder a um enfrentamento de contacto direto sobre o adversário, teria sido um modelo impossível de concretizar sem o desenvolvimento das proteções couraçadas que viabilizavam um tal tipo de choque frontal. A articulação tática do gládio com a proteção fornecida pelos diversos tipos de loriga, o sólido capacete e o escuto foram peças essenciais para que os Romanos pudessem conceber um tal dispositivo. Isto possibilitou, com o tempo e a experiência, estabilizar um modelo tático que comprovou durante séculos que a sua eficácia estava bem acima daqueles propugnados pela generalidade dos seus inúmeros adversários[1537].

Imagem 59 - Representação de uma acínace num relevo de um guarda Medo, Persépolis.

[1537] Note-se que, tal como os Persas, a generalidade dos povos que habitavam territórios de anecúmena, ou com partes substanciais desta, sempre demonstraram uma tendência militar para favorecer tipologias de combate com grande dinamismo, quer pela utilização do arco e flecha, quer por tropas sem couraçamento ou apenas com proteções ligeiras. A vastidão inerente a tais tipos de habitat, com grandes extensões de desertos quentes e gelados, forçava a que as tropas autóctones exibissem grande mobilidade e rapidez, quer nas suas deslocações, quer na tipologia de ataque ao adversário. Os contingentes egípcios, númidas, berberes, persas, sírios, hunos e mesmo mais tarde os muçulmanos sempre tenderam para apresentar um

Imagem 61 - Graffito de Dura Europos, mostrando um *clibanarius* parto, século II ou primeira metade do III. [in FEUGÈRE; 2002, p. 144]

Diga-se que o pensamento militar persa não parece ter estado particularmente recetivo ao desenvolvimento de modelos militares que exigissem pesadas formas de couraçamento, tendo preferido a estas, a manutenção da agilidade que é característica de homens pouco carregados de equipamento. Embora houvesse corpos de infantaria consideravelmente couraçada, como poderemos constatar com os famosos "Imortais"[1538], que formavam o seu regimento de elite, os outros muitos milhares de infantes que constituíam a generalidade da sua infantaria lutavam com meras túnicas sobre o corpo, quase sempre com pouco ou nenhum couraçamento e, como arma de defesa, utilizavam um ligeiro escudo de vime, geralmente apenas revestido de couro[1539].

Podemos ainda ter certeza do conhecimento que os Romanos tinham da acínace persa numa passagem do historiador romano Flávio Josefo em que este nos fala da arma utilizada pelos Sicários, um grupo de judeus radicais extremamente ativo na Judeia, que realizavam ataques à guarnição militar romana e a todos os que apoiavam a sua dominação[1540].

---

perfil de guerreiro que quase não exibia couraçamento. É evidente que certos contingentes militares que podemos identificar nestes contextos marciais, possuíram tropas couraçadas, como acontecia com os catafractários persas, mas tais tipologias de guerreiros eram a exceção no seu contexto militar e concebidos para poderem funcionar como um recurso tático ao seu modelo tradicional. O'CONNELL, 1989, pp. 80-81; CONNOLLY, 1998, pp. 235, 256-259, 313; FERGÈRE, 2002, pp. 140-145.

1538 MONTEIRO, 2014, p. 30.

1539 MONTEIRO, 2014, p. 29.

1540 JOSEFO – *The Antiquities of the Jews*, 20.8.10:

> « […] Upon Festus's coming into Judea, it happened that Judea was afflicted by the robbers, while all the villages were set on fire, and plundered by them. And then it was that the sicarii, as they were called, who were robbers, grew numerous. They made use of small swords, not much different in length from the Persian *acinacae*, but somewhat crooked, and like the Roman sicae, [or sickles,] as they were called. […] »

Nota: Pórcio Festo foi governador da Judeia. O tempo em que Festo governou a Judeia é impreciso, mas sabe-se que ele morreu antes do verão de 62, isso porque, nessa época, a província já estava sob a administração de seu sucessor, Albino, conforme se lê em Josefo (Guerra Judaica, VI. 5. 3). Com base nesse detalhe e nos acontecimentos de seu governo, relatados por Josefo, ele deve ter governado pouco mais de um ano, começando em meados ou fins de 60 d.C., Festo foi considerado um governador justo e capaz, diferente, portanto, de seu antecessor, Félix. Esforçou-se para pacificar a zona rural, que vivia agitada pelos sicários e por salteadores, obtendo razoável êxito nessa empreitada. Morreu no exercício do cargo e sua morte deixou um temporário vazio de poder. Em Jerusalém, instalou-se a anarquia, com sumos sacerdotes rivais competindo em batalhas de rua. Foi nessa ocasião que mataram Tiago, irmão de Jesus. Seu nome é citado em Atos 24:27 e Atos 25:1-27, no episódio em que Paulo de Tarso, para escapar de um julgamento na Judeia, proclama sua condição de cidadão romano e apela para César.

Os Sicários, cujo nome em latim significa “homens da adaga”, formavam uma sociedade secreta separatista dentro da fação dos Zelotas e cuja principal característica era a utilização de uma pequena espada que no universo latino era designada por “sica". Traziam esta arma escondida nas suas túnicas e assim que uma oportunidade surgia, intervinham violentamente em quaisquer ajuntamentos públicos, assassinando a sangue frio os Romanos ou aqueles que consideravam colaboracionistas, tendo treino e agilidade para conseguirem desaparecer rapidamente por entre o tumulto que se gerava[1541].

O historiador não só demonstra estar familiarizado com a espada persa, designando-a por acínace, mas conhece bem o seu perfil. Acrescenta, com segurança, que esta era pequena e que tinha a lâmina reta, visto que os radicais judeus utilizam uma lâmina também pequena, mas recurvada tal como era o perfil da sica.

Destas últimas palavras de Flávio Josefo podemos inferir que os Romanos conheciam a arma persa, fazendo-se referência a que estas pequenas espadas eram como as dos Persas, mas ligeiramente curvas.

8.1.5. Uma Cultura Militar com um Historial de Lâminas Pequenas. Uma Aprendizagem Inteligente

Além do gládio, os soldados romanos possuíam habitualmente uma outra lâmina que se poderá classificar como uma adaga, mas que não era utilizada para combater.

[1541] Os Sicários judeus, que se mantiveram extremamente ativos nas décadas que precederam a violenta Guerra Judaico-Romana que levou à destruição de Jerusalém, entre 66 e 73 a.C., poderão mesmo ser considerados como o primeiro grupo terrorista organizado cujo principal objetivo era cometer assassinatos. Assim, estes Zelotas poder-se-ão considerar como assassinos *avant la lettre*, visto terem surgido mais de setecentos anos antes daqueles que conhecemos no universo muçulmano e que virão a ser conhecidos por este epíteto.

Esta robusta e acerada lâmina era conhecida por *pugio*[1542] e era utilizada pelo soldado romano em múltiplas atividades da sua vida diária, auxiliando nos diversos trabalhos que lhe eram exigidos, nomeadamente quando o exército se encontrava em campanha[1543].

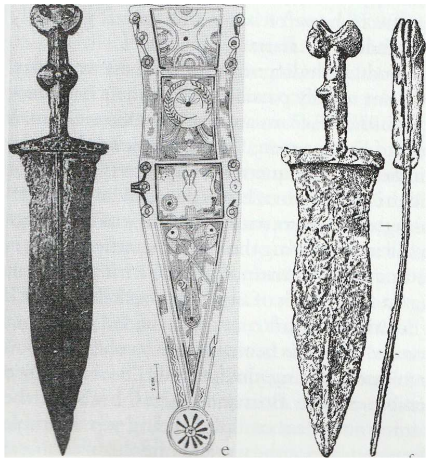


Imagem 62- Punhal de Buciumi, Roménia (à esquerda) e punhal legionário de Allériot (Saône et Loire) (à direita). [in FEUGÈRE, 2002, p. 127].

Tudo indica que a utilização de uma lâmina com estas características tenha sido adotada a partir de exemplares semelhantes utilizados pelos povos ibéricos e, depois, tenha sofrido uma evolução de acordo com as especificidades do universo romano, quer nos materiais, quer nos detalhes da forma. Poder-se-á constatar, uma vez mais, a forte influência hispânica sobre as lâminas adotadas pelo Império, nomeadamente no seu reduzido tamanho e perfil. Passou-se assim de uma clara influência da esfera militar grega para o que se poderia classificar como uma valorização generalizada do tipo de combate e armas ofensivas utilizadas pelos povos da Península Ibérica[1544].

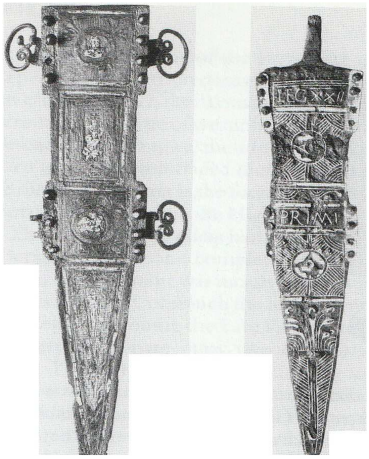


Imagem 63 - Bainha de punhal, com decoração encrustada, do norte da França, Zentralmuseum, Mainz (à esquerda) e (à direita) punhal na sua bainha, a decoração em prata encrustada refere a XXIII Legião Primi(genia) Mainz, século I, Zentralmuseum, Mainz. [in FEUGÈRE, 2002, p. 127].

O perfil da lâmina era em forma de folha, possuindo mais envergadura a meio do seu desenvolvimento e tendo, muitas vezes, uma ranhura central ao longo da estrutura longitudinal. A sua ponta era reforçada, tal como se podia encontrar frequentemente nas espadas, demonstrando também uma forte tendência para poder ser utilizada como estoque. A empunhadura, que era montada também na espiga[1545] da lâmina, tal como nos gládios, consistia em duas placas de ferro ou de madeira semicilíndricos, normalmente presas por rebites[1546].

[1542] O *pugio* era a adaga de lâmina larga usada como arma secundária pelos legionários romanos, de origem celtibera. A lâmina, triangular ou em forma de folha, tinha 15 a 28 centímetros de comprimento e 5 de largura, juntando-se a uma empunhadura de 10 a 13 centímetros. Pesava de 450 a 700 gramas. COSTA, 2015, p. 46.

[1543] Embora tecnicamente esta lâmina possa ser considerada uma adaga atendendo à sua forma e tamanho, passaremos a designá-la apenas por "púgio".

[1544] BURTON, 2014, p. 287.

[1545] O espigão, que se pode ver no prolongamento da parte inferior da lâmina, e tecnicamente designado por "espiga", era a haste por onde se montavam, por ordem, o guarda-mão, o punho e, quando existia, o pomo.

[1546] FEUGÈRE, 2002, p. 128.

Alguns dos exemplos mais bem preservados são originários de leitos de rio, o que tem a desvantagem de dificultar a aferição precisa da data do seu fabrico, mas também são conhecidos alguns espécimes provenientes de antigos campos germânicos, como aconteceu com Oberaden e Dangstetten[1547].

As bainhas mais requintadas são provavelmente datáveis dos meados e do terceiro quartel do primeiro século a.C., mas um exemplar de Corbridge vem de um contexto posterior, já apontando para uma cronologia próxima de 85 d.C.[1548].

Embora se verifique uma tendência para uma diminuição na frequência dos espécimes encontrados em fases mais tardias, os púgios parecem ainda ter estado em uso durante o segundo século, como evidenciam as descobertas de vários exemplares em Buciumi e também no memorial de *Castricius Victor* em *Aquincum*[1549].

O púgio apresentava normalmente um sistema de suspensão a partir de um cinto (*cingulum*), que se pode dizer que era bastante semelhante ao do gládio, apresentando quatro anéis na bainha. Era transportado do lado esquerdo, enquanto o gládio o era do lado direito[1550], pois o reduzido tamanho de ambas as lâminas não obstaculizava o seu rápido e fácil desembainhamento, qualquer que fosse a sua posição[1551].

No entanto, o púgio não terá sido assimilado ao gosto romano, nem tão modificado quanto o foi o gládio, de tal modo que nem sempre podemos estar seguros de que um qualquer exemplar encontrado nos acampamentos da Hispânia durante o período republicano tenha pertencido a um soldado romano ou, pelo contrário, tenha sido uma arma de um guerreiro ibérico.

É bem possível que esta ausência de uma típica assimilação do perfil do púgio ao universo militar romano tenha resultado do facto de ser sobretudo encarado como uma ferramenta, mais do que como uma arma de combate[1552], embora pudesse, como é natural, funcionar como arma ofensiva secundária.

[1547] FEUGÈRE, 2002, p. 128.

[1548] Não temos dedicado uma particular atenção ao tipo de bainhas das lâminas, bem como aos seus sistemas de suspensão, porque o intuito deste trabalho incide preferencialmente sobre a utilização prática das armas, procurando uma compreensão do que o seu perfil permite na especificidade da sua técnica de combate. Assim, referências a bainhas, estojos, decorações poderão vir apenas à colação com o propósito de permitirem identificar com segurança quando um determinado exemplar poderá ser considerado como romano.

[1549] FEUGÈRE, 2002, p. 128.

[1550] BURTON, 2014, p. 287.

[1551] FEUGÈRE, 2002, p. 126.

[1552] A vincada distinção hierárquica típica de qualquer exército bem organizado sempre foi bem patente no exército romano, onde o estatuto de centurião era afirmado por algumas marcas de prestígio que o distinguiam dos soldados que comandava. Assim, além da crista transversal (*crista transversa*) no capacete, estes oficiais usavam as armas na posição contrária aos legionários. Neste sentido, transportavam o gládio

Sobre o púgio, e especialmente sobre as suas bainhas, enquanto manifestações práticas de um certo tipo de estatuto, começou a verificar-se desde o início do primeiro século da nossa era uma tendência para serem tratados com um esmero particular, graças à exibição de decorações cada vez mais requintadas.

Este fenómeno dever-se-ia possivelmente ao facto de o púgio se ter vindo a tornar uma espécie de expressão material do estatuto do seu portador, servindo o seu requinte e beleza ornamental para salientar a sua importância pessoal perante os companheiros.

Esta arma romana, que curiosamente era usada quer por legionários, quer pelos soldados auxiliares, tornou-se um objeto que, dir-se-á, se emancipou da própria estrutura militar, pois o seu requinte e beleza não estavam diretamente circunscritos à possibilidade da sua posse entre oficiais, ou entre determinado tipo de soldados[1553].

No sentido de uma lógica hierárquica, pensou-se inicialmente que os oficiais ou mesmo os legionários com mais experiência fossem os detentores dos exemplares mais atraentes, mas memoriais como o de Annaius, provam que, como acontecia também com os gládios, os púgios mais requintados não correspondem a uma tal taxonomia.

Com exceção de um exemplar examinado por R. Forrer, ricamente decorado com cenas mitológicas, somos levados a crer que a maioria das bainhas de púgio exibia padrões geométricos, mas bastante diferentes dos que se podiam identificar nos gládios.

---

do lado esquerdo e o púgio do lado direito, sendo este último entendido, tal como tinha sido o parazónio (*parasonium*) de que falaremos posteriormente, mais um elemento de clara manifestação de estatuto. Diga-se que mesmo durante uma batalha, raramente o centurião lutava diretamente com o inimigo, estando durante a refrega munido de uma vara (*vitis latina*) para orientar, incentivar e aplicar golpes sobre os soldados que estavam sob o seu comando. Outro fator de distinção era o uso de grevas decoradas (*ocreae*) em ambas as pernas. D'AMATO, 2011, pp. 3, 21, 24, 33-39.

[1553] Chegaram até nós inúmeros púgios de Londres, Basileia, Mainz e até de Carnunto (*Carnuntum*), famoso acampamento romano situado entre Viena e Bratislava, onde se pode verificar a mestria dos artesãos que os fabricaram. O primor da sua manufatura e o tratamento dos diferentes materiais produziram alguns dos melhores exemplos de damascos e esmaltes da sua época. Um desses artesãos, *Caius Antonius*, chegou orgulhosamente a deixar a sua assinatura no punho de um desses púgios, fabricado no início do primeiro século d.C. O requinte destas armas, ou se se preferir, utensílios, chegou ao ponto de as partes frontais das suas bainhas estarem divididas em diversos painéis. Estes encontram-se separados, quer por linhas simples, quer por traços ornamentados, apresentando nos painéis com padrões geométricos ou motivos como palmeiras, folhas de videira ou até fachadas de templos. Inúmeras incrustações de latão e níquel forneceram igualmente aos artesãos belos contrastes de cores contra a base do suporte de ferro, com a aplicação de efeitos de coloração obtidos por esmaltagem. É surpreendente o requinte a que chegaram estas belas peças, sendo demonstrativo do gosto particular e do orgulho que cada soldado atribuía ao seu púgio. Dir-se-ia mesmo que o gládio, enquanto arma de combate, poderia ser encarada pelos soldados romanos mais como um objeto essencial para o combate, e por isso deveria estar nas melhores condições para a sua função, enquanto que o púgio deveria pertencer a uma esfera de orgulho pessoal, refletindo-se nele o gosto estético do seu portador. FEUGÈRE, 2002, pp. 126-127.

As decorações destes últimos, nomeadamente do tipo Mainz, apresentavam normalmente cenas religiosas ou rurais e também possuíam por vezes representações alusivas a campanhas militares passadas[1554].

8.1.6. O Parazónio Greco-romano. A Pequena Lâmina Grega Precursora do Gládio e do Púgio

Existe, no entanto, uma outra arma que foi adotada pelos Romanos e que, apesar de ter caído num relativo esquecimento, nos pode já revelar uma natural apetência destes para lâminas de pequeno porte.

Esta arma terá sido assimilada pelos Romanos ainda nos primórdios da criação das suas estruturas militares, quando a influência do modelo militar grego era bem patente[1555], quer nos modelos falangísticos, quer no tipo e no modo de utilização das armas.

O parazónio (*parasonium*), tinha uma lâmina com um formato e com um tamanho peculiares, sendo conhecida na gíria da cutelaria por "língua de bovino"[1556], cujo comprimento ficaria entre uma adaga grande e uma espada pequena.

A sua lâmina era de bronze, pontiaguda, de perfil triangular com considerável envergadura, com cerca de 28 a 36 centímetros de comprimento e com uma empunhadura profusamente ornamentada[1557]. Dir-se-ia mesmo que se poderia considerar o parazónio como a lâmina percursora do púgio, tendo sido este, no entanto, forjado em ferro e sempre de menores dimensões.

No entanto, no contexto militar romano, verificou-se sobre esta arma um fenómeno bastante curioso, pois embora inicialmente tivesse sido de utilização generalizada, foi acabando por se ver restringida ao uso exclusivo dos oficiais[1558], terminando por ser mesmo

---

[1554] FEUGÈRE, 2002, pp. 126-127.
[1555] FEUGÈRE, 2002, p. 125.
[1556] Este perfil de lâmina é igualmente designado, quer por "Língua de Vaca", quer por "Língua de Boi"; ("*Anelace*" ou "*Langue-de-bœuf*"), BURTON, 2014, p. 267.
[1557] Michel Feugère revela que algumas dessas espadas, das descobertas em Künzing e Mâcon (comprimento 46 cm), têm arestas cortantes convergentes, parecendo um estilete muito comprido. Noutros lugares, em Augst e no depósito de Künzing, as mesmas espadas curtas, com cerca de 40 cm de comprimento, têm bordas paralelas da lâmina como o gládio mais antigo, mas com a ponta de forma ogival. FEUGÈRE, 2002, p. 125.
[1558] FEUGÈRE, 2002, p. 125.

considerada como apenas um símbolo de estatuto para os mais altos cargos militares e políticos[1559].

O termo, parazónio é originário do grego *parazōnion*, remetendo o sufixo "*zōnion*", quer para cinto, quer para correia, pelo que a palavra indica, assim, aquela que se leva à cintura sustentada por correia[1560]. Efetivamente, esta arma era habitualmente transportada na ilharga esquerda[1561], numa bainha metálica, e estava segura por uma correia (*cinctorium*)[1562].

O parazónio era uma arma requintada, com trabalhos de ornamentação e ostentando muitas vezes belos pomos trabalhados com cabeças de animal, de onde se poderiam destacar as de águia, ou então com pomos bilobados ou de antenas. Tinha um guarda-mão, que podia ser retilíneo ou em forma de "S", e que em geral também possuía inúmeros motivos decorativos.

Embora saibamos que o parazónio se difundiu na Grécia por volta de 500 a.C., onde pode ser facilmente identificada a sua presença na estatuária da época, é possível que seja originário do Egito e que a sua principal função fosse a de ser utilizado como lâmina em contexto civil para fins utilitários[1563].

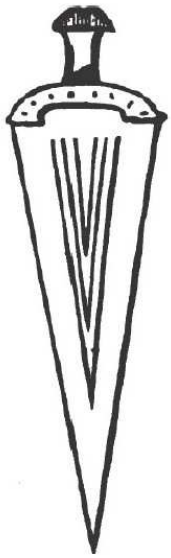


Imagem 64 - Reprodução de parazónio de bronze com cerca de 40 cm (16'') de comprimento. [in BURTON, 2014, p. 267]

No entanto, a sua grande difusão só se viria a verificar quando foi introduzido no exército romano, tornando-se uma arma bastante apreciada. Numa fase inicial, teria mesmo sido utilizada como arma secundária, quer por legionários, quer por oficiais, embora o seu perfil triangularizado não a tornasse particularmente prestável para uso militar.

Com o desenvolvimento do longo historial de armas de pequeno porte no contexto do exército romano, onde já se tinha verificado a progressiva tendência para a diminuição do xifo, e logo após a adoção do gládio e do púgio, o parazónio veio a perder a sua possível funcionalidade prática.

[1559] Seria até de admitir que o domínio da metalurgia do ferro por parte dos Romanos tivesse permitido a construção de consideráveis quantidades de Parazónios com lâminas de ferro, nomeadamente enquanto estes mantiveram o desempenho de tarefas práticas.

[1560] FIGUEIREDO, 1996, p. 1901: « […] espada curta com talabarte, acessório ordinário das estátuas de Marte e dos heróis. […] »

[1561] BURTON, 2014, p. 267.

[1562] BURTON, 2014, p. 287.

[1563] Esta possibilidade afirma-se pela notável semelhança que o parazónio demonstra com muitas das antigas adagas encontradas em tumbas egípcias.

Assim, veio a transformar-se num artefacto exclusivamente de carácter representativo do alto estatuto do seu possuidor, tendo passado primeiro a ser uma lâmina apenas utilizada na esfera dos centuriões e, progressivamente, a tornar-se a marca simbólica do poder do generalato e até do poder imperial[1564].

Poder-se-ia dizer mesmo que o parazónio romano, quando se tornou uma arma exclusiva dos oficiais, adquiriu contornos quase exclusivamente rituais, deixando de exercer qualquer função de carácter prático.

Era frequentemente utilizado em cerimónias militares ou como adereço de autoridade utilizado em parada, nomeadamente para fazer reunir as tropas. A sua presença e influência pode até ser confirmada ao poder ver-se a sua representação, quer na coluna de Trajano, quer até no universo numismático romano, como acontece com um exemplar de uma moeda do imperador Tétrico, onde nos surge a representação da deusa "Virtude" com uma lança e um parazónio.

Imagem 65 - Reverso de moeda de Tétrico, imperador do "Império das Gálias", contendo uma representação da deusa Virtude com lança e parazónio.

É bem possível que o parazónio, em data posterior à Terceira Guerra Púnica (149-146 a.C.), tenha caído em franco desuso e que as suas funções de carácter meramente prático tenham vindo a ser substituídas definitivamente pelo púgio. Neste sentido, será também de supor que o cuidado e orgulho que os soldados e, posteriormente, os oficiais romanos tinham no requinte do seu púgio possa ter sido uma herança da riqueza de ornamentação que possuía o parazónio, nomeadamente ao ter este possuído cada vez mais importância enquanto representação simbólica de elevado estatuto.

Durante o Alto-Império e o Império Tardio, o parazónio tornou-se uma lâmina de uso reservado estritamente ao generalato, como é possível observar-se na birreme de Preneste[1565].

O parazónio era igualmente símbolo de poder atribuível aos deuses, como podemos verificar em algumas representações de Marte, com armadura de cavaleiro de Straubing ou

[1564] FEUGÈRE, 2002, p. 125.
[1565] FEUGÈRE, 2002, p. 125.

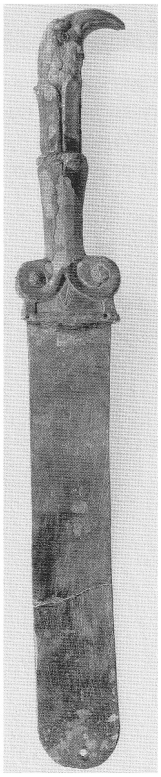


Imagem 66 - Parazónio de bronze proveniente de uma estátua, encontrado em Murrhardt (Landesmuseum, Stuttgart) [in FEUGÈRE, 2002, p. 125]

a deusa Roma empunhando um exemplar com o fito de imbuir as suas representações de uma maior aura de coragem belicosa[1566].

Surge finalmente também como símbolo de máximo poder para imperadores[1567], como é possível constatar no relevo dos Tetrarcas, ou na rendição de Valeriana constante num baixo-relevo sassânida.

Curiosamente, alguns dos achados arqueológicos que têm sido classificados como parazónio são lâminas tão raras que, durante algum tempo, se suspeitou que estes não teriam tido uma verdadeira existência material, nomeadamente no âmbito militar romano. No entanto, alguns exemplares vieram provar o contrário e o Museu Nacional de Nápoles possui um exemplar em bom estado que ostenta uma lâmina de ferro, o que não só nos confirma a sua existência material, como nos garante que esta não era proveniente de nenhuma peça de estatuária[1568].

Para ser um adereço deste género não poderia ser uma lâmina de ferro visto que o seu processo de degradação seria extremamente rápido por não ser cuidado frequentemente como este metal exige.

Assim, armas e ornamentos de metal para estatuária eram quase obrigatoriamente realizados em bronze, visto que o seu processo de corrosão seria muito menor, não se verificando o enferrujamento típico dos artefactos de ferro sujeitos à sua rápida reação com o oxigénio que levaria ao seu desaparecimento. Qualquer arma de ferro necessita de um cuidado continuado e constante, nomeadamente na limpeza da arma e na tentativa de isolar o mais possível a sua superfície do contacto com o ar utilizando betume, azeite, ou qualquer outro

Imagem 67 - Pormenores de empunhadura de parazónio, Museu Nacional de Nápoles. [in FEUGÈRE, 2002, p. 124]

[1566] FEUGÈRE, 2002, p. 125.

[1567] Os parazónios imperiais chegaram a atingir um tal nível de requinte que é possível considerá-los como as mais belas lâminas alguma vez produzidas, com o guarda-mão, bem como o pomo e a própria bainha ornamentados com relevos de ouro e prata, exibindo belos repuxados e incrustações de pedras preciosas.

[1568] O exemplar de parazónio que se pode observar no Museu Nacional de Nápoles é bem representativo da imagem que se poderia fazer desta arma, tendo uma bela empunhadura em bronze onde se pode ver a cabeça de uma águia numa das faces e a deusa da Vitória inscrita num globo e segurando uma Górgona na outra. Existe também uma outra lâmina no mesmo acervo que será igualmente um parazónio, tendo até um aspeto bastante semelhante, o que reforça a ideia que esta lâmina tinha uma existência real no contexto romano e que não se limitava a ser uma mera representação simbólica. FEUGÈRE, 2002, pp. 124-125.

elemento protetor[1569]. Esta é a razão por que a generalidade dos exemplares de ferro que a usura do tempo não roubou aos trabalhos arqueológicos se encontram preservados em contextos aquáticos, visto que no leito de rios e lagos este metal não se encontra diretamente exposto ao oxigénio livre da atmosfera, mas antes a um tipo de ligação atómica em que este está intimamente associado com hidrogénio, não provocando assim um tão elevado grau de corrosão.

8.2. A Problemática da Ergonomia do Gládio

8.2.1. Características Táticas Resultantes das Dimensões da Lâmina do Gládio

Como pudemos observar nos subcapítulos anteriores, uma lâmina de pequenas dimensões é pouco adequada para a execução de eficazes golpes de corte, não só pelo seu pouco peso, bem como porque o seu âmbito de ação é bastante mais reduzido do que acontece com uma lâmina de grandes dimensões.

Além disso, deveremos ter em atenção que um golpe de corte com lâmina curta é normalmente executado à custa de um notório movimento do braço, o que implica que este tenha que ser realizado com o braço em grande parte já fora da proteção concedida pelo escudo. O antebraço fica, assim, forçado a uma maior exposição e, portanto, mais sujeito a sofrer um contragolpe e, consequentemente, um qualquer ferimento. Esta especificidade deveria incentivar o soldado romano a executar estocadas contra o seu oponente, recolhendo rapidamente o braço para a proteção proporcionada pelo escuto, reduzindo o tempo da sua exposição[1570].

A reduzida dimensão do gládio também contribuiria para que a sua acerada lâmina fosse menos atreita a sofrer danos do que acontecia com as espadas de maiores dimensões, sendo certo que o tratamento do seu ferro, com os processos de têmpera, lhe conferia uma excelente resistência estrutural.

Este tratamento que os Romanos forneciam ao ferro com carbono proporcionava-lhe já uma qualidade de dureza próxima do que se poderá considerar como aço[1571]. Isto garantia

[1569] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 50.
[1570] CONNOLLY, 1998. p. 218.
[1571] MATYSZAK, 2010, p. 63.

em grande medida a preservação de um bom aceramento durante o tempo do combate, apesar do desgaste resultante das sucessivas estocadas.

Com um tal grau de resistência, a sua lâmina deveria ser muito eficaz na perfuração de qualquer tipo de couraçamento, tendo todas as condições para penetrar escudos e armaduras, o que deveria ser particularmente patente nos golpes de apunhalamento que eram aplicados com grande força de penetração [1572]. Note-se que a conceção da empunhadura e do tipo de guarda-mão desta espada, como veremos, era concebida para concentrar a força do legionário na execução de violentas estocadas de profundidade. Acrescente-se ainda o progressivo reforço que poderemos verificar na resistência da ponta da lâmina, aspeto essencial para que este tipo de golpes tivesse condições para obter bons resultados.

O elemento que mais pode legitimar a nossa convicção de que a técnica de combate do soldado romano se baseava maioritariamente na estocada[1573] é, antes de mais, a progressiva tendência para a diminuição do tamanho da lâmina do gládio.

O gládio passou por uma série de mutações subtis que o fizeram evoluir de variantes maiores, cinturadas[1574] e de ponta longa que se verificavam até o século I d.C., para um perfil que se estabilizou num modelo consideravelmente pequeno, que apresentava bordas paralelas e uma resistente ponta curta de perfil triangularizado.

Um outro aspeto tático fundamental era proporcionado pela sua leveza, possuindo um peso geralmente inferior a um quilo, o que permitia que fosse manuseada com rápidos movimentos pendulares do braço. Uma tal característica deveria fazer com que a defesa contra estes golpes consecutivos se tornasse bastante difícil, visto que o legionário tinha a possibilidade de executar rápidas reinvestidas sobre diferentes pontos do corpo do adversário.

Poder-se-ão considerar quatro tipos de variantes do gládio, caracterizadas pelo perfil da sua lâmina, embora as diferenças estruturais com as primeiras imitações da pequena espada celtibérica, não sejam substancialmente relevantes. É de salientar que as denominações que iremos apresentar das diferentes tipologias não foram nomenclaturas atribuídas pelo exército romano, mas configuram, tão-somente, uma referência moderna ao local onde arqueologicamente foram encontrados os primeiros exemplares dessas variantes.

[1572] McNAB, 2010, p. 74.

[1573] SEKUNDA; MCBRIDE, 1996, p. 10.

[1574] Utilizaremos o termo "lâmina cinturada" para indicar, por catacrese, uma diminuição da largura da lâmina ao longo do seu desenvolvimento. Poderemos verificar uma tal característica nos modelos de Mainz ou Fulham, que, como veremos, se estreitam num dado ponto da sua progressão.

Note-se, desde já, que todas estas tipologias são genericamente caracterizadas por uma progressiva tendência para o encurtamento do tamanho da lâmina.

Estas têm em comum a apresentação de uma secção romboide regular, também por vezes referida como lenticular, e todas possuem uma haste na base da lâmina, sobre a qual era montada a empunhadura.

Além daquela que se poderá considerar a emulação do Gládio Hispânico, as tipologias posteriores poderão ser consideradas já como armas de conceção tipicamente romana.

8.2.2. Tipologias de Gládio

A) Gládio Hispânico (*gladius Hispaniensis*)[1575]

A designada emulação romana do gládio Hispânico é naturalmente a mais antiga e poder-se-ia caracterizar por ser uma imitação, com alguns aperfeiçoamentos de manufatura, nomeadamente no tratamento da lâmina e na empunhadura, das espadas usadas pelos celtiberos[1576].

Era, apesar do seu já reduzido tamanho, o modelo que ostentava a lâmina de maiores dimensões, com valores que oscilavam sensivelmente entre os 61 e 66 cm e uma envergadura de cerca de 6 cm. Mostra-nos um suave estreitamento regular até à sua ponta, mas mantinha um perfil retilíneo.

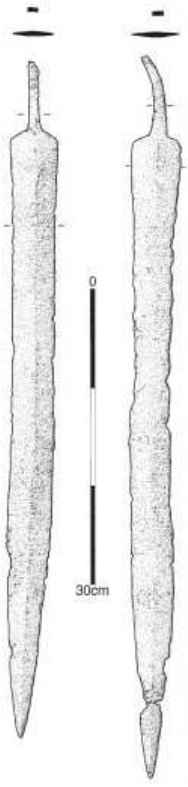


Imagem 69 - Dois gládios hispânicos oriundos de Grad, perto de Šmihel (Eslovénia), século II a.C. (desenhos de M.C. Bishop) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 10]. Lâminas de 62,4 cm e 66,4 cm.

Imagem 68 - A espada de Delos (Grécia) na respetiva bainha, século I a.C. (inv. Miks A123) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 11]. Lâmina de 63,1 cm.

[1575] BISHOP; DENNIS 2016, pp. 8-12, 33-37.
[1576] McNAB, 2010, p. 35.

B) Gládio de Mainz[1577]

Imagem 70 - A chamada "espada de Tibério", Mainz (Alemanha). Um gládio do tipo Mainz do século I a.C. (inv. Miks A465) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 13]. Lâmina de 53,3 cm.

O gládio de Mainz[1578], ou Mogúncia, é uma variante tipológica que exibe um perfil que se poderia considerar de contornos mais consentâneos ao gosto dos modelos estéticos preferidos em Roma, razão pela qual parece ter sido o modelo que terá estado na origem das duas variantes dos gládios mais tardios. O gládio de Mainz apresentava uma lâmina que poderia oscilar entre os 50 e os 55 cm, tendo uma tendência para um aumento na sua envergadura para os 6 a 7,5 cm. Ostentava um suave estreitamento longitudinal, bem como um característico cinturamento, situado praticamente no arranque da lâmina.

Imagem 71 - Gládio do tipo Maiz proveniente de Rheingönheim (Alemanha), com punho em prata. (inv. Miks A609) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 14]. Lâmina de 49,0 cm.

C) Gládio de Fulham[1579]

Outro dos modelos era o gládio de Fulham[1580], que era constituído por uma lâmina com desenho similar ao tipo Mainz, mas ligeiramente mais curta e mais estreita, características que vão ser recorrentes nos gládios tardios. No entanto, era manufaturada com uma ponta que apresentava uma convergência mais incisiva das suas linhas do que a variante Mainz e tinha uma cintura no arranque da sua lâmina. Esta não ultrapassava habitualmente os 50 cm de comprimento e a sua envergadura ficar-se-ia, em média, apenas por 5 cm. Podemos ainda aferir nesta

Imagem 72 - A chamada "espada Fulham", um gládio do tipo Mainz de meados do século I d.C. (inv. Miks A445) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 15.]. Lâmina de 53,6 cm.

[1577] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 12-17, 37-40.

[1578] Mainz é uma cidade alemã que é capital do Estado federal da Renânia-Palatinado e que fica situada na margem esquerda do Reno, junto à confluência com o rio Meno.

[1579] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 16, 26, 49, 65.

[1580] Fulham é um bairro inglês situado na região metropolitana de Londres, a norte do rio Tamisa. Localiza-se a oeste de Chelsea e a sul de Brent. No Museu de Londres encontra-se a chamada espada de Fulham, um gládio do tipo Mainz de meados do século I d.C. (Miks A445), achada no rio Tamisa perto de Putney (Grande Londres, Inglaterra). Duas das presumíveis quatro placas de bainha em relevo sobreviveram. Estas representam o Lupercal (ou loba e os gémeos Rómulo e Remo do mito da fundação de Roma) na placa do medalhão, com um intrincado desenho vegetal na placa principal inferior, com gavinhas habitadas por pássaros e borboletas. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 15-16.

variante, algumas tendências que se vão incrementar no perfil futuro da arma, que consiste numa paralelização marcada das linhas da sua lâmina, o que é detetável em parte substancial desta variação, podendo-se encontrar fios paralelos durante grande parte do seu desenvolvimento. Encontramos também uma outra característica que se vai tornar recorrente nos gládios das variantes tardias, com um progressivo aligeirar do pomo[1581], ocasionando praticamente o seu posterior desaparecimento.

D) Gládio de Pompeia[1582]

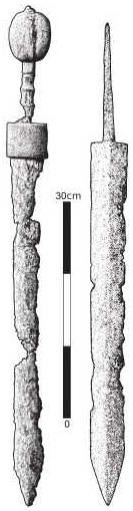


Imagem 73 - Dois gládios tipo Pompeia provenientes de Caernarfon (Gwynedd, Wales) (esquerda) e de Newstead (UK) (direita), último quartel do século I D.C. (inv. Miks A90 & A528,2). (Desenhos de M.C. Bishop). [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 24]. Lâminas de 48,6 cm & 49,5 cm.

O gládio de Pompeia (*Pompeii*) foi o modelo preponderante durante a época de Augusto e a sua utilização prolongou-se durante todo o Alto-Império, apresentando a sua lâmina um maior grau de resistência pelo mais apurado tratamento com carbono.

É também caracterizado por frequentemente demonstrar uma quase ausência de pomo[1583], sendo este substituído por um simples disco metálico, muitas vezes sem peso suficiente para servir como contrapeso. Considera-se este como uma variação tipológica do gládio Fulham, que, embora mantendo uma envergadura bastante similar, ostenta uma lâmina mais curta, em torno dos 45 cm, apresentando, por vezes, mesmo menores dimensões. É de salientar que os lados da lâmina observam um marcado paralelismo em toda a sua extensão, terminando numa ponta de pronunciada triangulação, com um marcado ângulo em V.

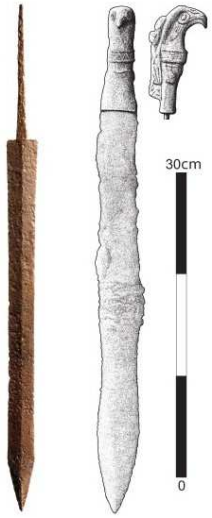


Imagem 74 - Gládios tipo Pompeia. Esquerda: espada proveniente do templo de Marte Leucetius e Nemetona em Klein-Winternheim (Alemanha), último quartel do século I d.C. (inv. MIKS A354). Lâmina de 49,0 cm. Direita: espada com cabeça de águia proveniente de Regio VIII, Insula 7, em Pompeia (Itália). (Desenho de M.C. BISHOP). Lâmina de 40,0 cm. [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 25].

[1581] Designa-se por "pomo" a peça multiforme que, numa espada, fica posicionada na parte oposta à lâmina, localizando-se, portanto, na parte inferior da empunhadura. Serve de contrapeso para equilibrar o esforço da mão ao manusear a lâmina, cujo peso se desenvolve apenas no sentido frontal, facilitando assim o manuseio da arma.

[1582] Este tipo de espada foi batizado pelos escritores modernos em homenagem a quatro espadas encontradas em vários locais dentro e ao redor de Pompeia, tendo aí sido depositadas durante a erupção do Vesúvio, em 79 d.C. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 18-25, 40-44.

[1583] A tendência para o desaparecimento do pomo bem poderá indicar a extrema facilidade no manuseio do gládio devido, não só ao tamanho reduzido da sua lâmina, mas também à consequente diminuição do seu peso.

Deveremos ter em atenção que a ausência de um cinturamento da lâmina, não só reforça a solidez longitudinal da arma, como também permite a realização de uma ponta mais sólida ao apresentar uma maior envergadura na região terminal daquela.

Este marcado reforço da sua ponta é assim conseguido por uma pronunciada triangularização em V, permitindo uma maior solidez nos últimos centímetros da lâmina, algo que se tornaria impraticável se o desenvolvimento da lâmina fosse cinturado e se aproximasse do seu final com uma envergadura menos pronunciada. Um tal fator estrutural bem pode mais uma vez indiciar a privilegiada execução de estocadas, o que se deverá articular igualmente com a redução do tamanho da lâmina. É de salientar que este modelo de Pompeia deverá ter permitido muito bons resultados, atendendo a que se tornou o modelo generalizado do exército romano[1584], bem como não teve de rivalizar com nenhum outro modelo posterior.

Se, como tudo indica, o treino do soldado romano incentivava a utilização do gládio para a aplicação direta de estocadas sobre o corpo do adversário, a robustez da sua ponta seria fundamental para que este pudesse cumprir o objetivo de resistir ao esforço constante de penetração a que era forçado. Se, como é natural, se verificasse um entrechoque do gládio com a espada do oponente, isto deveria ser consequência do apertado âmbito onde se realizava a luta, pois tudo indica que o soldado romano não deveria utilizar o gládio para aparar golpes de outra lâmina, devendo estes ser defendidos pelo movimento do escuto.

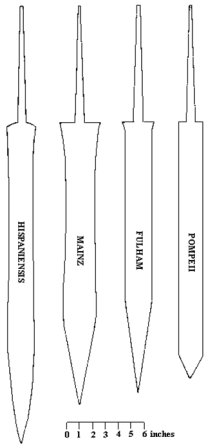


Imagem 75 - Gládios: tipologias comparadas.
Desenho comparativo dos quatro tipos de gládios conhecidos: Hispânico, Mainz, Fulham e Pompeia.

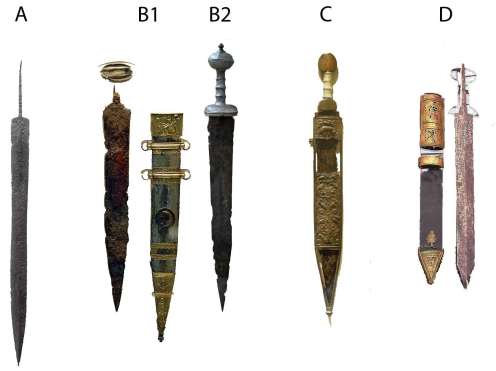


Imagem 76 - Gládios: tipologias comparadas.
Os quatro tipos de gládios conhecidos:
A – Tipo Hispânico
B – Tipo Mainz
B1 – Encontrada em Mainz (Moguntiacum), no rio Reno, Alemanha, está no Museu Britânico, em Londres, é conhecida como a espada de Tibério devido ao facto de a bainha, profusamente decorada, mostrar um relevo de Tibério recebendo Germânico em 17 d.C.;
B2 – Tem o punho revestido a prata, está no museu de Speyer (Noviomagus), Alemanha;
C – Tipo Fulham, encontrada no rio Tamisa perto de Fulham, Reino Unido, está no Museu Britânico, em Londres;
D – Tipo Pompeia, pertence à coleção Axel Guttmann.

[1584] Crê-se que já estaria em uso em meados do século I d.C., encontrando-se representada num relevo de mármore, agora em Chatsworth House (Derbyshire, Inglaterra), mostrando soldados (presumivelmente pretorianos) queimando registos de impostos, tradicionalmente datado do principado de Adriano, que ordenou esse mesmo ato em 118 d.C. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 18, 25.

8.2.3. A Ergonomia da Empunhadura do Gládio

Dever-se-á ainda salientar a ergonomia do desenho da empunhadura, que, mais uma vez reforçava, a sua adequação à aplicação de golpes de estocada.

Esta era sempre realizada em torno da "espiga"[1585], nome do espigão que se prolonga na parte oposta à ponta da lâmina, garantindo a sua solidez ao estar apoiada sobre uma parte integrante da estrutura da lâmina.

Para que o legionário pudesse ter segurança nos contínuos golpes de impulsão que desferia, seria necessário que a sua mão estivesse o mais sólida e confortavelmente servida pela forma do punho[1586]. Esta ergonomia era potenciada pelo material escolhido para a manufatura do seu cabo, que comumente era constituído por madeira, material com mais poder de aderência e mais absorvente de uma possível camada de suor na palma da mão, que seria natural como consequência do esforço desenvolvido durante o combate [1587].

Imagem 77 - A empunhadura do gládio permitia uma utilização segura, com a ajuda da guarda de mão, do punho moldado e do pomo [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 65].

Imagem 78 - Espadas do museu Nijmegen, Países Baixos, mostrando empunhaduras feitas de osso, marfim e madeira dura. [in *Roman Military Equipment. Roman Offensive Weapons: The Sword*].

Mas o que se poderia considerar como a parte estrutural da arma que mais deveria contribuir para uma boa execução de golpes de impulsão era o seu guarda-mão.

De perfil circular, permitia que a força horizontal direcionada pela mão e que se expressava principalmente na parte superior do dedo polegar e do dedo indicador, se concentrasse sempre uniformemente na parte inferior do guarda-mão,

---

1585 Designa-se por "espiga" a parte da lâmina que fica coberta pela empunhadura, considerando-se uma "espiga" inteiriça aquela que é da mesma largura que o resto da lâmina e que tem comprimento que chega ao pomo. A "espiga" parcial é aquela que não se estende ao longo de toda a empunhadura e por vezes não possui sequer maior envergadura do que a metade da largura da lâmina, sendo o tipo mais frequente que observamos nos gládios. A importância da "espiga" é que a sua espessura determina o tamanho e o perfil da empunhadura, o que terá implicações para definir o mais adequado tipo de manuseio da espada.

1586 BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 18-19, 26 – componentes da empunhadura.

1587 Algumas empunhaduras mais elaboradas poderiam apresentar os seus cabos manufaturados em osso ou em marfim, chegando mesmo, para uso dos oficiais em cerimónias rituais, a ser realizados em prata ou em ouro. Deveremos, no entanto, notar que todos estes tipos de material na empunhadura deveriam ter uma menor capacidade de aderência à mão durante o combate. Com o dispêndio de energia provocado pelo esforço, seria de prever que o soldado iniciasse um processo de abundante transpiração, nomeadamente nas mãos, dificultando uma boa preensão da empunhadura. Materiais muito lisos e de pouca absorção, como possivelmente seriam estes últimos, seriam assim pouco indicados para contrariar este efeito.

permitindo o empurrão da lâmina com o total aproveitamento de todo o ímpeto do movimento do braço.

Mesmo que a mão do soldado pudesse não estar, num determinado momento do combate, totalmente aderente à preensão do cabo, o contacto dos referidos dedos com o guarda-mão garantiria a passagem de toda a força mecânica do braço para uma deslocação em profundidade da arma. Notemos ainda que, embora todas as espadas tenham um guarda-mão, o que se poderia dizer que é mesmo caracterizador do seu perfil, a circularidade deste no gládio garantia que os dedos polegar e indicador teriam sempre um contacto pleno com o guarda-mão, independentemente da posição de rotação em que o soldado agarrasse no cabo[1588].

Imagem 79 - - Empunhadura de espada construída em osso (London Museum and British Museum London, UK) [in *Roman Military Equipment. Roman Offensive Weapons: The Sword*].

Imagem 80 - Empunhadura de Gládio do tipo Mainz, com revestimento em prata. (Speyer Museum) [in *Roman Military Equipment. Roman Offensive Weapons: The Sword*].

Uma tal segurança e homogeneidade na passagem da força para a arma nem sempre estaria tão garantida com outras tipologias de guarda-mão, nomeadamente naqueles em que os dedos condutores da impulsão não têm uma superfície de contacto tão extensa e tão ajustados à sua posição.

Sendo a empunhadura uma parte fundamental da arma, onde a mão do legionário toma contacto com ela e por onde o soldado unicamente a manuseia, seria, pois, fundamental potenciar a área de contacto dos seus dedos e da palma da mão com a forma e textura da superfície desta. Neste sentido, a empunhadura era constituída por círculos concêntricos de madeira, de dimensões alternadamente maior e menor, apertados uns contra os outros, que se ajustavam com ergonomia ao formato do relevo da mão e dos dedos, permitindo uma eficaz preensão.

Com este tipo de relevo proporcionado pela alternância de discos maiores e menores, não só se maximizava a superfície de contacto entre a empunhadura e a mão, como se aproveitava a resistência proporcionada

Imagem 81 - Empunhadura em exposição no museu de Vindonissa, na Suíça. [in *Roman Military Equipment. Roman Offensive Weapons: The Sword*].

[1588] FEUGÈRE, 2002, pp. 108-111.

pela zona interdigital[1589]. A mão do legionário ficava assim praticamente impedida de escorregar ao longo do cabo aquando da execução de golpes muito violentos, o que deveria ser uma necessidade constante da sua técnica de combate.

8.2.4. Relação do Soldado com o Gládio

O grande número de efetivos do exército romano variou substancialmente ao longo da sua história podendo ir das trinta legiões do tempo de Augusto[1590], até ao grande cômputo de recrutamento do Baixo-Império com mais de 400 mil, a que se deverá somar ainda o enorme número de tropas auxiliares[1591]. Isto exigia que houvesse necessidade de prover tantos milhares de homens com os respetivos equipamentos, obrigando a um particular cuidado, quer na sua preservação, quer na sua produção[1592].

Se o modelo e a qualidade de escudos, dos capacetes e das couraças terão sido sempre aspetos fundamentais para o bom desempenho do soldado romano, nomeadamente pela uniformização requerida para todos os seus elementos, o gládio, enquanto principal arma ofensiva, adquiria uma relação privilegiada com a dimensão pessoal do soldado romano. Muito da qualidade do seu desempenho em combate dependia diretamente do bom estado desta arma, o que requeria que lhe fossem dedicados permanentes cuidados de manutenção. É, pois, necessário que centenas de milhares de gládios tenham assim que ter sido produzidos para prover às necessidades práticas, e se muitos se deverão ter danificado durante as batalhas[1593], outros terão passado de geração em geração, nomeadamente através da

[1589] Note-se que desenhos similares ao relevo proporcionado na empunhadura do gládio, constituída por discos maiores e menores ou estruturas congéneres, ainda hoje são usadas em ferramentas, pegas, guiadores, com o intuito de evitar que a mão do utilizador possa perder aderência e escorregar.

[1590] CONNOLLY, 1998, p. 217; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 58, 84, 92, 546.

[1591] Peter Connolly refere um valor de 389.704 homens, para o exército do principado de Diocleciano (244-311) (CONNOLLY, 1998, p. 255, com base numa referência do século VI, em data não especificada); Yann Le Bohec relata que *Joannes Laurentius Lydus* indica, para a época de Diocleciano, um número de 389.704 homens no exército terrestre e 45.562 na marinha, com total de cerca de 435.000 soldados, (LE BOHEC, 2006, pp. 67-68); por outro lado Adrian Goldsworthy salienta que a informação de que dispomos sobre a dimensão e mais ainda sobre a organização interna destas unidades, durante o Baixo-Império, é extremamente pobre (GOLDSWORTHY, 2005, p. 206), rematando na sua obra *O Fim do Império Romano*: «[…] O exército romano do século IV era grande, [...] No entanto, não sabemos qual a dimensão real do exército. A maioria dos especialistas assume que era maior do que o exército do século II, possivelmente 50 ou até 100 por cento maior, mas os indícios são inadequados e o cálculo envolve inevitavelmente uma boa parte de conjetura. […]» GOLDSWORTHY, 2010a, p. 266.

[1592] MACDOWALL; EMBLETON, 1994, p. 8.

[1593] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 266.

obrigação, dos filhos seguirem as profissões paternas que foi institucionalizada no Baixo-Império [1594].

É, pois, bem possível que cada soldado romano, com a sua natural tendência para uma mundividência de pendor mágico-supersticioso com o mundo envolvente, estabelecesse um forte vínculo com os objetos que eram as suas principais armas.

O gládio dever-se-ia revestir de uma importância fundamental para cada soldado[1595], estando diretamente ligado à sua História, pois ele era a expressão material da sua força, não só por poder tê-lo usado já em várias batalhas, mas também por poder ser uma herança paterna[1596].

Não se poderá, como é natural, estabelecer uma validade temporal para o bom estado de uma espada, dependendo tal em grande medida dos cuidados com a sua regular manutenção e das vicissitudes pelas quais passou ao longo da sua utilização, mas é de admitir que, em condições normais, um gládio pudesse ultrapassar em muito o tempo de serviço de um legionário. Assim, não seria de estranhar que existissem diversas tipologias de gládios em utilização simultânea num determinado período da história do Império, dependendo tal de diversos fatores circunstanciais.

Até a própria distribuição geográfica do soldado numa qualquer parte do Império poderia de algum modo influenciar ou condicionar um legionário a utilizar uma diferente tipologia de gládio e que não seria necessariamente aquele que estaria a ser mais utilizado na sua época. Note-se igualmente que, enquanto diferenças no perfil das armas defensivas, como o formato do escudo ou de um capacete, se tornam elementos altamente percetíveis na uniformidade do equipamento militar que sempre foi uma das marcas d'água do exército romano, a utilização de diferentes tipologias de gládios não acarretaria uma tal diferenciação. Do ponto de vista tático, um soldado que lutasse com um gládio de Mainz ao lado de outro que tivesse na sua posse um de "Pompeia" teria condições de cumprir igualmente bem a sua tarefa, o que permitia que cada um pudesse combater utilizando uma espada que fosse da sua preferência, quer por gosto, quer por herança.

Notemos ainda que os gládios sempre foram armas muito apreciadas até pelos adversários dos Romanos, tendo sido encontrados muitos exemplares em regiões da

[1594] Uma das várias medidas que foi introduzida pela profunda reforma social do imperador Diocleciano (284-305) foi aquela que impunha que, dentro do Império, todos os indivíduos romanos adotassem as mesmas profissões exercidas pelos seus pais. CONNOLLY, 1998, p. 255.
[1595] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 45.
[1596] MATYSZAK, 2010, pp. 43, 50.

Germânia Exterior[1597], onde os soldados de Roma quase nunca estiveram. É bem possível que estas espadas romanas fossem compradas, trocadas, ou até roubadas nas muitas transações comerciais que se davam nas zonas fronteiriças do *limes*, ou tendo até sido levadas como espólio resultante de alguma derrota romana. Poderemos mesmo entrever a enorme quantidade de espadas e de outro equipamento romano que teria ficado ao alcance dos seus inimigos depois de grandes derrotas tal como aconteceu na Batalha de Canas ou de Adrianopla. Sabemos até que em Canas era abundante o espólio de armas romanas em poder dos seus inimigos e cuja posse teria resultado das derrotas romanas anteriores, como teriam sido os combates de Trébia ou do Lago Trasimeno, fazendo com que muitos dos soldados de Aníbal Barca estivessem munidos com inúmeras peças de equipamento romano[1598].

Diga-se, no entanto, que os gládios apesar de terem sido armas apreciadas pelos adversários de Roma, como acontecia com muitos dos guerreiros dos povos germânicos, não seriam habitualmente utilizados por estes em batalha, visto preferirem espadas de bem mais consideráveis dimensões. Só um soldado romano, com o seu treino e disciplina de grupo, podia tirar partido da técnica de combate permitida pelo gládio.

Será de admitir igualmente que o número de gládios que se encontravam disponíveis num determinado momento para utilização dos legionários, nomeadamente quando se recrutavam novas legiões, possa ter ocasionado a utilização simultânea de grandes quantidades de diferentes modelos numa mesma época. A cronologia que é apontada para os diferentes modelos, nomeadamente a partir do modelo de Mainz, indica-nos essencialmente a tipologia de gládio que se poderia considerar como o de mais generalizada manufatura e utilização num determinado período.

Nada nos garante que o gosto pessoal de um soldado, ou mesmo de um qualquer oficial, não levasse a uma utilização simultânea de diferentes modelos de gládio dentro de uma legião, atendendo até à estreita relação que o legionário estabelecia com as suas armas.

A utilização de um ou outro modelo de gládio não acarretaria mudanças notórias na sua técnica de combate, nem obrigaria a estabelecer uma outra gestão de espaço com os companheiros do lado no decurso de uma batalha. Note-se que o tamanho da lâmina era a

---

[1597] FEUGÈRE, 2002, p. 33. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 18, 70-72.

[1598] GOLDSWORTHY, 2001, p. 148: «[…] As the Roman mass streamed forward, they found themselves with Hannibal's Libyan infantry arrayed in columns on either side of them. The Libyans had as yet played no part in the fighting and were fresh and in good order. There were probably no more than 8,000-10,000 of them, divided into two forces each roughly the size of a Roman legion. The similarity went further, since they were now dressed and armed with Roman equipment stripped from the dead of Trebia and Trasimene, […]»
MONTEIRO, 2014, p. 97.

única variação que se pode considerar como relevante, mas as suas diferenças, na prática, por serem bastante reduzidas, não deveriam obrigar a qualquer mudança tática.

O treino intensivo do soldado romano também ajudaria a que, em pouco tempo, este se adaptasse à variação de tamanho, no caso de lhe ser fornecido um modelo de gládio de substituição, por não se encontrar disponível no arsenal da legião a tipologia e o tamanho exato que utilizara até essa altura.

Este pode ser o caso de algumas das espadas romanas encontradas em rios, tal como as que foram achadas no Saône, em Mâcon (com 67 cm), ou no Ródano, em Lyon (com 68 cm), que apesar do seu tamanho considerável, talvez se possam atribuir ao período da conquista da Gália. O caráter arcaizante de uma espada, como a de Berry-Bouy, não impede que essa arma, depositada por volta de 20 a. C. nesta bem conhecida sepultura, possa ter chegado à região várias décadas antes, como por exemplo, no momento do cerco de César a *Avaricum* em 52 a. C.[1599].

Notemos ainda que sendo o "modelo de Pompeia" o mais pequeno e aquele que se estabilizou como fruto da sua evolução, permaneceu no ativo durante séculos, sem que se possa encontrar qualquer tendência posterior para a criação de tipologias de gládios com maiores dimensões[1600], tendo-se em consideração que a *spatha* já não se poderá considerar um gládio.

8.2.5. O Soldado Romano e o "seu Gládio"

Cada soldado romano era responsável pelo seu equipamento e fazia questão de o marcar com a sua identificação pessoal, principalmente as espadas, visto que estas eram consideradas propriedade individual dos legionários, e não do exército. O modo habitual de o fazer era o possuidor indicar nas suas armas o lugar onde pertencia, escrevendo primeiro o nome do centurião e depois registando o seu próprio nome. Por vezes isto era feito arranhando diretamente as letras no metal, mas o método mais comum era formar as letras com pontos, realizando uma série de pequenas incisões usando um punção[1601].

O roubo de armas era considerado um crime grave e, quando comprovado, tinha como consequência a terrível humilhação, que era a redução do posto militar do prevaricador. Mais

[1599] FEUGÈRE, 2002, p. 80.
[1600] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 6.
[1601] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 44.

grave ainda, segundo o código militar romano, era o castigo dado ao legionário que perdesse ou abandonasse qualquer elemento do seu equipamento, quer fosse a armadura, o escuto, o capacete ou até mesmo a espada, ficando sujeito a um crime tão grave que poderia ser considerado um desertor e incorrer na pena capital [1602].

Sobre esta questão, Frontino, nos seus "Estratagemas", relata-nos como a perda da espada de Marcus Cato, filho de Catão, "O Censor", o levou a atirar-se de novo para o meio do inimigo para tentar recuperá-la e evitar assim o castigo. O receio da punição fora tanto que, apesar de estar bastante ferido, ele conseguiu fazê-lo[1603].

São razões ritualísticas aquelas que justificam que espadas intactas, e mesmo bainhas, nos cheguem provenientes de rios com bastante profusão, enquanto as escavações arqueológicas em locais de acampamento ou batalha tendem a produzir apenas componentes fragmentárias. Tal deve-se ao facto de esses depósitos ribeirinhos, como o que conhecemos no Reno, em Mogúncia (Mainz), serem locais com grandes tradições de deposição ritual de armas, algumas estabelecidas desde a pré-história e chegando a sua prática até ao início da Idade Média. A maioria dos arqueólogos tendem a justificar tal facto ao encararem esses depósitos como oferendas propiciatórias realizadas em locais sagrados, onde se sentia a presença de deuses e outras entidades, especialmente reforçado se na região circundante houvesse um qualquer fenómeno natural. Há evidências indiscutíveis da grande dedicação de todo o tipo de armamentos e equipamentos no contexto religioso do Império Romano, como aconteceu profusamente na Alemanha ou na Gália, com os exemplos das espadas de Júlio César, ou no templo em Klein-Winternheim.

Notemos que um soldado que fazia a oferenda da sua espada já necessariamente tinha que ter adquirido uma outra, ou estaria a infringir a lei militar romana, que não permitia que, em caso algum, ele não estivesse na posse de um gládio. Uma oferenda deveria ser sempre realizada com um objeto precioso para que pudesse ter valor aos olhos dos deuses, portanto, os achados nos rios informam-nos, antes de mais, do quanto os gládios eram objetos valiosos para os soldados romanos. Da mesma forma, as frequentes representações detalhadas de espadas e de bainhas em lápides, especialmente do século I d.C., são bem representativas do brio que os soldados romanos tinham a respeito da sua aparência e equipamento[1604].

As informações que possuímos sobre o valor de um gládio são bastante esparsas, mas uma carta egípcia datada da segunda década do século II d.C., escrita por um redator

[1602] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 44.
[1603] FRONTIN. (2005, sobre a Determinação), 4.5.17.
[1604] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 44.45.

desconhecido e que foi dirigida a um governador de nome Apolónio, investido do cargo de *strategos*, aponta para um valor de 80 dracmas por uma espada romana que estaria a ser vendida por um preço convidativo[1605]. Sabemos que, nesta cronologia, a dracma grega deveria equivaler a um quarto do valor do denário romano, o que significa que a espada custaria cerca de 20 destas famosas moedas de prata romanas, preço que era pouco menos de um quarto do que custaria uma couraça de latão que é mencionada na mesma carta[1606]. Diga-se que o anónimo redator da carta, que bem poderia ser um oficial, encarava o preço referenciado como uma pechincha que estaria presumivelmente a ser oferecida por um qualquer artesão particular em *Koptos*.

Embora este valor possa ser meramente uma referência do preço praticado no Egito, e não reflita com precisão o seu custo de mercado noutras províncias do Império, sabemos que, tal como acontecia com outras componentes do seu equipamento, um soldado pagaria menos comprando a sua espada diretamente ao exército, uma vez que o seu custo seria subsidiado[1607].

Curiosamente, a grande qualidade das espadas e, principalmente, das bainhas que nos chegaram e que foram produzidas durante o século I d.C., levou a que se tivesse considerado que estas deveriam ser armas pertencentes a oficiais[1608], sendo a bela "Espada de Tibério" o exemplo máximo disso[1609]. No entanto, admite-se cada vez mais que a análise do tipo comum de materiais utilizados, como chapa de latão estanhada e os métodos de produção como a estampagem poderiam fornecer armas bastante requintadas para o uso do legionário comum. Esta nova visão é apoiada, quer pela evidência apresentada na iconografia, quer pelos comentários de alguns autores romanos, onde se inclui Plínio, o Velho[1610].

[1605] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 45.

[1606] Embora estejamos conscientes do valor meramente especulativo da abordagem que se segue nesta nota, achámos curiosa a tentativa de comparação do valor de um gládio no primeiro século d.C. com o significado do seu custo nos nossos dias. Tal conversão só é minimamente possível porque sabemos que, nesta altura, um legionário romano auferiria cerca de 300 denários por ano, o que equivale a dizer que ganharia 0,82 denários por dia; o gládio referenciado pelo autor da missiva como barato custaria, assim, cerca de 24 dias do ordenado de um legionário. Se admitirmos que este se poderia situar sensivelmente no meio da tabela de pagamentos, o que aliás fazia com que a carreira militar continuasse a ser algo de apetecível para as camadas menos favorecidas, admitamos que poderia ganhar hoje cerca de 1.600 euros. Nesta ordem de ideias, um gládio, que custaria cerca de 24 dias do seu ordenado, teria um custo de cerca de 1.280 euros. Se, segundo a opinião do redator da carta de *Koptos*, o seu preço estava abaixo do que era normalmente praticado, dir-se-ia, talvez que um gládio novo poderia custar, nos nossos dias, o equivalente a uns 1.600 a 1.700 euros.

[1607] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 45.

[1608] BISHOP; COULSTON, 2009, p. 34.

[1609] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 13.

[1610] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 45.

Tanto por fazer parte das boas práticas da logística da legião, como pela natural inclinação sociocultural e religiosa do romano, o legionário tinha perante o seu gládio um respeito quase sacralizado, cuidando da sua arma com o desvelo de quem se sabe dependente do seu bom estado para executar com eficácia a sua principal tarefa.

O cuidado com todo o seu equipamento fá-lo-ia certamente dedicar alguns momentos diários à sua manutenção[1611], com particular atenção à sua espada. Deveria, pois, prevenir o bom estado da lâmina, quanto à sua afiação[1612], o que lhe garantiria a sua eficácia técnica no combate e, principalmente, o evitar de qualquer manifestação de ferrugem, sabendo que o aparecimento de um tal fenómeno de oxidação levaria a uma corrupção estrutural de todo o metal de que era feita. Deveria ser, assim, evitado o contacto direto da superfície da lâmina com o ar, devendo esta ser revestida regularmente com azeite[1613].

A manutenção da afiação dos gumes dos gládios era também um aspeto fundamental para o bom desempenho do legionário, tendo sido encontradas muitas limas de pedra de amolar provindas da maioria dos assentamentos onde estiveram estacionadas tropas romanas. Estas eram bastante ergonómicas, normalmente de perfil retangular e com um tamanho bem ajustado à forma da mão. Os exemplares encontrados em escavações têm frequentemente faces côncavas e marcas de uso que são bem demonstrativas da sua utilização prolongada.

O afiamento constante de uma lâmina com uma pedra de amolar poderia levar a um notório desgaste das arestas da lâmina, sendo possível que essa prática tenha contribuído para o incremento da forma cintada de certos tipos de gládios, nomeadamente os designados como de Mainz ou de Fulham, mas, segundo os especialistas, parece não haver dúvida de que o seu perfil básico terá sido o resultado da forma criada originalmente na forja, e não uma consequência de uma afiação exagerada[1614].

Tal prática estender-se-ia também ao tratamento da empunhadura, pretendendo evitar que a madeira desta tendesse a apodrecer rapidamente[1615]. O guarda-mão, normalmente manufaturado em madeira, tinha sempre um perfil circular e era frequentemente reforçado com peças metálicas, geralmente de latão. Esta peça estava particularmente sujeita a sofrer impactos violentos de lâminas adversárias e deveria, portanto, ter uma estrutura bastante

[1611] GOLDSWORTHY, 2003, p. 90.
[1612] MATYSZAK, 2010, p. 63; BISHOP; DENNIS, 2016, p. 50.
[1613] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 48, 50.
[1614] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 50.
[1615] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 63-64, 72.

resistente, por forma a garantir que não se desintegrasse e permitisse atingir a mão e os dedos do legionário.

8.2.6. Fatores de Ajuste Técnico do Gládio. Pomo e Balanceamento.

A utilização de uma lâmina como uma espada caracteriza-se pela necessidade de que todo o seu manuseamento seja executado através de uma área de contacto muito restrita da sua extensão, que é a empunhadura.

Uma tal restrição na área de contacto da mão em relação com todo o seu tamanho implica que, durante o seu manuseamento, toda a superfície restante da lâmina exerça sobre a mão um forte efeito do tipo de uma alavanca.

Nesta ordem de ideias, temos de admitir que, quanto mais peso e comprimento apresentar a lâmina, mais implicará o uso de força sobre a empunhadura, dificultando assim a execução dos movimentos necessários ao seu manuseamento.

Se considerássemos que o preciso local onde a mão segura a espada poderia servir como ponto de equilíbrio entre todo o peso da lâmina e a parte que se prolonga do lado oposto da mão, verificaríamos com facilidade que, apesar do aumento geral de peso que tal acarreta, a colocação nesta última parte de um contrapeso facilita claramente o movimento de toda a peça.

Isto é o que se designa por "balanceamento", visto que, ao peso suplementar que acrescentamos do lado contrário à lâmina, acresce uma maior facilidade no movimento desta, pois a força exercida não se centra mecanicamente em "erguer" o peso proporcionado pela distância até à sua ponta, mas antes em suportar apenas o ligeiro aumento do seu peso geral. Encontra-se, assim, o peso da lâmina diminuído, não em termos absolutos, mas antes na dificuldade de movimento que o seu comprimento apresenta, através de um efeito do tipo alavanca compensatória[1616].

É, pois, natural que um tal fenómeno tenha sido, desde há muito, reconhecido e que as espadas de grande porte tenham sido quase sempre manufaturadas com um tal contrapeso, designado por pomo. O gládio apresentava também o seu pomo, mas dir-se-ia que a sua necessidade prática é bem mais remota, devido à leveza da lâmina.

[1616] MATYSZAK, 2010, p. 62.

O pomo exibia comummente um perfil esférico, mas em alguns modelos tardios do tipo Pompeia, esta função de contrapeso era quase despicienda, apresentando-se em sua substituição um mero círculo achatado[1617], que possivelmente ajudaria a prevenir que a arma escapasse da mão durante o combate.

Talvez se possa mesmo admitir que o tamanho e, consequentemente, o peso dos pomos não deveria ser claramente definido, podendo verificar-se peças de diferentes envergaduras manufaturadas em gládios da mesma época e área geográfica. Será, pois, possível admitir-se que cada legionário teria a liberdade de escolher uma arma que fosse mais ao encontro do seu gosto pessoal, ou possivelmente uma opção particular resultante de hábitos anteriores[1618].

8.3. A Fabricação do Gládio. Processos Metalúrgicos.

O mundo clássico conhecia já os processos de metalurgia que permitiam a transformação do ferro em aço através da têmpera, processo pelo qual se endurece este metal introduzindo-lhe moléculas de carbono.

Povos como os Hititas desenvolveram, desde o século XIV a.C., uma importante tecnologia do ferro, o que lhes forneceu armas mais eficientes que auxiliariam na construção do seu Império[1619], sabendo-se que outras culturas, como os Egípcios, parece nunca terem investido seriamente no domínio de tal metalurgia[1620].

Apesar do indiscutível grau de desenvolvimento da civilização egípcia, que se poderia orgulhar de estar quase sempre várias gerações à frente dos povos vizinhos, ela não procurou, até bastante tarde, dominar a tecnologia do ferro para poder fornecer armas mais eficientes

---

[1617] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 11, 14, 64, 65, 71, 77.

[1618] Diga-se que o gládio, devido às suas características, tais como o seu pouco peso, o reduzido comprimento da lâmina e até ao seu equilíbrio estrutural, poderia ter condições para ser projetado como uma arma de arremesso. Não nos querendo pronunciar sobre uma tal hipótese, digna de um estudo de arqueologia experimental, talvez se possa dizer que tal fosse admissível para os modelos mais reduzidos, admitindo-se que é possível projetar com êxito punhais de consideráveis dimensões. No entanto, fica-nos a dúvida relativamente ao tipo de técnica de lançamento, visto que tal poderia exigir um outro modo de segurar na arma no momento da projeção. Se tal fosse uma prática regular do soldado romano, ela deveria estar integrada no treino regular com o intuito de desenvolver uma tal competência, mas uma tal referência não existe nas nossas fontes disponíveis. Note-se igualmente que, em combate, tal seria, admitindo-se esta hipótese, uma situação muito excecional, pois nenhum soldado romano estaria possivelmente disposto a perder na refrega, nem que fosse de forma momentânea, a sua principal arma de combate.

[1619] LÉVÊQUE, 1987, p. 235; HEALY, 2000, pp. 21-27; TYLECOTE, 2002, p. 53.

[1620] DURAND-CHARRE, 2003, p. 5. A autora refere que, no Egito, embora os depósitos de minério sejam abundantes, não existe sinal da sua exploração, sugerindo a ausência de florestas capazes de fornecer carvão como provável causa desse facto.

aos seus exércitos. A sua já quase obsoleta tecnologia militar baseada no bronze manteve-se inalterada[1621] até o Egito ser vencido e se ver forçado a adotar novos referenciais metalúrgicos, influenciado por vagas invasoras sucessivas, como Assírios, Persas, Macedónios, Palmirenses e Romanos, que possuíam desde há muito lâminas mais eficientes. Embora se possa admitir que o *tónos* militar do exército egípcio se baseava em "armas de tiro", especialmente no arco e flecha[1622], a falta de lâminas mais eficientes poderá ter condicionado bastante o seu bom desempenho quando os seus efetivos se viam forçados a encetar combates diretos em corpo a corpo. Poderemos até especular sobre o que poderia ter acontecido no desenvolvimento de uma batalha como a de Kadesh[1623], contra os Hititas de *Muwatali*, estando estes já na posse de armas de ferro, se os soldados de Ramsés II também as possuíssem.

Sendo os Egípcios senhores de uma tecnologia tão avançada em outros capítulos do saber, como nas suas realizações arquitetónicas que ainda hoje nos deixam atónitos ante a sua complexidade construtiva, é difícil compreender esta secular indiferença votada à tecnologia do ferro, que se viria a tornar cada vez mais um aspeto fundamental para a sua competência militar e, portanto, para a sua segurança[1624]. É bem possível que algum anátema de ordem religiosa tenha estado na origem desta indiferença egípcia sobre um aspeto militar tão relevante. Atrevemo-nos mesmo a levantar aqui a hipótese de que esta atávica indiferença possa estar ligada com a rápida corrupção a que está submetido o ferro através do processo de oxidação[1625]. Se é indiscutível que o ferro apresenta excelentes condições para a criação de boas lâminas, tem por outro lado a "estranha doença" de se desintegrar por si mesmo, como se "sofresse de uma qualquer maldição"[1626]. Talvez esta permanente característica autodestrutiva do ferro possa ter levado os supersticiosos Egípcios a desconfiar da proveniência deste metal e das boas graças dos deuses na sua utilização[1627].

[1621] TYLECOTE, 2002, p. 47.

[1622] HEALY, 2000, pp. 27-31, 35-39.

[1623] A Batalha de Kadesh travou-se entre o Egito, sob a égide de Ramsés II, no quarto ano do seu reinado (1288 a.C.) e o Império Hitita, liderado por Muwatallish, nas margens do rio Orontes, junto à cidade-fortaleza de Kadesh (localizada na moderna Síria). A batalha terminou num impasse. EGGENBERGER, 1985, p. 214.

[1624] GONEN, 1976, p. 21.

[1625] Tal como o cabelo vermelho, o ferro era desprezado pelos Egípcios, que fizeram dele um dos atributos do deus maligno Seth, assassino do seu irmão Osíris. Na Grécia clássica, terá sido criada uma oração para prevenir a ferrugem. Noutras épocas, era considerado desaconselhável usar instrumentos de ferro para cortar ervas ou carne. Na África, a seca excessiva às vezes era atribuída ao uso de ferramentas de ferro para arar o solo. DURAND-CHARRE, 2003, p. 6.

[1626] BURTON, 2014, pp. 126-127.

[1627] Havia mesmo, em certas culturas antigas, uma rejeição atávica do ferro, acreditando-se que muitos deuses tinham uma quase repugnância por ele, o que impossibilitava até a sua utilização durante as cerimónias sagradas. Mesmo na Europa, podemos encontrar tradições supersticiosas e de mau agoiro ligadas a este

Para este anátema poderia contribuir igualmente o facto de não ser possível encontrar ferro na natureza em estado puro[1628], estando sempre este amalgamado numa solução sólida com muitas outras impurezas, o que não acontecia com o cobre, nem com o estanho, os dois metais com que se fabricava o bronze. Além disso, se havia um aspeto importante para a cultura egípcia, ele seria sem dúvida o culto da perenidade, expressa em quase todas as suas manifestações culturais e o ferro era um metal que tendia a "morrer por ele próprio".

A tecnologia baseou-se durante centenas de anos na criação de utensílios e armas forjados em liga de bronze e a sua importância cultural foi de tal ordem que deu inclusive o seu 'patronímico' a um vasto período da Antiguidade, situado entre os meados do segundo milénio antes de Cristo e o início da Idade do Ferro.

8.3.1. Evolução dos Processos Metalúrgicos do Ferro

Para uma compreensão das vantagens táticas resultantes do domínio da metalurgia do ferro que era património do universo militar romano, deveremos fazer um périplo pelo complexo desenvolvimento histórico desta tecnologia metalúrgica[1629].

metal, como aquelas que lhe atribuem a capacidade de afastar maus espíritos e fantasmas. Para alguns, enterrar uma faca de ferro debaixo da entrada de uma casa fechava o caminho às bruxas anulando os seus feitiços, enquanto para outros rodear um cemitério com uma cerca de ferro impediria os espíritos malfazejos de se escaparem dos seus túmulos. Em Itália havia mesmo a tradição do chamado "*tocca ferro*", que pretendia afastar a negatividade que surgiria quando alguém se referia a algo que era considerado de mau agoiro. COSTA, 2015, p. 17.
Lembremos ainda que, na construção do Templo de Salomão, dizia a vetusta tradição judaica que todos os trabalhos foram realizados com pedras que já vinham cortadas da pedreira, de tal modo que nenhum instrumento de ferro terá sido preciso utilizar enquanto o Templo era edificado. ALMEIDA, 1985, I Reis, 6:7.

[1628] Na tumba do faraó Tutankhamon (1.350 a.C.) foi encontrado muito ouro, nomeadamente um ataúde de 110 quilos de ouro maciço e uma máscara de 11 quilos, mas o único objeto de ferro era uma adaga cerimonial, que emparelhava com outra de ouro endurecido, e que foi identificada como sendo feita de ferro meteorítico. COSTA, 2015, p. 12; DURAND-CHARRE, 2003, p. 4.

[1629] Para outros desenvolvimentos concernentes à metalurgia do ferro, consultar Anexo 11.

As primeiras tentativas de utilização do ferro remetem-nos para a Alta Antiguidade[1630] e tudo indica que tenham sido realizadas a partir de metal de origem meteorítica[1631]. Admite-se que a criação dos primeiros artefactos em ferro pirítico tenham sido o resultado de algumas tentativas, ainda bastante incipientes, realizadas nas margens do Nilo[1632] ou pelos povos que se estabeleceram no "arco mesopotâmico" nomeadamente na Assíria[1633]. Foi possível encontrar alguns artefactos de ferro nestas geografias que nos apontam para o segundo milénio a.C., mas estes já não seriam de origem meteorítica[1634], pois demonstram uma clara ausência do elemento níquel, metal que é característico do minério de tal proveniência[1635].

Entre 1600 e 1200 a.C., observa-se um incremento do seu uso no Médio Oriente[1636]. Porém, este alargamento da sua utilização nunca terá sido encarado pelos seus produtores como uma verdadeira alternativa à antiga técnica de fundição do bronze[1637]. Esta era

---

1630 A relação do homem com o ferro remonta aos tempos pré-históricos, pequenos objetos como contas, lâminas e incrustações decorativas de ferro foram encontrados em sítios arqueológicos que datam de cerca de 5000 a.C., no Iraque (Samarra), Irão (Tepe Sialk) e Egito (El Gerseh). Descobertas posteriores, correspondendo à idade do bronze inicial e médio (3000-1600 a.C.), situam-se todas no leste e sudeste da Bacia do Mediterrâneo, na Mesopotâmia, Turquia, Egito e Chipre. Algumas civilizações antigas não parecem ter reconhecido o ferro como sendo distinto do cobre e referem-se a ele como cobre preto ou cobre não refinado. As referências ao metal negro ou ao metal do céu podem-se aplicar ao minério de ferro ou hematite, mas também a outros metais. Além disso, a presença de objetos de ferro não implica necessariamente a capacidade de extrair o metal de seus minérios, já que o ferro também existe na forma nativa e particularmente meteorítica. O ouro e o cobre foram usados extensivamente pelas civilizações antigas, muito antes do domínio da metalurgia do ferro. DURAND-CHARRE, 2003, p. 3.

1631 HABASHI, 1997, p. 31; BURTON, 2014, p. 127.

1632 BURTON, 2014, p. 127.

1633 Os mais antigos exemplares de peças feitas de ferro meteorítico conhecidos consistem numas contas oriundas de Gerzeh, no Egito, (3.500 a.C.) e num punhal encontrado em Ur (3.000 a.C.), HABASHI, 1997, p. 274.

1634 O ferro mais antigo usado pelo homem era geralmente de origem meteorítica, como demostrado pela presença de níquel na maioria dos objetos pré-históricos. Nos tempos pré-históricos, os meteoritos eram trabalhados da mesma forma que a pedra para obter ferramentas, sendo igualmente conhecidos como siderite. Na América Central e do Sul, os Astecas, Maias e Incas usavam o ferro meteorítico sem conhecer a sua metalurgia, considerando-o extremamente precioso e restringindo o seu uso a joias e objetos religiosos. Sendo os meteoritos reconhecidos como de origem celestial era-lhes frequentemente atribuída uma natureza divina e às vezes até adorados, como, por exemplo, na Grécia antiga a pedra de Elagabalos e a pedra de Cronos.

O chamado ferro nativo é de origem terrestre e é encontrado em basaltos e outras rochas, geralmente na forma de pequenos grãos ou nódulos. Muitas vezes contém quantidades consideráveis de níquel, até 70%. É mais raro do que o ferro meteorítico, mas também foi encontrado em objetos preciosos antigos.

No entanto, a maior parte do ferro presente na superfície da Terra encontra-se na forma de minérios, principalmente óxidos, particularmente a hematite (Fe_2O_3) e a magnetite (Fe_3O_4), embora carbonatos (siderite), sulfetos (pirite) e óxidos mistos de ferro e titânio (ilmenite) também sejam bastante comuns. O ferro extraído dos minérios é normalmente isento de níquel, e tem sido reconhecido em objetos que foram encontrados no Egito junto à pirâmide de Quéops em Gizé (2.500 a.C.) e em Abidos (200 a.C.). No entanto, o número de tais objetos é pequeno e a sua autenticidade é duvidosa, devido a seu mau estado de conservação (ferrugem). DURAND-CHARRE, 2003, p. 4; TYLECOTE, 2002, p. 50.

1635 DURAND-CHARRE, 2003, p. 4; BURTON, 2014, p. 127.

1636 BURTON, 2014, pp. 126-127.

1637 O'CONNELL, 1989, p. 42.

conhecida desde o IV milénio a.C. e é possível que tenha surgido pela primeira vez na região de Susa, no contexto onde se viria a estabelecer a civilização persa[1638]. É bem possível que, a partir daí, se tenha difundido posteriormente para as cidades mesopotâmicas e mesmo por todo o Oriente chegando até à distante China[1639].

É só a partir do século XVI a.C. que nestas regiões vamos encontrar um claro incremento da produção férrica e mesmo uma paulatina substituição dos tradicionais artefactos de bronze pelos da nova tecnologia emergente[1640]. Tudo indica que esta transição ter-se-á dado na esfera marcial hitita[1641], com a descoberta de um processo viável para a metalurgia do ferro e a consequente realização de um vasto acervo de armas com as quais terão munido os seus exércitos[1642].

As armas de ferro eram, sem dúvida, uma considerável mais-valia tática, visto que tinham a vantagem de serem menos atreitas a sofrerem danos e, além disso, o seu menor peso permitia maior rapidez no seu manuseio, exigindo assim um menor desgaste muscular. Estas armas eram notoriamente mais resilientes, pois a sua estrutura mais flexível dava-lhes maior capacidade de suportar a violência do combate sem se danificarem. Sendo menos

---

[1638] COSTA, 2015, p.13.

[1639] A Idade do Ferro que terá tido início no Oriente Médio, cerca de 1300 a.C., conseguiu difundir-se rapidamente para a Europa e Índia em 1200 a.C. Embora se possa dizer que todas estas são datas apontadas como meras aproximações para o processo da sua difusão, é possível que tenha chegado à China cerca de 600 a.C., entrando posteriormente na Coreia em 400 a.C. Continuou a sua caminhada entrando no contexto da África Ocidental também em 400 a.C., mas só alcançou a África oriental entre 100 e 300 d.C. Chegou mais tarde ao sul do continente negro em 400 d.C. Regista-se o início de uma Idade do Ferro no Extremo Oriente japonês em 100 a.C. Aqui, como em todas as outras geografias, o seu estabelecimento teve consequências mais profundas do que a que se observara com a Idade do Bronze, devido à grande abundância dos minérios de ferro. Isto permitiu que os artefactos de ferro fossem produzidos localmente a baixo custo e pudessem ser usados na criação de melhores ferramentas agrícolas e utensílios domésticos, potenciando a produtividade em todos os aspetos. COSTA, 2015, pp. 12-17.

[1640] Muitos depósitos de minério ocorrem na bacia do Mediterrâneo oriental e podem ser facilmente reconhecidos devido à coloração vermelho-ferrugem da terra. Na verdade, eles eram frequentemente explorados como pigmentos, dando origem aos amarelos, ocres, castanhos e vermelhos usados pelos Egípcios. As evidências das primeiras atividades de mineração são visíveis em depósitos encontrados na Síria e na Capadócia e que parecem ter sido os primeiros a serem explorados em grande escala. Locais de produção em Tabriz e na planície de Persépolis, no Irão, também estão associados a evidências das primeiras atividades de fabricação de ferro. A cultura metalúrgica é extremamente antiga em todo o Crescente Fértil e os Assírios parecem ter praticado a redução do minério de ferro já no século XIX a.C. A presença de numerosos depósitos de minério facilitou a expansão gradual da produção de ferro para a Europa central, norte da Itália, Espanha, França e Grã-Bretanha. O que é evidente é o lapso temporal entre as primeiras identificações confiáveis de artefactos de ferro e o início do que pode ser genuinamente denominado a Idade do Ferro. Por volta de 1100 a.C., o ferro era produzido em abundantes depósitos de minério no Próximo Oriente e no sul da Europa, especialmente na Grécia Micénica e em Chipre, onde era usado para a manufatura de vários pequenos objetos. A produção espalhou-se nesta região por volta de 900 a.C. DURAND-CHARRE, 2003, pp. 5-6, 8.

[1641] As primeiras evidências de fundição de ferro foram encontradas em escavações na região hitita, na Ásia Menor, datando de 1.700 a 1.400 a.C. No entanto, isso não significa necessariamente que a produção de ferro se originou nesta região e depois se espalhou para os outros locais. DURAND-CHARRE, 2003, p. 3.

[1642] COSTA, 2015, p. 14.

rígidas do que as armas de bronze, resistiam melhor aos violentos golpes das lâminas adversárias, mantendo as suas boas condições de aceração[1643].

A importância de estas possuírem menor peso não seria um fator menos significante, embora possamos ser levados a classificá-lo como tal atendendo às condições práticas da guerra moderna. É assim possível que o facto do combate direto já não estar dependente de um enorme esforço físico, devido ao predomínio das armas de fogo, nos possa mesmo levar a não dar a devida importância que subjazeria a utilização de armas mais leves. Deveremos, para uma tal compreensão, estar cientes de que o período de várias horas que poderia durar uma batalha exigia um intenso esforço muscular que se ia tornando cada vez mais desgastante à medida que esta se desenrolava[1644]. Um tal grau de exigência física acarretaria, por seu turno, uma perda de eficácia na capacidade combativa dos soldados, nomeadamente por parte daqueles que estavam empenhados no confronto direto com o adversário. Utilizar armas de ferro com menor peso, enquanto a generalidade dos seus inimigos ainda as tinha de bronze, conferia assim a vantagem de levar a um menor desgaste físico e, consequentemente, à manutenção de uma maior capacidade de combate.

Note-se que esta característica das armas de ferro tinha ainda a vantagem de permitir a execução de golpes mais rápidos e, portanto, tal como foi abordado no subcapítulo 7.7. deste trabalho, estes poderem ser realizados com maior impacto.

Será mesmo de admitir que a transição para o novo paradigma do ferro possa ter ocorrido devido a aspetos práticos, como uma mais prolongada escassez de estanho que sempre foi fenómeno cíclico durante a Antiguidade[1645]. Este metal, de importância crucial para a criação da liga de bronze, era bastante escasso e a sua obtenção era normalmente conseguida em regiões bastante longínquas, tal como as Ilhas Britânicas, que se constituíam como a sua principal fonte. Esta localização afastada do universo mediterrânico, bem como a sua insularidade, obrigavam a uma longa viagem marítima sobre as mais agitadas águas do oceano e onde se multiplicavam também os perigos de que tais tentativas de o obter sofressem ataques de pirataria. Não seria, pois, de estranhar o alto valor que possuía o estanho, atendendo à sua escassez e aos condicionalismos da sua obtenção[1646].

[1643] A densidade do bronze é de 8,9 gramas/cm3 e a do aço de 7,7 gramas/cm3, o que significa que uma arma de ferro seria 13,5% mais leve que uma de bronze, com as mesmas dimensões. COSTA, 2015, pp. 12-14.

[1644] MONTEIRO, 2014, pp. 13-14; BISHOP; DENNIS, 2016, p. 60.

[1645] O'CONNELL, 1989, p. 42; COSTA, 2015, p. 12.

[1646] Depois de séculos de experiência com a tecnologia do bronze houve mesmo alguns povos, como os Persas ou os Celtas, que atingiram em determinados períodos uma técnica tão eficaz de fundição desta liga que lhes permitia produzir lâminas de alta qualidade. Estas eram conseguidas através de sigilosas técnicas de fundição que implementavam quantidades variáveis de estanho no núcleo e no gume da lâmina, um pouco à semelhança do que irá acontecer com a distribuição do carbono na tecnologia do ferro. Tais sofisticados

8.3.2. Dificuldades Inerentes à Estabilização das Técnicas da Metalurgia do Ferro

É assim que, no século X a.C., podemos identificar um grande incremento da difusão das armas de ferro, o que só pode ter resultado de uma melhoria nas técnicas metalúrgicas, nomeadamente no que concerne à realização de lâminas, pois a esfera militar seria sem dúvida a mais interessada no seu rápido desenvolvimento[1647].

No entanto, este período de grande incremento e generalização da metalurgia do ferro não se estende de forma uniforme às diferentes culturas nesta cronologia, muito certamente porque a sua utilização sempre adquirira uma relevante dimensão militar, o que a tornava naturalmente um bem guardado segredo de Estado[1648]. Este estatuto das técnicas metalúrgicas do ferro terá contribuído certamente para que se possa hoje detetar uma tão grande diferença no despertar da Idade do Ferro nas diferentes geografias, pois podemos observar que demorou séculos a sua difusão a partir do Próximo Oriente.

Se podemos encontrar os seus pródromos na Grécia Arcaica, em torno do ano 1.000 a.C., verificamos que a Idade do Ferro não se estendeu à Europa ocidental antes de bem entrado o século VII a.C.[1649].

A metalurgia do ferro era algo de novo e tecnologicamente avançado, pois implicava o domínio de complexos processos que, não só pressupunham mais etapas na sua concretização, como eram bem mais exigentes do que tinham sido os antigos processos de

processos de fundição forneciam-lhes uma lâmina quase tão resistente e flexível como as que posteriormente se conseguirão com o ferro, embora menos flexíveis, afiadas e com maior peso. Estas lâminas tinham um baixo teor de estanho na massa do seu corpo, mas apresentavam um elevado valor deste metal nos gumes, permitindo que estes fossem rígidos e se mantivessem afiados. Neste estado de desenvolvimento metalúrgico poder-se-á dizer que as adagas, as espadas e as lanças de bronze eram bastante eficazes, observando ainda a vantagem de serem quase imunes à corrosão. COSTA, 2015, p. 13.

[1647] É difícil determinar se o avanço da tecnologia do ferro resultou simplesmente de uma melhoria nos conhecimentos das suas técnicas de fabrico ou se, pelo contrário, terá sido precisamente a multiplicação destas tentativas para as dominar que resultou num melhor conhecimento dos processos de tal metalurgia. Independentemente da *vexata quaestio* do "ovo e da galinha", o que se torna relevante é a maior difusão do novo paradigma armamentístico tendo por base o ferro. Será mesmo de admitir que a sua perfusa utilização por parte dos exércitos hititas tenha contribuído para uma rápida aspiração de muitos outros povos quanto à necessidade de dominarem uma tal tecnologia. Não só muitos dos adversários dos hititas terão constatado, na prática, as vantagens da sua utilização ao enfrentar tais armas em combate, como passaram a ter certeza que era possível dominar tais técnicas e conseguir uma produção massiva.

[1648] O'CONNELL, 1989, p. 43.

[1649] Entre 500 e 300 a.C., a produção de ferro espalhou-se pela Europa. A cultura celta, com o seu conhecimento metalúrgico, alcançou o norte da Espanha e da Irlanda, onde resistiu ao ataque do Império Romano. No final do período La Tène, no século I a.C., os ferreiros celtas já tinham inventado a técnica de forja e soldagem de ferro e eram capazes de produzir barras e folhas compósitas simples. DURAND-CHARRE, 2003, pp. 5, 9.

fundição do bronze. Sobre estes, conhecidos desde há séculos, poder-se-ia dizer que, grosso modo, se reduziam em grande parte ao cuidado que era necessário para verter cobre e estanho em fusão nas proporções certas num molde com a forma pretendida[1650].

Assim, é bem possível que para esta lenta difusão da tecnologia do ferro possa ter contribuído também a má vontade da própria classe dos artesãos metalúrgicos, que sempre foram os responsáveis pelo fabrico das armas de bronze e cujo estatuto poderia então ser posto em causa pelo desconhecimento de uma tal tecnologia. Muitos deles, que sempre detiveram um estatuto social privilegiado por exercerem tais funções, bem poderão ter oferecido várias formas de resistência à mudança para um paradigma tecnológico que sabiam não dominar. Será mesmo de admitir que tais indivíduos, forçados por ordens superiores ou mesmo condicionados pela falta de estanho, se vissem assim coagidos a tentar manipular o ferro e tenham de forma intencional, ou menos consciente, boicotado a criação de bons exemplares de armas com o intuito de descredibilizar a tecnologia do ferro.

No entanto, deveremos admitir igualmente que nesta cronologia deveria ser ainda muito incipiente, em geral, o grau de domínio de boas técnicas de metalurgia do ferro, pois tal conhecimento resultaria, possivelmente, apenas das várias experiências empíricas realizadas por cada artesão e cujo imprevisto resultado teria que ser avaliado caso a caso. É, pois, possível que alguns destes, com mais intuição ou mais bafejados pela sorte, tenham conseguido, durante as suas tentativas com as pirites, chegar a bons resultados com muitos anos de avanço sobre outros que tinham o mesmo desiderato[1651].

A substituição da metalurgia do bronze pela do ferro teria naturalmente de ser um processo bastante lento, porque esta última não só exigia mais etapas, como estas seriam mais complexas, para além de ser essencialmente o resultado de uma autoaprendizagem devido a todo o secretismo a que estava sujeito. A existir um qualquer ensino prático sobre tal processo, este estaria circunscrito apenas ao património de um companheiro artesão metalúrgico mais velho que já tivesse tido a oportunidade de realizar várias experiências e pudesse, assim, ter já chegado anteriormente a várias conclusões práticas.

8.3.3. Descoberta e Estabilização do Processo da Metalurgia do Ferro

A técnica processual para a metalurgia do ferro foi o resultado de um longo conjunto de experiências de carácter empírico que permitiram a rentabilização do potencial deste metal na sua relação com o carbono.

[1650] O'CONNELL, 1989, p. 42.
[1651] DURAND-CHARRE, 2003, p. 3.

Notemos que os artesãos que conseguiram encontrar as etapas necessárias à concretização de um paradigma eficaz para o trabalho com o ferro não poderiam ainda sequer conceber quais seriam as metamorfoses químicas que se operavam a nível molecular ou atómico durante as diversas etapas deste trabalho. Esta sua descoberta teve de partir, assim, dos resultados empíricos obtidos através das múltiplas experiências que realizaram com o material, verificando caso a caso os benefícios práticos que obtinham com cada uma delas.

Terão chegado desse modo à conclusão de que a concretização deste processo exigia a realização de vários passos complexos que se iniciavam pela procura das pirites do mineral[1652], para depois procurar extraí-lo da amálgama, proceder à sua fundição através de temperaturas bastante elevadas e posteriormente submetê-lo ao trabalho de forja[1653].

A metalurgia do ferro era de grande importância, pois não só este era um metal abundantemente disponível em toda a superfície terrestre, como tinha além disso a vantagem de ser encontrado com bastante facilidade[1654], podendo mesmo ser apanhado na chamada "mineração a céu aberto".

A sua utilização para fins militares sempre fora muito apetecível, pois o facto de se encontrar disponível em quantidades generosas, permitiria a manufatura de grande quantidade de armas; aliás, ainda hoje pode ser considerado o quarto elemento mais abundante da crosta terrestre[1655].

Na Antiguidade, para a obtenção do ferro, os óxidos das pirites ferrosas teriam de ser reduzidos sob a ação do carvão[1656], submetidos ao processo de refinação conseguido através de alta temperatura e de golpes de martelo para o libertar das diversas impurezas que lhe estavam associadas[1657], passando então a apresentar o aspeto de um metal maleável, de

---

[1652] A pirite é um dissulfeto de ferro, de cor amarelo latão, ou dourado pálido e com a fórmula FeS2, com sistema cristalino isométrico. É um mineral insolúvel em água e com brilho metálico intenso, o que a torna de fácil identificação na natureza. É possível serem encontradas pequenas quantidades de ouro na sua composição, tendo sido por isso conhecida como "ouro dos parvos", bem como, além do enxofre, elementos tão díspares como o arsênio, o níquel, o cobalto e até mesmo o cobre. A pirite é o sulfeto mineral mais comum e disseminado na natureza, encontrando-se geralmente associado com outros tipos de óxidos em vastas áreas de rochas sedimentares ou metamórficas. O nome pirite é derivado do grego *pyr*, que significa fogo, devido às faíscas que dela resultam quando é golpeada, tendo por isso sido profusamente usada a partir do século XV como detonador da pólvora nas armas de fogo.

[1653] HABASHI, 1997, p. 274.

[1654] COSTA, 2015, p. 14.

[1655] Depois do oxigénio, silício e alumínio, HABASHI, 1997, pp. 31, 35-37. Entre os metais o ferro é o segundo, a seguir ao alumínio, mais abundante na crosta terrestre. Os principais minérios de ferro são essencialmente óxidos (magnetite, hematite e limonite), carbonatos (siderite) e sulfetos (pirites). A ilmenite, outro minério bastante comum, é um óxido misto de ferro e titânio, DURAND-CHARRE, 2003, p. 6.

[1656] TYLECOTE, 2002, p. 48.

[1657] DURAND-CHARRE, 2003, p. 7.

coloração cinza prateado[1658]. Em seguida era levado ao estágio de ferro-gusa[1659] onde passava a apresentar-se sob a forma de lingotes para que pudesse ser forjado a martelo na bigorna.

O carvão, que é formado essencialmente por carbono em estado quase puro, quando submetido à ação do fogo combina-se com o oxigénio e forma dióxido e monóxido de carbono, provocando simultaneamente uma enorme libertação de calor, fundamental para o aumento da temperatura do forno. Neste processo o carbono e o próprio monóxido de carbono combinam-se com o oxigénio presente no minério de ferro, conseguindo eliminá-lo por extração e deixando uma massa porosa e esponjosa que é designado por ferro-gusa[1660].

Este é assim o produto da chamada redução do minério de ferro que ocorre quando este está no cadinho e efetua lentamente a absorção do carbono enquanto se encontra submetido a altas temperaturas no interior do forno. O período de tempo em que o cadinho deveria estar submetido ao calor era bastante variável e devia ser determinado pela experiência prática do mestre ferreiro e que poderia ir de apenas algumas horas ou prolongar-se por vários dias.

No entanto, o ferro-gusa neste estado era um material com pouca utilidade prática pois ainda era uma matéria muito quebradiça devido a possuir não só uma alta taxa de carbono com valores próximos dos 5%, mas também de outros elementos residuais, como silício, fósforo e enxofre.

A utilização do ferro gusa era, no entanto, imprescindível para a produção de lâminas e outros artefactos metálicos, pois a maioria dos altos fornos da Antiguidade não conseguiam atingir a temperatura necessária para fundir diretamente o ferro. Para ter utilidade prática, o gusa tem de ser posteriormente vertido a partir do cadinho para recipientes contentores onde era moldado em barras de metal fundido conhecidas por lingotes[1661]. Estes eram posteriormente usados para a produção do aço, mas tal processo só era possível após a eliminação do excesso de carbono que o gusa absorvera na etapa anterior[1662].

Na Antiguidade a falta de processos eficientes para retirar os elementos residuais, nomeadamente o enxofre, processo ainda hoje bastante difícil de conseguir, enfraquecia a qualidade dos lingotes de ferro.

[1658] HABASHI, 1997, p. 31.
[1659] FORSYTHE, pp. 15-62, 133-156.
[1660] DURAND-CHARRE, 2003, p. 6; MARTIN, 2007, p. 183.
[1661] HABASHI, 1997, p. 274.
[1662] Os processos metalúrgicos apresentados neste trabalho são exclusivamente aqueles que sabemos terem sido praticados na Antiguidade.

8.3.4. A Descoberta da Calibração da Dureza do Ferro

A grande importância do ferro para uma utilização militar era precisamente a possibilidade da sua combinação com carbono, permitindo que este metal adquirisse diferentes graus de dureza, nomeadamente nas designadas formas de aço.

Para a obtenção deste último era necessário conseguir uma liga de ferro e carbono que apresentasse menos de 2% deste último, pois se a percentagem ultrapassasse este valor, adquiriria outras propriedades e passaria a ser o que se designa hoje por ferro fundido[1663]. A descoberta desta possibilidade de regulação do grau de dureza do ferro era um aspeto crucial para permitir a criação de boas lâminas, sendo preferencialmente usada a hematite, cujo ponto de fusão é de 1.560°C.

Diga-se que embora as propriedades de dureza intrínsecas ao bronze sejam extraordinárias, julgando alguns que no domínio marcial seriam até as mais adequadas, tal não corresponde aos requisitos necessários para formar uma boa lâmina. Com efeito, esta característica do bronze faz com que uma peça feita nesta liga não possua flexibilidade e, portanto, quando submetida a fortes impactos, apresente grande tendência para se quebrar[1664].

A vantagem da lâmina de ferro é o facto de que a sua dureza pode ser calibrada pela combinação com o carbono e assim ser forjada de modo a conseguir um equilíbrio entre a necessária rigidez para se manter afiada e em simultâneo ter a flexibilidade suficiente para suportar fortes impactos diretos[1665].

Apesar de ser possível extrair o ferro a partir de minerais com óxidos que possuem diversos graus de impureza, as temperaturas requeridas para a sua redução não excediam os 1.200ºC. Este processo podia ser realizado a partir de minerais como a hematite e a pirite, (que eram os mais utilizados), a magnetite, a limonite, a siderite, sendo os minerais de ferro óxidos devido à sua natural reação com o oxigénio.

Na Antiguidade a redução dos óxidos para a obtenção do ferro era efetuada em fornos artesanais que teriam que atingir temperaturas consideráveis[1666], sendo certo que a escassez deste tipo de instalações dificultava bastante a sua obtenção como elemento puro. A redução

[1663] CALLISTER, 2008, pp. 307, 316, 374, 380-386.
[1664] GONEN, 1976, p. 20.
[1665] TYLECOTE, 2002, p. 47.
[1666] HABASHI, 1997, p. 31.

do ferro tinha de ser realizada na presença de carvão, que não só era o combustível do forno, mas também lhe fornecia a necessária componente do elemento carbónico.

Os artesãos metalúrgicos na Antiguidade estavam condicionados a usar como combustível a lignite que era um carvão de bastante baixo rendimento o que tornava difícil a subida da temperatura até aos padrões necessários.

A lignite é uma rocha sedimentar macia, de cor castanha escura, que se forma pela compressão ou acumulação de matéria vegetal parcialmente decomposta. É considerada uma forma menor de combustível devido ao seu baixo poder calorífico, com um conteúdo de carbono de cerca de 70%. Este baixo rendimento é devido ao facto de a lignite ser constituída por muita matéria volátil, o que a faz rapidamente tender para se converter em gás, nomeadamente em metano e dióxido de carbono[1667].

Para forjar uma lâmina tinham antes de mais de ser recolhidas pirites em quantidade suficiente, para depois serem submetidas ao forno, onde se obtinha então uma amálgama metálica que, ao ser fortemente martelada se ia libertando das escórias a que estava misturada e se ia tornando uma massa compacta e dúctil.

Atingido este ponto seguir-se-iam quatro etapas:

8.3.5. Processos de Transformação do Ferro em Aço

1 - REDUÇÃO:

Uma vez que a massa metálica se encontrava liberta das suas escórias, o ferreiro deveria iniciar o processo de redução por carbono, que consistia justamente no aquecimento da massa num forno a cerca de pelo menos 1.200ºC, na presença de carvão. A elevação da temperatura do metal nestas condições, permitia a obtenção de uma forma primária de aço, devido à conjugação de ferro e carbono, permitindo que este último apresentasse percentuais próximos a 2,5%.

[1667] JONES, 2016, pp. 1-6. "Coalificação" é o processo pelo qual, numa escala de tempo de dezenas ou centenas de milhões de anos, a vegetação é convertida em carvão. O amadurecimento do carvão nesta escala de tempo de um nível para outro é denominado sequência de "coalificação". Uma representação gráfica de tal pode ser assim resumida: vegetação → turfa → lignite → carvão sub-betuminoso → carvão betuminoso → antracite. Isso tem uma influência importante nas propriedades físicas e químicas do carvão e é conhecido como a "classificação" do carvão. A classificação é determinada pelo grau de transformação do material vegetal original em carbono.
World Coal Association www.worldcoal.org/coal/what-is-coal.

Se a proporção de carbono não atingisse um tal valor, obter-se-ia o que se designava por ferro macio, que tinha propriedades ligeiramente inferiores em termos de durabilidade e elasticidade.

Aquecido à temperatura de cerca de 1.200ºC, o designado ferro macio passava por uma transformação onde adquiria uma nova estrutura na qual os seus átomos de ferro eram atirados para a periferia e concentravam-se principalmente nos gumes e nas faces da lâmina, indo, portanto, para toda a área periférica da massa. Neste processo, os átomos de ferro deixavam espaço entre si, sendo de imediato preenchidos por átomos de carbono, dando origem a uma nova liga cuja composição química é designada por austenite[1668].

Após esta temperatura ter sido atingida, dever-se-ia deixar o metal arrefecer lentamente, dando-se início a um novo processo de subida da temperatura assim que esta descesse abaixo dos 1.000ºC.

Isto permitia que o carbono que não tivesse sido integrado na formação da austenite se combinasse com o ferro, formando carboneto de ferro ou cementite (Fe3C)[1669]. No entanto, este composto, apesar de ser resistente, é ainda bastante quebradiço, de tal forma que se uma espada fosse forjada a partir desta fase, tornar-se-ia pouco resistente, nomeadamente quando estivesse à temperatura ambiente.

Neste processo de arrefecimento lento, a austenite transformava-se em perlite[1670], passando esta a ter uma estrutura em camadas alternadas de ferrite e cementite[1671].

Embora a ferrite se mantivesse pobre em carbono[1672], sendo, portanto, de baixa resistência, exibia então já camadas particularmente duras fornecidas pela cementite.

Este processo garantia uma distribuição homogênea de 1,5 a 2,0% de carbono, precisamente dentro dos valores adequados e fazia-o na totalidade da massa do aço.

2 – FORJA:

Esta seria provavelmente a etapa crucial no processo de criação do aço e era exclusivamente realizada pelos Mestres Armeiros. O material proveniente da etapa anterior seria agora submetido a um reaquecimento que se deveria situar acima dos 650ºC e não

[1668] CALLISTER, 2008, pp. 305-312, 316-319, 338-351, 355-357, 361, 377-380, 849.
[1669] CALLISTER, 2008, pp. 305-312, 316-319, 338, 340, 343-344, 351-357, 363, 380, 381, 402-403, 419, 582, 850.
[1670] CALLISTER, 2008, 307-312, 316-319, 338-347, 351-358, 363-366, 850, 853, 855, 856.
[1671] São respetivamente denominadas perlite ou ledeburite, a mistura de ferrite e cementite conforme o seu teor de carbono (CALLISTER, 2008, p. 308).
[1672] CALLISTER, 2008, pp. 305-312, 316, 340, 351, 356, 358, 375, 381, 849, 853, 856.

ultrapassar os 850ºC. Esta fase era crucial em todo o processo e como os antigos ferreiros não possuíam forma de medir a temperatura com precisão, iam atribuindo empiricamente às diferentes fases do seu aumento expressões caracterizadoras da sua coloração, tais como atingindo o "vermelho sangue" ou chegando ao "vermelho cereja"[1673].

Os ferreiros procuravam definir assim, com o máximo de precisão, as sucessivas fases que produziam um novo amolecimento na consistência da peça, de modo a identificar com segurança o melhor momento para dar início à nova etapa em que esta passaria a ser trabalhada com o martelo na bigorna[1674].

Tais golpes a martelo serviam para quebrar a rígida estrutura atómica da rede de ferro formada pela cementite, transformando progressivamente a sua rígida ligação em simples aglomerados deste composto, o que lhe permitia adquirir flexibilidade[1675].

Este tratamento, que é comumente associado, no imaginário coletivo, ao trabalho na forja de espadas pela execução de fortes marteladas na peça em cima da bigorna, era um processo em que se preservava a resistência da lâmina, mas permitia a eliminação da fragilidade mecânica que tinha anteriormente e que era causada pela rigidez da estrutura inteiriça da cementite.

O trabalho com o martelo diretamente sobre o lingote permitia também ir imprimindo à peça a forma desejada, alongando ou estreitando a lâmina e procurando criar menos espessura na periferia onde posteriormente seriam criados os gumes.

A superfície da cabeça do martelo de ferreiro era ligeiramente arredondada e não plana, como são os que utilizamos habitualmente, para evitar que os seus impactos provocassem vivas amolgadelas no aço. Uma lâmina perfeita deveria ser bem lisa e, portanto, não podia, nem deveria, ter quaisquer moças quando saía das mãos de um mestre ferreiro.

[1673] O aço torna-se vermelho vivo quando atinge cerca de 649ºC, incandescente a 816ºC e de cor laranja a cerca de 982ºC. O aço só pode começar a ser martelado na bigorna quando atinge estas temperaturas, pois se não estiver tão quente e apresentar ainda uma coloração com laivos azulados, não se encontra em condições para ser martelado, podendo até ser estraçalhado se a tal for submetido. Por outro lado, é necessário ter atenção à elevação da temperatura pois o aço não deve ser aquecido muito acima dos 982ºC pois poderá perder algumas das suas propriedades. Consulta, em 17 de julho de 2021, do texto publicado no blog da loja online "O Rei das Espadas", intitulado *O Fabrico de uma espada*.
Tabela indicativa da correlação da cor do aço quente com a temperatura (400ºC-1.600ºC): TOTTEN, 2007, Anexo 6, p. 815.

[1674] PRINCE, 2021, pp. 6-8.

[1675] CALLISTER, 2008, p. 308.

3 – REVENIDO[1676]:

Após o trabalho da forja, a lâmina já estaria formada, mas a estrutura do material era essencialmente composta de ferrite, sendo já bastante forte, mas ainda não o suficiente para poder ser considerada como uma boa espada[1677]. A dureza final necessária seria conferida pelo próximo passo que consistia em aquecer de novo a lâmina a uma temperatura um pouco acima dos 700ºC, para ser de imediato abruptamente arrefecida pela imersão em água ou azeite à temperatura ambiente[1678]. Este último aumento da temperatura fazia com que o ferro atingisse o nível de ferrite, que se centraria principalmente no corpo da arma e permitiria a concentração da austenite com carbono na superfície da lâmina. Quando era abruptamente arrefecida, ou revenida, verificava-se uma transformação da ferrite em perlite[1679] na massa do seu corpo, o que lhe conferia flexibilidade, mas fazendo com que toda a periferia ou gumes, adquirissem uma extrema dureza.

Essa nova organização das moléculas de ferro é chamada hoje de "estrutura martensítica" e consiste no aumento da resistência da ferrite através da integração de átomos de carbono[1680], como aconteceu antes com a austenite[1681].

[1676] CALLISTER, 2008, pp. 147, 173, 354, 355-358, 364-365, 377, 404, 411-413, 419, 853, 855, 858.

[1677] DURAND-CHARRE, 2003, p. 7; CALLISTER, 2008, pp. 235-252.

[1678] Segundo o Professor Ronald Frank Tylecote quase as mesmas propriedades de um aço temperado e revenido podem ser obtidas por trabalho a frio e recozimento em temperaturas muito mais baixas e parece que muito do ferro e aço primitivos eram alternadamente forjados a frio e recozidos a 600-700°C. TYLECOTE, 2002, p. 52.

[1679] MARTIN, 2007, pp. 320-323.

[1680] Quando um objeto de ferro é resfriado rapidamente, por exemplo, por têmpera em água após o forjamento, a sua estrutura é transformada em martensite. Isso pode conferir grande dureza, especialmente quando o teor de carbono foi aumentado pelo aquecimento com carvão. Evidências de tais tratamentos de cementação foram encontradas já no segundo milénio a.C. No entanto, a martensite é difícil de reconhecer em artefactos cementados muito antigos, devido à corrosão, uma vez que a presença de carbono aumenta significativamente a tendência para a ferrugem. No entanto, alguns objetos raros que datam dos séculos XIII e XII a.C. demonstram claramente um conhecimento dos tratamentos de cementação e têmpera. Por exemplo, a picareta de um mineiro desse período, encontrada no Monte Adir, na Galileia, mostra uma estrutura contendo tiras de martensite levemente temperadas. DURAND-CHARRE, 2003, p. 8.

[1681] A martensite é obtida a partir da austenite que é levada a uma temperatura de 700ºC. transformando-se numa solução sólida de carbono e ferro com um centro-estrutural cristalino cúbico. A chamada "transformação martensítica" ocorre quando a austenita é bruscamente arrefecida através do processo de têmpera. A rápida queda de temperatura provoca uma sólida retenção dos átomos de carbono dentro da estrutura cristalina dos átomos de ferro antes que eles, devido ao aumento da temperatura, escapem da liga. Este processo de arrefecimento provoca uma distorção da forma das moléculas, tendo como consequência um exponencial aumento da sua dureza, que poderá já ser considerada como aço. A martensite é, portanto, classificada como uma fase do ferro que se encontra artificialmente saturado com o elemento carbono e que é resultante de uma transformação sem difusão atérmica.
A dureza da martensite é sempre proporcional à quantidade de átomos de carbono que ficaram retidos, permitindo assim, pela rapidez do processo, que se possa regular a sua rigidez. A descoberta de um tal tipo de calibração de dureza através da subida da temperatura e do seu arrefecimento brusco terá certamente sido algo que os ferreiros da Antiguidade bem poderão ter considerado como uma dádiva divina, pois proporcionava-lhes precisamente o tipo de transformação necessária para conseguirem boas lâminas.
No entanto, os elementos presentes na liga ferro-carbono quando se encontram na transição para o aço determinam também o nível da sua temperabilidade. Isto obriga a regular com cuidado a velocidade do

4 – POLIMENTO:

Embora não fosse um aspeto importante para o seu desempenho, a superfície da lâmina passava por um processo de polimento, embora continuasse a apresentar um aspeto negro e baço.

Algumas narrativas poéticas falam-nos de belas espadas reluzentes e brilhantes, mas na Antiguidade estas descrições são relativas apenas ao facto de estas possuírem um ligeiro brilho relativamente à cor bastante escura do ferro comum com que estas saíam da forja, com a superfície coberta de óxido negro[1682]. Por vezes as espadas eram mesmo pintadas, geralmente de cores escuras ou mesmo de preto, para evitar o contacto direto da lâmina com o ar, pois era bem conhecida a rápida corrosão provocada pela sua reação com o oxigénio[1683].

Na etapa de polimento a lâmina era primeiro esfregada com areia muito fina aplicada diretamente à mão, com sucessivos movimentos que a percorriam até as bordas para remover quaisquer impurezas. Quando se considerava que esta se encontrava limpa, a lâmina era finalmente polida com mais vigor com alcatrão ou manteiga seca[1684]. Um utensílio por vezes designado por polideira poderia ser também utilizado por alguns ferreiros para polir a lâmina finalizada.

---

arrefecimento que é necessário aplicar a partir da temperatura de austenitização, para que se consiga que toda a massa, ou apenas parte dela, se transforme em martensite. Assim, a dureza desejada para o tipo de aço pretendido é atingida através do revenido em função do tempo de tratamento e da temperatura a que é exposta a lâmina. MARTIN, 2007, pp. 272-276; CALLISTER, 2008, pp. 14, 88, 122, 147, 225, 340, 344-351, 354-358, 361-367, 375, 377, 380, 404-407, 419-422, 850, 855, 859.

[1682] As espadas de ferro na Antiguidade nunca exibiram aqueles tons espelhados e prateados que podemos observar nos filmes de heróis bem-apessoados e valorosos que vemos nas "criações de Hollywood". Poder-se-á perdoar a falta de rigor histórico dos estúdios de cinema atendendo a que não teria certamente o mesmo impacto ver um Aníbal Barca, um Júlio César ou um Átila a manusearem uma baça espada preta em vez de uma com faiscantes matizes de um brilho prateado. O ideário cinematográfico, como é natural, sempre teve como principal preocupação a adesão emocional do espetador, sendo fundamental criar toda uma suposta imagética de beleza e originalidade que muitas vezes foi ao arrepio dos conhecimentos históricos que já se possuíam. Uma espada baça e negra não teria na tela o impacto heroico de uma reluzente lâmina, tal como o mesmo se poderia dizer, entre vários outros exemplos, dos famosos capacetes viquingues com magníficos cornos, que se tornaram a imagem de marca destes guerreiros nórdicos. Elementos visuais como estes tornaram-se tão arreigados no imaginário coletivo quanto às suas verdadeiras características que se torna bastante ingrato para um historiador negar que esses objetos apresentassem um tal aspeto ou tivessem determinada forma. A beleza ou estranheza do emocional imagético tem razões que o rigor histórico dificilmente consegue ultrapassar.

[1683] O elemento oxigénio não era conhecido na Antiguidade, nem sequer os outros gases que compõem a atmosfera, mas terá sido desde sempre bem conhecido o efeito nefasto que o ar exercia sobre os artefactos de ferro. O elemento oxigénio só foi descoberto em 1774, por Joseph Priestley, e só três anos depois Antoine Lavoisier lhe atribuiu este nome, justapondo as palavras gregas *oxys*, que significa de sabor ácido, a *egonos*, gerador.

[1684] CABOBLANCO blog: http://romavictrix.blogspot.com/2005/04/cmo-se-forja-una-espada-romana.html.

8.4. Um Poderoso Pilar de Aço. Um Modelo de Combate Viabilizado pelo Desenvolvimento Metalúrgico

As técnicas e modelos de combate do exército romano após 200 a.C. tinham já encontrado os aspetos essenciais do seu paradigma militar, nomeadamente após o tremendo esforço a que Roma fora obrigada durante a Segunda Guerra Púnica.

Como num processo de crescimento rápido, Roma é submetida a um esforço limite, de "afirmação e sobrevivência" que a faz transcender durante 16 anos, as fronteiras do que ela própria julgaria ser possível. Aníbal pretendeu destruir o que para os Cartagineses, e mormente para a família Barca, era a "praga do Mediterrâneo", com uma presença e afirmação crescente em todas as esferas de existência sociopolítica de uma cidade exuberante e com um competente suporte militar. Cartago, que domina o Mediterrâneo ocidental entre os séculos VI e III a.C., só poderia ver com uma particular preocupação o crescimento tão afirmativo daquela pequena cidade do Lácio que pretendia cada vez mais impor-se como uma potência no próprio contexto geográfico que até então a antiga colónia fenícia dominara[1685]. Dir-se-ia que num tal contexto político-militar, a latência de um conflito é crescente e o estalar de uma guerra é quase o desfecho inevitável.

Um forte poder estabelecido e reconhecido não pode admitir, a custo da sua própria sobrevivência, que na sua área de influência se possa constituir um novo polo de afirmação que demonstre uma crescente capacidade militar e, assim, possa contestar a sua hegemonia.

Estabelecida a "Armadilha de Tucídides" o resultado só poderia ser o grande confronto entre Cartago e os ambiciosos descendentes de Rómulo[1686], ficando o seu início apenas dependente da primeira oportunidade justificativa.

[1685] O'CONNELL, 1989, pp. 94-96; CONNOLLY, 1998, p. 143; O'CONNELL, 2012, pp. 81- 108.

[1686] A "Armadilha de Tucídides" é uma diretriz estratégica que afirma que qualquer poder hegemónico instalado se sente ameaçado e é compulsivamente levado a tomar medidas hostis contra qualquer outro que se procure afirmar na sua esfera de influência. A ideia está expressa em *Destined For War: Can America and China Avoid Thucydides Trap*? de Graham Allison (ALLISON, 2017) onde se afirma que o aumento de tensão entre a superpotência tradicional e a emergente tende naturalmente para um processo de rivalidade que conduz inevitavelmente ao estalar de uma guerra. É evidente que, nos nossos dias, poderemos observar formas mais sofisticadas de enfrentamento que não passem por uma agressão militar direta, embora devamos reconhecer que, em última instância, uma tal perspetiva esteja sempre em aberto. Fatores com grande peso, como são a esfera económica, bem como o domínio tecnológico, a busca de parceiros e aliados, de informação, de inteligência e sobretudo a demonstração de força com um exuberante desenvolvimento armamentístico, são novos campos de batalha, onde existem constantes demonstrações de força entre as duas potências. A referência ao historiador Tucídides (c. 460-400 a.C.) a propósito deste fenómeno, resulta de uma afirmação constante da sua obra sobre a "Guerra do Peloponeso" em que se diz que foi a ascensão de Atenas e o medo que isso incutiu em Esparta que tornou a guerra inevitável (TH. 1.86). O importante autor grego acrescenta ainda a advertência: "Aos homens que desejam ver claramente o que ocorreu e ocorrerá novamente, com toda a possibilidade humana, de maneira idêntica ou semelhante". Note-se a dimensão de perenidade que o autor grego confere às suas palavras ao exortar as gerações futuras para o

Uma Primeira Guerra Romano-Cartaginesa estalaria em 264 a.C. e, apesar da notória superioridade dos Púnicos na navegação do Mediterrâneo, Roma demonstrou a sua capacidade militar ao ter em poucos anos adquirido competências e navios suficientes para anular esta enorme vantagem do seu adversário[1687]. É bem possível que esta primeira grande vitória tenha dado aos Romanos uma consciência mais afirmativa da sua capacidade militar, dos seus recursos, da sua tecnologia, da qualidade intrínseca dos seus homens. Embora não tivesse então a capacidade de anular a secular influência cartaginesa no ocidente mediterrânico, Roma sonegou desde logo, com esta sua primeira vitória, a hegemonia púnica no mar, que fora sempre o seu maior trunfo[1688].

Um segundo conflito estalará em 218 a.C., tendo sido liderado, e mesmo porque não dizer orquestrado, pelo cartaginês Aníbal Barca, que deveria ter boa noção do que tinha significado a perda da hegemonia marítima da sua Cartago[1689]. Para que esta pudesse voltar à sua glória anterior, seria preciso que Roma não se mantivesse como a potência que dominava as águas do Mediterrâneo e, sobretudo que não tivesse capacidade para aumentar cada vez mais o seu poder. Uma campanha quase suicida é gizada por Aníbal que, não lobrigando outra forma de chegar ao coração de Roma, investe toda a sua energia e capacidade militar numa quase impossível passagem sobre os Alpes em pleno inverno, numa manobra rasando o suicídio, onde dois terços dos seus homens sucumbem perante as agruras da travessia. Aníbal pretende destruir Roma e tudo aquilo que ela representa, e o seu esforço é tão denodado que se poderia dizer que o filho de Amílcar conseguiu reinventar todos os recursos táticos para destruir o poder romano. Fê-lo com uma mestria inaudita, congregando a astúcia, a velocidade, os condicionalismos atmosféricos e topográficos, e sobretudo a dissimulação, que se vieram a constituir como fatores que conseguiram anular a capacidade militar da robusta, mas pouco flexível máquina militar romana[1690].

Dois anos depois do início desta Segunda Guerra Púnica, o "Cartaginês" já conseguira desferir golpe sobre golpe na capacidade marcial e no orgulho dos seus adversários e Roma parecia estar exangue. Para esta, tudo se afigurava ter colapsado após o grande desaire de

---

que "ocorreu e ocorrerá novamente", sempre que um novo poder ameaçar o que já se encontra instalado. Sem nos querermos alongar sobre tal questão, diremos que um tal fenómeno de confrontação é até idiossincrático da própria estrutura biológica da natureza. Lembremos que na organização social de animais superiores, que se poderia dizer ser caracterizada pela liderança de um macho, que domina todo o território e a posse das fêmeas, qualquer tentativa de usurpação destas suas prerrogativas e posses por outro macho leva imediatamente ao confronto direto.

[1687] FIELDS, 2007b, pp. 11-15.
[1688] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 81-186.
[1689] FIELDS, 2007b, pp. 57-85.
[1690] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 209-224.

Canas (2 de agosto de 216 a.C.), mas o resultado do hercúleo esforço de Aníbal não lhe tinha permitido ainda atingir o almejado objetivo de esmagar definitivamente o seu poder[1691].

Se fizermos uma avaliação quanto ao difícil contexto estratégico em que Cartago se encontrava já nesse momento, vendo-se privada da sua superioridade marítima, com grandes limitações na expansão da sua máquina militar e com a obrigação de pagar a pesada indemnização de guerra resultante do primeiro confronto, será mesmo de admitir que o esforçado Aníbal não teria visto outra forma de solucionar o problema que constituía a inevitável diminuição de poder a que a sua cidade se encontrava já condenada. É bem possível que tenha sido o contexto da não adesão generalizada dos povos da Península Itálica à sua causa[1692] que forçasse o ousado "Púnico" a compreender que não teria condições de concretizar o seu arrojado plano e isso o tenha levado a hesitar quando, possivelmente, surgiu a oportunidade mais favorável logo após a sua vitória na Batalha de Canas.

É bem possível que o cenário estratégico com que se deparou após ter avançado pela Península Itálica adentro se tivesse constituído como algo muito diferente das suposições que teria formado no seu espírito sobre o que seria a realidade militar ali existente.

O auxílio essencial que Aníbal esperava por parte de todos os Gauleses na sua luta contra Roma, aparentemente, poderia ter todo o fundamento. Os conflitos entre Romanos e as tribos gaulesas da Gália Cisalpina tinham-se exacerbado muito nos anos anteriores ao estalar da Segunda Guerra Púnica. Logo em 232 a. C., o ainda tribuno Gaio Flamínio, propôs uma lei, que foi aprovada, em que se dividiam as terras gaulesas capturadas em pequenos lotes que seriam repartidos individualmente pelos cidadãos pobres de Roma, em vez de os concentrar em colónias, como tinha sido a prática habitual até então. Esta nova organização social dos camponeses na Gália conquistada provocou um aumento exponencial da presença romana nesses locais, o que levou ao paroxismo da fúria dos Celtas, que se viam assim como que definitivamente desapossados das suas terras[1693].

Na primavera de 225 a.C., a descida dos Alpes por parte de uma forte tribo de guerreiros conhecidos por *Gaesatae* incendiou a sede de vingança contra os Romanos, congregando a fúria dos Boios à dos Ínsubres e dos Taurinos permitindo juntar uma poderosa

---

[1691] Será mesmo de admitir que, com o tão notório enfraquecimento do poder militar romano, fortemente esmagado pelo sucesso de Aníbal ante as legiões romanas, este tenha admitido que os seus adversários não teriam então quaisquer condições de se recomporem, talvez acreditando que um cerco a Roma poderia ser viável num futuro próximo. BRIZZI, 2016, pp. 113-114. O momento que se seguiu à Batalha de Canas, que costuma ser apontado como particularmente adequado para que o comandante cartaginês pudesse ter investido em tal empresa, poder-lhe-ia não ter surgido por isso de forma tão relevante, também atendendo à ingente necessidade de deixar descansar e de reorganizar as suas tropas.

[1692] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 222-223; O'CONNELL, 2012, pp. 135-136, 141.

[1693] O'CONNELL, 2012, p. 116.

força de setenta mil homens; inevitavelmente, a guerra estalou[1694]. Acontece que, quando se deslocavam pela região de Télamon, foram literalmente esmagados por dois exércitos romanos, que sempre se mantiveram particularmente atentos às movimentações militares na Gália. Vindos de direções opostas, e sendo um deles liderado pelo cônsul Lúcio Emílio Papo, com quatro legiões, e o outro sob o comando de Gaio Atílio Régulo, destruíram literalmente a capacidade ofensiva daquela força e praticaram uma verdadeira chacina. No fim da batalha, cerca de quarenta mil gauleses jaziam mortos e outros dez mil tinham sido feitos prisioneiros, contra um número bastante reduzido de baixas romanas[1695].

Se, por um lado Roma, com esta enorme vitória, fez ainda aumentar mais o ódio gaulês, por outro mostrou às tribos rebeldes a força esmagadora das suas legiões[1696].

Numa manobra preventiva, em 223 a.C. os novos cônsules, sem sequer urdirem uma qualquer justificação política, atacaram violentamente os territórios dos Boios, quase conseguindo forçar a sua submissão definitiva. No ano seguinte, outro ingente inimigo dos Gauleses, o conhecido Gaio Flamínio (agora já como cônsul), faz com o seu colega Públio Fúrio mais uma devastadora razia nos territórios dos Ínsubres e dos Cenomanos[1697]. O cônsul Flamínio era um tão ferrenho inimigo dos Gauleses que usava um escalpe de um destes a cobrir o seu capacete[1698], e obteve mais uma esmagadora vitória sobre uma força tribal com mais de quarenta mil Celtas, tendo a maioria sido também dizimada.

Depois de inúmeros recontros pontuais, os Gauleses encontram-se completamente esgotados e, em 222 a.C., apelam à assinatura de um tratado de paz. Numa manifestação da total sobranceria romana, a resposta à proposta foi mais uma brutal investida dos exércitos consulares, numa tentativa de dizimar de novo mais tribos, com o cônsul Cneu Cornélio Cipião investindo com dureza sobre a atual cidade de Milão, que era a capital da importante fação dos Ínsubres[1699].

A brutal sanha romana contra os Celtas era tal que poderia ser exemplificada com o que aconteceu em *Clastidium* (Casteggio), onde um dos próprios cônsules, Marco Cláudio

[1694] CONNOLLY, 1998, p. 146.
[1695] O'CONNELL, 2012, p. 116.
[1696] BRIZZI, 2016, pp. 57-58.
[1697] O'CONNELL, 2012, p. 117.
[1698] GOLDSWORTHY, 2009, p.148.
[1699] CONNOLLY, 1998, p. 146; O'CONNELL, 2012, p. 117.

Marcelo, matou em combate singular e despojou da armadura o chefe gaulês Britomaro[1700], alcançando o direito a possuir as *spolia opima*, o maior troféu militar do exército romano[1701].

O patente desinteresse em negociar a paz e as colossais investidas romanas, em que o objetivo parece ter sido sempre o de conseguir fazer o maior número de baixas,
levaram as tribos celtas a sucessivas rendições apesar de se verem cada vez mais despojadas da sua terra. A intenção de Roma era altamente intrusiva no contexto tribal celta, avançando o mais possível para norte a fim de poder fundar, o que aconteceu em 218 a. C., duas grandes colónias nas margens do rio Pó: em Placência e em Cremona[1702].

Este profundo ódio entre Gauleses e Romanos deveria ter sido entendido por Aníbal como um possível importante fator coadjuvante da sua investida direta contra Roma. O comandante cartaginês deveria ter julgado que o antagonismo romano-celta seria tão exacerbado que lhe providenciaria uma fonte rápida e inesgotável de homens e todo o tipo de abastecimentos quando ele e o seu exército saíssem dos Alpes, exaustos e esfomeados[1703].

O potencial de se poder aliar, e até chefiar, as tribos rebeldes da Gália Cisalpina poderá ter configurado, aparentemente, uma boa visão estratégica, podendo ter até contribuído decisivamente para a decisão de invadir a Península Itálica através dos Alpes[1704].

Aníbal esperava obter uma importante ajuda dos aliados itálicos de Roma que, segundo as suas previsões, deveriam estar desejosos de se libertar do domínio romano. Convencido desta verdade, o "Cartaginês" entrou decidido com o seu exército nos territórios das várias tribos dos Apeninos, particularmente as da região do Sâmnio, que ele esperava aderissem em massa e com entusiasmo à sua campanha.

Para conseguir a adesão dos antigos aliados romanos, libertou, sem pedir qualquer tipo de resgate, todos os prisioneiros itálicos que não fossem Romanos. Esperava, assim, trazer para a sua causa toda a Itália e fazer com que Roma deixasse de ter o apoio de muitos daqueles povos que, de forma mais ou menos forçada, lhe forneciam grande parte dos contingentes que formavam a sua inesgotável força militar.

Apesar de todas as suas conjeturas políticas poderem parecer cenários admissíveis no complexo contexto das relações existentes no contexto da Península Itálica, o plano de

---

1700 CONNOLLY, 1998, p. 146.

1701 *Spolia opima,* que pode ser traduzido como "espólios ricos" consistiam nas armas, armadura e outros pertences que um antigo general romano retirava do corpo de um comandante inimigo morto em combate corpo a corpo. Era considerado o mais honrado entre os diversos troféus de guerra que um comandante poderia obter. O precedente foi criado ainda no período lendário da história, quando, em 752 a.C., Rómulo derrotou o rei de Caenina, logo depois do "Rapto das Sabinas". LIV. 1.10

1702 O'CONNELL, 2012, p. 117.

1703 FIELDS; DENNIS, 2010b, p. 41.

1704 O'CONNELL, 2012, p. 118.

Aníbal para isolar militarmente Roma fracassou[1705]. Há muito que o poder da máquina militar romana se tinha afirmado em Itália, mas a sua influência já não se fazia apenas pela imposição de uma vontade baseada em argumentos de força, mas também, em grande medida, pela difusão da sua cultura e influência política.

Embora existissem fações descontentes, a maioria das cidades itálicas apreciava muito a prosperidade e a eficiência do governo que a dominação romana havia proporcionado. Apenas numa ou outra, onde o espírito nacionalista era mais exacerbado, poder-se-ia verificar até um certo desejo de independência, mas todas elas tinham consciência de que, mesmo que se juntassem a Aníbal, muito dificilmente conseguiriam libertar-se do jugo romano, ou então cairiam sob a dominação cartaginesa, e esta poderia ser ainda pior que aquela que já conheciam. Além disso as diversas cidades itálicas tinham já desenvolvido uma forte dinâmica de cumplicidade económica com Roma e receavam ainda a fúria das suas bem conhecidas represálias posteriores caso tivessem a temeridade de perfilhar a causa cartaginesa.

Mas como se virá a confirmar durante a Segunda Guerra Púnica, o génio de Aníbal nunca foi o de conseguir fazer boas previsões de ordem estratégica e programar quais deveriam ser os seus futuros movimentos. A sua arte militar foi a de conseguir a resolução de dificuldades concretas e a criação rápida de contextos táticos que lhe permitissem ultrapassar um obstáculo como era uma batalha[1706].

Se milhões de Gauleses tinham segregado um ódio visceral aos Romanos durante séculos e este tinha sido exacerbado nos últimos anos, tinham também interiorizado um medo atávico e compulsivo da descomunal força de Roma, das legiões e da vingança futura dos descendentes de Rómulo, que, possivelmente ajudados por um qualquer auxílio divino, conseguiam sempre esmagar a força dos braços celtas.

Apesar de ser um extraordinário comandante, Aníbal é ainda um jovem de vinte e oito anos quando inicia a sua marcha em direção a Roma[1707], nunca tendo estado na Península Itálica; não seria, portanto, de admirar que os seus conhecimentos tivessem lacunas quanto aos fatores políticos, institucionais, económicos, geográficos, populacionais e motivacionais aí existentes.

[1705] BRIZZI, 2016, pp. 70-71.
[1706] O'CONNELL, 2012, p. 113.
[1707] Quando partiu de Nova Cartago, na primavera de 218, Aníbal estaria com 28 anos. GOLDSWORTHY, 2009, p. 207.

A sua mestria como comandante expressava-se em grande medida no confronto direto em campo aberto, onde conseguia fazer alarde de todos os seus recursos táticos, embora curiosamente se possa afirmar que este tipo de enfrentamento frontal era também onde os Romanos eram mais competentes[1708]. No entanto, as suas consecutivas vitórias levaram a que as legiões evitassem o confronto direto, vendo-se Aníbal privado de poder lutar em campo aberto e sendo, assim, forçado a realizar alguns cercos para poder continuar a sua campanha, um constrangimento tático que não lhe era familiar, nem sequer adequado ao perfil do seu exército. Aníbal é o génio tático do movimento, do vórtice, da surpresa, da visão rápida, do jogo de mostrar e esconder, e não poderia haver nada de mais contrário a tudo isso do que um lento assédio a uma cidade, nomeadamente quando esta era Roma, a maior do mundo[1709]. Ao exército púnico faltaria também experiência prática e equipamento de cerco, tendo o próprio Aníbal constatado esta fragilidade aquando do cerco a Sagunto, que apesar da sua reduzida dimensão lhe conseguiu resistir durante oito meses. O comandante cartaginês deveria temer também os efeitos práticos resultantes de manter um assédio prolongado, tais como a desmotivação e o cansaço das suas tropas, bem como o aparecimento de epidemias e a falta de suporte logístico que era inerente a este tipo de campanha.

Em contraponto à incomparável mestria tática de Aníbal, os Romanos responderam impondo-lhe um constrangimento estratégico, fazendo com que o arrasador movimento da campanha de Aníbal fosse travado, ao forçá-lo a sujeitar-se a uma estagnada ausência de confrontos. O "Cartaginês" não é vencido, mas também já não consegue vencer[1710].

A dificuldade que assim se lhe impôs dificultar-lhe-ia muito o seu principal objetivo e pôs em causa o próprio sentido da sua campanha, visto que, a partir de então, os seus movimentos pareciam não ter qualquer objetivo definido[1711].

No entanto, se por um lado devemos admitir que o grande líder bárcida conseguiu fazer muito mais do que se poderia esperar na difícil conjuntura com que iniciou a Segunda Guerra Púnica, deitando mão da sua determinação, ousadia e extraordinários recursos táticos, por outro, a brutalidade da sua aventura militar criou um "colossal monstro bélico".

[1708] O perfil de combate da legião era tão vocacionado para o confronto direto em campo aberto que os Romanos, mesmo estando sob a proteção de um acampamento, preferiam sair e formar a sua ordem de batalha no exterior para enfrentar qualquer adversário. GOLDSWORTHY, 2003, p. 33.

[1709] BRIZZI, 2016, pp. 113-114.

[1710] GOLDSWORTHY, 2009, pp. 293-299.

[1711] O'CONNELL, 2012, pp. 111-112.

Roma, após ter conseguido sobreviver à poderosa ameaça anibálica, despertou para uma nova consciência das suas capacidades, numa renovada perceção do seu poder, do seu direito e da sua possível influência sobre contextos territoriais exteriores à Península Itálica.

Após Aníbal, toda a máquina militar romana ficou mais forte, com mais variedade de recursos, com mais dinâmica logística, com comandantes mais experientes, fazendo a aprendizagem essencial que a tornaria quase indestrutível: flexibilizou o seu modelo da legião e integrou nas suas práticas militares os muitos recursos astuciosos proporcionados pela Metis, como a dissimulação, o engano, a traição. Aníbal quis destruir Roma, mas não só o seu esforço foi debalde, como os 16 anos que durou aquela odiosa convivência na Península Itálica serviram como a "melhor escola possível" para que os romanos aprendessem todo o potencial dos recursos próprios de uma nova conceção de guerra em que o "Cartaginês" foi o maior mestre. A cada batalha vencida por ele, os descendentes de Rómulo aprendiam algo de importante para integrar nos seus recursos táticos, assimilando, a seu modo, a melhor forma de o fazer, sem, contudo, nunca terem perdido a identidade profunda do seu modelo de organização militar e de comando.

Dever-se-ia até salientar o que poderíamos designar como os "pilares fundamentais" da reflexão tática de Aníbal e que estiveram sempre subjacentes às suas consecutivas vitórias contra os Romanos, nomeadamente entre 218 a 216 a.C. É bem possível que o "Cartaginês" tenha consciencializado, possivelmente ao longo dos vários meses que passou na sua penosa caminhada até Itália, que o confronto frontal contra a infantaria pesada romana era praticamente um "suicídio militar".

O cartaginês sabia que a parede de escudos romana era tão dinâmica, articulada e rápida que nenhum exército podia ter a veleidade de a conseguir vencer com um embate frontal, pois os gládios legionários eliminavam com eficácia qualquer tipo de adversário que se apresentasse nessas condições. Seria, pois, necessário saber enfrentar a legião com novas artimanhas táticas, que não permitissem que a legião pudesse lutar da forma como ela era mais forte, desorientando-a, envolvendo-a, surpreendendo-a, fazendo-a perder o foco.

Será possível admitir, assim, que o pensamento de Aníbal pudesse ter subjacente seis aspetos táticos essenciais para enfrentar o exército romano, quer estes recursos fossem postos a trabalhar em simultâneo, quer concentrando o dispositivo tático em algum deles em particular:

1. É preciso formar linhas para fingir que se vai enfrentar o exército romano frontalmente, mas ter condições de fugir do choque direto no momento crucial: Trébia e Canas.

2. É preciso não lhe dar tempo nem espaço para organizar a sua ordem de batalha: Trasimeno.

3. É preciso atacá-lo de várias direções em simultâneo, quer pelos flancos, quer pela retaguarda: Trébia e Canas.

4. É preciso surpreendê-lo com novos tipos de ataque a meio da batalha: Trébia e Canas.

5. A legião é dinâmica, mas é lenta na progressão, portanto é preciso ser mais rápido no terreno, utilizando a cavalaria, aspeto onde ela é fraca: Ticino e Canas.

6. É preciso que fatores como o terreno, o vento, o sol e mesmo a fome estejam a dificultar o seu desempenho: Trébia e Canas.

Assim, em todas estas batalhas em que o filho de Amílcar enfrentou os Romanos encontramos recursos táticos que ultrapassam o mero enfrentamento frontal entre dois exércitos, visto que até mesmo na Batalha de Canas o comandante cartaginês urde o inovador estratagema de esconder recursos cruciais atrás de outros corpos do seu próprio exército. Até então Aníbal não realizara qualquer batalha em que confiasse meramente num enfrentamento tradicional e linear que é comum entre dois exércitos, procurando sempre ter um surpreendente ardil tático que lhe pudesse garantir a vitória.

Deveremos salientar igualmente que os oficiais romanos, depois de 216 a.C., compreenderam os múltiplos estratagemas táticos de Aníbal e, portanto, foram aprendendo a contrariá-los de forma mais eficaz, como o fez Fábio Máximo, acabando por inventar um modo de suspender os combates, através de Gaio Cláudio Nero, de Marco Cláudio Marcelo e, especialmente, de Cipião "O Africano".

Para todos estes, Aníbal, do ponto de vista tático, terá sido, mesmo sem o pretender, o grande mestre de inovação, da criação de novos recursos de combate. Muito se tem escrito sobre a decisiva Batalha de Zama e sobre o genial dispositivo criado pelo "Cartaginês" para enfrentar Cipião, mas não deveremos perder de vista que este confronto foi, curiosamente, aquele onde Aníbal pretendeu enfrentar as legiões de um modo que ele próprio nunca experimentara, lutando apenas num colossal choque frontal contra os Romanos. Aníbal perderia o combate decisivo ao ter-se afastado dos seus ousados pilares táticos, sendo esta a única batalha importante onde o fez.

8.5. A Construção de um Império Suportado por Modelos de Combate Moldados em Aço

Com a determinação dos seus soldados, treino, disciplina, recursos estratégicos e flexibilidade tática, Roma bem pode ser considerada a mais eficaz máquina de guerra de toda a Antiguidade. No entanto, não devemos perder de vista que todo este potencial bélico da sua infantaria pesada tinha um pilar central que era sustentado pela técnica individual de combate, armas e equipamento do soldado romano, munido do seu escuto, do seu gládio e da sua mestria em executar golpes de estocada.

Desde há muito que os adversários dos Romanos ficavam impressionados com a eficácia do legionário no combate individual, tendo havido vários que tentaram imitá-lo sem, contudo, terem obtido o sucesso pretendido[1712].

O efeito esmagador do gládio em batalha não era só proporcionado pelo seu perfil, mas também muito potenciado pelo inteligente modo como estava articulado com todo o conjunto do dispositivo militar romano. Pela falta de treino com o gládio, bem como por não estar inserido no dispositivo tático que a legião proporcionava, nenhum bárbaro, empunhando uma espada curta, tinha o mínimo de condições para a usar tão eficazmente quanto o fazia um soldado romano.

Como nos diz Robert O'Connell é provável que o gládio tenha sido responsável por mais mortes do que qualquer outra arma em toda a História da Guerra anterior à invenção das armas de fogo[1713]. Terão sido, literalmente, milhões os que foram vítimas das suas lâminas e a sua tremenda letalidade foi o resultado da longa aprendizagem que era interiorizada durante o treino quanto ao melhor modo de manusear a pequena espada.

O gládio era, pois, o protótipo mais perfeito de uma arma com uma tal qualidade de aço que assegurava uma permanente perfuração e corte do couraçamento e corpos dos adversários sem perder a sua afiação, sem se partir, permitindo manter uma total capacidade de combate durante toda uma batalha. Poderemos entrever a violência que teria a execução de golpes rápidos nas mãos de homens treinados e fortes que manuseavam o gládio com toda a perícia, definindo um estilo de luta que dificilmente poderia ser igualado. Políbio foi uma

[1712] Como exemplo desta tentativa lembremos a derrota sofrida, frente aos Romanos, pelo rei númida Sífax quando os enfrentou com um exército armado e organizado numa replicação dos aspetos exteriores do exército romano, conforme já referido atrás neste trabalho, no subcapítulo 4.2.3.1.

[1713] O'CONNELL, 1989, p. 86.

testemunha ocular da resistência desta lâmina, bem como da eficácia com que os soldados romanos a manuseavam[1714]:

> «[…] With the shield they also carry a sword (*gladius*), hanging down by their right thigh, which is called a Spanish sword. It has an excellent point, and can deal a formidable blow with either edge, because its blade is stout and unbending. […]»

Podemos igualmente ter uma confirmação iconográfica bastante precisa da postura de combate do legionário, através da representação preservada na fortaleza de Mogúncia (Mainz-*Mogontiacum*) e que data da segunda metade do século I d.C.: um soldado romano encontra-se de pé com o seu escuto levantado e a sua perna esquerda avançada, com um gládio do tipo Pompeia na sua mão direita em posição horizontal, o que sugere o movimento de avançar para uma estocada[1715].

Imagem 82 - Um dos relevos esculpidos na base de coluna do edifício do quartel legionário em Mainz (Alemanha) representando dois legionários, em posição de combate, um com um gládio do tipo Pompeia, na postura clássica [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 175].

Embora se pudesse pensar que a coluna de Trajano, considerada o mais narrativo monumento concebido pelo criativo espírito artístico dos Romanos, poder-nos-ia fornecer bons exemplos do tipo de combate do soldado romano, esta não nos é de grande utilidade quanto ao esclarecimento desta peculiaridade [1716]. Nesta curiosa coluna, pretende-se descrever as vitórias conseguidas nas Guerras Dácias lideradas pelo imperador Trajano[1717] em 101 e 105 d.C., representadas por uma grande profusão de imagens alusivas a diferentes momentos dessas campanhas. Com uma conceção inovadora do arquiteto Apolodoro de Damasco, o monumento é

[1714] PLB. 6.23.

[1715] GOLDSWORTHY, 2003, p. 175. O relevo da imagem, esculpido na base de uma coluna numa fortaleza em Mogúncia, representa dois legionários em posição de combate. O homem da frente resguarda-se, para procurar a máxima proteção oferecida pelo seu *scutum*, enquanto brande um *gladius* prestes a golpear o ventre do seu adversário. Na sua retaguarda, o outro legionário, todavia, conserva o seu *pilum* apoiado no ombro e sustem o seu *scutum* alto e horizontal para proteger o companheiro da frente. Adrian Goldsworthy refere não ser claro que esta representação reflita com precisão o real papel da segunda linha em combate, ou se se trata antes de uma representação simbólica do apoio prestado à linha da frente pelos homens e coortes posteriores.

[1716] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 40.

[1717] GOMBRICH, 2005, pp. 122-123.

envolvido por um friso helicoidal de baixos-relevos figurativos que se poderia dizer serem quase equivalentes a uma "banda desenhada moderna"[1718].

Procurando possivelmente Apolodoro embelezar a sua coluna com uma maior diversidade de texturas, reflexos e cores, a maioria das representações de armas que integraram a sua criação eram verdadeiros acessórios de metal cuja usura do tempo fez desaparecer[1719].

No entanto, temos um outro monumento, curiosamente também alusivo a estas guerras na Dácia, no famoso *Tropaeum Traiani* ("Troféu de Trajano"), em Adamclisi, Dobruja, na atual Roménia e que nos é mais útil para a compreensão da técnica do gládio. Tendo sido provavelmente realizado por artesãos militares, nele se vê uma representação que nos foi deixada por testemunhas oculares quanto ao tipo de luta individual protagonizado pelas tropas romanas[1720]. Na chamada métopa 32, é possível ver a espada curta empunhada pelo legionário atingindo o seu adversário com uma estocada na região ventral, embora o faça por baixo do seu escuto, que embora erguido, é figurado com dimensões proporcionalmente mais reduzidas do que aquelas que lhe são habitualmente atribuídas[1721].

Imagem 83 - Baixo relevo esculpido na Métopa 32 do Tropaeum Traiani (Troféu de Trajano), em Adamclisi, Dobruja, na atual Roménia, representando um soldado romano usando uma espada curta para esfaquear [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 42].

[1718] JANSON, 1992, pp.184-185. A Coluna de Trajano foi erigida entre 106 e 113 e tem 37,50 metros de altura (incluindo a base); a faixa contínua, em espiral, de baixo- relevos, que lhe reveste toda a superfície tem cerca de 200 metros de comprimento.

[1719] Sabemos hoje que os monumentos romanos eram profusamente pintados e, embora não restem vestígios de tinta na Coluna de Trajano, será de acreditar que esta obra extraordinária seria também revestida de uma coloração variada. GOLDSWORTHY, 2011, p. 408.

[1720] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 408, 414.

[1721] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 41-42.

De forma complementar, podemos compulsar a obra de Dionísio de Halicarnaso[1722] que nos descreve desta forma expressiva a fúria combativa dos soldados romanos e a utilização que faziam dos gládios durante a luta[1723]:

> « […] On the other hand, the Romans' defense and counter-maneuvering against the barbarians was steadfast and afforded great safety. For while their foes were still raising their swords aloft, they would duck under their arms, holding up their shields, and then, stooping and crouching low, they would render vain and useless the blows of the others, which were aimed too high, while for their own part, holding their swords straight out, they would strike their opponents in the groins, pierce their sides, and drive their blows through their breasts into their vitals. And if they saw any of them keeping these parts of their bodies protected, they would cut the tendons of their knees or ankles and topple them to the ground roaring and biting their shields and uttering cries resembling the howling of wild beasts. » […]

Da análise que podemos fazer desta descrição podemos inferir, ou mesmo confirmar, vários elementos táticos importantes. Deveremos ter em atenção que Dionísio não nos descreve uma situação observada numa batalha em particular, mas antes uma perceção imagética global do modo como ele possivelmente teria visto que decorria o combate na parede de escudos romana. Da sua descrição poderíamos destacar seis pontos importantes:

1. Os soldados romanos lutavam agachados, o que é natural visto que se protegiam atrás do escuto que, pelas suas consideráveis dimensões, evitava que os golpes adversários pudessem atingir diretamente o seu corpo ou a sua armadura.
   Contribuía também para esse abaixamento a posição individual de combate romana que preconizava que a perna esquerda deveria estar avançada e a direita recuada para que o afastamento dos pés permitisse suportar eficazmente a força de um qualquer choque corporal imposto pelo adversário. Assim, frontalmente, o legionário apresentava ao seu oponente um grande escudo, parte do seu capacete e a parte inferior da perna esquerda. A proteção desta última era normalmente garantida por

[1722] Dionísio de Halicarnasso foi um historiador e escritor grego nascido nesta cidade da Ásia Menor. Não se conhecem com precisão as datas de nascimento e morte, mas Dionísio terá vivido por volta da segunda metade do primeiro século a.C. Autor consciencioso, sempre demonstrou preocupação com o rigor, tendo sido um grande admirador da história e da literatura romanas. Dionísio tinha a convicção de que faltava uma obra séria sobre as origens de Roma, tendo escrito, para suprimir tal lacuna, a obra "*Das Antiguidades Romanas*", onde faz um relato da história de Roma desde os seus pródromos até ao início da Primeira Guerra Púnica em 264 a.C. Depois de Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso poderá ser considerado a melhor fonte para o estudo da história antiga de Roma. DIONYSIUS OF HALICARNASSUS - *The Complete Works. Delphi Classics*, 2017.

[1723] DH. 14.10.

uma greva metálica bem segura por correias de couro[1724], enquanto a sua cabeça se encontrava protegida pelo capacete, expondo apenas do seu rosto uma pequena área do nariz e dos olhos que visualizam o adversário logo por cima do escuto.

2. Dionísio refere a posição de "braços levantados", referenciando assim o plural, mas é possível que esta indicação se reportasse essencialmente ao braço esquerdo que erguia o escuto com que protegia todo o corpo, pois o braço direito, com o qual manuseava o gládio, deveria ter bastante liberdade de movimento para poder atacar em diversos pontos e a diferentes alturas.

3. O autor refere também a tendência que os adversários apresentavam para desferir "golpes muito altos", o que seria natural, pois a única parte não couraçada e, portanto, aparentemente passível de ser ferida era a zona dos olhos logo acima do rebordo superior do escuto. Deveremos também recordar que o ângulo de letalidade de armas como espadas ou lanças tende naturalmente para se situar numa posição ascendente oblíqua relativamente à forma como é sustentada. Quanto maior for qualquer uma destas armas, mais tendência tem para a sua ponta se elevar no contacto com o adversário, o que possivelmente levaria a que os inimigos aplicassem muitos golpes por cima, ou em cima, do rebordo superior do escuto, razão pela qual ele era até reforçado com um perfil metálico.

   Esta referência ao escuto e à greva que eram posicionados do mesmo lado merece uma análise tática sobre um certo tipo de condicionalismo de mobilidade que tal proporcionava ao soldado romano, visto que este está preso a uma certa assimetria bilateral fornecida pelo peso do equipamento. Assim, o legionário carrega do seu lado esquerdo bastante mais peso do que do lado direito, visto nele suportar escuto e greva, enquanto do lado direito não tem de suportar praticamente qualquer equipamento defensivo[1725].

[1724] As grevas, ou cnémides, utilizadas pelos Gregos eram colocadas na perna pelo ajuste proporcionado pela elasticidade que o bronze apresentava ao ser moldado em forma de cano com a espessura de uma folha. No entanto, no equipamento romano, a greva era presa e ajustada à perna com correias. CONNOLLY, 1998, pp. 59-60, 133.

[1725] A única exceção pode ser considerada a *manica* que muitos legionários começaram a usar por volta do final do século I d.C. e que lhes protegia o braço direito de sofrer contragolpes aquando das investidas com o gládio. No entanto deveremos ressalvar que, mesmo estando munidos com esta proteção, verificar-se-ia uma grande disparidade entre o peso sustentado em cada um dos lados, pois um escuto poderia pesar cerca de dez quilos, a que se deve somar a greva metálica que pesaria 2,5 a 3 quilos colocados do seu lado esquerdo, enquanto a *manica* do lado direito não ultrapassaria cerca de um quilo. CONNOLLY, 1998, pp. 59-60; D'AMATO; RUGGERI, 2017, pp. 18, 38.

A posição obrigatória de combate que forçava ao paralelismo simétrico com os seus companheiros preconizava que apresentasse tendencialmente o seu bem defendido lado esquerdo ao contacto direto com o adversário, encontrando-se o seu braço direito, tal como a sua perna e pé, bastante livres, podendo, assim, ambos executar movimentos rápidos de avanço e recuo apoiados pelo pilar de sustentação em que se tornava o lado esquerdo durante o combate.

4. Dionísio diz-nos também que os soldados romanos "mantêm sempre as suas espadas operacionais apontadas para desferir estocadas a todo o momento", o que nos indica a permanente tentativa de conseguir espetar o adversário – e deveremos salientar aqui a palavra "estocada", e não o corte do oponente.

5. O instinto de matar era assimilado ao longo de anos de treino pelo soldado romano, transformando-o no mais letal que fosse possível e fazendo-o rápida e eficientemente. Esta vontade já interiorizada de forma instintiva teria prioridades na aplicação de golpes sobre determinados pontos vitais do corpo do oponente. Dionísio refere estocadas nas virilhas, ao que se poderia acrescentar toda a zona do baixo-ventre, local preferencial da investida do gládio, facilitada até pela posição reclinada adotada pelo legionário.

   Quando esta zona é atingida com um golpe profundo, provoca de imediato uma contração dolorosamente incapacitante devido à saída dos tecidos intestinais.

   Procurariam também atingir partes vitais no peito; visto que nele estão situados órgãos importantíssimos como o coração e os plumões; a referência aos flancos é, neste contexto, um termo pouco preciso, atendendo a que não só é uma área com uma extensão considerável, como não determina se se está a fazer referência a algum órgão decisivo, nomeadamente sob as axilas.

   Para a eliminação de adversários mais couraçados ou mais experientes na defesa dos seus pontos vitais, o legionário deveria investir na sua sustentação, atacando vários pontos nas pernas e procurando cortar tendões nos joelhos ou tornozelos para provocar a sua queda.

   Notemos nesta descrição o largo espectro de pontos de ataque do soldado romano, investindo tão abaixo que poderia até procurar cortar os tendões dos tornozelos, tal como deveremos, com mais facilidade ainda, admitir que o gládio poderia arremeter também sobre a parte exposta do rosto do adversário. É ainda de salientar a peculiar

técnica treinada pelo legionário, em que se procurava desequilibrar o adversário com fortes encontrões potenciados pelo peso do seu escuto. Poderemos ter ainda uma melhor noção do que poderia ser, na prática, o seu efeito quando a sustentação do oponente se encontrasse fragilizada por ter sofrido qualquer tipo de ataque nas suas pernas.

6. Um outro aspeto crucial é a extrema fúria com que o legionário arremete contra o seu oponente, dando-nos uma pálida ideia do que poderia ser o atemorizante ímpeto combativo dos soldados romanos que integravam a parede de escudos.
   Dionísio de Halicarnasso pretende descrever-nos a ira arrebatada da sua investida, frisando que os legionários rugiam e mordiam os seus escudos, gritando como feras. Se se poderia considerar como uma exteriorização natural do furor do ataque os gritos e urros emitidos pelos soldados, poder-se-á percecionar ainda melhor a raiva incontida com que o faziam, ao demonstrarem a necessidade de "morder os seus próprios escudos", manifestação da total brutalidade irracional com que arremetiam. Salientemos para terminar esta análise das palavras de Dionísio, o atemorizante efeito psicológico que milhares de homens poderiam ter sobre os seus adversários ao apresentarem um tão animalesco e desmedido comportamento durante uma batalha.

8.6. Análise da Evolução[1726] do Perfil Técnico dos Gládios – Mogúncia, Fulham e Pompeia.

A evolução técnica dos gládios do Período Republicano foi apresentada no subcapítulo 8.1.1

[1726] Utilizamos o termo "evolução" numa mera dimensão de progressão cronológica, sem com isto pretender indicar que possa ter havido à partida um melhoramento técnico no perfil do gládio, salientando-se as suas diferenças e não necessariamente uma possível melhoria na sua qualidade.

8.6.1. Gládios do Período Imperial do Tipo Mogúncia e Fulham

Tabela 6 - Parâmetros Referentes a Gládios do Período Imperial do Tipo Mogúncia e Fulham (dimensões em mm).

GLÁDIOS DO PERÍODO IMPERIAL DO TIPO MOGÚNCIA E FULHAM						
Dimensões / Nomenclatura	Comprimento da lâmina	Largura máxima da lâmina	Comprimento da ponta	Máxima espessura da lâmina	Comprimento total	Museu
Vrhnika (A767) (a)	644	46	200	8	683	Narodni Muzej Slovenije (Ljubljana, Eslovénia)
Mainz (A464)	510	52	180	?	657	Landesmuseum Mainz
Rheingönheim (A609) (b)	490	75	184	6	590	Historisches Museum der Pfalz (Speyer)
Mainz ('Tiberius'; A465) (c)	533	70	180	4	574	British Museum (Londres)
Windisch (A790) (d)	535	70	180	6	673	Vindonissa-Museum (Brugg)
Fulham (A445) (e)	536	69	185	6	565	British Museum (Londres)
Chichester (A102) (f)	520	74	175	5	665	The Novium (Chichester)
Pompeii (A588) (g)	435	64	160	?	549	Museo Archeologico Nazionale (Nápoles)

(a) - [1727]; (b) - [1728]; (c) - [1729]; (d) - [1730]; (e) - [1731]; (f) - [1732]; (g) - [1733].

[1727] Vrhnika fica na atual Eslovénia. Aqui localizava-se a antiga cidade romana de Nauporto.

[1728] Esta espada, encontrada em Rheingönheim, na atual Alemanha, caracteriza-se por ter todo o cabo (punho, protetor de mão e empunhadura com nervuras) folheado a prata. Os punhos revestidos, como este exemplo, podem ter sido mais problemáticos no que diz respeito à necessária manutenção dos respetivos componentes orgânicos. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 14, 50.

[1729] Esta, a chamada Espada de Tibério, é uma das mais conhecidas espadas do tipo Mainz, foi encontrada no Reno, em Mainz (Mogúncia). A placa do medalhão em relevo representa o imperador Tibério apertando a mão a uma figura geralmente identificada como o seu general (e sobrinho) Germânico; a placa apresenta a legenda *FELICITAS TIBERII* ('o deleite de Tibério'). Outros relevos perecem referirem-se aos dois estandartes de águia, perdidos durante o desastre de Varo de 9 d.C., em Teutoburgo, e recuperados por Germânico, em 16 d.C. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 15.

[1730] Guardas de mão de madeira encontradas nas escavações no monte da fortaleza de Vindonissa, em Windisch, (Suíça) exibem delicados padrões. Os componentes do cabo de madeira dos tipos Mainz e *Pompeii* encontrados em Windisch eram principalmente de buxo, mas também era usada cerejeira. A análise de uma lâmina de Gládio de Windisch, por outro lado, mostrou que uma camada de aço envolveu um núcleo de ferro, por soldagem na forja. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 14, 27.

[1731] A chamada espada de Fulham, é um gládio do tipo de Mainz de meados do século I d.C. (Miks A445). Foi encontrada no rio Tamisa perto de Putney (Grande Londres, Inglaterra), ainda na sua bainha elaboradamente decorada. Duas das presumíveis quatro placas de bainha em relevo sobreviveram, uma representa o Lupercal (ou loba e os gêmeos Rómulo e Remo do mito da fundação de Roma), outra apresenta um intrincado desenho vegetal, com gavinhas habitadas por pássaros e borboletas. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 15-16.

[1732] Esta espada foi encontrada em escavações efetuadas na base militar inicial de Chichester (West Sussex) na costa sul da Inglaterra, provavelmente associada à *legio II Augusta*, que, sabemos, estava em campanha naquela área imediatamente após a invasão. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 16.

[1733] Este gládio do tipo Mainz é proveniente de um dos locais de escavações na Baía de Nápoles, possivelmente Pompeia (Itália), provavelmente é o último exemplo datável (79 d.C.). Na verdade, a longevidade do tipo de espada de Mainz é indicada por dois achados pouco conhecidos de tais armas em torno de Pompeia, na Itália (um vindo da *Regio VII*, Insula 7.10, 13), sugerindo que em alguns casos o uso continuou no terceiro quartel do século I d.C. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 37,16.

Variação dos parâmetros analisados
Comprimento da lâmina 435 - 644
Largura máxima da lâmina 46 - 75
Comprimento da ponta 160 - 200
Máxima espessura da lâmina 4 - 8
Comprimento total 549 - 683
8 espécimes

8.6.1.1. Evolução dos Parâmetros entre os Gládios Republicanos e os do Período Imperial (Tipo Mogúncia e Fulham)

Verificamos, pela comparação destes quadros, que houve uma diminuição do comprimento da lâmina, tendo sido o seu comprimento máximo reduzido em cerca de 129 milímetros e uma notória redução do seu tamanho mínimo em cerca de 145 milímetros. A sua largura máxima também sofreu uma diminuição, ao passo que as dimensões da sua ponta se desenvolvem com maior variação, surgindo assim com maiores e menores dimensões, não se podendo falar de uma estabilização do seu perfil no sentido de incrementar a sua resistência na extremidade da arma. As suas espessuras máximas mantêm-se nos 8 milímetros, mas os gládios posteriores Mogúncia e Fulham tendem para se tornar menos espessos e, portanto, menos pesados. Estes últimos também nos surgem com uma espiga mais comprida e, portanto, com mais espaço para a realização da empunhadura, do guarda-mão e do pomo, permitindo o seu robustecimento.

8.6.2. Gládios do Período Imperial do Tipo Pompeia[1734]

Tabela 7 - Parâmetros Referentes a Gládios do Período Imperial do Tipo Pompeia (dimensões em mm).

GLÁDIOS DO PERÍODO IMPERIAL DO TIPO POMPEIA						
Dimensões / Nomenclatura	Comprimento da lâmina	Largura máxima da lâmina	Comprimento da ponta	Máxima espessura da lâmina	Comprimento total	Museu
Pompeii (*quadriporticus* ; A590) (a)	429	45	60	?	585	Soprintendenza archeologica (Pompeia)
Pompeii (Villa of Mysteries; A593) (b)	514	<62	80	?	542	Museo Archeologico Nazionale (Nápoles)
Pompeii (Regio VI, Insula 2; A592) (c)	520	42	80	?	692	Soprintendenza archeologica (Pompeia)
Stabiae (A591) (d)	505	40	75	?	602	Museo Archeologico Nazionale (Nápoles)
Herculaneum (A152) (e)	515	60	90	?	720	Soprintendenza archeologica (Pompeia)
Wiesbaden/Mainz (A467) (f)	485	40	75	?	635	Royal Armouries (Leeds)
Oosterbeeck (A549)	470	44	80	?	642	Rijksmuseum van Oudheden (Leiden)
Klein-Winternheim (A354) (g)	490	42	65	?	670	Landesmuseum Mainz
Caernarfon (A90) (h)	486	46	60	?	689	Museum of Welsh Antiquities (Bangor)
Newstead (A528,2) (i)	495	50	68	?	663	National Museums of Scotland (Edimburgo)
Baena (j)	475	55	79	8	635	Museo Histórico Municipal (Baena, Espanha)
Pompeii (Regio VIII, Insula 7) (k)	400	45	42	?	500	Soprintendenza archeologica (Pompeia)
Pevensey (A191) (l)	505	54	60	?	693	British Museum (Londres)
Mautern (A488) (m)	410	30	?	6	557	Bundesdenkmalamt Österreich (Viena)

[1734] Os gládios do tipo Pompeia são arqueologicamente considerados o modelo mais tardio, permanente e estável deste tipo de lâminas, podendo até admitir-se que estas sejam possivelmente as causas para a maior existência de espécimes disponíveis. Tudo indica que este modelo de espada possa ter sido aquele que foi utilizado com mais profusão durante todo o Alto-Império, o qual foi, tal como pudemos constatar, um período de grande incremento da atividade militar romana. Batizada pelos escritores modernos em homenagem a quatro espadas encontradas em vários locais dentro e ao redor de Pompeia, que foram depositadas durante a erupção do Vesúvio em 79 d.C., essa nova forma de espada tinha uma lâmina de gume paralelo e uma ponta curta. Como tal, parecia uma versão mais curta da *spatha*, a longa espada de cavalaria derivada das espadas longas da Idade do Ferro. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 18.

(a) - [1735]; (b) - [1736]; (c) - [1737]; (d) - [1738]; (e) - [1739]; (f) - [1740]; (g) - [1741]; (h) - [1742]; (i) - [1743]; (j) - [1744]; (k) - [1745]; (l) - [1746]; (m) - [1747].

[1735] Esta espada (Miks A590) veio de um quartel dos gladiadores (*quadriporticus*) e é tentador vê-la como a arma de um gladiador, mas a iconografia, nas placas da bainha, é a mesma das outras espadas (e de muitos militares locais) e encaixa-se melhor num contexto militar. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 20.

[1736] As lâminas homónimas de Pompeia foram todas encontradas dentro de suas bainhas. Estes incluem exemplos da Vila dos Mistérios (Miks A593). BISHOP; DENNIS, 2016, p. 18.

[1737] As lâminas homónimas de Pompeia foram todas encontradas dentro de suas bainhas. Estes incluem exemplos da Vila dos Mistérios (Miks A592). BISHOP; DENNIS, 2016, p. 18.

[1738] Esta outra espada e a respetiva bainha (Miks A591) vieram da Villa San Marco em Stabiae (Itália) e foram encontradas juntamente com um conjunto de placas de cinto em relevo. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 20.

[1739] Este exemplar, encontrado na praia de Herculano, em Itália, foi encontrado com o respetivo cinto decorado enrolado à sua volta. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 20.

[1740] Espada achada no Reno, em Mainz, encontrava-se anteriormente na Coleção Guttmann. Este exemplo apresentava-se com elementos da sua bainha e tinha inscrições de propriedade perfuradas na respetiva lâmina. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 20.

[1741] Este exemplar é proveniente do templo de Marte Leucetius e Nemetona em Klein-Winternheim (Alemanha) e data do último quarto do século I d.C. Pode ser considerado uma das múltiplas evidências de oferendas de armamentos e equipamentos num contexto religioso durante o período romano. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 20, 25 e 44.

[1742] Espada proveniente de Caernarfon (Gwynedd, País de Gales). BISHOP; DENNIS, 2016, p. 24.

[1743] A lâmina de Newstead (Reino Unido) situa-se no último quarto do século I d.C. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 24.

[1744] A espada conhecida como Baena (Espanha), provavelmente do século I d.C., embora seja ostensivamente uma espada do tipo Pompeia com uma ponta curta, retém elementos (particularmente em termos da sua largura e um ligeiro afilamento) dos gládios do tipo Mainz. Juntamente com a espada do tipo Porto Novo Mainz, com seu desenho de bainha tipo Pompeia, pode parecer que há indícios de um processo evolutivo entre os dois tipos de espada aqui, ao invés de uma mudança repentina de um para o outro. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 22, 24.

[1745] Frequentemente descrita como arma de oficiais superiores e até mesmo de imperadores, a espada com cabeça de águia, enquanto achado arqueológico é tão familiar quanto rara. Embora as escavações em bases militares tenham mais probabilidade de produzir fragmentos de estátuas, nas quais elas surgem representadas, do que as próprias armas, alguns achados raros de Pompeia mostram-nos como era essa espada curta que, de certa maneira, lembra a antiga forma *xiphos* da espada curta. Como o nome sugere, a empunhadura, de liga de cobre, foi fundida com a forma de uma cabeça de águia e, pelo menos num caso, coberta com uma camada de metal branco. Vários outros punhos com cabeça de águia foram encontrados em Pompeia, essas eram claramente armas para exibição em vez de uso frequente. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 25.

[1746] Este é um dos poucos exemplos de espadas com alças em forma de anel proveniente de contextos romanos, supostamente vindo de perto do forte Saxon Shore em Pevensey (East Sussex, Inglaterra), embora Miks duvide da veracidade desta descoberta. A maioria dos exemplos de espadas com alças em forma de anel que sobreviveram vêm de fora do Império Romano. O final do século I e o início do século II d.C. testemunharam um contacto crescente entre os Romanos e os povos transdanubianos e das estepes, atingindo um pico com as duas Guerras Dácias de Trajano de 101-102 d.C. e 105–106 d.C., respetivamente. Esse contacto trouxe consigo toda uma série de novas influências para o exército romano, das quais um dos aspetos foi a adoção da espada com alça em anel. Esta foi uma forma que possivelmente se originou na China na dinastia Han (c. 206 a.C. - 220 d.C.) e se espalhou para o oeste em direção ao Danúbio por meio da sua adoção por povos das estepes como os Sármatas. Como o gládio, era uma espada curta e ainda era usada pelo soldado do lado direito (isso pode ser visto nas lápides), mas era diferente na forma tanto da lâmina quanto do espigão. O espigão, em vez de se estreitar numa ponta, tinha um grande anel rebitado no seu terminal, que substituiu os pomos orgânicos encontrados nas várias formas do *gladius Hispaniensis*. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 28.

[1747] Tal como o anterior, este é outro exemplo de espadas com alças em forma de anel proveniente de contextos romanos. É proveniente do forte danubiano de Mautern (Áustria), século II d.C. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 28.

Variação dos parâmetros analisados

Comprimento da lâmina 400 - 520

Largura máxima da lâmina 30 – 62

Comprimento da ponta 42 –90

Máxima espessura da lâmina 6 - 8

Comprimento total 500 - 720

14 espécimes

8.6.2.1. Evolução dos Parâmetros entre os Gládios do Período Imperial (Tipo Mogúncia e Fulham) e os do Tipo Pompeia[1748]

Verificamos pela comparação destes quadros que houve uma enorme diminuição do comprimento da lâmina, tendo sido o seu comprimento máximo reduzido em cerca de 124 milímetros e ocorrendo uma notória redução do seu tamanho mínimo em cerca de 35 milímetros. Note-se que a diminuição de tamanho dos gládios do tipo Pompeia os reduziu tão substancialmente que podem ser todos considerados como espadas pequenas; e os exemplares de menores dimensões, apenas com 400 milímetros, estarão muito próximos de se poderem designar como adagas.

[1748] Como referido anteriormente, esta designação resulta dos exemplares encontrados em Pompeia, e várias são as razões que podemos aventar para justificar o considerável acervo de gládios deste tipo que têm sido encontrados nesta região, tal como na área adjacente à Baía de Nápoles. Os próprios acampamentos militares romanos instalados noutras localizações, onde estas eram permanentemente produzidas, têm-nos fornecido relativamente poucas em comparação com os consecutivos achados que aí se efetuaram. A explicação para esta profusão pode resultar da perspetiva de que, tal como refere Bishop, estas sejam consideradas apenas como um instantâneo da vida quotidiana congelada pela erupção do Vesúvio, ou tenham sido resultantes de alguma circunstância particular ligada à região. Uma possibilidade admissível é que as múltiplas lâminas encontradas possam ter simplesmente pertencido aos habitantes das povoações adjacentes, ou que tais achados sejam o resultado da presença de veteranos que se instalaram na área e tenham mantido as suas armas. No entanto, deveremos ter em atenção que, após o desastre vulcânico, uma das principais frotas romanas foi instalada precisamente em Miseno, que se localiza numa área bastante próxima. Sabemos que cada navio da frota teria o seu próprio contingente de tropas navais e que estes utilizavam o mesmo equipamento da infantaria terrestre. Em pelo menos duas ocasiões foram levantadas legiões a partir dos efetivos da frota, tal como aconteceu com a I e a II *Adiutrix*, que foram criadas a partir destes contingentes navais, uma vez que eram muitos e podiam fornecer rapidamente uma força de combate já treinada e equipada. As muitas espadas encontradas na Baía de Nápoles podem, portanto, ter sido o resultado da presença de vários milhares de elementos das tropas navais ativos na área durante a erupção. Temos até um gládio, achado na praia de Herculano, que foi encontrado junto do que se julga ter sido o seu possuidor, que era também portador de uma bolsa cheia de ferramentas e cuja sua compleição óssea leva a crer que este soldado treinaria muito com o gládio. Será assim natural admitir-se que este soldado fosse um elemento do contingente naval da frota de Miseno e que a Escola de Gladiadores em Pompeia fosse utilizada para as atividades de treino destas tropas, atendendo à considerável quantidade de equipamento militar que foi ali encontrado. BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 18, 43.

A sua largura máxima também sofreu uma expressiva diminuição, com uma notória redução no seu parâmetro máximo de 13 milímetros e, no mínimo, de 16 milímetros. É patente uma muito substancial redução da largura da lâmina, chegando esta a apresentar apenas 30 milímetros de largura e mantendo este perfil extremamente estreito, como é aliás típico dos exemplares de Pompeia, durante todo o desenvolvimento retilíneo da lâmina.

Quanto às dimensões em que se desenvolve a sua ponta, estas vão sofrer uma drástica diminuição, tendo-se registado, no seu máximo tamanho, 110 milímetros a menos, bem como uns expressivos 118 milímetros no parâmetro mínimo. Deveremos salientar com ênfase esta brutal redução do estreitamento angular que é a ponta do gládio, havendo espécimes que realizam a convergência em apenas cerca de 42 milímetros, mantendo a largura retilínea do corpo da lâmina praticamente até ao seu fim.

Poder-se-á, assim, dizer que este modelo é particularmente adequado à aplicação de estocadas, não só pelas suas reduzidas dimensões totais, mas também por possuir uma ponta com a maior resistência possível de se realizar mantendo uma boa capacidade penetrativa. Nos gládios, onde a largura da lâmina é de 30 milímetros, uma ponta com 42 milímetros obriga a formar uma convergência angular dos seus fios muito apertada, com cerca de 160 graus, o que nos pode dar uma ideia da robustez e da quantidade de aço que constitui a sua ponta. O parâmetro concernente à espessura mantem-se no seu índice máximo (8 mm), mas o mínimo subiu 2 milímetros, possivelmente para compensar a resistência da lâmina, que se viu notoriamente estreitada na largura ao longo de todo o seu desenvolvimento. O tamanho da espiga sofre maior variação, com exemplares a ultrapassar o tamanho máximo e outros a reduzirem-se relativamente ao tamanho mínimo, o que possivelmente nos indica maiores diferenças nos tipos de empunhadura e, especialmente, na realização dos pomos, que tenderam nesta fase a desaparecer.

No cômputo global das três fases abordadas, pode-se afirmar, com alguma segurança, que o gládio verificou uma progressiva diminuição do seu tamanho nas suas componentes práticas mais relevantes, tal como são o tamanho da lâmina e a sua largura, o que nos revela que o soldado romano não só deve ter cultivado cada vez mais intensamente as investidas por estocada, tal como temos vindo a defender, como compreendeu também que um tamanho reduzido da sua espada permitia mais agilidade e mobilidade para a movimentar no calor do confronto e ainda a tornava mais precisa no ataque sobre o corpo do adversário. Notemos que os dois importantes parâmetros acabados de referenciar nunca sofreram nenhuma inversão de tendência, sendo assim sistematicamente sujeitos a uma diminuição que, notoriamente, favorecia um melhor desempenho do legionário. A maior proximidade ao

corpo do adversário, necessária para a utilização eficaz de uma espada com tão reduzidas dimensões não configurou um problema tático, visto que o soldado romano da infantaria pesada estava bem protegido pelo seu escuto e couraçamento, podendo aquela circunstância, outrossim, dificultar ao adversário o manejo da sua lâmina, que geralmente possuía dimensões bem mais consideráveis. O estreitamento da lâmina que se pode verificar a partir dos elementos expostos demonstra também uma possível tentativa de reduzir o peso do gládio, compensando por vezes o enfraquecimento da sua estrutura com o robustecimento da sua espessura.

8.7. A Produção de Lâminas. O Uso Simultâneo de Diferentes Tipos de Gládios

Deveremos ter em atenção que as diferentes tipologias de gládios não deverão ter sido protótipos de utilização exclusiva numa dada cronologia.

Se os artesões militares e, depois, os grandes centros produtores de armamento (*fabricae*) direcionavam num dado momento a sua produção para um perfil específico de gládio, isto não implicava que os soldados apenas utilizassem exclusivamente esse tipo de espada, nomeadamente porque muitos deveriam possuir o seu exemplar a sua fora desse âmbito.

Além disso, a produção de um determinado protótipo não era impeditiva de que, noutras latitudes do Império, não se continuassem a fabricar de outros tipos.

É até bem possível que certos soldados, por inclinação pessoal ou até mesmo devido a uma qualquer dimensão supersticiosa, preferissem um modelo de Fulham ou de Mogúncia, em vez de um exemplar do tipo Pompeia.

É, assim, de admitir que tenham existido legiões em que os seus soldados lutassem simultaneamente com diferentes tipologias de gládio e mesmo com variações no tamanho da lâmina, pois tal não influenciaria, quer a sua posição dentro do modelo tático, quer o seu estilo de luta.

No *Tropaeum Traiani* de Adamclisi é possível observar o exército romano em combate durante a Primeira Guerra Dácia (101 a 102 d.C.), podendo-se ver uma representação dos legionários em combate corpo a corpo. Segundo esta imagem, a fúria dos Dácios terá forçado os Romanos a recuar até ao seu acampamento, podendo-se vê-los a lutar com diferentes tipos

de gládio; é possível identificar alguns exemplares de Pompeia (que seria à época o tipo mais recente), a par de outros do tipo de Mogúncia[1749].

8.8. Um Paradoxo Material. Rigidez e Flexibilidade

Para que pudesse ter surgido uma arma como o gládio o ferro teve que ser transformado em aço, numa espécie de "milagre metálico" que permitiu criar as qualidades precisas para que tais características fossem permanentes e o mais possível adequadas à sua função. O desenvolvimento de uma lâmina que tem a flexibilidade suficiente para não se partir durante o esforço da estocada e que, simultaneamente, tem a dureza adequada para manter os seus gumes afiados é uma descoberta tão extraordinária que quase deveria parecer uma dádiva divina, pois conseguia juntar no material da mesma lâmina dois aspetos tão antagónicos. É igualmente extraordinário pensar que o desenvolvimento de tão complexo processo, que permitiu chegar a esta formulação tecnológica, foi conseguido através de um procedimento inteiramente empírico, o que significa não só que ele surge como resultado de longos períodos experimentais de "tentativa e erro", mas também que não existiria uma compreensão do fenómeno químico que lhe estava subjacente, como naturalmente podemos ter nos nossos dias. No entanto, os Romanos já deveriam compreender que, através daquele segredo bem guardado que era o conjunto de procedimentos metalúrgicos que tinham descoberto, o "dorso da sua lâmina" tinha adquirido a flexibilidade suficiente para não se partir após sofrer as violentas pancadas na forja e simultaneamente os seus gumes eram bastante resistentes para permitir manter uma excelente afiação.

É evidente que, muito antes dos "descendentes de Rómulo", vários tinham sido os povos que tinham dominado as técnicas do ferro e a sua transformação em aço, mas o avanço tecnológico de aperfeiçoamento do seu método de fabrico conseguido pelos Romanos é, deste ponto de vista, muito significativo. Devido à relevância que um tal facto tecnológico nos deve merecer, o domínio efetivo do aço teve uma importância capital no contexto da guerra na Antiguidade, e sempre contribuiu de forma decisiva para moldar os seus destinos, embora tenha muitas vezes "trabalhado na sombra" dos holofotes analíticos dos historiadores.

[1749] BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 40, 52, 61.

O papel do aço é tão decisivo que não teria sido possível idealizar o sistema individual de combate, bem como o modelo da própria legião, se os Romanos não dominassem uma já tão eficaz tecnologia metalúrgica para o tratamento do ferro. Se os seus gládios não possuíssem aquelas qualidades materiais, os Romanos possivelmente teriam sido forçados a manter o antigo dispositivo falangístico, pois os seus antigos xifos não tinham condições de suportar o esforço necessário exigido a uma eficaz parede de escudos que se baseasse no combate com espadas.

Dir-se-ia, pois, que a estabilização da tecnologia do aço viabilizou aos Romanos a idealização de um inovador dispositivo militar que não teve paralelo na Antiguidade. Este pilar técnico de sustentação em que assentou toda a sua máquina bélica permitiu a criação do que se poderia classificar como uma máquina militar suportada por um verdadeiro "Império do Aço".

Um encadeamento causal pode, portanto, daqui ser imediatamente extraído: sem aço, não haveria gládio; sem gládio, não haveria a parede de escudos, sem parede de escudos não haveria legião, sem a legião não haveria forte exército, sem um forte exército não haveria Império.

CAPÍTULO 9
ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO MILITAR DO IMPÉRIO ROMANO

9.1. A Dinâmica Interna do Império Romano. Dois Perfis Contrastantes de Império: Ocupação ou Integração

Poucos impérios se poderão orgulhar de possuir um historial tão rico e uma cronologia tão alargada como aconteceu com esse imenso fenómeno civilizacional que conhecemos pelo nome de Império Romano. É bem certo que já antes o mundo grego tinha contribuído de forma exponencial para moldar valores e desenvolver o tipo de conhecimento que irá caracterizar o perfil do pensamento do Ocidente desde há milhares de anos, impregnando todas as suas manifestações, da ideia mais abstrata à mais concreta realização arquitetónica.

A realidade cultural grega e, posteriormente, a latina são influências tão fundacionais que nem é possível fazer sequer ideia do que poderia ter sido a expressão civilizacional europeia sem os seus legados. Se, por um lado, se poderá dizer que as ideias nasceram na Grécia, no que deverá ter sido o apogeu do maior "parto conceptual coletivo" da História da humanidade, por outro Roma foi-se tornando a difusora de uma rica identidade cultural que, em grande medida, mergulha as suas raízes no património grego e ainda lhe soube dar uma dimensão pragmática de realização administrativa, social, jurídico-política, económica e até mesmo religiosa.

Este longo processo encetado pelo Império Romano teve a capacidade de moldar à sua mundividência as heteróclitas particularidades étnicas das muitas dezenas de povos que habitaram o "velho continente", num processo de assimilação destes a novos referenciais que se, por um lado, os aproximou técnica e culturalmente, por outro os fez também tomar consciência da sua própria individualidade. A Gália do Império Romano sempre foi naturalmente diferente da realidade vivida pelos homens na província da Trácia, e esta teria certamente um quotidiano vivencial diferente daquele que seria o mundo da Capadócia, sendo este por sua vez bem distinto da sua vizinha Ásia Menor.

Roma soube transformar-se paulatinamente no modo de ser e de sentir dessa enorme multiplicidade de etnias que progressivamente foram sendo absorvidas pela sua máquina militar e administrativa, mas uma tal evolução resulta de um processo de influência que requer tempo e capacidade de estabelecer vínculos profundos com a alteridade. Um império baseado apenas na imposição da força poderá deixar marcas profundas, nomeadamente como resultado da sua brutalidade opressora, mas nunca permitirá, tal como Roma soube fazer, a mestiçagem cultural e a transformação de mentalidades que permitem criar uma unidade cultural e política na diferença, pacificando os ânimos e gerando uma verdadeira coesão.

Um império só se consegue transformar numa estrutura político-social coerente quando lhe é possível intervir nos domínios mais profundos das populações submetidas, infundindo nestas os seus hábitos, valores, convicções, modos de vida, de modo a tornar seus muitos dos mais relevantes aspetos da sua vivência particular. A unidade do corpo social do Império Romano viria a tornar-se tão profunda que em nenhum lugar do vasto Império alguma das antigas populações aspirava a uma libertação da sua influência ou organização. Bem pelo contrário!

A decadência das suas estruturas militares e administrativas tornou-se, nos séculos IV e V d.C., num pesadelo generalizado para qualquer dos seus milhões de habitantes, sendo, pois, sinónimo de insegurança e de perda profunda, demonstrando à saciedade o quanto todos se sentiam genuinamente uma parte do Império.

No entanto, a grande unidade imperial, tecida dia a dia por séculos de romanização, fez nascer tantas realidades culturais como se poderia dizer ter sido o número das províncias que soube construir. Mas a construção imperial teve durante todo o processo de conquista um custo pesado, alicerçado num largo arco temporal de imposição militar, que sempre demonstrou uma extraordinária competência bélica que em muito suplantou a capacidade dos povos dominados.

Uma tal realização requer que o ocupante possua bem mais do que uma mera superioridade militar circunstancial. O nascimento de um império exige uma assimilação progressiva de novos territórios e um tal processo tem de ser realizado por etapas consecutivas, numa progressão geográfica e temporal que obriga a que a capacidade militar do ocupante apresente uma efetiva superioridade ao longo de decénios.

Ora, esta necessária competência marcial do conquistador tem que, não só conseguir impor-se aos seus múltiplos adversários, como também de possuir uma máquina administrativa que permita a gestão e conservação efetiva dos territórios conquistados.

Este aspeto é um fator essencial, pois a orgânica própria da construção de um império passa por impor e assimilar as dinâmicas políticas, económicas, culturais e técnicas, dando ao tecido social o perfil que lhe permite conferir uma homogeneidade global a muitas das esferas da nova existência social dos povos submetidos. Um tal esforço é crucial para que seja possível, desde logo, conferir um certo grau de aceitação por parte destes, e para que o peso da ocupação estrangeira se vá tornando paulatinamente mais suportável pela criação de vivências que se integrem nos modelos sociais trazidos pelo ocupante.

Tendo Roma compreendido cedo a importância de possuir um sistema militar que pudesse garantir a sua própria sobrevivência no conturbado contexto do Lácio, prestou desde então uma particular atenção ao desenvolvimento das suas estruturas militares, o que lhe permitiu a construção, não só dos seus próprios modelos bélicos, mas garantir uma notória superioridade ante os seus vizinhos. Se primeiro podemos identificar uma clara influência dos paradigmas militares gregos, considerados até então como o modelo bélico mais evoluído, os Romanos efetuam uma revolução na forma de conceber a guerra e, ao longo dos séculos IV e III a.C., criam dispositivos militares tão inovadores que vão garantir a sua secular supremacia marcial. Como tivemos oportunidade de observar nas matrizes de batalhas criadas no âmbito deste trabalho para os anos entre 360 e 240 a.C. (subcapítulo 3.5), ou mais globalmente neste capítulo, o seu palmarés de vitórias é indiscutível.

Para obter uma boa perceção do que foi a sua efetividade, vamos realizar uma análise estatística global dos sucessos militares romanos ao longo do seu multisecular historial. Mais uma vez basearemos os nossos dados na importante obra *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma* do Professor Júlio Rodriguez Gonzales, bem como nas obras de David Eggenberger, *An Encyclopedia of Battles* e de Donathan Taylor, *Empire at War. A Compendium of Roman Battles from 31 BC to AD 565*.

9.2. Análise Estatística Global da Atividade Militar do Exército Romano

Um dos aspetos que se poderá desde logo inferir dos elementos estatísticos apresentados aqui é a progressão crescente do esforço militar refletido na quantidade de batalhas executadas a cada ano ao longo da sua história.

Deveremos estar conscientes de que uma tal estatística é baseada nos nossos conhecimentos atuais sobre os confrontos romanos cuja existência e resultado chegaram até nós, sendo, pois, de admitir que possam existir alguns factos militares que ainda

desconhecemos. No entanto, deveremos igualmente ter em atenção que, mesmo que mais elementos relevantes possam no futuro ser trazidos a esta contabilidade, o número dos que possuímos é já tão relevante em quantidade, que se poderá dizer que aqueles em pouco poderão afetar as conclusões que vamos procurar tirar sobre a atividade militar romana.

No Estado da Arte atual, pode-se dizer que os Romanos realizaram 3.370 batalhas relevantes durante toda a sua história, entendendo-se esta entre a mítica data de 753 a.C. e o simbólico envio das águias imperiais para Oriente por Odoacro, após a morte de Rómulo Augusto, em 476 d.C.

Realizam 2.067 batalhas desde a fundação até ao fim da República (753 - 27 a.C.) e 1.303 batalhas desde o início do Império até à sua queda (27 a.C. - 476 d.C.)

Tabela 8 - Análise da Atividade Militar do Exército Romano – 753 a.C.-476 d.C. (1).

ANÁLISE ESTATÍSTICA GLOBAL DA ATIVIDADE MILITAR DO EXÉRCITO ROMANO (1)				
Valores Globais / Cronologia	Número de Batalhas	Espaço Temporal (n.º de anos)	Média Anual de Batalhas	Periodicidade das Batalhas
Período Monárquico (753-509 a.C.)	78	244	uma batalha a cada 3,1 anos (0,32 batalhas por ano)	uma batalha a cada 1.142 dias
Período Republicano (509-27 a.C.)	1 989	482	4,13 batalhas por ano	uma batalha a cada 88 dias
Período do Alto Império (27 a.C. - 284 d.C.)	785	311	2,5 batalhas por ano	uma batalha a cada 146 dias
Período do Baixo Império (284-476)	518	192	2,7 batalhas por ano	uma batalha a cada 135 dias

Incluímos aqui os números concernentes ao período monárquico, mas temos a perceção de que uma tal realidade militar não só está mesclada de elementos lendários, como também o exército romano ainda não tinha ainda adquirido, nessa fase, o perfil bélico que o virá a caracterizar posteriormente.

Assim, pensamos não ser particularmente relevante a sua análise detalhada, bastando-nos a perceção de que a média dos seus confrontos foi francamente inferior ao que se veio a verificar mais tarde.

Encetaremos agora uma análise do palmarés de sucesso das armas romanas. Para a realização de um tal tipo de avaliação deveremos estar conscientes de que temos elementos complexos que teremos que integrar e de procurar relativizar na avaliação das cifras obtidas.

Assim, em primeiro lugar, em qualquer um dos três grandes períodos somos confrontados com um fenómeno que se poderia dizer que foi particularmente persistente no contexto militar romano e que se consubstancializa no elevado índice de conflitualidade interna que se expressou nas inúmeras guerras civis. Se uma tal problemática só tardiamente surgiu no contexto militar romano, ela acabou por tornar-se um fenómeno quase permanente, atingindo momentos de um tão grande paroxismo que acabaria por afetar gravemente a sua capacidade bélica. Poderemos, ao longo da história político-militar de muitos impérios, identificar vários momentos em que surgiram violentas lutas internas, mas dificilmente encontraremos este tipo de conflitualidade com a intensidade e persistência com que este flagelo se tornou endémico no exército romano. Diga-se mesmo, que um tão "hipertrofiado autofagismo marcial" chegou a criar uma verdadeira desorganização política na estrutura imperial, nomeadamente durante a designada "anarquia militar" ocorrida entre 235 e 284 d.C., onde o poder se fragmentou ao sabor das ambições de muitos dos seus comandantes, surgindo consecutivos centros de poder apoiados pelas legiões estacionadas nas diversas regiões do Império[1750]. Diga-se que um tal fenómeno já se verificara igualmente na fase final do período republicano, tendo começado com a primeira guerra civil romana entre Gaio Mário e Lúcio Cornélio Sula (88-81 a.C.) e ressurgindo em conflitos posteriores, como foi o ocorrido entre Pompeio e Júlio César (49-45 a.C.), e que atingiu tal intensidade que desintegrou as estruturas políticas e institucionais da República.

No entanto, apesar das brutais guerras civis em que por vezes quase se confrontaram a totalidade dos seus recursos militares, quer no período da República, quer durante o Império, os descendentes de Rómulo conseguiram, até uma data bastante tardia, defender a integridade das províncias.

A primeira guerra civil surgiria em 88 a.C.[1751], quando um violento conflito estalou entre o "partido" dos *populares* de Públio Sulpício Rufo e Gaio Mário contra a fação aristocrática dos *optimates*, liderada por Lúcio Cornélio Sula, por vezes também designado por Sila[1752]. A conflitualidade interna pareceu desde então ter-se exacerbado e, muito rapidamente, novas dissensões internas provocaram lutas fratricidas, com violentas batalhas

[1750] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 124-174; RODRIGUES, 2009, pp. 69-75.
[1751] FIELDS, 2008, p. 17.
[1752] PLU. *Gayo Mario*, 1.1-46.5; PLU. *Lucius Cornelius Sulla*, 1.1-38.4.

como as ocorridas em 42 a.C. em Filipos (*Philipos*) na Grécia[1753], onde Augusto e Marco António pretenderam tomar conta do poder e vingar a morte de Júlio César[1754].

Um outro aspeto a tomar em consideração relativamente ao sucesso das armas romanas é a indefinição do resultado de inúmeras batalhas, fazendo com que não seja possível integrá-las inteiramente nesta estatística, mas devendo estas ser consideradas no cômputo geral, em resultado do esforço militar que exigiram.

Tabela 9 - Análise da Atividade Militar do Exército Romano – 509 a.C.-476 d.C. (2)

ANÁLISE ESTATÍSTICA GLOBAL DA ATIVIDADE MILITAR DO EXÉRCITO ROMANO (2)						
Valores Globais / Cronologia	Número de Batalhas	Batalhas Travadas em Guerra Civil	Batalhas com Resultado Indeterminado	Valor de Aferição	Batalhas Vencidas	Batalhas Perdidas
Período Republicano (509-27 a.C.)	1 989	39	73	1 877	1 334	543
Período do Alto Império (27 a.C. - 284 d.C.)	785	115	42	628	379	249
Período do Baixo Império (284-476)	518	69	56	393	214	179

[1753] FIELDS, 2008, pp. 72-73.

[1754] Apresentamos aqui esta batalha, travada no ano de 42 a.C., tendo decorrido em dois combates distintos na planície a oeste da antiga cidade de Filipos: o primeiro confronto deu-se a 9 de outubro e o segundo a 23 do mesmo mês, como um mero exemplo da enorme violência e quantidade de meios despendidos que poderiam subjazer aos conflitos de uma Guerra Civil romana, visto que esta batalha, em particular, obrigou a que se mobilizassem grande parte dos seus recursos militares. Apesar de nos confrontarmos sempre com a dificuldade de definir números precisos para os efetivos, em batalhas na Antiguidade, esta foi mesmo considerando as estimativas mais baixas, um confronto com meios impressionantes. Na Batalha de Filipos intervieram 19 legiões sob o comando de Marco Júnio Bruto e Gaio Cássio Longino, os assassinos de Júlio César, que ficariam conhecidos como "*liberatores*", contra 17 legiões lideradas por Octávio Augusto e Marco António, dois dos três membros do Segundo Triunvirato. No entanto, as razões para que este enfrentamento tenha atingido tais dimensões foi, em grande medida, o conflito latente entre a fação conservadora do Senado Romano, designada por *Optimates*, e os partidários da fação popular (*os Populares*). Assim, teríamos entre 53.000 e 108.000 soldados de infantaria e 13.000 de cavalaria para os *optimates*, contra uns possíveis 60.000 a 105.000 soldados de infantaria e 20.000 de cavalaria do lado dos *populares*. O impreciso resultado que temos para o número de baixas aponta para um total superior a cerca de 16.000 mortos para os *liberatores* e cerca de 8.000 para os *populares*. Note-se o desgaste causado por um conflito com estas dimensões, com uma cifra certamente superior a mais de 24.000 mortos e a consequente movimentação de mais de 36 legiões, o que terá desguarnecido necessariamente muitas províncias imperiais. Acrescente-se ainda o desgaste psicológico causado a todo o exército pelas Guerras Civis, fazendo enfrentar Romanos contra Romanos, com todas as implicações inerentes à exigência de lutarem contra homens seus iguais, com o sentimento de pertencerem à mesma matriz cultural e com possíveis vínculos anteriores. EGGENBERGER, 1985, ("*Philippopolis* I") pp. 331-332; GONZÁLEZ, 2005, ("*Philippi* I") pp. 525-526; GOLDSWORTHY, 2016, pp. 146-158.

9.2.1. Avaliação Percentual do Desempenho do Exército Romano

Durante a República estamos habilitados a conhecer o resultado de 94,37% da totalidade das batalhas consideradas. Podemos constatar uma superioridade esmagadora do exército romano perante os seus adversários externos, com um índice de vitórias estimado em 71,07%, contrastando fortemente com 28,93% de derrotas. Verificamos que o esforço militar durante este período é consideravelmente superior ao que iremos encontrar durante os dois períodos subsequentes, concentrando-se os seus desaires bélicos nos anos respeitantes às Guerras Samnitas (343-341 a.C., 326-304 a.C., 298-290 a.C.)[1755] e à Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.)[1756] e verificando-se um incremento de vitórias na sua fase final, nomeadamente no período da conquista da Gália por Júlio César (58-50 a.C.)[1757]. Nesta última fase, surgiram igualmente as Guerras Civis (88-31 a.C.)[1758], que, todavia, totalizaram apenas 1,96% dos recontros e em que cerca de 3,67% foram batalhas de resultado indeterminado.

Para o período do Alto-Império temos um valor de aferição de 80% sobre toda a atividade militar romana, o que significa que a nossa análise entre vitórias e derrotas tem um âmbito mais restrito do que aquela que nos foi possível determinar para o período anterior. Neste contexto estatístico, sabemos que os Romanos ganharam 60,35% e foram derrotados em 39,65% dos confrontos. A percentagem das suas vitórias sobre adversários externos decai cerca de 11%, enquanto o número de derrotas sofre um substancial incremento, também de cerca de 11%. Note-se que a atividade bélica dos Romanos sofre nesta fase do Império um substancial decréscimo, tendo-se passado de 4,13 batalhas por ano durante a República para uma cifra, agora, de 2,5 batalhas. As batalhas com resultado indeterminado aumentaram também para 5,35%, mas a cifra mais relevante deste período do Império poderá ser considerada o exponencial aumento da conflitualidade interna, com um incremento para o valor absoluto de 14,65%, o que é cerca de sete vezes mais do que se tinha verificado durante a República.

Para o Baixo-Império encontramos um número bastante semelhante ao período anterior quanto à atividade militar, cifrando-se esta em cerca de 2,7 batalhas por ano. Apesar de este ser o período final do Império e cronologicamente estar mais próximo de nós,

[1755] CONNOLLY, 1998, pp. 105-112; CRISTOL; NONY, 2000, pp. 56-57.
[1756] BRIZZI, 2007, pp. 95-332; GOLDSWORTHY, 2009, pp. 189-433; O'CONNELL, 2012, pp. 118-299.
[1757] LE BOHEC, 2001, pp. 121-300; GOLDSWORTHY, 2013, pp. 241-459.
[1758] FIELDS, 2008, pp. 50-79.

apresenta o menor valor de aferição com 75,87%. É de salientar que, nesta fase, os conflitos com resultado indefinido aumentaram para o dobro, apresentando a cifra de 10,81%, mas encontramos uma ligeira diminuição dos recontros travados em Guerra Civil, com 13,32%. O número de batalhas vencidas cifrou-se em 54,45% o que reforça a tendência que já se verificava de diminuição do número de vitórias sobre adversários externos, tendo os Romanos sido derrotados em 45,55% dos confrontos.

Poder-se-ia dizer, com base nestes dados percentuais, que a República foi o período em que as armas romanas tiveram maior sucesso, verificando-se uma progressiva diminuição na sua capacidade de obter vitórias, podendo este fenómeno ter sido em grande medida coadjuvado pelo exponencial aumento da conflitualidade interna. No entanto, será de salientar que, mesmo durante o Baixo-Império, o seu sucesso marcial, embora menos relevante, manteve-se sempre, com um cômputo de inquestionável superioridade. Poder-se-á também considerar que a transformação verificada no exército romano ao nível da estrutura tradicional da legião, do perfil de treino, da disciplina e até do equipamento do legionário terão sofrido substanciais modificações.

É assim que, no Baixo-Império, nomeadamente com as reformas de Diocleciano e de Constantino, "O Grande", tais modificações profundas no sistema tradicional romano bem poderão ter contribuído para uma clara perda de eficácia do seu sistema de combate.

Tabela 10 - Resumo da Análise da Atividade Militar do Exército Romano - 753 a.C. - 476 d.C.

ANÁLISE ESTATÍSTICA GLOBAL DA ATIVIDADE MILITAR DO EXÉRCITO ROMANO - RESUMO					
Número de Batalhas	Batalhas Travadas em Guerra Civil	Batalhas com Resultado Indeterminado	Valor de Aferição	Batalhas Vencidas	Batalhas Perdidas
3 292	223	171	2 898	1 927	971

Da análise destes três períodos concluímos que o exército romano venceu dois terços de todas as batalhas que realizou contra inimigos externos (mais exatamente: 66,5% de triunfos).

9.3. Homens Talhados para a Carnificina. A Violência Irracional das Legiões. A Fúria das "Remutilações"

Para uma perceção crítica da terrível destruição que os Romanos infligiam aos seus adversários deveremos repegar, como mero exemplo, uma expressiva descrição que Tito Lívio nos deixou sobre o que se teria passado durante um combate ocorrido na guerra que os Romanos travaram com Filipe V da Macedónia, logo a seguir à Guerra Anibálica.

Logo após o primeiro confronto de cavalaria que os Macedónios travaram com os Romanos, Filipe V decidiu realizar um funeral coletivo dos homens do seu exército que tinham caído durante a batalha. Acontece que os Macedónios, habituados como estavam às 'feridas limpas' causadas pelo dardo e pela sarissa, que eram as armas que habitualmente enfrentavam, não estavam preparados para se depararem com o cenário de total devastação que encontraram. Tito Lívio deixou-nos um esclarecedor relato do estado mutilado dos corpos dos soldados macedónicos[1759]:

> «[…] Philip, thinking that he would do something to secure the affection of his people and increase their readiness to encounter danger on his behalf [2] if he undertook the burial of the cavalrymen who had fallen on the expedition, ordered their bodies brought into camp, that the funeral honour might be seen by all. [3] Nothing is so uncertain or so unpredictable as the mental reaction of a crowd. What he thought would make them more ready to enter any conflict caused, instead, reluctance and fear; [4] for men who had seen the wounds dealt by javelins and arrows and occasionally by lances, since they were used to fighting with the Greeks and Illyrians, when they had seen bodies chopped to pieces by the Spanish sword,1 arms torn away, shoulders and all, or heads separated from bodies, with the necks completely severed, or vitals laid open, and the other fearful wounds, realized in a general panic with what weapons and what men they had to fight. […]»

Notemos o efeito psicológico demolidor que deverá ter sido para o exército de Filipe V o choque provocado por um tal tipo de mutilações nos corpos dos seus companheiros. Com os corpos esquartejados daquele modo brutal, dificilmente os macedónios poderiam sequer querer realizar os seus rituais fúnebres de forma condigna, visto que estes deveriam ser realizados pela inumação do corpo integral de cada soldado, a fim de lhe proporcionar o descanso eterno no Hades[1760].

[1759] LIV. 31.34.1-4.

[1760] A importância do enterramento integral do corpo do falecido era um dogma religioso extremamente arreigado na cultura greco-macedónica e que remontava há centenas de anos. Poderemos compreender bem

Este relato de Tito Lívio é bem demonstrativo da enorme brutalidade com que os soldados romanos defrontavam os seus inimigos, sendo prática comum, ao que tudo indica, o esquartejamento dos seus corpos. A corroborá-lo temos, nos últimos anos, o achado de corpos terrivelmente mutilados de homens que foram vítimas dos soldados romanos em duas escavações hispânicas, a saber: em Cerro de la Cruz (150-125 a.C.); e em Valência (75 a.C.)[1761].

Esqueletos em ambos estes locais demonstraram evidências claras dos ataques brutais a que as vítimas foram submetidas, com os membros decepados. Eles são evidências de que o gládio foi usado para golpes de corte muito violentos. No Cerro de la Cruz, dois esqueletos foram encontrados de bruços, com sinais claros traumáticos. Um desses esqueletos pertencia a um jovem com cerca de 20 anos e encontrava-se com o ombro direito cortado graças a um corte aplicado com extrema ferocidade, o que nos revela, possivelmente, o resultado de uma tentativa fracassada de decapitação. Apresentava outro ferimento na coluna, infligido por trás e que tudo indica ter sido causado pelo movimento descendente de uma lâmina[1762].

No caso de Valência, a evidência proporcionada pelo esqueleto encontrado na escavação foi ainda mais expressiva, podendo-se claramente afirmar ter sido o resultado de mutilações realizadas após o combate corpo a corpo. Um dos esqueletos mostra-nos um indivíduo que foi atingido por um pilo e, posteriormente, mutilado, ficando com os quatro membros decepados. Um outro esqueleto foi decapitado e o seu crânio colocado entre as suas pernas[1763]. De todas estas amostras depreende-se que, pelo tipo de cortes, tais mutilações poderão ter sido executadas com um gládio

Estes achados em Espanha confirmam a precisão da narrativa de Tito Lívio e devem levar-nos a uma análise crítica sobre como se teriam processado tão inusitadas mutilações.

Estamos bem conscientes da força extraordinária que deveriam ter os legionários nos seus membros: os inferiores devido às enormes distâncias que se viam forçados a percorrer durante as campanhas; quanto aos superiores, estariam extraordinariamente fortalecidos devido aos muitos anos de treino diário com o escuto e com o gládio.

Não será necessário que compulsemos compêndios de Anatomia para podermos justificar estas afirmações, pois todos nós verificamos, até na nossa experiência prática

a sua importância cultual na mais célebre tragédia de Sófocles, a "Antígona", quando esta desafia a lei do rei de Tebas, que proibia o enterramento do seu irmão Polinisses por este ter lutado contra a cidade. Antígona não hesita em proporcionar ao seu irmão o descanso eterno, alegando que a lei dos deuses se sobrepõe à lei ditada pelos homens. SOPH. *Ant*.

[1761] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 36.

[1762] QUESADA, 2014, pp. 231-271.

[1763] JAMES, 2011, p. 100.

diária, o aumento de resistência e de força que resulta de uma mais intensa ou reiterada atividade muscular, quando somos levados, por recreio ou por obrigação, a ter de executar trabalhos mais constantes e pesados do que acontecia antes.

A adaptação do corpo físico às condições exteriores que lhe são impostas sempre fez parte da experiência "evolutiva" da História do Homem e foi descrita em detalhe em 1859, por Charles Darwin, na sua "Origem das Espécies", onde é associada às mutações biológicas que respondem às necessidades de sobrevivência dos organismos aos estímulos e condições do meio.

Por maioria de razão, teremos assim de admitir que o soldado romano, sujeito a um tão intenso treino diário, deveria possuir uma poderosa musculatura, quer em força, quer em resistência. Assim, o seu braço esquerdo teria que desenvolver as suas capacidades musculares de forma a permitiam uma prolongada sustentação do escuto, enquanto o direito deveria apresentar também uma robusta estrutura muscular que permitia um grande dinamismo e rapidez devido ao permanente treino do gládio.

É, pois, natural que o soldado romano tivesse grande capacidade para aplicar golpes de enorme violência sobre o seu oponente, mas deveremos ter em atenção que, embora fosse teoricamente possível graças à força e à velocidade com que eram desferidos, tais golpes poucas vezes deveriam conseguir um decepamento total de um membro, ou mesmo a decapitação de um adversário.

Não queremos, no entanto, afirmar que em circunstâncias ocasionais, isto não pudesse acontecer, mas um tal fenómeno exigia condições muito particulares para que um corte de tal brutalidade pudesse ter lugar. Para se admitir um golpe que decepa parte do corpo num combate corpo a corpo, lutando em pé, este teria de ser realizado, não por qualquer tipo de estocada, mas por um poderoso e amplo movimento de corte com uma lâmina muito afiada e resistente.

Para ser possível conseguir uma velocidade de corte tão fulminante, esta teria de ser realizada com uma parte da lâmina que lhe pudesse imprimir uma extrema velocidade e isso teria necessariamente de ser concretizado com a extremidade da ponta da espada. Dir-se-ia mesmo que, para realizar um decepamento nestas condições, uma lâmina de grandes dimensões e peso seria a mais adequada para o concretizar. Dir-se-ia mesmo que, independentemente do tamanho da lâmina, a movimentação que é possível imprimir na parte que se encontra junto ao punho não é passível de se deslocar no espaço com a rapidez e força que se poderá conseguir com a região de corte próximo da extremidade da lâmina; e esta

diferença torna-se fundamental para a aplicação de um golpe cortante que possua capacidade de amputação.

Ora, se atendermos às reduzidas dimensões e peso da lâmina do gládio, teremos de admitir que este dificilmente teria condições de atingir uma velocidade e impacto de corte na sua ponta que permitisse realizar uma amputação de uma estrutura tão robusta e grossa como uma perna ou uma cabeça.

Note-se ainda a extrema dificuldade de executar deste modo um decepamento, se tomarmos em linha de conta que o corpo do oponente não está fixo, podendo acomodar parte da força do impacto da lâmina através da oscilação do seu próprio corpo. Deveremos considerar igualmente a grande dificuldade de um tal tipo de mutilação radical, pois o natural couraçamento que a generalidade dos guerreiros exibia em batalha teria a faculdade de amortecer bastante a força do impacto, dificultando muito a possibilidade de um decepamento.

Conhecemos até armas que, pelo perfil da sua lâmina, eram adequadas para desferir poderosos golpes de corte que permitiam cortar membros ou mesmo decepar cabeças, como a Falcata Ibérica, a Ronfaia (Falx)[1764] dácia, ou até mesmo a gadanha artesanal, mas estas eram armas com um peso muito considerável e, geralmente, com um perfil afoiçado. O gládio não possuía nenhuma das principais características deste tipo de arma, até porque era uma lâmina bastante leve, de perfil retilíneo, pouco adequada a golpes do tipo martelo e cuja técnica de ataque era fundamentalmente realizada por estocadas. Notemos que as lâminas conhecidas por permitirem decepamentos em combate eram de perfil recurvado, pois para conseguir um tal tipo de mutilação seria necessário que o seu ângulo de corte acomodasse bem, no seu movimento, a parte do corpo do adversário que se pretendia atacar.

No entanto, possuímos elementos concretos que nos indicam a brutal mutilação, o decepamento, dir-se-ia mesmo a "destruição" dos corpos dos inimigos dos soldados romanos, transformados em "massas informes" de torsos, braços, pernas e cabeças a um tal ponto que, segundo nos diz expressivamente Tito Lívio, "eram corpos cortados em postas pelas espadas hispânicas, braços arrancados com ombro e tudo, cabeças separadas dos corpos".

Perante isto, uma reflexão se impõe!

Como será possível admitir-se que os soldados romanos, com os seus simples gládios conseguissem realizar um tal tipo de massacre durante uma batalha, com um

[1764] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 43.

esquartejamento tão sistemático e generalizado dos corpos dos adversários? Como será possível admitir-se que muitos dos golpes aplicados pelos legionários tivessem resultado em mutilações tão pronunciadas e com uma tal violência que conseguiam desfazer em postas os corpos dos oponentes, cortando possivelmente centenas de pescoços e arrancando fora braços pelas omoplatas?

E o que dizer sobre os corpos esquartejados encontrados em Espanha, onde se encontraram esqueletos vítimas do confronto com Romanos que têm os quatro membros decepados, ou aquele outro que foi decapitado e o seu crânio colocado entre as suas pernas?

Embora não se possua relatos com um tal grau de detalhe que nos descreva o que acontecia aos adversários dos guerreiros que lutavam com falcatas e que permitiam tais mutilações durante o combate, como era apanágio dos Dácios ou de algumas tribos celtibéricas, teremos boas razões para duvidar que as suas vítimas ficassem num tão pronunciado estado de destruição física. Esta só poderia ser fruto de uma intervenção irracional sobre os adversários já feridos ou mortos que se encontravam caídos, o que permitia tais atos de brutalidade ao poderem ser repetidamente aplicados golpes contra esses corpos, que sofreriam assim todo o impacto das lâminas, ao estarem imobilizados em contacto com o solo.

Como defende Mike C. Bishop, que é um arqueólogo e uma autoridade sobre inúmeros aspetos militares da Roma Antiga, tendo-se dedicado ao estudo das suas armas e armaduras, estes achados são bem reveladores de que houve necessariamente uma intervenção posterior à batalha, com o intuito de desfigurar violentamente os cadáveres dos inimigos[1765]. Como aconteceu com os macedónios de Filipe V, na passagem supracitada, a intenção deveria ser a de encher de terror todos aqueles que futuramente tivessem a intenção de enfrentar a máquina militar romana, mostrando à saciedade o que lhes iria acontecer se tivessem uma tal ousadia. A isto, acrescentaríamos nós, poderiam estar ainda subjacentes a intenção de aniquilar todos os adversários que, embora caídos, não se encontrassem mortos e de um tal ato de mutilação sistemática ser o resultado da fúria combativa dos soldados romanos. Será bem possível admitir-se que os legionários, tomados de um frenesim de luta incontrolável, despejassem em certas ocasiões estas pulsões destruidoras sobre os corpos dos adversários, atendendo ao ímpeto acéfalo que os acometia e que fazia até, como vimos, morder de raiva os seus próprios escudos durante o combate.

[1765] BISHOP; DENNIS, 2016, p. 36.

9.4. GLADIADORES: UMA ESCOLA DE TÉCNICAS DE COMBATE

9.4.1. Uma Tradição Ritual de Sangue

Várias terão sido as razões que terão contribuído para que Roma tivesse criado, e até mesmo incrementado, um espetáculo tão sangrento e, ao mesmo tempo, com uma tão grande adesão popular como foram os combates de gladiadores[1766].

Embora tal evento tenha tido uma origem obscura, tudo leva a crer que este possa ter sido de matriz etrusca[1767], tendo sido introduzido na Urbe a partir da Campânia[1768]. Tais confrontos começaram por ser cerimónias de carácter religioso, em honra de um defunto distinto[1769], e terão entrado na esfera romana no ano de 264 a.C.[1770].

O primeiro combate de gladiadores teve lugar quando os filhos de Décimo Júnio Pera (*Decimus Junius Brutus Scaeva*)[1771] pretenderam assinalar o funeral do seu pai[1772] com um modesto evento no Forum Boário (*Forum Boarium*[1773]), que fica hoje nas proximidades da Bocca della Verità, realizando uma cerimónia com apenas com três pares de bustuários (*bustuarii*)[1774].

[1766] Segundo Michael Bishop é possível atribuir as origens do combate de gladiadores ao contexto da própria *Ilíada* de Homero, onde podemos encontrar o relato dos jogos fúnebres realizados após a morte de Pátroclo. Imediatamente antes de Aquiles acender a pira funerária de seu companheiro, ele executa doze prisioneiros troianos, dando início, no dia seguinte, a uma série de jogos, incluindo pugilato, luta livre, arco e flecha e corridas de carros. Essa passagem, portanto, combina sacrifício humano e competição desportiva num contexto fúnebre; como tal, pode ser vista como uma inspiração para a adoção romana do combate de gladiadores. BISHOP, 2017, p. 14.

[1767] KYLE, 1998, p. 44.

[1768] AUGUET, 1994, p. 21.

[1769] AUGUET, 1994, p. 19. Michael Bishop relata que, no século VI a.C., Cartagineses e Gregos, feitos prisioneiros por Etruscos, foram apedrejados até à morte e que, em 368 a.C., 300 prisioneiros de guerra romanos terão sido executados pelos vencedores etruscos, ambas as ações efetuadas enquanto celebração da vitória (BISHOP, 2017, pp. 14-15).

[1770] Após o primeiro *munus* em homenagem a Junius Pera em 264 a. C., o seguinte *munus* mencionado no registro histórico ocorreu em 215 a. C. Este *munus* foi celebrado quando do funeral de M. Aemilius Lepidus, que tinha sido eleito cônsul duas vezes e ocupou o prestigioso cargo de áugure. DUNKLE, 2013, p. 153.

[1771] KYLE, 1998, p. 46.

[1772] Segundo várias fontes (nenhuma delas contemporânea, entre elas Lívio, que apenas se lhe refere no sumário do Livro 16 do *Ab Urbe Condita*), o primeiro combate romano de gladiadores terá sido realizado em 264 a.C., quando Décimo Júnio Bruto organizou um para homenagear o seu pai recentemente falecido. BAKER, 2002, p. 15; Oferecendo-nos um pouco mais de detalhe, Valério Máximo, por exemplo, escrevendo na primeira metade do século I d.C., observou que os jogos de gladiadores foram apresentados pela primeira vez em Roma, no *Forum Boarium*, durante os consulados de Ápio Cláudio e Quinto Fúlvio. Eles teriam sido organizados por Marco e Décimo, filhos de Décimo Júnio Pera, honrando as cinzas do seu pai com um memorial funerário. (Valerius Maximus 2.4.7). BISHOP, 2017, p. 18.

[1773] O *Forum Boarium*, termo que significa literalmente "mercado de gado", correspondeu ao local onde se realizaram os primeiros combates de que temos conhecimento. AUGUET, 1994, p. 19; BISHOP, 2017, p. 101.

[1774] Bustuários era o nome pelo qual eram conhecidos os homens que tomavam parte nestas cerimónias fúnebres e que mais tarde passariam a ser conhecidos por gladiadores, já num contexto que se começava a

Segundo nos diz Festo, existia já antes em Roma um antigo costume de sacrificar prisioneiros e espargir o seu sangue sobre a tumba dos guerreiros mais valorosos[1775]. Mais tarde, decidiu-se substituir estes sacrifícios humanos pelos combates de bustuários, homenageando e promovendo o descanso do defunto sem que, no entanto, se exigisse a morte de qualquer um dos lutadores[1776]. Supõe-se que estes combates teriam lugar nove dias depois do enterro, encerrando-se assim, com esta cerimónia, o tradicional período com que em Roma se assinalava oficialmente o luto. Os bustuários não teriam, nem deveriam, lutar até à morte, mas apenas provocar mutuamente ferimentos que levassem a algum derramamento de sangue que deveria ser espargido sobre a tumba.

Esta necessidade de realizar um tal tipo de ritual poderá ser compreendida pelo papel fundamental que o sangue tinha nas cerimónias religiosas de Gregos e de Romanos, pois era encarado como "alimento da vida", sendo uma condição para o descanso das almas o poderem ter-lhe acesso[1777].

Podemos, aliás, observar uma tal aceção na expressiva passagem da "Odisseia de Ulisses", quando o herói visita os seus familiares no mundo dos mortos e as almas sequiosas procuram beber o sangue do sacrifício que ele executa, tendo mesmo de ser mantidas à distância, sob ameaça da sua espada. O sangue tinha um papel tão determinante que, antes de o beber, Anticleia, a mãe de Ulisses, não conseguia sequer reconhecer o seu filho e o adivinho Tirésias afirmava que só as almas que ao sangue tivessem acesso encontrariam algo parecido a uma espécie de vida e voltariam a ter a faculdade de falar[1778].

Para a mentalidade romana, o sangue humano que fosse derramado em honra de um morto, além de operar neste uma regeneração momentânea, podia mesmo fornecer-lhe um tipo de sobrevivência de carácter permanente, próxima do que se poderia considerar uma divinização[1779].

---

afastar de qualquer intenção laudatória. AUGUET, 1994, p. 19; A palavra *bustuarii* é originária do latim *bustum*, que significa tumba, ou o local onde se fazia a inceneração dos cadáveres. Era um tipo de pira crematória construída sobre uma vala onde os restos mortais caíam depois de queimados, indicando que o propósito destes combates era ritual e deveria ser realizado nas proximidades do féretro ou das suas cinzas. BISHOP, 2017, p. 17.

[1775] AUGUET, 1994, p. 21; KYLE, 1998, pp. 43-44.

[1776] BAKER, 2002, p. 16.

[1777] Donald G. Kyle refere: «[…] The origin of gladiatorial and beast combats is probably not a historical question answerable in terms of a single original location (e.g. Etruria or Campania), a single original context (e.g. sacrifice, contests, vengeance, scape-goats), and a simple linear transmission (e.g. Etruria to Rome). Combats, sacrifices, and blood sports were simply too widespread in antiquity. […]».KYLE, 1998, p. 45.

[1778] AUGUET, 1994, p. 22.

[1779] AUGUET, 1994, p. 22.

Os Romanos não tinham uma conceção precisa de como era o mundo onde se encontravam as almas dos defuntos, pela simples razão de que, desde os pródromos da sua religião, não teriam demostrado interesse por tal matéria, não tendo, portanto, surgido nenhuma representação imagética de como seria um Hades romano. Todas as suas conceções sobre um mundo de sombras são de influência grega, tendo muitas delas chegado ao seu universo por influência etrusca[1780].

O temor dos mortos estava bem patente nas crenças religiosas dos Romanos, pois estes acreditavam que, sob certas circunstâncias, os espíritos insatisfeitos e sedentos de vingança podiam regressar à terra e causar calamidades terríveis[1781]. Um tal temor era desde há muito passível de ser conjurado pelo cumprimento minucioso de antiquíssimas disposições cerimoniais que conseguiam limitar a certos dias o retorno das almas dos defuntos (*manes*) ao mundo dos vivos[1782]. Era, assim, conhecido um complexo conjunto de ritos públicos e privados cujo cumprimento aquietava os mortos, contribuindo o sangue resultante dos combates de bustuários para esse mesmo desiderato[1783].

Durante a fase em que os confrontos são encarados como um ritual, a assistência restringia-se a familiares e amigos do defunto, que deveriam permanecer de pé nas galerias, em torno do *forum* onde estes se realizavam, exigindo-se igualmente que todos os assistentes se mantivessem em silêncio e de cabeça descoberta, como sinal de máximo respeito pela cerimónia. Era já, no entanto, uma luta que deveria ser realizada de forma bastante violenta, fazendo assim alusão a forças primordiais ligadas a impulsos primitivos de sobrevivência.

Os combates eram designados por *munera*[1784] que, em latim, expressava já o sentido de "oferenda" aos defuntos, sendo encarados como uma dádiva para apaziguar as almas dos mortos e que consistia numa verdadeira obrigação, segundo as palavras de Tertuliano[1785].

A principal intenção destas cerimónias era a de acalmar qualquer hostilidade que pudesse possuir a alma do morto e assim promover o seu descanso em paz, fazendo com que este não viesse a ter a pretensão de intervir no mundo dos vivos fora dos dias sagrados que eram consagrados para uma tal manifestação.

1780 AUGUET, 1994, p. 23.
1781 KYLE, 1998, pp. 129-131.
1782 AUGUET, 1994, p. 22.
1783 BAKER, 2002, p. 16.
1784 BISHOP, 2017, p. 11. O singular de *munera* é *munus*, palavra cujo significado evoluiu com o tempo; a acreditar-se em Plínio, o *munus* seria de facto quase o contrário de um espetáculo, já que essa palavra, na visão tradicional dos Romanos, é definida precisamente como algo que esgota a vitalidade e enfraquece; o *munus*, ao contrário, excita a mais elevada das virtudes: coragem e desejo de glória, AUGUET, 1994, p. 192.
1785 AUGUET, 1994, p. 21; BISHOP, 2017, p. 15.

Com o tempo, foi-se perdendo o seu carácter de cerimónia e os combates foram adquirindo uma dimensão inteiramente laica, que pretendia apenas o entretenimento, fornecendo um espetáculo que fazia vibrar de excitação os que a ele assistiam. É bem possível que tal tendência se tenha incrementado a partir do momento em que se passou a anunciar publicamente os combates[1786] e se criaram condições para que a eles assistissem consideráveis plateias[1787]. Começaram então a colocar-se inúmeras bancadas para permitir que se pudesse assistir confortavelmente aos combates[1788], embora permanecesse durante muito tempo ainda interdita a presença de mulheres[1789].

9.4.2. Um Espetáculo de Fama e Morte

Neste novo enquadramento, os organizadores dos jogos (*ludi*)[1790] passaram a pretender que houvesse uma adesão cada vez maior do povo romano aos combates, tendo-se conseguido um tal aumento através da excitação provocada por lutas com perfil, não só mais violento, como mais diversificado[1791], exigindo-se que os contendores lutassem até à morte.

Embora os combates continuassem a acontecer ainda com carácter excecional durante a segunda metade do século III a.C., o número de pares de lutadores aumentou exponencialmente, passando de três para vinte cinco e, no final do século II a.C., já preenchiam longos espetáculos com sessenta parelhas[1792].

Como nesta fase qualquer cidadão com posses poderia organizar combates em honra dos seus defuntos[1793] e conseguir através deles a popularidade que tais espetáculos proporcionavam, um tal patrocínio de jogos tornou-se fundamental para conseguir obter os votos que permitiam ser eleito para os cargos públicos[1794].

Um tal estratagema político levou a que a sua frequência e carácter grandioso não tivessem parado de aumentar, tornando-se os combates de gladiadores um verdadeiro "vício

---

[1786] O *Libellus Numerarius* era um programa, vendido nas ruas antes de um combate (*munus*), onde estavam elencados os nomes dos gladiadores que nele lutariam (BAKER, 2002, p. 152).
[1787] AUGUET, 1994, p. 33.
[1788] BISHOP, 2017, p. 39.
[1789] AUGUET, 1994, p. 20; BAKER, 2002, p. 15.
[1790] BAKER, 2002, p. 152.
[1791] AUGUET, 1994, p. 26.
[1792] AUGUET, 1994, p. 25.
[1793] Até 105 a.C., quando parece que foram incluídos entre os espetáculos oficiais, em teoria, qualquer um poderia organizar estes combates. AUGUET, 1994, p. 24; BISHOP, 2017, p. 27.
[1794] AUGUET, 1994, p. 24; BAKER, 2002, p. 18; BISHOP, 2017, p. 28.

das multidões"[1795], adquirindo uma tal importância que passaram a marcar as principais datas do calendário da urbe[1796].

Júlio César, durante a sua edilidade, ter-se-á endividado em milhões de sestércios para promover jogos sumptuosos[1797] que foram oferecidos gratuitamente à generalidade da população[1798] com o intuito de promover a sua carreira política[1799]. As dimensões megalómanas de tais combates atingiam já as 320 parelhas de lutadores[1800], para além dos confrontos com bestas selvagens que, devido à logística inerente, oneravam em muito tais espetáculos[1801].

Notemos que a profunda excitação provocada pelo constante perigo de morte que estava inerente a tais espetáculos despertava em todas as camadas sociais um interesse generalizado, apelando a dimensões pulsionais profundas que, tudo indica, sempre terão feito parte da estrutura psíquica básica do homem[1802].

Se hoje tendemos a classificar tais confrontos como "manifestações bárbaras e sangrentas", esta não seria, no entanto, a forma pela qual a generalidade dos Romanos encararia tais espetáculos, da mesma maneira que tal tipo de confrontos seria igualmente admissível, ou pelo menos tolerável, para a generalidade dos povos da Antiguidade[1803].

É, pois, um mecanismo psíquico pulsional do foro inconsciente que atinge profundamente todo aquele que assiste a um género de confronto destes, pois ele apela de imediato ao desencadear de uma forte excitação, de uma perturbação que mistura sentimentos de medo, de horror, mas simultaneamente de fascínio e de um certo tipo de satisfação íntima, resultante de cada um dos espectadores sentir que não está pessoalmente em perigo, nem implicado no seu resultado[1804].

[1795] BISHOP, 2017, pp. 41-42.

[1796] AUGUET, 1994, p. 17.

[1797] Por exemplo, os jogos triunfais de César em 46 a.C. foram uma combinação verdadeiramente espetacular de eventos teatrais, equestres, atléticos e de gladiadores, realizados em vários locais e sempre perante grandes multidões. KYLE, 1998, pp. 34, 51.

[1798] César organizou um combate (*munus*) em 65 a.C., declaradamente em memória do seu pai, mas é inegável que o objetivo era também ganhar apoio político para sua candidatura à presidência. BAKER, 2002, p. 30.

[1799] Júlio César terá equipado os seus gladiadores com armaduras de prata, no que foi seguido por vários outros nobres. BAKER, 2002, p. 19.

[1800] BISHOP, 2017, p. 36.

[1801] Domiciano (81-96 d.C.), terminou com a possibilidade de qualquer pessoa, que não fosse o Imperador, poder organizar jogos em Roma, o que, uma vez estipulado, nunca veio a ser revogado. As suas medidas não apenas forneceram um monopólio imperial para conquistar os afetos da população por meio de exibições sumptuosas, mas também permitiram que elas controlassem os seus excessos mais exuberantes (e caros). BISHOP, 2017, p. 51.

[1802] BISHOP, 2017, p. 12.

[1803] KYLE, 1998, pp. 2-3, 7-8.

[1804] Na língua alemã *Schadenfreude* ("alegria na dor") é um vocábulo peculiar que expressa toda a complexidade desta pulsão inconsciente que possibilita este "comprazimento no infortúnio/sofrimento

Este mecanismo pulsional é tão forte que ainda hoje podemos sentir o seu chamamento no nosso quotidiano, expresso à nossa volta apesar da forte repressão do Superego[1805], nomeadamente quando constatamos, como mero exemplo, o fascínio expresso numa imensa fila de automóveis que se tende a formar para que os seus condutores possam assistir ao infortúnio alheio, provocado por um acidente aparatoso[1806].

Certamente que existirão inevitáveis diferenças na mundividência e na construção de valores quando se compara o homem da Antiguidade com o homem de hoje. No entanto, as estruturas mentais, bem como as capacidades cognitivas e neuro-sinápticas do homem de há dois mil anos parecem ser muito semelhantes às que possuímos ainda hoje, tal como nos afirma Robert O'Connell[1807].

9.4.3. Uma Loucura Coletiva

Os jogos vieram a adquirir um papel tão relevante que passaram a determinar, a vida social da cidade, tornando-se o assunto preferencial das conversas e despertando grandes paixões em todas as classes sociais. Roma organizava os jogos, bem como os grandes banquetes com que eles se encerravam, com uma tal liberalidade social que se tornavam a melhor oportunidade que tinha o cidadão comum de conviver com os membros das classes mais favorecidas, permitindo até que comessem à mesma mesa.

---

alheio". DUNKLE, 2013, p. 25. Este pode ter múltiplas expressões práticas, indo da estranha gratificação que pode resultar do horror na observação de um acidente, até ao ridículo agrado causado por um indivíduo que sofre uma queda aparatosa. O mecanismo irracional da *Schadenfreude* faz com que um sujeito se possa comprazer numa satisfação mórbida irracional ao assistir ao esforço de alguém que se debate com acontecimentos difíceis ou perigosos, resultando tal sentimento do facto de se saber alheado de tais dificuldades. Poderemos até identificar laivos deste fascínio nas mais diversas situações do quotidiano, sendo patente, por exemplo, a atração pelo medo que sentem determinados indivíduos na visualização de filmes de terror, sabendo estes que logo depois sofrerão momentos angustiados de receio perante a simples escuridão que os envolve.

[1805] Designa-se por Superego, na teoria psicanalítica, uma das três instâncias dinâmicas do aparelho psíquico que corresponde à estrutura moral do indivíduo. Esta representa a totalidade assimilada dos valores e dos correspondentes processos de repressão de comportamentos propugnados pela sociedade em que um dado sujeito está integrado. Segundo a teoria psicanalítica, o Superego forma-se após a criança ter tomado consciência de si própria e é o resultado do esforço que esta faz para introjetar os valores sociais. A criança recebe-os na permanente inter-relação com os pais e realiza inconscientemente este processo com o intuito de se poder ajustar a um determinado quadro comportamental e obter, assim, o esperado retorno de amor e afeto. BOCK, 2001, pp. 99-101; JACÓ-VILELA, 2005, pp. 282-283; KLEINMAN, 2012, pp. 22-23, 26.

[1806] Num fenómeno como este, em que se regista a observação generalizada de um acidente, está subliminarmente presente a curiosidade inerente à visualização de um acontecimento fora do comum, mas sobretudo a satisfação íntima que cada um experimenta ao sentir que o acontecido não tem quaisquer consequências sobre si próprio.

[1807] O'CONNELL, 2012, p. 194.

As lutas de gladiadores eram o espetáculo preferido do público, mas havia também as corridas de carros (*ludi circenses*)[1808], que eram até mais frequentes, e ainda a caça (*venatio*)[1809], em que os protagonistas eram animais selvagens[1810] que lutavam ora entre si, ora com um homem armado[1811].

Com Augusto, que pretendeu intervir em todas as esferas sociais e, particularmente, na sua dimensão moral, foram estabelecidas regras que aumentaram o controlo do Estado sobre esse tipo de luta[1812], estabelecendo-se diversas tipologias de gladiadores que pretendiam garantir uma maior equidade nas condições em que se realizavam os combates.

No entanto, para além desta dimensão de espetáculo meramente lúdico que era inerente a tais jogos, é bem possível que uma outra dimensão de carácter mais pragmático pudesse estar subjacente ao grande interesse por tal tipo de combates. Se, na arena[1813], os gladiadores lutavam quase sempre pela vida, com todo o desespero e entrega que tal implicava, não seria de estranhar que os inúmeros oficiais do exército romano que a eles deviam assistir[1814] estivessem atentos ao desempenho tático e ao tipo de técnicas de manuseio das armas que seriam utilizadas pelos lutadores[1815]. Estes

Imagem 84 - Gladiadores de *Lucus Feroniae* (Itália). O vencedor, enquanto executa a sua vítima com um punhal na mão esquerda, repousa um gládio hispânico (preso ao seu pulso por uma tira de couro) no ombro direito [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 55].

[1808] AUGUET, 1994, pp. 17, 23.
Existiam ainda os *ludi scaenici*, que eram representações teatrais (KYLE, 1998, p. 41).

[1809] AUGUET, 1994, p. 18; DUNKLE, 2013, p. 207; a primeira caçada (*venatio*) teve lugar em 186 a C. KYLE, 1998, p. 41.

[1810] BAKER, 2002, p. 75; BISHOP, 2017, pp. 23-26.

[1811] Havia também uma caçada (*venatio*) em que alguns animais caçavam réus indefesos condenados à morte, mas em geral este tipo de espetáculo era mal visto e considerado degradante. O interesse dos espetáculos era sobretudo provocado pela possibilidade de observar uma excitante luta de sobrevivência entre os participantes e não o mero ataque das feras sobre seres humanos que não tinham quaisquer condições de se defender das suas investidas. É historicamente possível que alguns cristãos tenham tido uma tal sorte funesta, mas a sua morte passiva nas fauces dos animais não era algo que agradasse à generalidade dos assistentes. Diga-se, igualmente, que esta condenação brutal dos cristãos não resultava de eles possuírem uma tal religião, pois os Romanos eram muito tolerantes em tais matérias, mas antes do facto de se recusarem a participar nas fórmulas e atividades institucionais obrigatórias, nomeadamente no culto ao imperador. KYLE, 1998, pp. 242-255.

[1812] AUGUET, 1994, p. 29.

[1813] A palavra "arena" deriva diretamente da palavra latina para areia: *harena*. Isto porque os gladiadores lutavam sempre num piso recoberto com areia. Como a maioria dos gladiadores optava por lutar descalça, isso não apenas tornava a superfície menos dolorosa do que a pedra ou a madeira, mas tinha também a vantagem de absorver qualquer sangue derramado. BISHOP, 2017, p. 101.

[1814] KYLE, 1998, p. 50.

[1815] Conforme Michael Bishop faz notar, os elementos do exército romano não apenas gostavam de assistir aos jogos de gladiadores, mas na verdade tinham uma conexão muito próxima com este tipo de combate.

combates eram de carácter livre e cada interveniente poderia enfrentar o seu adversário como a sua capacidade e ânimo lhe permitissem, mas o esforço inerente ao desespero que resultava da necessidade de salvar a sua própria vida deveria levar a que cada um recorresse aos mais sofisticados e inesperados tipos de golpes e estratagemas. Lembremos, a propósito, o esclarecedor comentário de Séneca nas suas Epístolas: "*Gladiatorem in arena capere consilium*"[1816].

Por vezes eram até realizados combates particularmente violentos, designados por "jogos sem perdão" (*munera sine missione*)[1817] em que um dos gladiadores só sairia da arena após conseguir a morte do seu oponente[1818]. Sabendo os lutadores que estavam sujeitos a um tão brutal tipo de obrigatoriedade, poderemos fazer uma ideia aproximada do extremo desespero com que determinados tipos de confronto seriam realizados na arena.

Num tal contexto de violência sem limites, será, pois, de admitir que os militares romanos que assistiam a estes confrontos pudessem, com a tranquilidade resultante do facto de serem meros espetadores, observar com detalhe todos os recursos postos em prática por tais lutadores, nomeadamente quando estes eram forçados a lutar contra adversários munidos de armas diferentes, como passou a ser prática nos jogos. Tendo o legionário romano, na sua vida militar, de enfrentar inimigos tão diversificados como era natural acontecer com guerreiros de diferentes etnias e que lutavam munidos de armas e estilos de luta muito heterogéneos, os confrontos na *arena* possibilitariam uma observação privilegiada de técnicas de combate particularmente eficazes contra tais tipologias de adversários. A principal razão para tornar estes confrontos interessantes para uma observação atenta é o facto de aqueles lutadores estarem sob pressão e em esforço máximo desde o início do combate, pois, contrariamente à indeterminação pessoal que se verifica no decorrer de uma batalha, em que há a possibilidade de se sobreviver mesmo quando o nosso exército perde, na arena só a vitória poderia permitir sobreviver.

Em 105 a.C., encontramos P. Rutílio Rufo importando treinadores especializados para o seu exército, da escola de gladiadores de C. Aurélio Escauro, com o objetivo específico de melhorar as habilidades dos seus soldados com a espada. Os soldados, primeiro, deviam praticar esgrima contra estacas e, depois, uns contra os outros usando armas embotadas. Logo depois, o general romano Gaio Mário usou tropas adestradas por esses mesmos treinadores de gladiadores para derrotar os Cimbros, de modo que o sistema passou no seu primeiro teste. Esse tipo de treinamento tornou-se parte integrante do exército romano, não apenas para instruir novos recrutas, mas também para manter as habilidades até dos veteranos mais experientes. BISHOP, 2017, p. 109.

[1816] "É na arena que o gladiador arma o seu plano". SÉNECA, *Epistulae Morales*, 22.1.

[1817] KYLE, 1998, p. 83; O termo *sine missione* significa uma luta até a morte. Mesmo se o gladiador derrotado tivesse lutado bem e bravamente, estava-lhe vedada a possibilidade de conservar a vida. BAKER, 2002, p. 153.

[1818] AUGUET, 1994, pp. 60-61, 214.

O combate de gladiadores era uma verdadeira "montra do desespero" e da fúria de matar, levando a que cada um daqueles lutadores não só pense na técnica habitual de utilização das suas armas, mas procure também aplicar outro tipo de golpes e de estratagemas que o possam auxiliar[1819]. Assim, um outro tipo de investida com a lâmina, a busca por atingir o corpo do adversário noutro ponto, um movimento final e inesperado da espada, um tipo de desvio rápido, uma investida com o seu corpo agachado, um choque inesperado entre os escudos, um forte pontapé no adversário, uma fuga simulada, são apenas exemplos do imenso reportório de técnicas que podiam ser aplicadas pelos lutadores submetidos a uma tão extrema tensão[1820].

Certamente que muitas destas tentativas de inovação resultariam mal e seriam a causa da derrota (e da morte) do gladiador que as utilizava, mas, tendo em perspetiva os milhares de confrontos realizados neste contexto, é de acreditar que muitos tenham obtido bons resultados e apresentado boas ideias para novas técnicas de combate.

Note-se que, se durante a fase cerimonial os lutadores combatiam sempre com armas e equipamento semelhante aos guerreiros samnitas (que, curiosamente, eram bastante idênticos aos que os legionários possuíam), esse perfil vai diversificar-se, fazendo com que os estilos de luta sofressem grandes mudanças.

O equipamento típico do guerreiro samnita constava de um grande e pesado escudo retangular, uma espada de lâmina reta, um capacete robusto e um par de grevas[1821], apoiando-se assim o confronto preferencialmente no tipo de golpes da sua lâmina e nos movimentos do seu escudo, num género de luta que seria particularmente adequado para a aprendizagem de um soldado romano que era possuidor de um equipamento bastante semelhante[1822].

[1819] Embora não houvesse quaisquer restrições nos combates de gladiadores, consta que a assistência habitualmente apupava os lutadores que, de forma sistemática, tentavam atingir o adversário na cabeça, pois tais golpes eram de modo geral incapacitantes, fazendo com que o atingido deixasse rapidamente de ter condições de prosseguir o combate. Incorrer no desagrado da assistência era particularmente perigoso, pois esta, com certeza, seria impiedosa no caso de ser ela a decidir do destino final do lutador…

[1820] AUGUET, 1994, p. 72.

[1821] Peter Connolly refere que, em algumas representações, o guerreiro samnita empunha um escuto oval cortado no topo, do tipo Argivo. CONNOLLY, 1998, pp. 107-109. Michael Bishop refere que as grevas (*ocreae*) eram projetadas para proteger a parte inferior da perna. Geralmente eram usados apenas na perna esquerda, uma vez que era esta que avançava quando estava na posição de prontidão, com o escudo avançado e a espada puxada para trás, pronta para atacar. Normalmente, eram feitas de uma liga de cobre (bronze ou latão), possuindo interiormente um tecido ou forro de couro para absorver o choque quando era atingida por uma lâmina (ou mesmo chutada!), bem como tiras para prendê-la no lugar. BISHOP, 2017, pp. 77-78.

[1822] BISHOP, 2017, pp. 81-82.

Note-se que, *et pour cause*, o perfil de lutador mais frequente foi sempre o que possuía semelhanças com o equipamento e as armas do legionário, nomeadamente no que diz respeito à utilização de uma espada curta e reta, tal como o gládio[1823].

Sobre esta relação íntima entre legionário e gladiador, observa M. C. Bishop[1824]:

> «[…] When the *gladius* was first adopted by the Roman Army, an intimate relationship between the foot soldier and the gladiator was inevitably born. Just as they used the same weapon, so they used the same training methodology. […]»

O número de lutadores tendeu sempre a aumentar, chegando-se a cifras enormes, com Augusto a chegar a entreter o povo de Roma com 625 parelhas[1825]. Cerca de cem anos depois, na época de Trajano, para celebrar condignamente a sua grande vitória sobre os Dácios, o imperador fez lutar dez mil homens[1826], tendo certamente de colocar na arena muitos prisioneiros e escravos[1827] que não tinham sido sequer treinados para enfrentarem um tal tipo de combate[1828].

Para se poder ter uma ideia da euforia coletiva que os jogos provocavam no povo de Roma, bastaria o facto de sabermos que, no dia em que estes se realizavam, era necessário dotar a cidade de um serviço especial de vigilância para garantir a segurança e evitar assim crimes e roubos, atendendo a que as ruas mais afastadas do local onde se realizavam os jogos ficavam praticamente desertas.[1829]

A vontade de incrementar o impacto popular fornecido pelos jogos, que era o objetivo dos seus patrocinadores, levou também a que se verificasse um alargamento da tipologia de gladiadores, associados a diferentes categorias ou armas (*armaturae*[1830]) que eram postas em confronto[1831].

1823 BISHOP, 2017, pp. 10, 27, 68.
1824 BISHOP; DENNIS, 2016, p. 7.
1825 AUGUET, 1994, p. 30.
1826 BISHOP, 2017, p. 53. Na conclusão das Guerras Dácicas, Trajano financiou jogos em 107 d.C., os quais duraram 123 dias. Durante esses jogos, segundo o historiador Dião Cássio, 10.000 gladiadores lutaram e 11.000 animais foram mortos; KYLE, 1998, p. 35.
1827 Ao contrário da opinião popular, a maioria das vítimas mortas da arena não eram verdadeiros gladiadores, mas sim homens (e mulheres) condenados (*noxii*) à execução, à crucificação, etc. KYLE, 1998, pp. 91-95.
1828 AUGUET, 1994, p. 30.
1829 AUGUET, 1994, pp. 33-34.
1830 BISHOP, 2017, pp. 83-100.
1831 AUGUET, 1994, p. 73.

Tais jogos eram organizados segundo regras relativamente fixas, provavelmente resultantes da espetacularidade que proporcionavam e, ao mesmo tempo, deveriam oferecer uma interessante diversificação de técnicas de combate.

A utilização de uma espada curta e reta, similar ou mesmo igual ao gládio, continuou a ser, no entanto, a lâmina preferencial, usada sempre por, pelo menos, um gladiador em todas as parelhas de lutadores.

Assim, um reciário (*retiarius*)[1832], ou "pescador", munido com o seu tridente, rede, manica e punhal[1833], nunca lutava com outro reciário, mas tão somente com um secutor (*secutor*), ou "perseguidor"[1834], que estava munido de um gládio, um escuto, um elmo redondo com 2 orifícios, um subligare um cinto largo (*balteus*)[1835].

O mirmilão, (*mirmillo* ou *myrmillo*)[1836], ou também "homem peixe", que estava munido de um gládio, de um grande escudo circular de perfil celta, uma manica e capacete encimado por uma representação de um peixe[1837], era habitualmente forçado a lutar contra um trácio[1838] que ostentava uma pequena espada curva, um escudo[1839], um sólido capacete que cobria toda a cabeça e um par de grevas.

Por seu lado, o hoplomaco (*hoplomachus*), ou "aquele que luta como um hoplita" (conhecido no tempo de Augusto como "samnita"), lutava com uma lança (*dory*), um xifo,

---

[1832] BAKER, 2002, p. 153.

[1833] O tridente (*fuscina* ou *tridens*) era identificado como arma do pescador e era usado tanto com ambas as mãos como com uma única. BISHOP, 2017, p. 73. Manica, em latim *manica*, era uma espécie de manga de couro reforçada por escamas de metal, das quais uma, na extremidade inferior, protegia a parte superior da mão, deixando apenas os dedos descobertos. AUGUET, 1994, p. 46; BAKER, 2002, p. 152; BISHOP, 2017, pp. 79-80. Os Reciários (*retiarii*), tal como os Bestiários (*bestiarii*), eram os únicos gladiadores que não usavam elmo. BISHOP, 2017, p. 75.

[1834] AUGUET, 1994, p. 46.

[1835] O Perseguidor (*secutor*) usava um capacete sem aba, pequenos buracos para os olhos e uma crista baixa dianteira e traseira, possuindo pouca decoração para facilitar a deflexão do tridente do Reciário (*retiarius*). BISHOP, 2017, p. 75. O subligar (em latim *subligaculum*, *diázoma* ou *perizoma)* era um tipo de calção que servia para tapar os órgãos sexuais dos atletas durante a realização de competições desportivas. O Subligar já era uma peça conhecida na Grécia, mas curiosamente foi caindo aí em desuso, passando os atletas a competir inteiramente nus, o que não se verificou em Roma. BISHOP, 2017, p. 67. O Reciário só excecionalmente lutava com um Mirmilão, mas deve notar-se que este também estava munido de um gládio.

[1836] O mirmilão, antes de Augusto, era conhecido como gaulês (*gallus*). BAKER, 2002, p. 152.

[1837] AUGUET, 1994, pp. 56-57. Michael Bishop refere que o capacete de murmilão (*murmillo*) tinha uma aba larga e uma crista anterior e posterior como uma barbatana de peixe, embora não seja claro se essa era a razão do seu nome ou um reflexo dele. BISHOP, 2017, p. 75.

[1838] AUGUET, 1994, p. 73.

[1839] Certos tipos de gladiadores, tais como os cavaleiros (*equites*), hoplomacos (*hoplomachi*) e trácios (*thraeces*) usavam as parmas, pequenos escudos circulares (*parmae*). Alguns eram feitos de madeira, mas um exemplar convexo, encontrado em Pompeia, era feito de metal; estava decorado com duas coroas de louros concêntricas em baixo relevo, ao redor de uma saliência central de prata (*umbo*) que representava uma cabeça de Medusa. Pesava apenas 1,6 kg e lembra muito uma versão em miniatura de um escudo hoplita grego, pelo que é possível pensar-se que pode ter pertencido a um gladiador hoplomaco. BISHOP, 2017, pp. 82-83.

um capacete coríntio e um *hoplon*[1840], e combatia habitualmente contra um trácio, o qual usava um subligar vermelho, tendo ambas as pernas protegidas por semicilindros de metal (*ocreia*) fixados na tíbia e cobrindo uma pequena porção do quadril; tinha o braço esquerdo coberto por uma manica, sendo a sua arma ofensiva um sabre bastante curto conhecido como *sica*, curvado na forma de uma foice [1841].

Mesmo os gladiadores de perfil menos ortodoxo, como o laqueário (*laqueari*) ou o dimaqueiro (*dimachaeri*)[1842], inserem-se nesta lógica de confronto, onde ele ou o seu adversário ataca com uma espada curta e reta. Assim, o próprio laqueário[1843], que ia para a arena munido com um grande laço com um nó corrediço[1844], um punhal, uma manica e uma proteção no ombro, ou mesmo o dimaqueiro que lutava com duas espadas e sem qualquer escudo, couraça e, por vezes, capacete[1845], tinham de enfrentar um perseguidor.

São, aliás, habitualmente referenciadas dezasseis categorias de gladiadores, cuja existência é comprovada por textos e inscrições, mas é possível que existissem mais se atendermos às muitas representações existentes em monumentos, em que os combatentes, quer pela sua indumentária, quer pelo tipo de armas, não se inserem em nenhum desses grupos.

Embora as categorias tenham variado ao longo dos mais dos seiscentos anos em que os jogos se realizaram, as mais institucionalizadas eram:

1 – Andabata (*andabate*)[1846]: lutador que estava munido de espada, de uma cota de malha e de um capacete que não ostentava quaisquer orifícios por onde pudesse ver[1847], tendo de lutar às cegas[1848]. Estes gladiadores não tinham habitualmente qualquer tipo de treino ou experiência de combate. Existiu durante o período Republicano e teve como oponente mais usual o andabata.[1849]

[1840] BISHOP, 2017, p. 73.
[1841] AUGUET, 1994, pp. 46-47.
[1842] BISHOP, 2017, p. 87.
[1843] BISHOP, 2017, p. 89.
[1844] BAKER, 2002, p. 152.
[1845] AUGUET, 1994, p. 59.
[1846] AUGUET, 1994, p. 215.
[1847] BAKER, 2002, p. 152; DUNKLE, 2013, pp. 114-115.
[1848] AUGUET, 1994, pp. 59-60; BISHOP, 2017, p. 11.
[1849] BISHOP, 2017, p. 29. O andabata (*andabate*), nome possivelmente de origem gaulesa, era um tipo de gladiador que lutava sem ver, ou porque estava vendado ou porque usava capacete sem orifícios para os olhos. O seu propósito parece ter sido fornecer comicidade à luta, enquanto ele desferia golpes incertos, tentando acertar no seu oponente. BISHOP, 2017, p. 84.

2 - Caçador (*venator*) ou bestiário (*bestiarius*)[1850]: lutava sem couraça e usava uma lança[1851]. Existiu durante os períodos Republicano e Imperial, sendo os seus oponentes animais selvagens[1852].

3 – Dimaqueiro (*dimachaerus*)[1853]: lutava armado com duas espadas[1854] e tinha os braços e as pernas protegidos por manicas e grevas[1855]. Hipóteses recentemente formuladas sugerem que não se trataria de um tipo de gladiadores, mas sim que a palavra significava uma técnica utilizada por diversos tipos de gladiadores[1856].

4 - *Equite* ou cavaleiro (*eques*): lutava a cavalo, armado com uma espada longa ou lança[1857], e defendia-se com um escudo redondo, um elmo, e proteções para as pernas[1858], lutando sempre com *eques*[1859].

5 – Essedário (*essedarius*)[1860]: lutava montado num carro (*esseda*) com lança ou espada e escudo[1861]. Os seus oponentes mais comuns eram o essedário (*essedarius*) e o reciário (*retiarius*)[1862]. O nome deste tipo de gladiador vem de uma palavra gaulesa, *essedium*[1863], e significa "aquele que luta a partir de uma carruagem"[1864].

6 - Gaulês (*gallus*)[1865]: pouco se sabe sobre o seu equipamento, supõe-se que deveria estar armado como um nobre gaulês, com capacete, cota de malha, um grande escudo e uma espada longa. Existiu durante o período Republicano, tendo praticamente desaparecido no período de Augusto[1866], sendo desconhecido qual era o seu oponente habitual.

1850 BISHOP, 2017, pp. 39, 84-85, 98-99.
1851 AUGUET, 1994, p. 73.
1852 WISDOM, 2003, pp. 61, ; DUNKLE, 2013, pp. 22, 78, 81, 211; BISHOP, 2017, p. 31.
1853 AUGUET, 1994, p. 211; DUNKLE, 2013, p. 117.
1854 BAKER, 2002, p. 152. Dimaqueiro (*dimachaerus*) significa, literalmente, "duas espadas", em grego, este gladiador lutava sem escudo tendo, em substituição, uma segunda espada na sua mão esquerda. BISHOP, 2017, p. 69, 87.
1855 AUGUET, 1994, p. 59.
1856 AUGUET, 1994, p. 80; DUNKLE, 2013, p. 118.
1857 DUNKLE, 2013, pp. 77, 99, 314; BISHOP, 2017, p. 73.
1858 AUGUET, 1994, p. 59.
1859 DUNKLE, 2013, p. 99.
1860 AUGUET, 1994, p. 211; DUNKLE, 2013, p. 99.
1861 AUGUET, 1994, p. 59; BAKER, 2002, p. 152.
1862 O Essedário (*essedarii*) utilizava carros de guerra supostamente baseados nos carros britânicos que Júlio César encontrou em 55 e 54 a. C., tal como Agrícola durante as suas campanhas na Escócia, sob Domiciano. Essas carruagens eram veículos extremamente leves, projetados para atingir grande velocidade e com muita capacidade de manobra. DUNKLE, 2013, p. 114; BISHOP, 2017, pp. 76, 88.
1863 WISDOM, 2003, p. 41.
1864 DUNKLE, 2013, pp. 113-114.
1865 DUNKLE, 2013, pp. 98, 118; BISHOP, 2017, pp. 22, 88-89.
1866 No tempo de Augusto passou a chamar-se Mirmilão. BAKER, 2002, p. 152. DUNKLE, 2013, p. 98.

7 - Hoplomaco ou hoplita (*hoplomachus*)[1867]: lutava com uma lança, enquanto se defendia com um escudo (*hoplon*), grevas, manica no braço direito e um elmo com viseira geralmente adornado com penas[1868]. Os seus oponentes mais comuns eram o trácio (*thraex*) e o mirmilão (*mirmillo*)[1869].

8 - Laqueário (*laquearius*): A palavra *laquearius* significa "homem de laço"[1870]. A única evidência que temos de seu estilo de luta vem de Isidoro de Sevilha. O estilo de luta dos *laquearii* é um pouco semelhante ao de um cowboy de rodeio que, montado no seu cavalo, procura derrubar um bezerro. O *laquearius*, no entanto, trabalha a pé e seu trabalho é prender os homens com seu laço e lança-los ao chão.

9 – Mirmilão ou mirmilo (*myrmillo*, ou *mirmillo*)[1871]: lutava armado com uma espada, um grande escudo, e um capacete sempre adornado com a representação de um peixe[1872]. Tinha uma manica no braço direito e uma greva na perna esquerda[1873]. Os seus oponentes mais comuns eram o reciário (*retiarius*), o trácio (*thraex*) e o hoplomaco (*hoplomachus*)[1874].

10 – Paegniario (*paegnarius*)[1875]: usava como arma ofensiva um bordão curvado na ponta (*pedum*) e usava simplesmente um capacete sem viseira e uma túnica. A palavra *paegniarius* significa algo como "fingir de gladiador". O objetivo dos *paegniarii* era provavelmente proporcionar aos espectadores um descanso da violência sangrenta do combate de gladiadores[1876].

11 – Perseguidor (*secutor*)[1877]: estava armado com uma espada curta e protegido por um grande escudo retangular curvo, greva, manica e por um capacete[1878], esférico

---

[1867] AUGUET, 1994, p. 214; BAKER, 2002, p. 152; WISDOM, 2003, p. 61; DUNKLE, 2013, pp. 23, 42, 97, 99, 101; BISHOP, 2017, p. 73.

[1868] AUGUET, 1994, pp. 47, 50, 75, 76, 78; WISDOM, 2003, p. 41; DUNKLE, 2013, p. 103.

[1869] Segundo de Michael Bishop o hoplomaco (*hoplomachus*) foi efetivamente uma homenagem romana ao hoplita da Grécia clássica. Equipados com um pequeno escudo circular, uma lança e provavelmente pelo menos alguma armadura corporal, eles eram semelhantes aos Samnitas. Seriam lutadores lentos e pesados, mas bem protegidos e, o que é mais importante, com um alcance maior do que um oponente meramente armado com uma espada. BISHOP, 2017, p. 35, 73, 89.

[1870] DUNKLE, 2013, p. 114.

[1871] AUGUET, 1994, p. 214; WISDOM, 2003, pp. 61, 30-31.

[1872] Segundo Stephen Wisdom o *mormylos* (peixe de mar) foi a inspiração para este tipo de gladiador. WISDOM, 2003, p. 30.

[1873] AUGUET, 1994, pp. 56, 72, 73, 79.

[1874] BISHOP, 2017, pp. 85, 89.

[1875] BISHOP, 2017, pp. 11, 90.

[1876] DUNKLE, 2013, pp. 90, 115-116

[1877] AUGUET, 1994, p. 215; WISDOM, 2003, pp. 32-33.

[1878] Antes de Augusto era chamado de samnita (*samnis*). BAKER, 2002, p. 153; WISDOM, 2003, p. 61.

e liso para evitar que se prendesse na rede do reciário com quem era emparelhado com frequência[1879].

12 – Provocador (*provocator*)[1880]: lutava com uma espada, um elmo e com um grande escudo retangular adornado com uma representação da cabeça da górgona, grevas e uma manica no braço direito[1881]. Os mais comuns oponentes eram o cavaleiro (*eques*), o provocador (*provocator*) e o mirmilão (*mirmillo*)[1882].

13 - Reciário (*retiarius*) ou pescador[1883]: lutava armado com uma rede com pesos (*rete*), um tridente e uma adaga[1884]. Os seus oponentes clássicos eram o mirmilão (*mirmillo*) e, mais tarde, o perseguidor (*secutor*)[1885].

14 – Sagitário (*sagittarius*)[1886]: lutava simplesmente munido de um arco compósito e um número reduzido de flechas[1887].

15 – Samnita (*samnis*)[1888]: lutava armado com uma espada curta, um grande escudo retangular curvo, possuíam uma manica no braço direito e a perna esquerda protegida com uma greva, na cabeça, usava um capacete de aba larga com uma viseira que cobria completamente o rosto [1889].

16 – Trácio (*thraex* ou *thrax*)[1890]: lutava armado com uma pequena espada curva (*sica*)[1891] e defendia-se com um pequeno escudo circular ou quadrado (*parma*), um elmo, de aba larga e com uma viseira protetora, encimado por um grifo[1892], greva

[1879] AUGUET, 1994, pp. 47, 56, 57, 73, 77; DUNKLE, 2013, pp. 112-113. O capacete tinha dois orifícios para os olhos, uma pequena proteção para o pescoço e uma crista curva da frente para trás. A sua forma lisa dificultava a ação do tridente e pouco ou nada deixava no qual a rede do reciário (*retiarius*) se pudesse se prender. BISHOP, 2017, pp. 93, 96-97.

[1880] AUGUET, 1994, p. 215; WISDOM, 2003, pp. 42, 61; DUNKLE, 2013, pp. 98, 101.

[1881] AUGUET, 1994, pp. 76, 80.

[1882] BISHOP, 2017, p. 32, 91.

[1883] AUGUET, 1994, p. 215; WISDOM, 2003, pp. 31-32; DUNKLE, 2013, pp. 107-111.

[1884] AUGUET, 1994, p. 56. Dos muitos exemplos de crueldade podemos referir o caso do imperador Cláudio que sistematicamente ordenou a morte de todo o reciário (*retiarius*) derrotado porque, como não usava capacete, morria com o rosto exposto, e o curso de sua agonia de morte podia ser seguido. AUGUET, 1994, p. 49; BAKER, 2002, p. 101; WISDOM, 2003, p. 61.

[1885] BISHOP, 2017, pp. 91-94.

[1886] WISDOM, 2003, p. 41.

[1887] AUGUET, 1994, p. 215; BAKER, 2002, p. 153; um arqueiro, para atingir uma boa eficiência com esta arma, precisaria de ter praticado durante toda a vida. Um gladiador que a adotasse nunca poderia ser tão proficiente como um nativo de uma região onde esta fosse sistematicamente utilizada. DUNKLE, 2013, pp. 114, 116-117; BISHOP, 2017, p. 95.

[1888] AUGUET, 1994, p. 211; DUNKLE, 2013, p. 98.

[1889] Estes gladiadores, conhecidos na época de Augusto como samnitas, passaram, mais tarde, a serem referidos como hoplomacos (*hoplomachi*). AUGUET, 1994, pp. 20, 46; BISHOP, 2017, pp. 25, 95.

[1890] AUGUET, 1994, p. 216; BAKER, 2002, p. 153; DUNKLE, 2013, pp. 101-104.

[1891] WISDOM, 2003, p. 61; BISHOP, 2017, p. 70.

[1892] WISDOM, 2003, pp. 29-30; BISHOP, 2017, p. 75.

na canela esquerda e um protetor de braço ou acolchoamento no braço direito[1893]. O seu mais comum oponente era o mirmilão (*mirmillo*)[1894].

17 - Vélite (*veles*)[1895]: era uma emulação do antigo vélite, soldado de infantaria ligeira que existia no exército romano. Lutava ligeiramente armado, protegendo-se com um pequeno escudo redondo e tendo como arma uma lança. Existiu desde o período Republicano até ao início do Império e desconhece-se qual era o seu habitual oponente.

Note-se que algumas destas tipologias, como as últimas quatro, não eram as mais apreciadas e não se executavam em combate corpo a corpo e armados com lâmina. Os gladiadores das outras doze tipologias[1896], embora nem sempre estivessem munidos de uma espada, lutavam habitualmente contra um adversário que a possuía[1897]. Existiam ainda

---

[1893] AUGUET, 1994, pp. 46-50, 72, 79.

[1894] Este foi um dos primeiros tipos de gladiador que surgiu a partir dos cativos das guerras de Roma, no início do século I a. C., julgando-se ter sido introduzido na arena por Sula. Aqueles que lutavam como trácios não precisavam necessariamente de ser autóctones da Trácia. BISHOP, 2017, pp. 37, 97.

[1895] BISHOP, 2017, pp. 38, 98; DUNKLE, 2013, pp. 113, 127.

[1896] Existia ainda o *noxius* que quase se poderia considerar como uma outra tipologia de lutadores que eram forçados a combater por serem homens condenados à morte e cuja execução era transformada em espetáculo de luta (DUNKLE, 2013, pp. 81-82).
Noxius era o nome latino para um criminoso que tinha sido condenado à pena capital e que tinha assim perdido todos os seus direitos, inclusive o de morrer numa execução rápida tradicional por enforcamento ou decapitação.
Já que o seu destino era morrer, far-se-ia da sua morte mais um espetáculo, sendo assim mandado para a arena para que enfrentasse um lutador profissional.
Esta prática permitia manter a realização de um número elevado de confrontos, visto que era frequente que as escolas de gladiadores não conseguissem treinar novos homens em tempo útil para suprir a enorme demanda por lutadores.
Os *noxii* (plural) eram armados quase sempre com um simples escudo e uma espada, ambos de má qualidade (DUNKLE, 2013, p. 81), e a sua inexperiência como lutadores fazia com que habitualmente se apavorassem ante a perspetiva de terem de combater contra gladiadores profissionais. Uma tal assimetria de competências levava a que estes condenados tendessem naturalmente para fugir do confronto assim que eram lançados na arena (DUNKLE, 2013, pp. 82-84), arrancando ruidosas vaias de protesto do público que se encontrava sedento para assistir a um esforçado confronto.
Embora estes combates não tivessem qualquer relevância e fossem geralmente reservados apenas para o período da manhã nos dias de jogos, se o *noxius* não viesse a demonstrar qualquer vontade de lutar e se limitasse a tentar fugir do seu oponente, viria então a ser forçado a fazê-lo por um funcionário dos jogos que entrava na arena com um ferro em brasa para obrigá-lo a ter de se aproximar e consumar o combate.
BISHOP; DENNIS, 2017, pp. 7, 43, 114; DUNKLE, 2013, pp. 81, 82, 90, 93; WISDOM, 2003, pp. 14, 54-55, 61.

[1897] Deveremos ter em atenção que a caracterização destas categorias tem elementos ainda não completamente esclarecidos pela historiografia, sendo de admitir que o gosto e a imaginação dos mentores dos jogos pudessem introduzir, a seu talante, pequenas alterações no equipamento e armas dos gladiadores. Poderemos até tomar como exemplo desta ambiguidade de caracterização a que encontramos entre o perfil do Mirmilão e as de outra categoria designada por Gaulês e que parece ter desaparecido, que são eivadas nos diferentes autores romanos de descrições, umas vezes similares e outras bastante contrastantes. É bem possível que a longa cronologia em que se realizaram os jogos possa ajudar a explicar tais diferenças, atendendo a possíveis mudanças que possam ter sido causadas pelo tempo e enquadramento geográfico. AUGUET, 1994, p. 79.

outras categorias que não apresentavam a mesma notoriedade como acontecia com os laqueários[1898] que lutavam com um punhal e um laço com um nó corrediço, ou os combates que eram de carácter mais humorístico, como os que eram realizados entre mulheres[1899] ou entre anões[1900].

Deve-se notar que o armamento defensivo dos gladiadores estava, em geral, concebido para proteger pontos importantes para o movimento do corpo, onde sofrer uma ferida, mesmo que ligeira, poderia comprometer o desempenho do lutador. Se a sua mobilidade estivesse posta em causa, tal impedi-lo-ia de poder pôr em prática os seus recursos táticos e, portanto, de procurar as esperadas novas e ousadas técnicas de combate. Esta era a razão pela qual os gladiadores exibiam tantas proteções ao nível dos membros, como uma infinidade de diferentes tipos de manicas, proteções de ombro, ou mesmo de grevas, feitas de metal ou de couro, procurando defender membros e articulações.

Era precisamente o potencial de novos e inovadores gestos técnicos que teria interesse para os oficiais romanos, que com a sua experiência de combate poderiam apreciar com grande pormenor a relevância tática do conjunto dos movimentos utilizados por um dado lutador naquele contexto de combate específico.

É até bem reveladora deste facto a aprendizagem tática geral que tais lutas proporcionavam, se se atender à atenção particular com que a generalidade dos espectadores seguia o desenrolar do combate, por vezes alertando mesmo um dos lutadores para a iminência de serem atingidos por um determinado tipo de golpe, ou sugerindo com veemência que este investisse sobre o oponente de determinada forma[1901]!

Em geral, somente o peito do gladiador se encontrava exposto, tendo este um escudo para o defender e estava implícito que deveria ser nessa parte do corpo que o seu adversário deveria, preferencialmente, atingi-lo.

Os fatores mais importantes para obter a vitória, não eram tanto a força, nem a sorte, mas antes a destreza no manejo da espada e a rapidez com que se aplicavam os golpes, visto que o único meio para derrotar o adversário era conseguir atingi-lo num ponto fraco. Ter reflexos rápidos, uma boa postura corporal que permitisse avanços e recuos quase instantâneos e possuir uma estrutura muscular de "fibras rápidas" eram aspetos essenciais

[1898] BISHOP, 2017, pp. 79, 89.

[1899] Segundo Michael Bishop, a palavra gladiadora (*gladiatrix*) é uma invenção moderna e era desconhecida dos Romanos. As gladiadoras eram admitidas na arena, mas lutavam necessariamente numa das tipologias de armas (*armaturae*) existentes, em vez de constituírem um tipo específico. BISHOP, 2017, p. 88.

[1900] Alan Baker refere que Domiciano apreciava particularmente assistir a lutas entre mulheres gladiadoras e anões. BAKER, 2002, p. 29.

[1901] AUGUET, 1994, pp. 48-49.

para o conseguir. Toda essa articulação de movimento e destreza técnica seriam certamente observados em pormenor pelos oficiais romanos, que poderiam aprender com que eficácia se poderiam desferir alguns tipos de golpes, para além dos consagrados pelo seu treino habitual.

Note-se que a prática militar da generalidade dos guerreiros de outras etnias era o resultado de um tipo de combate em ordem livre, adotando cada um o seu próprio estilo de luta como resultado da sua melhor experiência de combate. Dir-se-ia, pois, que o catálogo de estilos de luta e manuseio das armas era quase inesgotável, se atendermos aos milhares de combates que foram realizados.

Esta aprendizagem poderia passar por estratagemas inovadores, que se tornariam apanágio de determinadas categorias de gladiadores, cuja especificidade de armamento obrigou a criar inovações.

Podemos, a título de exemplo, respigar as descrições que nos dizem que o Mirmilão se protegia com o escudo, de tal modo que isto exigia uma técnica particular de combate que se encontra referenciada nos textos de Amiano Marcelino. Este diz-nos, com efeito, que certos soldados romanos aprenderam que, "cobrindo-se com o escudo como os Mirmilões", esperam o calor da refrega para levar a cabo o seu ataque fatal quando o inimigo inadvertidamente desproteger o seu flanco. É, pois, possível que uma destas inovadoras técnicas defensivas consistisse em acocorar-se e esperar, por trás do grande escuto, a oportunidade precisa para desferir o seu ataque, a qual seria proporcionada pelos movimentos do adversário. Conforme relatado por Roland Auguet[1902]:

> «[…] We must, therefore, assume that the *myrmillo's* only protection was the way he handled his shield; this implies a fighting technique peculiar to himself to which we find allusions in the texts. Ammianus Marcellinus tells us of soldiers who 'cover themselves in the manner of *myrmillones'*, waiting until the heat of the combat leads the enemy to uncover his flank. Perhaps one of the classic figures of this defensive technique consisted in placing one knee on the ground and watching, from behind the shield, for the first mistake on the part of the adversary. […]»

[1902] AUGUET, 1994, pp. 79-80.

Diga-se que, embora não nos tenha chegado nenhum manual tático de treino para gladiadores, podemos com alguma segurança reconstruir algumas ideias essenciais da forma como se processava o seu combate[1903].

Imagem 85 - Relevo funerário de Milão mostrando um gladiador a exercitar-se no *palus*, sobre o qual está colocado um capacete (do próprio?) [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 67].

Este consistia em conseguir uma postura confortável e equilibrada, com o pé esquerdo à frente e o escudo cobrindo o lado esquerdo, enquanto o pé direito era mantido atrás com a espada segura horizontalmente pela mão direita[1904]. Quando o gladiador desejava golpear com a espada, tal como fazia o soldado romano, necessitava de mudar o seu ponto de equilíbrio, avançando a perna direita e projetando igualmente o braço da espada.

Há evidências de que os vários movimentos de ataque eram conhecidos como "números" (*numeri*)[1905] ou "regras" (*dictata*)[1906], mas cada indivíduo tinha de aprender a estabelecer um bom equilíbrio entre aplicar as técnicas preconizadas nas regras e compreender as necessidades exigidas pelo combate em particular.

No manuseio de uma espada curta estavam consagrados três tipos diferentes de ataque, quer para o gladiador, quer para o legionário:

[1903] BISHOP, 2017, p. 119.
[1904] BISHOP, 2017, p. 119.
[1905] BISHOP, 2017, p. 120.
[1906] AUGUET, 1994, p. 160; BISHOP, 2017, p. 120.

Primeiro era a estocada horizontal (*punctim*)[1907], que poderia ser facilmente executada a partir da posição básica e que era muitas vezes fatal, bastando que penetrasse cinco centímetros no corpo do adversário, num qualquer ponto vital, geralmente no tronco;

Vinha depois o golpe de corte (*caesim*)[1908] efetuado de baixo para cima, o que exigia que o braço fosse levantado e onde a espada procurava cortar o corpo do oponente, mas que poderia ser dificultado pelo tipo de couraçamento de que este estivesse munido. Este género de ataque era mais frequente no decurso de um combate de grande proximidade corpo a corpo, onde poderia ser mais difícil conseguir aplicar uma estocada.

Imagem 86 - Baixo relevo esculpido na Métopa 31 do Tropaeum Traiani (Troféu de Trajano), em Adamclisi, Dobruja, na atual Roménia, representando um soldado romano usando uma espada curta com o punho invertido [in BISHOP; DENNIS, 2016, p. 61].

Finalmente, havia uma outra técnica de estocada que se realizava invertendo a forma de segurar na espada e que se executava apunhalando para baixo com a lâmina, como se fosse um punhal[1909]. Este tipo de estocada era particularmente poderoso, não só pela força dos músculos do braço que eram utilizados, mas inclusive pelo auxílio da gravidade, sendo apenas possível de ser aplicado com uma lâmina de pequenas dimensões[1910]. Deveremos notar até a excecional força que era naturalmente possível concentrar sobre a forma circular do guarda-mão de um gládio num ataque com este perfil. Um tal tipo de investida requeria bastante destreza e treino para que, com segurança, fosse possível trocar a posição da empunhadura de maneira a que a arma fosse agarrada ao contrário da sua posição habitual. Alguma complexidade existiria necessariamente nesta inversão, visto que esta tinha de ser realizada apenas com a mão direita, pois a esquerda estaria ocupada com o escuto; tal obrigaria a passar por um momento de fragilidade tática, em que o punho da arma teria de estar seguro apenas com as pontas dos dedos. Podemos ver nesta forma peculiar de estocada, mais uma vez, a versatilidade do gládio, bem como a vantagem que apresentava uma lâmina

[1907] BISHOP, 2017, pp. 7, 120.
[1908] BISHOP, 2017, pp. 6, 120.
[1909] Na métopa 31 de Adamclisi, podemos observar a representação de um soldado utilizando uma espada curta e esfaqueando com o punho invertido. BISHOP; DENNIS, 2016, p. 61.
[1910] BISHOP, 2017, p. 120.

de pequenas dimensões, o que pode ajudar até a explicar a permanente tendência para a redução das suas dimensões [1911]. Dir-se-ia mesmo que um tal posicionamento da lâmina se torna bastante adequado para desferir uma violenta estocada em qualquer parte da região superior do adversário, podendo facilmente visar, quer a cabeça, quer o pescoço, ou até mesmo os ombros, que são zonas onde os ferimentos são altamente incapacitantes, ou até mesmo fatais[1912].

[1911] HEATHER, 2010, p. 10.

[1912] Os três tipos de estocadas referenciados eram certamente os mais utilizados pelos legionários quando lutavam na parede de escudos. Para uma compreensão articulada do seu manuseamento, vejam-se os capítulos 7.4 e 9.4.3.

CAPÍTULO 10

A CONJUNTURA MILITAR DO EXÉRCITO ROMANO NO BAIXO-IMPÉRIO

10.1. Estruturas Sociais e Políticas em Transformação

Ao longo dos cerca de 5.000 anos em que poderemos considerar que se possui um razoável conhecimento do processo histórico da humanidade, verificamos que todas as estruturas políticas de carácter imperial que se formaram, por muito dilatadas temporalmente que possam ter sido, foram realidades perecíveis e sujeitas a constante transformação.

Dir-se-ia que, como Platão afirmou na sua "*Alegoria da Caverna*", onde este expõe a sua visão dicotómica dos planos de realidade, se o "mundo das ideias" se pode caracterizar pela sua perfeição e imutabilidade, o "mundo sensível" onde decorre o processo dos factos históricos estará sempre sujeito ao devir e à mudança devido ao estatuto da sua própria expressão material[1913]. Cada ser vivo, cada objeto físico e, por conseguinte, cada realidade civilizacional criada pelo homem está, assim, sempre sujeita a transformar-se devido ao condicionamento resultante da efemeridade dos múltiplos fatores que constituem a sua existência material[1914].

[1913] PL. *Re*. 7.

[1914] Platão foi possivelmente o mais importante pensador do período antropológico da filosofia grega, tendo fundado uma "conceção metafísica" em que organiza a questão ontológica em duas categorias fundamentais: o "mundo das ideias" e o "mundo sensível". Tendo sido possivelmente inspirado pelas teorias de Parménides acerca do imobilismo, Platão elaborou uma teoria universal de jaez dualista que divide a realidade num mundo de ideias e formas perenes que são perfeitas e imutáveis, ao qual se contrapõe um mundo sensível sujeito constantemente à mudança e ao fluxo inexorável do tempo. O primeiro seria assim a expressão de uma realidade imutável, intelectual e acessível apenas por meio da capacidade racional do homem, onde se localizariam as essências de todas as coisas, bem como os conceitos e as ideias que suportam cada ser ou objeto existente. Quanto ao segundo, ele é o mundo material que é percecionado pelos nossos sentidos, sendo uma realidade com um estatuto ontológico fundado na mera aparência e permanentemente sujeito ao devir e à mutação. Neste contexto categorial de realidade poder-se-ia, pois, dizer que a própria conceção de Platão tem estatuto de perenidade, sendo passível de ser compreendida eternamente por qualquer ser racional, quer seja agora ou daqui a mil anos, ao passo que o suporte onde escrevemos este trabalho, inevitavelmente, perecerá, como toda a atividade humana que se expresse materialmente no mundo sensível. Assim, a realidade civilizacional do que foi o Império Romano teria naturalmente que encontrar o seu fim, característica necessária por se manifestar no "mundo sensível",

A pergunta fundamental não será, assim, porque o Império Romano desapareceu, pois tal seria uma inevitabilidade, mas antes porque os principais elementos que o caracterizavam foram sofrendo uma tão pronunciada desagregação ao longo dos séculos IV e V d.C.

Se a ideia da figura geométrica de um "triângulo" é imperecível no "mundo das ideias", o mesmo não acontece com a expressão material dos factos políticos e culturais que o homem criou ao longo da sua História. Cada civilização, cada ciclo de organização social, dentro da multiplicidade heteróclita dos fatores que lhe conferiram a possibilidade de se tornar uma unidade social e política, é um "mundo particular", com os seus referenciais e valores que deram origem à sua identidade particular que está sempre condicionada ao fluxo temporal.

Para uma tal aferição, bastaria pensar-se na plasticidade das estruturas políticas, onde conceitos como democracia, monarquia, imperialismo ou teocracia se apresentaram de forma recorrente com tão notórias diferenças na sua expressão concreta e como todas elas se foram confrontando com fatores de decadência que as levaram à total desagregação.

As manifestações dos inúmeros arquétipos políticos, enquanto expressões materiais de modelos de poder e organização social, muito dificilmente se podem hoje considerar serem idênticos aos que regulavam a realidade material da Antiguidade Clássica.

Podemos até verificar que, no que concerne à mera comparação dos modelos políticos que em qualquer momento tiveram uma expressão histórica, estes sempre foram tendencialmente passíveis de ser interpretados quanto a exibirem mais linhas convergentes ou dissemelhantes com os modelos teóricos que os consagraram na sua origem.

No entanto, pelo facto de serem realizados por outros protagonistas políticos, outros povos, noutras cronologias, com outros referenciais tecnológicos, a sua manifestação prática foi necessariamente diferente.

Esta é a razão pela qual ainda hoje classificaremos qualquer entidade civilizacional cujo modelo político almeje conseguir um crescimento de influência e, por consequência, um alargamento territorial, como um regime de perfil imperialista. Para tal, este tem de ser capaz, como outrora, de instalar no terreno um vasto conjunto de competências que passarão, não só pelo foro administrativo, mas sobretudo por uma notória capacidade militar que lhe permita interferir, quase sempre violentamente, noutras geografias.

Se se poderia dizer que não há, nem haverá, novos impérios sem que lhes esteja subjacente uma poderosa máquina militar, é também de vital importância uma robusta

enquanto a ideia que lhe deu forma, permanecerá para sempre na nossa memória e convocar-nos-á numa infatigável tentativa de reconstrução do que ela possa ter sido.

eficiência da sua máquina administrativa, para que tal possa viabilizar a criação de uma orgânica interna e a manutenção da sua continuidade temporal.

Qualquer enfraquecimento da máquina militar acarretará uma progressiva fragilização da sua unidade política, da sua coesão territorial e o início de um longo processo de fragmentação que levará ao seu desaparecimento. É precisamente para o progressivo enfraquecimento militar do Império Romano que pretendemos direcionar agora a nossa análise e aferir de que modo ele contribuiu para a desagregação da grande realidade material que foi este Império.

10.2. Elementos de Transformação Estrutural do Exército Romano

10.2.1. Os Problemas da Fragmentação Político-Militar do Império

As estruturas políticas e militares romanas no Baixo-Império foram sujeitas a um esforço e a um contexto sistémico bastante mais problemático do que alguma vez se tinha podido observar em épocas anteriores.

Uma das principais causas dessa fragmentação espiritual terá sido o progressivo enfraquecimento da autoridade do poder imperial, o que permitiu uma dispersão de legitimidade e poder que resultou em constantes usurpações e consequentes guerras civis, que teve uma particular incidência durante o período da chamada "anarquia militar"[1915].

Numa época em que ainda prevalecia a antiga arquitetura militar baseada nas grandes legiões, deverá ter sido profundamente marcante para toda a estrutura do exército o problemático contexto de exercer as suas capacidades militares contra outros efetivos romanos, colocando em confronto legiões contra legiões, numa luta sem tréguas e numa escala nunca vista[1916].

Este caos marcial deverá ter marcado negativamente, não só toda a antiga coesão social e marcial, mas terá também causado profundas marcas psíquicas na generalidade dos efetivos militares que eram forçados a participar dessas guerras.

Como consequência, tais conflitos que se arrastaram durante décadas disseminaram o receio de que, a qualquer momento, em qualquer lugar, sob qualquer pretexto, se pudesse

[1915] Este período ficou também conhecido como "crise do terceiro século". Durante os anos que mediaram entre o assassínio de Alexandre Severo e a vitória de Diocleciano sobre Carino (235-284), mais de sessenta homens reclamaram o poder imperial. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 181-200.

[1916] RICHARDOT, 2001, p. 15.

erguer um novo candidato à púrpura imperial que tivesse congregado o apoio das suas legiões, colocando de novo o Império numa sucessão de grandes convulsões. Sujeito a um tal grau de instabilidade, o Império fragmenta-se definitivamente, começando a perder a sua unidade espiritual e as suas partes começam a deixar de ter um genuíno sentimento de comunhão com o todo.

As populações tendem a viver e a preocupar-se essencialmente com as estruturas de proximidade criadas em cada província e surge pela primeira vez a tentativa de emancipação de determinadas províncias do seu seio, com vastas áreas a reclamarem a sua independência[1917].

O "Império das Gálias" de Póstumo demonstra bem esta grande fratura espiritual, ao impor a sua independência durante 14 anos, tornando-se um "Império" dentro do Império. Aqui vão surgir pela primeira vez não um usurpador, mas antes uma dinastia, com a sua visão política independente, a sua própria administração e as suas hierarquias, algo que seria impensável anteriormente[1918].

No momento desta morte espiritual, a fragmentação também se faz sentir nas províncias do Oriente, com a rebeldia contumaz do "Império de Palmira", que por seu turno durará 13 anos e que afirma e reitera a qualquer preço a sua independência[1919]. Se o "Império das Gálias" se autocircunscreve territorialmente, a ambiciosa rainha Zenóbia de Palmira quer crescer e deixa-se entusiasmar com uma autofagia sem escrúpulos sobre os territórios orientais mais desamparados do Império[1920].

Estas profundas fraturas, que são bem demonstrativas dos difíceis "sinais do tempo", irão culminar no que poderíamos classificar como a mais patente expressão deste processo de desarmonia imperial com a morte de Teodósio, em 395, quando o imperador divide intencionalmente o território entre os seus dois filhos Honório e Arcádio, deixando-lhes Ocidente e Oriente respetivamente[1921].

Possivelmente conhecedor das suas consequências políticas, este imperador fica assim com o labéu de ser o eterno responsável pelo golpe mais fatal que o Império já alguma vez tinha sofrido na sua coesão, pois as suas duas partes jamais teriam condições de voltar a

[1917] RICHARDOT, 2001, p. 16.
[1918] SYVÄNNE, 2019, pp. 154-157.
[1919] SYVÄNNE, 2019, pp. 159-160.
[1920] SYVÄNNE, 2019, pp. 166-167, 192, 203-206.
[1921] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 333-337.

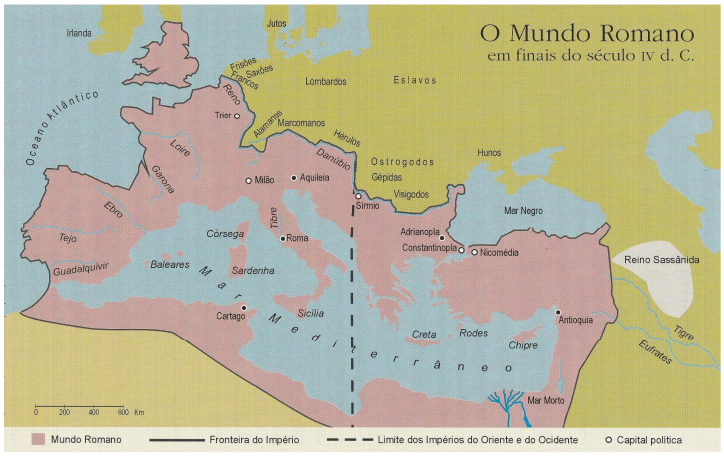


Imagem 87- O Mundo Romano, em finais do século IV d.C. [in MONTEIRO, 2014, p. 121].

formar uma unidade, bem como todas as suas estruturas políticas, administrativas, económicas e militares se irão tornar cinicamente rivais.

Conquanto se possa considerar que Constantino I, o Grande, ainda voltou a conseguir unir as duas partes numa justa unidade[1922], a profunda fratura espiritual entre elas, e que já tinha dado sinais durante a tetrarquia diocleciana, não mais permitiria a sua verdadeira fusão, bem patente na clivagem e na consequente desarticulação linguística que se deu entre um Ocidente latino e um Oriente grego.

Embora se possa dizer que na tetrarquia esta separação ainda não terá sido militar e administrativamente reconhecida, o Augusto Diocleciano e o seu César, Galério, tomaram conta das províncias do Oriente, enquanto os seus equivalentes, Maximiano e Constâncio Cloro, ficaram encarregados do Ocidente e manifestavam já uma considerável independência na sua governação[1923]; no entanto, procuravam ainda manter uma certa aparência de unidade ao exararem éditos imperiais coletivos e válidos universalmente.

As putativas boas intenções de Diocleciano ao estabelecer este sistema não poderiam ser, no entanto, mais contrárias ao que pareciam ser os seus intuitos de dotar o Império de um sólido sistema de sucessão pré-estabelecido e bem programado, onde a qualidade e o valor intrínseco individual dos seus membros parecia ser a marca de água para a sua escolha. Também aqui se encontra subliminarmente a fragmentação espiritual que já se fazia sentir, com um imperador dotado de alguma sabedoria prática a deixar-se enredar no erro mais grosseiro que qualquer tipo de estrutura de comando pode sofrer. A escolha de pares com poder equivalente é um erro trágico para qualquer sistema de comando e Diocleciano estava em excelente posição para o ter compreendido, pois a tetrarquia só funcionou bem temporariamente e apenas enquanto este teve ascendente moral perante o seu par Maximiano. Assim que Diocleciano decidiu abdicar (305)[1924], toda a complexidade da conflitualidade latente gerou de imediato um caos e uma fragmentação política em que,

[1922] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 230-245.
[1923] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 205-208; DE MAN, 2020, pp. 317-318.
[1924] GRANT, 1979, pp. 396-397; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 225.

poucos anos volvidos, o Império se vê confrontado com seis homens que reclamam o trono[1925], suportados por uma legitimidade em que todos conseguirão razões para poder reclamar o poder[1926].

10.2.2. A Consolidação Estatutária do Exército Romano

O exército romano sempre tinha feito coabitar dentro das suas estruturas duas tipologias de soldados que possuíam funções táticas e estatutos diferentes: legionários e tropas auxiliares[1927]. Tendo estas últimas um papel cada vez mais preponderante, seria natural que o estatuto dos seus vastos contingentes acabasse por sofrer igualmente alterações, sendo certo que, no primeiro quartel do século III, muito do que seria ainda atribuível como distinção militar, era apenas a posse ou não da cidadania romana. Esta permitia o usufruto de importantes privilégios legais, políticos e sociais, fazendo com que a sua posse fosse uma das prerrogativas mais desejadas por qualquer indivíduo que se encontrasse nos territórios imperiais.

Neste sentido, um dos grandes atrativos que fomentava o permanente alistamento nas tropas auxiliares romanas era precisamente a concessão da cidadania, tendo garantida, após o cumprimento do seu tempo de serviço, a concessão deste benefício e que passaria a abranger todos os seus descendentes[1928]. Disto resultava o direito a aceder aos recursos do sistema administrativo, com todos os seus benefícios e subsídios, além destes homens se poderem assim guindar a um reconhecimento social mais elevado. Apesar disto, os auxiliares

---

[1925] Os seis homens aqui referidos são: Galério, Constâncio Cloro, Maximino II Daia, Severo II, Licínio e Constantino. Galério (César no Oriente, 293-305), Constâncio Cloro (César no Ocidente, 293-305), Galério (Augusto no Oriente, 305-311), Constâncio Cloro (Augusto no Ocidente, 305-306), Maximino II Daia (César do Oriente, 305-311), Severo II (César no Ocidente, 305-306), Maximino II Daia (Augusto do Oriente, 311-313), Severo II (Augusto no Ocidente, 306-307), Licínio (Augusto no Oriente, 313-324), Constantino (César no Ocidente, 306-307), Constantino (Augusto no Ocidente, 308-337). GIBBON, 1999, pp. 445-448; DE MAN, 2020b, p. 318.

[1926] Qualquer sistema de comando não deverá ser concebido com pares de poder equivalentes, pois a estrutura de cada nível hierárquico deverá sempre ser ímpar. Para que possam ser tomadas decisões, independentemente da sua qualidade, é necessário que haja um mecanismo de avaliação maioritário, sabendo-se que o par de comando é a negação disto. Quando se regista uma divergência de opinião quanto à resolução a tomar, o par de decisores entra imediatamente num processo de impasse. Roma deixou-se enredar várias vezes neste tipo de erro, nomeadamente com a atribuição sistemática e prolongada do poder consular a dois magistrados em cada ano. É de supor que muitos destes pares terão entrado em impasse com frequência, e podemos mesmo recordar o desastrado mecanismo de resolução deste problema no caso das chefias militares, em que cada cônsul exercia o comando total em dias alternados. A famosa Batalha de Canas foi iniciada de forma precipitada porque o cônsul Varrão assim o decidiu no seu dia de exercício, totalmente ao arrepio da opinião de Emílio Paulo que era o outro magistrado com comando.

[1927] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-27, 46-48, 55-58.

[1928] HALSALL, 2007, p. 184; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 87.

não tinham direito a receber terras no fim do serviço militar, nem sequer auferiam um subsídio que lhes permitisse abrir uma qualquer atividade comercial, ao contrário do que acontecia com os soldados que já possuíam cidadania aquando do seu alistamento[1929].

Este constrangimento das regalias ocasionou, nos finais do século II, uma substancial quebra de recrutamento[1930], atendendo a que se poderia considerar tais diferenças como leis injustas na medida em que os auxiliares também tinham uma vida totalmente dedicada ao exército. Esta contestação do estatuto do auxiliar verificava-se precisamente numa fase em que se registava um incremento da atividade militar como consequência das investidas germânicas e sarmáticas no *limes* reno-danubiano, que tinham forçado a que o imperador Marco Aurélio estivesse permanentemente em campanha[1931].

Assim, quando o recrutamento militar, que era realizado exclusivamente entre os cidadãos[1932], começou a registar uma queda dramática, tomaram-se medidas para contornar esta dificuldade, oferecendo de imediato a cidadania romana a troco do próprio ato de alistamento[1933].

Nesse sentido, o imperador Caracala, mediante o seu famoso édito de 212 (*Constitutio Antoniniana*), acabaria por estender a cidadania romana aos peregrinos e a todos os homens que estivessem identificados como vivendo dentro do Império[1934]. Esta lei permitia que qualquer indivíduo pudesse, a partir de então, fazer parte das legiões, terminando com a antiga distinção meramente administrativa entre os que tinham condições para ser legionários e os que estariam condenados a ter de se alistar nas tropas auxiliares[1935].

Para além do natural incremento dos números de alistamento, o Édito de Caracala produziu uma importante mudança de mentalidade dentro das rígidas estruturas do exército romano, permitindo que todos os soldados tivessem a possibilidade de encetarem carreiras com o mesmo tipo de reconhecimento e privilegiando mais o esforço e a competência militar do soldado do que o seu mero estatuto político.

Muitos dos corpos auxiliares eram já na prática, nesta época, tão militarmente competentes como os legionários consagrados dentro da legião, tendo até vindo a ser

---

1929 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 87.
1930 RICHARDOT, 2001, pp. 63-64; LE BOHEC, 2006, pp. 56-66.
1931 GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 73-74.
1932 LE BOHEC, 2006, p. 19. Philippe Richardot refere que Vegécio aponta a duração, a dureza do serviço e a lentidão das promoções como causas da decadência das legiões em favor das unidades auxiliares (VEG. 2.3). Propõe ainda a criação de agentes de recrutamento mais competentes e um período probatório para os recrutas (VEG. 1.7-8). RICHARDOT, 2001, p. 74.
1933 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 49, 80, 114-115.
1934 RICHARDOT, 2001, p. 64; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 530.
1935 HALSALL, 2007, p. 72; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 115, 118.

contemplados com equipamento e cadeias de comando bastante análogos, o que não acontecia até então[1936].

Os oficiais romanos tinham feito questão de manter durante muito tempo as tropas auxiliares num plano militar inferior, situação que se arrastava desde os tempos da República, e que seria o resultado da vontade dos indivíduos com estatuto de cidadão de afirmarem categoricamente a sua supremacia militar[1937]. Roma tinha também, certamente, consciência da singularidade e eficiência do modelo da legião e não deveria estar disposta a treinar e formar, ela própria, grandes contingentes estrangeiros com os mesmos recursos táticos que lhe garantiam a sua superioridade marcial.

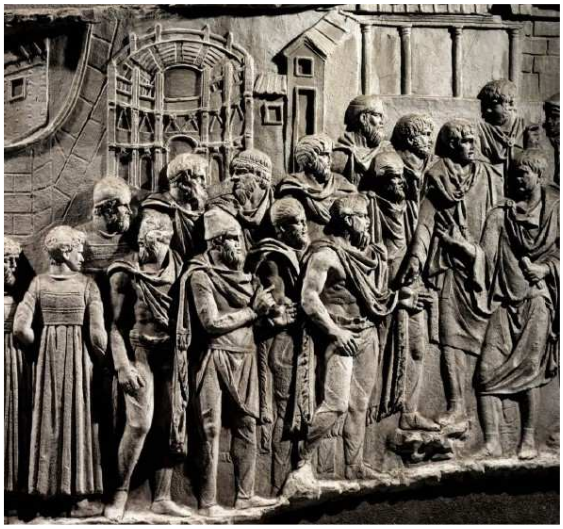


Imagem 88 - Cena procedente da Coluna de Trajano onde se pode ver um grupo de embaixadores de diferentes povos bárbaros, entre os quais é possível identificar Sármatas e Germânicos, sendo que os auxiliares romanos eram recrutados de uma ampla gama de povos, quer nas províncias romanos quer fora delas. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 79].

O exército romano recrutava abundantemente nos povos aliados e, atendendo a que o número de auxiliares era substancial, então teremos de admitir que, não só a sua função se revestia de grande importância, como os auxiliares se constituíam como um "outro exército" dentro do exército romano[1938].

No entanto, este atribuía estrategicamente a todos estes corpos um estatuto, funções de combate, posicionamento tático, cadeias de comando e armas que eram inferiores às que possuíam os contingentes legionários, como que querendo deste modo assegurar como seu exclusivo património todos os detalhes funcionais da legião. É só com a conceção universal da cidadania introduzida pelo Édito de Caracala que poderemos afirmar que os antigos auxiliares desapareceram[1939], tendo estes milhares de homens entrado definitivamente e de pleno direito nas tropas regulares, e foi graças a este alargamento que se pôde realizar o seu necessário aumento.

1936 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 58, 64, 73.

1937 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 74, 80.

1938 Yann Le Bohec salienta que nos séculos IV e V, tal como no Alto-Império, as unidades de auxiliares podiam atuar mesmo na ausência de uma legião. Refere que Amiano Marcelino menciona a intervenção de 8.000 soldados auxiliares (AMM. 16.2.4) ou de *auxilia* utilizados para conduzir um raide contra os Alamanos (AMM. 21.4.8). Contudo, Marcelino nem sempre aprecia estes contingentes, desprezando mesmo alguns, que considera demasiado bárbaros (AMM. 21.13.13). LE BOHEC, 2006, p. 72.

1939 HALSALL, 2007, p. 72; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 198, 205.

10.2.3. Condicionalismos Táticos Estruturais do Exército Romano no Baixo-Império

Poderemos procurar ter uma noção da grande diversidade de contingentes de perfil modular que constituía um exército romano no Baixo-Império através da análise do que se supõe que poderia ter sido a ordem de batalha dos Romanos em Adrianopla[1940]. Esta batalha decisiva, travada em 378 d.C., poder-se-á considerar como um exemplo bem representativo da complexidade do tipo de unidades que poderiam ser chamadas para enfrentar uma grande ameaça[1941]. Lamentavelmente, apenas possuímos uma ideia aproximada da totalidade dos seus corpos e do número dos seus efetivos, mas, apesar dessas fragilidades, este poderá ser considerado um dos poucos momentos em que no Baixo-Império se assistiu à necessidade de organizar um grande exército romano.

A melhor descrição que possuímos para a sua reconstituição chegou-nos através da narrativa de Amiano Marcelino[1942], que, não sendo exaustiva e apesar de indicar várias unidades pelo seu nome, deixa muitas outras sem tal referenciação[1943]. No entanto, o aspeto mais relevante a retirar da abordagem que propomos não será tanto a identificação detalhada de quais seriam esses corpos, mas antes a constatação da grande variedade e perfil das unidades, que não só teriam chegado de diferentes regiões, por vezes consideravelmente distantes, como a constatação de que o exército romano já seria exclusivamente constituído por um vasto conjunto de unidades que eram justapostas no campo de batalha segundo uma conceção que se poderia considerar como sendo modular.

Verificamos, assim, que para enfrentar um grande desafio como o que teve lugar em Adrianopla, a necessidade de congregar um elevado número de efetivos fez colocar lado a lado, para combater em simultâneo, um considerável conjunto de unidades, sem que, no entanto, elas formassem uma unidade tática coerente[1944]. Tudo indica que estas eram unidades heteróclitas, não tendo treino regular conjunto, com desiguais tipologias de ataque, possuindo armas diferentes, não fazendo parte de um mecanismo tático previamente articulado e, além disso, eram comandadas por múltiplos chefes que teriam certamente conceções e respostas específicas aos desafios que enfrentariam durante a batalha[1945]. É

[1940] A Batalha de Adrianopla encontra-se detalhada no Anexo 3.
[1941] GONZÁLEZ, 2005, (*Hadrianopolis* III), pp. 213-214.
[1942] AMM. 31.11-13.
[1943] RICHARDOT, 2001, p. 280; LENSKI, 2002, p. 339.
[1944] LENSKI, 2002, pp. 364-365.
[1945] RICHARDOT, 2001, pp. 281-282; BOHEC, 2006, pp. 81, 94, 194-195.

precisamente esta notória falta de coesão tática que poderemos observar nos diversos movimentos que tiveram lugar nesta confrontação e em que podemos verificar terem ocorrido, desde o início da refrega, descoordenações táticas impensáveis para um exército que se pudesse considerar bem organizado.

Assim, o ataque inicial é perpetrado pelos Romanos, sem que, no entanto, esteja sequer montada a sua ordem de batalha[1946], para logo depois se executarem avanços extemporâneos, com investidas de cavalaria não apoiadas por infantaria[1947], recuos descoordenados, indecisões nos objetivos das investidas, atrasos no ataque com vagas de projéteis, inexistência de apoio de tropas de reserva[1948]. Note-se até a plausível presença de unidades formadas já por soldados recrutados entre os povos germânicos, nomeadamente integrando os corpos de cavalaria.

Do ponto de vista militar, Adrianopla teria taticamente congregado todas as fragilidades e erros bélicos que necessariamente a teriam de levar a ser o colapso armagedónico em que se viria a transformar. Um tal resultado não terá sido, aliás, o fruto de uma mera circunstancialidade desfavorável, nomeadamente resultante do possivelmente pouco decidido comando do imperador Valente, mas antes o resultado da inevitável descoordenação de dezenas de contingentes romanos que não estavam organizados num exército taticamente coeso e treinado[1949]. As várias centenas de metros em que terá decorrido a fronte da refrega e a possível multiplicidade de respostas dos seus diferentes comandantes tornariam impossível uma coordenação minimamente efetiva entre as suas unidades. Talvez seja mesmo de admitir que só com uma grande batalha como terá sido Adrianopla, o exército romano poderia ter tomado uma verdadeira consciência da fragilidade tática que já era latente nos seus corpos, atendendo a que a generalidade das necessidades de defesa registada quotidianamente deveria manter-se em patamares bem mais comedidos em termos de exigências militares.

Longe se estaria, já em 378, da coordenação tática que era própria da grande legião do Principado, que tinha a capacidade de responder taticamente como uma grande unidade bem coordenada, tendo assim condições para enfrentar as necessidades práticas exigidas pelos diferentes momentos da batalha. Poderemos até conjeturar qual teria sido o resultado em Adrianopla se os Godos se tivessem enfrentado com duas das clássicas legiões do

[1946] LENSKI, 2002, pp. 338-339; BOHEC, 2006, p. 196.
[1947] AMM. 31.13.2.
[1948] RICHARDOT, 2001, p. 284; MONTEIRO, 2014, pp. 129-133.
[1949] RICHARDOT, 2001, pp. 288-289.

Principado, que aliás teriam um número bastante similar de efetivos. Poderemos mesmo questionar qual poderia ter sido o resultado da surpresa causada pela chegada dos dois corpos de cavalaria aliada dos Godos se se tivessem deparado com um recurso tático como o desdobrar lateral da linha frontal da parede de escudos romana, tornando impérvia a passagem para a sua retaguarda. Mesmo admitindo-se que cada uma destas unidades mantivessem ainda, nesta fase do século IV, uma grande qualidade no que concerne ao seu treino e desempenho individual, como por vezes é referido, a fundamental coordenação tática que era necessária numa batalha de grandes proporções já não existia.

Assim, a qualidade do desempenho de cada corpo teria uma relevância relativa, pois ter-se-ia circunscrito ao espaço físico onde esta estava localizada e isto não seria garantia de uma boa coordenação global com os corpos presentes no seu espaço envolvente. Reafirmando esta ideia temos até notícia de unidades de palatinos que lutaram valentemente durante a refrega, enfrentando vagas sucessivas de adversários, sem que, no entanto, esta sua coragem e tenacidade tenham conseguido mudar o rumo dos acontecimentos[1950].

Atendendo às consequências destas fragilidades, teremos de admitir que o desastre ocorrido em Adrianopla não foi consequência de um momento particularmente difícil ou anómalo da atividade militar que era exigida a um grande contingente, mas antes a uma desestruturação tática global que já não permitia uma boa coordenação das unidades implicadas. Isto não significa que o exército romano não tivesse condições de vencer batalhas, pois são autores como o próprio Vegécio ou Amiano Marcelino que nos referem a qualidade que ainda possuíam individualmente muitos dos corpos romanos, com competências claramente superiores às dos seus inimigos, mas apenas que o conseguia fazer conjunturalmente, tendo perdido a coesão orgânica que fora o seu maior trunfo enquanto o modelo essencial do seu exército tinha sido a grande legião[1951].

10.2.4. Constrangimentos da Infantaria Romana no Baixo-Império

As grandes legiões clássicas do Principado, cujo centro tático sempre tinha sido a infantaria pesada acabariam por ser desfeitas, tendo sido substituídas por diversos tipos de

[1950] AMM. 31.13.3-6. MONTEIRO, 2014, pp. 133-134.

[1951] Provavelmente, foi na sequência do desastre de Adrianopla que Vegécio sentiu necessidade de escrever o seu famoso compêndio, dedicado muito provavelmente ao imperador Teodósio I, que assumiu o poder na parte oriental do Império no ano seguinte àquela batalha. MONTEIRO, 2009a, pp. 92-93.

unidades que se passaram a munir de diferentes tipologias de armas e cujos efetivos eram cada vez mais oriundos das tribos germânicas.

Embora o número de tropas montadas tivesse vindo a registar um substancial acréscimo desde meados do século III[1952], poder-se-á dizer que até ao século V a infantaria ainda desempenhou um papel importante, embora a sua função tática em batalha tivesse vindo a perder importância, vendo-se substancialmente alterada.

Após a generalizada assimilação da espata, com o consequente abandono do gládio como a sua principal arma, a infantaria pesada perdeu condições de realizar o principal sustentáculo da legião que era a parede de escudos, fazendo com que grande parte dos soldados romanos fosse levada a lutar com projéteis, manuseando e treinando armas de arremesso.

Embora continuassem a existir unidades que ainda lutavam corpo a corpo, o desaparecimento das condições que anteriormente permitiam ao soldado romano enfrentar o inimigo protegidos pela sólida coesão da parede de escudos[1953] terá feito com que muitas unidades fossem progressivamente levadas a preferir executar o combate à distância, deixando assim a eficácia do seu desempenho em grande parte ao acaso de um sem número de circunstancialidades.

Poder-se-á dizer que a infantaria romana do Baixo-Império foi assimilando um perfil de combate que era muito diferente do desempenho do antigo legionário, enquanto se foi igualmente vendo privada do permanente incentivo e orientação que eram antes proporcionados pelo comando de proximidade fornecido pelos centuriões.

Embora o soldado de infantaria fosse submetido ainda a algum treino regular no manuseio da sua espata, a sua principal preocupação era já vocacionada para o uso proficiente da lança de arremesso (*lancea*), de vários tipos de dardos (*verutae*) e de outros tipos de projéteis (*mattiobarbuli* ou *plumbatae*)[1954].

[1952] FERRILL; 1986, p. 31, 32.

[1953] A coesão tática que era fornecida pela parede de escudos, em que cada legionário lutava integrado numa formação ombro a ombro, deveria transmitir a cada homem uma certa sensação de conforto proporcionada pelo facto de sentir que fazia parte de um esforço coletivo que era semelhante e que era também espacialmente partilhado em cada momento por todos os companheiros em seu redor. A inexistência de uma parede de escudos e a generalizada preferência e assimilação de armas de tiro terá concorrido para o desaparecimento deste tipo de motivação e conforto proporcionados pela coesão tática, tendo levado certamente a tornar o esforço de cada soldado na batalha algo de muito mais individualizado. Se numa fase inicial do confronto ainda se pode admitir que a unidade e coordenação nos primeiros disparos dos efetivos romanos pudesse agregar um certo índice de coesão, o inevitável movimento próprio necessário ao desenrolar da batalha levaria a que estes elementos da infantaria se vissem forçados a projetar os seus dardos segundo as circunstancialidades individuais verificadas em cada momento.

[1954] MACDOWALL, 2001, p. 24.

É até o próprio Vegécio, apesar da sua permanente defesa do regresso aos antigos cânones militares do Império, que salienta a importância do treino com dardos, afirmando que o soldado, quando vai para o combate, deve transportar pelo menos cinco na parte côncava do seu escudo[1955]. O autor da *Epitoma rei militaris* afirma mesmo que se poderia considerar, assim, que os soldados da infantaria quase preenchem as funções dos arqueiros, porque conseguiam atingir tanto homens como cavalos do inimigo antes de ficarem ao alcance dos seus dardos.

A fim de aumentar a força e a precisão, Vegécio recomenda que aos recrutas sejam fornecidos dardos de maior peso do que aqueles que eram comumente usados e que se lhes ensine a atirá-los definindo um objetivo e a fazê-lo com a força adequada. Afirma também que entre pelo menos um terço e um quarto dos recrutas deveriam ser treinados como arqueiros[1956], tendendo curiosamente para secundarizar o facto conhecido de que a exigência desta arma é algo bastante mais difícil de dominar e exige anos de dedicação.

Esta tendência para o manuseio de armas de arremesso insinuou-se de tal modo que ainda assistimos no contexto bizantino, já no século VI, à defesa da generalização desta tipologia de combate no famoso tratado *Strategikon* do imperador Maurício, em que se afirma que o soldado de infantaria deve ser treinado em combate individual, armado com o seu escudo e lançando o dardo curto e o dardo longo a grande distância[1957].

Não estamos seguros de qual seria a exigência e o tipo de treino a que estariam submetidos os soldados romanos no Baixo-Império, pois é o próprio Vegécio que lamenta que na sua época tais exercícios tivessem sido negligenciados[1958], mas é possível que isto dependesse em grande medida dos oficiais responsáveis por cada unidade.

Também é problemática a aferição quanto ao tipo de couraçamento que seria usado pelos soldados romanos, visto que Vegécio afirma que até ao Principado do Imperador Graciano (367-383), o soldado de infantaria era forçado a usar armadura e capacete quando se encontrava em combate. No entanto, a partir de então começou-se a verificar por parte dos soldados uma grande negligência que os teria levado a um considerável abastardamento do treino, da disciplina militar e até na manutenção e utilização do seu equipamento[1959].

Neste sentido, os soldados de muitas unidades começaram a partir desta fase a contestar alguns aspetos importantes das suas obrigações, nomeadamente no que concerne à

[1955] VEG. 1.17.
[1956] VEG. 1.14-15.
[1957] MAVRIC. 12.B.2-5.
[1958] VEG. 1.1,13, 28.
[1959] VEG. 1. 20.

utilização dos seus equipamentos, considerando, por exemplo, que a sua armadura era demasiado pesada, passando não só a vesti-la raramente, mas também pedindo ao imperador que este os libertasse da obrigação de a terem de envergar. Um pedido semelhante foi até realizado também para a utilização do capacete, considerado não só como muito pesado, como também uma peça pouco relevante para o seu desempenho [1960].

Note-se que, durante a República e o Alto-Império, os Romanos sempre tinham considerado o couraçamento como um aspeto fundamental do seu tipo de combate, tendo adotado e desenvolvido várias tipologias de proteções corporais, como a famosa armadura segmentada (*lorica segmentatta*) que teve grande difusão durante o Principado, ou mesmo a armadura de escamas (*lorica squamata*), que era já a mais habitual no Baixo-Império, especialmente na sua parte oriental[1961]. Qualquer uma destas, por serem constituídas por placas ou escamas metálicas inteiriças justapostas, era menos flexível do que a antiga cota de malha que os Romanos designavam por *lorica hamata*[1962], mas conferia uma melhor proteção contra lâminas e, especialmente, contra os disparos de setas.

Imagem 90 - Baixo relevo, do Arco de Galério, localizado próximo da cidade de Tessalónica na região da Macedónia Central, no norte da Grécia, representando soldados do início do século IV, com armadura completa. [in MACDOWALL, 2001, p. 64].

No entanto, poder-se-á considerar paradoxal a referida afirmação vegeciana pois há bastantes evidências de que o soldado de infantaria romano, em geral, teria continuado a usar armadura e capacete. O próprio arco triunfal de Galério, datando ainda do século III, nos demonstra a sua utilização apresentando soldados da infantaria romana munidos de armaduras de escamas e é o próprio Amiano Marcelino, que era um oficial e conhecia bem a realidade prática do exército romano na segunda metade do século

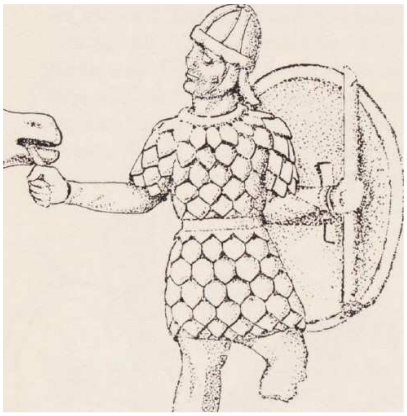


Imagem 89 - Representação de cavaleiro romano do Arco de Galério, Salónica, no início do século IV. Ele usa armadura e capacete pontiagudo e cónico influenciado por um estilo bárbaro que remonta pelo menos até as Guerras Dácias de Trajano. [in FERRILL, 1986, p. 50]

[1960] MACDOWALL, 2001, p. 23.
[1961] MACDOWALL, 1994, p. 59-60.
[1962] MACDOWALL, 1994, p. 58.

IV, que nos deixou várias referências à infantaria como estando perfeitamente equipada com armaduras e respetivos capacetes.

Amiano descreve mesmo, com algum detalhe, várias unidades de infantaria que em Adrianopla estariam até ajoujados e incomodados pelo peso e calor provocado pelas suas armaduras[1963], atendendo a que antes de começar a batalha, já tinham percorrido vários quilómetros sob o sol inclemente de agosto de 378, ao terem-se deslocado em direção aos acampamentos godos[1964].

Além disso, várias esculturas datadas do século V mostram igualmente soldados de infantaria romana munidos de armaduras de escamas e de cotas de malha, o que faz supor que o comentário de Vegécio parece estar aparentemente deslocado da prática militar do Baixo-Império. No entanto, a profusão de armas de arremesso que se terá generalizado nos contingentes romanos poderá também ter tido algum grau de influência na vontade de aligeiramento da carga transportada por cada soldado, se se admitir que o peso destes equipamentos poderia dificultar os movimentos necessários para o disparo de dardos e de outros tipos de projéteis.

Dever-se-á ter em atenção que um exército com a dimensão gigantesca que teria possuído o romano no Baixo-Império era passível de congregar variadíssimas realidades práticas em diversas regiões do Império, quer no profissionalismo e postura dos seus efetivos, quer no grau de exigência dos seus oficiais. Não se deverá perder de vista que a enorme extensão das fronteiras deveria proporcionar enquadramentos provinciais que possuiriam diferentes graus de exigência, segundo fatores como a intensidade da atividade militar e a rigidez da disciplinar.

Não seria, pois, de estranhar que Vegécio estivesse a fazer referência a partes circunscritas do *limes*, das quais tivesse conhecimento, em que certos contingentes de baixo estatuto como eram por exemplo os delimitadores (*limitanei*), tivessem relegado para um plano tão secundário a qualidade do seu treino e disciplina, não considerando fundamental manter o uso das suas armaduras e capacetes.

A realidade prática do exército romano no Baixo-Império é já muito heteróclita e não tem a homogeneidade estrutural que teria mantido até ao fim do Principado, sendo mesmo de admitir que o seu treino e equipamento deveria estar em grande medida bastante dependente da qualidade e exigência dos responsáveis por cada uma das unidades. A grande integração de soldados oriundos das etnias germânicas deverá ter levantado igualmente

[1963] AMM. 31.12.11-13; RICHARDOT, 2001, p. 285.
[1964] MACDOWALL, 2001, p. 23.

alguns problemas aos oficiais romanos quanto à obrigatoriedade de realizar exercícios regulares e mesmo no uso de determinados equipamentos, visto não serem fatores tão relevantes na cultura militar de onde muitos destes elementos provinham. A própria ascensão de oficiais germânicos nas estruturas militares romanas pode ter fomentado um quase abandono, ou pelo menos um aligeiramento, na qualidade e regularidade do treino quotidiano que eram anteriormente exigidos.

10.3. Transformação do Paradigma da Guerra

Na conjuntura marcial do Império e a partir do final do século III começaram a surgir importantes transformações estratégicas que viriam a forçar um processo de readaptação e de desenvolvimento de novas competências táticas.

Tal mudança seria causada por uma sistemática tentativa romana de diminuir a quantidade dos confrontos diretos em campo aberto, no sentido de uma outra realidade militar que resultava da construção de muralhas em torno das cidades e que exigia cada vez mais competências em manobras de assédio[1965]. De grandes batalhas que se resolviam em poucas horas, o novo paradigma de guerra passou a exigir um outro tipo de planeamento, onde passariam a ter de intervir máquinas de cerco, uma coordenada logística e equipas especializadas, para que fosse possível tomar um objetivo pela força [1966]. Se tal não estivesse presente nas competências militares de um exército, só lhe restava entrar num paciente estado de "hibernação marcial" impondo um cerco, procurando vencer a determinação do inimigo com a fome e a sede, os dois grandes aliados dos sitiantes.

A instabilidade gerada pela crise do século III teria levado a que muitas populações sentissem a necessidade de se proteger erguendo muralhas em torno dos seus agregados populacionais, sendo até bastante conhecida de todos a pouca apetência que a generalidade dos povos germânicos tinha para a realização de assédios[1967]. A lógica da guerra para estes era o confronto imediato, não tendo qualquer disponibilidade de carácter, nem sequer condições materiais, nomeadamente pela falta de máquinas de cerco e recursos logísticos, para realizar assédios que poderiam prolongar-se por largos períodos. Esta incapacidade, que era uma característica comum a todos os exércitos germânicos, teria levado, apesar do

[1965] CAMPBELL; DELF, 2003b, pp. 34-47.
[1966] PETERSEN, 2013, pp. 36-39.
[1967] PETERSEN, 2013, pp. 40,

contacto já secular com os Romanos que tinham competências comprovadas nesta matéria, a nunca terem desenvolvido máquinas de assédio essenciais para fazer vergar rapidamente uma cidade muralhada rebelde. O único recurso tático que teriam para o fazer era precisamente aquele que mais demoraria e que divergia da sua pletora marcial, impondo um cerco prolongado e esperando que o desespero causado pela fome e pela sede levassem os sitiados a render-se. Ainda um século depois, aquando do problemático saque de Roma pelos Visigodos de Alarico, estes tiveram de a fazer capitular pela fome, sem terem, portanto, desenvolvido ao longo de todo este tempo recursos de maquinaria que pudessem abreviar o tempo do assédio. Note-se que Alarico só em 410 conseguiu este intento[1968], depois de já o ter tentado debalde em 407 e em 408[1969], sendo mesmo forçado, em ambos os casos, a desistir momentaneamente do seu intento[1970]. Acrescente-se ainda que os Visigodos eram, de entre as tribos germânicas, aquelas que os Romanos consideravam como mais evoluídas, quer civilizada, quer tecnicamente e já tinham lutado muitas vezes integrados como tropas federadas ao lado dos exércitos imperiais. Teriam, pois, já tido a oportunidade de observar de perto as competências destes na realização de tal tipo de manobras e beneficiariam assim de boas condições para ter desenvolvido réplicas de maquinaria de cerco.

No entanto, de forma surpreendente para o estabelecimento de qualquer quadro de análise sociológica que tente caracterizar o perfil destas sociedades tribais, houve uma delas que, no século V e numa inusitada aquisição de competências, conseguiu em poucos anos munir-se de um competente conjunto de capacidades de assédio, quer ao nível da construção de máquinas, quer ao nível de soldados especializados em tal tipo de manobras. De facto, os Hunos[1971] surgem, sob o comando de Átila, como o único exército não romano que se tornou detentor de notórias capacidades de cerco[1972], o que lhe permitiu impor a sua autoridade, mesmo neste novo contexto de cidades fortificadas[1973].

[1968] HALSALL, 2007, pp. 212-217.
[1969] PETERSEN, 2013, p. 460.
[1970] PETERSEN, 2013, p. 42.
[1971] KENNEDY; KEEGAN, 2002, pp. 31-35.
[1972] HEATHER, 2010, pp. 301-303; PETERSEN, 2013, pp. 46-48.
[1973] Estamos em crer que este curioso facto é bem representativo da força transformadora de mentalidades que poderá ser conseguida por um chefe carismático, como foi o caso de Átila. A grande generalidade dos seus homens seria certamente constituída por rústicos guerreiros, homens que teriam sido criados nas agruras de sobrevivência da taiga mongólica, possivelmente com poucos interesses intelectuais ou de engenharia mecânica. No entanto, sob as ordens do seu imperador, conseguiram não só compreender os complexos princípios da construção e manuseamento das máquinas de cerco, como criaram equipas tão eficazes que chegariam a atacar com sucesso as próprias estruturas muralhadas romanas, estas também defendidas por tal tipo de máquinas.

As torres de assalto ou grandes máquinas, como eram os onagros ou as balistas, requeriam não só uma considerável competência na sua construção e manuseamento, tendo subjacente uma perceção minuciosa do equilíbrio de forças necessário para a sua construção, mas também bons conhecimentos sobre a resistência dos materiais envolvidos e, finalmente, bastante experiência para a rentabilização dos seus efeitos práticos.

Os exércitos hunos puderam assim não só tomar conta de vastas áreas do Império do Oriente, nomeadamente na região balcânica, e chegariam mesmo, na campanha de 452, a assediar com êxito as fortes cidades da Gália que caíram rapidamente ante os seus esforços de conquista[1974].

A crescente necessidade de as populações romanas conseguirem uma proteção através da construção de pontos muralhados onde se pudessem refugiar, pelo menos temporariamente, foi-se fazendo sentir cada vez mais desde o início do século IV, pela forma cada vez mais agressiva e constante como a generalidade dos invasores investiam sobre as populações, pilhando e matando.

Embora os cidadãos do Império não fossem totalmente incapazes de se organizar para poder oferecer alguma resistência, os seus recursos e conhecimentos das artes da guerra eram muito limitados e, geralmente, tais tentativas causavam ainda mais mortes e destruição devido ao aumento da fúria dos seus agressores.

Para além disso, as populações romanas consideravam que a defesa do Império era uma responsabilidade do exército e que os pesados impostos que lhes eram exigidos se deveriam destinar, em grande medida, a promover a sua segurança[1975], nomeadamente através da construção de fortificações.

[1974] PETERSEN, 2013, pp. 47-48, 365-369.
Seus conflitos de maior sucesso com o Império Romano, entre 440 e 452, foram cercos. *Viminacium* (PETERSEN, 2013, p. 465) e outras cidades e fortes foram capturados nos Balcãs em 441, antes da captura de *Naissus* (PETERSEN, 2013, pp. 465-467), *Singidunum* (PETERSEN, 2013, p. 467) e *Sirmium* (PETERSEN, 2013, pp. 467-468) em 442. Outra invasão resultou na captura de *Ratiaria* (PETERSEN, 2013, p. 468) em 447. Na Gália, Metz (PETERSEN, 2013, p. 468) foi atacado e possivelmente invadido em 451, mas sem vestígios no registro arqueológico. Trier (PETERSEN, 2013, p. 468) era outro centro de produção de artilharia e antiga capital romana com defesas que correspondiam às do meio do Danúbio; também foi atacado naquele momento. Quando os Hunos invadiram a Itália em 452, Aquileia (PETERSEN, 2013, pp. 470-471) foi detida por uma guarnição romana que resistiu bravamente a uma tempestade feroz envolvendo máquinas de quebrar paredes apoiadas por artilharia. Milão (PETERSEN, 2013, p. 471) e Pavia (PETERSEN, 2013, p. 471) foram igualmente atacados e defendidos. As narrativas episódicas de *Naissus* (442), Orléans (451) (PETERSEN, 2013, pp. 468-470) e Aquileia (452) fornecem-nos evidências suficientes para entender a natureza da ameaça huna e o contexto em que os Visigodos lutaram. Também mostra que guarnições romanas regulares e as forças auxiliares, não apenas sobreviveram, mas ainda estavam voltadas para a defesa das cidades da mesma maneira que no século IV.

[1975] JONES, 1990, pp. 1061-1062.

A população, em geral, além de nunca ter tido qualquer treino militar, estava desde há muito proibida, por razões de segurança interna, de possuir qualquer tipo de armas[1976], o que nos esclarece quanto à sua inexperiência e consequente incapacidade para defrontar guerreiros ou grupos de salteadores que investissem sobre os seus territórios.

Com o progressivo agravar destas condições, encontramos no século V a constituição de várias milícias de autodefesa[1977] que se terão formado espontaneamente e que conseguiam, por vezes, opor alguma resistência a pequenos bandos de saqueadores[1978]. Todavia, a população romana, em geral, não estava em condições de se opor a uma força invasora mais numerosa.

No entanto, a necessidade de enfrentar um novo perigo resultante da permanente ameaça das incursões vândalas pelo mar que não era possível serem detidas no *limes* terrestre, levaram a que os imperadores Teodósio II (no Oriente) e Valentiniano III (no Ocidente) legislassem, em 440, no sentido de que todos os cidadãos pudessem possuir armas[1979].

Embora, na generalidade, estas leis de defesa fossem tomadas conjunturalmente, pretendendo responder a uma ameaça concreta, como a que aconteceu com o perigo naval vândalo, existe uma lei de 321 em que se consagra oficialmente a constituição de milícias urbanas (*urbani milites*), embora não seja claro qual terá sido a sua repercussão prática e qual o grau de apoio estatal fornecido[1980].

Os cercos tornaram-se tão comuns que as batalhas campais passariam mesmo a ser evitadas pelos próprios Romanos, já talvez como consequência de uma consciencialização

---

[1976] CTh. 15.1.: «[…] Emperors Valentinian and Valens Augustuses to Bulephorus, Governor' of Campania. No person whatever, without Our knowledge and advice, shall be granted the right to employ any weapons whatsoever. Given on the third day before the nones of October at Altinum in the year of the consulship of the sainted Jovian and of Varronianus, October 5, 364. […]»

[1977] RICHARDOT, 2001, pp. 92-93.

[1978] Para exemplos, ver WARD-PERKINS, 2005, p. 55; HEATHER, 2010, pp. 310-311; JONES, 1990, pp. 1059-1060. Peter Heather e Bryan Ward-Perkins relatam como a população da isolada província da Nórica, cuja guarnição se tinha desmobilizado e disperso por falta de pagamento, criou mecanismos de autodefesa com alguma eficácia. HEATHER, 2010, pp. 405-411; WARD-PERKINS, 2005, pp. 25-26.

[1979] NVal. 9.1.: «[…] Title 9: Restoration of the Right to Use Weapons (De Reddito Jure Armorum) 1. Emperors Theodosius and Valentinian Augustuses to the Roman People. […] by this edict […] if the occasion should so demand, they shall use those arms which they can, but they shall preserve the public discipline […] Given on the eighth day before the kalends of July at Ravenna in the year of the consulship of Valentinian Augustus and the Most Noble Anatolius, June 24, 440. […]».
Cerca de duas décadas mais tarde, o imperador Majoriano legislou no mesmo sentido, NMaj. 8: «[…] Title 8: The Restoration Of The Right To Use Weapons (De Reddito Jure Armorum […]». O texto correspondente a este título perdeu-se.

[1980] CTh. 4.13.3: «[…] The capital penalty is decreed for the rural police and the urban soldiers (*stationarii et urbani milites*) […] Given on the kalends of August in the year of the second consulship of Crispus and the consulship of Constantine, August 1, 321. […]».

do seu progressivo enfraquecimento tático para responder a um confronto direto em campo aberto.

É o próprio Vegécio que parece ter também tido consciência de tal facto quando pragmaticamente adverte contra os maiores riscos que se correm numa batalha em campo aberto, afirmando que é mais seguro subjugar o inimigo pela fome, a surpresa e o medo do que fazê-lo em batalha campal, onde o acaso costuma ter mais preponderância do que o valor dos soldados[1981].

Será mesmo de admitir que uma tal advertência, vinda de um autor tão atento às características militares do exército romano, teria já subjacente uma perda de confiança na sua capacidade, que se deveria ter alienado ao longo do século IV.

Esta mudança do vigoroso paradigma tradicional em que se privilegiava o confronto direto em campo aberto para a procura de uma solução tática menos exigente é já demonstrativa de uma falta de confiança nas suas capacidades militares. O exército romano começava a preferir controlar as invasões do *limes* com artifícios estratégicos dissimulados, onde se tentava empurrar, ou encurralar, os bandos de invasores em áreas problemáticas, com terrenos que dificultassem a sua defesa e mesmo com a obtenção de suprimentos, esperando que tal desgaste levasse a que estes desistissem da sua tentativa de agressão ou se rendessem pela fome.

Esta prática romana em que se procurava evitar travar batalhas, não só é demonstrativa da fragilidade do exército dos novos modelos da tetrarquia, como iria levar ao desgaste da sua imagem de invencibilidade, já bastante fragilizada externamente por todo o processo de caos militar que se verificara durante o século III.

Seria impensável que as permanentes tensões ao longo das fronteiras romanas não permitissem a Germânicos e Persas compreender o entibiamento da sua atitude, quando sistematicamente tinham procurado evitar confrontações diretas.

O exército romano dos séculos IV e V que se organizara em unidades de dimensões reduzidas[1982] e estava essencialmente treinado para levar a cabo operações de pequena escala – como escaramuças, operações de flagelação ou recontros esporádicos – deixou de demonstrar aptidão para realizar operações militares de grande envergadura, como tinha sido sempre característico do exército do Principado[1983].

[1981] VEG. 3.26: «[…] É melhor dominar o inimigo pela fome, por ataques de surpresa ou pelo terror do que pelo combate, no qual a sorte costuma ter mais peso do que a coragem. […]».
[1982] MONTEIRO, 2014, p. 122.
[1983] GOLDSWORTHY, 2007, p. 182.

No entanto, o profissionalismo dos soldados romanos, tal como o seu treino e recursos a nível tático, ainda se mantinha bastante elevado no Baixo-Império, e em geral era bastante superior às competências dos seus inimigos germânicos[1984]. É mesmo possível admitir-se que a organização do exército da tetrarquia tenha sido levada a uma tal reestruturação pelo tipo de pequenas operações que era constantemente forçado a realizar.

Esta menor aptidão do exército romano tardio para travar grandes batalhas campais bem pode ser confirmada através da desarticulação tática geral que encontramos na Batalha de Adrianopla, que disto é um expressivo exemplo[1985].

10.4. O Exército e os Novos Desafios

10.4.1. Os Problemas do Recrutamento e a Disseminação dos Valores Cristãos

Diocleciano era natural da Ilíria, tendo nascido na Dalmácia em 245, e pertencia à ordem equestre, tendo sido elevado ao cargo de tribuno em 284[1986].

Quando subiu ao trono considerou que era preciso encontrar forma de reestabelecer os antigos valores romanos, sobretudo no que concerne a eficácia das estruturas militares. Seria, pois, necessário combater tudo aquilo que tivesse contribuído para a sua degradação, nomeadamente responsabilizando a cada vez maior difusão dos valores cristãos, que defendiam a fraternidade e a paz, o que criava reservas, ou mesmo impedimentos, ao bom desempenho dos soldados romanos[1987].

Exarou éditos em que ordenou que se organizassem implacáveis perseguições aos cristãos, mormente aos numerosos soldados convertidos, cujas práticas pacifistas não iam ao encontro das suas funções militares. Mandou realizar brutais vagas de confisco de bens e extermínio em todo o Império, em 299, e intensificou ainda mais as suas diretrizes em 303 e 304[1988], tornando expressamente proibida a conversão ao cristianismo de qualquer soldado romano. Como exemplo, ordenou a execução de muitos homens da legião tebana, que possivelmente terão sido dos primeiros casos de uma legião com soldados massivamente contaminados por tais ideais religiosos[1989]. É um facto que a conversão aos ideais cristãos

1984 GOLDSWORTHY, 2007, p. 183.
1985 ELTON, 1996, p. 218.
1986 LE BOHEC, 2006, p. 20.
1987 LE BOHEC, 2006, pp. 20-21.
1988 LE BOHEC, 2006, p. 21.
1989 RICHARDOT, 2001, p. 23; LE BOHEC, 2006, p. 21.

que propugnavam o pacifismo e uma fraternidade entre os homens eram pouco consentâneos com a violência própria da guerra e tais soldados confessavam abertamente a sua relutância em cumprir as suas obrigações de combater e de matar os seus semelhantes.

Uma passagem bastante esclarecedora deste espírito cristão contra a violência surge na "Acta de Maximiliano", em que nos é narrada a história de um objetor de consciência cristão (chamado Maximiliano) no decorrer de um recrutamento em África durante o Principado de Diocleciano. Este homem teria sido arrastado à força para uma inspeção com o objetivo de ser integrado no exército romano, quando então terá exclamado:

"Não posso servir, não posso fazer o mal. Eu sou um cristão".

Tal declaração parece não ter impressionado o procônsul que orientava o processo e ordenou que o amarrassem e o medissem. Quando a sua altura foi confirmada como sendo de cinco pés, o oficial ordenou que o marcassem e Maximiliano foi assim coagido a integrar o exército romano[1990].

Esta tendência de conversão ao cristianismo incrementar-se-ia cada vez mais e, no século V, tomaria tais proporções que se difundiria, não só por todo o mundo romano, como se insinuaria no espírito de grande número de soldados e oficiais em todos os sectores do seu exército[1991].

O pragmatismo de Diocleciano levá-lo-ia a compreender que se tais valores se difundissem massivamente por entre os soldados romanos nada poderia salvar o Império, pois não haveria homens dispostos a lutar. Uma tal crise seria fatal, sobretudo a partir daquele final do século III em que as ameaças à estabilidade do Império se tornavam cada vez maiores.

Não seria, pois, de estranhar as medidas tomadas pelas autoridades imperiais, que procuravam resolver esta escassez recorrendo ao recrutamento de estrangeiros que pudessem preencher as fileiras, não só dos contingentes auxiliares, mas de todas as unidades do exército, inclusive o corpo dos oficiais. Assim, o exército deveria contratar elementos germânicos dispostos a prestar serviço militar em troca de um salário[1992], pois tudo indicava

---

[1990] MACDOWALL, 1994, p. 9.

[1991] A necessidade de conseguir novos recrutas que resultava da falta de homens que se quisessem alistar voluntariamente no exército levaria a que fossem tomadas medidas draconianas para resolver o problema. A conversão ao cristianismo era igualmente um dos principais fatores para o grande número de deserções que se verificava, principalmente entre os novos recrutas e, como precaução, os refratários, enquanto se encontrassem a caminho das suas unidades, eram trancados em prisões todas as noites. Além disso, quando era recrutado, o soldado recebia uma placa de identificação e um certificado, mas, para evitar alguma tentativa de fuga, muitos deles eram marcados na mão ou no braço para facilitar a sua identificação e tornar assim a deserção mais difícil. MACDOWALL, 1994, pp. 8-9.

[1992] AMM. 31.4.1; LE BOHEC, 2006, p. 62.

que estes seriam leais ao Império, habituados que estavam a lutar sob juramento para diferentes senhores.

Embora muitas unidades, particularmente nos corpos palatinos, possuíssem nomes de perfil tribal, não há quaisquer evidências que apontem para que tenham sido mantidos estes soldados em unidades separadas[1993].

Os Germânicos e os Romanos lutariam, assim, lado a lado, integrados nas mesmas unidades e conforme o número destes últimos ia diminuindo os soldados estrangeiros passariam a exercer um papel mais preponderante e a ter mais possibilidades de ascender aos altos cargos. É assim que, em meados do século IV, a maioria dos generais do exército romano já não pertencia a grandes linhagens familiares romanas, mas eram de origem germânica, ou até sármata[1994].

No entanto, tudo indica que esta política de recrutamento individualizado de elementos estrangeiros terá sofrido uma substancial quebra após as derrotas romanas na campanha persa de Juliano, em 363[1995] e, pouco depois, no desastre de Adrianopla, em 378[1996], tendo-se incrementado a partir de então a colaboração dos grandes contingentes dos povos federados. O prestígio das armas romanas teria sido profundamente afetado com estas campanhas, fazendo com que os potenciais recrutas germânicos tivessem perdido grande parte do interesse em se alistar individualmente no exército romano.

Isto implicou que a generalidade dos Germânicos passasse a lutar sob o comando dos seus próprios líderes e, pouco depois, passariam a formar exclusivamente o núcleo dos exércitos de campo romanos, nomeadamente no Ocidente.

A consciencialização do seu poder levou-os, em 476, a tomar definitivamente nas suas mãos os destinos da parte ocidental do Império e a ter a ousadia de derrubar o frágil imperador Rómulo Augústulo[1997].

É a partir de então que Germânicos como Visigodos, Ostrogodos, Alamanos e Francos, estabelecem no Ocidente os seus próprios reinos[1998], sem terem de lidar com a permanente influência de uma entidade política como era o Império Romano que, apesar de moribundo,

---

1993 MACDOWALL, 1994, p. 9.
1994 AMM. 26.5.2-3, 27.1.2, 27.2.6, 31.12.6; MACDOWALL, 1994, p. 9; LE BOHEC, 2006, p. 62.
1995 MACDOWALL, 1994, p. 9; LE BOHEC, 2006, pp. 50-53.
1996 MACDOWALL, 1994, p. 10 ; LE BOHEC, 2006, p. 62.
1997 LE BOHEC, 2006, p. 207.
1998 GIORDANI, 1970, pp. 121-126 (Visigodos), p. 127-134 (Ostrogodos), pp. 135-139 (Vândalos), pp. 140-142 (Suevos e Burgúndios), pp. 143-153 (Francos sob os Merovíngios), pp. 154-158 (Lombardos); GOLDSWORTHY, 2011, pp. 457, 471, 493.

tinha a sabedoria milenar que lhe permitia existir por entre as tensões militares dos seus adversários e reclamar autoridade em nome dos seus antigos pergaminhos.

O Império Romano era a partir de então uma entidade longínqua, uma realidade bélica que, apesar de ter conseguido manter algumas aspirações sobre o Ocidente, deixaria finalmente que estes povos assumissem livremente a criação de sociedades com a sua identidade própria nos chamados "Estados Sucessores"[1999].

10.4.2. A Osmose Militar do Soldado Germânico no Exército Romano

Se por um lado o recrutamento de indivíduos germânicos no exército romano se foi tornando uma prática necessária, pela notória escassez de cidadãos disponíveis, por outro lado os Romanos compreenderam que muitos destes guerreiros descobriam, ao longo do século IV, que era bem mais proveitoso e desafiante para eles defender o Império em vez de o devastarem.

A adesão ao Império permitia-lhes deleitarem-se frequentemente com os trabalhos da guerra, com a sensação de esforço e perigo tão importante para eles como marca de água da sua própria masculinidade, mas também recebiam por parte do Império um retorno do seu empenho, recompensando-os com a possibilidade de uma ascensão militar, um salário regular e mesmo o usufruto de tempo para dedicarem às suas famílias[2000].

A maioria dos soldados germânicos era integrada diretamente nos corpos de auxiliares regulares dos seus povos e alguns também nas próprias microlegiões, mas os seus melhores soldados tinham a oportunidade de entrar nos quadros das mais distintas tropas comitatenses e palatinas[2001].

A grande confiança que neles era depositada resultava de um pronunciado fenómeno de aculturação, que ocorria com frequência entre estes Germânicos que se viam transformados em soldados romanos[2002], pois, à medida que contactavam livremente com os súbditos do Império, assimilavam os costumes romanos e gradualmente esqueciam, ou mesmo passavam a desprezar os seus antigos hábitos tribais.

[1999] COLLINS, 2000, pp. 112-134; CAMERON, 2000, pp. 552-569; CONRAD, 2000, pp. 678-700; HUMPHRIES, 2000, pp. 525-551; KEENAN, 2000, pp. 612-637; KENNEDY, 2000, pp. 588-611; ROUECHÉ, 2000, pp. 570-587; RUBIN, 2000, pp. 638-661; THOMSON, 2000, pp. 662-677; WHITBY, 2000, pp. 701-730; WOOD, 2000, pp. 497-524.

[2000] LE BOHEC, 2006, pp. 61-62, 121, 200.

[2001] RICHARDOT, 2001, p. 294.

[2002] AMM. 31.12.6.

A sua integração decorria com tanta solicitude que os soldados germânicos que demonstrassem coragem e excecionais talentos para o comando eram rapidamente promovidos a postos de chefia[2003], ficando com o caminho aberto para ascender aos cargos mais importantes da hierarquia.

Pode-se confirmar esta grande abertura a estes altos postos pela simples análise dos nomes dos condes e dos duques, cuja ressonância não latina, denuncia uma clara ascendência germânica[2004].

Generais como Estilicão[2005], um dos comandantes romanos mais solícitos e bem-sucedidos do início do século V, era oriundo dos Vândalos[2006], tal como Ricimer, que controlou encapotadamente os destinos do Império do Ocidente, era de origem goda[2007].

Estes comandantes romanos de origem germânica eram muitas vezes confrontados com o drama íntimo de se verem forçados a combater contra os seus próprios povos de origem, mas o seu arreigado senso de lealdade sobrepunha-se em geral a estes laços étnicos.

Com o passar dos anos, a maioria destes soldados integravam-se de tal modo nos costumes romanos, que estes se tornavam o seu verdadeiro referencial cultural e espiritual. No entanto, o seu comportamento estava muitas vezes sob escrutínio, sendo vigiado e até encarado com alguma suspeição com receio de que pudessem manter uma traiçoeira comunicação com o inimigo, ou de não reprimirem com suficiente veemência as suas tentativas de invasão das fronteiras. É possível que tenham ocorrido casos em que soldados germânicos, ao serviço do exército romano, tenham desertado e tenham mesmo traído a confiança dos seus companheiros, se atendermos ao facto de que foram milhares de indivíduos a serem confrontados com este dilema íntimo entre dever e laços étnicos. Já no

---

2003 AMM. 15.5.11.

2004 RICHARDOT, 2001, p. 294; LE BOHEC, 2006, 62.

2005 O imperador Teodósio consagrou Estilicão como o principal general romano pela sua importante intervenção na Batalha do Rio Frígido, tendo-o nomeado, pouco tempo antes do seu falecimento, como tutor do seu filho Honório, que tinha apenas 11 anos e iria reinar no trono do Ocidente. De forma bastante suspeita, Estilicão afirmava que o imperador, com certeza antes de morrer, o tinha nomeado tutor de ambos os seus filhos, o que incluiria a atribuição da tutoria de Arcádio, que viria por seu turno, a tornar-se o imperador do Império do Oriente. Nenhuma testemunha nem nenhum documento pôde apoiar tal afirmação de Estilicão tendo, no entanto esta sua pretensão prejudicado imediata e gravemente as relações com toda a corte oriental do Império, que não aceitava a influência deste general na sua zona. Este facto causou uma tão permanente animosidade entre os imperadores do Oriente e Estilicão que se pode considerar que este amargo diferendo entre as duas partes do Império, tão cruciais para a defesa do Império, não foi resolvido e bem pode ser assim considerado como uma das causas importantes que levaram à sua queda. Deve-se salientar que mesmo depois do período de trinta anos que medeiam entre 395 e a morte de Estilicão, em 408, período durante o qual já não houve qualquer tipo de cooperação entre Roma e Constantinopla, as duas partes do Império continuaram num permanente clima de rivalidade e de mútua indiferença na resolução de questões essenciais, nomeadamente na área militar. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 365-375.

2006 MANTAS, 2020, p. 367.

2007 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 448. Ricimer ou Ricímero era filho de um príncipe dos Suevos e da filha de Vália, rei dos Visigodos.

ano IX d. C. o caso de Armínio na floresta de Teutoburgo fora bem caracterizador desta situação. No entanto, estes casos deverão ter-se mantido dentro de proporções residuais, a crer na forma confiante como não só o exército romano lhes confiava missões estratégicas delicadas, como se abriam também as carreiras militares que davam acesso aos lugares mais importantes da hierarquia.

Apesar da necessidade veemente de aumentar o índice de recrutamento, o que deveria levar a uma permanente aceitação destes indivíduos no seio do exército, este teria tomado certamente medidas draconianas para evitar traições, se estas fossem uma prática recorrente, o que não temos notícia de que se tenha verificado. Insegurança deste tipo poderemos lobrigar sim na forma como os Romanos encaravam os seus aliados e contingentes de federados autónomos, desconfiando da sua colaboração em momentos de crise.

Para evitar este perigo, as suas tropas eram muitas vezes colocadas numa ordem de batalha em que a sua posição se encontrava verdadeiramente entalada entre os principais corpos romanos[2008], para que não pudessem abandonar de um momento para outro a refrega.

10.5. Evolução dos Sistemas de Defesa do *Limes*

10.5.1. A Evolução da Orgânica de Defesa das Fronteiras Imperiais

As fronteiras do Império eram a principal preocupação militar do exército romano, garantindo a sua estabilidade territorial através do estacionamento das legiões em locais estratégicos que permitiam controlar e anular as investidas exteriores.

Embora tenha havido durante os séculos da República e do Alto-Império uma considerável variação no número total de legiões, elas encontravam-se em geral adstritas a pontos do *limes* que os Romanos sabiam ser mais vulneráveis, distribuídas ao longo do rio Reno, do Danúbio e da fronteira oriental, instaladas em fortalezas ou quartéis de inverno[2009].

[2008] Na importante batalha travada nos Campos Cataláunicos (20 de junho de 451) contra os Hunos de Átila, a periclitante situação dos Romanos de Aécio é quase dramática, receando qual poderia ser a atitude de confronto que iriam protagonizar os seus inúmeros aliados, tal como acontecia com os Visigodos, os Francos, os Burgúndios e especialmente os Alanos. Apesar de terem até então tido relações muito tensas com os primeiros, ainda receavam mais qual seria o empenho dos Alanos, pelo que colocaram os seus contingentes numa ordem de batalha em que estes se encontravam no centro, cercados pelas tropas de todos os outros para que não pudessem facilmente esquivar-se do confronto. GONZÁLEZ, 2005, *Catalavnvm* III, p. 131.

[2009] POUNDS, 1973, pp. 99-101.

Quer os relevos das margens, quer o caudal destes rios faziam com que se verificassem notórias variações quanto ao grau de dificuldade que um exército invasor teria que enfrentar para os ultrapassar. Se nas épocas estivais o seu caudal baixava consideravelmente e a força da corrente diminuía, facilitando a sua transposição, as épocas invernais torná-los-iam barreiras quase intransponíveis. Embora certas zonas do rio não tendam a impulsionar o caudal com tanta força e velocidade devido a possuírem maior envergadura, outras partes mais estreitas do seu percurso tornam a corrente tão poderosa que tudo tende a ser arrastado pela força da água. A morfologia do relevo nas suas margens também se torna de vital importância para se poder transpô-lo, pois quando estas são muito acidentadas ou formadas por arribas mais pronunciadas, não é possível sequer realizar qualquer tipo de travessia.

Isto era bem patente em certas partes do Danúbio[2010], como nas chamadas "Portas de Ferro" que se localizam entre a cordilheira dos Cárpatos e os montes Balcânicos, numa área do *limes* que corresponde a uma zona hoje situada entre a Sérvia e a Roménia[2011]. Era impossível que qualquer contingente militar conseguisse realizar por este troço, de 134 quilómetros, qualquer tipo de invasão ao Império, pois este é constituído por quatro desfiladeiros estreitos e íngremes e por três perigosas bacias cheias de escolhos. O desfiladeiro é tão estreito e escarpado que, em certos pontos, chega a possuir apenas 150 metros entre as íngremes paredes da sua garganta, e entre elas desenvolve-se um verdadeiro inferno de dificuldades, com rápidos fluviais de caudal extremamente forte e com perigosos redemoinhos, a que se acrescentam ainda as enormes pedras que se encontram no seu leito, sendo muitas delas de difícil localização por se encontrarem submersas[2012].

Como seria de esperar, os Romanos conheciam bem os condicionalismos geográficos do seu *limes*, estando os portões assinalados pelo próprio imperador Trajano, que mandou colocar ali um marcador comemorativo da construção da estrada romana que permitia o acesso aos territórios da Dácia[2013].

O rio Danúbio tem 2.865 quilómetros de comprimento e marcava bem a fronteira Norte do Império, estendendo-se da Floresta Negra até ao mar Negro[2014], possuindo um generoso caudal que em média debita cerca de 6.700 metros cúbicos de água por segundo[2015], servindo

---

[2010] ROBINSON, 2009, pp. 58-112.
[2011] LE BOHEC, 2006, pp. 148-149, 160; ROBINSON, 2009, p. 66.
[2012] Tais condições de navegação devem alertar-nos para a possível dificuldade que teriam as tropas *ripense*s para executarem o seu trabalho de vigia fronteiriça ao não poderem circular com segurança ao longo de todo o percurso do Danúbio. ROBINSON, 2009, pp. 65, 82.
[2013] CONNOLLY, 1998, p. 241.
[2014] ROBINSON, 2009, pp. 61, 63.
[2015] ROBINSON, 2009, pp. 62, 65.

em muitas áreas como uma competente barreira permanente contra travessias não autorizadas.

Por sua vez, o rio Reno[2016], que nasce nos Alpes suíços, é substancialmente menor, possuindo 1.250 quilómetros de extensão, com um caudal médio bem mais modesto de 2.300 metros cúbicos por segundo, o que permitia que pudesse gelar nos invernos mais rigorosos[2017]. Se se descontar o perigo do colapso da camada gelada sob o peso de homens, cavalos e carroças, anulava-se com o fenómeno da congelação o efeito de proteção que era proporcionado por uma linha de água, tal como acontecia ocasionalmente com o Reno[2018]. Em 31 de dezembro do ano 406, milhares de guerreiros germânicos, das mais variadas tribos, invadiram a Gália atravessando este rio gelado[2019] e criaram ao Império um dos maiores problemas estruturais político-militares da sua história ao terem-se espalhado massivamente pelos territórios do Império, pois os Romanos não tiveram posteriormente condições de os voltar a expulsar

O *limes* africano que, na sua continuação oriental, se prolongava pelas regiões desérticas da Arábia, era em geral bastante menos problemático, pois apenas se registavam esporádicas tentativas de saque normalmente realizadas por pequenos grupos berberes e beduínos que eram rapidamente debeladas[2020]. Sem uma linha de água a demarcar a fronteira do Império, os Romanos consideravam que o seu domínio africano se estendia até à orla do deserto do Sahara, mas essa noção de *limes* era bastante fluida, com critérios mais flexíveis no contexto egípcio ou arábico. Diga-se que não havia, como na província da Britânia, qualquer grande infraestrutura muralhada que procurasse assinalar os limites imperiais, mas apenas circunstanciais valas em locais onde se verificava um mais fácil acesso aos territórios romanos, estando estes muitas vezes mais assinalados pela presença de contingentes de delimitadores que indicavam que já se estava dentro do Império[2021].

2016 ROBINSON, 2009, pp. 199-245.

2017 ROBINSON, 2009, p. 199.

2018 Os Romanos reforçavam muitas vezes este *limes* fluvial com circunstanciais estruturas muralhadas nos pontos onde consideravam que a sua travessia poderia ser mais fácil. Entre vários exemplos poderemos referir o da Mésia, que no século II foi reforçada com fortalezas erguidas ao longo da margem sul do Danúbio, sendo mesmo construída uma muralha entre Axiópolis e Tomi como defesa contra as investidas dos Citas e dos Sármatas. Ainda hoje é possível fazer um périplo turístico pela fronteira da Mésia pelo "*limes Moesiae*", nome pelo qual é conhecida uma coleção de fortificações romanas entre a costa do mar Negro e a Panónia, na atual Hungria, que consiste principalmente num conjunto de fortes situados ao longo da margem direita do Danúbio. ROBINSON, 2009, pp. 200, 202-203, 206, 215, 217, 223.

2019 CONNOLLY, 1998, p. 258, LE BOHEC, 2006, pp. 14-15, 155, 199.

2020 NICOLLE; McBRIDE, 1998, pp. 3, 5-9, 16.

2021 NICOLLE; McBRIDE, 1998, pp. 3, 22-23.

Sob tais condições, uma única legião poderia controlar uma vasta área destes territórios africanos espalhando as suas subunidades de coortes e destacamentos junto das principais rotas caravaneiras, bem como das povoações e estruturas urbanas autóctones.

A mesma capacidade de controlar militarmente vastos territórios com as subunidades de uma legião se colocava nos que eram pertencentes a províncias com áreas interiores, como eram a Hispânia, que apenas apresentavam *limes* com outras regiões romanas de onde não era provável que pudessem vir invasões com consideráveis efetivos.

Esta aparente facilidade de se realizar o seu controle militar com menos dispêndio de recursos, bastando muitas vezes pequenas unidades ou coortes legionárias, não queria dizer, no entanto, que algumas destas províncias estivessem completamente pacificadas e não fossem, ou se mantivessem, problemáticas.

Em muitas delas verificavam-se convulsões ocasionais com boicotes às leis romanas, vagas de roubos às estruturas logísticas ou até mesmo violentos levantamentos, mas cujas consequências se circunscreviam a assassinatos no decurso de operações de guerrilha.

Estes ataques eram muitas vezes realizados a partir de zonas menos controladas como eram quase sempre os territórios de montanha, mais acidentados e propensos a facilitar emboscadas, que não favoreciam a presença e exploração por parte das tropas romanas[2022].

10.5.2. Especificidades na Gestão Militar do *limes*

O esforço fronteiriço do Império registava-se assim com mais intensidade no chamado *limes* reno-danubiano, constantemente alvo das investidas dos povos germânicos e também na necessidade de demarcar uma fronteira romana no Oriente, constantemente em mutação devido aos permanentes ataques persas em toda esta vasta região.

No Oriente, durante todo o Alto-Império, os Romanos confrontaram-se contra a dinastia parta dos Arsácidas[2023] e, a partir de 226, com a bem mais ambiciosa e militarmente

[2022] No entanto, apesar de serem territórios menos problemáticos do ponto de vista da "grande guerra", onde é suposto o emprego massivo de enormes contingentes em grandes batalhas, algumas destas regiões eram militarmente bastante difíceis, ao verem-se as tropas regulares confrontadas com "guerra de guerrilha". Esta, é o pior pesadelo que pode existir para um exército regular, especialmente quando se encontra disseminada pelos territórios que este deve manter sob controle. Os Romanos tiveram precisamente na Hispânia, com os muitos povos rebeldes com quem tiveram de se confrontar, nomeadamente os Cântabros e os Lusitanos, uma terrível experiência de guerra de guerrilha, tão intensa e perigosa que, em certos períodos, Roma não tinha facilidade em recrutar soldados para integrarem contingentes que viessem para estes territórios. MONTEIRO, 2020b, pp. 292-293.

[2023] CONNOLLY, 1998, pp. 211-212; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 119-123.

robusta dinastia sassânida[2024], o que veio a fazer desta fronteira oriental um *limes* em permanente convulsão. Esta tensão só diminuía quando os Persas se viam forçados a cuidar militarmente das suas fronteiras orientais, o que geralmente permitia aos Romanos levar a sua conquista territorial mais para leste.

Contrariamente ao que se verificava no contexto de confronto com os povos germânicos, e mesmo do cenário fronteiriço na Britânia, onde a muralha de Adriano demarcava e permitia defender eficazmente as pretensões romanas[2025], este *limes* oriental, que por várias vezes se demarcou no rio Eufrates, constituía-se como uma disputa pendular sem solução entre as forças militares de dois grandes impérios[2026].

A lógica inerente a este clima de permanente estado de guerra não era a que estava subjacente na conflitualidade com os Germânicos, que eram grupos tribais que, após serem conjunturalmente derrotados em batalha, tinham poucas condições de recuperar rapidamente das suas perdas. Os povos germânicos demoravam muitos anos para se conseguir recompor militarmente e as suas derrotas reafirmavam nos seus quadros mentais a ideia de invencibilidade do exército romano, fazendo-os assimilar cada vez mais um receio atávico da sua força.

A guerra contra os Persas desenvolvia-se num plano diferente, pois era travada contra um exuberante Estado organizado que possuía também enormes recursos populacionais e económicos, bem como permanentes condições de recrutamento[2027]. Era, pois, possível aos Persas sustentar um esforço bélico em permanência que mais nenhum dos adversários do Império Romano tinha possibilidades de apresentar, levando à conclusão que no *limes* oriental deveriam estar estacionadas forças consideráveis.

No entanto, apesar de o perfil tático persa ser substancialmente diferente da orgânica militar romana, privilegiando uma considerável utilização do arco e da flecha, poder-se-ia dizer que os Romanos, historicamente, se conseguiram impor se se tiver em linha de conta que várias vezes penetraram profundamente nos seus territórios, chegando mesmo a conquistar a sua capital Tesifonte[2028], enquanto o contrário nunca se verificou[2029].

Embora se possa dizer que uma tal supremacia marcial pouco terá acrescentado, na prática, às pretensões expansionistas dos Romanos, atendendo a que estes se viam também

---

[2024] NICOLLE; McBRIDE, 1998, p. 5; LE BOHEC, 2006, p. 127; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 530.
[2025] CONNOLLY, 1998, p. 212; LE BOHEC, 2006, p. 148, 153-154; GOLDSWORTHY, 2018, pp. 37-53.
[2026] LE BOHEC, 2006, p. 164, 166-167; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 50.
[2027] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 55; PETERSEN, 2013, pp. 363-365.
[2028] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 73 (em 165), 95 (em 197-202), 162 (em 262), 175 (em 283), 222 (em 297 ou 298); PETERSEN, 2013, p. 96.
[2029] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 55.

forçados a abandonar a prazo tais ousadas conquistas, a máquina militar persa nunca teve condições para os expulsar definitivamente dos territórios orientais.

10.5.3. Da Vizinhança Amistosa ao Permanente Estado de Guerra

As relações entre Romanos e os povos transfronteiriços nem sempre se revestiram de um carácter tão belicoso quanto geralmente lhe é atribuído.

Durante largos períodos, nomeadamente no século I e parte do II, embora se verificassem alguns confrontos, tais contactos apresentaram até um caráter bastante cordial, com algumas tribos germânicas a terem recebido do Império o "direito de comércio", (*jus commercii*), em que a administração romana reconhece a lisura e importância dos seus contactos comerciais[2030]. No *limes* reno-danubiano surgiram muitos locais onde se constituíram frutuosas ligações de permuta, com o consequente intercâmbio cultural, onde indivíduos ou pequenos grupos circulavam com relativa facilidade entre os dois mundos.

Bastaria, para o testemunhar, a grande quantidade de moedas romanas desses períodos que foram encontradas nos túmulos germânicos[2031], assegurando-nos assim a intensidade dessas trocas que se processavam continuamente, sendo favorecidas ainda pela facilidade de deslocação proporcionada pela navegação em certos locais do Reno ou no Danúbio, bem como nos seus afluentes.

Porém, esta política de tom amigável começou a revelar-se problemática no momento em que surgiram no horizonte romano tribos germânicas de perfil mais belicoso, que, além de demonstrarem maior capacidade militar, eram constituídas por populações bastante mais numerosas. Estas, a partir da segunda metade do século II, deram início a uma destabilização do equilíbrio fronteiriço que até então se tinha verificado e criaram tensões que forçaram a substanciais intervenções militares romanas.

Povos como os Sármatas, os Quados e os Alamanos começaram a apresentar, desde o terceiro quartel do século II, uma inusitada sede de conquista que as tornava um perigo efetivo para a segurança do Império e exigiam assim uma intervenção militar musculada que os impedisse de saquearem os territórios imperiais[2032]. Sucessivas vagas destes povos, ao longo de décadas, foram-se aproximando mais e mais das regiões do *limes*, nomeadamente

[2030] GIORDANI, 1970, pp. 32-33.
[2031] GIORDANI, 1970, p. 32.
[2032] GIORDANI, 1970, pp. 30-31.

aqueles que eram formados por grupos tribais que até então estavam mais profundamente embrenhados nos recessos da gigantesca floresta da Germânia Exterior e pouco, ou nenhum, contacto tinham tido com as fronteiras imperiais.

Os Romanos foram paulatinamente constatando que estas novas vagas se tornavam uma verdadeira ameaça, demonstrando uma clara tendência para o saque, ao mesmo tempo que as riquezas que percebiam no Império se configuravam como um objetivo cada vez mais apetecível.

Estas novas populações germânicas que se iam progressivamente aproximando das fronteiras surpreendiam os Romanos pela sua extrema violência e pelos selváticos costumes bárbaros que não eram consentâneos com a imagem que tinham das antigas comunidades com as quais se relacionavam de modo mais amistoso[2033].

Diz-nos Guy Halsall que os Agatírsios (*Agathyrsi*) se pintavam inteiramente de azul, costume que mais tarde os Romanos veriam também ser peculiar a certas tribos de Hunos; e surgiram também no horizonte os Vidínios (*Vidini*), bem como os Gelónios (*Geloni*), que tinham por costume fazer roupas das peles dos inimigos mortos[2034].

Mas a galeria de horrores ainda não tinha terminado, pois haveriam de chegar ainda tribos de nómadas (*Melanchlaenae*) que, para espanto dos civilizados Romanos, se alimentavam de cadáveres humanos (*Anthropophagoi*).

Além destes havia ainda as perigosas Amazonas que, segundo a crença romana, provinham de uma região infernal, de onde eram oriundos também os Hunos, que se viriam a tornar os mais temidos de todos os bárbaros[2035].

Embora tais grupos germânicos, de costumes tão bárbaros, não fossem os vizinhos habituais do Império, os Romanos adotaram uma mais pronunciada política militar de defesa dos seus territórios. Legiões formadas por grandes contingentes defendiam as fronteiras estacionadas em locais estratégicos, onde uma sua grande investida se poderia efetivar.

[2033] As tribos germânicas apresentavam um perfil militar que se poderia considerar bastante similar ao que era próprio da arte militar gaulesa, atendendo a que os seus guerreiros eram também o resultado de uma cultura marcial intensa, mas de carácter bastante indisciplinado, o que fomentava as suas naturais tendências para tomarem iniciativas hostis.

[2034] HALSALL, 2007, p. 51.

[2035] AMM. 31.2.

10.5.4. A Problemática da Criação de Estruturas Defensivas Muralhadas

Depois dos eventos bélicos ocorridos em torno da Batalha de Placência, em 270[2036], o imperador Aureliano considerou que a própria capital do Império tinha falta de estruturas defensivas e deu início à construção de uma robusta muralha que ficou conhecida com o seu nome[2037].

Os limites urbanos da cidade de Roma já há muito que se tinham expandido para além da exígua área que era cercada pela antiga Muralha Sérvia construída ainda durante o fim do século IV a.C.[2038].

Havia assim uma grande parte da cidade que não estava protegida e que urgia ser envolvida por uma muralha; tal deveria ser resolvido pela edificação de uma outra cortina, que fosse mais extensa e robusta que a que foi herdada dos tempos da República[2039].

Em apenas quatro anos, entre 471 e 475, o que é bem revelador da capacidade construtiva dos Romanos, o imperador Aureliano mandou construir uma gigantesca muralha com uma extensão de 19 km que circunscrevia uma área onde cabiam todas as Sete Colinas de Roma, incluindo o Campo de Marte[2040]. Esta apresentava uma envergadura de 3,5m de espessura por 8m de altura e para a construir os Romanos deitaram mão de milhares de toneladas de tijolos, pedra e cimento. O muro teria ainda sido alvo de vários melhoramentos durante o século V, passando a exibir 16m de altura, complementando-se com 383 torres, 7.020 almenaras e 18 portões principais[2041].

A construção de uma muralha em Roma tornou-se uma necessidade premente logo após ter sido sentida, por toda a sua população, a ausência ou fragilidade da proteção muralhada com que Roma podia contar na época de Aureliano[2042].

No ano de 270, um considerável conjunto de tribos de Jutungos e Vândalos, como era já tão frequente no século III, invadiram o Norte da Itália e conseguiram penetrar profundamente nos territórios imperiais[2043].

[2036] A Batalha de Placência teve lugar em finais do ano de 270 ou inícios de 271, entre o exército romano comandado pelo imperador Aureliano e elementos da tribo dos Jutungos, perto da atual Piacenza. GONZÁLEZ, 2005, *Placentia* VI, p. 533; Watson (1999), p. 50.

[2037] WATSON 1999, pp. 54, 205.

[2038] Esta muralha foi construída em 378 a.C. na sequência do saque de Roma pelos Gauleses. CONNOLLY, 1998, p. 291; WATSON 1999, p. 145.

[2039] HOLLERAN; CLARIDGE, 2018, pp. 118-119.

[2040] CARCOPINO, 1970, pp. 28-29; WATSON 1999, pp. 145-146.

[2041] CLARIDGE, 2010, pp. 61, 370-372.

[2042] WATSON 1999, p. 144.

[2043] GOLDSWORTHY, 2010, p. 170.

Desde 268 que se tinham iniciado ataques particularmente fortes no *limes* danubiano, contidos primeiro por Cláudio II, que conseguiu expulsar os Godos das fronteiras[2044], e logo depois por Aureliano, que empenhou todo o exército romano numa tentativa de impedir a invasão das tribos vândalas[2045]. Embora este imperador tenha obtido sucesso na sua campanha[2046], os Jutungos ter-se-ão aproveitado deste atarefado contexto militar romano para penetrar na fronteira e consumar uma inusitada invasão da Itália.

Aureliano, que se encontrava na Panónia com as suas forças para supervisionar a retirada total dos Vândalos, foi forçado a recuar rapidamente, perseguindo os Jutungos que penetravam cada vez mais no território do Império[2047]. Quando chegou perto de Milão, foi informado de que o inimigo já se encontrava a deslocar-se para sudeste depois de ter saqueado a cidade de Placência. Tendo Aureliano enviado uma mensagem ao chefe jutungo[2048] em que exigia que suspendessem a sua marcha e se rendessem, estes rejeitaram a intimação e continuaram o seu caminho.

A reação do imperador não se fez esperar e decidiu avançar a marchas forçadas contra eles, mas na sua precipitação deixou cair o seu cansado exército numa emboscada numa floresta perto de Placência[2049], local onde viria a sofrer uma pesada derrota[2050]. Já sem qualquer oposição, pois não havia mais tropas romanas a impedir-lhes a passagem, os Jutungos puderam assim avançar livremente pela Via Emília com a intenção de chegarem a Roma e saqueá-la[2051].

Ao saber disto, a população da capital entrou em pânico, atendendo a que tinha consciência que a sua guarnição não teria condições de a defender e que partes consideráveis da cidade não estavam sob a proteção de qualquer estrutura muralhada.

Apercebendo-se do que poderia acontecer, o esforçado Aureliano conseguiu reagrupar os seus homens e deu início uma desesperada perseguição dos Germânicos, tendo conseguido alcançá-los nas margens do rio Metauro, perto de Fano, onde os pressionou contra o rio e obteve uma notável vitória[2052].

[2044] Em 269 Cláudio II venceu uma batalha contra os Godos e adotou os nomes de "Gótico" e de "Máximo" em comemoração. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 155.
[2045] WATSON, 2003, p. 46-50; POTTER, 2004, p. 269.
[2046] GONZÁLEZ, 2005, *locus incertus* 961, p. 412.
[2047] WATSON, 2003, p. 50.
[2048] POTTER, 2004, p. 645, nota 41. Desconhecemos o nome do chefe jutungo.
[2049] GONZÁLEZ, 2005, *Placentia* VI, p. 533.
[2050] WATSON, 2003, p. 50.
[2051] POTTER, 2004, p. 269.
[2052] WATSON, 2003, p. 51.

Esta situação é bem reveladora da notória fragilidade da defesa interna Império nesta data. Apesar de estar submetido a constantes tentativas de invasão, não podia deixar, sob risco de graves consequências, que nenhum dos grupos germânicos penetrasse nos seus territórios. Assim, a criação dos delimitadores bem poderia ser a tentativa de resolver esta fragilidade, procurando preencher todo o *limes* com uma parede de tropas fixas e prevenir as possíveis brechas com uma dinâmica de circulação de contingentes que impedissem a progressão de inimigos em profundidade dentro do Império.

Deveremos notar que precisamente este episódio militar, pelas suas consequências e características táticas peculiares, poderia ter sido tomado como o momento da consciencialização de que era necessário dotar o Império de outras estruturas defensivas. A construção da muralha aureliana nesta data de 275 não foi, portanto, um acaso, mas antes uma medida de emergência, como resultado de uma perceção da vulnerabilidade em que Roma, tal como a maioria das cidades, se encontrava [2053]. Se nada fosse feito, uma invasão em profundidade similar à dos Jutungos poderia voltar a acontecer, nomeadamente como provável resultado do intensificar dos ataques no *limes*.

Era, pois, necessário prover de estruturas muralhadas todas as cidades, tendo-se iniciado uma febre construtiva por todo o Império.

Diga-se, no entanto, que apesar do seu considerável tamanho, a eficácia da proteção da muralha aureliana seria questionável, atendendo às reduzidas dimensões proporcionais da sua guarnição. O tamanho dos contingentes de soldados presentes numa cidade era um fator essencial para que o seu sistema defensivo funcionasse eficazmente e para que as suas muralhas fossem uma efetiva proteção. Em Roma, por exemplo, é possível considerar-se que os corpos da Guarda Pretoriana, somados às coortes urbanas (*cohortes urbanae*) e que perfaziam apenas 25.000 soldados[2054], seriam poucos para defender adequadamente toda a enorme extensão da muralha ante um forte ataque e que tivesse boas condições de assédio, nomeadamente com uma profusa utilização de máquinas.

[2053] O imperador Aureliano (270-275) constrói a muralha, que terá o seu nome, mas será Probo quem a terminará (276-282). RICHARDOT, 2001, p. 189.

[2054] Yann Le Bohec indica que a guarnição de Roma, "herdada" por Diocleciano seria constituída por: 10 coortes pretorianas, cada qual com 1.000 homens (esta constituía a guarda imperial de elite); 4 coortes urbanas, com cerca de 1.500 homens cada (era a força de polícia da cidade); 7 coortes de vigia, cada qual com cerca de 1.000 homens (bombeiros e policiamento noturno); 1.000 *equites singulares Augusti* (uma guarda montada e mais próxima). Total: menos de 25.000 homens (os pretorianos e os *equites singulares* acompanhavam geralmente o imperador nas suas campanhas). LE BOHEC, 2006, p. 16.

No entanto, a importância militar destes tipos de muralha não era pensada para suportar longos cercos, mas bastante mais para proteger temporariamente as populações, até que chegassem tropas que as pudessem libertar.

10.5.5. Perfil das Fortificações de Fronteira no Baixo-Império

O estabelecimento das tropas de delimitadores ao longo da fronteira teria grandes implicações nas estruturas arquitetónicas de defesa levando, não só ao aumento do seu número, como também a uma maior diversidade na sua tipologia.

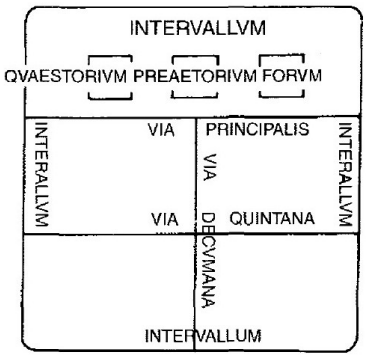


Imagem 91 - Desenho de um acampamento de marcha de acordo com Políbio, de meados do século II a.C. O grego Políbio descreve com admiração um acampamento romano em marcha (PL. 6.27-42): uma defesa quase quadrada é alongada por um espaço livre (*interuallum*); no centro, além dos alojamentos, existe uma praça (*forum*), a casa do general (*praetorium*) e a do questor (*quaestorium*); as ruas cruzam-se em ângulos retos. [in LE BOHEC, 2013, lâmina 21]

Se os fortes ou acampamentos de inverno legionários do século I abrigavam frequentemente duas legiões, o que perfazia cerca de 10.000 soldados regulares[2055] e número equivalente de auxiliares, não encontramos nada de tão grandes dimensões no panorama arquitetónico no tempo de Diocleciano.

Estas estruturas arquitetónicas estariam assim adaptadas ao novo formato da microlegião, tendo estas fortificações perímetros de apenas 50 metros de lado, como acontecia em Senon, Liberchies, Haus Bürgel, Zurzach ou Schaan[2056].

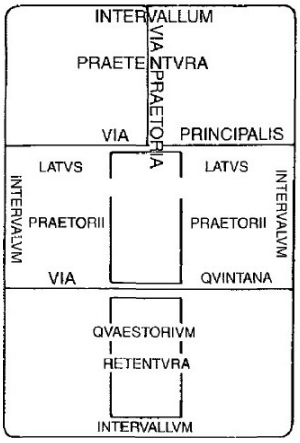


Imagem 92 - O acampamento de marcha de acordo com o Pseudo-Hyginus. Um tratado anónimo, atribuído sem fundamento a Pseudo-Hyginus, descreve um acampamento de marcha romano do início do século II d.C. e permite traçar a evolução a partir de Políbio. O plano foi alongado e dividido em quatro partes: a *praetentura* na frente do pretório, o *latus praetorii* à direita e também à esquerda da residência do general. A parede é sempre acompanhada por um *intervallum*, e as ruas ainda se cruzam em ângulos retos. [in LE BOHEC, 2013, lâmina 22]

O perfil da organização interior dos fortes também seria bastante modificado, tendo acabado por desaparecer, em meados do século IV, a faixa que era deixada vazia (por precaução) entre os alojamentos e a muralha (*via sagularis*) para protegê-los

[2055] CONNOLLY, 1998, pp. 136-137; RICHARDOT, 2001, p. 137.

[2056] RICHARDOT, 2001, p. 137. Yann Le Bohec fornece-nos ainda outros exemplos: Yotvata, em Israel, um quadrado com apenas 39 metros de lado; Tell el-Herr, na extremidade do delta do Nilo, construído sob Diocleciano, em tijolo cru e com uma área de 90 m x 90 m; Avdat, na Jordânia, um quadrado construído cerca de 300, com 88 metros de lado; ou Boqeq, em Israel, com uma planta quadrada de apenas 20 metros de lado, a quem competia vigiar um oásis no sudoeste do Mar Morto. LE BOHEC, 2006, pp. 104-105

de projéteis[2057]. Raros são os fortes que, tal como acontecia ainda em Deutz, mantinham os principais alojamentos centrais retangulares e isolados, como no modelo antigo, pois estes passariam a ser construídos quase sempre contra a própria parede interna das muralhas[2058].

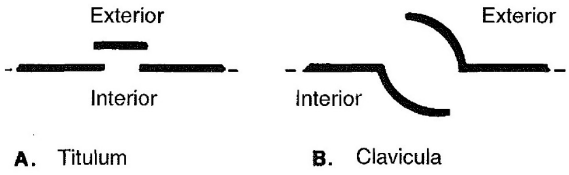


Imagem 93 - Portas dos acampamentos de marcha. A. Titulum; B. Clauicula. Nos acampamentos de marcha era suficiente erguer um obstáculo simples destinado s deter a intrusão de um eventual inimigo: os soldados levantavam uma parede em frente à abertura (*titulum*) ou prolongavam as duas paredes laterais mediante arcos de círculo (*clauicula*) [in LE BOHEC, 2013, lâmina 20]

As fortificações criadas no Alto-Império tinham sido pensadas para poderem servir para observação, mas também para poderem intervir no terreno, sendo, portanto, de dimensões consideráveis. Estavam habitualmente localizados em planície e tinham sempre quatro portões[2059], como acontecia com os antigos acampamentos legionários, para permitirem a saída rápida e a formação da sua ordem de batalha.

Pelo contrário, a lógica arquitetónica das fortificações militares realizadas no Baixo-Império é substancialmente diferente, com um perfil marcadamente defensivo, pretendendo servir essencialmente como refúgio[2060].

Desde o último quartel do século III, as fortificações militares (*castella*) são construídos em zonas onde era possível aproveitar uma forte posição proporcionada pelo relevo, passando a ser pensadas com uma maior preocupação nos recursos defensivos do que acontecia anteriormente[2061].

Um primeiro aspeto marcante era o incremento do tamanho das valas que rodeavam estas estruturas e que se tornariam substancialmente mais largas do que as que se escavavam nos séculos I e II. As fossas destas fortificações atingiam assim, muitas vezes, os 13 metros de largura e 4 a 5 metros de profundidade e o seu perfil deixaria de ter paredes oblíquas, com o seu fundo em V[2062]. Este passaria sempre a ser escavado de forma a apresentar perfil de paredes verticais separadas por um marcado plano horizontal, o que dificultava muito

---

[2057] RICHARDOT, 2001, p. 137. O espaço livre, onde vêm morrer as flechas e os dardos que tiverem conseguido passar por cima da fortificação, no qual se localiza a *via sagularis*, é chamado de *interuallum*; esta zona permite igualmente acelerar as deslocações no interior da fortaleza. LE BOHEC, 2002, p. 140.

[2058] RICHARDOT, 2001, p. 137; MONTEIRO, 2009b, p. 443. Deutz (*Divitia*, Colónia) apresentava 154 x 152 metros e 14 torres redondas funcionando como testa-de-ponte com o Reno. LE BOHEC, 2006, p. 104.

[2059] RICHARDOT, 2001, p. 134. Yann Le Bohec refere dois tipos de portas conhecidos: *titulum* e *clauicula*: ou os soldados constroem um pequeno obstáculo paralelo ao grande recinto e situado bem no eixo da passagem (*titulum*), de modo a quebrar o ímpeto de um assalto, ou então a fortificação é prolongada para o interior e para o exterior em dois quartos de círculo: é aquilo a que os arquitetos chamam 'uma pequena chave' (*clauicula*)" LE BOHEC, 2002, p. 141.

[2060] RICHARDOT, 2001, p. 139; LE BOHEC, 2006, p. 98; MONTEIRO, 2009b, p. 444.

[2061] CONNOLLY, 1998, p. 300; RICHARDOT, 2001, p. 134.

[2062] GOLDSWORTHY, 2003, p. 88.

qualquer tentativa de o transpor[2063]. Isto é possível de ser verificado em exemplos como a fortaleza de Oudenburg[2064], que mostra um enorme fosso de 20 metros de largura, cercado por um muro de pedra com 7,5 metros, o que tornava quase impossível a aproximação ao recinto.

Também se começou a verificar uma maior preocupação em tornar as paredes das próprias fortificações mais resistentes e grossas, passando a ser construídas com cerca de três metros de espessura e com aparelho mais dinâmico, com pequenas pedras cúbicas que se alternavam com camadas de tijolos. Esta alternância de materiais duros e macios conferia melhor resistência às arremetidas dos aríetes devido à sua maior flexibilidade[2065].

Também as torres dos fortes, que eram anteriormente reentrantes e quadradas, o que as fazia terem mais um papel de observação do que de defesa, a partir do final do século III, tornaram-se baluartes de maior envergadura e assim capazes de acomodar várias armas de tiro, como as balistas[2066].

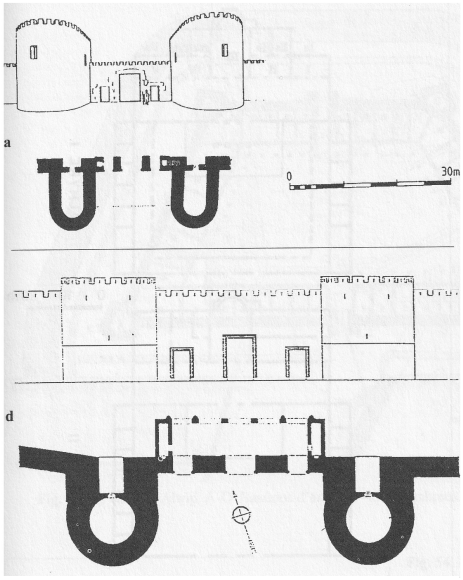


Imagem 94 - Torres e portas: a. Acampamento de Lejjun (legião), porta norte; d. Amida, porta sul. [in LE BOHEC, 2006, p. XXXV, fig. 49]

Esta nova conceção na construção das torres fazia com que estas se projetassem da muralha e adotassem formas circulares, ou em forma de "U", o que permitia que não só defletissem melhor quaisquer tipos de projéteis, como não deixavam pontos cegos e permitiam assim que se disparasse de forma cruzada sobre os flancos dos assaltantes [2067].

Outros melhoramentos poderiam ser encontrados ao nível dos portões, que sempre tinham sido os pontos fracos das fortificações e que passariam então a ser reforçados por torres laterais de guarda e pátios reentrantes[2068]. Foi precisamente na época de Diocleciano, que se difundiu o quadriburgo (*quadriburgia*), um tipo de fortificação que se espalhou por todo o Oriente romano, cujos primeiros exemplos tinham aparecido ainda no final do século II no Eufrates[2069]. Apresentava uma planta quadrada, de onde se destacavam torres de canto

[2063] CONNOLLY, 1998, p. 301; RICHARDOT, 2001, p. 134.
[2064] RICHARDOT, 2001, p. 134.
[2065] RICHARDOT, 2001, p. 134; MONTEIRO, 2009b, p. 444.
[2066] CONNOLLY, 1998, p. 301; RICHARDOT, 2001, p. 134.
[2067] CONNOLLY, 1998, p. 300; RICHARDOT, 2001, p. 134.
[2068] RICHARDOT, 2001, p. 134; LE BOHEC, 2006, p. 101.
[2069] Trata-se do acampamento muitas vezes referido enquanto "diocleciânico" ou "tetrárquico", designação que Le Bohec considera incorreta, pois este tipo de fortes é anterior à Tetrarquia, podendo ter origem no Oriente e tendo sobrevivido até à época da dinastia omíada. MONTEIRO, 2009b, p. 444.

quadrangulares muito salientes. Serviam sobretudo para vigiar o adversário e prevenir a sua chegada, mais do que para travar a sua investida [2070].

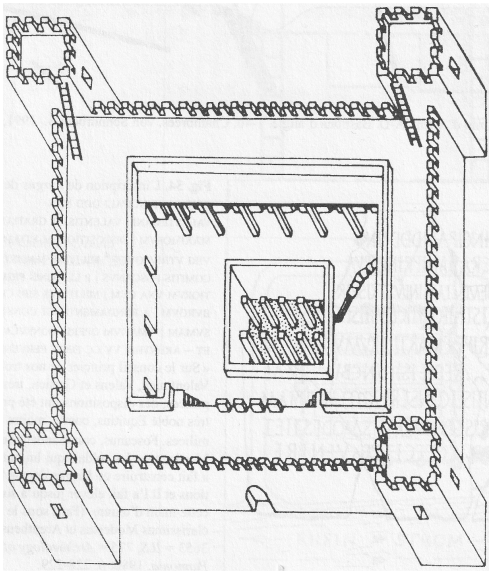


Imagem 95 - Um *quadriburgium*, acampamento de Tamara. [in LE BOHEC, 2006, p. XXXVIII, fig. 56]

No entanto, estas modificações das estruturas arquitetónicas militares romanas vão acabando por se tornar tão multiformes que, em meados do século IV, a sua diversidade já era tanta que se poderia dizer que se tinha abandonado um padrão arquitetural pré-estabelecido e apenas se passariam a privilegiar as condições topográficas da sua instalação.

Cada vez mais as estruturas defensivas tenderiam assim a adotar um plano poligonal que ia ao encontro do aproveitamento do relevo natural, como aconteceu com o forte de Altrip[2071], por exemplo, que é de planta trapezoidal, ou mesmo o de Junkerath, que apresenta um perímetro circular[2072].

Estas tenderiam cada vez mais a serem construídas em penhascos ou planaltos, estando muitas vezes protegidas por cursos de água que permitiam evitar que fosse necessária a construção de uma forte muralha no lado que se encontrava mais resguardado[2073]. A zona interior central da fortificação deixaria também de estar ocupada, apresentando-se como um grande pátio cuja função era permitir que fosse utilizado para acomodar refugiados das áreas limítrofes que se procurassem proteger de investidas de inimigos, ou para albergar provisoriamente tropas que se encontrassem de passagem[2074].

Vegécio fornece-nos algumas informações sobre a utilidade estratégica destas fortificações[2075]: Segundo o que nos diz, estas eram construídas em posições bem escolhidas e estavam bem defendidas por valas que garantiam a segurança das linhas defensivas. Estas formavam assim uma espécie de cordão defensivo que, ao albergarem destacamentos de infantaria e cavalaria, se constituíam como um impedimento para qualquer inimigo que as

[2070] RICHARDOT, 2001, p. 134; LE BOHEC, 2006, pp. 98-99, 104.
[2071] RICHARDOT, 2001, p. 137. O forte de Altrip apresenta 135 metros no lado leste, 75 metros no lado oeste (que lhe é paralelo) e 65 metros entre os dois lados, 2 portas face a face, 40 divisões dispostas contra as muralhas e 4 torres de ângulo, com a forma de pentaedros. LE BOHEC, 2006, p. 104.
[2072] RICHARDOT, 2001, p. 137.
[2073] CONNOLLY, 1998, pp. 300-301.
[2074] RICHARDOT, 2001, p. 139.
[2075] VEG. 3.8.

procurasse atravessar, pois poderia vir a ser atacado pela ação conjunta das guarnições dos dois fortes. Por outro lado, estas estruturas funcionavam como fortificações avançadas das cidades, como acontecia em Colónia, Mainz, Kaiseraugst e Maastricht, que possuíam aquartelamentos (*castella*) que na prática funcionavam como "cabeças de ponte" que se encontravam instaladas do outro lado do Reno ou do Danúbio[2076]. Isto garantia que o exército romano tivesse boas condições para atravessar os leitos destes rios nestas áreas, assim que fosse exigível uma intervenção mais musculada.

Encontramos também fortificações estratégicas de menores dimensões, como a clausura (*clausurae*), com guarnições de poucas dezenas de homens, que seriam menores que a "*castella*" e que designavam um pequeno forte que tinha a função de vigiar e de bloquear a passagem pelo desfiladeiro onde se localizassem[2077].

Existiam também as torres (*burgi*) que eram estruturas eminentemente de observação[2078], munidas de fosso e muralha e que eram sempre localizadas nos pontos altos. Estas torres de vigilância eram edificadas com facilidade e eram erguidas com a terra que se retirava da vala; tinham uma forma retangular geralmente de 12 por 7 metros, com uma guarnição de cerca de vinte homens[2079].

10.6. Quadros da Atividade Militar do Exército Romano entre o Ano 1 e 450

Para uma mais precisa compreensão da evolução e das fases da atividade militar dos Romanos contra os seus inimigos apresentamos neste subcapítulo uma listagem realizada a partir de nove períodos de cinquenta anos que vão progressivamente desde o ano 0 até 450 depois de Cristo. Isto permitirá aferir, com mais detalhe, o desenvolvimento dos mais problemáticos contextos marciais e grupos étnicos hostis em articulação com um enquadramento sincrónico global dos seus territórios. Esta listagem foi realizada tendo por base o *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C. – 476 d.C.)* de Julio Rodríguez González e esta cronologia foi dividida em meios séculos, por forma a permitir uma melhor perceção da evolução e mudança da tipologia dos adversários de Roma, do que a que seria possível ser concretizada se os períodos em análise fossem de maior extensão.

[2076] RICHARDOT, 2001, p. 139; LE BOHEC, 2006, p. 103.
[2077] RICHARDOT, 2001, p. 139; LE BOHEC, 2006, p. 105.
[2078] Vegécio refere "uma pequena fortificação a que chamam *burgus*": VEG. 4.10. GOLDSWORTHY, 2003, pp. 155-156.
[2079] RICHARDOT, 2001, pp. 139-140.

Apesar do foco ser nesta fase do nosso trabalho a atividade do exército romano no Baixo-Império, recuou-se até ao ano zero por forma a permitir uma perspetiva de conjunto sobre a problemática em causa facilitando uma compreensão da evolução dos diferentes desafios marciais que Roma enfrentou, bem como o estabelecimento de elementos organizados sobre esta temática que possam permitir futuras abordagens.

A grande multiplicidade das tribos germânicas e celtas que integram os inimigos dos Romanos, levou-nos a enquadrá-las maioritariamente em grandes famílias, fazendo-se igualmente referência quanto à intensidade dos confrontos quer com o universo persa, quer quanto aos que resultaram do contexto das guerras civis. Em algumas das batalhas constantes do "dicionário" de referência e que integram a lista aqui apresentada encontramos por vezes pequenas lacunas sobre lugares ou cronologias que não serão em absoluto conhecidas com exatidão, mas foi nossa preocupação que tais imprecisões não fossem fatores determinantes para o rigor da sua elaboração.

O nosso objetivo será, assim, o de poder aferir de forma enquadrada cronologicamente qual a evolução do movimento dos diferentes grupos étnicos e com que intensidade se confrontaram com o exército romano em cada uma destas fases. Pequenas imprecisões quanto à especificidade de tempo e espaço para alguns dos eventos militares da lista deixam de ter relevância ao ficarem globalmente enquadrados pela abrangência do período em causa.

Sempre inseridos os elementos nos quadros com a maior proximidade temporal e geográfica que é possível conhecer, não se torna assim relevante, para o objetivo global desta evolução, o saber-se se uma batalha ocorreu precisamente no ano de 35 ou 36 depois de Cristo ou se foi em Argentorato ou na sua região limítrofe.

Os dados preponderantes em todos os casos apresentados, sempre identificados com rigor, são qual o grupo étnico com o qual se confrontaram os Romanos e qual foi a variação da sua frequência. A aferição destes elementos permite compreender com detalhe e segurança a habitual referência ao putativo aumento das incursões nas fronteiras imperiais e quem foram realmente os seus protagonistas.

Pudemos verificar desde logo que o total de batalhas romanas compreendidas entre o ano 0 e 450 é de 1.150, o que em abstrato nos dá uma cadência global de um pouco mais de cinco batalhas a cada dois anos.

10.6.1. Primeiro Bloco Cronológico. Anos 1 a 50[2080]

Tabela 11 - Atividade Militar do Exército Romano entre 1 e 50. - 1.º Bloco Cronológico

1º BLOCO CRONOLÓGICO (1-50 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Bastarnas, Lombardos, Queruscos, Marsos, Usípetos, Tubantes, Brúcteros, Catos, Angrivários, Frisões, Cháucios e Getas	29
	Contexto Celto-Gaulês	Tréveros, Andecavos e Túronos	4
	Contexto das Tribos Seminómadas		0
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos	Gregos, Celaletos, Odrusos e Díos	4
	Contexto dos Territórios da Europa Central	Ilírios, Dálmatas, Panónicos, Maceos, Perustos e Desidiatos	16
limes Britânico	Contexto Bretão	Durotrigos, Dumnones, Icénios, Decangos e Siluros	11
limes Oriental	Contexto Persa		0
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos	Samaritanos e Judeus	3
	Outros Contextos Asiáticos	Arménios, Cilícios, Ibéricos do Cáucaso, Cimérios e Síracos	7
limes Africano	Contexto Berbere	Gétulos, Númidas e Mauritanos	12
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			0
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos			2
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			88

[2080] GONZÁLEZ, 2005, pp. 696-698.

10.6.2. Segundo Bloco Cronológico. Anos 51 a 100[2081]

Tabela 12 - Atividade Militar do Exército Romano entre 51 e 100. - 2.º Bloco Cronológico

2º BLOCO CRONOLÓGICO (51-100d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Frisões, Caninefatos, Batavos, Catos, Usípetos, Matiacos, Cugernos, Técteros, Caucos, Brúcteros, Dácios, Cuados, Marcomanos e Suevos	38
	Contexto Celto-Gaulês	Tréviros e Belgas	3
	Contexto das Tribos Seminómadas	Citas e Sármatas	6
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central		0
limes Britânico	Contexto Bretão	Síluros, Brigantes, Icénios, Ordouices, Pictos e Escotos	20
limes Oriental	Contexto Persa	Partos	6
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos	Judeus	43
	Outros Contextos Asiáticos	Iberos do Cáucaso, Cilícios, Arménios, Pônticos, Mardos, Adiabenos, Comagenos e Nasamones	16
limes Africano	Contexto Berbere	Garamantes	1
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			25
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos			0
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			158

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Verificamos um aumento exponencial do número de batalhas entre estes dois blocos com um acréscimo de 79,5% no segundo.

Contra as tribos germânicas, embora aumente o número de batalhas, existe menos diversidade de adversários, pois das 12 do primeiro bloco, só se mantêm confrontos contra os Usípetos, os Brúcios, os Catos e os Frisões. No entanto, é de salientar que tenham surgido no segundo alguns dos mais intrépidos adversários de Roma e que irão fustigar de forma mais permanente as fronteiras do Império.

De notar, também no primeiro bloco, o aparecimento em data tão precoce de confrontos contra os Lombardos[2082] que habitualmente são apontados como os grandes

[2081] GONZÁLEZ, 2005, pp. 698-701.

[2082] Depois de ter submetido tribos tais como os Queruscos e os Brúcios no decurso da longa campanha durante o ano 4 d.C., na Germânia, o exército romano comandado pelo legado *Ti. Claudius Nero*, o futuro imperador Tibério, permaneceu na região tendo, na primavera do ano 5, retomado as operações e derrotado no verão seguinte a nova tribo dos Longobardos (nome antigo dos Lombardos), que habitava as regiões do curso médio do *Albis* (atual Elba). GONZÁLEZ, 2005, *Locvs Incertvs* [736], p. 370.

invasores dos territórios do Império em data bem mais tardia, já no século VI, embora possamos verificar que voltam a acontecer confrontos pontuais entre as datas de 150 e 200.

Iniciam-se no segundo bloco confrontos contra as fortes tribos germânicas dos Batavos, que foram importantes tropas auxiliares do Império, inclusive como guarda-pessoal do imperador e os Marcomanos, que irão tornar-se adversários aguerridos no alto Danúbio. Surgem também os Suevos, uma antiga confederação de tribos com quem Júlio César já se tinha debatido na sua campanha das Gálias, e os indómitos Dácios no baixo Danúbio.

Contra as tribos celtas os confrontos são quase residuais em ambos os blocos, mas verificam-se confrontos com tribos que já ocupavam áreas dentro do Império, mas que não eram germânicas, como os Gregos, Celaletos, Odrusos e Díos na região balcânica e Ilírios, Dálmatas, Panónicos, Maceos, Perustos e Desidiatos na Europa central. Todas estas tribos irão ter que se submeter ao poder do exército romano e no segundo bloco já não se registarão quaisquer batalhas contra estes.

No entanto, neste último verificam-se os primeiros confrontos com tribos seminómadas, na região do Médio Danúbio contra Citas e Sármatas, enquanto aumenta bastante a atividade militar no *limes* britânico, nomeadamente pela penosa conquista desta província, que exigiu uma violenta luta contra os Icénios de Boudica[2083], mas os confrontos contra tribos dos Pictos e Escotos só surgem no segundo.

Parece ter-se registado uma relativa acalmia com os Persas no primeiro bloco, pois só nos surgem confrontos no seguinte, mas que se poderiam classificar como bastante moderados. Noutros contextos asiáticos também se incrementa a conflitualidade, com mais batalhas e contra novos adversários, mas encontramos um exponencial agravamento militar causado pelas revoltas nos territórios palestinianos com o advento da sangrenta guerra judaica entre 66 e 70.

Identificamos no primeiro bloco uma considerável conflitualidade contra algumas populações autóctones africanas, mas que regista um desagravamento substancial no seguinte.

Um dos principais elementos a reter nesta transição de blocos é o brutal agravamento da intensidade da guerra civil pois, se não identificamos quaisquer batalhas até ao Principado de Nero, a partir da sua morte em 68, estas surgirão com grande ímpeto. Até ao ano de 100, estas irão perfazer a impressionante cifra de 25 grandes batalhas, dando-se-novamente início

[2083] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 52-53.

ao terrível desgaste dos recursos do exército romano, o que já não acontecia desde a Batalha de Accio em 31 a.C.

Quanto ao contexto de conflitos ocasionais contra "piratas", "bandidos" e "revoltas de escravos", as cifras não são significativas.

10.6.3. Terceiro Bloco Cronológico. Anos 101 a 150[2084]

Tabela 13 - Atividade Militar do Exército Romano entre 101 e 150. - 3.º Bloco Cronológico

3º BLOCO CRONOLÓGICO (101-150 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Dácios	11
	Contexto Celto-Gaulês		0
	Contexto das Tribos Seminómadas	Sármatas e Alanos	3
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central		0
limes Britânico	Contexto Bretão	Anauionenses e Brigantes	3
limes Oriental	Contexto Persa	Partos e Hatrenses	13
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos	Judeus.	16
	Outros Contextos Asiáticos	Mardos.	1
limes Africano	Contexto Berbere	Bacuatos	1
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			0
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos			0
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			48

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco.

Entre os anos de 101 e 150 a atividade militar romana reduziu-se drasticamente com menos 110 batalhas, o que corresponde a um total de menos 69,6% das que encontramos no segundo bloco. É o período em que se regista mesmo a menor atividade do exército romano em qualquer um destes blocos em análise e a sua média perfaz apenas cerca de uma batalha por ano.

No *limes* reno-danubiano observamos o que se poderia classificar como uma quase inexplicável redução da conflitualidade com os povos germânicos, com uma diminuição para

[2084] GONZÁLEZ, 2005, pp. 701-702.

umas meras 11 batalhas, cujo número se deve, em grande medida, ao grande esforço militar protagonizado por Trajano contra os Dácios[2085]. Como estas Guerras Dácias se resolve logo na primeira década, podemos concluir que as quatro seguintes apresentaram uma baixa frequência de confrontos. Embora surjam pela primeira vez confrontos contra os Alanos, todas as outras tribos germânicas com quem se tinham travado batalhas parecem ter desaparecido do contexto das dinâmicas militares, com uma curiosa inexistência de conflitualidade contra adversários tão contumazes como os Quados, Marcomanos e até os Suevos.

Desaparecem totalmente confrontos contra tribos gaulesas, bem como as revoltas em áreas como as trácico-balcânicas e nos territórios da Europa central.

A mesma tendência para uma notória redução se verifica no *limes* britânico.

Nos confrontos contra os Partos inverteu-se a situação, registando-se um notório aumento para mais do dobro das batalhas, enquanto contra os Judeus identifiquemos a tendência para uma substancial diminuição.

Quanto à atividade no *limes* africano, esta mantem-se pouco significativa, o que configura a manutenção de uma relativa acalmia quanto à situação no contexto berbere relativamente ao primeiro bloco. É bem possível que nesta fronteira meridional tenham ocorrido confrontos dos quais não teremos notícia por estes serem possivelmente de carácter pontual e de reduzidas dimensões, realizados contra grupos tribais, com poucas condições de enfrentarem o forte sistema marcial romano e que teriam sido assim rapidamente eliminados.

Verifica-se também o desaparecimento da anterior conflitualidade interna expressa em guerras civis, devendo assinalar-se que este período é marcado pelos Principados consagrados dos chamados cinco bons imperadores[2086], como Trajano, Adriano, Antonino Pio. Todos estes, onde se deve incluir anteriormente Nerva e depois Marco Aurélio são detentores de um poder incontestado, mas estes encontram-se já fora desta baliza cronológica.

De salientar é também que se regista uma notória acalmia interna, atendendo a que não encontramos nenhuma revolta de escravos ou de ataques de grupos organizados de salteadores.

[2085] As chamadas campanhas dácias de Trajano consistiram em duas guerras travadas entre o Império Romano e a Dácia, em 101-102 e 105-106. GOLDSWORTHY, 2011, pp. 406-418.

[2086] Nerva (r. 96-98), Trajano (r. 98-117), Adriano (r. 117-138), Antonino Pio (r. 138-161) e Marco Aurélio (r. 161-180). LE BOHEC, 2002, p. 9.

10.6.4. Quarto Bloco Cronológico. Anos 151 a 200[2087]

Tabela 14 - Atividade Militar do Exército Romano entre 151 e 200. - 4.º Bloco Cronológico

4º BLOCO CRONOLÓGICO (151-200 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Dácios, Costóbocos, Catos, Marcomanos, Cuados, Uictofalianos, Lombardos, Olbios e Beksidos	41
	Contexto Celto-Gaulês	Gauleses Armoricanos	1
	Contexto das Tribos Seminómadas	Sármatas e Alanos	8
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central	Tauroescitas	1
limes Britânico	Contexto Bretão	Caledónios e Corionototos	10
limes Oriental	Contexto Persa	Partos	18
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos		0
	Outros Contextos Asiáticos		0
limes Africano	Contexto Berbere	Mauritanos	3
	Contexto Egípcio	Bucolicos	2
Contexto de Guerras Civis			17
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos		Rebeldes de Maternus, Rebeldes Africanos e Bárbaros não Identificados	5
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			106

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Entre 151 e 200 voltaremos a encontrar um notório acréscimo da conflitualidade relativamente ao período anterior, com mais 58 batalhas, o que perfaz um aumento de 120,8%.

Encontra-se um acréscimo substancial na conflitualidade contra os povos germânicos, tendo-se mantido como adversários os que encontrámos no bloco anterior, mas tendo surgido novamente os Quados, os Catos e sobretudo os Marcomanos que vão manter uma forte intervenção no Danúbio contra o imperador Marco Aurélio nas designadas Guerras Marcomanas[2088]. É de salientar a manutenção da conflitualidade com os Dácios, que não se terão submetido ao Império após as guerras de Trajano, bem como o curioso reaparecimento dos Lombardos, mais de cem anos depois. Estes últimos parecem ter-se esquivado à

[2087] GONZÁLEZ, 2005, pp. 702-703.

[2088] As Guerras Marcomanas foram uma série de conflitos militares que duraram de por volta de 166 até 180, nos quais o Império Romano enfrentou os Marcomanos, os Quados e outros povos germânicos, ao longo de ambas as margens do alto e do baixo Danúbio. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 145-147.

vizinhança do *limes*, atendendo a que durante tanto tempo desapareceram dos combates, reaparecendo apenas neste bloco, o que nos sugere que estas tribos não voltaram a mergulhar na Germânia Exterior.

Embora não esteja referenciado no nosso quadro, dever-se-á salientar que nesta fase surgiu um elemento que poderá ter comprometido a eficácia do exército romano: um terrível surto de peste, que terá certamente vitimado muitos dos seus efetivos[2089].

É residual a conflitualidade contra os Celtas, mas há um notório aumento dos confrontos contra tribos seminómadas, nomeadamente contra os Alanos no *limes* do Danúbio.

No *limes* britânico regista-se um claro aumento da atividade militar concretizada contra uma maior diversidade das tribos caledónicas, tendo voltado a surgir as tribos dos Pictos e dos Escotos.

Contra os Partos agrava-se a conflitualidade, mas no contexto sírio-palestiniano não encontramos qualquer batalha, o que aponta para a resolução definitiva do problema das revoltas judaicas. Notemos que, após a II e III Guerra Judaica, Adriano destruiu o Templo e iniciou o processo da diáspora deste povo[2090], o que implicou um esvaziamento destes territórios dos mais intrépidos defensores da sua religião.

O *limes* africano continua bastante pacificado, mas, pela primeira vez, surgem preocupantes conflitos no importante contexto egípcio, atendendo à importância que este sempre teve relativamente ao abastecimento de cereais para o Império.

Neste bloco surgem novamente, e com grande intensidade, as guerras civis, causadas pela guerra sucessória posterior à morte de Cómodo e à forte intervenção militar protagonizada por Septímio Severo, que culminou com a sua subida ao trono[2091].

Verifica-se também um aumento da instabilidade social com um aumento de ataques por grupos rebeldes.

[2089] Designa-se por Peste Antonina uma pandemia que se supõe ter sido de varíola e que acabou por atingir praticamente todo o Império Romano e cujo início ocorreu em 165. Esse surto ter-se-á iniciado precisamente entre as tropas romanas que estavam localizadas na fronteira oriental e rapidamente se difundiu por todo o exército devido à mobilidade das tropas. O surto chegou a Roma logo no ano seguinte, onde fez mais de 2.000 mortos por dia, tendo feito mais de cinco milhões de vítimas no cômputo geral, o que corresponderia a cerca de um décimo da população do Império. Este surto ressurgiu ciclicamente até ao fim do século II d.C. e é modernamente atribuído à varíola, porque Galeno terá deixado muitos registos da sintomatologia dos pacientes e estes sugerem um tal tipo de pandemia. GRANT, 1979, pp. 363, 370, 467, 500; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 73, 133, 135, 146, 155 (no ano de 270 o imperador Cláudio II, o Gótico, morreu de peste), 490-491, 529.

[2090] GRANT, 1979, pp. 302-303, 500; GRANT, 1995, pp. 300-309.

[2091] GONÇALVES, 2020, pp. 236-238.

10.6.5. Quinto Bloco Cronológico. Anos 201 a 250[2092]

Tabela 15 - Atividade Militar do Exército Romano entre 201 e 250. - 5.º Bloco Cronológico

5º BLOCO CRONOLÓGICO (201-250 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Alamanos, Carpos, Cuados, Marcomanos, Vândalos, Godos, Hérulos e Peuquinos	32
	Contexto Celto-Gaulês		0
	Contexto das Tribos Seminómadas	Sármatas e Citas	5
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central		0
limes Britânico	Contexto Bretão	Caledónios	2
limes Oriental	Contexto Persa	Partos e Sassânidas	20
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos		0
	Outros Contextos Asiáticos		0
limes Africano	Contexto Berbere	Garamantes	1
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			9
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos		Inimigos e Bárbaros não Identificados	3
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			72

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Encontramos um decréscimo da conflitualidade romana neste período com menos 34 batalhas, o que implica uma redução de 32%.

Contra as tribos germânicas verificamos também uma redução de confrontos, mas surgem novos protagonistas relevantes, como os Alamanos, Vândalos, Godos e Hérulos que, a partir de então, se vão manter como vizinhos das fronteiras reno-danubianas e, portanto, tenderão a estar em permanente conflito com o Império. Os confrontos contra tribos celtas irão praticamente desaparecer a partir de então, só se voltando a registar pontualmente contra os Armoricanos em período mais tardio. Também desaparecem as revoltas nos contextos trácico-balcânicos e da Europa central, tornando-se a partir de então uma conflitualidade muito residual.

Regista-se uma diminuição das batalhas contra Pictos e Escotos no *limes* britânico, tendo-se tornado também, nos períodos posteriores, uma conflitualidade bastante diminuta.

[2092] GONZÁLEZ, 2005, pp. 703-704.

Assiste-se a um ligeiro aumento da conflitualidade contra os Persas, tendo sido realizados ainda seis confrontos contra os Partos, mas já encontramos catorze batalhas contra a nova e bastante mais belicosa dinastia dos Sassânidas.

Identificamos neste período a manutenção de um clima bastante pacífico no *limes* africano, o que se estende inclusive ao contexto egípcio, que surge aparentemente já sem problemas militares.

As guerras civis registam uma diminuição, embora já se tenha entrado nos primeiros quinze anos da anarquia militar que começou em 235[2093], podendo encontrar-se uma mesma tendência para uma diminuição nos confrontos contra inimigos pontuais.

10.6.6. Sexto Bloco Cronológico. Anos 251 a 300[2094]

Tabela 16 - Atividade Militar do Exército Romano entre 251 e 300. - 6.º Bloco Cronológico

6º BLOCO CRONOLÓGICO (251-300 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Boranos, Dácios, Francos, Carpos, Alamanos, Godos, Marcomanos, Jutungos, Hérulos, Peuquinos, Suevos, Vândalos, Longiones, Burgúndios, Cuados, Chaibones, Chamavos, Batavos e Frisões	103
	Contexto Celto-Gaulês		0
	Contexto das Tribos Seminómadas	Sármatas e Citas	21
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central		0
limes Britânico	Contexto Bretão		0
limes Oriental	Contexto Persa	Sassânidas	93
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos	Palmirenos	14
	Outros Contextos Asiáticos		0
limes Africano	Contexto Berbere	Bávaros, Sarracenos e Quinquegentianos	4
	Contexto Egípcio	Marmáridas e Egípcios	12
Contexto de Guerras Civis			35
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos		Escravos Rebeldes, Inimigos, Rebeldes e Bárbaros não Identificados, Gladiadores Rebeldes e Bagaudas	8
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			290

[2093] TEIXEIRA, 2020, pp. 249-250.
[2094] GONZÁLEZ, 2005, pp. 704-709.

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Neste período de 251 a 300 encontramos indubitavelmente o maior acréscimo da conflitualidade, tendo-se passado de 72 batalhas, no bloco anterior, para 290, o que implica mais 218 batalhas, significando um aumento de 302,7%. Poder-se-á assim dizer que este terá sido o período onde o exército romano foi submetido à mais intensa atividade militar, perfazendo quase seis confrontos em cada ano.

Contra povos germânicos encontramos mais do triplo das batalhas, tendo sido realizadas contra um expressivo número de dezanove etnias diferentes, onde se continuam a incluir principalmente as grandes tribos dos Alamanos, dos Godos, dos Marcomanos, dos Jutungos, dos Hérulos, dos Suevos e dos Vândalos. Surgem pela primeira vez em conflito com o Império povos tão importantes como os Francos e os Burgúndios e renovam-se os confrontos contra os Dácios e mesmo tribos que pareciam já submetidas, como os Batavos. É bem possível que esta senha bélica contra o Império tenha resultado de uma reação em cadeia contra ele, compreendendo, cada um dos seus adversários, o momento particularmente difícil por que passavam as tropas romanas e procurassem aproveitar assim o enfraquecimento da sua capacidade de resposta. Note-se que é precisamente já na fase final deste período que Diocleciano decide criar um novo paradigma para o exército romano, possivelmente procurando implementar um sistema que pudesse defender mais eficazmente as fronteiras com a introdução de tropas fixas com o estatuto de delimitadores. Assinale-se nesta época também o fenómeno de macro divisão interna, nunca antes ensaiado, de grandes blocos dos territórios romanos como o "Império das Gálias"[2095] e o "Império de Palmira"[2096], tentando igualmente aproveitar a fraqueza da centralidade marcial do poder imperial.

Identificamos igualmente um acréscimo de combates contra os povos seminómadas, nomeadamente os Citas, ao passo que, ao arrepio da tendência dominante, não se verifica qualquer ataque no *limes* britânico.

No entanto, é possível que o mais problemático contexto desta fase possa ter sido a explosão da guerra contra os Persas que já se encontravam plenamente sob a belicosa dinastia dos Sassânidas, com noventa e três batalhas, o que perfaz uma média de quase duas batalhas por ano.

[2095] TEIXEIRA, 2020, pp. 263-267.
[2096] TEIXEIRA, 2020, pp. 267-270.

Podemos identificar também um natural incremento dos combates contra as tribos seminómadas e Roma terá que enfrentar também, nesta difícil conjuntura militar, a revolta dos Palmirenses de Zenóbia no contexto sírio-palestiniano[2097].

Despontam ainda movimentações hostis em África, com um ressurgimento considerável da conflitualidade no Egito.

As guerras civis também atingem o seu clímax, com um número perturbante de trinta e cinco confrontos, sendo os territórios do Império varridos por uma notória instabilidade, registando-se confrontos contra escravos e gladiadores rebeldes e surgindo os problemáticos grupos organizados de salteadores, como os Bagaudas[2098].

Este período é claramente o zénite da atividade militar romana, possivelmente o mais esforçado de toda a sua longa história militar.

Pode-se avaliar pelas cifras apresentadas a importância que os chamados "Imperadores Ilírios"[2099], como Cláudio II, Aureliano, Probo, e Diocleciano tiveram para assegurar que o Império não colapsasse, ou se fragmentasse, apesar da reunião de todas aquelas forças contrárias.

[2097] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 166-169.
[2098] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 206, 450-451.
[2099] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 8.

10.6.7. Sétimo Bloco Cronológico. Anos 301 a 350[2100]

Tabela 17 - Atividade Militar do Exército Romano entre 301 e 350. - 7.º Bloco Cronológico

7º BLOCO CRONOLÓGICO (301-350 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Carpos, Francos, Brúcteros, Chamavos, Queruscos, Lanciones, Alamanos, Tubantes, Godos e Taifalos	17
	Contexto Celto-Gaulês		0
	Contexto das Tribos Seminómadas	Sármatas	11
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central		0
limes Britânico	Contexto Bretão	Pictos	2
limes Oriental	Contexto Persa	Sassânidas	12
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos		0
	Outros Contextos Asiáticos	Arménios	1
limes Africano	Contexto Berbere		0
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			26
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos			0
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			69

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Neste período regista-se a maior diminuição da atividade militar romana, com uma redução de 76,2% das batalhas.

No *limes* onde se travava o conflito com os povos germânicos verifica-se uma expressiva redução de 86 batalhas, mantendo-se os confrontos contra as grandes tribos dos Francos, dos Alamanos e dos Godos que terão cada vez mais protagonismo bélico contra os Romanos. É de salientar o reaparecimento de tribos como os Queruscos e um aumento de confrontos contra as tribos seminómadas.

No *limes* britânico continua bastante residual o índice de batalhas, realizadas apenas contra os Pictos, mas o mais relevante é o notório desagravamento da conflitualidade contra os Sassânidas, cuja cifra baixou para apenas doze batalhas. Isto poder-se-ia ficar a dever a dificuldades do Império Persa nas suas fronteiras orientais, mas também à constatação da capacidade militar romana que apesar da difícil conjuntura a que teria sido submetido no período anterior, teria conseguido manter uma eficaz resposta aos desafios militares.

Como é característico no *limes* meridional, não se registam quaisquer confrontos e as guerras civis, apesar de se manterem num índice elevado, reduziram-se, mas deveremos

[2100] GONZÁLEZ, 2005, pp. 709-710.

assinalar as brutais lutas entre Constantino e Licínio e, pouco depois, as guerras fratricidas entre os filhos do primeiro[2101].

Internamente, não se registam, como no período anterior, confrontos ocasionais contra hordas de escravos ou gladiadores e desaparecem mesmo os confrontos contra os Bagaudas.

10.6.8. Oitavo Bloco Cronológico. Anos 351 a 400[2102]

Tabela 18 - Atividade Militar do Exército Romano entre 351 e 400. - 8.º Bloco Cronológico

8º BLOCO CRONOLÓGICO (351-400 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Francos, Esciros, Carpos, Alamanos, Lentienses, Letos, Jutungos, Cuados, Saxões, Visigodos, Taifalos, Vândalos e Ostrogodos	87
	Contexto Celto-Gaulês		0
	Contexto das Tribos Seminómadas	Limigantes, Amicenses, Sármatas, Hunos e Alanos	13
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos	Gregos Tessalonicenses	2
	Contexto dos Territórios da Europa Central		0
limes Britânico	Contexto Bretão	Tribos Caledónias, como Pictos e Escotos	3
limes Oriental	Contexto Persa	Sassânidas	33
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos	Judeus e Antioquianos	3
	Outros Contextos Asiáticos	Arménios	1
limes Africano	Contexto Berbere	Austorianos, Mauritanos, Mazicos, Isaflenses, Tindenses, Númidas, Caprarienses, Abanos e Jubalenos	18
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			24
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos		Bandidos Isáurios e Bárbaros não Identificados	8
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			192

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Entre 351 e 400 regista-se uma nova subida da atividade militar do Império, com um índice de 178,3%.

Verifica-se um novo substancial aumento da conflitualidade no *limes* reno-danubiano, agora contra catorze diferentes povos germânicos. Mantêm-se as batalhas contra os grupos tribais que se vão tornando os mais determinados inimigos germânicos do Império, como Francos, Alanos e Vândalos. Surgem também, pela primeira vez, combates contra os Saxões

[2101] GOLDSWORTHY, 2011a, pp. 230, 250-261; GOLDSWORTHY, 2011, pp. 429-432.
[2102] GONZÁLEZ, 2005, pp. 710-714.

e os Godos que se separam em Visigodos e Ostrogodos. Em 378 d.C. ocorreu a desastrosa Batalha de Adrianopla[2103], cuja hecatombe militar para os Romanos irá comprometer a partir de então a sua capacidade marcial tendo, nela desaparecido dois terços das suas melhores tropas.

Por volta de 360 d.C. tem início a formação de um novo xadrez militar causado pela fortíssima pressão exercida, quer contra os Romanos, quer contra os povos germânicos, pelo aparecimento das tribos seminómadas dos Hunos[2104], embora nesta fase ainda não estivessem unificadas sob um comando comum.

Volta a surgir alguma conflitualidade no contexto trácico-balcânico, enquanto no *limes* britânico continua a ser residual a atividade militar contra Pictos e Escotos.

No Oriente persa surge um aumento substancial de batalhas contra os Sassânidas, que atinge quase o triplo do número de confrontos, e voltam a encontrar-se batalhas contra Judeus, Antioquianos e Arménios.

Curiosamente, identificamos alguma atividade militar no *limes* africano, com um expressivo número de dezoito batalhas realizadas contra uma nova e vasta plêiade de adversários, onde se incluem os Mauritanos e os Númidas.

Embora tenha diminuído o número de batalhas nas guerras civis, o seu número ainda permanece bastante elevado e com casos de grande intensidade, como a Batalha do Rio Frígido, na atual Eslovénia, em que Teodósio, em 394, enfrenta Eugénio e Arbogasto[2105].

É nesta fase que o exército romano começa também a sofrer um profundo processo de transformação interna, ao ter de liberalizar muito os seus critérios de recrutamento acabando por aceitar nas suas fileiras milhares de indivíduos de origem germânica, pois o universo dos cidadãos já não conseguia fornecer contingentes suficientes[2106].

Os confrontos contra adversários pontuais mudam de protagonistas, sendo agora realizados essencialmente contra bandidos Isáurios e tribos de bárbaros não identificadas.

[2103] EGGENBERGER, 1985, *Adrianople* II, pp. 4-5; MONTEIRO, 2014, pp. 109-.
[2104] KENNEDY; KEEGAN, 2002, pp. 10, 24-29.
[2105] WILLIAMS; FRIELL, 1998, pp. 66, 116-119. GIBBON, 1999, pp. 1134-1138; GOLDSWORTHY, 2010, pp. 367, 536.
[2106] RICHARDOT, 2001, pp. 63-73, 293-308.

10.6.9. Nono Bloco Cronológico. Anos 401 a 450[2107]

Tabela 19 - Atividade Militar do Exército Romano entre 401 e 450. - 9.º Bloco Cronológico

9º BLOCO CRONOLÓGICO (401-450 d.C.)			
Localização		Adversários	Número de batalhas
limes Reno-Danubiano	Contexto Germânico	Visigodos, Ostrogodos, Francos Ripuários, Francos Sálios, Saxões, Jutungos, Burgúndios, Rúgios, Suevos e Vândalos aliados a Alanos	64
	Contexto Celto-Gaulês	Armoricanos	1
	Contexto das Tribos Seminómadas	Hunos e Alanos	21
	Contexto dos Territórios Trácico-Balcânicos		0
	Contexto dos Territórios da Europa Central	Nóricos	1
limes Britânico	Contexto Bretão	Pictos e Escotos	1
limes Oriental	Contexto Persa	Sassânidas	8
	Contexto dos Territórios Sírio-Palestinianos		0
	Outros Contextos Asiáticos		0
limes Africano	Contexto Berbere	Mazicos, Austurianos e Tribos do Deserto	5
	Contexto Egípcio		0
Contexto de Guerras Civis			18
Contextos Ocasionais: Piratas, Bandidos e Revoltas de Escravos		Bandidos Isáurios e Bagaudas	8
NÚMERO TOTAL DE BATALHAS			127

Comentário à Progressão da Atividade Global neste Bloco

Entre o ano de 401 e 450 encontramos um decréscimo na atividade militar do Império, com menos 33,8 % de batalhas.

No enfrentamento dos povos germânicos registam-se menos batalhas, realizadas contra tribos como as dos Visigodos, Ostrogodos, Suevos, Vândalos, Alamanos, Francos ripuários, Francos sálios, Saxões e Burgúndios.

Surge neste período um acréscimo substancial da conflitualidade contra os Hunos, em grande medida já efetuada contra a união destas tribos protagonizada por Átila[2108].

Mantêm-se residuais os conflitos no contexto das revoltas da Europa central e no *limes* britânico podemos assinalar uma única batalha contra Pictos e Escotos.

Encontramos, no entanto, uma redução notória da conflitualidade contra os Sassânidas, com cerca de apenas um quarto do número de combates no período anterior, bem como no *limes* africano, onde se reduz igualmente a atividade militar, surgindo uma clara referência a tribos provenientes do deserto.

[2107] GONZÁLEZ, 2005, pp. 714-716.
[2108] KENNEDY; KEEGAN, 2002, pp. 10, 36-42.

Volta a registar-se uma diminuição da conflitualidade nas guerras civis e encontramos o mesmo índice de confrontos contra os bandidos Isáurios, embora tenham surgido novamente grupos de Bagaudas[2109].

10.6.10. Comentário Geral dos Blocos Cronológicos

O primeiro elemento que se poderá retirar da análise destes blocos cronológicos é o facto de que a atividade militar romana sofreu grandes variações de esforço ao longo destes 450 anos, podendo claramente atribuir-se o zénite ao final do século III. Não será, pois, de estranhar que neste período o Império tenha sido sujeito a uma tão notória mudança na estrutura funcional do seu exército, com o aparecimento de tropas de perfil estático que ficam fixos a territórios demarcados.

Ao longo da evolução dos quadros cronológicos poderemos observar que a conflitualidade com os povos germânicos vai sofrendo grandes alterações, quer quanto ao número de batalhas, quer quanto às etnias envolvidas. De salientar é a grande diversidade destas, que vai sofrendo substanciais alterações, com povos que surgem para desaparecer no período seguinte, embora por vezes alguns retornem posteriormente. Estes períodos de ausência de confrontos talvez possam ser lidos como o resultado dos seus naturais movimentos, quer estes se efetuassem ao longo das fronteiras, quer fossem realizados para zonas mais interiores em que se perderia o contacto direto com a fronteira romana. É também de admitir que alguns destes clãs tendessem a fundir-se com outros, quer por vizinhança mais prolongada, quer por similitude cultural, linguística, ou até mesmo pelo desaparecimento dos seus principais chefes durante os confrontos. Podemos identificar um tal fenómeno com grupos de dimensão considerável, como aconteceu com os Alanos, cujas principais tribos desaparecem em 429 quando estes atravessam da Península Ibérica para o Norte de África simultaneamente durante a migração dos Vândalos[2110]. Existem também casos de separação de clãs, como aconteceu com Visigodos e Ostrogodos[2111], mas estes casos

[2109] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 414, 450-451.
[2110] HALSALL, 2007, pp. 221, 227, 240, 407, 509.
[2111] Segundo Simon Macdowall, a maioria dos historiadores modernos, incorretamente, chamam aos Tervíngos Visigodos e aos Grutungos Ostrogodos, equiparando estes clãs do século IV aos posteriores reinos dos séculos V e VI. De acordo com este autor, os Visigodos, que estabeleceram um reino em França em 418, eram de facto descendentes de todos os povos que seguiram Fritigerno (incluindo Tervíngos, Grutungos e não Godos), acrescidos dos seguidores de Radagásio que invadiram a Itália em 405. Quanto aos Ostrogodos são mencionados pelo poeta Claudiano em 399 como sendo separados dos Grutungos e podem ter pertencido a outro clã cujo poder aumentou, durante o século V, para além da fronteira do Império.

serão mais raros, atendendo a que o esforço militar conjunto tendia a provocar a sua união. Encontramos também povos cuja importância se foi conseguindo impor, nomeadamente a partir do bloco sete, como os Godos, os Francos, os Alanos, os Vândalos, que vão protagonizar as principais movimentações militares a partir de então, chegando alguns a conseguirem o estatuto de povos federados[2112].

Se o Império vai conseguindo, embora com dificuldade, controlar a entrada massiva destes povos nos seus territórios, a partir de 31 de dezembro de 406 tal deixou de ser possível[2113], visto que muitos deles atravessam em simultâneo o *limes* renano e se espalham definitivamente pelas regiões da Gália.

A conflitualidade contra as tribos celtas já se poderia classificar como quase residual e termina no bloco três. Mas o mesmo não se poderá afirmar que aconteceu contra as tribos seminómadas, com períodos com uma conflitualidade assinalável. Embora estas populações não sejam muito diversificadas, a violenta entrada dos Hunos no xadrez destas guerras no *limes* reno-danubiano terá muitas consequências, modificando os equilíbrios e incrementando muito a conflitualidade por entre os clãs germânicos e levando ao extremo o esforço do exército romano.

Todos estes povos seminómadas apresentam ao exército romano um problema tático bastante difícil pois, na sua generalidade, utilizam como principal arma os seus poderosos arcos, o que implica um tipo de combate à distância, pouco adequado ao perfil de combate mais característico do soldado romano. Estas populações são também tendencialmente de grande mobilidade, transportando consigo todos os seus agregados familiares e bens, surgindo inesperadamente em diferentes lugares, atacando e saqueando com fúria e desaparecendo em seguida com a mesma rapidez com que apareceram[2114]. Embora lutem quase exclusivamente a cavalo, a sua lógica tática não é pois a de combates clássicos de cavalaria, mas surgem em vagas destruidoras que massacram os seus adversários com as suas setas, para fugirem rapidamente sem quaisquer pruridos de honra militar, para logo de novo voltarem e renovar o seu ataque. Tal perfil de guerra era aquele que se poderia considerar como o mais desajustado tipo de adversários que os Romanos tinham boas condições de enfrentar com sucesso. É natural que estes últimos, nomeadamente a partir do

---

Provavelmente, esses povos, que vieram a constituir o reino Ostrogodo em Itália, em finais do século V, constituíam uma mistura de clãs semelhante, incluindo, sem dúvida, Grutungos, mas não exclusivamente. MACDOWALL, 2001, pp. 29-30.

[2112] RICHARDOT, 2001, pp. 8, 155, 161-162, 172.

[2113] RICHARDOT, 2001, p. 133; HALSALL, 2007, p. 211.

[2114] KENNEDY; KEEGAN, 2002, pp. 16-21.

século IV tenham criado corpos de combate em que os seus homens também estivessem munidos de armas de tiro, como foram os sagitários, munidos de arcos ou lanças de arremesso, mas que nunca teriam condições de chegar sequer perto da competência de combate dos povos que treinavam desde a mais tenra idade o disparo dos seus poderosos arcos e a equitação dos seus cavalos. A grande unificação dos Hunos sob a ardilosa chefia de um chefe como Átila transformou este povo num flagelo universal que, não só fez capitular muitos dos clãs germânicos ao seu poder e os empurrou desordenadamente para ocidente, como muito contribuiu também para o progressivo desgaste do exército romano. Embora Átila tenha sido derrotado no seu ímpeto destruidor sobre os territórios do Ocidente na famosa Batalha dos Campos Cataláunicos[2115], em 451, perante uma esforçada coligação de Romanos e de diversos povos germânicos, os desequilíbrios provocados pela sua intervenção teriam consequências fatais sobre a possibilidade de recuperação militar do Império.

Quanto ao conflito com os Persas, que em 226 adquiriram uma feição bem mais agressiva com a dinastia dos Sassânidas, as suas consequências seriam igualmente desastrosas, nomeadamente sob a grande pressão que infligiram ao Império durante o período a que se refere o bloco seis. Tendo um exército bem organizado, com uma forte estrutura logística e com recursos muito diversificados, os Sassânidas mantinham também a tradição de grandes contingentes de arqueiros, também eles de graves consequências para o enfrentamento com as tropas romanas, como se pode observar na investida de Juliano, o Apóstata na sua campanha oriental de 363[2116]. Um outro aspeto a salientar é o perfil das investidas persas, que não visavam apenas saque e destruição como acontecia com a generalidade dos confrontos com os Germânicos. As suas investidas contra os territórios do Império Romano pretendiam uma conquista permanente, tendo condições para estabelecer no terreno as condições militares para tornar particularmente difíceis a sua retoma.

No *limes* britânico, embora tenha havido períodos de uma maior conflitualidade, as suas principais tribos de Pictos e Escotos nunca constituíram uma verdadeira ameaça aos equilíbrios militares impostos pelo exército romano que podia contar, desde há muito, com a robusta muralha de Adriano[2117] para proceder à defesa dessa província.

[2115] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. ; SCHULTHEIS, 2019, pp. 57-88.
[2116] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 298.
[2117] GOLDSWORTHY, 2018, p. 79-96.

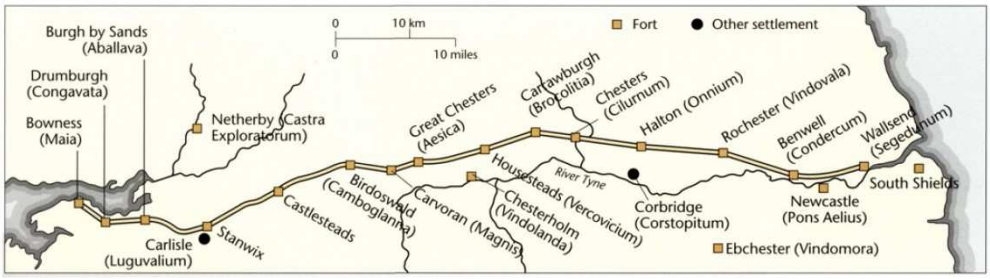


Imagem 96 - A Muralha de Adriano é provavelmente a mais famosa de todas as fortificações construídas pelo exército romano. Foi construída e desenvolvida ao longo de um longo período de tempo, levando a inúmeras mudanças no seu design. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 15]

As populações que ameaçavam o *limes* africano eram na generalidade grupos limitados que eram incapazes de enfrentar a máquina militar romana e se limitavam a efetuar saques pontuais nestes territórios. Só no bloco entre 351 e 400 foram capazes, no contexto berbere, de realizar alguma atividade militar mais relevante e mesmo no Egito as intervenções também se saldaram por confrontos não persistentes.

Quanto a outros contextos, embora no cômputo geral se possam identificar umas dezenas de batalhas, elas não configurariam nenhum esforço particularmente importante para o exército romano, à exceção da guerra com os Palmirenses de Zenóbia, o qual foi rapidamente solucionada pelo imperador Aureliano.

10.7. ANÁLISE DO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DAS LEGIÕES NO ALTO-IMPÉRIO

Para uma noção aproximada da evolução da distribuição das legiões[2118] pelo *limes*, poderemos analisar os seguintes dados:

10.7.1. Distribuição Geográfica das Legiões em 24, no Principado de Tibério

Tabela 20 - Distribuição Geográfica das Legiões em 24, no Principado de Tibério

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LEGIÕES EM 24, PRINCIPADO DE TIBÉRIO		
limes Africano		III Augusta
Contexto Egipcio		III Cyrenaica; XII Deiotariana
Contexto Hispânico		IV Macedónica; VI Victrix; X Gemina
limes Reno-danubiano	Germânia Superior	II Augusta; XII Gemina; XIV Gemina; XVI
	Germânia Inferior	I Germana; V Alaudae; XX Valeria Victrix; XXI Rapax
	Panónia Superior	VII Augusta; IX Hispana
	Panónia Inferior	XV Apollinaris
	Dalmácia	VII; XI
	Mésia	IV Scythica; V Macedonica
limes Oriental	Siria	III Gallica; VI Ferrata; X Fretensis; XII Fulminata

Podemos constatar que nesta cronologia encontramos um total de vinte e cinco grandes legiões que se encontram distribuídas preferencialmente junto a localizações problemáticas no *limes* tal como no reno-danubiano, onde se encontravam quinze grandes legiões estacionadas, enquanto no oriental existiam apenas quatro. No contexto africano encontramos apenas uma, demonstrando a facilidade de gestão militar inerente a estas províncias, mas curiosamente duas no Egito, que muitas vezes na sua administração posterior apenas viria a possuir uma. As duas do Egito possivelmente poderiam ser empenhadas numa emergência surgida no Oriente, tal como seria possível para as que se encontravam na Mésia. Como veremos, as legiões tinham grande mobilidade, estas fossem mobilizadas na totalidade dos seus elementos, quer no envio de destacamentos, tendo a capacidade de percorrer distâncias consideráveis, embora seja de salientar o atraso destes reforços na sua chegada aos lugares onde eram necessários. Na Hispânia estavam estacionadas três, pois ainda poderiam ser considerados como territórios bastante problemáticos, atendendo a que só na época de Augusto, tinham sido conquistados. A substancial presença militar no *limes* danubiano poder-se-ia dever ao estado de guerra

[2118] Referir-nos-emos às legiões tradicionais romanas que possuíam cerca de 5.000 efetivos como "grandes legiões", para as distinguirmos das "microlegiões" de cerca de 1.000 homens que surgiram nos corpos de delimitadores já depois das reformas de Diocleciano e Constantino.

causado na Germânia Exterior pela campanha punitiva de Germânico que pretendia vingar o desastre da Floresta de Teutoburgo acontecido há apenas quinze anos[2119]. Notemos ainda que as quatro legiões no *limes* oriental estão concentradas na Síria, não havendo registo de unidades militares na fronteira árabe. Não existem ainda legiões na Britânia pois estes territórios só serão conquistados para o Império no Principado de Cláudio, em 43[2120].

10.7.2. Distribuição Geográfica das Legiões em 67, no Principado de Vespasiano

Tabela 21 - Distribuição Geográfica das Legiões em 67, no Principado de Vespasiano

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LEGIÕES EM 67, PRINCIPADO DE VESPASIANO		
limes Africano		III Augusta
Contexto Egipcio		III Cyrenaica; XII Deiotariana
Contexto Hispânico		VI Victrix
Contexto Itálico		I Itálica
Contexto Gálico		XIV Gemina
limes Britânico		II Augusta; IX Hispana; XX Valeria Victrix
limes Reno-danubiano	Germânia Superior	IV Macedonica; XXII Primigenia; XXI Rapax
	Germânia Inferior	V Alaudae; XV Primigenia; XVI Gallica; I Germanica
	Panónia Superior	X Gemina
	Panónia Inferior	XIII Gemina
	Dalmácia	XI Claudia
	Mésia	VIII Augusta; III Gallica; VII Claudia
limes Oriental	Síria	IV Scythica; XII Fulminata; VI Ferrata
Contexto da Revolta Judaica	Israel	V Macedonica; X Fretensis; XV Appolinaris

Encontramos em 67 um aumento do número de legiões que totalizam agora vinte e oito, o que podemos constatar através dos novos contextos em que estão estacionadas, tal como o recém-conquistado *limes* britânico, que conta com três, o judaico com outras três que estavam aí para enfrentar a grande revolta judaica, e ainda o itálico com uma e o gálico também com uma. O contexto hispânico reduziu de três para uma, demonstrando que as suas províncias estavam já bastante pacificadas. O *limes* africano continua a possuir apenas uma, demonstrando o quanto se mantinha calmo e o Egito continua a apresentar duas.

Nestes contextos dever-se-á salientar a forte presença militar romana na Britânia, possivelmente resultante dos constantes ataques dos Icénios, Pictos e Escotos[2121] aos novos

[2119] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 313-330.
O desastre da Floresta de Teutoburgo teve lugar no dia 9 de setembro do ano 9. Durante esta emboscada três legiões (XVII, XVIII e XIX), juntamente com seis coortes de infantaria auxiliar e três alas de cavalaria foram massacradas. GOLDSWORTHY, 2011, pp. 309-310.

[2120] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 339, 368-369, 399-400.

[2121] CONNOLLY, 1998, p. 211; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 52-53, 166.

territórios do Império, que ainda não se encontram protegidos com o que depois se designará por Muralha de Adriano.

O *limes* reno-danubiano mantêm-se como o mais problemático, com treze legiões aí estacionadas, enquanto o oriental tem três, o que corresponde a menos uma na Síria, mas diga-se que devido à grande revolta judaica de 66 a 73[2122], existe uma forte presença militar na mesma geografia.

10.7.3. Distribuição Geográfica das Legiões em 150, no Principado de Antonino Pio

Tabela 22 - Distribuição Geográfica das Legiões em 150, no Principado de Antonino Pio

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LEGIÕES EM 150, PRINCIPADO DE ANTONINO PIO		
limes Africano		III Augusta
Contexto Egipcio		II Traiana
Contexto Árabe		III Cyrenaica
Contexto Hispânico		VII Gemina
limes Britânico		II Augusta; VI Victrix; XX Valeria Victrix
limes Reno-danubiano	Germânia Superior	VIII Augusta; XXII Primigenia
	Germânia Inferior	I Minervia; XXX Ulpia Victrix
	Panónia Superior	I Adiutrix; X Gemina
	Panónia Inferior	XIV Gemina; II Adiutrix
	Mésia Superior	IV Flavia; VII Claudia Pia Fidelis
	Mésia Inferior	I Italica; V Macedonica; XI Claudia Pia Fidelis
limes Oriental	Síria	III Gallica; IV Scythica; XVI Flavia Firma
	Capadócia	XII Fulminata; XV Apollinaris
Contexto Judaico		VI Ferrata; X Fretensis

Encontramos nesta fase, que cronologicamente se situa 83 anos depois da anterior, o número de vinte e oito legiões que é precisamente o mesmo do tempo de Vespasiano. No *limes* norte africano continua a ser apenas necessária uma legião, e no Egito reduziu -se o contingente militar para uma, mas estendeu-se a proteção da fronteira até ao contexto árabe, também na Hispânia se manteve uma certa acalmia, mas no *limes* britânico verificamos a manutenção do esforço militar com três legiões. Isto indica que a senha belicosa dos Caledónios continuava pujante, tendo Adriano mandado fazer uma muralha para isolar o Norte da Britânia[2123]. O *limes* reno-danubiano continua a ser extremamente fortificado, com treze legiões, mas encontramos uma deslocação das formações militares para leste,

[2122] ROCCA; HOOK, 2008, pp. 8-11, 47-57.

[2123] Em 122, Adriano visitou a Britânia e ordenou a construção de um grande muro para "separar os bárbaros dos Romanos". A Muralha de Adriano tem um comprimento de 80 milhas romanas (118 km), estendendo-se desde Bowness-on-Solway, a oeste, até Wallsend a este. GOLDSWORTHY, 2003, pp. 156-161.

apresentando-se menos robustecidas províncias como as duas Germanias, e maior concentração de tropas na Panónia e na Mésia. Igualmente se torna relevante observar que, nos contextos da Gália e da Península Itálica, também não existem nesta cronologia legiões aí colocadas, o que poderá ser explicado por terem sido necessárias noutras geografias ou foram eliminadas de alguma forma. Podemos identificar a deslocação da XIV Gemina que anteriormente podia ser vista na Gália e que agora se terá deslocado para a Panónia Inferior, reforçando o *limes* reno-danubiano que nesta fase, e pela concentração de outras tropas, parece estar sob bastante pressão militar. Relembremos que será já no Principado de Marco Aurélio (161-180) que vamos ter notícia de intensa atividade militar neste *limes* e com grande intensidade, precisamente na província da Panónia[2124].

Quanto ao *limes* oriental, continua um forte dispositivo na Judeia, assegurando o controle romano depois da III Guerra Judaica, bem como três legiões na Síria e uma nova localização estratégica, ao estacionar duas na Capadócia, alargando-se para Norte o espectro da sua defesa.

10.7.4. Distribuição Geográfica das Legiões em 235, no Início da Anarquia Militar

Tabela 23 - Distribuição Geográfica das Legiões em 235, no Início da Anarquia Militar

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LEGIÕES EM 235, INÍCIO DA ANARQUIA MILITAR		
limes Africano		III Augusta
Contexto Egípcio		II Traiana
Contexto Árabe		III Cyrenaica
Contexto Hispânico		VII Gemina
limes Britânico	Britânia Superior	II Augusta
	Britânia Inferior	VI Victrix; XX Valeria Victrix
limes Reno-danubiano	Germânia Superior	VIII Augusta; XXII Primigenia
	Germânia Inferior	I Minervia; XXX Ulpia Victrix
	Récia	III Italica
	Nórica	II Italica
	Panónia Superior	X Gemina; XIV Gemina
	Panónia Inferior	I Adiutrix; II Adiutrix
	Dácia	V Macedonica; XIII Gemina
	Mésia Superior	IV Flavia; VII Claudia
	Mésia Inferior	I Italica; XI Claudia
limes Oriental	Síria	IV Scythica; XVI Flavia Firma
	Judeia	X Fretensis; VI Ferrata
	Capadócia	XV Apollinaris; XII Fulminata
	Mesopotâmia	I Parthica; III Parthica; IV Italica
	Fenícia	III Gallica

[2124] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 73-74.

Encontramos nesta cronologia de 235 um aumento do número total de grandes legiões com mais cinco que em 150, elevando o seu número para trinta e três.

Este período foi o início do problemático caos militar em consequência da morte de Alexandre Severo (222-235)[2125] a que se seguiu, durante quase 50 anos, uma permanente tentativa de usurpação do trono por parte de generais que utilizaram os seus recursos militares para o conseguir[2126].

Do ponto de vista militar, nas províncias africanas e ocidentais a presença romana é similar. Na do Norte de África, que incluía o que são hoje Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e parte da Líbia, continua a ser necessário a presença de uma única legião, mantendo o Egito e a fronteira com os desertos arábicos também uma legião. A Hispânia permanece sob controlo, com a presença de outra legião, mas a Britânia continua a precisar de um forte contingente levando a que tal concentração de forças levasse a separar os seus comandos em Britânia Superior e Inferior.

As permanentes revoltas das tribos das "terras altas" caledónicas obrigava a manter na província da Britânia um forte dispositivo militar formado por, pelo menos, três grandes legiões. Tal especificidade permitia a um governador mais ambicioso ter condições para ambicionar uma tentativa de usurpação da púrpura imperial, tal como já tinha ocorrido com Décimo Clódio Albino precisamente no contexto da sucessão que se gerara após a morte de Cómodo[2127]. É o imperador Septímio Severo que, com a sua aguda perceção da complexidade das conjunturas militares, compreende a urgência de contrariar esta possibilidade e a necessidade de enfraquecer a concentração de poder nas mãos do governador da Britânia. O imperador solucionou o problema ao introduzir a divisão administrativa e militar desta província em Britânia Superior e Inferior, estabelecendo assim nela dois governadores. Além disso, foram nomeados, para o efeito, Caracala e Geta, que eram os dois filhos do próprio imperador, que ficaram encarregues de administrar esta província imediatamente depois das campanhas de seu pai na região, que ocorreram entre 208 e o seu falecimento em 211[2128]. Embora tal medida tenha permitido controlar durante algum tempo a possível ambição dos governadores desta província, a ilha vai-se manter politicamente bastante instável ao longo de toda a sua história. Integrou os territórios da grande secessão que surgiu com o chamado "Império das Gálias" e depois as tentativas de

[2125] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 123-124.
[2126] Este período (235-284) ficou conhecido como "crise do século III", bem como da "anarquia militar". GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 181-200; TEIXEIRA, 2020, pp. 248-283.
[2127] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 92-93.
[2128] GONÇALVES, 2020, pp. 238-240.

independência de Caráusio (286–293) e Alecto (293–296) com a constituição do chamado "Império Britânico Romano". Mesmo no fim da presença romana nestas províncias já administrativamente integradas na nomenclatura das dioceses dioclecianas, assistimos a uma última tentativa de usurpação por parte de Constantino III (407-411)[2129]. Diocleciano tinha atribuído à Ilha Britânica o estatuto de diocese (*dioecesis Britanniarum*), formada pelas quatro províncias constituídas após as suas reformas administrativas e resultantes da divisão das antigas províncias da Britânia Superior e Britânia Inferior:

- Britânia Prima ou Britânia I, localizada a Oeste, que tinha capital em Corínio (Cirencester) ou em Glevo Nervense (Gloucester) e onde estavam incluídos os territórios Galeses;

- Britânia Segunda ou Britânia II, no Norte, com capital em Eboraco (?) (Iorque);

- Máxima Cesariense que ficava situada no Sudeste, com capital em Londínio (*Londinium*)[2130];

- Flávia Cesariense a Oriente com capital em Lincoln (*Lindum* Colonia)[2131].

Cada uma tinha um governador da ordem equestre (*praeses*) que eram supervisionadas por um vigário (*vicarius*), responsável por toda a diocese. Esta pronunciada divisão do território da Britânia fazia parte da lógica política geral de segurança imperial de Diocleciano, fazendo com que a sua redução territorial lhes conferisse direito a possuírem menos contingentes militares e assim não houvesse condições para novas tentativas de usurpação[2132].

O *limes* reno-danubiano encontra-se reforçado com mais três legiões, perfazendo um total de dezasseis, mantendo-se a regularidade dos contingentes da fase anterior, mas encontrando-se tropas romanas em províncias do Danúbio que ainda não tinham legiões estacionadas, como a Récia, a Nórica e a Dácia. Na fronteira a Oriente, com a ascensão dos Persas Sassânidas, voltou a guerra e os confrontos constantes, cuja sua expressão prática serão as três legiões posicionadas frontalmente na Mesopotâmia. Com dez legiões na totalidade, o *limes* oriental mantêm forte pressão sobre a Judeia e o seu largo espectro com a presença na Capadócia. Surge curiosamente uma legião que parece ser considerada uma reserva, localizada na Fenícia, numa província situada na retaguarda do palco dos confrontos.

[2129] LE BOHEC, 2006, pp. 153, 206-207; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 428, 537.
[2130] O nome ter-lhe-á sido dado em homenagem ao imperador Maximiano.
[2131] O nome ter-lhe-á sido dado em homenagem ao imperador Constâncio Cloro.
[2132] WILKES, 2005, p. 707; DE MAN, 2020b, p. 315; FUNARI, 2020, p. 333

10.7.5. Distribuição Geográfica das Legiões em 284, no Início do Principado de Diocleciano

Tabela 24 - Distribuição Geográfica das Legiões em 284, no Início do Principado de Diocleciano

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LEGIÕES EM 284, INÍCIO DO PRINCIPADO DE DIOCLECIANO		
limes Africano		III Augusta
Contexto Egipcio		II Traiana
Contexto Árabe		III Cyrenaica; IV Martia
Contexto Hispânico		VII Gemina
limes Britânico	Britânia Superior	II Augusta
	Britânia Inferior	XX Valeria Victrix; VI Victrix
limes Reno-danubiano	Germânia Superior	VIII Augusta; XXII Primigenia
	Germânia Inferior	I Minervia; XXX Ulpia Victrix
	Récia	III Italica
	Nórica	II Italica
	Panónia Superior	X Gemina; XIV Gemina
	Panónia Inferior	I Adiutrix; II Adiutrix
	Dácia	V Macedonica; XIII Gemina
	Mésia Superior	IV Flavia; VII Claudia
	Mésia Inferior	I Itálica; XI Claudia
limes Oriental	Síria	IV Scythica; XVI Flavia Firma; I Illyricorum
	Judeia	X Fretensis; VI Ferrata
	Capadócia	XV Apollinaris; XII Fulminata
	Mesopotâmia	I Parthica; III Parthica; IV Italica
	Fenícia	III Gallica
	Cilícia	I Isáurica Sagitaria; II Isáurica ; III Isáurica

Nesta cronologia em que Diocleciano sobe ao poder, podemos constatar que se verifica novamente, como tem sido aliás a tendência geral que se pode observar nos quadros já analisados, uma subida do número de legiões, com mais cinco unidades, elevando o total para trinta e oito. Encontramos uma assinalável continuidade de províncias sem convulsões, tendência que já se vinha a verificar, como são as pertencentes ao *limes* africano e os contextos militares do Egito e da Hispânia, mas verifica-se um aumento considerável na fronteira com os territórios árabes. Não se registam alterações quanto ao *limes* Britânico, mantendo-se este com três legiões, e também quanto ao *limes* reno-danubiano que, apesar do forte contingente, continua com dezasseis aí estacionadas.

No entanto, encontramos uma forte presença e mesmo um incremento no *limes* oriental, quer na Mesopotâmia, quer na Síria, onde passam a estar estacionadas também três legiões.

Regista-se, entretanto, uma alteração importante ao podermos identificar um assinalável novo contexto de confronto surgido na Cilicia, onde se encontram outras três

legiões cuja nomenclatura é peculiar: a I Isáurica Sagitaria, a II Isáurica e a III Isáurica. Estes corpos de tropas faziam parte dos pseudocomitatenses, segundo a lista apresentada na *Notitia Dignitatum*, que exploraremos no próximo capítulo, permitindo assim confirmar que tal tipologia de corpos militares já estaria plenamente operacional no momento de ascensão ao trono de Diocleciano. Estes corpos de tropas denominadas comitatenses, com o epíteto de Isáuricas, ainda não tinham surgido em qualquer dos quadros exploratórios já apresentados, sendo possível que estes remontem mesmo ao tempo do imperador Probo[2133], que reinou pouco antes de Diocleciano.

Poder-se-á, pois, admitir que este último já os recebera como uma herança de uma organização militar anterior, resultante da tentativa dos imperadores ilírios de criarem uma nova orgânica marcial que pudesse responder mais eficazmente aos desafios com que o Império se defrontava. Assim, o papel de Diocleciano teria sido essencialmente o de ter consagrado administrativamente a distinção típica do Baixo-Império entre corpos de comitatenses e delimitadores, implementando-o como o perfil estratégico geral de todo o exército romano.

A convulsa desordem militar que caracterizou o Império durante grande parte do século III encontrava, assim, um novo modelo estratégico sob as conceções militares dos imperadores ilírios, que possivelmente foram criando um sistema que aparentemente permitia gerir melhor a constante necessidade de acorrer aos ataques que o *limes* sofria, através do envio de destacamentos ou vexilações para os pontos críticos. Partiu-se, pois, da anterior estratégia vigente que se verificava até 235, que consistia em colocar as "grandes legiões" junto dos locais problemáticos das fronteiras, por um sistema defensivo que assumia como padrão orgânico o fixar definitivamente legiões nesses locais com a possibilidade permanente de se verem reduzidas ao cederem efetivos para os pontos onde a sua necessidade mais se fizesse sentir[2134]. É, pois, possível que a contínua movimentação estratégica desses destacamentos fossem a origem do que viria a ser consagrado nesta fase como os exércitos móveis dos comitatenses e pseudocomitatenses, que deveriam congregar os elementos mais dinâmicos e preparados das legiões para acorrerem aos locais em esforço. Seria esta aparentemente a solução mais adequada para conseguir defender as zonas do *limes* que cada vez mais se encontravam sujeitas a uma pressão extrema causada pela simultaneidade de ataques que seria impossível de impedir pela presença em toda a extensão das fronteiras de grandes legiões, como se tinha verificado até então. Cada vez mais os

[2133] Probo foi imperador entre julho de 276 e outubro de 282.
[2134] LE BOHEC, 2006, pp. 76-77, 143.

movimentos estratégicos do exército romano tenderiam a fracionar, em destacamentos e vexilações[2135], os antigos sólidos corpos táticos das grandes legiões tradicionais de 5.000 homens, constituindo-se assim inúmeros contingentes modulares que seriam criados conforme as necessidades e que poderiam provir de qualquer geografia do território imperial.

A missão destes destacamentos e vexilações deveria ser assim a de percorrer os territórios imperiais com o objetivo de chegar a um ponto crítico e ajudar os seus companheiros delimitadores a enfrentar uma investida mais violenta[2136].

Esta grande dinâmica de corpos modulares poderá até ser considerada a evolução natural resultante das difíceis condições práticas no terreno, fazendo com que todo o exército romano fosse perdendo a antiga noção da grande legião com todas as competências táticas que lhe eram próprias e transformando-se estas progressivamente em microlegiões[2137], descaracterizadas pelo facto de terem de ceder frequentemente parte dos seus contingentes para outras geografias sob ameaça. Não devemos perder de vista a facilidade que as grandes legiões teriam de se subdividir e assim poderem enviar corpos autónomos atendendo a que a sua própria estrutura interna era formada por alas, coortes e manípulos, e que estes atuavam desde sempre com independência na gestão prática dos territórios na administração militar quotidiana.

A grande legião ia-se transformando nos pequenos contingentes das microlegiões que ficavam alocados nas diversas partes do extenso limes e a coexistir com um movimento constante de contingentes que viriam a procurar tornar-se mais fortes e rápidos, o que possivelmente daria origem aos futuros corpos de comitatenses.

Note-se que Diocleciano foi um notável comandante militar[2138], à semelhança de todos os imperadores ilírios que o antecederam[2139], e que, com o seu esforço bélico e medidas administrativas, conseguiu restaurar uma considerável estabilidade às estruturas militares básicas que se encontravam em profunda transformação e já desde antes da sua ascensão ao trono.

[2135] Distinguiremos neste trabalho destacamentos e vexilações, dando para os primeiros o sentido de contingentes formados por tropas montadas e apeadas e para os últimos exclusivamente a aceção de tropas montadas.

[2136] LE BOHEC, 2006, p. 141; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 265-267.

[2137] LE BOHEC, 2006, pp. 25-26

[2138] JONES, 1990, pp. 38-39. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 533.

[2139] Cláudio II Gótico (r. 268-270), Aureliano (r. 270-275), Probo (r. 276-282) e Caro (r. 282-283) foram alguns desses imperadores oriundos da Ilíria que antecederam Diocleciano e que, talvez por uma qualquer razão inexplicável, ou ainda mal-esclarecida, demonstraram todos possuir uma notável capacidade militar. GOLDSWORTHY, 2003, pp. 10-11.

No entanto, como diz Yann le Bohec, não se poderá considerar que Diocleciano tenha sido militarmente um inovador, pois o seu exército irá manter no essencial o perfil que herdou da difícil conjuntura estratégica de crise que tinha resultado das fortes investidas germânicas e persas no *limes* e da fragmentação política que causou a anarquia militar[2140].

Diocleciano considerava mesmo que o melhor exército que o Império teria conhecido era aquele que existira até ao fim do Alto-Império e que tantas provas tinha dado da sua eficácia.

Poder-se-á, pois, admitir que seria pouco provável que fosse este imperador a gizar e implementar um modelo cuja base orgânica estratégica era tão marcadamente afastada da sua própria opinião[2141], organizado em torno de uma separação entre tropas estáticas de delimitadores e corpos móveis de vexilações, onde já não se verificava a coesão tática esmagadora das antigas grandes legiões.

É, pois, bem possível que Diocleciano tenha compreendido que não haveria condições de remodelar as estruturas militares já implementadas de forma a poder aproximá-las do antigo sistema defensivo, quer pelo alargamento das múltiplas e simultâneas necessidades que se faziam sentir ao longo das fronteiras, quer pela já arreigada organização dos quadros militares da organização vigente na sua época.

Seria mesmo de admitir que, depois de se ter ultrapassado uma fase tão difícil para o Império com uma permanente conflitualidade entre generais que usavam o grande poder que possuíam ao estarem ao comando das antigas legiões, Diocleciano tivesse chegado à conclusão que o modelo baseado na dicotomia entre delimitadores e vexilações seria muito mais adequado a um controle centralizado, pois não era possível que um comandante tivesse condições de congregar um número tão considerável de recursos militares que permitisse uma contestação ao seu poder[2142]. Ao ter separado definitivamente, com o processo da sua reforma, as estruturas militares das civis, torna ainda mais difícil qualquer pretensão a uma usurpação, eliminando em grande medida a possibilidade de que convirjam numa mesma geografia, como acontecia antes, uma aclamação universal de um usurpador.

Se esta separação entre poderes militares e civis era necessária e fazia todo o sentido pela especialização necessária ao comando de tropas, anteriormente exercido por magistrados que provinham meramente de cargos políticos, a separação das esferas garantia que qualquer tentativa de usurpar qualquer forma de poder tinha deixado de contar com a

[2140] LE BOHEC, 2006, p. 26.
[2141] LE BOHEC, 2006, p. 27.
[2142] RICHARDOT, 2001, pp. 20-21.

possibilidade de apoio da administração civil da província onde ocorresse, limitando muito os recursos logísticos essenciais e de recrutamento de efetivos necessários para perpetrar tais abusos.

10.7.6. Distribuição Geográfica das Legiões em 305, no Final do Principado de Diocleciano

Tabela 25 - Distribuição Geográfica das Legiões em 305, no Final do Principado de Diocleciano

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LEGIÕES EM 305, FINAL DO PRINCIPADO DE DIOCLECIANO		
limes Africano	África	I Flavia Constantia; III Augusta
Contexto Egipcio	Tebaida	I Julia Alexandria; II Trajana
Contexto Árabe	Arábia	III Cyrenaica; IV Martia
Contexto Hispânico	Galicia	VII Gemina
limes Britânico	Britânia I	I Flavia Victrix; II Augusta
	Britânia II	VI Victrix; XX Valeria Victrix
limes Reno-danubiano	Germânia I	VIII Augusta; XXII Primigenia
	Germânia II	I Minervia; XXX Ulpia Trajana
	Séquana	IV Italica
	Récia	III Italica
	Nórica	I Noricorum; II Italica
	Panónia I	X Gemina; XIV Gemina
	Panónia II	V Jovia; VI Herculia
	Valéria	I Adiutrix; II Adiutrix
	Dácia Ripense	V Macedonica; XIII Gemina
	Mésia I	IV Flavia; VII Claudia
	Mésia II	I Italica; XI Claudia
limes Oriental	Síria	IV Scythica; XVI Flavia
	Judeia	VI Ferrata; X Fretensis
	Mesopotâmia	I Parthica; II Parthica
	Fenícia	I Illyricorum; III Gallica
	Cítia	I Jovia; II Herculia
	Ponto Polemoníaco	I Pontica
	Arménia Menor	XII Fulminata; XV Apollinaris
	Osdroene	III Parthica; IV Parthica

Tabela 26 - Corpos de Comitatenses - Exércitos Móveis de Reserva em 305

CORPOS DE COMITATENSES - EXÉRCITOS MÓVEIS DE RESERVA, EM 305	
Reserva operacional para a África	I Flavia Pacis
	II Flavia Virtutis
Reserva operacional para o Egipto	I Maximiana
	II Flavia Constantia
	III Diocletiana
Reserva operacional para a fronteira do Reno	I Flavia Constantiniana
	II Flavia Constantiniana
Reserva operacional para a fronteira do Danúbio ocidental	III Herculia
	IV Jovia
Reserva operacional para a fronteira do Danúbio oriental	I Flavia Gemina
	II Flavia Gemina
Reserva operacional para o Ponto e a Arménia	I Armeniaca
	II Armeniaca
Reserva operacional para a Mesopotâmia e a Osdroene	V Parthica
	VI Parthica
Reserva operacional para os Alpes Julianos	I Julia Alpina
	II Julia Alpina
	III Julia Alpina
Reserva operacional para a Isáuria	I Isaura
	II Isaura
	III Isaura

Podemos observar nesta cronologia referente ao início do século IV, uma substancial mudança na realidade militar do Império, com o aparecimento de novas províncias, bem como de uma nova ordem administrativa, tendo-se mantido, como se tem verificado sempre, uma tendência para um aumento do número de legiões, que totalizariam agora sessenta e oito. No entanto, estas não eram já as grandes legiões que tinham existido no passado, mas contingentes de cerca de mil soldados delimitadores que já se encontravam em definitivo adstritos a uma parte específica do *limes* que deveriam defender, tendo ao longo desses locais aproveitado, ou mesmo construído, estruturas muralhadas de proteção que pudessem auxiliar no seu trabalho de defesa[2143].

Diga-se ainda, que a generalidade destas "legiões", já no quadro anterior referente ao ano de 284, deveriam estar em processo de transformação, numa constante cedência de coortes dos seus efetivos para auxiliar à resolução de problemas surgidos noutras partes do *limes*.

Tudo indica que o natural desenvolvimento do processo em curso, em que se pretenderia uma proteção generalizada e quase milimétrica de toda a extensão das fronteiras,

[2143] LE BOHEC, 2006, pp. 24-25.

teria feito com que as novas legiões que identificámos nestes dois quadros fossem criadas pelo recrutamento de novos soldados, mas também, e em grande medida, pela cedência dos efetivos das grandes legiões que se poderiam encontrar até ao início da anarquia militar.

É bem cogente admitir-se que tais coortes, que posteriormente se foram tornando as vexilações e destacamentos que encontramos em movimento nesta cronologia, tenham sido cedidas para darem existência a outras microlegiões de delimitadores ou para integrarem os corpos de comitatenses, podendo mesmo servir o Império momentaneamente como destacamentos isolados que circulariam entre vários contingentes, com o fito de reforçar circunstancialmente a sua força. Isto explicaria também o tão generalizado aparecimento de muitas unidades de pseudocomitatenses, que eram corpos móveis em que se realizava uma fusão de comitatenses, reforçados por contingentes provenientes dos delimitadores[2144]. Esta nomenclatura de pseudocomitatenses, em que se consagrava uma mescla de soldados das duas tipologias, deveria realizar-se pela sua plena articulação tática[2145], possivelmente fruto de treino conjunto e cadeias de comando comuns.

Podemos identificar um conjunto de novas províncias, tal como Tebaida, Galícia, Valéria, Séquana, Cítia, Ponto Polemoníaco, Arménia Menor, Osdroene, bem como outras com nomenclatura modificada, como Britânia I e II, Germânia I e II, Panónia I e II, Mésia I e II ou Dácia Ripense.

É possível também observar que as três legiões constantes do quadro de 284 da Isáuria surgem agora como corpos pseudocomitatenses na defesa do *limes* oriental, reforçando a ideia de que esta tipologia de contingentes terá mudado de estatuto militar, mas sem podermos determinar se em 305 se mantinham com o mesmo perfil tático, onde predominavam os arqueiros, ou se teriam sido alvo de algum tipo de mudança armamentística.

Como o seu nome sugere, a III Isáuria e sua gémea, a II Isáuria, tinham por função estratégica proteger a região homónima, tendo por base a província da Selêucia. Vamos encontrá-las cerca de um século depois ainda assinaladas na *Notitia Dignitatum*, defendendo-a contra as problemáticas incursões das tribos das montanhas Tauros.

Estas alterações são o resultado da reforma Diocleciana sobre a administração provincial em que a generalidade das províncias sofreu uma notória diminuição nas suas dimensões territoriais. Assim, de um conjunto de 68 províncias, o Império Romano passa a ser formado por 124, o que indica que muitas delas terão sido administrativamente divididas

[2144] LE BOHEC, 2006, p. 143; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 273, 390.
[2145] ELTON, 1996, pp. 95, 212-213.

em duas, atendendo a que não se verifica uma conquista de novos territórios. Esta reforma de Diocleciano pode ser observada no anexo 12, que nos mostra a totalidade das províncias, ano de constituição, capital, de onde foi originada, respetivo estatuto perto do ano 400 e responsabilidade administrativa. É possível que esta grande dispersão do território em diferentes províncias tenha sido o resultado do receio do imperador de que algum comandante militar pudesse ter os recursos necessários para intentar uma nova usurpação, atendendo a que a multiplicação provincial alocaria naturalmente menos recursos marciais em cada uma delas. Verificamos igualmente que há *limes* e contextos que registámos nos quadros anteriores que se encontram reforçados com mais legiões, mas estas já seriam as pequenas legiões típicas da orgânica dos delimitadores e que já não possuiriam a mesma capacidade de poderem vir a desestabilizar militarmente as estruturas imperiais.

Sendo a legião, no Alto-Império, ainda uma vasta unidade militar organizada por corpos como coortes e manípulos, seria fácil e necessário que na sua gestão quotidiana de recursos fosse distribuída funcionalmente por subunidades ao longo da província, às quais deveriam ser alocadas funções específicas tais como: a defesa de uma cidade, a proteção de uma povoação, a exploração e policiamento de determinadas regiões, a recolha de impostos, a execução de ordens judiciais, entre muitas outras que dinamizavam a autonomia destas pequenas unidades. Naturalmente, quando era necessário para enfrentar um perigo mais efetivo, a legião deveria convergir no seu todo e, caso fosse necessário, articular-se-ia numa gestão de contingentes que poderiam reforçar a força de outras, ou até mesmo suprir as faltas daquelas que estivessem diminuídas nos seus contingentes por terem sofrido baixas.

CAPÍTULO 11

MODELOS DE REFORMA ESTRATÉGICA E TÁTICA DO EXÉRCITO ROMANO

11.1. REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MILITAR

11.1.1. Análise Crítica da Problemática da Transformação Militar no Baixo-Império

Neste capítulo centraremos a nossa análise em múltiplos aspetos que poderão ter contribuído para a transformação militar que, estamos convencidos, ocasionaram um progressivo enfraquecimento da máquina militar romana. Na tentativa de responder aos novos desafios bélicos que surgiram ou se intensificaram a partir de meados do século III, quer corporizadas nas inúmeras investidas germânicas e sassânidas ao longo do *limes*, quer na constante conflitualidade interna resultante de uma notória fragmentação política, as estruturas marciais viram-se profundamente alteradas sem que tenha sido realizada uma cuidadosa reflexão estratégica sobre as respetivas consequências.

É bem possível que a dispersão política e administrativa que assolou o Império durante o século III tenha potenciado uma desarticulação estratégica que levou a uma ineficaz criação de modelos militares que procuravam responder às necessidades conjunturais mais prementes de defesa e segurança e que não deveriam assim ter sido tomadas como um novo paradigma estrutural alternativo para o exército romano.

Quer do ponto de vista da sua orgânica estratégica, quer do seu sistema tático, o resultado das reformas de Diocleciano, bem como posteriormente as de Constantino I, levaram mesmo a prescindir, ou pelo menos a modificar, muitos aspetos essenciais que garantiam a reconhecida robustez marcial que era anteriormente apanágio das armas romanas.

Um aspeto fundamental a considerar, desde logo, prende-se com a questão de saber se o Império necessitaria verdadeiramente de mudanças nos seus paradigmas militares e se as

que se efetivaram se constituíram alguma vez como a resposta estrutural mais adequada para os novos desafios marciais que se lhe impunham.

Embora estejamos conscientes de que uma tal disrupção funcional do exército romano tenha sido o resultado de um conjunto de complexos fatores, onde se podem identificar os causados pelas mudanças sociais, políticas, religiosas, económicas, militares, o nosso enfoque concentrar-se-á sobre estes últimos, como tem sido sempre ao longo deste trabalho, sem prescindir, no entanto, das conexões que possam lançar luz sistémica sobre a avaliação dos seus problemas.

Se, por um lado, é possível admitir-se que a fragmentação política imperial no Ocidente poderia ter igualmente favorecido a forma pouco cuidada como foram introduzidas tais alterações, dever-se-á contrapor que estas reformas foram preponderantemente realizadas em períodos em que o poder se voltara a concentrar nas mãos de um único imperador, como aconteceu com Diocleciano e Constantino I, que tiveram assim condições de as poder implementar universalmente em toda a máquina militar romana.

No entanto, se atendermos aos contextos bélicos vigentes à época destes imperadores, verificamos que estas mudanças não terão sido introduzidas de forma emergencial como resultado de tentativas de responder a situações particularmente graves na defesa do Império. Elas foram antes profundas reformas intencionais realizadas por estes imperadores com o objetivo de modificar as estruturas fundamentais do exército e que, além de demonstrarem preocupações com a defesa das fronteiras, pretendiam impedir contestações internas à centralidade do seu poder[2146].

Tais mudanças asseguravam assim, antes de mais, que não houvesse condições para se verificarem novas tentativas de usurpação da púrpura imperial pela utilização da enorme capacidade que tinham as antigas legiões de se imporem pela força[2147]. Além disso, o novo paradigma que contemplava tropas de fronteira ou delimitadores (*limitaneii*) e exércitos móveis de defesa (comitatenses), davam-lhes a garantia de que possuiriam o comando dos melhores corpos operacionais do exército romano, constituídos já então maioritariamente por tropas montadas[2148].

[2146] LE BOHEC, 2006, p. 19.
[2147] ELTON, 2007, p. 337.
[2148] LE BOHEC, 2006, pp. 76-77; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 213.

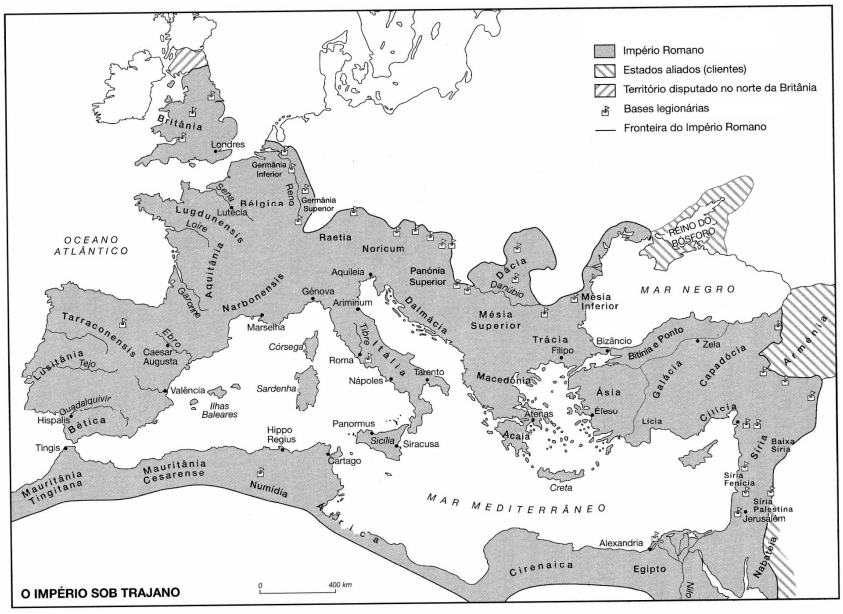


Imagem 97 - O Império Romano sob Trajano (98-117 d.C.) [in GOLDSWORTHY, 2011, p. 403].

Note-se que o Império Romano, depois de se ter tornado a grande realidade política do ocidente (atingindo mais de cinco milhões de quilómetros quadrados em 117 d. C.[2149]), sofreu a partir de meados do século III[2150] um complexo processo de convulsões internas e intensas investidas militares externas que o levaram a uma progressiva desestruturação da antiga centralidade hierárquica do seu poder e a uma desagregação contínua do seu tecido social.

11.1.2. O Modelo da Infantaria Pesada Clássica e o Incremento da Cavalaria

O abandono do modelo da infantaria pesada romana, que sempre fora o mais notável recurso de combate da legião, terá sido uma das principais causas que contribuíram para o notório enfraquecimento da máquina militar romana.

O desaparecimento das condições básicas de treino e sobretudo de equipamento que permitiam a manutenção do sistema clássico de grande coesão da infantaria pesada formada em parede de escudos parece ter decorrido sem que as estruturas de comando tenham possuído uma verdadeira compreensão da gravidade das suas consequências para a manutenção da qualidade de combate do exército romano.

O generalizado investimento verificado no Baixo-Império em matéria de armas de arremesso e de adoção da espata, com o consequente abandono do gládio, levou não só a uma mudança radical na forma de combater, como também ao desaparecimento do modelo

[2149] TAAGEPERA, 1979, pp. 123-125.

[2150] Na medida em que o enquadramento da nossa análise, neste capítulo 10, ocorre preferencialmente em datas posteriores ao nascimento de Cristo, todas as datas deverão ser lidas neste âmbito até informação em contrário.

tradicional da legião. Apesar de se poder admitir que os soldados romanos continuavam ainda a ter um tipo de treino que era superior ao que possuíam a generalidade dos seus adversários, o exército passaria a ser formado essencialmente por pequenos contingentes que, do ponto de vista tático, não formavam já a grande unidade articulada que sempre fora uma das principais características da grande legião clássica. A infantaria pesada desta combatia no terreno como uma única estrutura dinâmica cujo treino conjunto e prolongado permitia adequar-se com assertividade e de forma intuitiva às condições do combate, algo que já não era possível ser conseguido pelas diferentes unidades que formavam um exército no Baixo-Império[2151]. O grande incremento da cavalaria legionária, a partir da segunda metade do século III, também veio a ajudar a mudar o foco de intervenção tático, que se por um lado veio a permitir incrementar rápidos e esmagadores ataques sobre o adversário, por outro as suas intervenções eram de perfil disperso e sem boas condições para estabelecer um sistema coeso e ordenado que levasse a destruição sistemática da força do inimigo[2152].

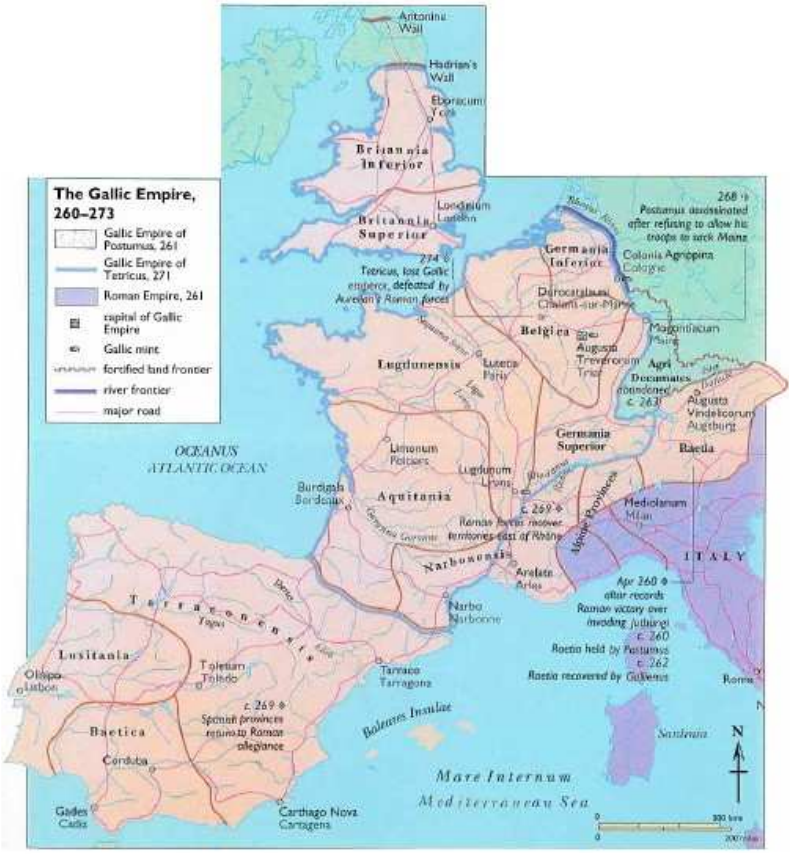


Imagem 98 - O Império da Gálias (260-273 d.C.) [in SCARRE, 1995, p. 111].

O grande incremento da cavalaria seria mesmo o resultado de uma conjuntura particularmente difícil que obrigou o imperador Galieno a formar um grande exército de tropas montadas, para enfrentar a grave ameaça que se verificou com o chamado "Império das Gálias".

[2151] Não são, pois, de estranhar as queixas e exortações de Vegécio no capítulo 28 do Livro I da sua *Epitoma Rei Militaris*, quando afirma: «[…] Assim, o cuidado com o treino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente, depois abandonado, e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento, conforme se sabe. […] Por isso, os recrutas devem ser sempre selecionados e treinados. Na verdade, sabe-se que é mais barato treinar os seus soldados nas armas do que contratar estrangeiros a soldo. […]» VEG. 1.28.

[2152] LE BOHEC, 2006, p. 19.

Este, que compreendia também a Hispânia e a Britânia, resultou da usurpação do comandante gaulês Marco Cassiano Latínio Póstumo, que pretendeu uma separação definitiva destes territórios das estruturas imperiais[2153]. Para o enfrentar, Galieno decidiu criar um poderoso corpo de cavalaria que se deveria posicionar em Milão[2154], como um posto avançado de defesa contra uma possível tentativa de invasão da Itália. Póstumo poderia querer aproveitar a desesperada situação estratégica em que se encontrava o imperador[2155], atendendo a que este estava a ter de enfrentar, em simultâneo, constantes ataques germânicos e sassânidas ao *limes*, bem como um grande surto de peste que dizimou milhares de soldados. Em 260, Galieno seria confrontado também com a inusitada situação do seu pai, o coimperador Valeriano, ter sido capturado pelos Persas durante uma traiçoeira manobra durante a sua campanha no oriente e se encontrar então na humilhante situação de prisioneiro, pois isto descredibilizava a imagem da força do exército romano perante todos os seus inimigos[2156].

O exército de Galieno, constituído essencialmente por cavalaria, era fruto de toda esta difícil situação circunstancial e teria resultado da necessidade de intervir rapidamente em qualquer cenário, mas o seu perfil iria deixar marcas profundas na estrutura tática romana posterior, onde as tropas montadas passariam a ser, a partir de então, em número muito maior e a desempenhar um papel tático bastante mais relevante.

Talvez se possa mesmo considerar que a problemática conjuntura de Galieno durante a sexta década do século III possa ser o ponto mais baixo da grande crise que afetou transversalmente todas as estruturas do Império, o que possivelmente em muito terá contribuído para uma imagem menos favorável da governação deste imperador. No entanto, deveremos recordar que Galieno não só era um intelectual com uma vasta cultura helenística[2157] como se empenhou também com denodo na defesa integral dos territórios do Império, tendo conseguido derrotar a vasta horda de Alamanos que se tinham instalado no

---

[2153] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 152-156.

[2154] RICHARDOT, 2001, pp. 99-100.

[2155] Designamos este imperador por Galieno, em substituição do mais comum antropónimo Galiano, pois a forma como o seu nome aparece escrito em latim nas moedas que cunhou durante o seu principado para isso nos apontam. Nestas pode-se ler: *Publius Licinius Egnatius Gallienus*. SYVÄNNE, 2019, p. 123.

[2156] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 134-135, 153; SYVÄNNE, 2019, p. 125: «[…] In the summer of 260 Gallienus faced five major problems which were: 1) the capture of his father; 2) the continuing invasion of Gaul and Spain by the Franks, which was being dealt with by Postumus in his absence; 3) the revolt of the Macriani in the East; 4) the invasion of Italy by the Iuthungi and Alamanni; and 5) the independence shown by the Roman Senate. In about July-August 260 Gallienus received the worst news of all. Postumus had usurped power in Gaul and had killed Gallienus' son Saloninus. […]»

[2157] SYVÄNNE, 2019, p. 45, 154.

Norte da Península Itálica, bem como terá expulsado os Godos e os Sármatas da Ilíria[2158]. Além da problemática captura do seu pai no Oriente, a qual se viu obrigado a ter de esconder durante algum tempo para evitar um desânimo moral em todo o Império, pois não seria compreensível que este pudesse sofrer uma tal humilhação[2159], a dinastia sassânida iniciava uma nova fase de contornos marciais bem mais violentos[2160].

Galieno ainda teria de enfrentar as tentativas de usurpação de homens como Macriano e Quieto em 262[2161], embora nesta fase ainda pudesse contar com o auxílio de Odenato, o rei de Palmira, tendo de aceitar, no entanto que isso acarretasse um perigoso incremento da sua autoridade na administração imperial e no controle dos territórios orientais[2162]. Notemos que também a futura rainha palmirense Zenóbia, após a morte de seu marido Odenato, aproveitará em breve o estatuto de grande autoridade que lhe tinha sido conferido por Roma, de modo a encetar uma tentativa de tornar independentes os próprios territórios romanos no Oriente, constituindo o circunstancial "Império de Palmira"[2163].

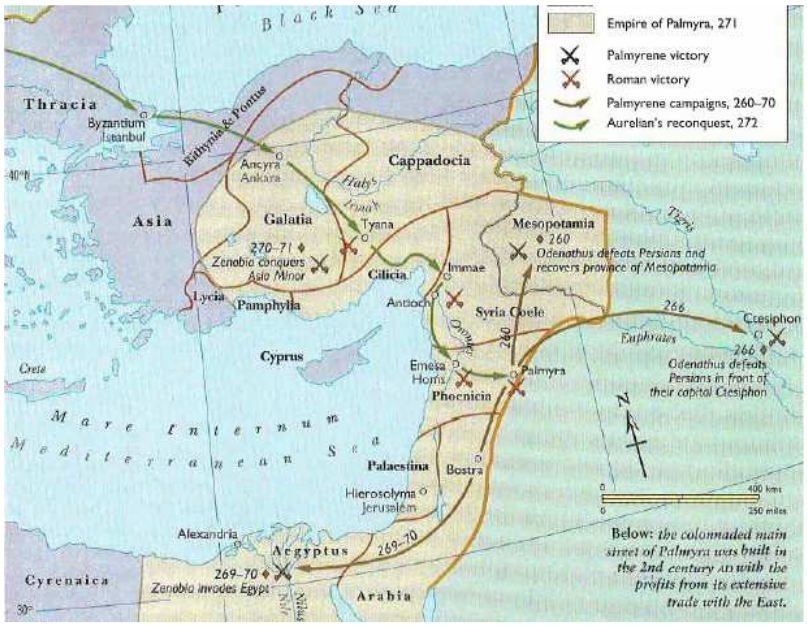


Imagem 99 - O Império de Palmira (271 d.C.) [in SCARRE, 1995, p. 113].

Compreende-se assim a gravidade da situação que o Império de Galieno enfrenta, quando a fragmentação da unidade imperial se faz então a um nível muito mais profundo, pois já não se limitavam a ser o resultado da ambição de alguns comandantes que queriam a

[2158] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 147, 153.
[2159] A imagem de invencibilidade que Roma tinha conseguido impor perante todos os seus inimigos era um aspeto fundamental a preservar, pois qualquer fragilização desta acarretava um aumento exponencial do atrevimento marcial dos seus inimigos. Só a imagem de um Império militarmente invencível podia sofrear a cobiça que os seus inimigos tinham das suas riquezas.
[2160] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 135.
[2161] SYVÄNNE, 2019, pp. 124-125.
[2162] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 162.
[2163] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 163-167; TEIXEIRA, 2020, pp. 267-270.

púrpura imperial[2164], mas sendo já vastos territórios com todas as suas estruturas administrativas e militares que pretendiam conseguir uma total secessão.

Além de contestações sistemáticas ao seu governo por parte de elevados quadros do exército, que aliás serão os responsáveis pela traição que levaria ao seu assassinato[2165], Galieno ainda teve de enfrentar, como consequência da usurpação de Póstumo (que se fez aclamar imperador em Colónia[2166]), o assassinato do jovem César Salonino, que era o seu único filho e que ali se encontrava sob a proteção do prefeito do pretório Silvestre[2167].

Galieno também compreendeu a necessidade de agilizar a transmissão dos comandos imperiais, pois as necessidades da guerra não se compadecem com longos tempos de espera. A oportunidade estratégica mais favorável perder-se-á se as ordens que a devem orientar não chegarem às tropas em tempo útil. Numa tal conjuntura, e tendo compreendido que Roma se encontrava demasiado distante dos principais pontos de conflito, mudou então a sua residência oficial para dois locais, Milão e Síscia, na Panónia, pontos entre os quais realizava um movimento pendular que lhe permitia o controle das principais operações bélicas[2168].

Além disso, o esforçado Galieno já se encontrava a realizar importantes reformas militares que deveriam permitir um aumento da eficácia estratégica do exército, começando, logo em 260, por retirar os magistrados que exerciam cargos públicos do exercício de qualquer chefia militar[2169]. Esta foi certamente uma medida sensata e que irá ser definitivamente adotada pelo exército, pois sempre fora espantosa a desatenção administrativa romana quanto à atribuição de altos cargos de comando a magistrados que, na maioria dos casos, não tinham nenhuma experiência militar para o fazer nem, por vezes, nenhuma apetência para tal quesito.

Esta demarcada separação da esfera pública do universo militar abriu caminho para uma notória revitalização das carreiras militares[2170], permitindo o aparecimento de uma importante plêiade de competentes generais de baixa extração, mas que demonstraram possuir uma indiscutível competência militar.

[2164] Philippe Richardot comenta que, em nove anos de púrpura, Galieno teve de enfrentar dezoito usurpadores antes de ele próprio sucumbir. RICHARDOT, 2001, p. 15.
[2165] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 155.
[2166] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 153, TEIXEIRA, 2020, pp. 263, 265-267.
[2167] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 153.
[2168] RICHARDOT, 2001, p. 189; TEIXEIRA, 2020, p. 272.
[2169] SYVÄNNE, 2019, pp. 125-127.
[2170] RICHARDOT, 2001, p. 49.

Alguns destes vieram mesmo a tornar-se imperadores e a conseguir prover às necessidades militares mais prementes do Império[2171]. Tais foram os casos de Cláudio II[2172], de Aureliano[2173], de Probo[2174], de Caro[2175] ou de Diocleciano[2176].

Poder-se-ia mesmo dizer que a conjuntura do Império neste final do século III era tão problemática a todos os níveis que se estes comandantes ilírios não tivessem conseguido algumas vitórias militares importantes, este poderia ter-se definitivamente desagregado já neste período.

Com este recurso estratégico, que era o novo exército montado de Galieno, começava-se a desenhar uma mudança de paradigma que se iria cada vez mais incrementar e em que se dotava o Império de um modelo próximo ao que se designa por defesa elástica. Este consistia essencialmente em formar unidades de deslocação rápida que permitissem ao exército romano ir ao encontro e destruir com o máximo de brevidade quaisquer exércitos inimigos que tivessem invadido o Império.

Embora a utilização deste vasto contingente montado de Galieno não se tivesse concretizado, pois Póstumo nunca viria a sair dos seus domínios e o seu efémero "Império das Gálias" seria desfeito logo no Principado de Aureliano[2177], ele potenciou o aumento exponencial de contingentes de tropas montadas, tendo-se passado dos típicos 120 efetivos regulares que possuía a legião, para um corpo que integrava 726 cavaleiros [2178].

A clássica estrutura da legião, surgida ainda nos tempos da República, sempre tinha exibido números parcimoniosos de cavalaria e a sua função era sobretudo a proteção dos flancos da legião[2179], sendo assim quase sempre colocada nas alas desta.

Havia outros contingentes que possuíam números mais substanciais de tropas montadas, mas estes eram da responsabilidade das tropas auxiliares, cuja função tática era menos definida e que funcionavam muitas vezes como contingentes que reforçavam o trabalho das turmas legionárias, que assim tinham condições de poder investir diretamente sobre a massa do exército adversário. A cavalaria auxiliar, não só surgia habitualmente como

---

2171 AVR. VICT. *Cae.* 34; RICHARDOT, 2001, pp. 20, 236.
2172 Principado de Cláudio II: 268-270. RICHARDOT, 2001, p. 236.
2173 Principado de Aureliano: 270-275. RICHARDOT, 2001, p. 236; LE BOHEC, 2006, p. 18.
2174 Principado de Probo: 276-282. RICHARDOT, 2001, p. 189.
2175 Principado de Caro: 282-283. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 175.
2176 Principado de Diocleciano: 284-305. LE BOHEC, 2006, p. 16; LEADBETTER, 2009, pp. 1-2, 119, 177.
2177 Em 274, o imperador Aureliano (r. 270–275) do Império Romano derrotou o seu rival, o imperador Tétrico I (r. 271–274) da Gália, na região da atual Châlons-en-Champagne. Esta batalha marcou o fim da independência do "Império das Gálias" e sua reanexação ao Império Romano depois de 13 anos de secessão. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 156.
2178 MACDOWALL, 2002, p. 4; GOLDSWORTHY, 2003, p. 51; LE BOHEC, 2013a, p. 48.
2179 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 26-27; MONTEIRO, 2020b, pp. 287-288.

um recurso de choque e intervenção rápida, explorando alguma fragilidade tática momentânea, como procurava capitalizar as excelentes competências de equitação que possuíam muitos dos cavaleiros dos povos aliados[2180].

No entanto, o principal núcleo de combate da legião, que anteriormente sempre tinha sido a infantaria pesada, começava a partir de então a sofrer uma diminuição de importância quanto ao seu papel militar e especialmente quanto ao seu sistema de organização que se foi vendo progressivamente modificado. Como foi já analisado nos capítulos 4.3.4., 4.3.5. e 4.4.2. deste trabalho, os Romanos tinham, desde há muito, a consciência de que a capacidade de posicionamento e coordenação de uma considerável massa de soldados apeados permitia a implementação de um mais eficaz sistema tático[2181], o que remetia para um papel complementar os contingentes de cavalaria, que deveriam assim garantir a defesa dos seus flancos, investir sobre algum ponto mais fragilizado, ou realizar perseguições após a batalha. Esta perceção da especificidade tática dos recursos tinha sido sempre uma mais-valia do modelo romano, tendo esta conceção pragmática favorecido sempre muito a sua operacionalidade.

Os Romanos tinham compreendido, desde há muito, que a cavalaria possuía excelentes condições para realizar rápidas investidas de choque sobre o adversário, mas que a sua natural tendência para o movimento não permitia a tais corpos posicionarem-se no terreno de modo a manterem uma estreita e permanente coordenação lateral entre os seus membros, tal como era apanágio da infantaria pesada[2182].

As estruturas de comando do exército romano sempre entenderam que a função de tropas montadas em caso algum poderia substituir a inestimável qualidade tática da sua infantaria pesada, que permitia a criação do seu mais forte recurso que era a parede de escudos.

[2180] CONNOLLY, 1998, p. 215.
Segundo Adrian Goldsworthy, no exército consular composto por duas legiões e duas *alae*, uma parte dos aliados, a melhor preparada, separava-se das *alae* para formar os *extraordinarii,* uma força de cavalaria e infantaria colocada diretamente às ordens do cônsul. Após a reforma de Mário, os comandantes viram-se obrigados a procurar unidades de cavalaria e de infantaria ligeira fora das legiões. Durante as campanhas da Gália, Júlio César apoiou as suas legiões com cavalaria hispânica, germânica e gaulesa. GOLDSWORTHY, 2003, p. 28, 48, 55, 57.

[2181] AMM. 27.8.2; LE BOHEC, 2006, p. 72.

[2182] O'CONNELL, 1989, p. 92; MACDOWALL; HOOK, 2002, pp. 12-14, 24, 26; GOLDSWORTHY, 2011, p. 78.

No entanto, a partir do Principado de Galieno pode-se observar uma constante tendência para um incremento de vários tipos de contingentes de tropas montadas e um substancial desinvestimento do papel da infantaria pesada, sem que as estruturas de comando romanas tenham compreendido as nefastas consequências de tais medidas[2183]. É bem possível que a posterior integração de elementos germânicos no exército romano também tenha, neste quesito, contribuído para uma mudança tão radical nas antigas conceções, visto que muitos destes indivíduos terão tido tempo e oportunidade de subir na hierarquia militar e chegar aos principais postos de comando[2184].

Imagem 100 - Moeda celebrando o famoso entusiasmo de Galieno pelas suas forças de cavalaria. O Pégaso no reverso é um símbolo da cavalaria e, neste caso, um símbolo dos *equites* de Galieno. Anverso: IMP. GALLIENVS AVG. Reverso: ALACRITATI (NO S.C.) [in SYVÄNNE, 2019, p. 4].

É possível que a arquitetura mental militar da grande generalidade destes oficiais germânicos não tenha permitido que estes compreendessem, em todas as suas consequências táticas, a extraordinária força que resultava do antigo modelo da legião clássica[2185].

Encontramos, pouco depois, já consagradas nas reformas de Diocleciano e sobretudo nas de Constantino, a expressão oficial de tal tendência, com o investimento em fortes contingentes formados maioritariamente por tropas de elite montadas[2186].

Estas deveriam funcionar como "Reservas Estratégicas Móveis", cuja principal função era o de se deslocarem rapidamente para pontos onde estivessem a ocorrer grandes invasões e eliminar tais ameaças[2187].

A posse de um cavalo era para qualquer guerreiro germânico uma mais-valia ao potenciar o seu tipo de combate singular, quer pelo incremento da sua capacidade de

---

2183 GOLDSWORTHY, 2003, p. 202; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 154.

2184 RICHARDOT, 2001, pp. 29, 46, 57, 293-319.

2185 Não pretendemos com tais considerações sobre estas mudanças na estrutura do aparelho militar romano imputar aos comandantes de origem germânica uma intenção dolosa quanto ao que foi implementado. Parece-nos que isto poderá apenas ter sido o resultado da sua própria "tradicional arquitetura mental" que sendo radicalmente diferente do que eram os padrões romanos, lhe foi infundindo transformações lesivas do seu bom funcionamento e desempenho. Estamos mesmo em crer que muitos destes oficiais de origem estrangeira poderiam estar a contribuir com toda a boa-fé para uma reformulação da estrutura militar do Império, sem terem uma noção da gravidade de tais transformações ao porem em causa a relação sistémica dos antigos modelos romanos.

2186 GOLDSWORTHY, 2003, p. 202.

2187 CONNOLLY, 1998, pp. 253-254; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 203-206; LE BOHEC, 2006, pp. 73-74, 91.

movimento, quer pelo aumento da violência dos seus golpes[2188]. Não seria, pois, de estranhar que a sua conceção do que poderia ser um exército ideal fosse a de uma vasta horda de furiosos ginetes e não a de uma disciplinada infantaria com o perfil do modelo legionário romano.

No entanto, como teremos oportunidade de analisar, tais tipos de corpos, que no seio do exército romano eram encarnados pelos comitatenses, teriam certamente muitos condicionalismos na sua atuação, quer na sua capacidade de deslocação, quer na sua eficácia em combate[2189].

11.1.3. Consequências das Transformações do Exército Romano no Baixo-Império

Apesar das dificuldades inerentes à imprecisão, ou mesmo a inexistência de elementos seguros sobre como funcionavam algumas dimensões do sistema militar romano no Baixo-Império, nomeadamente a partir do século III, é possível perceber que a realidade bélica de Roma terá mudado substancialmente e que se transformou num sistema dual em que podemos identificar muitas fragilidades, quando comparada com a competência do modelo militar anterior. As reformas de Diocleciano e de Constantino I, embora supostamente pretendessem responder aos constrangimentos bélicos causados por novos desafios, não tiveram em atenção a preservação das características particularmente robustas do seu antigo modelo militar.

É bem possível que Vegécio[2190], já no final do século IV, bem possa ter sido dos poucos a ter tido uma verdadeira compreensão das consequências das mudanças operadas no âmago da máquina militar romana e que tão profundamente desvirtuaram os fundamentos dos modelos de combate que os oficiais romanos, nos longínquos tempos da República, tinham criado com uma extraordinária chancela de originalidade e competência.

Embora se tenha de admitir que Vegécio, na sua *Epitoma rei militaris*, possa ter demonstrado que as suas conceções sofriam de falta de um rigoroso conhecimento cronológico, o que é natural se se atender a que o exército romano tinha uma história militar

[2188] Como é compreensível do ponto de vista mecânico, um golpe desferido com uma lâmina torna-se ainda mais esmagador se à velocidade do braço do guerreiro se somar aquela que resulta do movimento de impulsão fornecido pelo cavalo.

[2189] Em jeito de síntese sobre a problemática analisada, diríamos que os "bárbaros" não venceram Roma a lutar contra ela, mas a lutar ao lado dela. É possível que Roma não tenha caído a lutar como romana, mas por ter aprendido a lutar como os seus inimigos.

[2190] Sobre Vegécio consultar nota no início do capítulo 4.

de séculos, os seus enfáticos conselhos para que se regressasse às antigas práticas[2191] são o que se poderia classificar como a mais aguda perceção da "barbarização" estrutural estratégica e tática que as tropas romanas se encontravam a sofrer.

Se no século V o Império caiu, ou melhor, se se foi transformando numa outra realidade política e social, tal dever-se-á a um vasto conjunto de fatores, mas este autor romano teria já bem presente, na sua exortação, a noção de que a máquina militar romana era essencial para manter a coesão do Império.

Poder-se-ia mesmo dizer que os modelos e recursos táticos vigentes nos últimos séculos do Império foram apenas capazes de suportar os desafios marciais em função do aumento exponencial do número dos seus efetivos, tendo-se assim procurado reinventar com referenciais militares que em nada faziam jus à força esmagadora que possuíam as grandes legiões republicanas ou alto imperiais.

A orgânica estratégica do exército romano no Baixo-Império, como veremos, baseou-se na distinção fundamental entre delimitadores (*limitaneii*) que eram tropas que ficavam adstritas às fronteiras imperiais e que as deveriam defender e corpos de elite designados por comitatenses que eram eminentemente tropas montadas, cuja função era a de defender o *limes* que os primeiros não conseguissem impedir de serem violado, aquando de grandes invasões[2192]. A tentativa de suprir as dificuldades estratégicas geradas pelo progressivo aumento das investidas no *limes*, nomeadamente por parte dos povos germânicos no reno-danubiano, pela criação dos delimitadores distribuídos pelas extensas fronteiras do Império, levou à necessidade de realizar um progressivo aumento dos seus efetivos, nomeadamente nas tropas de delimitadores, numa tal proporção que não seria viável recrutá-los apenas nas depauperadas populações imperiais, pelo que se recorreu a um massivo recrutamento de elementos oriundos dos povos 'bárbaros'[2193].

No entanto, se se afirmar que a permanente integração destes soldados poderia não ter sido a causa da progressiva fragilidade militar do exército romano, pois não há, por parte

[2191] BISHOP; COULSTON, 2009, pp. 39-40.

[2192] CONNOLLY, 1998, pp. 253-254; LE BOHEC, 2006, pp. 24-25.

[2193] RICHARDOT, 2001, p. 293: Os Romanos sempre usaram auxiliares, mas, de acordo com Tácito, eram tradicionalmente cautelosos "com exércitos dissonantes tanto na linguagem quanto nos costumes" (TAC. *H*. 2.37). O uso de mercenários bárbaros aumentou desde o século III. O historiador Aurélio Victor relata que, em 260, o usurpador Póstumo, "que então estava à frente dos bárbaros na Gália, tomou o poder" (AVR. VICT. *Cae.* 33.8). Constantino, na Batalha da Ponte Mílvia, em 312, teria liderado, segundo Zósimo, um exército composto por Alemães, Gauleses e Bretões (ZOZ. 2.5.1).

destes, assinaláveis traições ao Império[2194], as novas estruturas defensivas de delimitadores e de palatino-comitatenses levou a uma descaracterização do antigo sistema militar romano.

A massiva integração destes efetivos levou a uma progressiva aproximação ao seu tipo de conceções militares, provocando uma desvirtuação dos antigos modelos bélicos romanos, levando a que estes não mais tivessem condições de prover as cada vez mais prementes necessidades de defesa.

A inevitável aproximação à técnica de combate destes povos, bem como a toda a sua conceção de guerra, minou pela base a força dos antigos fundamentos do sistema estratégico romano, ao encarar-se a guerra com uma sobrevalorização de contingentes de tropas montadas e o enfraquecimento do robusto modelo da infantaria pesada[2195].

A dinâmica parede de escudos, que era a peça essencial do sistema de combate romano, viu-se assim definitivamente perdida pela profusa utilização de espadas de grandes dimensões, que não permitia aquele tipo de organização tática por exigir muito mais espaço para o seu manuseamento[2196]. A considerável distância que era necessário observar então entre os soldados romanos devido à utilização de grandes lâminas era incompatível com a formação cerrada que era peculiar da infantaria pesada da legião e um tal constrangimento inviabilizava a composição da versátil parede de escudos. O soldado romano passou a ter de lutar sem a segurança e a estreita cooperação dos seus companheiros laterais e foi, assim, forçado a lutar com o mesmo tipo de modelo tático individualizado que era característico dos guerreiros germânicos. A espata[2197] não só levou a que os golpes deixassem de assumir preferencialmente a forma de estocadas com que os soldados romanos eliminavam os seus

---

2194 AMM. 14.10.7-8; RICHARDOT, 2001, pp. 179, 186, 294, 299 (a traição existe, mas não tem a forma de complot).

2195 RICHARDOT, 2001, p. 263. A infantaria do século IV abandonou o gládio (*gladius*) e o dardo pesado (*pilum*) que caracterizava o legionário. Ela adotou as armas ofensivas dos auxiliares: a espada longa (*spatha*) e a lança (*hasta*) (TAC. *Ann.* 12.35). A espata permite atingir o inimigo a uma maior distância, proporcionando golpes cortantes que ferem, mas raramente matam (VEG. 3.14). O golpe cortante (martelo) tem o defeito de fazer mossas ou de torcer as lâminas (AMM. 16.12.52,54). Caso o espaço seja reduzido durante a refrega, não existe espaço para atacar (AMM. 31.13.2). A espata é, em última análise, menos eficaz do que o antigo gládio, uma arma própria para estocadas de proximidade, que requerem domínio técnico superior (VEG. 1.11-12).

2196 BISHOP; DENNIS, 2016, p. 48.

2197 A espata (*spatha*), que era uma lâmina bigúmea de grandes dimensões, usada desde há muito pela cavalaria romana e que podia atingir os 90 cm de comprimento, passou, a partir de meados do século III, a impor-se como a principal arma da infantaria pesada romana. O seu tamanho, bem como o seu peso, terá necessariamente forçado a uma mudança radical no perfil de combate do legionário e, por consequência, na coesão da formação da infantaria pesada romana, obliterando grande parte da sua qualidade tática. RICHARDOT, 2001, p. 241; GOLDSWORTHY, 2003, p. 138; BISHOP; DENNIS, 2016, pp. 6, 28, 37, 48, 74-75.

adversários, como estes deixaram também de estar protegidos pelo poderoso sistema de entreajuda proporcionado pela parede de escudos[2198].

Assim, forçado ao desgaste de encetar constantes combates individualizados, o legionário via-se na necessidade de manusear a sua espada do mesmo modo que a generalidade dos seus adversários, investindo em golpes de martelo ou de foice que lhe faziam perder muito da sua anterior capacidade de combate[2199], nomeadamente ao ser confrontado com inimigos que possuíam cada vez mais fortes materiais de couraçamento.

Sob tais condicionalismos práticos, ver-se-iam também postos em causa, não só o importante sistema romano de substituição permanente dos soldados mais exaustos da parede de escudos, recurso tático que fornecia um refrescamento fundamental e a permanente capacidade ofensiva, como tudo levará a crer que se deve ter também alienado o tradicional mecanismo de retirada organizada do campo de batalha dos homens feridos com gravidade[2200].

Estes recursos táticos que, desde há muito, eram duas extraordinárias ferramentas de combate praticamente exclusivas da infantaria pesada viram-se assim gravemente comprometidos, fazendo com que os principais mecanismos que garantiam o consagrado sistema de proteção e segurança do soldado romano tivessem desaparecido. Os recursos táticos da estrutura da legião que tão inteligentemente mitigavam a extrema dificuldade que um soldado experimentava no momento em que chegava a sua vez de lutar na parede de escudos não tinham condições práticas de ser realizados. Para tal, era fundamental que se mantivesse a capacidade de organizar esta dinâmica de operações dentro de um espaço delimitado, o que se perdeu quando desapareceu a parede de escudos. A delimitação espacial que a legião havia conseguido impor no terreno mediante aquela formação tinha sido um dos principais trunfos táticos, afirmando durante o confronto um "fora" e um "dentro" que lhe permitia gerir no seu interior este tipo de recursos que garantiam uma constante renovação da sua capacidade de ataque.

Este tipo de combate, sem coordenação lateral com os companheiros, não causaria, no entanto, nenhuma estranheza para os elementos germânicos que tinham passado a integrar

---

[2198] Sobre o processo de funcionamento da parede de escudos na orgânica do exército romano, consultar os capítulos: 4.4.2., 6.3.2. e 6.3.4.

[2199] Sobre os diferentes tipos de golpes que é possível realizar com uma lâmina do tipo espada, nomeadamente os golpes do tipo martelo, os do tipo foice e os do tipo estocada, consultar o capítulo 7.4.

[2200] Sobre o sistema de substituição dos soldados, o refrescamento das unidades e a retirada e assistência dos feridos consultar os capítulos: 4.2.2. e 6.3.2.

as tropas romanas, atendendo a que este sempre tinha sido o seu modo idiossincrático de luta[2201].

É de admitir que a generalidade dos soldados germânicos que se alistavam no exército romano realizassem a sua aprendizagem militar básica ainda nos seus contextos sociais tribais, segundo os tradicionais modelos de combate em "ordem livre", privilegiando naturalmente um perfil de luta individualizado[2202].

Nestas condições, a posse de uma lâmina de grandes dimensões parecer-lhes-ia ser um aspeto fundamental, fazendo com que o soldado germânico não tivesse a capacidade de compreender, nem sequer de assimilar as vantagens proporcionadas pela parede de escudos, principal mecanismo tático que sempre fora o pilar estrutural da infantaria romana.

Imagem 101 - Um soldado romano no início do século III. Este legionário ainda usa um escudo retangular e curvo (*scutum*), embora os novos escudos ovais planos já estivessem em uso. Usa a espada à esquerda, bem como couraça e capacete de metal. O seu equipamento é basicamente semelhante ao do legionário do primeiro século. [in FERRILL, 1986, p. 48]

A conceção de guerra da generalidade dos povos da antiguidade, como era o caso dos Germânicos, e mesmo dos Gauleses, derivava de uma visão imediatista sobre o conjunto de recursos táticos e armamentísticos que poderiam garantir um bom desempenho individual.

Esta visão germânica era consentânea com a sua própria conceção do que era um combate, onde a lógica do confronto não comtemplava a possibilidade de qualquer tipo de entreajuda sistemática[2203], fazendo com que o grande tamanho das suas armas fosse um aspeto importante.

Nesta perspetiva, poderemos intuir com que espanto e incredulidade aceitaria um guerreiro com este perfil admitir a ideia de que entraria numa batalha munido apenas com uma lâmina do tamanho de uma simples adaga.

Poder-se-á mesmo admitir que, embora seja bastante impreciso o conhecimento que temos da regularidade do treino das tropas romanas nesta cronologia, o perfil psicológico e o próprio biótipo de grande envergadura física que era característico dos guerreiros germânicos, os deveria levar a uma natural preferência

[2201] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 14-16, 23-26.
[2202] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 30-32.
[2203] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, p. 31.

por um tipo de combate em que tivessem a oportunidade de demonstrar as suas competências militares individuais[2204]. Deveremos recordar, a esse propósito, a valorização de tais características viris no seu próprio contexto social étnico, não só perante os companheiros de armas, mas sobretudo enquanto estas se pudessem constituir como exibição de coragem e força perante o universo tribal feminino, nomeadamente numa fase juvenil, em que muitos despertavam para tais questões.

O metódico tipo de treino e aprendizagem típico dos Romanos, realizado com espadas de madeira em que enfrentavam inertes postes de madeira, deveria constituir-se para estes soldados como uma demonstração quase infantil das suas capacidades bélicas[2205], isto para além da possível incompreensão quanto à necessidade de manter uma rigorosa disciplina diária em épocas em que não se encontravam em estado de guerra. A sua mundividência desta, proporcionada pela sua própria cultura marcial e mesmo pelas conceções religiosas pagãs, eivada de histórias de deuses e heróis viris que defrontam os seus adversários em vigorosos confrontos individuais, deveriam obstaculizar a que estes soldados pudessem realizar uma verdadeira adesão aos modelos romanos, minando pela base as antigas estruturas táticas e organizativas da sua máquina militar.

Também o característico *pilum* romano, que era a importante arma de arremesso com que a infantaria pesada romana iniciava habitualmente a sua ofensiva ainda antes do contacto direto com o exército adversário, foi progressivamente substituído pela ligeira *lancea*, que, apesar de ser um pequeno dardo de arremesso, era muito menos eficaz[2206]. Devido ao seu pequeno tamanho e peso, o que permitia que um soldado romano transportasse quatro ou cinco exemplares no início da batalha, a *lancea* tinha poucas condições de penetrar no couraçamento inimigo, o que não lhe possibilitava emular a brutal vaga de morte e desânimo que os antigos pilos garantiam, nem sequer estorvar a utilização dos escudos dos adversários, ao ficar cravada neles.

Dever-se-á igualmente ter em atenção que, embora muitos destes povos germânicos tivessem já abraçado o cristianismo, ou se encontrassem em processos de conversão e cuja mensagem pacifista poderia ter tido alguma repercussão nas suas conceções militares, a guerra continuava a ser um aspeto fundamental do universo masculino germânico. Uma mudança de mentalidades quanto à fraternidade entre os homens, deixando de encarar a guerra como uma atividade vital para a sociedade germânica, iria exigir muito mais tempo

[2204] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 23-24.
[2205] GOLDSWORTHY, 2003, p. 82.
[2206] MACDOWALL, 1994, pp. 11, 60; LE BOHEC, 2006, pp. 90, 109; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 273.

para se afirmar, mantendo-se bem viva em períodos de conflito todo o ideário belicista que fazia parte das suas tradições seculares. Não será, assim, sem razão que podemos encontrar a continuação de uma permanente conflitualidade, não só entre estas tribos, como uma vigorosa senha contra o Império, nomeadamente quando estava em causa a defesa dos seus territórios ou a segurança das suas comunidades[2207]. Apesar de cristianizados, podemos identificar durante o século III e IV uma vigorosa conflitualidade contra o Império, com tribos tão importantes como os Godos, os Vândalos, os Francos, os Burgúndios, a encetarem violentos e prolongados confrontos contra o exército romano. O próprio arianismo, ramo teológico onde a generalidade destes povos se inseria, foi, a partir do Concílio de Nicéia, em 325, considerado nas estruturas religiosas do Império como uma grave heresia digna de perseguição e banimento[2208]. Assim, a intransigência religiosa de bispos e clérigos da vasta rede de autoridades religiosas do Império não soube promover uma aproximação a conceções não belicistas e, pelo contrário, acentuou ainda mais a ojeriza mútua[2209].

11.2. Novas Conceções da Orgânica Defensiva

11.2.1. Os Pródromos das Reformas do Exército com Septímio Severo

O desaparecimento dos contingentes de tropas auxiliares não foi a única transformação significativa vivida pelo exército romano a partir de finais do século II. Terão sido três os imperadores que mais contribuíram com as suas reformas para marcar um novo tempo para a máquina militar romana, tendo começado com Septímio Severo e estendendo-se mais tarde a Diocleciano e a Constantino I, o Grande.

[2207] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 3, 5-7.

[2208] BARNES, 2014, pp. 120-126.

[2209] Apesar de se poder compreender a vontade de Constantino, o Grande, de unificar através do Concílio de Nicéia as estruturas religiosas do Império e estabelecer um culto universal que pudesse unir ritual e espiritualmente as populações romanas, poder-se-á considerar que o estatuto de heresia banível com excomunhão dos devotos do arianismo foi por ventura uma medida demasiado radical e em nada contribuiu para uma pacificação generalizada. Mesmo dentro do Império existiam muitos arianos que se viam assim banidos do corpo da igreja apenas por não aceitarem que a substância de Deus Pai não era a mesma de Deus Filho, questão que deveria ter recebido mais tolerância perante o difícil estado de coisas que grassava no Império. Será de admitir que a partilha de valores cristãos entre as populações romanas e as comunidades germânicas era um valor bem mais importante do que atribuir a uma problemática teológica tão específica, e possivelmente incompreendida nas suas consequências pela grande maioria das partes desavindas, do que marcar a ferro e fogo uma posição de carácter tão intransigente. BARNES, 2014, pp. 120-122.

Septímio Severo fundou uma nova dinastia quando alcançou o trono imperial no ano de 193[2210] e logo se apercebeu da vital importância que teria a realização de transformações no exército para a defesa do Império e para a sua própria manutenção do poder[2211], tendo adotado várias medidas que inauguraram uma nova orgânica administrativa para os militares[2212].

Embora a estrutura do exército e a dinâmica estratégica, tal como a tinha concebido Augusto, ainda se revelasse bastante eficaz, o progressivo aumento das incursões das tribos germânicas nas áreas fronteiriças do Império exigia uma decidida intervenção. As insuficiências não eram ainda de carácter qualitativo, já que as tropas romanas não se mostravam ineficazes do ponto de vista da sua capacidade bélica, mas antes no que dizia respeito à quantidade dos seus efetivos.

Era necessário mais homens para o exército e a única forma de o conseguir seria introduzindo uma franca melhoria nas condições proporcionadas pelas carreiras militares, pois o poder, tal como Septímio Severo advertiu os seus filhos Caracala e Geta, é sustentado pelas legiões e por isso se deve fazer de tudo para estar de boas relações com elas[2213].

Assim, poder-se-á dizer que as reformas de Septímio Severo não afetaram tanto o perfil da estratégia fronteiriça, que mantinha no essencial o antigo sistema defensivo, mas com a introdução de reformas administrativas que permitiram capitalizar muito mais recursos humanos[2214].

Para combater o défice de efetivos, o imperador lançou uma série de medidas orientadas para uma melhoria das condições do serviço militar com o objetivo de o tornar mais atrativo tanto para os soldados rasos como para os altos quadros de comando. Com este intuito, Septímio aumentou substancialmente o respetivo soldo[2215] e eliminou a proibição de criar associações de soldados, bem como as antigas restrições que os proibiam de praticar atividades mercantis. Ainda os libertou da proibição de se dedicarem ao cultivo da terra nos

---

[2210] GOLDSWORTHY, 2003, p. 11; CAMPBELL, 2005, pp. 1-14; LE BOHEC, 2006, p. 16; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 92.

[2211] CAMPBELL, 2005, p. 5.

[2212] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 94-95.

[2213] Segundo Adrian Goldsworthy, a 4 de fevereiro de 211, Septímio Severo, de sessenta e cinco anos, morreu em Ebóraco (atual Iorque) e os seus dois filhos herdaram conjuntamente o trono. Diz-se que o último conselho de Severo aos seus filhos foi simples: «[…] Vivam em harmonia, enriqueçam os soldados, e desprezem todos os outros. […]» GOLDSWORTHY, 2010a, p. 96; D.C. 77.17.4.

[2214] CAMPBELL, 2005, pp. 9-14; GONÇALVES, 2020, pp. 236-242.

[2215] GOLDSWORTHY, 2005, p. 94: «[…] A finales del siglo I, Domiciano incrementó la paga legionaria hasta los 300 *denarii* (o 12 *aurei*), probablemente añadiendo un cuarto *stipendia*. Solo un siglo más tarde, Septimio Severo amplió la paga una vez más, quizás hasta 450 *denarii*, al parecer de nuevo repartidos en tres *stipendia*. […]»

arredores dos acampamentos, autorizando também o matrimónio para aqueles que estavam ainda em serviço, além de ter consentido a incorporação de militares na administração civil[2216]. Tais melhorias na condição de vida dos soldados obtiveram uma imensa adesão e geraram um considerável aumento nos alistamentos.

No entanto, tais medidas gerariam uma euforia social que abriu a porta a uma militarização generalizada da própria sociedade civil que acabaria por tornar os trabalhos ligados ao exército um dos principais centros de atenção da sua atividade quotidiana.

11.2.2. Elementos Estruturais da Reforma Militar de Diocleciano

Na reforma militar levada a cabo no Baixo-Império por Diocleciano, encontramos um grande investimento na criação de um vasto conjunto de tropas fronteiriças de mobilidade reduzida com o estatuto de delimitadores cuja função era fornecer de forma permanente uma defesa básica do tipo impeditivo ao longo de todo o *limes*.

Embora possivelmente Diocleciano pudesse ter tido a intenção de reorganizar as legiões tendo como modelo as que existiam até ao século III, nomeadamente no que concerne ao número de efetivos e ao seu desempenho tático, tal intenção muito dificilmente seria compaginável em termos de cifras com os recursos do Império depois do desgaste resultante do conturbado período de anarquia militar[2217].

No entanto, são conhecidas 31 legiões do Alto-Império[2218] que ainda subsistiam no tempo de Diocleciano[2219], parecendo certo que na fase inicial do Principado deste imperador terão sido aumentadas para cerca de 51, o que implicaria que se o seu modelo ainda fosse o clássico de 5.000 soldados, faria com que o seu quantitativo total só de efetivos regulares se aproximasse dos 250.000, o que se poderá considerar como a cifra máxima que seria possível admitir-se para uma fase tão problemática como era o final do século III.

[2216] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 102-103.

[2217] O período entre 235 e 284 ficou conhecido como "crise do III século", bem como da "anarquia militar". LE BOHEC, 2006, p. 26; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 181-200; TEIXEIRA, 2020, pp. 248-283.

[2218] Será de se colocar em perspetiva qual seria o estado real de cada uma destas 31 legiões herdadas por Diocleciano, atendendo à permanente conflitualidade que se registou no período anterior. Não seria de estranhar que muitas destas legiões estivessem bastante diminuídas no número dos seus efetivos e, portanto, também na qualidade do seu desempenho tático, o que poderia já apontar para a tendência que se estabelece posteriormente de constituir um padrão de pequenas legiões com uma outra lógica de combate com números bastante inferiores às que encontrávamos no Alto-Império.

[2219] LE BOHEC, 2006, p. 18.

Se a esta cifra se pretender juntar os auxiliares habituais, atingir-se-ia a astronómica cifra de cerca de 500.000 soldados[2220], o que se configuraria como um nível de mobilização impensável imediatamente após as convulsões de um século tão problemático e com um tão elevado número de guerras civis.

Será, pois, de admitir que os corpos de auxiliares tenham sofrido uma substancial redução nos seus efetivos, atendendo inclusive à grande facilidade que então se verificava na passagem destes elementos para as tropas regulares. É possível que esta provável cedência de contingentes para suprir as necessidades do universo dos delimitadores possa ter contribuído para fomentar a tão característica circulação de destacamentos e vexilações que passamos a encontrar entre todas as estruturas do exército romano, procurando assim que os seus contingentes se pudessem adequar às necessidades de estabilização do *limes*, bem como à função dos corpos de auxiliares[2221].

No entanto, deveremos observar que, apesar de Diocleciano parecer um fervoroso adepto do sistema de defesa impeditiva proporcionado pelas grandes legiões, é precisamente este governante que promove, aparentemente de forma paradoxal, a criação de um novo tipo de sistema de proteção fronteiriça que se baseia no estabelecimento de contingentes locais fixos cuja função era vigiar e proteger o *limes* de pequenas incursões[2222]. Não será fácil determinar quais teriam sido as razões para esta opção de Diocleciano, bem como dos membros da tetrarquia que fundou, mas não seria de estranhar que esta pudesse ter sido o resultado do massivo recrutamento realizado, e em que o tempo de treino e disciplina de muitos dos seus recentes efetivos não tivesse condições para atingir os níveis de qualidade necessários para poderem protagonizar a eficaz criação de novas legiões segundo o modelo clássico. Além disso, mudanças importantes tinham-se dado em meados do século III, não

---

[2220] Arther Ferrill aponta para entre 400.000 e 500.000, FERRILL, 1986, p. 36; MacDowall refere "mais de 500.000", MACDOWALL, 1994, p. 8.

[2221] Os elementos que possuímos para caracterizar o tamanho, e sobretudo, a organização interna das unidades do Baixo-Império são extremamente escassas. No entanto as fontes que possuímos para uma tal avaliação dão-nos a impressão de que a sua grande maioria eram bastante exíguas e, sem dúvida, não possuíam já qualquer semelhança com a capacidade e tamanho das grandes legiões clássicas. A razão mais plausível que se poderá conjeturar para esta substancial redução é o aumento exponencial das exigências de acorrer à defesa do *limes*, provocado pelas constantes incursões simultâneas em vários pontos, como pudemos observar no quadro 6 da nossa análise do desenvolvimento da conflitualidade entre 251 e 300 (6º Bloco Cronológico – Tabela 16), no subcapítulo 10.6.6. Isto deverá ter levado a uma generalizada necessidade de dividir as legiões em coortes e destacamentos que, com o tempo, viriam a ficar com um estatuto mais autónomo e possivelmente se tornariam mesmo independentes. Não devemos perder de vista que estes números são estimativas, e segundo autores modernos como Adrian Goldsworthy, as escassas descrições que possuímos parecem sugerir até que cada unidade não teria condições de colocar mais de dois terços da totalidade dos seus efetivos ao mesmo tempo no terreno. GOLDSWORTHY, 2003, p. 206

[2222] MACDOWALL, 1994, pp. 3-4; MACDOWALL, 2002, p. 3.

só no que concerne ao aumento da importância do papel da cavalaria[2223], mas também na adoção generalizada da espata em substituição do gládio[2224], o que veio a enfraquecer, ou mesmo inviabilizar, a eficácia que possuía a parede de escudos típica da antiga infantaria pesada. Assim, será mesmo de admitir que, ante este panorama de transformação tática, Diocleciano tenha considerado que, antes de procurar restaurar um fraco sistema de defesa impeditiva baseado em fracas grandes legiões, seria melhor aplicar os novos elementos numa proteção básica junto das fronteiras, nomeadamente para poder proteger as populações romanas das crescentes incursões de bandos de salteadores e bandidos[2225].

Para enfrentar invasões de maior monta, protagonizadas por grandes contingentes de guerreiros, far-se-iam rápidas transferências de destacamentos e vexilações que auxiliariam os novos contingentes fixados regionalmente, a terem condições de os enfrentar[2226]. Enquanto estes reforços não se encontravam no terreno, os soldados regionais, conhecidos como delimitadores, dever-se-iam proteger em estruturas arquitetónicas militares próprias que deveriam estar preparadas para enfrentar assédios[2227].

Como se pode observar nos quadros da evolução da conflitualidade no *limes* inseridos neste trabalho, o aumento da confrontação durante o período em causa não só registou um aumento exponencial, como atingiu o paroxismo em termos de exigência bélica[2228].

Uma tal prática generalizada de circulação de contingentes poderá explicar, não apenas a lógica de formação do perfil das microlegiões[2229], mas também a posterior aceitação de tropas com funções táticas mais ecléticas e estatuto intermédio, como era o caso dos pseudocomitatenses[2230], que integravam elementos apeados provenientes de outros corpos congéneres que se associavam a tropas comitatenses, entendidas estas ainda possivelmente como grandes vexilações.

2223 MACDOWALL, 2002, pp. 4-6.
2224 MACDOWALL, 1994, p. 11.
2225 Será possível admitir-se que o baixo estatuto dos delimitadores, que aliás se veio mesmo a agravar progressivamente, poderia estar relacionado com esta massiva recruta que não teria permitido em muitos casos que estes soldados recebessem a formação militar mais sólida. No entanto, sabemos de casos em que estes terão sido bastante eficazes mesmo ante grandes contingentes de adversários, mas isso dependeria de muitos fatores como a sua própria coragem e determinação pessoal, bem como a qualidade dos seus duques. Note-se que o desempenho dos delimitadores poderia implicar inclusive a proteção das suas próprias famílias que se encontrariam na mesma área pois, já desde o tempo de Septímio Severo, que era permitido aos soldados romanos casarem e verem os seus filhos reconhecidos como cidadãos.
2226 GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.
2227 GOLDSWORTHY, 2003, pp. 206-207.
2228 Os quadros aqui referidos constituem o subcapítulo 10.6.: "Quadros da Atividade Militar do Exército Romano entre o Ano 1 e 450 d.C.".
2229 LE BOHEC, 2006, pp. 25-26
2230 GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

No entanto, é bem possível que as grandes legiões que ainda existiam acabassem mesmo por se ver forçadas a ter que ceder parte das suas coortes e alas de cavalaria em destacamentos e vexilações que pudessem completar ou reforçar em inúmeros pontos fronteiriços estas tropas fixas ou até mesmo outras legiões que tivessem ficado com números particularmente reduzidos de efetivos[2231].

O próprio processo de distribuição dos contingentes de delimitadores por toda a extensa área fronteiriça deverá ter sido bastante complexo, pois diferentes áreas do *limes* teriam exigências militares bastante distintas e os locais mais expostos a incursões germânicas ou persas necessitariam de um considerável número de soldados que só poderiam ser fornecidos pelas grandes legiões. Estas ficariam privadas de grande parte dos seus efetivos e, possivelmente, acabariam por se transformar em exemplares de dimensões reduzidas, o que as levaria a verem-se descaracterizadas do ponto de vista dos seus recursos táticos.

Uma legião com cerca de mil homens, como eram os números que são apontados para as designadas microlegiões, já não teria condições para apresentar um forte dispositivo tático, como era típico do seu antigo modelo [2232].

11.2.3. Elementos Estruturais da Reforma Militar de Constantino

Constantino, que se consagraria como imperador único a partir de 324[2233], preferiu introduzir um outro tipo de sistema defensivo baseado em consideráveis exércitos móveis de comitatenses[2234], de perfil dinâmico que implementaram uma defesa do tipo elástico e cujo papel estratégico era o de perseguir e expulsar quaisquer adversários que invadissem os territórios imperiais.

Este imperador também viria a criar algumas grandes legiões[2235], mas em número bem mais reduzido e o seu modelo tático garantidamente também já deveria ter um outro perfil, possivelmente organizado em função de contingentes de corpos montados de comitatenses[2236].

[2231] Para detalhes sobre a orgânica interna das tropas auxiliares e os destacamentos/*vexillationes* ver os subcapítulos 11.3.1 e 11.3.3 deste trabalho.
[2232] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 546; GOLDSWORTHY, 2003, p. 198.
[2233] LENSKI, 2007, pp. 75-77; BARNES, 2011, pp. 103-106.
[2234] LE BOHEC, 2006, pp. 35-36; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 544.
[2235] GOLDSWORTHY, 2003, p. 198.
[2236] GOLDSWORTHY, 2003, p. 202.

Embora Constantino também tenha implementado uma importante reforma na estrutura do exército romano, fê-lo, no entanto, num sentido bastante diferente de Diocleciano, tendo progressivamente entibiado o papel dos delimitadores e incrementado muito a dinâmica de intervenção baseada em corpos montados de comitatenses, organizando-os no que se poderia considerar como verdadeiros exércitos móveis [2237].

Zósimo, importante escritor de língua grega que nasceu no final do século V e se radicou em Constantinopla[2238], afirma na sua Nova História[2239]:

> «[…] And Constantine did something else which gave the barbarians unhindered access to the Roman empire. By the forethought of Diocletian, the frontiers of the empire everywhere were covered, as I have stated with cities, garrisons and fortifications which housed the whole army. Consequently, it was impossible for the barbarians to cross the frontier because they were confronted at every point by forces capable of resisting their attacks. Constantine destroyed this security by removing most of the troops from the frontiers and stationing them in cities which did not need assistance, thus both stripping of protection those being molested by the barbarians and subjecting the cities left alone by them to the outrages of the soldiers, so that henceforth most have become deserted. Moreover, he enervated the troops by allowing them to devote themselves to shows and luxuries. In plain terms, Constantine was the origin and beginning of the present destruction of the empire. […]».

Com a ascensão de Constantino o sistema fronteiriço de defesa dos delimitadores entrou de imediato em declínio, pois não possuímos registo de qualquer tipo de atividade destes no seu Principado[2240].

Esta mudança radical no paradigma de defesa só poderá ter resultado de uma importante decisão estratégica do imperador que não será clara nas suas razões, atendendo a que a estrutura dos delimitadores já estava montada, quer em comando, quer nas suas estruturas arquitetónicas de defesa e esta garantia uma proteção fronteiriça básica às populações romanas.

Talvez se possa admitir que Constantino, que passou grande parte da sua vida a ser forçado a enfrentar lutas contra inúmeros opositores até se ter conseguido impor como único imperador, tivesse adquirido um receio irracional de não possuir o controlo direto dos

---

[2237] FERRILL, 1986, p. 49.

[2238] É possível que Zósimo pudesse ter uma boa perceção do que era a realidade militar e administrativa do Império, visto que este escritor, detentor de vasta cultura que era amplamente reconhecida na sua época, exercia inclusive cargos militares, tendo mesmo chegado a ser um conde (*comes*).

[2239] ZOS. 2.34.

[2240] FERRILL, 1986, p. 49.

delimitadores, que não só constituíam a maior parte do exército romano, como muitos dos seus corpos se encontrariam inevitavelmente muito distantes da sua posição.

É possível que o imperador avaliasse tais condicionalismos como passíveis de proporcionar novas tentativas de usurpação, sabendo que tinha o desagrado de uma vasta plêiade de nobres romanos que não viam com bons olhos algumas das suas medidas[2241], nomeadamente no âmbito religioso.

No entanto, os comandos dos delimitadores e das microlegiões, que estavam já desde Diocleciano nas mãos de centenas de duques e condes, dificilmente teriam condições de conseguir organizar um apoio simultâneo que pudesse dar respaldo militar a uma qualquer tentativa de usurpação do poder sem que a máquina administrativa do Império tivesse notícia de tais movimentações[2242].

Note-se, em favor desta possibilidade, que uma das prementes preocupações da reforma de Constantino incidiu sobre o alto comando do exército, procurando igualmente anular a possível ameaça de usurpação que era protagonizada pelo grande poder militar que detinham então os prefeitos do pretório[2243].

Em primeiro lugar, Constantino guardou para si o poder judicial dentro do seu tribunal de apelo, tendo-o colocado hierarquicamente acima das competências dos vigários, libertando o comando militar no terreno essencialmente para os inúmeros oficiais que possuíam experiência marcial e que possuíam o título de mestres das milícias (*magistri militum*)[2244].

O imperador fez assim colocar em cada uma das três grandes regiões em que estava dividida a organização militar do Império, um mestre da cavalaria e um mestre da infantaria que lhe respondiam diretamente, enquanto as províncias fronteiriças continuaram simplesmente sob o comando dos duques[2245], como estava estabelecido desde o tempo de Diocleciano[2246].

Os exércitos provinciais fora das regiões que confinavam com o *limes* ou que se encontravam em áreas menos problemáticas, como os territórios africanos ou Hispânicos,

---

[2241] DIAS, 2020, pp. 349-352.
[2242] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.
[2243] LE BOHEC, 2006, p. 36.
[2244] LE BOHEC, 2006, p. 36.
[2245] Como diz Adrian Goldsworthy, não é possível determinar com rigor como funcionava a articulação entre os comandos de comitatenses e delimitadores, mas tudo parece indicar que os primeiros obedeceriam a ordens diretas do imperador ou dos seus principais oficiais, enquanto os segundos estariam sob o comando do duque que tivesse a responsabilidade militar por essa província. GOLDSWORTHY, 2003, p. 202.
[2246] LE BOHEC, 2006, p. 36.

por exemplo, foram colocados sob as ordens de oficiais de menor graduação com o título de condes[2247].

Para constituir os seus corpos de comitatenses e palatinos, Constantino recorreu ao recrutamento massivo de Germânicos, o que não só diminuiria o número potencial de invasores, como dotaria o Império de melhores elementos para a sua defesa.

O imperador tentou cativá-los, procurando dar-lhes uma plena integração nas estruturas militares ao dar-lhes as mesmas regalias que usufruíam os soldados veteranos, tal como era a atribuição de bons salários, carreiras militares, direitos de alimentação e ainda a esperança de virem a obter boas reformas após o seu período de serviço.

A Tábua de Brigetio, encontrada na Panónia e datada de 311, confirma a atribuição de todas estas regalias aos Germânicos e no Código Teodosiano podemos ler que era dada uma dispensa de pagamento de imposto (*capitatio*) aos membros das unidades de elite, durante o tempo de serviço[2248].

Note-se que toda a estrutura hierárquica tradicional que regulava o aparelho militar foi sendo alterada durante o final do século III e ao longo do IV, e os comandantes das unidades passaram a deter um conjunto de títulos que nem sempre seguiam um padrão fixo quanto às suas atribuições. É, pois, difícil determos uma compreensão precisa das funções e competências destes oficiais, como é, por exemplo, o cargo de *praepositus*, que inicialmente designava um oficial colocado temporariamente no comando de uma outra unidade, mas que posteriormente se veio a tornar um título de carácter permanente com contornos indefinidos. Até mesmo muitos dos prefeitos e tribunos aparecem nas fontes frequentemente como simples comandantes de unidades, mas posteriormente verificamos que esses cargos nos surgem com uma ampla gama de responsabilidades e, por vezes, alguns destes também são designados por *praepositi*, tornando muito difícil uma avaliação de quais poderiam ser as diferenças entre as suas competências. Encontramos mesmo, até num nível inferior, cargos com intrigantes títulos de *primicerius* ou "senador menor", aos quais as fontes nem sequer se referem claramente, inviabilizando uma perceção de quais eram as suas funções [2249]. Segundo Vegécio, em cada unidade poderia haver oficiais ducenários (*ducenarii*) que comandariam 200 soldados e ainda os centenários (*centenarii*), que seriam possivelmente comandantes de subunidades que tinham a seu cargo 100 homens[2250].

[2247] LE BOHEC, 2006, p. 36.
[2248] LE BOHEC, 2006, p. 37.
[2249] GOLDSWORTHY, 2003, p. 202.
[2250] VEG. 2.8.

Poucas condições de usurpação teriam assim os seus putativos adversários, pois Constantino foi sempre um excelente comandante militar, como aliás se pode constatar do seu enorme palmarés de vitórias contra vários contendores nomeadamente pela enorme superioridade estratégica exibida nas lutas contra os coimperadores que resultaram do caos tetrárquico, especialmente Maxêncio e Licínio. Lembremos que o filho de Constâncio Cloro conseguiu derrotá-los consecutivamente em todas as batalhas, mesmo naquelas em que se encontrava em clara inferioridade numérica[2251].

Estamos assim em crer, como procuraremos demonstrar nos subcapítulos 14.2., 14.7. e 14.8., que Constantino teria realizado a sua grande reforma militar por estar psiquicamente condicionado por um vasto conjunto de vivências pessoais que o teriam forçado a ter de se impor em difíceis contextos políticos e familiares e que possivelmente o terão levado a desenvolver um quadro pistantrofóbico, cujo principal sintoma é o de manifestar uma generalizada desconfiança.

No entanto dever-se-á ter em atenção que o desinvestimento do imperador na manutenção da orgânica dos delimitadores não terá feito desaparecer de imediato os principais pontos fortificados que já faziam parte do património fronteiriço romano na defesa do *limes*[2252], pois tudo indica que estes se deverão ter mantido com guarnições.

Seria impossível que o exército romano sequer admitisse fazer o abandono das principais fortificações que faziam parte do acervo defensivo dos delimitadores, não só porque, sendo elas estruturas perto das fronteiras, seriam rapidamente tomadas por Germânicos ou Persas, bem como porque passaram a servir como pontos de apoio logístico para os corpos de palatino-comitatenses que se tornaram responsáveis pela defesa elástica própria do modelo constantiniano. Assim, o mais provável é que se tenham reduzido progressivamente as responsabilidades de vigia e proteção fornecida pelos antigos corpos de delimitadores, não sendo assim forçados a estabelecer um cordão militar permanente ao longo de toda a fronteira. Isto permitia que estes se pudessem manter essencialmente no interior das suas fortificações sem terem que percorrer com regularidade, quer por terra, quer por barco, as dezenas de

[2251] Durante a Guerra Civil entre os imperadores romanos Constantino, o Grande (r. 306–337) e Maxêncio (r. 306–312) o cerco de Segúsio (atual Susa, Itália), na primavera de 312, foi a primeira das batalhas ocorridas na Península Itálica naquele ano, todas elas vitórias de Constantino. Com a tomada da cidade, após um breve cerco, o imperador vitorioso prosseguiu marcha pelo interior peninsular até se encontrar com uma força de Maxêncio acampada nas imediações de Augusta dos Taurinos (atual Turim), tendo aí ocorrido uma batalha na qual Constantino consegue nova vitória. Após alguns outros recontros (Bréscia e Verona, ambas no verão de 312) Maxêncio foi derrotado por Constantino na decisiva Batalha da Ponte Mílvia, em 28 de outubro de 312. BARNES, 2011, pp. 81-83. A Batalha de Cíbalas (em latim: *Cibalae*, atual Vinkovci, Croácia) foi travada durante a Guerra Civil entre as forças dos imperadores romanos Constantino I (r. 306–337) e Licínio (r. 308–324), em 8 de outubro de 314 ou 316. O local da batalha situava-se aproximadamente 350 quilómetros dentro do território de Licínio, tendo Constantino tido uma vitória retumbante, apesar de estar em menor número. Licínio foi sucessivamente vencido por Constantino até às Batalhas de Adrianopla, a 3 de julho de 324, e de Crisópolis a 18 de setembro do mesmo ano. BARNES, 2011, pp. 103-106.

[2252] RICHARDOT, 2001, pp. 132-133.

quilómetros que anteriormente estavam sob a sua estrita responsabilidade. É, pois, de admitir que as tropas que encheram as cidades de que nos fala Zósimo, onde passariam até a ter uma vida mais confortável e com menos exigências marciais, resultassem do abandono de alguns dos antigos pontos de vigia como eram as torres de observação, onde havia pequenas guarnições.

Note-se que, até ao início do século III, o vigor marcial das grandes legiões romanas era tão patente que não tinham necessidade de lutar entrincheiradas nas muralhas de quaisquer fortificações, preferindo até deixá-las para vir enfrentar o inimigo em campo aberto. No século IV, o panorama militar romano tinha mudado tanto que a defesa era realizada por pequenos grupos das guarnições de fronteira que tentavam manter as suas posições bem fortificadas no alto de morros disparando sobre o inimigo com uma parafernália de máquinas[2253]. Estas, que tinham servido no passado para esmagar o inimigo como artilharia no campo de batalha ou para a realização dos eficazes cercos romanos, passariam então, no tempo de Constantino a servir em grande medida para enfrentar os potenciais cercos que os invasores realizassem aos seus redutos fortificados. Um tal tipo de defesa, com o recurso das máquinas em sistema de contra cerco no século IV, quase só seria realmente necessário para enfrentar os Sassânidas na fronteira oriental contra as forças persas, pois as incursões das tribos germânicas, no *limes* reno-danubiano, nunca viriam a exibir tais competências. Curiosamente, esta capacidade de uma profusa utilização das máquinas viria a ser desenvolvida no século V pelos Hunos que, deveremos admitir, por serem um povo de cavaleiros e de matriz nómada viriam a ser o povo de quem menos seria espectável o desenvolvimento de tal tipo de competências, nomeadamente tendo conseguido atingir uma tal qualidade que se poderia dizer que viria a ombrear com a consagrada experiência romana neste quesito [2254].

Os corpos de infantaria que ainda se mantinham nesta fase, estavam organizados em microlegiões ou auxiliares palatinos, mas tudo indica que estes últimos apenas teriam surgido sob o Principado de Constantino, sendo assim eminentemente constituídos por elementos germânicos que teriam sido massivamente integrados no exército romano[2255].

[2253] GOLDSWORTHY, 2003, p. 207.

[2254] Dever-se-á salientar o enorme fenómeno que foi o imperador huno Átila, que no segundo quartel do século V conseguiu não só congregar sob o seu cetro a problemática diversidade das tribos hunas, como lhes imprimiu uma orgânica militar que em muitos aspetos ultrapassou em muito aquilo que seria plausível esperar para o contexto de tribos com este perfil. As competências de assédio que o imperador huno conseguiu imprimir aos seus guerreiros, com toda a complexa aprendizagem de construção e manuseamento que tal implica, são bem demonstrativas, não só da surpreendente dedicação dos seus homens, como também da compreensão da necessidade vital que tais recursos tinham no desempenho bélico. KENNEDY; KEEGAN, 2002, pp. 31-35; HEATHER, 2010, pp. 301-303; PETERSEN, 2013, pp. 46-48.

[2255] GOLDSWORTHY, 2003, p. 204.

Todos estes tipos de unidades são muitas vezes referidos nas nossas fontes com o termo vago de numerais (*numerii*), sendo possível admitir-se que os auxiliares palatinos, ao nível tático e armamentístico, poderiam, ainda no século IV, procurar ter algumas semelhanças com as coortes auxiliares que existiam no Principado.

Os melhores destacamentos e vexilações recebiam frequentemente o título de palatinos em vez de comitatenses, o que pretendia assinalar a sua qualidade, sendo-lhes atribuído muitas vezes os epítetos de seniores (*seniores*) e juniores (*iuniores*) segundo a sua antiguidade[2256].

Constantino, do ponto de vista estritamente militar, não parece ter seguido um programa reformador que tivesse sido pensado estritamente para dotar o exército romano dos mecanismos estratégicos que assegurassem um melhor desempenho em função da realidade marcial da sua época, procurando prevenir as constantes incursões germânicas e sassânidas nas fronteiras.

Se é admissível que os delimitadores não tivessem condições de enfrentar grandes investidas, estariam, no entanto, aptos para exercer vigilância e impedir as frequentes incursões com que os Germânicos procuravam saquear as populações nos territórios imperiais[2257].

Não parecendo sensível a este problema, Constantino, com a constituição de robustos exércitos móveis, dava uma clara primazia à defesa elástica, cuja estratégia era a de procurar ir ao encontro da horda invasora e eliminá-la.

No entanto, este tipo de defesa demoraria um tempo considerável a ser realizado devido à grande extensão dos territórios imperiais, facilitando as incursões de saque e deixando as populações à mercê dos ataques externos.

Como veremos no subcapítulo dedicado à especificidade tática dos comitatenses, que eram essencialmente contingentes montados, estes depariam com um conjunto de dificuldades de deslocação, especificidades operacionais e condicionalismos logísticas que tornariam o seu movimento demasiado lento para se poder considerar que fosse eficiente este modelo defensivo [2258].

É possível que outras preocupações se insinuassem com mais premência no espírito autocentrado de Constantino, nomeadamente a necessidade de uma unificação religiosa e a

[2256] GOLDSWORTHY, 2003, p. 204.
[2257] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.
[2258] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

centralização do poder numa nova capital universal para o Império, mais bem situada e esplendorosa.

Para concretizar tais objetivos, não só organizou o decisivo concílio de Nicéia, em 325[2259], estabelecendo o direito de culto da religião cristã e os preceitos universais do catolicismo, como também deu início a um megaprojeto construtivo em Bizâncio a que deu o nome de Constantinopla, com o intuito de dotar o Império de uma capital numa geografia mais adequada às necessidades militares e administrativas [2260].

Imagem 102 - A cidade de Constantinopla na *Notitia Dignitatum.* [in MACDOWALL, 1994, p. 47.]

Apesar de tudo, no âmbito estritamente militar Constantino também viria a introduzir várias inovações táticas importantes, levando a que se tornassem comuns entre os seus oficiais manobras que ele próprio tinha executado com sucesso.

Destas inovações táticas destacar-se-ia o famoso dispositivo em cunha com apoio rápido das alas, que executou na Batalha de Turim contra as tropas de Maxêncio, em 312. Segundo Yann Le Bohec, que se reporta ao relato do autor anónimo do Panegírico IX, Constantino organizou o seu ataque colocando as suas tropas em cunha (*cuneus*) e deixou uma forte reserva na sua retaguarda. Nesta manobra inovadora, fez avançar de forma particularmente lenta o seu centro que era constituído pelo vértice do triângulo que estaria mais exposto, enquanto ordenou que simultaneamente as duas alas que se tinham mantido recuadas, avançassem rapidamente pelos flancos do inimigo. Constantino conseguiu assim desorientar as tropas de Maxêncio pois, ao começar o combate, o seu exército já não só não estava formado em cunha, como apresentava um inovador recurso tático com três fortes centros de ataque.

A forte cavalaria blindada de Maxêncio, formada em grande parte por clibanários e que tinha antes recebido ordens do seu general para avançar sobre a formação em cunha, verificou com surpresa que, não só a manobra tática de Constantino tinha mudado repentinamente, como, se avançasse, seria atacada por inúmeros soldados equipados com grandes porretes com o objetivo de esmagar o seu formidável couraçamento e derrubar dos

[2259] BARNES, 2011, pp. 120-126.
[2260] BARNES, 2011, pp. 111-113.

cavalos. Estes não tinham até então sido percecionados pelas tropas de Maxêncio pois tinham-se mantido ocultos atrás das principais linhas constantinianas que repentinamente se abriram para lhes dar operacionalidade. A vitória de Constantino foi esmagadora, com as tropas de Maxêncio a entrarem em debandada ao verem-se ameaçadas pelo surpreendente recurso a soldados armados com mocas, para além de compreenderem que se encontravam simultaneamente em risco de ser cercados pelo avanço rápido das alas[2261].

Esta vitória foi fundamental para o futuro desenvolvimento da guerra entre estes dois contendores, permitindo a Constantino a importante conquista de Milão e passar a ter assim melhores condições para se atrever a descer até Roma onde viria definitivamente a derrotar Maxêncio na Batalha da Ponte Mílvia.

Constantino também deu muito relevo ao desenvolvimento dos recursos de artilharia e das competências de assédio e contra assédio, o que lhe fez dedicar-se pessoalmente a um minucioso estudo da poliorcética. Este imperador sempre tinha demonstrado um gosto muito particular pela leitura de obras militares, nomeadamente por aquelas dedicadas à construção e utilização de vários tipos de máquinas, tendo tido mesmo a capacidade para rentabilizar processos e técnicas de assalto[2262].

11.3. Dinâmica e Fragmentação Interna do Exército Romano

11.3.1. Articulação de Destacamentos no Contexto das Grandes Legiões

A articulação estratégica entre legiões, com reforço de destacamentos e vexilações, é algo que desde sempre podemos encontrar presente na estrutura dinâmica do exército romano. Problemáticas e inesperadas conjunturas militares levariam a que, desde o tempo da República, fosse necessário que se articulassem no terreno duas ou mais legiões, muitas vezes tendo até congregado o auxílio de reforços proporcionados por outro tipo de unidades.

Estes reforços circunstanciais eram proporcionados através do envio de coortes, destacamentos ou vexilações que poderiam ser suficientes para solucionar as dificuldades surgidas no terreno. Como seria natural numa estrutura militar de tão grande envergadura e tão dinamicamente espalhada ao longo de milhares de quilómetros, o intercâmbio de unidades de proximidade seria uma prática que não só seria recomendável, por agilizar o

[2261] LE BOHEC, 2006, pp. 30-31; BARNES, 2011, p. 81.
[2262] LE BOHEC, 2006, p. 37.

processo de auxílio, como também bastante importante para rapidamente poder suster as tentativas de violação do *limes*.

Encontramos facilmente, ao longo da história militar de Roma, inúmeros exemplos destas práticas o que demonstra que, embora o exército romano as tivesse convertido num elemento orgânico da própria estrutura do exército no Baixo-Império, elas tinham sido sempre uma realidade necessária na gestão do seu esforço militar.

Para uma tal análise poderemos compulsar o *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma*, de Julio Rodríguez González, e respigar vários exemplos em cronologias tão díspares como as que vão de Júlio César a Diocleciano:

A) Um exemplo claro de intercâmbio entre legiões como reforço e condições de forrageamento encontramos logo em Júlio César, na sua *Guerra das Gálias*, na terceira Batalha de Aduatuca, região conhecida hoje como Tongeren, na Bélgica, no ano de 53 a.C.[2263].

Nesta, a legião XIV teria sido mandada para o seu quartel de inverno pelo procônsul Júlio César, depois de já ter sido reconstruída porque sofrera muitas baixas na primeira Batalha de Aduatuca. Aqui, ficou encarregada de custodiar a bagagem de todo o exército das Gálias enquanto o procônsul investia com as suas restantes tropas e submetia os territórios adjacentes. Nestes, as fortalezas que aí existiam encontravam-se em bom estado, pois os Eburões, que tinham aniquilado a primeira legião, não se tinham ocupado em destruí-las. O legado Cícero repartiu cinco das suas novas coortes pelos arredores em missão de forrageamento, acompanhadas de um contingente de cavalaria e por trezentos soldados das outras legiões que tinham ficado doentes no acampamento da legião XIV e que agora, já convalescentes, se reintegravam ao serviço.

B) Vejamos o exemplo da Batalha de Bether em Israel em 135 d.C. durante a Segunda Guerra Judaica[2264]. Os Judeus tinham-se revoltado novamente contra Roma e conseguiram obter alguns sucessos iniciais, quando o imperador Adriano mandou reunir um forte exército que congregava tropas orientais e destacamentos de unidades ocidentais e confiou-o a Júlio Severo, que era então o governador da Britânia. Os Judeus pouco puderam fazer contra o poderio militar romano e em Bether, uma fortaleza localizada a 10 quilómetros a sudoeste de Jerusalém, estabeleceram o seu último bastião.

[2263] CAES. *Bell. Gall*. 6.32-33, 6.35, 6.36-41; GONZÁLEZ, 2005, *Advatvca* III, p. 19.
[2264] GONZÁLEZ, 2005, (*Bether*) p. 93.

Os efetivos romanos parecem ter sido três mil legionários de uma legião que não está identificada ou, como sugere H. Van de Weerd, poderiam ter sido mesmo os membros das vexilações das unidades mesianas. Estas poderiam ser a legião V Macedónica, a XI Cláudia e uma unidade de auxiliares, ou uma coorte de infantaria e uma ala de cavalaria. Após um longo cerco, em que a fome devastou os sitiados, os Romanos conquistaram a fortaleza e Simon bar Kochba, o líder da revolta, foi morto.

C) Veja-se outro exemplo da clara articulação entre legiões com destacamentos e vexilações, ocorrido na Batalha de Aquileia II, em Itália em 168 d.C., nas Guerras danubianas do imperador Marco Aurélio[2265].

Os Quados e Vitofalianos, liderados pelos Marcomanos do Rei Balomar, penetraram através das fronteiras da Récia e do Nórico e chegaram ao Norte da Itália depois de derrotarem os Romanos por duas vezes. Dirigiram-se para o mar Adriático, e cercaram a cidade itálica de Aquileia. No entanto, a sua inexperiência na guerra de cerco e a resistência das milícias cidadãs que rapidamente se organizaram nesta cidade, pois não havia aí guarnição regular, deram tempo às tropas romanas para socorrer a cidade e libertá-la, embora não tenham conseguido impedir que os bárbaros saqueassem a região. Balomar morreu durante as operações e os dois coimperadores, Marco Aurélio e Lúcio Vero, comandaram o exército de resgate. Entre as unidades romanas que participaram da campanha, foi possível identificar as legiões da II Pia, pouco depois renomeada como II *Italica*, que, juntamente com uma vexilação da legião II *Traiana* recém-chegada do Egito, formou um corpo de exército presumivelmente auxiliado pelas unidades auxiliares correspondentes que eram comandadas pelo legado Júlio Vero. Da mesma forma, a legião XIV Gemina, que estava na Itália nessa época, pois tinha sido transferida da Panónia Superior e era comandada pelo legado Sabiniano Júlio Hospes, também é muito provável que tenha participado das operações mencionadas.

D) Numa das batalhas romanas em Estrasburgo, ocorrida na segunda metade do ano de 185 d.C., um grande bando de desarraigados "malfeitores", como lhes chamou Herodiano, liderados pelo desertor Materno, atacou as posições da legião VIII Augusta e cercou-a, possivelmente na sua base em Argentorato, na Germânia Superior[2266].

[2265] GONZÁLEZ, 2005, (*Aqvilea* II) p. 52.
[2266] GONZÁLEZ, 2005, (*Argentorate* I) p. 60.

Os legionários conseguiram resistir ao cerco e os rebeldes retiraram-se, sendo possível que esta tenha sido forçada pelos reforços enviados para a área da Britânia que eram compostos por vexilações das três legiões então estacionadas naquela província: a II Augusta, a VI *Victrix* e a XX Valéria, talvez acompanhadas por unidades auxiliares e comandadas pelo legado da VI *Victrix*, Júnio Prisco Quintiliano. Estes corpos de exército teriam derrotado os sitiantes ou, é possível que a simples notícia de que estes se aproximavam os teria feito desistir do cerco.

E) Também encontramos mais exemplos de interajuda com destacamentos e vexilações na Guerra Persa em 297 d.C., na Batalha do rio Araxes situado na fronteira entre a Pérsia e o Azerbaijão[2267].

Após a humilhante derrota romana sofrida em Calínico, o augusto Diocleciano e o seu césar Galério prepararam meticulosamente uma contraofensiva, trazendo reforços da Dalmácia, das Panónias e das Mésias, que incluíam não apenas vexilações e auxiliares, mas contingentes de Sármatas recém-vencidos e alistados no exército romano[2268]. Alguns contingentes também chegariam do Egito, após ter sido liquidada a revolta de Aquileu e Domício Domiciano. O exército romano entrou na Arménia, território disputado entre Romanos e Persas durante séculos, ao qual se juntaria um contingente de cavalaria comandado por Tiridates III, rei da Arménia.

A arquitetura militar do Baixo-Império, com o estabelecimento de delimitadores e comitatenses, reforçaria ainda mais esta tendência de permanente interajuda, estabelecendo-se cada vez mais uma lógica de corpos que colaboravam entre si para permitirem enfrentar as dificuldades surgidas no terreno, numa conceção modular que pretendia ajustar a tipologia e o número de efetivos às necessidades práticas. Isto requereria que o sistema de comunicação entre estes corpos estivesse programado para aquela ser realizada com eficácia e rapidez, pois a disponibilidade e a velocidade de resposta teriam que ser feitas em tempo útil.

[2267] GONZÁLEZ, 2005, (*Araxes, flumen*) p. 56.

[2268] O exemplo, protagonizado por Diocleciano, que tem lugar em 297, já nos remete para o início da fase de transição para a estrutura militar característica do Baixo-Império, mas, apesar de já se ter iniciado o processo de estabelecimento de delimitadores, é possível que ainda se encontrassem no terreno legiões com maior dimensão do que aquelas de dimensão reduzida que se tornarão típicas depois desta fase. Recordemos que este imperador, apesar de ter encetado uma pronunciada reforma militar, ainda conserva alguma vontade de restaurar a competência estrutural do exército romano do Alto-Império. Além disso, uma reforma tão fundacional como a que terá sido iniciada por Diocleciano terá certamente demorado bastantes anos a estabelecer-se como a nova arquitetura prática nos seculares hábitos marciais romanos.

11.3.2. As Unidades Militares na Batalha de Adrianopla

Segundo o historiador Simon MacDowall, o melhor a que se poderá aspirar para uma identificação das unidades romanas em Adrianopla é remetermo-nos à possibilidade de aceitar várias conjeturas com algum grau de plausibilidade, procurando preencher as lacunas das unidades que estão omissas a partir da listagem que nos fornece a *Notitia Dignitatum*[2269].

Este autor refere que o exército presencial que encontramos pouco depois sob Teodósio com 21.000 soldados[2270], em 395, poderá servir como referência para ter uma estimativa, ainda que apenas aproximada, da composição do exército romano em Adrianopla[2271].

Imagem 103 - Representação de desenhos exibidos nos escudos de elementos da auxilia palatina servindo no segundo "exército em presença". O terceiro escudo da terceira linha pertencia provavelmente a uma unidade tervíngia, algumas destas unidades serviam no exército romano antes da batalha de Adrianopla. (*Notitia Dignitatum*) [in MACDOWALL, 1994, p. 23.]

Pouco antes da batalha, Valente encontrava-se no Oriente, enfrentando as investidas dos Sassânidas, fazendo com que seja plausível que o imperador tenha sido obrigado a dividir as suas tropas quando decidiu avançar para Ocidente para enfrentar a insubordinação dos Godos. Teria chegado com cerca de 15.000 homens e é de supor que muitas das suas unidades estivessem incompletas depois das campanhas contra os Persas[2272].

Assim, uma hipótese plausível da sua composição seria: 1.500 homens das escolas palatinas (*scholae*), 1.000 cavaleiros palatinos (*equites palatinae*), 1.500 cavaleiros comitatenses (*equites comitatenses*), 5.000 homens dos corpos palatinos (*legiones palatinae*) e 6.000 auxiliares palatinos (*auxilia palatinae*)[2273].

[2269] MACDOWALL, 2001, pp. 17-19, 25.
[2270] A *Notitia Dignitatum* mostra que, na ordem de batalha de Teodósio, em 395, este tinha dividido o exército em presença do imperador em duas forças de 21.000 homens cada, quando completas. MACDOWALL, 2001, p. 25.
[2271] MACDOWALL, 2001, pp. 19, 25-26.
[2272] MACDOWALL, 2001, p. 26.
[2273] MACDOWALL, 2001, p. 26.

Recorrendo à *Notitia Dignitatum* podemos discriminar as unidades do exército de Teodósio, salientando a negrito as que, quase de certeza, combateram em Adrianopla. O primeiro exército em presença do imperador é descrito em pormenor, uma vez que, seguramente seria o mais parecido com o exército que combateu em Adrianopla sob o comando de Valente[2274].

Escolas Palatinas do Oriente

Dada a presença do imperador era provável que pelo menos metade destas unidades se encontrasse em Adrianopla, o que nos permite conjeturar que estas seriam as listadas abaixo. O número máximo de efetivos que faziam parte de cada unidade era de 500 homens, em campanha provavelmente seria de 400.

Unidades de cavalaria pesada (***Scutarii Prima***) - É possível que tenha sido esta unidade, juntamente com a dos *Scutari Secunda*, que tenham dado o precipitado início a batalha.

Unidades de cavalaria pesada (***Scutarii Secunda***) - É possível que em Adrianopla estivessem várias unidades de cavalaria pesada.

Unidades de arqueiros a cavalo (***Scutarii Sagittarii***) - Unidades que estariam provavelmente munidos de armadura e que possivelmente teriam lutado anteriormente ao lado dos *scutarii*.

Unidades de cavalaria pesada (*Gentiles Seniores*) - Integrada originalmente por estrangeiros, o mais provável é que fossem já elementos recrutados entre os povos germânicos.

Unidades de clibanários[2275] (*Scutarii Clibanarii*)

Unidades de cavalaria pesada– (*Armaturae Iuniores*)

Unidades de cavalaria pesada (*Gentiles Iuniores*).

Primeiro Exército na Presença do Imperador (*Praesentalis* I), 395 d.C.

[2274] MACDOWALL, 2001, pp. 26-29.

[2275] Os clibanários eram cavaleiros fortemente couraçados com um perfil bastante similar aos catafratários, mas com uma armadura ainda mais robusta. Foram entre os Romanos uma tipologia de cavaleiros pesados cuja conceção tinha sido assimilada a partir de contingentes que eram característicos das tropas persas e que tinham a função tática de permitirem a realização de poderosas investidas montadas que não era o perfil habitual de cavalaria típico destes últimos. AMM. 16.10.8; BOHEC, 2006, p. 74; GOLDSWORTHY, 2010, p. 544.

Corpos de Cavalaria de Elite (***VexillationesPalatinae***) - O número máximo de efetivos que faziam parte de cada unidade era de 500 homens, em campanha provavelmente seria de 300.

Unidades de cavalaria pesada convencional (***Equites Promoti Seniores***)

Unidades comitatenses de cavalaria ligeira de arqueiros (***Comites Sagittarii Iuniores***). Sabemos que pelo menos uma unidade de arqueiros a cavalo deste tipo fazia parte das unidades na ala direita.

Unidades de Comitatenses Clibanários (*Comites Clibanarii*)

Corpos de Cavalaria (***Vexilationes Comitatenses***) - As unidades de cavalaria regulares seriam compostas por corpos de comitatenses cujo número máximo de efetivos por unidade era de 500 homens, mas em Adrianopla o seu número deveria ser menor, rondando possivelmente entre os 200 e 300 cavaleiros.

Unidades de cavalaria pesada convencional (***Equites Primi Scutarii***) - Pelo menos uma unidade de *scutarii* encontrava-se em Adrianopla, mas não se sabe se esta pertencia aos comitatenses ou aos palatinos

Unidades de cavalaria pesada convencional (***Equites Promoti Iuniores***)

Unidades de catafractários (*Equites Primi Clibanarii Parthi*)

Unidades de catafractários lanceiros (*Equites Catafractarii Biturigenses*)

Unidades de cavalaria pesada (*Equites Armigeri Seniores Gallicani*)

Unidades de cavalaria ligeira armados com dardos (*Equites Quinto Dalmatae*)

Unidades de cavalaria ligeira armados com dardos (*Equites Nono Dalmatae*)

Corpos Palatinos (***Legiones Palatinae***) - Unidades de microlegiões palatinas cujo número de efetivos por unidade seria de cerca de 1.000 homens ou um pouco mais, mas em Adrianopla é possível que o seu número de efetivos rondasse os 800 homens.

Unidades de infantaria pesada (***Lanciarii Seniores***) - Esta era a unidade de maior graduação de todo o exército, sendo composta por efetivos muito bem treinados. Estes constituíram-se como a última unidade a sucumbir em Adrianopla[2276].

Unidades de infantaria pesada (***Matiarii Iuniores***) - É possível que estas unidades tenham unido os seus esforços desesperados de resistência aos *lanciarii* na parte final da batalha.

[2276] Note-se o relevante papel que continuava a desempenhar a infantaria pesada, nomeadamente dos *Lanciarii Seniores*, que conseguiram resistir heroicamente durante mais tempo, enquanto todas as outras unidades já tinham sido desbaratadas ou colapsavam ante as investidas godas. Poder-se-á inferir assim o importante papel tático e a capacidade de combate que a organização disciplinada da infantaria pesada continuava a desempenhar.

Unidades de infantaria pesada (*Ioviani Iuniores*)

Unidades de infantaria pesada (*Herculiani Iuniores*)

Unidades de infantaria pesada (*Fortenses*)

Unidades de infantaria pesada (*Nervii*)

Auxiliares Palatinos (***Auxilia Palatina***) - As unidades auxiliares eram formadas por palatinos cujo número máximo de efetivos por unidade era de 500 homens, mas os seus contingentes em Adrianopla deveriam rondar entre os 300 a 400 homens[2277].

Unidades de infantaria pesada (***Batavi Seniores***) - Estas formavam a reserva tática e encontravam-se posicionadas na retaguarda em Adrianopla e terão dispersado sem lutar quando se aperceberam do descalabro em que tinha redundado o confronto com os Godos.

Unidades de arqueiros apeados (***Sagittarii Seniores Gallicani***)

Unidades de arqueiros apeados (***Sagittarii Iuniores Gallicani***)

Unidades de arqueiros apeados (***Tertii Sagittarii Valentis***) - Esta unidade teria sido até possivelmente constituída pelo imperador Valente[2278].

Unidades de infantaria pesada (*Brachiati Seniores*)

Unidades de infantaria pesada (*Salii*)

Unidades de infantaria pesada (*Constantiani*)

Unidades de infantaria pesada (*Mattiaci Seniores*)

Unidades de infantaria pesada (*Defensores*)

Unidades de infantaria pesada (*Raetobarii*)

Unidades de infantaria pesada (*Anglevarii*)

Unidades de infantaria pesada (*Hiberi*)

Todas as unidades que a seguir são referidas podem ter participado na Batalha de Adrianopla sem que, contudo, se tenha a certeza.

Segundo Exército na Presença do Imperador (*Praesentalis* II), 395 d.C.

Seis corpos palatinos (*Vexillationes Palatinae*) que possuíam uma unidade de arqueiros a cavalo e outra de clibanários.

[2277] Todas as unidades referentes ao exército de Teodósio que foram tomadas como referência para o cômputo das unidades em Adrianopla, e que sabemos que terão sido criados depois desta, foram omitidas.

[2278] Não há dúvida que em Adrianopla se encontravam várias unidades romanas de arqueiros apeados.

Seis corpos de comitatenses (*Vexillationes Comitatenses*) que incluíam três unidades de catafractários, duas de cavalaria pesada (*scutarii*) e uma de lançadores de dardos ligeiros (*dalmatae*).

Seis microegiões palatinas (*Legiones Palatinae*)[2279].

Dezasseis unidades de auxiliares palatinos (*Auxilia Palatina*), de entre as quais três eram de arqueiros[2280].

Imagem 104 - Representação de desenhos exibidos nos escudos de elementos da auxilia palatina servindo no "exército em presença" do Oriente, cerca de 395 d.C. À exceção das últimas cinco unidades, todas existiam à época da batalha de Adrianopla. (*Notitia Dignitatum*) [in MACDOWALL, 1994, p. 43]

Exército Regional do Oriente (baseado na Síria)

Dez corpos comitatenses.

Exército Regional da Trácia

Este exército era responsável pela defesa da Trácia e sofreu as principais investidas dos Godos durante os anos de 376 e 377. Assim é possível que as suas unidades estivessem com número de efetivos bastante reduzidos, e possivelmente poucas unidades teriam participado na Batalha de Adrianopla.

Sete unidades comitatenses (*Vexillationes Comitatenses*) – Uma foi criada depois de Adrianopla.

Vinte e uma microlegiões comitatenses (*Legiones Comitatenses*) - Três criadas possivelmente por Valente.

Exército Regional da Ilíria

Como acontece com várias outras formações, não temos a certeza da sua participação em Adrianopla, pois é possível que este exército tivesse sido formado apenas depois da batalha, admitindo-se que poderia ter sido para fazer frente a revolta de Alarico em 395. Este

[2279] Uma vez que Amiano Marcelino só fala dos *lanciarii* e dos *matiarii*, é impossível saber se se referia a estas unidades ou às suas equivalentes já referenciadas no primeiro exército. Também se desconhece se estas se dividiram em juniores e seniores só depois da Batalha de Adrianopla. AMM. 31.13.8.

[2280] A unidade romana de Cornudos (*cornuti*), a mesma que foi violentamente fustigada na Batalha de Dibalto (*Dibaltum*), surge ainda como uma possível presença na lista deste segundo exército de Valente. Esta batalha foi travada na Trácia, perto da cidade homónima, entre o exército romano que defrontou um conjunto de tribos godas, a que se tinham aliado Hunos e Alanos, precisamente no verão do ano anterior e se sagrou por uma vitória destes últimos. No entanto, será possível admitir-se que os sobreviventes desta unidade em Dibalto tivessem lutado em Adrianopla. AMM. 31.8.9-10. GONZÁLEZ, 2005, p. 173.

exército teria sido criado à pressa congregando um grande número de unidades de pseudocomitatenses recrutadas na fronteira danubiana para enfrentar a crise[2281]. É mesmo possível que algumas das unidades palatinas tivessem vindo do Ocidente com os comandantes Frigérido e Ricomero para lutar na campanha de 377 e que depois possam ter ficado estacionadas na Ilíria.

Duas unidades comitatenses (*Vexillationes Comitatenses*).

Uma microlegião palatina (*Legio Palatina*) conhecida como a dos Bretões (os *Britones Seniores*).

Oito microlegiões comitatenses (*Legiones Comitatenses*).

Seis unidades de auxiliares palatinos (*Auxilia Palatina*) - Nestes estavam incluídas não só uma unidade de arqueiros, como também os "*Petulantes Iuniores*", uma unidade subalterna dos "*Petulantes Seniores*" que em 377 tinham lutado contra os Alamanos na fronteira do Reno.

Corpos de Delimitadores (*Limitanei*)

É possível que existissem grupos de delimitadores, mas os números de efetivos para estas unidades são ainda mais difícil de determinar do que o das unidades do exército de campanha. Embora não saibamos quais poderiam ter sido chamados a participar em Adrianopla, nomeadamente integrados em pseudocomitatenses, havia muitos corpos de delimitadores a defenderem o *limes* danubiano

Província da Cítia (*Scythia*):

Sete corpos de cavalaria (*cunei equitum*).

Duas microlegiões: a primeira dos jovianos (I *Jovia*) e

a segunda herculiana (II *Herculia*)

Oito unidades de auxiliares (*auxilia*)

Uma flotilha fluvial.

Província da Mésia II:

Sete corpos de cavalaria (*cunei equitum*)

Duas 2 microlegiões: primeira itálica (I *Italica*) e décima primeira claudiana (XI *Claudia*)

Dez unidades de auxiliares (*Auxilia*);

[2281] Muitas das unidades listadas na *Notitia* foram criadas depois de Adrianopla e muitas foram transferidas de *limitanei*, adquirindo a classificação de pseudocomitatenses, durante a crise pós batalha. MACDOWALL, 2001, p. 19.

Três destacamentos adicionais

Uma flotilha fluvial,

Província da Mesia I:

Oito corpos de cavalaria (*cunei equitum*)

Oito unidades de auxiliares (*auxilia*)

Duas microlegiões: Quarta flávia (IV *Flavia*) e 2 destacamentos da sétima claudiana (VII *Claudia*)

Duas flotilhas fluviais.

Província da Dácia Ripense:

Nove corpos de cavalaria (*cunei equitum*)

Seis unidades de auxiliares (*auxilia*)

Duas microlegiões: quinta macedónica (V *Macedonica*) com quatro destacamentos e décima terceira gémea (XIII *Gemina*) em cinco destacamentos

Duas vexilações adicionais

Duas flotilhas fluviais.

Província da Panónia II:

Seis corpos de cavalaria (*cunei equitum*)

Onze vexilações (*vexillationes*)

Cinco unidades de auxiliares (*auxilia*)

Duas microlegiões: quinta joviana (V *Iovia*) e sexta herculiana (VI *Herculia*), divididas em três destacamentos

Cinco flotilhas fluviais

Uma *ala*

Quatro coortes adicionais

Um *milites*

Província da Valéria:

Cinco corpos de cavalaria (*cunei equitum*)

Dezassete vexilações

Cinco unidades de auxiliares (*auxilia*)

Duas microlegiões: primeira auxiliar (I *Adiutrix*) e seis destacamentos da segunda auxiliar (II *Adiutrix*)

Uma flotilha fluvial

Seis coortes adicionais.

Verificamos assim que, apesar da presença conjetural que poderão ter algumas destas unidades na Batalha de Adrianopla, o exército romano é formado nesta fase por muitas dezenas de corpos de conceção modular, não demonstrando assim boas condições de coordenação, nem formando uma estrutura tática coerente. Note-se, aliás, que a fragmentação da sua estrutura é tão pronunciada que os maiores corpos são os das microlegiões com cerca de mil homens e a grande generalidade não ultrapassa contingentes de 500 efetivos[2282].

Durante a República e o Alto-Império era frequente serem agregadas coortes, destacamentos e vexilações como unidades de reforço às legiões quando tal parecia ser necessário, mas estas coortes ou destacamentos funcionavam apenas como um incremento de efetivos ao núcleo tático que era constituído pela própria estrutura da legião. Esta estava controlada por centuriões que poderiam orientar e agregar com facilidade os novos elementos na orgânica militar da legião, funcionando a sua regular prática marcial como o centro de coesão tática do seu desempenho[2283]. Esta lógica fundamental já não se encontra presente no Baixo-Império, em que não existe um núcleo tático responsável pela articulação do conjunto, mas antes um vasto número de respostas aos desafios militares exarados das diferentes unidades e das suas respetivas chefias. Poder-se-ia mesmo dizer que o abandono do gládio e da consequente fragilização do papel da parede de escudos, com a perda do núcleo tático da legião clássica, terão sido, do ponto de vista estritamente bélico, as duas perdas fatais que entibiaram progressivamente toda a antiga pujança do exército romano.

11.3.3. Consequências da Diversidade Tática das Unidades Militares Romanas

No momento em que Vegécio redige a sua *Epitoma* já seria certamente conhecido o desastroso resultado da Batalha campal de Adrianopla[2284], onde o Império do Oriente perdeu dois terços dos seus melhores contingentes militares[2285].

A consequência desta funesta batalha foi desde logo o ter ficado tão diminuída a sua capacidade bélica que o Império não mais teve condições de impor autonomamente a sua

---

[2282] Designavam-se a tais limites de efetivos como coortes miliárias e quingenárias, com cerca de mil e quinhentos respetivamente. GOLDSWORTHY, 2003, p. 57; BOHEC, 2006, p. 17

[2283] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 27, 49, 68-73.

[2284] A Batalha de Adrianopla é abordada em detalhe no Anexo 3 deste trabalho. RICHARDOT, 2001, pp. 271-291; MONTEIRO, 2014, pp. 109-140.

[2285] MACDOWELL; GERRARD, 2001, p. 80; GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 214.

vontade, vendo-se forçado sistematicamente a ter de recorrer, para tanto, à problemática e sempre errática ajuda dos seus federados germânicos.

Esta batalha campal consumar-se-ia essencialmente contra tribos de Visigodos, mas nela participariam também consideráveis contingentes oriundos de outros povos seus aliados, como era o caso dos Ostrogodos, dos Alanos, dos Hunos, e até dois grupos de desertores romanos[2286].

O exército do imperador Valente (364-378), que se encontrava no trono da parte oriental do Império[2287], era formado por toda uma panóplia de efetivos romanos que provinham das mais variadas latitudes e que já espelhavam bem a nova conceção militar do Império, apresentando pequenas legiões, corpos de comitatenses, de pseudocomitatenses, todos resultantes de destacamentos e vexilações heteróclitas que formavam os exércitos tardios[2288]. Embora se possa admitir que o seu treino e competência militar individual ainda se poderiam manter em bons níveis de qualidade, a sua experiência tática de conjunto já seria, no mínimo, bastante questionável.

Embora as fontes clássicas apontem para que o exército romano fosse constituído por cerca de 60.000 soldados, alguns estudiosos modernos como Simon MacDowell afirmam que este contingente não deveria ultrapassar os 15.000 homens[2289].

Destes, 1.000 seriam cavaleiros palatinos constituídos por vexilações palatinas da cavalaria pesada (*equites promoti seniores*) e arqueiros ligeiros a cavalo (*comites sagitarii iuniores*). Marcavam ainda presença 1.500 cavaleiros do exército de manobra (*equites comitatenses*) formados por vexilações de cavalaria pesada (*equites primi scutarii e equites promoti iuniores*) cujos corpos não ultrapassavam normalmente os 400 a 500 efetivos[2290].

A sua infantaria era formada por 11.000 soldados dos corpos palatinos, podendo aqui entrever-se articulações com a cavalaria para a formação de pseudocomitatenses, onde se integravam destacamentos dos lanceiros da infantaria pesada (*lanciarii* e *mattiarii iuniores*). Fazendo parte da infantaria existiam ainda corpos de auxiliares palatinos (*auxilia palatina*), que compreendiam os contingentes de Batavos (*batavi seniores*) que ocupavam uma posição de reserva tática, tendo este corpo ficado na retaguarda. Havia ainda infantaria de arqueiros

---

2286 BACHRACH, 1973, pp. 29-30; MACDOWELL; GERRARD, 2001, pp. 31-32; GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, pp. 212-213.

2287 Valentiniano, que fora proclamado Augusto a 26 de fevereiro de 364, designou para co imperador o seu irmão Valente apenas cerca de um mês depois, em 28 de março, dividindo então o Império em duas metades, ficando o primeiro com o Ocidente e o segundo com o Oriente e acordando enfrentar juntos as grandes convulsões que aquele então sofria. AMM. 31.3.1.

2288 MACDOWELL; GERRARD, 2001, p. 59.

2289 MACDOWELL; GERRARD, 2001, pp. 26, 59-60.

2290 GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213.

(os *sagittarii seniores gallicani*, os *sagittarii iuniores gallicani* e os *tertii sagittarii valentis*)[2291].

Em torno de Valente existiam ainda outros 1.500 homens, inseridos em três batalhões pertencentes às escolas palatinas (*Scholae Palatinae*), que eram então a guarda pessoal do imperador, visto que Constantino tinha abolido a famosa guarda pretoriana[2292].

Estavam presentes mais dois corpos de cavalaria pesada (I *schola scutariorum* e II *schola scutariorum*), acompanhados por destacamentos dos arqueiros montados (*scutarii sagittarii*). Estariam também no campo de batalha as duas microlegiões fronteiriças que guardavam a província da Mésia, constituídas pela *Legio I Italica* e a *Legio XI Claudia*[2293].

Tudo leva a crer que todos os efetivos destes corpos eram ainda soldados bem treinados, com boa disciplina, que possuíam inúmeros veteranos com experiência de combate, comandados por oficiais competentes[2294] e que procediam, segundo Júlio Rodríguez González, dos exércitos das dioceses da Trácia e do Oriente[2295].

Como é natural, já não encontramos aqui as grandes legiões do passado, com milhares de soldados de infantaria pesada treinados para a formação de uma sólida parede de escudos, sob o comando de proximidade dos centuriões e que sempre tinha sido um aspeto fundamental das antigas legiões.

O comando de cada unidade era independente e estava a cargo de diferentes oficiais que, não estavam taticamente coordenados para colmatar as necessidades que surgiriam na dinâmica da refrega, o que levaria a que estes pudessem estar até a lutar de forma contraditória e assim estorvar o bom desempenho mútuo.

As ordens, contraordens, hesitações, recuos, reinvestidas, falhas na proteção dos flancos, descoordenações entre infantaria e cavalaria verificaram-se logo desde o início da batalha[2296], revelando o quanto o exército romano tinha já perdido da sua antiga mestria na articulação tática global[2297]. Adrianopla demonstra à saciedade o quanto o exército romano se aproximava já nesta época do perfil militar dos seus adversários, sendo formado por inúmeros contingentes que, não só não possuíam o pilar fundamental da infantaria pesada, com a coordenação coesa dos seus escutos e gládios, como os seus movimentos evidenciam uma desarticulação que configura um verdadeiro "autismo tático".

[2291] GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213.
[2292] GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213; MONTEIRO, 2014, p. 127.
[2293] GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213; MONTEIRO, 2014, p. 128.
[2294] MONTEIRO, 2014, p. 128.
[2295] GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213; MONTEIRO, 2014, p. 128.
[2296] GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213.
[2297] GOLDSWORTHY, 2007, pp. 192-193.

Há corpos de cavalaria que avançam sem terem recebido ordens, corpos que ainda estão a chegar à ordem de batalha[2298], contingentes de infantaria que progridem sem conseguirem entrar no *carrago* germânico[2299], cavalaria que recua atrapalhando a investida da infantaria, cavalaria que reinveste sem apoio da infantaria, flancos desprotegidos por onde sofrem investidas da cavalaria adversária, arqueiros que não podem disparar pela confusão generalizada no campo de batalha[2300], soldados que perdem o seu espaço vital de combate e já não conseguem manusear as suas armas e toda esta descoordenação teria que redundar num terrível desastre.

Poderemos procurar justificar a hecatombe que foi esta batalha atribuindo a outros fatores a responsabilidade por este colapso, como o extremo calor daquele dia 9 de agosto de 378, o longo trajeto de cerca de treze quilómetros que teriam realizado até ao *carrago* germânico[2301], a inanição dos soldados antes da batalha[2302], a incompleta formação da sua ordem de batalha[2303] quando esta se iniciou e todos eles deverão ter contribuído a seu modo para a derrota do exército romano.

No entanto, deveremos questionar se terão sido tais fatores os verdadeiros responsáveis por uma tão veemente derrota, tão esmagadora que culminou na destruição do exército do Oriente e levou mesmo à morte do imperador[2304].

Em quantas das inúmeras batalhas travadas ao longo da sua história militar os Romanos não se confrontaram com dificuldades similares noutras refregas em que obtiveram vitórias, ou sem que tivessem sofrido uma derrota de tais proporções? Poder-se-á igualmente aduzir como elemento explicativo a pouca competência militar que o imperador Valente possuiria, nomeadamente para chefiar um tão vasto exército, mas não teria tal inaptidão sido uma característica de muitos comandantes ao longo da história militar romana sem que isso tivesse feito sequer perigar a excelência do desempenho do exército da Urbe? Poderemos ainda questionar o fator surpresa causado pelo aparecimento súbito dos cavaleiros alanos e

---

2298 MONTEIRO, 2014, p. 128.

2299 Formação típica do sistema de defesa godo, em que as carroças eram dispostas em círculo, no interior do qual se abrigavam mulheres, crianças, velhos e animais. AMM. 31.12.11.

2300 MACDOWELL; GERRARD, 2001, pp. 73-77; GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213.

2301 MONTEIRO, 2014, p. 127.

2302 Vegécio lembra: « […] Deve também observar-se que não se deve obrigar um soldado fatigado por uma longa marcha, nem os cavalos cansados após uma corrida, a travar uma batalha campal. […] Os antigos evitaram isto, mas, no nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos. […]». VEG. 3.11.

2303 AMM. 31.12.12-13.

2304 GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 214.

ostrogodos durante a batalha[2305], mas tal fator mereceria ainda a nossa reflexão. Em primeiro lugar, deveremos salientar a impropriedade da informação fornecida pelos serviços de inteligência romanos que apontavam para cerca de 10.000 guerreiros germânicos[2306], sendo este um número francamente inferior aos cerca de 16.000 combatentes que é possível supor que estariam presentes neste contexto[2307].

Como puderam os serviços da sua inteligência ter apresentado um erro de tais proporções? Como puderam ter deixado de contabilizar os enormes contingentes de milhares de cavaleiros germânicos ou aliados que estariam em trabalho de forrageamento nas proximidades do *carrago* germânico, atendendo a que estes não poderiam estar assim tão afastados visto que puderam chegar em tempo útil ao cenário da batalha? Só a muita incompetência e desleixo poderão justificar tal facto, o que mais uma vez nos aponta já para uma clara degradação de todo o sistema de informação logística romana. Embora se possa admitir que não deveria ter sido despiciendo o brutal impacto que poderia ter tido o aparecimento destes corpos de cavaleiros durante a batalha, deveremos questionar quais teriam sido as suas reais consequências práticas se o exército romano os pudesse ter confrontado com uma organizada infantaria pesada, com uma demolidora parede de escudos formada ao longo de todo o campo até aos seus flancos? Lembremos que, neste quesito, os contingentes de cavalaria nunca tiveram condições de enfrentar com sucesso corpos de infantaria cerrada e que mantivessem a sua formação organizada. Deveremos até questionar se as tropas romanas manteriam ainda sequer o cuidado tático de, como outrora, se posicionarem de forma a acautelarem toda a largura da sua frente de batalha, estendendo-se até aos limites dos seus flancos, para que não fosse possível serem atacadas lateralmente. Esta é uma problemática tática fundamental da infantaria, atendendo a que um ataque pelo flanco compromete imediatamente a sua capacidade de combate, pois força-a a ter de lutar em duas direções simultaneamente.

No entanto, se nos ativermos à descrição que nos ficou do confronto, tal é garantido que terá acontecido, não só pela facilidade que tiveram os corpos da cavalaria retardatária no envolvimento da infantaria romana, mas também por sabermos que tal descuido seria

[2305] AMM. 31.12.17; BACHRACH, 1973, p. 30; MONTEIRO, 2014, pp. 131-132.
[2306] AMM. 31.12.3.
[2307] Os números são como habitualmente conjeturais, mas tudo leva a crer que o número se deveria situar, como indicam Simon MacDowell ou Júlio Rodriguez Gonzalez, entre 13.600 a 19.300 guerreiros germânicos. MACDOWELL; GERRARD, 2001, pp. 33, 63-65; GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213; MONTEIRO, 2014, p. 127.

uma inevitabilidade se se atender ao facto de que a refrega terá tido início antes dos contingentes romanos estarem todos formados em ordem de batalha[2308].

Uma tal desarticulação, no início e durante a batalha, só é possível ser explicada pela multiplicidade de contingentes independentes, sob comandos diferentes, com outras perceções táticas, com hábitos de combate diversos, com desiguais perceções de oportunidade de defesa e ataque.

As tropas de Graciano[2309], o sobrinho de Valente que ocupava o trono no Ocidente e se encontrava a caminho de Adrianopla para auxiliar o tio[2310], não chegariam a tempo de participar do confronto. Ansioso por dar início ao combate e por ficar com todos os louros da vitória, Valente decidiu que não esperaria a sua chegada[2311], apesar de as forças de socorro de Graciano se encontrarem já relativamente perto.

Quando não é conseguida uma eficaz coordenação tática do coletivo, a presença de um grande número de efetivos não equivale a uma maior capacidade militar. Pelo contrário, quando há descoordenação no comando, o potencial de combate de cada unidade encontra-se minimizado, não só pela incompreensão do âmbito da sua intervenção, como também pela indeterminação do melhor momento de a realizar. O congestionamento provocado pela presença num espaço relativamente circunscrito de um grande número de contingentes que se encontram concentrados antes de uma batalha, poderá funcionar de forma contraproducente, não só pela possível indecisão no seu tempo de ação, mas também pelo estorvo espacial que as unidades se podem causar mutuamente[2312].

O que nos fica de mais relevante de todo este questionamento crítico é a tomada de consciência do paradoxo de que Roma teve cada vez mais soldados durante todo o Baixo-Império, mas simultaneamente confrontou-se, cada vez mais, com fragilidades táticas

---

2308 MACDOWELL; GERRARD, 2001, p. 68; GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 213.

2309 Com uma saúde débil, Valentiniano I não tinha condições físicas de enfrentar os seus inimigos em constantes campanhas. Tal levou a que, muito prematuramente, tivesse associado ao governo e à sua máquina militar o seu filho Graciano. AMM. 27.6.1-9; ZOS. 6.12.

2310 AMM. 31.11.2.

2311 MACDOWELL; GERRARD, 2001, pp. 60-62; MONTEIRO, 2014, p. 128.

2312 Poderíamos recordar a este propósito o facto dos Romanos, quer na República, quer no Principado, terem quase sempre travado batalhas com números muito inferiores aos que apresentavam os seus adversários, compensando essa diferença com fatores como o seu treino, disciplina e sobretudo com a grande coordenação tática intrínseca às grandes legiões dessa época. Números gigantescos de efetivos não são uma garantia de superioridade militar, acabando a quantidade por se tornar mesmo contraproducente devido à confusão gerada pelo movimento descoordenado de milhares de homens, com unidades que avançam, outras que recuam, outras que se deslocam lateralmente, como aconteceu, por exemplo, em batalhas campais como Magnésia, em 389 a.C., em que Antíoco III é derrotado tendo cerca do quádruplo dos efetivos romanos.

que resultaram da sua incompreensão da importância crucial da boa articulação entre os seus contingentes.

Como se pode observar no sucedido em Adrianopla, a justaposição de dezenas destas unidades, apesar da sua possível competência militar individual, não tinha a necessária consistência tática por não possuírem treino comum.

A posse de muitos corpos, mesmo que estes se encontrem bem armados e treinados, não garante a excelência do seu desempenho quando são integrados num grande exército e esta lacuna levou à perda dos melhores contingentes que o Império ainda possuía.

Finalmente, poderemos mesmo questionar como foi possível atingir-se uma tal descoordenação que permitiu dar início ao confronto sem que estivesse completa a sua ordem de batalha, algo que seria desastroso para qualquer exército e que os Romanos bem conheciam em todas as suas consequências.

Roma não teria militarmente caído apenas a lutar contra os povos germânicos, mas por ter, em grande medida, "desaprendido" a lutar como romana[2313].

11.4. A Afirmação de Novas Conceções de Estratégia Defensiva

11.4.1. A Estratégia de Defesa Punitiva e Preventiva

Em meados do século IV, o exército romano começou a impor um novo tipo de estratégia de defesa de carácter proactivo, o que permitiu um certo grau de controlo sobre a caótica frequência e lugar onde iriam decorrer muitas das invasões às fronteiras do Império.

Esta dinâmica tem sido modernamente designada por "Defesa Avançada" e consistia em realizar uma devastadora investida nos territórios germânicos ou persas logo após se ter verificado uma qualquer agressão ou invasão fronteiriça[2314], pelo que poderá ser inicialmente considerada como uma campanha de represália[2315].

[2313] JONES, 1990, p. 612; LE BOHEC, 2006, p. 206.

[2314] RICHARDOT, 2001, p. 109.

[2315] Campanhas punitivas sempre terão existido na lógica militar romana, tal como acontecerá com qualquer sistema marcial que pretenda realizar uma operação punitiva, nomeadamente após ter sofrido um humilhante revés. Seriam muitos os exemplos que se poderiam citar no contexto do exército romano, tais como as investidas de Germânico entre os anos 13 e 16 d.C. (GOLDSWOTHY, 2011, pp. 310-323) nos territórios adjacentes à floresta de Teutoburgo (no decurso destas operações Germânico conseguiu mesmo recuperar a águia da XIX legião. GOLDSWOTHY, 2011, p. 319.), onde o exército de Varo, no dia 9 de setembro do ano 9 d.C., tinha sofrido uma emboscada de Armínio e dos seus Queruscos, na qual foram arrasadas, quase na sua totalidade, três grandes legiões, as XVII, XVIII e XIX (GOLDSWOTHY, 2011, p. 310). No entanto, a defesa avançada, que se pode considerar que tem algumas semelhanças com este tipo de processo punitivo, diferencia-se deste modelo pelo carácter sistemático com que se procede à represália,

Por vezes, os Romanos conseguiam mesmo saber com antecedência, pelo relato de desertores, ou por informações fornecidas por outras tribos, ou ainda através do seu próprio sistema de espionagem, dos preparativos que estariam a ser levados a cabo pelos seus adversários para realizar uma grande invasão, podendo assim atuar preventivamente. A chave para o sucesso de uma defesa avançada preventiva passava por organizar a campanha com o máximo de sigilo possível e por restringir o âmbito geográfico do ponto onde se deveria efetuar o ajuntamento do seu dispositivo de ataque, de modo a evitar que se pudesse vir a espalhar a notícia dessa operação.

O fator surpresa era essencial para o sucesso da campanha e a travessia do *limes*, que acarretava quase sempre uma operação fluvial, deveria ser rápida, utilizando-se para tal, quase sempre, uma ponte de barcas.

Assiste-se até a um notório incremento da estratégia de defesa avançada, no final do século IV, nomeadamente protagonizada pelos oficiais romanos de origem germânica, que curiosamente a consideravam mais consistente e a praticariam com frequência, em detrimento da passividade da mera defesa impeditiva.

As incursões punitivas nos territórios germânicos tornaram-se tão violentas que se pode classificar muitas delas como "campanhas de extermínio", como aconteceu com Constantino, em 306, quando saqueou o território dos Brúcios e massacrou grande parte da sua população[2316]. Constantino fez, aliás, várias incursões devastadoras nos territórios germânicos, onde pretendia que a sua intervenção fosse tão esmagadora que elas pudessem resultar no restabelecimento do temor que estas tribos anteriormente demonstravam ter pela força do exército romano. Com tal intuito, perpetrou grandes carnificinas, que atingiam milhares de mortos e não poupavam mulheres e crianças.

Já na segunda metade do século IV, certas campanhas punitivas contra os Quados e os Limigantes mantiveram-se tão brutais que se poderiam ainda classificar como puras operações de extermínio[2317], mas em 357, as tropas de Juliano já só conseguiram infligir danos materiais aos Alamanos porque, conhecendo a senha destruidora dos Romanos, estes fugiram e esconderam-se em florestas e pântanos inacessíveis.

---

sabendo o agressor de antemão que sofrerá consequências do seu ataque e que a resposta poderá ainda ultrapassar em fúria destrutiva os prejuízos causados. Além disso, a defesa avançada fez surgir igualmente uma dimensão de carácter preventivo, em que se investe fortemente sobre o adversário assim que se sabe, ou suspeita de que este se prepara para perpetrar um ataque.

[2316] RICHARDOT, 2001, pp. 105, 110.

[2317] LE BOHEC, 2006, pp. 42-43.

Depois de derrotar Licínio, que tinha sido o imperador da parte oriental do Império, Constantino disporia ainda, até à sua morte em 337, de treze anos de liderança imperial. Uma das suas principais preocupações militares terá sido a pacificação, ou pelo menos um substancial desagravamento das permanentes incursões que eram perpetradas contra o *limes*[2318].

Entre 328 e 331, os filhos de Constantino[2319], que lhe sucederiam com os títulos imperiais de Constâncio II, Constantino II e Constante[2320], auxiliaram o intento paterno realizando várias campanhas bem-sucedidas, nomeadamente contra a grande confederação dos Alamanos que continuava a ocupar os territórios da margem direita do Reno superior[2321].

Também no Danúbio os Godos se preparam para realizar incursões, mas Constantino inflige-lhes uma tão pesada derrota em 328, que estes se vêm obrigados, em 332, a assinar um tratado de paz que lhes é bastante desfavorável e que irá vigorar até pouco antes da Batalha de Adrianopla[2322].

No *limes* oriental, os Sassânidas ameaçam de novo, depois de vários anos em que teriam estado ocupados militarmente com outros problemas, nomeadamente procurando resolver questões de carácter dinástico e acorrer às necessidades bélicas registadas nas suas fronteiras orientais[2323]. Embora o permanente conflito com os Persas não pudesse ser resolvido de forma definitiva, podendo-se dizer que estes seriam sempre a permanente "ferida militar que sangraria o Império Romano", o César Constâncio II conseguiu vencê-los em 332, o que acalmou o seu ímpeto de conquista durante algum tempo[2324].

Na lógica de concretização de uma defesa avançada, o ainda César Juliano atravessou em 357 o Reno (numa ponte de barcas em Mainz) e atacou os Alamanos, que se viram assim forçados a aceitar uma trégua de dez meses[2325]. Juliano, para proteger a sua posição, restaura um forte construído no tempo de Trajano dentro do próprio território dos Alamanos e exige que os derrotados façam o fornecimento de víveres às suas tropas[2326].

[2318] LE BOHEC, 2006, p. 33.
[2319] LE BOHEC, 2006, p. 38.
[2320] Constantino tinha ainda um outro filho, Crispo, do seu primeiro casamento que também o terá auxiliado nas suas campanhas, nomeadamente como excelente almirante da frota romana na guerra civil contra Licínio. No entanto, este terá sido condenado à pena capital devido a uma complexa intriga palaciana que envolveu Fausta, a segunda mulher de Constantino, que era mãe dos outros três filhos e que, na mesma sequência, também viria a ser condenada ao mesmo destino funesto. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 243; BARNES, 2014, pp. 144-150.
[2321] LE BOHEC, 2006, p. 34.
[2322] LE BOHEC, 2006, p. 34.
[2323] AMM. 14.3.1; LE BOHEC, 2006, p. 46.
[2324] LE BOHEC, 2006, p. 34.
[2325] AMM. 17.1.2,12; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2326] AMM. 17.1.11.

Logo no ano seguinte, o já imperador Constâncio II construiu uma ponte de barcas no Danúbio e, atravessando o rio, semeou tal destruição entre os Sármatas e Quados que estes se viram mais uma vez forçados a jurar uma paz humilhante[2327].

Esta prática de defesa avançada vai-se tornando um recurso defensivo frequente e é assim que, em 360, Juliano volta a castigar os adversários do Império cruzando o Reno, possivelmente numa nova ponte flutuante, conseguindo submeter os Francos sálios e impondo-lhes a aceitação de uma nova paz favorável aos desígnios romanos[2328].

Em 367, o próprio imperador Valente decidiu adotar os cânones da defesa avançada e, logo durante a sua primeira guerra contra as tribos godas, atravessou o Danúbio com as suas tropas em pontes de barcas, em Dapne e depois, em 369, em Noviduno (Dobrudja), conseguindo assim impor as condições de uma trégua ao rei Atanarico, que já tinha feito várias incursões nos territórios do Império Oriental[2329].

O irmão de Valente, Valentiniano I, imperador no Ocidente e de personalidade muito ativa e determinada, que tinha sido um enérgico comandante dos corpos de elite da cavalaria palatina, tem uma preferência muito marcada pela imposição da defesa avançada. Ele cruzou o Reno e o Meno para infligir um verdadeiro massacre entre os Alamanos em 368[2330], e levou tão longe a sua determinação que, quatro anos depois, liderou novamente uma operação de carácter preventivo contra o rei alamano Macriano, que poderia até não ter intenções ofensivas, mas cuja concentração de poder militar se começava a tornar perigosa. No entanto, Valentiniano, não conseguiu com esta operação atingir os objetivos pretendidos[2331], pelo que teve de, em 374, cruzar outra vez de surpresa o rio e infringir-lhes uma pesada derrota[2332], tendo aproveitado para devastar os seus territórios.

Ainda não satisfeito com os resultados, Valentiniano I volta a atacar preventivamente em *Aquincum* (Buda) contra Quados e Sármatas, no que é hoje território da Hungria[2333], numa outra passagem fluvial feita com barcas[2334], tendo logo no ano seguinte mandado

[2327] AMM. 17.12.4-21; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2328] AMM. 20.10.2; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2329] AMM. 27.5.2-9; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2330] AMM. 27.10.5-7; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2331] AMM. 29.4.2-6; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2332] AMM. 30.3.1-5; RICHARDOT, 2001, p. 109.
[2333] AMM. 30.5.13-15; RICHARDOT, 2001, p. 110.
[2334] Estas campanhas de defesa avançada eram, como podemos observar, realizadas preferencialmente atravessando as linhas d'água com pontes de barcas, o que possivelmente facilitaria a passagem rápida de grandes contingentes de soldados que podiam atingir milhares de homens. Estas embarcações eram encostadas lateralmente umas às outras, criando uma via estável com tábuas que eram colocadas sobre elas, e amarradas de modo a que não oscilassem demasiado durante a travessia. Deveriam certamente ficar bem guardadas durante a operação, pois não só eram fundamentais para o regresso das tropas, como poderiam prevenir a necessidade de qualquer retirada de emergência.

construir várias estruturas fortificadas bem no interior dos territórios ocupados pelos Quados, como se estas terras tivessem já ficado a fazer parte do Império[2335].

Mas nem sempre a defesa avançada conseguia bons resultados, como é o caso da operação de represália realizada em 388 contra os Francos ripuários e que terá terminado num pesado desastre para os Romanos[2336]. A forma de reparar o funesto revés seria a organização de nova campanha e é assim que, entre 388 e 393, sob a liderança do conde Arbogasto, os Romanos organizam uma série de novas violentas campanhas punitivas contra os Francos[2337].

Entre os anos de 395 e 402 encontramos as próprias populações do Império empenhadas numa apologia deste tipo de defesa avançada, com o poeta Claudiano a elogiar o imperador ocidental Honório e o seu general Estilicão por estarem empenhados na execução de diversas campanhas além Reno, nomeadamente contra os Suevos[2338].

11.4.2. Condicionalismos Táticos das Campanhas de Defesa Avançada

No século V, o exército romano no Ocidente vê-se cada vez mais enredado em frequentes guerras que eram provocadas pela insubordinação dos povos federados, o que lhe foi fazendo perder a capacidade de executar campanhas de defesa avançada, quer estas fossem de carácter preventivo, quer fossem de jaez punitivo.

Estas campanhas eram extremamente exigentes para os soldados romanos, pois forçava-os a ter de intervir em território hostil, geralmente muito arborizado e com difíceis acessos ao interior. Além disso, mal dominavam os detalhes do relevo, ficando assim seriamente sujeitos a serem surpreendidos por emboscadas, nomeadamente ao se verem forçados a esticar muito as suas linhas logísticas.

Havia ainda a dificuldade de conseguirem encontrar locais para repouso, o que os obrigava quase sempre a terem de descansar em condições periclitantes e extremamente inseguras, o que se tornaria um aspeto problemático, nomeadamente para conseguirem garantir uma segurança mínima para o descanso noturno.

A densa vegetação e o intenso coberto arbóreo dos territórios da Germânia Exterior sempre tinham constituído um cenário difícil para a intervenção das tropas romanas, porque

[2335] AMM. 29.6.2; RICHARDOT, 2001, p. 110.
[2336] RICHARDOT, 2001, pp. 124-125.
[2337] RICHARDOT, 2001, pp. 110, 126-127.
[2338] RICHARDOT, 2001, p. 110.

não só lhes dificultava muito a boa manutenção das colunas de marcha[2339], como também impedia que houvesse espaço para se formarem em ordem de batalha.

É sabido que qualquer exército organizado sente dificuldade em conseguir operar em áreas florestais, pois a presença massiva das árvores, que funcionam como robustíssimos elementos imóveis, cria um tal constrangimento espacial que impede a articulação do característico movimento de coordenação entre todas as partes do dispositivo.

Além disso, uma floresta será sempre um cenário muito difícil de controlar pela exiguidade da perceção visual que permite da área envolvente, fazendo com que se torne um cenário muito favorável à realização de emboscadas. Até ao nível da orientação geográfica, uma floresta torna-se uma área bastante problemática, pois a necessidade de contornar permanentes obstáculos obriga a oscilações na direção, o que obriga a um particular esforço de atenção para manter o percurso desejado ao longo de muitos quilómetros[2340]. O próprio clima, característico dos territórios germânicos, quase sempre com grandes índices de humidade e baixas temperaturas, condições que se tendem a agravar durante o período noturno, cria espessas neblinas que dificultam muito uma boa perceção das formas e objetos, mesmo que estes se encontrem a poucos metros, o que proporciona uma excelente camuflagem para a realização de emboscadas[2341].

Apesar dos cuidados que os Romanos procuravam ter com o evitar de tais situações, por vezes foram surpreendidos por este tipo de ataques quando se encontravam para lá dos limites das suas fronteiras, como terá acontecido ao exército sob o comando do mestre da milícia Arbécio, que sofreu uma emboscada perto do Lago Constança, em 355, tendo perdido muitos homens e dez tribunos[2342].

Temos notícia de outros casos como os protagonizados pelo próprio Juliano, ainda como César de Constâncio II, que é igualmente apanhado por uma emboscada em 356,

---

2339 RICHARDOT, 2001, p. 111.

2340 Ainda hoje os condicionalismos provocados por áreas densamente arborizadas são problemáticos para os exércitos contemporâneos, apesar de toda a sofisticada tecnologia com que estão apetrechados. Bastaria para uma tal constatação recordar a dificuldade de manobra e intervenção de um exército como o dos Estados Unidos da América na designada guerra do Vietname. Apesar dos imensos recursos militares disponibilizados pelo Pentágono, o exército americano viu-se tão constrangido pelo cenário onde tinha que intervir que acabou, depois de anos de esforço, por se ver forçado a abandonar os seus objetivos neste país. As grandes manobras militares, com um ilimitado poder de fogo, que um exército como o dos Estados Unidos poderia ter exibido, viu-se assim obstaculizado pela densa selva vietnamita, impedido na prática de demonstrar qualquer tipo de efetiva superioridade. A floresta vietnamita obrigou os grandes batalhões de infantaria com os seus carros blindados e sofisticados helicópteros, apoiados pelos raides aéreos de centenas de aviões a verem os seus inesgotáveis recursos militares neutralizados, forçando o soldado americano a ter de lutar por entre as árvores, isolado e em combate de proximidade com a sua metralhadora, por entre a densa vegetação daquele país.

2341 RICHARDOT, 2001, p. 111.

2342 AMM. 15.4.7-8; RICHARDOT, 2001, p. 111.

durante uma das suas frequentes campanhas contra os Alamanos[2343], tal como o exército do mestre da milícia Quentim, que foi também aniquilado pelos Francos sálios numa outra no meio de uma das suas florestas, em 388[2344].

A necessidade que os Romanos tinham de passar por várias áreas dominadas por tribos diferentes era igualmente um fator preocupante, pois eram frequentemente atacados por outros clãs que não faziam parte dos seus objetivos militares para essa campanha, mas que os emboscavam por serem tradicionalmente seus inimigos.

Para conseguir minimizar os perigos colaterais destas campanhas em pleno território inimigo, os Romanos começaram a procurar aproximar-se de certos grupos étnicos e entabular conversações com alguns dos chefes germânicos, com o intuito de fomentar a discórdia entre estas tribos.

Procuravam assim estabelecer alianças pontuais[2345], nomeadamente com alguns dos chefes que dominavam as zonas mais próximas do *limes* de modo a garantir que conseguiriam passar para áreas mais recônditas sem correrem o risco de serem por elas denunciados ou emboscados. Isto era também particularmente pertinente para garantir que estas não destruiriam as suas pontes de barcas, ou que não seriam atacados quando estivessem a efetuar o seu regresso.

Com esta política de cínica diplomacia, os oficiais romanos puderam até, em vários casos, contar com o apoio militar de algumas das tribos germânicas que eram inimigas daquelas que constituíam os principais objetivos das suas campanhas.

Nesta sequência, os Picenses, que eram uma das mais aguerridas tribos dos Sármatas, foram assim alvo de uma campanha de defesa avançada em 385, tendo estes sido totalmente aniquilados pelas tropas romanas que contaram com o auxílio de outras tribos seminómadas e até dos Taifalos[2346].

Encontramos outro exemplo claro deste tipo de intervenção sob o Principado de Valentiniano I, que incitou os Burgúndios a desferirem um ataque contra os Alamanos, em 370, prometendo-lhes o apoio romano. Assim, um contingente liderado pelo mestre da cavalaria Teodósio, o Velho, auxiliou a investida burgúndia fazendo uma ofensiva simultânea, proveniente da província da Récia, o que teria surpreendido os visados ao serem atacados pelo flanco sul[2347].

[2343] AMM. 16.2.10; RICHARDOT, 2001, p. 111.
[2344] RICHARDOT, 2001, p. 112.
[2345] RICHARDOT, 2001, p. 112.
[2346] AMM. 17.13.19; RICHARDOT, 2001, p. 112.
[2347] AMM. 28.5.9-12; RICHARDOT, 2001, p. 112.

Os Romanos começam a deixar de ter condições para manter a estratégia de defesa avançada no início do século V[2348], não só pelo enfraquecimento das suas capacidades militares, mas sobretudo pela considerável mudança que se começou a verificar na estabilidade nas fronteiras, nomeadamente no *limes* renano.

A partir das grandes invasões germânicas que se iniciaram em 31 de dezembro de 406[2349], com a passagem de milhares de indivíduos das mais diferentes tribos transpondo o Reno, que se encontrava gelado, perdeu-se para sempre a estabilidade funcional desta demarcação fundamental dos territórios imperiais.

A partir de então, perde-se a identificação dos limites físicos do Império e ao longo de centenas de quilómetros os bárbaros derramam-se violentamente sobre as populações romanas, saqueando, destruindo e matando a seu talante. O que se poderá classificar como sendo verdadeiramente dramático no fulgor desta invasão massiva é o facto de que o Império Romano, no Ocidente, não mais tem condições de restabelecer a ordem social nem força para expulsar estas tribos germânicas dos antigos territórios imperiais à revelia da vontade e do estatuto que lhes poderia ser ainda atribuído por Honório, o fraco imperador no Ocidente. Visigodos, Burgúndios, Vândalos, Alanos, Suevos vão criar novas realidades políticas e militares no coração do Império, ou passar para o Norte de África, fundando novos reinos que mudarão todo o contexto em que tinha sobrevivido durante tanto tempo a coroa dos descendentes de Rómulo.

Atendendo ao resultado terrível que a massiva invasão germânica de 406 acarretou para a estabilidade fronteiriça do Império, tendo proporcionado o desastre que foi o saque de Roma quatro anos depois, esta data poderia igualmente ser uma boa candidata a marcar o final do Império Romano no Ocidente. Depois dela, o Império já não vive, mas apenas sobrevive!

11.5. Os Condicionalismos Marítimos Romanos no Baixo-Império

A marinha de guerra romana manteve no Baixo-Império uma total hegemonia na circulação naval, controlando e condicionando todas as movimentações no Mediterrâneo até meados do século V.

[2348] RICHARDOT, 2001, pp. 105, 112.
[2349] HALSALL, 2007, p. 211.

O Império possuía um vasto conjunto de frotas independentes, onde se incluíam não só milhares de navios de guerra, mas também uma grande diversidade de navios de transporte que estavam estrategicamente alocados a portos imperiais específicos.

O estatuto da marinha romana, no entanto, mantinha-se secundarizado relativamente à importância atribuída às movimentações terrestres, como aliás sempre fora apanágio do seu pensamento estratégico. As movimentações navais eram consideradas como o meio de fornecer boas respostas a necessidades marciais logísticas nos cenários terrestres, como o transporte de tropas, fornecimento de suprimentos, comunicações rápidas entre as mais distantes regiões do Império[2350].

Podemos constatar como era perspetivado este papel auxiliar para a marinha pela forma como eram determinadas as suas chefias, pois era comum que os generais que se encontravam ao comando de forças terrestres, estendessem simultaneamente a sua liderança à chefia dos meios navais.

Na listagem da *Notitia Dignitatum* podemos constatar este estatuto auxiliar, pois encontram-se indicadas as diversas armadas romanas, cada uma sob o comando de um *praefectus classis*, mas estas deveriam passar para o comando do mestre militar (*magister militum*) assim que fosse necessário realizar operações de grande envergadura[2351].

As frotas romanas encontravam-se alocadas em vários portos como o da foz do Soma (Somme)[2352], de Aquileia, Ravena, e Miseno[2353], possuindo assim várias armadas permanentes, que deveriam ser reforçadas com novas embarcações que seriam construídas propositadamente sempre que fosse necessário realizar o apoio a grandes campanhas.

A frota baseada na foz do Soma que se localizava na Picardia, no Norte da atual França, controlava as águas do canal da Mancha e estava sob o comando do duque da província da Bélgica Segunda. As restantes, relativamente próximas entre si e que se abriam para a circulação no mediterrâneo, estavam sob o comando do *magister peditum* de Itália[2354].

A enorme superioridade dos Romanos, quer na guerra naval, quer nos meios de transporte marítimos e que dominavam desde há muito toda a navegação no mar

---

[2350] LE BOHEC, 2006, pp. 75-76.
[2351] RODRIGUES, 2009, p. 106.
[2352] ND. *Oc*. 38.
[2353] ND. *Oc*. 42. As bases de Ravena e Miseno são também mencionadas por Vegécio: VEG. 4.31. À frota estacionada em Miseno cabia a vigilância do Mediterrâneo Ocidental, enquanto à estacionada em Ravena competia proteger o Mediterrâneo Oriental. O comando do conjunto da esquadra itálica (Miseno e Ravena) era assegurado por um prefeito pertencente à ordem equestre, exceto sob Cláudio e Nero, quando esta tarefa foi confiada a um liberto, sendo certo que o almirante residente em Miseno estava acima do de Ravena. MONTEIRO, 2009b, pp. 481-482; LE BOHEC, 2013, p. 40.
[2354] RODRIGUES, 2009, p. 106.

mediterrâneo, levou a que não se realizassem sérios investimentos na sua modernização, nomeadamente no desenvolvimento de novas técnicas de construção e novos modelos de embarcações.

Isto levaria a que todas estas frotas se viessem a caracterizar por uma forte estagnação de recursos, quer na tipologia dos seus navios, mantendo antiquados processos na sua construção, quer nas técnicas de navegação.

No entanto, ainda no início do século V o poder naval romano no Ocidente não tinha rival à altura, conseguindo as suas frotas realizar bloqueios navais em qualquer parte da costa mediterrânica, o que tinha um considerável valor estratégico no apoio às manobras terrestres.

Ainda em 415, a frota romana conseguiu impor um apertado bloqueio marítimo ao sul da Gália cortando o fornecimento de víveres e forçando os Visigodos, que tinham atacado a região, a abandonar as cidades que tinham conquistado[2355].

Geralmente os navios de guerra romanos, no Império Tardio, eram tão anacrónicos que se poderia dizer que possuíam um perfil bastante idêntico às antigas galeras, movidas a remos e dotadas de esporões, que não exibiriam substanciais diferenças das trirremes gregas utilizadas já há centenas de anos[2356]. O *dromon* continuava a ser o modelo generalizado de navio de guerra romano nos séculos IV e V e que se viria a manter como principal embarcação até ao século IX na marinha do Império Romano do Oriente[2357], mesmo após o contacto com a sofisticada realidade naval dos árabes.

Os navios de transporte já eram construídos com mais variedade, sendo maioritariamente utilizados para deslocar soldados e suprimentos[2358], embora tivessem sido construídas embarcações de grandes dimensões que eram reservadas ao transporte de cavalos.

Nem as guerras civis levariam a uma mudança neste estado de coisas, pois raras foram as grandes batalhas navais travadas neste contexto, onde apenas se poderia destacar o confronto, em 324, entre a armada de Constantino, liderada por Crispo, e a frota de Licínio junto de Constantinopla[2359].

[2355] FERRILL, 1986, pp. 121-123; HEATHER, 2010, pp. 234-235.
[2356] VEG. 4.37.
[2357] HEATHER, 2010, pp. 394-396, 488, 565.
[2358] ELTON, 1996, p. 220.
[2359] Segundo Zósimo, nesta grande batalha naval Constantino disporia de uma armada constituída por 2.000 pequenos navios de guerra com 30 remos e 2.000 navios de transporte. Por seu turno a frota de Licínio, que controlava a parte oriental do Império, dispunha de 350 trirremes fornecidas pelo Egito, Chipre, Líbia, Fenícia e pelas províncias marítimas da Ásia Menor como a Cária, a Bitínia, a Jónia e a Dória. ZOZ. 2.22-26. GIBBON, 1999, pp. 469-472; LE BOHEC, 2006, p. 75.

O Império manter-se-á como que alheado da necessidade de desenvolvimento do potencial naval até ao século V, quando subitamente toma consciência desta sua grave lacuna ao se ver confrontado com os desafios trazidos pela conquista de África pelos Vândalos, a partir de 429, e com o potencial imparável das suas frotas[2360]. Só então o Império compreende que o poder marítimo vândalo colocava todo o seu litoral mediterrânico perante uma temível nova ameaça estratégica, sendo já incapaz de a defender e vendo-se exposto, em 455, a um brutal saque marítimo própria cidade de Roma[2361].

[2360] HALSALL, 2007, p. 240.
[2361] HALSALL, 2007, pp. 255-256.

CAPÍTULO 12

O PARADIGMA DA ORGÂNICA MILITAR NO BAIXO-IMPÉRIO

12.1. Os Povos Germânicos na Transformação do Império

Há uma perspetiva historiográfica bastante habitual, que poderíamos considerar quase esquizofrénica, sobre o que poderá ter sido o papel das tribos germânicas na queda do Império Romano. No imaginário popular, o bárbaro germânico é muitas vezes encarado sob dois ângulos diferentes, ora entendido como um selvagem, um destruidor de valores civilizacionais, ora despertando em outros um fascínio pela sua força anímica, pelo seu estatuto de guerreiro livre e excelso defensor do seu povo.

Da mesma forma, em algumas historiografias, o fim do Império Ocidental e as invasões germânicas são perspetivadas com valorações ambíguas, embora geralmente acusadas de serem responsáveis pelo fim da civilização romana. Para alguns, os povos germânicos foram os responsáveis pelo início de uma longa era de trevas. Partilham esta forma de abordagem as historiografias de muitos autores franceses e italianos que apontam o movimento invasor destes povos como sendo "invasões bárbaras", enquanto entre os historiadores alemães, esses eventos revestem-se de uma dimensão mais heroica[2362].

Para a generalidade destes últimos, o movimento das tribos de língua germânica era encarado de forma positiva, tendo potenciado o colapso de uma sociedade mediterrânea decadente e injusta.

Teriam provocado a queda de uma autocracia autocentrada, despótica, corrupta e promoveram a sua substituição por uma sociedade igualitária e viril. Por vezes, à sociedade germânica eram mesmo atribuídas normas políticas que configuravam uma proto democracia de indivíduos livres, nomeadamente baseada nos vínculos recíprocos que se estabeleciam entre o senhor da guerra e o seu séquito.

[2362] HALSALL, 2007, p. 10.

Essas diferentes abordagens levaram a formas de conceber subjetivamente a história destes séculos finais do Império, incidindo ora na tragédia que resultou no seu desaparecimento ou, por seu turno, um heroico épico em que se tornaram os territórios imperiais sob o definitivo estabelecimento destas sociedades em prósperos "reinos sucessores".

No entanto, ambas as perspetivas têm um denominador comum, que aponta claramente para terem sido estas invasões germânicas o principal fator que nos séculos IV e V foi responsável pela desagregação interna que sofreu o Império Romano[2363].

Não é assim de estranhar que, ainda hoje, a generalidade das histórias nacionais dos países ocidentais faça remontar as suas origens a estes povos germânicos, dado que muitos Estados e regiões modernas resultam destas migrações ocorridas na antiguidade tardia, tal como se pode observar nos nomes de Inglaterra, Escócia, França, Borgonha, Alemanha e Lombardia[2364].

Algumas denominações derivam igualmente das mudanças étnicas ocorridas logo no fim da Antiguidade, com os Franceses a chamar Alamania aos territórios dos seus vizinhos Alamanos, enquanto estes se referem à França como Reino da Francia (*Frankreich*) ou "reino dos Francos".

Nas Ilhas Britânicas, os Ingleses chamam os habitantes da península ocidental de Galeses (*Welsh*), uma palavra germânica que significa "estrangeiro", enquanto estes designam os Ingleses de Saxões (*Saes*). Os povos germânicos foram, portanto, os responsáveis por muitas identidades nacionais que perduraram historicamente e, nos casos em que tal não se verificou, por adversas conjunturas políticas que não permitiram a criação de países, a sua imagem histórica foi alvo de uma abordagem menos favorável.

Na Península Itálica, por exemplo, os Lombardos, que a invadiram no final do século VI, são vistos com uma imagem menos positiva, pois terão sido os seus belicosos nobres autocráticos os responsáveis por destruir a unidade deste território e por provocar a fragmentação em dezenas de ducados que perduraram até ao *Risorgimento*, que só ocorreu já no século XIX[2365].

[2363] HALSALL, 2007, p. 11.

[2364] Inglaterra, terra dos Anglos; Escócia, terra dos Escotos; França, terra dos Francos; Borgonha, terra dos Burgúndios; Alemanha, terra dos Alamanos; Lombardia, terra dos Lombardos. Todas estas tribos, ou confederações de tribos (ex: *Alamanos* = "All Männer", isto é, "todos os homens"), são de origem germânica.

[2365] HALSALL, 2007, p. 12.

Os povos germânicos são frequentemente considerados como os responsáveis pela destruição das estruturas políticas imperiais, bem como da sua cultura, da sua administração, da sua economia, do equilíbrio das suas relações sociais, mas o que poderemos observar é que, embora possam ter contribuído para a sua transformação, a queda da antiga ordem romana foi sendo modificada lenta e progressivamente. Se os Germânicos protagonizaram um papel central no seu processo de transformação, o que seria natural pois o seu mundo não fazia parte da sua arquitetura política e social, procuraram também muitas vezes integrar-se nele e mesmo dar continuidade às suas instituições e organização administrativa. Foi em nome disto que aceitaram integrar o exército romano, ou entrar no Império com o estatuto de "federados", com obrigações e deveres, com demarcações territoriais e com diversos tipos de condicionalismos[2366].

Desde a intensificação do contacto dos Germânicos com a realidade romana, nomeadamente a partir do século I, que estes tiveram uma relação amor-ódio para com esta estranha e gigantesca estrutura política, que influenciavam, enquanto ela também os ia recriando político e culturalmente. Séculos de relações de convívio pacífico e violentas guerras teriam que modelar um universo de interdependência tão marcado que ambos adquiriram muitos traços comuns e interpenetraram-se pouco a pouco nos mais variados aspetos[2367]. Mas se o Império se transformou, foi em grande medida pela interação com os povos germânicos, apesar de isso ter criado durante séculos destruição e guerra, pois não encontramos o mesmo dinâmico fenómeno com o contacto com a realidade das dinastias medo-persas, sempre encaradas como um inimigo num mundo à parte.

É por tudo isto que a famosa data de 476[2368] é, no fundo, de pouca importância, exceto para historiadores que não queiram dar relevo a este processo de interação e que se deixem trancar nas abordagens tradicionais, e pouco esclarecedoras, de declínio e queda. Edward Gibbon lançou a luz possível sobre um momento crucial da História com a sua fenomenal abordagem do *Declínio e Queda do Império Romano*[2369], mas apenas pôde lançar o seu foco sobre alguns aspetos numa época em que tudo estava por problematizar. Trata-se hoje, mais de dois séculos depois, de espalhar essa luz pelos imensos matizes de uma narrativa complexa que levou o Ocidente, da antiga unidade que lhe deu forma cultural, até às

[2366] LE BOHEC, 2006, p. 60.
[2367] RICHARDOT, 2001, pp. 299-303.
[2368] Data em que o último imperador do Ocidente, Rómulo Augusto, foi deposto por Odoacro, que envia as insígnias imperiais para Constantinopla. Esta é habitualmente considerada como a data da "Queda do Império Romano do Ocidente". GOLDSWORTHY, 2003, p. 11; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 540.
[2369] GIBBON, 1999. A obra foi escrita por Edward Gibbon entre 1776 e 1788.

diferentes colorações dos muitos fragmentos em que se transformou e que revelaram os outros aspetos da sua índole.

No entanto, a explicação habitual para o que se designa como o putativo fracasso do Império Romano gira sobretudo em torno desta pressão sobre as suas fronteiras, afirmando que as suas causas vieram de fora do Império e dando assim relevo à incapacidade do exército de lidar com o afluxo de bárbaros que conquistaram as suas províncias. Mas se estes homens foram realmente os seus invasores, tendo passado a viver dentro do seu corpo territorial, foram também o seu rejuvenescimento e quiseram defendê-lo, aprenderam com ele e transformaram-no, transformando-se.

12.2. A Conjuntura Militar Germânica no Tempo de Diocleciano

Quando Diocleciano subiu ao poder em 284[2370], os desafios militares nas fronteiras do Império, apesar dos sucessos militares dos seus antecessores, mantinham-se muito exigentes.

Registavam-se violentas investidas dos Francos em toda a faixa do curso inferior do Reno e numerosas tribos de Alamanos assolavam o *limes* da Récia e estendiam os seus ataques até à Germânia Superior. Os territórios da província da Britânia eram igualmente fustigados pelos Pictos e Escotos, as belicosas tribos montanhesas que faziam as suas investidas a partir do Norte, e as águas do canal da Mancha estavam infestadas de barcos saxões que perpetravam ataques piratas por todo o litoral a partir da embocadura do Reno[2371].

Na Bretanha, Alsácia, Récia e Helvécia, o panorama não era mais favorável com frequentes ataques de piratas nas áreas litorais e violentas pilhagens por áreas já bem no interior dos territórios romanos, enquanto outros povos, tal como Burgúndios e Hérulos, vagueavam sem rumo nas margens do *limes* renano, destruindo tudo o que encontravam à sua passagem[2372]. Estes, quando estabeleciam os seus assentamentos, procuravam garantir a sua segurança recorrendo a uma antiga prática tribal que consistia em arrasar todas as outras povoações que ficassem perto dos seus territórios num raio de vários quilómetros, criando agrestes zonas semidesérticas que, por não fornecerem recursos, eram mais difíceis de serem atravessadas por adversários. Esta prática de consolidar largas faixas de "terra queimada" em torno dos seus acampamentos era particularmente propícia ao aparecimento e circulação

[2370] LE BOHEC, 2006, p. 16.
[2371] LE BOHEC, 2006, pp. 19-20; DE MAN, 2020b, p. 316.
[2372] LE BOHEC, 2006, p. 20; DE MAN, 2020b, p. 316.

de grupos de saqueadores, como eram os Bagaudas[2373], que por vezes se organizavam como consideráveis exércitos privados em torno de régulos carismáticos.

Os temíveis Godos, ainda divididos em Tervíngos e Grutungos, continuavam neste final do século III a importunar o *limes* danubiano, tal como o continuavam a fazer os Sármatas e várias inquietas tribos seminómadas.

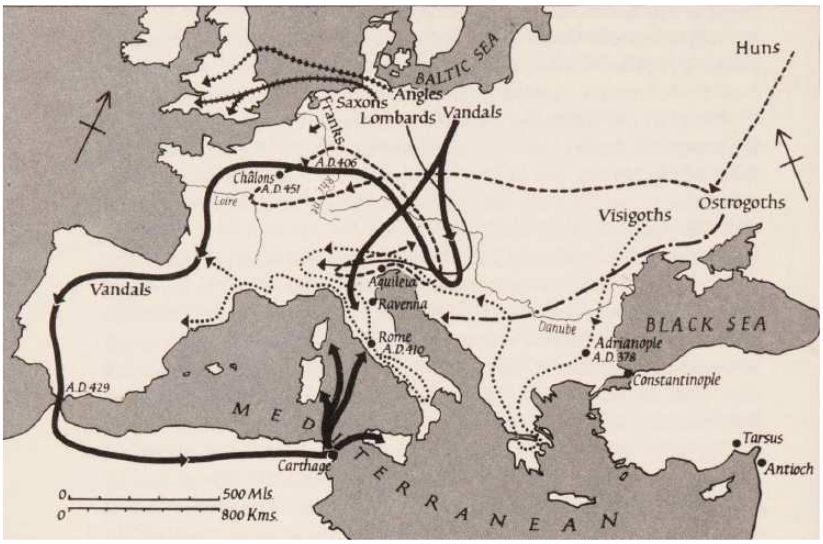


Imagem 105 - Invasões bárbaras, durante o Baixo-Império. [in FERRILL, 1986, p. 100]

O ininterrupto afluxo de povos germânicos às fronteiras reno-danubianas do Império causava um enorme constrangimento territorial, fazendo com que estas tribos lutassem cada vez com mais frequência, não só contra as tropas romanas, mas também entre si, a fim de conquistarem ou garantirem a manutenção do seu espaço. Sendo estas tribos grandes grupos, por vezes constituídas por milhares de indivíduos[2374], traziam nas suas migrações enormes caravanas com a totalidade dos seus pertences e atrás de si vastas manadas de animais que garantiam o seu sustento, o que fazia com que necessitassem de extensos territórios para os seus assentamentos[2375].

O constrangimento territorial vai-se agravando ao longo de todo o século IV, tendo sido provavelmente este um dos fatores que mais terá contribuído para o forte aumento da conflitualidade que podemos identificar ao longo de toda esta cronologia. Este tornar-se-ia cada vez mais exigente para a defesa romana, com grandes grupos germânicos a saírem das

[2373] RICHARDOT, 2001, p. 90; LE BOHEC, 2006, p. 20.
[2374] MACDOWALL, 1996, p. 26.
[2375] O movimento migratório dos povos germânicos e seminómadas veio a ser quase sempre realizado para Sul e Ocidente, mesmo antes do forte impulso que sofreram pela migração das hordas hunas em meados do século IV. Só pontualmente encontramos deslocações em direção a Leste, como foram as protagonizadas pelos Alanos e Godos Tervingos, mas que poderão ser consideradas até bastante tímidas na extensão percorrida, visto que terminaram o seu périplo logo a norte do Mar Negro. As razões para este massivo movimento para Ocidente não serão fáceis de determinar, mas terá sido possível que se tivesse difundido entre os Germânicos a ideia que no Oriente existiam imbatíveis hordas de guerreiros monstruosos e sanguinários. Curiosamente, uma tal ideia ter-se-ia difundido ainda bastante antes dos desastrosos confrontos com os clãs hunos, pois os povos germânicos teriam tido anteriormente poucas condições de conhecer o que era a realidade militar no longínquo contexto oriental. MACDOWALL, 1996, pp. 11 (mapa).

densas florestas e a amontoarem-se desordenadamente a sul, empurrando outras contra o *limes* danubiano, tal como veio a acontecer com os Godos e os Alamanos.

Esta situação atingiria o seu paroxismo sob o devastador empurrão causado pela chegada dos diversos clãs de Hunos por volta de 337[2376], cujos ataques com as suas rápidas cargas de cavalaria e munidos dos seus poderosos arcos eram esmagadores para todas as tribos germânicas que se lhes tentaram opor.

O estabelecimento de tropas fixas romanas foi a resposta militar que Diocleciano procurou implementar para este novo estado permanente de conflitualidade no *limes*, pois, as hordas germânicas passaram de esporádicas tentativas de invasão para uma conjuntura bélica em que, não só forçavam permanentemente as fronteiras, como o faziam em diversos locais em simultâneo.

No Oriente, o Império deparava-se também com o crescimento, quer da ameaça sassânida[2377], quer com as inesperadas incursões dos povos sarracenos na fronteira com o deserto arábico[2378].

Só a Península Ibérica, a Itália e as províncias africanas, pareciam estar minimamente pacificadas, mas mesmo nestas sentia-se que ocorreriam novas convulsões caso se desse um aligeirar da presença militar[2379].

Diocleciano viu-se assim forçado a ter de impor uma dinâmica estratégica em que procurava reforçar as fragilizadas estruturas militares e administrativas, bem como a consagrar em definitivo uma nova arquitetura para o exército e de revalorizar a centralidade do papel do imperador. Este passou a envolver-se num cerimonial de autoridade que o aproximava das monarquias orientais, com o seu próprio estatuto a adquirir laivos de transcendência, mudando a sua titulatura de imperador para "Senhor" (*dominus*)[2380].

Para um melhor controlo militar do imenso território imperial e para poder responder em tempo útil aos desafios permanentes, Diocleciano criou primeiro uma Diarquia, com Maximiniano, logo em 285-286[2381], elevando-o ao estatuto de coimperador e dando-lhe a responsabilidade de defender as províncias ocidentais[2382].

Possivelmente agradado com os bons resultados obtidos, Diocleciano decide, em 293, reforçar ainda mais as cadeias de comando, fazendo uma nova remodelação do poder

[2376] GIORDANI, 1970, pp. 53, 56; HALSALL, 2007, pp. 10, 19, 51, 170.
[2377] RICHARDOT, 2001, pp. 15, 103, 143.
[2378] LE BOHEC, 2006, p. 20.
[2379] LE BOHEC, 2006, p. 20.
[2380] LEADBETTER, 2009, p. 41; DE MAN, 2020b, p. 322.
[2381] RICHARDOT, 2001, p. 20; LE BOHEC, 2006, p. 20.
[2382] DE MAN, 2020b, pp. 316-317.

político, agregando outros dois competentes chefes militares e homens de confiança à governação do Império, estabelecendo o que se convencionou chamar de "Tetrarquia Imperial"[2383].

Nesta, o poder supremo encontrava-se distribuído por quatro governantes, mas Diocleciano reservou o estatuto superior de "Augusto" para si e para Maximiniano, enquanto concedia o título de "César" a Galério e a Constâncio Cloro, que se tornariam imperadores auxiliares[2384].

Uma das prerrogativas dos futuros Augustos seria, a partir de então, o realizar a atribuição dos cargos de César a dois indivíduos segundo uma perspetiva meritocrática, não devendo ter com eles quaisquer relações familiares[2385], com o intuito de que estes fossem escolhidos preferencialmente pela sua competência militar.

Apesar de exercerem uma função de comandantes auxiliares dos Augustos, cada um dos Césares ficou igualmente com a responsabilidade de governar uma das quatro partes em que todo o Império foi, a partir de então, administrativamente dividido.

No entanto, procurando transmitir uma imagem de unidade do poder, tal divisão dos territórios imperiais não estava oficialmente consagrada, procurando-se transmitir a ideia de que todos os éditos eram proclamados em conjunto pelos quatro governantes. Nesta nova conjuntura governativa, cada imperador possuía, no entanto, as suas responsabilidades particulares, tendo uma capital, uma administração independente e o seu próprio exército[2386].

A vantagem militar desta repartição de poder era a de permitir uma melhor resposta militar que permitisse fazer frente a invasões simultâneas, pois, ao estarem posicionados em diferentes províncias do Império, cada governante teria condições, pela sua proximidade, de

---

[2383] RICHARDOT, 2001, p. 20; LE BOHEC, 2006, p. 20.

[2384] LE BOHEC, 2006, p. 20; ELTON, 2007, pp. 326-327.

[2385] Tal critério poderia ter sido mesmo uma forma inteligente de escolher os seus sucessores, atendendo às ingentes necessidades militares que se faziam sentir, pois muitas vezes os descendentes imperiais não demonstravam ter qualquer apetência para a administração do Império e para os trabalhos da guerra. No entanto, quer Diocleciano, quer o seu colega Maximiano, acabariam por subverter rapidamente tal intenção, ao fazerem desposar as suas filhas com os recém-nomeados Césares, o que daria naturalmente aos filhos destes um peso institucional demasiado relevante para que se pudesse manter a conceção que teria presidido à fundação da tetrarquia. Apesar da escolha inicial se poder ter ainda fundado na competência militar de Constâncio Cloro e Galério, dever-se-á admitir que o posterior estabelecimento de um tão forte vínculo familiar tenderia, com um tal exemplo, a tornar muito difícil a intenção de estabelecer um critério apenas meritocrático nas futuras tetrarquias. Além disso, os Césares acabaram mesmo por ser adotados por Diocleciano e Maximiano, tornando-os, à luz do direito romano, seus filhos legítimos, o que não só os legitimaria como seus herdeiros, como levaria a uma forte transmissão agnática aos seus netos. A previdente intenção de Diocleciano de criar um sistema de escolha de sucessores que pudesse garantir que o Império fosse sempre governado por homens com qualidades de chefia soçobraria de imediato com esta vinculação familiar. DE MAN, 2020b, pp. 315-318.

[2386] MONTEIRO, 2020b, p. 306.

tornar efetivas as suas ordens ou de chefiar com rapidez as operações para as enfrentar[2387]. Estas novas cadeias de comando eram um aspeto fundamental para garantir uma boa gestão prática da nova conjuntura da guerra, atendendo a que as necessidades militares não poderiam estar dependentes de ordens imperiais que demorassem demasiado tempo para serem rececionadas.

Diocleciano tinha compreendido que um eficaz acompanhamento da evolução das conjunturas bélicas passaria por diferentes fases que necessitariam de ser acompanhadas com detalhe e que tal exigiria uma resposta proporcionada em tempo útil.

Esperar dias ou mesmo semanas por ordens exaradas de um comando que se encontrasse a milhares de quilómetros não permitiria o estabelecimento de qualquer boa estratégia, não só alienando a possibilidade de implementar o fator surpresa, como também favorecia a descoordenação tática das cadeias de comando.

A grande extensão territorial do Império há muito que não permitia uma rápida comunicação militar com o *limes* e a localização da cidade de Roma tinha-se tornado particularmente desajustada para a gestão das necessidades práticas da guerra.

Isto tornava-se particularmente preocupante quando o comando supremo estava centralizado num único imperador, o que o forçava a ter que se deslocar frequentemente em campanha para locais mais próximos dos cenários de guerra, como tinha acontecido já desde o Alto-Império, nos Principados de Augusto, Vespasiano, Trajano e até de Marco Aurélio. Embora Diocleciano nunca tivesse tido como capital a cidade de Roma, tendo-se deslocado aí uma única vez, compreendeu que, enquanto fosse um imperador único, em qualquer local em que se encontrasse estaria sempre muito longe das outras partes do Império que poderiam necessitar da sua rápida intervenção.

Esta entreajuda entre os quatro imperadores viria a ter um importante papel na eliminação dos principais fatores de instabilidade dentro do Império, pois permitia não só um reforço militar mútuo, como a definição de estratégias com forças combinadas.

É assim que se reúnem as condições para enfrentar tentativas de secessão, como a de Caráusio[2388] e, logo depois, a de Alecto[2389], que procuravam criar um reino independente nas províncias da Britânia. Apesar do fracasso inicial de Maximiniano na sua tentativa de eliminar o perigo desta secessão britânica, protagonizando um desastrado desembarque nas costas da grande ilha, tudo viria a ser resolvido a contento pela intervenção do seu César,

[2387] RICHARDOT, 2001, p. 101.
[2388] LE BOHEC, 2006, p. 21.
[2389] LE BOHEC, 2006, p. 21.

Constâncio Cloro, em 297[2390]. Este, que possuía uma particular apetência por este tipo de manobras navais, dirigiu a partir do Sena uma nova operação combinada contra estas províncias rebeldes. No entanto, o esforço de Constâncio também só foi salvo por uma providencial intervenção divina, pois o desembarque apenas foi conseguido por ter surgido um milagroso nevoeiro junto à ilha de Wight, que lhe permitiu condições para desembarcar as suas tropas e vencer a resistência de Alecto[2391].

Também foram bem-sucedidas as importantes campanhas de Maximiano na Gália, onde conseguiu esmagar os principais bandos de bandidos, tendo-se dirigido depois à Germânia, onde combateu os Saxões, Francos, Burgúndios e Hérulos[2392]. Mais a Ocidente, este imperador investiu contra os Alamanos numa difícil campanha conjunta com Diocleciano na província da Récia, em 288, que só viria a ser terminada com uma intervenção de Constâncio Cloro[2393].

Ainda no ano de 297, a difícil conjuntura militar obrigou Maximiniano a ter de intervir em África, realizando campanhas contra os Mouros para restabelecer a ordem no Magrebe, o que o obrigaria a penetrar até Cartago no ano seguinte[2394].

Em 298, Diocleciano decidiu intervir no *limes* oriental e infligiu uma grande derrota aos Persas sassânidas, tendo reconquistado para a esfera romana a posse da Arménia e penetrando profundamente na Mesopotâmia, chegando mesmo a atacar a capital persa de Ctesifonte[2395]. Traçou uma nova fronteira a Oriente que se estendeu até ao rio Tigre; realizando assim a anexação de todo o território do Norte da Mesopotâmia e conseguindo a assinatura da "Paz de Nisibe", cujas cláusulas eram anormalmente humilhantes para o orgulhoso espírito militar dos Persas[2396].

A colaboração dos tetrarcas é permanente e, ainda em 298, Diocleciano desloca-se para o Egipto, coadjuvado pelo seu César, Galério, não só para esmagar algumas tentativas de usurpação, mas também expulsar as tribos nómadas Sarracenas que invadiam os territórios imperiais[2397].

No entanto, a situação militar mais problemática continuava a ser no *limes* do Danúbio, onde os tetrarcas viriam a ser forçados a realizar inúmeras campanhas. Aqui também se

[2390] LE BOHEC, 2006, p. 22; DE MAN, 2020b, p. 317.
[2391] LE BOHEC, 2006, p. 22.
[2392] LE BOHEC, 2006, pp. 21-22.
[2393] LE BOHEC, 2006, p. 22.
[2394] LE BOHEC, 2006, p. 22.
[2395] Ctesifonte caiu em poder dos Romanos no ano de 297. LE BOHEC, 2006, p. 23.
[2396] Este tratado foi concluído no ano de 298. LE BOHEC, 2006, p. 23.
[2397] LE BOHEC, 2006, p. 23.

manteve a frutuosa colaboração estratégica conjunta entre o exército de Diocleciano e o de Galério, o que permitiu enfrentar com sucesso os Sármatas, os Carpos, e as numerosas tribos de Grutungos e Tervingos.

Esta robusta articulação bélica entre os imperadores obteve um tal impacto que permitiu que se estabelecesse um clima de relativa acalmia que teria as suas repercussões até meados do século IV, momento em que começaram a surgir no Ocidente as demolidoras vagas das hordas hunas, que criaram, quer entre os povos germânicos, quer nas fronteiras do Império, uma tão intensa destabilização que a insegurança e a conflitualidade se tornaram permanentes.

12.3. Mudanças Estruturais nas Conceções Marciais Germânicas

12.3.1. A Problemática da Caracterização Militar dos Povos Germânicos

Embora muitas destas populações que se estabeleceram no *limes* reno-danubiano sejam apontadas como pertencentes ao que poderíamos classificar como povos de cultura germânica, os elementos que possuímos para estabelecer uma tal atribuição não são muitas vezes evidentes.

À pergunta sobre o que poderia definir um tal estrato étnico, apenas poderemos responder com elementos que são indicações avulsas e demasiado genéricas, sem que seja possível encontrar um critério que garanta uma tal classificação cultural.

No entanto, sabemos que será sempre difícil criar uma forma universalmente válida para estabelecer em definitivo uma tal denominação, tal é a diversidade de costumes, de hábitos, de tradições políticas e sociais e até de expressões religiosas que podemos encontrar nesta plêiade de povos que, ao longo de séculos, contactaram com os Romanos. Mesmo com todo o desenvolvimento dos estudos das ciências auxiliares da história e que poderão ajudar na sua caracterização, como a paleografia, a epigrafia, a numismática, a arqueologia, dificilmente encontraremos modo de chegar a um padrão que permita um critério que possa definir com clareza o que é a germanidade e que se reconheça como caracteristicamente comum a uma tão grande diversidade de etnias.

A presença destes num território tão vasto como a designada Germânia Exterior, ou a sua simples passagem por esta geografia, não será um critério suficiente para se poder encontrar traços étnicos comuns a muitas destas comunidades. Diga-se aliás, que estas são

normalmente tidas como passíveis de ser classificadas de forma distinta das numerosíssimas tribos de Celtas, que partilhavam muitos traços culturais com as populações germânicas.

As primeiras populações germânicas que habitualmente são referenciadas como tendo tido contacto direto com o mundo romano, como aconteceu com os Cimbros, não se encontram totalmente ao abrigo de outras reavaliações étnicas, encontrando-se autores que defendem que estes grupos eram certamente pertencentes a genealogia celta[2398].

Segundo o que nos dizem autores clássicos como Tácito e Plutarco[2399], a sua germanidade seria um facto inequívoco, mas deveremos questionar se o argumento geográfico que apresentam para tal seria garantia de uma clara germanidade, ao afirmarem que estes eram originários da Jutlândia. Em primeiro lugar, qual poderia ser a verdadeira perceção destes autores clássicos sobre o que se passaria em 109 a.C.[2400], quando os Cimbros desceram, na sua marcha imparável, na Narbonense e na Gália Cisalpina[2401], chegando até às portas da Península Itálica[2402], afirmando que estes teriam vindo da Jutlândia?

Qual seria o conhecimento dos autores romanos sobre esta região tão remota e de difícil acesso, localizada para lá da complexa realidade étnica e política que era a Gália, território com centenas de tribos celtas e nesta época ainda nem sequer conquistada pelo Império?

Ter-se-á que admitir que estes escritores foram levados a formar a sua opinião baseados noutros escritos aos quais tiveram acesso e cujo rigor factual não estaria assim tão assegurado, nomeadamente ao reportarem-se a uma longínqua geografia e mesmo a uma cronologia tão anterior, separada destes autores romanos já por séculos.

[2398] Gareth Sampson, referindo-se aos Cimbros, salienta a afirmação de Plutarco: «[…] Plutarch argues that they were Germanic, though he acknowledges that others gave them Gallic or even Scythian origin. […]» SAMPSON, 2020, pp. 78-81.

[2399] Plutarco e Tácito foram contemporâneos e viveram respetivamente em 46-120 e 56-117, tendo ambos escrito sobre a invasão dos Cimbros que ocorrera na última década do século II a.C. SAMPSON, 2020, p. 80.

[2400] Mike Duncan relata: «[…] In 109 BC when Consul Metellus was sent to Africa and took Marius along with him, his consular colleague Marcus Silanus was sent north to deal with the Cimbri, a Gallic tribe that had been growing in strength. Silanus was supposed to put down the impertinent barbarians and restore Roman order but instead was utterly defeated. […]» DUNCAN, 2016, p. 504

[2401] Em 113 a.C., os Cimbros chegaram ao Danúbio, à Nórica, lar dos Tauriscos, que enquanto aliados de Roma lhes pediram ajuda. Em resposta o cônsul romano Cneu Papírio Carbão, depois de uma impressionante demonstração de força, assumiu uma poderosa posição defensiva exigindo que os Cimbros e seus aliados deixassem a província. Descobrindo uma traição neste processo estes atacaram e, na Batalha de Noreia (hoje Neumarkt, Áustria), aniquilaram o exército de Carbão. GONZÁLEZ, 2005, *Noreia*, p. 504. Em 105 a.C., o cônsul Cneu Málio Máximo e o procônsul Quinto Servílio Cepião, com o objetivo de encerrar a guerra de uma vez por todas, juntaram a maior força armada desde a Segunda Guerra Púnica com mais de 80 mil homens, além de dezenas de milhares de auxiliares, divididos em dois exércitos, cada um liderado por um deles. Ambos foram derrotados na Batalha de Aráusio (hoje Orange, França). GONZÁLEZ, 2005, *Aravsio* I e II, p. 56.

[2402] MANTAS, 2020, pp. 332-333.

Não poderiam mesmo as tribos gaulesas ter ocupado parte dos territórios da Jutlândia[2403], sabendo-se não só da sua grande mobilidade, mas também que estes estenderam a presença das suas tribos a geografias tão longínquas como a própria Ásia, no extremo oposto das regiões que lhe são habitualmente atribuídas?

Mesmo a sua aparência física e modo de fazer a guerra não eram propriamente contrastantes, com Dião Cássio a estabelecer mesmo este paralelo, referindo-se ao vasto conjunto das tribos dos Alamanos como homens que eram como os Gauleses, numerosos, grandes, violentos, imprudentes e impetuosos, ferozes nas suas investidas, mas ficando rapidamente exaustos[2404]. Embora no século IV já fosse possível caracterizar os Alamanos, nomeadamente pela sua organização política, muitos dos escritores romanos insistiam nesta visão tradicional e defendiam que todos os povos entre os rios Reno, Danúbio e as regiões da Escandinávia, pertenciam a tribos germânicas e que não haveria dúvida que estas deveriam ser classificadas como tal[2405].

Não queremos, no entanto, questionar a veracidade ou a boa-fé destes autores clássicos, mas antes e só, problematizar o cuidado que se deverá observar quando se tomam por absolutas as suas afirmações, atendendo à distância temporal e geográfica destes acontecimentos ou mesmo às fontes anteriores que lhes deram origem. O que definimos hoje para nós como fontes primárias, deverão ser lidas com todo o cuidado, pois o seu estatuto é necessariamente também o de fontes secundárias pois já derivaram de escritos de autores que os precederam e que estiveram na base das suas obras. Sem autores que os antecederam, teria sido impossível a um Tito Lívio, a um Tácito ou a um Dião Cássio, redigirem as suas obras que versam sobre factos pretéritos já ocorridos havia muitos séculos. Poucos são os autores da Antiguidade, como Políbio, Júlio César ou mesmo Amiano Marcelino que tiveram a oportunidade de testemunhar *in loco* muitos dos acontecimentos que nos narram, e mesmo estes, como é natural que se admita, deverão ter feito a sua leitura pessoal e certamente escreveram de modo a que as suas narrativas fossem ao encontro da sua agenda particular.

A existência de uma língua comum poderia ser um aspeto importante que nos pudesse fornecer um importante elemento cultural que garantisse a presença de uma certa forma de germanidade, mas tudo indica que este também não poderá ser considerado como um fator caracterizador, visto que tudo indica que não se compreendiam mutuamente os falantes da

[2403] A península da Jutlândia corresponde a parte da atual Dinamarca, incluindo também algumas porções do norte da atual Alemanha.
[2404] D.C. 38.47.5.
[2405] HALSALL, 2007, p. 50.

generalidade dos dialetos destes povos, inclusive mesmo dentro do contexto dos que consideramos que se expressariam em língua proto germânica.

Embora se possa admitir que, em certos casos, pudesse haver semelhanças linguísticas que viabilizassem uma comunicação verbal básica, a grande maioria destas tribos observava grandes diferenças dialetais e, portanto, não tinha condições de a praticar[2406].

A realidade étnica era bastante diversificada, com algumas destas populações a poderem ser integradas no que se poderia classificar como meros grupos tribais, apresentando números de poucas centenas de indivíduos, enquanto outras formavam verdadeiras confederações com milhares de membros, como veio a caracterizar os grandes grupos que viriam a constituir os povos federados[2407].

Aos poucos, registou-se cada vez mais, nomeadamente nos séculos IV e V, a tendência para que estas tribos se agrupassem em comunidades consideráveis a fim de conseguirem uma maior capacidade militar[2408], o que por seu turno deverá ter contribuído para uma osmose linguística fruto da permanente partilha e proximidade.

Alguns destes grupos poderiam até originalmente ser falantes de dialetos diferentes do germânico, tal como seria de admitir que acontecesse com os povos seminómadas, mas eram habitualmente classificados pelos autores clássicos como pertencentes a esta cultura, o que dificulta a sua caracterização linguística. Haveria certamente muitos casos em que estas diferentes comunidades já possuiriam uma cultura mista, influência que certamente deveriam ter já assimilado de um possível contacto prolongado com a cultura germânica.

O seu número era muitíssimo considerável e foram-se aproximando do *limes* reno-danubiano por vagas, vindo de partes cada vez mais recônditas das profundas florestas da Germânia Exterior, criando um progressivo congestionamento territorial. Se as riquezas do Império deveriam ser naturalmente uma forte razão para a procura de adentrarem as suas fronteiras, a grande pressão militar sofrida com a chegada dos Hunos[2409] tornou tais tentativas ainda muito mais frequentes. O impacto da força militar esmagadora destes últimos criou, ao longo dos territórios europeus, um "mútuo empurrão para Ocidente", gerando uma imensa vaga de caóticas e rápidas migrações forçadas, protagonizadas pela generalidade das tribos que procuravam assim fugir à sua senha de pilhagem e destruição. Como seria inevitável, tais povos em migração foram progredindo para Ocidente,

[2406] Simon Macdowall considera que seria duvidoso que um franco que vivesse ao longo do Reno pudesse ter-se entendido por um godo do Dniester. MACDOWALL, McBRIDE, 1996, p. 3.
[2407] RICHARDOT, 2001, pp. 8-12.
[2408] MACDOWALL, McBRIDE, 1996, p. 6.
[2409] HEATHER, 2010, pp. 145-151.

empurrando-se e confinando-se cada vez mais contra o *limes* do Império, obrigados a deterem-se no Reno e no Danúbio pela força das legiões romanas que demarcavam as suas fronteiras.

Para uma perceção mais detalhada da enorme multiplicidade destes povos germânicos, listamos sumariamente, em anexo, as principais 160 tribos e agrupamentos que se admite que seriam, possivelmente, desta origem[2410].

O movimento migratório viria a transformar profundamente as relações militares e de convivência entre estes clãs de povos germânicos, forçando-os a estabelecerem cada vez mais estreitas relações com as diversas tribos circunvizinhas. As suas migrações e pressões externas tinham acabado por fragilizar a sua rígida unidade militar e começaram então a surgir grandes grupos multiétnicos que eram formados por guerreiros que já não se sentiam obrigados a seguir os chefes tradicionais dos seus clãs, preferindo engrossar as hostes de outros líderes mais carismáticos e poderosos [2411].

Os Visigodos, por exemplo, chegariam a ser formados por dois grandes clãs godos, a que se tinham juntado Alanos, Sármatas e Taifalos e essa tendência ir-se-ia generalizar a ponto de, no final do século VI, os tardios clãs de merovíngios serem já uma mistura de Francos, Burgúndios e Alamanos.

No século IV, os próprios séquitos pessoais dos líderes de guerra germânicos não eram já realizados tendo como base o antigo sistema de tribos, mas aceitavam naturalmente jovens que procuravam o seu sucesso ao juntar-se a um importante chefe independentemente da sua origem. Esta tendência viria até já de época bem anterior, pois é o próprio Tácito que ainda na primeira metade do século II, afirma mesmo que[2412]:

> «[…] If the country of their birth is stagnating in a long period of peace and inactivity, many noble youths deliberately seek out other states who are engaged in some war. […]»

Nesta orgânica de relações que se ia formando entre a diversidade dos elementos dos clãs germânicos tornava-se cada vez mais imperativa a importância do juramento de fidelidade ao chefe[2413], constituindo este a demonstração pública da sua total dedicação.

Este juramento era a marca distintiva de um homem de honra, de um guerreiro que mereceria o respeito social de todos e que receberia o favor dos deuses pela retidão dos seus

[2410] Consultar Anexo 13 "Lista de Povos Germânicos".
[2411] MACDOWALL, McBRIDE, 1996, pp. 9-10.
[2412] TAC. *G.* 14.
[2413] MACDOWALL, McBRIDE, 1996, p. 11.

atos. A generalizada conversão de grande parte destes povos ao cristianismo ariano deverá ter ainda acentuado mais este comprometimento expresso com o seu juramento de honra, atendendo ao reforço do respeito que estes guerreiros deveriam sentir ao abraçarem a sua nova fé.

A guerra, a partir da segunda metade do século IV, já não era entre agrupamentos com uma única identidade étnica, mas entre bandos formados por elementos provindos de muitas tribos cujos guerreiros tinham jurado fidelidade aos líderes mais carismáticos.

Se de algum modo isto tinha permitido o aparecimento de grandes agrupamentos de guerreiros sob uma mesma liderança, limitando a antiga tendência para uma conflitualidade endémica entre as pequenas tribos, fez igualmente com que a sede de poder desses grandes líderes concorrentes os levasse a lutar de forma cada vez mais violenta para garantir terra e riqueza para si próprios e para os seus homens.

A manutenção do estatuto de grande líder era um aspeto fundamental e tinha de ser suportado pela manutenção de um clima de guerra que era encarado como um processo dinâmico sempre necessário, porque só ele permitia trazer mais riqueza, mais território e mais guerreiros, o que lhe garantiria o seu estatuto de poderoso chefe.

Um bom exemplo desse conceito de lealdade foi-nos descrito por Amiano Marcelino[2414] nos eventos ocorridos logo após a derrota que os Alamanos sofreram na Batalha de Estrasburgo, em 357[2415]. Depois de serem derrotados pelo imperador Juliano, o rei germânico Cnodomário e o seu *comitato*[2416] tentaram escapar da perseguição embrenhando-se numa floresta, mas foram cercados pelos Romanos. Vendo que não teria outra solução que não a rendição, o rei dos Alamanos procurou então entregar-se sozinho, mas os seus 200 guerreiros resolveram também se render, considerando que seria uma vergonha intolerável para todos o sobreviver ao seu rei ou não ter oportunidade de morrer por ele[2417].

Este tipo de lealdade irá manter-se como um traço comum na generalidade das relações entre os líderes germânicos e os seus guerreiros, e dela encontramos muitos exemplos como

---

[2414] AMM. 16.12.1-66, 17.1.1-2, 17.10.3-5, 18.2.18.

[2415] A Batalha de Argentorato (*Argentoratum*), por vezes referida como Batalha de Estrasburgo, ocorreu em agosto de 357 nas imediações de Argentorato (atual Estrasburgo), opondo o exército romano comandado por Juliano à confederação das tribos alamanas comandada por Cnodomário. GONZÁLEZ, 2005. *Argentorate* IV, pp. 61-62.

[2416] A expressão Comitato (*Comitatus*, em latim) foi descrita no tratado Germânia do historiador romano Tácito, no ano 89, como a relação entre um guerreiro germânico e o seu senhor, garantindo que um não abandonaria o campo de batalha sem o outro. TAC. *G.* 14.

[2417] MACDOWALL, McBRIDE, 1996, p. 11.

aquele que nos é descrito por Gregório de Tours[2418], já no distante século VI. O rei Ragnachar, que reinava entre uma tribo dos Francos no Norte da Gália, estaria afastado da governação do seu povo e afundado na mais profunda devassidão e o rei Clóvis teria então subornado os seus guardas-pessoais com braceletes de ouro e belas espadas para que estes se revoltassem contra ele. Tendo Clóvis conseguido infligir-lhe uma pesada derrota, mandou que o prendessem, juntamente com o seu irmão Ricchar e ambos foram trazidos à sua presença. Clóvis perguntou-lhe então por que razão Ragnachar desonrou o povo franco, permitindo que fosse preso em vez de se matar após ter sofrido a derrota. Sem ter obtido resposta, Clóvis terá então erguido o machado e desferido um golpe fatal no seu crânio tendo perguntado logo depois a Ricchar porque deixou o irmão ser submetido a tão grande desonra, afirmando que a sua obrigação moral era ter matado o irmão logo após este ter sido derrotado. Clóvis ergueu de novo o seu machado e matou igualmente Ricchar. Pouco depois, os guerreiros que os traíram descobriram que o ouro que receberam era falso, tendo-se queixado do facto, Clóvis ter-lhes-á respondido que este é o tipo de ouro que um homem pode esperar quando deliberadamente trai o seu senhor. O primeiro grande rei dos Francos terá mesmo acrescentado que eles tiveram muita sorte de terem escapado vivos, em vez de pagar a traição, sendo torturados até à morte como mereciam[2419].

Curiosamente, na sociedade germânica, quando um líder enfraquecia ou perdia o elã da sua glória, muitos dos seus guerreiros, num gesto muito pragmático, tenderiam a afastar-se dele[2420] para se juntarem a outro que lhes pudesse oferecer melhores perspetivas, sem que isto beliscasse a veracidade do seu juramento anterior[2421]. Segundo a noção de honra germânica, o juramento de fidelidade era feito a um chefe segundo condições que tinham por base a sua coragem, a sua força de comando e a sua capacidade militar, que o caracterizavam como chefe e deveriam estar por ele plenamente asseguradas. Caso isto não

---

[2418] GREG. TYR. 2.42.

[2419] MACDOWALL, McBRIDE, 1996, p. 12.

[2420] Relata-se que Beowulf acabou por ser abandonado por fugitivos covardes, que não tiveram a coragem de levantar uma lança quando o seu líder estava em apuros. MACDOWALL, McBRIDE, 1996, pp. 13-14.

[2421] Uma mais profunda noção de necessidade criada pelo juramento estaria presente em contextos militares de sociedades mais a Oriente, como era a chinesa ou a japonesa, em que a força deste se manteria inalterável independentemente de quaisquer outras condições ou circunstâncias. O samurai jurava obediência eterna ao seu senhor e por mais que a conjuntura deste pudesse sofrer alterações, podendo chegar ao desespero da mais veemente indigência, o vínculo de fidelidade servil manter-se-ia com a mesma força. A obrigação de lealdade era uma marca tão profunda no seu carácter que a desgraça do seu senhor apenas poderia ser enfrentada com o seu próprio suicídio ritual. Mina-moto-no Tametomo (1139-1170) foi, segundo a tradição japonesa, o primeiro guerreiro a ter realizado um *seppuku* que se tornou a expressão máxima da dedicação calcada sobre valores imperecíveis que transcendem a mera materialidade do mundo físico. Afinal, que pode o homem dar mais alto de si do que a sua própria vida, além da qual nada mais poderá ser exigido ou dado? A morte do samurai é um ato de honra que lhe era moralmente exigido, pois o seu senhor falhou, porque ele também falhou. MUSASHI, 2011, pp. 105-109.

sucedesse e o líder começasse a perder este estatuto de grande chefe, isto acarretaria por seu lado uma simétrica diminuição da obrigação de obediência veiculada pelo seu juramento[2422].

Simon MacDowall afirma mesmo que os chefes destes diferentes grupos, como por exemplo, os dos Godos exerciam uma liderança centrada na sua personalidade e capacidade de comando. O chefe podia ser um guerreiro que alcançara a celebridade pelas suas façanhas na guerra, e tinha conseguido atrair a lealdade de outros homens; no entanto, se a sua sorte ou capacidade declinavam, corria o risco de os seus partidários o abandonarem para se ligarem a outro guerreiro com melhor sorte[2423].

A conceção do estado de guerra para estas tribos germânicas, antes da conjuntura das migrações, era a de um conflito temporalmente limitado, em que se deveriam desenrolar vários confrontos e em que cada tribo teria a oportunidade de demonstrar a sua valentia.

Assim, os seus guerreiros deveriam devastar o território do adversário, pilhando os seus bens, levando as suas mulheres, roubando o seu gado, queimando as suas casas e destruindo as sementeiras. Era um tempo em que os guerreiros mostravam a sua força e a unidade do seu clã e em que o estado de guerra era encarado como um momento natural e necessário da vida.

Eram lutas entre clãs que deveriam servir para acumular riqueza e prestígio, ou até conseguir uma vingança por acontecimentos anteriores, mas não pretendiam que fosse uma destruição total do inimigo.

Esta forma de encarar a guerra era substancialmente diferente daquela que fazia parte das sociedades mediterrânicas mais desenvolvidas, como a romana ou cartaginesa, onde o objetivo era a destruição definitiva do inimigo, inclusive com a ocupação permanente dos seus territórios.

As táticas de combate germânicas e as suas armas recorrentemente utilizadas eram as que eram já conhecidas de outros períodos de confronto e, embora as suas batalhas causassem vítimas, estas não eram muito numerosas.

A guerra, apesar de frequente, não era uma atividade que estivesse sempre presente nas vivências quotidianas destes povos e, segundo Tácito[2424], o poder do rei germânico não era absoluto nem arbitrário. O prestígio e poder do chefe dependeriam mais do seu exemplo e não tanto de uma prerrogativa de autoridade assegurada previamente. A capacidade para mandar encarcerar alguém, por exemplo, ou até mesmo a pena de morte, não estavam ao

[2422] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, p. 7.
[2423] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 34.
[2424] TAC. *G.* 7.

alcance dos chefes, só podendo ser determinadas pelo conselho dos sacerdotes. Estas não podiam ser decorrentes de quaisquer punições discricionárias dos líderes militares, mas resultavam apenas da vontade dos deuses que estariam presentes no campo de batalha[2425].

O contacto com a pesada realidade marcial dos Romanos acabaria por ocasionar necessariamente uma profunda transformação desta quase ingénua conceção germânica da guerra, tendo-a obrigado a tornar-se, não só um esforço constante e mais mortífero, como tinha de ser realizada com táticas e armas mais eficazes.

As tribos germânicas que se foram instalando perto das fronteiras do Império viam-se assim forçadas a terem de lutar permanentemente pela sua sobrevivência, razão pela qual muitos dos clãs tenderam a fortalecer-se militarmente unindo-se em confederações. A partir do século III, instalou-se um clima de intensa confrontação, quer entre os próprios clãs germânicos, quer com as estruturas militares romanas, que se viam obrigadas a defender o *limes*, apesar do desgaste provocado pelas ininterruptas confrontações resultantes das guerras civis.

Durante o século IV, e como resultado da conjuntura provocada pelas grandes migrações, o poder dos chefes e dos seus séquitos de guerreiros viu-se muito reforçado, pois tornou-se frequente um líder partir da sua terra natal deixando a vida comunitária do clã e levar consigo o seu grupo de guerreiros (*comitatus*), bem como as suas famílias, passando todos estes a depender exclusivamente dele para a sua subsistência.

O incremento destas relações de dependência levaria a que os seus guerreiros fossem levados a apelar a generosidade do seu chefe, pedindo um bom cavalo de guerra ou uma lança manchada com o sangue de um inimigo. Para que um líder tivesse condições para satisfazer tais pedidos, era necessário que conseguisse permanentemente mais recursos e estes só poderiam resultar da manutenção da guerra e do saque.

A generalidade dos bens que pertenciam aos indivíduos destas comunidades migrantes não podiam ser já o mero usufruto de terras comuns, como era feito outrora, tendo passado a ser posses de natureza móvel que eram sempre detidas pelo chefe e distribuídas a seu talante aos seus mais leais seguidores. Quanto mais próximos estivessem estes guerreiros do seu chefe, mais poder e riqueza poderiam assim obter, o que por seu turno levaria cada vez mais ao aumento destes traços de dependência[2426].

Notemos ainda que os assentamentos germânicos que eram permitidos pelos Romanos eram negociados com os grandes chefes germânicos, que não só passavam a ser muitas vezes

[2425] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, p. 9.
[2426] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, p. 7.

tratados como os comandantes de exércitos aliados, mas tinham o direito a usufruir de cargos da burocracia imperial, começando até a cercar-se de prerrogativas régias, o que cada vez mais lhes garantia um poder absoluto e arbitrário[2427]. A estrutura militar foi-se tornando, assim, o principal fator da orgânica política e social destes povos migrantes, cada vez mais imbuídos de um carácter combativo permanente.

12.3.2. Evolução e Perfil das Armas e Equipamento Germânicos

Durante os primeiros dois séculos da nossa era, a generalidade dos guerreiros germânicos não usava armaduras ou capacetes e mesmo os seus escudos não eram reforçados com placas de ferro ou bronze, sendo apenas placas de madeira pintadas das mais variadas cores.

Segundo Tácito, o ferro não era trabalhado frequentemente[2428], pois apenas alguns dos seus guerreiros possuíam espadas ou grandes lanças e a maioria das suas lanças também eram rudimentares, apresentando pontas endurecidas ao fogo. No entanto, tudo indica que nestes dois primeiros séculos da nossa era a arma ofensiva principal dos Germânicos era uma curiosa lança curta chamada *frâmea*[2429], muito aguçada e que permitia um ágil manejo[2430].

Os guerreiros germânicos aprendiam a lutar com a *frâmea* desde o início do seu treino militar, podendo assim adquirir muita prática na sua utilização e lutavam corpo a corpo ou mesmo à distância, quer se encontrassem apeados ou a cavalo.

Segundo Richard Francis Burton a natureza desta arma ainda não está bem determinada, mas é possível que ela pudesse também ter exemplares com cabo longo e certamente estaria munida de algum tipo de ponta dura, como pedra, cobre, bronze e mesmo ferro.

A sua infantaria também possuía dardos e arcos em grande profusão, e Tácito afirma que muitos destes guerreiros andavam nus ou cobertos de um simples saiote[2431]. Poucos possuiriam qualquer tipo de couraça e apenas alguns tinham capacete de metal ou de couro.

[2427] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, p. 7.
[2428] TAC. *G.* 6; BURTON, 2014, p. 304.
[2429] BURTON, 2014, pp. 304-305.
[2430] TAC. *G.* 6.
[2431] TAC. *G.* 6.

Mas esta imagem de guerreiros mal equipados e sem competência para produzir armas metálicas de alta qualidade era essencialmente o resultado da propaganda romana transposta para os arcos triunfais e monumentos, que apresentava quase sempre os Germânicos, despojados de suas armas e armaduras, ajoelhados em súplica ou sendo levados pela vitoriosa cavalaria romana[2432].

Imagem 106 - Relevo escultórico, procedente de Roma, representando o pedido de clemência ao imperador Marco Aurélio, por parte de bárbaros derrotados [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 165].

Em comparação com as legiões fortemente couraçadas dos séculos I e II, que eram formadas por soldados profissionais fortemente equipados, as armas das tribos germânicas deveriam ter parecido muito primitivas. No entanto, estes guerreiros não praticavam a guerra em tempo integral e, consequentemente a grande maioria destes não teria tido, nem a necessidade, nem as condições de se equipar com muito mais do que uma frâmea e um escudo.

O aumento da conflitualidade com os Romanos viria a exigir naturalmente que os guerreiros germânicos se munissem de outro tipo de armas, nomeadamente a partir do século III, adquirindo as competências para a sua produção. Além disso, verificou-se um incremento das suas trocas comerciais e saques em território romano, o que lhes deve ter permitido a aquisição de vasto espólio de boas lâminas e pontas.

A massiva constituição dos corpos de comitatenses e mesmo dos palatinos a partir do século IV, onde se integrariam muitos soldados oriundos destas tribos, forneceram as condições para uma difusão generalizada de boas armas metálicas e da respetiva técnica de combate no universo militar germânico. Surgiu, assim, um número crescente de guerreiros que se dedicavam em tempo integral aos trabalhos da guerra, bem equipados e treinados, que deixariam de estar dependentes de Roma para se munirem de armas de alta qualidade. Contrariamente ao que se pensou, existiam grandes jazidas de ferro que estavam acessíveis em toda a Germânia e os arqueólogos encontraram evidências de oficinas de consideráveis dimensões em permanente produção a partir do século II.

[2432] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 15-16.

Só nos territórios que constituem hoje a Polónia surgiram evidências de mais de 150 fornos de fundição que indicam que já havia uma produção em série de lâminas que se poderia considerar ser bastante relevante.

Com o tempo, as habilidades dos ferreiros germânicos tornaram-se tão boas, ou mesmo melhores, do que as que podemos encontrar nas fábricas oficiais dedicadas à produção de armamento que forneciam o exército romano. As lâminas germânicas com padrão de solda são evidências claras das suas competências metalúrgicas e, em muitos casos, superam mesmo as próprias armas produzidas em massa pelos romanos do Baixo-Império.

Assim, não será difícil admitir que o equipamento de um guerreiro germânico, no século IV, possuísse uma qualidade igual ou mesmo superior ao equipamento de um soldado romano comum.

Poderemos admitir que, se a generalidade dos Godos que atravessaram o Danúbio em 376, possuíssem apenas armas básicas, depois da sua grande vitória em Adrianopla iriam ter acesso a um largo estoque de excelente qualidade[2433], não só pelo vasto espólio romano que ficou no campo de batalha, mas também devido aos milhares de exemplares que estavam armazenados numa das maiores fábricas romanas que se localizava nesta região e que saquearam pouco depois[2434].

Esta batalha tornou-se assim um doloroso marco divisor da cronologia militar do Baixo-Império, não só pelo desaparecimento simultâneo dos melhores corpos do exército romano, mas igualmente porque forneceu o equipamento que permitiu que milhares de guerreiros germânicos rebeldes tivessem acesso a boas lâminas.

Já no século V, as tribos que foram empregues em grandes contingentes de tropas federadas nos exércitos romanos, passariam a ter oficialmente o direito a recorrer diretamente ao fornecimento das fábricas imperiais.

A auto-consciencialização do poder crescente que tinham os soldados germânicos acabaria por acarretar, não só uma grande ambiguidade nas suas funções de defesa, mas também uma grande dificuldade na gestão militar do Império, porque a perceção da fraqueza do exército romano, depois de Adrianopla, só poderia ser compensada com a colaboração destes guerreiros.

[2433] É possível que esta aquisição de equipamento romano fosse mesmo anterior à própria Batalha de Adrianopla, o que de alguma forma pode ajudar a compreender a grande vitória dos Godos. Amiano Marcelino afirma que os chefes godos Suerido e Colias puderam aceder aos arsenais de Adrianopla e os equiparam com armas romanas. AMM. 12. 1-4. Assim, tudo indica que, na véspera da Batalha de Adrianopola, a maior parte dos Godos poderiam estar já equipados com roupas e armas romanas.

[2434] MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 29-31.

Detendo vastos contingentes, bem armados e com inúmeros cargos de chefia, o poder que detinham era usado para forçar a política romana a ir ao encontro dos seus interesses, ameaçando as estruturas imperiais com represálias caso não obtivessem o que desejavam. Os Germânicos federados passaram a apresentar, no século V, um comportamento permanentemente ambíguo e desafiador da autoridade imperial, obrigando a que as decisões estratégicas mais importantes estivessem sempre ameaçadas de não conseguirem condições para a sua concretização.

Bastaria para esta constatação verificar o papel profundamente desestabilizador que passaram a desempenhar alguns exércitos de federados, alternando a seu belo talante entre o papel de soldados auxiliares romanos e o de perigosos inimigos.

Um exemplo evidente desta força ambígua dentro do próprio Império foi o de Alarico e os seus 10.000 Visigodos que, se por um lado, tinham sido fundamentais para a derrota no Rio Frígido[2435] de usurpadores como Eugénio e Arbogasto, pouco depois foram eles próprios os responsáveis pela façanha que foi a queda e saque da própria cidade de Roma, em 410[2436], depois de esta se ter conseguido manter invicta durante 800 anos, desde o saque dos Gauleses de Breno[2437].

Se a cidade eterna já há muito que não era o centro do Império e do ponto de vista estratégico a sua queda não constituiu uma fragilização particularmente dramática das suas estruturas políticas, o forte simbolismo que tal acarretou deverá ter tido consequências profundas no moral global de todos os cidadãos do Império[2438]. No século V, os principais inimigos do Império já não se encontram à procura de penetrar as suas fronteiras, mas vivem e convivem quotidianamente com os Romanos, confortavelmente amparados pela sua máquina administrativa.

[2435] GONZÁLEZ, 2005, *Frigidvs* (*flumen*), pp. 201-202.

[2436] GONZÁLEZ, 2005, *Roma XXII, XXII, XXIV, XXV*, pp. 558-559; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 374-380.

[2437] FAVERSANI; JOLY, 2020, pp. 118-120. A data, habitualmente aceite, de 390 a.C. não é segura pois, segundo Políbio, a invasão deu-se no mesmo ano da paz de Antálcidas e do cerco de Régio por Dionísio I de Siracusa, o que nos conduz a 387 ou 386 a.C.

[2438] Mesmo que os imperadores e os seus conselhos de oficiais tenham compreendido o perigo interno em que se transformaram todos os federados, nada poderia já ser feito para remediar uma tal situação. A partir de então, tal como veio a acontecer em todo o Ocidente, o poder militar tinha passado para as suas mãos. Os únicos movimentos estratégicos que ainda seriam viáveis, tal como compreenderam homens como Aécio, eram apenas aqueles que eram permitidos pela exploração do jogo de ambiguidades que ainda existia entre a diferente capacidade militar de cada um dos povos federados e a concretização da sua agenda de prioridades.

12.3.3. A Etognosia Militar dos Povos Germânicos

Embora por vezes se utilize a expressão "exército germânico" dever-se-á admitir, numa abordagem militar mais técnica, que tal termo não tem sido aplicado com propriedade a tal conjunto de guerreiros. Neste existem lacunas estruturais tão relevantes na sua organização, ao nível de cadeias de comando, do treino, da disciplina, do desempenho tático, que só num sentido muito lato se pode considerar que é possível atribuir-se este epíteto na aceção que hoje lhe é consagrada.

Um exército deverá ter assegurados elementos essenciais, como uma estrutura global hierarquizada, uma boa articulação logística e um disciplinado desempenho tático, elementos que não estão presentes nas formações germânicas e que, aliás, adquiriram forma definitiva precisamente a partir da estrutura coeva consagrada no exército romano.

Uma das principais características destes grandes agrupamentos de guerreiros das tribos germânicas, e que era comum também aos Gauleses, era desde logo a falta de coesão tática, fruto do seu marcado individualismo, em que cada homem tendia a perspetivar no seu próprio desempenho a principal competência bélica do conjunto, sem dar grande importância ao decisivo papel estrutural que o seu coletivo deveria possuir.

O carácter pouco disciplinado e a própria arquitetura mental dos homens de armas da generalidade das tribos germânicas levá-los-ia a entender o combate como a mera soma dos potenciais individuais, achando que resultaria disto a plena força do conjunto em que se integravam, centrando assim cada guerreiro a luta na qualidade do seu desempenho pessoal e nas situações particulares que o envolviam.

Se é possível admitir-se que um qualquer comandante germânico poderia possuir uma conceção tática que ultrapassasse uma visão atomizada e imediatista deste tipo, em que a batalha era somente um confronto massivo e direto com o adversário, e pretendesse executar movimentos táticos que pudessem influenciar o resultado da batalha, possivelmente não conseguiria obter uma resposta dinâmica da grande generalidade dos seus guerreiros.

Podemos até questionar qual dos grandes chefes germânicos teria assim condições para ficar conhecido para a posteridade como um grande estratego, cujo comando teria sido decisivo para a obtenção de uma grande vitória sem ser pelo seu exemplo de coragem e incitamento dos seus homens.

É assim que se pode afirmar que todas as vitórias conseguidas pelas tribos germânicas, ou mesmo as celtas, nunca foram conseguidas pelo contributo da mestria tática dos seus comandantes, mas tão somente pelo enorme vigor e esforço do braço de cada um dos seus

guerreiros. Um grande chefe destas tribos estava limitado, do ponto de vista militar, a poder ser um líder político, um chefe carismático e até um lutador corajoso, mas os seus possíveis conhecimentos práticos das coisas da guerra poucas condições teriam de influenciar o desfecho de uma batalha. É evidente que um chefe poderia urdir uma qualquer manobra que permitisse criar vantagem para as suas hordas, nomeadamente utilizando o fator surpresa, ou mesmo levar o adversário a cair numa armadilha, geralmente aproveitando alguma especificidade do relevo por onde este teria de se movimentar, mas tais estratagemas não se poderão considerar como fazendo parte dos recursos táticos estruturais de um exército.

Situações problemáticas como a acontecida em Teutoburgo no ano 9 d.C., em que são esmagadas as legiões XVII, XVIII e XIX pelos Queruscos de Armínio[2439], e que tenham causado verdadeiras chacinas entre o exército romano, não foram recorrentes. Um estratagema como este poucas condições teria de ser frequentemente replicado e este mesmo foi o resultado de uma conjuntura particular que congregou a relativa inexperiência do comandante romano Públio Quintílio Varo, que avançou profundamente na densa floresta desconhecendo as condições do terreno e confiando nos bons conselhos do chefe desta tribo, o seu amigo Armínio, devido a este pertencer, e com estatuto elevado, aos quadros do próprio exército romano[2440].

Um chefe germânico era essencialmente um indivíduo cujo carisma, associado a uma qualquer conjuntura de vacância de liderança, lhe permitiram guindar-se a este lugar, pois a eleição de um rei entre estes povos era tradicionalmente realizada por aclamação dos seus guerreiros e não por quaisquer direitos hereditários[2441]. O seu próprio posicionamento durante uma batalha, lutando à cabeça dos seus guerreiros, dar-lhe-ia poucas condições para poder encetar um comando com um perfil tático[2442], empenhado como teria que estar em combater e dar o exemplo de bravura que os seus homens esperavam do seu líder.

[2439] EGGENBERGER, 1985, p. 431; GONZÁLEZ, 2005, *Tevtobvrgivm*, p. 609.

[2440] GOLDSWORTHY, 2011, p. 309.

[2441] TAC. *G.* 7; MACDOWALL, 1996, pp. 6-9

[2442] Um génio militar como foi o cartaginês Aníbal Barca pouca semelhança teria com o contexto destes guerreiros germânicos, pois provinha de uma sociedade culturalmente mais organizada, onde a máquina militar era encarada como uma importante instituição, com modelos de funcionamento estabelecidos e cuja máquina era promovida pelo Estado. Possuía, assim, contingentes bem treinados e armados, para além de ter a possibilidade de recrutar, com facilidade e por toda a orla mediterrânica, consideráveis grupos de soldados mercenários, bons conhecedores das coisas da guerra e não somente homens fortes munidos de armas. Esta perspetiva alargada de contacto com uma região tão vasta como o Mediterrâneo fornecia aos Cartagineses uma forma muito mais sofisticada de compreender a problemática da guerra e dos seus recursos estratégicos e táticos do que acontecia com muitos destes grupos germânicos que apenas conheciam uma conflitualidade caótica de perfil tribal. Aníbal jamais teria tido condições de infligir grandes derrotas a Roma se não estivesse na posse de um exército bem treinado e armado, que compreendesse bem as suas ordens e que lhe pudesse obedecer com prontidão. Note-se que este cartaginês compreendia tão bem a importância da disciplina nos seus exércitos que conseguiu que até mesmo os tendencialmente

O guerreiro germânico possuía uma natural tendência para a indisciplina, que resultaria já de uma inclinação de carácter, mas que seria também fruto do tipo de treino livre a que sempre tinha sido submetido desde a sua juventude[2443]. Seria assim possível que esta forma de encarar os trabalhos da guerra fomentassem uma certa aversão, e até mesmo incompreensão, sobre a necessidade de se submeter a um tipo de treino organizado e regular. A atividade marcial para os Germânicos não era uma instituição à parte da sua vivência quotidiana, pois ela não só era a tarefa primordial de todos estes homens, como a noção de confronto físico era encarada como a sua natural expressão de masculinidade.

A sociedade germânica preconizava uma plena afirmação do homem pela exibição permanente da sua capacidade física[2444], fazendo recair nela a sua principal tarefa e secundarizando qualquer outro tipo de trabalho. Esta conceção levaria a que os trabalhos agrícolas ou pecuários não fossem encarados com satisfação pelo homem das tribos, visto não implicarem a exibição prática do seu potencial guerreiro. Eram frequentes os confrontos entre estes homens, muitas vezes até com caráter amigável, com o intuito de uma mera demonstração de força, muitas vezes executados depois de repastos onde o exagerado consumo de hidromel desinibia ainda mais tais tendências de afirmação[2445]. Não é, pois, de estranhar que, para estes indivíduos, a ação de confronto inerente às atividades militares estivessem de algum modo ligadas à liberdade vivencial que experimentavam na sua vida quotidiana e o estado de guerra não implicasse, na sua conceção, mais do que fazer congregar todas estas capacidades individuais contra um inimigo comum.

O guerreiro germânico partia para o combate toldado por uma fúria irracional, pois tal momento era aquele que exigia o seu máximo esforço, onde tudo o que importava era matar, eliminando todos os adversários que se apresentassem à sua frente, entrando numa espécie de transe marcial onde a presença do inimigo era o único fator que galvanizava a sua atenção[2446].

---

indisciplinados elementos gauleses e africanos que integravam o seu exército se articulassem plenamente na sua orgânica tática. Uma tal capacidade de integração leva-nos a ter que suspeitar que Aníbal lhes imporia um forte programa de treino, forçando-os a assimilar a disciplina e a necessidade de obedecer sem hesitações às ordens que lhes eram dirigidas durante uma batalha. Dever-se-ia até salientar a mestria conseguida pelo cartaginês nesta interação, não só pela sua grande diversidade de esquemas táticos, visto que para cada confronto urdia uma proposta particular, mas também porque, em muitos casos, ele nem sequer deveria dominar o idioma de alguns dos contingentes que integravam o seu exército.

[2443] MACDOWALL, 1996, pp. 14-15.
[2444] TAC. *G*. 7-8.
[2445] TAC. *G*. 22-23.
[2446] MACDOWALL, 1996, pp. 23-26.

Sob uma tal perspetiva anímica individualista, não seria de espantar que não houvesse a preocupação, nem sequer condições, para estes terem desenvolvido um modelo funcional coletivo de combate que pudesse favorecer qualquer disciplina e interajuda.

A formação com que os guerreiros germânicos partiam para o combate era conhecida entre os Romanos por "cunha" (*cuneus*) e esta não era assim mais do que um grupo desordenado e massivo de homens furiosos, que atacavam numa formação disposta em profundidade e sem qualquer coordenação[2447]. Esta apresentava-se assim como um vasto grupo de guerreiros que avançava em simultâneo na direção dos Romanos, seguindo o seu chefe, aos gritos e brandindo as suas armas[2448].

Ante uma tal perspetiva tática individualista, não seria possível a nenhum chefe ter condições, mesmo que o pretendesse, de levar a cabo algum tipo de comando que impusesse no terreno um dispositivo tático com movimentações coordenadas dos seus guerreiros. Uma tal recorrência levaria a que os Romanos temessem pouco este tipo de investida, pois teriam de antemão uma noção do perfil do ataque da horda germânica.

Assim, os chefes das tribos estariam praticamente cingidos a ter de investir no domínio estratégico, escolhendo com precaução quais, e quando, seriam as melhores oportunidades para realizarem as suas intervenções militares. Tais exemplos podem até ser identificados no tipo de movimentações de chefes germânicos, como o visigodo Alarico (370-410)[2449], o vândalo Genserico (c. 389 - 477)[2450], o franco Clodoveu (c. 466-511)[2451], que estavam sempre muito atentos a procurar aproveitar as melhores conjunturas estratégicas contra os Romanos e que eles próprios ajudavam a fomentar. Os líderes destes povos tinham de procurar atingir os seus objetivos militares muito à custa da diplomacia dissimulada, das alianças furtuitas, da intriga, da dissimulação e até da traição [2452].

[2447] MACDOWALL, 1994, pp. 31-32; MACDOWALL, 1996, pp. 32, 47.

[2448] Este tipo de ataque dos Germânicos em nada se assemelhava ao poderoso recurso tático que era a cunha romana, bem treinada e organizada, conhecida por "cabeça de javali" (*caput porci*) que era utilizada pela legião para abrir rapidamente uma brecha na formação adversária.

[2449] Alarico foi rei dos Visigodos entre 395 e 410, tendo sido o primeiro líder germânico a tomar a cidade de Roma, no famoso saque em 25 a 27 de agosto de 410. IORD. 29.146-30.158.

[2450] Genserico foi rei dos Vândalos e Alanos entre 428 e 477 e peça chave nos conflitos travados no século V pelo Império Romano do Ocidente, tendo liderado o saque de Roma em 22 de abril de 455. GIBBON, 1999, pp. 1443-1445.

[2451] Clodoveu I, também conhecido como Clóvis I, foi o primeiro rei dos Francos (481/482-511) a unir todas as tribos francas sob um único governante. GREG. TYR. 2.27-2.43.

[2452] O próprio Átila, embora tendo sido o imperador de hordas hunas, e, portanto, não germânicas, mas que tinham igualmente um perfil tribal, não ficou para a posteridade como um extraordinário comandante e nunca foi temido pela sua particular competência no domínio tático. O "Flagelo de Deus" sabia era explorar com particular mestria as tensões, conjunturas políticas e sobretudo o medo que os seus cavaleiros despertavam sobre todos os seus adversários. Nem numa batalha tão decisiva como a dos "Campos Cataláunicos" teve o génio tático que lhe permitisse impor alguma movimentação militar que lhe desse uma particular vantagem nessa decisiva batalha. Os Hunos, embora não possuíssem também um modelo de

A investida dos guerreiros germânicos era assim realizada por um avanço conjunto em que os seus homens se posicionavam meramente ao lado, ou atrás, dos seus chefes, reagindo de forma intuitiva às necessidades impostas por cada momento da batalha.

Embora se possa considerar que havia diferenças na forma de lutar destas tribos, elas resultavam principalmente de fatores como o tipo de armas utilizadas, bem como de aquelas combaterem fundamentalmente a pé ou a cavalo.

Sendo a demonstração de coragem individual o mais relevante aspeto da sua competência marcial, isto exigia que cada guerreiro procurasse eliminar o inimigo que o acaso fizesse surgir na sua frente sem esperar ajuda dos companheiros, levando-o a entrar num extenuante processo cíclico de luta[2453].

Assim, após ter vencido o seu primeiro adversário, a sua obrigação era a de lutar imediatamente de novo com um segundo, a que se deveria seguir outro e assim por diante, levando a que este entrasse num ciclo interminável, que o faria perder progressivamente, pelo cansaço muscular, as suas qualidades combativas[2454]. Segundo o heroico ideário militar germânico, era suposto que o guerreiro prosseguisse indefinidamente este processo até que a sua gente tivesse vencido a batalha, mas a realidade prática poderia ser bem diferente. Este não só ia perdendo a sua energia combativa, o que acarretava um notório aumento da probabilidade de vir a ser ferido ou morto, bem como chegaria o momento em que tal esforço o faria sucumbir à exaustão física.

Além disso, esta conceção heroica, mas desajustada da realidade prática da guerra, implicava que qualquer paragem ou tentativa de recuo, apesar do cansaço extremo, fosse encarado como uma desonra pessoal perante o dedicado esforço dos seus companheiros que permaneciam heroicamente a lutar. Esta forma de entender o seu dever, e que tinha claras implicações no seu orgulho pessoal, forçava o guerreiro germânico a se manter interminavelmente em combate, apesar da sua perda de condições para o fazer. O perfil de

---

combate pré-determinado, teriam especificidades de combate diferentes das que apresentavam os Germânicos. Estes nómadas combatiam em vagas de investida-recuo sempre munidos do seu poderoso binómio arco e cavalo, arte marcial que dominavam sem rival, infligindo pesadas derrotas, quer aos Romanos, quer a todos os povos germânicos. Embora não se possa considerar propriamente que lutassem com um modelo tático estruturado, como eram a falange ou a legião, os seus poderosos arcos e as suas incansáveis montadas permitiam-lhes realizar um tipo de ataque à distância que não permitia uma defesa eficaz e raramente entravam em confronto direto corpo a corpo.

[2453] Esta massiva formação caótica resultante do mero movimento de milhares de guerreiros na mesma direção designa-se habitualmente por "Ordem Livre" ou "Ordem Aberta".

[2454] Embora se possa dizer que tais problemáticas não nos são apresentadas com detalhe pelos escritores coevos, é da análise do que sabemos das condições de combate e da etopsicologia militar germânica que poderemos procurar inferir quais os quadros que poderiam condicionar as suas motivações, bem como de que modo tais elementos se poderiam refletir nas práticas da sua arte bélica.

luta da generalidade dos guerreiros germânicos tendia assim para que após o ímpeto inicial, que era marcado por um combate furioso e de extrema violência, se visse depois progressivamente condenado a uma exaustão muscular que o viria a obrigar, se quisesse sobreviver, a procurar um modo de evitar dissimuladamente um novo confronto. No entanto, a posição avançada em que se encontrava, muito dificilmente lhe permitiria eximir-se a um novo combate, não só por estar na linha de contacto com o inimigo, como pelo facto de estar rodeado, quer dos lados, quer atrás, pelos seus companheiros que veriam a sua fraqueza. Além disso, seria mesmo de admitir que a tendência para se deixar levar ao paroxismo da exaustão poderia ser ainda reforçada pela posição de destaque em que se encontrava [2455], sendo possivelmente encarado como um "património de honra pessoal" que tal lugar devesse ser ocupado por si e nunca por outro companheiro e que tal só seria admissível que pudesse vir a acontecer no caso de morrer ou de sofrer um ferimento incapacitante [2456]. É possível que no campo de batalha, apesar da confusão generalizada resultante da dinâmica da refrega, cada guerreiro soubesse, ou considerasse, que o seu comportamento estava a ser permanentemente avaliado pelos companheiros[2457], o que o levava a procurar salvaguardar com tenacidade todos os aspetos em que o seu desempenho poderia manchar a sua honra.

Embora necessariamente existissem pequenos períodos de pausa nos combates durante a batalha, a inexistência de um sistema frontal alinhado contribuiria para o processo de exaustão, visto não existir propriamente uma barreira defensiva como acontecia com a parede de escudos no modelo romano. Assim, não era possível que um guerreiro pudesse refrear momentaneamente o seu esforço e beneficiar de algum tempo para recuperar parte da sua capacidade muscular.

No confronto contra um exército bem organizado como era o romano, só guerreiros que tinham preferencialmente armas de tiro, como acontecia com os Sármatas, Citas ou Hunos, se poderiam eximir ao ciclo de exaustão, tendo a possibilidade de atacar por vagas e fugir posteriormente da resposta romana.

[2455] Tal como deveria acontecer no exército romano, em que os homens que formavam um contubérnio tendiam a lutar perto uns dos outros, seria natural que os guerreiros germânicos procurassem igualmente lutar ao lado dos companheiros com quem tinham laços de amizade ou convivência. Mas se tal tendência para lutar ao lado dos propínquos poderia servir como incentivo e proporcionar algum conforto, por outro lado reforçaria muito a necessidade de manter a sua imagem de vigor e temeridade, que eram as marcas etnoculturais da sua própria masculinidade, empurrando-o progressivamente para um intolerável desgaste que ia comprometendo progressivamente a sua capacidade de combate.

[2456] Os próprios ferimentos que o incapacitariam ou lhe causariam a morte eram lidos, segundo o código de honra, pois para serem dignos de um guerreiro deveriam localizar-se na sua parte frontal. Se este apresentasse qualquer golpe na sua parte posterior seria a prova cabal de um ato desonroso, pois tal indicaria que tinha sido atingido quando estava a fugir do inimigo.

[2457] TAC. *G.* 7-8.

As tribos germânicas, que tal como os Romanos, encaravam com algum desprezo o combate à distância, encontravam-se assim desde logo numa enorme desvantagem tática ao insistirem num combate corpo a corpo[2458], contra um modelo dinâmico de entreajuda como possuía a legião.

Note-se ainda que as consecutivas vitórias que as legiões obtinham sobre as hordas dos Germânicos bem lhes poderia ter proporcionado uma compreensão de que o seu tipo de combate de ordem livre em nada favorecia os seus esforços militares, mas o peso da sua tradição, o seu arreigado individualismo e o tipo de lâminas de grandes dimensões, que exigia considerável espaço para o seu manuseamento em nada contribuíam para uma real tentativa de mudar o seu modelo de luta.

12.4. O Dinamismo da Articulação Militar com os Povos Federados

12.4.1. A Problemática da Assimilação das Populações Germânicas

Por motivos de ordem militar, e também económica, os Romanos foram progressivamente levados a aceitar o estabelecimento de múltiplos povos germânicos no interior das fronteiras do Império. Podemos identificar o início deste fenómeno ainda no Principado de Marco Aurélio (161-180 d.C.) em que se permitiu a instalação no interior do Império a numerosas populações forâneas[2459] já com o desejo que estas pudessem ajudar no esforço de proteção das fronteiras, em vez de serem elas próprias a procurar violá-las. Estes povos sujeitos a uma integração controlada e consentida adquiriam o estatuto de federados e podiam permanecer nos territórios do Império com as suas leis próprias, os seus chefes, as suas tradições e sobretudo com as suas estruturas militares, dando em contrapartida auxílio bélico sempre que este fosse solicitado[2460].

Os federados deveriam permanecer circunscritos a uma determinada região demarcada pelas autoridades imperiais e não se imiscuírem na administração romana dos territórios circundantes[2461].

No entanto, o objetivo romano na integração destas populações germânicas não era apenas a colaboração militar que podiam fornecer, mas também ajudar no desenvolvimento

[2458] TAC. *G.* 6.
[2459] GIORDANI, 1970, p. 32.
[2460] RICHARDOT, 2001, pp. 8-13, 45, 57, 70, 92.
[2461] JONES, 1990, pp. 611-612; RICHARDOT, 2001, p. 133.

da economia regional, quer no comércio, quer nos trabalhos agrícolas. A fixação destes povos que congregavam milhares de indivíduos deveria ajudar a colmatar a grave lacuna que era a falta de trabalhadores autóctones necessários para os trabalhos do campo, que se tornava cada vez mais patente, nomeadamente nas zonas mais agrestes ou devastadas pela guerra.

É assim que, a partir do século III, a política imperial torna-se bastante mais recetiva à instalação de povos, mesmo quando o grande número dos seus elementos poderia até ameaçar a segurança interna e as próprias estruturas administrativas do Império[2462].

Nesta lógica, os sobreviventes dos vários grupos de Godos derrotados por Cláudio, o Gótico, que entre 268 e 270 tinham assolado as regiões balcânicas[2463], foram instalados por Aureliano, na qualidade de federados, nas regiões devastadas das províncias danubianas.

Podemos verificar tal tendência também em 291, quando o tetrarca Maximiniano cedeu aos Francos ripuários vastas regiões do baixo Reno que se encontravam devastadas para que aí se pudessem instalar e logo depois, em 296, Francos e Frisões tiveram licença para povoarem, sob édito do próprio Constâncio Cloro, as regiões da atual Picardia e de Champagne[2464].

O panegirista de Constâncio Cloro aponta com grande expressividade a satisfação dos Romanos com essa solução para a "questão bárbara" quando afirma: "Assim o bárbaro trabalha para nós; ele, que por tanto tempo nos arruinou com as suas pilhagens, ocupa-se agora em enriquecer-nos; ei-lo vestido de camponês extenuando-se no trabalho, frequentando os nossos mercados e levando aí os seus animais para os vender. Grandes espaços incultos nos territórios de Amiens, e de Beauvais, de Troyes, de Langres, reverdecem, agora, graças aos bárbaros"[2465].

Para prevenir possíveis conflitos com as populações imperiais circunvizinhas, a administração procurava acomodá-los fornecendo aos clãs germânicos a possibilidade de construção de aldeias em que se criavam estruturas sociais onde se pudesse fazer uma boa

---

[2462] Embora tivesse ocorrido já bem entrado o século IV, deveremos recordar a tragédia que foi para o Império do Oriente o estabelecimento dos Godos Tervíngos e Grutundos na Mésia como federados em 376. As tensões acumuladas com a administração e a população meso-romana cresceram a tal ponto que em 378, o imperador Valente se vê obrigado a avançar para a Batalha de Adrianopla, o que acarretará a destruição efetiva da capacidade militar do Império. GONZÁLEZ, 2005, *Hadrianopolis* III, p. 214. Ver subcapítulo 11.3.2. e anexo 3, neste trabalho.

[2463] GIORDANI, 1970, p. 31; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 155.

[2464] GIORDANI, 1970, p. 32.

[2465] GIORDANI, 1970, pp. 32-33. Trata-se do "Panegírico de Constâncio César", de autor anónimo: *An. Paneg*, 297. Discurso de homenagem a Constâncio Cloro feito pelo panegirista no ano de 297. Pode ser encontrada informação adicional nos seguintes artigos: FRANCHI, 2013; GONÇALVES; FRANCHI, 2013, pp. 216-238.

integração, ou pelo menos uma razoável convivência entre os indivíduos estrangeiros com as populações romanas, nomeadamente possibilitando a comunicação através da aprendizagem dos rudimentos do latim[2466].

Muitos vestígios dessa tentativa de acomodação dos clãs germânicos podem ser mesmo encontrados na toponímia, na indumentária e até na linguagem militar romana coeva, o que demonstra uma clara influência biunívoca. Podem observar-se diversas influências desta presença germânica no seio do universo romano com o imperador Juliano, o Apóstata, por exemplo, a adquirir o gosto que se poderia classificar como pouco característico dos Romanos, de se adornar com uma profusão de peles à maneira dos chefes germânicos[2467].

Também no vocabulário militar romano se substituíram termos como *bellum*, designativo de guerra em latim por *werra*, ou ainda *cassis* e *galea* com que em latim se indicava um capacete, a ser substituído pelo termo *helm*, que originou o vocábulo elmo.

Os próprios contingentes de delimitadores, que viriam a ficar com a responsabilidade de zelar pela guarda das fronteiras e que viriam progressivamente a integrar muitos Germânicos, passassem a designar a fronteira por "*marka*", substituindo o termo latino *fines*[2468]. Ou mesmo o curioso vocábulo *barritus* com o qual a generalidade dos soldados romanos passaria a referir-se ao grito com que partiam para o combate e que era um termo de clara raiz germânica[2469], estranho ao vocabulário militar romano.

Apesar desta disponibilidade imperial para a integração adventícia, a sua administração não favorecia, nem pretendia, uma osmose das populações, tomando várias medidas para que tal não viesse a suceder, criando leis que dificultavam o casamento entre os habitantes de língua latina e elementos destas tribos, possivelmente com o objetivo de preservar não só os costumes das antigas populações romanas, mas também manter o vigor das tradições militares masculinas típicas da sociedade germânica[2470].

[2466] GIORDANI, 1970, p. 33.
[2467] Vegécio refere-se aos barretes de pele destinados a habituar os soldados ao uso do capacete como "barretes panónicos". VEG. 1.20.
[2468] GIORDANI, 1970, p. 33.
[2469] AMM. 15.12, 21.13.15; RICHARDOT, 2001, p. 300.
[2470] GIORDANI, 1970, p. 33.

12.4.2. As Vicissitudes Conjunturais da Colaboração Militar dos Povos Federados

Os Germânicos serviam no exército romano sob diferentes estatutos e com vários graus de empenhamento[2471].

Determinados corpos eram considerados como unidades regulares do exército romano e estes eram geralmente compostos exclusivamente por soldados de origem germânica, enquanto outros, com um estatuto mais livre, lutavam em contingentes de grandes dimensões que eram organizados para o cumprimento de determinadas campanhas[2472].

Estes últimos não integravam estatutariamente as tropas romanas e não estavam sequer sujeitos às suas cadeias de comando, permanecendo sempre sob a liderança dos seus próprios chefes[2473]. Colaboravam com o exército romano essencialmente como grandes corpos auxiliares, articulados temporal e geograficamente com os seus movimentos táticos, devendo ajudar no cumprimento dos objetivos da campanha[2474].

Os federados que pertenciam a unidades regulares do exército romano eram reconhecidos e equipados pela administração romana[2475], sendo os seus salários pagos da mesma forma que as demais unidades dos exércitos móveis de comitatenses[2476].

Estavam, no entanto, submetidos diretamente às cadeias de comando romanas, tendo que cumprir com presteza todas as missões para as quais fossem enviados e eram sempre comandados por oficiais romanos[2477]. É possível que estas unidades de federados regulares tivessem algumas centenas de efetivos, apresentando números que possivelmente deveriam ser bastante similares às que eram formadas por soldados romanos como os corpos de palatino-comitatenses, visto que desempenhavam frequentemente missões táticas equivalentes[2478].

[2471] RICHARDOT, 2001, p. 297; LE BOHEC, 2006, p. 59-60.

[2472] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 546. Curiosamente, os historiadores romanos nunca aplicaram uma distinção terminológica entre estes dois tipos de federados, designando ambos por "*foederati*", apesar da sua clara distinção funcional e estatutária.

[2473] JONES, 1990, p. 611.

[2474] ELTON, 1996, pp. 96-97.

[2475] ELTON, 1996, p. 92.

[2476] LE BOHEC, 2006, p. 60; RODRIGUES, 2009, p. 154.

[2477] Hugh Elton refere que, tal como os regimentos de comitatenses, os federados (*foederati*) eram comandados por tribunos. ELTON, 1996, pp. 93-94.

[2478] Lamentavelmente as fontes da Antiguidade não nos legaram referências precisas quanto aos números de efetivos que constituiriam vários corpos militares que caracterizaram as tropas do Império Tardio. Tal acontece, não só, quanto ao número de efetivos que constituiriam os corpos de comitatenses, sendo possível admitir que estes sofreriam variações, mas também para o número de cavaleiros que podia constituir uma vexilação. Admite-se que para estes as cifras se poderiam situar entre os 400 e os 500 homens para os corpos de comitatenses e em torno de 200 a 400 para as vexilações, o que permite pensar que os corpos de federados regulares teriam contingentes semelhantes atendendo a que desempenhavam frequentemente o mesmo tipo de missões. No entanto, Simon MacDowall indica que todos estes corpos deveriam possuir

Além disso, estes corpos de federados que prestavam serviço regular foram sendo recrutados preferencialmente entre povos com os quais os Romanos conviviam há muito e, portanto, conheciam bem as suas tradições militares, como era o caso dos Francos ou dos Alamanos.

No século IV, alguns destes, como era o caso de Alanos e Hunos possuíam mesmo uma particular apetência para formarem corpos de arqueiros montados [2479], o que facilitava o tipo de intervenção rápida que lhes era pedido, nomeadamente podendo cumprir o mesmo perfil de missões que eram atribuídas aos comitatenses.

É igualmente possível admitir-se que estes federados regulares fossem contingentes que, tal como acontecia com os antigos auxiliares do Alto-Império, seriam formados por indivíduos que não possuíam a cidadania romana, mas que se encontravam integrados no exército devido a dominarem uma importante competência tática particular, nomeadamente ao nível do tipo de armas que utilizavam [2480].

A generalidade destes corpos apresentava inatas aptidões para determinados tipos de combate, tal como aqueles que eram travados a cavalo, ou que exigiam o emprego de outros tipos de armas, como as de tiro com funda ou arco[2481], para as quais os legionários romanos nunca estiveram muito vocacionados nem apresentavam, mesmo após treino específico, competências equivalentes.

Vários corpos de auxiliares famosos, como os fundibulários das Baleares, os arqueiros cretenses, os cavaleiros celtas ou germânicos, dotavam as legiões clássicas de uma multiplicidade de recursos táticos que eram uma mais-valia dentro dos condicionalismos causados por certos constrangimentos do terreno ou determinadas tipologias de adversários. Por maioria de razão, o exército romano tardio, permanentemente confrontado com tantos e tão variados tipos de adversários, teria que continuar a garantir estes recursos armamentísticos alternativos, cuja necessidade, aliás, bem pode ser percecionada na diversidade que tinha vindo a ser criada nos quadros das próprias unidades regulares do exército. Foram levantados corpos de pesados cavaleiros, como os catafractários que estavam protegidos com espessas couraças e munidos de grandes lanças de estoque ou os

ordinariamente uma cifra bastante inferior de efetivos, sendo tais números os que estariam predeterminados para a sua formação. Note-se que muitas vexilações de cavalaria do século terceiro, por exemplo, foram registradas como não tendo mais de 100 homens, o que nos deve levar a questionar qual seria a verdadeira força militar destas unidades tal a sua exiguidade. MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 21.

[2479] RODRIGUES, 2009, p. 154.

[2480] LE BOHEC, 2006, pp. 16-17.

[2481] ELTON, 1996, p. 94.

clibanários, alguns dos quais eram arqueiros, com uma ainda maior blindagem que se estendia ao equipamento dos seus cavalos[2482].

Surgiram também os sagitários, quer a pé, quer a cavalo, que eram tropas ligeiras munidas com arco, tal como corpos de cavalaria de escaramuçadores, ou os lanciários que lutavam com lanças de arremesso e os manubalisteiros que disparavam pequenas balistas de mão que se assemelhavam mecanicamente às bestas medievais[2483].

Embora haja registo de tropas germânicas regulares ao serviço de Roma em regiões imperiais distantes, como os vários grupos de Alamanos que se encontravam destacados na Britânia, estas unidades participavam normalmente em operações militares que ficavam relativamente próximo da sua região de origem.

Depois do desastre de Adrianopla[2484], em que o Império se viu privado das unidades que lhe garantiam ainda alguma segurança militar e sem condições de recrutamento que permitissem a sua substituição, os Romanos tiveram de deitar mão de um complexo xadrez diplomático de alianças que passariam a fazer parte do seu quotidiano político durante os próximos cem anos. Roma tinha deixado de ter capacidade marcial para impor autonomamente grandes decisões estratégicas, tendo para isso que contar sempre com a colaboração dos seus federados, quer os que recrutara diretamente para integrarem o seu exército, quer os que lutavam ao seu lado como aliados, mas que mantinham a sua autonomia. Estes tinham por seu turno a sua visão particular, e muitas vezes contrastante, do rumo da política que deveria ser seguida, apenas estando dispostos a colaborar se tal intervenção favorecesse a sua agenda própria.

O exemplo mais flagrante destes "aliados não alinhados" foi o dos Godos, na sequência do tratado de paz assinado pouco depois de Adrianopla, logo em 382[2485], já sob o Principado de Teodósio.

Estes federados, que possuíam grande autonomia, comportavam-se apenas como potenciais aliados, mas não se encontravam permanentemente disponíveis para entrar ao serviço do Império e este nem tinha já sequer condições bélicas para lhes impor o cumprimento das obrigações a que se tinham anteriormente comprometido aquando da sua instalação nos territórios imperiais.

[2482] AMM. 16.8; CONNOLLY, 1998, p. 259; RICHARDOT, 2001, pp. 242-243; FEUGÈRE, 2002, pp. 142-145, 214.

[2483] AMM. 19.7.7, 23.4; VEG. 4.22; MONTEIRO, 2009b, pp. 432, 457, 469, 470; RICHARDOT, 2001, pp. 222-226.

[2484] Vitória dos Godos sobre os Romanos comandados pelo imperador Valente, em 378.

[2485] RICHARDOT, 2001, 306.

12.4.3. O Efeito Desagregador dos Povos Federados

Vivendo as suas vastas comunidades dentro do Império e ocupando já consideráveis áreas, os territórios onde estavam instalados os povos federados eram já na prática virtualmente independentes[2486], embora o Império não o quisesse oficialmente admitir.

A administração judicial romana não tinha o direito de neles intervir e estava obrigada a respeitar os seus chefes, bem como as suas leis e tradições, o Império foi também deixando de poder contar com uma solícita ajuda militar por parte destes[2487], pois o seu auxílio bélico foi-se tornando igualmente alheio às necessidades marciais que afetassem apenas a estrutura política do Império. Para além de um retorno material, a lógica da sua intervenção passaria, a partir do final do século IV, a contemplar apenas as ambições pessoais dos seus chefes ou a responder a necessidades particulares dessas comunidades[2488], intervindo apenas quando os objetivos de uma campanha romana contra os seus inimigos poderiam ajudar a resolver algum problema diretamente relacionado com a sua segurança ou potenciar outros interesses [2489]. Tal vai-se tornando um aspeto fulcral ao longo do século V, em que o império já não consegue congregar auxílio federado suficiente para impedir que violem as suas fronteiras. Neste sentido surgiriam novos problemáticos intervenientes, tal como foram os vários povos germânicos, que conseguiram adentrar os territórios imperiais pela fronteira renana em 31 de dezembro de 406 sem terem praticamente encontrado qualquer resistência[2490].

Esta massiva migração, onde se registou o movimento de muitos milhares de indivíduos viria a provocar o colapso generalizado do anterior quadro geoestratégico do Império na sua parte ocidental e ao qual a defesa dos delimitadores não teve qualquer possibilidade de responder. Um "dilúvio de povos" derramou-se então pelo Império com uma fúria de destruição e saque como não havia memória[2491], movendo-se erraticamente num permanente turbilhão de forças que já não seria possível ser dominado.

Os povos federados já então não desempenhavam o papel de recursos auxiliares dos Romanos quanto à defesa fronteiriça do Império, mas antes constituíam-se como verdadeiros Estados autónomos que fragmentavam e reduziam a qualidade da homogeneidade territorial

---

[2486] JONES, 1990, p. 611.
[2487] RICHARDOT, 2001, p. 92.
[2488] JONES, 1990, p. 611.
[2489] JONES, 1990, p. 612.
[2490] CONNOLLY, 1998, p. 258; LE BOHEC, 2006, pp. 14-15, 199; GOLDSWORTHY, 2010, p. 372.
[2491] LE BOHEC, 2006, pp. 155, 206; GOLDSWORTHY, 2010, pp. 372-373.

das suas províncias, contribuindo para a sua desagregação. Se comandantes romanos como Estilicão[2492], e depois Aécio[2493], ainda conseguiram suster momentaneamente a queda abrupta do Império, foi por terem inusuais capacidades militares e diplomáticas, nomeadamente durante a intensa corrosão interna que se seguiu ao aumento da intervenção marcial dos Hunos. Se na colossal batalha que foi travada nos Campos Cataláunicos em 451[2494], os Romanos ainda puderam contar com a fundamental ajuda de federados como os Visigodos de Teodorico, bem como dos Francos, Saxões e Burgúndios, foi porque a vitória de Átila significaria a destruição de todo o *status quo* que consagrava a independência ou autonomia dos seus reinos [2495].

Como, do ponto de vista militar, a ajuda fornecida pelos povos federados tinha sido sempre, não só errática, como baseada no retorno de ganhos materiais, a sua colaboração na defesa das fronteiras e de outros territórios do Império era já meramente circunstancial e não assentava num verdadeiro clima de aliança[2496]. A consciência das suas capacidades militares, bem como a necessidade que sabiam que o Império tinha da sua colaboração bélica, transformava-os não propriamente em genuínos aliados, mas em inimigos encapotados, mantendo-se pacientemente à espera que este se desagregasse por convulsões internas ou pela intervenção simultânea dos seus inúmeros inimigos.

12.5. A ORGÂNICA OPERACIONAL DAS NOVAS UNIDADES

[2492] Flávio Estilicão (em latim: *Flavius Stilicho*; c.359 – 408) foi um mestre dos soldados (*magister militum*) romano de origem bárbara (o pai era um vândalo que tinha servido o imperador Valente e a mãe era cidadã romana). FERRILL, 1986, pp. 86-102.

[2493] Flávio Aécio (em latim *Flavius Aetius*; 391 - 454), foi um duque, patrício, general e estadista romano. FERRILL, 1986, pp. 133-151.

[2494] RICHARDOT, 2001, pp. 323-341; GOLDSWORTHY, 2010, p. 417.

[2495] GOLDSWORTHY, 2010, p. 417.

[2496] RICHARDOT, 2001, pp. 92-93, 96.

12.5.1. A Operacionalidade Estratégica dos Delimitadores

A especificidade das unidades de delimitadores que foram instaladas com o objetivo de vigiar e proteger as diferentes áreas do *limes* e que detinham uma mobilidade bastante condicionada[2497], poderá ter sido uma das principais razões para a visão pouco lisonjeira que habitualmente se atribui a esta tipologia de tropas. Até ao final do século III, uma característica fundamental do exército romano tinha sido a sua extrema mobilidade e a rapidez da sua intervenção, potenciado pela gigantesca rede de estradas que se estendia por todo o Império, facilitava a sua intervenção e era certamente uma das razões para o seu sucesso militar. A implementação das unidades de delimitadores surge assim na lógica de uma outra conceção de defesa, onde se pretendia privilegiar uma vigilância permanente e de proximidade fornecendo, em simultâneo, condições para impedir que grupos de saqueadores pudessem penetrar os territórios imperiais[2498]. O exponencial aumento de tribos que se instalaram junto do *limes* reno-danubiano teria naturalmente criado uma pressão maior relativamente a questões de segurança, pois as tentativas germânicas de penetração nos territórios imperiais teriam aumentado exponencialmente[2499], procurando até aproveitar as fragilidades de defesa causadas pelas guerras civis romanas que se teriam tornado endémicas durante o século III[2500].

É possivelmente devido à sua circunscrição regional que os delimitadores têm sido considerados como soldados que desde sempre tinham possuído um perfil pouco profissional, que se assemelhavam bastante a meras milícias locais, tendo assim graves lacunas de treino e disciplina. No entanto, a sua realidade militar no terreno deveria ser bastante mais complexa e excederia bastante uma avaliação simplista deste tipo.

É bem possível, aliás, que a capacidade bélica dos delimitadores possa ter passado cronologicamente por diferentes fases e a sua eficácia militar não tenha sido completamente uniforme ao longo de toda a fronteira.

Embora desde a sua criação lhes fosse atribuído um baixo estatuto, os delimitadores eram considerados unidades regulares e como tal deveriam, pelo menos na sua fase inicial, serem tropas bem treinadas, tendo até a vantagem prática da sua circunscrição geográfica lhes permitir um conhecimento particularmente detalhado das especificidades topográficas

[2497] LE BOHEC, 2006, pp. 24-25.
[2498] MACDOWALL, 2001, p. 17.
[2499] HALSALL, 2007, pp. 118-136.
[2500] A "Crise do século III". HALSALL, 2007, pp. 71-73; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 181-200.

das áreas pelas quais eram responsáveis. Tinham também a incumbência de zelar e mesmo criar estruturas muralhadas que pudessem auxiliar no seu sistema de defesa e proteger as cidades e vilas romanas, nomeadamente aquelas que se encontravam mais próximas das fronteiras e eram assim os alvos preferenciais das incursões de saque estrangeiras[2501].

É possível que esta avaliação negativa tenha ainda sido historicamente reforçada pela tendência para serem comparados com os futuros corpos de comitatenses e palatinos[2502], que não só detinham um alto estatuto militar e administrativo, como deles era exigido que mantivessem níveis de excelente treino e disciplina, sendo encarados como tropas de elite[2503].

Embora se saliente muitas vezes que os delimitadores eram maioritariamente soldados apeados, tudo indica que estes teriam também consideráveis contingentes montados[2504], visto que as áreas que estavam sob a sua jurisdição eram demasiado extensas para que se pudesse realizar apenas um patrulhamento pedonal. Realizar a vigilância permanente de zonas com centenas de quilómetros seria uma tarefa quase impossível para contingentes não montados, o que pelas distâncias em causa implicaria deslocações de vários dias.

Apesar das vicissitudes pelas quais iriam passar a partir do Principado de Constantino, em geral, tudo parece indicar que os delimitadores no tempo de Diocleciano cumpririam bem o seu dever, embora os seus números, devido à grande dispersão geográfica, fossem naturalmente inadequados para suster grandes invasões[2505].

O progressivo aumento do número de povos instalados junto à fronteira, nomeadamente no *limes* reno-danubiano, cujos constrangimentos espaciais tendia cada vez mais a empurrá-los contra os territórios imperiais, bem como o aumento da sua capacidade militar, resultante das suas mútuas alianças, permitia a formação de exércitos invasores de bastante maior capacidade.

No entanto, muitos destes soldados que tinham sido instalados como delimitadores, seriam não só resultantes de massivos recrutamentos, como também deverão ter integrado muitos elementos que eram provenientes das antigas legiões[2506], nomeadamente daquelas que se encontravam fragmentadas ou diminuídas após as vicissitudes marciais do século

[2501] HEATHER, 2010, p. 440.
[2502] LE BOHEC, 2006, p. 141.
[2503] JONES, 1990, pp. 55, 100; ESPOSITO, 2021, p. 79.
[2504] JONES, 1990, p. 608; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 267.
[2505] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 265.
[2506] MACDOWALL, 2001, p. 17.

III[2507]. Assim, muitos destes delimitadores ainda deveriam ser bons elementos, pois teriam tido contacto com o intenso treino clássico do soldado romano, o que deverá nesta fase ter fornecido por osmose nos novos recrutas o mínimo de qualidade quanto ao desenvolvimento de boas competências de combate[2508].

Um aspeto prático que nos poderá fornecer uma ideia da competência dos delimitadores é o facto de que algumas das suas unidades viriam a reforçar com facilidade os exigentes exércitos de comitatenses. Assim, conseguiam operar de forma eficaz e bem articulada, tendo demonstrado ser tão frutuosa que, por vezes, se tornava permanente, formando as designadas unidades de pseudocomitatenses[2509].

Curiosamente, mais tarde, um decreto imperial de 19 de março de 400 vem impedir esta circulação de contingentes, proibindo a transferência de soldados de um ramo do exército para outro, nomeadamente entre tropas "ripuárias de fortaleza" (*riparienses castricani*), tropas auxiliares e tropas palatinas[2510]. Tal indica que nesta fase posterior, a articulação não seria já tão frutuosa, certamente potenciada por uma maior fragilidade na competência militar dos delimitadores.

É possível que os contingentes responsáveis pela vigilância fronteiriça tenham vindo a baixar progressivamente a sua competência militar, nomeadamente atendendo ao édito de 25 de fevereiro de 438, em que o imperador Teodósio II reforça claramente esta restrição, proibindo que os delimitadores do Oriente se tentassem transferir para a principal força imperial que era designado por exército na presença do imperador[2511].

Os delimitadores estavam organizados numa grande diversidade de unidades[2512], como microlegiões geralmente divididas em destacamentos, coortes auxiliares, alas de cavalaria,

---

[2507] Diocleciano, ao criar de tropas com a função de delimitadores, terá tentado proteger as fronteiras imperiais das incursões constantes que se verificavam, mas também resolver o problema causado pela necessidade de reestruturação de muitas das legiões que se encontravam diminuídas e com baixa autoestima depois do longo período de guerras civis do século III. O forçado e prolongado combate que se verificou, especialmente entre as legiões, possivelmente tê-las-á debilitado e criado um clima de baixa autoestima, atendendo a que a generalidade dos soldados romanos era avessa a ter de lutar com os seus companheiros. Será, pois, possível que a nova função dos soldados no contexto de delimitadores pudesse minimizar as consequências de ressentimentos mútuos, pois fazia desaparecer parte da negatividade resultante da oposição criada pelos combates havidos entre determinadas legiões e que se mantinham centradas na sua identificação.

[2508] RICHARDOT, 2001, p. 130.
Uma das lacunas mais problemáticas relativamente aos delimitadores é a ausência de elementos concretos quanto ao seu tipo de treino e disciplina, pelo que nos teremos que resignar, dentro do bom senso, a supor quais deveriam ser tais condições.

[2509] MACDOWALL, 2001, p. 19; GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

[2510] CTh. 7.1.18; RICHARDOT, 2001, p. 131.

[2511] CTh.*N.* 4; RICHARDOT, 2001, p. 131.

[2512] MACDOWALL, 2001, pp. 17-18; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 267.

cunei, vexilações[2513], além de outras unidades de efetivos com funções que ainda são relativamente indeterminadas como acontece com os números (*numeri*)[2514].

Saliente-se igualmente que não temos notícia, o que consideramos que será uma das principais razões para a baixa da qualidade do exército romano, de uma estrutura de comando que coordenasse, ou sequer ligasse taticamente toda a diversidade destas unidades, embora seja possível admitir-se que algumas das microlegiões poderiam ainda estar divididas em pequenas coortes ou destacamentos.

O possível enfraquecimento da qualidade militar dos delimitadores poderá inclusive ser observado em mudanças registadas nos contingentes de ripuários pois apesar desta vigilância fluvial ter sido sempre da sua responsabilidade, começaram mais tarde a integrar ou a ser mesmo substituídos por elementos oriundos dos comitatenses[2515], visto que para além da vigilância, poderiam também auxiliar na defesa quando tal fosse necessário.

No entanto, os delimitadores sempre integraram boas unidades de artilharia e talvez seja possível considerar que estas teriam sido aquelas que mantiveram a sua qualidade militar ainda no século IV, possivelmente tendo isto resultado da especificidade do seu tipo de combate se basear preferencialmente nas manobras de contra cerco a que eram forçados por se encontrarem instalados em fortificações fronteiriças. Os delimitadores tinham o domínio de uma grande variedade de máquinas de tiro, onde se integravam balistas, escorpiões e até catapultas, sendo possivelmente tais competências sido o resultado da necessidade de defenderem eficazmente as suas fortalezas e as cidades dentro da sua jurisdição. Diga-se mesmo, que em geral os delimitadores utilizavam preferencialmente armas de arremesso, com destaque para uma espécie de variante tardia do pilo, designado por espículo (*spiculum*) e ainda outros vários tipos de dardos individuais dos quais possuíam grandes estoques. Muitos dos seus recontros na fronteira eram, aliás, realizados através de massivas descargas de lanças de arremesso de peso bastante considerável que conseguiam atirar com um alcance de 30 a 65 metros[2516].

Algumas unidades dos delimitadores, quer apeadas, quer montadas, que aparecem referenciadas na *Notitia Dignitatum* eram constituídas por arqueiros (*sagitarii*) e é mesmo de admitir que parte dos soldados das suas outras unidades também tivessem treino para a utilização de arcos[2517].

[2513] JONES, 1990, p. 610.
[2514] GOLDSWORTHY, 2003, p. 205.
[2515] JONES, 1990, p. 125.
[2516] GOLDSWORTHY, 2003, p. 205.
[2517] GOLDSWORTHY, 2003, p. 205; HEATHER, 2010, p. 63.

12.5.2. Avaliação Conjetural da Capacidade de Defesa dos Delimitadores no Tempo de Diocleciano[2518]

As províncias que marcavam o *limes* terrestre depois da reforma militar de Diocleciano que estabeleceu o modelo defensivo dos delimitadores, eram as seguintes[2519]:

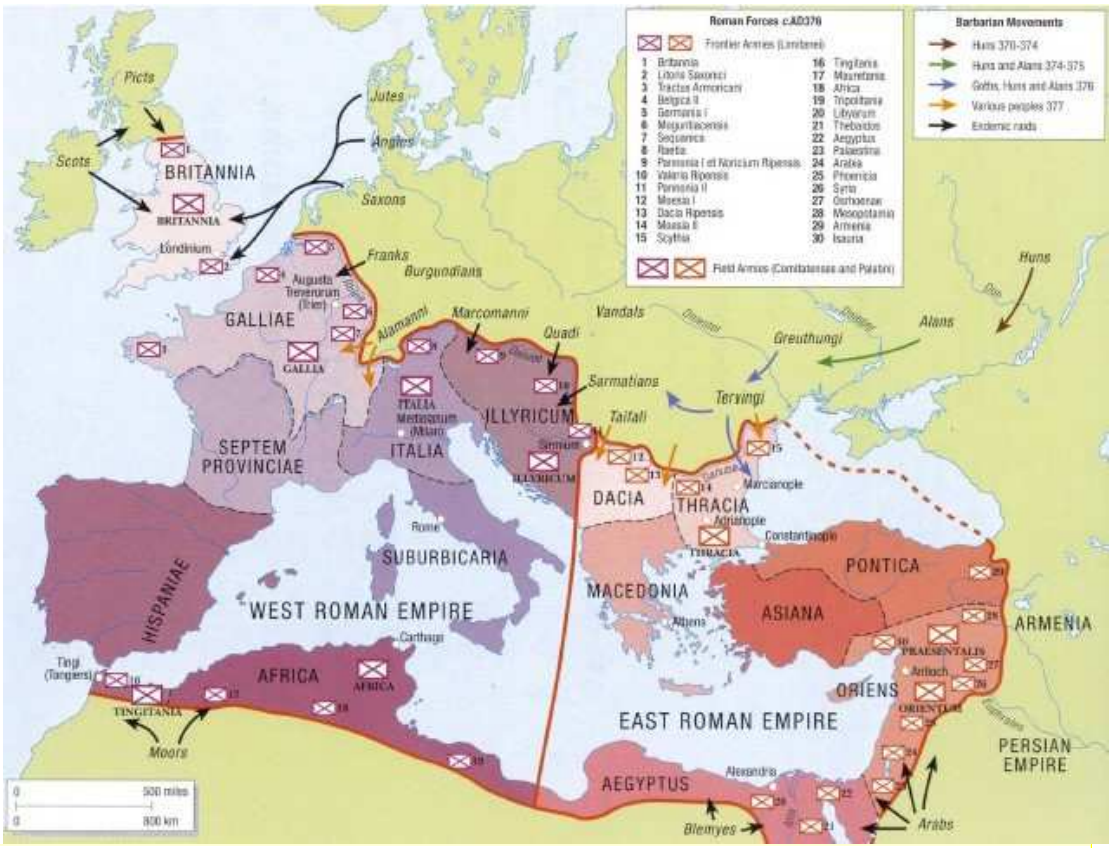


Imagem 107 – Localização das forças romanas cerca de 376 [in MACDOWALL, 2001, p. 6].

limes Britânico: Compreendia a Britânia inferior[2520], que se passou a designar Britânia II e onde se situaria a Muralha de Adriano e tinha cerca de 118 quilómetros de extensão.

limes Renano: Compreendia a Germânia Inferior que passou a ser conhecida como Germânia II que se manteria inalterada no Baixo-Império, bem como a Germânia Superior, que se tornaria a Germânia I. Estas perfaziam uma extensão de cerca de 568 quilómetros desde a foz do Reno até aos Campos Decumanos.

[2518] No anexo 16 encontram-se identificadas as principais posições das fortificações de pseudodelimitadores nas dioceses no ano de 376 d.C.

[2519] MACDOWALL, 2001, p. 6.

[2520] A distinção entre província superior e inferior era atribuída conforme a distância a que esta se encontrava da cidade de Roma, sendo designada por inferior aquela que se encontrava mais afastada.

limes Danubiano: Este era sem dúvida o mais extenso e compreendia muitas províncias como a Récia que fora dividida em Récia I e Récia II, enquanto a Nórica manteria o *limes* apenas na Nórica II ou Ripuária, enquanto a Nórica I, ou mediterrânica ficou remetida a sul, perdendo contacto com a fronteira terrestre.

O *limes* Danubiano integrava ainda a Panónia superior que se tornou a Panónia I que foi precisamente extraída da Panónia Sávia por Diocleciano enquanto esta última passou a pertencer a Síscia

A Panónia inferior passou a designar-se por Panónia II na região da Ilíria e que teria sido extraída da Panónia Valéria também por Diocleciano e incluiria ainda uma província que manteve este último nome.

A província da Dácia passou a ser a Dácia I ou Dácia Ripuária que não deve ser confundida com a província da Dácia que existia no Alto-Império, visto que Aureliano abandonou os territórios que ficavam na margem esquerda do Danúbio.

Na reforma de Diocleciano surgiu outra província Dácia, designada por Dácia II ou Dácia mediterrânica, mas que já não integrava os territórios do *limes*.

Este era composto ainda pela Mésia superior, que passou a designar-se como Mésia I, enquanto a Mésia inferior terá tomado o nome de Mésia II, delimitando ambas a região da Trácia.

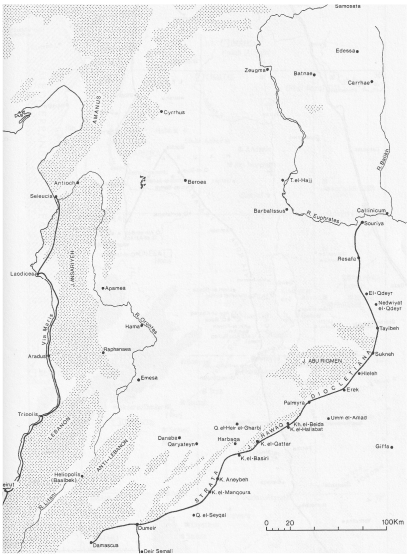


Imagem 108 - Traçado da *Strata Diocletiana* [in LE BOHEC, 2006, p. XXIX, fig. 43]

A fronteira terrestre ao longo de todas estas províncias perfazia uma extensão de cerca de 2.400 quilómetros.

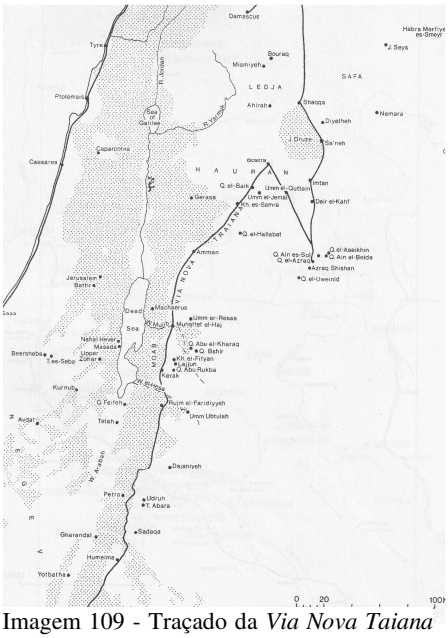


Imagem 109 - Traçado da *Via Nova Taiana* [in LE BOHEC, 2006, p. XXX, fig. 44a].

Seguem-se neste percurso no Oriente territórios muito problemáticos na definição da sua posse militar e administrativa, tais como a Arménia, a Mesopotâmia e a Osrhoene que sofriam constantes mutações fronteiriças devido ao permanente atrito bélico com os Persas Sassânidas. Atribuir-

lhes-emos apenas uma extensão de *limes* por aproximação, atendendo a que o próprio Diocleciano mandou construir, a partir de Sura (Souriya, na margem direita do Eufrates) uma longa estrada fronteiriça para sul, com cerca de 1.000 quilómetros, a *Strata Diocletiana*[2521]. Esta ligava Sura a Palmira (atual Síria do Sul), estendendo-se até Azraq e Bostra, passando a oriente de Damasco e sendo bordejada por diversas cidades e fortes. Prolongava-se ainda até Aqaba (seguindo a antiga *Via Nova Traiana*), passando a oriente do Mar Morto e de Petra, sempre protegida por regulares fortificações militares[2522].

Deixaremos fora da nossa análise, por não ser particularmente relevante para o esforço militar do Império, as movimentações militares no *limes* meridional africano[2523], que compreendia o Egito, a Cirenaica e Creta, a África Proconsular, a Mauritânia Cesariense e a Mauritânia Tingitana, aqui designadas na sua nomenclatura provincial pré-reforma. Diga-se mesmo, que as movimentações marciais nestas fronteiras sempre foram pautadas por uma bem mais ligeira confrontação, não sofrendo, pois, a pressão intensa e constante do *limes* a norte e a oriente[2524], bastando para uma tal constatação, verificar nos quadros da distribuição das grandes legiões do Alto-Império, os modestos contingentes de tropas que os Romanos sempre aí tiveram estacionados[2525].

Estimamos, assim, que as fronteiras terrestres do Império a norte e a oriente, realizando a soma das extensões do *limes* britânico, do renano, do danubiano e do oriental, perfizessem na sua totalidade cerca de 4.086 quilómetros[2526].

Para uma perceção aproximada do que poderia ser a capacidade militar efetiva dos delimitadores ao longo das fronteiras terrestres, procuraremos fazer uma estimativa, embora de carácter meramente conjetural, observando qual poderia ser a concentração dos seus efetivos ao longo destas fronteiras terrestres no tempo de Diocleciano.

Se aceitarmos a cifra proposta para a totalidade dos delimitadores indicada pelo historiador Philippe Richardot admitiremos que o seu número poderia rondar os 360.000 soldados[2527]; e se destes excluirmos uma parcela de 30.000 que poderiam ter a cargo a defesa das províncias que constituíam o *limes* africano, ficaremos com um total de 330.000 homens que se encontrariam assim a defender as fronteiras problemáticas.

[2521] RICHARDOT, 2001, pp. 102-103.
[2522] LE BOHEC, 2006, pp. XXIX-XXX, 26, 150, 167-168.
[2523] LE BOHEC, 2006, pp. 19-20.
[2524] HALSALL, 2007, pp. 136-137.
[2525] LE BOHEC, 2006, pp. 41-42.
[2526] 118(*limes* britânico) + 568(*limes* renano) + 2.400(*limes* danubiano) + 1.000(*limes* do oriente) = 4.086.
[2527] RICHARDOT, 2001, p. 76.

Sabendo-se que este *limes* teria cerca de 4.086 quilómetros e se se descontar uma parte de 1.000 quilómetros por onde um grande contingente de invasores não teria condições de logisticamente realizar uma invasão aos territórios imperiais, devido a fatores condicionantes, como a força da corrente fluvial, o denso coberto arbóreo existente nas margens, arribas escarpadas ou quaisquer outras condições topográficas, obteremos uma cifra de cerca de 3.000 quilómetros por onde se poderia concretizar uma grande invasão.

Partindo destas cifras aproximadas, poder-se-ia, pois, tentar, como mera hipótese de trabalho, compreender a capacidade militar fornecida pela média da densidade presencial dos delimitadores pela totalidade da extensão do *limes*, dividindo os milhares de quilómetros deste pelo número proposto para os seus efetivos[2528]. Os delimitadores, estimados assim em 330.000 homens, poderiam teoricamente estabelecer uma linha contínua de defesa ao longo destas fronteiras terrestres em que cada delimitador ficaria posicionado a uma distância de cerca de 9.09 metros do seu companheiro[2529].

Se admitirmos que o que se poderia considerar como uma grande invasão deveria congregar milhares de guerreiros e que estes teriam que progredir formados numa coluna com alguns metros de largura, atendendo à coordenação do seu movimento e aos constrangimentos causados pela topografia e outros condicionalismos como a densidade arbórea, seria possível admitir-se que esta chegaria à fronteira e que aí se poderia alargar numa fronte com 1 ou 2 quilómetros. Admitindo-se ainda que, para os padrões visuais humanos, esta seria detetável em média numa faixa fronteiriça de cerca de 4 quilómetros[2530],

[2528] Estamos conscientes da imprecisão destes números, mas atendendo aos poucos elementos que possuímos sobre o que seria a realidade das cifras concernentes aos delimitadores e a extensão fronteiriça que permitisse realizar uma grande invasão, considerámos que seria um possível elemento de reflexão uma análise do que poderia ser a densidade contínua da presença dos delimitadores ao longo da fronteira. Assim, a diferença do seu número poder-nos-á dar uma noção de qual seria a sua verdadeira capacidade de intervenção militar numa faixa circunscrita da fronteira e, embora possa ter havido lugares de maior concentração, a sua distribuição terá, apesar de tudo, de ter obedecido a um critério de implementação minimamente uniforme. Diga-se, em abono desta difícil tentativa de análise, que os números trabalhados são tão elevados, quer quanto à quantidade de quilómetros de extensão disponível para uma incursão, quer quanto à cifra destes efetivos, que mesmo admitindo uma variação considerável dos seus valores o resultado final não se apresenta com alarmantes diferenças nos seus aspetos essenciais. Embora conjetural, esta análise é o único modo de nos podermos aproximar do que seria a realidade estratégica de defesa conseguida por estas unidades em função dos elementos que conhecemos por aproximação.

[2529] 3.000.000 (metros) / 330.000 (homens) = 9.09 (metros)

[2530] O âmbito visual humano de perceção sobre a superfície terrestre é de cerca de cinco quilómetros para um indivíduo que esteja posicionado ao nível do solo, limite que é imposto pela própria esfericidade do planeta. Admitindo que os delimitadores deveriam posicionar-se muitos metros acima, o que permitiria um alargamento do seu âmbito visual, teriam certamente esta possibilidade obstaculizada por inúmeros elementos salientes do relevo, de massas de vegetação e sobretudo pela formação de zonas de nevoeiro, bastante naturais em zonas fluviais, que limitariam em muito o seu campo visual. Admitiremos uma faixa de quatro quilómetros como média para a sua perceção visual, admitindo-se que tal poderia variar bastante conforme a zona considerada.

a partir de ambas as laterais do seu ponto de passagem, por delimitadores que estivessem colocados em locais elevados[2531], dir-se-ia que estes teriam uma capacidade de mobilização imediata de 1.100 soldados, atendendo aos números médios da sua densidade para uma tal extensão de fronteira[2532].

Certamente os contingentes de delimitadores teriam rápidas formas de comunicar e pedir reforços às unidades das fortificações que se encontrassem mais próximas, embora se tenha de admitir que estas se pudessem encontrar a distâncias bastante consideráveis. No entanto, não só o auxílio que poderiam enviar demoraria algum tempo a conseguir chegar ao local da invasão, como não deveria ser considerável, atendendo a que os elementos de outras unidades não poderiam abandonar sumariamente as áreas que eram da sua responsabilidade[2533].

É, pois, natural que um contingente de cerca de 1.100 homens, rapidamente mobilizáveis dentro do âmbito de 10 quilómetros, se pudesse constituir como uma defesa bastante eficaz para impedir uma invasão, nomeadamente quando tinha a auxiliá-la os condicionalismos provocados pela necessidade de atravessar uma forte linha de água como o Reno ou o Danúbio[2534].

No entanto, um contingente formado por um elevado número de inimigos, na ordem dos muitos milhares, tal como a determinação com que realizavam o ataque, poderiam tornar muito difícil a concretização desta defesa, nomeadamente se o adversário estivesse munido de boas condições logísticas para realizar a travessia.

Dever-se-á também ter em atenção que quando um grande exército invasor conseguia ultrapassar a circunscrita zona de fronteira, não só via as suas condições de mobilidade

---

[2531] Apesar do grande número de locais onde se poderiam realizar incursões, deveriam ser bem conhecidos dos Romanos os que mais favoreceriam tais intentos, pelo que tais lugares estariam particularmente vigiados e protegidos, nomeadamente aqueles que faziam parte do instável *limes* reno-danubiano.

[2532] 10.000 (4.000+2.000+4.000) metros a dividir pela média de 9.09 metros para cada elemento dos delimitadores. (10.000/9.09=1.100).

[2533] Notemos que a realidade defensiva instalada na fronteira não seria sempre a mesma, pois um soldado romano na muralha de Adriano, podendo contra-atacar diretamente desta estrutura defensiva, teria melhores condições para o fazer do que aquele outro na Panónia que era forçado a procurar defender o *limes* numa passagem em campo aberto.
Dever-se-á ter em atenção que, quando era organizada uma invasão aos territórios imperiais, o exército adversário pretendia principalmente estabelecer um corredor de passagem para o interior, não pretendendo travar um combate direto contra as fortificações dos delimitadores, o que obrigava a que estes viessem lutar em campo aberto.

[2534] A travessia de uma linha de água com um caudal considerável é sempre um momento de grande fragilidade para qualquer exército e todas as exigências logísticas para o fazer não tornam fácil a constituição de uma cabeça-de-ponte. A utilização de muitas armas de arremesso eram, neste quesito, um aspeto importante, atendendo a que podiam fustigar o adversário mesmo durante o processo de grande instabilidade tática causado pela necessidade da sua travessia fluvial, utilizando mesmo alguma artilharia, matéria em que seriam bastante versados.

bastante melhoradas ao poder deslocar-se pelas vias romanas, como os delimitadores não teriam grandes condições de o poder perseguir, atendendo ao seu reduzido número e à impossibilidade de abandonar a sua circunscrição territorial junto ao *limes*. Mesmo admitindo que pudessem chegar reforços de outros pontos fortificados de delimitadores, estes poderiam já encontrar-se com muitas horas de atraso relativamente ao movimento dos invasores.

É, assim, possível admitir-se que a capacidade militar dos delimitadores não fosse muito considerável e se limitasse na prática a poder impedir com alguma eficácia invasões que não ultrapassassem um conjunto formado apenas por algumas centenas de inimigos[2535].

É plausível que a constatação destas limitações tenha sido também um fator a contribuir para a abolição desta tipologia de defesa, propugnado pouco tempo depois por Constantino, embora este modelo assegurasse uma boa proteção contra as constantes incursões de pequenos grupos de bandidos e salteadores que tanto aterrorizavam as populações romanas.

12.5.3. A Inoperância Funcional dos Pseudodelimitadores (*Pseudolimitaneii*)

No entanto, a real incapacidade de funcionamento estratégico dos delimitadores terá realmente começado com a reforma de Constantino (312-337), que claramente preferiu investir num outro modelo, baseado numa defesa elástica que implicava a constituição de grandes corpos de comitatenses. No entanto, não seria possível estrategicamente proceder ao abandono das inúmeras estruturas fortificadas que tinham sido adaptadas ou construídas para o funcionamento dos delimitadores, atendendo a que estas seriam rapidamente tomadas por invasores e serviriam até para consolidar a sua própria defesa já dentro dos territórios imperiais.

Assim, apesar do desinvestimento constantiniano no modelo dos delimitadores, existia a necessidade de manter unidades que teriam de permanecer nos acampamentos militares, tendo a responsabilidade de os defender, mas sendo-lhes atribuído um estatuto oficial cada vez mais baixo. Surgiria assim um novo tipo de contingentes, que já não teriam as obrigações de vigia e defesa de uma determinada área fronteiriça, mas apenas a manutenção da posse

[2535] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

das fortificações, além de auxiliarem logisticamente os comitatenses, quando a sua intervenção ocorresse nas proximidades.

É, pois, possível que o que tinham sido as competentes unidades iniciais dos delimitadores tenham, a partir de então, entrado num notório processo de decadência quanto à sua eficácia militar, com uma baixa na qualidade do treino e da disciplina[2536], bem como uma natural quebra do seu estado anímico. Além disso, é de admitir que a necessidade de reforço dos exércitos móveis tenha forçado a passagem de muitos dos melhores elementos dos delimitadores para as suas unidades, nomeadamente para se integrarem nos contingentes de pseudocomitatenses[2537].

É, portanto, plausível que tenha havido duas fases distintas nas unidades de delimitadores. Uma primeira durante o Principado de Diocleciano, em que se teriam formado unidades com elevados parâmetros de eficácia militar; e uma outra após a subida ao trono de Constantino, em que estes perdem a sua função estratégica original e entram num longo processo de decadência.

A generalidade das guarnições dos delimitadores teria assim ficado como que isolada devido ao desaparecimento de grande parte da estrutura logística que garantia o suporte aos delimitadores; e o seu cada vez mais baixo estatuto, como veremos, tê-los-á empurrado para que passassem a fazer uma gestão autárcica dos recursos do seu território.

Estas unidades, que passaremos a designar por pseudodelimitadores[2538], tornar-se-iam ultrafixas, vivendo apenas nas imediações da sua fortaleza, pois já não tinham a obrigação de executar a vigilância do seu antigo território de fronteira, o que levaria a que ficassem cada vez mais afastados do real contexto militar do Império.

A própria evolução da nomenclatura pela qual foram designadas estas unidades nos deverá ajudar na sua caracterização funcional.

Se na sua fase inicial, possivelmente a partir de 298, foram designados oficialmente por delimitadores (*limitanei*), em 325, quando passaram a incrementar as suas movimentações em âmbito fluvial, passariam a ser conhecidos pelo termo de *ripenses*, nomeadamente pela sua importante função estratégica que tinham ao longo do *limes* reno-danubiano[2539]. No entanto, em 363, o que já nos aponta uma data posterior à morte de

---

[2536] HALSALL, 2007, p. 146.

[2537] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 273.

[2538] Passaremos a designar por soldados "pseudodelimitadores" os soldados que faziam antes parte das unidades de delimitadores ou *ripense*s e que permaneceram, a partir de 363, praticamente circunscritos nas estruturas arquitetónicas fronteiriças, condenados a um cada vez menor estatuto oficial e apoio logístico.

[2539] RICHARDOT, 2001, p. 129.

Constantino, voltariam oficialmente a ser renomeados com o seu antigo epíteto de delimitadores. Assim, será de admitir que esta preocupação com uma nova mudança de nomenclatura pudesse refletir uma transformação funcional das suas atribuições, criando então as guarnições que designamos por pseudodelimitadores e cuja única função estratégica era, a partir de então, o permanecerem nos antigos pontos fortificados que não deveriam ser abandonados.

Reforçando esta nossa hipótese, deveremos ainda salientar que a titulatura destas unidades voltaria a ser novamente mudada em 398 para o expressivo termo de "Castelões" (*burgarii* ou *castellani*)[2540], o que indica de forma concludente que estes homens já tinham a seu cargo meramente a proteção das estruturas muralhadas (*castella*) ou torres de observação (*burgi*)[2541].

Note-se que, em 363, o que nos aponta para o final do Principado de Juliano, terá havido uma notória degradação do seu estatuto, sendo este oficialmente diminuído pela própria legislação imperial que os passa a equiparar aos meros operários que trabalhavam nas fábricas imperiais[2542].

Saliente-se ainda que os próprios critérios de apetência física, como altura e compleição, que passariam a regular o ingresso nos pseudodelimitadores, tornaram-se extremamente permissivos, chegando a ser inferiores aos exigidos para as tropas auxiliares. As competências físicas destes homens para lutarem em combates diretos não era sequer um aspeto a ter em grande consideração, pois estes tinham condições de permanecer protegidos pelas estruturas muralhadas, pelo que o seu objetivo tático deveria incidir sobretudo no treino de defesa com artilharia.

O próprio regimento militar surgido logo a seguir, em 372, reforça claramente esta conceção, declarando que todos os homens que apresentem pouca resistência física, ou não tenham altura suficiente para servir nos palatino-comitatenses, deverão ser incorporados nos pseudodelimitadores[2543].

No final do século IV, a generalidade dos candidatos a recrutas não apresentava sequer qualquer apetência para os trabalhos da guerra, pois muitos eram meros trabalhadores do campo que tinham sido empurrados para o serviço militar pelos grandes latifundiários romanos. Desde a reforma administrativa de Diocleciano que os grandes terratenentes que

[2540] RICHARDOT, 2001, p. 130; ESPOSITO, 2021, p. 82.
[2541] RICHARDOT, 2001, pp. 133, 136-140.
[2542] RICHARDOT, 2001, p. 131. Este estatuto foi confirmado em 398, CTh. 7.14.1.
[2543] CTh. 7.22.8; JONES, 1990, p. 617.

fossem proprietários de extensas áreas agrícolas, com milhares de escravos e trabalhadores, ficavam obrigados ao envio anual de um certo número de homens como recrutas para o exército romano[2544]. Muitos destes, vindos de classes baixas e que eram já cristãos ou simpatizantes do seu ideário, ficariam desesperados com o seu destino e, não querendo ser recrutados, tinham mesmo a coragem de se automutilar para serem considerados inaptos. Geralmente faziam-no cortando o polegar da mão direita, o que inviabilizava a preensão correta de qualquer tipo de arma[2545].

Além do mais, considerados como unidades quase sem importância, os pseudodelimitadores viram-se assim praticamente impedidos de aspirar a qualquer progressão no âmbito de uma carreira militar, e os seus baixos salários[2546] tornariam difícil o cumprimento de muitos dos seus encargos pessoais.

Diga-se que muitos destes homens possuiriam família[2547], pois os soldados romanos já desde o final do século II, no Principado de Septímio Severo, tinham obtido permissão para casarem, tendo os seus filhos o direito a ser reconhecidos como cidadãos.

Assim, isolados e humilhados, com as próprias regalias a que supostamente teriam direito depois do seu tempo de serviço militar postas em causa[2548], a sua desmotivação agravar-se-ia ao longo do século IV, ficando praticamente esquecidos nas remotas fronteiras do Império.

A própria unidade geográfica imperial, cada vez mais flagelada pelas constantes invasões germânicas e persas, com a agravante que teria sido a temível chegada das hordas hunas por volta de meados do século IV[2549], encontrava-se cada vez mais comprometida.

O Império via-se agora cada vez mais fragmentado em diversas regiões sob o domínio circunstancial de diferentes tribos hostis que se conseguiram instalar dentro dele, ou até mesmo pelo estado de guerra resultante da instabilidade política e militar causada pelas novas exigências dos povos federados.

Assim, circular no Império era cada vez mais uma aventura perigosa, tornando difíceis e maiores as distâncias entre pontos que anteriormente eram percorridos com toda a segurança e facilidade. Os pseudodelimitadores, remetidos para as extremidades fronteiriças,

---

[2544] RICHARDOT, 2001, p. 131.
[2545] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 269.
[2546] A substancial redução salarial dos pseudodelimitadores corresponderia à mudança de estatuto das tropas fronteiriças desde o tempo de Constantino, pois tinham deixado de ser consideradas unidades de combate. RICHARDOT, 2001, p. 132.
[2547] MACDOWALL, 2001, p. 17.
[2548] JONES, 1990, pp. 649-653.
[2549] AMM. 31.3.1-3; MACDOWALL, 2001, pp. 9-12.

sofreriam mais que todos estes novos constrangimentos, fazendo com que pouco ou quase nada conseguisse chegar aos seus domínios. Até os magros salários destes soldados, que eram por vezes enviados com anos de atraso[2550], sofriam gravemente com a permanente instabilidade nas estradas, muitas vezes roubados por salteadores que tinham já a ousadia de atacar até mesmo uma coluna militar de transporte.

Desmotivados e sem salários, estes pseudodelimitadores começarão naturalmente a dedicar a sua atenção a outras atividades, tais como trabalhos agrícolas, nomeadamente em territórios situados nas imediações das suas fortalezas[2551], não só pela necessidade de produzirem alimentos, mas até para minimizar o tédio que se deveria instalar em muitas destas regiões. A confirmar esta prática temos os trabalhos arqueológicos que identificaram vários campos de exploração agrícola contíguos a locais fortificados que terão sido explorados nos séculos IV e V e que pertenceriam a estes soldados[2552].

No entanto, as autoridades imperiais não pretendiam deixar que estes pseudodelimitadores se tornassem meros soldados camponeses, tendo sido proibida categoricamente qualquer atividade agrícola; e os decretos exarados em 423 e, novamente, em 443 ameaçavam os prevaricadores com pesados castigos que poderiam incluir a pena capital. Este último decreto lembra mesmo aos pseudodelimitadores a obrigação de permanecerem no interior das fortalezas que lhes foram confiadas sem se dedicarem a quaisquer outras práticas que não fossem as de observação dos movimentos em torno da sua região[2553].

Neste quadro de impedimentos, é então possível que os campos agrícolas mais tardios sejam exemplos de arrendamentos feitos pelos pseudodelimitadores a particulares, embora seja possível questionar se as práticas agrícolas não terão continuado atendendo a que dificilmente tais tarefas chegariam ao conhecimento das longínquas autoridades imperiais.

Poder-se-ia, pois, dizer que o papel militar destas tropas na segunda metade do século IV seria já quase irrelevante, dado que a sua única função prática limitar-se-ia a poder vigiar as áreas limítrofes, mas não tendo já capacidade operacional para realizar qualquer tipo de intervenção no exterior das suas fortificações.

[2550] FERRILL, 1986, p. 153.

[2551] LE BOHEC, 2006, p. 116.

[2552] A descoberta de vestígios relacionados com a prática de agricultura junto a locais fortificados sugeriu a alguns historiadores que os *limitanei* eram soldados-camponeses. JONES, 1990, pp. 649-650, 652-653. Contrariamente outros defenderam que a prática agrícola seria ocasional e insuficiente para suprir as necessidades da respetiva guarnição. Este tema é desenvolvido pelo estrategista militar, cientista político e historiador Edward Luttwak: LUTTWAK, 2016, pp. 195-196.

[2553] RICHARDOT, 2001, p. 132.

Possivelmente, não poderiam aspirar a mais do que enviar um mensageiro ao governo central, nomeadamente às unidades mais próximas de comitatenses, sobre quaisquer movimentações problemáticas que tivessem detetado nas imediações das suas fortalezas. A sua precariedade dever-se-ia ter tornado tão patente que tudo leva a crer que as próprias autoridades imperiais deveriam estar conscientes da difícil situação em que se encontravam os pseudodelimitadores, pois exararam éditos em que os advertiam para a necessidade de suportarem a sua fome pacientemente e de se contentarem com o seu escasso salário[2554].

Dever-se-á assinalar que a própria atividade militar em muitos dos locais isolados em que se encontravam deveria ser praticamente nula, pois o desaparecimento da obrigatoriedade de vigilância de todo o espaço fronteiriço teria permitido que se realizassem facilmente incursões do *limes* em muitos pontos.

Assim, os invasores deveriam conhecer bem, não só os locais onde uma travessia seria topograficamente mais fácil de concretizar, bem como as zonas que se encontravam mais afastadas de qualquer possível deteção por parte dos Romanos, a fim de evitarem quaisquer confrontos posteriores com as unidades palatino-comitatenses.

Note-se que esta possível raridade de confrontos, que se poderia prolongar por anos, deveria fornecer aos pseudodelimitadores uma sensação de acalmia e segurança que potenciaria ainda mais o seu desinteresse em adotarem um permanente treino de carácter militar

Embora não saibamos as suas consequências práticas, é possível que se tenha desenvolvido o que se poderia classificar como uma terceira vaga de delimitadores[2555], especialmente na fronteira renana, como resultado do recrutamento massivo de elementos germânicos. Este teria tido lugar a partir da década de 380, como resultado do desastre da Batalha de Adrianopla e da consequente escassez de efetivos no exército romano, bem como de homens válidos para recrutamento dentro das fronteiras do Império.

O pragmático imperador Teodósio compreendeu a importância de se abrirem urgentes canais de acesso às estruturas militares imperiais aos elementos de origem germânica, o que leva mesmo a se poder admitir que alguns destes efetivos tenham sido mandados para os contingentes de pseudodelimitadores, atendendo à necessidade que se deveria sentir de proceder à substituição dos homens com idade mais avançada. Consideráveis contingentes provenientes destas tribos vão em geral passar a engrossar todas as depauperadas unidades romanas, quer provindos de povos já federados, quer mesmo de comunidades ainda

[2554] CTh. *N.* 4.
[2555] RICHARDOT, 2001, p. 133.

instaladas no exterior. É assim que Visigodos, Ostrogodos, Alanos, Burgúndios e até Hunos vão passar a integrar as unidades de comitatenses e até mesmo de palatinos, tal como iriam também necessariamente ser enviados para os contingentes de pseudodelimitadores[2556].

Diga-se mesmo, que nas províncias africanas, a escassez de homens na segunda metade do século IV também não era mais favorável, vendo-se as estruturas militares obrigadas a aceitar elementos que tinham até então sido recusados, tal como aconteceu com membros das tribos nómadas, nomeadamente beduínos, para conseguirem fazer a manutenção dos longos fossos (*fossatum*) que separam as suas províncias da orla do Saara[2557]. Um decreto imperial de Teodósio II, datado de 409 e dirigido ao vigário da África, é bem demonstrativo desta realidade. Neste, o imperador do Ocidente proíbe expressamente que para a defesa dessas fronteiras se constituíssem unidades de pseudodelimitadores que integrassem elementos que não fossem provenientes de povos estrangeiros, advertindo ainda que, se tal não fosse possível, a defesa dos territórios imperiais em África deveria ser confiada a soldados veteranos[2558] com a imediata contrapartida da respetiva concessão de terras.

[2556] ESPOSITO, 2021, p. 85.
[2557] RICHARDOT, 2001, p. 133.
[2558] CTh. 7.15.1.

CAPÍTULO 13

ANÁLISE CRÍTICA DE PARADIGMAS ESTRATÉGICOS

13.1. A PROBLEMÁTICA DA GRANDE ESTRATÉGIA NO BAIXO-IMPÉRIO

Em 1976, o investigador e conselheiro de segurança do governo dos Estados Unidos da América, Edward Luttwak, publicou um estudo designado "*The Grand Strategy of the Roman Empire*"[2559] que tem vindo a lançar uma enorme controvérsia historiográfica sobre o paradigma defensivo que o Império Romano teria adotado a partir de meados do século III.

Embora este autor não seja um especialista militar do mundo antigo, Luttwak, é um investigador político com considerável experiência, com vasta obra publicada, tendo chegado mesmo a assessorar os presidentes Ronald Reagan e George W. Bush sobre importantes questões de geoestratégia no quadro internacional do final do século XX. Tendo também dedicado a sua análise estratégica ao contexto militar do Império Romano, formulou o conceito de que este teria estabelecido ao longo do Principado e do Império Tardio, um sistema defensivo que se poderia perspetivar como tendo sido baseado em três modelos estratégicos[2560].

Segundo Luttwak o Império Romano Tardio teria desenvolvido um sistema de "grande estratégia", tal como este conceito é entendido modernamente, o que implicaria que o tivesse realizado premeditando todas as suas consequências, quer na sua conceção, quer na maximização das suas valências no desenvolvimento dos seus recursos logísticos.

Essa conceção deu início a um controverso debate sobre o que poderia ter sido a natureza política, militar e estratégica do universo militar romano, trazendo à colação a necessidade de se possuir uma melhor compreensão do que teria sido a dinâmica fronteiriça do Império e como esta se teria concretizado em diferentes fases.

[2559] LUTTWAK, 2016 (edição original de 1976).
[2560] LUTTWAK, 2016, pp. 1-5.

Embora considerada problemática, a tese de Luttwak conseguiu impulsionar o estudo e a compreensão do que se poderia entender como uma "grande estratégia" no contexto da esfera romana, procurando aferir se o Império teria condições de realizar um sistema global deste jaez.

A sua proposta histórica, apresentada em meados dos anos 70 do século XX, surge precisamente no momento em que a historiografia começava a reavaliar problemas metodológicos no estudo da história no mundo antigo, onde se realizava habitualmente um debate entre apenas dois modelos de interpretação das fontes[2561].

Um destes modelos preconizava que se realizasse a concentração analítica no estrito estudo das fontes, prescindindo assim de outras formas de conhecimento, levando a uma quase rejeição à aplicação de teorias hipotético-dedutivas que pudessem de algum modo desvirtuar a clareza dos elementos históricos que chegaram até nós.

O outro modelo de análise centrava-se essencialmente na formulação de enquadramentos teóricos que permitissem interpretar essas fontes, procurando inseri-las na criação de contextos históricos mais alargados, pretendendo dar-lhes assim um significado mais coerente[2562].

A proposta de Edward Luttwak insere-se claramente nesta segunda visão metodológica, e expande-se diretamente numa análise explicativa estratégica do Império em que a multiplicidade dos elementos do sistema militar romano surgiam integrados num quadro conceptual com três formulações fundamentais.

Segundo este, o Império teria concebido um primeiro sistema defensivo implementado durante a dinastia júlio-claudiana, entre 27 a.C. e 68 d.C., que seria suportado essencialmente por uma política de interação com reinos clientes e organizada numa dinâmica de forças móveis[2563].

Um segundo modelo teria surgido como um sistema de fronteiras fixas e defesas preclusivas instalado entre 68 e 180, durante as dinastias dos Flávios e Antoninos, que se teria estabelecido nomeadamente desde o Principado de Vespasiano (r. 69-79) até ao final do de Marco Aurélio[2564](r. 161-180).

Por fim, um outro sistema defensivo teria surgido em meados do terceiro século, fruto da desagregação política interna e do exponencial aumento da conflitualidade nas fronteiras,

[2561] GEZA, 1983, p. 43.
[2562] GEZA, 1983, p. 43.
[2563] LUTTWAK, 2016, pp. 6-55.
[2564] LUTTWAK, 2016, pp. 56-145.

que se teria baseado num modelo que poderia ser caracterizado como uma defesa em profundidade[2565].

Luttwak faz uma análise dos processos táticos romanos, do perfil da distribuição de forças no terreno, do tipo de ameaças que enfrentava e mesmo das particularidades da defesa das fronteiras, mas fá-lo essencialmente pela aplicação de conceitos modernos e sobretudo num enquadramento que pressupõe a estrita utilização de categorias analíticas bastante recentes. Se a aplicação de instrumentos de análise modernos não se poderia considerar por si mesmo como algo desajustado, será, no entanto, necessário ter atenção à adequação deste tipo de análise e procurar aferir quais as consequências da utilização de tais ferramentas conceptuais a realidades cronológicas tão díspares[2566].

É, pois, necessário fazer-se uma reflexão cuidada de quais podem ser as consequências da utilização destes instrumentos a realidade cultural de outras épocas, nomeadamente quando estas se encontram tão afastadas cronologicamente do que sabemos ser a arquitetura conceptual da modernidade, terreno onde a aplicação de tais instrumentos poderá usufruir de maior pertinência.

É precisamente a falta deste tipo de reflexão que é considerada a principal fragilidade desta obra do autor americano, tendo vindo este a ser alvo de inúmeras críticas por parte de historiadores do mundo antigo, considerando-se que o seu trabalho foi o resultado de uma análise desajustada do que era a realidade político-militar do mundo romano.

Estas críticas, tal como ele próprio já teve oportunidade de admitir[2567], incidem sobre a sua utilização de conceitos que não estariam bem-adaptados ao contexto militar da antiguidade, onde não haveria propriamente uma formulação conceptual que se pudesse fazer equivaler ao que entendemos hoje como estratégia.

No entanto, Luttwak teria sido levado a pressupor este conceito, com todas as suas consequências, na forma como Roma teria concebido e organizado a dinâmica da sua defesa

---

[2565] LUTTWAK, 2016, pp. 146-218.

[2566] A utilização de recursos conceptuais modernos poderá até lançar uma nova luz sobre numerosos fenómenos históricos porque permite um outro modelo de observação, tal como pode acontecer quando se recorre a conceitos da psicologia moderna para caracterizar o perfil de um comandante romano ou aferir as consequências económicas que poderia ter tido uma produção armamentística de escala no tecido social de uma sociedade num determinado momento. No entanto, é preciso ter redobrado cuidado com a sua aplicação, visto que tais utensílios conceptuais são "fortes lentes históricas" que podem também deformar determinadas realidades no seu contexto histórico e mesmo as mundividências nas quais teriam sido concebidas.
A sua aplicação pode assim tornar-se problemática ao querer ver já como elementos perfeitamente estabelecidos determinados fenómenos sociais ou políticos posteriores, pressupondo que será legítimo entrever em épocas mais recuadas a existência, mesmo que embrionária, de determinadas relações.

[2567] LUTTWAK, 2016, prefácio à primeira edição, p. xv.

fronteiriça. Não só este pressuposto poderá ser considerado problemático, como a sua abordagem parece ter carecido de argumentos sustentados numa análise mais global das variadas fontes primárias, nomeadamente os inúmeros elementos que poderão hoje, mais do que nunca, ser fornecidos pela arqueologia, pela paleografia, pela numismática[2568], arriscando-se assim a trabalhar uma perspetiva muito parcial da realidade que pretendia compreender.

A mais relevante crítica que pode ser apontada a esta sua obra é a utilização do estrutural conceito de "grande estratégia", noção que surgiu modernamente na sequência de uma proposta de análise do investigador militar britânico Sir Basil Liddell Hart. No entanto, este último formulou-a para procurar perspetivar um contexto cronologicamente bastante diferente, propondo-se realizar com ela uma leitura global dos condicionalismos que emergiram do pós II Guerra Mundial.

Segundo Liddell Hart, a "grande estratégia" poder-se-ia definir como a necessidade que possuem os Estados de reajustar as suas iniciativas militares, não só com os recursos económicos que possuem, mas também com os meios humanos disponíveis, procurando coordenar da melhor forma a política do Estado em consonância com os objetivos militares que são necessários para permitir a permanência sustentável de um exército em campanha[2569].

Apesar desta especificidade contextual, o conceito veio a tornar-se central nesta obra de Luttwak, afirmando-se a sua articulação em cada um dos três paradigmas defensivos romanos, implicando isto que o nível de segurança do Império passaria a ser estritamente proporcional aos recursos humanos e materiais que este conseguia fornecer ao seu exército[2570]. Uma tal abordagem implicaria que os recursos que o Império Romano tinha disponíveis ao longo da sua história militar tardia, quer material, quer humanamente, teria passado por condicionalismos e programações que seriam muito semelhantes aos existentes na generalidade dos exércitos modernos.

No entanto, devido a uma multiplicidade de importantes fatores estruturais, um exército moderno terá necessariamente de abordar o fenómeno da guerra com uma muito diferente perspetiva do que se poderia entender ser em Roma um equivalente conceito de programação militar.

[2568] LE BOHEC, 2014b, p. 109.
[2569] HART, 1967, pp. 11, 202.
[2570] LUTTWAK, 2016, p. 222.

Fatores estruturais relevantes fazem com que em muito se afaste a programação militar moderna daquela que era própria aos condicionalismos de um contexto militar existente há milhares de anos.

Elementos essenciais como são os proporcionados pela tecnologia, com outras muito diferentes condições de mobilidade, viabilizadas pela poderosa tração mecânica, com rápidos veículos que se deslocam em terra, no mar e no ar, que se apoiam taticamente, totalmente munidos com poderosas armas de fogo, com um potencial destruidor de incomparável capacidade, e mesmo outras conceções ao nível das mentalidades, fazem com que necessariamente tais condições de programação militar se tenham de organizar hoje num enquadramento bélico muito diferente.

13.1.1. O Conceito de Defesa em Profundidade no Baixo-Império

Defesa em profundidade é o principal conceito utilizado por Edward Luttwak para caracterizar a teoria da "grande estratégia militar" que teria sido empregada pelo exército romano tardio durante os séculos III e IV d.C.

Esta conceção, apesar de muito controversa, teve pelo menos o mérito de trazer à colação, uma nova abordagem em que se defende que durante o referido período, a estratégia de defesa do exército imperial romano teria deixado de ser um modelo baseado fundamentalmente na defesa avançada[2571]. Segundo a perspetiva de Luttwak, este paradigma, que se teria revelado bastante frágil, teria sido o modelo principal do sistema defensivo durante todo o Alto-Império (27 a.C. a 284 d.C.) tendo a partir de então sido substituído por um mais robusto sistema de defesa em profundidade.

A defesa avançada preconizava uma neutralização das ameaças externas antes que elas tivessem condições de penetrar nas fronteiras romanas, o que implicava que o esforço militar se deveria concentrar nas regiões exteriores contíguas ao *limes*. Pelo contrário, o modelo de uma defesa em profundidade não tinha como objetivo conseguir este tipo de impedimento fronteiriço, mas, pelo contrário, defendia que as invasões deveriam ser neutralizadas já no solo do Império, encarando as províncias que se encontravam junto do *limes* como os locais onde teriam que ser neutralizadas tais ameaças.

[2571] A defesa avançada é também designada por vezes como "defesa preclusiva". LUTTWAK, 2016, pp. 83-124

Se os trabalhos de investigação sobre a política defensiva de Roma no Alto-Império têm vindo a reafirmar que este possuía uma conceção de defesa avançada, o que é também a perspetiva de Luttwak para o período em causa, a mesma concordância já não se verificaria quanto à manutenção deste tipo de defesa para o Baixo-Império.

Inúmeros historiadores militares do mundo antigo são de opinião que dificilmente se poderia considerar que a estratégia defensiva romana tivesse mudado para um sistema de defesa em profundidade, como este autor defende, nomeadamente a partir do Principado de Diocleciano em 284 d.C.

Charles Richard Whittaker (1929-2008), que poderá ser considerado um dos mais destacados estudiosos da problemática da estratégia seguida pelo Império nas suas fronteiras, considera mesmo que a aplicação do conceito de defesa em profundidade é uma visão totalmente desfocada da postura militar que o exército romano teria mantido no *limes* durante o Baixo-Império.

Whittaker afirma mesmo que ela é incompatível com o que considera ser a essência da ideologia imperial romana que, segundo ele, sempre se terá pautado, mesmo durante as inúmeras vicissitudes marciais do século IV, por uma tendência proactiva e apresentado sempre um carácter marcadamente expansionista.

De acordo com esta perspetiva, que se poderia considerar como quase diametralmente oposta à de Luttwak, o exército romano tinha a pretensão de conseguir realizar sempre a neutralização das incursões germânicas ou sassânidas ainda fora dos territórios imperiais.

Segundo Luttwak, no modelo baseado na defesa avançada, o exército romano mantinha permanentemente no terreno todas as condições defensivas que lhe permitiam neutralizar qualquer tipo de invasão antes mesmo que esta tivesse condições de sequer forçar as suas fronteiras. Para tal, teriam sido estacionadas inúmeras unidades, como microlegiões, vexilações e auxiliares ao longo do *limes*, que não só estabeleciam as tradicionais linhas defensivas[2572], como guarneciam os pontos geográficos mais salientes que se encontravam para além destas, como terá acontecido, por exemplo, com os Campos Decumanos (*Agri Decumates*[2573], localizados nos atuais territórios do sudoeste da Alemanha).

Neste modelo, a resposta a qualquer grande ameaça militar que se formasse seria potencialmente debelada pela articulação entre a informação atenta fornecida pela "inteligência" romana, que conseguia manter um prévio conhecimento das grandes

[2572] LUTTWAK, 2016, pp. 195-215.
[2573] LUTTWAK, 2016, pp. 103, 177.

movimentações inimigas e a execução de um rápido movimento de pinça[2574] realizado sobre o adversário ainda em território exterior. Sob a iminência de uma ameaça, o exército romano mobilizava grandes contingentes de tropas, sobretudo de cavalaria, que se encontravam estacionadas nas fortificações fronteiriças e que iriam intercetar a coluna de marcha do inimigo, procurando executar a manobra de modo a ter tempo de a flagelar simultaneamente, pela retaguarda, com a cavalaria[2575].

No entanto, poder-se-ia dizer que esta visão proposta por Luttwak só seria viável se se admitir que os Romanos teriam ainda condições para possuir no terreno um sistema de "inteligência" de grande sofisticação e dinamismo[2576], o que poderá ser bastante questionável. A eficácia de uma arquitetura defensiva com este perfil obrigaria a que os Romanos detivessem um conhecimento permanente e bastante detalhado dos eventos militares que ocorriam, quer junto das fronteiras do Império, quer mesmo de movimentações militares que se formariam em contextos consideravelmente mais distantes, onde possivelmente se localizariam os principais centros de decisão política e militar germânica ou sassânida.

Tais relevantes recursos de informação militar eram conseguidos, na perspetiva de Luttwak, não só por um alargado sistema de altas torres de vigia nos pontos geográficos mais salientes[2577], mas também por permanentes operações de reconhecimento transfronteiriço (*explorationes*), em que pequenos contingentes romanos especializados faziam incursões rápidas em território inimigo.

Com o grande traquejo de "inteligência militar" que possuíam os Romanos, resultante da sua multisecular observação e interação com tantos e tão variados tipos de adversários, não seria de excluir que estivessem na posse de excelentes recursos técnicos para executar uma vigilância deste tipo[2578].

[2574] O designado movimento de "pinça", também conhecido por envolvimento duplo, é uma clássica manobra militar tática em que se pretende envolver os flancos do principal corpo do exército adversário por duas alas que são progressivamente estendidas pelas suas laterais.
É designado deste modo devido ao movimento análogo que as hastes de uma pinça executam ao envolver e apertar um determinado objeto provocando sobre ele uma constrição que, não só intimida o adversário que fica assim sujeito a ser cercado, como provoca uma progressiva limitação nos seus movimentos laterais que o impedem cada vez mais de ter espaço funcional de combate.
O movimento de pinça pode mesmo evoluir para um cerco total, em que se circunda completamente a força atacante fechando-lhe a retaguarda, manobra geralmente executada pela cavalaria, impedindo que possa receber reforços e obrigando-a a lutar em todas as direções.
Nas batalhas em que foi possível a um exército a execução deste demolidor tipo de manobra tática terminaram quase sempre com o massacre generalizado do inimigo ou a sua rendição incondicional.

[2575] LUTTWAK, 2016, p. 164, fig. 3.3.

[2576] LUTTWAK, 2016, p. 153.

[2577] LUTTWAK, 2016, pp. 182-185, 190.

[2578] LUTTWAK, 2016, pp. 202-203.

Além dos vigias nas torres de observação dos territórios exteriores, será de admitir que os Romanos tivessem boas condições para cooptar entre os seus adversários inúmeros espiões, ou mesmo introduzir os seus informadores, que os fossem mantendo a par das intenções políticas ou movimentações bélicas mais relevantes. No entanto, o contexto militar transfronteiriço do Império Romano terá sofrido, nomeadamente a partir do século III, profundas transformações, pois passou a albergar, não só um número muito superior de diferentes tribos germânicas, como estas apresentavam perfis militares bastante heteróclitos. No entanto, talvez seja possível admitir que esta visão de Luttwak, quanto ao que deveria ser a dinâmica do sistema defensivo romano, seria possivelmente mais adequada a uma caracterização da prática militar que se desenvolveria nas fronteiras até ao Alto-Império, atendendo a que o contexto germânico, e até mesmo o persa, eram até então bastante menos complexos e instáveis do que se viriam a tornar no Império Tardio.

Todavia, para Edward Luttwak, o designado sistema romano de defesa avançada nunca fora, em qualquer período considerado, o que se poderia classificar como um sistema defensivo eficaz, tendo sido sempre um paradigma bélico demasiado débil e, portanto, apresentando poucas condições para enfrentar eficazmente grandes investidas. Segundo ele, o exército romano sempre se tinha confrontado com o problema estrutural de se encontrar demasiado disperso, o que resultava numa notória incapacidade de concentrar efetivos ao longo das extensas fronteiras do Império e assim poder apresentar a robustez bélica necessária para lidar com grandes ameaças[2579].

Além disso, para o autor americano, a falta de reservas diretamente colocadas na retaguarda das fronteiras implicava que uma horda germânica ou um exército sassânida que conseguisse penetrar com sucesso nas defesas do perímetro fronteiriço teria boas condições de se infiltrar profundamente nos territórios imperiais antes que quaisquer reforços romanos tivessem a possibilidade de o intercetar[2580].

Luttwak afirma mesmo que a expressão prática do fracasso do modelo da defesa avançada teria realmente começado a manifestar-se no período das Guerras Marcomanas (166-180 d.C.)[2581], onde se teria assistido a uma permanente incapacidade marcial que se viria mesmo a tornar cada vez mais patente ao longo dos vários anos em que teve lugar.

[2579] Se é possível admitir-se que o exército romano poderia já não possuir a mesma competência bélica que manifestara durante a República e Alto-Império, teremos que admitir que os desafios militares com que se confrontou a partir do século III d.C. se tornaram muito mais exigentes e ocorreram num contexto sociopolítico bastante mais complexo, aspeto que parece estar fora de consideração na análise de Luttwak.

[2580] LUTTWAK, 2016, p. 156.

[2581] Duras guerras travadas por Marco Aurélio contra os Marcomanos e os Quados. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 145-146; BIRLEY, 2000, pp. 249-255.

Segundo Luttwak, um exemplo como este será a clara demonstração de que o exército romano não tinha capacidade de impedir invasões e isto seria tão patente que o Império só nove anos depois teria mesmo conseguido reunir forças suficientes para os expulsar.

Apesar deste claro fracasso, afirma Luttwak, a resposta do Império não foi no sentido de procurar mudar o seu entibiado paradigma de defesa avançada, mas antes procurou reforçá-lo tendo criado duas novas legiões sob Marco Aurélio e posteriormente mais três sob a égide de Septímio Severo[2582](r. 193-211).

Este afirma mesmo que foi só após as catastróficas crises militares que começaram com Décio (r. 249-251) em Abrito em 251[2583], que as estruturas do comando imperial tomaram verdadeiramente consciência das profundas fragilidades do seu sistema defensivo e, só 33 anos depois, já sob o Principado de Diocleciano (r. 284-305), é que teriam decidido adotar o mais eficaz sistema da defesa em profundidade.

No entanto acabariam por realizar esta transformação do seu sistema defensivo apenas por uma ingente necessidade de mudança e não por uma verdadeira convicção na eficácia do novo modelo, atendendo a que se teriam ainda verificado várias tentativas, até ao Principado de Valentiniano I (r. 364-375) de repor o antigo modelo[2584].

Este só verdadeiramente implodiria quando o Império se viu confrontado com uma notória falta de recursos, pois ter-se-ia tornado cada vez mais dispendioso e impossível de manter durante a grave crise económica que o viria a afetar.

Além disso, ao ter surgido no Oriente uma dinastia persa que se revelava bem mais belicosa e com uma sistemática tendência expansionista, o Império compreendeu que tal exigiria grandes recursos militares que obrigavam a uma maior presença militar romana no Oriente[2585].

Para salientar a fragilidade das defesas romanas, Luttwak frisa que os Germânicos teriam conseguido avançar tão profundamente nos territórios do Império que puderam chegar a cidade de Aquileia[2586], que fica já a centenas de quilómetros para o interior, no nordeste da Itália. Evidencia, tomando por base este exemplo, a fragilidade estrutural que era patente no sistema defensivo romano, mas deveremos salientar que na sua análise evita fazer qualquer comentário a todo o conjunto das possíveis tentativas anteriores onde o sistema poderá ter conseguido responder de forma eficaz às necessidades defensivas do

[2582] LUTTWAK, 2016, pp. 151-152.
[2583] GONZÁLEZ, 2005, "*Abrittvs*", p. 11; LUTTWAK, 2016, p. 174.
[2584] LUTTWAK, 2016, p. 152.
[2585] LUTTWAK, 2016, p. 152.
[2586] LUTTWAK, 2016, pp. 151-152.

limes. O autor procura, com um único exemplo, salientar o suporte probatório da sua análise, atendendo a que muitas outras tentativas de invasão ocorreram certamente e se viram travadas pela defesa preventiva.

Somos de opinião que um exemplo particular de ineficácia de um sistema não pode ser tomado como caracterizador da capacidade de um sistema, atendendo a que este poderá ter demonstrado a sua robustez em muitas outras situações, além de ser prudente contextualizar o momento de grande constrangimento pelo qual estavam a passar todas as estruturas do Império. Acrescente-se ainda que se a ineficácia da prestação defensiva fosse tão assinalável como afirma Luttwak, ele teria naturalmente conseguido cooptar muitos mais exemplos para suportar a sua análise.

O período em causa foi, aliás, aquele em que o Império foi confrontado com uma grande intensificação das investidas de tribos germânicas e do exército parta sobre as suas fronteiras, tendo igualmente coincidido com um avassalador surto pandémico[2587], frequentemente designado como "Peste Antonina"[2588], cuja sintomatologia indica, à luz dos nossos conhecimentos atuais, que se trataria de uma forma de varíola que teria surgido em 165 e chegado a Roma no ano seguinte.

Com consequências devastadoras, esta brutal pandemia causou milhões de vítimas, tendo perdurado tragicamente ao longo de vários anos, prolongando-se mesmo até ao final do Principado de Marco Aurélio em 180[2589].

De acordo com o historiador Dião Cássio[2590], a praga matava mais de 2.000 indivíduos por dia só na cidade de Roma[2591], com uma taxa de mortalidade de cerca de 25% entre os indivíduos que a contraíam, o que faz estimar que o total de vítimas no Império se deve ter elevado a mais de cinco milhões de pessoas.

O exército romano, devido à circunstancialidade da permanente convivência e proximidade dos soldados em acampamentos e quartéis, teria sido particularmente castigado pela peste, tendo muitos milhares dos seus efetivos vindo a ser vítimas desta pandemia. Além disso, o altíssimo índice de contágio no seio do exército romano fora muito incrementado

---

2587 LUTTWAK, 2016, pp. 60, 166.

2588 Segundo uma avaliação moderna considera-se que teria sido uma pandemia causada por varíola de tipo hemorrágico, pois tinha como sintomas o aparecimento de uma sede excessiva, bem como a repulsa a qualquer tipo de alimento, desenvolvendo-se posteriormente um extremo cansaço, febre alta com delírios, edemas pulmonares, erupções cutâneas e forte diarreia. Isto de acordo com o relato do médico Cláudio Galeno na sua obra *Methodus Medendi*. BIRLEY, 2000, p. 149 Esta pandemia poderá ter sido mesmo a causadora da inesperada morte dos imperadores Lúcio Vero e Marco Aurélio, respetivamente em 169 e 180. MCLYNN, 2010.

2589 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 73.

2590 D.C. 73.14.3-4.

2591 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 73.

pelo facto de a varíola ser uma doença com transmissão de tipo comunitário que se dava, não só através das vias respiratórias, mas também pelo mero contato com objetos que tivessem sido manuseados por indivíduos infetados.

É o próprio historiador Amiano Marcelino[2592] que escreve, já no século IV, que a peste se teria espalhado rapidamente entre as legiões estacionadas na Gália e das que se encontravam ao longo do rio Reno e Eutrópio[2593] afirmou mesmo que a doença se teria alastrado de forma imparável por todas as regiões do Império[2594].

A drástica redução populacional[2595] viria também a implicar uma dramática redução na quantidade de soldados recrutáveis[2596], quebra que era um aspeto problemático numa conjuntura em que se dava um notório agravamento da conflitualidade nas fronteiras. O elevado número de óbitos, que se tornara uma realidade transversal a todas as classes sociais, viria também a causar, não só uma forte redução na quantidade de contribuintes fiscais, com a correspondente diminuição na arrecadação de impostos[2597], tal como afetaria a administração ao reduzir a disponibilidade de cidadãos para manter a gestão dos cargos públicos. Uma vaga de fome acompanharia também esta dramática conjuntura como consequência da violenta quebra na produção agrícola que resultaria dos muitos milhares de camponeses que caíram vítimas da peste ou deixariam os seus trabalhos ao serem mobilizados para o exército.

Não seria, pois, de estranhar que se pudesse considerar que este período de 14 anos se configurasse como uma grave crise que teria afetado todas as estruturas administrativas e sociais do Império e consequentemente que o exército romano se encontrasse particularmente debilitado[2598].

13.1.2. A Conjuntura Militar Durante o Principado de Marco Aurélio

Para se poder realizar uma avaliação sobre a pertinência do argumento de Edward Luttwak quanto a uma possível fragilidade estrutural que teria o sistema de defesa avançada,

[2592] AMM. 23.6.24.
[2593] EVTR. 8.12.
[2594] BIRLEY, 2000, pp. 149-151.
[2595] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.
[2596] LUTTWAK, 2016, p. 167.
[2597] BIRLEY, 2000, p. 159.
[2598] LUTTWAK, 2016, p. 167.

deveremos analisar mais detalhadamente a conjuntura que teve de enfrentar o exército romano durante o período considerado, que vai de 161 a 180.

Estes anos, que correspondem ao Principado de Marco Aurélio, foram do ponto de vista militar particularmente problemáticos, não só pelo forte incremento da atividade marcial, mas também pelo avassalador surto pandémico que teve de enfrentar.

Imagem 110 - Medalhão representando Marco Aurélio aos 48 anos, 170 d.C. Inscrição no anverso: M ANTONINVS AVG TR P XXIIII. Reverso: Marco Aurélio é representado galopando, junto com outro cavaleiro à sua esquerda, são precedidos por um soldado com escudo e *vexillum* e outro, com um estandarte, segue atrás; apresenta a inscrição: PROFECTIO AVG COS III. [in BIRLEY, 2000, dossier imagens pp. 128 e 129, figs. 16 e 17].

Os problemas militares surgiram logo no início do Principado deste imperador, quer com as tribos germânicas no *limes* reno-danubiano, quer com os Partas no Oriente[2599], onde a conflitualidade com estes sempre foi de carácter cíclico.

O início da guerra com os Partas foi consequência da invasão destes sobre o reino da Arménia, que à época se encontrava sob a influência romana, tendo Vologases III instalado aí Pácoro, um monarca da sua esfera de influência[2600]. Como resposta ao atrevimento parta, o legado romano da Capadócia, Marco Sedácio Severiano decidiu intervir, mas os seus recursos militares eram escassos e com a única legião que possuía, o legado acabou por ser derrotado, tendo levado posteriormente ao seu suicídio[2601].

Em 162, Atídio Corneliano, o governador romano da província da Síria preocupado com a situação política e militar que estava instalada na Arménia decidiu intervir com esperança de a colocar novamente nas mãos dos Romanos, mas após duros combates, os seus esforços seriam debalde[2602].

Em Roma, compreendendo que o seu exército no Oriente não se encontrava em condições de desenvolver tão esforçadas campanhas militares, Marco Aurélio manda reforços, mas adverte os governadores das províncias fronteiriças orientais a procurarem negociar tratados de paz e a evitarem conflitos sempre que tal fosse possível[2603]. No entanto, a situação tornava-se cada vez mais crítica e ainda no mesmo ano, uma grande rebelião popular tomava forma na província da Síria, tendo sido decidido pelo Senado romano que

[2599] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 73.
[2600] BIRLEY, 2000, p. 121.
[2601] BIRLEY, 2000, pp. 121-122.
[2602] BIRLEY, 2000, p. 121.
[2603] BIRLEY, 2000, p. 123.

esta deveria ser fortemente reprimida e que deveria ser o próprio coimperador Lúcio Vero a chefiar pessoalmente a guerra no Oriente[2604].

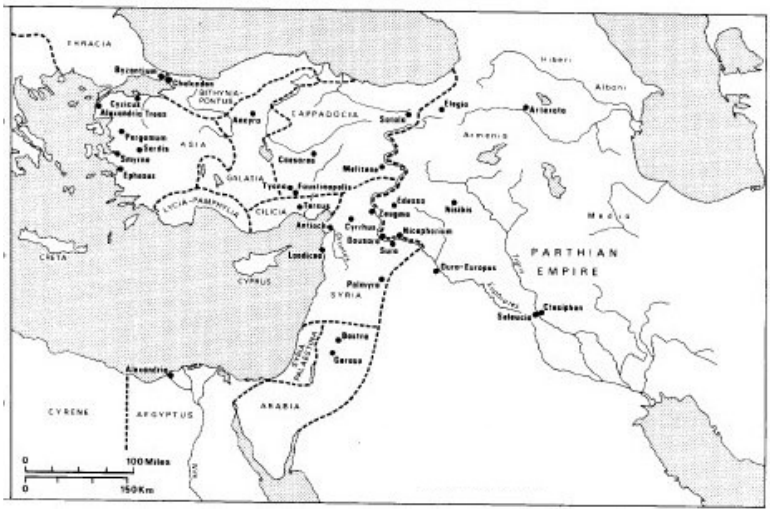


Imagem 111 - As províncias orientais e a Pártia [in BIRLEY, 2000, p. 124].

O comando imperial contra os Partas seria teoricamente importante porque facilitaria o envio para Oriente de todos os recursos necessários para desenvolver uma campanha que pudesse resolver esta crise. No entanto, o descontraído estilo de vida de Lúcio Vero, que era bem mais dado ao usufruto dos prazeres mundanos do que às austeridades de uma campanha militar, fazia temer pela sua inexperiência, nunca tendo este sequer chefiado qualquer contingente militar[2605]. Assim, ditava o bom senso que a sua possível fraca condição de chefia, deveria ser compensada pela presença no terreno de um largo conjunto de oficiais experientes que futuramente viriam a conseguir realizar uma extraordinária campanha, entre os quais se poderia destacar o legado Avídio Cássio[2606].

Inicia-se assim um conflito em larga escala que se desenvolve ao longo de uma vasta área das fronteiras orientais, tendo começado logo com a importante cidade de Artaxata, a capital arménia, que regressou à influência romana logo em 163[2607].

Em resposta, os Partas intervieram no norte da Mesopotâmia, ainda no mesmo ano, derrubando o governo de Osroene que pertencia à esfera de influência romana, tendo aí instalado um rei cliente. Os Romanos deslocaram então as suas tropas para Norte e ocuparam Dausara e Nicéfora que ficam já na margem norte do Eufrates, tendo em seguida, a partir da Arménia, realizado uma campanha em Osroene, conquistando Antemusia[2608].

Após uma pausa, o exército romano avançou profundamente nos territórios mesopotâmicos. Em 165 a importante cidade de Edessa foi novamente capturada, sendo o rei Mano, que tinha sido deposto pelos Partas, reinstalado novamente no trono[2609]. A

[2604] BIRLEY, 2000, pp. 123-129; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 73; GOLDSWORTHY, 2011, p. 429.
[2605] Os relatos exagerados dos feitos de Vero foram caricaturados pelo autor satírico Luciano, na sua *História Verdadeira*. GOLDSWORTHY, 2011, p. 519.
[2606] BIRLEY, 2000, p. 130
[2607] BIRLEY, 2000, p. 128, 131, 175.
[2608] BIRLEY, 2000, p. 130.
[2609] BIRLEY, 2000, p. 140.

campanha romana passaria a impor-se com tal fulgor que as tropas partas, vendo-se incapazes de suportar o seu ímpeto, procuraram refúgio na bem defendida cidade de Nísibis, mas esta também seria sitiada e tomada[2610].

Ainda no final desse mesmo ano, uma outra força, comandada pelo legado Avídio Cássio, desceu o Eufrates e, após ter travado uma grande batalha em Dura Europos, atingiu Selêucia e Ctesifonte, duas das mais importantes cidades partas e, após as ter submetido a um violento assédio, os Romanos conseguiram saqueá-las[2611].

Após esta demonstração de força, ficaria mais uma vez bem patente para os Partas a capacidade militar e resiliência do exército romano, que, apesar de lutar nos limites do seu Império, apresentava condições de realizar uma poderosa campanha, mesmo tendo que enfrentar constantes dificuldades logísticas, tal como uma permanente escassez de suprimentos.

Deste modo, os romanos conseguiam estabilizar assim as suas novas linhas de fronteira no Oriente, mas tudo iria mudar por que entre os seus soldados grassava já o flagelo da referida Peste Antonina que, vinda com as tropas que regressavam para Ocidente, iria começar a devastar todo o Império[2612].

O esforçado legado Avídio Cássio ainda voltaria a realizar uma nova investida no âmago dos territórios partas em 166, chegando inclusive a cruzar o rio Tigre, mas o seu exército encontrava-se já notoriamente enfraquecido pelos efeitos da pandemia[2613].

Todo este período, no entanto, teria sido marcado não só pelo aumento da intensidade da guerra com os Partas, mas também por grandes convulsões na parte ocidental do Império, com as chamadas Guerras Marcomanas, em que várias tribos germânicas e alguns povos seminómadas deram início a investidas ao longo da fronteira norte do Império[2614]. A primeira destas incursões teria sido realizada pelas tribos dos Catos e ocorreu na província da Germânia Superior em 162, mas os Romanos conseguiram repeli-la[2615].

Todavia, a grande ameaça surge em 166, com uma invasão de grandes proporções e com bastante maior determinação, perpetrada pelos Marcomanos que até então se encontravam estacionados na Boémia e que tinham sido, desde o ano 19, um povo cliente do Império[2616]. De forma inesperada, atravessaram o Danúbio apoiados por outras tribos

[2610] BIRLEY, 2000, p. 140.
[2611] BIRLEY, 2000, p. 140; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 73.
[2612] BIRLEY, 2000, pp. 149, 249; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 73-74.
[2613] BIRLEY, 2000, p. 140.
[2614] BIRLEY, 2000, pp. 135, 249-255.
[2615] BIRLEY, 2000, pp. 121-122, 249.
[2616] BIRLEY, 2000, pp. 149, 249.

germânicas e conseguiram penetrar massivamente em toda a região do Veneto, tendo mesmo chegado, como salienta Luttwak, a cercar Aquileia[2617].

A vaga inesperada de ataques prosseguiu com os Sármatas a investirem no Danúbio, junto da região onde desemboca o seu afluente Tísia (Tisza) e pouco depois com as tribos dos Costobócios descerem dos Cárpatos e invadirem uma vasta área que se estendia da província da Mésia à Macedónia[2618].

Marco Aurélio tomaria medidas extraordinárias para enfrentar a intensificação da ameaça militar, não só tendo levantado nove novas legiões, como também necessitou de obter recursos para as campanhas vendendo em hasta pública uma parte considerável do património imperial[2619].

No entanto, por mais medidas que fossem adotadas, o Império não teria modo de poder enfrentar o brutal agravamento da situação causada por aquele poderoso "inimigo invisível" que então já dizimava os seus soldados na quietude dos seus acampamentos[2620]. A partir de 166, o referido surto de varíola, que em cerca de sete dias levava um homem saudável à morte, espalhou-se pelo Império de forma fulminante.

Não seria assim de estranhar que o exército romano se encontrasse particularmente debilitado ao longo dos catorze anos em que esta pandemia grassou no Império[2621], sendo uma conjuntura demasiado adversa para que se possa fazer sobre ela, com justeza, uma cabal aferição da eficácia do sistema defensivo.

Pelo contrário, saliente-se que o exército romano, apesar da difícil conjuntura, terá conseguido, mesmo assim, manter o que se poderia considerar como uma notável defesa dos territórios imperiais. Logo em 167, impediu com sucesso numerosas tentativas de invasão perpetradas por várias tribos germânicas, nomeadamente na Panónia, na Récia e até mesmo na Nórica, tendo-lhes infligido várias derrotas[2622]. Marco Aurélio realizaria também novas campanhas em que teria derrotado os Quados em 171[2623] e logo no ano seguinte conseguiria vencer os Marcomanos que tentavam entrar no Império pela fronteira do Alto Danúbio[2624]. Estes, apesar de terem sofrido uma pesada derrota, voltariam novamente a atacar as

[2617] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.
[2618] BIRLEY, 2000, pp. 164-165, 253.
[2619] BIRLEY, 2000, p. 160.
[2620] BRUUN, 2007, pp. 201-204.
[2621] Ante a extrema angústia individual que resultaria de cada romano saber que poderia tornar-se a próxima vítima da peste, seria até natural, quer do ponto de vista individual, quer institucional, que fosse remetido para um plano secundário qualquer preocupação com a defesa do *limes*. O perigo próximo e direto será atavicamente sempre mais urgente e apavorante do que aquele outro que ocorre para lá do horizonte.
[2622] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.
[2623] BIRLEY, 2000, p. 252.
[2624] BIRLEY, 2000, p. 252.

fronteiras logo em 173, mas viram-se forçados, depois de dois anos de intensos confrontos, a assinar um tratado de paz com os Romanos[2625].

Os esforços militares que o Império se viu forçado a desenvolver nesta conjuntura são, aliás, particularmente exigentes, tendo o esforçado Marco Aurélio, de partir de novo para oriente, ainda em 175, onde se registava um forte reaparecimento de confrontos com os Partas[2626]. No entanto, os problemas militares sucedem-se, e o imperador não tem tempo sequer de debelar os problemas no Oriente, pois vê-se forçado a ter de voltar precipitadamente à fronteira danubiana logo no ano seguinte, onde os Marcomanos, com novo ímpeto, tinham retomado as hostilidades[2627]. A guerra tornara-se um processo caótico, cada vez mais exigente, obrigando o exército romano a encetar confrontos constantes que as baixas causadas pela disseminação da pandemia tornavam um esforço quase impossível[2628].

Numerosas tribos germânicas, que pressentiam as dificuldades militares do Império, tinham já tido a ousadia de forçar Marco Aurélio a aceitar que se instalassem em províncias fronteiriças como aconteceu na Dácia, na Panónia, na Germânia Superior e estendendo-se mesmo até à Itália[2629].

As que tiveram permissão para se estabelecer nos territórios de Ravena, trairiam os seus compromissos com o Império e chegariam mesmo a revoltar-se contra a sua autoritária hegemonia e inesperadamente resolveram conquistar esta cidade[2630]. Uma tal insurgência constituía mais um grave fator de destabilização dentro do Império, o que fez com que Marco Aurélio decidisse a partir de então, que não voltaria a haver assentamentos de outros grupos bárbaros em Itália, tendo até iniciado um processo em que se procurava a expulsão dos que aí já se encontravam instalados[2631].

[2625] BIRLEY, 2000, p. 251; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.
[2626] BIRLEY, 2000, p. 191.
[2627] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.
[2628] Sendo difícil determinar causas lineares para um período tão complexo como foi o do principado de Marco Aurélio, poderemos legitimamente conjeturar se o aumento exponencial da atividade bélica se teria ficado a dever somente a um movimento espontâneo e conjuntural das tribos germânicas e do intensificar da conflitualidade com os Partas, ou se todos estes inimigos, cientes do aumento simultâneo das exigências militares impostas ao Império, não estariam empenhados em aproveitar o enfraquecimento daí decorrente. O período das chamadas Guerras Marcomanas foi notoriamente um dos mais exigentes da longa história militar das fronteiras romanas, fazendo com que não seja legítimo afirmar a este propósito que o modelo do exército imperial não tinha condições estruturais de enfrentar as invasões e que estas guerras seriam a prova de que não conseguia cumprir os requisitos mínimos para a sua defesa. Não será nunca possível afirmar-se que o sistema defensivo de um Império é suficientemente resiliente para enfrentar qualquer tipo de investida, tendo sempre o bom senso que admitir a possibilidade de que possa surgir um adversário militarmente mais forte ou a constituição de uma conjuntura particularmente disruptiva que enfraqueça o seu potencial bélico.
[2629] BIRLEY, 2000, p. 253.
[2630] D.C. 72.11.4-5.
[2631] BIRLEY, 2000, p. 253.

Mas o conturbado Principado de Marco Aurélio não se veria só confrontado com as investidas de Germânicos, de Partas e do flagelo da peste, pois ainda teria de saber enfrentar a grande dificuldade política que minava por dentro as estruturas do poder imperial e que se concretizava então na tentativa de usurpação perpetrada pelo próprio Avídio Cássio[2632]. Este, que fora já então instalado como governador do Egito, estava ciente do apoio que congregava nas províncias orientais onde possuía forte influência, vindo assim a considerar que tinha boas condições de poder usurpar a púrpura imperial devido a um falso boato segundo o qual Marco Aurélio tinha falecido[2633]. Tal não seria um evento pouco crível se atendermos aos funestos efeitos da difusão da peste e sobretudo à débil saúde do imperador, que há muito se encontrava bastante abalada pela necessidade constante de realizar consecutivas campanhas militares. Assim, em 175, Avídio Cássio seria proclamado imperador pela legião II *Traiana Fortis*, estacionada no Egito, a que se seguiria, pouco depois, a sua aclamação por parte de várias legiões das províncias da Síria e da Arábia[2634].

Toda esta convulsão interna terminaria após o envio de Júlio Hospes à frente de um grande exército que, não só derrotou Avídio Cássio, como conduziu a que, como era típico em muitas destas convulsões, este fosse morto pelos seus próprios soldados[2635].

Note-se que foi precisamente este período, particularmente conturbado, o escolhido por Edward Luttwak para caracterizar a fragilidade do sistema defensivo romano, mas, como se pode constatar, uma tal conjuntura, não só foi excecionalmente difícil, como houve uma resposta vigorosa por parte dos Romanos. Nenhuma estrutura militar, ou sistema defensivo, poderia manter a sua eficácia ao ser confrontado com um tão vasto conjunto de condições desfavoráveis.

Se os Marcomanos teriam conseguido entrar profundamente no território imperial, chegando até Aquileia, tal poderia ser até considerado algo de pouca monta atendendo ao conturbado momento por que passava o Império, não nos parecendo assim legítimo inferir deste facto que o seu sistema era frágil ou inadequado. Será mesmo de salientar em toda esta problemática fase, a excelente resposta que o exército romano conseguiu impor, quer dinamizando com sucesso toda a sua fronteira oriental contra os Partas, quer derrotando inúmeras vezes os povos germânicos sequiosos de entrar nos seus domínios.

[2632] É possível que esta tentativa tenha vindo mesmo a ser uma particularmente dura contrariedade para Marco Aurélio, pois há indícios que a imperatriz Faustina, a Jovem, sua mulher, poderia estar implicada nesta conspiração. BIRLEY, 2000, p. 184.

[2633] BIRLEY, 2002, p. 60.

[2634] BIRLEY, 2000, pp. 183-186; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.

[2635] BIRLEY, 2000, p. 189; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 74.

13.1.3. Bosquejo Crítico à Visão de Grande Estratégia de Edward Luttwak

Complementando as anteriores críticas surgidas à obra de Luttwak, nomeadamente as realizadas por parte do investigador militar britânico Sir Basil Liddell Hart (1895-1970) (introdução do subcapítulo 13.1.) e do historiador da antiguidade inglês Charles Richard Whittaker (1929-2008) (ponto 13.1.1.), procuraremos desenvolver uma análise crítica mais abrangente.

13.1.3.1. Alguns Problemas de Perspetiva

Poucos anos após o lançamento da obra de Luttwak, surgiram algumas críticas ao seu trabalho, com J. C. Mann, em 1979 no *Journal of Roman Studies*[2636], a afirmar que, embora o contributo do livro seja importante, porque lança uma discussão em torno de uma perspetiva que nunca tinha sido formulada, Luttwak apresenta-a como se esta fosse inequivocamente necessária por que faz parte de um plano geopolítico global e que, portanto, deverá ser assim analisada [2637].

Mann afirma mesmo que não será de admitir que o Império romano possa ter tido uma abordagem de perfil estratégico, porque todo o seu historial fronteiriço mostra que este atuava sempre de forma reativa diante das ameaças externas e nunca de forma pré-determinada. Mann relembra, a este propósito, que Roma não possuía escolas de altos estudos militares onde se pudessem ter desenvolvido um tal tipo de conceções de perfil estratégico para enfrentar os seus problemas fronteiriços[2638]. Nesta sequência poder-se-ia acrescentar que, na ausência de tais centros de estudo dificilmente haveria condições de formar núcleos de comando que pudessem ter gizado um plano tão abrangente e estrutural para a constituição de um sistema defensivo que englobasse a complexa realidade militar que se vivia ao longo das suas fronteiras.

As instituições militares romanas não possuiriam assim uma instância que pudesse desenhar um grande plano de ação que permitisse agir de forma antecipada, tendo que aguardar que as ameaças surgissem para depois poder fazer uma avaliação do seu impacto e

[2636] MANN, 1979, pp.175-183.
[2637] MANN, 1979, p.178.
[2638] MANN, 1979, p.178.

gizar rapidamente um plano de ação. O que conhecemos da sua dinâmica fronteiriça mostra-o claramente, pois cada intervenção militar romana, reforça Mann, surgiria sempre como uma resposta de âmbito local às circunstâncias adversas que se formavam num determinado ponto do *limes*[2639].

Os tipos de resposta não estariam assim orientados por modelos de defesa previamente concebidos, mas dependeriam mais da política geral estabelecida pela personalidade de cada imperador em articulação com as decisões das administrações provinciais. No entanto, pensamos nós, será mesmo de admitir que a imposição de um plano defensivo de carácter geral que se pudesse aproximar do que se considera hoje como estratégia, estaria sujeita a estabelecer um tipo de uma rigidez de intervenção que poderia não ser a mais adequada à especificidade fronteiriça de cada província, atendendo a que a sua realidade bélica estava sujeita a mudanças frequentes. Os milhares de quilómetros que constituíam as fronteiras do Império desenvolver-se-iam por diferentes realidades militares que estavam condicionadas por múltiplos fatores: o tipo de inimigos, o relevo, o clima, as províncias contíguas, o caudal fluvial, os acidentes orológicos, a que se pode ainda somar a qualidade e o tipo de contingentes romanos que estavam aí estacionados.

A melhor resposta às ameaças fronteiriças seria eventualmente o gizar, não de um plano estratégico global, mesmo que tal fosse possível, mas antes o estabelecimento de diversos planos estratégicos de carácter regional que, devido às suas similitudes, poderiam até englobar uma ou mais províncias contíguas.

Talvez se possa mesmo admitir que a importante medida de Galieno, em meados do século III, que restringiu a atribuição do comando das tropas estritamente a oficiais com cargos militares [2640], fosse também uma tentativa imperial de que tais quadros pudessem vir a implementar um melhor tipo de soluções bélicas para defesa da província que estava sob a sua jurisdição. A rapidez de movimento e apoio logístico que eram possíveis no quadro do exército romano, bem mais circunscritas e lentas do que aquelas que se verificam para um exército moderno, legitimam-nos a pensar que a melhor solução para a defesa do Império não seria a adoção de um grande plano global, mas outrossim a implementação de estratégias parcelares definidas localmente. A implementação de um grande plano estratégico, que poderá fazer pleno sentido para os dinâmicos recursos de um exército moderno, poderia ter até um efeito contraproducente no contexto da antiguidade, atendendo, não só às limitações

[2639] MANN, 1979, p.178.
[2640] RICHARDOT, 2001, pp. 49-51.

dos seus recursos tecnológicos, como à dificuldade de gerir a extrema extensão das suas fronteiras.

Consideramos mesmo que para ser viável admitir a possibilidade de que se tivesse implementado uma defesa estratégica global no Império Romano, terá que se proceder a uma análise exaustiva do tipo de respostas bélicas que o exército romano realizou durante os séculos III a V e aferir se estas tiveram um carácter similar.

Numa análise sumária do fenómeno, podemos facilmente verificar que a resposta fronteiriça romana se realizou de diversos modos, o que aponta para que uma tal variação possa corresponder à política defensiva que foi estabelecida nas diferentes províncias deitando mão dos seus recursos disponíveis e do tipo de adversários que se via forçado a enfrentar. Ultrapassando tal tarefa o escopo deste trabalho, é, no entanto, possível observar-se que estas não foram ao longo da sua extensa cronologia e das diversas fronteiras imperiais, sido realizadas de forma uniforme ou sequer com um perfil homogéneo.

Será assim possível que os contingentes fronteiriços tivessem adotado, quer por hábito, quer por considerações de diversos fatores circunstanciais, tipos de resposta de carácter mais ativo como a defesa avançada, enquanto noutras províncias se tendeu para proceder de forma mais passiva, implementando defesas de tipo elástico ou em dispositivos que se aproximavam de modelos em profundidade [2641].

Consideramos mesmo que seja necessário admitir que as formas de atuação do exército romano tenham sido condicionadas por múltiplos fatores que teriam levado à tomada de decisões circunstanciais sobre a melhor forma de enfrentar as ameaças fronteiriças caso a caso e que, quer geográfica, quer cronologicamente, estas tenham sido bastante multiformes.

Um outro importante aspeto que interpela a proposta de Luttwac surgiu na crítica de Fergus Millar no seu artigo *Emperors, Frontiers and Foreign Relations, 31 B. C. to A. D. 378* de 1982[2642].

Embora se possa considerar que Millar tenha seguido inicialmente uma análise bastante semelhante à abordagem de Mann, trouxe um novo importante elemento à colação, afirmando que Roma era neste quesito um Estado que se poderia considerar ainda "muito primitivo"[2643]. Toda a máquina militar e administrativa encontrava-se excessivamente dependente da vontade direta do imperador e incapaz de ter força para tomar decisões

[2641] O próprio conceito de uma defesa em profundidade deverá ser problematizado, pois exige uma clarificação de carácter tático quanto aos seus diferentes modos de implementação e ação num contexto tão alargado como propõe Edward Luttwak, análise sob a qual nos debruçaremos no próximo subcapítulo.
[2642] MILLAR, 1982, pp.1-23.
[2643] MILLAR, 1982, pp. 2-5.

institucionais autónomas que estabelecessem uma política fronteiriça que se estabelecesse à revelia da sua vontade pessoal [2644].

Deveremos, no entanto, questionar o que Millar consideraria como "estado primitivo", pois se atendermos aos condicionalismos decorrentes da sua cronologia, pensamos que dificilmente se poderá afirmar que as estruturas administrativas e militares se poderiam considerar como pouco sofisticadas. Como seria natural numa estrutura imperial, existia um marcado peso de uma orgânica centralizada de poder, que exarava leis, controlava magistrados, cunhava moeda, definia extensões territoriais e estabelecia os principais aspetos das relações da vida quotidiana provincial, o que dificilmente nos legitima a afirmar que esta tinha um carácter primitivo. Não nos parece assim que se possa dizer de forma sumária que um Império que conseguiu manter uma coesão multisecular e com a enorme extensão que atingiu, se possa classificar de primitiva, o que aliás poderia ser também usado como argumento justificativo para negar a sua capacidade para implementar uma ideia global estratégica. Toda a estrutura imperial demonstrou aliás ter uma invulgar capacidade de resolver problemas, pragmatismo que bem poderia ser considerado como um dos mais importantes aspetos da sua dinâmica social e política. Julgamos mesmo que se a implementação de um conceito de carácter estratégico global fosse a melhor solução para os seus problemas fronteiriços, Roma teria, ao longo da sua longa duração, tido condições de conceber instituições militares que lhe pudessem fornecer um sistema com um tal perfil.

Numa área tão importante como era a sistematização da sua máquina militar, onde demonstrou ter uma tão grande originalidade, criando modelos, mecanismos técnicos, recursos e orgânicas que ainda hoje são a base estrutural dos nossos exércitos modernos, dificilmente se pode considerar que Roma tenha sido um Estado primitivo e, portanto, incapaz de gerar uma ideia análoga ao que designamos hoje como estratégia[2645].

Para Millar, o principal problema advém do facto de não haver evidências que demonstrem que os Romanos possuíam a capacidade de estabelecer e obter informações geográficas e etnográficas precisas que seriam elementos fundamentais para a tomada de decisões militares prévias que caracterizam o que designamos por plano estratégico[2646]. Embora se possa admitir com Millar que pudessem existir algumas limitações práticas resultantes da dificuldade de determinar com precisão uma coordenada geográfica, talvez

[2644] MILLAR, 1982, pp. 5-7.

[2645] Note-se mesmo que a sofisticação e peculiaridade das suas formulações, nomeadamente no âmbito militar, foram sempre tão avançadas que ao longo da extensa cronologia da antiguidade foram incapazes de serem replicadas, apesar da convivência permanente que tiveram com muitas outras culturas.

[2646] MILLAR, 1982, pp. 2-7.

seja ir demasiado longe nas suas consequências, considerar que as noções espaciais romanas eram genericamente demasiado imprecisas para o conseguir. Não só a rede de estradas romanas permitiria uma compreensão global das principais localizações que eram essenciais para a implementação de uma ideia de carácter estratégico, como igualmente as especificidades orológicas ou fluviais que geralmente demarcavam essas fronteiras poderiam servir para orientar um tal tipo de distribuição de efetivos e infraestruturas militares.

Segundo Fergus Millar, as ordens que chegavam às fronteiras estavam circunstancialmente dependentes, da capacidade e visão política do imperador que se encontrava no poder, que acabava por impor o seu cunho pessoal às medidas e as movimentações militares que deveriam ser tomadas.

No entanto, esta afirmação de Fergus Millar, deverá ser questionada, pois se se admite que a visão e as respetivas ordens de um qualquer imperador poderiam adquirir um tal peso na política fronteiriça, teremos de admitir também que este teria condições de conceber e impor um determinado plano que em última instância poderia ser mesmo considerado de perfil proto estratégico.

Imperadores esforçados e com uma atitude voluntarista como um Galieno (r. 260-268), um Aureliano (r. 270-275), um Probo (r. 276-282), um Valentiniano I (r. 364-375), entre outros, não poderiam ter desenhado um proto sistema estratégico para as fronteiras romanas? As reformas protagonizadas por um Diocleciano (r. 284-305) e por um Constantino (r. 306-337) poderão ser mesmo consideradas como tendo muito deste perfil proto estratégico, atendendo a que não realizaram as suas reformas com o objetivo de vencer um conflito determinado, mas de dotar o Império de mecanismos bélicos que lhe permitissem ser resiliente. Para Fergus Millar, não só era impossível que o Império Romano fosse capaz de desenvolver um planejamento estratégico em grande escala, mas sobretudo porque a urgência das respostas que tinham que ser tomadas nas províncias para enfrentar ameaças, necessitavam de ser atendidas de forma imediata e não podiam esperar a demorada mediação de um poder central[2647].

Uma outra refutação pertinente às premissas de Luttwak surgiria no início de 1990 com a publicação de uma obra do historiador israelita Benjamin Isaac, *The Limits of Empire: The Roman Army in the East* [2648]. Considerado um especialista no estudo da parte oriental do Império Romano, Benjamin concentrou o seu trabalho nas províncias da Síria, Judeia e

[2647] MILLAR, 1982, pp. 2-7.
[2648] ISAAC, 2000.

Arábia, procurando aprofundar as diferentes relações que estas viriam a manter, quer com o reino da Arménia, quer com o Império Parta. Segundo ele, generalizou-se uma perspetiva historiográfica desfocada que tem vindo a considerar que o Império Persa era uma permanente ameaça ao Império Romano, o que justificaria a massiva presença do seu exército na fronteira oriental.

No entanto, não se pode considerar que esta forte presença militar fosse propriamente o resultado de um plano estratégico defensivo como afirma Luttwak, mas antes tinha como propósito garantir a ocupação de toda esta vasta área reprimindo e policiando fortemente as várias populações que viviam nas províncias do Oriente.

O exército romano seria assim principalmente uma opressora força de ocupação, funcionando como um meio de garantir o controle territorial, mantendo e salvaguardando a autoridade romana, não devendo assim ser considerado como um mecanismo estratégico de defesa[2649].

A forte presença militar que sempre existiu nas províncias orientais teria servido, segundo Benjamin Isaac, para assegurar um indiscutível controle destas difíceis regiões[2650], tal como acontecia com a Judeia, que demonstraram ser sempre particularmente contumazes ao jugo romano.

Por seu lado, C. R. Whittaker critica Luttwak, indicando a necessidade de uma melhor compreensão da dinâmica das relações fronteiriças do Império, apelando para o que acontecia no mundo greco-romano em que estas se estabeleciam essencialmente a partir de dimensões de carácter social e económico[2651]. A partir dessa permanente dinâmica, Whittaker considera que as fronteiras do Império deveriam ser globalmente constituídas por limites que sofriam constantes mutações, contrariamente à visão de Luttwak que as considera como resultantes de um processo rígido e estritamente demarcado por relações político-militares[2652].

No entanto, para Everett Wheeler, a crítica de Whittaker à proposta de Luttwak não deverá ser considerada, uma vez que a sua abordagem não se concentra numa problemática militar, mas antes em inúmeros aspetos sociais e económicos que não seriam determinantes para o estabelecimento de uma fronteira. As relações sociais e económicas seriam o resultado natural da interação de proximidade das populações através das demarcações fronteiriças,

[2649] ISAAC, 2000, pp. 33-34.
[2650] ISAAC, 2000, p. 378.
[2651] WHITTAKER, 1994, p. 4.
[2652] WHITTAKER, 1994, p. 29.

mas não seriam o fator determinante para as estabelecer. Wheeler estende também a sua crítica a abordagem de Benjamin Isaac, pois este aborda a questão pressupondo que é possível estender o modelo de intervenção militar romana baseando-o no indómito carácter de uma única província, concentrando a sua análise numa tão problemática como fora a Judeia, considerando que este pudesse ser aplicado a toda a multiforme realidade fronteiriça do Império[2653].

Em 1999, a historiadora Susan Mattern avança também com uma análise que procura trazer à colação novos elementos realizando uma comparação do que seria a transformação da mundividência própria da elite romana e como ela poderia ter vindo a influenciar determinadas decisões no terreno. No entanto, se inicialmente admite a possibilidade de poder ter havido laivos de uma ideia estratégica no pensamento romano, termina a sua análise chegando à conclusão que a política externa romana não teria condições de ser moldada por um planejamento racional prévio, o que impossibilitaria a adoção de qualquer tipo de estratégia[2654].

O importante historiador francês Yann Le Bohec não terá atribuído, pelo menos numa fase inicial dos seus trabalhos, uma grande importância a esta problemática e, embora tenha nos seus trabalhos abordado o papel determinante do exército romano, não teceu durante bastante tempo quaisquer comentários críticos sobre as consequências estruturais da visão de Luttwak.. Na sua obra *L'Armée Romaine*[2655], limita-se a repertoriar algumas das posições tomadas por diversos autores, mas não apresenta propriamente uma opinião pessoal sobre o tema. Só mais tarde, em *Geopolitique de l'Empire Romain*[2656], virá a fornecer um contributo direto para a discussão afirmando que o Império Romano dificilmente poderia ter desenvolvido uma conceção global de carácter estratégico devido sobretudo à falta de regularidade e detalhe de informação que permitisse administrar tão minuciosamente os recursos de uma realidade política de tão vasta dimensão.

De algum modo, pode dizer-se que o autor francês se aproxima da posição de Fergus Millar quando este afirma, no seu trabalho de 1982[2657], que o Império Romano não teria condições de ter sustentado uma grande estratégia devido à ausência de um sistema de informação robusto, com recursos credíveis e permanentes.

[2653] WHEELER, 1993, p. 17.
[2654] MATTERN, 1999, pp. 221-222.
[2655] Neste trabalho foi utilizada a edição espanhola de 2013 intitulada *El Ejército Romano*, conforme referido na bibliografia: LE BOHEC, 2013a.
[2656] LE BOHEC, 2014b.
[2657] MILLAR, 1982.

Para Yann Le Bohec, o Império Romano só poderia ter desenvolvido uma "pequena estratégia" de carácter empírico [2658] e circunscrito territorialmente, que era o resultado de determinados contextos particulares que favoreciam à realização de melhores previsões militares. O autor duvida mesmo da qualidade dos sistemas que recolhiam informação e sobretudo da viabilidade da utilização desses elementos para a tomada de decisões militares, nomeadamente quando estes deveriam ser de perfil estrutural e de longa duração. Afirma que o exército romano nem durante a República, nem durante o Alto-Império, teve condições de fazer programações consistentes, nem conseguiu sequer elaborar planos ofensivos, pois os territórios conquistados durante todo o Principado teriam sido apenas o resultado do aproveitamento conjuntural de situações favoráveis e realizados por mero pragmatismo oportunístico[2659].

Assim, o desenvolvimento do imperialismo romano teria sido essencialmente um processo de expansão casual, e não tanto o resultado de elaborações racionais minuciosamente programadas, fruto de ambições políticas ou económicas detidas por estruturas militares ou pela vontade imperial.

Talvez seja possível, outrossim, admitir que tais aspirações expansionistas eram fruto de responsabilidades que resultariam de determinados ideais institucionais e religiosos de romanização que estariam ligados com a missão civilizacional que Roma sempre acreditara possuir, nomeadamente sobre todos os povos que habitaram a bacia do Mediterrâneo.

Para Le Bohec, a grande estratégia do Império Romano defendida por Edward Luttwak peca também por se centrar numa profusa utilização de fontes secundárias, quando se deveria ter focado essencialmente na análise crítica das inúmeras fontes primárias.

Apesar da sua advertência metodológica, o historiador francês contemporiza admitindo que se possa contemplar uma posição mais moderada do que uma rejeição liminar, pois também seria pouco sensato afirmar que[2660]:

> «[…] les romains n'avaient pas de stratégie du tout. Notre point de vue est qu'ils avaient élaboré une petite stratégie. […]»

Esta consumar-se-ia através de inúmeros instrumentos pragmáticos de execução como teriam sido a definição de rotas, o tipo de fortes e o estabelecimento de defesas lineares,

[2658] LE BOHEC, 2014b, 108.
[2659] LE BOHEC, 2014b, p. 107.
[2660] LE BOHEC, 2014b, p. 109.

revelando um conhecimento tático que resultava do contacto direto com as condições materiais existentes em cada província.

A designada pequena estratégia seria assim o resultado da grande variedade fronteiriça que se verificava ao longo do Império, tendo esta obrigado a adotar respostas a situações militares particulares desenvolvidas numa escala local, o que, por outro lado, inviabilizaria que pudesse ter sido concebida uma ideologia estratégica global que abrangesse todo o universo fronteiriço do Império.

13.1.3.2. Panorama Crítico sobre a Grande Estratégia de Edward Luttwak

Para que fosse possível admitir-se que o Império Romano teria sido possuidor de uma grande estratégia dever-se-ia antes de mais realizar uma análise crítica sobre alguns aspetos que eram essenciais para uma tal concretização.

Para estabilizar um modelo defensivo deste tipo é necessário que um Estado tenha conseguido criar mecanismos dinâmicos que lhe permitissem ter um acesso permanente a um grande manancial de informação sobre as movimentações fronteiriças exteriores. Este fluxo de elementos é um aspeto fundamental para que se possa fazer uma avaliação sobre quais são as principais ameaças à sua segurança, bem como acompanhar os seus processos de transformação.

Só uma regular recolha de informações pode garantir que a programação militar continua a ser adequada ou, pelo contrário, levar a concluir que o contexto militar mudou tanto que se deverá proceder a ajustes em anteriores decisões políticas, reforçar contingentes militares, avaliar cadeias de comando e incrementar medidas logísticas, processos que naturalmente terão que fazer parte de uma dinâmica bélica programada.

Para a análise do que seria o fluxo de informação militar que chegava ao Império Romano poderemos contemplar o contributo de Austin e Rankov que consideram mesmo que o exército romano possuía mecanismos de recolha de informações sobre as condições fronteiriças que eram suficientemente robustas para poder gerar um pensamento de jaez estratégico[2661].

Neste sentido, apontam-nos para o exemplo de que nos fala o Historiador Públio Cornélio Tácito (56-?117) quando este afirma, na sua obra dedicada à vida do grande general

[2661] AUSTIN; RANKOV, 1998.

Agrícola, que uma das tarefas de que este estava incumbido assim que chegasse à britânia, liderando a sua campanha de conquista, era escrever uma compilação descrevendo a geografia da ilha e o perfil de guerreiros que aí se encontravam[2662].

Austin e Rankov Também nos advertem para o livro dez das cartas de Plínio, o Jovem, em que se pode encontrar um considerável número de informações que se referem aos preparativos para a realização da vitoriosa campanha que Trajano viria a fazer nas fronteiras orientais[2663]. A notável correspondência entre Plínio e este imperador pode ser mesmo considerada como um dos mais interessantes acervos epistolares que permite a compreensão do que seria a organização e as vivências cotidianas das populações do Império.

Seria aliás cogente admitir que a generalidade dos governadores provinciais mantivesse uma correspondência regular com o governo central, especialmente os que se encontravam no comando de regiões problemáticas onde era necessário atender a uma grande dinâmica militar.

Existem até informações militares, referenciadas na obra de Flávio Arriano e que resultaram do período em que este visitou a região em torno do Ponto Euxino, onde nos aparece uma descrição do que ele considera que poderiam ser as mais adequadas táticas para enfrentar as possíveis ameaças protagonizadas pelos Alanos[2664].

Também na correspondência entre Lúcio Vero e o seu antigo tutor Marco Cornélio Frontão, Austin e Rankov nos lembram que o primeiro informa que lhe vai enviar alguns mapas militares (*picta*), para que este possa visualizar, com mais detalhe, os movimentos das suas tropas na campanha contra os Partas entre 161 e 165[2665].

No entanto podemos constatar que esta documentação, embora se possa admitir que seja muito parcelar em relação ao que poderá ter sido a real prática epistolar, é constituída essencialmente por textos de carácter relatorial, fornecendo meramente informações genéricas sobre factos já acontecidos ou conselhos sobre processos que se considerariam relevantes para enfrentar ameaças específicas.

Parece-nos, pois, que não se deverá assim, a partir do seu conteúdo, deduzir que tal tipo de elementos teriam sido suficientes ou sequer servido para realizar uma programação detalhada e de longa duração que pudesse suportar a criação de um plano estratégico abrangente como pretendem Austin e Rankov.

2662 TAC. *G*. 5.1.
2663 PLIN. *Epist. Traian*.
2664 SHERK, 1988, pp. 194-198.
2665 FRONTO, *Carta a Vero*, 195.

Uma bem maior quantidade de informação detalhada, coletada de forma sistemática e recolhida numa longa duração teria que ter sido recolhida e tratada numa estrutura militar que pudesse ter sido encarregada com tais atribuições para que fosse possível aceitar que os Romanos tivessem criado um grande plano estratégico durável que definisse a sua política fronteiriça. Além disso, muitos outros exemplos de informação deveriam, probabilisticamente, ter chegado até nós sobre tal matéria se tivesse existido um órgão central com tal tipo de responsabilidades.

A sucessiva imposição de diferentes políticas fronteiriças, que foi definida por imperadores ao longo de séculos, indiciam que, mesmo admitindo que alguma estrutura imperial tivesse pretendido definir um plano estratégico duradouro, o seu valor seria tão efémero que estaria condenado a poder ser abandonado a qualquer momento.

Não se precisaria de compulsar muitas páginas de história de Roma para podermos observar sucessivas diferenças de conceção imperial expressas na política fronteiriça entre, por exemplo, um esforçado Trajano[2666], monarca proativo e empenhado em dilatar as fronteiras do Império e o seu imediato sucessor Adriano[2667], retraído e essencialmente empenhado em consolidá-las.

Se houvesse um plano estratégico consolidado e com algum peso dentro das estruturas do exército romano só com dificuldade se compreenderia que não existissem mecanismos militares que minimizassem os efeitos das tão antagónicas decisões imperiais como podemos encontrar entre um Trajano e um Adriano, ou até mesmo alterações tão radicais como as que aconteceram após a morte de Marco Aurélio em 180, quando o seu filho Cómodo decidiu mudar a política defensiva, tão esforçadamente defendida pelo seu pai[2668]. Deveremos recordar que este pseudogladiador[2669], logo que subiu ao trono, dispensou todas as sensatas advertências dos conselheiros militares do seu progenitor e, sem quaisquer

Imagem 112 - Medalhão representando Marco Aurélio com 56 anos e Cómodo com 16, no ano de 178 d.C.. Inscrição no anverso: M AVREL ANTONINVS AVG L AVREL COMMODVS AVG. O reverso apresenta uma imagem de Marte empunhando uma lança e um troféu e a inscrição: PONT MAX TR POT XXXII COS III. [in BIRLEY, 2000, dossier imagens pp. 128 e 129, fig. 18]

[2666] BENNETT, 1997, pp. 89-98, 99-105, 140-163, 187-207; GIBBON, 1999, pp. 61-62, 66, 68, 75, 299-300; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 137, 196.

[2667] BIRLEY, 1998, pp. xiv-xv, 1-5, 78-79, 113-141, 151-214, 259-278; GIBBON, 1999, pp. 63, 70, 88, 92, 95-96, 106, 314, 378; EVERITT, 2010, pp. 10, 14, 410-430, 491-501, 607-614, 617-697, 734-754, 782-823, 842-866; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 56, 164, 196.

[2668] O autor Anthony R. Birley apresenta discussões e resumos sobre o principado de Cómodo. BIRLEY, 2002, pp. 57-62, 78-88.

[2669] MATTHEWS, 2021, pp. 271, 429-431.

impedimentos institucionais, decidiu voltar a Roma para se dedicar ao disfrute dos prazeres mundanos[2670], tendo para tal assinado um humilhante tratado de paz com as tribos que estavam na fronteira do Danúbio [2671].

Além disso, como se poderia explicar que pudesse existir um grande plano estratégico nacional romano se, depois de uma decisão tão estrutural como foi a implementação dos delimitadores por Diocleciano, esta tivesse sido tão radicalmente preterida poucos anos depois, pela defesa elástica de Constantino I, sem que tivesse havido uma substancial mudança nas ameaças ao Império?

Podemos ver assim que a definição da política militar dependia essencialmente da personalidade e da vontade do imperador e que a tomada de decisões não era funcionalmente orientada por nenhuma pré-programação de longo prazo.

Além disso torna-se uma análise muito parcelar procurar compreender a dinâmica fronteiriça do Império perspetivando-o num estrito quadro de uma unidade cronológica moldado apenas pelas suas intervenções de carácter militar, sem ter em atenção também que as suas relações exteriores foram o resultado dos lentos e complexos processos de romanização, que iam permitindo a assimilação das diferentes populações que o viriam a formar.

Para admitir como operacional a hipótese de Luttwak seria assim necessário realizar um estudo comparativo bastante mais detalhado sobre quais foram as diferenças entre a política militar de defesa do *limes* e as etapas do processo de assimilação cultural e administrativa que se realizaram ao longo das diferentes fases da romanização e que viriam a permitir a coesão imperial. Esta análise torna-se importante para que se possa definir se teria havido, ou não, um plano estratégico, pois seria necessário compreender a estreita articulação que se tinha de verificar entre o apoio logístico fornecido pelas populações das províncias e as necessidades inerentes às grandes movimentações militares ocorridas nas suas fronteiras. Era, pois, necessário que o processo civilizador romano tivesse também tempo para assimilar as diferentes populações autóctones das regiões do *limes* para que estas, após se assumirem como parte do Império, pudessem fornecer o necessário apoio às campanhas fronteiriças

Tendo as campanhas militares mudado de perfil, nomeadamente nos recursos implicados, tal requeria que existisse a capacidade de prover às novas exigências logísticas. Se se atender a que no início do primeiro século d.C. ainda podíamos observar manobras

[2670] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 78-80, 197.
[2671] BIRLEY, 2002, p. 59.

militares de pequena envergadura, com campanhas defensivas onde apenas estavam implicadas duas ou três legiões, tal já não se verifica quando entramos no século II, em que os números exigidos passariam a ser substancialmente maiores, implicando por vezes o poder de oito ou mais legiões e reclamando muitas vezes a presença do próprio imperador.

A este propósito, digna de reflexão será também a influência que poderia resultar da proficiência militar e da capacidade de comando dos diferentes imperadores, sabendo-se que, por vezes, a resposta ao aumento da exigência militar nas fronteiras dependia frequentemente da sua avaliação subjetiva e que alguns destes não possuíam qualquer apetência para os trabalhos da guerra ou uma sólida formação nesta matéria, como aconteceu com Adriano, Antonino Pio, Lúcio Vero ou até mesmo Marco Aurélio. Com o incremento da atividade bélica em todas as fronteiras durante o século III, poderemos até entrever as dramáticas dificuldades de sobrevivência que o Império teria enfrentado se este não tivesse encontrado, a partir de 268, um filão de homens pragmáticos, decididos e conhecedores dos trabalhos da guerra como foram os imperadores ilírios, entre os quais se devem destacar um Cláudio Gótico, um Aureliano, um Probo ou um Diocleciano.

13.2. A Complexidade do Paradigma da Defesa em Profundidade

A defesa em profundidade é apontada como tendo sido a principal estratégia empregada pelo Império Romano Tardio na obra de Edward Luttwak, mas para se poder avaliar a pertinência desta afirmação em todas as suas implicações dever-se-á proceder a uma análise das suas especificidades militares.

Poder-se-ão distinguir três diferentes tipos básicos de defesa em profundidade, cujas implicações estratégicas e execução no plano tático são substancialmente diferentes.

13.2.1. Defesa em Profundidade Tática

Um primeiro modelo, que poderíamos designar por "tático", ocorre quando um exército, durante a batalha, faz deliberadamente recuar a linha central da sua infantaria de modo a instigar o avanço do adversário.

Este tende para interpretar naturalmente que a situação lhe está a ser favorável e, apostado em manter contacto com essa linha, é levado a avançar e entrar incautamente num

corredor que é delimitado pelas alas do exército defensor que se encontram prévia e dissimuladamente reforçadas.

Estas, que possuem fortes contingentes que se encontram direcionadas de modo a que possam avançar em direção ao centro da sua ordem de batalha, têm assim a possibilidade de as fazer deslocar para o interior da sua formação, adquirindo, não só uma enorme capacidade de constrição lateral da infantaria do inimigo, como o fazem atingindo-a simultaneamente por ambos os flancos. Isto implica que o adversário, à medida que progride, vai ficando mais e mais apertado, o que não só dificulta a manutenção do seu espaço vital de combate, o que pode chegar a comprometer o seu desempenho, como ao mesmo tempo o força a ter de continuar a lutar tanto na direção frontal como lateralmente. A aplicação deste modelo tático permite também, devido à imobilização que impõe ao adversário, que o exército que o executa tenha a possibilidade de realizar um movimento exterior circundante com a sua cavalaria e possa também vir a atacar o seu adversário pela retaguarda, o que lhe permite aplicar um esmagador cerco total.

Talvez se possa mesmo considerar que o mais representativo exemplo deste tipo de defesa em profundidade tática na Antiguidade tenha sido executado pelo comandante cartaginês Aníbal Barca na famosa batalha de Canas[2672] (*Canae*) contra os Romanos[2673]. A magistral aplicação da defesa em profundidade tática permitiu ao comandante cartaginês, em 216 a.C., infligir uma portentosa derrota aos Romanos que se encontravam em grande superioridade numérica[2674], tendo congregado no terreno um vasto exército de cerca de 70.000 homens, constituído na prática por sete legiões, ao que se devem somar ainda os respetivos auxiliares[2675].

[2672] EGGENBERGER, 1985, "*Cannae*", pp. 75-76; GONZÁLEZ, 2005, "*Cannae*", pp. 114-115.
[2673] Para maior detalhe sobre esta batalha consultar o Anexo 2, deste trabalho.
[2674] GOLDSWORTHY, 2001, pp. 127-156.
[2675] Embora se saiba que os Romanos teriam um exército formado por oito legiões, será de admitir que uma destas tenha permanecido de guarda ao seu acampamento, tendo ficado até do outro lado do rio Áufido, conhecido hoje por Ofanto, juntamente com os seus respetivos auxiliares. Tal prática era habitual e num exército de tais dimensões, é cogente supor -se que uma tal prática tivesse sido mantida, tendo assim os Romanos congregado na sua formação de combate, sete legiões e as respetivas tropas auxiliares, o que perfaz cerca de 70.000 homens. Note-se que a própria exiguidade do espaço onde viria a ser travada a batalha, que ocorreu numa pequena planície entre a encosta das montanhas e o rio Áufido, poderia ter reforçado uma tal opção.

13.2.2. Defesa em Profundidade Previsional

Um outro tipo de defesa em profundidade, que designaremos por "previsional", não se concretiza numa dimensão meramente tática, mas ocorre já em âmbito estratégico e toma forma quando o exército defensor tem conhecimento prévio de que um exército inimigo vai invadir o território que aquele se encontra empenhado em defender.

Designamo-la por previsional atendendo a que as grandes manobras militares do invasor junto da fronteira denunciam aos defensores com bastante antecedência quais são os objetivos da campanha, mesmo que estes apenas tenham o mínimo de condições de vigilância dos territórios exteriores contíguos Quanto mais antecipadamente os defensores tiverem conhecimento das intenções dos inimigos, mais planejada e bem implementada no terreno poderá ser a forma como serão instalados os diversos recursos defensivos utilizados para a anular.

A defesa em profundidade previsional é assim constituída por um vasto plano de manobras coordenadas, de âmbito regional variável, que instalam no terreno diversas linhas de defesa sucessivas, cujo intuito é conseguir progressivamente, destruir a capacidade ofensiva do adversário e obrigá-lo a retroceder.

A defesa em profundidade previsional não pretende um choque frontal com o exército adversário, mas antes forçá-lo a ter de enfrentar sucessivas linhas de resistência que lhe vão procurando infligir um forte desgaste.

Assim, torna-se necessário que os defensores tenham condições de ceder terreno, o que lhes permite não só ter mais tempo para organizar uma estratégia de defesa em diferentes etapas, como instiga o invasor, por desconhecimento do terreno, a avançar até posições que lhe são desvantajosas, nomeadamente do ponto de vista orológico[2676].

A lenta progressão do atacante através de um percurso numa geografia que não domina, ou que se encontra mesmo transformada pelos defensores, permite a estes últimos impor operações de flagelação através de rápidas investidas nos seus flancos e retaguarda, que não só causariam um número considerável de baixas, como, muitas vezes, conseguiam a interrupção das suas linhas de abastecimento que eram um aspeto essencial para viabilizar o seu avanço.

[2676] Mesmo que o exército atacante seja detentor de um razoável conhecimento da topologia dos territórios por onde está a realizar a sua progressão, não sabe quais os sistemas defensivos que terão sido instalados. Estes podem ter um papel tão determinante que se constituem como elementos transformadores da paisagem, utilizando estratagemas para dificultar o avanço dos atacantes. O bloqueio de estradas, inundações provocadas, fossos artificiais, linhas de correntes de estrepes, etc. podem ter realmente um papel muito condicionador da sua mobilidade.

O exército atacante, à medida que progride, vê-se também forçado a ter de estender as suas linhas logísticas, o que, não só as fragiliza, como vai cada vez mais comprometendo a sua capacidade de resposta. Submetido a um tal constrangimento, o invasor vê-se obrigado a ter de procurar suprimentos nas regiões limítrofes, enviando grupos de forrageadores que poderão ser alvos de emboscadas e eliminados individualmente.

O aumento da extensão do percurso efetuado pelo exército atacante pode ser também um importante fator desmobilizador, não só devido ao cansaço que acarreta, nomeadamente ao se ver forçado a ter de carregar a sua pesada logística, como também pelo desgaste de ter de avançar submetido à tensão de saber que pode ser atacado a qualquer momento.

Uma profunda incursão efetuada durante dias ao longo de dezenas de quilómetros, sob a constante ameaça de sofrer ataques e com deficitárias condições de descanso, nomeadamente durante a noite, tornar-se-ão fatores extremamente desgastantes para qualquer exército, mesmo que este tenha iniciado a sua campanha com um moral elevado.

Assim, a defesa em profundidade previsional, em vez de procurar derrotar um exército atacante com uma linha defensiva forte, impõe ao adversário um enorme desgaste à medida em que lhe cede terreno, e permite-lhe aproveitar as melhores condições topográficas para desgastar o inimigo.

Uma das grandes vantagens dos defensores é o poderem recuar rapidamente para sucessivas posições defensivas bem preparadas com infraestruturas impeditivas, como muralhas ou fossos e que deverão ser suportadas por um bom apoio logístico, o que permite que estas se constituam como fortes pontos de resistência.

O atraso que é constantemente imposto ao avanço do inimigo elimina, não só o perigo de serem flanqueados, como também o fator surpresa que é prerrogativa habitual do atacante, permitindo ainda ganhar tempo para avaliar quais são os melhores momentos para realizar contra-ataques.

Também diferentes competências de desempenho podem ser maximizadas com este sistema, colocando as tropas mais inexperientes a guarnecerem as defesas estáticas nas linhas, enquanto tropas mais bem treinadas poderão constituir corpos de reserva móvel para o apoio dos pontos mais fragilizados ou serem destacados para a execução de ataques cirúrgicos.

Encontramos exemplos de grande sucesso obtido com a defesa em profundidade previsional em muitos conflitos ao longo da história, como aconteceu na Guerra da

Independência Americana, nomeadamente na Batalha de Cowpens[2677], em 1781, em que as forças do general Daniel Morgan se posicionaram em três linhas no Condado de Cherokee[2678], o que lhes permitiu absorver a impetuosa carga dos Britânicos comandados pelo coronel Banastre Tarleton[2679].

Os Americanos, apesar de estarem em grande desvantagem numérica, adotaram uma defesa em profundidade previsional numa excelente posição para estabelecer a sua primeira linha, conseguindo conter o grande impacto inicial da ofensiva e contra-atacaram em diversos pontos o que desfez a coesão dos Britânicos. Exaustos, estes não tiveram condições de enfrentar as posteriores linhas da defesa americana e foram forçados a recuar[2680].

Talvez se possa mesmo considerar que uma das melhores implementações de uma defesa em profundidade previsional foi realizada pelo exército vermelho na II Guerra Mundial na famosa Batalha de Kursk[2681], entre 5 de julho e 23 de agosto de 1943, que ainda hoje tem o palmarés de ter sido a maior batalha travada entre divisões blindadas. Os Russos conseguiram atrair os tanques alemães para uma batalha de desgaste em que se defenderam com múltiplas linhas, tendo lançado depois fortes contra-ataques em ambos os flancos do 9.º exército de Walter Model a norte e do 4.º Exército Panzer de Hermann Hoth a sul[2682].

O brutal ímpeto da ofensiva inicial alemã foi sofrendo um tal desgaste que não teve condições de romper as sucessivas linhas do exército vermelho que se estendiam por cerca de 300 km de profundidade. Os novos tanques Panther e Tiger alemães não tiveram condições de avançar mais do que 8 km no Norte e 35 km no Sul, sendo que a posterior contraofensiva soviética acabou por fazer recuar a linha de ataque alemã centenas de quilómetros para a sua retaguarda.

No século XX, a designada guerra de trincheiras que caracterizou muitas das grandes batalhas, nomeadamente na I Guerra Mundial, como as de Verdun[2683] ou do Somme[2684], são claros exemplos deste tipo de defesa em profundidade previsional em que um exército anula as tentativas de progressão do adversário dispondo-se em linhas sucessivas no terreno. Impossibilitado de conseguir penetrar num tal sistema defensivo, o exército atacante é

[2677] EGGENBERGER, 1985, pp. 107-108.
[2678] BABITS, 1998, pp. 9, 13, 19, 24-29, 33-40, 43-61, 115-141.
[2679] BABITS, 1998, pp. 9-10, 19, 22-42, 61-66, 115-141.
[2680] BABITS, 1998, pp. 142-149.
[2681] EGGENBERGER, 1985, pp. 225, 479-482.
[2682] BARBIER, 2002, pp. 34-35, 38, 43, 57, 74, 90, 92, 99, 103, 105, 108, 124-128, 148, 155, 162, 164, 167.
[2683] EGGENBERGER, 1985, pp. 459-460, 478-479; KEEGAN, 2000, pp. 293-299; PARMENTIER, 2017.
[2684] EGGENBERGER, 1985, pp. 406-407, 478-479; KEEGAN, 2000, pp. 299-312; MACE, 2013, pp. 151-183.

também forçado a suspender a sua ofensiva e a instalar uma defesa semelhante para que lhe seja possível manter a sua posição e ter condições de suportar os contra-ataques inimigos.

A moderna profusa utilização de armas de fogo, com todos os corpos munidos de artilharia com enorme cadência de tiro, levou naturalmente a que se tivesse de organizar as linhas desta defesa segundo orientações estratégicas focadas no combate à grande distância, com um perfil que é naturalmente muito diferente daquele que era característico da Antiguidade.

Embora fossem utilizados projéteis, os combates que ocorriam numa defesa em profundidade previsional em época tão recuada, não poderiam ter semelhança com a enorme capacidade destruidora das modernas armas de fogo, para cujos projéteis é necessário montar linhas de defesa como trincheiras, ou outros abrigos altamente blindados.

Antes das armas de "reação química", a força dos projéteis era o resultado do esforço muscular humano ou dos diversos tipos de máquinas que acumulavam essa força, não podendo assim atingir a brutal capacidade de penetração e destruição semelhantes aos que são conseguidos pelo esmagador impulso da pólvora. Muitos dos recursos utilizados como recursos defensivos numa defesa deste tipo na Antiguidade eram até resultantes do aproveitamento do impulso obtido pela simples ação da gravidade. Esta constituía o principal fator utilizado para potenciar a eficácia das manobras militares nestes contextos, quer fosse o esmagador impulso de uma grande pedra que cai de um alcantil, quer a força adquirida por uma seta ou chuço que é atirado de um plano elevado, passando pela vantagem conseguida por um exército que se encontra num plano superior, ao poder incrementar o impacto de todas as suas investidas. Se na Antiguidade, a luta era fundamentalmente realizada em combates de proximidade, muitos deles corpo a corpo, enquanto modernamente é um combate a consideráveis distâncias, a pertinência estratégica desta tipologia de defesa manter-se-á, pois procura, independentemente do seu modo de concretização, provocar o desgaste do adversário pelo confronto com sucessivas linhas fortificadas num terreno que não lhe é favorável.

13.2.3. Defesa em Profundidade Generalizada

Segundo a perspetiva levantada na obra de Edward Luttwak, o Império Romano teria instalado ao longo do Baixo-Império um vasto sistema de defesa em profundidade com o

qual teria defendido as suas fronteiras[2685], mas, no entanto, esta macrovisão estratégica sofre de algumas lacunas que devem ser sublinhadas.

A orgânica própria de uma defesa em profundidade, quando tomada num sentido estrito, tal como foi explicitado no subcapítulo anterior, implica que o exército defensor tenha um conhecimento prévio de que numa determinada área da sua responsabilidade, irá ocorrer uma invasão militar de larga escala. Nessa sequência, são tomadas inúmeras medidas estratégicas que pretendem anular, ou dificultar, o avanço dessa ofensiva em particular, estabelecendo várias linhas sucessivas de resistência que se organizam no possível quadro de profundidade sobre a trajetória que o inimigo terá que realizar.

Um tal plano estratégico defensivo implica que haja inúmeros contingentes que se devem encontrar em estado de prontidão e que se possam movimentar para determinadas posições que devem possuir estruturas arquitetónicas muralhadas, ou então que possam permanecer em locais propícios para realizar ataques que permitam flagelar as colunas de marcha durante o trajeto que o exército inimigo terá que realizar.

A defesa em profundidade previsional é assim um recurso estratégico que é desenvolvido por um exército para se defender de uma invasão específica e que, embora possa compreender uma envergadura espacial bastante considerável, este não é um sistema que seja possível ser previamente colocado no terreno ao longo de milhares de quilómetros.

Uma defesa em profundidade generalizada perderia o seu carácter previsional, pois já não seria organizada para permitir a defesa de uma invasão específica, mas forçaria a que estivesse permanentemente instalado no terreno um colossal dispositivo militar em várias linhas, sempre em condições de se opor a todas as putativas tentativas de violação fronteiriça independentemente do local preciso onde viessem a ocorrer.

Uma instalação universal de uma defesa em profundidade com este perfil estratégico necessitaria de um número incomportável de soldados e recursos instalados, nomeadamente por ter de se distribuir ao longo de uma fronteira de tão grandes dimensões como era a que possuía o Império Romano.

Os recursos implicados para montar uma estrutura defensiva em profundidade universal, para proteção das fronteiras na diástole de um império, é algo que se poderia considerar como sendo um mero devaneio teórico, pela enormidade dos recursos que estariam implicados. No entanto, poder-se-ia admitir que se poderia *mutatis mutandis* admitir que algo de análogo teria sido momentaneamente instalado no Império Romano

[2685] LUTTWAK, 2016, pp. 146-218.

quando, num esforço inaudito, foi feita a exigentíssima instalação dos seus delimitadores. Se se poderá admitir que estes últimos não teriam condições de manter o mesmo nível de qualidade defensiva ao longo dos mais de 10.000 quilómetros em que se desenvolviam as suas linhas deveremos também admitir que a longa experiência romana na gestão dos conflitos em diferentes pontos das suas fronteiras, deveria permitir que tais locais fossem bem conhecidos e seriam naturalmente reforçados à luz de uma tal avaliação.

No entanto, esta não seria a realidade militar do Império até ao Baixo-Império, atendendo a que este, desde o final do século III a.C., sempre tendeu para se expandir territorialmente, e se tal movimento terá sido sofreado na época de Adriano, o seu prestígio ante os seus adversários e os seus recursos marciais permitiram-lhe manter a integridade das suas fronteiras.

A capacidade defensiva de um império em expansão é, aliás, um problema inexistente, pois a força do seu movimento de conquista constrange os seus adversários a um constante recuo, obrigando-os a que estejam focados nas condições da sua própria sobrevivência e não na tentativa de se apoderarem de parte do território conquistado.

É aliás esta estenia que se poderá considerar como condição essencial para a criação de um império, pois se não estiver garantida a exuberância da sua capacidade militar, este não reunirá condições para o ser.

Quando um império, por qualquer razão, perde as condições de impor o seu movimento de expansão, fica de imediato submetido a uma pressão generalizada sobre as suas fronteiras, facto que tende, aliás, a aumentar em paralelo com a cronologia da sua própria imobilidade.

Foi precisamente quando o Império Romano suspendeu o seu processo de conquista[2686], que foi pela primeira vez levado a ter de se preocupar seriamente com o seu sistema defensivo[2687]. Este apenas surgiria, enquanto modelo estrategicamente organizado, após a subida à púrpura imperial de Diocleciano (284-305) com a criação dos delimitadores[2688], para os quais viriam a ser reformuladas, ou construídas, muitas centenas de estruturas arquitetónicas fronteiriças. O estabelecimento deste modelo acarretou um recrutamento generalizado de dezenas de milhares de homens, certamente no maior esforço económico e administrativo que o Império alguma vez viria a conhecer[2689]. Seria mesmo

[2686] BIRLEY, 1998, pp. 1-5, 113-141; EVERITT, 2010, pp. 10-14, 496-506, 798, 803, 846-866; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 56.
[2687] LE BOHEC, 2006, pp. 19-23.
[2688] LE BOHEC, 2006, pp. 24-25, 35-36.
[2689] RICHARDOT, 2001, pp. 103, 129.

possível admitir-se que esta gigantesca máquina bélica foi o que mais se aproximou do que se poderia considerar como um generalizado sistema de defesa em profundidade.

Uma tal perspetiva poderia admitir-se se no sistema dos delimitadores, *mutatis mutandis*, atendermos, não só à profusão da sua presença ao longo das imensas fronteiras imperiais, mas também a fatores como o elevado número de fortificações bem como à mestria na utilização defensiva de artilharia, ao movimento de vigilância pendular dos *ripenses*[2690], aos sistemas de comunicação instalados e sobretudo, aos coordenados movimentos de tropas de apoio, como vexilações e destacamentos, que poderiam dar alguma profundidade estratégica às suas defesas.

Mas, este sistema defensivo, não teve sequer tempo para demonstrar a sua eficácia, pois o imperador Constantino que, conseguiu sair da "grande convulsão tetrárquica" com todo o poder concentrado nas suas mãos, decidiu remetê-lo para um plano secundário [2691] e instalar uma defesa elástica baseada nos corpos de palatino-comitatenses.

Estes eram exércitos de elite com grande mobilidade, bem treinados e equipados, que deveriam ficar instalados nas províncias interiores, cuja função era a de realizarem a interceção rápida de grupos invasores, tendo na sua fase inicial o papel de reservas estratégicas centrais[2692]. Embora não se possa dizer que Constantino tenha oficialmente acabado com as estruturas dos delimitadores, a progressiva subalternidade das funções a que os submeteu e o crescente protagonismo defensivo de tipo elástico, ocasionaria um paulatino desinteresse na sua funcionalidade defensiva. Com o entibiamento da sua rede logística, fechados nas suas fortalezas e cada vez mais reduzidos em número[2693], os corpos que passámos a designar por pseudodelimitadores estariam cada vez mais limitados a apenas prestar um parco auxílio na vigilância fronteiriça[2694].

[2690] Ou *riparenses* ("os homens da fronteira": *ripa)*. LE BOHEC, 2006, pp. 35-36, 143-144; RICHARDOT, 2001, p. 129.

[2691] LE BOHEC, 2006, pp. 35-36.

[2692] RICHARDOT, 2001, pp. 79, 130.

[2693] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 202-203.

[2694] Talvez se possa dizer mesmo que Constantino, o Grande, substituiu a impermeabilidade que tinha sido característica dos seus antecessores, por um incremento generalizado da circulação dentro do Império, com todas as gravosas consequências para as populações provinciais, que acabariam por sofrer permanentemente os nefastos efeitos deste turbilhão bélico. Não é, pois, de admirar que o prolongado arrastamento deste estado de coisas tivesse levado a uma descaracterização das populações romanas quanto à sua identidade cultural anterior.
Esta, que tinha sido o resultado de séculos de romanização, passou a ter de lidar com a diversidade caótica imposta pelas novas realidades culturais e administrativas trazidas pelos sucessivos povos que se instalaram no Império.
Se se poderia até admitir que um tal processo poderia ter redundado num enriquecimento civilizacional das populações, o que podemos constatar é precisamente o contrário, pois uma das suas consequências foi a enorme insegurança daí decorrente, bem como a baixa na sua qualidade de vida e dos seus recursos básicos de subsistência.

Assim dificilmente se poderá admitir que o Baixo-Império Romano foi defendido por um macro sistema de defesa em profundidade, tal como propôs Edward Luttwak, pois se o sistema dos delimitadores poderia congregar algumas semelhanças, este foi demasiado efémero para que daí fosse possível retirar consequências ou sequer pretender que este se tenha estendido até ao último quartel do século V, tendo funções defensivas tão limitadas.

No entanto, poder-se-ia ser levado a perspetivar, como poderá ter acontecido a Luttwak, que o Império Romano estaria, a partir do século IV, a proteger as suas fronteiras com um generalizado plano estratégico de defesa em profundidade, mas isto é apenas o resultado da disseminação das suas inúmeras unidades militares ao longo dos seus territórios. Qualquer adversário que invadisse o Império teria que realizar a sua progressão em território hostil, potencialmente circundado de unidades do exército romano que, no entanto, não se articulavam numa defesa em profundidade previsional.

Recordemos o próprio ingente lamento que Zósimo nos legou sobre as péssimas condições fronteiriças que se viviam no Império[2695], que nos revela que qualquer investida bárbara só viria a ser enfrentada muito *a posteriori* pelas tropas de elite e que as portas das marcas fronteiriças dos territórios imperiais se encontravam praticamente abertas.

13.3. Especificidades Estratégicas dos Modelos Defensivos Imperiais

13.3.1 A Especificidade Identitária das Grandes Legiões

O modelo defensivo do Império Romano até ao fim do Principado era essencialmente assegurado pelo posicionamento das grandes legiões junto do perímetro fronteiriço de modo a que estas pudessem intervir sempre que se verificasse uma invasão do *limes*[2696].

No entanto, embora este tenha sido o paradigma defensivo institucional durante séculos, apresentava especificidades e condicionalismos que eram resultantes da própria estrutura militar das legiões, bem como das importantes funções sociais e administrativas que estas desenvolviam nas províncias onde se encontravam estacionadas.

Houve assim um "deslaçar" da antiga consistência das populações em relação a alguns aspetos das suas vivências sociais que eram característicos da cultura romana, como a noção de lei, de poder administrativo, de propriedade privada, de justiça, de ordem familiar, de lisura nas relações comerciais, que eram aspetos que contribuíam decisivamente para o bem-estar e coesão das populações.

[2695] ZOS. 2.34.

[2696] LUTTWAK, 2016, pp. 10-19.

Desde a revolução militar introduzida por Gaio Mário em 107 a.C.[2697] que as legiões formavam grandes unidades profissionais de combate que tendiam a estabelecer uma cada vez mais forte relação identitária entre todos os seus membros sob a fidelidade a um comandante e mormente ao símbolo coletivo que era a sua águia legionária[2698]. Embora se possa considerar que já deveria existir um espírito agregador entre os soldados romanos mesmo antes da reforma mariana[2699], não só pelo orgulho de serem Romanos, mas também por serem cidadãos terratenentes mobilizados para defenderem as suas possessões[2700], tal deveria ter vindo a ser altamente potenciado pela grande unidade marcial que a convivência permanente como homens estritamente dedicados a carreiras militares, viria a permitir estabelecer[2701]. A partir de então e cada vez mais, as legiões tornaram-se grandes instituições criadoras de fortes laços sociais, não só entre os seus membros, mas desenvolvendo também vínculos profundos com o coletivo social circundante[2702].

Dever-se-ia salientar até, neste contexto, o extraordinário reforço da motivação e orgulho marcial de cada soldado romano ao se sentir integrado numa tão relevante estrutura que não tinha paralelo em nenhum outro exército da Antiguidade.

Além disso, o soldado romano acabaria normalmente por desenvolver relações de grande companheirismo com os seus colegas de contubérnio, que na prática era um pequeno núcleo de homens onde estava integrado e que, pela intensa convivência quotidiana, lhe proporcionaria desenvolver relações interpessoais de entreajuda e apoio que viriam certamente a tornar-se particularmente fortes[2703].

A própria orgânica geral da legião, que se poderia dizer tinha como base da sua estrutura tática a centúria[2704], apresentava no fundo uma célula de dinâmica relacional profundamente marcante que era resultante de cada um dos seus contubérnios.

[2697] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 46-49.
[2698] VEG. 2.13; LE BOHEC, 2013, pp. 33, 67, 176, 343.
[2699] FEUGÈRE, 2002, p. 47; GOLDSWORTHY, 2011, p. 153.
[2700] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 184-185.
[2701] FEUGÈRE, 2002, p. 40; HEATHER, 2010, p. 9.
[2702] Cada legião era uma complexa máquina militar formada por milhares de elementos que tinham quotidianamente que interagir e precisavam suprir variadíssimas necessidades e faziam-no, quer entre si, quer criando toda uma vasta rede de relações económicas e de sociabilização com as mais diferentes camadas da população. Desde comerciantes a prostitutas, passando por escravos e serviçais ou mesmo mulheres com quem estabeleciam vínculos familiares. DANDO-COLLINS, 2010, p. 50.
Os castros militares tornavam-se importantes núcleos de relacionamentos e atividade económica que dinamizavam a produção de riqueza nas províncias onde estavam estacionadas.
Nos arredores ou mesmo dentro dos acampamentos de inverno, onde muitos, deles tinham substituído as iniciais e precárias instalações de madeira por robustos edifícios de pedra, as trocas e interações eram tão importantes, que muitos deles podiam até proceder à cunhagem de moeda. DANDO-COLLINS, 2010, p. 46.
[2703] DANDO-COLLINS, 2010, p. 43.
[2704] VEG. 2.13; GOLDSWORTHY, 2003, p. 68; MONTEIRO, 2009b, pp. 417-418.

Os oito homens que o formavam, que se viam assim integrados num pequeno núcleo onde tinham de aprender a saber partilhar todas as atividades quotidianas, como o conviver no reduzido espaço da tenda comum, o dividir a execução de tarefas, a gestão dos animais de carga, a utilização de utensílios do quotidiano, entre muitos outros, levaria a que depois de anos de serviço, se desenvolvesse um conhecimento mútuo e uma cumplicidade que tornaria mais suportáveis, não só os perigos do combate, mas também as vicissitudes inerentes aos longos períodos de desconforto que eram próprios de uma longa campanha[2705].

Embora esta especificidade da orgânica da legião não seja habitualmente perspetivada como um elemento importante na qualidade global do desempenho da generalidade dos legionários, pensamos que se deva salientar que estas relações de grande proximidade deveriam funcionar como um fortíssimo fator da coesão e da capacidade combativa global da legião. Tudo leva naturalmente a crer que os elementos que o formavam deveriam lutar em proximidade, possivelmente ombro a ombro dentro da centúria a que pertenciam[2706], dando assim condições para que cada elemento deste pequeno grupo se sentisse particularmente apoiado e motivado[2707], quer para incentivar o orgulho no esforço de um bom desempenho, quer numa mais atenta entreajuda que sentiria e pretenderia fornecer aos seus companheiros[2708]. Na maior parte dos casos, anos de contacto diário deveriam permitir que, não só se viessem a desenvolver tais laços de amizade, mas também um conhecimento mútuo e muito detalhado sobre as competências e fraquezas de combate que seriam peculiares a cada um dos seus elementos, sendo um tal conhecimento um extraordinário fator de entreajuda[2709].

É todo este marcante sistema inter-relacional profundamente orgânico que existia entre todos os homens que constituíam uma grande legião republicana ou alto imperial que se viria

---

[2705] CONNOLLY, 1998, p. 142.
[2706] LE BOHEC, 2013, p. 198.
[2707] LE BOHEC, 2001, pp. 12, 82.
[2708] CAMPBELL, 2002, pp. 36, 65; DANDO-COLLINS, 2010, p. 43.
[2709] Embora se deva admitir que uma tal proximidade também pudesse gerar situações conflituosas e mesmo inimizades, nomeadamente por incompatibilidade de carateres, tais casos, ao se tornarem manifestos, acabariam certamente por serem resolvidos hierarquicamente pelos centuriões pela simples transferência de parte dos contendores para outro contubérnio ou centúria. Seria, pois, possível que os elementos que formavam cada núcleo se esforçassem, pelo menos, em encontrar um modo saudável de se interrelacionar, procurando até que se estabelecesse um bom nível de confiança entre eles, evitando assim o problema dos furtos, atendendo a que cada um tinha consigo os seus pertences pessoais, que entre salários e objetos de saque, poderia ascender a importante valor.
Além disso em cada contubérnio, tal como seria de esperar numa estrutura de perfil romano, existia um legionário chefe que tinha certamente o papel de poder resolver com uma palavra final as questões práticas comuns que surgiriam naturalmente das movimentações quotidianas. VEG. 2.8,13 (*Caput contubernii*,"cabeça de esquadrão", esta categoria do século IV corresponde, segundo Vegécio, ao *decanus* da antiga legião). RICHARDOT, 2001, p. 60.

a perder com a errática dispersão e constante transferência de contingentes e vexilações que se tornariam práticas típicas dos modelos defensivos do Baixo-Império. Esta tendência para o desaparecimento dos vínculos interpessoais que antes eram resultantes da estrutura fixa da grande legião teria ainda sido certamente potenciada pela massiva integração de elementos germânicos que seriam estranhos a esta agregadora dinâmica militar comunitária. A estrutura da grande legião, estamos em crer, deveria fomentar um marcado sentimento de orgulho e de pertença a uma realidade imperial coletiva que dificilmente se poderia ter mantido com a dispersa tipologia dos contingentes marciais que caracterizaram o império tardio.

Além disso, embora historiograficamente se verifique uma tendência para se perspetivar as grandes legiões como se estas fossem corpos militares bastante idênticos, elas foram sempre realidades militares bastante diferentes entre si. Para isto contribuiriam vários importantes aspetos, como as suas origens, a sua cronologia, o seu enquadramento geográfico, os seus objetivos, o perfil dos seus comandantes ou até a origem étnica da maioria dos seus homens, fazendo com que cada uma fosse detentora de uma realidade militar particular.

Algumas foram levantadas para o cumprimento de um determinado fim específico, enquanto outras surgiram tão somente para prevenir alguma ameaça iminente, e outras ainda serviram meramente para reforçar em geral a força do exército romano.

Algumas duraram poucos anos, enquanto outras estiveram no ativo durante séculos, tendo sido constituídas por inúmeras gerações, por entre outras que levantadas na República mantiveram o seu estro bélico durante todo o Alto-Império e existiram, pelo menos nominalmente, até ao século V d.C.

Certas legiões foram essencialmente itinerantes, percorrendo constantemente diferentes regiões do Império, estacionadas ora aqui, ora ali, enquanto outras estiveram longos períodos instaladas na mesma província. Algumas protagonizaram histórias militares gloriosas, vencendo inúmeros inimigos, enfrentando muitas vezes adversários que apresentavam uma inquestionável superioridade numérica, enquanto outras se desonraram perante o seu dever e foram humilhadas, extintas ou até mesmo dizimadas[2710].

A realidade histórica de cada uma das grandes legiões romanas de matriz clássica é tão díspar quanto serão os seus cognomes ou os seus estandartes[2711].

[2710] DANDO-COLLINS, 2010, p. 8.

[2711] Poderemos respigar, a título de exemplo estritamente cronológico, a *Legio* III *Gallica* que foi levantada por Júlio César em 49 a.C. e esteve no ativo até finais do século IV d.C. (DANDO-COLLINS, 2010, pp. 87-89), enquanto a *Legio* IV *Macedonica* criada também pelo conquistador da Gália em 48 a.C., só esteve no ativo até 70 d.C., tendo sido desfeita por Vespasiano (conspiração de Caio Júlio Civil - Revolta dos Batavos,

Quando uma grande legião era instalada numa província, ficava alojada fundamentalmente em quartéis de inverno[2712], mas os seus legionários deveriam distribuir-se por várias instalações provinciais, onde desempenhavam funções de segurança e procediam a intervenções de carácter administrativo[2713].

A sua instalação possuía também ela, carácter distinto, pois algumas legiões estavam em regiões em que teriam de permanecer longos períodos nas mesmas províncias e estavam condicionadas a uma mobilidade circunscrita, enquanto outras viam-se estacionadas em locais onde eram forçadas a uma itinerância quase permanente, tendo que realizar campanhas por exigências defensivas ou no cumprimento de determinações imperiais de carácter estratégico

Embora as grandes legiões apresentassem uma estrutura similar, quer do ponto de vista hierárquico, quer das suas competências básicas, existiam algumas que, por vicissitudes do seu historial militar, tinham desenvolvido capacidades próprias que eram utilizadas para a realização de tarefas práticas para as quais os seus homens e equipamento tinham uma particular apetência[2714].

Estes eram, muitas vezes, recursos no âmbito da engenharia, cuja rapidez e competência eram reconhecidos em determinada legião e que podiam versar sobre matérias tão díspares como a criação de estruturas muralhadas, drenagem de pântanos, construção de estradas, edificação de pontes ou execução de assédios. Este último poder-se-ia mesmo considerar que era um recurso militar particularmente importante para eliminar os cada vez mais frequentes e difíceis redutos fortificados dos seus inimigos. Deu-se aliás uma cada vez maior tendência para que uma substancial parte dos combates se concretizasse através de cercos, nomeadamente a partir do século III, com o aumento exponencial das guerras civis entre Romanos[2715].

69-70; DANDO-COLLINS, 2010, p. 91). A *Legio* VI *Victrix* foi levantada por Otaviano pelo menos em 42 a.C., tendo existido até data indeterminada no século V d.C. (DANDO-COLLINS, 2010, p. 100), enquanto que a *Legio* I *Germanica* , fundada cerca de 19 a.C., existiu apenas até 70 d.C., tendo sido dissolvida por Vespasiano (conspiração de Caio Júlio Civil - Revolta dos Batavos, 69-70; DANDO-COLLINS, 2010, pp. 64-65). Quanto às movimentações das legiões, pode-se afirmar que em geral todas elas tiveram historiais de intervenção geográfica bastante diversificados, com a mesma a lutar ou a ser estacionada em regiões tão díspares como Síria, Itália, Hispânia e África.

Para uma melhor análise desta problemática, poder-se á consultar o anexo 15 onde se pode encontrar uma lista do historial sumário do que foi a cronologia e deslocações geográficas de 17 grandes legiões.

[2712] DANDO-COLLINS, 2010, p. 46.

[2713] RICHARDOT, 2001, pp. 82, 237; LE BOHEC, 2006, pp. 16-17, 71, 88-89.

[2714] DANDO-COLLINS, 2010, p. 8.

[2715] A competência na realização de assédios viria mesmo a tornar-se um aspeto militar tão relevante que, mesmo durante o século IV d.C., numa fase em que se pode identificar já uma profunda transformação orgânica de modelos e táticas no exército romano, este continuaria a estar bem presente e a usufruir de grande relevância, mesmo no contexto das microlegiões. Os próprios delimitadores tinham como um dos

A este propósito poderemos salientar, como exemplo, o importante papel que adquiriu nas técnicas de assédio e utilização de artilharia, a Legião X Fretense (Legio X Fretensis) que depois de participar no cerco de Jerusalém em 70, foi responsável pela posterior campanha que eliminou os restantes focos de resistência antirromana na Judeia[2716]. Ficaria conhecida em todo o Império a orgulhosa mestria dos soldados desta legião, que foi curiosamente batizada com o cognome de Fretense, remetendo para a sua participação numa batalha ocorrida num estreito[2717].

Após a queda de Jerusalém, que se poderia dizer que pôs fim à Primeira Guerra Judaica, esta legião ficou com a difícil tarefa de conquistar os últimos redutos zelotas que ainda resistiam à ocupação romana, como o Heródio (*Herodion*)[2718], a fortaleza de Maqueronte (Macheronte)[2719] e o bastião, quase inexpugnável, de Massada. As suas competências neste domínio eram tão relevantes que, para este último assédio, a décima legião, sob o comando de Lúcio Flávio Silva, construiu uma torre de assalto que colocou

---

seus principais recursos de combate a utilização de máquinas em contra assédio, tendo vindo a adquirir grande competência na sua utilização. DANDO-COLLINS, 2010, pp. 49-52; PETERSEN, 2013, pp. 36-53.

[2716] DANDO-COLLINS, 2010, p. 112.

[2717] O título *Fretensis* significa literalmente "do estreito". Este termo intrigou os estudiosos durante séculos. Mommsen propôs que o título derivasse de *fretum Siciliense*, o Estreito da Sicília, que conhecemos como Estreito de Messina. Mommsen afirmou que esta 10.ª Legião *Fretensis*, tinha sido criada por Otaviano e lutado por ele durante as suas batalhas navais contra Sexto Pompeio na costa da Sicília em 36 a.C. Mommsen, observando que a 10.ª Legião *Fretensis* mostrava navios de guerra nas moedas cunhadas para a legião, concluiu que a 10.ª *Fretensis* tinha sido uma daquelas legiões que participaram das vitórias navais de Agripa, o almirante de Otaviano, contra Sexto Pompeio e que se teria apropriado do título *Fretensis* para comemorar esse facto.

O professor Chester G. Starr (*Roman Imperial Navy, 31 BC–AD 324*), uma das principais autoridades sobre a marinha imperial romana, mostrou que Theodor Mommsen "estava completamente errado", em relação a algumas de suas conclusões sobre questões marítimas romanas antigas. Defende que a afirmação de Mommsen de que a palavra *Fretensis* se refere ao Estreito de Messina está incorreta, pois nenhuma fonte antiga, seja um livro ou inscrição, coloca uma 10.ª Legião a bordo dos navios de Agripa nas batalhas contra Sexto Pompeio (44-36 a.C.).

De onde, então, poderia ter-se originado o título da *Fretensis*? Que outro estreito poderia ser conectado com uma 10.ª Legião? O próprio César oferece a resposta - o Estreito de Otranto. Nas suas memórias sobre a Guerra Civil (49-45 a.C.), César conta como ele e Marco António enviaram doze legiões de *Brundisium*, hoje Brindisi, no sudeste da Itália, para a região do Epiro, na costa oeste da Grécia, para enfrentar o exército senatorial liderado por Pompeio. Para chegar ao Epiro, essas legiões tiveram que cruzar o Estreito de Otranto. César identifica a sua 10.ª Legião como uma das legiões que ele levou para o Epiro, através do Estreito. Ele escreve que, devido à falta de navios, em 4 de janeiro de 48 a.C. ele levou sete legiões com ele numa primeira vaga para o Epiro, deixando António e as outras cinco legiões em *Brundisium*, junto com sua cavalaria. Essas unidades tiveram que esperar que os navios de César voltassem para recolhê-los para um segundo desembarque. Contudo o almirante senatorial Lúcio Libão zarpou da costa oeste da Grécia com uma frota de cinquenta navios de guerra carregados com fuzileiros navais, infantaria e arqueiros, e navegou para *Brundisium* a fim de bloquear o transporte destas cinco legiões. António terá conseguido ultrapassar a situação e transportado as legiões até César. Na luta que se travou para romper o bloqueio armado por Lúcio Libão ao estreito de Otranto a 10.ª Legião ter-se-á notabilizado, ganhando assim o título de *Fretensis*. DANDO-COLLINS, 2010, p. 105-110.

[2718] BRIZZI, 2015, pp. 89, 198, 336, 346; ROCCA; HOOK, 2006, pp. 6, 18, 30, 32-33, 42, 49, 57.

[2719] BRIZZI, 2015, pp. 93, 121, 192, 198, 265, 336, 346; ROCCA; HOOK, 2006, pp. 6, 12, 16, 33, 45-46.

sobre uma colossal rampa de acesso com quase 100 metros de altura, cuja envergadura deixou vestígios arqueológicos que ainda hoje podem ser visitados [2720].

13.3.2. Condicionalismos Estratégicos do Modelo da Defesa Impeditiva

No entanto, uma das fragilidades estratégicas que era característica do paradigma da defesa impeditiva protagonizado pelas grandes legiões residia na dificuldade de estas conseguirem prestar uma entreajuda rápida quando tal se fazia necessário[2721]. Este condicionalismo era resultante da considerável distância geográfica que existia muitas vezes entre as províncias onde estavam estacionadas, bem como pelas funções administrativas e defensivas que aí desempenhavam[2722].

Sendo as grandes legiões distribuídas numa sequência linear ao longo das fronteiras do Império, quando se verificava um ataque fronteiriço que requeria mais recursos militares do que aqueles que se encontravam disponíveis numa província, o exército romano defrontava-se com o problema estratégico de ter de esperar, não só o tempo que era necessário para deslocar tropas que se poderiam encontrar consideravelmente afastadas, mas sobretudo com o de deixar enfraquecidas as províncias que deveriam fornecer tais recursos[2723].

Além disso, as legiões eram essenciais, não só para a proteção das fronteiras, mas igualmente para garantir o próprio funcionamento da máquina administrativa da província, realizando as necessárias ações de policiamento e segurança interna, bem como assegurarem a execução das ordens judiciais[2724].

Desde sempre que a estrutura civil do Império tinha utilizado, como seria natural, os contingentes militares romanos para garantir a ordem interna dos territórios ocupados, enquanto as populações iam sofrendo o lento processo de romanização que lhes era imposto, mas posteriormente assimilado.

[2720] BRIZZI, 2015, pp. 346-354; ROCCA; HOOK, 2006, pp. 6, 9, 11, 33-37, 44, 52-56.

[2721] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 202-203.

[2722] Nos séculos II e III, pequenos postos militares destinados a manter a ordem (*stationes*) espalharam-se rapidamente, especialmente nas estradas principais. MILLAR, 1990, pp. 1, 5.

[2723] GOLDSWORTHY, 2007, p. 193; GOLDSWORTHY, 2011, p. 428.

[2724] Os soldados também exerceram outras atividades muito diversas, desde agrimensura e engenharia até trabalhos, burocráticos ou não, para funcionários provinciais e até mesmo funções judiciais. Este processo desenvolve-se paralelamente ao aumento constante do número de postos administrativos: nas minas, no correio oficial, na cobrança de impostos, nas propriedades imperiais, etc. MILLAR, 1990, p. 5.

As tropas eram assim distribuídas em pequenos contingentes por toda a província e serviam como suporte da autoridade que garantia o cumprimento das principais leis do quadro jurídico do Império, o que só seria possível ser realizado pelos magistrados e oficiais romanos através da presença da força marcial[2725].

A permanência de legionários ou de tropas auxiliares tornava-se, pois, um aspeto fundamental, levando a que a ausência destas se tornasse um claro fator de instabilidade, quer para a administração provincial romana, quer para as próprias populações que, na sua ausência, se viam sujeitas aos desmandos de grupos de bandidos e salteadores[2726]. Neste contexto, quando se verificavam solicitações urgentes para o envio de reforços militares, uma província ver-se-ia na contingência de apenas ter condições de enviar alguns destacamentos ou vexilações[2727], pois não poderia dispensar a totalidade dos elementos da sua legião.

Quando surgiam problemas militares graves e se tornava necessário o envio de reforços, as províncias solicitadas enviavam coortes, vexilações ou destacamentos, mas isto exigia também que se estabelecesse uma cuidada articulação entre os vários comandos do exército romano para que se estabelecesse uma boa coordenação entre estes. Esta era fundamental para que se conseguissem reunir e formar em grandes unidades para enfrentar os invasores em simultâneo.

As legiões das províncias que se vissem na contingência de terem de responder ao pedido de envio de reforços teriam também de realizar uma prudente gestão estratégica dos seus recursos para que uma tal cedência não as levasse a ficarem desguarnecidas, pois o possível conhecimento dessa conjuntura poderia incentivar outros adversários a realizar incursões simultâneas nessa província.

[2725] MILLAR, 1990, pp. 1, 5-7.

[2726] O profundo processo de romanização que era efetuado em todos os territórios do Império, em que se impunha uma emulação em pequena escala do modelo administrativo imperial vigente em Roma levaria paulatinamente a que muitas das populações provinciais se viessem mesmo a sentir como fazendo genuinamente parte integral do Império e acabassem por encarar a presença das tropas romanas mais como uma proteção necessária contra os desmandos dos fora-da-lei do que como uma imposição ostentatória de força.
No entanto, podem identificar-se províncias em que, devido a fatores idiossincráticos culturais ou religiosos, nunca tenha sido verdadeiramente aceite um pleno processo de romanização, tal como aconteceu na província da Judeia, o que forçava a que aí existisse uma presença mais musculada de tropas romanas.
No entanto, fazia-se genericamente sentir o respeito provocado pelo peso de uma imagem de intemporalidade que era veiculada pela própria orgânica do Império em todas as suas manifestações, levando a que se tivesse arreigado, entre os diferentes grupos étnicos submetidos, a ideia de que mesmo que a sua força fosse momentaneamente insuficiente, isso era uma mera circunstancialidade e que depois o Império iria voltar, e fá-lo-ia com a implacabilidade inerente à sua poderosa máquina militar.

[2727] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

Se o Império tinha, como já foi observado, um dinâmico sistema de inteligência que monitorizava com bastante detalhe as movimentações militares inimigas, mesmo quando estas se davam ainda fora das suas fronteiras, é também naturalmente cogente admitir-se que os seus inimigos, embora de forma mais rudimentar, tivessem recursos que lhes permitissem recolher informação sobre a real situação militar de uma determinada província. Se a inteligência persa teria necessariamente de estar bem estabelecida neste quesito como prerrogativa básica referente aos recursos inerentes ao seu próprio estatuto de império, tal recolha de informações surgiria possivelmente no contexto das tribos reno-danubianas, quer germânicas, quer nómadas, como sendo o resultado natural do próprio contacto fronteiriço, nomeadamente através da mobilidade circunstancial que aí poderia ocorrer.

No entanto, sabendo-se da argúcia e cuidado com que muitos chefes tribais geriam os assuntos militares, como serão bons exemplos o visigodo Alarico[2728], o vândalo Genserico[2729], ou até mesmo o manipulador Átila[2730], seria de admitir que o manancial das suas informações sobre os bastidores políticos dos seus inimigos romanos pudesse também partir de verdadeiras redes de informadores subornados ou agentes infiltrados.

Muitas das suas movimentações bélicas indiciam que estes líderes germânicos possuíam condições de manter um conhecimento pormenorizado das conjunturas políticas e militares do Império, situação que se veria ainda mais facilitada com a fragmentação das estruturas de poder que caracterizaram o Império Romano nos séculos III e IV.

A este propósito poderemos até perspetivar o importante papel de mútuo conhecimento que poderia ter sido recolhido pelos elementos que se constituíam como "reféns de honra"[2731] sobre as idiossincrasias próprias das sociedades para onde eram enviados. Disfrutando habitualmente de um tratamento privilegiado no seio das cortes que os recebiam, o que frequentemente se desenvolvia ao longo de vários anos, é de admitir que muitos daqueles que foram "reféns de honra" teriam boas condições para possuir um conhecimento privilegiado sobre as conjunturas políticas e o carácter daqueles que viriam a ser os seus futuros adversários. Apesar de tal estatuto ser conferido habitualmente a jovens, muitos deles ainda com pouca experiência de vida que lhes permitisse ter em atenção os meandros das

[2728] LE BOHEC, 2006, pp. 80, 160, 203, 205; MATYSZAK, 2009, pp. 234-246.
[2729] HALSALL, 2007, pp. 240, 245, 247-248, 255-256, 277-279.
[2730] LE BOHEC, 2006, pp. 207, 212; MATYSZAK, 2009, pp. 247-258; HEATHER, 2010, pp. 295-336.
[2731] Estes jovens eram enviados para serem romanizados, parcialmente como reféns e parcialmente para adquirirem formação militar. MATYSZAK, 2009, pp. 235-236. Esses reféns poderiam ser, e foram, executados se os termos de paz fossem quebrados. Mas, de modo mais geral, eles foram usados para convencer a próxima geração de bárbaros impulsionadores e agitadores de que a hostilidade para com Roma era inútil e que seria muito melhor adotá-la. HEATHER, 2010, p. 76.

intrigas políticas, teria certamente havido outros, tal como um Aécio[2732] ou um Átila[2733], que precocemente puderam estar atentos a tais fatores, como viria a demonstrar a sua sageza de comportamento nas suas relações recíprocas posteriores.

Não deveremos perder de vista a precocidade intelectual e relacional com que muitos destes adolescentes eram dotados, sendo até socialmente considerados adultos, quer em Roma, quer nos contextos germânicos, quando atingiam idades tão precoces como os 14 ou 15 anos.

13.3.3. A Instalação do Paradigma dos Comitatenses

O antigo paradigma impeditivo baseado nas grandes legiões, fora substituído, por Diocleciano, por um outro em que se viriam a implementar junto às fronteiras, contingentes de tropas designadas por delimitadores que eram responsáveis por vigiar e defender o *limes* nas áreas delimitadas que ficavam sobre a sua responsabilidade[2734]. Todo o perímetro fronteiriço estava assim seccionado e era defendido em toda a sua extensão por estas tropas que ficavam instaladas em estruturas fortificadas e em que cada um dos seus contingentes tinha a obrigação permanente de zelar por muitas dezenas de quilómetros.[2735] Contrariamente às grandes legiões que tinham podido circular em toda a extensão dos territórios imperiais, os delimitadores tinham uma mobilidade circunscrita à área sob sua responsabilidade, mas tendo que exercer uma aturada vigilância, viam-se forçados a circular permanentemente nela[2736].

[2732] Aécio foi enviado para junto dos Hunos como refém, para garantir a observância de um tratado, MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 99; Aécio alcançou destaque pela primeira vez ainda adolescente, ao ser enviado em duas ocasiões como refém de aliados bárbaros. Ele passou três anos com os Godos de Alarico (405-408), seguidos por uma temporada com os Hunos (talvez em 411-414), HEATHER, 2010, pp. 254, 256, 276, 540, 545.

[2733] Enquanto refém junto dos Hunos Aécio manteve contacto com Átila. GIBBON, 1999, p. 1410; Átila, cerca de 418, foi enviado a Roma para cumprir a mesma função que Aécio desempenhara na corte de Roas: "refém de honra". DESCHODT, 2008, pp. 32-36.

[2734] RICHARDOT, 2001, pp. 81, 103, 129-130 ; LE BOHEC, 2006, pp. 24-25, 35-36, 141.

[2735] O âmbito de atuação de um contingente de delimitadores não equivalia necessariamente à extensão fronteiriça de uma província, podendo qualquer uma destas ter no seu âmbito várias fortalezas de defesa. Apesar da grande reforma provincial de Diocleciano, em que se reduziu praticamente para metade o âmbito territorial de cada uma, o tamanho da linha de interceção fronteiriça não se uniformizou, nem o local considerado deixaria de ser mais ou menos problemático quanto a poder proporcionar boas condições para suster uma invasão em larga escala. GOLDSWORTHY, 2007, 193; GOLDSWORTHY, 2011, p. 428.

[2736] A responsabilidade de terem de vigiar permanentemente o que se passava na sua secção de fronteira, levava a que os delimitadores optassem por fazê-lo utilizando, quer embarcações fluviais, pelas quais ficariam também conhecidos como *ripenses*, quer pela deslocação dos seus corpos a cavalo, o que modernamente contraria a visão que existia sobre o seu funcionamento que os classificava como contingentes praticamente reduzidos a tropas apeadas, RICHARDOT, 2001, p. 78, 129, 131; LE BOHEC, 2006, pp. 35-36, 143-144.

No entanto, poucos anos depois da exigente criação dos delimitadores, implantada por Diocleciano e consequentemente abalizada pela submissa tetrarquia, tem início o que se poderia classificar como um dos mais inesperados fenómenos militares ocorridos no Baixo-Império, em que se impõe uma nova mudança das estruturas defensivas do Império e que foi protagonizada por Constantino I, o Grande[2737].

No Principado deste, cujas conceções militares virão a ser universalmente implementadas depois de ter conseguido concentrar todo o poder imperial nas suas mãos, encontramos o início de um longo processo que levará a uma substituição dos contingentes de delimitadores por um outro cuja base estratégica se poderia considerar como diametralmente oposta.

A defesa do Império passaria assim a ficar a cargo de grandes exércitos móveis instalados no interior dos territórios imperiais, sendo constituídos por inúmeros corpos de elite designados, quer por escolas palatinas[2738], quer por comitatenses[2739].

Estes dois grandes grupos, cuja arquitetura tática era no essencial similar, já não estavam vocacionados, nem posicionados, para desempenhar uma função defensiva impeditiva e direta como os delimitadores, mas realizavam uma defesa de tipo elástico em que as invasões dos territórios imperiais teriam de ser eliminadas a posteriori por uma intervenção musculada destes corpos de elite[2740].

Estes dispunham das melhores condições militares que o Império poderia fornecer, congregando treino regular, grande exigência disciplinar, bons oficiais, excelente montaria e armas de alta qualidade[2741].

Depois de toda a problemática conjuntura resultante das lutas internas que se desenvolveram em consequência da fragmentação política da tetrarquia e da esforçada tentativa de cada um dos seus protagonistas chegar à púrpura imperial[2742], poder-se-ia dizer que Constantino terá sentido a necessidade de criar condições que pudessem afirmar de modo militarmente absoluto o seu poder depois de tão dificilmente o ter conseguido concentrar nas suas mãos.

[2737] RICHARDOT, 2001, pp. 104-108.

[2738] As escolas palatinas (*scholae palatinae*), que se poderiam classificar como guardas do palácio, eram na prática equivalentes aos corpos de comitatenses, sendo designadas deste modo por usufruírem apenas de mais proximidade ao imperador, fator proporcionado pelo local onde este se encontrava a residir. RICHARDOT, 2001, pp. 31, 53, 57, 79; LE BOHEC, 2006, pp. 68-70.

[2739] RICHARDOT, 2001, p. 78-79, 81, 131, 242; LE BOHEC, 2006, pp. 35-36, 76-77, 142-143.

[2740] LUTTWAK, 2016, pp. 149-166.

[2741] GOLDSWORTHY, 2007, p. 192.

[2742] BARNES, 2014, pp. 46-106; DE MAN, 2020b, pp. 316-318.

Um tal desiderato viria possivelmente a exigir que este dotasse o Império de uma outra orgânica militar que o libertasse da uniformidade intrínseca do sistema dos delimitadores e privilegiasse a criação de um outro modelo cuja estrutura fosse baseada em corpos de elite sobre os quais ele pudesse deter o controle absoluto.

Embora com a implementação do modelo defensivo dos delimitadores se tivesse verificado um substancial aumento do número de efetivos no exército romano, a sua estrutura estratégica continuava a não contemplar corpos de particular excelência. A constituição destas tornara-se um importante aspeto para Constantino porque, garantindo a sua fidelidade, ficaria assegurada a sua superioridade militar sobre quaisquer outras possíveis tentativas de usurpação[2743].

A grande dispersão fronteiriça que era própria do modelo dos delimitadores em nada favorecia que um governo imperial, novamente centralizado, pudesse estar atento ou tivesse sequer condições de exercer controle quanto a um possível recrudescimento de convulsões internas, fruto da ambição de algum general ou até de algum usurpador que conseguisse congregar vastos apoios militares em longínquas fronteiras.

Imagem 113 - O mais antigo mapa existente de Constantinopla, executado por Cristoforo Buondelmonti (c. 1385 – c. 1430), representando a capital com as suas muralhas, hipódromo, igrejas e colunas entre o Corno de Ouro e o Mar de Mármara (1420) [in ODAHL, 2004, p. 217].

Era impossível que o seu distante poder central se pudesse manter permanentemente informado sobre todas as movimentações político-militares que continuamente ocorriam em todas as províncias, ficando algumas delas a meses de tempo-distância de qualquer ponto onde Constantino estabelecesse a sua corte.

[2743] GOLDSWORTHY, 2011, pp. 428-429.

O imperador, que desde a sua juventude se vira forçado a lutar pela sua própria sobrevivência[2744], conhecia bem os meandros problemáticos das conjunturas da política, especialmente daquelas que poderiam surdir repentinamente do manto sigiloso da conjura.

Constantino teria possivelmente sentido que com a manutenção do sistema dos delimitadores não teria condições de exercer um efetivo controle sobre uma grande parte do exército, o que mais tarde necessariamente iria favorecer o aparecimento de novas tentativas de usurpação[2745].

[2744] Constantino nasceu em Naísso, na Mésia Superior (atual Niš na Sérvia) e era filho de Constâncio Cloro (ou Constâncio I Cloro) e da filha de um casal de donos de uma albergaria na Bitínia, Helena de Constantinopla. Foi criado e educado no séquito de Diocleciano. Embora a sua condição junto de Diocleciano fosse em parte a de um refém, Constantino serviu nas campanhas do césar Galério e de Diocleciano contra os Sassânidas e os Sármatas, pelo que aprendeu bem a arte da guerra. LE BOHEC, 2006, p. 29.

[2745] É bem possível que neste mesmo sentido se tenha dado a ingente preocupação de Constantino quanto a encontrar a melhor localização para o seu Estado Maior.
O colossal tamanho do Império desde há muito que exigia que este possuísse uma outra capital que se encontrasse mais no "coração" dos seus territórios, e, portanto, mais equidistante de todas as suas fronteiras. Roma, apesar do seu enorme peso simbólico, tornara-se uma capital demasiado ocidental para que pudesse fornecer uma boa resposta à generalidade dos problemas das províncias mais distantes, nomeadamente suprir as recorrentes necessidades militares das que se encontravam mais a oriente.
Bizâncio, que se viria a transformar na sumptuosa Nova Roma, mais tarde designada como Constantinopla, bem melhor poderia vir a responder a estas necessidades, para além de ter a vantagem de permitir controlar todos os fluxos marítimos que cruzavam o estreito do Bósforo, única passagem do Mediterrâneo para o Mar Negro. Relevante para uma compreensão da importância desta nova capital para a política de Constantino é a urgência que colocou no início da sua construção, tendo esta começado logo em 324, precisamente o ano em que derrota Licínio e congrega todo o poder debaixo do seu cetro. Reforçando esta vontade imperial está ainda a rapidez com que irão decorrer os trabalhos da sua construção, sendo, pois, de admirar que uma cidade concebida de forma tão megalómana, com estruturas arquitetónicas tão assinaláveis, tenha podido ser construída no curto prazo de 6 anos, tendo assim sido pomposamente inaugurada em 330.
Note-se ainda a preocupação que Constantino demonstrou ao dotar a sua "nova cidade" de um carácter de universalidade imperial ao procurar que ela possuísse conhecidos referenciais geográficos e históricos, mandando trazer das mais variadas partes do Império materiais que eram de todos conhecidos como sendo característicos de certas regiões, como alguns tipos de mármores e sobretudo fazendo a instalação de um vastíssimo conjunto de importantes peças da estatuária antiga.

CAPÍTULO 14

AS LUTAS POLITICORELIGIOSAS DA TETRARQUIA

14.1. A INSUSTENTABILIDADE POLÍTICA DA ESTRUTURA TETRÁRQUICA

Para se procurar compreender quais poderão ter sido as razões que teriam levado Constantino a ter tomado a decisão de implementar uma tão radical transformação no paradigma defensivo do Império, dever-se-á percorrer os mais importantes acontecimentos políticos e militares em que este se viu envolvido. Eles formam no seu conjunto um quadro complexo e bem demonstrativo das fragilidades de carácter e lisura relacional da natureza humana, onde os seus protagonistas estavam dispostos a deitar mão de todos os recursos que pudessem satisfazer a sua ambição pessoal.

Constantino, que não foi um mero espetador nem se eximiu a aprender a jogar este perigoso xadrez político, teria verificado no comportamento de homens como Maximiano[2746], Galério[2747], Maxêncio[2748], Maximino Daia[2749], o pouco estatuto que tinham o conceito de compromisso de lealdade, bem como a facilidade com que tais homens conseguiam lidar com a felonia, o perjúrio, a vingança, tudo legitimado no quadro da sua mais pura ambição pelo poder.

Imagem 114 - Antoniniano de Maximiano com busto radiado no anverso, e os patronos de Diocleciano e Maximiano frente a frente no reverso, sob a inscrição IOV ET HERCU CONSER AUGG - "A Júpiter e Hércules, Protetores dos Augustos" (Antioquia, 286-93). [in ODAHL, 2004, p. 37].

[2746] Marco Aurélio Valério Maximiano Hérculio (*Marcus Aurelius Valerius Maximianus Herculius*), c. 250 – c. julho de 310. Principado 286 – 305, deteve o título de César (*Caesar*) de 285 a 286, e de Augusto (*Augustus*) de 286 a 305, título que compartilhou com seu coimperador e superior, Diocleciano. RODRIGUES, 2009, p. 258; HEBBLEWHITE, 2017, p. XII.

[2747] Galério: Sérdica, c. 258 - Sérdica, maio de 311. Principado: detendo o título de César de 293 a 305, enquanto Augusto, de 1 de maio de 305 a maio de 311. RODRIGUES, 2009, p. 258; HEBBLEWHITE, 2017, p. XII.

[2748] Maxêncio (*Marcus Aurelius Valerius Maxentius Augustus*), c. 278 - Roma, 28 de outubro de 312. Principado (usurpador): 306 – 312. HEBBLEWHITE, 2017, p. XII.

[2749] Valério Galério Maximino, c. 20 de novembro de 270 - julho ou agosto de 313, frequentemente chamado de Maximino Daia. Principado: enquanto César entre 305 e 311, com o título de Augusto 311 a 313. RODRIGUES, 2009, p. 258; HEBBLEWHITE, 2017, p. XII.

Foi a este rol de fragilidades do espírito humano que Constantino pôde assistir desde que procurou assegurar o seu lugar na estrutura governativa do Império, tendo rapidamente compreendido que teria que aprender como desferir essas jogadas fatais e também que as utilizar se quisesse sobreviver no cruel xadrez político do Baixo-Império.

Após a abdicação de Diocleciano e Maximiano do título maior tetrárquico de Augustos[2750], em 1 de maio de 305[2751], Galério e Constâncio Cloro subiram de imediato, do seu estatuto de Césares, aos dois principais cargos então vacantes, como estava pré-estabelecido na ordem sucessória da tetrarquia.

Diocleciano, que rapidamente decidiu afastar-se da governação imperial, retirou-se para o seu palácio de Nicomédia[2752], na costa da Dalmácia, mas terá levado consigo Constantino que era o filho mais velho de Constâncio Cloro[2753], possivelmente como mais uma garantia de que se manteriam os princípios sucessórios filiais da tetrarquia que preconizava que estes deveriam ser transmitidos por adoção, mas não por consanguinidade[2754].

Nesta sequência teriam sido igualmente elevados ao estatuto vacante de Césares dois novos elementos, com Severo II no Ocidente e Maximino Daia para Oriente[2755] e com os quais não havia propriamente ligações consanguíneas, embora este último pudesse ser possivelmente sobrinho de Galério.

Embora Constantino, coagido a manter-se na esfera oriental, exercesse cargos militares e tivesse mesmo a oportunidade de colaborar nas campanhas de Galério e Diocleciano, quer

---

[2750] Maximiano só abdicou do seu título de Augusto devido à forte coação de Diocleciano que sempre tinha exercido um enorme ascendente sobre toda a estrutura tetrárquica. Isto devia-se ao facto de que fora ele próprio a tomar a iniciativa de dividir o poder absoluto que concentrara nas suas mãos após a Batalha do rio Margo contra Carino, que aliás só viria a concretizar-se em 285 (CAMERON; BOWMAN; GARNSEY, 2005, p. 781; GONZÁLEZ, 2005, p. 461.) sendo assim este o ano em que se poderá realmente afirmar que Diocleciano conseguiu segurar o cetro do poder absoluto.
Embora Maximiano tenha procurado resistir à argumentação diocleciana de que se fazia necessária a sua abdicação, este só contrafeito viria a ceder o seu título de Augusto ao seu César Constâncio Cloro no mesmo momento em que Diocleciano o fazia no seu César Galério. BARNES, 2014, pp. 46.
Diga-se mesmo, que o principal argumento de Diocleciano para justificar a necessidade de abdicação dos Augustos era considerar que o desgaste provocado pela governação fazia com que nenhum monarca se devesse manter no cargo imperial por mais de vinte anos. GIBBON, 1999, p. 437; CAMERON; BOWMAN; GARNSEY, 2005, pp. 87-89; LE BOHEC, 2006, p. 28.

[2751] CAMERON; BOWMAN; GARNSEY, 2005, p. 87

[2752] BARNES, 2014, p. 60.

[2753] BARNES, 2014, p. 53.

[2754] BARNES, 2014, p. 50; DE MAN, 2020b, p. 316.

[2755] Flávio Valério Severo, dito Severo II, integrou a tetrarquia na parte ocidental apenas num curto espaço de tempo que terá decorrido entre 25 de julho de 305 e abril de 307, mas Valério Galério Maximino, designado por Maximino Daia, reinou entre 305 e agosto de 313. RODRIGUES, 2009, p. 258; HEBBLEWHITE, 2017, p. XII.

contra os Sassânidas, quer contra os Sármatas[2756], a sua prolongada estadia seria possivelmente o resultado de uma encapotada pressão para que este não se encontrasse na esfera de influência direta do seu pai Constâncio Cloro[2757]. Este, que se encontrava a milhares de quilómetros da corte oriental, governava a distante província da Britânia, militarmente problemática pelas permanentes incursões dos aguerridos Pictos e Escotos que invadiam os territórios romanos descendo das Terras Altas a norte da ilha[2758].

Embora Constâncio Cloro, mesmo enquanto foi César, tenha sido respeitado pelos outros membros da tetrarquia, sobretudo pela sua indiscutível competência militar[2759], nem sempre este monarca cumpria rigorosamente as políticas que era suposto serem adotadas universalmente pelos quatro imperadores. Um dos casos mais flagrantes da tendência de Constâncio para adotar um comportamento independente dos decretos tetrárquicos estava bem expressa na tolerância que sempre tinha demonstrado para com os cristãos[2760], mesmo nos momentos em que os outros monarcas sobre eles exerciam violentas perseguições[2761].

No entanto, poder-se-á admitir que tendo Constantino vivido vários anos retido num ambiente de suspeição e pouco amistoso, este não tenha sido o primeiro choque psicoafectivo que contribuiu para a sua dificuldade de construir genuínas relações de confiança, como se vai poder aferir do seu futuro comportamento na esfera política e familiar[2762]. Constantino é um homem profundamente só, cada vez mais marcado pela dissimulação, fragilidade e inconstância dos comportamentos humanos que pôde ver em torno de si.

[2756] BARNES, 2014, pp. 52, 179-180.

[2757] Embora alguns autores, como Lactâncio e Eusébio de Cesareia, que sendo cristãos sempre se arvorariam defensores incondicionais do carácter de Constantino, tenham procurado difundir a ideia de que este seria quase um refém de honra, tal não parece ter sido propriamente a razão para a sua prolongada estadia no Oriente.
Segundo a problemática narrativa destes autores, Constantino ter-se-ia visto forçado a se manter afastado do pai para que Galério e Diocleciano o pudessem utilizar como uma garantia de poder controlar os possíveis desmandos governativos de Constâncio Cloro.
No entanto, um tão forte constrangimento não teria realmente existido, como nos mostra Timothy Barnes em *Constantine - Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire*, apesar de Constantino ter mais tarde procurado veicular a imagem de que teria sido tolhido na sua liberdade por ser ainda um adolescente, facto que não corresponde realmente à situação, pois este teria bem mais de vinte anos. Com isto é possível que Constantino pretendesse mais tarde eximir-se a ser conotado com a imagem muito negativa com que poderia vir a ficar ao pôr-se a hipótese de que poderia ter colaborado com Diocleciano e Galério nas brutais perseguições que realizaram contra os cristãos.

[2758] CHRISTOL; NONY, 2000, p. 261; DE MAN, 2020b, p. 317.

[2759] GIBBON, 1999, p. 436.

[2760] LE BOHEC, 2006, p. 29.

[2761] DE MAN, 2020b, pp. 318-319.

[2762] Nada nos assegura, no entanto, que a disposição de carácter de Constantino não possuísse ela própria já anteriormente limitações na construção de genuínos laços afetivos. Apenas se pretende salientar que uma tal experiência pode ter originado, ou apenas ajudado a consolidar, uma tal disposição relacional.

Isto levá-lo-á a procurar, após o grande esforço que teve de fazer para se conseguir impor, a criar mecanismos e novas estruturas que lhe pudessem assegurar a definitiva manutenção do poder, quer do ponto de vista militar, quer do ponto de vista político, passando até por uma manipuladora utilização da esfera da religião.

O filho de Constâncio Cloro viu-se assim coagido a ter de viver numa longínqua geografia, com indivíduos com os quais não tinha desenvolvido laços afetivos, sem poder contar com um contexto familiar, inserido numa corte onde era visto com desconfiança e alvo de uma vigilância que pretendia controlá-lo de modo a que não pretendesse partir para junto do pai, o que poderia fazer perigar a estabilidade do processo sucessório.

Em 305, logo após as abdicações dos Augustos, são elevados a esse cargo Constâncio Cloro e Galério, mas quer Maxêncio, o filho do antigo Augusto Maximiano, quer Constantino, o filho do novo Augusto Constâncio Cloro, não entrariam para a estrutura imperial tal como estava estabelecido. Constantino ver-se-ia assim excluído desta, apesar do reconhecimento sobre o empenho e coragem que teria demonstrado durante as campanhas de Galério, mas terá oficialmente sido elevado Valério Severo como César[2763].

É na sequência de um pedido de Constâncio Cloro para que o seu filho viesse para junto de si, que Constantino decide então abandonar a corte de Diocleciano[2764], apesar deste facto ter possivelmente incorrido na recriminação de Galério[2765]. Terá chegado a Eboraco (York) na província da Britânia ainda em 305, onde teve a oportunidade de lutar ao lado do seu pai nas duras campanhas no norte da ilha[2766].

O filho de Constâncio Cloro é, no entanto, rapidamente confrontado com um outro momento de grande tensão pessoal e política que o coloca num processo de rotura com a estrutura tetrárquica. Tendo o seu pai falecido de doença logo no ano seguinte à sua chegada,

---

[2763] BARNES, 2014, p. 60; DE MAN, 2020b, p. 318.

[2764] BARNES, 2014, p. 53.

[2765] Segundo alguns autores cristãos, como Lactâncio e Eusébio de Cesareia, que sempre tiveram a tendência de perspetivar os acontecimentos biográficos de Constantino como sendo o resultado da providencial vontade divina, este teria conseguido chegar são e salvo, após inúmeras peripécias, aos territórios da Britânia. Segundo aqueles, tal teria sido um milagre, atendendo a que teria havido uma clara oposição de Galério à partida de Constantino, tendo mesmo mandado fazer uma tentativa de o capturar durante o seu trajeto. É, no entanto, pouco provável que, não só Galério se tenha realmente oposto à vontade de Constantino, como tenha tentado impedi-lo de partir, pois estaria bem consciente que uma tal tentativa de obstrução geraria um problemático diferendo com Constâncio Cloro. GIBBON, 1999, p. 438.
Este já então, não só dominava com o título de Augusto todo o Ocidente, como seria um perigoso adversário, atendendo a que era bem conhecida a sua proverbial competência militar
A incondicional adesão de alguns autores à figura de Constantino fica-se a dever iminentemente a uma suposta conversão deste imperador ao cristianismo, mas sobretudo ao facto de ter promulgado o édito de tolerância, ou édito de Milão, em 313. Com este viria a liberdade de culto no Império, fazendo cessar todos os tipos de perseguição religiosa, nomeadamente as mais acirradas que eram realizadas contra os cristãos.

[2766] GIBBON, 1999, p. 438.

as suas tropas espontaneamente tê-lo-ão aclamado como Augusto[2767], certamente não só devido à sua presença, mas também à familiaridade decorrente de tê-las já comandado em campanha.

Todavia, Galério opõe-se frontalmente a esta nomeação[2768], afirmando que a atribuição dos cargos políticos dependia da vontade dos imperadores tetrárquicos e que não voltaria a ser, como fora no passado, realizada por esse tipo de emotivas aclamações das tropas.

Tornando o problema sucessório ainda mais complexo, surge também a reivindicação de Maxêncio[2769], que afirma ter direito a um cargo imperial, atendendo a que é filho do Augusto Maximiano. Neste caso, a sua legitimidade poder-se-ia considerar ainda mais patente do que a do próprio Constantino, visto que Maxêncio era filho do primeiro detentor do cargo de Augusto[2770], mas tal pretensão ver-se-ia também confrontada com a liminar recusa de Galério[2771].

É assim possível que Galério, com o peso político que conseguira angariar com a indiscutível atribuição do seu cargo de Augusto, quisesse, a partir de então, passar a decidir ele próprio a quem se deveriam atribuir as nomeações tetrárquicas. Tendo nomeado a seu belo talante novos protagonistas políticos como Severo II para Augusto no Ocidente[2772] e Maximino Daia para César no Oriente[2773], Galério poderia sempre alegar em sua defesa que apenas o fazia em nome da manutenção dos critérios sucessórios consagrados, mas encapotadamente fá-lo-ia como uma forma de consolidar o seu poder, visto que estes teriam sido por si nomeados e pertenciam claramente à sua esfera de influência.

Um quadro de enorme conflitualidade política e militar começava assim a desenhar-se e, entre confrontos, traições e fugas, Constantino acabaria por se encontrar no centro da luta política que a partir de então se viria a desenrolar.

2767 GIBBON, 1999, p. 439-440.

2768 GIBBON, 1999, p. 440.

2769 Preferimos neste trabalho utilizar a tradução para português do substantivo Maxêncio, atendendo ao seu nome latino de *Marcus Aurelius Valerius Maxentius Augustus*, embora o nome do filho de Maximiano surja muitas vezes traduzido também como Magêncio.

2770 Podemos aferir neste contexto a extraordinária força de reclamação de direitos sobre a herança paterna que tinham adquirido os laços filiais, nomeadamente na legítima passagem geracional de bens ou poder, respaldada na interpretação social do senso comum. Apesar de Diocleciano ter pretendido definir um outro critério sucessório, tendo por base avaliações de carácter meritocrático, a força expressa pelos laços consanguíneos, nomeadamente quando decorrem em linhagem agnática possuem uma tão forte vinculação de legitimidade atavicamente reconhecida que se torna particularmente difícil de contrariar. É assim que Constantino e Maxêncio, apesar de formalmente se encontrarem excluídos da sucessão, puderam reclamar, com uma tal efetividade, o terem direitos a integrarem os quadros governativos da tetrarquia.

2771 BARNES, 2014, p. 68.

2772 DE MAN, 2020b, p. 318.

2773 DE MAN, 2020b, p. 318.

14.2. O Complexo Xadrez da Luta pelo Poder

Para uma compreensão do complexo xadrez político que viria a permitir a futura ascensão de Constantino ao poder absoluto dever-se-á fazer uma análise dos mais importantes factos políticos e militares que colocariam em confronto, a partir de 306, todos os protagonistas imperiais e que resultaram da dissolução da estrutura tetrárquica.

O contexto das hostilidades diretas começa com o desafio de Maxêncio, que se autointitula príncipe em 28 de outubro de 306, título que curiosamente era inexistente dentro da estrutura tetrárquica[2774].

Maxêncio instala-se em Roma que, não só era já por si mesma uma poderosa posição estratégica, e convida o seu pai Maximiano a juntar-se a ele para conjuntamente governarem a Península Itálica[2775]. Maximiano, que se tinha visto constrangido a uma abdicação forçada, tornar-se-ia um homem obcecado por voltar ao protagonismo político e viu no convite do filho a única forma de ter condições de o fazer.

Maxêncio, que possivelmente teria consciência de não ser um grande comandante militar, conseguiu assim, com o auxílio das muralhas de Roma e a ajuda paterna, derrotar duas fortes tentativas de o depor que tiveram lugar logo no ano seguinte.

A Roma de Maxêncio veria uma primeira invasão liderada por Severo II, que tinha já sido oficialmente designado como Augusto do Ocidente e a quem Galério ordena que se aposse rapidamente dos seus territórios, devendo assim vir derrubar o usurpador[2776]. Severo, querendo cumprir as suas obrigações como novo Augusto e agradar a Galério, sai precipitadamente de Milão à frente de um forte exército, mas sem sequer considerar quais poderiam ser as funestas consequências que poderiam decorrer do facto de que uma parte substancial dos seus homens ter pertencido às tropas nos gloriosos anos da liderança de Maximiano, a quem estes tinham jurado lealdade. Em consequência, quando chegou a Roma e a sitiou, foi confrontado com o grave problema dos seus soldados, que não querendo lutar contra o seu antigo comandante, começaram massivamente a desertar, quer fugindo, quer indo mesmo engrossar as hostes adversárias[2777]. Percebendo que não teria condições de enfrentar este desafio, Severo retira-se com as poucas tropas que se lhe mantiveram fiéis e

[2774] Maxêncio autoatribui-se assim um título que não está consagrado na estrutura tetrárquica, afirmando deste modo o seu não reconhecimento pessoal desta e impondo-se com o regresso aos cargos clássicos da governação imperial romana como *princeps*. BARNES, 2014, p. 67.
[2775] BARNES, 2014, p. 68.
[2776] BARNES, 2014, p. 68.
[2777] BARNES, 2014, p. 68.

debandou desordenadamente em direção ao Adriático, conseguindo chegar a cidade de Ravena[2778]. Esta era bem conhecida como sendo um refúgio quase inexpugnável devido, não só às suas muralhas, mas sobretudo à inacessibilidade proporcionada pelos acidentes do relevo e terrenos pantanosos que a envolviam[2779].

Perseguido por Maximiano, que sabia da dificuldade de entrar em Ravena, Severo foi engenhosamente aliciado a render-se sem luta com a promessa de que não seria preso e que a sua vida seria poupada[2780]. Contudo este viria a ser apenas o primeiro momento em que a sede de poder iria consentir na realização de enganos e traições constantemente protagonizadas pelos monarcas romanos do Baixo-Império. Poder-se-ia mesmo dizer que a palavra de honra ou os juramentos destes monarcas deixariam progressivamente de ter qualquer valor, impossibilitando que se estabelecesse laços de confiança entre as esferas mais altas do poder, onde a única lei se tinha tornado o vencer a qualquer preço. Depois das negociações, Severo aceita render-se, mas é imediatamente preso ao arrepio da promessa de Maximiano, e em setembro, quando Galério invadiu a Itália, terá sido mandado matar[2781], embora não se saiba quem possa ter sido o verdadeiro autor da ordem de execução.

Por outro lado, logo em 305, ante as abdicações dos Augustos, Galério adquire uma clara primazia nas decisões políticas da tetrarquia e, a seu talante, adota Maximino Daia como seu César no Oriente[2782]. Este era um oficial determinado e competente que possivelmente seria seu sobrinho, tendo ficado imediatamente com a responsabilidade de governar as províncias da Síria, da Palestina e do Egito[2783].

Após o falhanço de Severo, uma segunda tentativa de derrubar os usurpadores em Roma iria ser realizada pelo próprio Galério que, no entanto, também se veria confrontado com o mesmo problema, registando o seu exército um grande número de deserções em favor de Maximiano[2784].

Roma era a maior cidade conhecida, protegida com a alta e robusta muralha aureliana[2785] de mais de 19 quilómetros de extensão e impor-lhe um cerco era uma manobra militar quase impossível, muito dispendiosa, logisticamente complexa e que requeria um

---

[2778] BARNES, 2014, p. 68.
[2779] LENSKI, 2007a, p. 63.
[2780] BARNES, 2014, p. 68.
[2781] Tanto Lactâncio quanto Zósimo afirmam que Severo foi autorizado a cometer suicídio cortando as veias ou executado imediatamente. Na verdade, Maximiano levou-o para Roma como refém e ele foi morto mais tarde, quando Galério invadiu a Itália, provavelmente em 15 de setembro de 307. LACT. *Mort.* 26.4–11; ZOS. 2.10.1–2; BARNES, 2014, p. 69.
[2782] BARNES, 2014, p. 66.
[2783] GIBBON, 1999, pp. 446, 448.
[2784] BARNES, 2014, p. 69.
[2785] CARCOPINO, 1970, pp. 28-29; WATSON 1999, pp. 145-146. Ver subcapítulo 10.5.4.

grande número de efetivos. Fazê-la capitular pela fome era uma operação inviável pelo tempo que seria necessário, pois a cidade possuía reservas de suprimentos que lhe permitiriam resistir durante muito tempo.

Além disso, Galério sabia ainda que Maxêncio contava com a fidelidade de outros contingentes militares espalhados pela Itália que, não só lhe poderiam ameaçar as linhas de abastecimento, como também vir a atacá-lo pela retaguarda a qualquer momento. Galério ver-se-ia assim sem condições de realizar o seu intento e teve de abandonar Roma, retornando para Oriente, tão agastado com o seu desaire que foi ao longo do seu trajeto, devastando os próprios territórios romanos por onde passava[2786].

Galério, logo em 308, tenta reequilibrar a tetrarquia convocando uma conferência em Carnunto (*Carnuntum*) na província da Panónia Primeira (Áustria, Hungria, Sérvia, Croácia, Eslovénia)[2787], procurando reconstituir uma estrutura com quatro imperadores, sendo estrategicamente por ele convocados Diocleciano, Maximiano e Licínio[2788]. O principal objetivo declarado para a convocação da Conferência de Carnunto era resolver oficialmente a disputa pelo título ainda vacante de Augusto do Ocidente e, por conseguinte, terminar com as tensões e os conflitos que se verificavam desde o ano anterior. Licínio, que era um seu antigo general, teria sido cooptado para substituir o falecido Severo II como Augusto do Ocidente, insistindo em recusar este título a Constantino e demonstrando a sua intenção de manter bem patente a sua influência na definição da orgânica política do poder[2789].

Segundo o que foi deliberado neste encontro, Maximiano ver-se-ia então definitivamente destituído da sua posição imperial de Augusto, o que o deixaria, não só profundamente agastado, como possivelmente com a sensação de que teria sido enganado por Galério, visto ter sido convocado tendo apenas como intenção subliminar uma forma de conseguir o seu definitivo afastamento[2790]. Se não fosse para retomar a posse do seu cargo de Augusto, que sentido fazia ter sido chamado a Carnunto, atendendo a que há mais de três anos que tinha sido forçado por Diocleciano a abdicar, sendo este o único homem que detinha legitimidade para o fazer?

[2786] BARNES, 2014, pp. 69-70.

[2787] Em 11 de novembro de 308. BARNES, 2014, p. 70.

[2788] A extemporânea entrada de Licínio neste contexto reforça a ideia recorrente de que Galério pretende instalar como monarcas, homens que estejam na sua esfera de influência e sobre os quais ele possa exercer um claro ascendente, tal como aliás já anteriormente tinha acontecido com a elevação de Maximino Daia a César. Galério pretendia assim numa possível segunda geração de Augustos exercer o mesmo papel determinante que Diocleciano tinha aquando da formação do primeiro Dominato.

[2789] BARNES, 2014, p. 70.

[2790] BARNES, 2014, p. 70.

Galério tinha sido o grande beneficiado com as abdicações dos primevos Augustos e todos os novos protagonistas do Dominato[2791], como Severo II[2792], Maximino Daia ou Licínio[2793], eram já peças da sua engrenagem política.

Tendo Maximiano consciência do peso que ainda teria na estrutura do exército romano, como aliás teria ficado bem patente nas frustradas tentativas de invasão a Roma de Severo e do próprio Galério, este tomaria então uma posição de força, voltando para a capital e esperando urdir outras condições políticas que lhe viessem a permitir ascender novamente ao poder[2794].

Em 308, após a consagração de Licínio como Augusto do Ocidente em Carnunto (*Carnuntum*), Maximino Daia e Constantino ficariam à espera da definição de quais seriam os seus papéis na nova estrutura imperial. Sem saber como poderia resolver as ambições destes últimos, nomeadamente ao não querer deixar que fossem elevados aos cargos tetrárquicos, Galério inventa novos títulos, mas cuja indefinição se tornara para todos bem patente, não tendo estes qualquer reconhecimento oficial ou atribuição prática, declarando-os como "filhos dos Augustos" (*filii Augustorum*)[2795].

Com exceção do próprio Galério, as decisões tomadas em Carnunto não viriam a agradar a nenhum dos outros intervenientes políticos, pois ao mesmo tempo que Constantino reclamava da sua despromoção, Maxêncio era confirmado como usurpador, Maximiano era retirado definitivamente do cargo de Augusto e Maximino Daia, que não participou da conferência, passou a exigir a sua promoção[2796].

[2791] A estrutura imperial tetrárquica criada por Diocleciano é também frequentemente designada por Dominato (palavra com origem em *dominus*, senhor). GOLDSWORTHY, 2010a, p. 545.

[2792] Flávio Valério Severo (*Flavius Valerius Severus Augustus*), também conhecido como Severo II, ?-setembro de 307. Foi César no Ocidente de 1 de maio de 305 a 306 e depois Augusto do Ocidente de 306 até sua deposição e assassinato em 307. CORCORAN, 2007, p. 54; LENSKI, 2007a, pp. 60, 62-63; FRAKES, 2007, p. 92; LENSKI, 2007, pp. 401-402; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 534.

[2793] Valério Liciniano Licínio, c. 265-325. Principado: 11 de novembro de 308 a 19 de setembro de 324. BLECKMANN, 2007, p. 29; LENSKI, 2007a, pp. 65, 75-77; FRAKES, 2007, p. 94; LENSKI, 2007, p. 403; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 534.

[2794] Seria mesmo de admitir que Maximiano pudesse começar a suspeitar que Galério tivesse aconselhado Diocleciano a abdicar, pois no fundo ele viria a ser o único grande beneficiado. Galério, com o seu papel de filho adotivo, genro, companheiro fiel de múltiplas campanhas e de frequentador permanente da corte de Diocleciano, estaria numa posição particularmente bem colocada para ter paulatinamente aliciado Diocleciano a afastar-se da governação com o pretexto de que este poderia assim dedicar-se a outras tarefas mais gratificantes que não fossem a dura governação do império. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 226; BARNES, 2014, p. 59.

A resignação de Diocleciano acarretou, por inerência, a destituição do próprio Maximiano, possivelmente como consequência da visão rotativa que o primeiro tinha do que deveria ser o sistema tetrárquico: quatro monarcas, com o poder concentrado nas mãos de dois Augustos, que seriam substituídos pelos seus Césares e que, por sua vez, fariam elevar os seus respetivos homens de confiança aos cargos vacantes.

[2795] ODAHL, 2004, p. 78; BARNES, 2014, p. 70.

[2796] É possível que Maximino Daia se tenha começado a autointitular abusivamente como Augusto após a sua bem-sucedida campanha contra os Sassânidas em 310. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 534.

Constantino encontrava-se, a partir de então, isolado num problemático xadrez, estando consciente da hostilidade dos seus superiores hierárquicos, pois Galério preferiria, sem dúvida, apoiar os seus homens de confiança e Maximiano quereria retomar o seu título de Augusto, pretendendo certamente apoiar também as pretensões ao poder por parte do seu filho Maxêncio. Saliente-se o efeito avassalador que poderia ter tido um tal quadro político na estrutura psicoafectiva de Constantino, compreendendo que todos os monarcas se encontravam então numa luta de morte pelo poder e que os que se encontravam já estabelecidos, bem como os que viessem a ser eleitos, seriam a partir de então seus potenciais rivais.

Licínio, que assumira então com o título de Augusto do Ocidente, teria ficado deste modo implicitamente onerado com o encargo de enfrentar a usurpação de Maxêncio, mas nada fez nesse sentido, limitando-se militarmente a debelar algumas invasões germânicas nos seus territórios[2797].

Em abril de 308, Maximiano, que estava instalado em Roma junto do seu filho, impulsionado pela sua sede de poder, deu início ao que se poderia considerar como o quadro mais sórdido dos comportamentos humanos, em que este terá ultrapassado todos os limites da mera luta política, levando o conceito de traição às suas últimas consequências. Apesar de ter sido convidado pelo filho para se instalar em Roma e cogovernar com ele a província da Itália[2798], Maximiano decide urdir uma conjura em que pretende depor o seu próprio filho. Provavelmente no mês de abril, procura aproveitar uma oportunidade surgida na sequência de uma reunião de oficiais para tentar fazê-lo, mas para sua surpresa, as tropas presentes permaneceram fiéis a Maxêncio[2799], o que levaria a que não lhe restasse outra alternativa, depois de ter publicamente consumado um ato tão ignóbil, do que fugir, tendo pedido para se instalar na corte de Constantino em Augusta dos Tréveros (Triers)[2800].

Constantino recebeu-o, devendo ter tido, no seu papel de anfitrião, oportunidade de saber dos sórdidos detalhes desta conjura, bem como pôde mais uma vez avaliar o grau de opróbrio e traição a que poderia chegar um homem quando está obnubilado pela sua ânsia de poder. Para fortalecer os laços entre os dois, Maximiano viria mesmo a propor ao seu anfitrião, em 307, que se tornasse seu genro, tendo Constantino vindo assim a contrair matrimónio com Fausta, a filha daquele, que era então uma criança de apenas sete anos[2801].

[2797] BARNES, 2014, p. 71.
[2798] ODAHL, 2004, pp. 74-75; BARNES, 2014, p. 68.
[2799] BARNES, 2014, p. 70.
[2800] ODAHL, 2004, p.75; BARNES, 2014, p. 70.
[2801] BARNES, 2014, p. 69.

Refira-se que entre os dois monarcas já existia formalmente uma ligação, pois Constantino era então seu neto por adoção, em consequência de ser filho de Constâncio Cloro que, no anterior quadro dos primeiros Augustos, tinha sido adotado por Maximiano[2802].

É bem possível que Constantino, ciente dos desmandos de Maximiano, tenha compreendido a fragilidade de todos os laços humanos e que ninguém estava verdadeiramente imune ao fascínio que o poder exerce, o que bem poderia ter contribuído para exacerbar a sua possível tendência pistantrofóbica[2803].

Constantino decide então intervir de forma mais ativa no perigoso jogo do poder e, recusando aceitar a despromoção forçada por Galério, voltou a autointitular-se Augusto, o que ficou bem patente nas moedas que mandaria cunhar já em 310. A partir de então entraria cada vez mais em rotura com os preceitos sucessórios, embora continuasse a ser classificado pelos outros monarcas como um mero César.

A dissolução da estrutura do Dominato prosseguiria após Maximino Daia contestar também a sua não elevação a Augusto, do qual se considerava o legítimo herdeiro, pois Galério, sem ter dado uma explicação para o sucedido, concedera inesperadamente o cargo de Augusto a Licínio. Aquele, sem modo de resolver tais sucessivos atropelos à pré-estabelecida lógica sucessória, ofereceria como contrapartida conceder-lhe o título, extensível também a Constantino, "de filho dos Augustos" (*filii Augustorum*), tal como acima referido. No entanto, todos tinham a noção que este título não correspondia a um cargo reconhecido dentro da estrutura da tetrarquia, tendo assim sido prontamente recusado por ambos.

[2802] BARNES, 2014, p. 69. No início da estrutura tetrárquica e com a pretensão de fomentar uma maior união entre os monarcas, Diocleciano preconizou que os Augustos adotassem os Césares como seus filhos, tendo ele estabelecido laços filiais com Galério e levando a que Maximiano também o fizesse com Constâncio Cloro. ODAHL, 2004, pp. 36, 39-41.

[2803] A pistantrofobia é um transtorno psíquico que se caracteriza por um medo crônico de confiar nos outros devido a ter vivenciado um conjunto de experiências traumáticas de engano ou traição. O indivíduo que sofre desta fobia experimenta um sentimento permanente de que o outro virá inevitavelmente a dececioná-lo ou traí-lo, o que gera uma desconfiança crónica perante a possibilidade de estabelecer uma genuína aproximação relacional.
O sujeito fóbico sente receio de que tais situações traumáticas do passado se possam repetir e cria mecanismos inconscientes de autodefesa que impedem o estabelecimento de relações de proximidade que possam permitir o ter de reviver tão dolorosas experiências.
A pistantrofobia tende a agravar-se quando o sentimento de suspeita sobre o comportamento alheio toma proporções incontroláveis, gerando uma resposta inconsciente de desconfiança sistemática sobre todos os atos alheios, convencendo-se o sujeito, cada vez mais, que será apenas uma questão de tempo até que volte a ser traído e se desaponte novamente.
Embora não se possa determinar uma causa determinante ou idade específica para que um sujeito venha a desenvolver este tipo de fobia, a origem mais habitual deste tipo de "conflito intrapsíquico" radica muitas vezes em desapontamentos causados pela quebra de fortes laços emocionais e que a partir de então impedem a formação da linha divisória de afirmação pessoal que viabiliza o aparecimento de sentimentos de segurança. LINDBERG, 2020; MCNEIL; VIRZI, 2019.

A ambiguidade estatutária dentro do Dominato estava assim estabelecida, a tal ponto que seria o próprio Galério ainda em 310, procurando atenuar a desordem destes processos, a começar a tratá-los pelo título de Augustos[2804].

Nesta fase e dando mais uma vez sequência à sordidez dos seus atos, Maximiano tenta uma conjura palaciana contra Constantino para o depor e apoderar-se do seu título de Augusto, enquanto este se encontrava ausente de Tréveros (Triers) liderando uma campanha no Reno[2805]. Não tendo conseguido apoios suficientes, nem sequer podendo contar com o apoio da sua própria filha Fausta, Maximiano vê-se então de novo forçado a fugir[2806], mas Constantino, exasperado com esta inqualificável traição, manda persegui-lo, vindo este a ser capturado em Massília (Marselha). Atingido então pela brutal traição do sogro, Constantino decide agir com veemência e força-o a cometer suicídio[2807].

Procura então iniciar negociações com Maxêncio de modo a que viesse a ser reconhecido pelo cunhado como Augusto do Ocidente e, portanto, seu superior hierárquico, mas tais tentativas revelam-se infrutíferas, tomando Constantino consciência que teria mesmo que o derrotar militarmente para se poder impor[2808].

Procura conseguir uma rápida capitulação do cunhado apoiando uma tentativa de usurpação contra Maxêncio protagonizada por Lúcio Domício Alexandre, oficial que controlando as províncias africanas, poderia cortar o tão essencial fornecimento de trigo a Roma. Se a província do Egito assegurava as necessidades de grãos na capital do império em cerca de um terço, era a produção proveniente das outras províncias do norte africano que garantia o abastecimento do restante cereal. Alguns meses depois, Constantino compreendeu que uma tal tentativa de fazer capitular Maxêncio estrangulando o fornecimento de trigo não conseguiria obter resultados práticos, vendo-se então forçado ao difícil desafio de ter de avançar pelas armas[2809].

Sabia que esta campanha seria muito exigente, pois o potencial bélico do seu adversário era notoriamente superior ao seu, quer em número de efetivos, quer pela postura defensiva que este poderia adotar, podendo em última instância defender-se escudado pela forte posição que eram as muralhas de Roma[2810]. Constantino que, numa fase inicial, possuía um exército que se encontrava em clara inferioridade numérica relativamente aos de

[2804] ODAHL, 2004, p. 78.
[2805] ODAHL, 2004, p. 76; BARNES, 2014, p. 72.
[2806] BARNES, 2014, pp. 72-74.
[2807] BARNES, 2014, pp. 72-73.
[2808] ODAHL, 2004, p. 76.
[2809] BARNES, 2014, p. 71
[2810] WATSON 1999, pp. 54, 205.

Maxêncio, teve a inteligência de compreender a importância que poderia vir a adquirir o apoio das tropas de origem germânica que nas suas províncias se vinham a alistar nos seus contingentes. Procurou assim estimular o recrutamento de grande número de guerreiros estrangeiros que se vinham apresentar ao seu exército, quer voluntariamente, quer nos termos de diversos tratados de paz que ia assinando[2811]. A extrema lealdade sob juramento que sempre fora uma das marcas comportamentais características dos guerreiros germânicos e que lhes era infundida culturalmente desde a mais tenra idade[2812], era um aspeto essencial para Constantino para que pudesse fazer frente aos desafios que se seguiriam.

Estes dever-se-iam tornar uma referência de estabilidade que garantiria um apoio incondicional às pretensões de Constantino, tendo este já podido contar, desde a morte do seu pai, com o importante auxílio do próprio rei alamano Croco II e dos seus homens[2813], que desempenhariam um papel decisivo na sua aclamação como Augusto.

É possível que este tipo de lealdade tenha exercido um forte impacto psicomotivacional em Constantino pois, numa época onde a pulverização do poder causada pela existência oficial de diferentes monarcas romanos em simultâneo, teria levado a uma indeterminação do que deveria ser o reconhecimento da autoridade legítima.

Os fortes laços de fidelidade que eram característicos aos comitatos[2814] dos líderes germânicos, poder-se-iam tornar para os confusos soldados romanos, uma importante referência de obediência, pois nunca antes se tornara tão ambígua a legalidade da autoridade imperial, atendendo a que no passado tais episódios ocorriam entre um imperador consagrado e um qualquer usurpador. A estrutura tetrárquica tinha trazido um novo contexto de autoridade legítima, uma simultaneidade de imperadores que detinham uma chancela oficial, mas que agora ao invés de colaborarem na governação, se digladiavam entre si. Será, pois, de admitir que Constantino acalentasse a esperança que o exemplo de incondicional submissão do comitato germânico ao seu chefe passasse por osmose para todo o seu exército de forma a que este se mantivesse coeso e lhe proporcionasse condições e o auxílio de que tinha consciência de vir a precisar para se impor.

2811 BARNES, 2014, p. 71.

2812 MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 10-14.

2813 GIBBON, 1999, p. 438.

2814 MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 5-7, 11-14.
A expressão "comitato" (*comitatus*) foi descrita pelo historiador romano Tácito, no seu tratado *Germania* (98 d.C.), como a relação entre um guerreiro germânico e o seu senhor. TAC. *G.* 1.14:

> «[…] And indeed it means lifelong infamy and shame to leave a battle alive when one's chief has fallen. […]»

É bem possível que este tivesse compreendido as funestas consequências que decorreriam de situações de falta de coesão que se tinham verificado recentemente no exército romano, sabendo dos malogrados exemplos das graves deserções sofridas, quer por Severo II, quer por Galério, aquando das suas investidas sobre a Roma de Maxêncio. Era, pois, necessário conseguir um modo de reorientar de forma generalizada o sentido de legítima autoridade imperial dentro do seu exército para que ele, enquanto monarca e comandante pudesse voltar a confiar plenamente nas suas tropas. Os fortes laços que se estabeleciam no âmbito do comitato germânico deveriam surgir como um magnífico exemplo para cada um dos soldados romanos de como se deveria reconstruir uma relação de plena obediência e confiança para com o imperador, sendo isto naturalmente centrado na legitimidade pessoal que era reclamada pelo próprio Constantino.

Uma tal conceção viria a ter profundas repercussões no paradigma estratégico que orientaria o plano global de todo o exército romano empreendido por Constantino, resultando na prática na formação de enormes comitatos, leais corpos de elite que Constantino extensivamente designaria por comitatenses.

14.3. A Nova Orgânica Religiosa do Baixo-Império

Em 311, ano em que se deu o falecimento de Galério, iriam ficar no tabuleiro do xadrez político do Baixo-Império quatro peças cuja extrema ambição iria inevitavelmente fazer com que entrassem em rota de colisão.

É assim que Constantino, Maxêncio, Maximino Daia e Licínio se viriam a digladiar aos pares, numa espécie de duplo xeque-mate, com os dois primeiros numa sucessão de

consecutivos confrontos durante o ano de 312[2815], enquanto os dois últimos se enfrentariam numa única batalha fulminante em 313[2816].

Constantino, que se encontrava na Gália e pretendia dominar o ocidente romano, teria, para o conseguir, que eliminar Maxêncio, que não só possuía consideráveis contingentes de tropas no norte de Itália, como se mantinha entrincheirado na forte posição estratégica que era a cidade de Roma[2817].

Imagem 115 - Ícone ortodoxo estilizado representando Constantino e os bispos no Concílio de Nicéia debatendo teologia enquanto o herege Ário se encolhe sob eles [in ODAHL, 2004, p. 176].

O filho de Constâncio Cloro ver-se-ia, pois, forçado a iniciar uma dura campanha militar que, graças à sua tenacidade e competência militar, a que se poderiam juntar os canhestros erros táticos cometidos por Maxêncio e os seus oficiais, o guindariam a uma vitória retumbante.

No entanto, com a ascensão de Constantino, levantar-se-á uma nova problemática de perfil religioso que trará definitivamente para a ribalta do poder a influência do cristianismo, embora se deva entender este ainda num sentido lato e não como virá a acontecer depois do Concílio de Nicéia em 325[2818], em que se passariam a opor definitivamente a ortodoxia católica e outras fações que, a partir de então, seriam consideradas como heresias[2819].

[2815] Os principais confrontos foram:
Batalha de Segúsio hoje Susa, Itália na primavera de 312, GONZÁLEZ, 2005, (*SEGVSIO*), p. 574; BARNES, 2014, p. 81;
Batalha de Torino (Turim, Itália) na primavera de 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*AVGVSTA TAVRINORVM*" II), pp. 77-78; BARNES, 2014, p. 81;
Batalha de Brescia, Itália em 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*BRIXIA*"), p. 101; LE BOHEC, 2006, pp. 30-31.
Batalha de Verona, Itália no verão de 312, GONZÁLEZ, 2005, (*VERONA* III), p. 640; BARNES, 2014, p. 81;
Batalha de Aquileia, Itália no final do verão de 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*AQVILEA* IV"), p. 53; BARNES, 2014, p. 81;
culminando com a Batalha da Ponte Mílvia em 28 de outubro de 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*MILVIVS* IV" *pons*) pp. 473-474; BARNES, 2014, pp. 80, 82-83.

[2816] Batalha de Tzíralo, planície a sul do rio Ergene, perto de Çorlu, Turquia, em 30 de abril de 313. GONZÁLEZ, 2005, ("*ERGENVS*" *campus*), p. 189.

[2817] LE BOHEC, 2006, p. 30; BARNES, 2014, pp. 81.

[2818] DE MAN, 2020b, p. 321; DIAS, 2020, pp. 342, 351.

[2819] Embora não se possa falar de uma unidade teológica e cultual do cristianismo antes de Nicéia, disseminado por tão longínquas comunidades romanas e tão diferentes povos germânicos, não existia até a este concílio uma tão marcada rejeição de outras conceções, nomeadamente rotulando-as de heréticas e como tal, levando a considerar que os seus prosélitos deveriam ser perseguidos e eliminados.

Embora a religião cristã viesse desde o século II a ser abraçada por um número crescente de indivíduos, tendo-se estendido até à generalidade das tribos germânicas e a adesão aos seus valores se ter tornado transversal a todas as camadas sociais[2820], a ela se opunham os crentes da religião politeísta romana, cuja verdade transcendente estaria há muito atestada pelo favorecimento dos deuses relativamente à dádiva que fora a construção do Império. Estes últimos opunham-se então de forma cada vez mais violenta à perigosa disseminação dos valores de carácter pacifista e igualitário que eram próprios da fé cristã[2821].

A apologia do cristianismo num novo tipo de fraternidade universal e na defesa da paz e igualdade de todos os indivíduos perante um único Deus criador, era particularmente problemática para a perspetiva belicista e elitista que sempre moldara o âmago da cultura romana.

Por outro lado, os cristãos, que acreditavam com uma fervorosa esperança, que um novo conceito de fraternidade viria a permitir estabelecer uma profunda reforma social e consequentemente uma mudança nas injustas estruturas do Império, tinham compreendido, com o inesperado Édito de Tolerância de Galério[2822], que poderiam almejar algum dia ser

---

Embora este processo tenha decorrido numa cronologia pouco posterior ao período em análise, deveremos salientar a propósito que esta magna reunião conciliar, em que se realizou esta marcada definição do que deveria ser considerado como heresia, teve consequências particularmente nefastas para a restruturação política e religiosa do Império. BARNES, 2014, pp. 120-126.

Esta separação foi a causadora de uma permanente conflitualidade entre as diferentes formas de cristianismo e que, no essencial, apenas se poderiam distinguir pela mera problematização de questões de âmbito teológico que não melindravam os seus valores essenciais.

O espírito de fraternal concórdia que era uma das marcas d'água do cristianismo deveria ter enquadrado tais diferenças teológicas num âmbito bem mais tolerante que pudesse evitar o confronto entre diferentes conceções teológicas do que era a essência divina e viabilizado uma muito mais amigável relação com outras perspetivas que viriam a ser rotuladas como correntes heréticas. Tal teria evitado a sistemática confrontação com a generalidade das tribos germânicas, que apesar de se terem convertido ao cristianismo, continuaram a ser encaradas pelas estruturas imperiais como se professassem formas pagãs de religiosidade. Estamos mesmo em crer que para a generalidade dos cidadãos do Império e para os membros das tribos germânicas, tais questões não só deveriam parecer pouco relevantes, como seriam mesmo incompreensíveis, nomeadamente quando sentiam que os aspetos fundamentais estavam assegurados pelos valores essenciais da sua religiosidade comum. Se por um lado, se pode considerar, nesta liminar atitude de rejeição, que lhe subjazia uma necessidade de consagrar a afirmação política da importância das estruturas do Império, por outro ter-se-á que admitir que um tal afastamento, ou porque não dizer mesmo forçada incompatibilidade, com as formas de cristianismo próprias das comunidades germânicas recém-convertidas ao arianismo, viria a causar permanentes problemas administrativos e militares por todo o Império.

Muitas das futuras convulsões que se viriam a registar com estes povos poderiam ter sido em grande medida mitigadas e um Império mais tolerante poderia ter contado com um apoio bem mais efetivo destes muitos milhares de indivíduos que, em muitos casos, já se encontravam estabelecidos dentro do Império com o estatuto de federados.

[2820] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 231.

[2821] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 232-233.

[2822] Este édito, também conhecido como Édito de Tolerância de Nicomédia, volta a ser referido no subcapítulo seguinte (14.4.). GOLDSWORTHY, 2010a, p. 233; BARNES, 2014, pp. 95, 179.

livres para glorificar o seu Deus e que não era uma inevitabilidade o terem de morrer na sua defesa.

Constantino irá tornar-se em 312 o paladino dessa mudança[2823], compreendendo que poderia ser importante para a sua causa política poder liderar um tão forte movimento motivacional sustentado pela força de uma tão genuína religiosidade, bem como teria a noção que assim poderia congregar de forma mais efetiva o esforço da generalidade dos inúmeros soldados germânicos cristãos que formavam boa parte do seu exército e que professavam o arianismo[2824].

Constantino, que ao longo dos últimos anos tinha podido observar os inúmeros desmandos morais e traições perpetradas pelos monarcas tetrárquicos com a intenção de obterem o poder, teria certamente compreendido que para vencer este desafio, apenas poderia confiar nas suas competências militares e que para o conseguir teria que estar respaldado por um exército de lealdade inquestionável.

O filho de Constâncio Cloro tinha certamente tido oportunidade de avaliar a forma quase inconsequente como muitos dos soldados romanos poderiam trair os seus comandantes, quer fugindo, quer até mesmo chegando a desertar para o inimigo no momento crítico em que se iniciava a batalha[2825].

A grande aposta na sua campanha viria a ser certamente a perceção de que sendo o seu exército formado por contingentes iminentemente oriundos do ocidente, onde o seu pai Constâncio Cloro não impusera as duras perseguições[2826], muitos dos seus homens poderiam ser já cristãos ou simpatizantes dos seus valores, enquanto que seguramente a generalidade dos seus auxiliares germânicos estariam já convertidos a esta fé.

Embora tivesse ficado bem patente que, cinco dias antes da sua morte, Galério queria ter posto um fim à perseguição dos cristãos no Oriente, a realidade é que a sua vontade não foi minimamente respeitada por Maximino Daia[2827], o seu sucessor. Este mandou quase de

---

[2823] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 231.

[2824] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 242.

[2825] Consultar subcapítulo 14.2., sobre tentativas de invadir Roma, onde se instalara o usurpador Maxêncio, quer por Severo II, quer por Galério, ambas em 307.

[2826] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 234.

[2827] EVSEB. CAES. *H.E.* 8.14.7-17. Eusébio de Cesareia relata alguns comportamentos de Maximino Daia, nomeadamente envolvendo violação e adultério, referindo a certa altura:

> «[…] É certo que, de todas as que foram violadas pelo tirano, somente uma, cristã e das mais distintas e ilustres de Alexandria, conseguiu com sua firmeza mais que varonil vencer a alma apaixonada e dissoluta de Maximino. Mesmo sendo muito célebre por sua riqueza, sua linhagem e sua educação, tudo preteria a sua castidade. […]» EVSEB. CAES. *H.E.* 8.14.15.

Por vezes esta narrativa levou a que se estabelecesse uma correspondência com a personagem de Santa Catarina de Alexandria. SIMON, 2016, p. 134, nota 25.

imediato encetar uma nova perseguição que foi feita com uma inusitada violência, nomeadamente nas províncias do Egito, da Palestina e depois em toda a Ásia Menor[2828].

É bem possível que Constantino, profundamente marcado por todos os acontecimentos políticos da tetrarquia, e que bem o poderiam ter tornado bastante descrente quanto à confiabilidade da natureza humana, tenha vindo a refletir sobre a mais-valia político-militar que poderiam formar o conjunto dos cristãos, que eram tão determinados na sua fé que muitos estavam dispostos a enfrentar qualquer sofrimento em sua defesa. O cristianismo constituía-se assim como a grande reserva moral na defesa de valores e consequentemente tornavam-se a melhor garantia de fidelidade.

Os cristãos detinham então o património moral mais robusto da sociedade romana, com valores que já não se encontravam por entre aqueles que eram os antigos prosélitos do politeísmo. Quem soubesse ir com boa vontade ao seu encontro, teria certamente condições de obter um retorno de lealdade insuperável e Constantino, que como o seu pai, tinha sido sempre bastante tolerante para com eles, era o único monarca bem posicionado para o conseguir.

14.4. A Aproximação Constantiniana aos Mistérios Cristãos

Uma problemática de fundo surge de imediato quando se pretende fazer uma avaliação da compatibilidade entre os valores de fraternidade universal e pacifismo defendidos pelo cristianismo e a lógica belicista e imperial que sempre caracterizaram a cultura romana. Esta radical oposição de princípios levaria à compreensão de que a disseminação da religião cristã conduziria à emaciação do orgulhoso espírito marcial que sempre fora apanágio do exército romano e em última instância colocaria a própria existência do Império em perigo.

Compreendendo esta incontornável dicotomia, desde os primeiros anos do seu Principado, Diocleciano procurou eliminar todas as formas de cristianismo da administração imperial, tentando rodear-se de funcionários que se declarassem abertamente hostis a esta religião e, sobretudo, tentou expurgá-la do âmago do exército, condenando à morte aqueles que a abraçassem[2829].

[2828] GIBBON, 1999, pp. 446, 448; CORCORAN, 2007, p. 52; LENSKI, 2007a, pp. 68, 72; EDWARDS, 2007, p. 143; BARNES, 2014, p. 67.
[2829] GOLDSWORTHY, 2010, p. 232.

No entanto, dever-se-á salientar ainda com mais proeminência a hipertrofiada senha persecutória de Galério, que no inverno de 302, foi ele próprio que tomou a iniciativa de propor que se desse início à generalizada perseguição e punição de todos os cristãos[2830].

Hesitante na execução de uma campanha de tal envergadura, Diocleciano, como bom pagão que era, decidiu consultar o vetusto oráculo de Apolo, tendo obtido uma profecia que terá sido favorável à posição de força do seu César[2831], iniciando-se em 24 de fevereiro de 303 aquela que é considerada a mais violenta perseguição alguma vez feita aos cristãos, tendo feito milhares de vítimas e a que resistiram corajosamente muitos dos futuros mártires[2832].

Os quatro tetrarcas, em exercício à data, Diocleciano, Maximiano, Galério e Constâncio Cloro, exararam uma série de éditos em que revogavam todos os direitos legais dos cristãos se estes não cumprissem as práticas religiosas tradicionais da religião romana, com especial ênfase na recusa do cumprimento do culto imperial[2833].

No entanto, a perseguição não viria a ter o mesmo grau de intensidade nas diversas províncias do Império[2834], pois embora se tivesse tornado muito violenta na parte oriental que se encontrava sob a administração direta de Galério e Diocleciano, viria a ser bem mais moderada nas províncias da Gália e Britânia que eram governadas por Constâncio Cloro[2835]. Este sempre fora muito mais tolerante com os cristãos, não só possivelmente por questões da sua disposição íntima, mas também porque a sua primeira mulher Helena, a mãe de Constantino, tê-lo-ia certamente influenciado nesse sentido, pois tudo indica que ela já teria abraçado os dogmas desta fé[2836].

Este aligeiramento no cumprimento das diretrizes de vários éditos era aliás uma das razões pelas quais surgira a desconfiança que Constâncio Cloro despertava nos outros monarcas, visto mitigar frequentemente a aplicação dos decretos coletivos do Dominato, chegando por vezes até a não proceder à sua execução[2837].

2830 DIGESER, 2011, p. 128. O correspondente decreto viria a ser exarado em 303.
2831 LEADBETTER, 2009, p. 132.
2832 GOLDSWORTHY, 2010, p. 232.
2833 DE MANN, 2020b, p. 319; DIGESER, 2011, pp. 129-131.
2834 Os quatro monarcas do Dominato tinham estabelecido que todos os éditos imperiais seriam exarados em nome coletivo e deveriam ser executados uniformemente em todas as províncias do Império.
2835 GOLDSWORTHY, 2010, p. 232.
2836 BARNES, 2014, pp. 42-45.
2837 DIAS, 2020, p. 343.
EVSEB. CAES. *HE.*8.13.12-14:

> «[…] 12 […] o imperador Constâncio, que em toda a sua vida havia tratado os seus súbditos com a maior suavidade e benevolência e à doutrina divina com a maior amizade.
> […] 13 Ele foi também o único dos nossos contemporâneos que durante todo o tempo do seu mandato portou-se de um modo digno do Império. No demais, mostrou-se para todos o mais

Tendo uma mãe cristã e um pai cuja tolerância a esta religião era tão patente, não seria de estranhar que Constantino tivesse desenvolvido uma relação muito mais próxima com os seus valores e mistérios e mesmo com as suas estruturas episcopais que já estavam consideravelmente afirmadas por todo o Império.

É assim que, o inesperado decreto de Galério, por vezes também designado como Édito de Tolerância de Nicomédia, exarado em abril de 311[2838], que punha oficialmente termo às brutais vagas de perseguição aos cristãos, deve ter reverberado profundamente na consciência de Constantino e levantado uma interrogação sobre qual seria o seu verdadeiro significado. Que mistério insondável teria levado um homem com o implacável perfil de Galério a sentir a necessidade de fazer exarar um tal édito cinco dias antes da sua morte? Que apelo teria sentido este monarca, que fora até então um dos mais ferozes perseguidores do cristianismo, a lançar assim um decreto que não só mostrava o quão errado poderia ter estado anteriormente, como inesperadamente o fazia pretender uma conciliação com esta nova religião? Consideramos mesmo que este imprevisível facto político deverá ter tido profundas consequências no íntimo de Constantino, tendo possivelmente contribuído para despertar a sua futura aproximação aos mistérios do cristianismo. Não pretendemos trazer à colação mais argumentos sobre a propalada questão em torno da genuína conversão do filho de Constâncio Cloro à fé cristã, atendendo a que o seu comportamento durante os anos seguintes terá sido bastante equívoco para que se possa fazer uma avaliação definitiva mas, no entanto, será de admitir que a viragem no posicionamento de Galério tenha contribuído para que Constantino possa ter refletido aturadamente sobre os mistérios divinos do cristianismo que seriam responsáveis por uma tão notória mudança de avaliação por parte

favorável e benfeitor, e não participou o mínimo da guerra contra nós […] Tampouco derrubou os edifícios das igrejas nem admitiu novidade alguma contra nós […]»

EVSEB. CAES. *VC.* 1.13-18 (carreira e caráter do pai de Constantino):

«[…] 13 When four men shared power in the Roman Empire, this man was the only one who adopted an independent policy and was on friendly terms with the God over all. They besieged and ravaged the churches of God and demolished them from top to bottom, removing the houses of prayer right to their foundations; he kept his hands clean of their sacrilegious impiety, and did not resemble them at all. They stained their provinces with civic massacres of Godfearing men and women; he kept his soul unstained with their defilement. […] While the others held the threat of very heavy taxation over all men and threatened them with a life unliveable and worse than death, Constantius alone provided sound and peaceable government, and supplied aid from his resources no less than a father would provide.

[…] 14 Since many stories about this Emperor were in circulation, that he was kind and good and extremely attached to what pleases God […]

16 […] Thereupon he declared those who had betrayed God not worthy of imperial service either: how could they keep faith with the Emperor if they were found to have no conscience about the Supreme? […]»

[2838] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 233; BARNES, 2014, pp. 95, 179. Referência a este édito pode ser encontrada no subcapítulo anterior (14.3.).

do falecido Augusto. Seria possível que a debilidade física do seu estado o tivesse posto em contacto com alguma dimensão transcendente ou lhe revelasse algum dos dogmas divinos?

Note-se que a decisiva batalha da Ponte Mílvia[2839], ocorrida em 28 de outubro de 312, apenas um ano e meio depois, é precisamente o momento em que Constantino se coloca publica e inequivocamente sob a proteção do Deus cristão, bem podendo isto ter sido consequência da sua reflexão sobre os inefáveis mistérios desta religião.

14.5. A Fulgurante Ascensão Militar de Constantino

No início da primavera de 312 iniciar-se-iam as hostilidades de Constantino contra Maxêncio, o que o forçaria a ter de enfrentar uma dura campanha, pois o exército deste último não só era bastante superior em número de efetivos, como se encontrava na posse de inúmeras cidades do norte da Itália. Estas teriam necessariamente que ser conquistadas para que não ficassem na sua retaguarda enquanto este se deslocasse para Roma.

Imagem 117 - A campanha italiana de Constantino, em 312. [in ODAHL, 2004, p. 85].

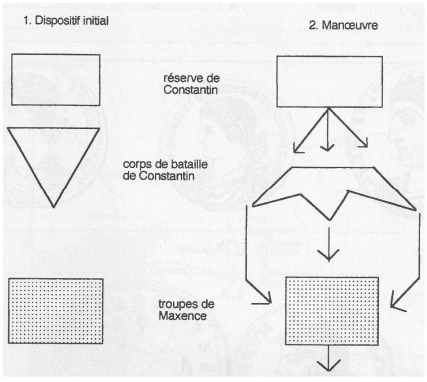


Imagem 116 - Batalha de Turim (*Augusta Taurinorum*), travada no ano de 312. Constantino I dispôs as suas tropas em cunha e criou uma reserva. A reserva acabou por se fundir com as tropas do corpo de batalha, repartindo os seus efetivos por três frentes e levando a que as tropas de Maxêncio, vendo-se cercadas, fugissem. [in LE BOHEC, 2006, p. III, fig. 5].

Sabendo que não poderia contar com o apoio do seu aliado Licínio, Constantino iniciaria o seu árduo périplo impondo um bem-sucedido cerco à fortaleza de Susa ou Segúsio (Piemonte)[2840], tendo pouco tempo depois conseguido uma retumbante vitória na batalha de Turim, também por vezes designada por batalha de Augusta dos Taurinos[2841], que ocorreu nas imediações desta cidade.

Constantino demonstrou logo nesta toda a sua mestria militar ao derrotar com uma tática inovadora, os

[2839] Batalha da Ponte Mílvia em 28 de outubro de 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*MILVIVS* IV" *pons*) pp. 473-474; BARNES, 2014, pp. 80, 82-83.

[2840] Batalha de Segúsio hoje Susa, Itália na primavera de 312, GONZÁLEZ, 2005, (*SEGVSIO*), p. 574; BARNES, 2014, p. 81.

[2841] Batalha de Torino (Turim, Itália) na primavera de 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*AVGVSTA TAVRINORVM*" II), pp. 77-78; BARNES, 2014, p. 81.

poderosos contingentes de cavalaria pesada do seu adversário. O exército de Maxêncio era aqui formado maioritariamente por linhas cerradas de clibanários e catafractários, mas Constantino ordenou à sua infantaria que avançasse numa formação em cunha, mas mantendo-se recuada relativamente às suas alas de cavalaria que mandou que progredissem no terreno e procurassem envolver o inimigo[2842]. Os contingentes de Maxêncio, que eram cavalaria ultrapesada, com cavaleiros e cavalos fortemente couraçados, eram pesados e lentos e não tiveram condições de contrariar o rápido movimento da cavalaria ligeira de Constantino, acabando por serem cercados[2843].

Demonstrando uma noção extraordinária das condições práticas do combate, e revelando o detalhado planeamento que fazia da especificidade tática de cada batalha, Constantino teria previamente mandado equipar a sua infantaria com fortes mocas rematadas com pontas de ferro cujos golpes se tornavam particularmente eficazes contra as couraças metálicas das tropas montadas adversárias[2844]. Este, no entanto, era um recurso inovador, pois este tipo de mocas não era uma arma usada habitualmente pelo exército romano, e que só a inteligência tática de Constantino entreviu que poderia ser o recurso ideal para derrotar a cavalaria ultrapesada, visto que permitia perfurar-lhes as placas protetoras.

Poder-se-ia mesmo considerar que a capacidade de antevisão que Constantino demonstrava ao realizar uma adequada análise prévia sobre as condições do combate que iria enfrentar são uma das marcas distintiva do perfil característico de um grande comandante. Nesta Batalha de Turim encontramos claramente manifesta esta sua capacidade, atendendo a que terá mandado munir a sua infantaria com tais armas, recurso tático especificamente pensado para este confronto contra a cavalaria ultrapesada de Maxêncio.

Saliente-se que estas mocas terão que ter feito parte de um plano tático detalhado, pois necessariamente tiveram de ser construídas com este intuito, atendendo a que não era uma arma que fizesse parte do equipamento normal do soldado romano. Levantamos mesmo a hipótese de que, após Constantino ter podido observar o sucesso obtido com tais armas contra a cavalaria, estas tenham sido transportadas e utilizadas nas batalhas seguintes desta

[2842] LE BOHEC, 2006, pp. 30, 36-37, 133.
[2843] LENSKI, 2007a, p. 64.
[2844] LE BOHEC, 2006, p. 31.

campanha[2845]. Tal recurso viria a ser particularmente adequado nas batalhas de Bréscia[2846] e mesmo na da Ponte Mílvia[2847], onde Maxêncio viria a confrontar novamente o exército de Constantino com a superioridade dos seus corpos de cavalaria.

A sua vitória em Turim foi tão retumbante que ao correr a notícia do sucedido, muitas cidades da planície Padana decidiram render-se sem oferecer resistência[2848], o que lhe veio a permitir prosseguir rapidamente na sua marcha em direção a Roma.

Continuando a sua campanha, Constantino dirige-se mais para sul e chega então às portas de Milão, (Mediolano) onde já tinha chegado a notícia da sua retumbante vitória em Turim e a cidade abre-lhe as portas sem luta[2849].

Constantino aproveita para descansar as suas tropas permanecendo algum tempo nesta cidade[2850], prosseguindo depois o seu périplo, mas perto da cidade de Bréscia é confrontado com a necessidade de enfrentar uma nova batalha contra um contingente de Maxêncio que era liderado pelo seu prefeito do pretório Rurício Pompeiano[2851]. Quando fica a saber que o contingente adversário era novamente formado essencialmente por cavalaria Constantino lança um ataque de surpresa com as suas tropas montadas, conseguindo obter um novo sucesso depois de uma batalha rápida[2852].

Avança então para Verona[2853] onde se encontrava possivelmente estacionado o principal núcleo das defesas territoriais de Maxêncio, que estava novamente sob a liderança de Rurício Pompeiano que tinha conseguido escapar na batalha anterior. Constantino inicia o seu ataque enviando uma pequena força pelo norte da cidade, procurando dissimuladamente atravessar o rio que a protegia em três dos seus flancos. No entanto, o prefeito do pretório de Maxêncio contrapôs à investida uma surtida com um grande

---

[2845] LE BOHEC, 2006, pp. 31-32.
O mesmo tipo de capacidade de analisar e contornar as necessidades específicas de um combate teria demonstrado possuir um grande comandante como Júlio César, nomeadamente com a utilização de novos recursos armamentísticos, como por exemplo, na batalha de Tapso travada em 46 a.C. no norte de África contra os filhos e partidários de Pompeio. Nesta, César soube que iria enfrentar uma coligação onde se encontravam integradas as tropas do rei númida Juba II, o que acarretaria necessariamente ter de enfrentar contingentes de elefantaria. Tal como Constantino fez na batalha de Turim, Júlio César muniu parte dos seus homens com armas adequadas à especificidade tática da situação, mandando que a sua legião V *Alaudae* se armasse com machados que permitissem o corte dos tendões das pernas dos paquidermes. GONZÁLEZ, 2005, ("*THAPSVS* I"), p. 610; DANDO-COLLINS, 2010, p. 94 (consultar Anexo 15).

[2846] Batalha de Brescia, Itália em 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*BRIXIA*"), p. 101; LE BOHEC, 2006, pp. 30-31.

[2847] Batalha da Ponte Mílvia em 28 de outubro de 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*MILVIVS* IV" *pons*), pp. 473-474; BARNES, 2014, pp. 80, 82-83.

[2848] BARNES, 2014, p. 81.

[2849] LENSKI, 2007a, p. 69.

[2850] ODAHL, 2004, p. 89.

[2851] BARNES, 2014, p. 81.

[2852] Batalha de Brescia, Itália em 312, GONZÁLEZ, 2005, ("*BRIXIA*"), p. 101; LE BOHEC, 2006, pp. 30-31.

[2853] Batalha de Verona, Itália no verão de 312, GONZÁLEZ, 2005, (*VERONA* III), p. 640; BARNES, 2014, p. 81.

destacamento, mas Constantino mandou que a sua infantaria formasse uma dupla az (*duplex acies*) e obrigou-o a retroceder para dentro dos muros da cidade[2854]. Constantino viu-se então forçado a ter de montar um cerco à cidade, mas antes que este estivesse fechado, Rurício Pompeiano conseguiu escapar e congregou reforços para vir em socorro de Verona, atacando as tropas de Constantino pela retaguarda. Consciente de uma tal possibilidade, Constantino decide dividir as suas tropas, deixando parte na manutenção do assédio e investe com a outra numa decidida ofensiva contra estes reforços. Depois de uma luta encarniçada, Pompeiano acabaria por ser morto e, sem comando, as suas forças acabariam por se dispersar, o que levaria à desmoralização das tropas que se encontravam no interior da cidade, tendo-se estas rendido pouco depois[2855].

A notícia desta vitória em Verona faria, novamente, com que as outras cidades do norte de Itália se rendessem, levando em seguida à capitulação de Aquileia, Módena e Ravena[2856].

O caminho para Roma estava agora totalmente desimpedido para Constantino, mas este sabia que era aí que teria de enfrentar o seu maior desafio.

Nesta campanha, Constantino e as suas tropas pareciam ter sido tomados por um frenesim marcial imparável, demonstrando um tão forte impulso para o sucesso militar que raras vezes se poderá identificar na história da guerra, uma campanha com uma tão fulminante progressão.

Embora não se saiba exatamente quais seriam os números de efetivos que estariam implicados nestas batalhas, é possível que durante esta campanha Constantino se encontrasse frequentemente em inferioridade[2857], o que demonstra bem o ímpeto extraordinário, não só do seu comando militar, como também do elevadíssimo moral das suas tropas, nomeadamente se se atender que teve de avançar contra posições de tropas estacionadas, logisticamente bem apoiadas e com o suporte defensivo de importantes cidades.

Todavia, o sucesso da progressão de Constantino parecia ter contado com um anormal estado de graça que, em grande medida, resultava da permanente cacotecnia tática dos seus adversários, atendendo a que é incompreensível a forma imprudente e desastrada como decidiram abandonar as suas robustas posições urbanas para o vir confrontar em terreno aberto, nomeadamente depois de terem já tido oportunidade de constatar a sua excelência militar nesse domínio.

[2854] LE BOHEC, 2006, p. 31.
[2855] EGGENBERGER, 1985, ("Verona"), p. 460.
[2856] LENSKI, 2007a, p. 69; BARNES, 2014, p. 81.
[2857] Gibbon indica que Maxêncio teria 170.000 soldados de infantaria e 18.000 cavaleiros, enquanto Constantino disporia de cerca de 90.000 dos primeiros e 8.000 dos segundos. GIBBON, 1999, p. 453.

O conjunto de todos estes sucessos militares poderão levar-nos mesmo a admitir que seria possível que Constantino tivesse já nesta fase começado a explorar entre os seus soldados a problemática oposição religiosa que se poderia estabelecer entre o cansado discurso do politeísmo tradicional e a força motivadora que estava implícita na assunção de uma nova fé, que não só era então reconhecida pelo seu comandante, como também contava com o auxílio de uma divindade mais poderosa, por ser única e a criadora do universo.

Se se atender a toda esta peculiar conjuntura militar, será mesmo possível admitir-se que o excecional sucesso da campanha de Constantino se possa ter ficado já a dever, em grande medida, a alusão a esta problemática religiosa, possivelmente com a assunção de rituais e orações em que se evocava o auxílio e proteção de uma poderosa divindade universal que seria, no fundo, já identificável com a omnipotência própria do Deus cristão.

Imagem 118 - Medalhão de prata de Ticinum cunhado para a Decennalia de Constantino, representando o imperador com o símbolo do Cristograma no capacete e cetro cruzado na sua mão no anverso, e dirigindo-se aos seus soldados a cavalo no reverso. (315). [in ODAHL, 2004, p. 128].

Isto permitiria, como parece confirmar-se pelos sucessos conseguidos, que se tivesse estabelecido um excecional grau de empatia e unidade entre Constantino e a generalidade dos seus homens num grau bastante superior ao que era normalmente conseguido nesta altura por um comandante romano que realizasse as tradicionais evocações próprias da religiosidade politeísta.

Imagem 119 - Moeda romana que lembra a visão de Constantino - o imperador é representado sendo coroado por um anjo da vitória e olhando para o monograma de Cristo no seu estandarte de guerra, enquanto a inscrição registra a mensagem de sua revelação celestial *Hoc Signo Victor Eris*. [in ODAHL, 2004, p. 92].

Constantino deverá ter compreendido que seria quase inevitável que no íntimo do soldado romano que já era um cristão, surgisse neste contexto um conflito interior entre os valores pacifistas que eram próprios da sua fé e a obrigação de ir ao encontro do desígnio divino desse momento, que lhe apresentava a oportunidade de poder lutar contra a velha ordem injusta e anticristã que era então encarnada pelas tradicionais tropas pagãs de Maxêncio. Assim, as batalhas contra estas seriam mais do que meros confrontos de uma guerra civil, mas o momento de realizar uma transformação radical na ordem política e religiosa do Império.

Da compreensão pessoal de cada soldado cristão, quer romano, quer germânico, sobre a necessidade de realizar este esforço para mudar o mundo, surgiria a enorme motivação

para obter a vitória, pois todos estariam conscientes que era essencial para que Constantino, enquanto paladino dessa nova ordem, se pudesse impor como o grande monarca imperial.

Só uma tal generalizada motivação, somada ao competente comando militar de Constantino poderão justificar o enorme sucesso que este obteve na sua campanha, derrotando rápida e inesperadamente as tropas de Maxêncio em cinco batalhas consecutivas[2858].

Estamos convencidos que esta empatia mútua entre Constantino e os seus soldados poder-se-á claramente confirmar na forma generalizada como irá ser aceite, por todos os seus homens, no decisivo confronto na Ponte Mílvia[2859], que lutassem sob o estandarte cristão e sobretudo a adesão pessoal que estava implícita no cumprimento da ordem para que cada um inscrevesse nos seus escudos, na véspera da batalha, o carismático cristograma com as letras gregas sobrepostas do X (chi) e P (rho) iniciais do nome de Cristo em grego[2860]. Há na natural aceitação de cada soldado do exército de Constantino um grau de aquiescência que nos indica que a possibilidade de poder vir a lutar sob tal estandarte já estaria a ser previamente preparada por Constantino e possivelmente pelos seus oficiais.

Imagem 120 - Moeda de Constantinopla c. 327. Anverso: Constantino. Reverso: Lábaro com medalhões de três imperadores [in BARNES, 2014, imagem 8, entre pp. 146-147].

Uma tal exigência, que foi espantosa e generalizadamente aceite sem contestação, tinha implicações em dois dos principais pilares do perfil do soldado romano, pois por um lado obrigava a fazer um corte com a sua crença nos tradicionais deuses marciais pagãos e impunha, por outro, que o símbolo cristão exibido sobre o seu escudo individual, estabelecesse uma forte identificação de carácter religioso que se sobrepunha até à orgulhosa referência quanto à sua pertença a uma determinada coorte ou destacamento. Uma tal exigência, levantada de supetão na véspera da batalha da Ponte Mílvia, sendo esta um confronto que todos tinham a consciência que iria ser decisivo, não teria assim apenas implicações de carácter militar.

[2858] Dever-se-á mesmo salientar que o exército de Constantino parecia não ter qualquer enfraquecimento mesmo depois de lutar cada uma destas batalhas, apesar das baixas inevitáveis que teria sofrido. Isto demonstra o moral excecional do seu exército e possivelmente que novos recrutas se teriam vindo a juntar durante a sua progressão, nomeadamente resultantes de contextos de chefes e soldados auxiliares germânicos, todos eles já convertidos ao cristianismo ariano.

[2859] EGGENBERGER, 1985, ("Saxa Rubra"), p. 388; LENSKI, 2007a, pp. 69-70.

[2860] Este símbolo adquiriu grande popularidade depois de Constantino o ter adotado para o seu lábaro (*labarum*), ou seja, o seu estandarte (*vexilo*). EVSEB. CAES. *VC*. 1.30; BARNES, 2014, pp. 77-78.

Se, por um lado, era clara a necessidade de obedecer, sem hesitações, às ordens dos oficiais de Constantino, por outro este momento teria também profundas implicações nas convicções pessoais de cada soldado na sua religiosidade íntima, interferindo definitivamente na sua relação com o transcendente, plano ao qual os romanos eram tão apegados. Se estes teriam tido ao longo da sua História uma relação de bastante abertura na aceitação de outras mundividências religiosas, assimilando com alguma facilidade outros cultos e divindades, faziam-no procurando identificá-las como se estas fossem apenas novas representações de aspetos ou peculiaridades próprias dos deuses já estabelecidos no seu panteão. No entanto, um Deus único, criador de tudo, bondoso e generoso para com todos, que era apologista da paz e que tinha como um mandamento essencial o não matar, era claramente uma divindade que não era, na sua essência, compaginável com nenhum dos que se encontravam consagrados no politeísmo tradicional.

Curiosamente, Constantino, que então se propunha lutar sob a proteção do Deus cristão, desde há muito que demostrava possuir um particular apreço por uma outra forma de religiosidade centrada no culto ao Sol Invicto[2861], uma divindade originária de Palmira, com fortes ligações ao deus Mitra e que se tinha tornado muito popular entre os soldados romanos.

14.6. A Problemática do Sol Invicto e o Compromisso com o Cristianismo

O culto do Sol Invicto[2862] tinha sido introduzido oficialmente, no Império, pelo imperador Aureliano em 274[2863], após as suas consecutivas vitórias conseguidas em Palmira

---

[2861] LENSKI, 2007a, pp. 67, 77; DRAKE, 2007, p. 116.

[2862] O título de "Invicto" teria sido possivelmente introduzido já antes em Roma pelo imperador César Marco Aurélio Antonino Augusto, cujo nome de nascimento era Vário Avito Bassiano e que, depois da sua morte, ficaria conhecido para a posteridade como Heliogábalo (218-222). GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 105, 107, 530.
Este, durante o seu curto principado, fizera uma malograda tentativa de o impor como principal divindade, tendo negligenciado o culto de todas as religiões tradicionais romanas. Heliogábalo consagrara-se como o sumo-sacerdote deste culto homónimo de origem síria, proveniente da sua cidade natal de Emesa, e que era já designado com o título de deus Sol Invicto. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 105.
O estranho culto, que fora imposto em Roma por este jovem imperador, e que se corporizava numa pedra cónica negra, viria a causar com a sua prostituição sagrada e os seus ritos orgiásticos uma tão pronunciada dissolução moral dos costumes, que este imperador viria a ser assassinado pela guarda pretoriana logo em 222, sendo então o seu culto totalmente banido. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 105-111.
O título de Sol Invicto (*invictus*) viria a ser retomado por Aureliano (WATSON, 2003, p. 194), mas então com o sentido de deus da luz, associando-se assim à iniciática figura persa do deus Mitra. Este tinha, já desde há muito tempo, uma grande implementação por todo o Império Romano, como se pode ainda hoje confirmar pelos muitos *mithraea* que constituíam os locais do seu culto e pelas inscrições aí realizadas pelos devotos, chegando mesmo vários imperadores a serem iniciados nos seus mistérios, como os imperadores Adriano, Cómodo e Galério.

[2863] Aureliano, em 274, dedicou um grande templo a este deus em Roma. WATSON, 2003, p. 194; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 171.

sobre a rainha Zenóbia[2864], demostrando posteriormente este imperador o desejo de que este se viesse a tornar o culto universal e o principal patrono do Império[2865].

Imagem 121 - Antoniniano de Aureliano representando no anverso o imperador com uma coroa radiada, e mostrando no reverso o Sol *Invictus* esmagando os inimigos imperiais. (274–75). [in ODAHL, 2004, p. 31].

Saliente-se que no momento em que se deu a assimilação da religião grega pela cultura romana em 146 a.C., o deus persa Mitra viria curiosamente já nessa época a ser associado à deusa grega Hemera[2866], que receberia em Roma o nome de Dies e era responsável pela luz do dia[2867].

Esta viria a receber culto ao lado do Sol Invicto por parte de vários imperadores do século III d.C. surgindo ambas as divindades com o importante estatuto de protetores do Império, fazendo com que os devotos da luz de Mitra[2868] se tivessem multiplicado nos territórios romanos[2869].

Embora não oficialmente identificado com Mitra, tudo aponta para que o Sol Invicto de Aureliano tivesse bastantes semelhanças com os designados "mistérios mitraicos", onde se inclui a própria representação iconográfica persa do deus sob a forma de um jovem imberbe[2870].

Aureliano, que se intitulava "restaurador do mundo" (*Restitutor Orbis*)[2871], nomeadamente por ter resolvido os difíceis problemas de sedição causados pelo designado

---

[2864] Aureliano estava convencido que, em 274, o Sol Invicto teria propiciado a sua segunda grande vitória contra Zenóbia em Palmira, pois durante a batalha, com as tropas romanas exauridas e à beira do colapso, teria surgido numa milagrosa aparição que levaria a que os seus soldados tivessem redobrado o seu ânimo de tal modo que teria forçado a fuga das tropas de Zenóbia. WATSON, 2003, p. 194; FOWDEN, 2007b, p. 557.

[2865] NABARZ; MATTHEWS, 2005, p. 69.

[2866] DIXON-KENNEDY, 1998, p. 122; MATYSZAK, 2010b, p. 17; GRAVES, 2017, pp. 29, 294, 296.

[2867] Mitra foi associado ao Sol. BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, pp. 89, 308, 310.

[2868] O local onde se realizavam os cultos mitraicos eram designados por "*mitraeum*", palavra latina que forma o plural em *mithraea*. GOLDSWORTHY, 2003, p. 113.

[2869] Tal como acontecia com todos os deuses no contexto do zoroastrismo que era a antiga religião oficial dos persas, Mitra não tinha imagens, nem templos ou altares, porque acreditavam que os deuses eram de uma natureza muito diferente da dos homens. Os "mistérios mitraicos" tinham as suas raízes na mais abstrata e elevada conceção que formava o núcleo do dualismo zoroástrico em que o principal aspeto era a simples oposição universal e eterna entre bem e mal, bem como entre espírito e matéria. BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, pp. 91, 270.

Esta conceção da transcendência era substancialmente diferente da Greco-latina, que representava os seus deuses com imagens antropomórficas e lhes atribuía carateres e histórias em tudo semelhantes a vivências próprias de seres humanos.

[2870] BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, p. 308; BECK, 2006, pp. 5, 30, 37, 60, 96.

[2871] O imperador ilírio Aureliano foi certamente um dos imperadores com maior competência militar e que mais terá contribuído para a consolidação do Império na fase final do século III, após toda a anarquia política e marcial que caracterizaram todo esse período.

"Império das Gálias[2872]" e, logo depois, pelo "Império de Palmira[2873]", deverá ter considerado que era importante dotar o Império de um culto que o pudesse unificar e tornar comum a todas as suas províncias.

Até então, cada cidade, cada região, mantinha-se ligada a antigos cultos locais, praticando ritos e festividades que variavam consideravelmente e que não permitiam que se estabelecesse uma verdadeira coesão religiosa dentro do Império.

Aureliano deveria possivelmente ter tido a consciência que este fator agregador poderia vir a desempenhar no futuro, um importante papel depois de um período tão problemático como foram os muitos anos de anarquia militar que o tinham precedido e em que se começava a perceber que o Império tinha, pela primeira vez, possibilidade de se vir a dividir em grandes unidades políticas que eram difíceis de contrariar e resolver.

Uma condição fundamental para a implementação dessa nova divindade era que esta fosse suficientemente neutra para que pudesse ser facilmente assimilada pelas diferentes populações que faziam parte do Império[2874]. Nessa ordem de ideias, este novo culto não deveria recorrer a uma divindade consagrada ou que fosse já claramente conotada com uma determinada província, para que isto não alimentasse assimetrias de adesão. Esta deveria ter assim como patrono uma nova entidade transcendente que fosse facilmente identificada e

---

Este imperador travou inúmeras batalhas nos cinco conturbados anos que durou o seu principado, tendo vencido muitos povos, dos quais viria a guardar orgulhosa referência na sua titulatura oficial, como *Germanicus Maximus*, *Parthicus Maximus*, *Persicus Maximus*, *Dacicus Maximus*, *Carpicus Maximus*, *Arabicus Maximus*, *Palmyrenicus Maximus*, *Restitutor Orientis*, *Restitutor Orbis*. WATSON, 2003, pp. 43, 52, 79-80, 174-175.

[2872] O Império das Gálias formou-se a partir da cisão de algumas províncias do Império Romano entre 260 e 274, durante a chamada crise do século III. Foi fundado por Póstumo em 260 após uma onda de invasões bárbaras e de um período de instabilidade em Roma. No seu auge abrangia os territórios da Germânia, Gália, Britânia e, por um tempo, a Hispânia. Depois do assassinato de Póstumo em 268, grande parte deste território perdeu-se, mas o império continuou a existir sob o comando de diversos imperadores e alguns usurpadores. Toda a região foi finalmente reconquistada para Roma pelo imperador Aureliano depois da Batalha de Châlons, também chamada dos Campos Cataláunicos, na primavera de 274, num local hoje conhecido como Châlons-sur-Marne, França. GONZÁLEZ, 2005, ("*DUROCATALAUNUM* I"), p. 178. Consultar subcapítulo 11.1.3. – imagem 98.

[2873] O Império de Palmira abrangia as províncias da Síria Palestina, Egito e grande parte da Ásia Menor, províncias que se separaram do Império Romano durante a crise do século III. Tinha a capital na cidade de Palmira e durou entre 260 e 273. Depois da morte do seu fundador, Odenato, a rainha viúva, Zenóbia, governou-o em nome do seu filho menor, Vabalato. Em 270, Aureliano, depois de derrotar os Alamanos, que tinham invadido a Itália, voltou-se para o Oriente e para o Império de Palmira. O imperador romano derrotou a rainha Zenóbia na Batalha de Imas, na primavera de 272, num local hoje conhecido como Yenisehir, Turquia. GONZÁLEZ, 2005, ("*IMMAE* II"), p. 234. Tendo-se retirado para a antiga base legionária de Emesa (hoje Homs, na Síria), Zenóbia e o seu exército composto de cerca de 70.000 homens e comandado pelo general Zabdas, foram de novo derrotados por Aureliano, na primavera de 272. GONZÁLEZ, 2005, ("*EMESA* IV"), pp. 185-186. Na primeira metade de 273 Aureliano regressou a Palmira a fim de controlar nova rebelião, após o que permitiu que seus soldados saqueassem e arrasassem a cidade, que nunca mais recuperou o antigo prestígio. GONZÁLEZ, 2005, ("*PALMIRA* III"), p. 515. Consultar subcapítulo 11.1. 3. – imagem 99.

[2874] BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 286.

respeitada por todos. A escolha teria, dir-se-ia de forma quase inevitável, que recair sobre um corpo celeste visível, sendo que o astro-rei, presente na regularidade do seu movimento universal, enquanto generoso dador da luz e do calor, seria aquele que, de forma generalizada, teria certamente mais condições de ser aceite como tal, surgindo assim o culto ao Sol Invicto.

Aureliano viria a consagrar-lhe a mais importante festividade oficial do Império, que se celebrava no dia 25 de dezembro e que passaria a ser conhecido como o "dia do nascimento do Sol Invicto" (*dies natalis solis invicti*) que se integrava na importante comemoração das Saturnais[2875]. Um majestoso templo seria, a este propósito, erguido no campo de Marte, tendo sido decorado com grande parte do riquíssimo espólio que Aureliano trouxera das suas campanhas no Oriente, nomeadamente de Palmira[2876]. A nova casta de servidores encarregados de realizarem as cerimónias do seu culto, que até aí tinham sido meros sacerdotes, passariam ao alto estatuto de pontífices, o que lhes permitiria até o acesso à carreira senatorial.

Para tentar fazer chegar este culto à população romana, Aureliano instituiu grandes jogos oficiais em honra do Sol Invicto que se deveriam realizar em quadriénios a partir deste ano de 274[2877].

No entanto, e apesar de se ter dado a sua consagração oficial durante 34 anos, o culto do Sol Invicto não tinha conseguido congregar uma adesão massiva da população, nomeadamente por não se ter imposto nos círculos civis urbanos mais conservadores e nas áreas rurais de religiosidade mais arreigada aos deuses tradicionais.

Imagem 122 - Medalhão representando Constantino com Sol, como deus guardião, na sua retaguarda. Esta representação continuou até a década de 320 d.C. [in BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 367, fig. 8.1.].

Sendo um culto reservado apenas a homens, acabaria assim por circunscrever a sua implementação praticamente ao universo militar[2878], chegando deste modo a Constantino que assume claramente a sua filiação ao mandar cunhar muitas vezes nas moedas a legenda "*Soli Invicto Comiti*"[2879].

[2875] NABARZ; MATTHEWS, 2005, p. 61.
[2876] BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, pp. 254, 259; WATSON, 2003, p. 194; NABARZ; MATTHEWS, 2005, p. 61; FOWDEN, 2007b, p. 557.
[2877] BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 263.
[2878] BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, pp. 292-294, 298, 325.
[2879] "O Sol Invicto que me acompanha".

Mesmo depois da sua assumida aproximação ao cristianismo, o imperador Constantino manter-se-ia como um seu fervoroso assecla, como se poderá confirmar pelas representações iconográficas que sempre fariam parte das suas cunhagens numismáticas. No entanto, não temos qualquer confirmação sobre uma possível iniciação de Constantino nos "mistérios mitraicos", pois estes tinham pesadas restrições quanto à divulgação pública das suas cerimónias[2880], tornando assim esta confirmação bem mais problemática.

Enquanto o Sol Invicto deveria tornar-se um culto universal, passível de ser assimilado por todo o Império, o mitraísmo, pelo contrário, teria um carácter esotérico e pretendia manter-se como um culto fechado e restrito a um escol selecionado de iniciados[2881]. Este teria chegado a Roma por volta de 72 d.C., tendo-se difundido discretamente por todo o Império nos três séculos seguintes, atraindo predominantemente soldados, oficiais e administradores imperiais[2882].

No final do século II, o mitraísmo já estava amplamente popularizado em toda a estrutura do exército romano, mas curiosamente a admissão ao seu culto iria progressivamente abrir-se a homens de todas as classes sociais[2883]. Embora não seja possível, pelo grau de secretismo, ter uma compreensão precisa dos critérios de acesso, passariam a

---

A iconografia do Sol Invicto foi representada nas cunhagens de vários imperadores e com diversas legendas, todavia foram poucos os que utilizaram o epíteto "*Comiti*", o que nos pode dar uma noção da forte ligação que Constantino teria com este culto. Nas moedas deste imperador, o Sol Invicto não só aparece com muita frequência como, ao surgir com esta legenda, informa-nos que o astro era encarado como um verdadeiro companheiro do imperador. BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 367.

2880 Quase inexistência de textos sobre o culto de Mitra. BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, p. 305.

2881 Sobre a origem persa do culto de Mitra: BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 279; BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, pp. 266, 305, 311.

A já longínqua invasão do Império Persa por Alexandre Magno, em 330 a.C., teria tido como consequência uma notória decadência do antigo culto de Mitra que apenas sobreviveria entre as classes superiores que se localizavam nas satrapias mais ocidentais e que estavam em contacto com o mundo greco-romano, tendo-se, a partir daí, difundido nas regiões contíguas do médio oriente.

2882 A data da introdução do culto de Mitra no Império Romano apresenta algumas variações segundo os autores.

Assim Mike Dixon-Kennedy declara que o culto de Mitra foi introduzido no Império Romano no ano de 68 a.C. DIXON-KENNEDY, 1998, p. 210;

Por seu lado os autores de "*Religions of Rome*" consideram que terá sido no início do século II. BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, pp. 266, 292-294; BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, p. 305.

2883 As primeiras provas arqueológicas do culto de Mitra em contexto romano encontram-se na Áustria e datam do ano de 72 d.C. Estas são inscrições murais com iconografia mitríaca feitas por legionários da Panónia Superior, oriundos da guarnição de Carnunto (Petronell-*Carnuntum*) que possivelmente teriam estado no Oriente, na guerra contra os Partos, ou talvez na luta contra o primeiro grande levante judaico. GORDON, 1978, p. 150.

Poder-se-ia mesmo dizer que temos a confirmação escrita da entrada do mitraísmo por volta desta época, pois, no ano 80 d.C., Estácio (c.45-c.95) faz curiosamente uma referência à cerimónia da tauroctomia na sua obra Tebaida. STAT. *Theb*. 1.696, 719-720.

Pequenos objetos de culto que se admite estarem associados ao culto de Mitra têm vindo a ser achados num largo especto geográfico que vai da Roménia à Muralha de Adriano. GOLDSWORTHY, 2003, pp. 112-113

ser aceites muitos funcionários administrativos, mercadores, comerciantes, artesãos, e até mesmo escravos[2884].

O acesso às suas cerimónias limitava-se aos membros que tivessem já sido iniciados, o que faz com que sejam praticamente inexistentes registros escritos que nos possam informar sobre as suas peculiaridades rituais e o seu significado. No entanto, em 303 o mitraísmo tinha já adquirido uma tal importância que Diocleciano chegaria mesmo a dedicar um templo a Mitra, designando-o como "Protetor do Império"[2885], o que nos pode levar a conjeturar que este imperador também poderia ter sido iniciado nos seus mistérios.

Todavia, a necessidade de discrição levava a que os membros praticassem este culto em templos subterrâneos designados por *Mitraeum*[2886], que eram espaços de carácter privado, escuros e sem janelas, construídos com o intuito de poderem reproduzir a carismática cena da tauroctonia[2887], em que o deus Mitra mata um touro sagrado dentro de uma caverna.

Contudo gerou-se, a partir do início do século IV, um sincretismo religioso que faria com que muitos nobres, senadores e oficiais do exército começassem a professar concomitantemente os mistérios mitraicos e a religião do Sol Invicto[2888].

O incremento deste fenómeno viria a aumentar a latente conflitualidade religiosa, levando os seguidores de Mitra, e por inerência os adeptos do Sol Invicto, a enfrentar uma clara hostilidade por parte das comunidades cristãs[2889]. Estas, cada vez mais numerosas, e com mais fiéis, começavam a considerar a existência destes cultos orientais como um real entrave à implementação da sua fé. Além disso, a instabilidade e as notórias perdas territoriais nas áreas fronteiriças do Império em consequência das invasões dos povos germânicos contribuiriam para o enfraquecimento do mitraísmo, dado que nestas regiões se

---

2884 BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, pp. 292-294, 300; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 112-113.

2885 BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 260.

2886 GOLDSWORTHY, 2003, p. 113; BECK, 2006, pp. 2, 4, 16-17, 21, 24.
BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, pp. 88-89:

> «[…] The standard modern term for these cult buildings - *'Mithraeum'* - is a recent scholarly invention. The ancients had no such specific term, but used (in a non-technical sense) the terms *templum* and *aedes*, as well as *speleum*. […]»

2887 Esta cerimónia da tauroctonia era já uma peculiaridade típica do que se poderia entender como mit, raísmo romano, pois ela não viria a ser encontrada nas muitas representações desta divindade, quer no contexto persa, quer noutros locais do Médio Oriente. No entanto, admite-se atualmente que a tauroctonia mitríaca deveria ser somente uma representação pictográfica do ritual sangrento da morte do touro, não tendo uma verdadeira correspondência real. Estas representações assinalariam simbolicamente a importância deste ritual, mas devido a ausência de quaisquer vestígios materiais de sangue nos muitos lugares do seu culto, acredita-se que estes não deveriam ser realizados. BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 285; BEARD; NORTH; PRICE, 1998b, pp. 89, 307; BECK, 2006, pp. 14, 17, 21, 30, 37.

2888 BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 291-292.

2889 BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 387; NABARZ; MATTHEWS, 2005, p. 69.

encontravam muitas das suas confrarias[2890], como aliás se pode constatar pela presença de grande número dos seus locais de culto[2891].

Quando em 27 de outubro de 312, véspera do dia da batalha que viria a ter lugar junto da Ponte Mílvia, Constantino decide lutar sob o estandarte cristão, fê-lo antes de mais ao compreender que se encontrava num momento decisivo e que para ter possibilidade de vencer, teria que apresentar na batalha um elemento simbólico e fortemente motivador que pudesse galvanizar os seus soldados e surpreender Maxêncio e as suas tropas[2892]. Que maior impacto poderia ter qualquer outra afirmação simbólica do que lutar tendo como patrono neste confronto um Deus cujo culto encarnava o pacifismo, a fraternidade, a boa vontade entre os homens? Constantino iluminava-se assim repentinamente de uma nova luz, uma fortíssima ligação com o transcendente que o fazia estar ali para travar esta batalha que, apesar de ir contra a essência de todos os valores cristãos da paz e fraternidade, fazia então cumprir a vontade divina, em que Constantino surgia como o instrumento necessário para eliminar pela força a injustiça e o mal que eram encarnados por Maxêncio.

Já estando minimamente consciente de que teria uma generalizada aceitação por parte dos seus homens a uma assunção pública da fé cristã, abordada possivelmente nas batalhas anteriores e onde todos tinham podido comprovar o solícito auxílio divino que chegara sob a forma de retumbantes sucessos militares, Constantino pede então individualmente a cada um dos seus homens que o assuma pessoalmente inscrevendo no seu escudo o cristograma de Cristo[2893]. A própria forma desta arma defensiva, que apresentava uma superfície bem visível para os adversários, era, não só o reforço do impacto desta surpreendente filiação religiosa perante os soldados de Maxêncio, como era simultaneamente a expressão da aceitação de uma nova ordem por parte de cada um dos seus homens quanto à transcendente proteção desta nova divindade[2894].

Será mesmo de admitir que, em ambos os exércitos, a grande generalidade dos soldados que iriam intervir no confronto conhecessem minimamente a progressão militar

---

2890 HIMMELLS, 1988, p. 216.
2891 DIXON-KENNEDY, 1998, p. 210; NORTH, 2007, p. 326.
2892 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 234.
2893 BARNES, 2014, pp. 80-81.
2894 Classificamo-la como "nova divindade", pois embora o cristianismo não se pudesse considerar de forma alguma como uma religião recente, era a primeira vez que era claramente convocada como protetora em contexto de guerra e possivelmente encarada por muitos como o "braço de Deus" que estava ali para fazer cair o mal representado por Maxêncio e as suas tropas. Saliente-se que o filho de Maximiano, que congregara boa convivência no contexto militar de Roma como resultado dos aumentos de salário e regalias que fora dando aos soldados ao longo dos seis anos em que ali se encontrava, era por outro lado visto com grande acrimónia por todo o povo pela forma autocrática como governava e sobretudo pelos impostos brutais que lhes impusera.

extraordinária que o exército de Constantino tinha realizado desde que tinha entrado na Península Italiana, tendo obtido quatro vitórias retumbantes sobre os oficiais e as numerosas tropas de Maxêncio.

É, pois, possível que Constantino tenha compreendido que, no contexto religioso do Império, o mais promissor movimento religioso, não só com grande projeção social, como também eivado de uma clara tendência de crescimento, era, sem dúvida, o cristianismo. Os seus fervorosos adeptos encontravam nos valores da sua fé uma tal motivação que estavam dispostos a enfrentar todos os sacrifícios para conseguirem mudar a anquilosada ordem social romana.

Além disso, era uma religião com boas perspetivas de futuro, atendendo a que não era sectária e podia integrar todos aqueles que se lhe quisessem juntar, exigindo apenas a sua fé em Cristo[2895]. Todos eram assim aceites com uma simples consagração batismal, independentemente das suas origens, da sua riqueza, da sua idade ou sexo.

O culto do Sol Invicto, ao qual o monarca cristão se poderá ter mantido intimamente fiel[2896], jamais conseguiria obter uma genuína e universal adesão pela grande massa anónima dos cidadãos do Império como tinha já ficado bem patente ao longo de mais de três décadas. As religiões de carácter iniciático exigiam que os seus seguidores demonstrassem uma atitude proactiva, sendo submetidos a difíceis cerimónias[2897].

O cristianismo era uma crença de potencial universal, de carácter diferente e lhano que apenas pedia aos seus seguidores que acreditassem na vinda do Filho de Deus, respeitassem os seus valores, de igualdade e boa vontade, indo assim diretamente ao encontro das necessidades religiosas da generalidade das populações do Império. Para além disso, os povos germânicos federados, e mesmo alguns dos que ainda se encontravam para lá das fronteiras, já estavam convertidos ao cristianismo, o que permitiria formar uma grande unidade religiosa, pois em 312, ainda não se tinha estabelecido o malfadado anátema sobre o arianismo que, em 325, iria surgir no Concílio de Nicéia e que criaria uma insanável divisão entre as comunidades cristãs[2898]. Esta, que infortunadamente viria a resultar de uma questão trinitária quanto à possível diferença ontológica entre a "substância do corpo de Cristo e a

[2895] BEARD; NORTH; PRICE, 1998a, p. 245.
[2896] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 234.
[2897] Nos "mistérios mitraicos", o ritual era bastante complexo e incluía um conjunto de cerimónias de iniciação em sete graus, o último dos quais permitia a ligação mística com o próprio deus Mitra. Para se poder ascender nestes graus o neófito era submetido a duras provas de abnegação e longos períodos de mortificação da carne que só mais tarde lhe permitiriam vir a ser admitido à plena participação nas cerimónias do culto. DIXON-KENNEDY, 1998, p. 210; FOWDEN, 2007a, pp. 548-550.
[2898] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 242, 350-351, 353.

do Pai", deveria ter sido, numa fase tão problemática quanto o Império atravessava, em que se fazia necessário o reforço da sua unidade, gerida com bastante mais cuidado, quer por parte das autoridades eclesiásticas, quer por todas as estruturas seculares.

14.7. MAXÊNCIO E O DESASTRE MILITAR DA PONTE MÍLVIA

Constantino avançou com o seu exército lentamente ao longo da via Flamínia e encontrou as forças de Maxêncio junto à Ponte Mílvia (*Pons Milvius*)[2899], a poucos quilómetros de Roma, num inesperado cenário militar, que apesar de ser difícil, lhe proporcionaria surpreendentes condições táticas para obter a vitória. Qualquer comandante minimamente proficiente nos trabalhos da guerra não teria hesitado em defender-se a partir das fortes muralhas de Roma, que não só se constituiriam como uma robustíssima posição de carácter defensivo, como já, em recentes confrontos, tinha demonstrado todo o seu potencial quando Maxêncio enfrentou as investidas de Severo e Galério[2900].

Imagem 123 - Moeda de Maxêncio mostrando uma representação da cabeça do usurpador e os respetivos títulos no anverso, e a deusa Roma entregando-lhe o globo do poder num templo no reverso (307) [in ODAHL, 2004, p. 87].

É de se admitir que Constantino não estivesse minimamente à espera de um tal bambúrrio tático, julgando possivelmente que só iria conseguir a vitória após ter de enfrentar um prolongado e desgastante cerco a Roma, embora seja possível que os seus batedores o tivessem informado da posição extramuralhas das tropas de Maxêncio com bastante antecedência.

É possível que Constantino, só na véspera do confronto, tenha realmente tomado a decisão de se colocar inequivocamente sob a proteção do Deus cristão. atendendo a que só então mandou fazer um grande estandarte onde estavam bem patentes os símbolos do seu novo patrono religioso[2901].

[2899] LE BOHEC, 2006, pp. 31-32.

[2900] O primeiro, no início de 307, consistiu na tentativa, falhada, de invasão liderada por Severo II, que tinha já sido oficialmente designado como Augusto do Ocidente, e a quem Galério ordenara que fosse derrubar o usurpador. BARNES, 2014, p. 68. Ainda em 307, em setembro, será o próprio Galério a realizar uma segunda tentativa de derrubar os usurpadores em Roma, igualmente fracassada. BARNES, 2014, p. 69. Consultar subcapítulo 14.2.

[2901] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 234.

Além disso, parecendo não recear sequer uma reação negativa por parte dos seus homens, o imperador não só lhes fala de uma epifania que teria tido precisamente no dia anterior à batalha, como os adverte que teriam que representar nos seus escudos o cristograma[2902], o mais poderoso símbolo da religiosidade cristã. Uma tal ordem, de carácter tão inusitado, era efetivamente um elemento que poderia ter gerado grande controvérsia, pois os escudos tinham, em grande plano na sua superfície, a representação dos símbolos militares[2903].

Curiosamente, não temos notícia que uma tal ordem para que cada soldado fizesse esta assunção pessoal da proteção divina tenha provocado, por entre os seus muitos milhares de soldados, quaisquer tumultos ou recusas. É mesmo de salientar o facto de não se ter verificado uma forte contestação por parte dos soldados que ainda não tinham abraçado o cristianismo. Pois seria de admitir que muitos destes ainda pudessem ser devotos de cultos que se opunham a uma mensagem de tipo pacifista, tal como acontecia com religiões de grande penetração no meio militar como eram o mitraísmo ou a veneração ao deus Sol Invicto[2904]. Para que tal fosse encarado com tal naturalidade, não só esta mudança deverá ter sido inteligentemente preparada pelo imperador ao longo da sua campanha, como o choque repentino de uma tão surpreendente ordem deste jaez deverá ter contribuído para que não houvesse tempo para que esta fosse contestada.

Mesmo que algum dos seus legionários pretendesse recusar-se a realizar a representação do cristograma no seu escudo, o grande estandarte cristão com que já estava

---

[2902] CAMERON, 2007a, p. 92.
O autor cristão Eusébio de Cesareia diz-nos na sua obra "*História Eclesiástica*" que Deus teria ajudado Constantino, mas nesta não faz qualquer referência a que este tivesse tido uma qualquer visão mística. EVSEB. CAES. *HE*. 8.13.14; 9.9.1-13; 10.8.8-9; 10.9.1-9. No entanto, numa das suas obras posteriores com o título de "*A Vida de Constantino*", menciona uma contundente visão e refere mesmo que a teria ouvido da boca do próprio imperador. BARNES, 2014, p. 76.
Segundo o que nos diz nesta narrativa, Constantino encontrava-se a caminho de Roma com o seu exército ao meio-dia de 27 de outubro de 312, véspera da batalha, quando lhe foi dado ver nos céus um grande troféu em forma de cruz que se formava com os raios solares. Junto deste era visível uma mensagem escrita em carateres gregos que em latim teria o significado de "*In Hoc Signo Vinces*" ("Com este sinal vencerás"). EVSEB. CAES. *VC*. 1.28.
Segundo Eusébio, o imperador de início não teria entendido bem o sentido da aparição, mas na noite que antecedeu a batalha sonhou, ou foi visitado em sonhos, pelo próprio Cristo que lhe explicou que ele deveria usar aquele sinal se quisesse vencer os seus inimigos, nomeadamente se os soldados inscrevessem o sinal do X (chi) e P (rho) nos seus escudos, pois estas eram as letras iniciais em grego do seu nome. EVSEB. CAES. *VC*. 1.29-32.
Segundo o relato de Lactâncio, mais moderado na espetacularidade da sua narrativa, é-nos dito que Constantino foi visitado por Cristo em sonho na noite anterior à batalha, no qual teria sido advertido que deveria mandar marcar o sinal divino do seu nome nos escudos dos soldados. LACT. *Mort*. 44.5-6.

[2903] VEG. 2.18; FEUGÈRE, 2002, pp. 76-77; MONTEIRO, 2009b, pp. 387-391 (VEG. 1.11, nota 20); DANDO-COLLINS, 2010, pp. 24, 55-56.

[2904] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 234.

dotado o exército de Constantino (*labarum*)[2905] faria com que este estivesse desde logo condenado a ter de lutar sob os auspícios do Deus cristão.

Dever-se-á mesmo salientar que uma tão complexa manobra logística como era a representação individual do cristograma nos escudos se poderia constituir como uma ação de concretização muito exigente, ao ter sido imposta num tão curto espaço de tempo. Estamos mesmo em crer que sobretudo esta dificuldade logística teria sido particularmente difícil quando versou sobre a mudança dos símbolos nos grandes estandartes do exército, o que nos poderá levar a suspeitar que estes já estivessem a ser secretamente preparados anteriormente. Na mesma sequência conjetural de dúvidas poderemos questionar-nos se teria sido possível fornecer logisticamente a cada soldado condições para que este pudesse pintar o cristograma no seu escudo desde a véspera, o que permite pensar que também já estaria programada ou que muitos destes teriam participado na batalha sem ostentarem o cristograma.

É, pois, de se admitir, à luz da inusitada especificidade do desenvolvimento destes factos, e sobretudo do extraordinário êxito que tinha sido conseguido por Constantino desde os primeiros confrontos da sua campanha contra Maxêncio, que este imperador deveria já anteriormente ter dado início a um processo de encorajamento das suas tropas através de uma aproximação à esfera cristã.

A batalha da Ponte Mílvia não seria assim mais do que o culminar dessa inteligente estratégia constantiniana que pretendia congregar os fortes contributos motivacionais que o cristianismo poderia trazer à sua causa. Esta era possivelmente perspetivada por ele como a futura religião com grande aceitação popular, que se disseminaria por grandes massas sociais de todos os estratos e a que era capaz, pela ansiada transformação que viria a impor no tecido do Império, de congregar o maior empenho e lealdade dos seus seguidores.

Numa fase inicial Maxêncio preparou-se para se defender dentro das muralhas de Roma, tendo-a abastecido de modo a que pudesse resistir a um cerco prolongado. Para dificultar o avanço de Constantino, que vinha de norte, ordenou inclusive que todas as pontes de pedra que existiam sobre o rio Tibre fossem destruídas e colocou o seu considerável exército em prontidão dentro da cidade[2906].

[2905] ODAHL, 2004, p. 92; LE BOHEC, 2006, p. 32; ELTON, 2007, p. 336.
[2906] ODAHL, 2004, p. 93; LENSKI, 2007a, p. 69; BARNES, 2014, p. 82.

No entanto, o filho de Maximiano, apesar de poder contar com a lealdade da guarda pretoriana, era execrado pela população da capital que pretendia ver a sua queda[2907] e que, de forma cada vez mais insolente, começara já a ter coragem de demonstrar publicamente o seu desagrado.

Tendo já possivelmente chegado a Roma notícias das retumbantes vitórias de Constantino no norte de Itália, o povo dava largas ao seu desagrado pela presença de Maxêncio, gritando pelas ruas que ele iria ser derrotado e morto, afirmando que Constantino era invencível[2908]. Esta brutal acrimónia expressa vocalmente pelas ruas como resultado do descontentamento geral, bem poderá ter sido o fator responsável pelo acumular de tensões que resultariam em inqualificáveis erros militares táticos que Maxêncio iria cometer a partir de então. Poder-se-ia mesmo dizer que todas as medidas defensivas tomadas por Maxêncio são tão absurdas, desajustadas e tão fora de qualquer razoabilidade militar prática que qualquer cristão poderia ser levado a acreditar que teriam sido inspiradas pelo seu Deus para permitirem a retumbante vitória de Constantino.

O início do descalabro maxenciano surge logo quando este, não estando já muito confiante nas condições que lhe permitiriam resistir a um cerco, nomeadamente por considerar que seria possível que alguém do povo pudesse abrir uma das portas às tropas de Constantino, decidiu abandonar a cidade e organizar um grande acampamento militar nas imediações da já destruída ponte Mílvia[2909]. Esta opção tática é de todos os pontos de vista um absurdo inqualificável, pois não só as muralhas de Roma tinham já anteriormente demonstrado a sua importância defensiva aquando das investidas de Severo II e Galério[2910], como a montagem de um grande acampamento bem defendido é logisticamente muito difícil de concretizar em tão pouco tempo e sobretudo com tropas não treinadas em campanha. Corria ainda o risco de que a hostil população de Roma lhe viesse a conseguir fechar as

---

[2907] Diga-se, no entanto, que Maxêncio teria, apesar do seu despotismo, concedido liberdade de culto aos cristãos da Itália e da África desde que chegou ao poder em outubro de 306, embora não tenha devolvido os bens que lhes tinham sido anteriormente confiscados, só o tendo começado a fazer parcialmente anos depois.
Todavia, não teria caído nas boas graças dos cristãos pois teria mandado para o exílio Marcelo e Eusébio, bispos respetivamente de Roma e Heracleia, devido aos violentos confrontos que existiam entre as suas duas fações e mais tarde, viria mesmo a tornar-se um perseguidor implacável como tinham sido anteriormente Diocleciano, Galério ou Maximino.
Maxêncio era também considerado politicamente, por todo o povo de Roma, como um tirano, devido ao facto de nunca ter sido reconhecido como membro da estrutura tetrárquica, tendo até os outros imperadores legítimos envidado esforços para o retirar do poder pela força. BARNES, 2014, p. 82.

[2908] ODAHL, 2004, p. 93; BARNES, 2014, p. 82.

[2909] LENSKI, 2007a, pp. 69-70; BARNES, 2014, pp. 82-83.

[2910] Consultar o subcapítulo 14.2.

portas na retaguarda, impedindo o apoio logístico que se constituía como um elemento militar fundamental.

Não sabemos se este disparate tático terá sido o resultado de uma imposição intransigente de Maxêncio ou apenas a consequência da sua total falta de aptidão e conhecimento militar, mas nesta última hipótese não se compreende como não foi advertido para as consequências da absurdidade desta manobra por outros oficiais do seu exército.

Confiando em alguns presságios que mandara realizar e lhe forneceram oráculos que leu como muito favoráveis[2911], Maxêncio decidiu avançar para norte na Via Flamínia com o seu numeroso exército, que é possível que se computasse pelo dobro do de Constantino[2912], com o intuito de lhe dar batalha em terreno aberto.

Para poder concretizar este objetivo teria de atravessar o Tibre, tendo assim que mandar construir uma ponte flutuante de madeira para que as suas tropas pudessem prosseguir[2913]. Após a travessia, ordenou que estas se posicionassem numa larga planície e se formassem em várias linhas em alas perpendiculares à via Flamínia, posicionadas de frente para o campo de batalha, mas com a sua retaguarda muito perto do Tibre[2914].

Quando o exército de Constantino chegou ao campo, afirmando a surpresa de o fazer sob o estandarte cristão, foi-se distribuindo ao longo da considerável largura que tinham as alas do exército de Maxêncio[2915]. Após ter terminado a sua ordem de batalha Constantino, constatando que Maxêncio se mantinha expectante, ordenou que a sua cavalaria investisse.

O forte embate desta, conseguiu quebrar a formação da cavalaria de Maxêncio, tendo Constantino aproveitado a desordem para mandar atacar a sua infantaria pesada contra a

---

2911 GIBBON, 1999, p. 456; BARNES, 2014, p. 82.

2912 Edward Gibbon indica-nos que as forças de Maxêncio rondariam os 170.000 soldados de infantaria e 18.000 cavaleiros, enquanto que Constantino contava com cerca de 90.000 dos primeiros e 8.000 dos segundos. GIBBON, 1999, p. 453.
Por seu lado Georges Depeyrot, baseado num panegirista latino, indica que Maxêncio teria à roda de 100.000 homens e Constantino cerca de 40.000. Esclarece ainda que o número dos homens de Constantino reflete apenas o tamanho da força expedicionária que ele liderou na Itália, de acordo com o mesmo panegirista, Constantino teria deixado três quartos de suas tropas (portanto, 120.000 homens adicionais) na Gália. DEPEYROT, 2007, p. 244.

2913 ODAHL, 2004, p. 94; LENSKI, 2007a, p. 70; BARNES, 2014, pp. 82-83.

2914 ODAHL, 2004, p. 94; LE BOHEC, 2006, p. 32.
Saliente-se o total desastre de formar numa tal posição, tendo na retaguarda uma forte linha d'água que impossibilitaria qualquer movimento de reorganização de tropas ou de fuga, tal como viria a acontecer. Desde sempre que quaisquer procedimentos táticos de um exército em batalha proíbem terminantemente que se tenha obstáculos na retaguarda, pois linhas de água ou notórios acidentes no terreno foram sempre utilizados apenas como proteções para impedirem ataques pelos flancos. Maxêncio e os seus oficiais, onde radicavam os excelsos homens da guarda pretoriana, escolhem assim a pior posição tática que Deus lhes poderia ter inspirado.

2915 GIBBON, 1999, p. 456.

congénere inimiga[2916], forçando a que as suas linhas, já desorientadas pelo caos provocado pelo movimento errático dos cavaleiros em fuga, se vissem obrigados a recuar[2917].

Sem espaço para poder reorganizar as suas tropas na retaguarda, Maxêncio viu grande número dos seus soldados a precipitarem-se desordenadamente para a frágil ponte ou a atirarem-se nas águas do rio morrendo afogados pelo peso das suas couraças na tentativa de fugirem da infantaria de Constantino[2918].

Apenas a cavalaria da guarda imperial de Maxêncio e a guarda pretoriana conseguiram ainda manter a sua formação durante algum tempo, mas estas viriam a ser desfeitas ante a investida dos ataques repetidos das tropas montadas constantinianas, tendo assim que encetar também uma fuga desordenada em direção ao Tibre, onde já não encontrariam qualquer passagem devido ao colapso da ponte[2919]. Ficariam assim sujeitos a desmontar e atirarem-se igualmente ao Tibre ou a procurarem defender-se até à morte dos golpes das tropas adversárias. Maxêncio, já sem qualquer esperança de conseguir a vitória, procurou fugir ainda enquanto existia a ponte[2920], mas, segundo a narrativa de Zósimo, viria também a cair no rio quando ela colapsou devido ao peso excessivo[2921].

O corpo de Maxêncio foi posteriormente recuperado do rio, mutilado e a sua cabeça foi exibida pelas ruas de Roma, antes de ser enviada para Cartago para provar aos seus sequazes africanos de que ele estava efetivamente morto[2922].

No dia seguinte à batalha, Constantino entrou em Roma em triunfo, embora não tenha celebrado propriamente um triunfo formal, nem tenha subido ao Capitólio para agradecer a Júpiter a sua espantosa vitória. Por vezes pretende-se ver neste gesto a plena assunção da fé

2916 Embora não haja relatos que possam suportar esta nossa conjetura, acreditamos que as tropas de Constantino bem poderão ter utilizado também nesta batalha as inovadoras armas que eram as mocas com ponta de aço que teriam já utilizado na Batalha de Turim. Possivelmente aqui, e já antes na batalha de Brescia, elas conseguiriam ser muito eficazes contra o pesado couraçamento da cavalaria, o que poderia justificar o rápido colapso da formação das tropas montadas de Maxêncio, que eram em número bastante considerável. Não parece razoável admitir-se que uma tal arma que terá auxiliado de forma tão robusta as anteriores vitórias de Constantino, tivesse sido aqui abandonada, o que poderia mesmo ajudar a explicar o curto tempo em que decorreu o confronto.

2917 ODAHL, 2004, p. 94; BARNES, 2014, p. 83.

2918 GIBBON, 1999, p. 457; LENSKI, 2007a, p. 70.

2919 EVSEB. CAES. *VC*. 1.38; ODAHL, 2004, p. 94.

2920 Saliente-se que a confiarmos nas narrativas que nos chegaram sobre esta batalha, Maxêncio teria ainda pretendido fugir numa fase precoce desta, atendendo a que quando o teria pretendido fazer ainda existia a ponte de madeira que mandara construir. Isto ter-se-ia dado possivelmente antes mesmo do colapso total das suas tropas, visto que ainda se deveriam manter no terreno os seus contingentes de cavalaria imperial e da guarda pretoriana. Segundo Lactâncio, Maxêncio teria sido empurrado para o rio, ainda a cavalo, pela massa desvairada dos seus soldados em fuga por esta ponte. LACT. *Mort*. 44.9.

2921 ZOS. 2.16; LE BOHEC, 2006, pp. 32-32.

2922 LENSKI, 2007a, p. 70; BARNES, 2014, p. 83.

cristã, não querendo Constantino prestar culto a um deus pagão, mas desde os tempos da já longínqua República que os romanos nunca celebravam triunfos sobre outros romanos[2923].

O Senado de Roma deu imediatamente a Constantino o título de principal Augusto, conferindo-lhe a partir de então o direito exclusivo de nomear os futuros imperadores[2924].

Constantino desfez imediatamente o corpo da guarda pretoriana[2925], dando início à constituição das Escolas Palatinas tropas que teriam funções quase equivalentes, mas que não teriam que estar sediadas em Roma e lhe deveriam ser pessoalmente devotadas[2926]. Enquanto se manteve na capital, durante os meses de novembro e dezembro de 312, o novo principal Augusto concedeu inúmeros privilégios e subsídios à igreja cristã e ao seu clero[2927].

Antes mesmo de sair de Roma, Constantino teve a preocupação de ter iniciado uma profunda transformação religiosa nos territórios recentemente conquistados da Itália e da África[2928], pois todos esperavam que se mantivesse comprometido com uma política de grande tolerância religiosa, como fizera primeiro na Britânia e depois na Gália e na Hispânia.

Assim, em 313, possivelmente confiante no apoio generalizado dos cristãos, alargou o âmbito das suas dádivas, começando a conceder privilégios fiscais ao seu clero e a elevar o estatuto da igreja dentro da sociedade romana[2929].

Constantino afirmava-se assim em todo o Império como o imperador de uma nova era, com grande apoio popular e dono de uma extraordinária capacidade bélica, que conseguira numa campanha sem quaisquer hesitações derrotar o usurpador que antes resistira às investidas de Severo II e de Galério.

Constantino, que era agora senhor de Roma, que ainda era a posição estratégica mais poderosa do Império e que contava ainda com um forte exército auxiliado pelo o indefetível auxílio divino, era o imperador que tinha reunido então todas as condições para se impor em todo o Império.

A Oriente ainda estavam Maximino Daia e Licínio, mas a sua marcha para o poder absoluto tinha-se já aureolado de um fulgor imparável. Tal confirmar-se-ia logo no ano seguinte, quando Maximino Daia foi derrotado por Licínio numa decisiva batalha perto de

[2923] BARNES, 2014, p. 83.
[2924] LACT. *Mort.* 44.11; BARNES, 2014, p. 83.
[2925] ELTON, 2007, p. 328.
[2926] MONTEIRO; 2020b, p. 301.
[2927] CAMERON, 2007a, p. 108; BARNES, 2014, p. 84.
[2928] LEE, 2007, p. 170; BARNES, 2014, p. 84.
[2929] BARNES, 2014, p. 84.

Tarso, em 30 de abril de 313[2930]. O vencido conseguiu fugir, contudo pouco depois, em agosto, vendo tudo perdido após ter oferecido uma última resistência nos desfiladeiros de Tauro[2931], suicidou-se[2932].

Por sua vez, Licínio, ver-se-ia forçado por Constantino a entrar numa guerra em duas fases, em que este o viria a derrotar num impressionante cômputo de batalhas em que o *casus beli* seria supostamente o tratamento discriminatório dado aos cristãos no Oriente pelo imperador pagão[2933]. Sob o estandarte cristão que não mais abandonaria, Constantino derrotou primeiro o seu adversário em 314 (ou 316) na Batalha de Síbalas[2934] na Croácia e, nos finais de 316, na batalha de Márdia ou do Campo Mardiense[2935], território que fica hoje na Turquia europeia.

Após um período de tréguas que duraria oito anos, Constantino iniciaria uma segunda fase de hostilidades em que derrotaria Licínio em consecutivos confrontos, como aconteceria em julho de 324 numa Batalha em Adrianopla[2936] e, com o auxílio do seu filho Crispo[2937], destruiria a sua poderosa armada na Batalha naval do Helesponto no estreito dos Dardanelos[2938]. Constantino avançaria então para a fase final da campanha contra Licínio, que se veria cada vez mais forçado a retirar para os territórios orientais do Império, sendo derrotado ainda no mesmo ano no cerco de Bizâncio, em julho[2939] e finalmente receberia o

---

2930 ODAHL, 2004, pp. 104-105; GONZÁLEZ, 2005, ("*ERGENVS*" *campus*), p. 189. A batalha de Tarso também é referenciada frequentemente por Batalha de Tzíralo (Tzirallum). Batalha travada na planície de Ergene, perto de Çorlu, Turquia.

2931 Desfiladeiros do maciço atualmente conhecido como Tauro, Turquia. GONZÁLEZ, 2005, ("*TAVRI* II"), p. 604.

2932 LACT. *Mort*. 45-47, 49; ODAHL, 2004, p. 105; BARNES, 2014, pp. 97-98.

2933 ODAHL, 2004, pp. 102, 143-144, 150, 153, 155; LENSKI, 2007a, p. 75; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 235-236; BARNES, 2014, pp. 102-103, 106.

2934 EGGENBERGER, 1985, ("*CIBALAE*"), p. 99; ODAHL, 2004, pp. 144-145; GONZÁLEZ, 2005, ("*CIBALAE*"), p. 140; BARNES, 2014, p. 103. Hoje Vinkovci, Coácia, segundo David Eggenberger a batalha teve lugar no dia 8 de outubro de 314, enquanto que, tanto para Charles Odahl e Julio Rodríguez González como para Timothy Barnes, ocorreu a 8 de outubro de 316.

2935 EGGENBERGER, 1985, ("*CIBALAE*" e "*MARDIENSIS*"), p. 99; ODAHL, 2004, p. 145; GONZÁLEZ, 2005, ("*ARDIENSIS*"), p. 58; LENSKI, 2007a, p. 74; BARNES, 2014, p. 103. Planície ao sul do rio atualmente denominado Ardas, na Turquia europeia, a oeste de Edirne, novembro de 316.

2936 EGGENBERGER, 1985, ("ADRIANOPLE I), p. 4; ODAHL, 2004, p. 154; GONZÁLEZ, 2005, ("*HADRIANOPOLIS* I"), p. 212; LENSKI, 2007a, p. 75; BARNES, 2014, p. 106. Hoje Edirna, Turquia, 3 de julho de 324.

2937 GONZÁLEZ, 2005, p. 218; BARNES, 2014, p. 106.

2938 ODAHL, 2004, p. 154; GONZÁLEZ, 2005, ("*HELLESPONTVS* I" *fretum*), pp. 218-219; BARNES, 2014, p. 106. Estreito de Çanakkale (Dardanelos), Turquia, julho de 324.

2939 EGGENBERGER, 1985, ("*BYZANTIUM* II"), p. 70; ODAHL, 2004, pp. 157-158; GONZÁLEZ, 2005, ("*BYZANTIUM* V"), pp. 104-105; BARNES, 2014, p. 106. Hoje Istambul, Turquia, julho de 324.

golpe de misericórdia em 18 de setembro na Batalha de Crisópolis[2940], cita na Calcedónia, território que pertence hoje administrativamente à cidade de Istambul.

Imagem 124 - Moeda de Licínio representando-o usando uma coroa de louros, no anverso, e Júpiter segurando o globo de poder encimado com Nice (Nike) dentro de uma inscrição homenageando Júpiter como o "Protetor dos Augustus", no reverso (316) [in ODAHL, 2004, p. 15.

Apesar da sua derrota, Licínio, juntamente com o seu filho, teria conseguido escapar e ainda reuniu um exército de cerca de 30.000 homens na Nicomédia para tentar enfrentar de novo Constantino[2941]. No entanto, todos compreendiam que as tropas que lhe restavam não tinham condições de enfrentar de novo o exército de Constantino, e Licínio foi persuadido, possivelmente pela sua mulher Constância, a desistir do confronto e a entregar-se. Constância, convencida pelo seu forte laço familiar, de que encontraria misericórdia por parte de Constantino, pois era sua meia-irmã, filha do segundo casamento de Constâncio Cloro com Teodora, a filha mais velha de Maximiano, convenceu Licínio que ela poderia assegurar a sua segurança se se rendesse[2942].

O pragmático Constantino, sob juramento de honra, atendeu os ingentes pedidos da sua meia-irmã e, depois do seu adversário ter deposto as armas, poupou-lhe a vida, tal como a do seu filho, mandando apenas aprisioná-los[2943].

Era agora o imperador absoluto do Império, sem ter qualquer rival, concentrando todo o poder em suas mãos, mas teria certamente a memória bem viva dos tempos difíceis das disputas tetrárquicas, das traições, das intrigas palacianas e sabia por experiência própria que era uma ingenuidade confiar na natureza humana.

Possivelmente impulsionado pelo seu sentimento pistantrofóbico, Constantino, apesar do seu juramento, talvez mesmo realizado em nome de Cristo, mandou posteriormente que Licínio fosse executado[2944] a que se seguiria, cerca de um ano depois, o seu filho[2945], com quem tinha até laços familiares, pois era seu sobrinho.

2940 EGGENBERGER, 1985, ("*CHRYSOPOLIS*"), p. 99; ODAHL, 2004, p. 159; GONZÁLEZ, 2005, ("*CHRYSOPOLIS*"), p. 140; LENSKI, 2007a, p. 76; BARNES, 2014, p. 106. Hoje Üskudar, Turquia, 18 de setembro de 324.

2941 BARNES, 2014, p. 106.

2942 ODAHL, 2004, p. 160; BARNES, 2014, p. 106.

2943 GIBBON, 1999, p. 472; ODAHL, 2004, p. 160; LENSKI, 2007a, p. 76.

2944 GIBBON, 1999, p. 472.

2945 ODAHL, 2004, p. 160; LENSKI, 2007a, p. 77.

Constantino, agora com o cetro do poder absoluto e iria dotar o Império de um novo sistema defensivo que lhe garantisse a fidelidade e a segurança de possuir as melhores tropas do Império.

14.8. Um Modelo Estratégico Moldado na Segurança Pessoal

Após o imperador Diocleciano (284-305) ter implementado, para consolidar a defesa estratégica do Império, o exigente paradigma dos delimitadores[2946], uma radical mudança ocorreu no sistema defensivo, poucos anos depois[2947], sob o cetro de Constantino I.

Este imperador não só iniciou um processo que levaria ao progressivo entibiamento das funções militares dos delimitadores, como promoveria a instalação de um outro sistema defensivo, de carácter elástico, e que implicou a criação de corpos de elite que, organizados em grandes unidades, passariam a servir como exércitos móveis de reserva com a responsabilidade de eliminar quaisquer invasões fronteiriças[2948].

Esta mudança, de carácter tão radical, bem poderá ter sido o resultado de um qualquer condicionamento subliminar deste imperador, não sendo de excluir a hipótese de que este fosse o resultado do seu difícil historial biográfico. Uma tal mudança não parece ser propriamente atribuível à fragilidade do modelo dos delimitadores, nem verdadeiramente, a um agravamento das exigências militares no *limes*, uma vez que não é detetável qualquer registo de um incremento na atividade bélica nas fronteiras do Império.

Poder-se-á mesmo afirmar que o índice de esforço marcial exigido ao exército romano na época do Principado de Constantino e que poderá ser aferido nos quadros da atividade bélica que apresentamos neste trabalho, é bastante menos exigente do que terá sido em períodos homólogos anteriores[2949]. Da análise comparativa dos quadros da confrontação bélica pode-se aferir que entre os anos de 301 e 350[2950], período que compreende o Principado de Constantino, o exército romano foi submetido a uma substancial diminuição da sua taxa de esforço na defesa das fronteiras relativamente ao que tinha sucedido nos 50 anos anteriores e que enquadram o período da segunda metade do século III[2951]. Neste último

[2946] MACDOWALL, 1994, pp. 3-4; RICHARDOT, 2001, pp. 103, 129-130; MACDOWALL, 2002, p. 3.
[2947] Não é possível determinar uma data precisa para esta transformação, o que leva a crer que ela terá ocorrido num lento processo de substituição que durou vários anos.
[2948] FERRILL, 1986, p. 49; LE BOHEC, 2006, pp. 35-36; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 544.
[2949] Consultar, no subcapítulo 10.6., os quadros da atividade militar do exército romano entre o ano 1 e 450 d.C., apresentados em blocos cronológicos de 50 anos cada.
[2950] Subcapítulo 10.6.7., sétimo bloco cronológico - 301 a 350 d.C.
[2951] Subcapítulo 10.6.6., sexto bloco cronológico - 251 a 300 d.C.

quadro encontramos o que se pode realmente considerar como a fase militar mais exigente para o exército romano, com um total de 290 batalhas, enquanto que o que se verifica entre 301 e 350, onde se deverá ter consolidado verdadeiramente o modelo dos delimitadores, apresenta uma franca redução do esforço marcial exigido, tendo ocorrido apenas cerca de 69 batalhas, o que corresponde a menos de um quarto.

É, pois, cogente supor-se que as motivações que teriam levado o filho de Constâncio Cloro a pretender instalar uma defesa elástica criando os corpos de palatino-comitatenses, teriam sido iminentemente causadas por uma qualquer motivação de âmbito pessoal e não tanto por uma premente necessidade de dotar o Império de um outro tipo de estratégia defensiva mais eficaz. Embora uma tal motivação não seja passível de ser determinada com segurança, condenando-nos ao campo especulativo das hipóteses, estamos convencidos que Constantino a tenha levado a cabo, não só como resultado do que foi o seu extenuante esforço pessoal que lhe foi exigido para se impor, mas também da necessidade de se rodear de condições militares que lhe assegurassem a inequívoca posse do poder imperial[2952].

Provavelmente convencido da pouca eficácia que teria para este seu desiderato o modelo preventivo dos delimitadores, que por um lado era demasiado disperso para poder ser eficazmente controlado, e por outro o facto de ser um sistema defensivo que não era dotado de tropas de elite que lhe fossem inequivocamente leais. Constantino terá tomado assim a decisão de alterar este paradigma, com o objetivo de garantir permanentemente a sua segurança, sendo para tal necessário que ele tornasse cada vez mais secundário o papel defensivo dos delimitadores e implementasse a criação de exércitos de elite.

Estes teriam que estar integrados num modelo que permanecesse na sua esfera de influência, permanecendo sempre na proximidade dos locais onde estabelecesse a sua residência imperial, visto que ainda não existia a estrutura imperial fixa que se viria a tornar a Nova Roma, em Bizâncio[2953]. Constantino deslocava a sua corte por variadas geografias do Império[2954] e pretendia ter nestes locais exércitos de elite que garantissem a sua segurança e que pudessem funcionar como reservas móveis. Estas seriam assim tropas que, tanto poderiam defender as fronteiras de inimigos exteriores, como dos inimigos internos, garantindo-lhe que não haveria condições para uma forte tentativa de usurpação.

Uma tal opção estratégica teria como consequência imediata a necessidade de diminuir os hipertrofiados números de delimitadores instalados nas fronteiras para que a partir destes

[2952] LE BOHEC, 2006, p. 28.
[2953] BARNES, 2014, pp. 111-112.
[2954] GIBBON, 1999, p. 459.

pudessem ser criados os novos corpos de comitatenses que deveriam ser equipados e treinados de forma a constituírem verdadeiros corpos de elite[2955]. Estes exércitos já não seriam distribuídos por longínquas áreas de fronteira, mas sempre em fortalezas e acampamentos, bem no interior dos territórios imperiais, deslocando-se rapidamente para os locais onde se fizesse necessária a sua intervenção [2956].

A partir de então, nenhum *comes*[2957] rebelde, nenhum general ambicioso, por mais carismático que pudesse ser e por mais longínqua que fosse a sua província, teria condições de congregar uma capacidade militar suficientemente robusta para se tornar uma ameaça ao seu poder.

Mas não só a sua necessidade de enfrentar este complexo esforço bélico num quadro de permanentes traições e mentiras, poderá ter sido a causa para que o futuro fundador da Nova Roma tenha sentido a necessidade de implementar este modelo elástico. Alguns condicionalismos de índole psicorrelacional poderão, em nossa opinião, ter contribuído, para esta resolução estratégica, associados a uma tendência de perfil pistantrofóbico, causado pelas difíceis experiências pessoais e tensões políticas e militares em que se viu envolvido.

Constantino, que ao longo de anos teve a oportunidade de sentir o funesto resultado das inúmeras traições, dissimulações e mentiras urdidas pelos protagonistas do poder tetrárquico [2958], bem poderia ter desenvolvido um mecanismo de autodefesa que o

---

[2955] As Escolas Palatinas resultam desta mesma necessidade de criar condições para a sua segurança, sendo estes não mais do que pequenos grupos formados pelo escol dos melhores soldados dos comitatenses que ficariam responsáveis, colocados em proximidade, pela sua própria segurança pessoal. O próprio termo "palatinos" indica precisamente a sua presença no palácio (*palatino*), referindo-se àquele onde o imperador circunstancialmente se tivesse instalado. LE BOHEC, 2006, pp. 35, 58-60, 68-70, 82, 96, 142-143, 146, 151; MONTEIRO, 2020b, p. 301.

[2956] GOLDSWORTHY, 2003, p. 207.

[2957] *Comes*, plural *comites*, por vezes traduzido para conde, significa "companheiro", RICHARDOT, 2001, p. 55. Segundo Yann Le Bohec: "companheiro do imperador, não necessariamente um oficial". LE BOHEC, 2006, pp. 142-143. Foi um termo de origem latina empregado para designar o conselheiro pessoal ou retentor de um imperador ou rei bárbaro. MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 7, 9, 11-13.

[2958] É bem possível que numa corte onde se desenvolveriam inúmeras intrigas e boatos, como era a de Constantino, episódios sórdidos pudessem ter ocorrido ou sido mesmo fruto da propaganda imperial para justificar determinados atos mais dramáticos. Podemos assim entrever o nível de suspeição e conluio que se estabelecera na corte a propósito de uma das narrativas de Lactâncio contada na sua obra "Sobre a Morte dos Perseguidores" (*De Mortibus Persecutorum*).
Nesta, Maximiano teria urdido um plano para assassinar Constantino enquanto este dormia no palácio imperial de Arles. Ele chamou a sua filha Fausta e pediu-lhe, com súplicas, para que esta traísse o seu marido prometendo-lhe que conseguiria outro que fosse ainda mais digno dela. Pediu-lhe então que permitisse que o seu quarto fosse deixado aberto e vigiado de forma descuidada. Fausta prometeu fazê-lo, mas imediatamente informou Constantino sobre as sórdidas intenções do pai.
Foi então criado um estratagema para que o crime fosse capturado em ato, tendo sido posto um eunuco na cama a substituir o imperador.
Maximiano ter-se-ia levantado durante a noite julgando que tudo estava pronto para o seu plano. Havia poucos soldados de guarda e os que se encontravam nas imediações estavam relativamente afastados. Então Maximiniano disse-lhes que tinha tido um sonho que queria relatar a Constantino e entrou no quarto deste, tendo de imediato esfaqueado o eunuco que estava no seu lugar, tendo corrido exultante na sua

condicionou na capacidade de estabelecer laços de plena confiança naqueles que o rodeavam[2959].

O sistema dos delimitadores, com os seus contingentes dispersos ao longo das enormes fronteiras do Império, muito longe do seu controle pessoal e com inúmeros condes e duques que não controlava e que nem sequer conhecia pessoalmente, seriam para Constantino certamente casos preocupantes de uma deslealdade latente, nomeadamente enquanto estes tivessem a capacidade de urdir motins ou mesmo futuras tentativas de usurpação.

O sistema dos comitatenses, que poderia ter uma marcada analogia com a organização militar germânica, onde a relação entre o chefe e os seus guerreiros era realizada por um juramento pessoal de lealdade, que adquiriam assim o estatuto de "companheiros" do chefe[2960], constituía o modelo militar que mais poderia dar-lhe alguma segurança e mitigar o aparecimento de convulsões internas.

O que se viria a tornar o poderoso senhor absoluto do Império a partir de 324, não estaria muito inclinado, depois do seu problemático historial, a confiar na fidelidade de comandantes e tropas que se encontravam nas longínquas fronteiras do Império.

Alguns casos familiares dramáticos, de enorme gravidade, poderiam ter mesmo vindo a contribuir para a sua generalizada insegurança. Consideramos mesmo que é possível detetar alguns sinais deste quadro psicofóbico na forma extremamente intolerante, implacável e fria que demonstrou no tratamento do dramático problema pessoal que o atingiu em 326 e em que estiveram envolvidos o seu filho Crispo e a sua consorte imperial Fausta[2961].

Este poderá sem dúvida ser considerado um dos episódios mais marcantes da vida de Constantino e que nos remete para a liminar condenação à morte do seu filho Crispo em 326,

---

autoproclamação de que detinha agora o poder, visto que Constantino estava morto. Subitamente, o imperador surgiu na sua frente com um grupo de soldados armados e desmascarou-o quando trouxeram o cadáver do eunuco assassinado. O assassino, compreendendo que fora apanhado, ficou estático no local como se fosse uma estátua, sem conseguir articular uma palavra.
Ele foi então severamente repreendido pela deslealdade de ter tentado assassinar Constantino, tendo recebido a ordem de se matar imediatamente. Tendo-lhe sido dada ainda a possibilidade de escolher como o faria, Maximiano optou por se enforcar. LACT. *Mort.* 30.1-5; BARNES, 2014, pp. 73-74.

[2959] GOLDSWORTHY, 2010a, pp.243-245.

[2960] MACDOWALL; McBRIDE, 1996, pp. 9-13.

[2961] Embora não seja possível atribuir-se uma data para um mais forte incremento do modelo elástico dos comitatenses, sendo que este deverá possivelmente ter sido um processo gradual, talvez seja admissível considerar-se, atendendo à data, que este trágico episódio que intimamente muito deveria ter afetado Constantino, possa ter contribuído para o incremento deste processo.
Note-se, a propósito da data de 326, que Constantino só a partir de 324 se tornou o imperador absoluto (GOLDSWORTHY, 2010a, p. 534) e uma tão radical mudança estratégica estrutural no sistema defensivo só se poderia ter realizado sob tais condições.

a que se seguiria a da sua consorte Fausta[2962], apenas dois meses mais tarde[2963], precisamente duas das pessoas sobre as quais deveria ter desenvolvido os mais fortes laços afetivos.

Imagem 125 - Moeda de bronze com representação do busto de Fausta como a "Máxima Augusta" no anverso, e com a imperatriz de pé segurando, nos braços, Constantino II e Constâncio II sob a inscrição "*Salus Republicae*" no reverso (326). [in ODAHL, 2004, p. 182].

Poderemos, no entanto, procurar deitar mão de algumas hipóteses explicativas quanto à sua "frieza" condenatória, lidas à luz das teorias modernas sobre o que o teria levado a estabelecer tais condenações extremas sobre Crispo, o seu possível herdeiro e a sua rainha, mãe dos seus outros três filhos masculinos. Apesar de toda a sordidez do episódio em que poderão estar envolvidos, dever-se-á salientar a forma brutal como os condenou à morte, demonstrando assim a sua liminar incapacidade de lidar com qualquer forma de traição. Se, por um lado, se ainda persiste a remota possibilidade do falecimento de Fausta se poder dever a um acidente, pelo contrário, é bem clara a implacabilidade da condenação do imperador sobre o seu filho primogénito.

Para uma melhor compreensão do carácter de Constantino dever-se-á realizar uma análise sumária do que é possível saber-se sobre este trágico incidente.

Nos comentários que Sidónio Apolinário[2964], terá feito a propósito de um dístico satírico que atribuiu a Ablávio, o prefeito do pretório de Constantino, as duas mortes estarão intrinsecamente ligadas, afirmando-se que Constantino se livrara quase simultaneamente de sua esposa Fausta com "um banho quente e seu filho Crispo com veneno frio"[2965].

Sidónio não foi o único escritor antigo a ligar a causalidade das duas mortes, pois Zósimo também as apresenta como dois assassinatos interligados[2966], enquanto São Jerónimo nos diz que a morte de Crispo, tal como a de Licínio, teria sido crudelíssima, tal como também o refere para a de Fausta[2967].

[2962] LIGHTMAN; LIGHTMAN, 2008, pp. 137-138.

[2963] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 243, 534.

[2964] Sidónio Apolinário (*Sidonius Apollinaris*), foi poeta, diplomata e bispo, nasceu cerca de 430 e faleceu cerca de 485. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 455-457.

[2965] SIDON. *Epist*. 5.8.2; BARNES, 2014, pp. 144-145.

> «[…] *quia scilicet praedictus Augustus isdem fere temporibus extinxerat coniugem Faustam calore balnei, filium Crispum frigore veneni.* […]», «[…] the aforesaid Augustus had almost simultaneously got rid of his wife Fausta with a hot bath and his son Crispus with cold poison […]».

[2966] ZOS. 2.29.2.

[2967] BARNES, 2014, p. 145:

Mas que razões de força maior teria Constantino para mandar matar o seu primogénito desta forma, sabendo-se da sua mútua proximidade e que Crispo lhe era um filho muito querido?

Não chegaram até nós relatos fidedignos que nos possam esclarecer com detalhe sobre a possível veracidade de tais acontecimentos, mas alguns rumores da corte indicavam que o seu filho Crispo e Fausta teriam um relacionamento incestuoso.

Supostamente, a dramática situação teria surgido no momento em que Fausta se queixara ao imperador que o seu enteado a teria assediado sexualmente, pretendendo encetar um relacionamento com ela, embora Crispo, quando foi confrontado com a acusação, o tenha negado veementemente. Poderemos imaginar o conflito íntimo de Constantino, fulminado pela possível traição das duas pessoas com as quais deveria ter desenvolvido os mais profundos laços afetivos. Crispo era o fruto do seu relacionamento com Minervina[2968], a sua primeira mulher, por todos estimado e considerado como o seu sucessor, sendo já um excelente comandante militar. Ainda poucos meses antes ajudara o pai na guerra contra Licínio, chefiando de forma brilhante a frota que venceu a poderosa armada do seu rival na Batalha naval do Helesponto, onde viria a derrotar o almirante Abanto.

Por seu lado, Fausta era uma esposa que sempre parecera ter-lhe sido fiel, não só porque denunciou a Constantino a tentativa de usurpação perpetrada pelo seu próprio pai Maximiniano[2969], mas porque também tinha já dado a Constantino cinco filhos, entre eles três rapazes[2970].

É natural que todo este doloroso episódio possa ter constituído um profundo trauma para o imperador, que veria subitamente abalado o principal pilar da sua estrutura familiar. Pensamos mesmo que a forma rápida e brutal como Constantino decidiu castigar os protagonistas deste drama hipolitiano[2971], é bem revelador do transtorno íntimo do

---

> «[…] Jerome coupled the death of Crispus with that of Licinius, stating that both were 'most cruelly killed' (Chronicle 231d: *crudelissime interficiuntur*), and he uses exactly the same verb for the death of Fausta (Chronicle 232a: *Constantinus uxorem suam Faustam interficit*) […]».

2968 Nada se sabe com segurança sobre Minervina, a primeira esposa de Constantino, exceto que era este o seu nome e que ela o teria deixado viúvo antes de 307, depois de lhe ter dado um filho, de nome Crispo, que terá nascido no final de 300. BARNES, 2014, pp. 48-49, 69, 206.

2969 LIGHTMAN; LIGHTMAN, 2008, p. 137.

2970 Ela casou-se com Constantino em 307 e deu-lhe pelo menos cinco filhos de 316 em diante, três filhos (Constantino, Constâncio e Constante) e duas filhas (Constantina e Helena). WOODS, 1998, p. 70.

2971 A famosa tragédia grega "Hipólito" de Eurípedes (E. *Hipp.*) e mesmo a sua congénere latina escrita por Séneca titulada "Fedra" (SEN. *Phaedr.*), que certamente Constantino conheceria, são exemplos de dramas teatrais que refletiam num plano arquetípico o brutal conflito interior que Constantino estaria possivelmente a experienciar na sua vida real. Em ambas as tragédias, Fedra, a mulher de Teseu, apaixonada pelo seu enteado Hipólito que procura seduzir, mente ao rei de Atenas, afirmando por entre lágrimas, para se vingar da indiferença do herói aos seus arrebatados avanços, que teria sido por ele assediada.

imperador, impondo condenações radicais, que causariam grande sofrimento e não teriam assim modo de ser reparadas.

Note-se que o imperador não os sentenciou a prisão num qualquer exílio numa ilha inóspita, com vitalícias limitações a todo o tipo de conforto, como Augusto fez com a sua descendência feminina[2972], mas condenou-os à pena capital, o que espelha, não só a sua ânsia por uma reparação, como também adquirem laivos de vingança.

A acreditarmos no relato de Zósimo, a mãe de Constantino, Helena, por quem este parecia nutrir um grande carinho, teria ficado tão transtornada que se recusava a admitir que o neto preferido tivesse sido morto por ordem do seu próprio filho[2973].

[2972] Júlia, a Velha, nascida em 39 a.C., foi a única filha de Augusto e que resultou do seu primeiro casamento com Escribónia. Segundo a vontade paterna, ela deveria tornar-se o protótipo da mulher virtuosa e dedicada à família segundo os preceitos da antiga moral romana, o que não viria a acontecer devido ao seu comportamento irreverente. Primeiro Júlia casou-se com o primo Marco Cláudio Marcelo, o filho da irmã de Augusto, Otávia, em 25 a.C., mas terá enviuvado apenas dois anos depois. Em 21, foi levada a casar-se com Marcus Vipsanio Agripa que era 21 anos mais velho, de quem, no entanto, teve cinco filhos. Ficou novamente viúva em 12 a.C., tendo sido então coagida, por influência de Augusto, a casar-se com Tibério, tendo o relacionamento sido sempre problemático devido às profundas diferenças de carácter que existiam entre os dois. Sentindo-se livre durante os anos de ausência a que Tibério se autoimpôs afastando-se de Roma, Júlia acabaria por se cercar de um grupo de jovens amigos com os quais se envolveu em inúmeros casos amorosos escandalosos. Em 2 a.C., empenhado em moralizar o comportamento dos cidadãos romanos e sem conseguir controlar os desmandos da filha, Augusto decidiu denunciar publicamente as suas aventuras sexuais dirigindo uma carta ao Senado na qual descrevia com bastante detalhe as suas faltas morais e denunciava aqueles que tinham sido seus amantes. Nesta sequência, Júlia acabaria por ser banida por adultério e conspiração para a inóspita ilha de Pandatária, hoje Ventotene, situada na costa de Nápoles, tendo-lhe o pai interditado o usufruto dos seus bens pessoais e forçando-a a ter de viver de forma austera apenas com uma modesta mesada. Augusto decretou ainda que qualquer associação ilícita, quer com ela, quer com qualquer outro membro feminino da sua casa, era doravante considerada alta traição. Todos os homens que, supostamente, se teriam envolvido com ela também foram punidos com o exílio, tendo os implicados visto as suas condições ainda mais agravadas quando Tibério se tornou imperador. LIGHTMAN; LIGHTMAN, 2008, pp. 162-164.
Augusto enfrentaria ainda um problema análogo com o comportamento indecoroso da sua neta Júlia, dita a Nova, filha da anterior e nascida em 19 a.C. Em 4 a.C. Júlia casou com Lúcio Emílio Paulo, cônsul em 1 d. C., mas logo em 2 a.C. a sua vida foi abalada pela condenação da sua mãe que foi envolvida no escândalo já citado. Exatamente 10 anos após este funesto acontecimento, Júlia, a Nova, também seria exilada sem que, no entanto, a gravidade do seu crime ainda não esteja completamente esclarecida. Sabemos que foi enviada para a ilha de Trímero (Trímeros), situada na costa da Apúlia, por ter cometido adultério com Décimo Júnio Silano, um aristocrata romano e que posteriormente o seu marido também foi acusado de conspiração contra o imperador e executado. Já no exílio, Júlia teria ainda dado à luz, mas Augusto recusou se a permitir que o pai reconhecesse a criança, tendo esta sido exposta por ordem do imperador. Sem nunca conseguir o perdão, mesmo após 20 anos de abandono no exílio, esta trágica neta de Augusto viria a morrer em 28 d.C. LIGHTMAN; LIGHTMAN, 2008, pp. 164 165.

[2973] Talvez com a acrimónia que resultava de Zósimo não ser favorável ao governo de Constantino, aquele acrescentaria ainda que o imperador teria procurado acalmar a mágoa da sua mãe, tentando absurdamente remediar o sucedido, através da morte de Fausta. ZOS. 2.29.2.
Timothy Barnes afirma mesmo que o relato de Zósimo teria sido retirado de Eunápio de Sárdis, que era um ferrenho anticristão e poderia assim ter adulterado os factos. BARNES, 2014, p. 145.

Para o anónimo do epitoma *De Caesaribus*, autor que também deveria ter bebido no relato de Eunápio e que escreveu bastante mais tarde[2974], já depois de 395, a narrativa é semelhante, mas, no entanto, diverge na sua ênfase.

Segundo este, Constantino, depois de ter obtido o domínio de todo o Império Romano por um sucesso notável nas suas guerras, ordenou pouco depois que seu filho Crispo fosse morto, tal como se pensa que aconteceu com a sua esposa Fausta. Assim, ele tê-la-ia mandado trancar em banhos escaldantes e matou-a porque sua mãe, Helena, culpou-o por estar a sofrer de uma tristeza insuportável devido à morte do seu neto[2975].

No entanto, mais tarde, Aurélio Victor, afirma, no vigésimo terceiro ano depois de Constâncio II se tornar Augusto, isto é, em 360, que Crispo não teria sido sumariamente condenado à morte pelo pai, mas que fora condenado após ser submetido a um julgamento formal[2976].

Tudo leva a crer que Aurélio Victor estaria bem informado sobre o Principado deste imperador e que teria assim possivelmente relatado corretamente alguns dos fatos importantes que a propaganda constantiniana teria tentado omitir deliberadamente. Victor afirma que Crispo pereceu como resultado de um veredicto judicial proferido pelo seu pai após um julgamento coletivo.

No entanto, quando este autor afirma que o motivo da condenação de Crispo era desconhecido[2977], é antes de admitir que a causa da ignorância geral do que aconteceu tenha sido simplesmente o facto de que Constantino tenha pretendido julgar o filho num âmbito restrito, como seria prática em casos delicados em que estivessem evolvidas figuras da família imperial[2978]. Este tipo de julgamento era realizado apenas com os seus conselheiros pessoais, o que garantiria o máximo sigilo.

[2974] Frequentemente atribuído a Aurélio Victor (*Sextus Aurelius Victor*). Viveu entre cerca de 320 e cerca de 390, foi um historiador e político do Império Romano.

[2975] AVR. VICT. *Cae*. 41.11 (pp. 50, 227).

[2976] BARNES, 2014, p. 146.

[2977] AVR. VICT. *Cae*. 41.11: «[…] *cum natu grandior, incertum qua causa, iudicio patris occidissset* […]».

[2978] Se o César Crispo, que normalmente se encontrava em Trier, não teria, como tudo indica, sido preso na Gália, é possível que na época ele se tivesse deslocado para o norte de Itália para se juntar ao seu pai. Crispo, que era casado e já tinha um filho, possivelmente juntar-se-ia ao séquito de Constantino que iria para Roma onde, em julho de 326, se realizaria a segunda parte das duplas comemorações da sua *vicennalia*, após uma primeira comemoração se ter realizado em Nicomédia, em 325 (RAMSKOLD, 2012, pp. 409-411). O principado de Constantino I decorreu entre 306 (data da morte de seu pai, Constâncio Cloro e da sua aclamação pelos soldados, na Britânia) e 337, embora apenas a partir de 324 ele tenha o controle de todo o Império. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 534; BARNES, 2014, p. 146.
Será, pois, de admitir que a sua prisão, julgamento, condenação e morte terão ocorrido rapidamente entre o início de abril e o princípio de maio de 326 (Crispo terá sido executado perto da cidade de Pola, na Ístria, conforme Amiano Marcelino recorda, anos mais tarde. AMM. 14.11.20). Nenhuma referência é também encontrada depois desta data sobre o paradeiro da mulher e filho de Crispo, não se sabendo o que lhes terá acontecido.

Quanto ao destino de Fausta, parece não haver razão para duvidar de que ela tenha sucumbido nos banhos imperiais, pois após a sua entrada nestas instalações, ela não teria sido mais vista[2979].

O Epitoma e o *Passio Artemii*, que se acredita que derivam de Filostórgio[2980], dão uma explicação sumária em que se diz que Fausta teria instigado Constantino a mandar matar Crispo sob uma falsa acusação e que aquele a teria condenado quando descobriu a verdade sobre o que realmente teria ocorrido[2981].

Fausta tinha efetivamente um motivo dinástico imponderável para procurar desonrar Crispo e acusá-lo de um ato tão hediondo que possivelmente acabaria por redundar na sua morte, pois só assim poderia assegurar que a sucessão imperial passaria para os seus filhos[2982]. Embora depois do matrimónio tivesse tardado a gerar herdeiros, Fausta tinha já nesta altura seis crianças[2983], sendo que três delas eram rapazes e que viriam mesmo a ser os futuros herdeiros do trono romano com os nomes de Constantino II, que nasceu em 316[2984], Constâncio II, em 317[2985] e Constante, em 320[2986].

Além disso, teria sido contrário à antiga lei romana, e até politicamente perigoso para Constantino, nomeadamente ante os seus conselheiros, mandar executar de forma tão sumária o seu filho e poupar a vida à esposa quando ela se encontrava tão inelutavelmente implicada neste episódio.

A admitir-se que Fausta teria falecido numa sessão de banhos, então é possível que a sua morte não tenha resultado de uma condenação judicial, já que esse modo de execução nunca esteve consagrado nas penas do direito romano. Isto pode indicar que ela não teria sido submetida a qualquer tipo de julgamento, mas que pelo contrário, fora condenada a uma tal pena por ordem expressa de Constantino[2987].

É certo que não sabemos de que forma ela poderá ter sucumbido durante os banhos e se tal tipo de execução teria sido realizado sob ordens do imperador, ou apenas com a sua

---

2979 ZOS. 2.29.2; BARNES, 2014, p. 147.
2980 FILOSTÓRGIO, *CH*. 2.4b.
2981 BARNES, 2014, p. 148.
2982 FRAKES, 2007, p. 94; BARNES, 2014, pp. 147, 149.
2983 LIGHTMAN; LIGHTMAN, 2008, p. 138.
2984 Noel Lensky afirma que Constantino II tinha 7 meses quando foi nomeado César, em março de 317. LENSKY, 2007, p. 74; BARNES, 2014, p. 162. Começou a usar o título de Augusto em 337, na Gália, Hispânia e Britânia. FRAKES, 2007, p. 99.
2985 BARNES, 2014, p. 165. Foi nomeado César em 324. FRAKES, 2007, p. 95; BARNES, 2014, p. 162. Constâncio II começou a usar o título de Augusto em 337, na Trácia e no Oriente. FRAKES, 2007, p. 99.
2986 Robert M. Frakes diz-nos que Constante tinha 17 anos em 337. FRAKES, 2007, p. 99. Foi nomeado César em 333. FRAKES, 2007, p. 95; BARNES, 2014, p. 162. Começou a usar o título de Augusto em 337, na Itália, Norte de África e Ilíria. FRAKES, 2007, p. 99.
2987 BARNES, 2014, p. 147.

conivência, podendo ter sido afogada em água quente, mantida num banho em temperatura elevadíssima, sufocada após ter sido presa num compartimento sobreaquecido; as hipóteses são inúmeras e todas elas nos revelam uma impiedosa execução demorada e com grande sofrimento.

Apesar de Zósimo o afirmar claramente na sua *Epitome*[2988], alguns autores modernos são de opinião que não é provável que Constantino tivesse mandado assassinar Fausta desse modo, pois isso acabaria certamente por transpirar para a esfera pública através dos funcionários e escravos que atendiam nos banhos, principalmente aqueles que teriam alimentado os fogos, fazendo com que assim se soubesse o que aconteceu[2989].

No entanto, não estaríamos inclinados a corroborar estas razões para afirmar que Constantino se pudesse se ter sentido inibido de condenar deste modo a sua consorte, tal como nos adverte Timothy Barnes no seu interessantíssimo trabalho "*Constantin, Dynasty, Religion and Power in the Late Roman Empire*"[2990]. Consideramos mesmo que Constantino não teria que temer uma indesejada difusão pública da forma como mandara executar Fausta pois certamente teria várias formas de o evitar.

Não seria difícil que nas instalações dos banhos imperiais fosse possível, não só tornar anónima a presença da imperatriz fazendo com que ela lá entrasse de forma discreta ou mesmo camuflada, como os funcionários que sustentavam o fogo das caldeiras, por questões técnicas e até de privacidade, não se encontravam necessariamente na mesma divisão, difundindo-se o calor por tubulações. Além disso estamos em crer que qualquer advertência por parte dos executores da sentença quanto à necessidade de manter segredo sobre o que ali se passara seria suficiente para que houvesse bastante inibição quanto à sua possível difusão pública.

No entanto, a partir do que sabemos, convergem em toda esta trágica situação elementos que são dignos da nossa análise.

As formas de execução mais discretas e normalmente adotadas pelos imperadores romanos que pretendiam a eliminação de parentes, eram habitualmente realizadas pela contratação de um hábil assassino ou recorriam ao mais discreto subterfúgio do veneno[2991].

[2988] ZOS. 2.29.2.

[2989] BARNES, 2014, p. 147.

[2990] BARNES, 2014, p. 149.

[2991] Muitos seriam os casos que poderíamos respigar da história romana em que figuras imperiais foram o algoz ou a vítima dos mais subtis venenos, processo de assassínio tão habitual na corte romana que desde sempre os imperadores se veriam forçados a acautelar através dos provadores que ingeriam parte de todos os alimentos na sua presença antes de os consumirem. BARNES, 2014, p. 147.

A morte de Fausta deixa-nos assim em aberto principalmente três possíveis causas[2992]:

A. Uma primeira em que poderemos admitir que o que se passou tenha sido um suicídio, provocado pela descoberta de que o que realmente se passara com Crispo teria sido bem mais do que o que dissera no seu relato a Constantino e em que se declarara inocente ante os avanços de Crispo ou, o que ainda é mais gravoso, a descoberta de que teria mentido com o intuito de acusar o filho do imperador deste crime e deixando friamente que este fosse condenado à morte[2993].

B. Constantino teria condenado Fausta à morte por ter descoberto a verdade do que se passara, quer esta tenha sido a consequência de saber da inocência do seu filho e consequentemente que Fausta mentira, quer, pelo contrário, por saber que realmente teria acontecido um relacionamento incestuoso entre os dois.

C. Admitindo-se que Fausta estava grávida, uma morte acidental causada por um processo de aborto realizado de forma exagerada e demasiado violenta.

Quanto a hipótese A, que aponta para um possível suicídio de Fausta, parece-nos pouco plausível atendendo à forma incomum escolhida e sobretudo à lentidão e sofrimento que implicariam.

Na segunda, para a qual nos inclinamos, encontramos a implacabilidade de uma condenação imperial ao ter sido descoberto que Fausta mentira.

Na terceira, encontramos um interessante argumento aduzido por David Woods, de que um banho em temperatura muito elevada era uma forma bastante comum na Antiguidade de conseguir realizar uma interrupção voluntária da gravidez[2994]. Assim, está subjacente que

---

[2992] LIGHTMAN; LIGHTMAN, 2008, p. 138.

[2993] BARNES, 2014, pp. 147, 149.

[2994] WOODS, 1998, pp. 75-78. David Woods em *On the Death of the Empress Fausta* refere:

> «[…] The 2nd-century physician Soranus, who studied at Alexandria in Egypt but practised at Rome itself, has left us a valuable work whose title sufficiently explains its contents, his *Gynaecology*. Soranus was one of the most highly reputed of ancient medical authorities, and enjoyed great popularity in the West during late antiquity, particularly in North Africa. He continued to be consulted into the 16th century even. In his *Gynaecology* Soranus discusses various methods of contraception and abortion at some length, but sums up his basic theory thus: (Gyn. 1.61):
>
> > "For such of these things [drugs] as are styptic, clogging, and cooling cause the orifice of the uterus to shut before the time of coitus and do not let the seed pass into its fundus. Such, however, as are hot and irritating, not only do not allow the seed of the man to remain in the cavity of the uterus, but draw forth as well another fluid from it."
>
> Cold causes the mouth of the uterus to shut, assisting thereby at contraception, but heat causes the uterus to evacuate its contents, assisting thereby at abortion. It is for this reason that baths, which are understood to be hot baths, although not too hot, feature so prominently in his advice on how to induce abortion. […]»

ela poderia ter sucumbido acidentalmente a este processo sem que houvesse qualquer intenção de suicídio ou que alguém tivesse a intenção de provocar-lhe a morte.

Apesar da interessante conexão que existe entre uma tal prática abortiva e a morte de Fausta, deveremos exprimir as nossas dúvidas sobre esta possibilidade, atendendo a que um tal processo abortivo teria de ser acompanhado e vigiado por funcionários especializados em tal operação, sendo assim difícil admitir-se que ela poderia ter morrido acidentalmente. Os responsáveis pela execução desta operação teriam certamente que estar bem atentos ao processo, pois tratava-se de assegurar a vida da própria imperatriz. Além disso, se admitirmos que tal prática era bastante comum, dever-se-ia conhecer com bastante segurança o tempo e as fases desta operação e certamente os funcionários responsáveis estariam com o máximo de cuidado na sua realização.

Abre-se, no entanto, uma quarta hipótese explicativa, em que poderemos admitir que Fausta estaria grávida, mas que fora condenada a morrer desse modo pelo próprio Constantino, atendendo a que este, pela perda de confiança após estes funestos eventos, não saberia se a gestação era fruto do seu casamento legítimo, ou pelo contrário, de uma efetiva situação de adultério ou até de estupro. Esta possibilidade surge na sequência de uma outra grave acusação que impendia sobre a própria Fausta, em que esta, apaixonada pelo enteado, teria tentado seduzi-lo e, despeitada pelo seu insucesso, tê-lo-ia inclusivamente acusado de uma tentativa de estupro[2995].

A acrimónia de Constantino sobre Crispo e Fausta teria mesmo chegado a um tal paroxismo que mandaria aplicar o que poderia ser considerado como o castigo *post mortem* mais severo que era imposto a um romano.

Ambos seriam assim submetidos à terrível "condenação da sua memória" (*damnatio memoriae*) que era no direito romano, uma pena que consistia em levar a cabo a total supressão de qualquer elemento escrito ou iconográfico que pudesse fazer referência à sua pessoa. Esta pesada pena, que era quase exclusivamente aplicada a atos de alta traição, pretendia obliterar da memória coletiva que esta pessoa alguma vez tinha existido.

A *damnatio memoriae*[2996] era particularmente gravosa para um romano, porque não tinha apenas consequências no que concerne ao apagamento generalizado da sua lembrança,

[2995] BARNES, 2014, pp. 147-148.

[2996] O nome vulgar desta sanção em Roma era "supressão do nome" (*abolitio nominis*) BARNES, 2014, p. 5, e tanto poderia ser oficialmente imposta pelo imperador, exarada pelo Senado ou decretada pelo exército. No entanto, poderia ser também aplicada de forma mais discreta e oficiosa, executada apenas "de facto". A expressão "condenação da memória" (*damnatio memoriae*), que é utilizada modernamente como seu equivalente, só surgiria em 1689 numa dissertação sobre esta temática realizada por de Schreiter-Gerlach. VARNER, 2004, p. 2, nota 5.

mas acarretava penosas implicações na forma como a religiosidade tradicional encarava a vida *post mortem*, cuja paz e equilíbrio se sustentava em grande medida por cultos e rituais que a relembravam.

Além dos seus bens serem confiscados, o nome do proscrito seria apagado de todos os monumentos, documentos oficiais, moedas, joias, referências escritas e as suas estátuas destruídas ou reformuladas, muitas vezes pela substituição da cabeça[2997], o seu principal elemento iconográfico identificador.

É, pois, bem possível que a verdade factual de toda esta tragédia que recaiu sobre Constantino, e que certamente muito o terá marcado, venha a permanecer definitivamente na obscuridade deste intrincado contexto histórico, forçando-nos, depois da escassez de informação provocada pela *damnatio memoriae*, a aventar o que cada investigador considere que será a hipótese mais plausível.

Todavia, inclinar-nos-íamos para admitir, nomeadamente pela dureza e rapidez da condenação a que foram submetidos, e sobretudo pela manutenção da obliteração da sua memória, que algo de muito grave se deveria ter passado entre Fausta[2998] e Crispo[2999].

Atendendo às funestas implicações religiosas que adviriam deste tipo de pena, parece-nos difícil que Constantino não procurasse pelo menos atenuar as consequências do apagamento da sua memória se não estivesse realmente convencido da sua culpabilidade. Poderemos questionar como poderia este imperador, depois de todo este dramático episódio, ter condições de confiar na fidelidade daqueles que o rodeavam na sua corte e, por força de razão, em todos os governadores de províncias, duques e condes que comandavam exércitos nos mais distantes rincões do Império? Toda a longínqua e quase anónima estrutura militar dos delimitadores poderia ser então por ele encarada como um permanente alfobre de conspirações que aguardariam apenas a possibilidade de uma conjuntura favorável para executarem uma nova tentativa de usurpação.

A formação dos comitatenses, grandes exércitos de elite que estariam diretamente na sua esfera de influência, seriam a melhor forma de garantir que ele detinha todas as condições para poder debelar futuras vicissitudes políticas e militares.

[2997] VARNER, 2004, p. 1.
[2998] VARNER, 2004, pp. 12, 221-223.
[2999] VARNER, 2004, pp. 146, 221-222.

14.9. A Fragmentação Política e o Paradigma Palatino-comitatense

14.9.1. Usurpações do Poder Imperial e a Transição de Paradigmas Defensivos

Desde as convulsões militares do século III, que os imperadores que surgiam a esmo do caos político, procuravam congregar geograficamente uma superioridade militar que lhes garantisse a manutenção do poder. Sem possuírem legitimidade para ocuparem o trono e consequentemente sem condições de obterem um reconhecimento generalizado, consideravam, como seria natural, que a defesa das fronteiras remotas era um aspeto bastante menos relevante do que a posse de exércitos em proximidade que lhe garantissem a sua segurança pessoal.

Embora, em geral, se possa admitir que estes efémeros monarcas ainda considerariam importante manter a coesão política e militar do Império, manifestavam já claramente uma tendência para um progressivo enfraquecimento da segurança impeditiva em favor de um sistema elástico de defesa, já que não lhes era conveniente a dispersão de efetivos junto das fronteiras.

Uma tal conjuntura estratégica teria ocasionado o aparecimento do que se poderia classificar como os "imperadores egocentrados" pois a sua política marcial já não tinha uma preocupação com o bem-estar coletivo, mas tão somente conseguir um modo de se protegerem e assegurarem o seu poder.

Esta tendência estratégica teria sido uma prática durante todo o período da chamada "anarquia militar"[3000] e ter-se-ia tornado ainda mais patente com o imperador Galieno, com a prévia constituição de uma força central móvel com um grande dispositivo de tropas montadas[3001].

Porém, esta força não tinha ainda o perfil dos exércitos presenciais de campanha que surgiriam mais tarde com a reforma de Constantino, que não só eram bastante maiores, como viriam também a incluir contingentes de infantaria[3002].

Imagem 126 - Moeda de Galieno, representando-o na sua juventude, provavelmente nos anos 250 [in SYVANNE, 2019, p. 251].

[3000] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 182-186.
[3001] RICHARDOT, 2001, pp. 236-238; BARBOSA, 2009, p. 74; SYVÄNNE, 2019, pp. 71-76.
[3002] Apesar do exército romano já ter começado a perder, em grande medida, a compreensão da extraordinária capacidade tática que o Império tinha possuído com o dispositivo que era a grande legião, ter-se-ia ainda

Em 268, com Cláudio II, o Gótico[3003], e a providencial sequência dos imperadores oriundos da Ilíria, assiste-se a um período em que se reaviva uma necessidade de recentrar o esforço militar do exército romano já não na sua defesa pessoal, mas procurando retomar a coesão territorial do Império.

No entanto, apesar dos esforços de imperadores como Aureliano[3004] e Probo[3005] nesse sentido, as estruturas políticas, e sobretudo as militares, continuavam fragilizadas e, não só tendiam para se fragmentar, como se mantinham em conflito latente. A própria ascensão do papel religioso do cristianismo, que observava um número sempre crescente de crentes, com o consequente aumento da influência das suas estruturas eclesiásticas, tornar-se-ia um decisivo contributo para a cada vez mais acesa divisão social do Império.

Apesar dos seus efémeros Principados, os imperadores ilírios fariam hercúleos esforços bélicos para a estabilização fronteiriça do Império, tendo-se mantido permanentemente em duras campanhas militares, mas que pouco contribuíam já para cimentar uma real coesão do Império, tendo aliás quase todos eles sido assassinados precisamente como resultado desta fragmentação[3006]. O Império parece já não ter condições de se manter e tudo levaria a crer, no final do século III, que este se fragmentaria em breve num terrível caos político e militar[3007].

No entanto, irá surgir um monarca providencial que, apesar deste caótico estado de coisas, conseguirá impor a sua vontade e realizar grandes reformas, adiando por quase mais dois séculos a queda da "espada de Dâmocles" que impendia sobre o futuro do Império.

Diocleciano, que tinha sido um simples oficial de cavalaria[3008], foi, no entanto, o sagaz monarca que teve o discernimento de compreender as convulsões que se registavam nos

---

mantido a noção de que os contingentes de infantaria pesada eram recursos táticos indispensáveis, pois eram militarmente mais robustos do que a cavalaria. RICHARDOT, 2001, pp. 78-84; BARBOSA, 2009, pp. 74-76.

[3003] Marco Aurélio Cláudio, em latim: *Marcus Aurelius Valerius Claudius "Goticus"*, (Sírmio, Panónia Inferior, 10 de maio de 214 – Sírmio, abril de 270), também chamado de Cláudio II ou Cláudio Gótico. Principado: cerca de setembro de 268 – cerca de abril de 270. AVR. VIC. *Cae*. 33.28, 34.1; EVTR. 9.11.2; ZONAR. 12.26; ZOS. 1.41, 1.46.2; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 209; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 155.

[3004] Lúcio Domício Aureliano (em latim: *Lucios Domitius Aurelianus*) (Sérdica ou Sírmio, 9 de setembro de 214 – Cenofrúrio, outubro de 275). Principado: cerca de maio de 270 – cerca de outubro de 275. AVR. VIC. *Cae*. 35.8; EVTR. 9.13.1; ZOS. 1.47, 1.62; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, pp. 129-130; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 155-156, 161, 167-168, 170-172, 204, 234.

[3005] Marco Aurélio Probo (em latim: *Marcus Aurelius Probus*) (Sírmio, Panónia Inferior, 18 de agosto de 232 – Sírmio, outubro de 282). Principado: junho de 276 – cerca de setembro de 282. AVR. VIC. *Cae*. 37.4, 37.2; EVTR. 9.17.3; ZOS. 1.64.1, 1.71.5; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 734; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 173-174.

[3006] A título de exemplo: em nove anos de principado, Galieno (259-268) enfrentou dezoito tentativas de usurpação, antes de ele próprio ser assassinado. RICHARDOT, 2001, pp. 15-16.

[3007] LEADBETTER, 2009, pp. 27, 41.

[3008] LEADBETTER, 2009, pp. 19, 40; DE MAN, 2020b, pp. 311-312.

alicerces do Império e que conseguiu, de forma quase inexplicável, impor com carácter universal as reformas essenciais num contexto tão complexo.

Introduziu novas dinâmicas sociais baseadas em importantes reformas económicas[3009], bem como inovadoras relações de poder e implementou o sistema militar dos delimitadores que deu um novo fôlego ao moribundo Império Romano[3010].

Diocleciano conseguiu assim um importante período estratégico de transição militar que durou cerca de 25 anos e que cronologicamente se situou entre os paradigmas de tendência elástica como era o de Galieno e os comitatenses de Constantino[3011], o que viria a permitir ao Império recuperar alguma estabilidade.

Embora não seja frequente salientar a capacidade de comando deste imperador, dever-se-á realçar que ter conseguido implementar um sistema defensivo de âmbito global tão complexo como os delimitadores e ter implementado, uma tão profunda reforma administrativa, teria exigido que este possuísse um extraordinário carisma e uma mestria relacional para que esta fosse aceite, atendendo ao estado fragmentário em que se encontravam as instituições do Império.

Foi a sua onerosa implementação do novo modelo impeditivo dos delimitadores que viria a permitir que durante os anos da sua governação, com o modelo tetrárquico, o Império usufruísse de uma momentânea estabilização das fronteiras que viria a tornar possível uma progressiva reorganização das estruturas políticas, económicas e sociais.

O sistema tetrárquico teve também o mérito de conseguir eliminar, ou pelo menos minimizar, a força dos encapotados núcleos conspirativos que, debaixo da ambição de inúmeros comandantes militares, tinham estabelecido as suas agendas particulares e iam aproveitando as convulsões fronteiriças, bem como as consequências internas resultantes, para se conseguirem impor, ou pelo menos, adquirirem mais protagonismo político. O assassínio inesperado de quase todos os imperadores que antecederam Diocleciano era a prova cabal de que muito se conspiraria nos recantos obscuros das casernas militares e que tais núcleos de conjurados teriam que ser eliminados para que fosse possível de novo uma governação centralizada e estável[3012].

[3009] DE MAN, 2020b, pp. 313-314

[3010] RICHARDOT, 2001, pp. 76, 101-104, 130.

[3011] RICHARDOT, 2001, pp. 99-101, 104-108, 130

[3012] Com as exceções de Septímio Severo, Décio, Valeriano e Cláudio II Gótico a generalidade dos comandantes que se conseguiram impor como imperadores no século III teriam estado envolvidos em conjuras, para assassinar o imperador anterior, e por sua vez teriam sido também vítimas de outras do mesmo jaez. É este estado de permanente conspiração que Diocleciano quer eliminar ao reformular toda a arquitetura de comando fazendo desaparecer, com o sistema dos delimitadores, a manipulação militar autónoma destes potenciais núcleos conspirativos. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 155, 193.

Dever-se-á, para se poder ter uma mais detalhada compreensão do problema, compulsar rapidamente as notas históricas que concernem à análise da instável situação política que se verificava neste final do século III.

Além dos graves problemas levantados pelo novo fenómeno de secessão da coesão territorial do Império por substanciais parcelas, como se registou com o Império das Gálias[3013] e com Império de Palmira[3014], poderemos constatar a fervilhante atividade conspirativa que se encontrava latente nas províncias do Império com o flagrante exemplo de secessão que ocorreu com o designado Império Britânico[3015].

Este aconteceu apenas dois anos após a ascensão ao poder de Diocleciano e foi protagonizado pelo usurpador Caráusio[3016]. Este declara-se imperador na Grã-Bretanha, estendendo ramificações do seu poder até vários territórios ao norte da Gália, e apresentando

---

Adrastos Omissi na sua obra *Emperors and Usurpers in the Later Roman Empire. Civil War, Panegyric, and the Construction of Legitimacy* afirma:

> «[…] The proportion of Roman emperors murdered by their subjects is, accordingly, enormous. On the final page of his weighty *The Emperor in the Roman World*, Fergus Millar provides a list of emperors who ruled between 27 BC and AD 337, a total of sixty names. Of these sixty, an astounding forty-one were either murdered by their soldiers, by a court conspiracy, by a rival emperor, or else killed themselves in the wake of an unsalvageable political defeat.
>
> Between the death of Septimius Severus in 211 and the accession of Diocletian in 284, only four emperors did not die at Roman hands: Decius, who died in battle against the Goths; Valerian, who died in Persian captivity; Claudius, who died of plague; and Carus, who died of natural causes or of a battle while campaigning against the Persians. For the Romans, regicide was the expected end for a ruler, not an occasional aberration. […]» OMISSI, 2018, p. 17.

[3013] O Império das Gálias, fundado por Póstumo em 260 e que abrangia os territórios da Germânia, Gália, Britânia e, por um tempo, a Hispânia, existiu até que o imperador Aureliano reconquistou todos os territórios usurpados após a Batalha de Châlons, na primavera de 274, num local hoje conhecido como Châlons-sur-Marne, França. GONZÁLEZ, 2005, ("*Durocatalaunum* I"), p. 178. Consultar os subcapítulos 11.1.3. (imagem 98) e 14.6.

[3014] O Império de Palmira, fundado por Odenato em 260 e abrangendo as províncias da Síria Palestina, Egito e grande parte da Ásia Menor, existiu até 273 quando Aureliano regressou a Palmira a fim de controlar nova rebelião, após o que permitiu que seus soldados saqueassem e arrasassem a cidade, que nunca mais recuperou o antigo prestígio. GONZÁLEZ, 2005, ("*Palmira* III"), p. 515. Consultar os subcapítulos 11.1.3. (imagem 99) e 14.6.

[3015] O Império Britânico terá sido fundado por Caráusio cerca de 286 ou 287 e terminado, com a morte de Alecto, em 296. CASEY, 1994, p. 29.

Estamos em crer que a gravidade da secessão britânica poderá mesmo, pela cronologia em que se efetivou, ter sido um fator importante para a decisão de Diocleciano vir a alargar o sistema político à Tetrarquia, que passaria assim a compreender mais dois imperadores auxiliares, criando uma hierarquia de dois Augustos e de dois Césares que se deveriam redistribuir ao longo das esferas fronteiriças oriental e ocidental. Saliente-se que Maximiano, que estava muito ocupado na campanha que procurava estabilizar a fronteira renana e todo o contexto interno da Gália, teria então que ter suspendido tais manobras para se dedicar ao novo problema britânico, tendo sofrido um forte revés aquando da sua tentativa de eliminar as pretensões independentistas de Caráusio. Embora Maximiano tenha sido apenas "derrotado" pela fúria dos elementos ao ver a sua frota atingida por uma violenta tempestade no Canal da Mancha, esta operação obrigou-o a ter de sair do seu foco militar. Note-se que Constâncio Cloro, assim que foi elevado a César, foi imediatamente cooptado para executar tal missão.

[3016] Marco Aurélio Mauseu Caráusio (*Marcus Aurelius Mausaeus Valerius Carausius*) era originário da Menápia, na Gália Bélgica (*cives Menapiae*). CASEY, 1994, p. 37.

uma considerável capacidade militar, nomeadamente naval, ao ter sido aclamado por todas as tropas estacionadas na província da Britânia[3017].

Imagem 127 - Moeda de prata de Caráusio. No anverso: IMP CARAIVSVS PF AVG. No reverso: FELICITA AVG. e representação de barco de guerra. RIC 560 [in CASEY, 1994, p. 70].

O protagonismo de Caráusio teria resultado da sua anterior participação como oficial na bem-sucedida campanha do ainda César Maximiano contra os rebeldes Bagaudas em 286, que assolavam as populações do norte da Gália[3018].

Devido ao seu bom desempenho nesta operação e à sua reputada experiência como bom piloto naval, conhecendo como poucos a navegação no Canal da Mancha, teria sido o próprio Maximiano a nomeá-lo almirante da importante Frota Britânica (*Classis Britannica*) que controlava aquelas águas[3019]. Caráusio, elevado a tal cargo, teria ficado com a incumbência de eliminar os muitos piratas francos e saxões que pilhavam as costas do canal, nomeadamente na Armórica[3020].

No entanto, tomando-se o seu exemplo como bom retrato da conturbada dissolução moral da época, chegariam pouco depois até Maximiano, relatos que Caráusio, não só aceitava subornos para permitir os ataques dos piratas, como se apoderava para seu próprio benefício pessoal dos tesouros que lhes capturava[3021].

Isto teria levado o César a ordenar a sua imediata exoneração e a consequente execução, fazendo com que, quando Caráusio soube da sua sentença, se tenha declarado então como o novo imperador da Britânia e do norte da Gália[3022].

Poder-se-á observar aqui também o estado de latente desagregação do próprio exército romano que, com toda esta facilidade, terá permitido que os importantes contingentes militares de Caráusio tenham assumido uma tão problemática aventura contra toda a estrutura do poder imperial.

[3017] CASEY, 1994, pp. 1-2; SCARRE, 1995b, p. 198.
[3018] CASEY, 1994, pp. 39-41; LEADBETTER, 2009, p. 59.
[3019] CASEY, 1994, p. 40. Segundo Aurélio Victor, quando jovem, Caráusio ganhava a vida como marinheiro. O texto usa a expressão "*gubernandi gnarus*", que, literalmente, significa timoneiro. CASEY, 1994, p. 38; LEADBETTER, 2009, pp. 58-59.
[3020] CASEY, 1994, p. 40; POTTER, 2004, p. 284.
[3021] CASEY, 1994, p. 42; LEADBETTER, 2009, p. 56.
[3022] CASEY, 1994, p. 42. Existem dúvidas sobre o ano em que ocorreu a usurpação: 286 ou 287, LEADBETTER, 2009, p. 59.

Nesta sequência, Maximiano decide encetar uma campanha para derrubar o usurpador, mas a sua frota sofre pesadas baixas sob os efeitos de uma tempestade na travessia do canal e a manobra militar teve de ser adiada[3023].

Imagem 128 - Aureliano de Alecto: Anverso: IMP C ALLECTVS PIVS FEL AVG. Reverso: PAX AVG S/P C RIC 88 [in CASEY, 1994, p. 86].

Isto teria permitido a Caráusio, ao contrário do que acontecia com a generalidade das revoltas militares do final do século III, que em geral eram bastante efémeras, manter-se no poder por sete anos[3024] e reforçar muito o seu importante contingente militar, nomeadamente na sua capacidade naval[3025]. Apesar do Império preparar atempadamente uma grande campanha para pôr cobro à sua usurpação, Caráusio viria a ser derrubado por Alecto[3026], que era um dos seus principais oficiais e que, em 294, o assassinou e lhe usurpou o poder[3027].

Assistimos nesta conjuntura ao estado final do que se poderia considerar como a expressão de um sistema conjuratório por excelência, onde se deu a usurpação da usurpação, tendo-se Alecto tornado o novo imperador a prazo.

Constâncio Cloro, entretanto, elevado ao título de César, ficaria responsável pela sua eliminação[3028] que então se tinha tornado uma manobra particularmente difícil devido à poderosa frota de Alecto que patrulhava incessantemente as águas do Canal da Mancha.

A usurpação encontrará o seu fim quando se dá o duplo desembarque em 296, realizado simultaneamente em dois diferentes pontos da Britânia por Constâncio Cloro e Asclepiodoro, o seu prefeito do pretório, que depois de

Imagem 129 - Medalhão de celebração da reconquista da Britânia, por Constâncio Cloro, ao usurpador Caráusio, (c. 297), mostrando o povo de Londres dando as boas-vindas ao César Constâncio. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 212].

[3023] Esta tentativa tem lugar no ano de 289. CASEY, 1994, pp. 32-33, 42; POTTER, 2004, pp. 284-285; LEADBETTER, 2009, p. 60.
[3024] CASEY, 1994, p. 29.
[3025] SCARRE, 1995b, p. 200.
[3026] De Alecto não é conhecido o nome completo. CASEY, 1994, p. 116. Nas séries monetárias que cunhou surge com o título de "*Imperator Caesar Allectus, Pius, Felix, Inuictus Augustus*".
[3027] CASEY, 1994, pp. 31, 43; SCARRE, 1995b, p. 200; POTTER, 2004, p. 288; LEADBETTER, 2009, p. 65.
[3028] CASEY, 1994, p. 42; LEADBETTER, 2009, p. 69.

encetarem uma violenta luta contra as tropas de Alecto, o conseguem eliminar[3029].

Encontramos constantes tentativas de usurpação no final deste século III, como a ocorrida em 261, protagonizada por Lúcio Calpúrnio Pisão Frúgio[3030] (*Lucius Calpurnius Piso Frugi*) na Acaia ou a ocorrida no Egito por Memor[3031] (*Memor*) que era um oficial militar na África Proconsular. Este deveria ser de origem moura e estava encarregado de zelar pelo atempado envio dos navios de suprimentos de cereais para Roma. Rebelou-se contra Galieno em 262, mas foi rapidamente executado pelas tropas de Aurélio Teódoto[3032]. Possivelmente Memor era aliado de Mússio Emiliano (*Mussius Aemilianus*) que também no mesmo ano de 261 se autoproclamou imperador[3033]. Este era membro da ordem equestre e possivelmente teria exercido o cargo de Procurador de Alexandria durante o reinado de Filipe, o Árabe. Tendo depois chegado mesmo a ocupar o relevante cargo de prefeito do Egito entre 259 e 261[3034].

Tito Fúlvio Macriano[3035] (*Titus Fulvius Macrianus*), também designado Macriano Maior, foi um relevante oficial de finanças com o título de mestre das contas no Egito durante o Principado de Valeriano e que, depois da captura deste pelos sassânidas, tentou usurpar o trono romano contra o imperador Galieno[3036]. É possível que Fúlvio Macriano tivesse já traído Valeriano na campanha que este encetou contra o xá Sapor I pois, logo após a problemática Batalha de Edessa travada em 260[3037], Macriano, que se encontrava em Samósata, recusou-se a ajudar, tendo sido incitado pelas suas tropas a declarar-se imperador. No entanto, por sofrer de um grave defeito numa das pernas, Macriano preferiu que aclamassem os seus filhos Macriano Menor e Quieto[3038].

Teria posteriormente iniciado uma campanha com Macriano Menor ao Ocidente para derrubar Galieno, mas estes foram facilmente derrotados na sua passagem pela Ilíria, junto à fronteira da Trácia, possivelmente pelo experiente comandante Auréolo, num confronto onde Macriano viria a ser morto[3039]. No entanto, segundo um curioso episódio constante do

---

[3029] CASEY, 1994, pp. 31, 43-44, 125-126; SCARRE, 1995b, p. 200; POTTER, 2004, p. 292; LEADBETTER, 2009, pp. 71-72.
[3030] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 703; OMISSI, 2018, p. 315; SYVÄNNE, 2019, pp. 136-137.
[3031] OMISSI, 2018, p. 315; SYVÄNNE, 2019, pp. 147, 231.
[3032] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 594.
[3033] SCARRE, 1995b, p. 179; OMISSI, 2018, p. 315.
[3034] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 23; SYVÄNNE, 2019, pp. 140-142, 145, 147.
[3035] SCARRE, 1995b, p. 179; OMISSI, 2018, pp. 23, 315.
[3036] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 528; SYVÄNNE, 2019, pp. 119-121, 125.
[3037] GONZÁLEZ, 2005, ("*Edessa* IV"), pp. 182-183.
[3038] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 528; POTTER, 2004, p. 256; SYVÄNNE, 2019, pp. 129, 135.
[3039] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 528; SCARRE, 1995b, p. 179; POTTER, 2004, p. 259.

relato de João Zonaras, Auréolo teria cercado o exército de Macriano e compreendendo este que não teria qualquer possibilidade de fuga, teria então pedido que ele e o seu filho fossem mortos para evitar as agruras do cárcere[3040].

Em 260, data em que se dá a humilhante captura de Valeriano pelo Império Sassânida, Mússio Emiliano apoiou as tentativas de usurpação de Macriano e Quieto, tendo sido cunhadas moedas destes em Alexandria. Quando a revolta de Macriano foi debelada, Emiliano era considerado já um traidor e viu-se forçado a ter de se proclamar imperador uma vez que, ao ter apoiado os usurpadores, viria inevitavelmente a ser condenado por Galieno. Para o eliminar, este enviou um exército sob o comando de Aurélio Teódoto, que o derrotou em março de 262, tendo-o executado[3041].

Em 269 continuam as convulsões políticas com Ápio Cláudio Censorino[3042] (*Appius Claudius Censorinus*) que era um importante oficial romano que fez uma tentativa de usurpar o poder a Cláudio II, Gótico, mas cuja existência se torna problemática por ser apenas citado nos designados "trinta tiranos", consagrados na História Augusta[3043]. Este seria um oficial de grande gabarito, tendo desempenhado altos cargos como o de cônsul, o de prefeito do pretório e mesmo o de procônsul, tendo em 269 sido aclamado imperador pelas suas tropas estacionadas na Itália[3044]. Apenas conseguiu reinar por alguns dias em Bolonha (Bonónia), e devido a ser exigente com a disciplina militar, acabou por ser assassinado pelos mesmos soldados que poucos dias antes o aclamaram[3045].

Em Roma em 271 dá-se um outro tipo de expressiva manifestação das convulsões da desagregação institucional por que passava o Império com o famoso caso de Felicíssimo (*Felicissimus*) contra Aureliano, que, não só conseguiu falsificar a cunhagem monetária da capital[3046], como liderou uma brutal revolta entre os trabalhadores da casa da moeda contra o imperador, que, embora tenha sido rapidamente sufocada, teve consequências que viriam a provocar posteriormente milhares de mortos[3047].

Felicíssimo estava investido com o cargo de racional (*rationalis*)[3048], o que o fazia responsável pelo tesouro estatal, devendo administrar e fiscalizar a cunhagem de moeda. No entanto, vir-se-ia a descobrir que os trabalhadores desta casa teriam falsificado as cunhagens

[3040] ZONAR. 12.24; SYVÄNNE, 2019, p. 138.
[3041] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 528; GONZÁLEZ, 2005, ("*Locus Incertus* 930"), p. 407.
[3042] OMISSI, 2018, p. 23, 315; SYVÄNNE, 2019, pp. 197, 248.
[3043] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 197; OMISSI, 2018, p. 23.
[3044] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 197.
[3045] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 197; SYVÄNNE, 2019, p. 197.
[3046] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 331.
[3047] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 331.
[3048] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 331.

e Felicíssimo era o principal responsável pela situação, tendo sido preso e posteriormente executado. Tal falsificação tinha ligações confusas com vários nobres influentes, quer da ordem senatorial, quer da equestre, tendo Aureliano mandado executar diversos senadores, o que teria gerado uma enorme revolta, que acabaria por ocasionar mais de 7.000 vítimas[3049].

Encontramos uma nova tentativa de usurpação, logo no mesmo ano de 271, protagonizada por Septímio[3050] (*Septimius*) na Dalmácia onde teria sido proclamado imperador pelas suas tropas, mas com um pseudoreinado mais que efémero, pois foi morto por elas poucos dias depois[3051].

Imagem 130 - Moeda de Zenóbia [in SYVANNE, 2019, p. 250]

Dois anos depois Aureliano tem de novo que intervir para eliminar no Egito outro usurpador chamado Firmo (*Firmus*) muito ligado à causa independentista da rainha Zenóbia de Palmira. Firmo era essencialmente um grande mercador da Selêucia[3052], mas cuja enorme riqueza lhe permitia ter aspirações políticas, nomeadamente detendo grande influência na corte palmirense. Após Aureliano ter derrotado Zabes, o grande general de Zenóbia, na Batalha de Imas[3053], perto de Antioquia, Firmo teria iniciado uma revolta em Alexandria, conseguindo interromper o fornecimento de cereais que era essencial para o abastecimento de Roma. Aureliano viu-se assim obrigado a ter de se deslocar de novo para Oriente a fim de o eliminar e reestabelecer o fornecimento de cereais[3054].

Em 281, já no Principado de Probo, Bonoso[3055] (*Bonosus*), que tinha sido um dos mais importantes oficiais de Cláudio II, suicida-se na Germânia Inferior depois de ver frustrada a sua tentativa de usurpação[3056]. Havia vários anos que Aureliano lhe tinha atribuído o comando da frota romana que patrulhava os litorais do Canal da Mancha, mas num momento em que Bonoso se ausentou na fronteira do Reno, os seus inimigos conseguiram incendiar e destruir a sua frota. Sem justificação para um tal desastre perante a fúria do imperador Probo,

[3049] AVR. VICT. *Cae*. 35.6.; SCARRE, 1995b, p. 187.
[3050] SCARRE, 1995b, pp. 185-186; OMISSI, 2018, p. 315.
[3051] ZOS. 1.49.2.; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 821.
[3052] ZOS. 1.61.1.; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 339; POTTER, 2004, p.272.
[3053] GONZÁLEZ, 2005, ("*Immae* II"), p. 234.
[3054] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 339.
[3055] POTTER, 2004, p. 277; OMISSI, 2018, p. 315.
[3056] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 163; SCARRE, 1995b, p. 191.

ele decide autoproclamar-se imperador em Colónia Agripina, dando origem a uma prolongada guerra, a qual viria a perder, vendo-se assim obrigado a se suicidar, enforcando-se[3057].

Em 280, Próculo[3058] (*Proculus*) usurpador que viria a ser executado também por Probo no ano seguinte, ver-se-ia envolvido numa grande conjura popular que estalara na Gália. Próculo era um tribuno competente a quem a população de Lyon (*Lugdunum*), que estava em rutura total com o imperador, solicitou que tomasse o poder oferecendo-lhe, para tal, o seu apoio. Próculo aceitou e proclamou-se coimperador com Bonoso, mas quando aquele voltou da sua campanha contra os Sassânidas, o imperador mostrou a sua força empurrando as tropas de Bonoso bastante mais para norte. Embora fosse possivelmente de ascendência franca, o usurpador não conseguiu congregar o apoio militar destes, tendo mesmo vindo a ser traído por eles e posteriormente entregue a Probo que o mandou executar[3059].

Também em 280, na Síria Palestina, Sexto Gaio Júlio Saturnino[3060] (*Sextus Gaius Julius Saturninus*), governador dessa província desde 279, foi coagido por tropas amotinadas e pela própria população de Alexandria a declarar-se imperador[3061]. Inicialmente Saturnino, que era amigo pessoal de Probo, recusou-se a fazê-lo e retirou-se para a província da Palestina, mas tendo sido novamente instado à usurpação, terá mudado de opinião e acabou por se proclamar imperador. Contudo, antes que Probo pudesse tomar quaisquer providências para o derrubar, Saturnino viria a ser morto pelos seus próprios soldados[3062].

Possivelmente em 283, ter-se-á dado uma outra tentativa de usurpação com Marco Aurélio Sabino Juliano[3063] (*Marcus Aurelius Sabinus Julianus*), que não sendo o famoso imperador apóstata, é um personagem que viria a ser morto em combate na Panónia em 283[3064]. Este era um mero *corrector* proveniente do norte da Itália que pretendeu aproveitar o suposto vazio imperial que teria sido deixado pela morte do imperador Caro[3065]. Juliano usurpou o poder quando estava na Panónia e poder-se-á mesmo confirmar esta sua pretensão ao trono nas cunhagens que ainda teve tempo de mandar realizar na Síscia[3066]. Carino, que era filho de Caro tal como Numeriano, e tinha, portanto, pretensões à púrpura imperial,

---

3057 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 163.
3058 GIBBON, 1999, pp. 381, 394; POTTER, 2004, p. 277; OMISSI, 2018, p. 315.
3059 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 745; SCARRE, 1995b, p. 191.
3060 POTTER, 2004, p. 277; OMISSI, 2018, p. 315 ; SYVÄNNE, 2019, pp. 18, 146-147, 149.
3061 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 805.
3062 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 805; SCARRE, 1995b, p. 192.
3063 OMISSI, 2018, pp. 79, 121, 315.
3064 AVR. VICT. *Cae*. 39.10; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 474.
3065 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 474.
3066 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 474.

deslocou-se propositadamente da Britânia para enfrentar este usurpador, tendo-o matado em combate na Itália[3067].

Em 286, já depois da subida ao trono de Diocleciano, dois importantes régulos dos bagaudas na Gália, Eliano (*Aelianus*) e Amando[3068] (*Amandus*) tiveram a pretensão de reinar sobre esta província liderando um forte contingente de camponeses revoltosos[3069]. Estes aterrorizavam toda a Gália, pilhando e matando, mas viriam a ser derrotados por Maximiano[3070], coadjuvado pelo oficial Caráusio, que pouco depois, ironicamente, se tornaria um outro usurpador[3071].

Em 297, na província do Egito, dá-se uma nova tentativa de usurpação com Domício Domiciano[3072] (*Domitius Domitianus*) contra o próprio imperador Diocleciano que estaria já bem estabelecido no poder com a sua monarquia tetrárquica[3073]. Para aferir a autenticidade da usurpação de Domício Domiciano possuímos várias evidências numismáticas e documentais que garantem que este se teria autoproclamado como imperador[3074]. No entanto, Domício Domiciano acabaria por soçobrar providencialmente em dezembro desse ano, evitando o confronto com Diocleciano pouco antes que este tivesse podido chegar à província do Egito, para onde já se dirigia para conter a rebelião[3075].

A estabilização política, bem como uma pacificação interna, eram, pois, aspetos essenciais que Diocleciano compreendeu que teriam que ser recuperados para permitir a governabilidade do Império. Sendo uma missão política particularmente difícil, isto só viria a ser conseguido, na prática, pela divisão e separação de poderes. Era necessário um modo de conseguir anular as desordenadas estruturas administrativas e militares provinciais autárcicas que favoreciam o aparecimento destes frequentes fenómenos de usurpação.

O Império tinha-se deixado cair num sistema cujas estruturas estavam há muito corrompidas e que era necessário reformá-las, tendo possivelmente Diocleciano

---

3067 A batalha teve lugar perto de Verona, Itália, no início do ano de 285. GONZÁLEZ, 2005, ("*Verona* II"), p. 640.
SCARRE, 1995b, p. 195; LEADBETTER, 2009, p. 57; OMISSI, 2018, p. 121.

3068 SCARRE, 1995b, p. 198; POTTER, 2004, p. 281; OMISSI, 2018, pp. 75-76, 314.

3069 AVR. VICT. *Cae.* 39.17; EVTR. 9.20.3; ZONAR. 12.31; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 50.

3070 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 50.

3071 CASEY, 1994.

3072 SCARRE, 1995b, p. 200; POTTER, 2004, p. 334. OMISSI, 2018, pp. 79, 101, 315.

3073 A tetrarquia tinha sido criada em 293, com as nomeações de Constâncio Cloro e de Galério enquanto Césares. LE BOHEC, 2006, p. 20; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 533.

3074 AVR. VICT. *Cae.* 39.23.38; ZONAR. 12.31; JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 263 ; LEADBETTER, 2009, pp. 91, 104.

3075 JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 263.

compreendido que para o fazer era necessário, antes de mais, criar um sistema fronteiriço que garantisse alguma estabilidade, de forma a que fosse possível atuar internamente.

É assim que Diocleciano decide começar uma profunda remodelação e intervém energicamente, não só começando por se autonomear "Senhor" (*Dominus*)[3076], colocando-se assim num plano inatingível de segurança pessoal, mas separando de forma definitiva os cargos administrativos dos militares[3077]. Atribui-lhes novas hierarquias, diminuindo o âmbito das suas atribuições, demeando o âmbito territorial das províncias, dividindo as unidades militares, distribuindo os contingentes militares por postos fixos ao longo da fronteira, para dividir, mais tarde, o seu próprio poder pelos seus homens de confiança.

É mesmo possível que a cedência de parte do seu poder, primeiro na Diarquia[3078], e posteriormente alargando-se à tetrarquia[3079], fosse igualmente um modo inteligente de, não só alargar a sua influência de comando para enfrentar o problema das constantes invasões germânicas, mas também o de ter ao seu lado homens de mão que pudessem servir como fatores dissuasores das constantes tentativas de usurpação.

Os tetrarcas, para além da sua reconhecida competência militar, encontravam-se em diferentes geografias, o que permitiria executar manobras "de pinça" sobre qualquer comandante rebelde que procurasse abusar do seu poder[3080].

Diocleciano mudaria toda a face do Império, mas o seu sistema de perfil impeditivo viria, no entanto, a revelar-se um paradigma demasiado oneroso para o Império que se confrontava, apesar de tudo, com muitos problemas sociais e económicos.

Os delimitadores, como teriam existido durante o final do século III, eram uma carga demasiado pesada, quer pela indisponibilidade de uma tão grande taxa de recrutamento, quer pela difícil conjuntura económica, que ao ter de garantir salários a centenas de milhares de soldados, acabaria por tornar a sua sustentabilidade impraticável[3081]. A estrutura dos delimitadores seria confrontada, mais tarde ou mais cedo, com a grave degradação inerente

---

[3076] CORCORAN, 2007, pp. 39, 42-46; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 204, 545.

[3077] A profissionalização dos corpos de oficiais remonta ao tempo de Galieno que, em 262, exclui definitivamente a classe senatorial da liderança do exército. Diocleciano instaura uma direção colegial do Império, num primeiro momento, constituída enquanto uma diarquia e depois como uma tetrarquia. RICHARDOT, 2001, pp. 19-20.

[3078] A diarquia existiu entre 285 e 293. RICHARDOT, 2001, p. 20; LE BOHEC, 2006, p. 20; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 533.

[3079] A tetrarquia existiu entre 293 e 305. RICHARDOT, 2001, p. 20; LE BOHEC, 2006, p. 20; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 533.

[3080] Cada Augusto ou César tinha o seu exército "*praesentel* field army" ELTON, 1996, p. 208. Cada imperador da tetrarquia tinha o seu exército. RICHARDOT, 2001, p. 101; LE BOHEC, 2006, p. 20; ELTON, 2007, pp. 326-327.

[3081] RICHARDOT, 2001, pp. 99, 114.

às estruturas económicas do Império, que faria escassear os seus pagamentos e tenderia a mantê-los cada vez mais isolados nas agora pobres franjas das suas longínquas fronteiras[3082].

Uma tal conjuntura, não só teria contribuído para a necessidade de instalar um paradigma de defesa elástico que viria a revelar-se bem menos oneroso, como também o próprio perfil dos exércitos regulares, bem como o das tropas auxiliares, viria a tender cada vez mais para uma "germanização" dos modelos de combate[3083]. Estes, influenciados por soldados e oficiais germânicos, apresentariam tendencialmente um forte incremento da cavalaria e uma secundarização da infantaria pesada[3084].

14.9.2. - Panorâmica da Distribuição e Constituição das Formações Palatino-comitatenses

Apesar das suas lacunas, a Lista de Dignidades (*Notitia Dignitatum*) é a única fonte documental que nos permite ter uma ideia aproximada do número de exércitos palatino-comitatenses e da sua hierarquia de comando que existiriam no exército romano no final do século IV[3085]. Deveremos mesmo admitir que quaisquer tentativas de estabelecer como poderiam ter sido as estruturas militares romanas durante o século IV terão de se considerar de carácter iminentemente hipotético.

Segundo a Lista de Dignidades, a parte oriental do Império possuía cinco grandes exércitos palatino-comitatenses, estando dois deles associados diretamente à corte imperial, enquanto que a parte ocidental apresentava um total de sete, mas com efetivos mais reduzidos, pois três deles eram de menores dimensões[3086].

Estes exércitos encontravam-se permanentemente estacionados no interior das províncias, mantendo assim distâncias-tempo variáveis relativamente às fronteiras onde deveriam intervir[3087].

É pela análise bélica da implementação deste modelo defensivo e todo o contexto de insegurança que viria a criar, nomeadamente nas populações fronteiriças, que se poderá concluir que esta estratégia teria em grande medida sido projetada, como nos diz Adrian Goldsworthy, para evitar que pudessem vir a surgir novas guerras civis[3088].

[3082] RICHARDOT, 2001, pp. 112, 131-133.
[3083] RICHARDOT, 2001, pp. 293-298; SYVÄNNE, 2019, pp. 71-75, 88, 93, 123, 191.
[3084] RICHARDOT, 2001, pp. 299-303; BARBOSA, 2009, p. 73-76; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 267,
[3085] GOLDSWORTHY, 2003, p. 202.
[3086] GOLDSWORTHY, 2003, p. 202.
[3087] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 202-203.
[3088] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

Imagem 131 - Moedas de Constâncio II, Constantino II e Constante. A moeda de Constante apresenta a seguinte inscrição: FL(AVIVUS) IVL(IVS) CONSTANS P(IVS) F(ELIX) AVG(VSTVS), "O imperador *Flavius Julius Constant*, piedoso, doador de bem-aventurança". [in LE BOHEC, 2006, p. IV].

Mas se este era o principal objetivo de Constantino, debalde foi implementado, pois inúmeras confrontações civis voltariam a flagelar novamente o Império, quer ainda no século IV, quer no seguinte, no qual se agudizariam. Lutas pelo poder ter-se-iam iniciado logo como resultado da desmedida ambição dos três filhos e sucessores de Constantino[3089], que dariam assim um péssimo exemplo da sua formação cristã ao apresentarem um comportamento tão marcadamente fratricida, e prolongar-se-iam no tempo

Imagem 132 - Moeda do imperador Juliano. [in LE BOHEC, 2006, p. IV].

[3089] Após a morte de Constantino I (22 de maio de 337) deu-se o massacre de quase toda a família imperial só tendo escapado os seus três filhos e dois dos sobrinhos: Gallus e Juliano. No encontro realizado em *Viminacium*, a 9 de setembro, os três filhos de Constantino I (tornados Augustos) efetuaram a repartição do Império entre si: Constâncio II recebeu as províncias orientais e a Trácia, Constantino II continuou a controlar a Gália, a Hispânia e a Britânia e Constante (apenas com 14 anos) ficou com as restantes regiões dos Balcãs, Itália e o norte de África. POTTER, 2004, pp. 459-462; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 250-251; BARNES, 2014, pp. 5, 22, 159, 168, 220. Era um retorno parcial ao modelo de Diocleciano: uma "triarquia", unida pelos laços de sangue, mas que rapidamente seria desfeita pelas lutas entre os três irmãos.
A este propósito Adrian Goldsworthy comenta: «[…] Em apenas duas gerações, a linha masculina da numerosa família de Constantino eliminou-se praticamente a si própria. […]» GOLDSWORTHY, 2010a, p. 285.

com futuros imperadores como Juliano[3090], Procópio[3091], Magno Máximo[3092], Eugénio[3093], Prisco Átalo[3094] e muitos outros.

No entanto, os exércitos palatino-comitatenses tinham uma aparente vantagem estratégica relativamente aos modelos anteriores que era a relativa flexibilidade da sua localização, não se encontrando rígida e definitivamente vinculados a permanecer numa determinada região[3095].

[3090] Flávio Cláudio Juliano, em latim *Flavius Claudius Julianus*, (Constantinopla, c. 331 – Samarra, 363) era filho de Júlio Constâncio, meio irmão do imperador Constantino I. A sua rejeição do cristianismo e a promoção do helenismo neoplatónico em seu lugar fizeram com que ele seja lembrado como Juliano, o Apóstata, na tradição cristã. Em 355 é proclamado César e enviado para a Gália, entre 355 e 359 efetua uma campanha no Reno, tendo em 357 obtido uma vitória sobre os Alamanos em Estrasburgo. Em 360 é proclamado imperador pelos seus soldados na Gália, tendo lugar, em 361, uma guerra civil entre ele e Constantino II que termina com a morte deste por causas naturais. Torna-se imperador, ao que se julga nomeado pelo moribundo Constantino II, em 361, reinando por vinte meses até à sua morte em 26 de junho de 363, aos 32 anos de idade. JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, pp. 477-478 ; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 275-283, 285-311, 535.

[3091] Procópio, em latim: *Procopius*, (Córico, Cilícia, c. 326 - 27 de maio de 366) era primo do imperador Juliano, pelo lado da mãe, e tornou-se seu general. Após a morte de Juliano e a nomeação de Joviano como novo imperador Procópio retirou-se da vida pública e foi com a família para Cesareia Mázaca e posteriormente, após a morte de Joviano e a nomeação de Valente como Augusto do Oriente, em 364, para Constantinopla. Em 365 Procópio, reapareceu e conquistou duas unidades do exército que passavam por Constantinopla a caminho da fronteira do Danúbio. Foi proclamado imperador perto de Constantinopla tendo o usurpador, sido aceite por diversas províncias em poucos meses. Em 366, ao fim de oito meses, Valente conseguiu derrotar o rebelde. Procópio fugiu, mas foi entregue pelos seus próprios oficiais e decapitado. JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, pp. 742-743; GONZÁLEZ, 2005, ("*Thyatira* II"), p. 615; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 293, 304-306, 535.

[3092] Magno Máximo, em latim *Flavius Magnus Maximus Augustus*, (Galécia, Hispânia, 335 d.C. - Aquileia, Itália, 28 de agosto de 388) era provavelmente conhecido ou até mesmo familiar de Teodósio (r. 379-395). Em 383, Máximo, que era então comandante na Britânia, foi proclamado imperador pelas suas tropas e, logo em seguida, invadiu a Gália levando consigo boa parte da guarnição da Britânia. Derrota e mata Graciano (r. 375-383), sendo então reconhecido como imperador por Teodósio. Em 387 assola a Itália, mas não consegue capturar Valentiniano II, que é levado para Constantinopla. Teodósio casa com a irmã de Valentiniano II e é convencido a lutar contra Magno Máximo que é derrotado e morto em 388. JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 588; GONZÁLEZ, 2005, ("*Siscia* IV"), p. 588, ("*Poetovio*"), p. 534, (*Aqvilea* VIII"), p. 54; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 332-333, 536.

[3093] Flávio Eugénio, em latim *Flavius Eugenius*, (c. 345 – Frígido, 6 de setembro de 394). Após a morte de Valentiniano II, em 392, o seu general Arbogasto proclama o senador Eugénio imperador, seguindo-se a guerra civil. Em setembro de 394 os exércitos de Teodósio e o de Eugénio e Arbogasto encontraram-se perto do rio Frígido (atualmente Vipava, no oeste da Eslovénia). Após uma dura batalha que durou dois dias (5 e 6 de setembro), o exército de Teodósio saiu triunfante. Eugénio foi capturado quando o seu acampamento foi atacado e foi prontamente executado. Arbogasto suicidou-se antes de ser capturado. JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 293; GONZÁLEZ, 2005, ("*Frigidus, flumen*"), pp. 201-201; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 333-334, 366, 536

[3094] Prisco Átalo, em latim *Priscus Attalus*, (? – Ilhas Eólias, após 416). Prisco Átalo era um grego da Ásia, cujo pai se tinha mudado para Itália sob Valentiniano I. Átalo foi um importante senador do Império Romano, que serviu como prefeito urbano. Durante o principado de Honório, enquanto imperador do Ocidente (395-423), Átalo foi por duas vezes um usurpador (409 e 414) com o apoio dos Visigodos. Em 409 foi proclamado imperador por Alarico, mas discretamente deposto alguns meses depois. Em 414, após a morte de Alarico (410), o seu sucessor, Ataúlfo, invade o sul da Gália e casa com Gala Placídia, sendo Prisco Átalo novamente proclamado imperador. Após o assassinato de Ataúlfo foi enviado, por Honório, para o exílio, nas Ilhas Eólias, estimando-se que tenha morrido depois do ano de 416. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 378-379, 383, 537-538.

[3095] GOLDSWORTHY, 2003, p. 209.

Durante a República e o Alto-Império era muito complexa e demorada a deslocação das grandes legiões, pois as suas coortes e manípulos asseguravam inúmeras funções administrativas fundamentais nos locais onde estavam estacionadas. Isto teria levado ao frequente envio de apenas destacamentos legionários para as regiões ameaçadas, em vez da totalidade de uma legião[3096]. A deslocação total ou o desdobramento de um exército palatino-comitatense no século IV já não acarretava este tipo de problemas administrativos e mesmo de manutenção da ordem, pois tais funções estavam asseguradas por outros contingentes auxiliares provinciais que possuíam cada vez mais o perfil de milícias autóctones[3097].

No entanto, tendo a realidade militar fronteiriça do Império Romano entrado numa dinâmica militar bastante mais exigente na segunda metade do século IV, como consequência do errático movimento dos povos germânicos causado pela massiva chegada das tribos dos Hunos, a quantidade de unidades e a sua composição nos exércitos palatino-comitatenses viria também a sofrer importantes mudanças[3098]. O agravamento de um tal contexto bélico permite-nos pensar que muitas unidades, nomeadamente vexilações e destacamentos de pseudocomitatenses ter-se-iam visto forçados a deslocarem-se com bastante mais frequência do que era anteriormente necessário, o que teria fomentado ainda mais a já marcada tendência para a utilização de tropas montadas[3099].

[3096] GOLDSWORTHY, 2003, p. 203.

[3097] RICHARDOT, 2001, pp. 92-93.

[3098] Sabemos que muitas das unidades que surgem na Lista de Dignidades foram constituídas já depois da batalha de Andrinopla, o que não ajuda a fazer um bom retrato do que seria a real situação do exército romano antes de 378.

Recorde-se mesmo que terá sido a dramática conjuntura militar em que se encontrava o Império depois desta batalha, em que desapareceram as mais relevantes unidades do exército romano, o que teria forçado à rápida criação de novas unidades. Para concretizar um tal objetivo teria necessariamente que se mobilizar elementos que antes pertenciam aos corpos de pseudodelimitadores, apesar do baixo estatuto e competência militar que deveriam ter já nesta fase. Tais condicionalismos poderão de algum modo justificar a fragilidade da intervenção de alguns destes corpos comitatenses que não mais se viriam a conseguir impor perante as necessidades práticas que se fizeram sentir no terreno. Uma tal conjuntura viria, como aconteceu logo em 382, a justificar o tratado de paz assinado por Teodósio com os Godos, procurando recorrer cada vez mais a um massivo recrutamento de elementos germânicos.

Além disso, a fragilidade do exército romano viria a forçar a que se procedesse a constantes negociações para poder contar com o auxílio dos contingentes federados para prevenir as necessidades que se faziam sentir na defesa do Império. É, aliás, a este estratagema que genericamente os futuros comandantes romanos virão a ser obrigados a recorrer durante todo o século V, tendo possivelmente como máxima expressão a vasta coligação germânica conseguida por Aécio para enfrentar Átila nos Campos Cataláunicos. MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 18-23, 30-36.

[3099] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 280, 282.

Imagem 133 - Moeda de ouro apresentando uma imagem do busto de Valente no anverso e uma representação do imperador numa pose vitoriosa no reverso, o que talvez pretenda comemorar as suas vitórias sobre os Godos no início do seu reinado. [in MACDOWALL; GERRARD,2001, p. 76]

Uma tal circulação tornar-se-ia uma prática frequente e encontramos, por exemplo, o imperador Graciano a ter de enviar várias vexilações pertencentes aos seus exércitos do Ocidente para ajudar o seu tio Valente ou a decidir-se, mais tarde, a deslocar-se pessoalmente com uma parte substancial das suas forças para ir auxiliá-lo em Andrianopla[3100].

A base da estrutura militar era nesta fase já organizada de modo a que cada imperador pudesse ter junto de si e sob o seu comando o seu exército principal, devendo sempre estar assistido por importantes oficiais com boas competências estratégicas como deveriam ter o comandante geral dos soldados (*magister militum*) o grande oficial da cavalaria (*magister equitum*) e, muitas vezes ainda, um chefe de infantaria (*magister peditum*)[3101].

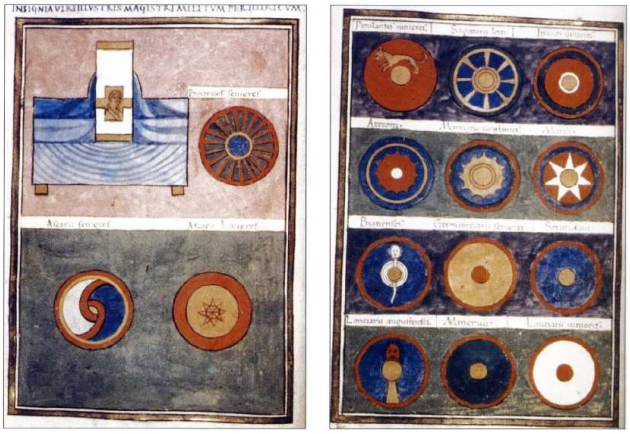


Imagem 134 - Representação da insígnia do Magister Militum per Illyricum, o comandante do exército de campo regional oriental, estacionado na Ilíria (Notitia Dignitatum). [in MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 86]

Estes grandes exércitos eram designados como presenciais (*praesentalis*) ou "Exército na Presença do Imperador", sendo as unidades que os formavam constituídas pelas unidades de palatinos e comitatenses, mas as primeiras sempre possuíram um estatuto superior ao das outras unidades dos contingentes regionais[3102].

[3100] MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 55-56.

[3101] RICHARDOT, 2001, pp. 54-55; GOLDSWORTHY, 2003, p. 215; LE BOHEC, 2006, p. 76; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 547.

[3102] Devido também ao seu estatuto de unidades móveis, os palatinos eram muitas vezes colocados também como tropas de reforço de contingentes comitatenses regionais, razão pela qual os integramos na designação de palatino-comitatenses. No entanto, os palatinos, verdadeiras tropas de elite e detentores de excelente treino, disciplina e armas de alta qualidade continuaram sempre a usufruir de um estatuto superior e estavam adstritos fundamentalmente aos exércitos presenciais. RICHARDOT, 2001, pp. 31, 50, 53, 58, 79; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 204, 215; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 548.

Os exércitos regionais de palatino-comitatenses estavam geralmente sob o comando geral de um conde, (comes), mas podiam circunstancialmente ser chefiados por um mestre de cavalaria ou até mesmo um comandante de infantaria, que poderiam liderar ambas as armas[3103].

A dinâmica da estrutura defensiva dos palatino-comitatenses previa que à medida que se intensificasse qualquer crise fronteiriça, deveriam ser enviados atempadamente outros contingentes, bem como novos oficiais de graduação superior que pudessem assumir o comando num plano de atuação cada vez mais alargado.

Imagem 135 - Representação da insígnia do *Magister Militum Praesentalis*, o comandante do principal exército oriental de campo romano: o chamado exército na "Presença do Imperador". Os padrões de escudos representados correspondem a unidades que devem ter combatido em Adrianopla. (*Notitia Dignitatum*) [in MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 19]

Na parte oriental do Império, o exército presencial, que tinha o seu quartel-general a poucos quilómetros de Constantinopla e que se encontrava no interior das províncias, era constituído por duas forças, sendo cada uma delas composta por 12 unidades de cavalaria e 24 de infantaria. Além destes exércitos existiam ainda na região mais situada a Oriente, outros corpos de comitatenses regionais com 10 unidades de cavalaria e 21 de infantaria. Mais a Ocidente estavam estacionados ainda vários contingentes de defesa que se encontravam bastante próximos da fronteira, como os três exércitos regionais, cujas bases se encontravam na província da Trácia e que perfaziam 7 unidades de cavalaria e 21 de infantaria. A defesa da província da Ilíria era garantida por 2 unidades de cavalaria e 24 de infantaria[3104].

Na parte ocidental do Império tinham também sido criados dois exércitos principais, tendo um ficado estacionado na Gália com 12 unidades de cavalaria e 46 de infantaria, enquanto o outro estava na Itália e possuía 6 unidades de cavalaria e 37 de infantaria. Aqui o problema militar era menos relevante, sendo a presença militar bastante menos

[3103] RICHARDOT, 2001, pp. 50, 55, 56, 57, 129; GOLDSWORTHY, 2003, p. 215; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 213, 265, 321, 427, 544.
[3104] GOLDSWORTHY, 2003, p. 204.

significativa, com a Hispânia a apresentar apenas tropas apeadas, perfazendo 16 unidades de infantaria, enquanto a província da África tinha 19 unidades de carácter similar[3105].

Para a sua proteção pessoal, os imperadores podiam contar com as pequenas unidades que formavam a sua guarda imperial, denominadas escolas palatinas (*scholae palatinae*)[3106]. Estas unidades de elite, que tinham a peculiaridade de serem formadas exclusivamente por tropas montadas, tinham substituído a guarda pretoriana depois desta ter sido abatida ao ter lutado contra Constantino na batalha da Ponte Mílvia[3107]. Na Lista de Dignidades encontramos referência a 7 unidades para a proteção do imperador na parte oriental do Império e 5 para a ocidental[3108]. Estas unidades eram formadas por tropas de escol constituídas por elementos cooptados individualmente pelas suas extraordinárias capacidades militares. A tal ponto fariam jus às suas competências que os inimigos dos romanos chegavam a procurar certificar-se, antes de fazer qualquer ataque, que estas não se encontravam presentes por entre as tropas romanas com quem iriam entrar em confronto.

14.9.3. Condicionalismos Operacionais dos Exércitos Palatino-comitatenses

Tendo sido praticamente abandonado por Constantino o modelo defensivo de perfil impeditivo, restando dele apenas algumas isoladas fortalezas de pseudodelimitadores[3109], os exércitos palatino-comitatenses, que passariam a formar o novo modelo elástico, não eram tropas moldadas para sustentar posições fixas no terreno, mas pelo contrário, o seu perfil era talhado para apresentar grande dinamismo operacional e rapidez de movimento[3110].

O que era então exigido ao desempenho marcial destes exércitos era permanecerem nas posições em que tinham sido estacionados, por ordem do comando imperial, geralmente grandes cidades no interior das províncias, e manterem-se em prontidão a fim de se deslocarem para onde a sua presença se fizesse necessária[3111]. A generalidade destas tropas era formada por um vasto conjunto de unidades intermutáveis ao nível de vexilações e

[3105] GOLDSWORTHY, 2003, p. 204.
[3106] RICHARDOT, 2001, p. 53; LE BOHEC, 2006, pp. 69, 146.
[3107] RICHARDOT, 2001, p. 53; LE BOHEC, 2006, p. 35; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 238, 546; LE BOHEC, 2013, p. 29.
[3108] GOLDSWORTHY, 2003, p. 202; LE BOHEC, 2006, pp. 68-69.
[3109] RICHARDOT, 2001, pp. 82, 132-133, 136-140; GOLDSWORTHY, 2003, p. 206.
[3110] RICHARDOT, 2001, pp. 76, 80-82, 109, 238.
[3111] GOLDSWORTHY, 2003, p. 209; LE BOHEC, 2013, p. 261.

destacamentos, com preponderância de contingentes montados[3112], possuindo grandes recursos de transporte, como um considerável número de animais de carga.

No entanto, para se poder avaliar qual poderia ser na prática a real eficácia da intervenção destes exércitos, ter-se-á que compreender qual a sua efetiva operacionalidade, atendendo a diversos fatores relevantes que tolheriam, ou mesmo impediriam, a concretização do seu objetivo estratégico. É no mínimo dubitativa a afirmação de que um grande exército, mesmo que seja formado por corpos montados na sua totalidade, tenha condições para se poder deslocar com uma considerável rapidez ao longo de um trajeto de grande extensão.

A imagem que o senso comum possui comumente sobre tal tipo de contingentes tende a convergir muito para uma idealização de que tropas montadas apresentam sempre grande rapidez de deslocação, sem ter em atenção que perspetivam tal capacidade num percurso de pequena extensão[3113].

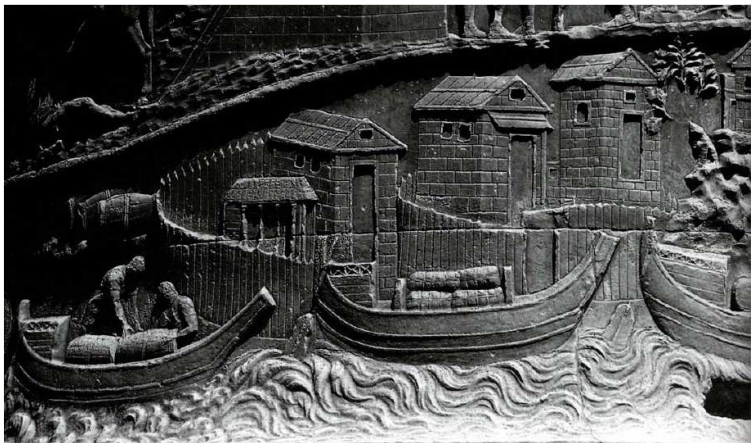


Imagem 136 - Uma cena da Coluna de Trajano mostrando uma fileira de fortalezas romanas e torres de vigia ao longo do rio Danúbio. À esquerda, dois auxiliares descarregam provisões de um barco. No mundo antigo, geralmente era muito mais fácil transportar itens volumosos sobre a água do que sobre a terra. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 98]

logísticas, tendo tal tipo de transporte que ser muitas vezes garantido, nas grandes campanhas, por uma manobra paralela de apoio naval que pudesse acompanhar em proximidade a progressão do exército terrestre. Um tal suporte era providenciado por navios que se deslocavam ao longo da costa ou, quando o exército infletia para o interior de um continente, deveriam estar previamente previstos trajetos e condições fluviais para a realização deste apoio[3114].

[3112] RICHARDOT, 2001, pp. 83; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 203-204.

[3113] Talvez se possa mesmo dizer que devido à familiaridade que o homem moderno possui com o permanente contacto com a facilidade e rapidez dos atuais recursos mecânicos de transporte, tenderá hoje para admitir de forma analógica que as reais capacidades da força animal poderiam ter alguma semelhança, estando estas, no entanto, muito longe de poder emular uma tal velocidade e resistência.
A realidade prática do que era a deslocação de um exército na antiguidade estava muitíssimo condicionada pela inferior capacidade muscular que apresentavam os seus animais de transporte, embora se tenha que admitir que num trajeto relativamente pequeno, a velocidade de um cavalo a galope era então a máxima rapidez que se poderia conseguir.

[3114] RICHARDOT, 2001, pp. 165-168, 193-195.

No entanto, tais complexos recursos eram programados apenas no contexto de grandes campanhas e não para a regular movimentação dos corpos do exército romano, nomeadamente suportando o tipo de deslocação que efetuavam os exércitos palatino-comitatenses[3115]. Além disso, o transporte marítimo sofria de grande irregularidade no seu desempenho, podendo oscilar de forma muito notória, o que fazia perigar a coordenação das programações temporais de uma campanha militar, como acentua Jonathan P. Roth, na sua obra *The logistics of the Roman army at war (264 B.C.-A.D. 235)*, a propósito dessas grandes oscilações no desempenho naval[3116]:

> «[…] Since supplying an army over water usually involved multiple trips, the speed of vessels is as important as their capacity in logistical planning. Many factors, however, preclude calculating the average speed of sailing vessels in antiquity: differing loads and rigging, changes in prevailing winds and circuitous routes resulting from the ancient preference for hugging the coastline. Sippel computes the average speed of an ancient ship as between 4.5 and 6 knots (8.3 to 11 k.p.h.) in favorable winds and 2 to 2.5 knots (3.7 to 4.6 k.p.h.) in unfavorable ones. Casson argues that the average speed of a merchant vessel was as low as 2 knots, but admits this speed could be substantially increased if circumstances were favorable. Even if one uses the lowest estimates of ancient ships' capacity and speed, the Romans certainly had the technology and the ships to support a large army by sea. A trip from Byzantium (an important depot for military supplies), to Gaza is recorded as taking 10 days in favorable winds, and 20 days in unfavorable winds. Using the slowest figure, six months grain for 40,000 men, 6,320 tonnes, could have been transported by 70 30-tonne ships requiring three trips over that 120-day period. Naval forces, often made up of tens of thousands of sailors, also had to be supplied, an element of logistics usually ignored by ancient and modern historians alike. […]»

Embora grande parte das fronteiras do Império estivesse estabelecida em rios com condições de navegabilidade, tais como o Danúbio ou o Reno, e ainda no Oriente se pudesse contar em parte com a estrada fluvial fornecida pelo Eufrates[3117], seria impossível receber

---

[3115] Não só seria muito difícil proporcionar aos exércitos palatino-comitatenses um apoio fluvial pelo interior das províncias, como a preparação e articulação de tais meios era naturalmente um aspeto que exigiria um tempo considerável de preparação, pouco adequado à prontidão necessária para a sua intervenção.

[3116] ROTH, 1999, pp. 194-195.

[3117] Na história militar romana não são assim tão frequentes os exemplos de utilização de meios navais como suporte direto de campanhas terrestres. No entanto, o transporte de tropas por meios navais era uma prática quotidiana, nomeadamente desde o início do século II a.C., quando Roma passou a conhecer e dominar a navegação no Mar Mediterrâneo. RICHARDOT, 2001, p. 193; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 34-42; LE BOHEC, 2013, pp. 39-40. A maior campanha programada com um claro apoio naval foi já bastante tardia, integrada naquela que Juliano, o Apóstata, encetou contra os Sassânidas em 363, onde se utilizaram milhares de navios que desceram ao longo do rio Eufrates. RICHARDOT, 2001, p. 208. Juliano, no entanto, assim que penetrou mais profundamente para o interior do território inimigo, viu-se confrontado com a necessidade de os abandonar, tendo assim que os mandar incendiar para que não caíssem nas mãos dos seus adversários. GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 289-298.

recursos logísticos através destes, nomeadamente devido a incapacidade de informar atempadamente os centros logísticos de outras províncias desta necessidade e de que estas pudessem ter margem temporal para os enviar.

A necessidade de uma rápida progressão dos exércitos palatino-comitatenses exigia um suporte logístico permanente, nomeadamente ao nível dos suprimentos básicos e do transporte das suas armas, tornando-se indispensável que estes se encontrassem na sua própria coluna de marcha integrados e no seu trem de carga[3118]. Deveremos, pois, procurar analisar os principais constrangimentos operacionais que poderiam ter os exércitos palatino-comitatenses para que se possa avaliar quais seriam as reais condições que estes possuiriam para realizar as interceções dos muitos adversários que passariam a fustigar as fronteiras do Império.

Estas veriam um substancial incremento a partir de meados do século IV, quando as populações germânicas se viram obrigadas a encetar uma desordenada fuga para se eximirem à senha destruidora das inúmeras tribos hunas que progrediam cada vez mais para ocidente [3119].

Desde logo, os exércitos palatino-comitatenses começariam por enfrentar o problema logístico de estabelecer um trajeto em que lhes fosse possível ter disponíveis grandes pastos que lhes permitisse alimentarem um tão grande número de animais. Um tão elevado número de cavalos militares e de mulas de carga, necessitaria de passar por locais por onde se soubesse que estavam disponíveis suficientes forragens, pois tantos milhares de perissodáctilos precisariam de ter acesso por dia, a muitos hectares de pastagens, tarefa que se tornaria particularmente difícil nos meses invernais[3120]. O seu trajeto teria assim que conciliar o local onde se fazia necessária a sua intervenção com uma boa programação das áreas onde tais recursos estariam disponíveis [3121].

Além disso, surgiria mais um condicionalismo estratégico dos exércitos do sistema elástico quando se compreende que estes teriam de restringir as suas movimentações à

[3118] ROTH, 1999, pp. 283-285.
[3119] LE BOHEC, 2006, pp. 42-43, 128-129, 160, 188; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 316-318, 396-398.
[3120] RICHARDOT, 2001, pp. 203-204.
[3121] Se já era muito pesada toda a logística de transporte dos suprimentos estritamente necessários para a viagem, o de forragens não se torna sequer uma possibilidade concebível numa coluna de marcha que teria de progredir com rapidez. Sabemos que tal tipo de transporte era uma prática comum nos imensos cortejos imperiais que realizavam descontraídas viagens ao longo das províncias, onde se chegavam a carregar milhares de fardos de feno, mas isto não era uma possibilidade logística na deslocação de uma coluna de marcha militar.

estação do ano que permitisse a existência de forragens, tal como são a primavera ou o verão, tornando impossível qualquer movimentação durante o inverno[3122].

A implementação de um sistema defensivo elástico era também particularmente difícil quando o seu âmbito operacional se desenvolvia num espaço territorial de tão vastas dimensões como era o Império Romano. Isto poderia exigir que um exército palatino-comitatense pudesse ter de percorrer distâncias-tempo demasiado exigentes, chegando a ter de se deslocar por centenas de quilómetros antes de conseguir intercetar um adversário[3123]. Tais limitações dificilmente permitiriam que este sistema tivesse condições de se poder vir a tornar um paradigma defensivo eficaz, pois apesar de vários exércitos móveis terem sido estacionados em diferentes regiões do interior do Império[3124], a sua própria mobilização era um processo complexo e lento. Embora não se conheçam detalhes sobre o seu funcionamento prático[3125], poderemos certamente conceber que o processo operacional de mobilização de um exército palatino-comitatense era bastante demorado, por necessitar de várias etapas.

Em primeiro lugar era preciso que alguma instância administrativa ou militar considerasse que, devido a possuir quaisquer observações próprias ou relatos fiáveis sobre movimentações inimigas, se fazia necessário convocar a intervenção dos exércitos móveis. Em seguida era necessário conseguir notificar, possivelmente através de um mensageiro, o comando palatino-comitatense de que era preciso a sua urgente intervenção num determinado local fronteiriço. Este pedido poderia demorar muitos dias a concretizar-se dependendo da distância a que este se encontrasse da cidade onde estivessem estacionados os palatino-comitatenses. Após ser notificado, era fundamental que o comando palatino-comitatense tivesse um modo sumário de fazer uma averiguação quanto a veracidade desse pedido, devendo ter para tal métodos de rastrear se se justificava tal convocatória. Em caso de se confirmar a sua pertinência e veracidade, somar-se-lhe-iam possivelmente vários dias para a preparação da complexa campanha, procurando reunir os contingentes militares e garantindo a boa conformação da logística de armas e suprimentos que teriam de ser mobilizados. Suceder-se-ia o tempo-distância necessário para acorrer com todo o exército ao local ameaçado, o que permitia que o inimigo pudesse já, após tantos dias, encontrar-se

[3122] RICHARDOT, 2001, p. 202.
[3123] RICHARDOT, 2001, p. 200.
[3124] É possível que a localização destes exércitos possa ter resultado de preocupações de carácter estritamente estratégico, mas seria possível admitir que, pelo menos em parte, a sua posição geográfica tivesse resultado do cuidado constantiniano de os estacionar em urbes próximo dos principais eixos viários que davam acesso aos palácios residenciais onde ele e a sua corte mais permaneciam.
[3125] RICHARDOT, 2001, p. 204; GOLDSWORTHY, 2003, p. 206.

bastante afastado do local onde fora anteriormente localizado[3126]. Esta última etapa seria certamente a mais demorada, pois exigiria muitos dias, ou até mesmo semanas, para que se pudesse concretizar.

Imagem 137 - Um exército de campanha normalmente incluía uma boa quantidade de transporte sobre rodas. No canto inferior direito desta cena da Coluna de Trajano vemos carros carregando provisões em barris. Em cima, à esquerda está uma balista leve ou escorpião montado numa carroça puxada por mulas. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 170].

Toda a distância teria então de ser percorrida numa longa coluna de marcha, que estaria condicionada na sua mobilidade, não só pelo efeito retardador dos elementos mais lentos que a integravam [3127], como também pela necessidade de progredir avaliando passo a passo as condições do terreno, na orla do trajeto escolhido, para que se pudessem prevenir contra possíveis emboscadas[3128].

Após conseguir a aproximação ao seu objetivo militar, teria ainda que ser feita uma avaliação da força e posição do invasor e tomadas importantes decisões táticas, como a rápida formulação de um plano de ataque, além de ter de estabelecer como e quando este deveria ser concretizado.

Poder-se-á até admitir que a generalidade dos corpos dos palatino-comitatenses, treinados e armados como exércitos de elite, estariam sob o comando de oficiais competentes e com bastante experiência militar[3129], o que permitiria aliviar, quer as fases de preparação da campanha, quer o gizar de um plano de ataque, mas o constrangimento imposto pelo tempo-distância necessário para chegar ao seu objetivo permaneceria sempre como um imponderável impossível de eliminar na equação da sua operacionalidade. O condicionamento temporal permitiria aos invasores deterem uma dilatada margem para se

[3126] As estradas romanas serviriam aqui também como um importante fator de orientação, pois pela facilidade que permitiam, seria bastante provável que as movimentações do exército invasor se tivessem feito através das vias romanas.

[3127] O pedido de que era necessário a intervenção comitatense poderia ser feito apenas por um único mensageiro ou estafeta, mas a deslocação de todo um exército seria uma manobra notoriamente mais lenta devido a este ter de se desenvolver conforme o andamento das suas unidades mais vagarosas.

[3128] ROTH, 1999, pp. 283-285.

[3129] RICHARDOT, 2001, pp. 49-62 ; LE BOHEC, 2006, pp. 76-77, 80-82, 151, 155-156, 159.

deslocarem quase sem oposição nos territórios imperiais, pilhando, aterrorizando e matando as populações.

É todo este condicionalismo que vemos expresso no comentário de Zósimo quando este afirma[3130]:

> « […] And Constantine did something else which gave the barbarians unhindered access to the Roman empire. By the forethought of Diocletian, the frontiers of the empire everywhere were covered, as I have stated with cities, garrisons and fortifications which housed the whole army. Consequently, it was impossible for the barbarians to cross the frontier because they were confronted at every point by forces capable of resisting their attacks. Constantine destroyed this security by removing most of the troops from the frontiers and stationing them in cities which did not need assistance, thus both stripping of protection those being molested by the barbarians and subjecting the cities left alone by them to the outrages of the soldiers, so that henceforth most have become deserted.
>
> Moreover, he enervated the troops by allowing them to devote themselves to shows and luxuries. In plain terms, Constantine was the origin and beginning of the present destruction of the empire. […] »

A aproximação do grande exército palatino-comitatense ao local onde se encontrava o adversário também tornaria inevitável a denúncia da sua presença nas proximidades, o que levaria certamente a que este se procurasse preparar para o enfrentamento, o que faria perder o efeito surpresa, ou a estugar o seu andamento de modo a procurar escapar do confronto.

A mobilidade é assim o ponto fraco desta estratégia, pois inúmeros problemas se levantam para realizar as distâncias-tempo necessárias num prazo útil. Qualquer movimento terrestre só poderia ser executado pela velocidade permitida pela força muscular do homem ou do animal e naturalmente, quando a relação distância-tempo ficava dependente da soma da capacidade particular de cada um dos intervenientes, a que se deve somar o aumento exponencial das vicissitudes acidentais, então o fator diretamente afetado seria sempre o tempo, que se veria necessariamente dilatado[3131].

[3130] ZOS. 2.34.

[3131] Todos os diferentes elementos que entram numa coluna de marcha estabelecem entre si uma relação de interdependência espácio-temporal que condiciona e interfere na qualidade do seu desempenho coletivo. Qualquer acontecimento imprevisto ou incidental que ocorra em qualquer parte desta, contribuirá sempre globalmente como um fator que promoverá a lentidão da sua marcha, independentemente do ponto onde nela ocorra. Uma paragem nos corpos dianteiros da coluna impedirá a progressão dos que se encontram atrás de si e a necessidade de uma paragem nos contingentes da retaguarda obrigará igualmente à imobilização para que a coluna não se fragmente.

A extraordinária rede de estradas construída pelo Império Romano e que permitia uma verdadeira assimilação geográfica dos territórios no seu seio, era também a forma mais prática de minimizar os inúmeros imponderáveis próprios da deslocação das monumentais colunas de marcha das grandes legiões da República ou do Alto-Império que se espraiavam nelas por quilómetros. A regularidade destas vias, a sua robustez de construção, o seu perfil retilíneo, a sua capacidade de drenagem, viabilizaram, ao longo de séculos, que se conseguisse uma atempada intervenção das tropas romanas nos mais longínquos rincões do Império[3132]. Elas seriam mesmo uma das principais responsáveis pela eficácia do antigo sistema impeditivo constituído pelas grandes legiões que formaram o recurso defensivo ao longo da sua história até à crise do século III.

Imagem 138 - Via de Itália para a Hispânia, na saída de Gallur (Saragoça) [in GALLO, 2006, p. 32].

A rapidez de comunicação e a capacidade de circulação militar foram sempre uma das pedras basilares da manutenção de qualquer império e para tanto bastaria observar, por exemplo, a importância que foi também dada pelos Persas às estradas reais[3133].

[3132] Embora por vezes não se tenha atribuído o devido valor à importância que este fator estrutural desempenhou, a construção das estradas romanas sempre se constituiu como um aspeto fundamental para a coesão civilizacional do Império, bem como para o domínio militar dos seus territórios. A sua importância é tão relevante que seria até mesmo muito difícil avaliar quais poderiam ter sido as reais dimensões do Império e a sua coesão, se este não as tivesse construído.

[3133] A mais conhecida destas estradas reais constituía-se como a coluna vertebral de todas as comunicações do Império Persa e era uma larga e serpenteante via, com mais de 2.500 quilómetros, que ligava a cidade de Sardes, no ocidente, à antiga capital de Susa. NARDO, 2015, p. 9.
Por ela circulavam permanentemente rápidos mensageiros, funcionários administrativos e tropas imperiais pois esta estrada real tinha sido desenhada de forma a passar pela maior parte das principais urbes persas. Contudo ela é apenas uma entre todas as outras estradas reais.
Os cronistas militares permitem reconstruir a duração de alguns movimentos do exército em marcha, Diodoro Sículo indica alguns valores: de Babilónia a Susa - 22 dias (D.S. 19.55.2); de Susa à Pérsia - cerca de 30 dias (D.S. 19.17.6); de Susa a Ecbatana, pela estrada real através da Babilónia - 40 dias (D.S. 19.19.2); de Susa a Ecbatana, pelo caminho direto através das montanhas Cossean do Luristão - 9 dias (D.S. 19.19.8); de Ecbátana a Persépolis - 20 dias (D.S. 19.46.6); etc.
Podemos ainda notar que as capitais do Império (Pasárgada, Persépolis, Susa, Babilónia, Ecbátana) estavam ligadas por grandes estradas, formando um quadrilátero grosseiro. O itinerário mais conhecido é o de Persépolis a Susa, que pode ser reconstituído analisando, por exemplo, a rota de Alexandre. BRIANT, 1996, pp. 510-512.

Apesar das estradas romanas, as viagens no Império são longas e cansativas, podendo demorar por vezes semanas ou meses. Ainda longe do auge da extensão máxima do Império, Procópio faz uma estimativa de que alguém que pretendesse percorrer a pé todo o perímetro das suas fronteiras terrestres demoraria 347 dias a fazê-lo[3134].

Tudo leva a crer que em média o tempo de intervenção dos exércitos palatino-comitatenses na fronteira do Reno no século IV era bastante considerável, podendo variar entre 20 e 40 dias, dependendo do local onde tivesse decorrido a incursão invasora [3135]. Da corte Imperial de Milão, cidade estrategicamente posicionada, onde se encontravam estacionadas grande parte das forças responsáveis pela defesa de Estrasburgo, também se demorava cerca de 40 dias de marcha[3136].

Os marcos miliários dão uma permanente noção aos Romanos do custo distância-tempo de uma viagem terrestre[3137], que obriga a uma programação por etapas, visto que muitas noites teriam que ser vencidas durante o trajeto.

Em geral, a mobilidade geográfica das populações menos favorecidas era bastante restrita, desenrolando-se as suas atividades quotidianas num âmbito de poucos quilómetros, mas aqueles que pretendiam ou tivessem necessidade de viajar deveriam informar-se e munir-se de inúmeros recursos essenciais para o conseguir. Era fundamental ter uma noção de para onde ficava o local pretendido, da direção que se deveria tomar, dos pontos cardiais, dos percursos básicos das estradas romanas, quer das principais, quer dos caminhos secundários e procurar, por questões de segurança, fazer tal viagem acompanhado ou juntar-se adrede a outros viajantes.

Outro importante uso destas estradas, para além do militar, era o de apoio ao serviço do correio imperial, criado por Ciro, o Grande, logo nos pródromos do Império Persa, ainda no século VI a.C. e que viria mais tarde a ser muito aumentado por Dario, o Grande. Neste sentido, ao longo destas vias, foram edificadas centenas de estações de postagem, que permitiam a muda de cavalos (*hipponas*), disponibilizando cavalariços para cuidar deles e um homem adequado encarregado de cada estação para receber os despachos e entregá-los, assumir os cavalos e homens cansados e fornecer novos. Por vezes, esse posto nem mesmo parava à noite, sendo que um mensageiro noturno substituía o diurno e seguia em frente, transportando a mensagem. BRIANT, 1996, p. 525.

3134 PROCOP. 3.1.10-16.

3135 RICHARDOT, 2001, p. 113.

3136 RICHARDOT, 2001, p. 113.

3137 ROTH, 1999, pp. 173-174; MANTAS, 2016, pp. 275, 279, 280, 293.

Políbio escreveu, a propósito das indicações nas vias romanas:

> «[…] Emporium again sixteen hundred; from which town, I may add, to the passage of the Rhone is a distance of about sixteen hundred stades; for all these distances have now been carefully measured by the Romans and marked with milestones at every eighth stade. […]» PLB. 3.39.

Para uma viagem terrestre de grande escala dever-se-ia ter uma noção de que, por exemplo, se se quisesse ir de Gibraltar ao Mar Adriático ter-se-ia que despender 75 dias ou precisar-se-ia de gastar 120 dias para percorrer a distância entre Cirene, na província da Cirenaica, para conseguir chegar a Dirráquio, nos Balcãs[3138].

Com tais constrangimentos temporais poderemos compreender a generalizada preferência pelas viagens marítimas, nomeadamente porque a sua maioria se realizava nas conhecidas rotas do mediterrâneo, embora também estas apresentassem os seus condicionalismos, pois não era possível realizá-las durante o inverno ou em fases de grande agitação marítima[3139].

Na parte oriental do Império, o problema estratégico torna-se ainda mais patente, sendo preciso muitos dias para que um grande exército, saído de Constantinopla, possa atingir muitos dos pontos mais ameaçados da fronteira do Danúbio ou intercetar um ataque dos cavaleiros sassânidas progredindo na longa estrada de Diocleciano[3140].

Muitas vezes, os contingentes romanos acabariam por só conseguir realizar contacto com o inimigo indo no seu encalço, como consequência de este já ter tido oportunidade de adentrar grandes distâncias no interior do território do Império.

Os exércitos palatino-comitatenses poderiam até ter como guia, em muitos casos, o mero rasto de destruição, de incêndios, de pilhagens, de mortos, de campos devastados,

---

[3138] RICHARDOT, 2001, p. 113.

[3139] A grande generalidade dos habitantes do Império eram sedentários e naturalmente organizavam no local onde estavam instalados, toda a complexa estrutura de relações sociais, de propriedade, de trocas comerciais que tornavam o lugar onde se encontravam aquele onde pretenderiam permanecer, a não ser que fatores como uma grande insegurança, como a disseminação de uma peste ou de uma grande escassez alimentar os forçassem a emigrar para outra região.
As populações de perfil germânico tinham, no entanto, uma maior facilidade de se deslocarem, pois, tais migrações fizeram até tarde parte do seu *modus vivendi*, procurando novas terras com boas pastagens para o seu gado, tendendo a possuírem uma menor vinculação com o espaço que habitavam. Tácito, no início do século II, na sua *Germânia*, afirma mesmo que os germânicos não construíam habitações confortáveis e resistentes, pois sabiam que as deveriam abandonar a curto prazo, autoimpondo-se uma sazonalidade sistemática. TAC. *G.* 1.16.
Muitas destas populações germânicas, depois de se instalarem como federados, terão sido levadas a abandonar esta sua atávica necessidade de errância, passando a apreciar as vantagens da sedentarização. Esta também teria sido favorecida por estes terem desenvolvido melhores competências em todas as atividades agrícolas, quer nas sementeiras, quer nas colheitas, recursos que não possuíam anteriormente.
Embora tenhamos ainda notícia de algumas importantes movimentações destes povos a partir do século IV, estas não só eram temporalmente mais espaçadas, como já tinham um outro carácter, sendo grandes migrações programadas que tinham uma justificação política ou estratégica.
Era natural que com o prolongado contacto entre federados e populações provinciais, se viesse a verificar esta osmose cultural em prol de uma maior sedentarização, nomeadamente pelo conforto, segurança e enquadramento administrativo permitido pelas envolventes estruturas provinciais do Império.

[3140] Esta estrada partia de Azraq e Bostra (passando a nascente de Damasco) e ia até Palmira, prolongando-se depois até ao Eufrates (Sura). Entre Damasco e Palmira teria uma extensão de 360 km. RICHARDOT, 2001, p. 103; LE BOHEC, 2006, pp. 150, 167-168.
Consultar subcapítulo 12.5.2. (imagem 109).

deixados pela progressão dos invasores, estando estes livres para tomar qualquer direção. A sua obrigação era o seguirem apressadamente no seu encalço através das paisagens de destruição, sem terem condições de se reabastecer de suprimentos e com um progressivo aumento de tensão que não lhes favoreceria momentos de descanso na longa deslocação[3141].

Com tais condicionalismos, a estratégia de defesa elástica, implementada por Constantino e que se viria a tornar o paradigma geral do Império, não teria condições de restaurar a robusta segurança impeditiva que existiu até ao século III.

O imperador Constâncio II, filho e sucessor do vencedor da batalha da Ponte Mílvia, demonstra já, poucos anos depois, as dificuldades na defesa do Império, resumindo o contexto militar de 355 a 358[3142]:

> «[…] Our enemies in their madness were overrunning all Illyricum, with arrogant folly despising us in our absence, while we were defending Italy and Gaul, and in successive raids were laying waste our farthest frontiers, crossing the rivers now in dug-out canoes and sometimes on foot; they did not trust to engagements nor to arms and strength, but, as is their custom, to lurking brigandage, with the craft and various methods of deceit dreaded also by our forefathers from our very first knowledge of the race. […]»

As grandes distâncias a percorrer e a lentidão inerente à deslocação baseada na força muscular de homens e animais, tornaria inevitável que o modelo defensivo elástico se tornasse obsoleto e cada vez mais ineficaz à medida que a permanente destruição das estruturas económico-sociais do Império o fragilizasse, ante a circulação e fixação de hordas heteróclitas e hostis nos seus territórios.

[3141] VEG. 3.6; ROTH, 1999, pp. 124, 286-287, 292-299, 310, 325; RICHARDOT, 2001, pp. 111, 125, 142, 156, 208, 218.
[3142] AMM. 17.13.27.

CAPÍTULO 15

CONDICIONALISMOS ESTRUTURAIS DA LOGÍSTICA MILITAR ROMANA

15.1. Considerações sobre os Recursos Logísticos do Exército Romano

15.1.1. Idiossincrasias Estruturais da Locomoção Animal

Para se poder realizar uma avaliação mais rigorosa sobre o que poderia ter sido a eficácia do sistema palatino-comitatense, dever-se-á analisar quais os constrangimentos resultantes da sua locomoção baseada na força animal. Esta, que foi até à invenção da "sociedade das máquinas", a única força motriz terrestre disponível, impunha à deslocação dos exércitos várias limitações zoomorfológicas relativamente à extensão e velocidade da sua deslocação.

Embora estas tropas de elite congregassem um considerável número de tropas montadas, como era naturalmente o caso das inúmeras vexilações[3143], não conseguiriam, contrariamente ao que se poderia supor, apresentar maior rapidez numa longa jornada do que o poderia fazer um qualquer destacamento de infantaria.

A taxa média de deslocação destas tropas ver-se-ia sempre condicionada pela capacidade d deslocação da sua própria coluna de marcha que necessariamente tinha de integrar o seu pesado e lento trem de carga. A deslocação de milhares de soldados ao longo de um trajeto que levaria muitos dias a percorrer, chegando, por vezes, até às semanas, exigia que se realizasse o transporte de uma pesada carga logística que teria que ser efetuado por carroças e pelos respetivos animais de tiro[3144].

[3143] RICHARDOT, 2001, pp. 58, 79-81, 83, 87, 237; GOLDSWOTHY, 2003, pp. 203-206; GOLDSWOTHY, 2010a, p. 267;
[3144] ROTH, 1999, pp. 82-86, 90, 104, 216; RICHARDOT, 2001, pp. 203-204.

A celeridade que muitas vezes se atribui à intervenção das tropas montadas exigiria antes de mais que estas se pudessem deslocar dispensadas da necessária logística de campanha e isto só seria viável para trajetos bastante curtos, nomeadamente aqueles que fosse possível percorrer num único assalto, compreendendo uma extensão que não excedesse as poucas dezenas de quilómetros. Pelo contrário, a necessidade de cobrir uma longa distância que pela sua grande extensão obrigasse a vários dias de caminhada, forçando assim a realização de várias pernoitas, teria de estar munida de toda uma pesada logística que forçaria a mobilização de inúmeras carroças e centenas de animais de tiro[3145].

Assim, num percurso de considerável extensão, como o que era em geral exigido aos exércitos palatino-comitatenses, teria de estar necessariamente integrada na coluna de marcha toda uma pesada logística, onde seriam transportados desde as tendas, às armas, mormente os seus escudos, milhares de setas, bem como diversos outros tipos de projéteis, os seus suprimentos, os seus utensílios práticos, para já não falar de pequenas máquinas de artilharia ainda em uso, como eram os escorpiões[3146]. Este trem de carga teria de ser puxado ou carregado por animais com grande capacidade de tiro, como cavalos e especialmente espécimes muares[3147], que são, no entanto, relativamente lentos, não ultrapassando normalmente a marcha de um homem apeado[3148].

[3145] Dever-se-á ter em atenção que mesmo num assalto direto de cavalaria num percurso de poucas dezenas de quilómetros teriam que estar assegurados vários importantes fatores que dificultariam igualmente a rapidez da sua progressão e até a sua capacidade de ataque imediato. Mesmo num curto trajeto era necessário a atempada intervenção de batedores para evitar que o exército pudesse vir a cair numa emboscada, o que forçava a uma exploração num âmbito mais alargado do que era o restrito espaço da estrada por onde se daria a progressão do exército. No entanto, uma tal tarefa, necessariamente requerida quando se sabia da possível proximidade de tropas inimigas, seria bastante difícil de concretizar para os batedores responsáveis pois estes tinham de se deslocar por locais paralelos à estrada que não permitiam uma fácil progressão. Teriam que avançar por zonas de difícil acesso, muitas vezes escarpadas, pejadas de vegetação selvagem, saltar declives, ultrapassar zonas densamente arborizadas, transpor improvisadamente linhas de água e ainda estarem atentos para que não fossem eliminados antes de poderem dar o aviso da presença inimiga quando se deparavam com ela. Das suas funções de reconhecimento, dependiam todos os seus companheiros integrados na coluna de marcha, mas o seu trabalho, exercido num âmbito tão mais alargado e difícil, tornaria mais lenta a progressão do exército. ROTH, 1999, pp. 292, 299, 325; RICHARDOT, 2001, pp. 111, 125, 208.
Além disso, os comandantes teriam ainda que realizar uma sumária avaliação das condições físicas em que se viriam a apresentar animais e homens no momento do contacto com o inimigo, tentando perceber se o cansaço não seria impeditivo de um ataque imediato ou não exigiria a observação de um prévio período de descanso.

[3146] GOLDSWORTHY, 1996, p. 290; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 170-171.

[3147] Jonathan Roth afirma que Goldsworthy estima que eram necessárias cerca de 70 carroças e aproximadamente 160 animais para transportar a artilharia de uma legião, ROTH, 1999, pp. 83-84.

[3148] O gado bovino só excecionalmente era utilizado como animais de tiro pelos romanos, mesmo no tempo das grandes legiões, tendo sido sempre uma opção residual. A lentidão da sua marcha impedia, apesar de tudo, o mais rápido ritmo de progressão que cavalos, mulas e homens em passo apressado conseguiam impor. ROTH, 1999, p. 211; GOLDSWORTHY, 2003, p. 170. Philip Matyszak relata que os bois demoram muito tempo para comer e que precisam de 5 a 6 horas todos os dias só para se alimentarem, o que atrasava ainda mais a coluna de marcha dos romanos. MATYSZAK, 2010a, p. 163.

Imagem 139 - Embora a artilharia fosse utilizada sobretudo em assédios, os chamados "escorpiões" eram utilizados em batalha. Alguns dos escorpiões, chamados *carroballistae*, eram montados sobre carros puxados por mulas, sendo armas capazes de disparar grandes projéteis e com enorme potência. [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 181].

Para assegurar este transporte, tal como aconteceu ao longo de todas as grandes campanhas do exército romano na República ou no Alto-Império, não restaria outra possibilidade do que serem mobilizados, não só muitos cavalos, mas sobretudo centenas, ou mesmo milhares, de animais muares[3149], que, curiosamente, apresentavam neste quesito mais capacidade do que os seus primos equinos.

Em termos médios, embora os valores dependam de inúmeros fatores, como raça, piso, clima, cota de inclinação, estado de saúde, poder-se-ia dizer que um cavalo a passo caminha a 8 km/h, enquanto a trote avança a 14 km/h, e pode atingir 48 km/h a galope. Um cavalo de competição bem preparado é capaz de fazer 160 km no deserto em menos de 7 horas, mantendo uma velocidade média de 22,5 km/h. Em terrenos montanhosos e selvagens, os cavalos de corrida geralmente terminam o percurso de 160 km em 12 a 14 horas. MCILWRAITH; ROLLIN, 2011, p. 342.

Por sua vez a mula pode caminhar a cerca de 8 km/h e um homem bem treinado, como um soldado, poderá chegar aos 7 km/h. Um espécime bovino progride apenas a cerca de 3 ou 4 km/h, e só com esforço poderá ser incitado a atingir os 5 km/h e apenas num curto período. Embora tais cifras possam não parecer relevantes, elas fariam uma considerável diferença na distância percorrida quando uma jornada se prolongava por muitas horas a cada dia. Além disso o bovino, ao contrário do que acontece com a mula, não gosta, nem tem facilidade, em avançar por terreno montanhoso, muito inclinado ou irregular, mesmo quando tal se tornava absolutamente necessário. GOLDSWORTHY, 1996, p. 293.

[3149] Os espécimes asininos designados como mulas, quando fêmea, do latim *mulus*, ou burro, Forma regressiva do diminutivo *burrichus*, quando macho, são um perissodáctilo híbrido que resulta, ao contrário do que geralmente se pensa, quer do cruzamento do jumento com a égua, como também do cavalo com o jumento fêmea, dita jumenta. BLAKELY, 1997, pp. 58, 115; MUMMA, 2008, pp. 1-2; SMITH, 2009, pp. 27-28.

Fenómenos do foro genético verificam-se sempre neste tipo de cruzamentos, entre animais que embora sendo da mesma família, não são da mesma espécie, gerando animais híbridos. Assim, devido ao número diferente de cromossomas que possuem, apresentando os cavalos 64 e os jumentos 62, o seu cruzamento resulta em animais com o número de 63, quase sempre estéreis (BLAKELY, 1997, pp. 115, 121; SMITH, 2009, p. 28), mas onde curiosamente já se verificaram exceções, tendo-se tornado casos de estudo. Um tal fenómeno também acontece com outros cruzamentos especimais, embora os animais híbridos sejam o resultado de manipulação humana, pois as duas espécies não se cruzam livremente na natureza.

Entre outros encontramos: o zebralo, que resulta do cruzamento entre cavalo e zebra (SMITH, 2009, pp. 29-33); o jagleão entre jaguar e leoa; o javaporco entre javali e porca; o chabino entre cabra e carneiro; tendo alguns cruzamentos sido mesmo o resultado de engenharia zootécnica como é o caso do dzo que decorre do cruzamento entre uma vaca e um yak selvagem, e que apesar da sua estranha aparência, é muito apreciado no Tibete e na Mongólia pela qualidade da sua carne e da grande quantidade de leite que produz. Há ainda outros casos com particularidades, como o do tigreão, que cruza leoa com tigre macho, ou o ligre, que é a mistura de tigre fêmea com leão, sendo que neste último caso, por exemplo, todos os espécimes observados confirmam que os tigreões machos são estéreis, enquanto que as fêmeas são quase sempre férteis.

Além disso, tende-se muitas vezes para julgar que tais animais híbridos têm normalmente menores dimensões do que os seus progenitores, mas isto não se verifica. Estes podem herdar ou não, segundo várias condicionantes genéticas, a hormona inibidora do crescimento, não ficando assim sujeitos *a priori* a apresentar necessariamente qualquer tipo de nanismo ou de hipertrofia. O tamanho de um burro ou de uma mula pode então variar notoriamente, podendo estas últimas ir dos 300 quilos até a exemplares enormes que atingem perto de 500. BLAKELY, 1997, pp. 116-117, 119; SMITH, 2009, p. 29.

O transporte da logística do exército romano sempre fora em grande medida assegurada por estes resistentes quadrúpedes, tendo em média cada grande legião um contingente de cerca de 1.000 a 1.400 mulas, consoante a estimativa feita por vários autores modernos [3150].

A complexa distribuição destes animais dentro da grande legião republicana ou alto imperial estava bem definida, com cada contubérnio a ter direito a uma mula, que deveria transportar a respetiva tenda bem como os utensílios e alguns suprimentos e armas. A este núcleo base ter-se-á de acrescentar toda a logística conducente à satisfação das necessidades de centuriões, tribunos, máquinas de artilharia e toda a estrutura que sempre acompanhava o exército romano, tal como se irá detalhar no subcapítulo seguinte.

O transporte de toda a logística ao lombo de mulas sempre fora um aspeto essencial[3151], nomeadamente nas campanhas em que o exército romano se tinha de deslocar ao longo de território inimigo onde ainda nem sequer havia estradas romanas, situação que, pela irregularidade e acidentes do terreno, dificultava muito a progressão de veículos com rodas. Este difícil problema de locomoção via-se muito facilitado pela espantosa capacidade que possuem os animais muares de suportar pesados fardos sobre o lombo, bem como pela resistência e capacidade de avançar sem sofrer quedas em terreno irregular, pedregoso, inçado de plantas e raízes[3152].

Apesar da sua relativa lentidão, a mula[3153] é um animal com extraordinárias capacidades de locomoção, como deveremos agora observar, procurando analisar um pouco melhor o papel determinante, mas sempre discreto, que elas terão desempenhado nas consideráveis movimentações terrestres que sempre foram exigidas ao exército romano. Dever-se-á mesmo salientar que, sem ser possível identificar outro animal de tiro com as suas competências, teria sido muito difícil, senão mesmo impossível, que Roma pudesse alguma vez ter podido montar toda a logística necessária para programar as suas grandes campanhas, onde se deslocavam milhares de homens em simultâneo ao longo de centenas

---

[3150] Adrian Goldsworthy, refere que uma legião não poderia ter menos de 1.000 animais de carga só para fazer transportar o seu equipamento essencial. GOLDSWORTHY, 1996, pp. 289-290. Por seu lado Jonathan P. Roth estima teria de haver pelo menos cerca de 1.400 mulas por legião. ROTH, 1999, p. 114. Igualmente Cornelis R. van Tilburg estabelece que numa legião deveriam existir 1.400 mulas e 300 cavalos. TILBURG, 2007, p. 65.

[3151] BLAKELY, 1997, p. 119.

[3152] BLAKELY, 1997, p. 118.

[3153] Por facilidade de expressão passaremos a designar os animais muares, que pertencem à ordem *perissodactyla*, à família *equidae*, ao género *equus* e à espécie E. *cabalus* x E. *asinus* com o termo mulas, visto que a utilização de espécimes fêmeas parece ter sido a mais frequente. Os espécimes machos, conhecidos por burros, têm períodos de cio que podem ciclicamente constranger, tal como acontece com os garanhões, a sua utilização em várias tarefas. SMITH, 2009, p. 27.

de quilómetros, se se não tivesse podido contar com o auxílio destes resistentes quadrúpedes[3154].

O cavalo, que também é um belo animal de tiro e que suporta com bastante facilidade puxar cargas equivalentes ao seu peso tem, no entanto, a limitação de não o conseguir realizar durante todo o dia, enquanto que a mula, embora com uma progressão um pouco mais lenta, consegue fazê-lo[3155].

As mulas, não só conseguem subir, ou descer, encostas com acentuada inclinação, como executam ágeis saltos mesmo quando carregadas, por vezes executando-os com hábeis movimentos de perfil quase caprino, sendo muito mais adaptadas a progredir no difícil terreno de montanha do que qualquer outro animal de carga[3156].

Avançam também com particular destreza por caminhos desnivelados ao longo de curvas de nível e deslocam-se destemidamente junto de perigosos trilhos à beira de despenhadeiros, pois não são atreitas a vertigens[3157], o que não acontece com a maioria dos seus primos equinos. Para além das suas peculiares capacidades de movimento em todo o tipo de terreno, a mula consegue caminhar durante bastante mais tempo do que o cavalo, percorrendo com relativa facilidade mais de 40 quilómetros por dia[3158].

Não só a mula é mais resistente do que o seu primo equino como congrega outras vantagens, pois consegue recuperar-se muscularmente bastante mais depressa, precisando para isto de menos tempo, menos alimento e menos água[3159]. As mulas têm, no entanto, uma força bastante semelhante à dos equinos, sendo por isso também muito utilizadas nos trabalhos agrícolas como animais de tração, conseguindo puxar arados em terrenos bastante difíceis e consideravelmente duros, como aqueles que são compostos maioritariamente de minerais de argila[3160].

3154 SMITH, 2009, p. 46.

3155 MUMMA, 2008, p. 2.

3156 Ainda hoje, as mulas não perderam a sua importância no desempenho de determinadas missões, mantendo-se como excelentes animais de carga em zonas montanhosas quase inacessíveis, apesar de todo o progresso técnico e mecânico moderno. Recordemos, por exemplo, que foram as mulas que tornaram viável o transporte das muitas toneladas necessárias ao auxílio humanitário às desesperadas populações que ficaram isoladas em áreas inacessíveis depois do violento terremoto que se deu no norte do Paquistão e na vizinha Caxemira no Outono de 2005. Para este objetivo terão sido utilizadas mais de 2.000 mulas pertencentes às unidades de transporte animal do exército paquistanês, pois verificou-se que só deste modo, era possível levar a ajuda necessária a população afetada numa região que se tinha transformado numa área de acesso crítico.

3157 BLAKELY, 1997, p. 118.

3158 Uma mula, que possui uma capacidade de carga bastante semelhante à que se atribui a um camelo, pode percorrer no limite cerca de 55 km por dia se transportar o que se costuma designar por carga leve, enquanto que faz cerca de 40 em carga média e 25 quando transporta carga pesada. KEHNE, 2007, pp. 332, 335.

3159 BLAKELY, 1997, p. 118; SMITH, 2009, p. 46.

3160 MUMMA, 2008, p. 2.

São, além disso, animais menos tímidos e espantadiços que os cavalos[3161], sendo que estes últimos, para não serem afetados pelos rápidos movimentos e fortes ruídos próprios de uma batalha, precisam normalmente de serem submetidos a treino. Curiosamente a mula mantêm-se, estoicamente, quase insensível ao ruído que a rodeia, permanecendo parada no local onde já se encontrava[3162].

Mas, mais do que tudo, este espantoso animal que é a mula, tem ainda a grande vantagem de poder suportar mais carga do que um equino, aguentando bem sobre o lombo com cerca de metade do seu peso, enquanto o cavalo apenas consegue manter a sua desenvoltura de movimento com cerca de um quarto. Embora possa haver pequenas oscilações nestes valores atendendo à raça de cavalos e mulas que estejam a ser consideradas, o primeiro perde claramente capacidade de movimento quando tem de suportar uma carga superior a um terço do seu peso, deixando até muitas vezes de conseguir galopar, recurso de deslocação que, no entanto, as mulas quase não possuem[3163].

Outra relevante virtude deste quadrúpede híbrido é o não se deixar afetar quando tem de caminhar sob uma intempérie, mantendo-se serenamente em marcha mesmo quando fustigado por fortes ventos e chuva[3164], que são, no entanto, condições climáticas que afetam bastante o desempenho do cavalo. A mula também se consegue defender, tal como o faz um equino, de qualquer ameaça, como a investida de um predador, procurando atingi-lo com as suas patas posteriores com as quais disfere poderosos coices que, não são menos eficazes do que os de um cavalo.

Terminamos este nosso panegírico aos extraordinários dotes locomotores da mula, relembrando que ela é também um animal muito resistente a doenças, sendo-o normalmente bastante mais do que o cavalo e que possui também um forte mecanismo de autopreservação. Assim quando se encontra em estado de extrema exaustão recorre a um curioso recurso de

---

[3161] Desenvolveu-se também no senso comum a ideia de que os animais muares são pouco dotados de "recursos de inteligência", o que levou a apodar analogicamente de "burros" indivíduos com fracas capacidades intelectuais. No entanto, os treinadores e os donos destes animais afirmam o contrário, apontando a "inteligência" de alguns dos seus comportamentos. A título de exemplo, poderemos respigar o expressivo caso do "manhoso comportamento" das mulas que fazem o transporte de turistas nos escarpados caminhos do Grand Canyon no Arizona. Como estas não sofrem de vertigens, compreenderam que aproximando-se perigosamente de certos pontos junto dos abismos montanhosos ficam rapidamente libertas da sua carga, pois a reação dos visitantes é o desmontarem de imediato para se poderem afastar de tais locais. BLAKELY, 1997, p. 120.

[3162] BLAKELY, 1997, p. 120.

[3163] Embora não tenham capacidade de galopar, as mulas conseguem correr. BLAKELY, 1997, p. 120.

[3164] O "calcanhar de Aquiles" dos animais muares é a forma como as baixas temperaturas os podem afetar, nomeadamente às que ocorrem durante os períodos noturnos. Quando descansam durante a noite deverão assim ser conduzidas para locais que se encontrem o mais possível abrigados do vento, e se possível, tapadas com mantas. BARTOSIEWICZ; GYÖNGYÖSSY, 2006, p. 291.

sobrevivência em que se recusa a continuar a sua marcha, não saindo do local onde se encontra e chegando mesmo a deitar-se no chão se empurrada ou fustigada[3165]. No entanto, depois de se recuperar muscularmente, volta normalmente a caminhar, enquanto a gestão do limite de esforço não se verifica com um equino que, a tal ponto se empenha na manutenção da sua marcha, que este exagero o conduz, muitas vezes, a sofrer uma morte súbita por exaustão[3166].

Poder-se-ia dizer então que, na Antiguidade, ou até mesmo durante a Idade Média e Moderna, até à invenção da força mecanizada de transporte, já muito tardiamente com a criação do caminho de ferro e dos posteriores motores de combustão, os exércitos não teriam possibilidade de se deslocar de forma mais rápida do que o poderia fazer qualquer uma das grandes legiões, ou mesmo de qualquer outro exército bem organizado.

Poder-se-ia, pois, afirmar que todos os exércitos, até à revolucionária invenção no século XIX dos meios de deslocação mecânica se deslocariam nos grandes trajetos terrestres com uma velocidade muito similar, apenas podendo variar em função de fatores como o tipo de terreno, as oscilações do relevo, a dificuldade de cruzar as linhas de água e sobretudo o número e o bom estado dos animais de tiro que tinham disponíveis. Em termos médios a progressão far-se-ia aproximadamente a 5 quilómetros horários durante um período de cinco ou seis horas, o que equivaleria a um trajeto diário de 25 a 30 quilómetros[3167].

Diga-se mesmo, que na idade moderna, em que se verificaria uma tendência para um substancial aumento da carga a transportar por uma coluna de marcha militar devido à generalizada disseminação das armas de fogo, extraordinariamente pesadas, a dificuldade de deslocação tornar-se-ia ainda mais penosa e lenta.

As grandes peças de artilharia. como as centenas de grandes canhões que faziam parte do seu indispensável dispositivo bélico, que no seu cômputo geral, pesariam muitas dezenas

---

[3165] MUMMA, 2008, p. 2.

[3166] SMITH, 2009, p. 46.
A este propósito John Keegan refere: «[…] As campanhas de cavalaria matam cavalos em grande número se os animais não puderem descansar e alimentar-se regularmente. Durante a Guerra dos *Boers* de 1899-1902, por exemplo, o exército britânico perdeu 347 mil cavalos de um número inicial de 518 mil, embora os bons pastos fossem abundantes e o clima favorável. Apenas uma pequena fração, não mais de dois por cento, morreu em batalha. O resto morreu de exaustão, doença ou má nutrição, a um ritmo de 336 por cada dia de campanha. […]» KEEGAN, 2004, p. 253.

[3167] Uma carroça de duas rodas puxada por mulas só podia mover cerca de 270 a 500 quilos numa distância de 30 quilómetros por dia; um carro de quatro rodas tinha capacidade de 450 a 650 quilos; carroças de duas rodas puxadas por bois moviam cerca de 363 a 500 quilos, num máximo diário de 14 a 20 quilómetros e uma carroça de quatro rodas talvez 430 a 650 quilos na mesma distância. Em comparação com estes números, as capacidades de carga, até mesmo dos menores tipos de barcos fluviais, eram muito maiores; por exemplo, a barcaça romana de fundo chato, de 20 a 34 metros de comprimento e 3 a 4,5 metros de largura, poderia na sua versão menor transportar aproximadamente 35 toneladas e, na sua versão maior, até 110 toneladas. KEHNE, 2007, p. 328.

de toneladas, seriam para um exército um encargo de uma ainda maior violência. Assim, muitos exércitos modernos ver-se-iam obrigados a recorrer à maior força motriz dos lentos espécimes bovinos, o que viria a acarretar um notório decréscimo na sua capacidade locomotora. No entanto, a rapidez de deslocação vir-se-ia a tornar cada vez mais um elemento estratégico essencial para o bom posicionamento tático numa batalha, não só por permitir jogar com o fator surpresa, como também por favorecer uma melhor distribuição das peças de artilharia, como Napoleão viria a demonstrar com o seu impressionante palmarés de vitórias.

Seria assim bastante reduzida a velocidade de deslocação dos próprios exércitos palatino-comitatenses, o que faria, no mínimo, com que tivessem poucas condições de intercetar diretamente os contingentes de tropas invasoras. No entanto, e apesar de todos estes condicionalismos, a grande vantagem que se poderia atribuir aos contingentes romanos nas suas movimentações pelos territórios do Império, era proporcionada pela enorme estrutura que constituía a sua robusta rede de estradas [3168].

Todavia, enquanto esta rede permitiu a exclusiva circulação das tropas romanas através das províncias do Império, esta poder-se-ia considerar como uma extraordinária mais-valia militar, fator que, no entanto, foi perdendo relevância à medida que a fragilização das fronteiras permitiria também aos seus inimigos a sua utilização. No século IV, com a adoção do frágil sistema defensivo que foi o modelo elástico palatino-comitatense, todas as importantes estruturas administrativas e militares responsáveis pela criação e manutenção das estradas entraram num processo de decadência, o que viria a dificultar cada vez mais a circulação ao se encontrarem em mau estado ou até mesmo intransitáveis.

15.1.2. Gestão e Características da Locomoção Militar Romana

Adrian Goldsworthy apresenta um cálculo aproximado do que poderia ser o número básico de animais muares que deveriam integrar a logística de uma grande legião no período alto imperial[3169]. Segundo o historiador seriam necessárias 10 mulas para o serviço de uma centúria, o que entregava um destes animais a cada um dos seus contubérnios que o utilizava para o transporte da pesada tenda comum que tinha cerca de 40 quilos[3170].

[3168] ROTH, 1999, pp. 5, 169, 214-217, 222, 332.
[3169] GOLDSWORTHY, 1996, pp. 289-290.
[3170] Dever-se-á assinalar que, embora pesos com 40 quilos não se possam considerar propriamente como cargas pesadas, o esforço muscular despendido ao transportá-las por horas, submete animais e homens a um

A legião, no período a que Goldsworthy se refere, era constituída por 10 coortes militares e cada uma destas tinha 6 centúrias, o que totalizava naturalmente 600 mulas, mas abria-se, no entanto, uma exceção para a primeira coorte, que era formada por menos uma centúria. Esta, embora apenas tivesse 5, possuía não só um estatuto tático de privilégio, como detinha 160 homens em cada centúria[3171], o que perfazia o dobro dos efetivos que integravam as suas congéneres, dispondo assim de um total de 100 mulas.

Isso aponta-nos para um cômputo geral de 640 mulas para o serviço básico dos contubérnios numa legião que transportasse suprimentos para uma viagem de cerca de cinco dias, que pesariam cerca de 200 kg., e que poderia ser assegurado pelos seus oito homens apoiados por uma única mula.

No entanto, Si Sheppard diz-nos que quando a campanha era mais prolongada, o que era frequente, o contubérnio contaria com uma segunda mula que ficaria encarregada de carregar os mantimentos para mais 11 dias, tendo que levar mais cerca de 125 kg de suprimentos[3172].

Mas a deslocação de máquinas de artilharia[3173] e os próprios oficiais, tal como centuriões e tribunos, ainda fariam aumentar significativamente as cifras dos animais necessários.

Note-se que embora as carroças tenham a vantagem de poder suportar mais peso, a tendência para a utilização circunstancial de animais de carga em detrimento destas, oferecia inúmeras vantagens[3174]. As mulas, não só permitem a deslocação por pendentes bastante mais inclinadas, como conseguem circular por terrenos irregulares onde só há caminhos rudimentares, ultrapassando facilmente obstáculos que se tornam impossíveis para as rodas dos carros[3175]. Além disso, uma coluna de marcha sem carroças é sempre mais flexível e pequena, ajudando sobretudo na redução das necessidades espaciais do acampamento noturno que era necessário concretizar, permitindo que este não só fosse construído de forma mais rápida, como viabilizava a diversidade dos locais onde se poderia estabelecer.

Cada centurião tinha direito à sua própria tenda e, devido ao seu estatuto e salário, poderia fazer transportar uma quantidade considerável de bagagem, onde se integravam

---

crescente impacto físico que se pode aproximar da exaustão. Neste sentido seria mesmo de admitir que nas longas jornadas de 25 ou 30 quilómetros diários em média percorridos por uma legião, se observassem pequenas pausas, em locais escolhidos pelos batedores e que não oferecessem condições de emboscada, de modo a que homens e animais pudessem retomar a sua capacidade anímica.

3171 CONNOLLY, 1998, pp. 213-217.
3172 SHEPPARD; DENNIS, 2003, p. 24.
3173 ROTH, 1999, pp. 83-84.
3174 GOLDSWORTHY, 2003, p. 170; ERDKAMP, 2007b, p. 104.
3175 BLAKELY, 1997, pp. 118-119.

certamente alguns bens e luxos pessoais. Ainda segundo Adrian Goldsworthy, isto seguramente deveria ter exigido pelo menos mais uma mula para o serviço de cada um destes oficiais e provavelmente dever-se-ia até admitir mais, sendo que o transporte também poderia ser complementado por vários serviçais, muitas vezes escravos particulares, condições que se estendiam também aos oficiais de alta patente.

Tendo a legião 59 centuriões, dever-se-ão assim somar pelo menos mais 59 mulas, uma para cada um destes oficiais, atendendo a que um destes, conhecido por primipilo (*primus pilus*), pelo elevadíssimo estatuto que possuía, poderia certamente ainda ter direito a mais regalias de transporte, o que faz aumentar o nosso total para pelo menos 700 animais de carga.

Seguem-se os oficiais superiores, onde se integravam os seis tribunos, o prefeito do acampamento e sobretudo o legado, que necessitariam sem dúvida de muitas mulas para fazer deslocar, não só as quantidades consideráveis de bagagem pessoal, mas desde logo para providenciarem o transporte do considerável peso que tinham as suas grandes tendas de campanha[3176].

Não seria sequer de estranhar que tais oficiais de alto estatuto pretendessem fazer transportar na coluna militar uma série de objetos pessoais que aparentemente não se deveriam compaginar com a austeridade de uma campanha militar. No entanto, tais luxos poderiam de algum modo justificar-se, mitigando o cansaço e desconforto desta, atendendo a que muitos destes homens, não só se veriam forçados a passar grande parte da sua vida inseridos neste tipo de operações, como muitos comandantes provinham de famílias privilegiadas e não pretendiam prescindir de alguns dos seus hábitos e luxos condizentes com o seu habitual *modus vivendi.*

Haveria igualmente muitos animais de carga ligados ao universo dos suboficiais que, embora não possuíssem responsabilidades de comando militar direto, serviam como auxiliares administrativos, cumprindo serviços fundamentais para o funcionamento da legião. Entre estes podiam encontrar-se os optios (*optio*) que eram os ajudantes dos centuriões, os porta-estandartes (*signifer, aquilifer, imaginifer*), os oficiais de guarda (*tesserarius*), os instrutores de treino (*campidoctor*), os músicos (*cornicen, tubicen, bucinator*), os membros da equipa de engenharia, e até mesmo os médicos militares

[3176] Peter Connolly, na sua obra *Greece and Rome at War*, ilustra os diferentes tipos de tendas baseado-se, para tal, nas representações constantes na coluna de Trajano. CONNOLLY, 1998, p. 137.

(*medicus*), sendo possível que se tenha de admitir que muitos destes deveriam ter o direito a possuírem o seu animal de carga[3177].

A própria administração fiscal e muitos dos bens estatutários da legião tinham de continuar operacionais mesmo quando esta se encontrava em campanha, de modo que naturalmente uma boa parte da sua vasta documentação deveria deslocar-se com ela[3178], o que incrementaria a cifra dos animais necessários, embora tal tarefa fosse realizada com um número variável e, portanto, impossível de determinar.

Seriam ainda necessárias mais mulas para carregar todo um outro tipo de equipamento essencial, como eram as reservas de armas, de armaduras, de elementos de vestuário, de calçado, para além de uma vasta panóplia de ferramentas para executar todo o tipo de consertos. Por fim, ainda mais condições de transporte seriam necessárias para levar os instrumentos dedicados a trabalhos de engenharia e puxar as pesadas máquinas de cerco. Toda esta tarefa logística era de grande complexidade e requeria responsáveis à altura para que nada viesse a faltar durante a campanha, mas dever-se-á admitir que quantidades e recursos logísticos deveriam variar bastante, tornando-se hoje impossível estimar com rigor todas essas necessidades.

Na parte inicial da campanha a responsabilidade pela logística (*commeatus*) estava provavelmente nas mãos do prefeito do acampamento (*praefectus castrorum*), devendo este organizar o trem de bagagem (*impedimenta*), onde se incluíam os fundos pecuniários (*pecunia publica*) e os documentos oficiais (*litterae publicae*). Todavia, quando o exército se encontrava perto do objetivo da campanha, a gestão de armazenamento e dos depósitos de suprimentos (*horrea*) passavam a estar sob a administração dos despenseiros (*dispensatores, horrearius*)[3179].

Temos, no entanto, o testemunho de Renato Vegécio sobre o que poderia ser o conjunto de máquinas de cerco transportadas por uma legião, afirmando este que cada centúria possuía um soldado atirador que operava uma balista leve que iria montada numa carroça puxada por duas mulas[3180]. Além disto, cada coorte possuía uma grande máquina de arremesso de pedras, sendo esta transportada presumivelmente em uma grande carroça de quatro rodas tirada pelo menos por quatro mulas, ou até mesmo por uma parelha de bovinos[3181].

3177 LE BOHEC, 2013, pp. 89-91,
3178 ROTH, 1999, p. 171.
3179 SHEPPARD; DENNIS, 2003, p. 25; LE BOHEC, 2013, p. 91
3180 VEG. 2.25.
3181 GOLDSWORTHY, 1996, pp. 289-290.

Para avaliar as condições deste transporte de máquinas de cerco, em que possuímos dados mais objetivos, chegamos à conclusão de que seriam necessárias pelo menos cinquenta e nove carroças de duas rodas para as balistas leves, ou até mais se se admitir que a primeira coorte podia operar um número superior de máquinas, como seria, aliás, espectável. Somar-se-iam ainda dez carroças de quatro rodas, possivelmente para o transporte das máquinas de cerco designadas por ónagros, que seriam tiradas por quatro mulas, o que exigiria um total de mais 160 animais.

Havia ainda outras unidades da legião ligadas com a cavalaria sobre as quais não possuímos informação detalhada e cujo tamanho, organização e distribuição de bagagem não possuímos elementos fidedignos, como bem salienta Adrian Goldsworthy, o que leva a pensar que no cômputo de todas estas exigências, uma legião não poderia ter menos de 1.000 animais de carga só para fazer transportar o seu equipamento essencial[3182].

Na estimativa de Jonathan P. Roth, um dos grandes especialistas sobre a problemática da logística romana, teria de haver pelo menos cerca de 1.400 mulas por legião com 4.800 homens, o que daria uma média de um animal para cada 3,4 homens[3183].

Na mesma linha encontram-se os cálculos de Si Sheppard, que também apontam para uma cifra equivalente de animais de transporte por cada legião, alertando até para a dificuldade de conseguir meios de subsistência para um tão vasto conjunto de animais. Diz-nos este último autor que no mínimo seriam necessários 10 hectares por dia de pasto para cada mil animais levando a que o forrageamento (*pabulatio*) fosse uma parte importante da rotina diária do exército[3184]. Assim, uma parte substancial dos soldados passaria uma considerável parte do dia em busca de suprir as necessidades básicas, não só para garantir a subsistência dos animais, como também os seus próprios alimentos (*frumentatio*), bem como o acesso a água (*aquatio*)[3185].

A velocidade padrão de marcha da legião (*militaris gradus*) era de cerca de 20 milhas romanas (29,6 km) em cinco horas, enquanto a marcha forçada (*plenus gradus*) era de 24 milhas romanas (35,5 km) durante um período equivalente[3186].

Um basto consumo de cerveja e vinho ajudariam a ingestão de calorias suficientes para compensar os rigores da vida na estrada e na construção quotidiana do acampamento,

[3182] GOLDSWORTHY, 1996, pp. 289-290.
[3183] ROTH, 1999, p. 114; TILBURG, 2007, p. 65.
[3184] ROTH, 1999, pp. 125-130; SHEPPARD; DENNIS, 2003, p. 24.
[3185] ROTH, 1999, pp. 7-8, 14-24, 119-123, 130-134; SHEPPARD; DENNIS, 2003, p. 24.
[3186] SHEPPARD; DENNIS, 2003, p. 25.

enquanto as rações de trigo e sal eram suplementadas com o consumo de queijo, azeite e legumes frescos sempre que tal fosse possível[3187].

Os soldados não eram, no entanto, a única pressão que era exercida sobre os recursos locais existentes numa dada região de passagem, pois as legiões, quando partiam em campanha, eram sempre acompanhadas por um enxame de muitas centenas de não-combatentes que viviam na sua órbita, interagindo em proximidade e fornecendo-lhe serviços e bens que sabiam ir ao encontro das necessidades e desejos dos legionários. Neste séquito informal poderiam integrar-se inúmeros indivíduos com os seus negócios particulares que proporcionavam todo o tipo de vendas e trocas, como acontecia com os vivandeiros (*lixae*), comerciantes (*mercadores*), prostitutas (*meretrices*) e escravos (*calones*)[3188].

Embora a realidade militar da grande legião tivesse começado a alterar-se no século III d.C., com a desorganização militar provocada pela anarquia militar[3189], só se modificaria notoriamente com o posterior estabelecimento do sistema defensivo dos delimitadores[3190]. Assistir-se-ia, a partir de então, à circulação de grande número de vexilações e destacamentos, que eram unidades de dimensões mais reduzidas[3191], implicando assim uma menor programação logística e refreando as necessidades de interação com os locais de passagem. No entanto, a criação do sistema elástico dos comitatenses[3192], com movimentações consideráveis e simultâneas de grandes corpos de tropas deverá ter, de novo, levantado problemas logísticos com consideráveis semelhanças ao que se verificava nas grandes legiões alto imperiais.

Se, por outro lado, podemos identificar, ao longo do século IV, uma crescente circulação nos territórios provinciais de elementos germânicos hostis, tornando mais instável a circulação viária, é bem possível que inúmeros cidadãos tivessem, nas suas viagens, tentado aproveitar a proteção que estes proporcionavam, procurando movimentar-se na

---

3187 SHEPPARD; DENNIS, 2003, p. 25.

3188 GOLDSWORTHY, 1996, p. 295; ROTH, 1999, pp. 101-115; SHEPPARD, 2003, p. 25.

3189 Também conhecida como crise do século III (235-284). GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 181-200.

3190 Os delimitadores (*limitanei*) eram soldados instalados perto da fronteira, de modo a formar uma 'defesa em profundidade'. RICHARDOT, 2001, pp. 81, 103, 129-130; POTTER, 2004, pp. 451, 453; LE BOHEC, 2006, pp. 24-25, 35-36, 150; LUTTWAK, 2016, pp. 146-218.

3191 Um destacamento de tropas que operavam a certa distância da sua unidade ou unidades de origem era chamado de *vexillatio.* RICHARDOT, 2001, p. 82; GOLDSWORTHY, 2003, pp. 203, 216; LE BOHEC, 2006, p. VI; LUTTWAK, 2016, pp. 195-215.

3192 Os comitatenses (*comitatenses*) foram unidades do exército de campo à disposição dos imperadores ou dos seus comandantes, nos séculos IV e V. No entanto, o termo "*comitatus*" é bastante anterior, designando a corte do soberano. RICHARDOT, 2001, pp. 78-79, 81, 131, 242; GOLDSWORTHY, 2003, p. 202-203, 215; LE BOHEC, 2006, pp. 24-25, 35-36, 76-77, 141-143; LUTTWAK, 2016, pp. 149-166.

retaguarda da coluna e, não só interagirem comercialmente com os soldados, bem como chegarem em segurança a outros pontos geográficos. Poder-se-ia mesmo dizer que apesar de algumas eventuais mudanças na regulamentação viária, nomeadamente com novos quadros de legislação sobre esta matéria, onde se poderia destacar o famoso código de Teodósio II, a realidade prática do que seria a circulação nas estradas teria observado poucas mudanças na qualidade e no tipo de viajantes que se encontrariam ao longo das vias romanas.

15.2. Especificidades Técnicas da Rede Viária Romana

15.2.1. Exigências Militares e Condicionalismos da Rede Viária Romana

No século IV d.C., Constantino, o Grande, terá decidido instalar um sistema elástico de defesa que se organizava em torno de exércitos comitatenses que, instalados em províncias interiores do Império Romano, deveriam defender as fronteiras pela sua rápida interceção e eliminação de qualquer exército invasor[3193].

Para além de toda a logística bélica e articulação de contingentes militares que teriam que estar coordenados para garantir a possível eficácia deste sistema, a extensão e o estado de conservação da rede de estradas revestir-se-ia então de grande importância.

Tornar-se-ia particularmente relevante que o Império nesta fase tardia ainda possuísse bons recursos viários que viabilizassem a rápida circulação destes grandes exércitos, devendo assim estar assegurada a preservação, restauração e até a construção de novos eixos viários.

Efetivamente, desde o século III a.C. que o Império Romano se tinha dedicado à tarefa de estabelecer uma vastíssima rede de estradas[3194], que se tornava cada vez mais um aspeto fundamental para a mobilidade das legiões e assim permitir a consolidação das suas conquistas.

Embora as vias fossem utilizadas por todos, servindo aos funcionários imperiais, aos mensageiros da administração, aos comerciantes, aos viajantes, a vivandeiros, a peregrinos[3195], a urgência da sua construção respondia essencialmente a necessidades de

[3193] RICHARDOT, 2001, pp. 78-81, 104-108; LE BOHEC, 2006, pp. 35-37.

[3194] No tempo de Diocleciano mais de 56.000 milhas de estradas tinham sido construídas. ROTH, 1999, p. 215; NARDO, 2015, p. 11.

[3195] O termo peregrino, contrariamente ao sentido que tem hoje, era aplicado ao indivíduo que se deslocava nos territórios do Império, mas que apesar de ser um homem livre, não era um cidadão romano.

carácter militar[3196], pois só através de caminhos com determinadas características se podia garantir a rápida deslocação das legiões.

O que existia a circundar a cidade de Roma, antes do início da construção das vias oficiais, eram, quase como em toda a parte, caminhos rústicos, acidentados e irregulares, inicialmente meras passagens abertas pelo uso continuado das populações e com chão de terra batida[3197], o que fazia com que estes fossem particularmente afetados pelas condições atmosféricas. Tais passagens não seriam as adequadas para as novas exigências da guerra que Roma tinha imposto, sendo, pois, necessário que se estabelecessem caminhos de qualidade que permitissem movimentação rápida de uma coluna militar formada por milhares de homens e toda a pesada carga logística de carros de transporte que lhe era inerente [3198].

Pouco se sabe sobre os caminhos utilizados pelos povos autóctones da Europa até à chegada das vias romanas, mas é patente que as suas relações de intercâmbio, mesmo com os povos vizinhos, eram bastante circunstanciais e numa extensão relativamente reduzida, não sendo minimamente semelhantes ao dinamismo que viriam a possuir ao serem facilitadas pelas estradas do Império[3199].

Com tais recursos viários muitos destes povos nativos passariam a negociar permanentemente com as cidades vizinhas, estendendo às vezes o seu contacto a outras cidades ou povoados que se situavam já a grande distância, como é evidenciado pela ampla distribuição de artefactos e exemplares numismáticos encontradas a partir de então noutras regiões [3200].

Santo Isidoro de Sevilha afirma, na sua obra "*Etimologias*"[3201], que se diz que teriam sido os Cartagineses (Fenícios) os primeiros a pavimentar as estradas, mas que foram os Romanos que as terão estendido por todo o mundo, o que demonstra que possivelmente os povos indígenas não dispunham anteriormente de uma infraestrutura viária adequada ao transporte pesado[3202].

Nem mesmo os contextos culturais e políticos que sucederiam a Roma viriam a ter grandes preocupações com investimentos em obras rodoviárias, como aconteceu com os Merovíngios ou os Visigodos, que se limitaram a utilizar o que encontraram como herança

[3196] ROTH, 1999, pp. 214-215; MANTAS, 2016, p. 274.
[3197] TILBURG, 2007, pp. 4-5; NARDO, 2015, p. 9.
[3198] ROTH, 1999, pp. 216-217; TILBURG, 2007, pp. 10-11.
[3199] GALLO, 2006, p. 4.
[3200] GALLO, 2006, p. 6.
[3201] ISIDORO de Sevilha, 15.16.6.
[3202] GALLO, 2006, p. 205.

romana, muitas vezes nem se dando ao trabalho de fazer a sua manutenção[3203]. A arqueologia terá mesmo demonstrado que nem sequer os insipientes exemplos de obras viárias que anteriormente lhes eram atribuídas, se pode dizer hoje, com segurança, que sejam da sua lavra.

A construção de boas estradas tornar-se-ia uma necessidade vital para o exército romano que teve que desenvolver, com a perspicácia empírica que lhe era peculiar, todo um vasto conjunto de competências técnicas que eram necessárias para esta tarefa[3204].

A compreensão da importância da construção viária surge logo na Lei das Doze Tábuas[3205] (*Lex Duodecim Tabularum*) que se tornaria o primeiro quadro legislativo escrito e que se viria a tornar o código de referência de toda a arquitetura do direito romano posterior[3206]. Datado de cerca de 450 a.C., nele se pode apreciar o pragmatismo do pensamento técnico romano, pois nele se determina que se proceda à construção das vias segundo uma hierarquia que deve respeitar números exatos para a sua concretização e não, como seria espetável em data tão recuada, um conjunto de diretrizes de âmbito vago ou subjetivo.

Nele se determina que as dimensões consagradas para a construção de uma estrada classificada oficialmente como "via" teria de possuir no mínimo, 8 pés de largura, o que indica claramente que esta deveria apresentar 2.4 m de envergadura. Qualquer agrimensor da administração romana sabia assim com toda a precisão marcar no chão os limites de uma passagem deste tipo, tal como saberia com toda a segurança indicar a largura que é própria de um "*actus*" que deveria ter apenas 4 pés (1,2 metros) ou o estreito caminho pedonal que era o "*iter*", que era constituído apenas por dois pés (60 centímetros)[3207]. A clareza das dimensões propostas, sendo respetivamente metade umas das outras, são, não só a base de

---

[3203] GALLO, 2006, p. 7.

[3204] Para a sua concretização os Romanos deitariam mão do seu habitual pragmatismo de assimilação, adaptando e aperfeiçoando uma combinação de técnicas que tinham podido observar nas realizações viárias de outras culturas com mais experiência, como era o caso dos Persas, dos Etruscos e mesmo dos Cartagineses. TILBURG, 2007, pp. 2-3.
Curiosamente, na matéria em causa, os Gregos não teriam sentido a necessidade de dominar conhecimentos técnicos, pois militarmente bastavam-lhes os rústicos caminhos por onde faziam deslocar os soldados das falanges aos locais praticamente sempre pré-combinados para realizar os seus confrontos. A conservadora vertente ritualizada que era característica da guerra entre as cidades-estado gregas não tornava particularmente relevante a rapidez de deslocação de um exército perante um determinado objetivo. TILBURG, 2007, p. 10.

[3205] As "Doze Tábuas" formavam o que se poderia considerar como a constituição arcaica da República Romana e alargavam o seu âmbito até ao designado *mos maiorum* que eram, no fundo, as antigas regras consuetudinárias não escritas que orientavam os relacionamentos sociais entre os Romanos. PEREIRA, 2002, pp. 357-361.

[3206] PEREIRA, 2002, pp. 53-57.

[3207] TILBURG, 2007, pp. 7-9; NARDO, 2015, pp. 14-16; MANTAS, 2016, pp. 283-285.

uma boa compreensão da lei, como o referencial objetivo para uma fácil fiscalização do seu cumprimento.

Muitos dos caminhos rústicos utilizados acabariam posteriormente por ser analisados pelos engenheiros romanos de forma a serem otimizados no seu trajeto e consolidados, através de variados tipos de pavimento que lhes aumentavam a resistência, a homogeneidade e permitiam maior facilidade de deslocação[3208].

No contexto romano a grande maioria das vias possuía leitos de saibro e, apenas algumas das principais, como eixos entre importantes cidades por onde se efetuava maior circulação, viriam a ser consolidadas de forma mais robusta com leitos de pedra. Estes poderiam ser construídos com duas ou mais camadas, sendo isto determinado pela consistência e tipo de solo que lhes servia de suporte[3209]. Ainda de acordo com Tito Lívio, os censores Q. Fúlvio Flaco e A. Postúmio Albino teriam mandado pavimentar as ruas dentro de Roma com pedras e fora da cidade com saibro[3210].

Poder-se-ia mesmo dizer que a solidez deste tipo de leito viário realizado com pedras emparelhadas e consolidado em várias camadas era o mais adequado para o exigente tráfego urbano cuja permanente circulação de veículos provocava um intenso desgaste[3211], atendendo a que muitos dos carros tinham as suas rodas reforçadas com aros de ferro[3212].

Imagem 140 - Veículo cisterna representado numa pátera de prata procedente de Otañes (Cantábria) [in GALLO, 2006, p. 9].

A via empedrada era um recurso tecnológico recorrente no contexto de inúmeras civilizações e que teria sido o resultado de um notável pragmatismo empírico de construção, pois ele pode ser encontrado em diferentes cronologias e em distantes latitudes[3213]. Se, por um lado, encontramos boas estradas empedradas que terão sido construídas com o objetivo de facilitar a circulação no Império, nomeadamente a de robustos carros rústicos que suportavam sobre as suas rodas pesados fardos que dificilmente poderiam ser carregados

[3208] GALLO, 2006, p. 19; NARDO, 2015, pp. 19-21.
[3209] ROTH, 1999, p. 215; GALLO, 2006, pp. 11, 19; TILBURG, 2007, p. 6; MANTAS, 2016, p. 289.
[3210] LIV. 41.27.5; TILBURG, 2007, p. 7.
[3211] Não se conhece nenhum texto romano que aborde as técnicas de construção das vias, pois as passagens que habitualmente são citadas a tal propósito na obra de Vitrúvio e mesmo na de Plínio, o Velho, não enfocam diretamente tal matéria. MANTAS, 2016, p. 277.
[3212] GALLO, 2006, p. 4; TILBURG, 2007, p. xix; NARDO, 2015, p. 35.
[3213] NARDO, 2015, p. 9.

sobre o lombo de animais, encontramos curiosamente também vias com um perfil idêntico noutros contextos civilizacionais onde tal preocupação não se colocaria da mesma forma[3214].

Podemos facilmente observar este fenómeno construtivo através das altas montanhas e dos vales densamente arborizados da América do Sul, onde excelentes estradas empedradas terão sido construídas com esmero pelas civilizações pré-colombianas, com características tecnológicas bastante semelhantes às que podemos observar na Europa ou na Ásia[3215]. No entanto, estas teriam surgido num contexto de mobilidade totalmente diferente, pois não se colocava sequer a necessidade de facilitar a deslocação de pesados carros tirados por animais, pois estas sociedades desconheciam a roda[3216].

Segundo o *Itinerário de Antonino*[3217], que possivelmente terá sido redigido no Principado do imperador homónimo, e que ficaria para a história com o epíteto de Caracala, o Império no início do século III d.C. possuiria 372 grandes vias principais, numa extensão total que ultrapassava as 53.000 milhas romanas, o que equivale a cerca de 78.440 quilómetros s[3218].

Imagem 141 - Via romana de Lyón a Boulogne, em Saint-Vast-en-Chaussé, no Somme, apresentando traçado perfeitamente reto [in GALLO, 2006, p. 36].

O nosso conhecimento sobre a construção das estradas romanas é totalmente baseado em fontes arqueológicas e epigráficas, estando qualquer uma destas disponível com inúmeros exemplos. Alguns troços dessas estradas ainda estão praticamente intactos e

---

3214 GALLO, 2006, p. 6.

3215 Note-se ainda que as civilizações pré-colombianas não possuíam sequer os mais importantes animais de tiro, como eram os espécimes equinos ou muares. Estes só surgiriam neste contexto após a esmagadora intervenção da cavalaria de Hernán Cortez, na sua conquista do reino asteca de Montesuma.

3216 GALLO, 2006, p. 4; TILBURG, 2007, p. 1.

3217 GALLO, 2006, pp. 15, 39, 157, 169; MANTAS, 2016, pp. 273-274, 277.

3218 (53.000 x uma milha romana de 1,48 km = 78.440 km). A milha romana, que era a distância que se considerava que poderia ser percorrida por um pedestre após mil passos (*milia*) (ISIDORO de Sevilha, 15.16.2), equivaleria então a aproximadamente 1.480 metros. MANTAS, 2016, p. 279.
Note-se na formulação desta milha a pujança física que lhe estava subjacente, atendendo a que cada passo era entendido como perfazendo aproximadamente 1,5m, o que se poderá naturalmente considerar um movimento demasiado grande para um passo humano, nomeadamente se se atender ao perfil característico do biótipo do homem romano. Assim, é bem possível que, ao contrário do que consideramos hoje, em que designamos por passo cada movimento de avanço de uma das pernas, os Romanos considerassem que um "passo" seria a distância percorrida após a deslocação da mesma perna. Note-se que mesmo admitindo esta hipótese, e o movimento duplo que lhe estava inerente, o "passo" de 1,5m, tem ainda uma extensão muito considerável, bastante maior do que é naturalmente percorrido pelo movimento normal de um caminhante. É, pois, bem possível, atendendo à forte ligação entre a construção das vias e as problemáticas militares, que o "passo romano" tivesse surgido de uma versão estilizada do que seria o vigoroso duplo movimento conseguido pelas pernas de um legionário.

noutros locais, embora a superfície original da via tenha desaparecido, o seu curso ainda é perfeitamente detetável ao longo da paisagem através do seu traçado em linha reta[3219].

Imagem 142 - Ponte Julien em *Apta Ivlia*, França. Esta ponte continua operacional 2.000 anos depois da sua construção [in GALLO, 2006, p. 13].

A construção de estradas sempre foi um assunto de grande complexidade, atendendo a que os Romanos, para facilitar e minimizar o esforço de deslocação das suas legiões, sempre pretenderam traçar as suas vias de modo a que possuíssem um perfil desenhado em linha reta (*linea recta*), mesmo que para isso tivessem que intervir fortemente na paisagem, quer através da terraplanificação do relevo, quer pela construção de pontes e túneis [3220]. Além disso, o modelo de regularidade frontal das vias estaria certamente também ligado a importantes questões de prevenção e segurança necessária à deslocação das unidades militares, pois permitia visualizar com bastante mais abrangência quais seriam as condições de circulação da via e ter em simultâneo uma perceção das margens envolventes. Embora qualquer exército romano fosse sempre precedido de batedores que pretendiam aferir quais eram as condições de segurança, procurando garantir que não estivessem preparadas quaisquer armadilhas ou emboscadas, a linearidade frontal e a ausência de curvas apertadas facilitariam a todos a execução desta tarefa.

Imagem 143 - Túnel em Vasio (Vaison la Romaine, França), apresentando cerca de 50 metros de comprimento [in GALLO, 2006, p. 149].

Para conseguir uma tal regularidade sobre os variadíssimos tipos de paisagem, os Romanos tiveram de se confrontar com muitos obstáculos naturais como encostas de montanha,

[3219] Quando este traçado não se encontra claramente patente, são facilmente identificados, por escavação, os vestígios do seu antigo curso. GALLO, 2006, pp. 31-39, 50-54; TILBURG, 2007, pp. 15, 171.

[3220] GALLO, 2006, pp. 29, 35, 52-54, 85-91, 130, 142, 148-150, 184; TILBURG, 2007, pp. 20-25, 171; NARDO, 2015, pp. 23-24.

pronunciados declives, vários tipos de linhas de água, caudalosos rios, áreas densamente arborizadas e sobretudo com regiões pantanosas[3221], obstáculos que tiveram de ser tecnologicamente contornados, modificados, ou transpostos pelas eficazes equipas de engenheiros[3222].

Estes, que podiam contar com a força disciplinada de milhares de soldados, realizavam trabalhos de dimensões e complexidade verdadeiramente transformadores da paisagem. Pode-se respigar, a título de exemplo, aquele que é relatado por Júlio César na sua "Guerra das Gálias", em que este, tendo pretendido atravessar o rio Reno em 55 a.C., a fim de poder castigar tribos inimigas e responder ao apelo das aliadas, vê o seu problema resolvido com a construção de uma sólida ponte em madeira criada pelos seus engenheiros e concretizada pelas suas legiões[3223]. Embora não se conheça a localização exata deste feito de engenharia, mas tudo indica que esta teria sido construída na região da atual cidade de Neuwied, 15 km ao norte de Coblença (Koblenz)[3224].

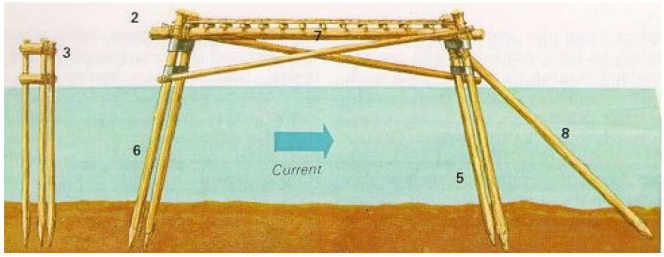


Imagem 144 - Secção transversal da ponte construída por Júlio César, sobre o rio Reno, em 55 a.C. No esquema o rio corre da esquerda para a direita. Quebra-mares foram colocados a montante para evitar que qualquer objeto flutuante embatesse nas estacas (3). Trabalhando a partir de jangadas, os soldados cravavam um par de troncos de madeira no leito do rio, inclinando-se contra a corrente (5). Doze metros a montante, um segundo par era cravado com inclinação contrária (6). Estes eram, em seguida, unidos por uma viga transversal (7). Uma série de "cavaletes", assim construídos, sustentavam o pavimento da estrada. Os "cavaletes" eram ainda reforçados por vigas inclinadas contra a corrente (8) [in CONNOLLY, 1998, p. 240].

Esta famosa ponte de mero carácter efémero, que foi construída em 55 a.C., num espantoso prazo de apenas dez dias, é um exemplo particularmente eloquente das competências da engenharia romana, tendo César descrito algumas das dificuldades técnicas que os seus engenheiros tiveram de enfrentar na concretização deste empreendimento[3225]:

> «[…] 17. César, pelas razões já referidas, tinha decidido passar o Reno. Mas a travessia em barcos parecia-lhe um meio pouco seguro e pouco adequado à sua dignidade e à do povo romano. Por isso

[3221] TILBURG, 2007, pp. 16-19.

[3222] Um dos aspetos mais reveladores do profissionalismo com que o exército romano encarava as atividades ligadas ao universo militar era a importância atribuída aos conhecimentos e à posse de equipas de engenharia. Cada legião possuía o seu grupo de especialistas nesta área e que apresentavam um vasto leque de competências práticas, podendo resolver com eficácia e rapidez muitos dos problemas práticos que se levantavam na logística militar. Nenhum outro exército na Antiguidade possuiu tais preocupações, constituindo equipas especializadas nesta vertente e sistematicamente integradas na sua estrutura bélica. ROTH, 1999, p. 215; GALLO, 2016, p. 19.

[3223] LE BOHEC, 2001, pp. 217-218.

[3224] GOLDSWORTHY, 2013, p. 359.

[3225] CAES. *Bell Gall.* 4.17-18.

e apesar da extrema dificuldade para se construir uma ponte, devido à largura, rapidez e profundidade do rio, ele pensava, no entanto, ter de tentar o empreendimento ou, então, renunciar à travessia do exército. Eis o sistema de ponte que ele estabeleceu: ligou, com um intervalo de dois pés, duas vigas com um pé e meio de espessura, ligeiramente aguçadas na parte de baixo, e com uma altura proporcional à do rio, descia-as para dentro do rio com máquinas e enterrava-as com pancadas de bate-estacas, não na vertical, como se faz para as estacas vulgares, mas seguindo uma linha obliqua e inclinada segundo o sentido da corrente; em frente e a quarenta pés de distância em aval, colocava mais duas, ligadas da mesma forma, mas viradas contra a força e a violência da corrente; em cima desses dois pares, colocavam-se vigas de dois pés, que se encaixavam exatamente entre as estacas acasaladas, e colocava-se de cada lado duas cavilhas que impediam os pares de se aproximarem pela parte de cima; essas estacas, assim afastadas e presas cada uma em sentido contrário, davam bastante solidez à obra, e isso em virtude da própria natureza das coisas que, quanto maior era a violência da corrente, mais o sistema era ligado de forma mais apertada. Colocavam se faxinas longitudinais sobre as travessas e, por cima, ripas e grades; para além disso, enterravam-se, na parte inferior do no, estacas oblíquas que, servindo de contraforte e sustendo o conjunto da obra, quebravam a força da corrente; outras eram ainda colocadas a pouca distância em frente da ponte, para atenuar o choque de troncos e de barcos que os bárbaros pudessem lançar com a intenção de derrubar a obra, e para preservar a ponte.

18. A obra ficou completamente acabada em dez dias - a contar do dia em que os materiais foram trazidos - e o exército passou. César deixa uma forte guarda nas duas entradas da ponte e marcha em direção ao país dos Sicambros. […]»

Supõe-se que esta obra-prima da engenharia romana poderia ter cerca de 300 metros de comprimento (1.000 pés) e as fortes colunas de sustentação, que lhe forneciam estabilidade por estarem cravadas no fundo do rio, apresentavam cerca de 9 metros (30 pés) de profundidade. Um imenso volume de madeira teria sido necessário coletar para este empreendimento, o que só poderia ter sido possível com o trabalho coordenado de milhares de homens, disciplinados e bem organizados como era apanágio do exército romano. O ímpeto desta construção terá causado um efeito tão esmagador sobre as tribos inimigas que o observavam, que estas, não só não mais tentariam estorvar o seu avanço, como fugiriam do confronto.

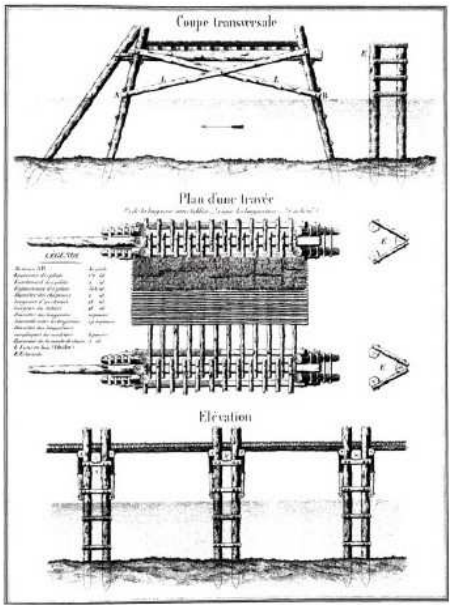


Imagem 145 - Diagrama, executado no século 19, da ponte construída pelas legiões para atravessar o rio Reno em 55 a.C., com base na descrição de Júlio César dessa estrutura, nas suas Guerras da Gália, e não em informações arqueológicas diretas [in GOLDSWORTHY, 2003, p. 9].

As tropas de Júlio César atravessaram assim sem qualquer oposição e intervieram militarmente na margem oriental do Reno durante cerca de 18 dias, tendo destruído a ponte aquando do seu regresso[3226], para não deixar que esta pudesse ser utilizada pelos germânicos em sentido inverso[3227].

Dois anos depois, em 53 a.C., Júlio César mandaria de novo construir uma outra ponte de madeira sobre o Reno que tudo leva a crer se localizaria na mesma região e que teria novamente sido destruída depois de cumpridos os seus objetivos[3228].

A complexidade da construção viária torna-se igualmente bem patente se atendermos ao exemplo que foi a dificuldade inerente à construção da Via Ápia que terá sido a primeira grande estrada totalmente empedrada construída pelos engenheiros do Império[3229]. A razão para que a Via Ápia fosse excecionalmente concebida como uma estrada totalmente empedrada resultava do facto de que os Romanos pretendiam a partir de então ter, para toda esta região a sul, uma via rápida que lhes permitisse intervir fortemente do ponto de vista militar.

Segundo Tito Lívio, o exército romano, sob o comando de Quinto Áulio Cerretano, que tentou impedir que os Samnitas, a partir do Sul, pudessem avançar para territórios na orla de Roma[3230], sofreu uma pesada derrota em Láutulas[3231], em 315 a.C. onde viria a perder mais de 1.700 homens. Esta derrota teria consequências profundas na autoestima do povo romano tal como acontecera, poucos anos antes, com a humilhação sofrida na pseudobatalha das Forcas Caudinas, nomeadamente no seu orgulho militar que pretendia, com a construção da Via Ápia, ter condições de recuperar, ao poder intervir de forma direta e decisiva nos territórios sob a hostil influência de Cápua. A derrota em Láutulas teria sido tão desestabilizadora para a imagem de capacidade militar dos Romanos que, como consequência desse enfraquecimento, surgiriam várias revoltas entre os seus aliados Volscos e Campânicos, chegando mesmo a terem de enfrentar, logo em 314 a.C., uma problemática rebelião em Cápua, pois esta cidade sempre foi profundamente hostil aos desígnios expansionistas de Roma.

3226 CAES. *Bell Gall.* 4.19; LE BOHEC, 2001, p. 219; GALLO, 2006, pp. 16, 89; GOLDSWORTHY, 2013, p. 360.

3227 Diga-se que um projeto com este perfil e com toda a sua estrutura em madeira dificilmente poderia ainda hoje ser replicado tal a sua complexidade.

3228 CAES. *Bell Gall.* 6.9; LE BOHEC, 2001, p. 235.

3229 TILBURG, 2007, p. 5.

3230 LIV. 9.22-23

3231 GONZÁLEZ, 2005, ("*Lavtvlae*"), p. 254.

O traçado da Via Ápia, que deveria ser assim o mais direto possível, viria a substituir a mais antiga e extensa rota costeira que até então existia para Sul e surge já como um demonstrativo exemplo da tendência para as linhas retas que viriam a orientar o traçado de todas as estradas romanas posteriores[3232].

Os Romanos, no trajeto mais curto e retilíneo que pretendiam estabelecer para a Via Ápia, viam-se na contingência de ter de fazer passar o seu leito sobre um difícil obstáculo que eram os pântanos pônticos. Um terreno deste género é aquele que mais problemas ainda hoje levanta para a construção de uma estrada, pois a instabilidade da sua superfície e a inconsistência de todo o terreno praticamente inviabiliza a construção de qualquer leito viário, além das nefastas condições envolventes condicionarem muito o trabalho humano necessário para a sua concretização.

A Via Ápia, que viria posteriormente a ser conhecida como a "mais bela estrada do Império", foi começada a construir em 312 a.C. pelo Censor Ápio Cláudio Cego e, se foi inicialmente programada para ligar Roma à Cápua, ela terá sido progressivamente aumentada para lá desta última, tendo-se tornado um dos principais, tendo sido inicialmente programada para ligar Roma à cidade de Cápua, mas terá sido progressivamente aumentada para lá desta última, tendo-se tornado um dos principais eixos do Império. Esta era uma via totalmente empedrada em toda a sua extensão, vindo a ser posteriormente estendida a Benevento[3233], Tarento e finalmente até Brundísio[3234], cujo importante porto era o que permitia a habitual ligação marítima aos territórios gregos.

Um dos mais difíceis escolhos a resolver era a necessidade de que esta passasse pelos pântanos pônticos, que era uma região inóspita localizada ainda no Lácio, que se iniciava a cerca de sessenta quilómetros a sul de Roma. Esta estendia-se por uma vasta área, tendo pela sua proximidade a Roma, um valor estratégico que não poderia ser ignorado. A região era

---

[3232] Pode, de algum modo, associar-se os funestos acontecimentos das Forcas Caudinas com o desastre militar na batalha de Láutulas. Estes momentos militares configuram um ponto particularmente disfórico do ânimo bélico romano, porque se teria havido uma compreensão de mudança do seu sistema tático na primeira, como foi explorado no início deste trabalho, a segunda batalha terá sido a grande batalha imediatamente subsequente e que se sagrou como uma nova pesada derrota contra o mesmo inimigo. É, pois, bem possível que a inesperada construção de uma via de tão grande extensão, com todo aquele aparato de consolidação em pedra e sobre tantos quilómetros de pântano, tenha sido fruto de uma profunda vontade irracional do espírito coletivo romano de recuperar o seu orgulho intervindo brutal e diretamente contra os seus inimigos. A construção de uma estrada perene como era a Via Ápia pretendia demonstrar a todos a força do exército romano e que a sua chegada definitiva a Cápua iria, a partir de então, levar a guerra a novos patamares.

[3233] No momento da construção da Via Ápia a região de Benevento ainda era designada por Malevento, por ser orologicamente desabrigada e, portanto, extremamente ventosa. Só depois da última batalha contra Pirro do Epiro, em 275 a.C., viria a ser renomeada como Benevento em atenção à decisiva vitória romana que aí foi obtida. GONZÁLEZ, 2005, ("*Maleventvm* II"), pp. 457-458.

[3234] TILBURG, 2007, p. 5.

conhecida desde há muito pela sua esterilidade e sobretudo pelos seus doentios miasmas de malária, estendendo-se numa vasta planície, em direção a sudeste, que abrangia cerca de 775 km2. Embora esta fosse ciclicamente palco de perigosos surtos desta doença, os Romanos conseguiram desenvolver o ânimo e a engenharia suficientes para fazer passar nela, um enorme troço da Via Ápia na parte que se estendia ainda em direção a Cápua, numa extensão de mais de 300 quilómetros.

Para a consolidação de um terreno pantanoso, a madeira tornava-se um material essencial, nomeadamente para a construção de estradas, sendo que para tal eram atirados para o pântano milhares de troncos dispostos longitudinalmente, lado a lado, num método que teria sido mesmo utilizado desde tempos proto-históricos, como ficaria bem patente no que foi encontrado na região de Drenthe, na Panónia, nos atuais Países Baixos. Os Romanos viriam a designar estas estradas, suportadas por grandes troncos de madeira emparelhados, de "pontes longas" (*pontes longi*), que eram normalmente construídas para utilização militar temporária[3235].

A estrada construída ao longo do *limes* da fronteira danubiana continha inúmeros exemplos deste tipo de estrada e Tácito chega mesmo a descrever o importante papel que teriam tido as "pontes longas" para se conseguir atravessar os pântanos da Germânia[3236]. No entanto as estradas romanas de troncos eram sempre consideradas como vias provisórias, tendo vindo a ser substituídas progressivamente por estradas mais sólidas com superfície de cascalho.

Imagem 146 - Estrada sobre barragem de ensecadeira. Em Valkenburg (oeste de Leiden, Holanda) foi executada uma reconstrução da estrada romana para Voorburg, onde se pode ver uma estrutura da estrada constituída por areia e argila, apoiada em pilares de madeira (barragem de ensecadeira), com um *pavimentum* de cascalho.
Uma construção semelhante foi encontrada em Utrecht/Veldhuizen: aqui temos uma estrada sólida e permanente, sobre uma espécie de barragem (*agger*), construída com os materiais disponíveis localmente. Este tipo de estradas também pode ser encontrado nos terrenos pantanosos de Trastevere (Roma) e Ostia.. [in TILBURG, 2007, p. 19].

Para atravessar um pântano era também possível fazer uma espécie de barragem (*agger*) com qualquer material que estivesse disponível nas redondezas em grande quantidade[3237], com vários exemplos a terem sido deixados em 9 de setembro do ano 9 d.C. aquando da catastrófica campanha de Varo na floresta de Teutoburgo[3238].

[3235] TILBURG, 2007, pp. 18-19, 34.
[3236] TAC. *Ann*. 1.63.
[3237] TILBURG, 2007, p. 19.
[3238] TAC. *Ann*. 1.61; GONZÁLEZ, 2005, (*Tevtobvrgivm*), p. 609.

A capacidade de a engenharia romana intervir na modificação da paisagem era tão efetiva que, com o objetivo de acabar definitivamente com os pântanos pônticos, o empreendedor Júlio César terá planeado secá-los para assim dispor de novas terras de qualidade[3239]. Teria mesmo concebido o projeto de desviar o curso do Tibre a fim de proteger partes de Roma que estavam ciclicamente sujeitas a inundações, mas terá sido assassinado antes de conseguir concretizar qualquer um destes seus ousados planos[3240].

A construção de estradas em terreno montanhoso era também um dos maiores desafios que se levantavam às competências técnicas da engenharia romana. Os Romanos esforçaram-se para tornar as viagens por altas montanhas relativamente confortáveis, procurando reduzir os seus inúmeros riscos, tendo-as planejado de forma a que o seu traçado fosse não só o mais reto possível, como tivesse a mais suave das inclinações. As dificuldades na construção destas vias não só resultavam do tipo de solo que era formado maioritariamente por rochas, obrigando a um esforço muito mais pronunciado na escavação dos fossos viários[3241], como a sua inclinação atuava como um fator altamente desestabilizador da circulação, nomeadamente no esforço que era necessário para a deslocação de veículos.

É claro que a construção de estradas progredia preferencialmente nos vales dos rios tanto quanto tal fosse possível, visto que a horizontalidade do terreno era um importante fator de estabilidade, mas sempre que a estrada se via obrigada a subir uma encosta, os engenheiros romanos procuravam que esta progredisse do lado ensolarado da montanha para que a menor humidade pudesse contribuir para a diminuição dos vários perigos que daí resultavam, como os deslizamentos de terra[3242]. A encosta era sempre terreno problemático[3243], pois ela poderia proporcionar, não só avalanches, como o aparecimento de repentinas linhas de água, além de áreas bloqueadas pela neve, circunstâncias que poderiam impedir a circulação durante um tempo indeterminado e eram fatores tão agressivos que chegavam mesmo a destruir as vias já existentes.

[3239] Foi apenas sob o governo de Benito Mussolini, quase dois mil anos depois, que uma tal empresa foi realizada, tendo obrigado à drenagem de mais de 20.000 hectares através do esforçado trabalho de vários milhares de operários que ali trabalharam entre 1928 e 1932.

[3240] PLU. *César* 58; SVET. *César* 44; GOLDSWORTHY, 2013, pp. 611, 652-655.

[3241] TILBURG, 2007, p. 16.

[3242] TILBURG, 2007, p. 17.

[3243] Por vezes surgiam também dificuldades na abordagem aos territórios montanhosos devido a estes se tornarem as áreas privilegiadas de refúgio de tribos indómitas ou de rebeldes, podendo estes com os seus ataques furtuitos, dificultar a construção de vias nesses territórios. Poder-se-ia até respigar, a título de exemplo, as vicissitudes sofridas na construção das estradas que mais tarde viriam a cruzar os Alpes e que não puderam ser concluídas antes de 15 a.C., ano em que Tibério e Druso viriam a derrotar as tribos alpinas que impediam, com os seus ataques, a sua realização.

Os Romanos também optavam habitualmente por construir estradas em ziguezague em terreno montanhoso, para que tal recurso permitisse atenuar a inclinação da encosta, chegando muitas vezes a escavar uma escada paralela para permitir a subida de pedestres[3244].

As estradas na montanha eram quase sempre mais estreitas do que as estradas padrão, não tendo a sua maioria mais do que 1,5 a 2 m de largura, o que fazia com que não fossem muito adequadas para a deslocação de grandes veículos[3245]. Nos locais onde isto era possível, eram erguidos muitas vezes ao longo da via muros de proteção em pedra e por vezes, como se pode verificar nas encostas dos Alpes e dos Balcãs, encontravam-se sulcos escavados[3246] para ajudar a estabilizar e guiar os carros na estrada.

Viajar por altas montanhas não era algo de prazeroso, sendo o próprio Estrabão que afirma na sua "Geografia" o desconforto e perigos que lhe eram inerentes, como o medo de poder cair de um alto precipício ou o receio do banditismo, pois era um local de refúgio de muitos dos fora-da-lei[3247]. Uma marcha através dos gelos escorregadios das gargantas dos Alpes era sempre uma tarefa difícil, até para soldados já endurecidos por longas campanhas, sendo-o ainda mais para os caminhantes inexperientes[3248].

Se por um lado, quase não existia tráfego nas regiões montanhosas e assim nenhum tipo de congestionamento, a pouca largura das estradas não levantava problemas logísticos, mas o viajante sabia que não poderia também contar com ajuda quando surgisse qualquer dificuldade.

15.2.2. Elementos Estruturais da Rede Viária Romana

Os Romanos compreenderam desde cedo que todo o seu processo expansionista teria que ser suportado pela criação permanente de um sistema viário que acompanhasse as suas conquistas e cujo traçado deveria ser estabelecido por eixos de perfil reto e uniforme, em áreas abertas, evitando planos inclinados, servidas por pontes e túneis,

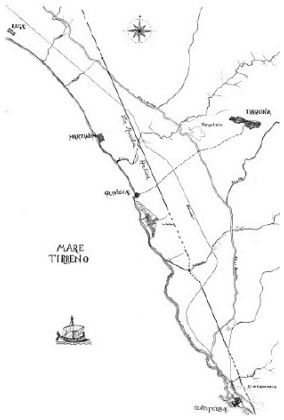


Imagem 147 - Alinhamento perfeitamente reto da Via Aurélia, com 55 km de extensão, na costa ocidental de Itália, a norte de Roma. [in GALLO, 2006, p. 50].

3244 TILBURG, 2007, p. 18.
3245 TILBURG, 2007, p. 17.
3246 Os sulcos eram muitas vezes abertos pelo próprio atrito dos "freios à vara" que eram usados pelos carroceiros quando a inclinação da via era muito pronunciada. TILBURG, 2007, p. 18.
3247 STR. 4.6.6.
3248 TILBURG, 2007, p. 18.

Imagem 148 - Ponte de Ganagobie, entre Alaunium (N.-D. des Anges à Lurs) e Segustero (Sisteron), França. [in GALLO, 2006, p. 28].

cuja envergadura pudesse garantir condições para a rápida progressão de uma coluna de marcha militar[3249].

Para construir uma estrada empedrada padrão numa passagem de terra batida, onde não existissem rochas salientes, os engenheiros romanos cavavam primeiro um fosso (*agger*) que deveria servir de leito para a massa da estrada que poderia ser, se disso houvesse necessidade, estratificada em quatro camadas. Subindo desde o nível inferior, podiam distinguir-se o suporte (*statumen*), o grosseiro (*rudus*), o núcleo (*nucleus*) e o pavimento exterior (*pavimentum*). Resulta claro da análise estratigráfica da massa viária que os níveis considerados numa progressão ascendente eram constituídos por uma cada vez maior quantidade de argamassa e uma diminuição na quantidade e no tamanho das pedras.

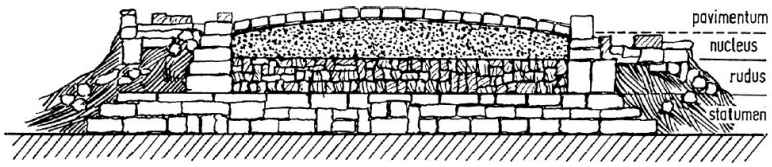


Imagem 149 - Secção transversal tipo de uma via romana. Uma análise estratigráfica revela que, à medida que se sobe no nível dos estratos, se verifica um aumento da quantidade de argamassa e uma diminuição da presença de pedras. [in TILBURG, 2007, p. 16].

Assim a base que se designava por "*statumen*" consistia numa camada de pedras que eram assentes numa cama de argamassa que tinha uma espessura de 20 a 30 cm e que se tinha, como em todos os estratos, que se deixar solidificar antes de passar ao nível seguinte. Vinha depois o nível chamado "*rudus*" que era similar ao primeiro, mas continha pedras menores e em menor quantidade misturados com muita argamassa e que deveria ficar com uma considerável espessura, entre 30 a 50 cm. A solidez destes níveis decorria da absorção das águas pluviais que se infiltravam, fazendo com que a argamassa endurecesse, tornando estas duas camadas as verdadeiras fundações da estrada.

A camada seguinte, que era o "*nucleus*", contribuía ainda para a função de resistência da estrutura, mas quase não tinha pedras, apresentando uma espessura que deveria rondar cerca de 30 cm. A camada superior, designada por "*pavimentum*", ou "*summum dorsum*", ficava na superfície, coberta por um leito de pedras ou saibro com uma espessura de 20 a 40

[3249] GALLO, 2006, pp. 29, 35, 52-54, 85-91, 130, 142, 148-150, 184; TILBURG, 2007, pp. 10-11, 20-25, 32, 171; NARDO, 2015, pp. 23-24.

cm, o que fazia com que a massa total possuísse uma espessura de cerca de 1,00m a 1,40m [3250]. Para evitar inundações ou que se formassem lamaçais, este tipo de vias romanas possuía quase sempre, nas suas laterais, canais de drenagem (*sulci*) para escoar a água da chuva[3251].

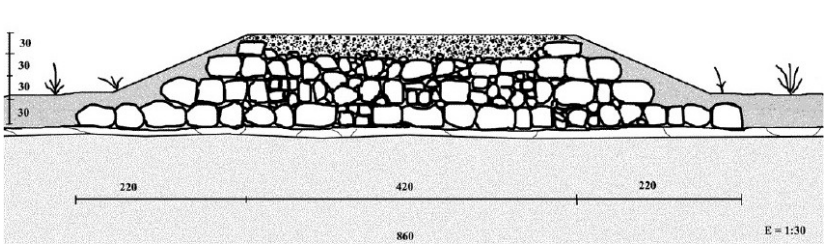


Imagem 150 - Estrutura do aterro, na estrada entre a Itália e a Hispânia, em Mijaradas, Burgos. [in GALLO, 2006, p. 107].

Sendo um processo construtivo permanentemente em desenvolvimento, as estradas que terminavam nas antigas fronteiras eram imediatamente estendidas de modo a abranger os novos territórios conquistados[3252]. A construção de uma estrada era aliás o método mais eficaz de tornar bem patente a posse de um território[3253], pois ela impunha a presença material romana em proximidade.

Esta era quase sempre construída de modo a atravessar o território recém-conquistado de modo a servir como eixo principal de transporte e deveria ramificar-se em caminhos secundários e vicinais que permitissem a fundação de inúmeras estruturas urbanas, que ficariam com o estatuto de colónias, e que deveriam replicar, em escala reduzida, a organização administrativa e política de Roma. Estas ocupações territoriais poderiam ser, ou de carácter civil, fazendo-se deslocar para esses locais um fluxo de cidadãos ou colonos romanizados vindos de outras regiões do Império[3254], ou eram de perfil mais militarizado, levando a que a região fosse repartida em lotes para assentamento de veteranos de guerra[3255]. A chegada de Roma constituía para as comunidades autóctones uma nova realidade, quer do ponto de vista militar, quer do ponto de vista das relações sociais e administrativas, em que as autoridades romanas passavam a impor um quadro de leis e penalidades que se regiam por um carácter permanente e universal, que eram dois pilares fundamentais do próprio processo de romanização.

A vasta rede de estradas que era encarada como a coluna vertebral da ocupação romana dos novos territórios, levaria a que os Romanos pudessem ostentar no século II d.C., um sistema viário com uma extensão total que se aproximaria dos 300.000 quilómetros, mas em

[3250] TILBURG, 2007, pp. 15-16. Os nomes de *statumen*, *rudus*, *nucleus* e *pavimentum* derivam dos termos utilizados por Vitrúvio quando se refere a pavimentos de mosaico. VTR. 7.1.3.
[3251] GALLO, 2006, pp. 23, 78, 81, 90; TILBURG, 2007, pp. 16, 19-20, 31, 40, 70, 143.
[3252] TILBURG, 2007, p. 11.
[3253] GALLO, 2006, p. 16.
[3254] TILBURG, 2007, p. 34.
[3255] TILBURG, 2007, p. 95.

que apenas cerca de um terço era formado por estradas principais com projeção transprovincial[3256].

O sistema viário constituiu não só um formidável instrumento de domínio e afirmação militar, como também um importante fator de coesão de todo o tecido social. A facilidade de comunicação permitia o desenvolvimento de contactos regulares entre todas as províncias, dinamizando fluxos económicos e culturais que se mantinham em permanente atividade[3257].

Os Romanos tinham consciência do papel fundamental da rede viária, afirmando mesmo Plínio, o Velho, que "O poder de Roma conferiu unidade ao mundo"[3258].

A estrada era assim o principal instrumento que ligava Roma ao mundo e que determinava as novas condições do povoamento, unificando na lei, na justiça, na difusão de hábitos civilizados, trazendo esclarecimento a todos os que antes viviam como bárbaros[3259].

O Império era servido por diversas tipologias de estradas que eram classificadas segundo aspetos físicos e jurídicos e que detinham diferentes tipos de tráfego, pois nem todo o tipo de veículos era permitido em cada uma delas.

A rua, por exemplo, do latim *ruga*, que tinha o sentido de "sulco ou caminho" era um espaço público tipicamente urbano de passagem entre edifícios e outros tipos de estruturas edificadas[3260]. A rua permitia a circulação de pedestres que habitualmente eram residuais em outras tipologias de vias, que eram destinadas essencialmente ao tráfego de veículos. A rua era assim, além de um espaço de passagem, um local de permanência convivial[3261].

A estrada, (via *strata*)[3262], com o étimo em latim significando "caminho em camadas", define-se, de forma mais vaga, como uma via, geralmente de larga envergadura, que liga

---

3256 TILBURG, 2007, p. 11.

3257 MANTAS, 2016, pp. 274, 301.

3258 PLIN. *Hist. Nat.* 14.2.

3259 As estradas possuíam também uma importante dimensão de transação comercial que não era minimamente escamoteada pelos Romanos, sendo até fomentada logo que considerassem que um determinado território estava pacificado e já tinha consolidada a máquina administrativa romana. As transações comerciais eram encaradas como um importante elemento que, não só dinamizava o progresso da região, como auxiliava no próprio processo de romanização, devendo assim entrar o mais rápido possível nos fluxos sociais dos novos territórios conquistados. GALLO, 2006, pp. 4, 7, 16.

3260 MANTAS, 2016, p. 284.

3261 Embora se possa considerar hoje que um determinado espaço não pode ser classificado como uma rua quando não é ladeado por estruturas edificadas e não tem frequente passagem de elementos pedestres, esta definição não poderá ser diretamente aplicada ao contexto viário da antiguidade devido a que se verificava uma enorme prevalência de indivíduos em deslocação apeada.
Segundo o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo a definição de rua (do baixo latim *ruga*) é: caminho ladeado de casas, paredes ou renques de árvores, numa povoação. FIGUEIREDO, 1996, p. 2241.

3262 TILBURG, 2007, p. 16.

duas ou mais povoações, cidades, regiões, e através da qual se deslocam com frequência, pessoas, animais e veículos.

Os Romanos utilizavam a palavra "via" com um sentido próximo ao que damos hoje ao vocábulo estrada, podendo esta estar integrada, ou não, num espaço urbano, mas tinha, no entanto, que possuir uma largura de pelo menos oito pés. cerca de 2,40 m[3263].

Os Romanos identificavam muitas vezes as suas principais estradas[3264] pelos nomes dos homens que eram responsáveis pela sua construção, podendo ficar com o estatuto de via consular (*via consularis*), que era naturalmente uma estrada mandada construir por um cônsul[3265], enquanto a via militar (*via militaris*) era uma estrada construída por questões estratégicas para um exército ou para a circulação do serviço de correio do Império[3266].

O Império dispunha também desde a larga estrada para grandes carroças (*via plostralis*)[3267] até a estrada privada (*via privata*), construída por uma pessoa particular ou autoridade local que sobre ela detinham direitos, mas também, muitas vezes obrigações na sua manutenção[3268].

Existia ainda o acto (*actus*) que era uma estrada com largura de cerca de quatro pés, acessível a pedestres e carroças, mas em que não se deveriam realizar ultrapassagens[3269] e também caminhos estreitos como a via de vizinhos (*via vicinalis*) que era uma pequena estrada de serventia local geralmente para campos de cultivo[3270].

Imagem 151 - Inscrição rupestre em Numão, informando da construção de uma estrada vicinal por iniciativa de uma comunidade local, estrada destinada a ligar o *vicus* a uma via principal. [in MANTAS, 2016, p. 294]

3263 TILBURG, 2007, p. 7.

3264 Também não eram obrigatoriamente designadas por um numeral, como poderia levar a crer a ordem pela qual os grandes itinerários são referidos no Itinerário de Antonino MANTAS, 2006, p. 285.
MANTAS, 2006, pp. 273-274: «[…] Se considerarmos que o *Itinerarium Antonini Augusti*, famoso roteiro viário romano elaborado no século III a partir de documentos que ainda se discutem, enumera 372 grandes itinerários cuja extensão, segundo este fundamental documento, atinge 53.638 milhas, ou seja, cerca de 80.000 quilómetros, teremos uma noção clara da envergadura do trabalho executado, sublinhando que o roteiro está longe de incluir todas as estradas do Império […]»

3265 TILBURG, 2007, pp. 8, 33, 178.

3266 TILBURG, 2007, pp. 8, 33-34.

3267 TILBURG, 2007, pp. 8, 179.

3268 TILBURG, 2007, pp. 8-9, 27-28, 39, 183.

3269 TILBURG, 2007, pp. 8-9, 27.

3270 TILBURG, 2007, pp. 8-9, 28, 33.

Havia ainda o caminho (*iter*) via estreita com uma largura de apenas dois pés que era apenas acessível a peões e cavaleiros[3271], enquanto o perímetro (*ambitus*)[3272] designava uma estrada circular, que rodeava um edifício.

Nas províncias os grandes trabalhos viários, embora administrados pelo governador, poderiam ver o seu custo ser comparticipado por múltiplas entidades, enquanto que a construção e manutenção das vias secundárias era da exclusiva responsabilidade dos magistrados das respetivas cidades, nomeadamente dos decuriões que, no entanto, podiam nomear curadores para se ocuparem desses trabalhos. As verbas necessárias poderiam provir das contribuições dos impostos (*vectigalia*), da munificência de um patrono particular local, do imposto sobre as mercadorias importadas (*portorium*) e das próprias portagens que, apesar de se encontrarem bastante disseminadas, isentavam muitas vezes os meios de transporte como eram carros e animais de carga (*instrumenta itineris*)[3273].

Existiam também as, já referidas, estradas militares (*viae militares*), cujo estatuto é, no entanto, problemático, pois não sabemos se estas teriam sido especificamente abertas por necessidades puramente militares ou se estas teriam sido antigos caminhos construídos por questões estratégicas que davam acesso a determinadas regiões e que teriam vindo mais tarde a passar para a categoria de vias de domínio público[3274]. No entanto, poderemos constatar a sua importância e operacionalidade visto que, segundo o que diz Suetónio[3275], Augusto teria estabelecido que o importante serviço oficial de correios da administração imperial (*cursus publicus*) se deveria realizar privilegiando as estradas militares[3276]. Estas, por sua vez, deveriam continuar a ser cuidadosamente construídas de modo a possibilitar uma boa circulação dos veículos oficiais da administração e a garantir que não ficariam impérvias durante qualquer época do ano[3277]. Será mesmo de admitir que esta última condição seria possivelmente aquela que mais teria contribuído para que se classificasse um equipamento deste género como de responsabilidade militar, atendendo ao particular cuidado com que os engenheiros romanos deveriam projetar o seu traçado[3278].

[3271] TILBURG, 2007, pp. 8-9, 27.
[3272] TILBURG, 2007, pp. 8, 13, 166.
[3273] MANTAS, 2006, pp. 292, 296.
[3274] TILBURG, 2007, pp. 33, 178.
[3275] SVET. Augusto, 49.3.
[3276] MANTAS, 2006, pp. 287-288; TILBURG, 2007, pp. 29, 56-63, 69, 83.
[3277] MANTAS, 2006, pp. 287, 291, 293, 299.
[3278] Estas estradas eram pensadas e construídas com um marcado empenho na sua resistência, pois ainda hoje podemos verificar que os mais significativos vestígios arqueológicos viários romanos que possuímos são troços destas estradas militares que eram também servidas por outros importantes recursos viários como eram as pontes.

Note-se que ainda na Alta Idade Média se faziam coincidir as melhores estradas empedradas com os equipamentos viários que teriam estado ligados ao serviço oficial de correios da antiga administração imperial[3279], tal como fica patente na forma como Isidoro de Sevilha se lhes refere[3280].

Os traçados das principais vias romanas, ao contrário do que muitas vezes se tem afirmado, não procuravam evitar locais militarmente difíceis, como a passagem por perigosos desfiladeiros, mesmo em tempo de guerra. Quando um trajeto detinha as mais importantes condições para a construção de uma via, como a progressão frontal e a horizontalidade, os engenheiros romanos não hesitavam na sua construção, mesmo que a paisagem onde esta estava inserida fosse militarmente problemática. Encontram-se bem marcados trajetos de vias que passaram destemidamente ao longo do fundo de desfiladeiros particularmente propícios à realização de emboscadas, como, por exemplo, se pode constatar na perigosa passagem da estrada que ligava a Hispânia à Aquitânia através do temível desfiladeiro de Pancorbo em Burgos. Há aliás, inúmeros casos de passagens que atravessam vales difíceis a meia encosta em zonas bastante baixas, o que fazia delas vias altamente propícias a sofrerem emboscadas. Existem inúmeros casos deste tipo, como acontece na via de Cularo em Grenoble, na via *Brigantio* em Briançón ou na ravina de l'Infernet em Mizöen-Mont de Lans[3281].

Imagem 152 - O entalhe da chamada porta do Bons, praticamente um pequeno túnel em ruínas, é tudo o que resta da estrada romana, da vertente sul do desfiladeiro de l'Infernet, en Mizöen-Mont de Lans (França) [in GALLO, 2006, p. 184].

Mas se durante a República ou o Alto-Império o exército romano tinha a capacidade de integrar tais locais problemáticos numa dinâmica militar de total dominação de todos os territórios do Império, estes viriam, no Baixo-Império, a transformarem-se em zonas de circulação particularmente problemática devido à fragmentariedade da dominação militar. Tais locais tornar-se-iam particularmente atreitos a que exércitos palatino-comitatenses, em deslocação rápida por regiões que já quase não conheciam na sua especificidade marcial, viessem a sofrer neles pesadas emboscadas ou ataques de surpresa, nomeadamente devido ao desconhecimento da sua periculosidade, bem como também à

[3279] MANTAS, 2006, p. 288.
[3280] ISIDORO de Sevilha, 15.16.7.
[3281] GALLO, 2006, p. 16.

maior indeterminação de quais, e quantos, contingentes inimigos se poderiam encontrar já dentro dos territórios do Império.

A defesa elástica constantiniana teria tido como consequência uma muito maior restrição na circulação de grandes contingentes militares romanos e consequentemente um crescente desconhecimento do que era já a realidade bélica que se teria estabelecido no Império. Se vários exércitos de elite romanos continuavam a existir como sendo essenciais para assegurar a sua defesa e estavam posicionados em províncias interiores, estes apenas eram mobilizados quando deveriam enfrentar uma invasão em larga escala, tendo assim perdido muito da dinâmica militar que seria necessária para um efetivo domínio territorial.

A circunscrição dos exércitos palatino-comitatenses às regiões onde estavam estacionados e que se encontravam associados às províncias onde existiam moradas imperiais importantes, teria levado, pouco a pouco, a uma natural perda da perceção militar global e das dinâmicas de transformação quotidianas que decorriam por todo o Império. A própria irregular distribuição geográfica forçava a que as unidades palatino-comitatenses tivessem a necessidade de percorrer centenas, ou mesmo milhares de quilómetros, sem sequer possuírem uma noção clara de qual seria o estado militar dessas diferentes regiões que teriam que percorrer, podendo estas estar já dominadas ou inçadas de tropas inimigas. Muitas destas antigas estradas que se desenvolviam por locais problemáticos e que eram anteriormente percorridas pelas destemidas legiões alto imperiais que se atreviam destemidamente a percorrê-las, viriam cada vez mais a tornar-se zonas realmente problemáticas para toda a circulação militar romana no Baixo-Império.

Dois dos principais aspetos técnicos que se mantinham como diretrizes fundamentais na construção da rede viária eram, em primeiro lugar, a garantia que estas eram construídas com a envergadura necessária para atender à boa circulação do tráfego e determinar se o seu leito se deveria manter em terra batida (*viae terrenae*) ou pelo contrário, deveriam ser revestidas de um pavimento de pedra ou saibro (*viae munitae* ou *viae stratae*). Estas últimas, por sua vez, dividiam-se em estradas que eram cobertas com cascalho (*viae glarea stratae*), sendo esta a tipologia mais frequente fora da malha urbana, enquanto que as estradas pavimentadas com pedras emparelhadas (*viae silice stratae*), eram as mais robustas[3282] e que ainda hoje se associam normalmente à típica estrada romana porque várias se preservaram até aos nossos dias[3283].

[3282] TILBURG, 2007, pp. 15-16.

[3283] Alguns dos mais triviais elementos sobre a circulação nas vias romanas ainda hoje continuam por determinar, como sucede, por exemplo, com o lado pelo qual se efetuaria o cruzamento de veículos quando

Em alguns lugares, entre os quais se contam partes da movimentada Via Flamínia, entre Roma e Rimini (*Riminium*), a estrada era marginada por bermas com muretes verticais (*umbones*) com uma altura de 30 a 50 cm. O seu perfil formava assim uma caixa que obrigava a que a sua drenagem fosse realizada através de orifícios e os seus muretes laterais tanto serviam de resguardo em áreas alcantiladas, como eram utilizados como apoio dos pés para auxiliar no acesso a veículos ou às montadas[3284].

Na obra de Gaio Júlio Higino (64 a.C. - 17 d.C.) o eclético autor hispânico que foi um liberto de Augusto, surgem descrições surpreendentes quanto à envergadura que possuiriam alguns troços de estrada, como acontecia em Nucéria em que esta apresentaria 60 pés (18 m), ou os 80 pés (24 m) que este nos diz que teriam certas partes da rede viária de Nápoles[3285].

Com uma tal envergadura poder-se-ia mesmo considerar que se estaria já a sair de um estrito conceito de estrada para se poder falar já de uma larga área de circulação possivelmente permitindo até que existissem várias outras atividades em cima dessa plataforma, como formação de colunas militares, concentração de tropas ou até mesmo trocas comerciais.

No entanto, a generalidade destas estradas de grande envergadura não se encontrava pavimentada em toda a sua largura, existindo uma única faixa central em saibro ou em pedra, destinada à circulação de carros, enquanto cavaleiros, pedestres, rebanhos e outros grupos de animais deveriam circular pelas vias laterais que não possuíam pavimento. É possível que estes troços com uma tão grande largura não fossem propriamente resultantes da envergadura da via, mas antes de parcelas de terreno em que os seus limites coincidiriam com a passagem da estrada, tendo passado a ser utilizados como uma sua extensão. No entanto, os Romanos excecionalmente viriam a construir estradas com envergadura de dezenas de metros, estando estas bem definidas arqueologicamente se encontrarem desenhadas entre valas de escoamento. As partes de uma estrada de larga envergadura que se encontravam totalmente pavimentadas em pedra eram normalmente aquelas que davam

em movimento contrário na mesma estrada. Oficialmente não se encontrou uma diretriz oficial nesse sentido, mas certamente teria de existir, pelo menos consuetudinariamente uma forma aceite, pois a sua ausência provocaria um perigoso caos no tráfego, o que certamente seria causa de muitos acidentes. Existem, no entanto, alguns elementos que permitem pensar que a circulação, pelo menos na parte Ocidental do Império, se deveria fazer avançando pela esquerda. MANTAS, 2006, p. 279.

[3284] TILBURG, 2007, pp. 16, 19-20, 22, 31, 40.

[3285] Segundo Higino, em Cápua atingir-se-ia mesmo envergaduras de 100 pés (30 m), enquanto nos acessos à cidade de Nola se chegaria a uns ainda mais surpreendentes 120 pés (40 m). TILBURG, 2007, p. 28.

acesso aos portões de uma grande cidade e apresentam sempre vestígios de tráfego intenso[3286].

Dentro das cidades havia ruas largas o suficiente para que um veículo se pudesse imobilizar sem que isto afetasse os que passavam, mas a generalidade das ruas era bastante estreita e em algumas mal cabia uma carroça. No entanto, a profusão de ruas muito estreitas era típica das urbes mais antigas, anteriores ao século V a.C., e cujo traçado original tinha surgido de forma completamente caótica. A conceção de uma cidade construída com um traçado hipodâmico, com as suas ruas largas e ortogonais, embora tivesse surgido como diretriz na reconstrução das cidades gregas após a devastação urbana provocada pelas guerras médicas[3287], viria em grande medida ao encontro do espírito de ordem e regularidade próprios do gosto romano. Estes passariam a adotar como principal estrutura das suas urbes o desenho de duas vias, de perfil largo e retilíneo, que se cruzavam ortogonalmente e percorriam toda a extensão da cidade e de onde, numa quadrícula sempre regular, partiriam todas as vias secundárias, naturalmente gizadas com menor envergadura[3288].

Os arquitetos romanos já tinham tido a oportunidade de constatar o extraordinário efeito funcional de cidades cujo espaço urbano era "rasgado" por largas ruas, as quais poderíamos hoje classificar como grandes avenidas, que eram património de algumas das cidades de influência helenística, onde as vias principais adquiriam por vezes dimensões impressionantes.

Se em Palmira, por exemplo, a avenida principal tinha 11,5 m de largura, e era elegantemente ladeada por belas colunatas, em Alexandria, segundo o próprio Estrabão, as avenidas ultrapassavam os 30 m, enquanto que as mais amplas eram, sem dúvida, as famosas vias de Mileto, com mais de 40 m de envergadura[3289].

Pompeia é um dos exemplos bem demonstrativos do tipo de cidade romana em que coexistem os dois tipos de arquitetura, com largas ruas projetadas ortogonalmente com áreas

---

[3286] TILBURG, 2007, pp. 28-29.

[3287] TILBURG, 2007, pp. 29-31.

[3288] Os dois principais eixos viários da urbe eram designados como cardo (*cardo*) e decumano (*decumanus*), sendo este último o maior quando o plano geral da cidade era de perfil retangular. TILBURG, 2007, pp. 9-10.

Esta regularidade que passou naturalmente a ser tão prevalente em toda a orgânica arquitetónica romana deverá ter sido também potenciada pela regular construção das estruturas militares, nomeadamente orientando a castrametação do exército romano. Note-se que, depois de ter sido adotado, um tal perfil jamais poderia ter sido preterido por qualquer outro, pois ele era, a tal ponto, a expressão material de uma ideia de regularidade e disciplina que não encontraria em qualquer outro plano arquitetónico uma tão manifesta expressão da ideia de ordem universal que sempre se constituiu como um valor fundamental na mundividência dos descendentes de Rómulo.

[3289] TILBURG, 2007, p. 30.

em que apenas existem antigas vielas estreitas e caóticas. A parte mais antiga da cidade que se concentra nos bairros VII e VIII, apresenta um padrão desordenado de pequenas ruas sinuosas, enquanto todos os outros são planeados e possuem ruas mais largas e de traçado retilíneo. Numa cidade como Pompeia a Via "di Mercurio", que corresponde ao antigo cardo, tinha de largura cerca de 9,5 m (32 pés), enquanto a Via "di Nola" e "Via dell'Abbondanza" que correspondem ao decumano possuíam 8,4 m (28 pés). As vias ortogonais laterais mais estreitas tinham uma envergadura de apenas 2,4 m (8 pés) podendo dizer-se que seriam bastante estreitas para o tráfego de mão dupla que esta cidade já deveria possuir no ano 70 d.C.[3290], quando o Vesúvio a tapou com o seu manto de cinzas.

Muitas destas ruas urbanas exíguas eram de mão única, mas isso tornava o fluxo do tráfego extremamente lento e complexo, porque obrigava a que os veículos tivessem de seguir trajetos previamente estabelecidos.

Na antiquíssima Roma havia poucas ruas de grande envergadura, pois apenas quatro se poderiam considerar como tendo o estatuto equivalente a uma avenida, a saber: Via Nova, a Via Lata, a Via Sacra e a Via Tecta. As duas primeiras eram as mais amplas, que em certas zonas atingiam mais de 30 metros (90 pés), o que fazia com que fossem mesmo ambiguamente consideradas, nesses locais, como praças (*platea*)[3291]. Todavia praticamente todas as outras ruas de Roma teriam menos de 2,4 m (8 pés), e mesmo a generalidade das passagens que derivavam diretamente das grandes avenidas, eram tão apertadas que nem sequer poderiam ser consideradas como vias (*viae publicae*)[3292].

O pavimento destas ruas, como se tornaria típico nas cidades e na maioria das povoações (*vicus*), era empedrado para que pudesse resistir à intensa circulação, nomeadamente de muitos carros que garantiam o abastecimento da urbe.

Ainda hoje a resistência da estrutura das ruas de uma cidade é bastante maior do que possuem as rodovias periféricas, embora quando apenas observadas pela superfície possa parecer semelhante[3293]. O pavimento urbano é sempre tecnicamente mais rígido e tem que estar preparado para suportar cargas mais pesadas e em fluxo constante sob condições climáticas variáveis, nomeadamente as de pluviosidade e de temperatura.

[3290] TILBURG, 2007, p. 31.

[3291] TILBURG, 2007, p. 31.

[3292] Houve em Roma várias tentativas de criar ruas mais largas, nomeadamente aproveitando a destruição de grande número de ínsulas que ocorreu nos incêndios catastróficos que ocorreram nos principados de Nero e de Cómodo, mas poder-se-á dizer que tais esforços não terão tido grande sucesso.

[3293] O extremo desgaste que era provocado no pavimento só começa a ser atenuado no século XIX, quando a generalidade dos veículos começara a possuir amortecedores e locomover-se sobre pneus de borracha.

No entanto, o generalizado empedrado das ruas nas cidades resultava, não só da necessidade de que estas fossem mais resistentes, mas também porque estas precisavam de ser limpas com bastante regularidade devido à grande quantidade de excrementos que eram largados pelos animais[3294]. Esta limpeza era feita diariamente, pois a quantidade de dejetos era muito considerável e uma tal tarefa não poderia ser facilmente realizada sobre materiais soltos como era o saibro, que aliás não permitia que fosse varrido porque seria assim também ele próprio retirado.

O empedrado urbano fazia também com que as ruas fossem muito barulhentas, com a ruidosa e constante percussão de cascos e sobretudo das ruidosas rodas com aros de ferro das carroças, mas, no entanto, a velocidade de deslocação era muito lenta. O tráfego intenso criava longos e demorados engarrafamentos e era necessário ter um redobrado cuidado para evitar acidentes, pois o chão de pedra, que já era tendencialmente bastante escorregadio, tornava-se ainda mais com as inúmeras poças de lama, estrume e urina que cobriam o chão[3295], especialmente nos bairros mais desfavorecidos.

Um outro aspeto importante que influenciava a circulação urbana era consequência da tradição romana de construir os seus cemitérios no exterior da cidade, quase sempre ao longo das suas estradas de acesso. Assim, o costume romano de visitar regularmente as tumbas dos antepassados, criava um tráfego considerável, contribuindo para que houvesse a necessidade de estender, em certas vias, o calçamento muito para fora das urbes de modo a facilitar este constante movimento pendular[3296].

Diga-se que a arreigada tradição de prestar culto aos antepassados fez com que tais estradas tivessem um grau de extrema ocupação de tumbas na sua orla, o que fazia com que estas se localizassem cada vez mais longe dos muros da cidade, obrigando ao aumento exponencial dos troços empedrados, pois até mesmo os defuntos mais importantes teriam que ser enterrados cada vez mais longe[3297].

Os reparos do calcetamento nas ruas das cidades era um trabalho muito mais difícil, demorado e caro do que o que se realizava nas estradas ensaibradas, pois, ao invés de apenas ter de se regularizar o pavimento espalhando novas camadas de cascalho, era necessária uma operação complexa para substituir as lajes nas áreas onde estavam partidas ou danificadas.

[3294] GALLO, 2006, pp. 158-159.
[3295] TILBURG, 2007, pp. xix, 130.
[3296] GALLO, 2006, pp. 15, 105, 158-159.
[3297] Diga-se que Roma chegou a ter nas margens da Via Ápia mais de vinte quilómetros de cemitério, o que fez com que esta fosse uma estrada tão movimentada que se tiveram de proceder a sucessivos arranjos do seu empedrado, levados a cabo em diferentes épocas e onde se pode até identificar sucessivas camadas de revestimento sobrepostas. GALLO, 2006, p. 159.

Pelos troços que restaram das ruas das cidades romanas, sabemos que as lajes eram cuidadosamente assentadas sobre leito bem adensado de areia ou agregados finos, fazendo com que as lajes ficassem firmemente emparelhadas de tal modo que não se pudessem afastar e abrir brechas[3298].

Mesmo assim, as carroças, a maioria das quais com as rodas calçadas com aros de ferro, produziriam ao longo de séculos, um desgaste devastador no pavimento empedrado, tal como se pode observar na expressiva imagem que nos ficou da precária situação das ruas de Pompeia[3299].

O complexo dédalo das pequenas vielas típicas de Roma era um sistema particularmente caótico que, segundo o que nos diz Tito Lívio, teria sido consequência da reconstrução apressada que ocorrera após a destruição causada pela invasão dos gauleses *Senones* em 390 a.C.[3300].

Os censores Q. Fúlvio Flaco e A. Postúmio Albino, em 174 a.C. teriam mesmo dado ordem para que a generalidade das ruas de Roma fosse empedrada[3301], embora muitas já o fossem, como era o caso da importante via Clivo Publício (*Clivus Publicius*) que o era desde 238 a.C. e ligava o fórum Boário e a porta Rauduscula[3302].

Será mesmo de admitir que muitas das calçadas de Roma, por terem inclinação muito acentuada (*clivi*), fossem já há muito vias empedradas, tal como deveria acontecer em muitas outras partes do sistema viário urbano. Isto faria todo o sentido atendendo ao pernicioso efeito que o seu pronunciado declive exerceria naturalmente sobre o progressivo deslizamento de um coberto de saibro. As condições de circulação em Roma fizeram parte das preocupações de muitos governantes, tendo Sula dado ordens para empedrar muitas partes do Fórum Romano, enquanto Júlio César teria mandado colocar travertino nos pavimentos do seu Fórum e na Via Sacra[3303].

15.2.3. As Vias Empedradas e as Particularidades Zoomorfológicas dos Perissodáctilos

Terá sido muito considerável o desgaste causado pelo constante atrito nas estradas empedradas romanas pela constante circulação de animais de tiro e sobretudo pela brutal

---

[3298] GALLO, 2006, p. 159.
[3299] GALLO, 2006, p. 159; TILBURG, 2007, p. 7.
[3300] LIV. 5.55.2-5.
[3301] LIV. 41.27.5,7.
[3302] O fórum Boário (*Forum Boarium*) era um dos mais importantes mercados de gado bovino que se localizava numa faixa portuária perto do rio Tibre, enquanto a porta Rauduscula, ou Raudúscula, hoje desaparecida, era uma porta da muralha Serviana, que se situava no monte Aventino. TILBURG, 2007, p. 7-8, 93.
[3303] TILBURG, 2007, p. 7.

adstringência resultante da passagem de veículos, nomeadamente os que se encontravam munidos de rodas com aros de ferro.

O atrito, do latim *atritu* que é sinónimo de "fricção", é assim a força que resiste ao movimento relativo de duas superfícies, podendo até uma delas ser um elemento fluídico, mas que apresenta uma deslocação de tipo diferente, quer seja por imobilidade, quer seja por movimento contrário.

O nível desse atrito dependeria em grande medida, no caso em apreço, do tipo de material circulante e sobretudo do género de leito com que uma estrada estava revestida. Naturalmente que uma simples passagem de terra tenderia a sofrer deformações permanentes, nomeadamente porque se encontrava sujeita a sofrer grande influência das condições atmosféricas, apresentando-se na secura do verão com notórias irregularidades no seu relevo ou com sulcos marcados de rodas, enquanto no inverno se poderia apresentar com poças e grandes áreas enlameadas que dificultariam bastante o movimento.

Embora as estradas ensaibradas pudessem sofrer também de alguns condicionalismos climáticos, a maior estabilidade do seu leito de gravilha permitia-lhe assimilar muito da pluviosidade invernal e não se constituíam como vias atreitas a formarem grandes áreas de lama, nem a ficarem deformadas pelos sulcos das rodas. No entanto, este tipo de coberto viário não era adequado para se adaptar ao movimento em planos inclinados, pois o saibro sofreria o efeito da gravidade e tenderia a deslizar até um plano horizontal onde criaria problemáticos amontoados de gravilha.

A via empedrada poderia assim ser considerada como a mais estável e robusta, pois a sua estrutura compacta impunha-se sobre qualquer terreno, mas em compensação, a dureza do seu leito teria alguns efeitos perniciosos que deveriam ser mitigados e eram bem conhecidos dos Romanos. A extrema dureza de uma estrada empedrada impunha a todo o material circulante um forte fator de atrito que levaria a um elevado desgaste que viria a afetar, não só as rodas dos veículos, mas sobretudo os cascos dos animais, pois na antiguidade estes não eram dotados de qualquer tipo de proteção. Se a pedra utilizada para a construção de estradas teria de ser formada por um duro agregado natural, formado habitualmente por um conjunto de minerais, como os que podem ser encontrados na superfície terrestre, a sua existência na natureza alterna permanentemente com elementos menos rígidos como a terra, cascalho ou areia.

Uma deslocação realizada durante muito tempo exclusivamente sobre um material tão rígido como a pedra provoca um forte desgaste e se tal poderia ser, de algum modo, mitigado pelos robustos aros de ferro que recobriam, quase obrigatoriamente, as rodas dos mais

pesados veículos de transporte, os cascos dos animais de tiro não teriam condições de suportar um tal tipo de atrito permanente. Se a proteção do aro metálico conferiria à roda uma grande resistência, a ideia de revestir o casco dos animais com uma proteção de ferro é praticamente desconhecida na antiguidade. Embora, tal como acontece com muitas das invenções que se tornariam recursos importantes em determinados contextos culturais, não se possa atribuir um criador ou sequer uma data precisa para o início da utilização da ferradura, ela só viria a surgir mais tarde, possivelmente no final do século VI, o que a coloca já como um artefacto atribuível à Alta Idade Média[3304].

A ferradura de ferro ajustada com cravos ao casco dos animais de transporte foi uma criação relevante e que viria a conferir-lhes uma nova dinâmica de deslocação, visto que a deslocação destes passaria a centrar-se apenas na sua capacidade muscular e deixaria de ter o condicionamento provocado pelo atrito dos seus cascos. Este utilíssimo artefacto foi de extrema importância para que se pudesse maximizar a resistência do movimento de equinos e muares, visto que estes continuariam a ser, quase até ao início do século XX, a única força de tração terrestre que estava disponível[3305].

Sem o recurso da ferradura, não será de estranhar que a grande maioria das vias romanas tivessem que ser feitas com leitos ensaibrados, embora estas, para possuírem consistência, tivessem que estar suportadas por uma tosca base de pedra. Uma outra grande vantagem deste tipo de vias era, não só a homogeneidade do seu coberto, como também a menor exigência de construção comparativamente às várias camadas das empedradas, permitindo realizá-las com bastante maior celeridade[3306].

Este tipo de leito era o mais apreciado pois permitia uma grande suavidade na deslocação, tornando mais tolerável o transtorno imposto em qualquer viagem, sobretudo nas de longa duração.

O leito empedrado impunha uma trepidação que se tornava extenuante para quem necessitava de viajar muitas horas por dia, muitas vezes durante semanas. Dificilmente poderemos hoje ter uma noção, sequer aproximada, do que seria o cansaço físico que estava inerente a ter de viajar longas distâncias em veículos que não possuíam mecanismos que pudessem minimizar o incómodo provocado pelos solavancos, pelo permanente ruído de

[3304] FRASER, 1934; GALLO, 2006, pp. 13, 105 (nas notas 16 e 146 Isaac Moreno Gallo afirma que a ferradura é um invento da Idade Média); TILBURG, 2007, p. 52.
[3305] Evolução da arte de ferrar: THOMAS, 2004, pp. 196-197.
[3306] TILBURG, 2007, pp. 6, 15-16, 19, 144.

rodas e cascos e sobretudo pelo estremecimento resultante do pesado contacto das rodas com as lajes do piso.

No entanto, dever-se-á salientar em favor do pragmatismo romano, que este acabaria por encontrar engenhosos modos de suavizar as dificuldades inerentes ao cansaço provocado pelas longas jornadas.

Um primeiro estaria diretamente relacionado com a experiência empírica dos Romanos, que embora não possuíssem uma ciência que lhes pudesse revelar as causas científicas de um tal fenómeno, lhes permitiu compreender empiricamente as vantagens de construir as suas principais vias empedradas com o que se poderia classificar como o tamanho ideal de pedras no seu revestimento. Os engenheiros romanos terão possivelmente descoberto que todas as estruturas materiais tendem a vibrar numa determinada frequência, procuraram encontrar por experiência empírica qual seria o tamanho das pedras que mais conforto poderia transmitir ao viajante atendendo a velocidade média habitual na deslocação numa estrada empedrada.

Isto quer dizer que procuraram reproduzir na própria trepidação que era transmitida ao carro no seu movimento sobre as pedras, uma vibração de três Hz (hertz)[3307] que é a mais adequada ao corpo humano e se torna por isso a mais confortável, pois é aquela em que vibra naturalmente o seu metabolismo.

Sabemos hoje desta especificidade e que esta é de tal modo idiossincrática que, quando nos encontramos envolvidos por uma vibração que tem uma frequência de vibração diferente, quer esta seja superior ou inferior, sentimos uma sensação de desconforto que crescerá na razão direta do tempo de exposição e que poderá mesmo provocar respostas fisiológicas negativas. Para conseguir um tal resultado era necessário que as pedras fossem de um tamanho particular para que o veículo se deslocasse sobre três pedras a cada segundo a fim de que todo ele vibrasse a três Hz.

Hoje a engenharia automobilística sabe que o principal segredo para construir um carro que garanta uma grande sensação de conforto tem de possuir amortecedores que façam com

---

[3307] Designa-se por hertz (Hz) a unidade de medida utilizada para indicar uma frequência vibratória que expressa um evento periódico, determinado pelo número de vezes por segundo, ou ciclos, que resultam da oscilação que algo fará quando se desloca rapidamente de um lado e do outro do seu ponto de repouso. O Hz pode descrever com precisão vários tipos de frequências, que vão das ondas sinusoidais, como as de uma transmissão radiofónica, até as acústicas produzidas por um instrumento musical quando uma corda, por exemplo, executa a oscilação que lhe é provocada para que possa emitir som, levando-a a oscilar acima e abaixo do ponto de repouso. GARCÍA, 2001, pp. 11, 401, 592, 635.
O seu nome é uma homenagem ao físico alemão Heinrich Rudolf Hertz (1857-1894) que descreveu o fenómeno vibratório e, como acontece nas unidades do Sistema Internacional (SI) cuja designação deriva do nome próprio de um cientista, a primeira letra do símbolo deve escrever-se com maiúscula. GARCÍA, 2001, p. 389.

que toda a sua carroçaria vibre com uma frequência sensivelmente igual à do corpo humano. Para o comprovar bastaria o facto de qualquer passageiro hodierno saber o quanto é incómodo percorrer um trajeto num piso esburacado, cuja disposição caótica da superfície obriga a que toda a estrutura do automóvel oscile de forma irregular, não conseguindo ser assim compensada pela tendência predeterminada que terão os seus amortecedores para o fazerem vibrar a três Hz[3308].

Mas o génio de criação técnica dos Romanos não se circunscreveria, nesta matéria, à procura de tornar o relevo das estradas empedradas mais fisiologicamente amigável, tendo procurado intervir na própria estrutura dos veículos, nomeadamente naqueles que eram os mais luxuosos.

Deitando mão dos parcos recursos tecnológicos disponíveis e que necessariamente teriam de resultar do jogo de espessura, corte e dureza de diversos materiais, chegariam a conseguir, apenas para aqueles que os poderiam adquirir, veículos sofisticados que conseguiam atenuar em parte a trepidação provocada pelo contacto com o chão. As mais recentes descobertas sobre o que poderiam ser os sistemas avançados de suspensão para os habitáculos das carruagens romanas são no mínimo surpreendentes. O dispositivo caracterizava-se por um engenhoso sistema de correias que sustentavam o habitáculo de passageiros a partir de suportes especiais que estavam instalados de modo a ficarem apenas ligados aos eixos das rodas e não à carroçaria da carruagem. A sua estrutura era de conceção bastante complexa, mas o efeito amortecedor das correias efetivamente apresentava boas condições para que pudesse eliminar muito do incómodo provocado pelas vibrações do contacto direto das rodas com o solo[3309].

Este sistema, que na opinião de alguns especialistas, era mais avançado do que seria o seu sucessor de molas de lâmina inventado só no século XVII, permitia isolar o passageiro das vibrações transmitidas ao habitáculo, nomeadamente quando o veículo era conduzido a grande velocidade.

No entanto, a realidade da generalidade dos veículos utilizados pela população, ou até mesmo pelo exército, não estariam dotados destes recursos. Nas estradas do Império

---

[3308] Poder-se-ia mesmo dizer que este tipo de incómodo fica igualmente bem patente no momento em que um condutor se encontra a ultrapassar bandas sonoras a grande velocidade e a vibração estrutural do automóvel se torna muito alta, exercendo um tal incómodo que a reação instintiva é o abrandar imediatamente para a procurar aproximar dos 3 Hz. Pelo contrário, se um indivíduo for submetido durante um tempo considerável a uma frequência de oscilação muito baixa, também sentirá desconforto, tal como ocorre quando alguém se encontra num navio e tem de suportar a sua lenta e interminável oscilação, provocando muitas vezes o mau estar físico que se designa por enjoo. RODRIGUES; RAMOS, 1995, p. 152.

[3309] GALLO, 2006, p. 12.

circulavam constantemente milhares de carros com todo o tipo de dimensões e peso, onde se destacavam, pelo seu grande tamanho, o lento sarraco (*sarracum*) que possuía quatro rodas baixas e era próprio para cargas de grande porte, o que o fazia tão pesado que tinha de ser puxado quase sempre por bovinos[3310]. Embora se possa considerar que este era um dos veículos mais rústicos, era muito resistente, profusamente usado pelos camponeses para o transporte de grandes toros de madeira, lenha ou pedras e que teria existido em tão grande número que puderam ser encontrados pelos arqueólogos vários vestígios da sua existência, nomeadamente nos arredores de Nápoles.

O plaustro (*plaustrum*) que servia para o transporte rural de produtos agrícolas para abastecer os mercados urbanos e que era um carro grande e muito pesado fazendo com que fosse também, normalmente, tirado por bovinos[3311]. Assegurar o transporte diário de produtos agrícolas era essencial para o abastecimento das grandes cidades e se as linhas de água poderiam em certos casos auxiliar em partes do percurso, haveria na maior parte dos casos muitos quilómetros que teriam que ser vencidos pelo transporte terrestre dos produtos.

Imagem 153 - Moeda do imperador Nerva com a inscrição: *Vehiculatione Italiae remissa*, atestando a libertação de Itália do pagamento dos *angariae* [in TILBURG, 2007, p. 61].

A angária (*angariae*) ou clabula (*cursus clabularis*) era outro grande carro de quatro rodas[3312], que poderia, segundo a lei, transportar cargas até 1.500 libras, cerca de 490 quilos[3313].

Comum era também a reda (*rheda, reda, raeda*), que era um carro de inspiração gaulesa, de grandes dimensões, mas com bastante mais mobilidade, nomeadamente por poder ser tirado simplesmente por dois ou mais cavalos [3314]. Este, que se terá difundido muito no Alto-Império, era munido também de quatro rodas e era muito usado habitualmente para a deslocação de colonos com

---

3310 TILBURG, 2007, p. 74.

3311 GALLO, 2006, p. 8; TILBURG, 2007, pp. 73-74, 80.

3312 GALLO, 2006, p. 8; TILBURG, 2007, pp. 59-60, 81.
Para além deste tipo de carro a palavra a*ngariae* também se refere à obrigação de a população, dentro do Império, fornecer gratuitamente animais, carroças, comida e alojamento a passageiros importantes enquanto estes viajavam. O quanto esses *angariae* oprimiam o povo é demonstrado pelo facto de que vários imperadores tentaram aliviá-lo. Cláudio tentou moderar o imposto, mas falhou. Vespasiano não poupou o povo com seus altos impostos. O primeiro imperador a tomar medidas efetivas foi Nerva. A Itália, devido ao seu denso sistema rodoviário e à grande população, foi, sem dúvida, quem mais sofreu com estas obrigações, tendo sido libertada dos *angariae*, como mostra uma moeda com a inscrição *Vehiculatione Italiae remissa*. TILBURG, 2007, pp. 59, 61-62.

3313 CTh. 8.5.28; TILBURG, 2007, p. 60.

3314 TILBURG, 2007, pp. 54-55, 62, 74, 124. Segundo o Código de Teodósio não era permitido atrelar mais de cinco ou seis cavalos a uma *rheda*, no tempo de Justiniano este número elevava-se a dez. CTh. 8.5.35.

as suas respetivas famílias e bagagens [3315]. Tornar-se-ia o carro mais utilizado nas colunas migratórias que necessitavam de realizar longas viagens, chegando mais tarde, no Baixo-Império, a ser adotado pela administração provincial como o veículo que deveria realizar o transporte oficial de cargas e que segundo as leis do código de circulação, podia levar até 1.000 libras romanas, o que equivaleria a cerca de 325 quilos[3316].

Alguns cônsules durante a República tal como vários imperadores, preocuparam-se com as questões da circulação nas estradas do Império, legislando sobre as condições dos veículos e das suas respetivas cargas[3317].

Encontramos determinações sobre esta matéria na constituição de Constâncio II em 357 referentes à capacidade de carga máxima que era admitida para as diferentes tipologias de carros e alarga-se o âmbito regulatório até a quantidade de animais que deveriam ser permitidos. Ordenava-se, por exemplo, que não se ultrapassassem as 1.000 libras de peso numa carroça (*rheda,*), nem mais de 200 libras num veículo de duas rodas (*birota* ou *birotum*)[3318] e 30 libras num ginete, afirmando-se que estes não suportam cargas maiores em segurança [3319]. Numa carroça deverão ser atreladas oito mulas no verão e dez no inverno, enquanto três mulas são suficientes para uma viatura de duas rodas[3320].

No entanto, o mais conhecido código regulador da viação foi o de Teodósio II (*Codex Teodosianus*), que foi imperador da parte oriental do Império e que o editou em 429[3321]. Neste se determinava com rigor que veículos podiam circular, em que tipo de estradas e com que pesos máximos o podiam fazer. Estabeleceu normas sobre o funcionamento do sistema de correio estatal (*cursus publicus*) criado por Augusto, e do equipamento que deveria estar garantido para o seu bom funcionamento nas "estações de serviço", (*mansiones* e *mutationes*)[3322].

[3315] TILBURG, 2007, p. 54.

[3316] TILBURG, 2007, pp. 59-60.

[3317] Não sabemos como a legislação poderia condicionar a circulação de colunas militares, mas a especificidade com que sempre terão sido tratados os assuntos da guerra levarão a crer que as diretrizes não se deveriam aplicar rigidamente ao movimento de tropas bem como ao tipo de carros que deveriam ser utilizados. Um exército palatino-comitatense quando se deslocava e precisava de providenciar as condições da sua logística em trânsito teria naturalmente os seus recursos próprios dentro de uma lógica marcial particular onde deveriam apenas prevalecer critérios de eficácia e rapidez.

[3318] TILBURG, 2007, p. 54.

[3319] MANTAS, 2016, p. 299.

[3320] CTh. 8.5.8.

[3321] Note-se que quer Teodósio, quer Constâncio II, foram imperadores na parte oriental do Império e que nesta segunda metade do século IV eram já notórias as diferenças entre a realidade político-administrativa e social entre as duas partes do Império. Se tais códigos legislativos deverão ter sido efetivamente implantados a Oriente, ficar-nos-ão dúvidas sobre qual seria a sua verdadeira repercussão prática a Ocidente.

[3322] GALLO, 2006, p. 7; TILBURG, 2007, pp. 37, 46-48, 56, 58, 76; MANTAS, 2016, pp. 277, 298-299.

No acervo dos veículos mais pesados que circulavam nas estradas romanas e que possuíam quatro rodas encontramos ainda a *carruca*[3323], muito utilizada a partir da época imperial. Era uma viatura de 4 rodas, tirada por cavalos, mas onde frequentemente se viajava deitado (*carruca dormitoria*), sendo por tal muito apreciada por lenir o desconforto inerente aos grandes trajetos[3324]. Por esta razão a *carruca dormitoria* veio mesmo a ter luxuosas versões, curiosamente, feitas muitas vezes em prata (*carrucae argentatae*) e que viriam a ser, no século III d.C., autorizadas a circular nas cidades para o transporte de oficiais e magistrados[3325].

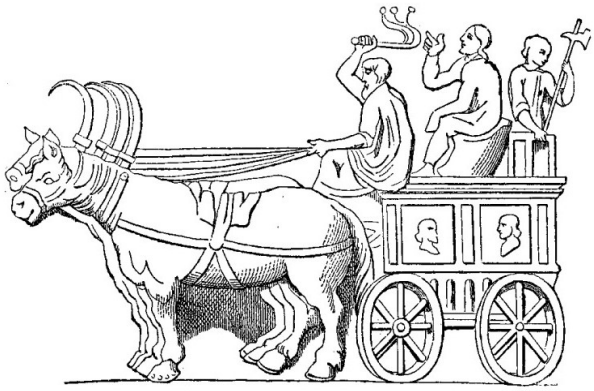


Imagem 154 - Veículo romano conhecido como carruca (*carruca*). A carruca era uma carroça de quatro rodas, puxada por dois cavalos ou duas mulas. Na sua versão mais luxuosa eram fechadas, tal era o caso da *carruca dormitoria* ou carroça-dormitório; carrucas deste tipo encontram-se expostas no centro de educação arqueológica Archeon em Alphen Rijn (Holanda) e no Römisch-Germanisches Museum em Colónia. Este veículo tinha um interior relativamente confortável e até estava equipado com molas [in TILBURG, 2007, p. 53].

Já o sarraco (*sarracum*) era um carro que podia ter duas ou quatro rodas baixas e que era muito utilizado para o transporte de madeira[3326].

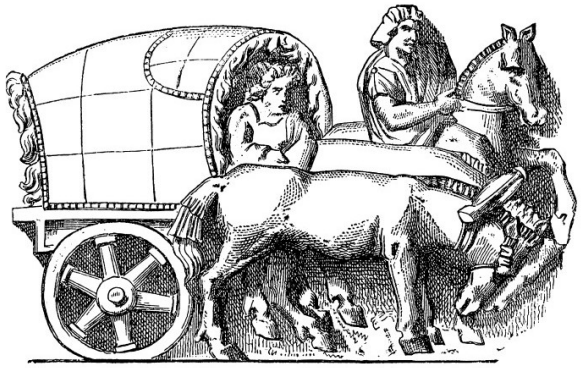


Imagem 155 - Veículo romano conhecido como carpento (*carpentum*). O carpento era uma carroça com capota e duas rodas, geralmente ricamente ornamentada. Vemos o carpento como uma carroça não apenas para cerimónias, mas também para viagens, sendo geralmente puxado por mulas [in TILBURG, 2007, p. 52].

O plostro (*plaustrum* ou *plostrum*) originalmente era um veículo de carga com 2 ou 4 rodas, contudo, para além destas funções, também tinha carácter religioso pois podia ser mobilizado para o serviço dos sacerdotes flâmines ou das vestais durante procissões, ocasiões em que deveria ser decorado[3327].

[3323] GALLO, 2006, p. 11; TILBURG, 2007, pp. 52-55.
[3324] TILBURG, 2007, pp. 52.
[3325] PLIN. *Hist. Nat*. 33.49.
[3326] TILBURG, 2007, p. 74.
[3327] TILBURG, 2007, p. 73.
Muitas outras tipologias de veículos circulariam nas estradas do Império, além daquelas que nem sequer seriam categorizáveis por se deverem à necessidade e imaginação construtiva das populações, tendo-se neste trabalho aludido apenas às mais frequentes e de maior porte, o que requeria por isso mais cuidado com a sua deslocação e eram mais afetadas pelo estado das vias.
Havia, contudo, muitos outros veículos mais leves de apenas duas rodas que eram utilizados sobretudo para transporte de pessoas, como eram, por exemplo, o carpento, a tensa, a arcera, o císio, o essedo, o corvino, a birota, a bena, o colisato ou o ploxeno. TILBURG, 2007, pp. 59-60, 73-74, 197.

15.2.4 Considerações Gerais sobre o Desgaste dos Cascos dos Ungulados

A permanente circulação dos perissodáctilos sobre leitos empedrados, nomeadamente em contexto urbano, submeteria os seus cascos a um grande desgaste [3328]. Estes animais eram permanentemente utilizados para transporte, o que fazia com que os seus cascos tivessem que suportar, não só a pressão do peso do próprio quadrúpede, mas também o peso da sua carga ou do esforço de arrasto provocado pelo peso dos veículos que puxavam[3329].

O casco de um perissodáctilo é uma espessa unha formada por um epitélio de queratina que constitui uma cobertura córnea rígida e que se encontra na última falange dos dedos de todos os ungulados[3330]. A sua complexa estrutura é composta por diferentes partes funcionalmente articuladas e materiais anatómicos de várias durezas como são o talão, o bulbo, a tanilha, a ranilha, a pinça, a muralha e a sola[3331].

Uma das principais características do casco é conseguir amortecer o forte impacto causado pelo seu contacto com o chão, embora este processo não seja totalmente idêntico nas quatro patas, pois os membros anteriores, sustentam aproximadamente 55% do peso total enquanto os posteriores são naturalmente responsáveis pelo restante[3332]. Os cascos dos membros anteriores, que apresentam uma forma mais arredondada, encontram-se submetidos a um impacto mais exigente com o solo e, naturalmente, a um desgaste maior, sendo mais atreitos a sofrerem traumatismos, sendo fundamental que, para uma melhor distribuição da força muscular de sustentação e maximizar o seu desempenho, os membros tenham de apresentar aprumos corretos. Este aspeto é importante pois as mais pequenas assimetrias podem vir a ter, com o tempo, consequências bastante graves no próprio esqueleto do animal, vindo a prejudicar todo o seu desempenho[3333].

Consideramos, no entanto, que o carro (*carrus*), apesar de ser mais um destes veículos de perfil ligeiro, deverá ser aqui destacado devido ao seu profuso uso no âmbito militar. O carro era um carro aberto, muito usado para transporte de equipamento em colunas de marcha, puxado por cavalos e que tinha duas rodas radiadas. TILBURG, 2007, pp. 73-74. É possível que este, devido a ser um veículo rápido, tenha mantido um papel importante na logística dos exércitos palatino-comitatensses, embora quando era utilizado para o curso público não podia, por lei, transportar mais do que 600 libras romanas, ou seja, 196 quilos. CTh. 8.5.47.

[3328] THOMAS, 2004, pp. 40-41.

[3329] Note-se que mesmo os perissodáctilos que não carregavam peso sobre os seus lombos, pois eram utilizados como animais de tiro, mantinham um sobredesgaste nos seus cascos, ao terem de puxar um veículo exercendo força de atrito contra o chão.

[3330] THOMAS, 2004, pp. 159, 225, 228.

[3331] THOMAS, 2004, pp. 194-195.

[3332] THOMAS, 2004, p. 195.

[3333] LAMBERTI; KRIECK; SURIAN, 2012, pp. 1-2.

Para que um quadrúpede possa maximizar o seu movimento em termos de velocidade e resistência *é necessário que os seus cascos estejam saudáveis, devendo assim estes ser limpos com regularidade para que se removam as pequenas pedras que se tendem a encrustar na sola e poderão vir a criar assimetrias na sustentação da pata ou mesmo causar ferimentos[3334].

Os cascos tendem também a enfraquecer ou a desenvolverem patologias quando os quadrúpedes são levados a permanecer muito tempo em más condições de habitabilidade, o que acontece com os animais que se veem forçados a permanecer muito tempo em baias com chão lamacento ou sobre os seus próprios dejetos, nomeadamente sobre o amoníaco resultante da sua urina[3335]. Tais condições são as responsáveis pelo aparecimento de pequenas rachas nos cascos e que se tornam áreas ideais para o desenvolvimento de muitos tipos de bactérias que tenderão a causar infeções, nomeadamente em estruturas mais frágeis como a ranilha que poderá mesmo vir a necrosar. Estas infeções geram muitas vezes úlceras ou abscessos tão graves nos cascos que os quadrúpedes[3336], sofrendo com intensas dores. deixam mesmo de ter condições de andar[3337].

Embora não seja objetivo deste trabalho desenvolver uma análise da estrutura anatómica dos cascos dos perissodáctilos, será importante referir alguns elementos básicos para enquadrar o desgaste causado pela sistemática circulação destes animais sobre materiais tão duros como a pedra.

Uma das partes mais relevantes é a ranilha que é uma sensível parte do casco que tem forma de cunha e se encontra na metade posterior deste[3338]. Sempre que o animal se locomove, ela toca suavemente no solo tendo a função de amortecer o embate do casco no chão e para isso tem naturalmente uma consistência mais macia e elástica do que a sola e a muralha, que são estruturas rígidas. A ranilha deve ser limpa com regularidade para evitar infeções, pois é bastante atreita a desenvolvê-las ao estar em permanente contacto com o piso, sendo, pois, uma estrutura bastante mais sensível do que as envolventes partes córneas[3339]. Além do mais, a ranilha tem ainda a importante função de auxiliar no retorno do sangue da extremidade do membro ao coração do animal, completando assim à designada

---

3334 LAMBERTI; KRIECK; SURIAN, 2012, pp. 3-4.
3335 THOMAS, 2004, p. 211.
3336 THOMAS, 2004, pp. 27, 211-212.
3337 THOMAS, 2004, p. 213.
Na antiguidade não se conheceriam naturalmente as causas bacteriológicas destas doenças, mas certamente saber-se-ia muito bem qual seria o nefasto resultado de submeter os animais a determinadas práticas ou a más condições de habitabilidade.
3338 THOMAS, 2004, pp. 12, 194-197.
3339 THOMAS, 2004, pp. 198-199.

grande circulação, o que se torna um elemento fundamental quando o ungulado se encontra em esforço, nomeadamente correndo a galope[3340].

A muralha é a estrutura queratinizada do casco, sendo assim a sua parte mais dura e resistente e que se torna o principal ponto de apoio da pata no solo, tornando-se a parte plenamente visível quando esta está apoiada no chão. A muralha divide-se na parte anterior que é a pinça, a lateral intermediária que é designada por quartos e a secção posterior é conhecido por talão[3341].

A parte inferior do casco, denominada sola ou face plantar, apresenta uma forma côncava[3342] e o contorno da muralha projeta-se em direção ao centro do casco, formando a secção que se apelida por barras[3343].

Embora os cascos dos perissodátilos consigam muitas vezes compensar o desgaste do seu atrito com o solo por serem dotados de crescimento permanente, isto não só exige que estes estejam saudáveis, como muitas vezes o rácio do seu crescimento não consegue compensar a sua taxa de desgaste. O crescimento do casco também não tem o mesmo índice e não é sempre homogéneo, pois depende de fatores estruturais como a raça do animal e de outros conjunturais como a sua limpeza, a qualidade e regularidade da sua alimentação. No entanto, poder-se-á dizer que, em termos médios, o seu crescimento é bastante reduzido, aproximando-se de 7 mm por mês para os cavalos e de 6 mm para as mulas[3344].

Foi precisamente para prevenir um tal desgaste que, nomeadamente na esfera militar da antiguidade, se começou a tentar proteger os cascos dos perissodáctilos, envolvendo-os com vários materiais que não só procuravam minimizar um tal efeito, como tinham ainda a vantagem de permitir que o animal tivesse mais aderência ao solo. Tudo indica que os primeiros protótipos destas designadas hiposandálias, cuja utilização remontará a data anterior a Cristo, deveriam ser feitas de materiais vegetais entrelaçados que eram atados aos cascos, tendo-se depois passado para um material mais resistente como o couro. Embora sejamos confrontados com uma grande imprecisão sobre cronologia e materiais em quase todos os aspetos concernentes a este importante recurso dos equinos, tudo parece indicar que terão sido os Romanos que terão dado início à utilização de um tipo de hiposandália bem

[3340] THOMAS, 2004, p. 26.

[3341] A muralha cresce um quarto a três oitavos de polegada por mês; toda a muralha do casco pode ser substituída a cada oito a dez meses. THOMAS, 2004, pp. 194-199, 201.

[3342] THOMAS, 2004, pp. 26, 193-196.

[3343] THOMAS, 2004, p. 194.

[3344] LAMBERTI; KRIECK; SURIAN, 2012, p. 2: O desenvolvimento do casco ocorre no sentido do talão (caudal) para a pinça (cranial) com crescimento médio de 6 a 12 mm por mês, levando de nove até doze meses para se renovar completamente. A média de crescimento do casco é de 6,3 mm e 7,2 mm por mês, para os membros anteriores e posteriores, respetivamente.

mais resistente. Esta seria formada por um pedaço de couro que era lateralmente atado ao casco, mas que possuía uma placa de ferro no seu interior e que protegia toda a sua face plantar[3345]. No entanto, a admissão destes recursos remete-nos para o campo das hipóteses, pois se por um lado não temos provas de como seria a hiposandália, dever-se-á também reconhecer que a própria placa de ferro que se encontraria no seu interior, por não estar pregada no casco acabaria por causar também atrito como consequência do inevitável afrouxamento da justeza da hiposandália após percorrer alguns quilómetros.

Imagem 156 - Modelo atual de "sandália de proteção" para cascos de cavalo. [in THOMAS, 2004, p. 215].

As mudanças administrativas e as convulsões internas com reflexos na orgânica provincial viriam a ter o efeito de secundarizar, ou tornar mais imprecisa, a responsabilidade quanto às entidades públicas ou privadas que tinham a obrigação de fazer a manutenção das estradas, quer estas fossem vias importantes ou caminhos vicinais. Assim, a lentidão, ou mesmo inexistência, de arranjos e restauros causaria uma notória degradação da rede viária e a partir do início do século V poder-se-á dizer que o sistema viário sofreu mesmo um acentuado declínio[3346].

Na parte ocidental do Império, durante o Principado de Honório, muitas das que tinham sido boas estradas encontravam-se já num estado lamentável[3347], o que teria necessariamente graves implicações na rapidez de circulação das unidades palatino-comitatenses.

Segundo o relato de Cláudio Claudiano (*Claudius Claudianus*) um dos eixos viários mais importantes do Império como a Via Flamínia era então já descrita como muito empoeirada[3348] e o poeta Rutílio Namaciano (*Rutilius Namatianus*) fornece uma descrição

---

[3345] FRASER, 1934; STRASSER, 2007. Em latim *soleae ferreae*.
No Museu Britânico existe um exemplar extraordinariamente grande de hipossandália de ferro, dos séculos I a II, que foi encontrado em Londres, num estrato claramente da época romana.
https://www.britishmuseum.org/collection/object/H_1871-0714-22
Atualmente são utilizadas "sandálias de proteção" para os cascos quando estes se encontram fragilizados por qualquer anomalia. THOMAS, 2004, pp. 214-215.

[3346] TILBURG, 2007, p. 6.

[3347] CTh. 15.3.4.; TILBURG, 2007, p. 6.

[3348] TILBURG, 2007, p. 6.

ainda mais expressiva quando afirma que em 417, apenas sete anos após o saque de Roma, inúmeras estradas e pontes tinham sido propositadamente destruídas pelos bárbaros[3349].

Se a via Ápia, por ser exemplarmente empedrada, podia ainda nesta fase manter-se em razoáveis condições de utilização[3350], o abandono a que teria vindo a ser votada viria a fazer com que até ela posteriormente se tornasse pouco praticável[3351].

Nos territórios administrados pelos federados germânicos não havia preocupações com qualquer tipo de manutenção das antigas vias e ainda menos para a construção de estradas ensaibradas ou empedradas de perfil romano[3352].

Neste estado de progressiva degradação, que se terá arrastado durante séculos, a maioria das estradas teria vindo a desaparecer, dificultando a circulação e segmentando a anterior unidade do Império que se via retalhado em províncias com cada vez menos capacidade de comunicação e entreajuda. Por vezes, os vestígios das vias romanas ainda sobreviviam, ou através do desenho subjacente onde ainda se entreviam as grandes linhas retas do traçado das antigas estradas, ou de pedaços de empedrado e resquícios das suas valas de escoamento, mas até mesmo o conhecimento que as populações tinham sobre a origem romana de tais elementos acabaria por desaparecer.

[3349] TILBURG, 2007, p. 6.
[3350] PROCOP. 5.14.7-11.
[3351] TILBURG, 2007, p. 6.
[3352] TILBURG, 2007, p. 6.

CAPÍTULO 16

A GRANDE DISRUPÇÃO NÓMADA DO IMPÉRIO

16.1. A ALOMORFIA DO BAIXO-IMPÉRIO NO OCIDENTE

A partir do século IV o Império Romano assistiu a um longo processo alomórfico das suas principais estruturas e que o viria a conduzir a uma fase irremediavelmente desintegradora das principais dimensões sociopolíticas e militares que ainda se constituíam como os seus alicerces fundamentais.

O Baixo-Império Romano sofreu, quer por condicionalismos internos, quer por interferência externa, uma tão profunda transformação da sua orgânica funcional que seria inevitável que tais mudanças viessem a contribuir para uma progressiva degradação do funcionamento da grande máquina social e administrativa que este era, moldando com os seus referenciais toda a arquitetura da civilização ocidental.

Se procurássemos encontrar uma metáfora sobre o que tinha sido o funcionamento do Império, talvez fosse possível dizer-se que este foi um gigantesco relógio, onde todas as suas incontáveis peças teriam sido criadas de forma pragmática e que por isso cada uma pôde contribuir para o seu bom funcionamento durante uma história complexa recheada de metamorfoses.

Apesar de ser possível identificarmos, em diferentes momentos históricos, que o seu mecanismo teria sofrido graves abalos, poder-se-ia dizer que foi só no Baixo-Império que algumas das suas principais rodas dentadas, cremalheiras, molas, escapes, catracas, deixariam definitivamente de funcionar, partidas ou arrancadas por múltiplos fatores que só a análise permitida pelo lento "microscópio do tempo" poderia depois vir a identificar como tendo sido determinantes para a sua desintegração.

Sobre vários destes fatores já nos debruçámos ao longo deste trabalho, nomeadamente em inúmeros aspetos militares que são o nosso principal foco, onde se poderia destacar a

profunda incompreensão que se generalizou no Império Tardio quanto à extraordinária eficácia tática que tinha possuído o modelo bélico da antiga grande legião.

O que se pôde assistir a partir do século III foi um dramático desvirtuar desta capacidade de combate que tinha caracterizado anteriormente o exército romano, registando-se um enorme incremento da cavalaria, a par do entibiamento em paralelo do papel da infantaria pesada com uma cada vez maior incompreensão das vantagens táticas que eram proporcionadas pelo dinamismo da grande parede de escudos.

Nenhum outro modelo poderia vir a substituir com vantagem o esmagador impacto militar proporcionado pela coesão de uma parede de escudos munida com o gládio e o escuto que desde há muito tinham sido as suas principais armas e que, no Baixo-Império, viriam a ser abandonadas.

16.1.1. Problematização do Regimento Estratégico dos Palatino-comitatenses

A instalação definitiva de um modelo de defesa elástico sustentado pelos exércitos palatino-comitatenses comprometeu definitivamente a estabilidade e a proteção das fronteiras[3353], tornando-as muito mais permissivas, não só à entrada, mas também a movimentos pendulares em seu torno de tropas invasoras dentro e fora dos territórios imperiais.

Mesmo que fosse possível admitir-se que um exército palatino-comitatense tivesse condições de se encontrar num estado quase ideal de prontidão que permitisse dar imediata resposta a uma invasão fronteiriça, a sua intervenção exigiria uma margem temporal tão dilatada que facultaria aos agressores uma enorme liberdade para progredir impunemente pelo interior do Império[3354], pilhando, matando e destruindo.

A intervenção prática destes corpos palatino-comitatenses levanta inúmeros problemas e interrogações, não só logísticos, mas também táticos, pois o tempo que era necessário para se conseguir a mobilização e deslocação de um exército palatino-comitatense não teria, na maior parte das vezes, permitido que fosse possível realizar uma interceção direta através de um enfrentamento frontal sobre os invasores[3355].

[3353] GOLDSWORTHY, 2003, pp. 202-203.
[3354] LUTTWAK, 2016, pp. 149-166.
[3355] FERRILL, 1986, p. 49; LE BOHEC, 2006, pp. 35-36; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 544.

Assim, o tempo que era necessário para a sua intervenção forçava a que a sua missão defensiva decorresse na maioria das vezes num quadro de perseguição que estaria sujeito a ter de seguir a orientação geográfica imprevisível que os seus adversários determinassem.

Isto permite pensar que os exércitos imperiais poderiam, nomeadamente a partir do momento em que eram identificados pelos invasores como tropas romanas que vinham no seu encalço, servir até como um forte fator de aceleração do ritmo da sua marcha para o interior dos territórios imperiais.

A própria deslocação de um exército invasor pelo interior do Império poderia levantar problemas táticos relevantes na definição rápida de qual dos corpos de palatino-comitatenses ficaria com a obrigação de o intercetar[3356], bastando para provocar tal ambiguidade que a sua entrada na fronteira fosse equidistante de dois pontos onde se encontravam estacionados os corpos de palatino-comitatenses. Além disso, mesmo que pelo ponto geográfico de entrada fosse de início clara a definição de qual corpo palatino-comitatense ficaria com a responsabilidade de o eliminar, a continuação da sua deslocação pelo interior do Império poderia naturalmente levá-lo a adentrar na esfera de atuação de outro dos exércitos romanos e tornar bastante equívoca de quem se manteria a responsabilidade de o intercetar.

Caso fosse possível, apesar das mudanças de localização do inimigo, definir-se a que exército palatino-comitatense caberia uma tal responsabilidade, era então necessário que este executasse uma rápida manobra de aproximação ao adversário[3357], o que obrigaria a que todo o exército palatino-comitatense se visse na contingência de ter de executar uma apressada, mas, por isso mesmo, perigosa perseguição. Um tal tipo de manobra persecutória por parte de um grande exército, que o forçava a ter de se deslocar em marchas forçadas de forma mais rápida do que a cadência de avanço imposta pelo invasor, obrigava não só a ter de sustentar um esforço particularmente desgastante, como exigiria que os seus oficiais estivessem com redobrados cuidados quanto aos locais por onde o exército teria de se deslocar durante a perseguição[3358].

Uma tal precaução era fundamental, pois seria taticamente espectável que os perseguidos, logo após detetarem que o estavam a ser, teriam naturalmente vontade de se encaminhar para locais onde lhes fosse possível organizar uma emboscada, numa manobra que poderíamos mesmo designar como "efeito Trasimeno". Assim, tal referência aludiria ao conhecido desastre acontecido na II Guerra Púnica, em que Gaio Flamínio perseguiu as

[3356] RICHARDOT, 2001, p. 204; GOLDSWORTHY, 2003, p. 206.
[3357] RICHARDOT, 2001, pp. 76, 80-82, 109, 238.
[3358] RICHARDOT, 2001, p. 200.

tropas de Aníbal Barca numa apressada e desatenta marcha até às margens do lago com este nome, tendo-se assim incautamente colocado numa posição geotática tão desfavorável que lhe veio a custar, não só a vida, mas a destruição de todo o seu exército[3359].

De forma idêntica, também uma perseguição descuidada realizada pelos palatino-comitatenses estaria sujeita a um desastre semelhante, nomeadamente quando se sabe que muitas das estradas romanas, que naturalmente seriam as vias seguidas pelos invasores, passavam em locais que eram bastante favoráveis à concretização de emboscadas[3360].

Por seu lado, os exércitos palatino-comitatenses apresentavam um conjunto de marcados condicionalismos estratégicos, que iam desde a inexistência de um eficaz sistema de inteligência que pudesse tornar temporalmente viável a sua intervenção, se é que tal poderia ser alguma vez conseguido atendendo à rapidez do processo, até o reunir condições para conseguir gizar uma rápida e eficaz resposta tática para enfrentar os seus antagonistas.

Um sistema elástico de tais dimensões, que abrangia virtualmente toda a imensa extensão territorial do Império, constituir-se-ia sempre como um modelo pouco ágil na sua capacidade de intervenção, não só devido à dificuldade de se conseguir uma célere prontidão logística de um exército de grandes dimensões, como às grandes distâncias que seria forçado a percorrer.

Até a própria possibilidade de deslocação no terreno se veria cada vez mais comprometida, não só pelo lacunar estado de conservação da rede viária do Baixo-Império[3361], como pela crescente necessidade de reforçarem procedimentos de segurança pelo real perigo de poderem vir a sofrer emboscadas perpetradas por outros inimigos que já se encontrassem dentro dos territórios imperiais[3362].

[3359] BRADFORD, 2001, p. 180; GONZÁLEZ, 2005, (*Trasimenvs*) p. 624; CHRYSTAL, 2015, pp. 91-93; SANTOS, 2016, p. 45.

[3360] O excesso de confiança marcial que tinha exibido o exército romano no passado era tão excecional que, durante os vários séculos que assistiram à construção de grande parte da vasta rede de estradas, os critérios para a sua construção não se teriam praticamente orientado por condicionalismos militares para definir quais deveriam ser os seus melhores trajetos.
A dinamia das grandes legiões republicanas e alto imperiais era tão elevada que não parecia temer o confronto com os seus adversários sob quaisquer condições, levando a que os engenheiros romanos que traçavam as rotas das vias estivessem essencialmente preocupados em manter critérios funcionais importantes para a sua utilização, como a frontalidade e horizontalidade e não demonstrando grandes preocupações com outros condicionalismos, como o procurar evitar que esta se desenvolvesse através de um vale mais apertado ou de uma encosta de baixa cota que fosse particularmente adequada à realização de emboscadas.
GALLO, 2006, pp. 16, 29, 31-39, 50-54, 85-91, 130, 142, 148-150, 184; TILBURG, 2007, pp. 15, 20-25, 171, NARDO, 2015, pp. 23-24.

[3361] CTh. 15.3.4.; TILBURG, 2007, p. 6.

[3362] VEG. 3.6; ROTH, 1999, pp. 124, 286-287, 292-299, 310, 325; RICHARDOT, 2001, pp. 111, 125, 142, 156, 208, 218.

Além disso, os Imperadores no Ocidente tinham dificuldade para estabelecer um eficaz sistema de recrutamento[3363] e, desde o início do século IV, já mal possuíam recursos económicos para realizar o pagamento da totalidade das sobredimensionadas forças militares romanas[3364]. Se os pagamentos poderiam demorar, ou mesmo falhar, então também a qualidade da disciplina e do treino das unidades palatino-comitatenses deveria ter sofrido uma baixa, inclusive na prontidão da sua resposta às possíveis invasões.

Segundo a opinião de A. H. M. Jones, este processo teria sido tão patente que no final do século V, nomeadamente na parte ocidental do Império provavelmente já haveria pouca diferença nas competências militares entre as unidades regulares do exército romano e nas que eram proporcionadas pelos contingentes dos povos federados[3365].

A inevitável ineficácia deste sistema permitiria mesmo que muitos inimigos do Império tivessem a oportunidade de cruzar as suas fronteiras, percorrerem a seu talante distâncias consideráveis e voltarem a sair, com o resultado do seu saque, sem que viessem a ser confrontados com qualquer oposição militar.

Isto tornar-se-ia cada vez mais patente pela forma errática como se passariam a fazer as movimentações dos povos germânicos que, nas suas migrações, já não encontrariam qualquer consequência de ousarem passar o Reno ou o Danúbio e se deslocarem dentro de áreas que sabiam fazer parte do Império. As fronteiras, que antes eram encaradas como linhas de demarcação bem definidas e que todos conheciam e respeitavam, foram-se transformando em meros locais de passagem, tendo o Império cada vez menos condições para fazer sentir como infratores a todos aqueles povos que as violassem.

Os pseudodelimitadores que durante o século IV se foram vendo cada vez mais remetidos para um papel estratégico de meros informadores, nenhuma capacidade teriam de impor restrições à violação do *limes*, possivelmente desejando até que tais grupos de inimigos se afastassem rapidamente da sua área de operação, mesmo que tal significasse que estes se estariam a dirigir para o interior do Império.

Mal tendo condições de se defenderem nas suas fortificações de inimigos que surgiam cada vez mais em maior número e com mais recursos militares, conseguindo, tal como aconteceu com os Hunos, dominar com proficiência máquinas de assédio[3366], os

[3363] RICHARDOT, 2001, pp. 16, 63-73, 81, 90, 293, 296, 343.
[3364] AMM. 20.11.5, 28.6.12; FERRILL, 1986, p. 153; JONES, 1990, v. I, pp. 612-613; LE BOHEC, 2006, p. 180.
[3365] FERRILL, 1986, pp. 67, 83; JONES, 1990, v. I, pp. 200-202, 612-613.
[3366] THOMPSON, 2004, pp. 76, 159, 269; MATYSZAK, 2009, p. 253; KELLY, 2010, pp. 111-112, 123, 210, 224; PETERSEN, 2013, pp. 46-48.

pseudodelimitadores deveriam cada vez mais ter procurado permanecer numa verdadeira autarcia militar e económica. Para estes, o Império resumir-se-ia cada vez mais apenas à sua fortaleza e aos territórios circundantes que de algum modo estariam diretamente ligados às condições materiais da sua sobrevivência, provavelmente interessando-lhes pouco o que estaria a acontecer na política de um longínquo governo central ou o que se passava de militarmente preocupante numa outra qualquer província.

A antiga noção de que se pertencia a uma grande unidade imperial já há muito que se deveria encontrar a esbater, como consequência do seu isolamento e da precariedade da sua própria situação marcial. Este sentimento de isolamento e abandono seria um traço cada vez mais marcante de todos os Romanos que enfrentavam as profundas transformações desta época de falência das instituições.

Como poderiam os contingentes de pseudodelimitadores ainda sentir-se parte de um Império quando sabiam que era mais que provável que a resposta a um seu pedido de ajuda militar não fosse sequer atendido ou então levasse semanas a concretizar-se? Como poderiam os pseudodelimitadores sentir-se ainda parte de um Império onde a intervenção dos palatino-comitatenses não surgia como a de tropas imperiais que fraternalmente os vinham auxiliar a livrarem-se de um assédio, mas cujo único objetivo militar era apenas o tentar evitar que mais um grupo de "bárbaros hostis" adentrassem os territórios do Império?

Não era plausível que pudesse subsistir uma ideia de eficaz estratégia militar imperial num contexto em que a função dos exércitos palatino-comitatenses não ia para além do correr precipitadamente em perseguição de invasores na tentativa de os eliminar ou fazer recuar para lá dos limites do Império. Depois dos inúmeros dias de deslocação que dispunha um invasor, a fronteira onde se dera a sua entrada poderia já, aliás, ter ficado a grande distância na sua retaguarda, o que implicaria que os palatino-comitatenses teriam grande dificuldade para os expulsar dos territórios imperiais.

Poderemos mesmo questionar se os efeitos de uma prolongada perseguição ou mesmo o embate militar com os guerreiros destes grupos invasores que eram muitas vezes compostos por grande diversidade de indivíduos, onde além dos seus homens de armas vinham muitas vezes também mulheres, crianças e velhos, não teria como consequência, quando era notada a proximidade dos exércitos romanos, uma generalizada tentativa de fuga com uma dispersão em grupos menores que se disseminavam por múltiplas vias e regiões dos territórios imperiais?

Que ordens superiores teriam os exércitos romanos quanto ao comportamento tático que deveria ser adotado quando um grupo invasor se dividia e se infiltrava no seio do Império

por diferentes vias? Teriam os exércitos palatino-comitatenses a dinâmica que lhes permitisse desmultiplicarem-se em grupos mais pequenos para encetar diferentes perseguições em simultâneo ou deveriam manter a sua grande unidade tática?

Deveremos mesmo levantar a questão se, na prática, seria possível que um exército palatino-comitatense reunisse condições de conseguir a expulsão da totalidade, ou mesmo de uma parte substancial, dos membros de um grande grupo migratório. Os palatino-comitatenses, após os terem derrotado militarmente, dar-se-iam ao trabalho de acompanhar os sobreviventes até à fronteira para se certificarem da sua saída? Seria isto viável quando muitas vezes poderia implicar uma prolongada deslocação ao longo de vários dias? Ou será que os exércitos palatino-comitatenses teriam ordens de fazer grandes massacres sobre estas populações migratórias? Haveria condições logísticas de os tornar a todos escravos e distribuí-los por diferentes mercados ao longo do Império?

Os relatos que nos chegaram sobre a sua atuação são demasiado fragmentários para que se possa responder com segurança a estas questões práticas, mas certamente as duas últimas hipóteses parecem ser as que teriam maior exequibilidade.

Seria, pois, de admitir que os exércitos palatino-comitatenses, com os condicionalismos de tempo e limitações na sua capacidade de movimento se pudessem alguma vez constituir como um sistema defensivo minimamente eficaz, nomeadamente nesta problemática conjuntura em que constantemente se verificavam novas tentativas de penetrar nos territórios do Império.

Quer para os povos exteriores, quer para os próprios habitantes do Império, a cada vez mais frequente e impune circulação que se teria incrementado durante o século IV entre os dois lados da fronteira teria resultado na perda cada vez mais pronunciada de um sentimento de pertença a uma unidade imperial com uma clara expressão territorial. No início do século V o Império tende já para se fragmentar, dividindo-se, regionaliza-se, autoadministra-se, e vai perdendo a sua coesão espiritual e os recursos administrativos, com grandes agrupamentos de povos a criarem os seus espaços próprios e a circularem já a seu talante dentro do seu território.

16.1.2. Consequências da Dimidiação Teodosiana do Império

Em 395, Teodósio infligiu ao Império Romano o que se poderia considerar como um dos mais duros revezes na coesão da sua estrutura, ao tê-lo dividido definitiva e oficialmente

entre os seus filhos Arcádio e Honório[3367]. O já tão debilitado "corpo do Império" viu-se assim privado da última característica que o afirmava ainda como uma realidade identitária política e social, pois as suas partes seguiriam, a partir de então, destinos irreconciliáveis e distintos.

Imagem 157 - Relevo, em prata, representando Teodósio, o Grande (379-95) [in FERRILL, 1986, p. 106].

Cortado ao meio, o Império passaria a existir em duas dimensões sociais e culturais que se afastariam cada vez mais e se tornariam mesmo entidades políticas inconciliáveis. Quando, apenas 11 anos depois, em 31 de dezembro de 406, os povos germânicos se derramaram livremente sobre a Gália cruzando a fronteira do Reno[3368], a definitiva desagregação do Ocidente estava consumada, pois o Império não mais viria a ter condições de os expulsar e reinstalar novamente a segurança fronteiriça.

Imagem 158 - Busto de mármore do imperador oriental Arcádio (377-408). Museu Arqueológico de Istambul, Turquia. [in ARCE, 2018, entre as pp. 97 e 98].

Em 393, o imperador Teodósio (346-395; r. 378-395), que reinava como único imperador, decidiu atribuir aos seus dois filhos, Arcádio (377-408; r. 395-408)[3369] e Honório (384-423; r. 395-423)[3370], os cargos de Augusto e elevá-los a corregentes, respetivamente, da parte oriental e ocidental do Império[3371]. Após a sua morte em 17 de janeiro de 395, ambos se tornariam os monarcas das respetivas partes, mas qualquer deles tinha ainda precoce idade para assumir tais responsabilidades, tendo Arcádio 18 anos e Honório apenas 10[3372].

Para os auxiliar na tarefa da governação, Teodósio deixou Flávio Estilicão, o mestre dos soldados (*magister militum*) como tutor do mais novo[3373], enquanto

[3367] FERRILL, 1986, p. 76; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 337; HUGHES, 2010, pp. 79-81.
[3368] FERRILL, 1986, p. 99-100; MONTEIRO, 2014, p. 137.
[3369] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 99.
[3370] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p. 442.
[3371] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 333-334; HUGHES, 2010, pp. 69, 75; MCEVOY, 2013, pp. 83, 138.
[3372] FERRILL, 1986, p. 86; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 335; MCEVOY, 2013, pp. 141-142.
[3373] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, pp. 853-858; FERRILL, 1986, pp. 86-87; WARD-PERKINS, 2005, p. 33; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 365; HUGHES, 2010, p. 73; MCEVOY, 2013, p. 140.

Arcádio, na parte oriental, ficaria sob a tutoria do cônsul Flávio Rufino que era outro dos homens de confiança do imperador[3374].

Esta divisão política formal do Império em duas esferas distintas de influência tornar-se-ia um dos principais fatores que viriam a potenciar a rápida desagregação da unidade das suas estruturas. Isto empurrou o Império para dois blocos independentes, fazendo com que não só se estabelecesse uma difícil comunicação entre eles, como viria, a partir de então, a provocar uma permanente animosidade que se manifestaria, já sem freio, nos conflitos subliminares resultantes da ambição dos membros das respetivas cortes[3375].

Imagem 159 - Representação do imperador Honório, numa placa de marfim, de 406 d.C. Veste uma elaborada armadura, segura um orbe encimado por uma Vitória e um estandarte com as palavras "Em nome de Cristo, que sejas sempre vitorioso" [in WARD-PERKINS, 2005, p. 54].

A desatenção teodosiana sobre as funestas consequências que seriam o resultado desta sua opção, torná-lo-ão, para a análise histórica, um monarca que terá demonstrado uma profunda incompreensão da problemática conjuntura pela qual passava o Império, não só já muito fragilizado do ponto de vista militar depois do desastre na Batalha de Adrianopla[3376], como também pela dramática situação económica e social que tendia a agravar-se[3377].

Além disto, seria já de prever que o Império entraria numa fase particularmente exigente atendendo ao permanente fluxo de chegada das tribos hunas e também ao papel

[3374] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, pp. 778-781; FERRILL, 1986, p. 90; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 365; HUGHES, 2010, p. 91.
[3375] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 337.
[3376] EGGENBERGER, 1985, (*Adrianople* II), pp. 4-5; MACDOWALL; GERRARD, 2001; RICHARDOT, 2001, pp. 271-291; GONZÁLEZ, 2005, (*Hadrianopolis* III), pp. 213-214; MONTEIRO, 2014, pp. 109-140. Consultar Anexo 3 deste trabalho.
[3377] FERRILL, 1986, pp. 64-67.

desestabilizador que já estavam a ter os Visigodos de Alarico[3378] com o seu comportamento errático dentro das fronteiras do Império.

Não teria Teodósio conseguido antever que a tenra idade dos filhos, bem como a sua fraca disposição de carácter[3379], levaria a que a demarcação de uma dicotomia política entre Oriente e Ocidente seria a causa de um enfraquecimento de toda a estrutura governativa do Império e um alfobre de tentativas de usurpação?

Um clima de grande hostilidade surge logo após a sua morte, nomeadamente entre os dois Flávios, Estilicão e Rufino, dois dos principais protagonistas políticos e de quem se pode dizer que viriam momentaneamente a tomar as rédeas do poder pela sua influência direta sobre os dois imperadores.

Imagem 160 - Díptico de marfim representando Estilicão e Flávia Serena, tendo a seu lado o filho Euquério (c. 395). Museu da Catedral de Monza, Itália. [in ARCE, 2018, entre as pp. 97 e 98].

Flávio Estilicão, por quem Teodósio teria desenvolvido grande consideração, ao ponto de o ter tornado um membro da sua família, dando-lhe a sua sobrinha Serena como esposa[3380], era, como se viria a provar, um comandante de grande competência militar[3381].

[3378] Após a batalha de Adrianopla, Teodósio, que foi logo depois elevado ao cargo de imperador da parte oriental do Império por Graciano, compreendeu que a única forma de conseguir alguma estabilidade governativa era a rápida assinatura de uma paz com os Godos a fim de minimizar a sua hostilidade, tendo conseguido, em 382, estabelecer um tratado com os Tervíngios, que formavam parte substancial do povo godo e que viriam mais tarde a ficar conhecidos como Visigodos (sobre a questão de os Tervíngios serem chamados de Visigodos, fazendo equivaler estes clãs do século IV aos posteriores reinos dos séculos V e VI, consultar MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 29-31, bem como o subcapítulo 16.5., deste trabalho). Este tratado torná-los-ia súditos do Império com o estatuto de federados, tendo recebido como terras suas a parte norte das dioceses da Dácia e da Trácia, embora estas continuassem a ser consideradas como parte inalienável dos territórios do Império. FERRILL, 1986, pp. 69,90; MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 84-85; HUGHES, 2010, p. 59.
Enquanto se mantivessem nas províncias atribuídas, os federados usufruíam de grande autonomia na sua governação, podendo administrá-las com as suas leis e costumes particulares, mas ficando obrigados a dar, como contrapartida, auxílio militar sempre que este fosse convocado. FERRILL, 1986, p. 69.
Note-se também que é possível, atendendo à data em que este tratado foi assinado, que estivesse já a diminuir ou mesmo já tivesse desaparecido, a influência antirromana de Fritigerno, o carismático chefe godo que os conduziu à vitória em Adrianopla, pois este teria morrido precisamente neste ano.

[3379] FERRILL, 1986, p. 86; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 365; HUGHES, 2010, p. 75.

[3380] JONES, 1990, v. I, p. 174; WARD-PERKINS, 2005, p. 33; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 366; HUGHES, 2010, pp. 48-50; MCEVOY, 2013, p. 140.

[3381] FERRILL, 1986, pp. 88-89; GOLDSWORTHY, 2010a, p.365.

Embora de ascendência vândala[3382], Estilicão era plenamente um romano, detentor de uma vasta cultura, dominando bem o latim, o grego e o germânico e sabendo movimentar-se bem nos complexos meandros da corte. Provavelmente, procurando aproveitar a conjuntura que teria surgido com a morte de Teodósio, Estilicão afirmou que, mesmo antes de morrer, o imperador lhe tinha dado a incumbência de não só orientar o seu filho Honório no Ocidente, mas que o incumbira de estender tal tutoria também ao seu filho Arcádio[3383], sem possuir, no entanto, qualquer prova escrita ou testemunhal de que o imperador demonstrara tais desejos no seu leito de morte[3384].

Face a um tão descredibilizante episódio, Estilicão viria a ser naturalmente acusado de pretender, sem qualquer legitimidade, dominar o poder imperial ao querer controlar ambos os monarcas, o que, não só viria a gerar uma permanente inimizade com toda a corte oriental do Império, como seria acusado de procurar encontrar um modo de colocar no trono o seu próprio filho Euquério[3385].

A partir de então o universo político passaria a ser dominado por uma permanente tensão causada por boatos e acusações mútuas que eram urdidos nos recantos esconsos dos palácios por todo o Império, entre os defensores de Estilicão e os seus inúmeros inimigos, o que criaria um instável clima de suspeição que viria a fazer inúmeras vítimas.

Durante o período subsequente à morte de Teodósio, à semelhança do que acontecera com Estilicão no ocidente do Império, Rufino tomou as rédeas do poder no oriente romano, tendo conseguido congregar uma enorme influência sobre o imperador Arcádio[3386].

[3382] WARD-PERKINS, 2005, p. 33; GOLDSWORTHY, 2010a, p.365; HUGHES, 2010, p. 48; MCEVOY, 2013, p. 141.

[3383] FERRILL, 1986, p. 87; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 366; HUGHES, 2010, p. 75.

[3384] Deveremos até salientar a estranheza que causa a incauta afirmação de Estilicão de que o imperador nos últimos momentos da sua vida o teria incumbido de fornecer também uma orientação política ao seu filho Arcádio, não só devido a este ter mais idade, como ter-se-á de admitir que se esta tivesse sido realmente a sua vontade, teria deixado alguma disposição testamentária nesse sentido, o que não se verificou.
Se, no entanto, um tal desejo tivesse surgido de supetão apenas nos últimos estertores da vida de Teodósio, não tendo sequer sido assim possível dar-lhe atempadamente o estatuto de letra de forma oficial, naturalmente que Estilicão, cortesão bem entrosado nas dinâmicas da corte, saberia bem que teria que ter pelo menos convocado à presença do moribundo algumas testemunhas relevantes para que pudessem, após a sua morte, secundar esta sua afirmação. Ora, não sendo este o caso, não é possível compreender como este importante comandante romano teve a coragem de afirmar em público, sem qualquer prova, que esta teria sido a sacrossanta vontade do imperador, quando ele próprio seria o seu principal benificiário. Naturalmente que um tão lamentável episódio teria deixado bem patente ante todo o Império, não só o carácter problemático do seu comportamento, como a sua desbragada ambição. Se admitirmos, por hipótese de trabalho, que Estilicão pudesse estar a falar a verdade, então não é compreensível que um homem com uma tão vasta experiência política se tenha deixado enredar numa situação tão comprometedora sem ter qualquer salvaguarda sobre a veracidade da sua afirmação. HUGHES, 2010, pp. 75-77, 85; MCEVOY, 2013, pp. 142-143.

[3385] FERRILL, 1986, p. 101; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 377.

[3386] FERRILL, 1986, p. 90; HUGHES, 2010, p. 93.

Uma sucessão de inesperadas dificuldades militares teria então surgido, quando ainda em 395, procurando aproveitar a fragilidade política causada pela morte de Teodósio, Alarico, o rei godo que desde a batalha do Rio Frígido[3387] revindicava mais protagonismo nas estruturas militares do Império, saqueou com os seus Visigodos as províncias da Trácia[3388].

Juntando todas as tropas romanas disponíveis, onde se incluíam vários contingentes das tropas romanas orientais, que estavam ainda no ocidente, Estilicão formou um grande exército e avançou contra Alarico[3389].

Esta bem-sucedida campanha do comandante romano contra os Visigodos teria, no entanto, despertado na corte de Constantinopla, nomeadamente no seu jurado inimigo Rufino, o receio de que o comandante militar do ocidente conseguisse aproveitar a grande manobra militar e, avançando em direção ao Bósforo, pudesse impor a sua vontade diretamente sobre a política de Constantinopla. Receoso de uma tal possibilidade, Rufino faz com que Arcádio ordene às tropas orientais, que ainda não tinham retornado depois de terem participado na batalha do rio Frígido e que formavam uma parte substancial do exército de Estilicão, que retornassem de imediato ao Oriente[3390], o que terá tido como consequência que Alarico não viesse a ser definitivamente derrotado[3391].

As contundentes críticas de Rufino, o prefeito do pretório do Oriente, quanto às pretensões e ânsia de poder de Estilicão, teriam levado a que se murmurasse, ainda no ano da morte de Teodósio, que este último seria o responsável pelo assassinato de Rufino, em novembro de 395. Constava que, para tal, teria sido contratado Gainas, um mercenário godo[3392], mas tudo isto se murmurava sem que existisse qualquer prova cabal. No entanto, Rufino, de carácter intempestivo e atreito a conflitos, poderia ter sido mandado matar por

---

[3387] FERRILL, 1986, pp. 71-74; GONZÁLEZ, 2005, 5-6 de setembro de 394 d. C. (*Frigidvs*), pp. 201-202; WARD-PERKINS, 2005, p. 30; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 334; HUGHES, 2010, pp. 65-69; MCEVOY, 2013, p. 154.

[3388] FERRILL, 1986, p. 90; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 366-367; MCEVOY, 2013, p. 154.

[3389] FERRILL, 1986, p. 89; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 365, 367; HUGHES, 2010, p. 163.

[3390] FERRILL, 1986, p. 91; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 367; HUGHES, 2010, pp. 166, 172; MCEVOY, 2013, pp. 154-155.

[3391] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 367; HUGHES, 2010, pp. 168-169.
É muitas vezes referida a estranheza que rodeia este episódio por supostamente não ser compreensível que Estilicão tenha permitido que uma parte tão substancial do exército que conseguiu mobilizar contra Alarico tenha partido de súbito para o Oriente abandonando a importante campanha que estava a realizar. Todavia, este facto deveria ser causado por uma inevitabilidade que ultrapassava a vontade do comandante ocidental, pois as cadeias de comando pertenciam certamente às estruturas militares do Oriente e uma ordem exarada de Arcádio teria naturalmente que ser obedecida.

[3392] FERRILL, 1986, p. 92; GOLDSWORTHY, 2010a, p.367; HUGHES, 2010, p. 169, 172-174.

qualquer outro dos seus muitos inimigos, alguns deles de grande proeminência no Oriente, como o próprio eunuco e ministro imperial Eutrópio[3393].

Dois anos depois, em 397, Estilicão teria de enfrentar outros desafios políticos e militares já claramente causados pela rivalidade entre as duas partes do Império, como a revolta do governador da África, o conde Gildão, contra o governo de Honório[3394], o que teria como consequência uma grave crise no abastecimento de cereais em Roma[3395]. Este último, embora hierarquicamente pertencesse ao Império de Ocidente, acaba por se declarar como aliado do governo oriental de Arcádio, tendo possivelmente sido manipulado pelo seu arguto ministro Eutrópio[3396]. Declarado como inimigo público, Gildão viria a ser derrotado pelo seu próprio irmão Mascezel[3397], enquanto Estilicão voltava a combater contra Alarico na Macedónia, tendo o visigodo, mesmo depois de vencido, conseguido de novo eximir-se à sua captura[3398].

Embora nunca tendo conseguido uma batalha decisiva contra Alarico, o que levanta algumas suspeitas quanto à sua verdadeira intenção de o eliminar, é possível que Estilicão se tenha visto forçado a ter que travar mais duas grandes batalhas com os Godos em 402[3399], o que seria bem uma antecipação da permanente destabilização que os Godos iriam provocar e que viria a culminar em 410 com o saque da urbe eterna[3400].

Torna-se, aliás, incompreensível como Estilicão não terá tido consciência das funestas consequências que poderia ter esta luta contra Alarico num momento tão particularmente difícil para a estabilização política do Império[3401], nomeadamente ao sentir a grande

---

[3393] JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1971, p 318; GOLDSWORTHY, 2010a, p.367; HUGHES, 2010, p. 93.

[3394] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368; HUGHES, 2010, pp. 195-216; MCEVOY, 2013, p. 156.

[3395] FERRILL, 1986, p. 93; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368; HUGHES, 2010, pp. 84, 198; MCEVOY, 2013, pp. 157-158.

[3396] ZOS. 5.11.1-2; FERRILL, 1986, p. 93; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368; HUGHES, 2010, p. 192.

[3397] FERRILL, 1986, p. 94; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368; HUGHES, 2010, pp. 202-210; MCEVOY, 2013, p. 158. Compreendendo que não poderia escapar e que certamente seria capturado, Gildão terá cometido suicídio.

[3398] FERRILL, 1986, p. 93; GONZÁLEZ, 2005, (*Alphevs* II), p. 34; HUGHES, 2010, pp. 188-192; MCEVOY, 2013, p. 155.

[3399] MCEVOY, 2013, pp. 170-171.
Estilicão enfrentou Alarico numa grande batalha no domingo de Páscoa de 402 d.C. FERRILL, 1986, p. 96; GONZÁLEZ, 2005, (*Pollentia* II), p. 535.
Em julho ou agosto do mesmo ano verificou-se novo enfrentamento. GONZÁLEZ, 2005, (*Verona* IV), p. 640.

[3400] FERRILL, 1986, p. 86.

[3401] Por vezes afirma-se que Estilicão poderia ter a intenção de utilizar os Godos como seus aliados pessoais contra a oposição crescente que já se fazia sentir entre as duas partes do Império. No entanto, neste caso teríamos de admitir uma patente incapacidade do tutor de Honório relativamente a captar a "agenda política" de Alarico, pois a este, que estava empenhado em ser reconhecido como um dos principais protagonistas políticos e militares dentro das estruturas do Império, não lhe deveria parecer relevante qual das partes o elevaria a tal estatuto. Todo o seu comportamento à frente dos seus guerreiros godos foi errático

hostilidade que nutria a corte oriental sobre o que poderia ser o seu papel na governação do Império.

Se a ambição militar de Alarico o tinha vindo a tornar um protagonista problemático no novo contexto político, ele estaria de qualquer modo bem mais próximo de poder vir a negociar uma paz e aceitar os cânones da governação imperial, do que alguma vez seria possível ser feito com qualquer um dos outros povos germânicos que procuravam nesta fase forçar as fronteiras do Império.

A grande ambição do chefe visigodo era a de fazer oficialmente parte da hierarquia militar imperial e não o continuar a lutar contra ele[3402], destruindo a força do que ele próprio queria possuir. Talvez toda esta circunstancialidade nos possa legitimar a consideração de que a grande competência bélica que Estilicão frequentemente demonstrou não estaria acompanhada por uma capacidade diplomática equivalente, ou até mesmo da mera compreensão do perfil comportamental dos seus adversários[3403]. Se ele, apesar de poder considerar que Alarico não seria merecedor, tivesse atribuído a Alarico o cargo militar que ele pretendia, como este viria mesmo a conseguir posteriormente[3404], teria sido possível ter mobilizado os Godos como úteis auxiliares federados e contar com a sua ajuda para defender as fronteiras ocidentais que, aliás, entrariam em total rotura logo no final do fatídico ano de 406.

Para manter este ambíguo conflito com o chefe godo, Estilicão ver-se-ia obrigado a desguarnecer notoriamente as fronteiras da Gália, retirando grande parte das tropas que estavam estacionadas no alto Reno[3405].

Mas se as águas correntes deste rio assinalavam, desde há séculos, a demarcação do *limes* entre os territórios da Gália e da Germânia Exterior, elas também se transformavam, nos invernos mais frios, numa "extensa e convidativa ponte" de entrada para o Império, ao se verem cobertas por uma sólida capa de gelo[3406], que ante a ingente desproteção militar

---

e possivelmente a sua insistência na destabilização da parte ocidental resultaria, antes de mais, da sua compreensão de que a cidade de Constantinopla, com as suas robustas muralhas, estaria bem mais fora do âmbito da sua capacidade militar. Note-se que o saque que impôs posteriormente a Roma, que tinha menor capacidade defensiva do que a capital bizantina, não foi conseguido por um forte assalto às suas muralhas, mas antes por um demorado cerco cujo condicionamento que provocou na urbe teria levado a que surgisse um anónimo ato desesperado que fez com que alguém abrisse as portas -às suas tropas.

3402 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 367.
3403 FERRILL, 1986, p. 87.
3404 FERRILL, 1986, p. 95; MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 86; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368.
3405 FERRILL, 1986, p. 98; HUGHES, 2010, p. 176.
3406 FERRILL, 1986, pp. 99-100.

que já se verificava, permitiu que assim se derramassem pelos territórios do ocidente inúmeros povos que destruiriam a já fraca estrutura social e administrativa do Ocidente[3407].

As picardias militares entre as duas partes do Império continuariam logo depois, ainda em 407, tendo Estilicão perdido as esperanças de convencer Alarico a atacar e controlar a província da Ilíria Oriental que estava abusivamente a ser administrada pelo Império Romano do Oriente[3408].

Nesta conjuntura, a Gália teria permanecido num verdadeiro caos, o que teria favorecido uma tentativa de usurpação de Constantino III[3409], o governador da Britânia, enquanto Alarico faria pressão sobre os territórios italianos, exigindo mais uma vez um cargo militar romano, ou um pagamento, como recompensa pelos seus serviços[3410]. Como esta foi recusada pelo Senado, que o apodou de inimigo do Império, o chefe godo, invadiu novamente a Itália com os seus 40.000 Godos em 408[3411], como já o tinha feito em 401-402[3412], mas desta vez com a intenção de saquear Roma, embora esta já tivesse perdido muito do seu capital político e administrativo, não se pudendo já considerar como a capital do Império do Ocidente. Embora ainda com grande peso simbólico, a cidade já não era, no entanto, a residência oficial do imperador desde 286, quando Diocleciano optou por se instalar em Milão[3413]. O seu papel tinha-se entibiado ainda mais quando, em 402, o pusilânime imperador Honório, tinha preferido deixá-la deslocando a sua corte para um local com maiores condições de segurança, como era a quase inexpugnável cidade de Ravena[3414], pois esta apresentava uma situação geográfica defensiva particularmente privilegiada ao se encontrar cercada de pântanos e com um grande porto virado para o Adriático que podia albergar mais de 200 navios e que proveria ao seu abastecimento em caso de assédio[3415].

Desde a morte de Teodósio que as intrigas se sucediam, urdidas e fomentadas pelos mais influentes protagonistas de ambas as cortes, quer estas se desenvolvessem no domínio

[3407] Na noite de 31 de dezembro de 406, uma coligação de Vândalos, Alanos e Suevos cruza a fronteira gelada do Reno, em direção à Mogúncia. MCEVOY, 2013, p. 176; MONTEIRO, 2014, p. 137.
[3408] HUGHES, 2010, p. 178.
[3409] FERRILL, 1986, pp. 100-101; MCEVOY, 2013, p. 177.
[3410] MCEVOY, 2013, p. 178.
[3411] FERRILL, 1986, pp. 102-103; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 377; HUGHES, 2010, p. 457.
[3412] Em novembro de 401, Alarico marchou com os Visigodos para Itália, até Milão. FERRILL, 1986, p. 95; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 369-370; MCEVOY, 2013, p. 170.
[3413] FERRILL, 1986, p. 92; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 210, 342, 481; KELLY, 2010, p. 20.
[3414] FERRILL, 1986, p. 99; KELLY, 2010, p. 20; MCEVOY, 2013, p. 170.
[3415] FERRILL, 1986, p. 99; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 417.

político, quer fossem de carácter pessoalmente difamatório, com Estilicão, por exemplo, a ter sido atacado pela sua origem não exclusivamente romana e também pela sua insistência em manter o seu herege credo ariano num contexto religioso que estava dominado pelo catolicismo niceno[3416].

Imagem 161 - Navios no porto de Ravenna representados num mosaico da Basílica de Santo Apolinário Novo. Protegida por pântanos e facilmente reabastecida por mar, Ravenna tornou-se a capital dos últimos imperadores romanos e dos reis ostrogodos. Os Ostrogodos construíram uma marinha, mas nunca foram capazes de igualar o poder marítimo vândalo ou romano. [in MACDOWALL, 2017, páginas entre pp. 70-71]

As perigosas cabalas teriam atingido nesta fase um verdadeiro paroxismo de consequências, levando a que se disseminassem traições tão moralmente condenáveis, como a que aconteceu com o próprio Estilicão que, em 408, teria elevado um tal Olimpiodoro ao cargo de mestre dos escrínios na parte ocidental do Império[3417]. No entanto, tudo parece indicar que assim que este foi instalado neste cargo, Olimpiodoro teria começado imediatamente a espalhar uma série de boatos[3418] em que acusava o comandante romano de ter planejado o assassinato de Rufino e que estaria a conspirar com Alarico de modo a colocar no trono oriental o seu filho Euquério[3419]. Nesta sequência, Olimpiodoro terá conseguido incitar uma grande rebelião militar em Ticino onde muitos dos oficiais que deviam seus altos postos a Estilicão foram assassinados[3420] e, com o pretexto de sofrear uma rebelião no Ocidente, ordenou com o beneplácito de Honório, que o prendessem por traição quando este se deslocou a Ravena[3421].

Segundo Zósimo Estilicão teria chegado a Ravena, onde viria a ser feito prisioneiro[3422], embora tivesse boas condições para poder evitar a sua prisão através de uma sublevação das tropas que lhe eram fiéis, não tendo, no entanto, optado por o fazer[3423]. Seria executado em

[3416] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 365.
[3417] MCEVOY, 2013, p. 182.
[3418] JONES, 1990, v. I, p. 175.
[3419] MCEVOY, 2013, p. 182.
[3420] MCEVOY, 2013, pp. 182-183.
[3421] FERRILL, 1986, p. 93; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 377; MCEVOY, 2013, p. 184.
[3422] ZOS. 5.30.1-2, 5.32.5-7, 5.34.2.
[3423] FERRILL, 1986, p. 101; MCEVOY, 2013, pp. 180, 184.

22 de agosto de 408[3424], pouco antes do seu filho Euquério[3425], vítima da referida conjura urdida por Olimpiodoro, deixando vacante, com a sua morte, o lugar que tinha ocupado com proficiência, de um comandante militar competente e esforçado que podia ter conseguido ainda impor alguma ordem na parte ocidental do Império. A sua execução causou em toda a Itália uma reação violenta contra os soldados auxiliares federados que passariam a ser considerados como potenciais traidores, que se viria a estender também, numa brutal senha de morte, contra as suas famílias, tendo as suas mulheres e filhos sido assassinados aos milhares[3426]. Poder-se-ia mesmo perguntar em que nova disruptiva etapa da sua existência teria entrado o Império neste início do século V, ao permitir, senão incitar, as populações a um tão grande massacre, que além de não estar justificado por razões inequívocas, foi perpetrado de forma massiva.

Isto teria como consequência naturalmente a posterior revolta generalizada das tropas germânicas, quer estes estivessem a servir no exército regular, quer fossem tropas auxiliares. Muitos dos guerreiros federados, então já sem lugar no contexto do Império e possivelmente com sede de vingança sobre a terrível chacina que ocorreu sobre as suas famílias, iriam engrossar as tropas do exército visigótico de Alarico[3427].

Poder-se-ia mesmo perguntar em que nova disruptiva etapa da sua existência teria entrado o Império neste início do século V, ao permitir, senão incitar, as populações a um tão grande massacre, que além de não estar justificado por razões inequívocas, foi perpetrado de forma massiva.

Aproveitando a caótica conjuntura, o chefe godo não hesitou em atravessar os Alpes, descer sobre a Península Itálica e depois de a devastar a norte, deu início aos cíclicos cercos de Roma em 408[3428], 409[3429] e 410[3430].

Tendo Honório reconhecido a partir de então os altos serviços prestados por Olimpiodoro ao Império ao ter conseguido debelar a putativa traição de Estilicão, este adquiriu estatuto suficiente para se tornar uma figura central na política ocidental[3431] e, tendo

[3424] ZOS. 5.34.4-5; WARD-PERKINS, 2005, p. 33; MCEVOY, 2013, p. 153.
[3425] FERRILL, 1986, p. 101; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 377; MCEVOY, 2013, p. 184.
[3426] FERRILL, 1986, p. 102; WARD-PERKINS, 2005, p. 34.
[3427] FERRILL, 1986, p. 102; WARD-PERKINS, 2005, p. 34; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 377.
[3428] FERRILL, 1986, p. 102-103; HUGHES, 2010, p. 457.
[3429] FERRILL, 1986, p. 104.
[3430] Roma é tomada e saqueada pelos Godos durante três dias (25, 26 e 27 de agosto). FERRILL, 1986, p. 113; MONTEIRO, 2014, p. 137.
[3431] FERRILL, 1986, p. 102.

sido elevado a mestre dos ofícios, instalou em altos cargos da administração homens da sua confiança, como Vigilâncio e Turpilião[3432].

Embora possa ser historiograficamente problemático considerar-se que se pode ter algum grau de conhecimento sobre as motivações que modelariam determinados factos políticos, nomeadamente num contexto onde se pode observar uma tão marcada tendência para comportamentos estritamente orientados pela pura ambição pessoal e por uma ausência de valores éticos, seria possível admitir-se que Olimpiodoro, possivelmente bem consciente dos ínvios caminhos que levavam ao poder, se teria tentado precaver de forma a que nada pudesse fazer perigar o seu alto estatuto dentro da corte de Honório.

Deveria, neste sentido, ter estado bastante atento a que não se desse a ascensão de outros protagonistas políticos, pois logo no ano seguinte (409), quando o Senado de Roma e Alarico teriam chegado a um acordo para pôr fim ao cerco visigótico a Roma, Olimpiodoro teria evitado que o acordo fosse ratificado, pois isso poderia acarretar transformações políticas que levariam a enfraquecer o papel determinante da corte de Ravena. Segundo Zósimo, Olimpiodoro teria conseguido até nomear dois dos emissários senatoriais, Ceciliano e Prisco Átalo, que boicotariam essas negociações[3433], tendo depois, para enfraquecer a força dos Godos, atacado em Pisa com um grupo de 300 mercenários hunos as tropas de Ataúlfo, que iriam reforçar Alarico, onde seriam chacinados mais de mil desses guerreiros[3434].

No entanto, é possível que Olimpiodoro viesse a ser vítima do próprio ambiente de traição que fomentara, pois Zósimo afirma que este teria sido inesperadamente demitido pouco depois por influência dos eunucos da corte de Honório, tendo conseguido fugir para a Dalmácia[3435]. É possível que Olimpiodoro, em 410, tenha ainda voltado ao cargo de mestre dos ofícios, porém terá sido novamente demitido e desta vez condenado à morte por ordem do cônsul Flávio Constâncio, aparentemente ao ter sido descoberto o seu pérfido papel na morte de Estilicão[3436].

Todavia, o panorama da corte de Constantinopla não era mais recomendável, pois após a assassínio de Flávio Rufino, o novo conselheiro de Arcádio[3437], o ambicioso eunuco

[3432] ZOS. 5.36.3; JONES, 1990, v. I, p. 175.
[3433] ZOS. 5.44.1-2.
[3434] ZOS. 5.45.6.
[3435] ZOS. 5.46.1; JONES, 1990, v. I, p. 175.
[3436] FERRILL, 1986, p. 104.
[3437] Arcádio era um imperador particularmente preocupado com o desenvolvimento das questões religiosas e em demonstrar a todos a sua profunda devoção cristã, mas pouco atreito à administração dos assuntos políticos e militares. Dinâmico na defesa dos valores cristãos, promulgou inúmeras leis ao longo do seu principado contra a heresia e o paganismo, ordenando até que todos os templos não cristãos fossem demolidos.

Eutrópio, viria a ocupar o seu lugar[3438], tendo ainda conseguido congregar mais prestígio e poder por ter reunido as condições para levar a cabo a campanha que expulsou, em 397, os Hunos na sua primeira grande investida sobre os territórios imperiais[3439].

Como reconhecimento imperial por ter conseguido expulsar os nómadas, Eutrópio recebeu grandes honrarias, com Arcádio a fazê-lo cônsul e mais tarde atribuindo-lhe a dignidade de patrício em 399[3440].

Eutrópio provinha de uma muito baixa extração e não se sabe como terá sequer conseguido obter a sua liberdade, pois até 379 fora um escravo e, apesar de ter já uma idade avançada, foi recrutado para servir na corte de Teodósio[3441]. Deverá ter caído nas boas graças do imperador, pois em 393 foi inesperadamente incumbido com uma importante missão de carácter privado em que Eutrópio deveria ir até ao deserto de Tebas do Egito, para consultar um designado profeta João sobre qual seria o futuro resultado da campanha de Teodósio contra o usurpador Eugénio[3442].

Mais tarde, consolidaria o seu poder quando o seu aliado João Crisóstomo subiu ao patriarcado de Constantinopla, em 398, o que lhe possibilitou ter grande influência sobre o clero bizantino[3443]. Também inimigo jurado de Estilicão, Eutrópio faria de tudo para comprometer e enfraquecer o principal comandante do ocidente romano, procurando fomentar a referida revolta nas províncias africanas do conde Gildão, manobra política que, no entanto, redundaria em fracasso[3444]. Devido à grande confiança conseguida com o imperador Arcádio, Eutrópio tornar-se-ia a "figura na sombra" por detrás de muitas das principais decisões do poder bizantino, tendo urdido inúmeras conspirações para destruir os seus adversários e para se manter no poder. Conseguiu até convencer Arcádio, contrariamente às espectativas, ainda no ano de 395, de que deveria realizar os seus esponsais com Élia Eudóxia, filha de Bautão, em detrimento da outra candidata que era a filha do seu declarado inimigo Rufino[3445].

A influência de Eutrópio atingiu o zénite quando conseguiu convencer o fraco Arcádio a lhe conceder prerrogativas que eram exclusivas dos prefeitos do pretório, como o direito

---

Este permanente alheamento dos assuntos políticos fez com que o seu conhecimento e controle do Império fosse cada vez mais ténue, de tal forma que, quando morreu em 408, apenas nominalmente se mantinha na sua governação.

[3438] FERRILL, 1986, p. 92.
[3439] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368.
[3440] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368.
[3441] HUGHES, 2010, p. 93.
[3442] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 49.
[3443] HUGHES, 2010, p. 316.
[3444] FERRILL, 1986, p. 93; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368; HUGHES, 2010, pp. 84, 198, 202-210.
[3445] HUGHES, 2010, p. 93.

de controlar as mensagens do correio imperial e até mesmo a produção das fábricas de armamento. Sem escrúpulos, é possível que Eutrópio tenha aproveitado este invulgar momento de poder quase absoluto, para urdir a forma de se livrar de outros dois potenciais rivais, como Abundâncio e Timásio que eram oficiais de alta patente[3446]. A forma como se teria livrado deles foi encarada como algo de verdadeiramente reprovável, pois Abundâncio era um seu aliado e tinha-o auxiliado na sua subida política, enquanto Timásio era o respeitado comandante-geral do exército do Oriente, a quem Eutrópio conseguiu exilar forçando Bargo, um oficial banido e seu amigo, a acusá-lo de conspirar contra o imperador[3447].

Se o Império no decurso da sua longa história foi muitas vezes palco de traições e conjuras, podemos constatar que neste final do século V surge uma verdadeira instalação no poder romano de personagens com um claro pendor antiético, o que se viria a tornar ainda mais problemático devido aos graves desafios que iriam começar a consolidar-se a todos os níveis.

O tempo da queda de Eutrópio chegaria quando se registaram revoltas fomentadas por rebeldes germânicos que eram liderados por Tribigildo[3448] que, aliado ao godo Gainas, teria feito com que Arcádio aceitasse o seu término em troca da deposição do conselheiro real, caído também em desgraça pela marcante influência da imperatriz Élia Eudóxia[3449]. Eutrópio seria primeiramente exilado para Chipre, mas por influência de Gainas viria a ser posteriormente julgado e condenado à morte[3450].

Olimpiodoro e Eutrópio são apenas dois homens que poderão dar um retrato do que foi a tendência política pós-teodosiana nos decisivos anos em que o Império seria definitivamente dividido entre dois imperadores que não estavam preparados, nem viriam sequer alguma vez a possuir perfil, para exercer um tal poder. Eles dariam início à bifurcação definitiva que se deu entre os destinos das duas metades nas mãos de governantes fracos ou moralmente inqualificáveis que instalariam um ponto de não retorno de auxílio e apoio entre as duas partes do Império.

Não pretendemos entrar aqui na curiosa discussão que tem levado historiadores a defenderem que o Império teria sido assassinado, enquanto outros afirmam que se suicidou, mas, sem tomarmos partido nesta discussão, poderíamos aduzir que, quer o ocidente, quer o

[3446] HUGHES, 2010, p. 179.
[3447] HUGHES, 2010, p. 179.
[3448] HUGHES, 2010, pp. 235-237.
[3449] FERRILL, 1986, p. 98; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 368-369; HUGHES, 2010, p. 237.
[3450] FERRILL, 1986, p. 98; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 369; HUGHES, 2010, p. 237.

oriente, passariam a sofrer de um estado avançado de "Alzheimer político", pois vários dos seus futuros governantes teriam esquecido muitos dos principais valores que tinham permitido a gloriosa ascensão do Império. É bem certo que este sempre sofreu de tentativas de usurpação e muitos dos seus protagonistas teriam marcados déficits de carácter para exercerem tais funções políticas, mas dificilmente poderemos encontrar um período da história de Roma em que a luta pelo poder teria sido tão mesquinha, constante e atingido tal grau de disrupção como viria a acontecer a partir deste final do século IV, nomeadamente com grande incidência na sua parte ocidental.

Não seria, pois, de estranhar, que numa tal conjuntura, o Império não tivesse sido capaz de resistir ao maior desafio de desagregação estrutural que seria imposto ao seu tecido social e ao seu potencial militar quando foi confrontado com o brutal impacto da confrontação nómada que se desenvolveu no seio do Império.

O oriente romano sobreviveu ainda mais mil anos, mas a sua existência seria uma outra realidade social e política que surdiu de uma profunda transformação que lhe foi possível inventar sobre outros valores.

16.1.3. Um Ano de Charneira Militar - 395 d.C.

O fatídico ano de 395 seria também aquele em que se assistiria à concretização da espectável ameaça militar que já se adensava no horizonte, fazendo surgir pela primeira vez uma grande pilhagem dos Hunos realizada diretamente sobre os territórios imperiais, onde seriam devastadas, quer a principal província ocidental do Império Persa, quer as províncias da fronteira oriental do Império de Arcádio[3451].

Imagem 162 - Os Hunos antes de Átila. [in THOMPSON, 2004, p. viii].

[3451] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 51-59; THOMPSON, 2004, pp. 30-31, 37, 66, 79, 253; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 366; HEATHER, 2010, p. 199; KELLY, 2010, pp. 49-50, 191; SCHULTHEIS, 2019, p. 3.

As autoridades imperiais romanas teriam já certamente uma consciência da brutal capacidade militar dos Hunos, pois conheciam nesta fase a forma esmagadora como estes, não só tinham submetido e expulsado as tribos germânicas dos territórios onde se tinham instalado [3452], como tinham já tido a oportunidade de observar o poder da sua arquearia nos pequenos grupos de mercenários nómadas que tinham tido ao seu serviço[3453].

É evidente que os oficiais romanos teriam condições de poder formar uma ideia aproximada do tremendo impacto bélico que poderia ser o causado por estes bárbaros[3454] nómadas caso estes resolvessem atacar o Império em grandes formações, o que começaria a acontecer partir desta data.

Os Hunos, que ainda se mantinham com o seu modo de vida errante, estavam desde há cerca de trinta anos a chegar junto às fronteiras do Império[3455]. Preferiam circular nas regiões com vastas pradarias onde poderiam suprir as necessidades dos seus milhares de cavalos e também dos vastos rebanhos[3456], nomeadamente nos prados das províncias panónicas, onde hoje é a Hungria, estando divididos sob o comando de diversos chefes que nem sempre tinham relações amistosas entre si[3457]. Uldin, que era um chefe de uma das grandes hordas hunas, compreendeu rapidamente o peso institucional e militar do Império e pretendeu tornar-se um dos seus aliados o que desde logo lhe conferiria um maior estatuto

---

[3452] IORD. 24.126-127; MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 18-19, 23, 26-27, 38-40; MATYSZAK, 2009, pp. 234, 247; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 398, 401; HEATHER, 2010, pp. 144, 149, 151; KELLY, 2010, pp. 17, 37, 47, 49, 85.

[3453] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 69; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 396; HEATHER, 2010, pp. 296, 320-321; KELLY, 2010, pp. 38-39, 48-49, 52-53.

[3454] O termo "bárbaros" que os romanos teriam aproveitado do epíteto com que os gregos designavam todos aqueles que não falavam a sua língua e onde estava subjacente toda uma avaliação negativa do seu estado civilizacional, torna-se particularmente adequado à esta massiva chegada dos Hunos ao interior do Império, pois encarnavam de modo perfeito este protótipo de gentes selvagens que, além da sua vontade destruidora, falarão entre si uma língua verdadeiramente incompreensível. Este obstáculo comunicacional seria para todos os que contactavam com os nómadas um elemento que reforçaria ainda mais o pânico inerente às suas intervenções bélicas, pois não seria possível sequer encetar quaisquer negociações para estabelecer as condições de uma rendição.

Se um chefe como Átila, pelas condições privilegiadas da sua educação, dominava o latim e até o grego (KELLY, 2010, p. 84), isto não aconteceria com a generalidade dos guerreiros hunos que eram na prática o braço da ação militar huna e os elementos com quem as populações poderiam contactar no seu quotidiano. Uma tal dificuldade, que era comum a Romanos, a Germânicos e até aos Sassânidas, deveria contribuir para uma profunda sensação de que estes terríveis seres proviriam de uma outra dimensão de carácter escatológico da qual estes, na sua imbatível fúria marcial, seriam os instrumentos práticos.

Os seus estranhos hábitos, o seu vestuário, a sua alimentação, o seu modo de vida errante e em grande medida a sua incompreensível linguagem, reforçariam permanentemente a ideia de que o aparecimento dos Hunos seria em grande medida um castigo enviado pelo céu para punir a humanidade perdida no pecado e afastada dos lídimos caminhos da religião. A providência divina no universo cristão, ou até mesmo a vontade dos deuses no ideário pagão, que eram naturalmente os senhores dos destinos do mundo, só poderiam ter enviado um flagelo tão avassalador em função do crescente divórcio entre a vontade divina e o comportamento iníquo dos homens.

[3455] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 398.

[3456] KELLY, 2010, p. 37.

[3457] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 28; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 398.

perante as outras tribos nómadas[3458]. Foi aliás às tribos de Uldin que os Romanos teriam ido buscar, por várias vezes, mercenários para os auxiliar nas suas campanhas, demonstrando este chefe toda a disponibilidade para manter a colaboração com as solicitações imperiais[3459].

No entanto, uma outra realidade política com bastante mais peso se viria a formar no seio das tribos hunas[3460], depois da morte de Balamiro (Balamber)[3461], um outro dos grandes chefes nómadas que teria morrido pouco tempo antes[3462]. A horda principal das tribos dos hunos passaria a partir de então a ser formada por uma crescente associação de clãs que se começaram a juntar sob a chefia comum de quatro carismáticos irmãos que eram filhos do rei Turdal: Oktar (Octar), Mundzuk (Mundiuch), Ebarse e Roas (Rua)[3463].

Imagem 163 - Medalhão representando Átila. Cartuxa de Pavia, Itália. The Mansell Collection, London. [in THOMPSON, 2004, p. 70].

Eles conseguiram manter a paz entre as tribos e reinaram juntos sem grandes divergências, adotando em relação ao Império Romano uma política bastante conciliadora.

O mais velho dos irmãos, Oktar, era o que menos estimava essa boa convivência com o Império realizando, com alguma frequência, expedições de saque que por vezes atravessavam mesmo a fronteira danubiana, o que não só causava preocupação entre os seus irmãos, como também intimidava as populações imperiais[3464]. No entanto, Oktar procurava não fazer longas campanhas que o pudessem vir a colocar em confronto direto com as tropas romanas, pilhando preferencialmente os territórios que estavam sob a administração dos povos federados, como era o caso dos Godos[3465].

[3458] KELLY, 2010, p. 51.
[3459] KELLY, 2010, pp. 52-53.
[3460] MATYSZAK, 2009, p. 248; HEATHER, 2010, pp. 317-327.
[3461] Segundo Peter Heather o relato sobre Balamiro parece improvável, sendo ele provavelmente meramente uma corruptela do rei Valamiro. HEATHER, 2010, p. 349. MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 59; SCHULTHEIS, 2019, pp. 50-51.
[3462] SCHULTHEIS, 2019, p. 51.
[3463] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 81; KELLY, 2010, p. 84; SCHULTHEIS, 2019, p. 4.
[3464] KELLY, 2010, p. 85; SCHULTHEIS, 2019, pp. 33, 54-55, 111.
[3465] SCHULTHEIS, 2019, pp. 4, 53.
Oktar faleceu, durante o sono, em 430. MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 81; SCHULTHEIS, 2019, p. 4.

O seu irmão Roas, que por esta altura se tornaria "pai adotivo" de Átila, pois o seu progenitor, Mundzuk[3466], morrera quando o futuro "flagelo de Deus" tinha poucos anos, destacava-se como o principal líder político dos nómadas, estabelecendo com as principais potências vizinhas, pactos e alianças[3467], tendo até então mantido uma amistosa vizinhança, e até mesmo proximidade, com o Império de Teodósio I[3468].

No entanto, é precisamente no ano da morte deste imperador, que se regista uma rotura neste *status quo*, com as relações entre Hunos e as duas partes do Império Romano começando a sofrer profundas alterações, onde se viria a instalar um período de crescentes ameaças, exigências e hostilidades[3469].

Estaremos mesmo em crer que o início deste processo de abertura de hostilidades neste ano de charneira era o resultado da possível compreensão que os Hunos começariam a ter sobre o que seria o verdadeiro estado político e militar do Império, quando o seu próprio enfraquecimento era provocado por uma incompreensível dissensão interna que teria levado à sua autodesagregação definitiva em duas partes[3470].

Os Hunos[3471], que faziam incidir cada vez mais a sua cobiça sobre os ricos territórios bizantinos, atravessariam em 395 o Cáucaso e após mostrarem a sua força ao saquearem a província sassânida da Mesopotâmia, ante a incapacidade persa de os deter, pilhariam também as riquezas arménias e avançariam sobre o território romano oriental até serem travados dois anos depois, por Eutrópio[3472], o que lhe permitiu ascender e cônsul do Império de Arcádio, em 399.

Como expressivamente nos diz Edward A. Thompson[3473]:

> « […] Although we hear once or twice of the 'roving fierceness of the Huns' in the years which followed, it was not until 395 that the new barbarians launched their first great invasion of the Roman Empire, and their raids of that year seem to have been conducted on a bigger scale than any others until the days of Attila. In the winter of 395 the Danube was frozen, and the Huns took the

[3466] KELLY, 2010, p. 84; SCHULTHEIS, 2019, p. 5.
[3467] Roas terá morrido entre 434 e 439, tendo-lhe sucedido Bleda e Átila, ambos filhos do seu irmão Mundzuk. MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 81; HEATHER, 2010, p. 295; SCHULTHEIS, 2019, p. 5.
[3468] KELLY, 2010, pp. 80, 85; SCHULTHEIS, 2019, p. 4.
[3469] KELLY, 2010, p. 49.
[3470] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 402; MATYSZAK, 2009, pp. 236, 240.
[3471] No final do século IV, os Romanos ainda não tinham atribuído a estes nómadas o epíteto de "tribos hunas" e não possuíam assim um vocábulo que os definisse etnicamente. Um termo que lhes era atribuído com frequência era o de Masságetas (*Massagetae*) ou até faziam-no atribuindo-lhes filiações que não eram corretas, como teria acontecido com o próprio Prisco de Pâneo (*Priscus* de *Panium*), que os apoda de Citas. THOMPSON, 2004, pp. 23, 32, 41; SCHULTHEIS, 2019, pp. 5, 45.
[3472] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 368; KELLY, 2010, p. 51.
[3473] THOMPSON, 2004, pp. 30-32.

opportunity of crossing into the Roman provinces and renewing the devastation which Theodosius had barely managed to check.

[…]

The Huns put out their greatest effort, however, far to the east. Pouring over the passes of the Caucasus, their bands overran Armenia and made for the richest provinces of the Eastern Empire. The smoke rose from the villages of Cappadocia. The invaders were said to have approached the Halys. Areas of Syria itself were devastated, and Antioch looked to her defences: 'the enemy's cavalry thunders along the banks of the Orontes, home hitherto of dance and a happy people's song'. Crowds of captives and great herds of cattle were led away north of the Caucasus. 'Beyond the Cimmerian marshes, defence of the Tauric tribes, the youth of Syria are slaves.' In Armenia the Huns reached the city of Melitene; thence they overran the province of Euphratesia and even galloped into Coele Syria and Cilicia. Jerome writes vividly of this raid:

Behold, the wolves, not of Arabia, but of the North, were let loose upon us last year from the far-off rocks of Caucasus, and in a little while overran great provinces. How many monasteries were captured, how many streams were reddened with human blood! Antioch was besieged, and the other cities washed by the Halys, Cydnus, Orontes, and Euphrates. Flocks of captives were dragged away; Arabia, Phoenicia, Palestine, and Egypt were taken captive by their terror. […]

And again:

Lo, suddenly messengers ran to and fro and the whole East trembled, for swarms of Huns had broken forth from the far distant Maeotis between the icy Tanais and the monstrous peoples of the Massagetae, where the Gates of Alexander pen in the wild nations behind the rocks of Caucasus. They filled the whole earth with slaughter and panic alike as they flitted hither and thither on their swift horses. […] »

Devido à extrema rapidez com que se deslocavam, não só pela grande resistência dos seus cavalos, como pelo facto de muitos dos seus guerreiros possuírem mais do que uma montada[3474], conseguiam até, muitas vezes, ultrapassar os rumores sobre o seu avanço.

A sua quase ausência de valores morais surpreendia as suas vítimas com a brutalidade com que pilhavam e assassinavam. Não tinham qualquer prurido em roubar ou matar religiosos ou magistrados, nem sequer poupavam pessoas pela sua idade avançada, nem por serem mulheres ou crianças[3475].

Não havia exército regular com condições de enfrentar os Hunos e a invasão nómada, como comentou o próprio São Jerónimo[3476], não teve qualquer oposição nas suas pilhagens até que, em 397, o eunuco Eutrópio, reunindo alguns contingentes godos e todos os soldados

[3474] MATYSZAK, 2009, p. 247; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 399; HEATHER, 2010, pp. 153, 323.
[3475] AMM. 31.2.11-12; THOMPSON, 2004, p. 41; KELLY, 2010, p. 28.
[3476] KELLY, 2010, p. 50.

romanos que conseguiu mobilizar, decidiu enfrentar os nómadas e obteve algum sucesso nessa campanha[3477].

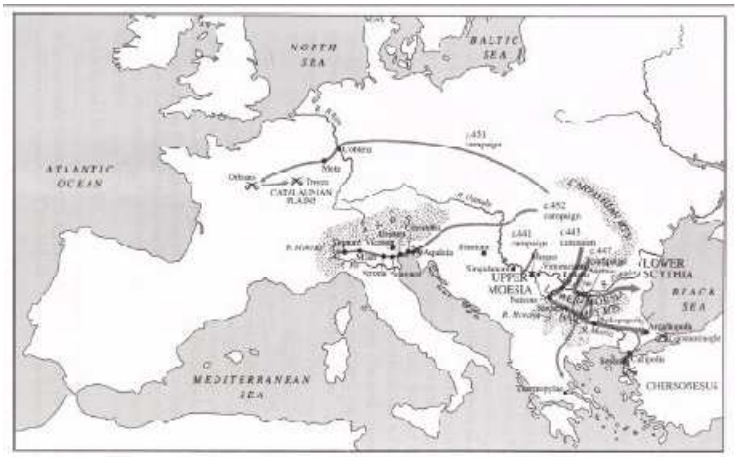


Imagem 164 - As Campanhas de Átila. [in THOMPSON, 2004, p. ix]

Iniciar-se-ia assim neste ano um problemático e permanente confronto que abalaria profundamente as estruturas militares romanas, entre o debilitado Império Romano e o crescente poder huno, que duraria toda a primeira metade do século V e que só terminaria abruptamente depois da morte de Átila[3478], que congregou debaixo do seu cetro todo o poder dos nómadas.

16.1.4. O Eclipse do Poder Romano nos Campos Cataláunicos

Como poderia ainda subsistir a antiga unidade espiritual romana num Império tão geograficamente fraturado, se o panorama social, nomeadamente no Ocidente, foi tão dramaticamente perturbado pelas grandes massas invasoras a partir do "dilúvio germânico" que inundou todo o Império Ocidental em 31 de dezembro de 406[3479]?

Como se poderia sentir cada cidadão do Império, desde o nobre ao camponês, desprotegido e sem modo de fuga, quando se encontrava cercado por gentes eufóricas e incivilizadas que se deslocavam de forma errática a destruir e a pilhar impunemente e sem que houvesse esperança de uma efetiva intervenção do exército imperial?

Mas se todos tinham cada vez mais consciência de que as autoridades imperiais não enviariam atempadamente as tropas que os iriam proteger, não se esqueceriam certamente de enviar mais tarde os corruptos publicanos para cobrar os pesados impostos que estes meteriam despudoradamente nas suas bolsas pessoais. O Império no Ocidente não se conseguiu refazer dos perturbantes desafios militares, administrativos e religiosos com que

[3477] KELLY, 2010, p. 51.
[3478] Átila morreu no início do ano de 453, durante a noite, após os festejos de mais um dos seus casamentos. MATYSZAK, 2009, p. 256; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 418.
[3479] Na noite de 31 de dezembro de 406, uma coligação de Vândalos, Alanos e Suevos cruza a fronteira gelada do Reno, em direção à Mogúncia. FERRILL, 1986, p. 99-100; MCEVOY, 2013, p. 176; MONTEIRO, 2014, p. 137.

foi simultaneamente confrontado e tornou-se muito ineficaz nas respostas que conseguia criar.

Antes da derrocada material do Império, deu-se a lenta, mas estrondosa, queda da coesão espiritual deste, quando cada um dos cidadãos que o formavam se sentiu abandonado, circunscrito geograficamente a uma pequena comunidade e onde praticamente só poderia contar com os escassos recursos humanos e materiais que ainda existiam nas redondezas do local onde se encontrava.

Os palatino-comitatenses não constituíram certamente o robusto sistema de defesa que o Império necessitaria numa fase de forças de desagregação tão complexas. Com o sistema elástico a capacidade militar de Roma viu-se cada vez mais debilitada[3480], sendo isto observável até no cômputo das suas batalhas, nomeadamente a partir do desastre de Adrianopla, pois estas viriam progressivamente a envolver contingentes cada vez mais modestos[3481].

Se no século V ainda é possível encontrar no Ocidente uma batalha apocalíptica com as proporções daquela que ocorreu nos Campos Cataláunicos, em 20 de julho de 451[3482], ela não ocorreu graças aos grandes contingentes romanos que Flávio Aécio conseguiu colocar no caminho de Átila e dos seus Hunos para lhe barrarem a passagem para Ocidente[3483]. O último dos grandes comandantes romanos, que sempre demonstrara ser ainda melhor com as "armas da diplomacia" do que com aquelas que colocava no campo de batalha, não tinha mais do que um modesto contingente de tropas auxiliares[3484] para poder enfrentar o seu antigo aliado huno[3485] que, tinha então a pretensão de vir subjugar todo o Ocidente[3486]. A grande batalha final do Império não é o que se poderia considerar como um apocalíptico confronto que foi "impropriamente vencido" devido à poderosa intervenção dos exércitos palatino-comitatenses, cuja real força militar, já desde o desastre de Adrianopla, não passaria sequer de uma ténue lembrança.

Átila foi barrado no seu avanço outrossim pela vasta convergência de interesses dos povos federados germânicos[3487], que nesta batalha empenhariam todo o esforço do seu

[3480] FERRILL, 1986, pp. 67, 83.
[3481] MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 88-89; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 390-393; MONTEIRO, 2014, p. 137.
[3482] EGGENBERGER, 1985, (*Châlons-sur-Marne* II), pp. 86; RICHARDOT, 2001, pp. 323-341; GONZÁLEZ, 2005, (*Catalavnvm* II), p. 131; MACDOWALL; DENNIS, 2015.
[3483] MACDOWALL; DENNIS, 2015, p. 19.
[3484] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 14, 31-32.
[3485] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 5, 24.
[3486] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 9-12, 14.
[3487] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 44, 48.

capital militar, porque conheciam bem e por experiência própria, não só o poder esmagador dos Hunos, mas também o que acontecia a todos os que lhe ficavam submetidos[3488].

Os Francos de Meroveu[3489], os Burgúndios de Gundioco[3490], os Alanos de Sangibano[3491], os chefes das tribos de Saxões[3492], e sobretudo o rei Teodorico dos Visigodos[3493] sabiam que a única esperança de poderem salvar os seus reinos e sobreviver a esta, que seria a maior ameaça que alguma vez teriam de enfrentar, era o de juntarem num esforço comum todos os seus recursos militares, isto apesar de estarem desavindos com o Império e quase todos entre si[3494]. Todos estes chefes tinham a noção de que se Átila estendesse o seu domínio para Ocidente todos eles fariam parte de uma realidade política de permanente subserviência aos Hunos, pondo em perigo toda a sua identidade cultural, a sua autodeterminação e a livre existência comunitária do seu povo[3495]. Dir-se-ia mesmo que a fixação dos principais povos como federados foi um elemento fundamental para que estes tenham conseguido ultrapassar as suas divergências políticas e possibilitado a criação simultânea de uma grande frente militar comum para enfrentar Átila.

Imagem 165 - Medalhão de ouro com a imagem de Teodorico muito semelhante ao mosaico de Santo Apolinário. Ele usa uma armadura, tem o cabelo penteado no típico estilo godo e parece ostentar um pequeno bigode, sem barba [in MACDOWALL, 2017, páginas entre pp. 70-71].

Não era possível, como tinha acontecido outrora, que as populações germânicas fugissem da investida huna deslocando-se mais para ocidente, não só porque não havia já muito deste para explorar, como possuíam agora as suas próprias terras onde se tinham estabelecido, criado vínculos, tendo começado a definir as fronteiras do que seriam os Estados Sucessores do grande Império Romano[3496]. Não haveria outra alternativa senão já a

[3488] GREG. T. 2.6-7; MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 42-50.
[3489] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 23, 34.
[3490] MACDOWALL; DENNIS, 2015, p. 35.
[3491] BACHRACH, 1973, pp. 32, 61; MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 23, 34, 36.
[3492] MACDOWALL; DENNIS, 2015, p. 35.
[3493] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 22, 31, 36.
[3494] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 12, 18, 22, 25.
[3495] O exército de Átila era igualmente formado por milhares de guerreiros, oriundos de muitas tribos e clãs, pois trazia, embora de forma coagida, muitos dos povos que lhes estavam submetidos onde se podiam identificar os Gépidas (Ardarico, rei dos Gépidas, comandou a ala direita do exército de Átila), os Ostrogodos (os irmãos Valamiro, Tiudimiro e Vidimiro, comandaram a ala esquerda), os Alamanos, os Rúgios e ainda outras etnias como os Esciros, os Turíngios e até mesmo os Taifalos. MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 27-29, 41, 63.
[3496] MACDOWALL; DENNIS, 2015, pp. 5, 8-9.

de enfrentar os Hunos e para tal tinham que se unir e lutar com a força que resulta do desespero de quem defende a sua própria sobrevivência.

16.1.5. Constrangimentos de um Mundo Militar em Mudança

Ao contrário do que se tinha verificado durante o século IV, em que as migrações das populações germânicas quase sempre se limitavam a encostar no *limes*, elas passariam a procurar, a partir do século V, adentrar as fronteiras imperiais. Tal necessidade era consequência da brutal pressão causada pelo tipo de combate que era imposto pelos Hunos, com os seus ataques fulminantes, rápidos e cujo poder esmagador dos seus arcos se fazia sentir cada vez de forma mais permanente e próxima[3497].

O paradigma marcial destes impunha no campo de batalha uma nova e temível competência militar[3498], baseada numa outra conceção de combate. Sem a preparação típica de um grande confronto, o seu modo de lutar fazia-se por inesperados e devastadores ataques, que não permitiam sequer organizar uma resposta, pois os nómadas surgiam de surpresa, disparavam os seus poderosos arcos e esquivavam-se de qualquer luta corpo a corpo[3499].

A arte militar dos Hunos, forjada nas duras e longínquas estepes da Ásia sino-mongólica, não consistia em mais do que lançar sobre o inimigo, em rápido movimento a cavalo, uma imparável chuva de poderosas setas disparadas por fortíssimos arcos cuja

---

[3497] THOMPSON, 2004, pp. 26-28, 30, 42; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 372, 377, 386-393; MONTEIRO, 2014, pp. 136-137.

[3498] Embora os Romanos na parte oriental do Império conhecessem desde há muito a luta contra arqueiros montados, tipologia de soldados sempre presente nas tropas persas, as competências nesta matéria não atingiam os índices de eficácia apresentados pelos nómadas hunos. SEKUNDA; CHEW, 1992, pp. 18, 46-47; MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 228-232. A sua força de disparo era bastante superior à dos Persas e os arqueiros a cavalo constituíam a totalidade dos guerreiros nómadas, enquanto que no contexto sassânida seriam apenas um recurso do seu exército. MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 221-223.
Entre os Persas estas forças constituíam um exército estatal e como tal uma estrutura institucionalizada, logisticamente bem organizada, com uma hierarquia definida onde a arquearia tinha um papel importante, mas integrado no seu dispositivo tático. NICOLLE; McBRIDE, 1996, pp. 6-31.
(como exemplo podemos observar a Batalha de Carras no dia 9 de junho de 53 a.C. – GONZÁLEZ, 2005, (*Carrhae* I), pp. 119-120).
No universo dos guerreiros das tribos hunas, a arquearia era o seu verdadeiro modelo de combate, sendo estes pouco mais do que bandos de salteadores que sobreviviam pilhando os bens alheios, tal como tinha sido sempre a sua prática nos desertos gelados da tundra asiática.
O exército persa era institucional e, tinha, naturalmente, o seu particular quadro de referências e objetivos militares que embora se pudessem desenvolver de muitas formas, se regia num quadro de expectativa que era passível de ser minimamente previsto no contexto político-militar pelos seus adversários. Contrariamente, os desenvolvimentos bélicos levados a cabo pelos Hunos, nomeadamente antes de Átila, não tinham qualquer lógica territorial ou enquadramento estratégico e surgiam de critérios erráticos e circunstanciais, tornando-se impossíveis de prever.

[3499] KENNEDY; KEEGAN, 2002, p. 17; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 399.

robustez e desgarre tecnológico nunca tinham sido vistos no Ocidente. Fazem-no também com uma avassaladora cadência de tiro e extraordinária precisão, de tal modo que dificilmente haveria modo de poder resistir ao seu ataque[3500].

Os Hunos, que para sobreviver no seu severo habitat eram treinados, desde a mais tenra idade[3501], para desenvolver ao extremo as suas competências, quer como cavaleiros, quer como arqueiros, chegavam a adultos tendo desenvolvido uma incomparável mestria. Não só praticavam muitas tarefas da vida quotidiana a cavalo[3502], como o seu único interesse, e obrigação enquanto homens, era o de desenvolver ao máximo as suas competências marciais, o que levava ao aparecimento de uma extraordinariamente forte musculatura braçal bem-adaptada ao manuseio do arco. Esta sua característica refletia-se até no seu biótipo que apresentava o peito e os membros superiores particularmente desenvolvidos, enquanto os inferiores eram bastante deficitários na sua robustez devido à sua permanente deslocação a cavalo[3503].

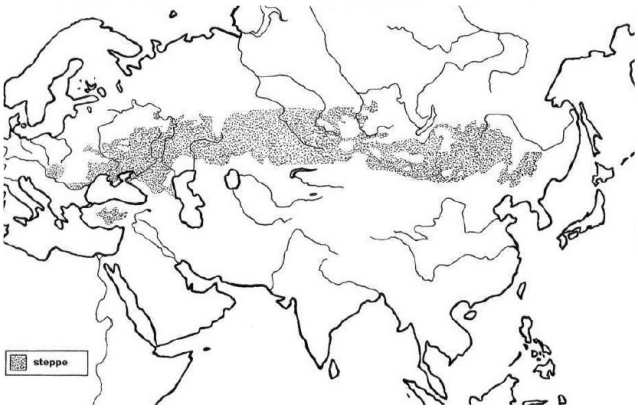


Imagem 166 - Neste mapa da Eurásia, a faixa escura no centro do continente é a estepe, uma extensão contínua de pastagens [in KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 5].

O aparecimento dos Hunos no Ocidente, com as primeiras tribos possivelmente a terem chegado no terceiro quartel do século IV[3504], levou a uma grande mudança em todo o *status quo* marcial, começando a impor-se uma dinâmica de migração que nunca se tinha verificado, com dezenas de povos germânicos a procurarem eximir-se aos ataques dos nómadas, procurando adentrar nos territórios do Império. Este incremento da pressão fronteiriça ocorre precisamente na fase de grande transformação do paradigma defensivo do Império, com o progressivo enfraquecimento da defesa impeditiva dos delimitadores e a instalação do sistema elástico palatino-comitatense.

[3500] THOMPSON, 2004, pp. 59-60.
[3501] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 206; KENNEDY; KEEGAN, 2002, pp. 28-29.
[3502] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 203; KENNEDY; KEEGAN, 2002, p. 28; THOMPSON, 2004, p. 57.
[3503] AMM. 31.2; MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 207; THOMPSON, 2004, p. 57; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 396, 400.
[3504] AMM. 31.3.1-3; MACDOWALL, 2001, pp. 9-12; KENNEDY; KEEGAN, 2002, p. 25-26; SCHULTHEIS, 2019, pp. 2-3.

16.2. O BRUTAL IMPACTO MILITAR DA ARQUEARIA NÓMADA

O incremento da chegada dos nómadas hunos, ao contexto do Império Romano, criou no complexo xadrez político-militar que este vivia na segunda metade do século IV, uma disrupção que viria a ser uma das principais causas da sua rápida decadência.

Quer nas fronteiras, onde se encontravam estacionados dezenas de povos germânicos, quer nos seus próprios territórios, onde já se encontravam instalados inúmeros federados, a presença dos nómadas geraria um conjunto de crescentes tensões que originariam uma crise definitiva de todo o periclitante *status quo* que estava anteriormente estabelecido.

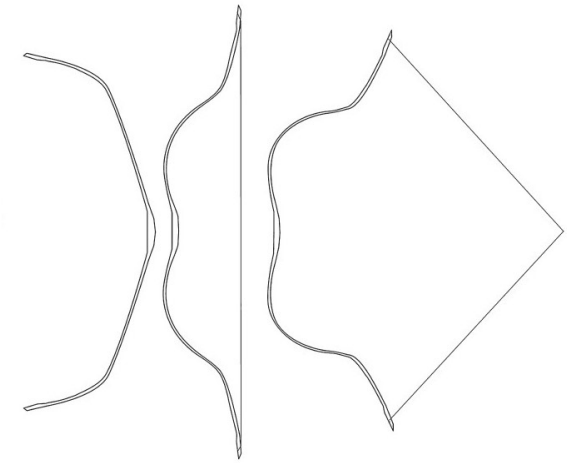


Imagem 167 - O arco huno é um arco poderoso, robusto, de tamanho médio com longas orelhas (*sihas*). É fundamentalmente uma antiga criação da estepe turca que pode reivindicar ser um dos mais antigos, em uso contínuo. (Desenho de Robert J. Molineaux) [in LOADES; DENNIS, 2016, p. 18].

Os Hunos trariam uma nova e mortífera forma de combate, tão rápida e letal que lhes permitia eliminar os seus adversários, matando à distância com os esmagadores tiros dos seus arcos. Pilhavam, destruíam, escravizavam, evitando sempre luta corpo a corpo[3505], o que sempre tinha sido a negação do conceito de guerra justa em todo o Ocidente.

Quer o exército romano, quer as hordas germânicas, já possuíam um grande conhecimento de combate contra arqueiros montados, pois estes sempre tinham estado presentes nos contextos militares da Europa e no Próximo Oriente, mas o que os arqueiros nómadas traziam então era uma nova forma de combate que demonstrava ter um poder para o qual não havia capacidade de resposta.

O professor Maenchen-Helfen, que terá sido um dos maiores estudiosos da cultura dos Hunos, afirmou que os Romanos no Oriente tiveram, para conseguir sobreviver, de emular muitas das armas e táticas dos nómadas bárbaros. Os seus contingentes de arqueiros montados (*sagittarii*)[3506], acrescentava ele, tornaram-se cavaleiros experientes, sem dificuldade para dirigir os seus arcos para os dois lados, enquanto conseguiam galopar a toda

[3505] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 396-399.
[3506] GOLDSWORTHY, 2003, p. 137; POHL, 2018, p. 211.

a velocidade, acertando com precisão nos seus adversários, no entanto, os Hunos, continuariam sempre a ser os melhores arqueiros[3507].

A força dos seus disparos, a quantidade de projéteis, a precisão das suas setas, a elevada cadência de tiro, a rapidez da sua deslocação, a sua estonteante mobilidade, a recusa de qualquer combate direto corpo a corpo[3508], a surpresa dos seus ataques, garantiram-lhes uma tão grande superioridade bélica que, tendo insuflado um terror generalizado, durante muito tempo fez parecer a todos que a única forma de se poder evitar era submeter-se sem resistência ou procurar fugir rapidamente do seu raio de ação.

A estrutura do seu arco composto era de uma extrema complexidade e a sua construção requeria artesãos especializados que conhecessem as sigilosas técnicas que eram passadas de geração em geração, numa subtil tradição oral[3509].

O arco composto era um artefacto que estava tecnologicamente muito à frente do conhecimento comum do seu tempo e o domínio deste complexo acervo de técnicas de construção demonstra-nos, não só a capacidade intelectual dos guerreiros hunos, bem como a sua extrema dedicação a esta arte[3510].

Se por um lado, a construção de um arco composto tem sempre estado nas mãos de artífices especializados, no contexto da sociedade huna, não era raro que com o tempo e a prática o próprio guerreiro nómada viesse a deter o conhecimento suficiente para se atrever a arranjá-lo ou até mesmo a construí-lo. A dedicação do guerreiro da estepe a estes trabalhos era tal que ele se tornava muitas vezes o artesão do seu arco, construindo as suas setas e fazendo as reparações necessárias.

A dificuldade de construir um arco deste tipo está bem comprovada[3511] pela patente incapacidade da experiente engenharia romana e de qualquer uma das tribos germânicas produzirem sequer um único exemplar que se lhe pudesse assemelhar.

[3507] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 221, 228.

[3508] Os Hunos também, em casos excecionais, poderiam aceitar lutar corpo a corpo quando por alguma razão tivessem ficado impedidos de o fazer com os seus arcos. Eram, aliás, também bons lutadores com espadas e lanças, dispondo até de boas lâminas para lutar, pois há muito que dominavam boas técnicas metalúrgicas. MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 233-239; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 27-28; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 397, 401.

[3509] Para além do secretismo inerente ao processo de construção dos arcos, os povos nómadas da estepe não eram detentores de qualquer forma de escrita, não tendo assim forma de compendiar tais conhecimentos. MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 222; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 56.

[3510] Sabemos pouco sobre o perfil dos arcos de caça utilizados pelos Hunos, mas eles teriam de ser diferentes dos arcos de guerra. Segundo Maenchen-Helfen os Hunos não poderiam ter caçado patos ou raposas com os seus poderosos arcos compostos porque a força do tiro desfaria o animal, sendo que estes dois tipos de arcos e setas eram tão diferentes quanto o são hoje uma espingarda de uma caçadeira. MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 225.

[3511] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 225-226.

Os próprios Gépidas, que viveram por muitos anos sob o jugo dos Hunos no que são os territórios da Hungria, e tinham acesso ao convívio do seu quotidiano nunca viriam a demonstrar ter a capacidade para produzir um arco huno. Note-se que apesar de os Gépidas continuarem a enterrar os seus mortos com as armas que pertenciam ao defunto, tendo mantido tal prática mesmo após a sua conversão ao arianismo, e das suas sepulturas nos apresentarem espadas, punhais, armaduras, capacetes, umbos, pontas de seta, nunca nos deixaram sequer uma única tira de chifre que tivesse pertencido a um arco composto[3512]. Tal ausência é tão flagrante que provavelmente deveríamos colocar a hipótese de que os Hunos não permitissem aos povos submetidos, a construção, ou sequer a tentativa de o fazer, de arcos compostos, pois era o domínio desta arma que lhes garantia a sua superioridade militar.

Um arco poderia durar muitas dezenas de anos e a posse de um bom exemplar era um símbolo de alto estatuto social, e um objeto demasiado precioso para ser enterrado com o seu dono, passando a sua posse de pai para filho[3513].

Nos seus *kurgans* ou montes funerários[3514], onde depositavam os seus mortos, encontraram-se inúmeras riquezas tais como belas joias adornadas com pedras preciosas, objetos de ouro ou de prata, mas todos os arcos, por vezes ricamente ornamentados, eram armas partidas ou danificadas, não se tendo encontrado exemplares que estivessem intactos[3515].

Nas sociedades sedentárias o nível de competência que era necessário para fabricação das armas não se encontrava nas mãos de qualquer soldado, não conhecendo este os mistérios que envolviam a metalurgia das espadas ou as especificidades da construção de arcos. Assim, eram sempre os recursos pessoais que determinavam a qualidade e o tipo de arma que um soldado podia possuir e quando alguma coisa se quebrava ou perdia, tinha de procurar um artesão especializado para o reparar.

No entanto, os arqueiros da estepe tinham aprendido, como em muitas outras áreas, a serem autossuficientes. Poder-se-ia mesmo dizer que o arqueiro da estepe era um homem que fora levado por todo o seu contexto cultural a tornar-se autocentrado nos trabalhos da guerra, sendo que para tal, geralmente, começava a montar e recebia o seu primeiro arco com cinco ou seis anos[3516].

[3512] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 227.
[3513] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 241.
[3514] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 60.
[3515] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 226-227.
[3516] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 26.

Era necessária bastante mestria para conseguir congregar solidamente no arco composto materiais tão díspares como madeira, chifre, osso e tendões e que se encontravam permanentemente a ser submetidos a enormes tensões mecânicas que são forças desagregadoras[3517].

Os arqueiros nómadas aproveitavam as diferentes qualidades elásticas destes materiais para os dispor no arco de forma a potenciar ao máximo a capacidade de manter uma corda sob altíssima tensão. Na "barriga do arco" colocavam placas de chifre porque este suportava bem a compressão e nas "costas do arco" estendiam tendões que possuíam grande força tênsil[3518], incrementando assim a força da madeira que se vê ela própria simultaneamente submetida a compressão e alongamento quando a corda é puxada[3519].

Os tendões isquiotibiais ou tendões posteriores do bovino eram aplicados em várias camadas, depois de secos e bem limpos, colados meticulosamente na madeira nas costas do arco. A cola de peixe era a melhor, pois não só era extraordinariamente resistente à humidade, como tinha também boas propriedades elásticas[3520], mas o período necessário para a sua secagem tornava o processo extremamente moroso, pois eram necessários muitos meses para o fazer, chegando a ser necessário esperar mais de um ano[3521].

À medida que a cola e os tendões secavam, tendiam a encolher, o que provocava o curioso efeito de pré-tensionar a própria estrutura do arco, passando este também a poder transmitir muito maior tensão à corda. Diga-se mesmo, que o tendão tratado tem uma altíssima resistência à tração, com aproximadamente quatro vezes mais do que aquela que pode ser suportada pela madeira, com cerca de 20 kg por milímetro quadrado[3522]. Como o tendão não perde nunca a sua tendência para retornar à sua condição original, ele agia como se fosse um fortíssimo elástico, o que explica a razão pela qual os Hunos nunca tinham de desencordoar os arcos, pois ele mantinha a tensão necessária sem qualquer perda, possibilitando que estes estivessem sempre prontos para o combate[3523]. Após a modelagem

---

[3517] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 399-400.

[3518] Estes diferentes materiais eram engenhosamente congregados por encaixes e colagem com uma extraordinária cola de peixe, que era conseguida a partir de bexigas natatórias ou, na sua falta, podiam ainda fazê-la através de um estranho processo que implicava a fervura de couro. Os tendões utilizados eram normalmente resultantes das patas posteriores de animais bovinos ou de cervídeos. KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 19-21.

[3519] Designa-se por "barriga do arco" a parte que fica voltada para o arqueiro quando este o segura, enquanto a parte oposta, e que este não vê quando o estica, é conhecida por "costas". KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 18; SAPP, 2013, p. 197.

[3520] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 20-21.

[3521] Os peixes necessários não eram difíceis de obter mesmo na estepe, pois esta encontra-se repleta de riachos e lagos onde estes abundam. KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 20-21.

[3522] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21.

[3523] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 20-21.

final em que se colavam as peças de chifre na sua barriga, o arco era embrulhado de modo a que pudesse ficar resguardado, durante a sua secagem, das frequentes intempéries que ocorriam na estepe, o que poderia afetar a qualidade do desempenho dos seus tendões[3524].

Depois de pronto, o resultado era uma arma incomparável, tendo-se transformado num arco extremamente forte, flexível e duradouro, que iria passar várias vezes pelas mãos de diferentes gerações de Hunos.

Quando estava pronto para o combate, o chifre comprimir-se-ia e o tendão esticar-se-ia, e ambos forçariam a madeira a retomar rapidamente a sua condição original. Assim, o arco composto poderia ser dobrado muito profundamente sem que isso o danificasse, porque a oposição destas forças na estrutura do próprio arco permitia que o seu comprimento de tração fosse então ainda maior do que era o seu tamanho. Uma tal característica permitia aumentar muito a quantidade de energia potencial que poderia ser imposta ao tiro e, portanto, a força e a velocidade do disparo da seta.

Para aumentar mais ainda o seu poder, os arcos compostos tinham as extremidades dos seus membros recurvados para a frente, no sentido das costas, com secções formadas por materiais rígidos que eram conhecidas na antiguidade por *sihas*[3525], mas que modernamente são designadas por "orelhas"[3526]. Estas orelhas recurvavam-se durante o puxão e a sua função era aumentar a velocidade transmitida à seta, pois estas extremidades eram feitas de materiais não flexíveis e colocadas num tal ângulo em relação aos membros que funcionavam como poderosas alavancas. Assim, as orelhas obrigavam a que os membros do arco se vissem forçados a curvar ainda mais para dentro quando a corda era puxada, o que lhe aumentava muito a potência[3527].

Uma das grandes vantagens do arco composto era que a sua estrutura combinava as poderosas propriedades elásticas de diferentes materiais, fazendo com que os membros retornassem com extrema velocidade ao ponto de tensão natural do arco montado, o que

---

[3524] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21.

[3525] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 8, 20-22, 26, 44, 50, 61, 63.

[3526] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 400.

[3527] As designadas "orelhas" de um arco são o termo pelo qual são atualmente conhecidas as seções recurvadas não flexíveis que se encontram nas extremidades dos membros de arcos compostos asiáticos, originalmente chamadas de *Siyah* ou *siha*, palavras oriundas respetivamente do árabe e do persa. Segundo alguns especialistas, as "orelhas" terão possivelmente sido uma inovação técnica introduzida pelos Hunos, mas que se viria a tornar uma norma de construção, e mesmo uma imagem de marca, de todos os arcos compostos, embora o grau de inclinação e os materiais utilizados tivessem variado muito. Por outro lado, os designados "membros" eram as duas partes em que o arco podia ser considerado acima e abaixo do local onde se encontrava a empunhadura que nos arcos hunos, por serem assimétricos, não se encontrava a meio. O membro superior era substancialmente maior do que o membro inferior, o que permitia que o arco tivesse um tamanho considerável e simultaneamente fosse fácil de manusear a cavalo. KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 400.

fazia por sua vez com que toda a energia acumulada durante o puxão se transferisse para a seta[3528]. Para se obter um desempenho comparável com um arco não composto, seria necessário realizar uma força de puxão bastante mais forte e obrigar os membros a dobrarem-se num ângulo muito mais pronunciado[3529].

Assim, não só o arco composto exige menos trabalho e menos tempo para puxar a corda em toda a sua extensão, como se capitaliza toda a força empregue, pois as suas orelhas[3530] capturam essa tensão ao funcionarem como poderosas alavancas. O arco composto evita assim que o atirador possa chegar ao chamado limite da eficiência mecânica[3531], o que acontece em muitos outros tipos de arco, nomeadamente os que possuem membros relativamente retos como o arco longo, por exemplo. Neste, o atirador chega a um ponto em que as pontas passam por um ângulo ideal e não oferecem mais vantagem mecânica no disparo da seta ao continuarem a ser ainda mais dobrados os seus membros[3532]. Quando se atinge este ponto o arqueiro precisa de aumentar muito o seu esforço, o que leva a maior cansaço, sem que isto tenha, no entanto, qualquer vantagem prática para a força do seu tiro. Este fenómeno é conhecido como "empilhamento", tornando-se a corda então extremamente difícil de ser puxada, embora isto não corresponda, no entanto, a um aumento real na potência do seu disparo porque as pontas deixaram de atuar como alavancas, estando o arqueiro num processo sem qualquer interesse prático, pois este apenas se encontra a tentar esticar os membros do arco em vez de os dobrar[3533].

Por seu turno, a corda do arco tem de ser extremamente resistente, de um material que não tenha elasticidade, e bem avaliada quanto ao seu próprio peso, pois a designada "tecnologia da corda" é quase tão importante quanto o próprio arco.

Na Antiguidade, as cordas dos arcos podiam ser feitas de vários materiais, como tendões leves, crina de cavalo e até mesmo vegetais, como certas espécies de vime flexível[3534].

Qualquer bom arqueiro deveria sempre trazer consigo uma ou mais cordas de reserva[3535], para poder prevenir qualquer acidente que pudesse ocorrer com a que tinha

[3528] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 18-20.
[3529] LOADES; DENNIS, 2016, p. 7.
[3530] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 400.
[3531] LOADES; DENNIS, 2016, p. 7.
[3532] LOADES; DENNIS, 2016, p. 7.
[3533] KLOPSTEG, 1987, pp. 50, 198-200; CAMERA, 2010, pp. 138-139, 159; SAPP, 2013, p. 204; LOADES; DENNIS, 2016, p. 7.
[3534] Os arqueiros chineses utilizavam, como cordas, vários fios de seda entrelaçados que, mais tarde, viria também a ser o material preferido dos arqueiros otomanos. KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21.
[3535] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21.

colocada, mas sobretudo para adequar o seu uso às diferentes condições climatéricas que enfrentava quando iniciava um combate. As cordas de crina de cavalo, por exemplo, eram muito usadas pelos Hunos porque eram excelentes para disparos em climas frios como era a estepe, enquanto que os tendões sob tais condições tendiam a absorver a humidade atmosférica e a ficarem pesados e flácidos[3536].

Um aspeto crucial para que se conseguisse um bom tiro era a qualidade da seta, pois se um arqueiro com um mau arco pode ocasionalmente conseguir um bom tiro com uma seta boa, não há atirador, mesmo com um excelente arco, que consiga efetuar um bom tiro com uma seta má. Há elementos que, desde logo, se tornam essenciais para definir a adequação das setas a um determinado tipo de arqueiro, nomeadamente o seu peso, pois elas não devem ser demasiado pesadas ou leves, nem muito longas ou curtas para o tamanho de um arco específico.

As condições que poderiam garantir a manutenção de bons disparos eram o resultado da justa calibração de múltiplos fatores, e para que se pudesse garantir que um arqueiro tinha sempre bons resultados, este deveria estar sempre munido de setas adequadas ao seu perfil particular. Havia muitos tipos de pontas de seta usados na Ásia Central e na Europa, o que faz com que as que são achadas, na sua grande maioria, não sejam facilmente atribuíveis a um povo em particular, o que poderia ajudar a revelar algumas das coordenadas geográficas da movimentação bélica dos Hunos.

É, aliás, bem possível que as pontas de setas, produzidas às centenas de milhares, fossem um item comum muito presente na facilitação de trocas comerciais, o que torna ainda mais problemática a identificação da sua origem[3537].

As hastes das setas definiam o seu peso, condicionando o seu voo e a sua capacidade de penetração, com as mais leves a serem normalmente feitas de cana ou junco[3538], enquanto

---

[3536] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 21.

[3537] Contudo é possível admitir-se que as muitas pontas de seta metálicas de perfil hexagonal que têm vindo a ser encontradas na Ucrânia seriam típicas de setas hunas. KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 23.

[3538] As setas utilizadas pelo exército persa, nomeadamente durante as dinastias Aqueménida e Arsácida, eram maioritariamente feitas com hastes de cana, o que possibilitava tiros de longa distância, mas com muito pouca capacidade de penetração. O famoso, mas improvável, comentário atribuído ao rei espartano Leónidas durante a Batalha das Termópilas, em que este teria demonstrado uma total indiferença pela ameaça dos seus homens serem esmagados por uma "chuva de setas", tão densa que "taparia o sol", poder-se-á dever ao seu conhecimento do tipo de flechas que iria ser atirado pelas tropas de Xerxes. Apesar dos Gregos poderem ser atingidos por milhares delas, à distância em que se encontravam os arqueiros persas, nenhuma delas teria a mínima possibilidade de perfurar as suas fortes couraças e os seus grossos escudos. Apesar de podermos desconfiar de quaisquer comentários jocosos que pudesse ter feito Leónidas durante o combate, nomeadamente ficando registado para deleite da História futura, a única consequência daqueles imensos "enxames de flechas" seria realmente o terem de lutar momentaneamente às escuras. Não se pense, no entanto, que os arqueiros persas não eram fatais e de grande competência a curta distância, podendo com

eram utilizadas outras madeiras para as mais resistentes e pesadas, como bétula e cerejeira. As flechas de cana ou junco tinham a capacidade de voar mais longe e seriam mais fáceis de fazer, enquanto que as setas com hastes de madeira tinham a vantagem de ter menor probabilidade de se partirem no momento do impacto e poderem assim ser reutilizadas.

O número de rémiges usadas pelos nómadas para empenar as suas setas variava, tanto em tipo quanto em função, embora geralmente fossem preferidas as penas de aves aquáticas, como gansos e patos. Uma seta possuía duas a quatro penas e, normalmente, estas estavam presas à haste num padrão espiralado para que esta girasse durante o voo e o tiro fosse mais preciso[3539].

As setas dos nómadas, produzidas aos milhares, possuíam diferentes tipos de pontas que eram constituídas por vários materiais, como pedra, osso e, mais tarde, bronze, sendo escolhidas dependendo da tarefa a que se destinavam[3540]. As tipologias de pontas eram escolhidas em função do tipo de tiro pretendido, como o tiro de longa distância, para pássaros no alto, em peixes no lago, em caça grossa, ou em tiro curto para perfurar os escudos e as armaduras de inimigos. As pontas de seta em osso ainda eram bastante utilizadas pelos nómadas, segundo o relato de Amiano Marcelino, o que significa que os Hunos ainda as deveriam utilizar mesmo numa fase tardia[3541]. No entanto, as pontas utilizadas pelos Hunos na guerra eram quase sempre de bronze e com perfis muito variados, onde se incluía um curioso tipo que silvava durante o voo[3542].

---

a extraordinária força dos seus arcos compostos, lançar setas que perfurariam quaisquer grossas proteções. EGGENBERGER, 1985 (*Thermopylae* I), p. 433.

[3539] Saliente-se de novo a mestria da arte da guerra nómada, que embora não possuísse grandes condições para poder realizar observações de carácter balístico, demonstrou uma subtileza de análise que lhes teria permitido compreender que um projétil giratório obteria melhor precisão, tal como acontece modernamente com a bala de uma qualquer arma de fogo.

[3540] As mais típicas aljavas hunas tinham até as setas com as pontas viradas para cima para que o arqueiro pudesse escolher rapidamente aquela que era mais adequada para o seu objetivo. KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 25. Neste caso seria de admitir que o arqueiro deveria ter desenvolvido uma qualquer técnica rápida que o pudesse compensar de ter sacado a seta pela ponta, precisando assim de a virar para realizar o seu tiro, sem que com esta manobra fosse levado a perder uma cadência minimamente razoável de disparo.

[3541] AMM. 31.2.9.

[3542] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 22.
Estas pontas de seta hunas que silvavam durante o voo poder-se-iam inserir num quadro de condicionamento psíquico pelo qual se pretendia salientar o mortífero trajeto dos projéteis no espaço do confronto, intimidando e desconcentrando os adversários, numa clara analogia com a "trombeta de Jericó", a famosa sirene que se fazia ouvir durante os mergulhos dos bombardeiros Junkers Ju 87 (Stuka) durante a II Guerra Mundial. Se, por um lado, não se poderá comparar a potência sonora da "trombeta de Jericó" com o silvo das setas hunas, deveremos, por outro, salientar a enorme confusão e receio que os silvos das muitas setas hunas criariam no campo de batalha, nomeadamente quando a poderemos associar ao errático e multidirecional tipo de investida que era característico dos arqueiros nómadas. GUERRERO, 1976; NOWARRA, 1997; FILLEY; MANLEY, 1988; GUARDIA, 2014, pp. 4-5, 16, 23, 25, 33, 68.

16.3. As Especificidades da Técnica do Arco Composto

A forma habitual de tensionar a corda de um arco no Ocidente era bastante simples e ainda hoje é conhecida como o "puxão mediterrânico", sendo realizado simplesmente utilizando os três dedos fortes da mão que estica a corda, que é geralmente a direita, pois a maioria dos arqueiros são destros, o que os faz segurar o arco com a mão esquerda[3543]. Ela é uma técnica quase intuitiva, pois executa-se com o polegar apertando a cauda da seta contra o indicador e o médio e puxando-a de modo a esticar a corda, conseguindo um efeito bastante eficaz e de fácil aprendizagem.

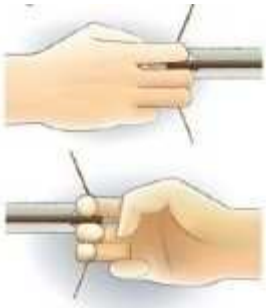


Imagem 168 - Técnicas de puxar e libertar a corda do arco. Puxão Mediterrânico [in SAPP, 2013, p. 126].

Mas se o "puxão mediterrânico" se generalizou como a técnica de disparo de setas nos exércitos ocidentais, ele nunca permitiria a força necessária para tensionar a corda num dos poderosos arcos compostos usados pelos nómadas. Estes, para conseguirem atirar com os seus arcos, viram-se obrigados a ter de desenvolver uma técnica bem mais difícil de executar, e também de aprender, mas que foi a única forma de viabilizar a sua utilização e que ficaria conhecida como "puxão de polegar" ou "puxão mongol"[3544].

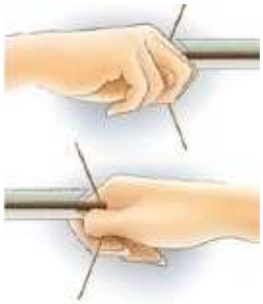


Imagem 169 - Técnicas de puxar e libertar a corda do arco. Puxão Mongol [in SAPP, 2013, p. 126].

Sendo utilizado praticamente só a cavalo, o arco composto nómada tinha de ser mais pequeno do que um grande arco de infantaria, mas, contudo, para ser eficaz deveria manter, ou mesmo suplantar, a pujança de tiro deste último. Para conseguir um tal resultado, o arco deveria ser extraordinariamente robusto, muito reforçado e composto com vários materiais de modo a permitir esticar a corda com uma tensão de várias dezenas de quilos. Não restaria então ao arqueiro nómada, para utilizar o seu arco, senão desenvolver uma técnica de puxão em que teria de utilizar a grande força que se consegue empregar com o polegar a servir de trava, com o dedo indicador e médio auxiliando o processo ao formar uma argola em contacto com a unha daquele, não só para ajudar a travá-lo, como também para segurar a cauda da seta[3545]. Esta técnica é difícil, mas os cavaleiros das estepes

[3543] GOLDSWORTHY, 2003, p. 137; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 24.
[3544] GOLDSWORTHY, 2003, p. 137; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 24.
[3545] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 24.

aprendiam-na desde a mais tenra idade, treinando-a diariamente, o que lhes permitia torná-la quase intuitiva e utilizá-la com enorme facilidade.

O polegar, não só é o dedo mais forte da mão, como está anatomicamente bem posicionado para este trabalho devido, não só à sua independência, mas ao facto de a sua estrutura óssea apresentar só duas secções, o que lhe permite abordar a posição da corda sem ter de se recurvar.

Um outro aspeto importante resultava do tipo de treino nómada, que juntava ao "puxão de polegar", o hábito da seta ser disparada pelo lado direito do arco, ao contrário do que é habitual no tiro mediterrânico, que tende a fazê-lo pelo lado esquerdo[3546]. Um aparente detalhe técnico como este, tem, no entanto, importantes consequências que são bem conhecidas de um bom arqueiro, pois o disparo pelo lado direito do arco permite, não só evitar que a corda bata no antebraço esquerdo, o que pode atrapalhar a precisão do disparo, mas sobretudo uma bastante maior rapidez na colocação de uma nova seta, pois quando esta é puxada, ela encontra-se já do lado por onde virá a ser disparada, facilitando o incremento da cadência de tiro.

Embora os arqueiros, como resultado da sua prática constante, desenvolvessem espessas calosidades nas partes onde a corda contactava com a pele dos dedos, devido ao forte atrito que esta provocava, os arqueiros nómadas viriam mesmo a ter de utilizar uma proteção em forma de anel no dedo polegar para que este não viesse a ficar esfolado durante a intensa pressão do combate[3547]. A tremenda cadência de tiro que praticavam em batalha, causaria necessariamente um atrito tão forte que a pele do polegar não conseguiria suportar durante todo o confronto um tal desgaste. Este anel protetor poderia ser feito de vários materiais, como metal, chifre, osso ou até couro, tendo todos eles um sulco característico que servia para que a corda pudesse ser ali enganchada, mas que estava cortado de modo a que a deixasse facilmente deslizar para fora assim que o polegar se abrisse para executar um disparo. Dever-se-á mesmo salientar o cuidado que tinham os Hunos com as suas boas condições de combate, o que nos é

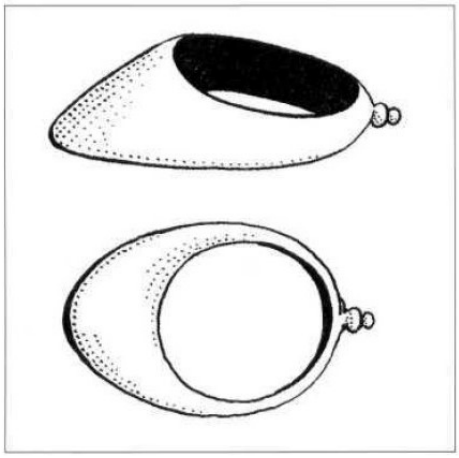


Imagem 170 - Os anéis de polegar eram comuns em toda a Eurásia e podiam ser feitos de couro, osso, chifre, metal e pedra. Este exemplar, de bronze, possui um pequeno botão ao qual era preso um cordão que era amarrado no pulso, para evitar a perda do anel [in KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 25].

[3546] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 24.
[3547] GOLDSWORTHY, 2003, p. 137.

demonstrado pelo pormenor de muitos destes anéis possuírem um pequeno botão que servia para amarrar um cordel que estava preso ao pulso, para impedir que, com a natural excessiva sudação das mãos durante o combate, este pudesse cair e impedir os seus disparos.[3548].

A providencial pontaria dos arqueiros hunos era bem conhecida e temida, conseguindo a maioria destes acertar a galope até em pequenos animais. Afirma-se, por vezes, que os arqueiros montados romanos (*sagittarii*) que viriam a ser adversários frequentes dos arqueiros hunos, eram bons atiradores, mas menos hábeis na precisão do tiro[3549], porque o seu treino levava-os a puxar a corda do arco à altura do peito e até ao seu centro, enquanto os guerreiros montados da estepe, como em geral todos os arqueiros orientais, o faziam puxando a corda à altura do rosto e esticavam-na até à orelha, podendo manter assim um bom direcionamento visual[3550].

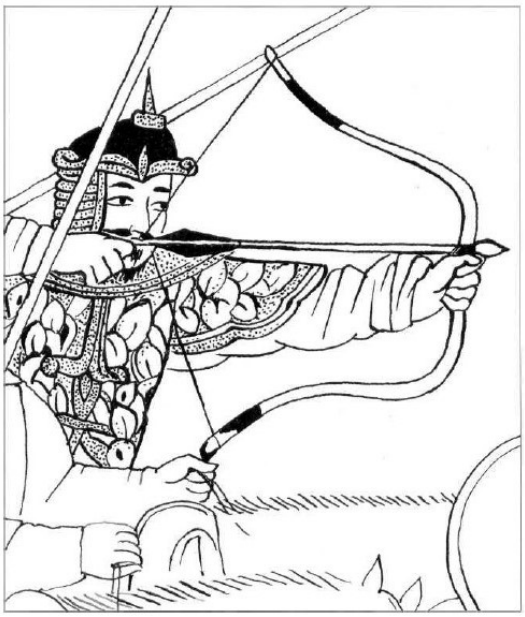


Imagem 171 - Nesta miniatura persa, um arqueiro montado mongol aponta o seu arco junto ao rosto, ao invés de utilizar, como ponto de ancoragem, o ombro como era mais usual na Mongólia. [in KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 49].

O próprio Amiano Marcelino fez um comentário em que expressa a sua surpresa sobre a pujança dos disparos dos arqueiros nómadas e a sua espantosa precisão[3551].

O "puxão de polegar" sofreu uma vasta gama de variações técnicas que se tornariam peculiares aos arqueiros de diferentes povos, que possivelmente terão vindo a aperfeiçoar ao longo de séculos os procedimentos que garantiam o melhor tiro. Embora todos utilizassem o "puxão de polegar", havia outros elementos técnicos bastante díspares nas tradições dos cavaleiros nómadas, pois as tribos citas ou mesmo os Sármatas, não atingiam a perícia que era demonstrada pelos Hunos. Estes dominavam com proficiência as numerosas subtilezas das diversas técnicas da arquearia, como eram a de sustentar o arco na melhor posição para conseguir bons tiros, a altura ideal em que se devia segurar, a melhor inclinação do polegar, a mais eficaz posição da cabeça para permitir bom ângulo visual ou com que dedos se

[3548] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 24-25.
[3549] POHL, 2018, p. 211.
[3550] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 25.
[3551] AMM. 25.1.13: «[…] and next to them the archers (in which art that nation has always been most skillful from the cradle) bent their supple bows with widely extended arms, so that the strings touched their right breasts, while the arrows lay just upon their left hands; and the whistling arrows flew, let loose with great skill of finger, bearing deadly wounds […]».

deveriam retirar as setas da aljava. Tudo isto era um mundo de detalhes e subtilezas que era o resultado da extrema dedicação e única atividade permanente dos homens das estepes[3552].

Embora vários fatores fossem determinantes para o desempenho de um bom tiro de arco composto, como a qualidade da seta, a perícia no "puxão de polegar" e a força de braços do arqueiro, estudos recentes demonstram que, a uma distância de 50 a 60m, a precisão do disparo era elevadíssima e que se mantinha com um grande índice de eficácia até cerca dos 175m[3553].

No entanto, o arqueiro montado, que se encontrava sempre em movimento durante o combate, para ser eficaz teria que desenvolver uma competência particular que lhe permitia num relancear de olhos, compreender como deveria disparar a sua seta dentro de um quadro que era iminentemente probabilístico[3554]. Aqui deparamo-nos com uma grande subtileza tática que resulta do tipo de combate a distância, feito quase exclusivamente com disparos de arcos, como era típico dos nómadas, quer estes fossem os Hunos, os Ávaros ou até mesmo os Mongóis!

Disparar setas num cenário de batalha onde tudo se encontra em movimento e conseguir que os seus disparos sejam minimamente eficazes implica que estes tenham uma forte componente probabilística. O arqueiro montado, que se encontrava ele próprio sempre em movimento, não tinha qualquer vantagem em mirar um adversário em particular, pois o tempo necessário para que a sua seta percorresse os cem ou cento e cinquenta metros que o separavam do alvo, fariam certamente com que esta atingisse um ponto onde este já não se encontrava. Poder-se-á mesmo dizer que um tiro de arco composto, que disparava uma seta do arco a uma velocidade média de 80 a 90 m por segundo, teria poucas condições de ser eficaz, pois mesmo que a seta atingisse precisamente o ponto pretendido, era pouco provável que o alvo visado ainda aí se encontrasse. O seu disparo chegaria ao local desejado, na melhor das hipóteses, sem contar com outros fatores como a influência do vento, entre um a dois segundos depois, o que significa que bastaria um pequeno movimento do seu alvo, para

---

[3552] Não é, pois, de estranhar a insuperável mestria de tiro com arco que foi sempre a marca d'água de todos estes guerreiros errantes, mostrando bem a complexidade de um processo que atingia níveis de sofisticação ainda bem superiores ao que viríamos a encontrar na Idade Média, como acontecia, por exemplo, com os famosos arqueiros ingleses que ganhariam muitas das batalhas da guerra dos 100 anos (1337-1453, EGGENBERGER, 1985, *Hundred Years' War*, p. 195), como Crécy (26 de agosto de 1346 – EGGENBERGER, 1985, *Crecy*, pp. 108-109; LOADES; DENNIS, 2013, pp. 50-55) ou Azincourt (25 de outubro de 1415 - EGGENBERGER, 1985, *Agincourt*, pp. 7-8). Se é comum salientar-se o dilatado tempo de aprendizagem que era necessário para formar um destes" "*longbowers*", poderemos, por comparação da complexidade do processo, formar uma ideia da extraordinária aprendizagem e competência que estava nas mãos dos arqueiros nómadas.

[3553] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 23.

[3554] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 48-50.

que o tiro falhasse. O tempo de um único segundo é mais do que suficiente para que um alvo visado pudesse dar um passo, para um movimento de oscilação do corpo, para que um escudo ou outro qualquer objeto se pudesse entrepor no trajeto da seta, levando a que a grande maioria dos projéteis estivessem condenados a falhar os seus alvos.

Os arqueiros em combate teriam de aprender a disparar essencialmente para um cenário de batalha que era aquele que num rápido relancear de olhos, conseguiriam prever que seria a posição dos seus adversários um ou dois segundos depois do momento do disparo. É evidente que uma seta poderia falhar um alvo e acertar noutro inimigo que, para azar seu, cruzasse antes ou depois a trajetória dela precisamente naquele instante, o que fazia com que houvesse um aumento exponencial da probabilidade de sucesso quanto maior fosse a concentração de adversários numa determinada área do campo. Estaremos mesmo em crer que não seria sem razão que os Hunos procuravam atacar os seus oponentes com sucessivos raides de cavalaria vindos de várias direções[3555], procurando possivelmente empurrar os seus adversários para uma grande massa humana que potenciasse o efeito das suas setas. Diga-se mesmo, que, muito possivelmente, este objetivo seria até obtido com facilidade, pois os seus adversários, que eram normalmente acossados na vastidão de uma planície, teriam uma natural tendência para se proteger unindo-se espacialmente em grupos durante o confronto, o que tinha o nefasto efeito de tornar probabilisticamente cada vez mais eficazes os disparos dos nómadas[3556].

Além disso, a tendência intuitiva para se agruparem devido ao receio do ataque das setas, permitia igualmente que os cavaleiros hunos circulassem em seu torno e pudessem efetuar disparos com maior proximidade, o que permitia aumentar ainda mais o seu impacto e precisão. Segundo dados estatísticos, apenas 2% das setas que atingiam um inimigo, deveriam causar morte imediata, mas a maioria das que acertavam resultava em lesões bastante graves, muitas vezes militarmente incapacitantes, pois os disparos realizados em grande proximidade, a 20 ou 30 metros, continuavam a ser feitos sem visar um alvo específico[3557], cravando-se aleatoriamente nos braços, nas pernas ou perfurando escudos e armaduras, em zonas não fatais do tronco. Poder-se-á formar uma ideia aproximada de qual seria o efeito devastador que um ataque direto dos Hunos com a duração de alguns minutos, sob uma infernal cadência de tiro, poderia ter sobre qualquer exército. Não é, pois, de

[3555] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 52-53.
[3556] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 23.
[3557] Havia, no entanto, momentos em que os Hunos, usando como outros nómadas uma tática de grande efeito, aproveitavam a debilidade em que já se encontravam os seus adversários, para os aterrorizar ao aproximarem-se a tal ponto que podiam visar individualmente cada um dos seus contendores.

estranhar a generalizada reação de pânico que a chegada dos nómadas provocou desde o seu aparecimento perante os Alanos e Ostrogodos no norte do Mar Negro e a consequente migração desordenada que provocou em todo o Ocidente habitado pelas tribos germânicas.

Os arqueiros hunos dominavam também uma excelente técnica de disparo parabólico, o que fazia com que tivessem prática de atirar as suas setas mais pesadas a 45 graus, de tal modo que elas se elevavam a grande altura e caíam quase verticalmente sobre os seus inimigos. Este recurso era frequentemente utilizado, para realizar ataques a um inimigo que se encontrava entrincheirado ou concentrado num acampamento[3558].

Um arqueiro das estepes era capaz de atirar 12 ou mais setas por minuto e, quando em guerra, transportava consigo cerca de uma centena e meia[3559], mas tinha, muitas vezes, na área circundante ao local do confronto, várias carroças com muitos milhares delas onde ciclicamente, mesmo durante o combate, se deslocava para reabastecer[3560].

Para que os seus arcos tivessem tamanho suficiente para realizar fortes disparos e simultaneamente permitissem um bom manuseio a cavalo, os arcos hunos eram assimétricos, sendo maiores no membro superior do que no inferior[3561]. Uma tal irregularidade levanta mais uma vez complexos equilíbrios de compensação entre dureza dos materiais e forças de tensão, pois para que o tiro seja equilibrado, a parte superior, por ser mais longa, tem de ser concebida de modo a oferecer bastante mais resistência ao puxão da corda.

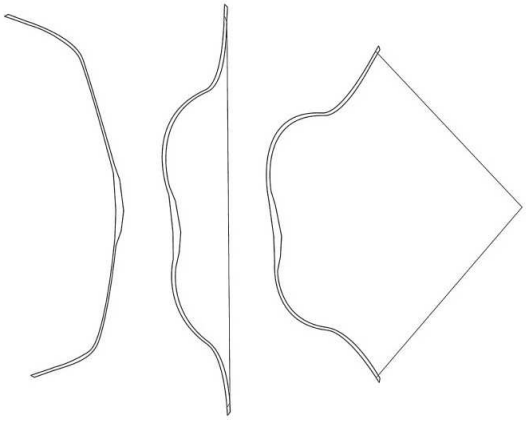


Imagem 172 - O arco huno assimétrico tem o membro superior mais longo que o membro inferior, uma característica que compartilha com o japonês yumi. (Desenho de Robert J. Molineaux). [in LOADES; DENNIS, 2016, p. 18].

Foi precisamente o domínio desta assimetria, cujo conhecimento viria também a moldar a eficácia da arquearia nipónica[3562],

[3558] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 23.

[3559] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 23.
Como disse C. de Bridia em 1247, comentando a intensidade do ataque dos arqueiros mongóis: "Assim que suas setas alcançam o alvo sem impedimentos, diz-se que, devido à densidade de seu fogo, fazem chover flechas em vez de atirá-las". (Bridia, C. de, *Historia Tartarorum*, passagem 58)
A Relação Tártara (em latim, *Hystoria Tartarorum*, ou em inglês, *History of the Tartars*) é um relato etnográfico sobre o Império Mongol composto por C. de Bridia em latim, em 1247. É um dos relatos mais detalhados da história e costumes dos Mongóis a aparecer na Europa nessa época.

[3560] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 24.

[3561] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 400.

[3562] Embora tivesse surgido a milhares de quilómetros do contexto militar ocidental, o arco tradicional samurai é outro dos exemplos de excelente construção de arcos assimétricos que moldariam a realidade bélica do Extremo Oriente. A "arte do Kiudo", (Kyudo) que ensinava a utilização do poderoso arco samurai fornecia a estes guerreiros excelentes condições de combate, nomeadamente quando estes se apresentavam no

que permitiu aos Hunos construir melhores arcos que os dos Citas, pois apesar destes também serem compostos, sempre foram simétricos[3563].

As selas dos Hunos eram de madeira e integravam-se na mesma preocupação de proporcionar um bom tiro mantendo o cavaleiro numa posição estável, mesmo quando este galopava à carga e tinha de controlar o cavalo só com os joelhos e os pés[3564].

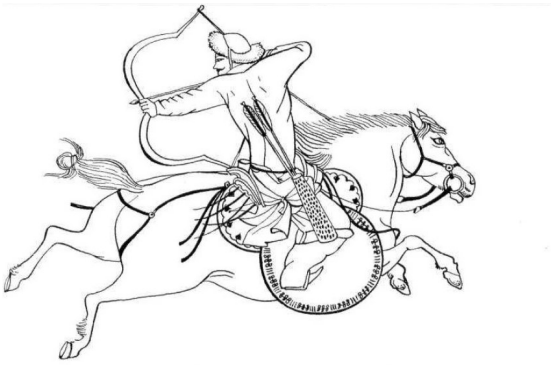


Imagem 173 - Representação chinesa de um arqueiro a cavalo mongol. O arqueiro está a dar o omnipresente "tiro parta", uma técnica típica de todos os arqueiros montados nas estepes [in KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 9].

Os homens hunos passavam os seus dias exclusivamente a construir as suas setas e a praticar tiro com os arcos, tendo uma total disponibilidade para o fazer, pois eram as mulheres nómadas que tinham o encargo de realizar todo o trabalho quotidiano, inclusive o que estava ligado com a subsistência[3565].

Consideramos mesmo que tal como foi por nós aventado no subcapítulo 4.2.2. (Em Busca de Novas Conceções Táticas - Gesto Técnico), os arqueiros hunos teriam todas as condições, atendendo ao elevado índice de prática diária ao longo de muitos anos, ter desenvolvido enormes competências ao nível do "gesto técnico". Acreditamos que, quer os Hunos, quer a generalidade dos vindouros arqueiros nómadas, deveriam adquirir espantosas capacidades no tiro com arco, devido a esta ser não só praticamente a sua única atividade, como também à qual dedicavam todo o seu tempo e atenção, o que pode justificar a sua proverbial precisão e a inusual cadência de tiro[3566]. Seria, pois, pouco provável, senão

campo de batalha como arqueiros montados. GRAYSON; FRENCH; O'BRIEN; GLOVER, 2007, pp. 13-15, 54.

[3563] Os Persas, tal como os Citas, que tinham até uma origem comum, utilizavam arcos menores que os dos Hunos, o que se por um lado lhes permitia ter grande agilidade para girar sobre o cavalo e atirar em qualquer direção, por outro os seus disparos não tinham a pujança e alcance dos que eram desferidos pelos guerreiros hunos. Era aliás frequente que os Persas partossassânidas conseguissem disparar com facilidade as suas setas até para a sua retaguarda, mesmo quando se afastavam a galope, caracterizando o que ficaria conhecido como o famoso "tiro parta". O'CONNELL, 1989, p. 103; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 50.

[3564] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 45-47; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 399.

[3565] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 214; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 55.

[3566] Embora não tenhamos relatos que nos possam assegurar que os nómadas competiriam quotidianamente entre si fazendo demonstrações quanto às extraordinárias capacidades individuais desenvolvidas por cada um, estamos convencidos que, baseando-nos num contexto antropológico básico de comportamento, seria de admitir que estes arqueiros, centrados permanentemente nesta atividade, sentissem prazer em competir nas proezas que conseguiam efetuar com as suas setas. Possivelmente disparos de longa distância, miras em pequenos objetos, tiros com mais de uma seta, poderiam fazer parte de um largo reportório de dificuldades que um bom arqueiro huno gostaria de exibir, quer perante os outros membros do seu clã, quer perante o aplauso do universo feminino. Tais possíveis competições reforçariam diariamente as suas

impossível, que quaisquer outros guerreiros, considerando mesmo outras formações de arqueiros, pudessem ter condições de ombrear com os seus espantosos recursos.

Com a pujança dos seus arcos e lutando de forma a evitar o contacto físico, os nómadas dificilmente teriam adversários à altura, nomeadamente ao adotarem a desafrontada tática, isenta de quaisquer serôdios códigos de honra, que lhes permitia investir violentamente sobre os seus inimigos, muitas vezes de surpresa, para logo depois encetarem uma rápida fuga caso esta não tivesse conseguido logo efeitos demolidores[3567].

Se procurássemos resumir o que era o seu tipo de ataque, poder-se-ia dizer que este era sempre uma tentativa de conseguir, com um poderoso ataque inicial, intimidar e infligir o maior número de baixas possível, tal como se viria a caracterizar o tipo de ofensiva de outros futuros povos de arqueiros nómadas como viriam a ser os Mongóis[3568].

Muitos dos seus combates não eram, pois, confrontos onde entrassem com um marcado risco de vida ou morte, mas muito mais o momento em que, investindo em grupo e muitas vezes de surpresa, exterminavam os seus adversários despejando sobre eles demolidoras vagas de setas[3569]. Se isto não estivesse a ser conseguido, abandonariam o combate com a mesma ligeireza com que o tinham provocado, pois mesmo quando eram repelidos ou mesmo derrotados, conseguiam fugir com perdas mínimas, podendo-se entender cada uma das suas batalhas como, não mais, do que mais uma tentativa para eliminar os seus inimigos[3570].

A permanente utilização dos arcos não permitia, como é natural, que os Hunos transportassem escudos. Para se protegerem de setas e poderem lutar em proximidade com as suas espadas, muitos destes nómadas envergavam couraças e capacetes, pois não só podiam fabricá-las com facilidade devido ao seu domínio das artes metalúrgicas, como não

---

competências, levando a que o seu coletivo estivesse em permanente aperfeiçoamento e que todos sentissem a obrigação de se tornar os melhores arqueiros possível, aliás como marca identitária de género.

[3567] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 399.

[3568] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 53-54.

[3569] Um outro recurso tático, habitualmente pouco atribuído aos Hunos, era o atirar de laços feitos com tiras de pano ou couro que lançavam em proximidade sobre os seus oponentes de modo a impedir que se defendessem. Amiano Marcelino, um dos mais insuspeitos relatores dos factos militares do século IV, afirma que eles o faziam com tal perícia que os seus adversários ficavam totalmente imobilizados. AMM. 31.2.9.

Maenchen-Helfen diz que os Godos teriam sido os únicos guerreiros germânicos que também teriam dominado a técnica de utilização do laço e que estes provavelmente a teriam aprendido dos Hunos. O laço era usado por muitos povos no Oriente e numa área tão ampla que o seu uso não se pode atribuir a um grupo militar específico, tendo sido um recurso também manuseado pelos guerreiros partas e sassânidas, bem como pelas tribos citas e sármatas. Na Índia, a arte de atirar o laço sobre os inimigos, designada por "*pasa*", era uma das artes marciais próprias dos deuses e a sua prática tinha tanto gabarito que deveria ser estudada pelos príncipes. MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 239-240.

[3570] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 399.

tinham rebuço em utilizar proteções que resultassem, quer das suas pilhagens, quer do equipamento defensivo retirado dos seus inimigos mortos[3571].

Vários autores romanos importantes o referem explicitamente, como o procônsul da África Pacato Drepanio no final do século IV d.C., o bispo e alto funcionário do Império Romano Sidónio Apolinário e ainda Procópio, este já no século VI, garantem que muitos guerreiros hunos usavam couraças de ferro[3572]. No entanto, Amiano Marcelino generaliza mais o uso de proteções por parte dos nómadas, afirmando que a maioria dos Hunos estaria couraçada, mas de forma ligeira[3573], o que seria natural pois necessitavam de ter bastante agilidade para o manuseio dos seus arcos[3574].

É, no entanto, possível que os nobres e os mais destacados membros dos Hunos pudessem estar mais fortemente blindados e o seu número aparentemente deveria ter crescido, como nos diz Maenchen-Helfen, à medida que adquiriam riquezas resultantes do butim e dos tributos[3575].

Muitos destes nobres hunos deveriam utilizar capacetes de várias proveniências e formas, como os *spangenhelme*, muito envergados pelos soldados romanos nesta fase tardia do exército romano e outros similares aos dos Sármatas, aliás bastamente representados no arco de Galério[3576].

A imagem dos Hunos surgia assim para todos como sendo a máxima expressão dos estereótipos do temível barbarismo que era atribuído a gentes selvagens e demoníacas, sem lei, sem fé, sem piedade, sem liderança, cujo único objetivo era matar e pilhar.

Nenhum nómada se fixava à terra onde se encontrava, nem construía casas, ou possuía utensílios domésticos, todos eles deambulavam permanentemente, indo de um local para outro, como vagabundos, levando as carroças onde viviam com as mulheres e os filhos. Por não praticarem a agricultura, a sua dieta era muito restrita, circunscrevendo-se praticamente a carne, que comiam frequentemente crua, bem como a alimentos derivados do leite[3577].

Apenas com uma forma mitigada de religiosidade de tipo animista[3578], os Hunos não possuíam propriamente um quadro definido de valores, relativizando muitas vezes o que

[3571] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 29-31.
[3572] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 249.
[3573] AMM. 17.12.2.
[3574] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 241-247..
[3575] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 248-249
[3576] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 251-253.
[3577] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 316-317.
[3578] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 259, 267-288.

poderia ser considerado o certo e o errado[3579], o que lhes permitia ter assim comportamentos enganadores e evasivos sem que tal lhes provocasse qualquer constrangimento moral.

Apesar de tudo, poder-se-á dizer que os ataques dos Hunos, nomeadamente antes de Átila, não faziam parte de um grande plano de invasão organizado que cumpria um qualquer desígnio estratégico global, mas resultava tão somente de um aumento de escala e frequência das suas incursões, quer estas fossem lançadas contra os seus vizinhos, quer fossem posteriormente lançadas já dentro do Império Romano[3580].

Note-se que antes do aparecimento do seu carismático chefe Átila, os Hunos não formavam uma unidade política encontrando-se divididos em centenas de clãs que respondiam circunstancialmente a diferentes chefes[3581]. A sua grande unidade apenas se consolidaria na década de quarenta do século V, com o aparecimento de Átila, nomeadamente depois de ter concentrado todo o poder na sua mão após a morte do seu irmão Bleda, com quem tinha antes partilhado a chefia dos Hunos[3582].

Se por um lado, esta grande concentração da força militar huna, viria a criar um poder com uma enorme capacidade, viria por outro a ter também vantagens para a orgânica política do próprio Império Romano. A grande unidade política dos Hunos, permitiu-lhes intervir numa esfera macropolítica muito mais elevada do que teria sido possível se tivessem mantido a sua condição de dispersas tribos nómadas, fazendo assim com que Átila pudesse ombrear em força marcial com as duas partes do "Império Romano". A sua permanente fragmentação, em inúmeros grupos tribais, teria tido possivelmente consequências ainda mais gravosas para todo o *status quo* romano anterior à sua chegada.

Se é possível considerar-se que a sua presença poderá, em grande medida, ter sido o "golpe de misericórdia" militar no Império Romano, pelo desequilíbrio político generalizado que causou, talvez seja legítimo admitir-se igualmente que se se tivesse mantido a fragmentação do universo dos Hunos sob o controle de diferentes chefias, a errância descontrolada da sua destruição teria ainda atingido picos mais problemáticos de devastação e morte.

A dureza de carácter de Átila foi um flagelo para todos os seus adversários, mas, por outro lado, foi um traço de personalidade fundamental para que este conseguisse subjugar

[3579] AMM. 31.2.11
[3580] HEATHER, 2010, pp. 148-155; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 317.
[3581] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 317, 398-399.
[3582] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 81-85.

os diferentes clãs e refrear as atávicas pulsões de morte, destruição e roubo que cada tribo tinha trazido das estepes inscrito no seu genoma bélico.

16.4. O Contributo de uma Hipótese de Arqueologia Experimental

A fim de que se possa ter hoje uma perceção aproximada da qualidade de tiro e rapidez de disparo de um arqueiro treinado com um arco composto, poderíamos recorrer ao interessante exemplo recente do arqueiro húngaro Lajos Kassai. Este é um homem interessado na recuperação das tradições da arquearia e que, desde há anos, se encontra focado na pesquisa e no desenvolvimento de técnicas de disparo de setas e na articulação destas com o seu desempenho a cavalo.

O que nos parece relevante no exemplo de Kassai é que mesmo antes de nos podermos questionar sobre a possível utilização destas técnicas de arquearia em contexto historicamente informado como sendo possível que estas tenham sido utilizadas pelos arqueiros da estepe, o que se torna, desde logo, mais relevante é a demonstração categórica de que estes extraordinários recursos são humanamente exequíveis. Elas surgem-nos assim como recursos com um espantoso grau de eficácia e que foram o resultado de um dedicado treino idealizado por este arqueiro. Este terá sido realizado sob condições materiais que se poderiam considerar bastante similares às que poderiam possuir os arqueiros nómadas na Antiguidade[3583].

Não havendo forma de aferir com segurança histórica quais seriam as técnicas que os arqueiros hunos utilizavam no manuseio do seu arco, nem existindo, com segurança, quaisquer relatos que nos possam fornecer dados detalhados sobre esta questão, só pelo

[3583] A única exceção material prática que se poderá apontar no trabalho de Lajos Kassai como podendo apresentar condições diferentes relativamente às que possuíam os arqueiros hunos é a utilização dos estribos, mas cuja utilização não se torna um elemento determinante para o nosso foco de análise. Os disparos de Lajos Kassai têm objetivos meramente desportivos, longe da realidade marcial que teriam que enfrentar os arqueiros nómadas em situação de combate e estes não estariam particularmente interessados, tal como vimos, em efetuar disparos com um tal grau de precisão.
Como aliás já tivemos oportunidade de observar, os tiros dos nómadas não pretendiam ao longe, visar alvos determinados, mas eram sim fundamentalmente de matriz probabilística e lançados sobre o coletivo dos seus adversários. A própria distância a que os Hunos se encontrariam habitualmente dos inimigos era substancialmente maior do que aquela a que se encontra este arqueiro dos seus alvos. O que nos pode interessar no seu exemplo é fundamentalmente compreender como poderiam ser os movimentos rápidos de braços, de mãos, de tronco, de cabeça, de modo a que fosse possível permitir sacar uma seta, esticar a corda e apontar com propriedade, mantendo-se sempre a galope e com uma enorme cadência de tiro. O que o método de arco de Kassai nos permite conceber, e até mesmo visualizar com bastante detalhe, é a forma de conseguir uma extraordinária rapidez no disparo das setas, mesmo deslocando-se a cavalo, o que nos demonstra que algo de similar poderia ter sido executado pelos arqueiros hunos que dominavam com grande mestria, quer a arte da equitação, quer o tiro com arco.

desenvolvimento de técnicas proporcionadas por excelentes arqueiros modernos poderemos vir a poder formar uma ideia aproximada de como se conseguiriam tais proezas de tiro.

Antes de tudo, o que Kassai nos mostra, nos seus escritos e vídeos, é um conjunto de recursos que nos provam que são humanamente passíveis de ser empregadas por um atirador, conseguindo com elas, não só disparos com grande precisão, como uma cadência de tiro que não é sequer concebível para quem não pratica tiro com arco a um tão elevado nível. O trabalho de Lajos Kassai, nos últimos anos, tem vindo mesmo a ser merecedor de um reconhecimento ao mais alto nível, nomeadamente quando em 2011 a Faculdade de Budapeste de Educação Física integrou de forma pioneira no seu currículo académico o tiro com arco a cavalo. Assim, não só esta universidade se tornou a primeira instituição de ensino superior a demonstrar o interesse nesta difícil disciplina física, como passou a fornecer um diploma de certificação desta competência[3584].

Lajos Kassai, além de ser um extraordinário arqueiro, também se tem vindo a interessar pela construção de arcos compostos, tendo começado a fazê-los desde meados da década de 80 do século passado e vindo a competir como desportista de alta competição, detendo já um vasto palmarés com inúmeras medalhas. Muito interessado precisamente na arquearia da antiguidade, nomeadamente na dos povos nómadas, iniciou a fabricação de arcos com uma estrutura o mais próxima possível do que se julga poderem ter sido os modelos tradicionais dos Hunos, tendo como base a obra de Károly Cs. Sebestyén e de Gyula Fábián[3585].

Para se aperfeiçoar, e compreendendo os paralelismos entre os arcos hunos e os exemplares, também compostos e assimétricos que são património dos samurais, Kassai iniciou também em Kamakura, o estudo do *kyudo*, a antiga arte japonesa do arco.

Segundo a proposta de Kassai seria de admitir, como ele demonstra ser possível, que os Hunos tivessem desenvolvido a curiosa técnica de segurar simultaneamente várias setas pela haste com a ponta para baixo na mão esquerda enquanto esta empunhava o arco. Isto permitia que a mão direita pudesse sacar uma delas no preciso momento em que era possível que a mão esquerda pudesse momentaneamente afrouxar a preensão do arco por não estar

[3584] A técnica de Kassai no tiro equestre com arco, viria mesmo a ter um reconhecimento estatal ao ser incluída no Património Cultural Imaterial da República da Hungria o que fez com que este recebesse também a Cruz de Oficial da Ordem de Mérito deste país.

[3585] Károly Cs. Sebestyén (1876-1956, Budapeste, Hungria) e Gyula Fábián (1884-1955) foram dois etnógrafos e professores húngaros.

sujeita ao puxão da corda, retirando mais uma seta de modo a que esta fosse de imediato direcionada pela cauda para um novo tiro[3586].

Num esclarecedor vídeo que gravou, este arqueiro húngaro consegue disparar, e mesmo acertar, 12 setas em 12 alvos em movimento em apenas 17 segundos. No mesmo vídeo, Lajos Kassai cavalga a galope a 35 km/h, conseguindo mesmo assim fazer seis tiros em apenas dez segundos, e acertar em inúmeros alvos em movimento[3587].

Tomando esta técnica como exemplo, não seria de excluir que os arqueiros nómadas tivessem desenvolvido inúmeros métodos e recursos que pudessem maximizar a eficácia dos seus disparos com expedientes que possivelmente estarão para além do que possamos imaginar[3588], tal como era o caso daqueles que referem que estes conseguiriam disparar duas ou três setas em simultâneo.

16.5. Análise Crítica de Paradigmas Militares no Final do Século IV

Para que se possa ter uma noção do quão superior era o modelo de combate trazido pelos Hunos sobre os sistemas militares que possuíam os seus adversários, deveremos procurar integrar uma tal análise na leitura de factos que se inscrevam num quadro macroestrutural de comparação de recursos e competências marciais.

[3586] Lajos Kassai resumiu toda esta sua experiência num livro que titulou "*Lovasíjászat*", que foi traduzido para inglês com o nome de "*'Horse Archery*", bem como, para divulgação do seu trabalho, fundou o centro húngaro de tiro com arco a cavalo, Kassai-völgy, perto de Kaposméro e disponível em: https://www.lovasijaszat.hu/
Como reconhecimento do interesse deste seu trabalho inovador, têm vindo a ser fundados vários outros centros congéneres em outros países, existindo hoje já outras 14 escolas deste tipo de arquearia em funcionamento, o que tem permitido que se organizem anualmente campeonatos desta modalidade.

[3587] Consultado em 2023.05.26: Lajos Kassai Fast Archery Champion of All Time – YouTube.
Archery Rapid Fire Hun Archery Kassai
https://www.google.com/search?q=archery+rapid+fire+hun+archery+kassai&rlz=1C1GGRV_enPT767PT821&oq=&aqs=chrome.0.69i59i450l8.235259204j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:16c92d2a,vid:2yorHswhzrU

[3588] Simon Macdowall, na sua obra "*Catalaunian Fields AD 451. Rome's Last Great Battle*", refere a mestria de Lajos Kassai, acrescentando:

> «[…] Lajos Kassai, a modern Hungarian horse archery expert, has taught himself to fire 6 arrows in 10 seconds at the gallop with incredible accuracy. Imagine this multiplied many times over. A unit of 1,000 men could gallop towards the enemy at a speed of around 30–40km/h; open fire at 150m; shoot again at 100m; split right and left at around 40–50m to ride parallel to the line, firing once or twice more before turning away and shooting to the rear. In the space of only a few seconds they could easily have loosed off 5,000–6,000 aimed arrows on a relatively narrow front. The impact would have been devastating. It would have pinned their opponents behind their shields making them an ideal target for a well-timed charge before they could recover. […]» MACDOWALL; DENNIS, 2015, p. 37.

Para consolidar esta observação, o melhor exemplo bem poderá ser fornecido pelas tribos germânicas dos Godos, que, tendo-se anteriormente revelado extremamente competentes do ponto de vista militar, nomeadamente a partir do século III d.C.[3589], claudicariam de forma surpreendente quando, a partir de 370, se veriam confrontados com a demolidora máquina de guerra dos Hunos.

Como vamos poder observar, toda a situação militar dos Godos poder-nos-á fornecer um quadro comparativo e realista quanto à extrema eficácia marcial dos nómadas hunos que era proporcionado, não só pela errância do seu modo de vida[3590], mas sobretudo pelos recursos táticos que possuía a robusta arquearia huna.

Os Godos são mencionados nas fontes romanas pela primeira vez na obra de Tácito no ano de 98 d.C., como sendo um povo germânico com muitos clãs que se encontrava estacionado na foz do Vístula[3591], que é o grande rio que atravessa os territórios que pertencem hoje à Polónia. Quando os Godos, no início do século III, decidiram deixar a costa sul do mar Báltico, ter-se-iam deslocado para Oriente, tendo chegado ao rio Don, fixando-se na atual Ucrânia e estendendo-se até a Bielorrússia[3592]. Se os Godos, até ao século III d.C., ainda não tinham entrado em conflito direto com o exército romano[3593], iniciariam nesta fase uma fulgurante campanha de saque e pilhagem que se estenderia por grande parte do Oriente, revelando a sua enorme capacidade militar[3594].

Em 238 d.C., os Godos iriam também dar início às suas devastadoras campanhas no Ocidente na foz do Danúbio, e pouco tempo depois saqueariam as províncias romanas da Trácia e da Mésia que pertencem hoje aos territórios da Bulgária, onde infligiriam várias derrotas ao exército romano[3595].

[3589] KULIKOWSKI, 2007, pp. 14, 18-23.

[3590] A permanente errância das tribos hunas, que só viria a ser parcialmente alterada já no século V com Átila, tornava impossível prever para onde estes se dirigiriam e, portanto, onde se verificariam os seus próximos ataques. Além do mais tornava impraticável que as vítimas das suas investidas pudessem ter qualquer iniciativa de contra-ataque ou sequer de represália com o objetivo de tentar enfraquecer a sua capacidade militar, pois a sua mobilidade geográfica era permanente. Só quando mais tarde viriam a constituir, sob o cetro da pesada espada de Átila, o peculiar centro administrativo do Império Huno, formado por acampamentos de tendas e precárias instalações, as tribos hunas viriam a aceitar alguma estabilidade geográfica.

[3591] TAC. *G.* 44. Na edição consultada o tradutor e também autor da introdução e das notas explicativas, Anthony R. Birley, esclarece, na nota referente a esta passagem de Tácito (p. 131): «[…] the Gotones: the Goths, who at this time lived east of the lower Vistula. Their own tradition (Jordanes, Getica 4) was that they had come there from Götaland in southern Sweden. [...]». IORD. 4.25-27.

[3592] HEATHER, 1994, cap. Goths and Romans before the Huns, pp. 1-3; HEATHER, 2010, p. 70; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 145.

[3593] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 8.

[3594] MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 8-9.

[3595] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.

Depois, na Batalha de Abrito[3596], atual Razgrad na Bulgária, em 1 de junho ou 6 de agosto de 251, um exército godo, sob o comando do rei Cniva, mostraria a sua força ao conseguir cercar e destruir um grande exército romano[3597], tendo tido mesmo a capacidade, pela primeira vez na história, de eliminar, quer o próprio imperador Décio, quer o seu herdeiro Herénio Etrusco[3598].

A fúria marcial das tribos godas continua imparável e entre 253 e 271, efetuam sucessivos ataques marítimos na região fronteiriça do baixo Danúbio, tendo seguido depois para o saque do litoral do Mar Negro. O sucesso nestas incursões deu-lhes uma aura de confiança que os encorajou a ampliar o seu raio de ação, estendendo então as suas razias até ao Bósforo e ao Mar Egeu, descendo depois para devastar as costas da Ásia Menor, da Grécia, da Macedónia e até da ilha de Chipre[3599]. Estas campanhas militares tornar-se-iam tão ousadas que os seus guerreiros passariam não só a pilhar as populações das costas, como se embrenharam também em regiões de *interland*, penetrando até cidades como Éfeso ou Atenas, as quais saqueariam com brutalidade[3600].

Só em 269, o imperador Cláudio II Gótico[3601], conseguiu refrear esta senha de pilhagem goda ao tê-los derrotado na Batalha de Naisso[3602], atual Nis, na Sérvia. Após esta, a capacidade militar dos Godos ficaria muito enfraquecida e muitos dos seus guerreiros passariam mesmo a aceitar servir como auxiliares no exército romano[3603], enquanto outros grupos, aparentemente pacificados, se instalariam como colonos encostados às fronteiras do Império[3604].

Logo depois, o esforçado imperador Aureliano, conseguiria ainda o controlo da fronteira do baixo Danúbio[3605], mas a difícil situação estratégica em que o Império se encontrava forçou-o a abandonar a província da Dácia[3606], que compreendia a margem esquerda do rio, hoje território situado na atual Roménia.

3596 GONZÁLEZ, 2005, (*Abrittvs*), p. 11.

3597 Esta Batalha de Abrito é uma das mais bem documentadas da História romana, tendo sido descrita por inúmeros autores que vão de Aurélio Victor (AVR. VICT. *Cae*. 29.5) a Zósimo (ZOS. 23.2-3), passando por Jordanes (IORD. 18.101-103), Lactâncio (LACT. *Mort*. 4.3) e Zonaras (ZONAR. 12.20).

3598 KULIKOWSKI, 2007, p. 18; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 147.

3599 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.

3600 KULIKOWSKI, 2007, pp. 18-20; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 147-150.

3601 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 155.

3602 No verão de 269. EGGENBERGER, 1985, (*Naissvs*), p. 293; GONZÁLEZ, 2005, (*Naissvs* I), p. 487.

3603 RICHARDOT, 2001, pp. 293-299; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 157.

3604 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.

3605 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.

3606 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9; RICHARDOT, 2001, p. 107; HALSALL, 2007, p. 138; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 159-160.

No século IV, seguindo a tendência que se registava para uma crescente união política das tribos germânicas, vários clãs godos unem-se e voltam a reagrupar-se militarmente, o que lhes permitiria atacar de novo as províncias danubianas do Império, muitas vezes aliados com outros grupos germânicos[3607].

Nos cem anos que se seguiriam, Godos e Romanos confrontar-se-iam num interminável "braço de ferro" onde se digladiariam inúmeras vezes em sangrentas batalhas, razias e represálias que ocorriam em ambas as margens do Danúbio, fazendo suceder períodos de guerra aberta a outros em que se estabeleciam precárias tréguas[3608]. Os confrontos eram tão continuados que, para que se pudessem fazer frequentes represálias punitivas contra os Godos face às inúmeras razias que estes praticavam no Império atacando as populações da margem sul do Danúbio, o imperador Constantino I mandou construir uma grande ponte de pedra de 2,5 km sobre o rio para que as suas tropas palatino-comitatenses pudessem atravessar rapidamente e atacar de surpresa os germânicos nos seus próprios territórios[3609].

Este desgastante confronto militar manteve-se durante décadas, o que nos demonstra claramente que a capacidade marcial dos Godos era bastante consistente e que, de alguma forma, conseguia ombrear neste "braço de ferro" com o exército romano[3610]. No entanto, no início da década de 370, todo este estado de coisas se alteraria profundamente, pois os primeiros grupos de Hunos chegariam à orla dos territórios a Ocidente com todo um poder militar que era até então desconhecido[3611]. Estes nómadas, que tinham um aspeto assustador e um comportamento de gentes selvagens[3612], não tinham qualquer coesão política, mas tinham setas demolidoras que varriam com uma onda de morte todos aqueles que tivessem a pretensão de se lhes opor. Era o início da grande transformação do mundo civilizado do Ocidente, imposta pela grande superioridade dos arcos dos bárbaros errantes que vinham das longínquas estepes da Ásia Central, com as suas carroças e as suas grandes manadas de cavalos, por entre, ainda maiores, rebanhos de ovelhas e cabras.

Quando chegaram ao contacto com os Godos, já tinham escorraçado sem qualquer piedade, os clãs dos Alanos para fora dos territórios onde viviam e que se situavam ainda a

---

3607 HALSALL, 2007, pp. 173-175.
3608 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.
3609 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9; RICHARDOT, 2001, pp. 106-107.
3610 GOLDSWORTHY, 2010a, p. 283.
3611 MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.
3612 AMM. 31.2.1-13; MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 358-375; HALSALL, 2007, p. 171; GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 395-396.

leste do rio Don[3613]. Segundo o que teria ouvido dizer e depois relatado Amiano Marcelino, os Alanos que sobreviveram ao esmagador ataque dos Hunos, teriam procurado salvar-se fugindo para Oeste, em direção ao reino dos Godos de Hermanarico[3614].

Mas que novo poder seria este que surgia assim inesperadamente no horizonte marcial trazido por estes Hunos que conseguia escorraçar dos seus territórios, com uma tal facilidade, os fortes guerreiros alanos? Estes eram, aliás, tal como os Hunos, bons arqueiros montados que tinham também arcos compostos, mas a superioridade militar dos Hunos ultrapassava em muito a sua perícia[3615]. Sem mais constrangimentos, os Hunos cairiam pouco depois sobre as poderosas tribos godas, que poucos anos antes eram os grandes senhores da guerra e tinham mesmo devastado a seu talante o Mar Morto e o Egeu e ombreavam então no Danúbio com o exército romano, fazendo com que estes não parecessem mais do que um indefeso povo que, aterrorizado, pretendia fugir a qualquer preço das temíveis pontas das suas setas. Os clãs de godos, que se encontravam estacionados entre os rios Dniestre e Dniepre foram assim igualmente dizimados e escorraçados do norte do Mar Negro, após terem compreendido de que de nada adiantava resistir e que só lhes restava, ou submeter-se, ou fugir para Ocidente[3616].

Embora não tenhamos relatos detalhados sobre estes confrontos, eles deverão ter sido tão esmagadores para os Godos que o seu rei Hermanarico, possivelmente impressionado pela devastação que presenciou, acabou por se suicidar[3617], o que teria sido encarado por alguns como um ato de autossacrifício perante os deuses para que estes protegessem o seu povo. Ficando sem o seu grande monarca, cujos feitos militares tinham feito com que ele fosse temido por todos os povos vizinhos, o seu reino seria destruído e os Godos dividir-se-iam então em Tervíngios e Grutungos[3618], dois grandes grupos que ficariam sobre

---

[3613] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 9.

[3614] AMM. 31.3.1-2; HALSALL, 2007, p. 170.

[3615] AMM. 31.2.21; BACHRACH, 1973, pp. 14, 17, 24, 27, 37, 112.

[3616] HALSALL, 2007, pp. 170-171.

[3617] De acordo com o relato de Amiano Marcelino, Hermenerico teria sido um "rei belicosíssimo" que deveria ter cometido suicídio como consequência da sua impotência perante o ataque demolidor dos Hunos que tinham invadido os seus territórios por volta de 370, trazendo já, como tropas auxiliares submetidas, muitos guerreiros das tribos alanas. AMM. 31.3.2; HALSALL, 2007, p. 170.

[3618] Tervingos e Grutungos, os dois grandes ramos da nova organização social dos Godos, formariam as tribos que mais tarde viriam a ser conhecidas, frequentemente, respetivamente por Visigodos e Ostrogodos.
A este propósito Simon MacDowall, na sua obra *Andrianople AD 378. The Goths Crush Roman's Legions*, expressa outra visão:

> «[…] Most modern historians incorrectly call the Tervingi 'Visigoths' and the Greuthungi 'Ostrogoths', equating these 4th century clans with the later 5th—6th century kingdoms. The Visigoths, who established a kingdom in France in 418, were in fact descended from all of the people who followed Fritigern (including Tervingi, Greuthungi and non-Goths), augmented by the followers of Radagasius who invaded Italy in 405. The Ostrogoths are mentioned by the poet Claudian in 399 as separate from the Greuthungi and may have

o governo de Atanarico e de Fritigerno. O ataque dos nómadas contra estes germânicos foi tão violento que demonstrou que teria chegado uma nova conjuntura de guerra, muito mais feroz e violenta.

Competências militares até então nunca vistas, passariam a ser exigidas a partir de então no campo de batalha, demonstrando a extrema preparação de combate dos Hunos que conseguiram com a sua cavalaria, superar com facilidade os vigilantes da guarda avançada de Atanarico, atravessar linhas de água à luz da lua e lançar um demolidor ataque surpresa contra os guerreiros godos[3619].

Derrotados e sem esperança, Atanarico e os seus guerreiros não encontrariam outra solução do que fugirem e refugiarem-se nas escarpadas montanhas do Cáucaso, na atual Roménia, onde os "malditos nómadas hunos" não teriam condições de galopar e atirar as suas setas, tendo mesmo assim começado imediatamente a procurar construir defesas para proteger o seu povo dos ataques dos bárbaros. A vitória fulminante dos nómadas sobre as tribos dos Godos fez com que uma onda de medo se começasse a propagar por toda a fronteira do Danúbio e a sua reputação de bárbaros cruéis aumentasse todos os dias entre os povos germânicos em consequência da sua extrema violência e das suas constantes vitórias[3620]. Nada a partir de então poderia voltar a ser como tinha sido anteriormente.

Poder-se-á tentar explicar esta constrangedora inferioridade bélica dos Godos como podendo ter sido resultante de um momento de crise interna a vários níveis e que uma tal conjuntura estivesse a afetar as suas estruturas sociais e militares. Como, aliás, se poderia entender de outro modo o receio que levaria os Godos em pânico a pedirem para que o Império Romano, o seu já secular hostil vizinho, lhes permitisse atravessar o Danúbio e refugiar-se na proteção do seu exército, confiando possivelmente no respeito militar que a sua fama insuflava desde há muito em todos os povos?

Quão sangrentos e aterrorizantes deverão ter sido os recontros com os Hunos para que um povo que possuía um palmarés tão substancial de glórias marciais, como tinham os Godos, se visse agora na contingência de ter de mendigar ajuda ao seu inimigo?

Seria possível que este receio tivesse sido fruto de uma qualquer conjuntura profundamente negativa que se pudesse ter originado num ciclo de crise particularmente

---

been another clan which grew in power during the 5th century beyond the Roman frontier. Probably those people who formed the Ostrogothic Kingdom in Italy at the end of the 5th century were a similar mixture of clans no doubt including some Greuthungi, but not exclusively. […]» MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 29-30.

[3619] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 12.

[3620] É precisamente a difusão desta preocupante notícia que vai provocando o pânico que levaria ao movimento em massa da generalidade dos povos germânicos em direção ao ocidente renano.

profunda da vida coletiva goda e que sabemos poderem ser momentos próprios da vivência comunitária de qualquer sociedade?

Ou seria que os Hunos eram mesmo uns "demónios azuis"[3621] que tinham vindo de um inferno para pilhar e matar?

A descrição que Amiano Marcelino faz das terríveis consequências das investidas dos Hunos são demolidoras, como é típico de muitas situações de guerra em que o invasor surpreende o adversário, demonstrando uma esmagadora superioridade militar. Podemos observar num retrato paralelo traçado por Guy Halsall de uma tal convulsão a propósito da "Blitzkrieg" na Polónia e na França em 1939-41, logo no início das hostilidades da II Guerra Mundial. Mais de 1500 anos separam a chegada dos Hunos e os ataques das unidades nazis, mas as semelhanças são bem demonstrativas da avassaladora onda de destruição e morte que os unem, descrevendo expressivamente o autor que[3622]:

> «[…] hordes of homeless, hopeless refugees, with the pitiful remains of their homes packed onto carts, driving a few head of cattle with them, clogging the roads towards the Danube, anxious eyes scanning the horizon for the dreaded Hunnic cavalry, the Stukas of the scenario. A whole people took fright and fled for the border. How realistic is this picture? Two issues must be addressed: the nature of the Huns, supposedly so new and terrifying that they wrecked the whole fabric of Gothic society and drove the people abroad; and Gothic society and politics before the Hunnic arrival. […]»

Sucederam-se, pois, os desesperados pedidos dos Godos para que Valente, o imperador do Império Romano do Oriente, lhes permitisse atravessar o Danúbio e instalarem-se o mais depressa possível na província da Mésia[3623].

Muito se tem escrito sobre a hesitação inicial que teria tido Valente no que concerne à aceitação da entrada dos Godos no Império, mas dever-se-á ter em atenção que um tal pedido, nomeadamente com uma tão grande urgência, deveria ter suscitado uma profunda estranheza em toda a administração romana. Como poderia compreender-se que aquele povo que durante dezenas de anos fez raides violentos e pilhou precisamente aqueles territórios da Mésia, declarando-se reiteradamente como inimigo dos Romanos, pudesse então pedir

---

[3621] Amiano Marcelino refere que os Hunos, para instigarem mais receios aos seus inimigos, se pintavam com uma tinta azul antes de entrarem em combate. AMM. 31.2.13.

[3622] HALSALL, 2007, p. 171.

[3623] AMM. 31.4.1-2,4; HALSALL, 2007, pp. 170-171.
É bem possível que não fosse só a proteção que poderia fornecer o Império Romano que tivesse feito com que os Godos realizassem tão ingentes pedidos para se instalarem nos seus territórios, pois seria possível que tivesse pesado também a perceção de que a velocidade da mobilidade geográfica dos Hunos era tão grande que, por mais que se esforçassem por se deslocar rapidamente para Ocidente, dificilmente se conseguiriam eximir ao assédio dos nómadas.

para se instalar na margem sul do Danúbio? Conheceria Valente e a inteligência militar romana o que tinha ocorrido nos confrontos realizados ainda longe do seu *limes* entre os Godos e os Hunos? Conheceriam os Romanos a força esmagadora das hordas hunas que se aproximavam das suas fronteiras? Teriam os Godos declarado nos seus pedidos que esta era a causa da necessidade de se transferirem rapidamente para os territórios e a proteção do Império? Não seria isto a assunção por parte dos Godos de um muito humilhante desaire militar que deveria até ser ocultado? Não seria problemático por parte dos Godos a demonstração perante o seu tradicional inimigo que a sua capacidade militar se encontrava tão diminuída?

Valente, após algum tempo de reflexão, decide aceitar a sua instalação, esperando até poder vir a utilizar os seus recursos humanos como tropas auxiliares, mas obriga-os à entrega de todas as suas armas[3624]. A aceitação desta condição, não só demonstra o pânico em que os Godos se encontravam, como revela que os Romanos não teriam ainda grande consciência do perigo que já rondava as suas fronteiras, pois estes milhares de guerreiros germânicos que agora se iriam instalar nos seus territórios, pouca valia teriam, assim desarmados, para serem mobilizados na defesa do Império.

No entanto, a receção das tribos godas foi um processo desastroso e que voltou a criar grandes tensões, pois não só não seriam bem recebidos pelas populações do Império, que tinham sido os alvos preferenciais das suas razias, como também a corrupta administração provincial romana não cumpriu muitas das cláusulas que tinham sido estabelecidas no acordo que regulamentava a sua entrada, nomeadamente no que concernia ao fornecimento de suprimentos[3625].

Esta difícil situação estratégica em que se encontravam os Godos é bem demonstrativa da brutal força militar que detinham os Hunos.

Os Godos tinham sido liminarmente esmagados pelos nómadas nos seus próprios territórios, o que nos deve levar a crer que a sua capacidade militar estaria gravemente comprometida, tendo sofrido um notório enfraquecimento relativamente ao período esplendoroso anterior e que tal teria como consequência a consciência da sua incapacidade para enfrentar a investida huna. No entanto, tal revelar-se-ia uma falácia, pois as crescentes tensões que surgiriam entre Godos e Romanos levariam dentro em pouco à colossal Batalha

[3624] MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 13.
[3625] AMM. 31.4.9-11; MACDOWALL; GERRARD, 2001, pp. 13-14.

de Adrianopla em 378[3626], onde estes germânicos conseguiriam infligir uma das maiores derrotas ao exército romano[3627].

Os Godos, mesmo sem muitas das suas armas e a lutarem em território controlado pelos seus adversários, mostrariam a grande força dos seus guerreiros, o que é um forte indicador que esta não era uma conjuntura de fraqueza que atravessavam, mas outrossim, o reconhecimento que o poder huno era totalmente esmagador. Poder-se-á argumentar que estes germânicos se encontravam numa situação desesperada e que, por isso, teriam lutado com a raiva inerente a uma tão difícil situação, mas nada nos indica que eles não tivessem lutado com o mesmo desespero quando pouco tempo antes enfrentaram as hordas hunas. A única conclusão legítima que se pode então retirar de um tal contexto, estamos em crer, era a força esmagadora que os nómadas da estepe traziam nos seus arcos e que estabeleceria todo um novo paradigma de guerra, no qual, os Hunos liderariam como senhores absolutos durante muitos anos.

16.6. O Esmagador Lastro Militar do Arco Composto

Poderíamos mesmo procurar fazer, como uma rápida tentativa de síntese final sobre o papel profundamente desestabilizador que viria a apresentar o modelo de combate característico dos nómadas, concluindo que nenhum outro modelo militar teria condições de o enfrentar. As violentas hordas bárbaras a cavalo, viriam a impor uma generalizada destabilização militar da orgânica das grandes estruturas civilizacionais.

Saliente-se o tremendo impacto da disruptora intervenção dos nómadas hunos nas fragilizadas estruturas civilizacionais dos dois Impérios Romanos, afetadas já por um crescente número de complexos problemas que se refletiram sobretudo nas esferas sociais, políticas e económicas. A estes vir-se-ia a juntar uma fragmentadora crise identitária de perfil religioso que iria corroer de forma permanente a unidade espiritual do Império,

---

[3626] 9 de agosto de 378, atual Edirne, Turquia. GONZÁLEZ, 2005, (*Hadrianopolis* III), pp. 213-214.

[3627] Tudo indica que alguns grupos de Hunos poderiam ter vindo a lutar na Batalha de Adrianopla do lado dos Godos, o que não seria algo de incomum, pois muitos destes viriam a combater como mercenários, até do lado romano. Não é, pois, de estranhar que a fragmentação política dos nómadas permitisse que alguns guerreiros dos seus clãs tivessem atravessado o Danúbio e se juntassem aos Germânicos contra os Romanos, sem que isto, pela sua parcialidade, tivesse permitido ao exército imperial ter uma perceção do real número de hordas hunas que estariam a chegar a Ocidente. MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 32.
Guy Halsall diz-nos que, logo após a chegada dos Hunos, o rei godo Vidimiro procurou estabelecer alianças com alguns grupos destes nómadas, razão pela qual os pudemos encontrar ao lado dos godos em Adrianopla, enquanto também estariam já outros a lutarem como auxiliares das tropas romanas. HALSALL, 2007, p. 170, 172.

sobretudo depois do concílio de Nicéia ter assumido a universalidade e inquestionabilidade dos dogmas do Cristianismo[3628].

Naturalmente convulsionado no seu âmago pelos naturais desajustes que a passagem do tempo vai insuflando lentamente nas relações dos indivíduos que coabitam na sua dinâmica geográfica, um império, cuja segurança e coesão tem de ser assegurada por estruturas militares, virá um dia a ter poucas condições de suportar o embate de um brutal modelo marcial como aquele que seria, na Antiguidade, imposto pela chegada de violentas hordas de arqueiros. Estes sempre tinham estado presentes nos contextos de guerra, mas tinham sido apenas tropas com funções auxiliares[3629], com pequenos contingentes, com setas de moderada força, com uma cadência lenta de disparo, com uma pontaria errática, com uma mobilidade reduzida, com um perfil que se poderia considerar que era o contrário da extrema competência e capacidade que traziam agora estes nómadas para os campos de batalha.

É ainda no século VI que se assiste à chegada ao Ocidente de uma nova vaga de guerreiros nómadas que, apesar do seu "atraso civilizacional", de imediato se viriam a conseguir afirmar no conturbado contexto marcial do Império graças também ao poder dos seus arcos[3630]. Os Ávaros, que eram também um conjunto de tribos errantes protomongóis[3631], insuflariam, aquando da sua chegada ao Danúbio, um tal receio que o imperador Justiniano se apressou a peitá-los generosamente para que se afastassem dos territórios do Império Bizantino[3632].

O imperador Maurício considerava mesmo que os guerreiros das tribos avaras não passavam de bárbaros traiçoeiros e imundos, afirmando que eles preferiam vencer os seus inimigos não por um combate frontal e justo, mas pelo engano e por ataques traiçoeiros[3633].

Uma das principais características dos povos nómadas, como foram os Hunos, os Ávaros, ou mais tarde, os Mongóis, era a sua grande mobilidade. Todos eles foram possuidores de grandes quantidades de cavalos, o que permitia que cada um dos seus guerreiros possuísse, em campanha, mais do que uma montada[3634]. Os seus cavalos que

---

[3628] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 241-242, 301, 350-353, 543, 546.
[3629] FEUGÈRE, 2002, pp. 161-163; GOLDSWORTHY, 2003, p. 137.
[3630] HALSALL, 2003, p. 205; HALSALL, 2007, p. 285.
[3631] POHL, 2018, pp. 1-2.
[3632] HALSALL, 2007, p. 507; JAMES, 2014, pp. 86, 97, 101; KARDARAS, 2018, p. 20; POHL, 2018, pp. 21-25.
[3633] MAVRIC. 11.2.
Este mesmo procedimento é recomendado por Maurício aos Romanos, contra os bárbaros: MAVRIC. 8.2.4.
[3634] KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 44-45; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 399; POHL, 2018, pp. 94, 213-214, 244.

tinham surgido do difícil contexto de sobrevivência da estepe tinham pequena estatura, mas eram animais ágeis e de grande resistência[3635].

As enormes distâncias que os nómadas conseguiam percorrer num único dia eram precisamente o resultado do facto de que cada um dos seus guerreiros possuía em simultâneo várias montadas e podia assim mudar para um cavalo que se encontrasse mais fresco por este se ter deslocado sem ter de carregar o arqueiro[3636]. Este recurso tático era muito importante porque permitia, não só impor grande rapidez aos seus movimentos táticos durante o combate, como também facilitava apanhar de surpresa os adversários que não estivessem precavidos quanto à extrema rapidez da sua deslocação[3637].

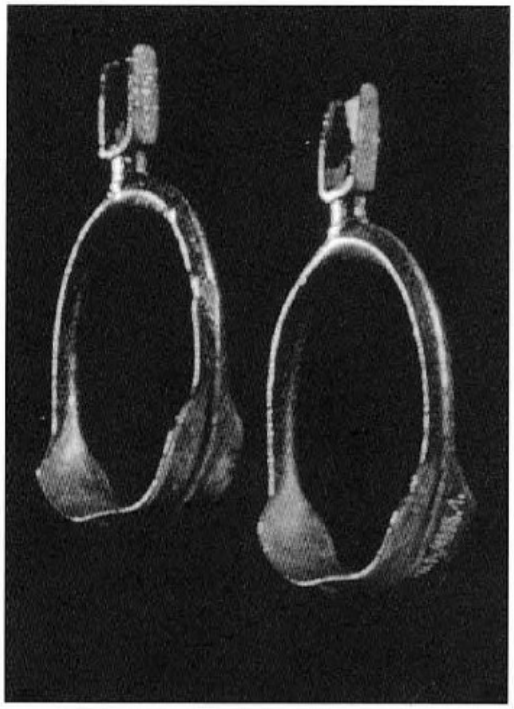


Imagem 174 - Estribos ávaros. (Museu Nacional Húngaro). Segundo Simon Macdowall estribos como estes foram introduzidos no Ocidente no século VII [in MACDOWALL; GERRARD, 2001, p. 72].

A invenção do estribo, recurso que é muitas vezes atribuído aos Ávaros, veio trazer grandes benefícios à arte de montar[3638], tendo permitido uma muito maior estabilidade ao cavaleiro durante o combate, quer este lutasse corpo a corpo, quer fosse no disparo dos arcos[3639]. O estribo veio também permitir uma maior facilidade a subir para os cavalos, bem como uma diminuição da fadiga inerente a deslocar-se em longos trajetos sentado na sela e viabilizou que se saltasse montado com segurança sobre os obstáculos do terreno[3640]. Mesmo antes da difusão do estribo, o treino e a grande força muscular dos braços, tal como

[3635] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 203-206; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 41-44.
[3636] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 399.
[3637] MAENCHEN-HELFEN, 1973, p. 206.
[3638] HALSALL, 2003, p. 173; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, pp. 47-48; POHL, 2018, pp. 2, 100, 103-104, 209-213, 342.
[3639] Tudo leva a crer que, pelo menos no Ocidente, os Ávaros tenham introduzido o estribo que se tornaria outro importante recurso que não só permitiria maior estabilidade ao cavaleiro, como teria naturalmente notória influência na precisão e força dos seus disparos. Seria mesmo de salientar a inteligência pragmática destes nómadas, que embora vivessem num universo cultural relativamente pobre e fechado, estavam tão empenhados na melhoria das suas competências bélicas que criariam este importante recurso que se viria a tornar fundamental para a arte universal da equitação. Curiosamente, apesar da invulgar capacidade inventiva dos oficiais romanos e da excelente qualidade das suas selas, nunca estes terão desenvolvido um apoio lateral sustentável para os seus cavaleiros que se conseguisse comparar ao estribo, apesar de este nos poder parecer um recurso quase óbvio, nomeadamente no que concerne ao facilitar a rápida subida para uma montada. HALSALL, 2003, pp. 71, 174.
[3640] HALSALL, 2003, p. 174; LOADES; DENNIS, 2016, p. 40.

acontecia com as hordas dos Hunos, tinha já antes permitido que aparecessem homens que utilizavam com proficiência arcos pesados, mas, o seu esforço não era totalmente otimizado porque estes se encontravam sentados, o que inibia a utilização das suas pernas durante o disparo[3641].

Este é, curiosamente, um aspeto importante para potenciar a força do seu tiro. O estribo viria assim a possibilitar ao arqueiro aproveitar significativamente mais da coordenação total do seu corpo no puxão da seta do que alguma vez seria possível na sua ausência, mesmo que se estivesse montado sobre boas selas.

Para se compreender este fenómeno deveremos recorrer a um dos princípios básicos gerais da arquearia que diz que um homem apeado é capaz de puxar um arco mais pesado do que o conseguiria fazer se estivesse montado, porque aquele pode empregar todo o seu corpo para o fazer ao ter grande estabilidade nas suas pernas[3642].

É indiscutível que a segurança da postura de um arqueiro apeado é bastante superior à que este mesmo poderá ter quando se encontra a cavalo. Contudo um homem muito treinado e forte, como seria o perfil típico dos nómadas, conseguia, mesmo montado, atirar com um arco muito mais pesado do que um indivíduo a pé, mas que tivesse menor treino e mestria, o que torna esta diferença muito difícil de ser aferida.

A postura característica de um atirador no momento do seu disparo, seja ele um arqueiro mongol apeado com um arco composto ou um inglês com um "arco grande", tem como principal característica o ter os joelhos um pouco fletidos, os pés afastados e o tronco num ângulo que inclina a pélvis, à maneira de um levantador de peso[3643]. Isto é fundamental para se proteger do enorme esforço que faz a sua coluna a fim de suportar a compressão vertebral que ocorre durante o momento do puxão, tendo que mobilizar nesse instante todos os músculos, inclusive os das pernas, para concentrar a tremenda força de tração que é necessária para puxar a corda[3644]. Por outro lado, um arqueiro montado que se encontra sentado apenas em contato com a sela, depende para realizar o seu tiro unicamente da força da parte superior do seu corpo, estando privado desta coordenação total[3645].

Apesar de todos os cavaleiros modernos utilizarem estribos, poder-se-á dizer que muito poucos arqueiros hoje teriam capacidade para puxar a corda e disparar com arcos que se possam considerar de peso militar minimamente realista, quer seja a cavalo, quer seja a

[3641] LOADES; DENNIS, 2016, p. 39.
[3642] LOADES; DENNIS, 2016, p. 40.
[3643] LOADES; DENNIS, 2013, pp. 26-30, 35; LOADES; DENNIS, 2016, p. 40.
[3644] LOADES; DENNIS, 2016, p. 40.
[3645] LOADES; DENNIS, 2016, p. 40.

pé. Isto faz com que possa parecer que uma típica imagem de um arqueiro com a pélvis inclinada, embora esta seja muito comum nas antigas representações artísticas, pareça aos olhos modernos que executa um esforço desproporcionado ou até mesmo exagerado. Tal acontece porque não se tem hoje uma noção da enorme dificuldade que subjazia à arquearia militar da Antiguidade ou da Idade Média, pois os olhos modernos estão habituados somente a ver arqueiros recreativos que atiram com arcos de peso muito inferior, quase sempre abaixo de uns modestos 40 kg[3646].

No entanto, aquele tipo de postura de grande envolvimento que se encontra nas representações era naturalmente a necessária para um atirador com um arco composto poder realizar com perfeição o seu tiro pois ao subir nos estribos e inclinar-se para a frente, podia emular melhor a postura que adotava quando atirava com um arco pesado e se encontrava no chão[3647]. Apesar de tudo, havia ainda uma ligeira perda de força porque uma parte do seu esforço físico teria que estar concentrado no movimento do cavalo para lhe permitir manter o equilíbrio durante o galope.

Na Antiguidade, tal como hoje acontece, teria havido certamente homens de incomum compleição e habilidade para a arquearia, que se podem considerar como casos excecionais. Segundo certas narrativas, alguns destes deveriam mesmo ter conseguido puxar a cavalo arcos com mais de 80 kg e 120 kg quando se encontravam a pé, pesos impraticáveis para qualquer outro arqueiro[3648].

Em 567, os nómadas ávaros instalar-se-iam destemidamente na Panónia, onde Lombardos e Gépidas, dois dos mais importantes grupos de tribos germânicas, disputavam violentamente os territórios desta província[3649] e, desde logo os nómadas afirmaram destemidamente a sua presença, ajudando de forma decisiva os primeiros a exterminarem totalmente os segundos na Batalha do Rio Tisza[3650].

[3646] Embora estas cifras sejam conjeturais, poder-se-á formar uma ideia das diferenças que se podem registar na qualidade do tiro se em média admitirmos que um arqueiro que consegue um puxão de 70 kg do arco quando se encontra apeado, tem capacidade de puxar um arco de 50 kg a cavalo com estribos, mas apenas estica um arco com 30 kg quando se encontra montado sem estribos. LOADES; DENNIS, 2016, p. 40.

[3647] HALSALL, 2003, p. 174; LOADES; DENNIS, 2016, pp. 40-41, 56.

[3648] Estes seriam os homens e os arcos que teriam realizado os feitos relatados em muitas das lendas populares; os atiradores que cravaram profundamente setas em blocos de madeira A mais de duas centenas de metros ou que tinham a capacidade de disparar uma seta que atravessava escudo, cota de malha e braço, como deixou descrito Ana Comnena. LOADES; DENNIS, 2016, pp. 70, 74, 76-77.

[3649] HALSALL, 2007, p. 399; JAMES, 2014, p. 98; KARDARAS, 2018, pp. 27-28; POHL, 2018, pp. 54, 60, 69.

[3650] JAMES, 2014, p. 98; POHL, 2018, pp. xiv, 61, 65.

Logo depois, mesmo contra a hostilidade dos Lombardos de Alboíno, os nómadas ávaros fundariam o seu Grã-Canato[3651] e, no ano seguinte, após se defrontarem em violentos combates, forçariam os seus vizinhos a terem de se deslocar para a Península Itálica, em abril de 568[3652].

Com cada vez mais influência, no final do século VI, os Ávaros interviriam numa esfera geopolítica ainda mais alargada que os levaria a aliarem-se, em 626, aos Sassânidas com o objetivo de que juntos pudessem assediar Constantinopla e forçá-la ao pagamento de um tributo anual[3653].

Embora esta sua pretensão não tenha sido conseguida, a influência do grã-canato avaro continuaria a crescer, aglutinando numerosas tribos e territórios que se estenderiam pelo Cáucaso até a Ucrânia, vasta área por onde estabeleceriam, aliás, um próspero comércio onde se destacava a troca de escravos[3654].

Só bastante mais tarde, já em finais do século VIII, os Ávaros enfrentariam adversários que desenvolveriam condições militares para os dominar, tendo então sido atacados simultaneamente, em 796, pelos Francos de Carlos Magno a Ocidente e pelas hordas búlgaras a Oriente[3655].

Numa demonstração da profunda aversão que tinham os Carolíngios sobre a destabilização que era causada por estes "barbudos bárbaros nómadas", Carlos Magno teria encetado uma violenta campanha, em que teria dado ordem aos seus Francos que nem um único ávaro deveria ser deixado vivo[3656].

Mas o que tinham estes nómadas ávaros que lhes pôde garantir este protagonismo militar até data tão tardia? Tal como acontecera com os guerreiros de Átila, a utilização generalizada e proficiente dos arcos compostos assimétricos, que possuíam precisamente o mesmo perfil daqueles que teriam estado nas mãos dos Hunos quase duzentos anos antes[3657]!

[3651] KARDARAS, 2018, pp. 25-29; POHL, 2018, pp. 61-62, 72.
[3652] HALSALL, 2007, pp. 399, 507; JAMES, 2014, p. 98; POHL, 2018, pp. xiv, 61.
[3653] JAMES, 2014, p. 98; POHL, 2018, pp. 294-305.
[3654] JAMES, 2014, p. 98.
[3655] HALSALL, 2003, pp. 144-145, 147; JAMES, 2014, pp. 98-99; LOADES; DENNIS, 2016, p. 63; POHL, 2018, p. xviii.
[3656] Carlos Magno viria mesmo a arrasar os seus territórios e encontrou aí uma riqueza esplendorosa que era o fruto das campanhas avaras de pilhagem que fizeram durante séculos, tendo trazido um saque como nunca se vira antes, sendo necessário para transportar tais riquezas 15 grandes carros de bois, que estavam tão carregados de ouro, prata, pedras preciosas e sedas que foram precisos quatro bois em cada um para conseguir arrastá-los. O butim fornecido pelo desaparecimento dos Ávaros terá sido tão extraordinário que viria a guindar a corte de Carlos Magno para padrões de luxo nunca vistos antes e custear mesmo o que viria a ficar historicamente conhecido como a "renascença carolíngia". JAMES, 2014, pp. 98-99; POHL, 2018, pp. 1-2.
[3657] LOADES; DENNIS, 2016, pp. 5, 74; POHL, 2018, pp. 104, 146, 209-210.

Surpreendentemente, os Ávaros viriam mesmo a conseguir introduzir-lhe algumas melhorias nomeadamente na forma das hastes e na criteriosa escolha dos materiais com que os construíam[3658].

Embora estes povos de arqueiros nómadas estabelecessem sempre um domínio político-militar com durações bastante limitadas, desaparecendo os seus vastos impérios muitas vezes com a mesma rapidez com que tinham surgido[3659], os poderosos senhores dos segredos da arquearia, constituir-se-iam como verdadeiras vagas de destruição e mudança, transformando profundamente a realidade em todas as geografias em que intervieram.

Imagem 176 - Império Romano à data da morte de Trajano, 117 d.C. [in KEEGAN, 2009, p. 360].

Nos séculos XIII e XIV o mundo conheceria ainda uma nova vaga deste fenómeno, sob o "marmoto bélico" que Gengis-Kahn e os seus descendentes trariam em toda a Ásia e em parte da Europa[3660]. Os Mongóis imporiam novamente o seu poder esmagador com os seus incansáveis cavalos e arcos compostos, vindos mais uma vez da gelada tundra asiática, construindo o maior império terrestre que alguma vez existiu, com mais de quatro vezes o tamanho do romano no seu máximo esplendor[3661].

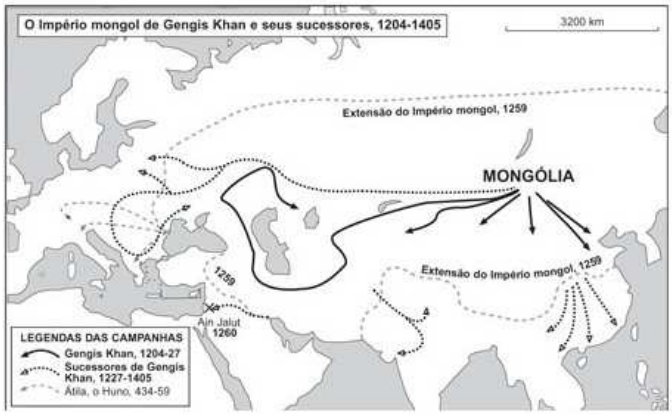


Imagem 175 - Império Mongol de Genghis Khan e seus sucessores [in KEEGAN, 2009, p. 268].

Os homens com os seus arcos constituíram-se mais uma vez como uma força tão esmagadora que ninguém lhe conseguiria novamente resistir[3662]. A eficiência e capacidade bélica dos Mongóis era tão bem organizada e com recursos logísticos tão desenvolvidos que

[3658] A qualidade do arco avaro era por todos bem reconhecida, tendo mesmo levado a uma tentativa bizantina para que este fosse adotado pelas suas tropas nos séculos VI e VII, mas sem grande resultado. POHL, 2018, pp. 125, 211.

[3659] HALSALL, 2003, p. 36.

[3660] NICOLLE; SPAKOVSKY; KOROLKOV, 2001, pp. 12-14; JAMES, 2014, p. 101.

[3661] O Império Romano tinha uma área de cerca de 6 milhões de km^2, em 117 d.C.: TAAGEPERA, 1979, pp. 123-125. O Império Mongol dominou uma área de 24 milhões de km^2, cerca de 1309 d.C.: TAAGEPERA, 1997, p. 481.

[3662] NICOLLE; SPAKOVSKY; KOROLKOV, 2001, pp 18, 23-35; LOADES; DENNIS, 2016, pp. 5, 74, 77.

durante os seus anos de conquistas se atreveriam a dividir as suas forças, lutando em paralelo contra diversos inimigos e em diferentes geografias. Em 1241, por exemplo, após a bem sucedida invasão da Rússia[3663], o exército mongol teve a capacidade para se dividir em três, destacando-se um grupo de exército que devia atacar diretamente os territórios da Hungria, enquanto um outro recebeu ordem para se deslocar para Norte e intervir na Polónia e um terceiro dirigiu-se em simultâneo para Sul para conquistar a Transilvânia[3664]. Contar-se-ão como exceções os exemplos em que um exército teve a ousadia de executar, não só uma tal manobra militar, como ainda conseguir manter-se com um elevado grau de sucesso.

Como referiu Giovanni da Pian del Carpine autor que escreveu a "*Ystoria Mongalorum*" e que foi legado papal do Grande Khan: "Quando os mongóis avistam o inimigo, atacam imediatamente, cada um atirando três ou quatro setas contra os seus adversários"[3665]. Esta descrição é típica da avassaladora tática de ataque mongol, em que estes galopavam em massa investindo diretamente contra o inimigo e procuravam aterrorizá-lo, lançando milhares de setas em poucos segundos. Ainda à distância disparavam as suas setas menores e de ponta afiada, passando de seguida a um combate em proximidade e mirando o inimigo já num alcance ideal a cerca de 60 metros, distância que reduziam muitas vezes até aos 20, utilizando já demolidoras setas grandes e de ponta larga. Se após este tipo de brutal investida os arqueiros mongóis não observassem notórios efeitos do seu ataque, expressa pela fuga generalizada dos seus inimigos ao verem destruída a sua ordem de batalha, encetavam uma rápida rotação e afastavam-se momentaneamente até serem reabastecidos de setas, após o que carregavam novamente do mesmo modo. O resultado era, a maior parte das vezes, a total destruição da formação do inimigo que tendo compreendido que já não tinha condições de combater, fugia desordenadamente enquanto passava então a ser impiedosamente perseguido e morto pelas costas sem qualquer oposição[3666].

Uma nova vaga de destruição e domínio surgiria nos séculos XV e XVI pelas mãos dos Turcos Otomanos que seriam os herdeiros da tradição de construção dos arcos compostos[3667], e que ainda conseguiriam criar um império para o Islão, mas o poder das

---

[3663] NICOLLE; SPAKOVSKY; KOROLKOV, 2001, pp. 56-74 (Batalha do rio Kalka, 1223); TURNBULL, 2003, p. 76-79; KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 54.

[3664] NICOLLE; SPAKOVSKY; KOROLKOV, 2001, pp. 74-76, 85-88.

[3665] TURNBULL; REYNOLDS, 2003, p. 48.

[3666] O próprio Marco Polo relatou que cada guerreiro mongol tinha ordens de levar para cada batalha cerca de sessenta setas, sendo trinta menores para perfurar e outras trinta maiores com cabeças mais largas que eram as que deveriam ser atiradas no combate em proximidade. TURNBULL; REYNOLDS, 2003, p. 47.

[3667] LOADES; DENNIS, 2016, pp. 5, 13.
Usando um destes arcos turcos otomanos consta que, dentro da esfera da "pseudorrealidade mítica" que recobre muitos dos atos extraordinários atribuídos a grandes chefes militares, o sultão Selim III teria conseguido mesmo um tiro que atingiu 889 m (2.917 pés). KARASULAS; MCBRIDE, 2004, p. 26.

armas de fogo viria a terminar com este monopólio tático que ditou os destinos militares durante séculos[3668].

O arco composto que apresentou durante séculos as suas temíveis credenciais militares, consolidando-o como a mais poderosa "máquina de guerra", não se confrontou, no entanto, com o mortífero gládio da infantaria pesada romana da grande legião, porque ela já não existia quando, no terceiro quartel do século IV, chegaram as hordas nómadas.

No entanto, o turbilhão de morte que as suas setas causariam em todo o mundo romano terão certamente contribuído para o desaparecimento do enfraquecido mundo militar que tinha sobrado depois do desastre de Adrianopla[3669].

De qualquer modo, como poderia, num universo de armas manuais de ângulo de letalidade restrita, base dos exércitos de qualquer império de matriz tradicional, ter resistido à brutalidade errática dos ataques dos projéteis dos guerreiros da estepe?

De forma surpreendente, os Hunos desapareceriam, quase desmaterializando-se no mesmo nevoeiro mítico de onde tinham saído, apenas um ano depois da morte de Átila, na estranha Batalha do Nedao[3670], onde os seus filhos lutariam pela sucessão[3671], enquanto os povos que lhes tinham prestado vassalagem se revoltavam com a força do ódio para os empurrar a todos para fora da História nesta apocalíptica batalha.

O espírito de morte dos seus arcos passaria sucessivamente para as mãos doutros errantes do tempo, como seriam os Ávaros, os Mongóis, os Otomanos, que depois de conseguirem erguer os seus rápidos "impérios de tendas", estiolariam definitivamente ante o outro grande "sortilégio de guerra" que seria trazido pela pólvora[3672].

[3668] KEEGAN, 2009, pp. 257-269, 282-283.
[3669] LENSKI, 2002, pp. 320-367.
[3670] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 144, 147-152.
[3671] MAENCHEN-HELFEN, 1973, pp. 86, 144.
[3672] KEEGAN, 2009, pp. 77, 206, 219-220, 247-289, 415-417, 510-511.

CONCLUSÃO

Poucas vezes, na longa história das multiformes realizações da humanidade, uma entidade criou as condições de poder intervir de forma tão marcante, profunda e formadora sobre tantos outros povos numa vastidão territorial tão extensa, como a cidade de Roma o fez.

Durante mais de mil anos, a pequena urbe nascida no Lácio, transformou-se de uma Monarquia tradicional, numa ambiciosa República e posteriormente num poderoso Império que estendeu o seu poder por um vasto território e marcou para sempre todo o seu contexto cultural, vivencial e administrativo.

Desde cedo, a pequena cidade itálica compreendeu que a única forma de assegurar a sua sobrevivência, ante a cobiça de outros povos seus vizinhos, teria de passar pelo desenvolvimento de uma forte capacidade militar.

Roma assimilou assim, de forma estrutural, o papel crucial que a guerra sempre desempenhou nas relações entre os diferentes coletivos civilizacionais como resultado de uma tendência idiossincrática que se expressa no ser humano ao cobiçar e pretender possuir pela força os bens alheios.

Esta sua característica impõe-se como uma problemática interação entre os coletivos humanos, o que leva a que o desenvolvimento de competências militares seja o aspeto mais importante para a segurança e sobrevivência de qualquer Estado.

É por tais razões que os descendentes de Rómulo decidem fazer da sua estrutura marcial um dos elementos centrais da sua cultura, das suas atividades quotidianas e lhe dediquem um permanente esforço de aperfeiçoamento técnico.

No entanto, Roma compreende que depois de ter assegurado a força marcial que lhe garantiu a sua sobrevivência no contexto do Lácio, poderia utilizar o poder da sua eficaz máquina militar para se impor e alargar a sua esfera de influência.

Com grande inteligência bélica e após consecutivos sucessos militares, os Romanos iniciariam um longo processo de expansão territorial e domínio, que não se limitaria apenas ao saque sobre outros povos, mas que pretendeu conseguir em simultâneo uma profunda aculturação do outro.

Demonstrando também uma grande capacidade de articulação e assimilação com o outro, Roma foi assim transformando na sua própria "matéria civilizacional" as inúmeras comunidades que viria a conquistar e às quais acabaria mesmo por fazer assimilar o seu *modus vivendi*, com a sua organização administrativa e os principais aspetos da sua mundividência.

Todo este desiderato foi suportado pela sua inteligente máquina militar, que ao longo de vários séculos provou ter a capacidade de se recriar e de se adaptar aos mais diversos desafios, criando inovadores modelos, novas táticas, inteligentes estratégias, hierarquias competentes, armas eficazes, que lhe garantiriam, durante muitos séculos, uma inequívoca superioridade ante os diferentes recursos bélicos dos seus adversários. Nas ocasiões em que o seu exército veio a ser derrotado, a atitude dos Romanos foi a de analisar as razões que teriam levado ao desastre, procurando corrigir ou alterar a abordagem do problema.

As primeiras formações militares romanas eram subsidiárias dos modelos falangísticos de matriz grega, que, no entanto, deverão ter-lhes chegado por influência dos seus vizinhos etruscos, pois nos séculos VI e V a.C., Roma era apenas uma força de âmbito regional que ainda se encontrava circunscrita à Península Itálica.

Nesta fase inicial da sua história militar, o exército romano importou o modelo da falange, que se afirma por uma cerrada formação quadrangular em que são utilizadas grandes lanças de estoque organizadas numa parede de escudos. O modelo falangístico é assim, na sua essência, uma resposta quase intuitiva e empírica resultante do esforço de um conjunto de milhares de homens que pretendem derrotar um exército adversário munidos de lanças e de escudos.

Esta não é mais do que o resultado do natural movimento que sempre levará a que qualquer coletivo de homens, procurando estabelecer uma formação de combate com entreajuda, force a que estes se tenham de posicionar lado a lado, estabelecendo uma fronte coesa que possa enfrentar o inimigo. É assim natural que a busca de uma sólida formação leve cada soldado a colocar-se, de forma intuitiva, na proximidade lateral dos seus companheiros estabelecendo uma contiguidade ombro a ombro.

O aparecimento de uma tal formação é tão intuitivo e natural que esta pode ser observada nas representações que nos chegaram desde a mais remota antiguidade, encontrando-se bem patente desde os primeiros exércitos organizados, como se verifica na famosa Estela dos Abutres. Nesta representação, Eannatum, príncipe do reino sumério de Lagash, em comemoração da sua grande vitória sobre a cidade de Umma, mostra como o seu exército avançou para obter uma tal vitória.

No entanto, o avanço de uma formação tática em parede de escudos formada por soldados munidos de grandes lanças, apesar do impacto do seu aspeto aterrorizador, encontra inúmeros condicionalismos táticos, pois o complexo entrecruzar das suas armas exige que a sua progressão frontal se tenha de fazer num terreno bastante plano, sem desníveis ou acidentes.

Assim, quanto mais larga for esta parede de escudos, maior será a dificuldade que sentirá para avançar no terreno mantendo a sua coesão, exibindo ao mesmo tempo inúmeros soldados inoperantes por se encontrarem nas filas mais recuadas e que assim não possuem condições de participar em simultâneo no confronto devido à sua posição secundária. Este dispositivo militar, criado no contexto da falange grega, foi posteriormente exacerbado pelo maior tamanho das lanças no contexto helenístico e tornou-se o paradigma marcial hegemónico dos exércitos estatais das grandes *poleis* da orla mediterrânica.

Graças a esta adoção generalizada, as grandes batalhas eram realizadas por falanges que enfrentavam dispositivos militares semelhantes e que acabariam por desenvolver um código comportamental que acabaria por permitir uma artificialidade ritual que manteve na obscuridade muitas das suas consideráveis fragilidades táticas. Não só os meros acidentes no terreno a impediam de avançar, obrigando-a a desfazer a formação, como a falange exibia outros graves problemas táticos assim que era forçada a enfrentar outro qualquer dispositivo militar, demostrando uma extrema fragilidade nos seus flancos e sobretudo na sua retaguarda. A falange era assim mais do que um modelo de inspiração militar grega, pois ela era a única formação coesa, natural e intuitiva, por intermédio da qual se poderia organizar um vasto conjunto de soldados armados com grandes lanças.

Note-se que a "ordem livre", a única possibilidade tática que se poderia considerar como uma alternativa e que foi típica de guerreiros de mentalidade heroico-individualista, como os Gauleses, nem se poderá sequer considerar como um tipo de formação militar, pois ele é, tão só, o momento onde um tal coletivo se empenha em enfrentar em simultâneo os seus adversários.

Tendo os exércitos romanos adotado formações falangísticas nos pródromos da sua história, encetariam nos finais do século IV a.C., um conjunto de três guerras contra uma multiplicidade de povos montanheses designados por Samnitas, originários dos montes itálicos dos Apeninos. Tais ações irão forçá-los a pôr em causa a validade tática universal deste modelo, o qual demonstrou desde logo ser inapropriado não só para subir à montanha como também para intervir num terreno com as características referidas.

Após a consciencialização das grandes limitações táticas, os Romanos encetam uma pragmática tentativa de encontrar um novo modelo coletivo de perfil mais eclético e cujo início e dinâmica tática procurámos identificar neste trabalho.

Pela anormal repercussão que adquiriu em toda a sociedade romana, consideramos que este momento de transição deverá ter tido início numa situação estratégica muito problemática, ocorrida em 321 a.C., que se tem designado impropriamente por Batalha das Forcas Caudinas, atendendo a que o sucedido em tal evento não se poderá considerar um verdadeiro confronto. No desfiladeiro conhecido por tal epíteto, os Romanos viriam a ser confrontados com o que poderia ter redundado no maior desastre militar da sua história antiga, quando decidiram atravessá-lo por este permitir um acesso mais rápido a um dos seus objetivos militares, sem que, no entanto, se tenham assegurado das condições mínimas de segurança. Em plena Segunda Guerra contra os Samnitas, os Romanos permitiriam que estes viessem a aproveitar um tal descuido tático, bloqueando os dois únicos acessos para o desfiladeiro após a entrada neste da totalidade das tropas romanas. Um tal cerco tático teve como consequência o remeter do exército romano para uma situação desesperada que, após vários dias sem água e sem suprimentos, terá forçado os Romanos à grande humilhação de terem de se render, após compreenderem que não tinham condições para enfrentar as fortes posições samnitas.

No entanto, a aceitação da sua rendição passaria por um ritual de grande humilhação, em que cada um dos soldados romanos se veria forçado a sair do desfiladeiro tendo de se procumbir ante uma lança samnita colocada numa posição horizontal bastante baixa. Esta cerimónia foi um golpe marcante no orgulho romano e afetou profundamente, não só todos os soldados que nela tiveram de participar, como todas as estruturas políticas e sociais da urbe. Este desaire militar terá sido um momento tão marcante em toda a sociedade romana e levou a uma deprimida paralisação da própria vida social e religiosa de Roma, facto para o qual não encontramos paralelo tão intenso em nenhum outro dos problemáticos momentos da sua história.

Para uma tal aferição, analisámos com bastante detalhe três blocos temporais sobre a atividade militar romana, onde se englobaram as três Guerras Samnitas e, após a sua análise, consideramos tudo sugerir que a profunda reformulação tática terá começado logo após os funestos acontecimentos das Forcas Caudinas.

Os principais recursos táticos do que se viria a tornar o característico modelo da legião manipular poderão ser já identificados cerca de quarenta anos depois, com a dinâmica

constituição de pequenos grupos de combate que se poderão já entrever como estando organizados aquando dos confrontos que ocorreram nas três batalhas da Guerra Pírrica.

Cada uma destas "células militares" era orientada durante a batalha por um oficial experiente e seu comandante tutelar, dinâmica que permitia a cada grupo tático desenvolver todo o seu potencial numa determinada posição do terreno. O dispositivo tático da legião era constituído na sua totalidade pela rápida articulação de todos os grupos ao longo da batalha, realizada por convencionais sinais visuais e sonoros, garantindo assim que as respostas eram as mais adequadas às diferentes e inesperadas fases em que se poderia desenvolver o confronto.

Se a guerra contra os Samnitas terá obrigado os Romanos a abandonar a rigidez da falange e a criar núcleos com consistência tática autónoma, as três batalhas que ocorreriam entre 380 e 375 a.C., contra o rei Pirro do Epiro, que era detentor do mais sofisticado exército de matriz helenística, terá levado os descendentes de Rómulo à compreensão da melhor dinâmica de avanço, de recuo e de articulação lateral que deveriam ter tais núcleos quando pretenderam desenhar o que seria o melhor modelo de combate para a legião manipular.

Os desafios táticos que os Romanos tiveram de enfrentar contra os Epirotas fizeram destes confrontos uma verdadeira escola de dificuldades e diversidade de recursos militares e permitiram que, em pouco tempo, gerassem o aperfeiçoamento técnico necessário para compreender quais seriam as melhores opções na dinâmica de movimento dos manípulos dentro da legião.

A poderem justificar esta visão de uma aprendizagem técnica sobre a sua estrutura tática estão, não só os muitos recursos inovadores que seriam criados, como os carros anti-elefante, bem demonstrativos do carácter experimental desta conjuntura, como também o aumento progressivo na qualidade do seu desempenho, pois se Roma perdeu os dois confrontos iniciais, terminaria esta guerra com uma vitória esmagadora em Benevento.

A legião manipular, que se pode considerar como um verdadeiro "milagre tático", consagrou-se como o mais eclético modelo marcial da antiguidade. Desde cedo que os oficiais romanos terão compreendido as inigualáveis vantagens de coesão lateral e de disciplinada fixação no terreno durante a batalha que eram conseguidas por uma formação apeada, condições táticas fundamentais que se tornavam impossíveis de concretizar em contingentes de tropas montadas.

O modelo da legião foi o resultado de uma atenta análise das próprias idiossincrasias geradas pelos processos de combate e, como tal, teve de surgir da reflexão dos oficiais

romanos, atendendo a que a complexidade da sua estrutura e funcionamento não são abordagens simplistas ou meramente teóricas.

A complexidade da estrutura do modelo da legião demonstra que foram os pensadores militares romanos que terão empreendido o esforço de gizar a lógica de combate que subjaz ao sistema manipular, não só porque estes, pelos seus conhecimentos práticos, eram os mais versados para desenhar o processo dinâmico do modelo, mas também porque teriam a autoridade para impor a realização das inúmeras experiências de perfil tático que foram necessárias para se atingir a sua forma definitiva.

Era ainda possível observar os resquícios das diversas experiências táticas que deverão ter sido realizadas através da desajustada nomenclatura que permaneceu atribuída às partes da designada Tríplice Az (*triplex acies*), com lanceiros (*hastati*) que viriam a prescindir da utilização de lanças e primeiros, ou principais, (*principes*) que se posicionariam na segunda linha.

Um dos fenómenos mais patentes em torno da legião foi o facto de esta sempre se ter constituído como um património exclusivo dos descendentes de Rómulo, pois podemos observar historicamente que a orgânica do seu sistema tático, mesmo depois de ter tido a oportunidade de ter sido bem conhecida dos seus inimigos ao ser aplicada no terreno em inúmeras batalhas, nunca conseguiu ser emulada por nenhum destes. O dinamismo da legião parece ter sido o resultado de uma inexplicável idiossincrasia militar que os Romanos possuíram, pois, apesar do seu inquestionável sucesso tático, este não só não serviu como modelo a mais nenhum exército como nem sequer encontramos efetivas tentativas por parte de outros para o implementar.

Enquanto a falange se generalizou como o modelo bélico estrutural de todos os grandes exércitos estatais na orla mediterrânica, a legião manipular permaneceu sempre como um exclusivo património romano.

Um tal fenómeno manteve-se mesmo após a clara manifestação da sua superioridade tática, que ficou bem patente nos diversos confrontos que ocorreram durante as Guerras Macedónicas, como aconteceu nas batalhas de Cinoscéfalos ou de Pidna.

Os Romanos teriam que possuir uma particular apetência para se moldarem, geração após geração, às duras condições de disciplina e de treino que eram exigidas para a concretização do seu complexo modelo militar.

Este fenómeno, que subjaz a uma tão grande dedicação marcial e à criação de um exclusivo modelo de combate, só poderá encontrar uma explicação plausível se se admitir que o povo romano possuiria um conjunto de características inatas, possivelmente reforçadas

pelos seus referenciais culturais, sociais e educacionais. Este contexto vivencial teria acentuado a tendência natural que viria a permitir a sistemática assimilação das principais características comportamentais necessárias para a concretização proficiente da orgânica militar da legião. O pragmatismo, o dinamismo e a resiliência que os Romanos demonstrariam possuir terão assentado em cinco pilares fundamentais:

A. O papel central atribuído à infantaria pesada com o intuito de conseguir uma força de coesão lateral articulada entre todos os soldados, o que impunha um permanente domínio da totalidade do seu espaço de combate durante o confronto;
B. A compreensão da importância de uma coesa parede de escudos que permitisse a delimitação de um forte espaço interior de indiscutível dominação romana durante o combate que, não só viabilizasse um permanente movimento de refrescamento de tropas, como permitisse uma rápida recuperação de possíveis brechas na coesão tática;
C. Uma eficaz cadeia de comando exercida em grande proximidade, que era garantida por inúmeros oficiais com larga experiência de combate, os quais tinham a incumbência de gerir durante todo o confronto os grupos (centúrias) que estavam sob a sua responsabilidade direta;
D. O abandono da rigidez imposta pela utilização de lanças de estoque e a sua substituição por uma profusa utilização de ágeis espadas curtas que permitissem uma técnica de combate baseada em eficazes golpes de penetração (estocada);
E. A permanente movimentação sincronizada de todo o sistema em combate, recorrendo a constantes ordens transmitidas de forma visual e sonora através de estandartes e de instrumentos de som que permitiam a cada legionário, de forma inequívoca, saber onde se encontrava o seu grupo, o seu centurião e como lutar.

Tendo o modelo da legião, com a sua propalada tríplice az, sido retratado até agora como possuindo um perfil axadrezado, procurámos demonstrar, como um dos aspetos centrais deste trabalho, que a sua linha de choque, com a qual enfrentava os adversários, não poderia ter apresentado grandes espaços vazios entre os seus manípulos, contrariamente ao que tem sido afirmado.

Nesta sequência, procurámos demonstrar que uma tal conceção não poderia ser mais do que o resultado de uma leitura errónea das descrições imprecisas e muito sumárias que autores como um Políbio, ou um Tito Lívio, nos deixaram sobre o funcionamento tático da legião. Encetar um combate com tais intervalos não seria mais do que admitirmos que a

legião possuiria estruturalmente na sua formação de batalha o que se poderia considerar como o maior dos disparates táticos, procurando enfrentar o exército adversário com a coesão do seu dispositivo já rasgado por inúmeras brechas. Estas serão sempre, aliás, o maior receio de qualquer exército durante a batalha, pois ver desfeita a coesão frontal da sua formação é sinónimo de vir a perder o confronto. Diga-se mesmo que o principal objetivo do exército adversário é, sem dúvida, o conseguir abrir tais brechas, pois esses rasgões destruirão a sua coesão frontal e eliminarão a sua capacidade de combate.

Para procurar explicar o funcionamento dos problemáticos intervalos que se tem admitido que existiriam na estrutura da legião, muitas teorias sobre as movimentações dos manípulos, ou das suas centúrias, têm vindo a ser formuladas. A respeito delas se realizou neste trabalho uma análise crítica, demonstrando a sua manifesta inexequibilidade prática. Chegou-se assim à conclusão de que nenhuma explicação seria viável para inverter os danos estruturais que seriam causados pela putativa existência destes intervalos, quer do ponto de vista da intervenção espacial no terreno, quer no que toca à movimentação dinâmica dos manípulos durante a batalha,

Propusemos uma outra explicação para integrar de forma militarmente coerente as parcas informações que os autores coevos nos deixaram.

A orgânica tática da legião terá de ser então perspetivada de um modo que, antes de mais, possa justificar o enorme sucesso proporcionado pela sua inovadora "mecânica tática", baseada em núcleos de combate que se encontram permanentemente articulados e que possuem a capacidade de avançar ou de recuar no terreno. Sabendo-se, pelos elementos mais objetiváveis resultantes de uma leitura atenta das descrições dos autores clássicos, que uma das principais características dos manípulos das linhas avançadas dos designados hastados e príncipes era o facto de estes se encontrarem posicionados de forma alternada. Sabemos também que existia entre eles uma dinâmica permanente de entreajuda, conseguida através de avanços e de recuos no terreno durante toda a batalha.

Procurando viabilizar-se tal descrição num dispositivo tático coerente, chegámos à conclusão de que a única forma de o tornar exequível seria verificar-se uma permanente articulação lateral simultânea entre estes dois tipos de manípulos, permitindo que todos os seus legionários pudessem formar uma grande parede de escudos de perfil serpenteante, sendo assim viável a sua formação sem que esta apresentasse quaisquer brechas. Para sustentar esta possibilidade, tivemos de a articular com uma análise prévia sobre o que seria a configuração tática própria dos manípulos, pois estes têm vindo sempre a ser falaciosamente perspetivados como "pequenas falanges", o que justificaria o típico

axadrezamento da imagem tática da legião. No entanto, não há razões válidas em qualquer das descrições clássicas para se ter de admitir que o manípulo possuiria uma tal configuração.

A. Note-se que a falange era um dispositivo tático que era característico de uma formação que utilizava grandes lanças de estoque, o que não se verificava nas duas linhas ofensivas da legião manipular. Quando o modelo desta se estabilizou, hastados e príncipes apenas passariam a utilizar pequenas espadas no combate corpo a corpo

B. O interesse de uma formação falangística é o impulso frontal (*othismos*) que esta consegue e que é proporcionado pelo forte empurrão que é transmitido pelos companheiros das filas da retaguarda, o que não teria qualquer interesse no contexto da legião e não se poderia mesmo verificar, pois uma formação tão apertada inviabilizaria a proficiente utilização das suas espadas, que exige a manutenção de um calibre espacial próprio

C. Este impulso conseguido pela grande falange de perfil grego não teria, no contexto do manípulo romano, qualquer utilidade prática, desde logo como resultado do reduzido número dos seus efetivos, pois apresentaria apenas cerca de 160 homens. O objetivo tático do conjunto dos manípulos da legião não era o conseguir um brutal choque frontal sobre o adversário, mas antes formar uma dinâmica parede de escudos que, em lento movimento de avanço, permitisse ir eliminando todos os adversários com os quais entrassem em contacto direto.

D. No manípulo não existia qualquer necessidade de que os seus membros se comprimissem com o objetivo de fazer com que as pontas das suas lanças pudessem ultrapassar a linha frontal, como era peculiar na estrutura da falange. O próprio equipamento defensivo do soldado romano jamais permitiria que tal se fizesse, pois, além de não ter qualquer interesse tático, os seus escudos estavam munidos de umbos, o que tornaria impossível empurrá-los sobre as costas do companheiro da fila da frente.

Não existe, pois, qualquer razão para se pressupor que o manípulo era um dispositivo tático de aparência quadrangular, ou que este possuísse mesmo uma qualquer outra configuração pré-determinada. Fazendo jus à sua dinâmica e à sua capacidade de movimentação no terreno, o manípulo não era mais do que um grupo de homens que deveriam ocupar uma determinada posição fixa na ordem de batalha e que possuiriam grande familiaridade entre si como resultado de um longo convívio quotidiano.

Não necessitavam, pois, de formar um dispositivo pré-definido, mas tão-somente tinham de ter a capacidade de se dispor rapidamente numa parede de escudos, como é típico de quaisquer soldados quando lutam em conjunto formando uma linha defensiva. Estariam, além disso, integrados num núcleo de companheiros com quem tinham grande familiaridade e com os quais estavam habituados a lutar em conjunto, obedecendo às ordens visuais, vocais e sonoras do seu centurião, o seu sempre presente comandante de proximidade.

O manípulo não deveria então ser um quadrado ou um retângulo, mas antes um dinâmico grupo de duas centúrias que faziam parte de uma grande e ondulante parede de escudos numa linha que era certamente secundada por duas ou três outras na sua retaguarda, as quais lhe davam apoio permanente. Estas últimas poderiam também proceder a rápidos e cirúrgicos ataques através dos pequenos espaços que surgissem na dinâmica da parede de escudos, mas sobretudo tinham a responsabilidade de proceder à substituição imediata de qualquer um dos seus companheiros na linha frontal que fosse morto ou gravemente ferido, o qual deveria ser auxiliado na consagrada manobra que o levaria em direção à retaguarda, ou seja, para fora do palco da refrega. Este mecanismo de auxílio que era peculiar à legião era uma mais-valia extraordinária, pois além de nunca ter existido de forma programada e bem treinada em qualquer outro exército da antiguidade, não só pouparia muitas vidas de legionários, como permitia que os elementos que se encontravam em esforço total na parede de escudos estivessem suportados pela confortável certeza de que, em caso de necessidade, seriam prontamente substituídos e não deixados à sua sorte até morrerem.

Consideramos que a estrutura tática da legião teria de ser assim constituída por uma longa e ondulante parede de escudos que na fase inicial da refrega possuía nas partes mais salientes os manípulos dos hastados, alternando com os dos príncipes.

Esta grande parede de escudos apoiada iria modular-se ao longo da batalha, recuando ou avançando em determinados pontos que lhe permitiam adequar-se às necessidades impostas pela dinâmica do confronto, reforçando-se nos locais onde a investida do adversário se tornava mais poderosa. Isto era conseguido pelo recuo dos manípulos que estavam nestes pontos de esforço máximo, o que criava "bolsas táticas" que envolveriam esses adversários, fazendo com que estes se vissem como que semi-cercados e enfraquecidos, ao verem-se obrigados a lutar em mais do que uma direção. A parede de escudos da legião manipular era assim um grande corpo tático adaptado a todas as vicissitudes do combate e tão resiliente que era praticamente impossível conseguir criar-lhe brechas, pois os seus soldados não só recuariam ou avançariam conforme as necessidades

como as linhas da sua retaguarda lhe permitiriam manter-se sempre em combate através da rápida substituição das suas baixas.

O equipamento típico do legionário desempenhou também um papel fundamental, nomeadamente através da inteligente capacidade de observação que poderemos atribuir aos oficiais romanos, que compreenderam desde cedo – contrariamente ao senso comum – que armas mais pequenas podem ser mais eficazes do que as de maiores dimensões.

As lâminas dos legionários deixaram assim de ser os xifos gregos e, numa constante tendência para o aperfeiçoamento técnico, criaram o gládio, uma pequena espada que veio a ser forjada com dimensões cada vez mais reduzidas até atingir o modelo de Pompeia, que apresentava apenas 40 centímetros de lâmina. A utilização de uma pequena espada, cujas vantagens técnicas em combate foram intuídas também por outras culturas militares, como aconteceu com Celtiberos ou até mesmo os Persas, permitia não só realizar ataques através de sequências de golpes rápidos devido ao seu reduzido peso, mas sobretudo permitia um ângulo de movimento que favorecia a aplicação de estocadas, isto é, de intervenções perfurantes. Este foi certamente um dos mais importantes segredos militares de Roma, pois a multiforme e ágil utilização que o gládio permitiu, garantia que o soldado romano possuísse uma enorme eficácia no combate corpo a corpo.

Os escudos e couraçamento dos seus adversários tornavam-se elementos defensivos bastante ineficazes ante a brutal investida de estocadas com uma lâmina muito resistente e afiada, bastando uma incisão de poucos centímetros no corpo do adversário para que este fosse eliminado ou perdesse condições de lutar. O gládio, cuja lâmina, empunhadura e guarda-mão foram concebidos para uma perfeita ergonomia na execução de estocadas, exigia por outro lado que o legionário possuísse condições prévias de se defender das investidas das lâminas adversárias, quase sempre de maiores dimensões. Isto exigiu que, não só estivesse munido de resistentes armaduras e capacetes, como era fundamental que empunhasse um grande escudo (*scutum*), que lhe desse condições para proteger todo o seu corpo. Demonstrando a inovadora capacidade para o aproveitamento e recriação de recursos técnicos de combate, este viria a permitir – pelas suas características materiais, como o peso, a pega e a projeção do umbo – o seu uso também como arma ofensiva, ao conseguir desequilibrar o adversário quando era projetado contra o seu corpo durante a refrega.

A rígida disciplina e o treino constante ao longo de anos permitiriam também ao soldado romano desenvolver uma extrema competência na utilização das suas armas, que poderíamos classificar hodiernamente no quadro mental psicossomático dos "gestos técnicos". Estes resultam de uma extrema habituação a processos fisiomecânicos que se

executam regularmente ao longo de anos, como tocar piano ou conduzir um veículo, em que a proficiência na execução já não depende de uma dimensão consciente e racional, mas antes é controlada por um nível subliminar do cérebro que lhe confere qualidades inatingíveis de outro modo. A brutal forma de combater do soldado romano seria assim o resultado, não tanto de um ato racionalizado e consciente, mas antes a expressão de uma profunda dimensão subliminar, o que lhe permitia atingir uma extrema rapidez e precisão na execução dos seus gestos durante o combate. Este domínio técnico permitia também que os legionários partissem para o combate com grande confiança na força e qualidade da sua intervenção, o que também serviria para mitigar o natural receio que por ele é provocado.

Sempre interessados na análise dos condicionalismos inerentes ao combate, os Romanos viriam a criar uma variedade de espetáculos de luta que, além de servirem como alienado divertimento das multidões, se prestariam a tornar verdadeiros laboratórios de técnicas de luta.

Seria precisamente nos combates de gladiadores que poderiam ser observados com detalhe gestos e técnicas de combate peculiares, protagonizados por indivíduos de todas as proveniências étnicas e tendências bélicas, pois estes seriam também forçados a realizar confrontos onde a sua sobrevivência justificaria a utilização inusual das armas que lhes eram atribuídas. Se o combate de gladiadores terá sido, numa fase inicial, uma cerimónia fúnebre, viria a estabelecer-se, logo no século I a.C., não só como o grande divertimento das massas populares (com uma adesão generalizada), mas sobretudo permitiria aos oficiais romanos observar com toda a minúcia inovadoras técnicas de combate idealizadas pelo desespero daqueles que eram forçados a lutar pela vida. Esta pressão extrema forçava a que todos os seus intervenientes procurassem urdir formas de eliminar o seu adversário, quer elas fossem as mais convencionais, quer elas deitassem mão de recursos que eram inusuais.

Note-se que a grande generalidade dos pares de gladiadores colocados em confronto tinha a característica de um deles manusear uma espada curta e de serem emparelhados com adversários que teriam condições de, não só oferecer um combate equilibrado, mas também de garantir que tais protagonistas poderiam lançar mão de recursos insuspeitos que mereceriam ser alvo de aprendizagem.

A Segunda Guerra Púnica, que levou Roma a ter de se confrontar com a força da *metis* anibálica e cujas consecutivas derrotas demonstraram ao seu exército a importância tática que adquiria a utilização de estratagemas, foi, apesar do descalabro militar, o mais relevante momento de aprendizagem que iria levar os seus oficiais a uma radical transformação do seu pensamento militar.

A necessidade de compreender como pode ter ocorrido uma tão inexplicável sucessão de portentosas derrotas sobre um exército tão centrado na autoconfiança obrigou os oficiais romanos a fazer uma profunda reflexão. Isto levaria a uma transformação do pensamento militar romano, dando início ao abandono dos arquétipos marciais baseados na antiga *fides* que até então o tinham orientado, abrindo-lhe todo um novo potencial de recursos de combate.

Aníbal Barca, o mais incondicional inimigo do mundo romano, cujo ódio e multiforme inteligência tática pretenderam, e quase conseguiram, riscar Roma do mapa das grandes potências mediterrânicas, transformaram, por outro lado, o genial comandante cartaginês no mais eficaz professor de recursos táticos que o mundo marcial romano poderia ter almejado.

O esmagador sucesso militar obtido pelo cartaginês, que se viria a impor num crescendo de eficácia tática, começando no Ticino, passando por Trébia e culminando no Trasimeno, são, no entanto, três batalhas que terminam sem beliscar as conceções da máquina militar romana, que ainda tem espaço mental para acreditar na genuína força do seu rígido modelo militar, que determina que apenas se deve lutar de forma justa com o adversário, frente a frente e olhando-o nos olhos.

Até então, e sem compreender ainda as causas do seu fracasso, Roma considerou que bastaria um mero incremento do número dos seus efetivos para demonstrar a Aníbal a força das suas legiões. É, pois, nesta sequência que se dá a colossal hecatombe sofrida na batalha de Canas, que levaria a uma verdadeira revolução na mentalidade tática dos oficiais romanos. Estes só após uma tal derrota passaram a ter uma plena compreensão do papel tático decisivo que poderiam ter fatores como a dissimulação, o engano, a surpresa, a traição e todo um conjunto de outros estratagemas ardilosos que devem ser utilizados para garantir a vitória.

Ante a desorientação provocada pela derrota em Canas, Roma encontrou-se a tal ponto fragilizada nas suas defesas que se instalou um receio de que esta estivesse condenada a desaparecer, ou próxima da exaustão dos seus recursos. Uma tão problemática conjuntura levou a que os seus oficiais se vissem finalmente forçados a ter de admitir a dimensão do desaire e a promover uma reflexão crítica sobre como o seu exército pôde ter sido tão humilhado e sobre aquilo que seria necessário mudar para garantir a sua eficácia.

Para resolver este grave problema, onde estaria implicada a sua própria sobrevivência, os Romanos precisariam de tempo para refletir, e para o conseguir deitaram mão da sua inteligência estratégica.

Esta, que era, pelo contrário, uma competência bastante escassa em Aníbal, forçou os Romanos a terem de inventar um modo de o suportar na Península Itálica sem terem de o

enfrentar. Desta crisálida suspensiva em que o exército romano se fechou sairá pouco tempo depois uma nova geração de comandantes, como um Gaio Cláudio Nero, um Marco Cláudio Marcelo ou um Públio Cornélio Cipião, hábeis na invenção de uma *metis* romana que irá mudar para sempre a forma de combater do exército da Urbe.

Roma, graças a Aníbal e à Segunda Guerra Púnica, encontrou o que lhe faltava para se poder tornar uma verdadeira superpotência, realizando então as "bodas marciais" entre o seu já inteligente pensamento estratégico e uma *metis* sem limites que lhe vai abrir um vasto rol de novos recursos táticos que se estenderão, sem quaisquer pruridos, até ao cinismo da fria traição programada.

A partir do início do segundo século a.C., encontramos o exército romano já orientado numa conceção maquiavélica do poder, em que aquilo que importava era apenas vencer, sem que se devesse olhar aos meios.

Roma vai então ambicionar o alargamento das suas conquistas e, ao fazê-lo, aproveita para eliminar definitivamente os grandes centros políticos que, mais tarde, poderiam vir a constituir-se como verdadeiros obstáculos à sua dominação mediterrânica.

Com um tal objetivo, a poderosa dinastia antigónida da Macedónia, foi assim eliminada em 168 a.C., na batalha de Pidna; e o mesmo aconteceu até com os débeis inimigos que pudessem aspirar a libertar-se um dia da mão pesada com que Roma os dominava depois de os ter derrotado. Eis o que iria acontecer com Cartago, para a qual seria necessário urdir argumentos políticos capciosos para justificar uma nova guerra que fosse de tal modo brutal que permitisse arrasá-la definitivamente, tal como lembrava a recorrente advertência de Catão, *O Velho*.

Tinha nascido o cínico pragmatismo com que Roma iria passar a orientar toda a sua geopolítica e a controlar, com o poder da sua máquina de guerra, os destinos militares em toda a orla mediterrânica, impondo a partir de então, sem qualquer rebuço, os seus interesses, como é marca d'água de uma superpotência. As vantagens da *metis* tática, com todo o seu acervo de estratagemas, far-se-iam sentir também rapidamente no universo geoestratégico, onde Roma passaria a distribuir com destreza as peças políticas de um complexo xadrez que ela própria ia criando, jogando de modo a incrementar o crescente número dos seus dependentes militares, quer estes fossem aliados ou monarquias clientes.

Toda esta conjuntura era assegurada pelo inigualável sucesso das suas legiões, que, no entanto, eram ainda formadas por cidadãos que não eram militares profissionais.

A República, ante os novos desafios, veio finalmente a sentir a necessidade de se dotar de um exército permanente, em que os seus homens estivessem apenas dedicados aos

trabalhos da guerra. Deu-se então a abertura de carreiras militares em 107 a.C., com Gaio Mário, o que viria a ter um papel determinante para potenciar a qualidade tática do soldado romano.

A carreira das armas serviu para um generalizado aumento das suas competências ao capitalizar, não só a sua experiência de treino e combate, como permitiu que qualquer cidadão, independentemente da sua condição social, pudesse abraçar uma carreira militar.

Além de uma tal abertura ter permitido uma exponencial captação de indivíduos que possuíssem apetências militares, a reforma de Mário reforçou a consciência da grande importância que teria a continuidade da coesão das estruturas militares, ao dotá-las de um verdadeiro mecanismo de acumulação de experiência, que antes era desperdiçada com a desmobilização das legiões durante o inverno.

O legionário deixa assim de ser um mero cidadão que, tendo uma outra profissão, é circunstancialmente mobilizado para uma campanha para se tornar, a partir de então, um especialista militar que vive num universo apenas dedicado aos trabalhos da guerra. Era-lhe exigida total dedicação ao longo de grande parte da sua vida, ficando submetido a uma férrea disciplina e sujeito a manter uma excelente forma física, ao ter de realizar treino constante.

O soldado romano, que até ao fim do II século d.C., no Principado de Septímio Severo, estava até impedido de se casar, encontrava-se, no entanto, rodeado pelo companheirismo de proximidade de inúmeros homens que formavam na prática a sua família militar, ao integrarem o seu contubérnio, a sua centúria, a sua legião.

A reforma de Gaio Mário viria a eliminar também os antigos condicionalismos que limitavam a integração de novos recrutas no exército, nomeadamente ao ter suprimido a antiga obrigatoriedade de se ser terra tenente e de exigir a cada cidadão recrutado que adquirisse o seu equipamento militar. Este passaria a partir de então a ser fornecido às expensas da República e não só seria realizado com elevados padrões de qualidade como se tornaria idêntico para todos os grupos táticos da infantaria pesada da legião, com o abandono das antigas lanças dos triários.

É, aliás, bem possível que a necessidade de criar estruturas logísticas que providenciassem o constante fabrico de um tão grande número de armas tenha vindo a permitir incrementar, quer pela experiência acumulada, quer pelo conjunto de recursos disponibilizados, a alta qualidade do equipamento romano. Pensamos mesmo que, embora este aspeto não tenha encontrado até agora a merecida valorização historiográfica, o permanente apoio estatal na criação de equipamento do mais diverso tipo foi um fator

tecnológico determinante para que o exército da Urbe conseguisse garantir a sua superioridade bélica. Não há bons soldados sem boas armas!

O equipamento militar romano era tão robusto, tão superiormente construído e o seu desenho tão adequado às suas funções táticas que a sua qualidade, não só estava bem patente, como universalmente reconhecida pelos seus adversários. A generalidade dos seus inimigos, ou não possuía condições para produzir uma tão grande quantidade de armas devido a condicionalismos logísticos, ou nunca considerou que este fosse um aspeto decisivo para assegurar a eficácia do seu exército.

Não é, pois, sem razão que o equipamento romano era tão apreciado, com frequência comprado, negociado, roubado, ou recolhido pelos seus adversários de entre os despojos de guerra. A sua qualidade levou a que este fosse utilizado sem qualquer prurido ou aversão pela sua origem, como aconteceu com a profusão de armaduras e espadas de que estava munido o exército de Aníbal na batalha de Canas, ou até na utilização que os Godos fizeram dos equipamentos romanos depois da batalha de Adrianopla.

Com a reforma de Mário, a carreira das armas terá adquirido um inusitado interesse, o que viria a permitir um maior recrutamento de cidadãos e de peregrinos, não só pelo prestígio que conferia, mas sobretudo pela ascensão social que era garantida pelo salário regular e pela possível subida hierárquica no exército.

Surgem assim as grandes legiões não desmobilizáveis, com as suas altivas águias, que com tais símbolos fomentavam em cada soldado um extremo orgulho na pertença ao seu estandarte. Para tal, cada legião disputava o título de possuir a mais excelsa glória nos feitos de armas, o que também veio a estreitar um fortíssimo vínculo de lealdade com o seu comandante, por este se encontrar no topo hierárquico da sua pirâmide.

No entanto, esta extrema estenia militar viria a criar um efeito perverso na dinâmica da ambição expansionista de Roma, com o aparecimento de poderosas legiões que exibiam uma verdadeira sede de combate e que vão permitir, tal como se tornaria patente com Júlio César, não só que se conquistasse em pouco tempo vastos territórios, como também que os seus comandantes tivessem noção de que a sua posse passaria a ter grande peso ao nível da esfera de decisão política.

É, no entanto, esta profunda vinculação aos seus chefes que gerará o fenómeno cíclico mais disruptivo dentro das estruturas militares romanas e que se manterá como um flagelo insolúvel até à queda do Império.

As legiões tornam-se altamente competitivas e individualistas e isto levou a que viessem a perder, cada vez mais, os antigos vínculos aos valores civilizacionais que tinham

sustentado a criação da República e do Império, deixando-se manipular pela mera agenda ou opinião política dos seus comandantes

Muitas delas viriam a defrontar-se em colossais batalhas, quase sempre em guerras civis sem sentido, as quais criaram profundas divisões na sociedade romana e enfraqueceram os recursos militares fundamentais à garantia da segurança do Estado.

Com a reforma mariana surgem também importantes modificações na orgânica do sistema tático da legião. Se antes a unidade tática básica tinha sido o manípulo, passaria a partir de então a ser a coorte, que integrava um conjunto de três manípulos, com seis, ou cinco centúrias, no caso da primeira, que era a principal e possuía números reforçados.

Esta modificação tática viria a revelar-se um elemento importante, ao permitir que se estabelecesse uma coordenação tática privilegiada entre centuriões. Esta diferente conceção de comando baseada na coorte viria a permitir uma nova abordagem na dinâmica do combate, ao atribuir uma mais forte capacidade à estrutura básica da legião, nomeadamente pela consolidação de fortes cadeias de comando estabelecidas ao nível dos centuriões, articulação que antes não existia, pois cada um estava apenas atento ao desempenho da sua própria centúria.

Esta nova orgânica elementar viria a facilitar uma outra abordagem do combate, pois permitiu uma policefalia estrutural na legião, que resultava da possível divisão desta em 10 microssistemas táticos que se constituíam como núcleos autónomos, com grande capacidade de intervenção e coordenação caso o confronto o exigisse.

Elaborámos quadros de análise do historial militar do exército romano em diferentes cronologias, de onde resultou a conclusão de que as 3.370 batalhas que são atribuídas ao exército romano e de que se possuí registo terão ocorrido em contextos de conflitualidade em que se deteta grande variação de intensidade e importância.

Os dois períodos cruciais onde se terá verificado o máximo esforço marcial do exército romano ocorreram, o primeiro no contexto da República, durante a II Guerra Púnica, entre 218 e 202 a.C.; e o segundo na difícil conjuntura da segunda metade do século III d.C. Neste último período, registou-se um aumento exponencial da atividade militar e, embora se possa considerar que o Império voltou (com a política tetrárquica) a conseguir recuperar algum do seu prestígio e estabilidade política, as transformações que esse esforço exigiu viriam a modificar e a enfraquecer o perfil das suas estruturas marciais.

As profundas mudanças que viriam a ser introduzidas no exército romano levá-lo-iam à perda definitiva do seu extraordinário "*ethos* marcial" com o abandono do dinâmico modelo da grande legião.

Poder-se-á admitir que os fortes constrangimentos militares, causados pelo exponencial aumento da atividade militar nesta cronologia, terão contribuído para esta transformação, mas tudo leva a crer que o fator determinante terá sido uma generalizada incapacidade de compreensão, por parte da hierarquia romana, do extraordinário poder tático que resultava da orgânica da própria legião.

O seu dinâmico modelo, que sempre foi o pilar responsável pelo enorme êxito do seu exército, foi sendo profundamente alterado, tendo-lhe sido impostas transformações que acarretariam o seu desaparecimento enquanto principal núcleo operacional tático.

Estas mudanças, que em muitos aspetos viriam mesmo a aproximar o seu sistema tático da capacidade militar da generalidade dos seus inimigos, terão ocorrido devido:

A. Ao abandono do gládio e à consequente incapacidade de garantir a forte coesão da parede de escudos;
B. À substituição da infantaria pesada por tropas montadas e à consequente perda da estabilidade posicional no terreno que aquela permitia;
C. À generalizada redução dos contingentes em batalha com a inevitável perda de articulação e compensação dos recursos táticos;
D. Ao desaparecimento do rápido e proficiente comando de proximidade que antes era assegurado pelos centuriões;
E. À inevitável desarticulação tática entre os muitos oficiais responsáveis pelos diferentes destacamentos ou vexilações que passaram a integrar um exército em batalha;
F. À falta de treino tático conjunto entre os diversos contingentes;
G. À generalizada perda de eficácia do seu equipamento defensivo, nomeadamente armaduras, escudos e capacetes.
H. A uma notória baixa nos critérios de exigência em matéria de recrutamento militar.

A batalha de Adrianopla, travada no que é hoje Edirne, na Turquia, em 378 d.C., é possivelmente o momento onde melhor é possível observar a profunda disfunção tática que já grassava no exército romano, pois, apesar do vasto conjunto de contingentes de elite que integravam o exército de Valente, foi bem patente, desde o início da batalha, a desarticulada intervenção dos seus diferentes contingentes militares.

A principal responsabilidade pela transformação de todo o antigo sistema marcial romano terá tido origem longínqua na anarquia militar do século III d.C., devido à grande

fragmentação política, o que ocasionou o enfraquecimento do peso institucional hierárquico das suas estruturas.

Diocleciano e Constantino, dois dos imperadores que conseguiriam concentrar de novo todo o poder em suas mãos e que assim tiveram condições de implementar reformas, optaram, no âmbito militar, por diferentes sistemas defensivos, mas fizeram-no sem uma avaliação profunda de quais viriam a ser as suas consequências a médio prazo.

A partir de 284 d.C., surgiriam os delimitadores de Diocleciano que, embora tivessem demonstrado ter ainda alguma capacidade de intervir na urgente consolidação da defesa fronteiriça, viriam a sofrer de vários condicionalismos táticos e inoperâncias estratégicas. Entre eles dever-se-ão destacar a redução dos seus contingentes operacionais que resultariam da extrema fragmentação provincial que foi imposta nessa cronologia pela própria administração imperial de Diocleciano e que teria como consequência a compartimentação dos recursos militares disponíveis em cada província.

Surgiria então um paradoxo estratégico que resultou da necessidade de, por um lado, ser necessário recrutar um número muito mais elevado de soldados para que se pudessem dispor tropas ao longo das centenas de fortalezas que se estendiam por milhares de quilómetros por todo o *limes*, enquanto, por outro, se reduziram os recursos militares que se encontravam disponíveis em cada uma das províncias fronteiriças devido à sua pequena dimensão. Os reforços que as deveriam auxiliar quando surgissem problemas defensivos eram constituídos por vexilações e destacamentos heteróclitos cuja mobilização era demorada, desguarnecia outros pontos fronteiriços e não possuía articulação tática entre si. Além disso, a rápida disrupção ocorrida na estrutura do poder tetrárquico voltaria a recentrar a emergência bélica no interior do Império, ao fazer ressurgir violentas guerras civis que secundarizavam os problemas fronteiriços e viriam a subalternizar cada vez mais a função dos delimitadores.

É precisamente nesta sequência que irá surgir o modelo defensivo elástico dos palatino-comitatenses implementado por Constantino, pois este, para além de marcados traços pistantrofóbicos, pretende ter junto das suas cortes imperiais os recursos militares que lhe permitam garantir a posse da púrpura imperial.

Para se poder montar os exércitos palatino-comitatenses, colocados em diversos pontos no interior do Império, foi necessário mobilizar grandes recursos que foram retirados aos melhores elementos dos delimitadores, o que viria a enfraquecer muito a sua capacidade militar.

O sistema elástico de Constantino, que acabaria por se estabilizar como o modelo permanente de defesa do Império, serviria assim não só para defender a corte imperial de putativas tentativas de usurpação, como também como recurso disponível para enfrentar os problemas fronteiriços que surgiam nas afastadas províncias do *limes*.

Se não se poderá afirmar que o imperador que ergueu o lábaro cristão tenha eliminado o sistema dos delimitadores, o mais que secundário papel estratégico para o qual os remeteu viria, com o tempo, a esvaziar toda a sua pertinência funcional e a permitir uma cada vez maior circulação de grupos invasores pelos territórios imperiais.

Sem condições de realizar uma defesa impeditiva nas fronteiras, devido aos problemas táticos, administrativos e sobretudo logísticos que analisámos ao longo deste trabalho, o modelo elástico palatino-comitatense viria a permitir um substancial agravamento da insegurança, o que veio a destabilizar as condições de vida das populações do Império.

A facilidade de penetração, circulação e, muitas vezes, o estabelecimento definitivo de grandes coletivos bárbaros nos territórios do Império que um tal sistema defensivo permitiu, quer estes tivessem entrado como federados ou como povos hostis, acabou por desfazer a coesão do tecido social, económico e produtivo na parte ocidental do Império.

Estes dois modelos defensivos, que tantas problemáticas mudanças impuseram na orgânica da própria máquina militar romana, demonstraram não ter capacidade de garantir a robusta proteção impeditiva como antes tinham conseguido as grandes legiões.

Ao longo do século IV d.C., e em paralelo com a intensa disrupção interna causada pelas permanentes Guerras Civis, o Império ver-se-ia confrontado, por um lado, com um exponencial aumento da conflitualidade resultante das constantes tentativas de invasão perpetradas pelos povos germânicos junto do *limes* reno-danubiano e, por outro, com a maior agressividade da emergente dinastia sassânida que, a partir de 224 d.C., com Ardacher I, tomou conta dos destinos do Império Persa.

Nos quadros comparativos da atividade militar que organizámos neste trabalho e em que procurámos identificar a tipologia dos adversários, bem como o número e resultado das inúmeras batalhas travadas pelos Romanos, esta difícil conjuntura militar teria sido agravada, não só pelo constante movimento para sul de inúmeras tribos que começaram a sair da densamente arborizada Germânia Exterior, posicionando-se junto do *limes*, mas também, e sobretudo, pela generalizada perceção que os adversários do Império passariam a ter quanto ao estado debilitado e caótico em que se encontrava o exército romano.

A crise político-militar do século III viria a resultar, não só num efetivo enfraquecimento da capacidade tática do seu exército, como favoreceria o desaparecimento

da imagem de invencibilidade que o seu historial de sucesso tinha gravado no imaginário dos seus inimigos ao longo de centenas de anos. Este poderoso condicionamento coletivo dos adversários tornara-se um importante fator dissuasor das pretensões de invasão e de pilhagem que alimentavam todos os povos instalados ao longo do *limes*, os quais, condicionados pelos seus parcos recursos, aspiravam à posse de abundantes riquezas que sabiam existir nos territórios imperiais.

A escassez de meios resultante do constante desgaste militar interno provocado pela Anarquia Militar levaria a uma radical mudança na arquitetura e na gestão dos recursos do exército, que assim se veria forçado a ter de se organizar em dispositivos de menores dimensões, como microlegiões e, sobretudo, destacamentos e vexilações.

Se antes a segurança do *limes* era assegurada pelo posicionamento das grandes legiões colocadas junto da orla fronteiriça do Império, esta passaria, a partir de então, a ter de ser assegurada pela articulação destes pequenos contingentes militares que, ao contrário do grande sistema orgânico da legião, já não possuíam coesão tática entre si.

Verificou-se também uma cada vez maior tendência, compreensível pela urgência das movimentações fronteiriças que estas unidades deveriam realizar, para um forte incremento em vexilações que eram formadas por tropas montadas, o que implicou um notório desinvestimento nos contingentes apeados, nomeadamente os que formavam a infantaria pesada.

No entanto, após uma análise dos inúmeros fatores que condicionavam as condições de mobilidade da cavalaria em longos percursos, verificámos que isto não deveria corresponder à realidade prática. Contrariamente ao senso comum, os contingentes montados só em percursos muito reduzidos, com apenas poucas dezenas de quilómetros, deveriam apresentar condições de suplantar o ritmo de marcha que era conseguido pela infantaria. As fortes condicionantes logísticas próprias das tropas montadas e que resultavam da utilização de grande número de quadrúpedes tornavam-se incontornáveis.

Quando uma vexilação tinha de percorrer um trajeto só possível de realizar em vários dias, o que era frequente devido às grandes distâncias, a sua deslocação estava muito condicionada pelo facto de esta ter de se desenvolver num trajeto onde fosse possível alimentar os animais através da existência de consideráveis áreas de pasto, pois não era viável logisticamente o transporte de um tão grande volume de suprimentos para prover às suas necessidades. Além disso, as vexilações não poderiam deslocar-se mais depressa do que permitiam os seus trens de carga, constituídos por animais muares, com bastante mais capacidade de transporte, mas bastante mais lentos.

Este forte investimento em cavalaria viria a implicar uma brutal mudança no dispositivo tático, pois, como procurámos demonstrar neste trabalho, a cavalaria não possui capacidade de manter coordenação lateral entre os seus elementos de modo a formar um modelo tático coeso que permita o domínio espacial do campo de batalha. A característica instintiva de um cavaleiro, embora este possa partir para o combate numa formação ordenada, é o de intervir de forma isolada, procurando tirar partido da grande rapidez e força de impacto que o cavalo lhe fornece. Isto impossibilita que este possa manter uma coordenação lateral permanente durante a refrega, como é apanágio de uma infantaria disciplinada. Note-se, além do exposto, que a cavalaria não tem sequer condições de avançar sobre um dispositivo compacto de infantaria, devido à forte coesão lateral que este possui, pois são os próprios cavalos que se recusam a investir sobre a densa massa humana munida de armas pontiagudas que formavam por vezes autênticas sebes eriçadas.

O permanente e prolongado contacto fronteiriço com as inúmeras tribos germânicas viria igualmente a permitir que estas fossem conhecendo cada vez melhor os recursos táticos do exército romano, o que lhes permitiria, não só desenvolver a dinâmica coletiva dos seus, como contrariar as suas técnicas de combate e urdir, a partir daí, novas formas de invasão.

A consequente crise económica que grassou no Império terá levado igualmente a problemáticas transformações, como terá sido a procura de reduzir as despesas de produção dos recursos armamentísticos, nomeadamente no que toca ao equipamento defensivo, o que levaria à consequente perda da sua eficácia e até mesmo a um afrouxamento no rigor da obrigatoriedade da sua utilização.

É neste contexto que se pode identificar um progressivo abandono da eficaz, mas dispendiosa, armadura de placas (*lorica segmentata*) em prol da mais barata cota de malha (*lorica hamata*), bem como a utilização generalizada de escudos menos pesados, de perfil oval, mas também menos robustos.

A cada vez maior integração de elementos germânicos nas estruturas do exército romano, levaria a uma tendência para uma descaracterização dos seus principais recursos táticos, tal como aconteceu com a aproximação a recursos armamentísticos de perfil cada vez mais semelhante aos que utilizavam os seus inimigos. Veja-se o caso do progressivo abandono do pilo em prol do espículo (*spiculum*) e, sobretudo, a substituição do pequeno gládio de Pompeia em benefício da adoção da grande espata.

Todas estas problemáticas transformações eram a demonstração de que as estruturas do oficialato romano teriam vindo a perder noção da mestria tática que estava subjacente ao dinamismo tático do modelo da grande legião e que se encontravam já num preocupante

alheamento quanto aos recursos e mais-valias técnicas que possuía toda a sua antiga orgânica. A estulta substituição da sua principal arma ofensiva foi um clamoroso erro tático que não só descaracterizou o modo individual típico de combate do soldado romano como viria igualmente a fazer desaparecer a importantíssima coesão espacial que era conseguida pelo perfil da parede de escudos da legião.

No entanto, consideramos que um dos principais fatores que terão contribuído para a declinante fase em que entrou o exército romano tardio resultou da perda do importante comando de proximidade que era fornecido pelos centuriões e que foi causada pelo desaparecimento da organização da infantaria pesada em centúrias e manípulos. Os centuriões eram oficiais com grande experiência prática de combate que, além de conhecerem bem o potencial dos homens que constituíam os grupos de soldados sob o seu comando, os orientavam e incitavam à luta, tendo assim um papel determinante na qualidade do seu desempenho. Podiam avaliar de imediato as dificuldades surgidas na manutenção da parede de escudos e moldavam a evolução tática de cada batalha ao favorecerem avanços ou recuos da sua centúria.

A conflitualidade contra os povos germânicos, que se intensificou a partir de meados do século IV d.C., tornar-se-ia também mais difícil ao exigir ao exército romano que procurasse suster os ataques fronteiriços, que eram cada vez mais frequentes e perpetrados em simultâneo em diferentes pontos do *limes*.

A resposta romana, nomeadamente a partir da instalação do sistema elástico, ocasionaria uma cada vez maior permeabilidade fronteiriça, permitindo que inúmeras tribos inimigas adentrassem com frequência os territórios imperiais e realizassem grandes pilhagens, enquanto matavam ou escravizavam a já debilitada população do Império.

Na esfera política pode-se também identificar, a partir de meados do século III d.C., uma notória decadência de valores morais que afetou toda a estrutura hierárquica, o que levaria a que todos aqueles que conseguiram ascender a cargos de poder se vissem na iminência de ser vítimas de conjuras, traições e assassínios, fenómeno que contribuiria ainda mais para a instabilidade governativa.

Talvez se possa mesmo considerar que o acontecimento político mais representativo da decadência do Império nesta fase tenha sido a impensável humilhação que sofreu o orgulho imperial aquando da captura pelos Persas do próprio imperador Valeriano, facto tão disruptivo que teve de ser escondido pelo seu filho e sucessor Galiano, ele próprio morto, pouco depois, numa conjura urdida pelos seus próprios oficiais.

Surge também, nesta conjuntura, um novo fenómeno político de desintegração imperial que resultou do aparecimento de generais que, ambicionando a púrpura e compreendendo que não teriam condições de estender o seu poder à totalidade do território, admitiam realizar uma consolidação do seu domínio apenas sob parte das províncias. Chegariam mesmo a conseguir legar o seu poder a pequenas dinastias como aconteceu com Marco Cassiano Latínio Póstumo e os seus principais sucessores, como Marco Piavónio Vitorino e Caio Pio Esúvio Tétrico que, durante catorze anos (entre 260 e 274 d.C.) consolidariam um governo de secessão das províncias ocidentais no designado "Império das Gálias". O mesmo fenómeno surge logo em simultâneo com a tentativa independentista surgida nas províncias orientais com o "Império de Palmira", que se estabeleceu entre 260 e 273 d.C. e que teve como protagonistas Lúcio Septímio Odenato, e especialmente a ambiciosa rainha Zenóbia. Até mesmo sob a dominadora centralização do poder no governo de Diocleciano surgiriam resquícios deste fenómeno, com Caráusio e Alecto, os quais, entre 286 e 296 d.C., procuraram tornar independentes os territórios da Britânia e do norte da Gália.

No entanto, um milagroso período de recuperação teve lugar a partir da grande vitória sobre os Godos obtida em 268 d.C. por Cláudio II, o que permitiu que uma sucessão de enérgicos e competentes generais ilírios tomassem conta do poder, como Aureliano, Probo, Caro ou Carino. Apesar de todos eles sofrerem do mesmo problema de efemeridade governativa, mortos em conjuras ou em batalha, foi esta plêiade de comandantes de grande competência militar que permitiu que o Império readquirisse as condições necessárias para se manter durante mais dois séculos. Decisiva neste processo foi a profunda intervenção de Diocleciano, que introduziu grandes transformações, quer no estatuto político do imperador, quer instalando nas debilitadas estruturas militares fronteiriças uma nova conceção defensiva, que ficaria conhecida como o modelo dos delimitadores (*limitaneii*).

Este sistema defensivo viria a dividir o exército romano em duas grandes tipologias funcionais de carácter distinto, fazendo surgir os designados delimitadores que se tornariam tropas baseadas em núcleos muralhados cuja intervenção geográfica era circunscrita, assumindo a responsabilidade de vigiar e defender uma fração da fronteira terrestre, e tropas montadas de grande mobilidade, constituídas por vexilações que deveriam auxiliar os primeiros nas províncias que fossem alvo de ataque exterior.

Como grande parte das fronteiras imperiais eram demarcadas por linhas fluviais, como acontecia no *limes* reno-danubiano, foi natural o aparecimento de elementos ripuários que,

embora pertencendo à orgânica dos delimitadores, se deslocavam em embarcações a fim de patrulhar a parcela do *limes* que estava sob a sua responsabilidade.

Este sistema defensivo viria a permitir ao Império recuperar parte da sua capacidade política e institucional, graças à maior estabilidade fronteiriça, embora sem atingir a antiga eficácia que fora conseguida com o modelo defensivo das grandes legiões.

Poucas condições teria a estrutura hierárquica e disciplinar do exército romano na época de Diocleciano para que este tivesse a possibilidade de voltar a organizar o modelo defensivo baseado nas grandes legiões, embora fosse ele próprio a considerar que essa tinha sido a defesa mais eficaz.

Diocleciano procurou compensar as fragilidades do seu modelo defensivo ao decidir criar o que se poderia quase apodar de "imperadores delimitadores", distribuindo por outros três homens da sua confiança a responsabilidade da gestão defensiva do Império, ao dividir a respetiva extensão em quatro partes. Com esta tetrarquia, que pretendia ser de base meritocrática, Diocleciano conseguiu aproximar competentes chefias militares dos inúmeros problemas do *limes*, viabilizando até que se pudesse explorar uma "intervenção em tenaz" sobre os pontos fronteiriços mais problemáticos.

No entanto, embora um tal sistema de governação possa ter resultado bem numa fase inicial, Diocleciano não viria a conseguir manter os seus objetivos de estrita eleição meritocrática, não só por ter deixado criar, e até ter ele próprio fomentado, vínculos familiares entre os seus elementos, como não viria a conseguir anular o peso das relações dos monarcas com os respetivos filhos.

Sem querer também encarar o peso preponderante que sempre teve a sua própria autoridade como ex-monarca absoluto, ditando a sua vontade a palavra final para a resolução de qualquer impasse, criou o que se poderia considerar como um sistema imperial cuja dinâmica decisória estava condenada ao fracasso. Todas as estruturas de comando que se organizam em elementos pares, tal como era o modelo orgânico da tetrarquia, são estruturas ineficazes pelo potencial impasse gerado por diferentes opiniões com o mesmo peso institucional. É cogente que uma estrutura de comando eficaz deva sempre possuir um elemento preponderante ou contemplar elementos em número ímpar, onde o peso da maioria possa desbloquear a rápida tomada de decisões.

Após o voluntário afastamento de Diocleciano da governação, em 305 d.C., e sobretudo depois da sua morte em 311, o sistema do Dominato tetrárquico gerou um caos político de legitimidades imperiais que lançou o Império num funesto quadro de guerras civis.

Estas, que talvez se pudessem considerar tão disruptivas como as que ocorreram no século anterior, chegariam ao extremo de serem conflitos protagonizados em simultâneo por sete candidatos à púrpura imperial, suportados então por uma maior capacidade de mobilização de recursos, atendendo a que estes não eram já meros usurpadores, mas todos se encontravam respaldados por um notório grau de legitimidade institucional.

No entanto, neste início do século IV d.C., não só se verificaria uma notória conflitualidade nas esferas mais altas do poder como a estas se viria a juntar uma profunda cisão social resultante do peso que a partir de então iria adquirir toda a problemática de cariz religioso surgida pela grande aceitação e difusão dos valores cristãos entre as populações do Império.

Tal não impediu que os protagonistas políticos, tal como um Maximiano, um Galério, um Maxêncio, um Maximino Daia, um Licínio e até o próprio Constantino, viessem a exibir então comportamentos que, pelas constantes tentativas de dissimulação, traição e conjura, se poderiam considerar lamentáveis do ponto de vista ético, até mesmo à luz dos antigos valores romanos.

Mas se a tetrarquia tinha feito surgir inúmeros imperadores que esgrimiam válidos argumentos políticos, e mesmo de sangue, para se poderem considerar os únicos monarcas legítimos, a sanha militar com que se procuraram destruir por entre esta lamentável cultura de falsos acordos e traições foi permitindo recentrar o poder nas mãos de Constantino, o monarca que melhor soube compreender e manipular as novas tendências políticas e psicossociológicas que então grassavam entre as populações cansadas da guerra e da insegurança. A difusão de uma esperança num mundo melhor trazida pela mensagem cristã foi, por ele, aproveitada com inteligência para reforçar ainda mais as suas indiscutíveis competências militares, as quais lhe permitiram vencer os seus adversários e tornar-se o monarca absoluto em 324 d.C.

Este disfuncional contexto político que se instalaria na esfera do poder imperial viria a influenciar de forma muito negativa as diferentes relações que se estabeleceriam entre as próprias estruturas militares que estavam associadas aos diferentes centros de poder, assistindo-se a uma cada vez mais notória demarcação entre a parte ocidental e oriental do Império, com o início de um desgastante processo de mútua rivalidade.

Este, que teria como consequência o seu definitivo enfraquecimento marcial, viria a consolidar-se ainda mais como resultado dos contextos sucessórios posteriores, como aconteceu com a divisão do Império pelos três problemáticos filhos de Constantino, ou até

mesmo com a posterior partilha voluntária do poder que seria levada a cabo por Valentiniano I ao atribuir, em 28 de março de 364, as províncias orientais ao seu irmão Valente.

Saliente-se que, desde o Principado de Galiano, a máquina militar romana sofrera profundas transformações ao adquirir um estatuto de grande independência das estruturas administrativas provinciais, a que antes tinha estado ligada, e passara a possuir cadeias de comando autónomas, que não só eram da responsabilidade de uma arquitetura hierárquica independente, como eram chefiadas por oficiais investidos de novos cargos, como os de condes (*comites*) e duques (*duces*), exercidos por oficiais com experiência.

Estes oficiais encontravam-se circunscritos, desde a implementação do sistema dos delimitadores, ao contexto da sua província, quase sempre reduzida na sua importância pela divisão que Diocleciano realizou com a sua reforma provincial. Assim, não seria de estranhar que esta limitação levasse a que tais oficiais tivessem interesse em fomentar e se associar às movimentações de âmbito imperial por parte de algum dos candidatos à púrpura imperial, pois só assim poderiam adquirir maior protagonismo militar.

A partir da data da morte de Constâncio Cloro, em 305 d.C., onde se veria um exacerbado aumento da conflitualidade entre os tetrarcas, o sistema dos delimitadores tornara-se obsoleto do ponto de vista militar e político, não porque tivesse perdido as suas condições de exercer a sua função de sistema fronteiriço de defesa, mas porque as aspirações dos seus oficiais, bem como as necessidades militares dos diversos imperadores, tendiam para reorganizar em torno da posição geográfica de cada um destes um cada vez maior dispositivo bélico.

É assim que, se o Império já antes se tinha visto forçado a ter de aceitar a entrada definitiva de vastas comunidades germânicas dentro dos seus territórios, o afrouxamento de um sistema impeditivo na fronteira potenciaria que tais populações aspirassem à sua instalação como federados. Este estatuto permitia-lhes manter uma grande independência da máquina administrativa romana, tendo a típica orgânica de fidelidade absoluta da sua hierarquia militar com os seus comitatos ou "companheiros do rei" começado a influenciar de forma decisiva a macroestrutura do exército imperial. Esta extrema fidelidade que era característica das hordas germânicas, consolidada através de solenes juramentos de honra, viria a agradar de tal forma a Constantino que este, afetado pela sua desconfiança obsessiva, decidiu replicar tais práticas alargando-as à vastidão das estruturas militares imperiais.

É assim que vão surgir os exércitos de elite dos comitatenses, bem como as "escolas palatinas", a versão constantiniana da guarda pretoriana, organizados em grandes contingentes no interior do Império em torno das cortes ou dos núcleos residenciais do

imperador, o que viria a reforçar cada vez mais a tendência para o abandono da defesa fronteiriça.

Esta mudança na arquitetura defensiva do Império teria consequências desastrosas, não só para a estabilidade governativa deste, como para todas as suas estruturas produtivas e sociais, assistindo-se a um crescente sentimento de impunidade e insegurança causado pela facilidade de circulação das ávidas hordas bárbaras pelo interior dos territórios imperiais, pilhando e destruindo a seu talante.

Tendo vindo a perder toda a logística operacional que antes lhes conferia capacidade defensiva, os delimitadores ver-se-iam cada vez mais limitados a um papel de meros postos de vigia cuja única função, no sistema elástico, era a de alertar os exércitos palatino-comitatenses para que estes, os únicos com condições para realizar uma intervenção militar musculada, pudessem *a posteriori* eliminar as grandes ameaças fronteiriças. O incremento do cada vez mais fraco estatuto militar dos delimitadores viria não só a fomentar o isolamento das suas unidades, como os forçaria a adotar formas de sobrevivência material que não eram adequadas ao exercício de quaisquer funções militares, aproximando as suas atividades quotidianas aos mais lhanos trabalhos civis.

A defesa elástica palatino-comitatense, que se estabeleceria como o principal modelo da arquitetura marcial romana até à queda do Ocidente, viria a demonstrar possuir uma clara lentidão nos seus processos, ambiguidades de intervenção e condicionalismos logísticos que a tornavam um sistema altamente ineficaz. A necessidade de efetuar campanhas de deslocação rápida com milhares de soldados ao longo de trajetos consideráveis e que, portanto, se tinham de estender por vários dias encontrava nas limitações da força animal um condicionalismo estrutural impossível de contornar, inviabilizando desde logo o principal objetivo de defesa dos exércitos palatino-comitatenses.

Para tal, realizámos uma análise detalhada dos limites etológicos e anatómicos dos animais de transporte, tendo-se chegado à conclusão de que os espécimes muares eram, sem dúvida, os mais adequados à deslocação dos exércitos na Antiguidade. Nesta cronologia, a sua importância é tão relevante na logística de uma campanha de qualquer exército, mormente na grande legião, que se deverá admitir que, se não tivesse sido possível contar com animais que possuíssem as extraordinárias capacidades musculares que lhes permitiam suportar grandes pesos, habilidades no movimento de deslocação e grande resistência física, características das mulas, poderia ter até estado em causa o dinamismo do movimento de conquista das grandes legiões através de territórios onde não existisse ainda logística viária.

O aparecimento da estrada romana era, aliás, a principal manifestação que marcava, não só a presença física, como também o domínio espacial do Império sobre um determinado território, sendo a sua construção e manutenção uma das mais importantes preocupações da administração provincial. A complexidade do processo de construção das principais vias, onde se chegavam a sobrepor seis ou sete diferentes camadas de pedras e argamassa, tendo cada uma delas funções específicas na sua consolidação, é bem demonstrativa da versatilidade empírica dos recursos da engenharia romana

A posse e o desenvolvimento de recursos construtivos que viabilizem a realização de grandes e sólidas estruturas arquitetónicas são, aliás, uma característica importante na afirmação militar e administrativa de qualquer Império. No entanto, verificar-se-ia no Baixo Império uma progressiva degradação da qualidade construtiva e na manutenção das vias romanas, o que seria uma das principais razões, não só para uma maior dificuldade de circulação viária, levando a uma cada vez maior fragmentação da interação provincial, como também à ineficácia da intervenção militar dos exércitos palatino-comitatenses.

Tendo sido autorizada, ao longo do século IV d.C., a instalação de vários povos federados, sendo-lhes permitido manter as suas hierarquias, as suas leis e tradições, estes passariam a constituir-se como notórios elementos regionais desagregadores da coesão civilizacional e administrativa do Império, surgindo como realidades independentes e interpoladas dentro da realidade provincial romana. Tendo dado como contrapartida para a sua instalação o compromisso de auxiliar na defesa das fronteiras, apenas se disporiam a fazê-lo quando tal se adequasse aos interesses das suas próprias agendas políticas.

O próprio exército romano, enfraquecido pelas intensas guerras civis tetrárquicas e que, para o estabelecimento dos delimitadores, se veria forçado a ter de recrutar um grande número de soldados, acabaria por ter de admitir uma excessiva integração de elementos germânicos nas suas fileiras. Embora se possa considerar que estes soldados terão, no essencial, permanecido leais ao Império, o seu elevado número e a sua ascensão a cargos de comando tornar-se-iam uma das principais causas para a introdução de práticas militares que transformariam profundamente toda a arquitetura técnica e conceptual da máquina militar romana, como ficaria bem patente nas advertências de Vegécio na sua "*Epitoma rei militaris*".

O exército romano tardio, cada vez mais alheado das suas antigas práticas militares e bastante permissivo a diferentes influências alógenas, transformar-se-ia até não ser mais do que uma pálida imagem do que fora durante a República ou o Alto Império, perdendo grande parte da sua competência bélica.

Para o exponencial aumento da tensão fronteiriça, nomeadamente no *limes* reno-danubiano, viria também a contribuir a inesperada deslocação das belicosas hordas hunas em direção ao Ocidente, que se intensificou a partir de meados do século IV d.C. Criando uma disrupção militar generalizada, os Hunos derrotariam e forçariam a fuga para ocidente de todos os povos germânicos que se viram na contingência de ter de abandonar os territórios onde se tinham instalado. Estes comprimir-se-iam de forma caótica contra as fronteiras imperiais do Ocidente, o que viria mesmo a ser potenciado pela política das províncias orientais romanas, com Constantinopla a comprar a peso de ouro o seu afastamento das fronteiras dos seus territórios.

A massiva chegada dos nómadas hunos iria trazer para o contexto marcial do ocidente um temível paradigma de combate que prescindia totalmente do habitual contacto direto corpo a corpo, pois utilizavam a esmagadora força da sua arquearia para impor uma brutal tipologia de combate a distância, o qual nunca permitiu uma resposta eficiente por parte dos modelos de luta dos exércitos tradicionais.

A técnica de combate destes nómadas, que todos os seus guerreiros dominavam com grande proficiência, era desde há muito o paradigma quase exclusivo da forma como se concretizava a guerra entre os povos das estepes geladas da tundra asiática. Este novo paradigma de guerra, que se caracterizava também pela surpresa dos seus ataques, pela rapidez dos seus movimentos, pela estonteante circulação dos seus guerreiros montados, pela resistência extraordinária dos seus cavalos da estepe, pelos seus selváticos gritos e pelo seu temível aspeto, era esmagador sobretudo pela precisão e força dos disparos dos seus arcos.

Verdadeiras obras-primas de recursos técnicos e resistência, os fortes arcos compostos eram o resultado de centenas de anos de dedicadas experiências empíricas e cuja prática diária forçava os Hunos a desenvolver, desde a mais tenra infância, um enorme arcabouço muscular nos membros superiores. Tendo derrotado todas as tribos germânicas que se lhes tentaram opor, onde se incluíam os próprios povos seminómadas como os Alanos, que até então eram considerados pelos Romanos os melhores arqueiros, a potência dos arcos hunos era bastante maior do que aquilo que era comum ver-se no ocidente, podendo chegar aos 70 quilos. Isto permitia-lhes cobrir maiores distâncias e assim atingir, com os seus disparos certeiros, os seus adversários muito antes de estes terem quaisquer condições de retaliar.

As massacradas tribos germânicas procurariam, como última esperança, resguardar-se das investidas hunas sob os auspícios do exército romano, almejando proteger-se ao adentrar como aliados nos territórios imperiais. No entanto, desesperadas por uma conjuntura tão desfavorável, as numerosas tribos que viriam a formar a federação goda, acossadas na

retaguarda pelos Hunos e numa desastrada rutura institucional com a administração provincial romana, acabariam elas próprias por fazer desaparecer o resto do capital militar do Império, ao esmagarem o exército de Valente na batalha de Adrianopla, em 378 d.C.

Embora os nómadas, até ao último quartel do século IV d.C., ainda se deslocassem de forma errática e sob vários chefes, viriam a compreender a força que resultaria da sua união e, se até então apenas tinham investido nos territórios imperiais contra os povos federados, no ano *horribilis* de 395 d.C. iniciariam os seus ataques diretos nos territórios provinciais do oriente.

Estamos em crer que tal ousadia dos Hunos bem poderá ter sido potenciada pela morte do imperador Teodósio, que desastradamente deixaria, como legado fatal para a coesão do Império, a divisão oficial entre Ocidente e Oriente, respetivamente aos seus dois manipuláveis filhos – Honório e Arcádio.

Estes, bastante desinteressados da governação numa fase tão crucial do Império, vão permitindo que esta se faça muitas vezes ao abrigo da sede de poder de conselheiros e tutores que apenas procuram assegurar as suas elevadas posições hierárquicas, sem se preocuparem com a urgente necessidade de definir qual deveria ser a sua política fronteiriça.

Em 395 d.C. a mais que provada fragilidade defensiva do sistema elástico (a que se somaria a divisão definitiva do Império e o desaparecimento dos melhores contingentes romanos) teria como consequência o definitivo enfraquecimento das estruturas administrativas, económicas e sociais romanas.

O Império ficaria condenado a ter de procurar responder caso a caso aos diferentes desafios militares que, nesta nefasta conjuntura, se viriam a agravar ainda mais a partir dos inícios do século V.

Sem condições materiais de implementar uma estratégia de defesa em profundidade generalizada, como defendeu Edward Luttwak, a realidade político-militar romana ver-se-ia confrontada com o aparecimento de três polos de poder que se hostilizavam mutuamente, como eram o Império do Ocidente, o de Oriente e o crescente protagonismo das hordas hunas unificadas sob a chefia de Átila.

Embora este tenha sido repelido do Ocidente em 451 d.C. na batalha dos Campos Cataláunicos, não já graças à pujante força das armas romanas mas antes às capacidades bélicas dos federados, também eles então ameaçados pela intervenção militar dos nómadas, a disrupção governativa causada pela consciencialização da força das tribos germânicas viria a impedir a reorganização das estruturas políticas da parte ocidental do Império.

Este, que se viu condenado ao desaparecimento, veria, no entanto, a sua parte oriental subsistir até 1453 d.C., batizado com o nome de Império Bizantino, possivelmente possibilitado pelo súbito, e quase inexplicável, desaparecimento do polo imperial dos Hunos logo em 455, na enigmática Batalha do Nedao.

Todavia, o poder dos arcos compostos e a grande mobilidade das hordas de guerreiros montados viria a marcar, a partir de então, a sua superioridade perante todos os exércitos com armas de combate por contacto direto, tal como se pode observar através do sucedido logo no século VI d.C., com o sucesso bélico conseguido pelas tribos avaras, ou, mais significativamente ainda, vários séculos depois, com o poder esmagador dos exércitos mongóis que, combatendo vitoriosamente contra todo o tipo de adversários, viriam a construir o maior império terrestre contíguo da História, cerca de seis vezes maior do que tinha sido o Império Romano.

Em suma, o longo percurso da força das armas romanas foi o resultado de um monumental ciclo que partiu de um pequeno povoado no Lácio, evoluiu para a mais complexa e poderosa máquina militar da Antiguidade e, após ter erguido um imenso Império, sofreu a usura apática da sua própria transformação e deixou o seu poder esvair-se quando se deixou atordoar na própria realidade que ajudou a construir.

Roma esqueceu a grande legião muito antes de se ter perdido, possivelmente esquecida de que este milagre militar, por tudo o que lhe proporcionou, teria sido uma dádiva saída da própria inteligência dos deuses. Se Minerva teria saído já armada da cabeça de Júpiter, a legião saiu já disciplinada, eclética e poderosa da cabeça de Minerva.

LOCALIZAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES

(no texto principal)

1. IMAGENS

1. Península Itálica, Sicília, Córsega e Sardenha, cerca de 500-400 a.C. (mapa). 5
2. Pintura baseada no vaso Coríntio, do século VII a.C., encontrado em Chigi. 13
3. Uma *speira* ou *syntagma*, a unidade básica da falange macedónica. 22
4. Percursos alternativos em direção a Lucéria, em 321 a.C., e possíveis localizações das Forcas Caudinas (mapa). 31
5. Modelo do exército romano do século IV a.C., segundo Tito Lívio. 53
6. Campanha de Pirro, rei do Épiro, na Península Itálica e na Sicília (mapa). 61
7. Disposição inicial dos dois exércitos na batalha de Canas. 65
8. Disposição inicial dos dois exércitos na batalha de Adrianopla. 66
9. Pintura de grupo de hoplitas entrando em batalha. 76
10. Representação de um hoplita executando o seu treinamento com armas. 77
11. Representação de falange helenística. 83
12. Desenho de um típico exército manipular. 107
13. Esquema explicitando os circuitos dorsal e ventral no cérebro humano. 111
14. Moeda comemorativa da Disciplina. 117
15. Condecorações romanas: coroas. 121
16. Condecorações romanas: colares (*torques*). 121
17. Condecorações romanas: braceletes (*armillae*). 121
18. Desenho esquemático de uma legião imperial (*coorte*). 123
19. Reconstituições de estandartes romanos: *Signum*, *Vexillum*, Águia. 132
20. Reconstituições de estandartes romanos. 133
21. Denário de prata cunhado no ano de 48 a.C. 138
22. Denário de prata, cunhado no ano de 82 a.C. 139
23. Imagem de dois *cornicini.* 142
24. Imagem de um *cornu*, encontrado em Pompeia. 142
25. *Lituus* de bronze, proveniente de Saalburg. 144
26. Formação em *triplex acies*. 153
27. Mapa da campanha de Aníbal Barca durante a 2.ª Guerra Púnica (mapa). 155

28. Registo superior da chamada “face histórica" da Estela dos Abutres. 176
29. Vista frontal do *scutum* retangular de Dura Europos. 178
30. Umbo pertencente a um escudo decorado. 178
31. Couraça do tipo *lorica segmentata.* 179
32. Grevas encontradas na Lucânia, cerca de 375 a.C. 179
33. Capacete do tipo Montefortino, início do século I d.C. 180
34. Dois gládios hispânicos de Smihel, Eslovénia, século II a.C. 181
35. Exemplares de *pila* encontrados em Espanha e França. 182
36. Legião manipular. Exército consular tipo. 194
37. Representação das fases 1 e 2 da batalha de Zama. 233
38. Mapa da localização das principais batalhas travadas pelo exército romano durante as 2ª e 3ª Guerras Macedónicas (mapa). 263
39. Calçado romano oriundo de Mainz: *caligae* e *calcei.* 290
40. *Caliga* - Restos de uma sandália militar de couro. 291
41. Escudo romano do período republicano proveniente de Fayüm, Egipto. 293
42. Umbo de ferro de um *scutum* ovalado, encontrado em Mainz. 293
43. Assistência médica no exército romano. Coluna de Trajano..... 304
44. Funcionamento tático dos manípulos. Fase 1. 306
45. Funcionamento tático dos manípulos. Fase 2. 306
46. Funcionamento tático dos manípulos. Fase 3. 309
47. Funcionamento tático dos manípulos. Fase 4. 310
48. Ordem de batalha da legião, conforme proposta desenvolvida no capítulo 6. 312
49. Momento dinâmico do combate da legião, conforme proposta desenvolvida no capítulo 6. 314
50. Representação de um manípulo de uma legião, do período anterior à reforma de Mário. 323
51. Representação esquemática de como o exército romano poderia ter efetuado uma “Manobra de Envolvimento”. 328
52. Métopa 37 do *Tropaeum Traiani* (Troféu de Trajano), em Adamclisi, Dobruja. 347
53. Métopa 9 do *Tropaeum Traiani* (Troféu de Trajano), em Adamclisi, Dobruja. 348
54. Exemplo de uma espada tipo xifo, de Alfedena na Itália. 375
55. *Aes signatum*, usado como moeda durante os séculos V e IV a.C. 375
56. Acínace no Museu Nacional do Irão, Teerão. 384
57. Representação de Dario, no chamado “Vaso de Dario”. 385

58. Acínaces em ouro, encontradas em Tillia Tepe, século I d.C. 385
59. Representação de uma acínace num relevo de um guarda Medo, Persépolis..... 386
60. Imagem de guarda do palácio de Dario em Persépolis. 386
61. Grafito de Dura Europus, mostrando um *clibanarius* parto. 387
62. Punhais legionários, Roménia e Allériot. 389
63. Punhais e respetivas bainhas, França e Mainz. 389
64 - Parazónio de bronze. 393
65. Moeda de Tétrico, contendo uma representação de parazónio. 394
66. Parazónio de bronze encontrado em Murrhardt. 395
67. Pormenores da empunhadura de parazónio. 395
68. A espada de Delos na respetiva bainha, século I a.C. 398
69. Dois gládios hispânicos oriundos de Grad, Šmihel (Eslovénia)..... 398
70. A chamada "espada de Tibério", Mainz (Alemanha). 399
71. Gládio do tipo Maiz proveniente de Rheingönheim (Alemanha). 399
72. A chamada "espada Fulham". 399
73. Dois gládios tipo Pompeia, provenientes de Caernarfon e de Newstead. 400
74. Dois gládios tipo Pompeia, provenientes de Klein-Winternheim (Alemanha) e de Pompeia (Itália). 400
75. Gládios: tipologias comparadas. Desenho comparativo dos quatro tipos de gládios conhecidos: Hispânico, Mainz, Fulham e Pompeia. 401
76. Gládios: tipologias comparadas. Imagens dos quatro tipos de gládios conhecidos. .. 401
77. Empunhadura do gládio *versus* guarda de mão, punho moldado e pomo. 402
78. Empunhaduras de espada feitas de osso, marfim e madeira dura. 402
79 Empunhadura de espada construída em osso. 403
80. Empunhadura de Gládio do tipo Mainz, com revestimento em prata. 403
81. Empunhadura em exposição no museu de Vindonissa, na Suíça. 403
82. Relevo esculpido representando dois legionários, em posição de combate. 438
83. Baixo relevo esculpido na Métopa 32 do *Tropaeum Traiani.* 439
84. Gladiadores de *Lucus Feroniae* (Itália). 472
85. Relevo funerário de Milão mostrando um gladiador a exercitar-se. 484
86. Baixo relevo esculpido na Métopa 31 do *Tropaeum Traiani.* 485
87. O Mundo Romano, em finais do século IV d.C. 491
88. Grupo de embaixadores de povos bárbaros representado na Coluna de Trajano. 494
89. Cavaleiro romano representado no Arco de Galério. 500

90. Soldados do início do século IV representados no Arco de Galério. 500
91. Desenho de um acampamento de marcha de acordo com Políbio. 522
92. Desenho de um acampamento de marcha de acordo com Pseudo-Hyginus. 522
93. Tipos de portas dos acampamentos de marcha: *Titulum* e *Clauicula*. 523
94. Tipologia de torres e portas. 524
95. *Quadriburgium*, acampamento de *Tamara*. 525
96. Muralha de Adriano. 546
97. O Império Romano sob Trajano (mapa). 563
98. O Império da Gálias (mapa). 564
99. O Império de Palmira (mapa). 566
100. Moeda celebrando o entusiasmo de Galieno pelas suas forças de cavalaria. 570
101. Soldado romano no início do século III. 575
102. A cidade de Constantinopla na *Notitia Dignitatum*. 589
103. Representação de desenhos exibidos nos escudos dos *auxilia palatina*, na batalha de Adrianopla (*Notitia Dignitatum*). 594
104. Representação de desenhos exibidos nos escudos dos *auxilia palatina,* do Oriente, cerca de 395 d.C. (*Notitia Dignitatum*)..... 598
105. As Invasões Bárbaras, durante o Baixo-Império (mapa). 622
106. Relevo escultórico, representando o pedido de clemência, ao imperador Marco Aurélio, por parte de bárbaros derrotados. 637
107. Localização das forças romanas, cerca de 376 d.C. (mapa). 658
108. Traçado da *Via Nova Taiana* (mapa). 659
109. Traçado da *Strata Diocletiana* (mapa). 659
110. Medalhão de Marco Aurélio. 681
111. As províncias orientais e a Pártia (mapa). 682
112. Medalhão de Marco Aurélio e Cómodo, no ano de 178 d.C. 697
113. O mais antigo mapa existente de Constantinopla. 719
114. Antoniniano de Maximiano. 721
115. Ícone ortodoxo representando o Concílio de Niceia. 735
116. A Batalha de Turim. 741
117. A campanha italiana de Constantino, em 312 (mapa). 741
118. Medalhão de prata de *Ticinum* cunhado para a Decennalia de Constantino. 745
119. Moeda romana alusiva da visão de Constantino. 745
120. Moeda de Constantinopla, apresentando representação de lábaro no reverso. 746

121. Antoniniano de Aureliano. 748
122. Medalhão representando Constantino com Sol, como deus guardião. 750
123. Moeda de Maxêncio apresentando representação da deusa Roma, entregando-lhe o globo do poder. 755
124. Moeda de Licínio, apresentando representação de Júpiter, no reverso. 763
125. Moeda de bronze representando busto de Fausta. 768
126. Moeda de Galieno, representando-o provavelmente cerca de 250. 777
127. Moeda de prata de Caráusio. 781
128. Aureliano de Alecto. 782
129. Medalhão de celebração da reconquista da Britânia, por Constâncio Cloro, ao usurpador Caráusio. 782
130. Moeda de Zenóbia. 785
131. Moeda do imperador Juliano. 790
132. Moedas de Constâncio II, Constantino II e Constante. 790
133. Moeda de ouro representando o imperador Valente. 793
134. Representação da insígnia do *Magister Militum per Illyricum.* 793
135. Representação da insígnia do *Magister Militum Praesentalis*. 794
136. Coluna de Trajano: Utilização de barcos para transporte de provisões. 796
137. Coluna de Trajano: Transporte de provisões e de armamento em carroças. 800
138. Via de Itália para a Hispânia. 802
139. Transporte de *carroballistae*. 808
140. Veículo cisterna representado numa pátera de prata. 822
141. Via romana de Lyón a Boulogne. 823
142. Ponte Julien em *Apta Ivlia*, França. 824
143. Túnel em Vasio (Vaison la Romaine), França. 824
144. Secção transversal da ponte construída por Júlio César, sobre o rio Reno, em 55 a.C. 825
145. Secção transversal, planta e alçado da ponte construída por Júlio César, sobre o rio Reno, em 55 a.C. 826
146. Estrada sobre barragem de ensecadeira, em Valkenburg. 829
147. Alinhamento da Via Aurélia na costa ocidental de Itália, a norte de Roma. 831
148. Ponte de Ganagobie, entre Alaunium e Segustero (Sisteron), França. 832
149. Secção transversal tipo de uma via romana. 832
150. Estrutura do aterro, na estrada entre a Itália e a Hispânia. 833

151. Inscrição informando da construção de uma estrada vicinal. 835
152. O entalhe da chamada porta do Bons (túnel), desfiladeiro de l'Infernet, França. 837
153. Moeda do imperador Nerva. 848
154. Veículo romano conhecido como carruca (*carruca*). 850
155. Veículo romano conhecido como carpento (*carpentum*). 850
156. Modelo atual da "Sandália de proteção" para cascos de cavalo. 854
157. Relevo, em prata, representando Teodósio, o Grande. 863
158. Busto de mármore do imperador oriental Arcádio. 863
159. Representação do imperador Honório, numa placa de marfim. 864
160. Díptico de marfim representando Estilicão e Flávia Serena..... 865
161. Navios no porto de Ravenna, representados num mosaico da Basílica de Santo Apolinário Novo. 871
162. Os Hunos antes de Átila (mapa). 876
163. Átila, o flagelo de Deus. 878
164. As Campanhas de Átila (mapa). 881
165. Medalhão de ouro com representação do busto de Teodorico. 883
166. Representação da área de estepe na Eurásia (mapa). 885
167. Representação de um arco huno. 886
168. Técnicas de puxar e libertar a corda do arco. Puxão Mediterrânico. 894
169. Técnicas de puxar e libertar a corda do arco. Puxão Mongol. 894
170. Anel de polegar. 895
171. Miniatura persa representando um arqueiro montado mongol que aponta o seu arco junto ao rosto. 896
172. Representação de um arco huno assimétrico. 899
173. Representação de um arqueiro mongol praticando o chamado "tiro parta". 900
174. Estribos avaros. 916
175. Império Romano à data da morte de Trajano, 117 d.C. (mapa). 920
176. Império Mongol de Genghis Khan e seus sucessores (mapa). 920

2. TABELAS

1. Desempenho do Exército Romano entre 360 e 321 a.C. – 1.º Bloco Cronológico. 40
2. Desempenho do Exército Romano entre 320 e 281 a.C. – 2.º Bloco Cronológico. 46
3. Desempenho do Exército Romano entre 280 e 240 a.C. – 3.º Bloco Cronológico. 54
4. Variação Anual do Número de Batalhas entre 200 e 168 a.C. 271
5. Parâmetros Referentes a Gládios do Período Republicano 370
6. Parâmetros Referentes a Gládios do Período Imperial do Tipo Mogúncia e Fulham .. 444
7. Parâmetros Referentes a Gládios do Período Imperial do Tipo Pompeia 446
8. Análise da Atividade Militar do Exército Romano, 753 a.C. - 476 d.C. (1) 456
9. Análise da Atividade Militar do Exército Romano, 509 a.C. - 476 d.C. (2) 458
10. Resumo da Análise da Atividade Militar do Exército Romano, 753 a.C. - 476 d.C. . 460
11. Atividade Militar do Exército Romano entre 1 e 50. - 1.º Bloco Cronológico 528
12. Atividade Militar do Exército Romano entre 51 e 100. - 2.º Bloco Cronológico 529
13. Atividade Militar do Exército Romano entre 101 e 150. - 3.º Bloco Cronológico 531
14. Atividade Militar do Exército Romano entre 151 e 200. - 4.º Bloco Cronológico 533
15. Atividade Militar do Exército Romano entre 201 e 250. - 5.º Bloco Cronológico 535
16. Atividade Militar do Exército Romano entre 251 e 300. - 6.º Bloco Cronológico 536
17. Atividade Militar do Exército Romano entre 301 e 350. - 7.º Bloco Cronológico 539
18. Atividade Militar do Exército Romano entre 351 e 400. - 8.º Bloco Cronológico 540
19. Atividade Militar do Exército Romano entre 401 e 450. - 9.º Bloco Cronológico 542
20. Distribuição Geográfica das Legiões em 24, no Principado de Tibério 547
21. Distribuição Geográfica das Legiões em 67, no Principado de Vespasiano 548
22. Distribuição Geográfica das Legiões em 150, no Principado de Antonino Pio 549
23. Distribuição Geográfica das Legiões em 235, no Início da Anarquia Militar 550
24. Distribuição Geográfica das Legiões em 284, no Início do Principado de Diocleciano 553
25. Distribuição Geográfica das Legiões em 305, no Final do Principado de Diocleciano 557
26. Corpos de Comitatenses - Exércitos Móveis de Reserva em 305 558

LOCALIZAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES

(no texto dos anexos)

1. IMAGENS
(nos anexos)

Primeira fase da batalha de Canas (Anexo 2) XVII
Segunda fase da batalha de Canas (Anexo 2) XVIII
Quarta fase da batalha de Canas (Anexo 2)..... XIX
Quinta fase da batalha de Canas (Anexo 2) XX
Primeira a Quarta fases da Batalha de Adrianopla (Anexo 3)..... XXIX
Quinta a Sétima fases da Batalha de Adrianopla (Anexo 3) XXXI
Ordem de batalha da legião conforme proposto no capítulo 6.3.4 (Anexo 9)..... LVII
Ordem de batalha e momento dinâmico do combate da legião conforme proposto no capítulo 6.3.4. (Anexo 10) LVIX
Exemplo de um forno de cadinho (bowl furnace), datado dos primórdios da Idade do Ferro. (Anexo 11) LXIV
Desenho esquemático de um forno de lupa (bloomery furnace) e respetivas reações envolvidas na produção de ferro. (Anexo 11) LXV
A *Notitia Dignitatum* contem a lista completa dos oficiais do Império nos finais do século III e início do século IV. Inclui a lista de unidades do exército com imagens das insígnias pintadas nos seus escudos. (Anexo 14)..... LXXXI
Ilustração constante da *Notitia Dignitatum* representando a insígnia do Conde da Costa Saxónica na Grã-Bretanha. (Anexo 14) LXXXII
Legio I *Adiutrix* (Anexo 15) LXXXIX
Legio I *Germanica* (Anexo 15)..... XCI
Legio I *Parthica* (Anexo 15) XCII
Legio II *Adiutrix Pia Fidelis* (Anexo 15) XCIII
Legio II *Italica* (Anexo 15) XCIV
Legio III *Augusta* (Anexo 15) XCV
Legio III *Gallica* (Anexo 15) XCVII
Legio IIII *Macedonica* (Anexo 15) XCIX
Legio IIII *Flavia Felix* (Anexo 15) C
Legio V *Alaudae* (Anexo 15) CI

Legio VI *Ferrata* (Anexo 15) CIII
Legio VI *Victrix* (Anexo 15) CV
Legio VIII *Augusta* (Anexo 15) CVI
Legio X *Fretensis* (Anexo 15) CVIII
Legio X *Gemina* (Anexo 15) CX
Legio XV *Apollinaris* (Anexo 15) CXII
Legio XVI *Flavia Firma* (Anexo 15) CXIII

2. TABELAS
(nos anexos)

Bloco 1 - 360-321 a.C. (Anexo 1) III
Bloco 2 – 320-281 a.C. (Anexo 1) IV
Bloco 3 – 280-241 a.C. (Anexo 1) VII
Batalhas entre Legiões e Exércitos de Perfil Falangístico - 200 e 168 a.C. (Anexo 4) XXXV
Batalhas Travadas pelo Exército Romano entre 200 e 168 a.C. (Anexo 7) XLIX
Cômputo de Efetivos e Baixas nas Batalhas entre Legiões e Falanges de 200 a 168 a.C. (Anexo 8) LV
Lista das Províncias Romanas no Baixo-Império (Anexo 12) LXIX
Lista de povos germânicos (Anexo 13) LXXVII

BIBLIOGRAFIA

1. ABREVIATURAS

(utilizadas neste trabalho)

A.: Ésquilo (*Aeschylus*)

AEN. TACT.: Eneias, o Tático

AMM.: Amiano Marcelino

APP.: Apiano

ARIST.: Aristóteles

EN = Ética a Nicómaco; *Metaph. = Metafísica*; *Po. = Poética*

ARR.: Arriano

An. = Anabasis; Tact. = Tática

AVGVSTVS: César Augusto (Otaviano)

AVR. VICT.: Aurélio Victor

Cae. = De Caesaribus

CAES.: Júlio César

Bell Gall. = A Guerra das Gálias; *Bell Afr. = A Guerra de África; Bell Alex. = A Guerra de Alexandria; Bell Hisp. = A Guerra de Espanha.*

CTh.: Código de Teodósio

D.C.: Dião Cássio

D.H.: Dionísio de Halicarnasso

D.S.: Diodoro Sículo

E.: Eurípedes

Hipp. = Hipólito

EVSEB. CAES.: Eusébio de Cesareia

H.E. = História Eclesiástica

V.C. = Vita Constantini

EVTR.: Eutrópio

FLOR.: Floro

FRONTIN.: Frontino

FRONTO: Frontão

GREG. T.: Gregório de Tours

HDT.: Heródoto

HES.: Hesíodo

HIRT.: Aulo Hírcio

HOM.: Homero

Il. = Ilíada; Od. = Odisseia.

IORD.: Jordanes

LACT.: Lactâncio

Inst. = De Divinis Institutionibus; *Mort. = De Mortibus Persecutorum*

LIV.: Tito Lívio

MAVRIC.: Maurício

ND.: *Notitia Dignitatum*

Or. = Oriente; Oc. = Ocidente

NMaj.: Novelas de Majoriano (*leges novellae*)

NTh.: Novelas de Teodósio (*leges novellae*)

NVal.: Novelas de Valentiniano (*leges novellae*)

ONOS.: Onasander

PL.: Platão

Le. = Leis; Re. = República

PLB.: Políbio

PLIN.: Plínio o Antigo

Hist. Nat. = História Natural

PLIN.: Plínio o Jovem

Epist. Traian. = Epístolas a Trajano

PLU.: Plutarco

POLYAEN.: Polieno

PROCOP.: Procópio

QVINT.: Quintiliano

S.: Sófocles

Ant. = Antígona

SALL.: Salústio

C = A Conspiração de Catilina; J = A Guerra de Jugurta; H = Histórias

SEN.: Séneca

Phaedr. = Fedra

SIDON.: Sidónio Apolinário

Epist. = Cartas (Epístolas)

STAT.: Estácio

Theb. = Tebaida

STR.: Estrabão

SVET.: Suetónio

TAC.: Tácito

G. = Agricola and Germany; Ann. = Annals; H. = Histories

VEG.: Vegécio

VERG.: Virgílio

VTR.: Vitrúvio

TH.: Tucídides

ZONAR.: João Zonaras

ZOS.: Zósimo

2. FONTES

2.1. Documentos

The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions. Tradução Clyde Pharr. Princeton: Princeton University Press, 1952.

Notitia Dignitatum (ed. Otto Seeck), consultado em *The Notitia Dignitatum Page* de Halstein Sjolie, disponível em: http://www.pvv.ntnu.no/~halsteis/notitia.htm e consultado em

2.2. Historiadores e Tratadistas

ALMEIDA, João Ferreira (coordenador) – *A Bíblia Sagrada*. Lisboa: Sociedade Bíblica, 1985.

AMIANO MARCELINO – *The Complete Works (c. AD 325–c. 391)*. Hastings, East Sussex: Delphi Publishing Ltd., 2016.

APIANO – História de Roma. A partir da tradução inglesa "*Appian's Roman History*", Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1989.

APOLINÁRIO, Sidónio - *Poems and Letters*. W. B. Anderson (Translator). University of Michigan Press. Loeb Classical Library, 1965. ISBN: 978-1199837653.

ARISTÓTELES – *Metafísica, Ética a Nicómaco, Poética*. S. Paulo: Victor Civita. 1984.

ARRIANO – *The Anabasis of Alexander or the History of the Wars and Conquests of Alexander the Great*. Literally translated, with a commentary, from the Greek of Arrian, the Nicomedian. Tradução de Edward James Chinnock. United Kingdom: Franklin Classics Trade Press, 2018. ISBN: 978 034384 585 8.

CÁSSIO, Dião - *Roman History*. Translation by Earnest Gary, Ph.D. London: The Loeb Classical Library, 1955.

CAESAR, Caïus Julius – *La Guerre Civile. Les Guerres d'Alexandrie, d'Afrique e d'Espagne*. 2.ªed. Clermont-Ferrand: Editions Paleo, 2003. ISBN: 2-913944-19-1.

CÉSAR, Júlio – *A Guerra das Gálias*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. Tradução Portuguesa de Angelina Pires. 2004. ISBN: 978-972-618-334-1.

DIODORO Sículo - *Biblioteca Histórica*. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Clásica Gredos.

DIONÍSIO de Halicarnasso - *The Roman Antiquities of Dionysius of Halicarnassus*. London: William Heinemann Ltd. Cambridge, Massachusetts's Harvard University Press.

ENEIAS, o Tático – *Poliorcética*. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Clásica Gredos, 157, 1991. ISBN 84-249-1468-6.

ÉSQUILO (*Aeschylus*) - *Complete Works of Aeschylus*. Hastings, East Sussex: Delphi Publishing Ltd., Delphi Classics, 2019.

ESTÁCIO – *La Tebaida*. Madrid: Libros Tauro.

ESTRABÃO - *Geografía*. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Clássica Gredos, ISBN: 13: 978-8424914936.

EURÍPEDES – *Tragedias: Alcestis, Medea, Los Heraclidas, Hipólito, Andrómaca, Hécuba*. Introducción General de Carlos García Gual. Introducciones, Traducción y Notas de Alberto Medina González y Juan Antonio López Férez. Madrid: Editorial Gredos, S. A., Biblioteca Básica Gredos, 2000. ISBN: 84-249-2466-5.

EUSÉBIO de Cesareia – *História Eclesiástica*. Tradução: Wolfgang Fischer. São Paulo: Editora Novo Século, 2002.

EUSÉBIO de Cesareia - *Life of Constantine*. (*Vita Constantini)*. Introduction, translation, and commentary by Averil Cameron and Stuart G. Hall. Oxford: Clarendon Press, 1999. ISBN 0-19-814924-7.

EUTRÓPIO - *Complete Works of Eutropius*. Hastings, East Sussex: Delphi Publishing Ltd., Delphi Classics, 2019.

FLORO – *Compêndio da História Romana*. A partir da tradução inglesa "Florus: Epitome of Roman History", Harvard University Press, Loeb Classical Library.

FILOSTÓRGIO (*Philostorgius*) - *Church History*. Translated with an Introduction and Notes by Philip R. Amidon. Writings from the Greco-Roman World 23. Atlanta: Society of Biblical Literature (Leiden & Boston), 2007. ISBN: 978-1-58983-215-2.

FRONTÃO – *Epistolario*. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

FRONTINO, Sexto Júlio – *Estratagemas*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. Tradução portuguesa de Miguel Mata. 2005. ISBN: 972-618-364-2.

HERÓDOTO de Halicarnasso - *The Complete Works of Herodotus. C. 484-425 BC*. Hastings, East Sussex: Delphi Publishing Ltd., Delphi Classics, 2015.

HESÍODO – *Teogonia. A Origem dos Deuses*. S. Paulo: Editora Iluminuras Ltda. Tradução: Jaa Torrano. 1995. ISBN: 85-85219-22-X.

HÍRCIO, Aulo - *A Guerra das Gálias – Livro VIII*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. Tradução Portuguesa de Angelina Pires. 2004. ISBN: 978-972-618-334-1.

HOMERO – *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia, 2005, 5.ª edição 2012. Tradução de Frederico Lourenço. ISBN: 978-972-795-118-5.

HOMERO – *Odisseia*. Lisboa: Livros Cotovia, 2003, 9.ª edição 2012. Tradução de Frederico Lourenço. ISBN: 978-972-795-060-7.

ISIDORO de Sevilha – *The Etymologies*. New York: Cambridge University Press, 2006. ISBN: 978-0-511-21969-6.

JOSEFO, Flávio – A Guerra dos Judeus. A partir da tradução inglesa "*Josephus – The Jewish War - Books I-III*". The Loeb Classical Library.

JORDANES - *Origen y Gestas de los Godos*. Edición y traducción de José María Sánchez Martín. Madrid Ediciones Catedra, 2009. ISBN: 9788437618876.

LACTÂNCIO - *On the Deaths of the Persecutors* (*De Mortibus Persecutorum*). J. L. Creed (edited and translated). Oxford, Clarendon Press, 1984.

LÍVIO, Tito – *The Complete Works of Livy*. Hastings: Delphi Publishing Ltd., Delphi Classics, 2014.

LÍVIO, Tito – *Ab Urbe condita libri* - Works by Livy at Perseus Digital Library. With an English Translation. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd.,1926. http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0155%3Abook%3D8%3Achapter%3D8

MAURÍCIO – *The Strategikon. Handbook of Byzantine Military Strategy*. United States of America: University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1984. ISBN 0-8122-7899-2.

ONASANDER – *The Complete works of Onasander. Strategikos*. Hastings: Delphi Publishing Ltd., Delphi Classics, 2019. ISBN: 978 1 91348 705 8.

PLATÃO - *Plato, Vol. IX, Laws, I, Books 1-6*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press (Loeb Classical Library Nº. 187), 1961.

PLATÃO - *República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Edição: 15ª ed. Coordenação editorial: Fundação Calouste Gulbenkian, Editado: Lisboa, 2017. ISBN: 978-972-31-0509-8.

PLÍNIO, o Velho – *Historia Natural*. Madrid: Ed. Cátedra. 2007. ISBN: 978-843-761-958-3.

PLÍNIO, o Jovem - *Epistolario y Panegírico del emperador Trajano*. Madrid: Ed. Cátedra, 2007.

PLUTARCO – Vidas Paralelas. A partir de tradução inglesa "*Plutarch – Plutarch Lives*". Harvard: Charles W. Elliot Ltd. [sem data]

POLÍBIO – *The Complete Works of Polybius. 200-c.118 BC*. Hastings, East Sussex, United Kingdom: Delphi Publishing Ltd., 2014.

POLÍBIO - *Histories*. Works by Polybius at Perseus Digital Library. With an English Translation. Evelyn S. Shuckburgh, translator. London, New York. Macmillan. 1889. Reprint Bloomington 1962.
http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0234

POLIENO – *Estratagemas*. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Clásica Gredos, 157, 1991. ISBN 84-249-1468-6.

PROCÓPIO – *Guerras*. A partir da tradução inglesa: "Procopius. History of the Wars", Translated by H. B. Dewing. Loeb Classical Library 48. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

QUINTILIANO, Marco Fábio (*Marcus Fabius Quintilianus*) - *Institutos de Oratória* (*De Institutione Oratoria*). USA, Charleston: Nabu Press, janeiro de 2012. ISBN: 9781272781781.

SALÚSTIO (*Gaius Sallustius Crispus*) – *Catiline's Conspiracy, The Jugurthine War, Histories*. Translated with an Introduction and Notes by William W. Batstone. United States, New York: Oxford University Press Inc., 2010. ISBN: 978-0-19-282345-8

SÉNECA - *Epistulae Morales*. Ad Lucilium Epistulae Morales, volume 1-3. Seneca. Richard M. Gummere. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1917-1925.
Works by Seneca at Perseus Digital Library.
http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2007.01.0080%3Aletter%3D22%3Asection%3D1

SÉNECA – *Tragedias: Fedra, Edipo, Agamenón, Tiestes, Hércules en el Eta, Octavia*. Introducciones, Traducción y Notas de Jesús Luque Moreno. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 2015. ISBN: 978-84-249-3541-2.

SÓFOCLES – *Antígona*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018. Tradução do grego e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. ISBN: 978-972-31-1180-4.

SUETÓNIO – *As Vidas dos Doze Césares*. Tradução: João Gaspar Simões. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007. ISBN: 978-972-37-1287-2.

SUN BIN – *As Estratégias Militares, do Plano à Ação*. Coisas de Ler Edições, 2008. ISBN: 978-972-8710-94-1.

SUN TSU – *El Arte de la guerra*. Barcelona: Editorial Paidotribo, 2000. I.S.B.N.: 84-8019-474-X

TÁCITO - *Agricola and Germany*. Translated, introduction and notes by Anthony R. Birley. Oxford: Oxford University Press, 1999. ISBN 0–19–283300–6.

TÁCITO (*Publius/Gaius Cornelius Tacitus*) – *The Annals. The Reigns of Tiberius, Claudius, and Nero*. Translated by J. C. Yardley. With an introduction and notes by Anthony A. Barrett. United States, New York: Oxford University Press Inc., 2008. ISBN 978-0-19-282421-9.

TÁCITO – *Historiae*. Trans. K. Wellesley as the Histories. Penguin Classics, 1975.

TOURS, Gregório de - *The History of the Franks*. Tradução: Lewis Thorpe. London, Penguin Books Ltd., 1974. ISBN: 978-0-140-44295-3.

VEGÉCIO - *Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Edição bilingue. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009. ISBN: 978-989-8074-87-4.

VICTOR, Aurélio - *De Caesaribus*. Tradução, introdução e comentários de H.W. Bird. Liverpool University Press, 1994. ISBN 0 85323 218 0.

VIRGÍLIO – *Bucólicas, Geórgicas e Eneida*. Tradução de Agostinho da Silva. Edição Temas e Debates, 2012. ISBS: 978-989-644-194-4

VITRÚVIO – *The Ten Books of Architecture*. New York: Dover Publications Inc.

ZONARAS, João - *The History of Zonaras. From Alexander Severus to the Death of Theodosius the Great*. Translation: Thomas M. Banchich and Eugene N. Lane. Routledge Classical Translations. New York: Routledge, 2009. ISBN: 0-203-88204-0.

ZÓSIMO - *Historia de Roma*. A partir da tradução espanhola: Introducción, Traducción y notas de José María Candau Morón. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1992. ISBN: 84-249-1605-0.

ZÓSIMO - *New History*. Translation with Commentary by Ronald T. Ridley 1982 Australian Association for Byzantine Studies. Department of Greek, University of Sydney, 2006. ISBN: 0 9593626 0 6.

3. ESTUDOS

ADCOCK, F. E. – *The Greek and Macedonian Art of War*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1957. ISBN: 978-0-5200-00005-6.

AKRAM, Agha Ali Ibrahim - *Khalid Bin Al-waleed: Sword of Allah: A Biographical Study of One of the Greatest Military Generals in History*. A.B. al-Mehri (Editor), Maktabah Publications, 2007. ISBN: 10: 0954866525.

ALLISON, Graham - *Destined For War: Can America and China Avoid Thucydides Trap?* Nova Yorque: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 2017. ISBN: 978-0-544-93533-4.

AMIX, Solrac – *Alquimia*. Brasil: Traço Editora, 1990.

ARCE, Javier – *Alarico, 365/370-410 a. D. La Integración Frustrada*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, S. A., 2018. ISBN: 978-84-16662-53-1.

ARIES, Philippe - *Le Temps de l'Histoire*. Paris: Editions du Seuil, 1986. ISBN: 2-02-009088-0

AUGUET, Roland - *Cruelty and Civilization. The Roman Games*. New York: Routledge, 1994. ISBN: 0-415-10452-1.

AUSTIN, N. J. E.; RANKOV, N.B. - Exploratio*: Military and Political Intelligence in the Roman World from the Second Punic War to the Battle of Adrianople*. New York: Routledge, 1998. ISBN: 13: 978-0415183017.

BABITS, Lawrence Edward - *A Devil of a Whipping. The Battle of Cowpens*. USA: The University of North Carolina Press, 1998. ISBN: 978-0-8078-4926-2.

BACHRACH, Bernard S. - *A History of the Alans in the West. From their First Appearance in the Sources of Classical Antiquity Through the Early Middle Ages*. Minneapolis: University of Minnesota Printing Department, 1973. ISBN: 0-8166-0678-1.

BACHRACH, Bernard S., "The Practical Use of Vegetius' De Re Militari during the Early Middle Ages"; in The Historian, vol. XLVII, 1985 (pp. 239-255); reimpr. in *Warfare and Military Organization in Pre-Crusade Europe*, Ashgate, Variorum, 2002 (I).

BAKER, Alan - *The Gladiator - The Secret History of Rome's Warrior Slaves*. Cambridge: Da Capo Press edition, 2002. ISBN: 9780786730759.

BARBIER, M. K. - *Kursk, The Greatest Tank Battle, 1943*. USA, MN: MBI Publishing Company, 2002. ISBN: 0-7603-1254-0.

BARBOSA, Pedro Gomes, "O exército romano no Baixo Império: o fim da infantaria pesada?"; in *A Guerra na Antiguidade*, coordenação de António Ramos dos Santos e José Varandas. Lisboa, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006 (pp. 161-175).

BARNES, Timothy - *Constantine: Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire*. Chichester: Blackwell Publishing Ltd., 2014.

BARTOSIEWICZ, László; GYÖNGYÖSSY, Márton– "The Khan's Mule: Attitudes Toward a Forgotten Animal", in, Sandra L. Olsen; Susan Grant; Alice M. Choyke;, László Bartosiewicz - *Horses and Humans. The Evolution of Human-Equine Relationships*. Oxford: Bar Publishing, International Series 1560, 2006, pp. 289-302. ISBN: 978 1 4073 3019 8.

BEARD, Mary - *El triunfo romano. Una historia de Roma a través de la celebración de sus victorias*. Madrid: Dedalo Offset, 2009. ISBN: 978-84-7423-719-1.

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon - *Religions of Rome - Vol. 1 - A History*. Cambridge: Cambridge, University Press, 1998a. ISBN: 978-1316139103.

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon - *Religions of Rome - Vol. 2 - A Sourcebook*. Cambridge: Cambridge, University Press, 1998b. ISBN: 978-0521456463.

BEAUFRE, André – *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2004. ISBN: 972-618-321-9.

BECK, Hans - The Early Roman Tradition in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 259-265. ISBN 978-1-4051-0216-2.

BECK, Roger - *The Religion of the Mithras Cult in the Roman Empire. Mysteries of the Unconquered Sun*. Oxford: Oxford University Press, 2006. ISBN: 978-0-19-814089-4.

BEEVOR, Anthony - *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda., 2015. ISBN: 978-85-01-10595-0.

BELL, Sinclair; CARPINO, Alexandra Ann - *A Companion to the Etruscans*. Oxford: Blackwell Companions to the Ancient World, 2016. ISBN: 978-111-835-274-8.

BENNETT, Julian – *Trajan. Optimus Princeps*. New York: Routledge, 1997. ISBN: 0-203-37312-X.

BIRLEY, Anthony R. – *Hadrian. The Restless Emperor*. New York: Routledge, 1998. ISBN: 0-415-16544-X.

BIRLEY, Anthony R. - *Marcus Aurelius. A Biography*. New York: Routledge, 2000. ISBN: 0-203-13759-0.

BIRLEY, Anthony R. - *Septimius Severus. The African Emperor*. New York: Routledge, 2002. ISBN: 0-203-02859-7.

BISHOP, M. C. - Lorica Segmentata. *Volume I: A Handbook of Articulated Roman Plate Armour*. Great Britain: The Armatura Press, 2002. ISBN: 0 953 9848 42.

BISHOP, M. C.; COULSTON, J. C. - *Roman Military Equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books, 2009. ISBN: 978 1 8421 7159 2.

BISHOP, M. C.; DENNIS, Peter – *The Gladius. The Roman Short Sword*. Oxford: Osprey Publishing, 2016. ISBN: 978 1 4728 1586 6.

BISHOP, M. C. - *Gladiators - Fighting to the Death in Ancient Rome*. Oxford: Casemate Publishers, 2017. ISBN 978-1-61200-514-0.

BLAKELY, James - *Horses and Horse Sense. The Practical Science of Horse Husbandry*. USA: Republic of Texas Press, 1997. ISBN: 978 0 5852 4404 4.

BLÁZQUEZ, José María [et al.] – *Historia de España antigua*. Vol. 1, 1980. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., ISBN: 84-376-0232-7.

BLÁZQUEZ, José María [et al.] – *Historia de España antigua*. Vol. 2, 1978, Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., ISBN: 84-376-0127-4.

BLECKMANN, Bruno – "Sources for the History of Constantine", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 14-34. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

BLOCH, Marc - *Apologia para la Historia o El Oficio de Historiador*. S. L. Fondo de Cultura Economica de España, 1996. ISBN: 978-968-166-030-7.

BLOCH, Raymond; COUSIN, Jean – *Roma e o seu Destino*. Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1964.

BLUMENSTEIN, Boris; BAR-ELI, Michael; TENENBAUM, Gershon (Edit.) - *Brain and Body in Sport and Exercise. Biofeedback Applications in Performance Enhancement*. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd., 2002. ISBN 0-47 1-49907-2.

BOCK, Ana Mercês Bahia et all – *Psicologias. Uma Introdução ao Estudo da Psicologia*. S. Paulo: Editora Saraiva, 2001. ISBN 85-02-02900-2.

BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (Edit.) - *The Crisis of Empire. A.D. 193-337*. New York: Cambridge University Press, 2007. Cambridge Ancient History - Vol. 12. ISBN: 13 978-0-521-85073-5.

BRADFORD, Alfred S. - *With Arrow, Sword, and Spear. A History of Warfare in Ancient World*. Illustrated by Pamela M. Bradford. Westport: Praeger Publishers, 2001. ISBN: 0-275-95259-2.

BRANDÃO, José Luís – "A primazia de César: do "1º triunvirato" aos "idos de março", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, vol. I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 389-428. ISBN: 978-989-26-0954-6.

BRIANT, Pierre - *De Cyrus à Alexandre. Histoire de l´Empire Perse*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1996. ISBN: 978-2-213-63946-8.

BRICE, Lee L. – *Warfare in the Roman Republic. From the Etruscan Wars to the Battle of Actium*. Santa Bárbara, Califórnia: ABC-CLIO, 2014. ISBN: 978-1-61069-298-4.

BRIZZI, Giovanni - *Le Guerrier de l'Antiquité Classique. De l´hoplite au légionnaire*. Trad. Yann Le Bohec, Éditions du Rocher, 2004.

BRIZZI, Giovanni – *Moi Hannibal.* Trad. Yann Le Bohec e François Hinard. Les Éditions Maison, 2007. ISBN: 978-2-266-19665-9.

BRIZZI, Giovanni - "Caio Giulio Cesare: profilo di un grande comandante" in "*Giulio Cesare – l'uomo, le imprese, il mito*", a cura di Giovanni Gentili. Silvana Editoriale, 2008. (pp. 24-31).

BRIZZI, Giovanni – *Scipione e Annibale. La guerra per salvare Roma*, 2.ª ed., Bari: Laterza. 2010.

BRIZZI, Giovanni – *Annibale*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2014. ISBN: 978-88-15-32165-7. (epub)

BRIZZI, Giovanni - *70 d. C. La conquista di Gerusalemme*. Roma, Bari: Laterza, 2015. ISBN 9788858123164.

BRIZZI, Giovanni - *Canne - La sconfitta che fece vincere Roma. La più grande battaglia dell'antichità*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2016. ISBN: 9788815331212.

BRUUN, Christer - "The Antonine Plague and the 'Third-Century Crisis'," in Olivier Hekster, Gerda de Kleijn, Danielle Slootjes (ed.), *Crises and the Roman Empire: Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire*, pp. 201–218. Leiden/Boston: Brill, 2007.

BUGH, Glenn R. - Hellenistic Military Developments, in *The Cambridge Companion to the Hellenistic World*, pp. 265-294. New York: Cambridge University Press, 2007. ISBN: 978-0-521-82879-6.

BURKE, Peter - *A Escola dos Annales, 1929 - 1989*. Brasil, São Paulo: UNESP, 2003.

BURKE, Peter - *A Escrita da História - Novas Perspetivas*. Brasil, São Paulo: UNESP, 2011.

BURKE, Peter - The New History, its Past and its Future , in *New Perspectives on Historical Writing*, (ed. Peter Burke). University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1992.

BURTON, Richard Francis - *The book of the sword. A history of daggers, sabers, and scimitars, from ancient times to the modern day*. U.S.A., Skyhorse Publishing, 2014. ISBN: 978-1-62636-401-1.

CALLISTER, Willian D. - *Ciência e Engenharia de Materiais*. Tradução: Sérgio Murilo Soares. Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2008. ISBN: 978-85-216-1595-8.

CAMERA, Anthony - *Shooting the stickbow. A practical approach to classical archery*. USA: Virtualbookworm.com Publishing Inc., 2010. ISBN: 978-1-60264-244-7.

CAMERON, Alan; LONG, Jacqueline - *Barbarians and Politics at the Court of Arcadius*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1993. ISBN: 0–520–06550–6.

CAMERON, Averil - *Procopius and the Sixth Century*. Londres: Routledge, 1996. ISBN 0-203-98872-8.

CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan; WHITBY, Michael (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600.* Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

CAMERON, Averil– "Vandal and Byzantine Africa", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 552-569. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

CAMERON, Averil; BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter (Editors) - *The Crisis of Empire A.D. 193-337*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XII, 2007. ISBN: 13 978-0-521-30199-2.

CAMERON, Averil – "The reign of Constantine, A.D. 306–337", in Averil Cameron; Alan Bowman; Peter Garnsey (Editors) - *The Crisis of Empire A.D. 193-337*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XII, 2007a, pp. 90-109. ISBN: 13 978-0-521-30199-2.

CAMPBELL, Brian – *War and Society in Imperial Rome 31 B.C.-A.D. 284*. London: Routledge, 2002. ISBN: 0-203-21949.

CAMPBELL, Brian – "The Severan Dynasty", in Averil Cameron; Alan Bowman; Peter Garnsey (Editores) - *The Crisis of Empire A.D. 193-337*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XII, 2005, pp. 1-27. ISBN: 13 978-0-521-30199-2.

CAMPBELL, Duncan B.; DELF, Brian – *Greek and Roman Artillery 399 BC – AD 363*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2003a. ISBN: 1-84176-634.

CAMPBELL, Duncan; DELF, Brian – *Greek and Roman Siege Machinery 399 BC – AD 363*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2003b. ISBN: 1-84176-605-4.

CAMPBELL, Duncan B. - *Besieged: Siege Warfare in the Ancient World.* Oxford: Osprey Publishing LTD., 2006. ISBN: 1-84603-019-6.

CANALI, L. – *Annibale e la "Fobia Romana" di Freud*. Roma: Carocci, 2008.

CARCOPINO, Jérôme - *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.

CARLAN, Yvon – "O Homem e a Guerra" in *O Homem Grego* - Jean-Pierre Vernant (direção). Lisboa: Editorial Presença, 1994, pp. 48-73.

CARTLEDGE, Paul - *Termópilas. La batalla que cambió el mundo*. Tradução: David León, Joan Soler. Barcelona: Editorial Planeta, S. A., 2013. ISBN: 978-84-344-70-21-7.

CASEY, P. J. - *Carausius and Allectus - The British Usurpers*. Roman Imperial Biographies. London: B. T. Batsford Ltd., 1994. ISBN 0-203-97435-2.

CAWTHORNE, Nigel – *History's Greatest Battles. Masterstrokes of War.* London: Arcturus Publishing Limited, 2005. ISBN: 0-572-03164-5.

CENTENO, Rui M. S. – *Civilizações Clássicas II. Roma*. Lisboa: Universidade Aberta Diversidade Ibéria, 1997. ISBN: 972-674-183-1.

CHEERS, Gordon – *Mitologia. Mitos e Lendas de Todo o Mundo*. Lisboa: Lisma – Edição e Distribuição de Livros, Lda., 2006. 528 p. ISBN: 978-989-624-014-1.

CHEESMAN, George Leonard - *The Auxilia of the Roman Imperial Army*. Oxford University Press, 1971. ISBN: 978-1-62358-000-1.

CHRISTOL, Michel; NONY, Daniel – *Roma e. o seu Império. Das origens às Invasões Bárbaras*. Tradução de Fernanda Branco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. ISBN 972-20-1040-9.

CHRYSTAL, Paul - *Roman Military Disasters. Dark Days & Lost Legions*. Great Britain: Pen & Sword Books Lt., 2015. ISBN: 978 1 47387 395 7.

CITRONI, Mario [et al.] - *Literatura de Roma Antiga*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. 1.286 p. ISBN: 972-31-1148-9.

CLARIDGE, Amanda - *Rome: An Oxford Archaeological Guide*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010. ISBN: 978 0 19 954683 1.

CLARK, Michael; LUCETT, Scott; SUTTON, Brian (Editors) - *NASM Essentials of Personal Fitness Training*. (6th ed) Burlington, MA: Jones & Bartlett Publishing, 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von – *Princípios da Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. Trad. José Bóia, 2003. ISBN: 978-972-618-304-4.

CLAUSEWITZ, Carl Von – *Da Guerra*. Lisboa, Forte da Casa: Clássica Editora, 2020. ISBN: 9789725613825.

COLLINS, Roger – "The Western Kingdoms", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 112-134. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

COMMELIN, P. – *Mythologie Grecque et Romaine*. Paris: Éditions Garnier, 1960. ISBN: 978 273 700 052 2.

CONNOLLY, Peter - *Aníbal y los enemigos de Roma*. Madrid: Editorial Espasa Calpe. S. A., 1981a. ISBN 84-239-5822-1.

CONNOLLY, Peter - *Las Legiones Romanas*. Madrid: Espasa-Calpe, SA, 1981b. ISBN: 84-239-5823-X.

CONNOLLY, Peter, "The Early Roman Army"; in Sir John Hackett (ed.), *Warfare in the Ancient World*, New York-Oxford-Sidney, Facts on File, 1989 (pp. 136-148).

CONNOLLY, Peter - *Greece and Rome at War*. London: Greenhill Books, 1998. ISBN: 1-85367-303-X.

CONRAD, Lawrence I.– "The Arabs", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 678-700. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

CORCORAN, Simon – "Before Constantine", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 35-59. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, John – *Roma Legado de um Império. Volume I*. Tradução: Maria Emília Vidigal. Madrid: Edições del Prado, 1996. ISBN: 84 7838 740 4.

COSTA, Antonio Luiz M. C. – *Armas Brancas. Lanças, espadas, maças e flechas: como lutar sem pólvora da pré-história ao século XXI*. 1ª edição São Paulo, Editora Draco, 2015. ISBN 978-85-8243-094-1

COWAN, Ross, MCBRIDE, Angus - *Roman Legionary 58 BC-AD 69*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2003. ISBN: 1 84176 600 3.

COWAN, Ross, MCBRIDE, Angus - *Imperial Roman Legionary AD 161-284*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2003. ISBN: 1 84176 601 1.

COWAN, Ross; HOOK, Adam – *Roman Battle Tactics. 109 BC-AD 313*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2007. ISBN: 978 1 84603 184 7.

CUNLIFFE, Barry W. - *Rome and the Barbarians*. London: Bodley Head, 1975. ISBN 13: 9780370015781.

D'AMATO, Raffaele; SUMNER, Graham: *Arms and Armour of the Imperial Roman Soldier - From Marius to Commodus - 112 BC to 192 AD*. Yorkshire: Pen and Sword Books, Ltd., 2009. ISBN: 978 1 84832 512 8.

D'AMATO, Raffaele; RAVA, Giuseppe - *Roman Centurions 753–31 BC. The Kingdom and the Age of Consuls*. Great Britain: Osprey Publishing, 2011. ISBN: 978 1 84908 542 7.

D'AMATO, Raffaele; RAVA, Giuseppe - *Roman Centurions 31 BC–AD 500. The Classical and Late Empire*. Great Britain: Osprey Publishing, 2012a. ISBN: 978 1 84908 796 4.

D'AMATO, Raffaele; RAVA, Giuseppe - *Byzantine Imperial Guardsmen 925-1025. The Tághmata and Imperial Guard*. Great Britain: Osprey Publishing, 2012b. ISBN: 978 1 84908 851 0.

D'AMATO, Raffaele; RUGGERI, Raffaele - *Roman Army Units in the Eastern Provinces 31 BC – AD 195*. Great Britain: Osprey Publishing, 2017. ISBN: 978 1 47282 179 9.

DANDO-COLLINS, Stephen - *Legions of Rome. The Definitive History of Every Imperial Roman Legion*. New York, London, Random House Publisher, 2010. ISBN 978-1-62365-201-2.

DE MAN, Adriaan – "Das Guerras Samnitas ao controlo da Itália", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020a, pp. 127-144. ISBN: 978-989-26-0954-6.

DE MAN, Adriaan – "Diocleciano e Constantino", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume II. Império e Romanidade Hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020b, pp. 311-324. ISBN 978-989-26-1781-7.

DEPEYROT, Georges – "Economy and Society", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine.* New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 226-254. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

DESCHODT, Éric – *Átila*. Tradução: Rejane Janowitzer. Coleção L&PM Pocket, 2008. ISBN: 978.85.254.1749-7.

DETIENNE, Marcel; VERNANT, Jean Pierre – *Métis. As Astúcias da Inteligência*. Brasil: Odysseus Editora Lda., 2008. ISBN: 978 85 7876 000 7.

DIAS, Paula Barata – "A Emergência de um Império Romano Cristão: de Constantino a Teodósio" in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume II. Império e Romanidade Hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 339-362. ISBN 978-989-26-1781-7.

DIGESER, Elizabeth DePalma – "Hellenes, Barbarians, and Christians: Religion and Identity Politics in Diocletian's Rome", in Ralph W. Mathisen; Danuta Shanzer (Edit.) - *Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World Cultural. Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity*. England: Ashgate Publishing Limited, 2011, pp. 121-131. ISBN 978-1-4094-1243-4.

DIMON, Theodore, Jr. - *Anatomy of the Moving Body. A Basic Course in Bones, Muscles, and Joints*. Berkeley, California: North Atlantic Books, 2008.

DIXON-KENNEDY, Mike - *Encyclopedia of Greco-Roman Mythology*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc., 1998. ISBN: 978-1576071298.

DODGEON, Michael H.; LIEU, Samuel N. C. (compiled and edited) - *The Roman Eastern Frontier and the Persian Wars, AD 226-363. A Documentary History*. London: Routledge, 1994. ISBN: 0-203-42534-0.

DRAKE, H. A. – "The Impact of Constantine on Christianity" in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 111-136. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

DUNCAN, Mike - *The History of Rome - vol. 1 - The Republic*. Herodotus Press, 2016. ISBN: 978-0692681664.

DUNKLE, Roger - *Gladiators Violence and Spectacle in Ancient Rome*. USA, New York: Routledge, 2013. ISBN: 978-1-4058-0739-5.

DURAND-CHARRE, Madeleine - *Microstructure of Steels and Cast Irons*. New York: Springer- Verlag, 2003. ISBN 3-540-20963-8.

DYCE, Keith M.; SACK, Wolfgang O.; WENSING, Cornelis Johannes Gerardus - *Tratado de Anatomia Veterinária*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015.

EDWARDS, Mark – "The Beginnings of Christianization", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine.* New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 137-158. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

ELIADE, Mircea - *Ferreiros e Alquimistas*. Madrid, Aliança Editorial, S. A., 1983. ISBN: 84-206-1533-1.

ELTON, Hugh – *Warfare in Roman Europe, AD 350-425*. Oxford: Clarendon Press, 1996. ISBN: 0 19 815007 5.

ELTON, Hugh – "Warfare and the Military", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine.* New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 325-346. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

ERDKAMP, Paul (Editor) – *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007a. ISBN: 978-1-4051-2153-8.

ERDKAMP, Paul – "War and State Formation in the Roman Republic" in Paul Erdkamp - *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007b, pp. 96-113. ISBN: 978-1-4051-2153-8.

ESPOSITO, Gabriele - *Armies of the Germanic Peoples, 200 BC to AD 500*. G.B., Barnsley: Pen and Sword Military, 2021. eISBN: 9 781 526 772 718.

EVERITT, Anthony – *Hadrian and the Triumph of Rome*. New York: Random House Trade Paperbacks, 2010. ISBN: 978-0812978148.

EVERSON, Tim - *Arms and Armour from the Heroes of Homer to Alexander the Great*. Gloucestershire: The History Press, 2013. ISBN: 978 0 7524 9506 4.

EVSLIN, Bernard - *Herois, Deuses e Monstros da Mitologia Grega*. S. Paulo: Benvirá Editora, 2012. ISBN: 978 8564065260.

FAVERSANI, Fábio; JOLY Fábio D.– "Expansão na Itália. Da Liga Latina ao Saque de Roma" in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 103-126. ISBN: 978-989-26-0954-6.

FERGUSON, Niall - *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*. New York: Basic Books, 2004. ISBN 978-0-465-02329-5.

FERREIRA, José Ribeiro - *Civilizações Clássicas I. Grécia*. Lisboa: Universidade Aberta, Diversidade Ibéria, 1996. ISBN: 972-674-179-3.

FERRILL, Arther. – *The Fall of the Roman Empire. The Military Explanation*. London: Thames and Hudson Ltd, 1986.

FEUGÈRE, M. - *Weapons of the Romans*. Tradução inglesa de David G. Smith, Charleston, Tempus Publishing Inc., 2002 (ed. orig.: Paris, Errance, 1993). ISBN: 0 7524 2506 4.

FIELDS, Nic – *Roman Republican Legionary 298- 105*. Oxford: Osprey Publishing, 2012. ISBN: 978 1 84908 781 0.

FIELDS, Nic; HOOK, Adam – *Roman Auxiliary Cavalryman AD 14-193*. Oxford: Osprey Publishing, 2006. ISBN: 1 84176 973 8.

FIELDS, Nic. - *Troy c. 1700–1250 BC*. Oxford: Osprey Publishing Ltd. 2004.

FIELDS, Nic; NOON, Steve - *Thermopylae 480 BC. Last stand of the 300*. Oxford: Osprey Publishing, 2007a. ISBN 978 184176 180 0.

FIELDS, Nic – *The Roman Army of the Punic Wars - 264-146 a.C.* - Oxford: Osprey Publishing, 2007b. ISBN 978 1 84603 145 8.

FIELDS, Nic - *The Roman Army: The Civil Wars 88-31 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 2008. ISBN: 978 1 84603 262 2.

FIELDS, Nic; EMBLETON, Gerry; EMBLETON, Sam - *Roman Battle Tactics 390-110 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 2010a. ISBN: 978 1 84603 382 7.

FIELDS, Nic; DENNIS, Peter – *Hannibal*. Great Britain: Osprey Publishing, 2010b. ISBN: 978 1 84908 349 2.

FIELDS, Nic; DENNIS, Peter - *Alesia 52 BC. The final struggle for Gaul*. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2014. ISBN 978 1 78200 922 1.

FIELDS, Nic; O'BROGAIN, Sean - *Caudine Forks 321 BC: Rome's Humiliation in the Second Samnite War*. Great Britain: Osprey Publishing, 2021. ISBN: 978 1 47282 490 5.

FILLEY, Brian; MANLEY, Perry - *Junkers Ju 88 in Action. Part 1*. USA, Texas: Squadron, Signal, Publications, 1988. ISBN: 0-89747-201-2.

FINLEY, M. I. - *Politics in the Ancient World*. Cambridge University Press, 2000. ISBN: 521 25489 2.

FORSYTHE, R. - *The Blast Furnace and the Manufacture of Pig Iron*. New York: David Williams Company, 1913.

FOWDEN, Garth – "The Individual and the Gods", in Alan K. Bowman, Peter Garnsey e Averil Cameron (Edit.) - *The Crisis of Empire. 193-337*. New York: Cambridge University Press, 2007a. Cambridge Ancient History - Vol. 12, pp. 538-552. ISBN: 13 978-0-521-85073-5.

FOWDEN, Garth – "Public Religion", in Alan K. Bowman, Peter Garnsey e Averil Cameron (Edit.) - *The Crisis of Empire. 193-337*. New York: Cambridge University Press, 2007b. Cambridge Ancient History - Vol. 12, pp. 553-572. ISBN: 13 978-0-521-85073-5.

FRAKES, Robert M. – "The Dynasty of Constantine Down to 363", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 91-110. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

GALLO, Isaac Moreno - *Vías Romanas. Ingeniería y técnica constructiva*. Espanha: Ministerio de Fomento. Centro de Estúdios Históricos de Obras Públicas (CEHOP), 2006.

GARCÍA, Angel Franco - *Curso Interactivo de Física*. Espanha: Escuela Universitaria de Ingeniería Técnica Industrial de Eibar, Universidade do País Basco, 2001.

GARNSEY, Peter, RATHBONE, Dominic, BOWMAN, Alan K. - *The High Empire A.D. 70-192*. Cambridge University Press. The Cambridge Ancient History, vol. XI, 2007. ISBN: 78-0-521-26335-1.

GERNET, Jacques – *A History of Chinese Civilization*. 2.ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. 1996. ISBN 0-521-49781-7.

GIBBON, Edward – *The Decline and Fall of the Roman Empire*. Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1999. ISBN: 978-1.85326-499-3.

GILLIVER, Catherine M. – "Battle" in Philip Sabin; Hans Van Wees; Michael Whitby (Edited by) - *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare - Volume II - Rome from the late Republic to the late Empire*. Cambridge University Press, 2007, pp. 122-157, ISBN: 978-0-521-782746.

GILLIVER, Catherine M. - *The Roman Art of War - A Study of the Roman Military Writers*. Tese para o grau de PhD na Universidade de Londres, Institute of Archaeology University College, London, 1993.

GIORDANI, Mário Curtis – *História dos Reinos Bárbaros. Volume I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Ltd., 1970.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *The Roman Army at War, 100 BC – AD 200*. Oxford: University Press, 1996.

GOLDSWORTHY, Adrian – *Cannae – Fields of Battle*. London: Cassell & Co., 2001.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *The Complete Roman Army*. Londres: Thames and Hudson, Ltd., 2003. ISBN: 978-0-500-28899-3.

GOLDSWORTHY, Adrian - *Roman Warfare*. General Editor: John Keegan. London: Cassell, 2007 (ed. orig.: 2000).

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *A Queda de Cartago. As Guerras Púnicas. 265-146 a.C*. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN: 978-972-44-1553-6.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *O Fim do Império Romano*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010a. ISBN: 978-989-626-253-2.

GOLDSWORTHY, Adrian – "Julius Caesar and the General as State" in Victor Davis Hanson (Edit.) - *The Makers of Ancient Strategy - From the Persian Wars to the Fall of Rome*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2010b, pp. 206 – 227. ISBN 978-0-691-13790-2.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *Generais Romanos. Os Homens que construíram o Império Romano*. Tradução portuguesa de Carlos Fabião. 4.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. ISBN: 978-989-626-077-4.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *António e Cleópatra*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012. ISBN: 978-989-626-438-3.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *César. A Vida de um Colosso*. 2.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013. ISBN: 978-989-626-501-4.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *Augusto. De Revolucionário a Imperador de Roma*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016. ISBN: 978-989-626-728-5.

GOLDSWORTHY, Adrian K. – *Hadrian's Wall*. New York: Hachette Book Group, 2018. ISBN: 978-1-5416-4445-8.

GOMBRICH, E. H. – *A História da Arte*. Tradução: António Sabler. Lisboa: Público, Comunicação Social S.A. (sob licença da Phaidon Press Limited), 2005 (1ª edição 1950). ISBN: 989 619007 0.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques – "Os Severos", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume II. Império e Romanidade Hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 233-247. ISBN 978-989-26-1781-7.

GONEN, Rivka - *Weapons and Warfare in Ancient Times*. Minneapolis: Lerner Publications Company, 1976. ISBN 0-8225-0832-X.

GRAINGER, John D. - *The Seleukid Empire of Antiochus III (223-187 BC)*. South Yorkshire: Pen & Sword Books Ltd., 2015a. ISBN: 978 1 78303 050 7.

GRAINGER, John D. - *The Fall of the Seleukid Empire - 187-75 BC*. South Yorkshire: Pen & Sword Books Ltd., 2015b. ISBN: 978 1 47387 419 0.

GRANT, Michael - *The History of Rome*. New York: Charles Scribner'Sons, 1979. ISBN: 0 684 15986 4.

GRANT, Michael - *Jews in the Roman World*. Weidenfeld & Nicolson, 2011. ISBN: 978 1 780 22281 3.

GRANT, Michael - *Historiadores de Grecia y Roma: información y desinformación*. Madrid: Alianza Editorial, 2003. ISBN 84-206-5606-2.

GRANT, Michael - *Roma. A Queda do Império*. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

GRAVES, Robert – *Os Mitos Gregos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira Participações S.A., 2017. ISBN: 9788520942345

GRAYSON, Charles E.; FRENCH, Mary; O'BRIEN, Michael J.; Fotografia: GLOVER, Daniel S. - *Traditional Archery from Six Continents*. The Charles E. Grayson Collection. Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 2007. ISBN: 978-0-8262-1751-6.

GRIMAL, Pierre – *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1993. ISBN: 972-44-0113-8.

GRIMAL, Pierre – *As Cidades Romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003. ISBN: 972-44- 1183-4.

GRIMAL, Pierre – *História de Roma*. 2.ª ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2013. ISBN: 978-989-8285-83-6.

GROSSMAN, Dave - *On killing. The psychological cost of learning to kill in war and society*. New York: Back Bay Books, 1996. ISBN: 0-316-33000-0.

GUARDIA, Mike - *Junkers Ju 87. Stuka*. Great Britain: Osprey Publishing Ltd., 2014. ISBN: 978 1 4728 0121 0.

GUERRA, Amílcar – "O Oriente Mediterrânico e a Hispânia" in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, vol. I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 201-232. ISBN: 978-989-26-0954-6.

GUERRERO, J. A. - *Junkers Ju-87. Stuka*. Aviones Famosos 1. Madrid: Editorial San Martin, 1976. ISBN: 8471401320.

GUILMARTIN, John – *Gunpowder and Galleys*. Cambridge, 1974. ISBN: 978-0521202725

GUPTA, Chiranjib Kumar – *Chemical Metallurgy. Principles and Practice*. Weinheim: Wiley-VCH Verlag GmbH & Co. KGaA, 2003. ISBN 3-527-30376-6

HABASHI, Fathi - *Handbook of Extractive Metallurgy. Volume I: The Metal Industry. Ferrous Metals*. Toronto: Wiley Company-VCH, 1997.

HALSALL, Guy - *Warfare and Society in the Barbarian West, 450–900*. London: Routledge. 2003. ISBN13: 978-1-134-55387-7.

HALSALL, Guy – *Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568*. Cambridge Medieval Text Books. Cambridge: University Printing House, 2007. ISBN: 978-0-521-43543-7.

HANSON, Victor Davis - *The Wars of the Ancient Greeks and their Invention of Western Military Culture*. General Editor: John Keegan. London: Cassell, Wellington House, 1999. ISBN: 0-304-35222-5.

HANSON, Victor Davis - *The Westem Way of War. Infantry Battle in Classical Greece*. Berkeley-Los Angeles-London, University of California Press, 2000 (ed. orig: 1989).

HANSON, Victor Davis - *Carnage and Culture. Landmark Battles in the Rise to Western Power*. New York: Anchor Books, 2002. ISBN: 978-0-407-42518-8.

HANSON, Victor Davis (Edit.) - *The Makers of Ancient Strategy - From the Persian Wars to the Fall of Rome*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2010. ISBN: 978-0-691-13790-2.

HART, B. H. Liddell - *The Strategy of Indirect Approach*. Londres: Faber and Faber, 1967.

HART, B. H. Liddell – *Cipião, o Africano. Maior que Napoleão*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2006. ISBN: 972-618-405-3

HEALY, Mark – *The Warrior Pharaoh - Rameses II and the Battle of Qadesh*. Great Britain, Oxford: Osprey Publishing, 2000.

HEATHER, Peter - *Goths and Romans - 332-489*. Oxford: Claredon Press, 1994. ISBN: 13: 978 0 198 20535 7.

HEATHER, Peter; MATTHEWS, John – *The Goths in the Fourth Century*. Liverpool: Liverpool University Press, 2004. ISBN 0-85323-426-4.

HEATHER, Peter - *The Fall of the Roman Empire. A New History of Rome and the Barbarians*. London: Macmillan Publishers Limited, 2010. ISBN: 978-0-330-52983-9.

HECKEL, W.; JONES, R.; HOOK C. – *Macedonian Warrior. Alexander's Elite Infantrymen*. Great Britain: Osprey Publishing, 2006. ISBN: 1 84176 950 9.

HEBBLEWHITE, Mark - The Emperor and the Army in the Later Roman Empire. AD 235–395. New York: Routledge, 2017. ISBN: 978-1-315-61601-8.

HELENE, Otaviano – *Um Pouco da Física do Cotidiano*. S. Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. ISBN 9788578613822.

HELENE, Otaviano – *Física e Esportes*. S. Paulo: Editora Livraria da Física, 2019. ISBN 9788578615444.

HENRIQUE, Luís – *Instrumentos Musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN: 972-31-0637-X.

HENRIQUE, Luís L. – *Acústica Musical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN: 972-31-0987-5.

HINNELLS, John R. - *A Handbook of Ancient Religions*. New York: Cambridge University Press, 2007. ISBN: 978-0-511-27518-0.

HINNELLS, John R. - *Dictionary of Religion. From Abraham to Zoroaster*. London: Penguin Books, 1988.

HOLLERAN, Claire; CLARIDGE, Amanda – *A Companion to the City of Rome*. USA: Wiley Blackwell, John Wiley & Sons Ltd., 2018. ISBN: 9781118300701.

HOWARTH, Patrick - *Attila, King of the Huns. The Man and the Myth*. London: Constable and Company Limited, 1994. ISBN: 009 471930 6.

HUGHES, Ian - *Stilicho. The Vandal who Saved Rome*. G.B.: Pen & Sword Military, 2010. ISBN: 9781848849105.

HUMBERT, J. - *Mitología Griega y Romana*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A. ISBN: 84-252-0218-3.

HUMPHRIES, Mark – "Italy, A.D. 425–605", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 525-551. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

ISAAC, Benjamin - *The Limits of Empire. The Roman Army in the East* -. Oxford; Clarendon Press, 2000. ISBN: 0-19-814952-2.

JACÓ-VILELA, Ana Maria et all (Orgs.) - *História da Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. ISBN 85-85936-63-0.

JAMES, Edward - *Europe's Barbarians AD 200–600*. USA: Routledge, 2014. ISBN 978-0-582-77296-0

JAMES, S. - *Rome and the Sword: How Warriors and Weapons Shaped Roman History*. London & New York, NY: Thames & Hudson, 2011.

JANSON, H. W. – *História de Arte*. Tradução do original em inglês, revisto e aumentado por Anthony F. Janson, 1986: J. A. Ferreira de Almeida; Maria Manuela Rocheta Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. ISBN: 972 31 0498 9.

JEANMAIRE, Henri - "La naissance d'Athéna et la royauté magique de Zeus". *Revue archeologique*, 1956. Cit. por: VERNANT, Jean Pierre; DETIENNE, Marcel - Cunning Intelligence in Greek Culture and Society. Janet Lloyd (trans.). Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J. - *The Prosopography of the Later Roman Empire, Vol. I, AD 260-395*. New York: Cambridge University Press, 1971.

JONES, A. H. M. – *The Later Roman Empire 284-602. A Social Economic and Administrative Survey*. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1990. ISBN: 0 631 14965 1.

KAGAN, Donald; VIGGIANO, Gregory F. - *Men of Bronze. Hoplite Warfare in Ancient Greece*. Princeton University Press Princeton and Oxford, 2013. ISBN: 978-0-691-14301-9.

KARASULAS, Antony; MCBRIDE, Angus - *Mounted Archers of the Steppe 600 BC–AD 1300*. Great Britain: Osprey Publishing Ltd., 2004. ISBN: 1 84176 809 X.

KARDARAS, Georgios - *Byzantium and the Avars. 6th-9th Century AD. Political, Diplomatic and Cultural Relations*. Leiden, Boston: Brill, 2018. ISBN: 978-90-04-38226-8

KEEGAN, John - *O Rosto da Batalha*. Trad. port. (de José Vieira de Lima), Lisboa, Fragmentos, 1987 (ed. orig: The Face of Battle, London, 1976).

KEEGAN, John -*The Second World War*. London: Random House, 1990. ISBN: 9781446496497.

KEEGAN, John - *The First World War*. New York: Random House Inc., Vintage, 2000. ISBN: 978-0-307-83170-5.

KEEGAN, John – *Uma História da Guerra*. Tradução de Mariana Pinto dos Santos e Pedro Serras Pereira. Revisão científica de Miguel Freire. Lisboa: Tinta da China, 2009. ISBN: 978-989-671-008-8.

KEELINE, Thomas J. - *The Reception of Cicero in the Early Roman Empire - The Rhetorical Schoolroom and the Creation of a Cultural Legend*. UK: Cambridge University Press, 2018. ISBN: 978-1-108-42623-7.

KEENAN, James G. – "Egypt", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 612-637. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

KEHNE, Peter – "War- and Peacetime Logistics: Supplying Imperial Armies in East and West" in Paul Erdkamp - *A Companion to the Roman Army*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 323-338. ISBN: 978-1-4051-2153-8.

KELLY, Christopher - *The Roman Empire. A very short introduction*. Oxford University Press, 2006.

KELLY, Christopher - *Attila the Hun and the Fall of Rome. The End of Empire*. New York: W. W. Norton & Company, 2010. ISBN: 978-0-393-07266-2.

KENNEDY, Hugh – "Syria, Palestine and Mesopotamia", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 588-611. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

KENNEDY, Hugh; KEEGAN, John -*Mongols, Huns and Vikings. Nomads at war*. London: Cassell & Co., 2002. ISBN: 0 304 35292 6.

KENT, Patrick Alan - *Pyrrhus, King of Epirus. History of the Pyrrhic War*. Oxon: Routledge, 2020. ISBN: 978-1-351-00582-1.

KEPPIE, Lawrence - *The Making of the Roman Army. From Republic to Empire*. London, Batsford, 1984.

KLEINMAN, Paul - *Tudo o que Você Precisa Saber Sobre Psicologia*. S. Paulo: Editora Gente, 2012. ISBN 978-85-452-0041-3

KLOPSTEG, Paul E. - *Turkish Archery and the Composite Bow*. Simon Archery Foundation. The Manchester Museum, The University, 1987. ISBN: 0 9503199 3 7.

KRENTZ, Peter – "War" in Philip Sabin; Hans Van Wees; Michael Whitby (Edited by) - *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare - Volume I - Greece, the Hellenistic World and the Rise of Rome*. Cambridge University Press, 2007a, pp. 147-185. ISBN: 978-0-521-782746.

KULIKOWSKI, Michael – *Rome's Gothic Wars. From the Third Century to Alaric*. Cambridge University Press, 2007. ISBN: 978-0-511-24933-4.

KYLE, Donald G. - *Spectacles of Death in Ancient Rome*. London: Routledge, 1998. ISBN: 0-415-09678-2

LANGFORD, Kevin –*From Muscles and Bones to Organs and Systems. Your Guide to How the Human Body Works*. Massachusetts: Adams, 2015. ISBN: 1-4405-8427-3.

LAZENBY, J. F. - *The First Punic War. A Military History*. Stanford University Press, 1996.

LAZENBY, John Francis - *The Spartan Army*. South Yorkshire: Pen & Sword Books Ltd., 2012. ISBN: 978–1–84884–533–6.

LEADBETTER, Bill - *Galerius and the Will of Diocletian*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2009. ISBN: 0-203-86928-1.

LE BOHEC, Yann - *The Imperial Roman Army* (1994).

LE BOHEC, Yann – *César Chef de Guerre*. Monaco: Éditions du Rocher, 2001. ISBN: 2 268 03881 5.

LE BOHEC, Yann - *L'Armée Romaine sous Le Haut-Empire*. 3.ª ed., revista e aumentada, Paris: Picard, 2002. ISBN: 978-2-7084-1039-8.

LE BOHEC, Yann – "Prefácio", in Giovanni Brizzi - *Le Guerrier de l'Antiquité Classique. De l´hoplite au légionnaire*. Trad. Yann Le Bohec, Éditions du Rocher, 2004.

LE BOHEC, Yann – *L'Armée Romaine sous le Bas-Empire.* – Paris: Picard, 2006. ISBN 13: 978-2-7084-0765-7.

LE BOHEC, Yann – *El Ejército Romano*. Barcelona: Editorial Ariel – Editorial Planeta, S.A.. Trad. Ignacio Hierro, 2013a. ISBN: 978-84-344-1182-1.

LE BOHEC, Yann – *Breve Historia de la Roma Antigua*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A., 2013b. ISBN: 978-84-321-4279-6.

LE BOHEC, Yann – *Histoire Militaire des Guerres Puniques. 264-146 av. J.-C.* Paris: Éditions Tallandier, 2014a. ISBN: 979-10-210-0450-4.

LE BOHEC, Yann - *Geopolitique de L'Empire Romain*. Paris: Ellipses, 2014b. ISBN: 978-2340002586.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre - *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita, Brasil, Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, S. A., 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre - *História: Novos Objetos*. Tradução de Teresinha Marinho, Brasil, Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, S. A., 1988.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre - *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago, Brasil, Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, S. A., 1976.

LEE, A. D. – "Traditional Religions", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine.* New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 159-182. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

LEIGH, Matthew - Epic and Historiography at Rome in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 483-493. ISBN 978-1-4051-0216-2.

LENSKI, Noel – *Failure of Empire. Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.* Berkeley: University of California Press, 2002. ISBN: 0-520-23332-8.

LENSKI, Noel (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine.* New York: Cambridge University Press, 2007. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

LENSKI, Noel – "The Reign of Constantine", in Noel Lenski (Editor) – *The Cambridge Companion to the Age of Constantine.* New York: Cambridge University Press, 2007a, pp. 59-90. ISBN: 978 1 1390 0084 0.

LÉVÊQUE, Pierre – *As Primeiras Civilizações. Vol. I - Os Impérios do Bronze*. Lisboa: Edições 70, 1987. ISBN: 978-972-44-0574-5.

LÉVÊQUE, Pierre – *As Primeiras Civilizações. Vol. II - A Mesopotâmia/Os Hititas*. Lisboa: Edições 70, 1987. ISBN: 978-972-44-0575-9.

LIEBESCHUETZ, Wolf - *East and West in Late Antiquity. Invasion, Settlement, Ethnogenesis and Conflicts of Religion, c. 200 B.C.–A.D. 476.* Netherlands, Leiden: Koninklijke Brill, 2015. ISBN: 978-90-04-28952-9.

LOADES, Mike; DENNIS, Peter – *The Longbow*. Great Britain: Osprey Publishing, 2013. ISBN: 978 1 78200 086 0.

LOADES, Mike; DENNIS, Peter - *The Composite Bow*. Great Britain: Osprey Publishing, 2016. ISBN: 978 1 4728 2162 1.

LUTTWAK, Edward N., - *The Grand Strategy of the Roman Empire. From the First Century A.D. to the Third.* Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2016 (ed. orig.: 1976).

MACDONALD, A. H. - *Roma Republicana*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

MACDOWALL, Simon; EMBLETON; Gerry – *Late Roman Infantryman, 236-565 AD*. Great Britain, Osprey Publishing, 1994. ISBN: 1 85532 419 9.

MACDOWALL, Simon; McBRIDE, Angus – *Germanic Warrior. 236-568 AD*. Great Britain, Osprey Publishing, 1996. ISBN: 1 855325 586 1.

MACDOWALL, Simon; GERRARD, Howard – *Andrianople AD 378. The Goths Crush Roman's Legions*. Great Britain, Osprey Publishing, 2001. ISBN: 1 84176 147 8

MACDOWALL, Simon; HOOK, Christa – *Late Roman Cavalryman AD 236-565*. Great Britain: Osprey Publishing, 2002. ISBN: 1 85532 567 5.

MACDOWALL, Simon; DENNIS, Peter - *Catalaunian Fields AD 451. Rome's Last Great Battle*. Great Britain: Osprey Publishing, 2015. ISBN: 978-1472807434.

MACDOWALL, Simon - *The Goths. Conquerors of the Roman Empire*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2017. ISBN: 978-1-47383-764-5.

MACE, Martin - *Western Front 1914-1916. Mons, la Cataeu, Loos, the Battle of the Somme*. U.K.: Pen & Sword Books Ltd., 2013. ISBN: 978-1-47382-855-1.

MACMULLEN, Ramsay - *Corruption and the Decline of Rome*. U.S.A.: Yale University Press, 1988. ISBN: 0-300-04313-9.

MACNAB, Chris - *The Roman Army the Greatest War Machine of the Ancient World*. Great Britain: Osprey Publishing, 2010. ISBN: 978 1 84908 162 7.

MAENCHEN-HELFEN, Otto John - *The World of the Huns. Studies in Their History and Culture*. Max Knight, Edit. Berkley: University of California Press, 1973.

MANTAS, Vasco – "Conflitos Civis em Roma: dos Gracos a Sula", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020a, pp. 313-362. ISBN: 978-989-26-0954-6.

MANTAS, Vasco – "Vida e Morte do Império do Ocidente", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume II. Império e Romanidade Hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020b, pp. 363-394. ISBN 978-989-26-1781-7.

MARCUSE, Sibyl - *A Survey of Musical Instrumentes*. Newton Abbot, David & Charles, 1975.

MARINCOLA, John (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007. ISBN 978-1-4051-0216-2.

MARINCOLA, John – "Speeches in Classical Historiography" in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 118-132. ISBN 978-1-4051-0216-2.

MATHISEN, Ralph W.; SHANZER, Danuta (Edit.) - *Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World Cultural. Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity*. England: Ashgate Publishing Limited, 2011. ISBN 978-1-4094-1243-4.

MATTERN, Susan - Rome and the Enemy: Imperial Strategy in the Principate. California: University Press, Berkeley, 1999.

MATTERN, Susan – "Counterinsurgency and the Enemies of Rome" in Victor Davis Hanson (Edit.) - *The Makers of Ancient Strategy - From the Persian Wars to the Fall of Rome*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2010, pp. 163 – 184. ISBN 978-0-691-13790-2.

MATTHEWS, John - *Empire of the Romans - From Julius Caesar to Justinian - Six Hundred Years of Peace and War*, Vol. II. U.K.: John Wiley & Sons Ltd., 2021. ISBN: 9781119610359.

MATYSZAK, Philip - *The Enemies of Rome. From Hannibal to Attila the Hun*. Thames & Hudson, 2009. ISBN: 978-0500287729.

MATYSZAK, Philip - *Legionario. El manual del soldado romano*. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2010a. ISBN: 978-84-460-3385-1.

MATYSZAK, Philip - *The Greek and Roman Myths. A Guide to the Classical Stories*. London: Thames & Hudson, 2010b. ISBN: 978-0500251737.

MCEVOY, Meaghan - *Child Emperor Rule in the Late Roman West, AD 367-455*. Oxford: Oxford University Press, 2013. ISBN: 978–0–19–966481–8.

MCILWRAITH, C. Wayne; ROLLIN, Bernard E. - *Equine Welfare*. USA: Blackwell Publishing Ltd., 2011. ISBN: 978-1-4051-8763-3.

MCLYNN, Frank - *Marcus Aurelius, Warrior, Philosopher, Emperor*. Vintage Books, London, 2010. ISBN-13: 978-1844135271.

MELLOR, Ronald - *The Historians of Ancient Rome - An Anthology of the Major Writings*. Routledge, Third Edition, 2013. ISBN: 978 0 203 09737 3.

MILLAR, Fergus - *El Imperio Romano y sus Pueblos Limítrofes. El Mundo Mediterráneo en la Edad Antigua*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 1990. ISBN: 84-323-0169-8.

MILLAR, Fergus - *A Greek Roman Empire. Power and Belief under Theodosius II, 408-450*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2006. ISBN: 0-520-24703-5.

MITCHELL, Stephen - *A History of the Later Roman Empire - AD 284-641*. UK: Blackwell Publishing Ltd., 2015. ISBN: 978-1-118-31242-1.

MOMIGLIANO, Arnaldo - *Essays in Ancient and Modern Historiography*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1977. ISBN:0-8195--5010-8.

MOMIGLIANO, Arnaldo - *La historiografía griega*. Traducción castellana de José Martínez Gázquez. Barcelona: Editorial Crítica, S. A., 1984. ISBN: 84-7423-243-0.

MOMIGLIANO, Arnaldo - *The Classical Foundations of Modern Historiography*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1990. ISBN: 0-520-07870-5.

MOMMSEN, Theodor - *Historia de Roma. Libro Quinto: Fundación de la monarquía militar*. Madrid: Turner Publicaciones, S.L., 2003. ISBN: 84-7506-598-8 (O. C.) ISBN: 84-7506-608-9 (T. IV).

MONTEIRO, João Gouveia - "Estudo Introdutório" in Vegécio - *Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Edição bilingue. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009a, pp.15-170. ISBN: 978-989-8074-87-4.

MONTEIRO, João Gouveia - "Notas" in Vegécio - *Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Edição bilingue. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009b, pp.383-487. ISBN: 978-989-8074-87-4.

MONTEIRO, João Gouveia – *Grandes Conflitos da História da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme "O Conquistador"*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014. ISBN: 978-989-26-0154-0.

MONTEIRO, João Gouveia – "As Guerras Púnicas", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020a, pp. 145-200. ISBN: 978-989-26-0954-6.

MONTEIRO, João Gouveia - "O Exército Romano: Da Matriz Hoplita à Ameaça Bárbara", in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, volume II. Império e Romanidade Hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020b, pp. 283-309. ISBN 978-989-26-1781-7.

MUSASHI, Miyamoto – "O Livro dos Cinco Aneis", in *Estratégia: Sun Tzu, Musashi, Maquiavel*. Brasil: Editora Novo Século. ISBN: 9788542804744, 2011.

NABARZ, Payam; MATTHEWS, Caitlin - *The Mysteries of Mithras. The Pagan Belief That Shaped the Christian World*. Rochester, Vermont: Bindu Books Press, 2005. ISBN: 978-1-59477-632-8.

NARDO, Don - *Roman Roads and Aqueducts*. United States: Reference Point Press, Inc., 2015.

NICOLLE, David; McBRIDE, Angus – *Sassanian Armies. The Iranian Empire. Early 3rd to Mid 7th Centuries AD*. Great Britain: Montvert Publications, 1996. ISBN: 1 87410 108 6.

NICOLLE, David; McBRIDE, Angus – *Rome's Enemies. The Desert Frontier*. Great Britain: Osprey Publishing, 1998. ISBN: 1-85532-166-1.

NICOLLE, David; SPAKOVSKY, Viacheslav; KOROLKOV, Victor - *Kalka River 1223. Genghiz Khans Mongols Invade Russi*a. Oxford: Osprey Publishing, 2001. ISBN-13: 978-1841762333.

NICOLLE, David - *The Great Islamic Conquests AD 632–750*. Great Britain: Osprey Publishing, 2009. ISBN: 1-84603-273-3

NORTH, J. A. – "Religions in the Roman Empire" in, John R. Hinnells - *A Handbook of Ancient Religions*. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 318-363. ISBN: 978-0-511-27518-0.

NOWARRA, Heinz J. - *Junkers Ju 290, Ju 390*. Schiffer Publishing Ltd., 1997. ISBN: 0-7643-0297-3.

O'CONNELL, Robert L. - *História da Guerra. Armas e Homens*. Lisboa: Editorial Teorema Lda., 1989. ISBN: 972-695-225-5.

O'CONNELL, Robert L. – *Aníbal – Cartago e o Pesadelo da República Romana*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda., 2012. ISBN: 978-972-25-2419-3.

O'GORMAN, Ellen - The Politics of Sallustian Style in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 379-385. ISBN: 978-1-4051-0216-2.

ODAHL, Charles Matson - *Constantine and the Christian Empire*. New York: Routledge, 2004. ISBN: 0-203-55269-5.

OHNUKI-TIERNEY, Emiko - *Kamikaze, Cherry Blossoms, and Nationalisms. The Militarization of Aesthetics in Japanese History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002. ISBN: 0-226-62091-3

OLGIVIE, R. M. – *Early Rome and the Etruscans*. Glasgow: William Colin Sons & Company, Ltd., 1976.

OLIVEIRA, Francisco – "Consequências da expansão romana" in José Luís Brandão e Francisco Oliveira (coords.), *História de Roma, vol. I. Das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 233-312. ISBN: 978-989-26-0954-6.

OLSEN, Sandra L.; GRANT, Susan; CHOYKE, Alice M.; BARTOSIEWICZ, László - *Horses and Humans. The Evolution of Human-Equine Relationships*. Oxford: Bar Publishing, International Series 1560, 2006. ISBN: 978 1 4073 3019 8.

OMISSI, Adrastos - *Emperors and Usurpers in the Later Roman Empire. Civil War, Panegyric, and the Construction of Legitimacy*. Oxford: Oxford University Press, 2018. ISBN: 978–0–19–882482–4.

PARMENTIER, Romain - *La batalla de Verdún. El infierno de las trincheras*. Titivillus, 2017.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha - *Estudos de História da Cultura Clássica. II Volume, Cultura Romana*. 3.ª edição, revista e atualizada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 (ed. orig.: 1982).

PETERSEN, Leif Inge Ree – *Siege Warfare and Military Organization in the Successor States (400 – 800 AD)* – Boston: Leiden, 2013. ISBN: 1 385 7827.

PITCHER, L. V. - Characterization in Ancient Historiography in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 102-117. ISBN 978-1-4051-0216-2.

PITCHER, Luke - *Writing Ancient History an Introduction to Classical Historiography*. London: I. B. Tauris & Co Ltd., 2009. ISBN: 978 1 84511 957 7.

POHL, Walter - *The Avars. A Steppe Empire in Central Europe, 567-822*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2018. ISBN: 9781501729409

POPPER, Karl - *The Logic of Scientific Discovery*. Inglaterra, Abingdon: Ed. Routledge, 2002. ISBN: 978-0415278447.

POTTER, David S. - *The Roman Empire at Bay, AD 180-395*. New York: Routledge, 2004. ISBN 0-415-10058-5.

POUNDS, Norman J. G. - *An Historical Geography of Europe, 450 BC - AD 1330*. Cambridge: University Press, 1973. ISBN: 0 521 08563 2.

PRINCE, Charles - *Blacksmithing Made Easy Comprehensive Forging for Beginners Guide on How to Master the Art of Bladesmithing*. Amazon, Publ., 2021.

PUNKT, Karla - *Fibre Types in Skeletal Muscles*. Berlin: Springer, 2002. ISBN: 978-3-642-59399-4

QUESADA SANZ, F.; MUÑIZ JAEN, I. & LOPEZ FLORES, I. (2014). "La guerre et ses traces: Destruction et massacre dans le village ibérique du Cerro de la Cruz (Cordoue) et leur contexte historique au IIe s. a.C.', in CADIOU, F.; CABALLERO, M. Navarro, eds, - *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe–Ier s. a.C.)*. Ausonius Mémoires 37, Bordeaux: Éditions Ausonius, pp. 231–271.

RANKOV, Boris – "Military Forces" in Philip Sabin; Hans Van Wees; Michael Whitby (Edited by) - *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare - Volume II - Rome from the late Republic to the late Empire*. Cambridge University Press, 2007b, pp. 30-75. ISBN: 978-0-521-782746.

RICHARDOT, Philippe - *Végèce et la Culture Militaire au Moyen Age (V-XV siècles)*. Paris, Economica, 1998.

RICHARDOT, Philippe. – *La Fin de L'Armée Romaine (286-476)*. 2.ª Ed. Paris: Economica, 2001. ISBN: 2-7178-4316-7.

ROBINSON, Christopher [et al.] - *Rivers of Europe*. Cambridge, Massachusetts, USA: Academic Press, 2009. ISBN: 978-0123694492

ROCCA, Samuel; HOOK, Adam – *The Forts of Judaea. 168 BC-AD 73. From the Maccabees to the Fall of Masada*. Oxford: Osprey Publishing, 2008. ISBN: 13 978 1 84603 171 7.

ROCHA, José Fernando M. (org). - *Origens e Evolução das Ideias da Física*. Salvador: EDUFBA, 2002. ISBN 978-85-232-0878-3.

RODRIGUES, Fernando Carvalho; RAMOS, Luís – *Ontem, Um Anjo Disse-me. Diálogos para o Século XXI*. Mem Martins: Publicações Europa América, Lda., 1995. ISBN: 972 1 03937 3.

ROGERS, Kara (Edit.)- *Bone and Muscle. Structure, Force, and Motion*. The Human Body. New York: Britannica Educational Publishing, 2011. ISBN: 978-1-61530-249-9.

ROHRBACHER, David -*The Historians of Late Antiquity*. London: Routledge, 2002. ISBN: 0-203-76699-7

ROLAND, Auguet - *Cruelty and Civilization. The Roman Games*. London: Routlege, 1994. ISBN: 9780415104531.

ROLDÁN, José Manuel (1987). *Historia de Roma. La República Romana*. Tomo I. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A. ISBN: 84-376-0307-2.

ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (Edited by) - *A Companion to the Roman Republic*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2006. ISBN: 13: 978-1-4051-0217-9.

ROSSI, Lino, *Trajan's Column and the Dacian Wars*. Trad. ingl. (de J. M. C. Toynbee), London, Thames and Hudson, 1971.

ROTH, Jonathan P. - *The logistics of the Roman army at war (264 B.C.-A.D. 235)*. Boston: Brill Leiden, 1999. ISBN: 90 04 11271 5.

ROUECHÉ, Charlotte – "Asia Minor and Cyprus", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 570-587. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

RUBIN, Zeev - "The Sasanid Monarchy", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge

University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 638-661. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

SABIN, Philip; VAN WEES, Hans; WHITBY, Michael (Edited by) - *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare - Volume I - Greece, the Hellenistic World and the Rise of Rome*. Cambridge University Press, 2007a. ISBN: 978-0-521-782739.

SABIN, Philip; VAN WEES, Hans; WHITBY, Michael (Edited by) - *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare - Volume II - Rome from the late Republic to the late Empire*. Cambridge University Press, 2007b. ISBN: 978-0-521-782746.

SAÏD, Suzanne - Myth and Historiography in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 76-88. ISBN 978-1-4051-0216-2.

SAMPSON, Gareth C. - *The Crisis of Rome. The Jugurthine and Northern Wars and the Rise of Marius*. U.K., Pen and Sword Military, 2020. ISBN: 978-1526781772.

SANTOS, Paulo Nazaré – *O Inferno em Zama. Cipião O Africano e a Reinvenção do Exército Romano*. Lisboa: Chiado Editora, 2016. ISBN: 978-989-51-8840-6.

SAPP, Rick - *The Ultimate Guide to Traditional Archery*. New York: Skyhorse Publishing, 2013. ISBN: 978-1-62087-575-9.

SCARRE, Christopher – *Historical Atlas of Ancient Rome*. London: Penguin Books Ltd., 1995a. ISBN: 0-670-86464-1.

SCARRE, Christopher - *Chronicle of the Roman Emperors. Record of the Rulers of Imperial Rome*. London: Thames and Hudson Ltd, 1995b. ISBN: 0-500-05077-5.

SCATOLIN, Adriano - *A invenção no "Do Orador" de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2009.

SCHMIDT, Joël – *Nero. Monstro Sanguinário ou Imperador Visionário?* Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda. 2011. ISBN: 978-989-8285-48-5.

SCHUBERT, H. R. - *History of the British Iron and Steel Industry from c. 450 B.C. to A.D. 1775*. London, Routledge, 1957.

SCHULTHEIS, Evan Michael - *The Battle of the Catalaunian Fields, AD 451. Flavius Aetius, Attila the Hun and the Transformation of Gaul*. U.K., Pen and Sword Military, 2019.

SCULLARD, H. H. - *The Elephant in the Greek and Roman World*. Cambridge: Thames and Hudson, 1974.

SEIDLER, Hans - *Battle of Kursk 1943 - Rare Photographs from Wartime Archives*. South Yorkshire, UK: Pen & Sword Books Ltd., 2011. ISBN: 978-1-78303-828-2.

SEKUNDA, Nick; CHEW, Simon - *The Persian Army. 560-330 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 1992. ISBN: 1 85532 250 1.

SEKUNDA, Nick; MCBRIDE, Angus – *The Army of Alexander the Great*. Great Britain: Osprey Publishing, 1995. ISBN: 1 85045 539 1.

SEKUNDA, Nick; MCBRIDE, Angus - *Republican Roman Army 200-104 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 1996. ISBN: 1-855325 985.

SEKUNDA, Nick; WARRY, John – *Alexander the Great. His Armies and Campaigns. 334-323 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 1998. ISBN: 1 85532 792 9.

SEKUNDA, Nicholas; HOOK, Adam – *Greek Hoplite, 480-323 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 2000. ISBN: 1-85532-867-4.

SEKUNDA, Nick; NORTHWOOD, S.; HOOK, Richard – *Early Roman Armies*. Great Britain: Osprey Publishing, 2001. ISBN: 1-85532-513-6.

SEKUNDA, Nicolas; DENNIS, Peter – *Macedonian Armies after Alexander. 323-168 BC*. Great Britain: Osprey Publishing, 2012. ISBN: 978 1 84908 714 8.

SHEPHERD, William - *The Persian War in Herodotus and other Ancient Voices*. Great Britain: Osprey Publishing, 2019. ISBN: 9781472808639.

SHEPPARD, Ruth - *Alexander the Great at War. His army - His battles - His Enemies*. Great Britain: Osprey Publishing, 2008. ISBN: 978 1 84603 328 5

SHEPPARD, Si - *Pharsalus - 48 BC - Caesar and Pompey - Clash of the Titans*. Great Britain: Osprey Publishing, 2006. ISBN: 978 1 84603 002 4.

SHEPPARD, Si; HOOK, Christa - *Actium 31 BC - Downfall of Antony and Cleopatra*. Great Britain: Osprey Publishing, 2009. ISBN: 978 1 84603 899 0.

SHEPPARD, Si; DENNIS, Peter – *The Jewish Revolt AD 66*-74. Oxford: Osprey Publishing Ltd., 2003.

SHERK, Robert - *Roman Empire: Augustus to Hadrian*. Cambridge University Press, 1988. ISBN-13: 978-0521338875.

SIGMAN, Mariano - *The Secret Life of the Mind - How Your Brain Thinks, Feels, and Decides*. New York: Hachette Book Group, 2017. ISBN 978-0-316-54961-5

SIMON, Anne - *The Cult of Saint Katherine of Alexandria in Late-Medieval Nuremberg*. New York: Routledge, 2016. ISBN: 9781315615172.

SMITH, Digby - *Napoleon Against Russia. A Concise History of 1812*. Yorkshire: Pen & Sword Books Limited, 2004. ISBN: 978 1 7834 0958 7.

SMITH, Donna Campbell - *The Book of Mules. Selecting, Breeding, and Caring for Equine Hybrids*. USA: The Lyons Press, 2009. ISBN: 978 1 5992 2173 1.

SNODGRASS, A. M. - *Arms and Armour of the Greeks*. London-Southampton, Thames and Hudson, 1967.

SNODGRASS, Anthony M. - The *dark age of Greece: an archaeological survey of the eleventh to the eighth centuries B.C.* New York: Routledge. ISBN: 0415936357.

SOUTHERN, Pat - *Empress Zenobia. Palmyra's Rebel Queen*. London: Continuum, 2008. ISBN 978 1 84725 034 6.

SOUZA, Marcos Alvito Pereira de - *A Guerra na Grécia Antiga*. S. Paulo: Editora Ática S.A., 1988. ISBN: 85 08 03078 9.

SYVÄNNE, Ilkka - *The Reign of Emperor Gallienus. The Apogee of Roman Cavalry*. South Yorkshire, Pen & Sword Books Ltd., 2019. ISBN: 978 1 52674 521 7.

TARASSUK, Leonid; BLAIR, Claude - *The Complete Encyclopedia of Arms & Weapons*. Nova York: Simon & Schuster, 1982. ISBN: 978-0671422578.

TAYLOR, Donathan - *Empire at War. A Compendium of Roman Battles from 31 BC to AD 565*. Barnsley, South Yorkshire Pen and Sword, 2016. ISBN 978-1-47386-908-0.

TEIXEIRA, Cláudia A. – "A Anarquia do Século III", in Francisco Oliveira e José Luís Brandão (coords.), *História de Roma, volume II. Império e Romanidade Hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020, pp. 248-282. ISBN 978-989-26-1781-7.

THOMAS, Heather Smith – *Care Management of Horses. A Practical Guide for the Horse Owner*. USA, Blood-Horse Publications, 2004. ISBN: 1-58150-113-7.

THOMPSON, Edward A. – *Romans and Barbarians. The Decline of the Western Empire*. USA, Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1982. ISBN: 0-299-08700-X

THOMPSON, Edward A. – *The Huns*. UK, Oxford: Blackwell Publishing, 2004. ISBN: 0-631-21443-7.

THOMSON, R. W. - "Armenia in the Fifth and Sixth Century", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 662-677. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

TILBURG, Cornelis R. van - *Traffic and Congestion in the Roman Empire*. USA, NY: Routledge, 2007. ISBN: 978-0-203-96803-1.

TOTTEN, George E. - *Steel Heat Treatment Metallurgy and Technologies*. New York, Taylor & Francis Press, 2007.

TURNBULL, Stephen - *Genghis Khan. The Mongol Conquests - 1190-1400*. Great Britain: Osprey Publishing, 2003. ISBN: 1 84176 523 6.

TURNBULL, Stephen; REYNOLDS, Wayne - *Mongol Warrior 1200-1350*. Great Britain: Osprey Publishing, 2003. ISBN: 1 84176 583 X.

TURNER, Alan; ANTON, Mauricio - *The big cats and their fossil relatives. A guide to their evolution and natural history*. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 1997. ISBN 978-0-231-10229-2.

TYLECOTE, R. F. - *A History of Metallurgy*. Great Britain: Maney, for the Institute of Materials, 2002. ISBN 1-902653-79-3.

VARNER, Eric R. - *Multilation and Transformation*. Damnatio Memoriae *and Roman Imperial Portaitur*. (*Monumenta Graeca et Romana*). Boston: Brill, illustrated edition, 2004. ISBN: 978-90 04 13577 4.

VERNANT, Jean Pierre – *O Homem Grego*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

VERNANT, Jean Pierre; DETIENNE, Marcel - *Cunning Intelligence in Greek Culture and Society*. Janet Lloyd (trans.). Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

VERNANT, Jean Pierre - *L'Univers, les Dieux, les Hommes. Récits grecs des origines*. Éditions du Seuil, Octobre 1999.

VERNANT, Jean Pierre – *Les Origines de la Pensée Grecque*. Presses Universitaires de France, 2012. ISBN: 978-2-13-059302-7.

WARD-PERKINS, Bryan - *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005. ISBN: 978-0-19-280728-1.

WARRY, John – *Alexander 324-323 BC. Conquest of the Persian Empire*. Great Britain: Osprey Publishing, 1991. ISBN: 0 85532 110 6.

WATSON, Alaric - *Aurelian and the Third Century*. New York: Routledge, 2003. ISBN: 0-203-26282-4.

WHEELER, Everett L. – "Land battles" in Philip Sabin; Hans Van Wees; Michael Whitby (Edited by) - *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare - Volume I - Greece, the Hellenistic World and the Rise of Rome*. Cambridge University Press, 2007a, pp. 186-222. ISBN: 978-0-521-782746.

WHITBY, Michael - "The Balkans and Greece, 420–602", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 701-730. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

WHITTAKER, C. R. - *Frontiers of the Roman Empire: a social and economic study*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

WILCOX, Peter; MCBRIDE, Angus – *Rome's Enemies Parthians and Sassanid Persians*. Great Britain: Osprey Publishing, 2001. ISBN: 0 85045 688 6.

WILCOX, Peter; TREVIÑO, Rafael – *Barbarians Against Rome. Rome's Celtic, Germanic, Spanish and Gallic Enemies*. Great Britain: Osprey Publishing, 2002. ISBN: 1 84176 045 5.

WILKES, John – "Changes in Roman Provincial Organization, A.D. 193–337", in, Averil Cameron; Alan Bowman; Peter Garnsey (Editores) - *The Crisis of Empire A.D. 193-337*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XII, 2005, pp. 705-713. ISBN: 13 978-0-521-30199-2.

WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerard – *Theodosius. The Empire at Bay*. London: Routledge, 1998. ISBN: 0-203-98198-7.

WINDROW, Martin. - *Roman Battle Tactics. 109 BC-AD 313*. New York: Osprey Publishing Ltd., 2007. ISBN: 978 1 84603 184 7.

WISDOM, Stephen; MACBRID, Angus - *Gladiators - 100 BC - AD 200*. U. K.: Osprey Publishing Ltd., 2003. ISBN: 1 84176 299 7.

WISEMAN, T. P. - The Prehistory of Roman Historiography in John Marincola (Edit.) - *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2007, pp. 67-75. ISBN 978-1-4051-0216-2.

WOOD, Ian N. – "The North-Western Provinces", in Averil Cameron; Bryan Ward-Perkins; Michael Whitby, (Editores) - *Empire and Successors: Late Antiquity. AD 425-600*. Cambridge University Press: The Cambridge Ancient History. Volume XIV, 2000, pp. 497-524. ISBN: 978-0-521-32591- 2.

WORTHINGTON, Ian – *By the Spear. Philip II, Alexander the Great, and the Rise and Fall of the Macedonian Empire*. New York: Oxford University Press, 2014. ISBN: 978–0–19–992986–3

YOUNG, Edward M. - *American Aces against the Kamikaze*. Oxford: Osprey Publishing, 2012. ISBN: 978 1 84908 744 5.

ZATSIORSKY, Vladimir - *Biomechanics in Sport Performance Enhancement and Injury Prevention*. London: Blackwell Science Ltd., 2000. ISBN 0-632-05392-5.

ZIENKIEWICZ, David, *Roman Legion.* National Museum of Wales & The Ermine Street Guard, 1994.

4. DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

ALVES, Adalberto - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Leya, 2014. ISBN: 978 972 272 179 0.

COULSTON, Jon – "Music: Principate" in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.) - *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol 1I – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015, pp. 670-671. ISBN 978-1-4051-7619-4.

Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora, 2001. ISBN: 972-0-05152-3.

Dicionário Etimológico da Mitologia Grega On Line – Demgol
www.demgol.units.it

DIXON-KENNEDY, Mike - *Encyclopedia of Greco-Roman Mythology*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc., 1998. ISBN 1-57607-129-4.

EGGENBERGER, David – *An Encyclopedia of Battles*. New York: Dover Publications, Inc., 1985. ISBN: 0-486-24913-1.

ERAMO, Immacolata – "Greeks" in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.), *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol. II – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015, pp. 449-451. ISBN 978-1-4051-7619-4.

FIGUEIREDO, Cândido de – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 25ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1996. ISBN: 972-25-0083-X.

GILBERT, Adrian – *Enciclopédia das Guerras. Conflitos Mundiais Através dos Tempos*. S. Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltd., 2005. ISBN 85-89384-73-X.

GONZÁLEZ, Julio Rodríguez – *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C. – 476 d.C.)*. Madrid: Signifer Libros, 2005. ISBN: 84-933267-4-7.

GRIMAL, Pierre – *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Trad. Victor Jabouille. Lisboa: Difel, 2009. 560 p. ISBN: 978-972-290-926-6.

HACQUARD – Georges - *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Tradução Maria Helena Trindade Lopes. Lisboa: Edições Asa, abril de 1996. ISBN: 978-972-411-786-7.

LE BOHEC, Yann [et al.] (Edit.) - *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol 1 – A - EAS*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015a. ISBN 978-1-4051-7619-4.

LE BOHEC, Yann [et al.] (Edit.) - *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol 1I – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015b. ISBN: 978-1-4051-7619-4.

LE BOHEC, Yann [et al.] (Edit.) - *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol 1II*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015c.

LE BOHEC, Yann – Economic Warfare Pincipate in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.), *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol II – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015d, pp. 353-354. ISBN: 978-1-4051-7619-4.

LIGHTMAN, Marjorie; LIGHTMAN, Benjamin, - *A to Z of Ancient Greek and Roman Women*. Revised Edition. New York: Infobase Publishing, 2008. ISBN: 978-0-8160-6710-7

MAGNANI, Stefano – "Germans: Republic" in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.), *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol II – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015, pp. 426-428. ISBN: 978-1-4051-7619-4.

MARTIN, J. W. - *Concise Encyclopedia of the Structure of Materials*. Oxford, Elsevier, 2007. ISBN: 978-0-08-045127-5.

MIKS, Christian – 'Sword, gladius' in Yann

Le Bohec [et al.] (Edit.), *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol III*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015c pp. 948–970.

NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário de Arquitetura Militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio- Edições e Artes Gráficas, SA. 2005. ISBN: 972-8801-94-7.

OLING, Bert; WALLISCH, Heinz – *Enciclopédia dos Instrumentos Musicais*. Lisboa: Livros e Livros, 2004. ISBN: 972-791-120-X.

RANCE, Philipe – "Music: Late Empire" in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.) - *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol II – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015, pp. 671-672. ISBN 978-1-4051-7619-4.

SCHMIDT, Joël – *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Edições 70, Lda. 2015. 283 p. ISBN: 978-972-44-1654-0.

SMITH, William - *Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*, 1849. Consultado a 06 de setembro de 2020. https://quod.lib.umich.edu/m/moa/acl3129.0003.001/640?page=root;rgn=full+text;size=100;view=image

STODDART, Simon K.F. - *Historical Dictionary of the Etruscans*. U.S.A. Maryland: Scarecrow Press, Inc. 2009. ISBN: 978-0-8108-5471-0.

SYVÄNNE, Ilkka – "Foederati" in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.), *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol 1I – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015b, pp. 406-407. ISBN 978-1-4051-7619-4.

VINCENT, Alexandre – "Music: Republic" in Yann Le Bohec [et al.] (Edit.) - *The Encyclopedia of the Roman Army. Vol II – EAS-POL*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, Ltd., 2015, pp. 669-670. ISBN 978-1-4051-7619-4.

5. REVISTAS E INTERNET

AMBRÓSIO, Renato - Cícero e a história. *Revista de História. Universidade de São Paulo*, n.°147, 2002, p. 9-31. Acesso em: 09 de dezembro de 2015. www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18940/21003

AMPOLO, Carmine - Il Problema delle Origini di Roma Rivisitato: Concordismo, Ipertradizionalismo Acritico, Contesti. Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. *Classe di Lettere e Filosofia*. Serie 5, Vol. 5, No. 1 (2013), pp. 217-284, 441-447 (75 pp.). Publicado por: Scuola Normale Superiore. Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Classe di Lettere e Filosofia. Acesso em 01 de março de 2022. https://www.jstor.org/stable/24308824

BARBOSA, Pedro Gomes – A Cavalaria Romana entre o Alto e o Baixo Império. In *Revista de História das Ideias*. A Guerra. Vol. 30 (pp. 67-82). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

BREEZE, David J. - A Note on the Use of the Titles 'Optio' and 'Magister' below the Centurionate during the Principate. *Britannia 7* (1976): 127-33. Acesso em 08 de Junho de 2020. https://www.jstor.org/stable/525768?seq=1

CABOBLANCO, Luis - *Como se Forja una Espada Romana.* Texto publicado no blog: http://romavictrix.blogspot.com/2005/04/cmo-se-forja-una-espada-romana.html Consulta, em 17 de julho de 2021.

CARLAN, Cláudio - Poder, Imagem e Arqueologia: a Iconografia Monetária e o Exército Romano. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, SP, n. 6, p.7-14, dez. 2006. Semestral. Acesso em 26 de julho de 2021. http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%206%20-%20artigo%201

Departamento de Clássicas, Instituto Español «Cañada Blanch» - *La Historiografía Romana.* Acesso em 31 de agosto de 2020. http://exterior.pntic.mec.es/hrag0000/pdfs/historiog.pdf

DAVOLI, Paola; MIKS, Christian - A New "Roman" Sword from Soknopaiou Nesos (El-Fayyum, Egypt). *ISAW Papers* 9, 2015. Acesso em 24 de setembro de 2021. http://dlib.nyu.edu/awdl/isaw/isaw-papers/9/

FRANCHI, Ana Paula (UFG) – "Relações de poder e a formação da Tetrarquia sob a perspetiva dos panegiristas latinos no século III d. C.", in *Revista Plêthos*, 3, 2, 2013. ISSN: 2236-5028. Acesso em: 20 de maio de 2022. https://www.historia.uff.br/revistaplethos/nova/index.php

FRASER, A. D. – "Recent Light on the Roman Horseshoe." *The Classical Journal*. Vol. 29, No. 9 (June 1934), 689-691. Acesso em 15 de agosto de 2023. https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Journals/CJ/29/9/Recent_Light_on_the_Roman_Horseshoe*.html

GEZA, Alföldy - "La Historia Antigua y la investigación del fenómeno histórico", in *Gerión. Revista de Historia Antigua*, núm. 1, Universidad Complutense, Madrid, 1983.

GILLINGHAM, John - "'Up with Orthodoxy!', in Defense of Vegetian Warfare"; in *Journal of Medieval Military History*, vol. II, 2004 (pp. 149-158).

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; FRANCHI, Ana Paula – "Os Panegíricos Latinos e o Conceito de *Imperium*", in *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.3 (Especial), pp. 216-238, 2013. ISSN: 2238-6270.

GORDON, Richard L. - "The date and significance of CIMRM 593 (British Museum, Townley Collection", in *Journal of Mithraic Studies. II*, 1978, pp. 148–174.

LAMBERTI, M. S.; KRIECK, A. M. T.; SURIAN, C. R. S. - *Podogoniometria Equina. A Importância de Medir os Cascos*. VIII Simpósio de Ciências da UNESP, Dracena. VIV Encontro de Zootecnia, UNESP, Dracena. Dracena, 26 e 27 de setembro de 2012.

LINDBERG, Sara - *Understanding Pistanthrophobia, or the Fear of Trusting People*. Medically reviewed by Jennifer Litner, PhD, LMFT, CST. April 13, 2020. https://www.healthline.com/health/mental-health/pistanthrophobia

MANN, John Cecil - Power, Force and the Frontiers of the Empire. In *Journal of Roman Studies*, n. º 69. Cambridge, 1979.

MANTAS, Vasco – "*Iter Populo Debetur*. Rede Viária e Legislação no Império Romano" in *Pólis/Cosmópolis. Identidades Globais e Locais*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016, pp. 273-371.

MARQUES, Juliana Bastos - Mecanismos de Legitimidade e Tradição na Historiografia Latina. *História Revista* (UFG. Impresso), v. 13, p. 139-155, 2008. Acesso em 10 de dezembro de 2015. http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/5420

MARQUES, Juliana Bastos - As Faces de Roma e os Centros do Poder em Amiano Marcelino. *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 173-188. Acesso em 01 de setembro de 2020. http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2589/2085

MARQUES, Juliana Bastos - Dilemas sobre o Surgimento da Historiografia Latina: Momigliano e o Estudo de Fábio Pictor. *Revista de Teoria da História*, ano 7, número 13, abril 2015 Universidade Federal de Goiás. p. 87-109. Acesso em 9 de dezembro de 2015. http://www.revistas.ufg.br/index.php/teoria/article/view/3517

MATHIEU, Franck – "L'Armement des guerriers gaulois, au III siècle av. J.-C." in *Histoire Antique*, nº 28, Nov.-Déc. 2006 (pp. 38-43).

MCNEIL, Dana - *The Fear of Trusting: Pistanthrophobia. Anxiety, General, Relationship, Self-Esteem, Sexual Abuse. Trauma, Thoughts.* https://www.sdrelationshipplace.com/the-fear-of-trusting-pistanthrophobia/

MILLAR, Fergus – "Emperors, Frontiers and Foreign Relations, 31 B. C. to A. D. 378", in *Britannia*, n º. 13, 1982, pp.1-23.

MUMMA, Tracy – "Draft Animal Power for Farming", in United States Department of Agriculture's Rural Business-Cooperative Service: *ATTRA - National Sustainable Agriculture Information Service*, 2008.

NISCHER, E.C. - "The Army Reforms of Diocletian and Constantine and Their Modifications up to the time of the Notitia Dignitatum", in *The Journal of Roman Studies*, Vol. 13 (1923), pp. 1-55, consultado através da base de dados JSTOR (www.istor.org) a 24 de Janeiro de 2006.

PARKER, H.M.D. - "The Legions of Diocletian and Constantine", in *The Journal of Roman Studies*, Vol. 23 (1933), pp. 175-189, consultado através da base de dados JSTOR (www.jstor.org) a 24 de Janeiro de 2006.

QUESADA SANZ, F. - '*Gladius Hispaniensis*: An Archaeological View from Iberia', *Journal of Roman Military Equipment Studies* 8: pp. 251–270, 1997.

RAMSKOLD, Lars - *Constantine's Vicennalia and the Death of Crispus*. Conference: Niš & ByzantiumAt: Niš, SerbiaVolume: XI, pp. 409-456. June 2012.
https://www.researchgate.net/publication/278128917_Constantine's_Vicennalia_and_the_Death_of_Crispus

SABIN, Philip - "The face of Roman Battle", in The *Journal of Roman Studies*, vol. 90, 2000 (pp. 1-17).

SEBASTIANI, Breno Battistin - A Política como Objeto de Estudo. Tito Lívio e o Pensamento Historiográfico Romano do Século I a.C. *Revista História*, N.º 154, pp. 297-315. S. Paulo: Editora Alameda, 2006a. Acesso em 1 de setembro de 2020. http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19030

SEBASTIANI, Breno Battistin - O Conceito Ciceroniano de História a partir das Definições Historiográficas Gregas. *Phaos* (UNICAMP), v.6, p. 85-99, 2006b. Acesso em 1 de setembro de 2020. http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/phaos/article/viewFile/3443/2904

STRASSER, Hiltrud - 2000 Years of Shoeing? *The Naked Hoof*, 2007. Acesso em 15 de Agosto de 2023. https://web.archive.org/web/20090309102010/http://www.thenakedhoof.com.au/html/article-2000YearsOfShoeing.htm

TAAGEPERA, Rein - Size and Duration of Empires: Growth-Decline Curves, 600 B.C. to 600 A.D. Cambridge University Press: *Social Science History*, Vol. 3, N.º 3/4, 1979, pp. 115-138. Acesso em 12 de novembro de 2020. https://www.jstor.org/stable/1170959?read-now=1&seq=1

TAAGEPERA, Rein - Expansion and Contraction Patterns of Large Polities: Context for Russia. Oxford University Press: *International Studies Quarterly*, Vol. 41, No. 3, Sep., 1997, pp. 475-504. Acesso em 20 de setembro de 2023. https://www.jstor.org/stable/2600793

VIRZI, Juliette - *How to Treat Pistanthrophobia: The Irrational Fear of Trusting Others*. October 9, 2019 https://www.yahoo.com/lifestyle/treat-pistanthrophobia-irrational-fear-trusting

WHEELER, Everett – "Methodological Limits and the Mirage of Roman Strategy: Parts I & II". In *Journal of Military History*, n º. 57. Virginia Military Institute, 1993, pp. 7-41, 215 et seq.

WOODS, David – "On the Death of the Empress Fausta". *In Greece & Rome*. Vol. 45, No. 1, Apr., 1998, pp. 70-86. Published by: Cambridge University Press.

Ucotrack.es – Sistema Óptico de Captura y Análisis del Movimiento en 3D. *Gesto Técnico*. Consulta em 17 de janeiro de 2021. http://www.ucotrack.es/joomla/index.php/es/menu-gesto-tecnico

Blog da loja online "O Rei das Espadas". *O Fabrico de uma Espada.* Consulta em 17 de julho de 2021 https://lojareidasespadas.com/blog/2017/11/28/fabrico-espada/

Roman Coins. *Roman Military Equipment. Roman Offensive Weapons: The Sword (Gladius and Spatha)*. Acesso em 27 de julho de 2021. http://www.romancoins.info/MilitaryEquipment-Attack.html

Sword history. *History of Roman swords*. Acesso em 17 de julho de 2021. http://www.swordhistory.info/?p=120

World Coal Association. Acesso em 15 de agosto de 2021. http://www.worldcoal.org/coal/what-is-coal/

ANEXOS

ANEXO 1

O DESEMPENHO BÉLICO DO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 360 E 240 A.C.

BLOCOS CRONOLÓGICOS EM QUE SE BASEARAM AS ANÁLISES EFETUADAS NO CAPÍTULO 3.5.

ANEXO 1
BLOCO 1 - 360-321 a.C.

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
360	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [85]	Hérnicos
360	Vitória	Desconhecido	*Porta Collina III*	Gauleses
360	Vitória	17 000	Tibur II	Gauleses e Riburtinos
359	Vitória	Desconhecido	Roma XII	Riburtinos
358	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [86]	Hérnicos
358	Derrota	17 000	*Locus Incertum* [87]	Tarquinienses (Etruscos)
358	Batalha inconclusa	> 17 000	Pedum II	Gauleses
358	Vitória	> 17 000	Pedum III	Gauleses
357	Vitória	17 000	Privernum I	Privernates
356	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [88]	Faliscos e Tarquinienses (Etruscos)
356	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [89]	Etruscos
355	Vitória	Desconhecido	Empulum	Tiburtinos
354	Vitória	Desconhecido	Sasulla	Tiburtinos
350	Vitória	34 000	*Locus Incertum* [90]	Gauleses
349	Vitória	18 000	*Locus Incertum* [91]	Gauleses
346	Vitória	17 000	Satricumcí	Volscos
345	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [92]	Auruncos (Oscos)
345	Vitória	Desconhecido	Sora	Volscos
343	Vitória	17 000	Gaurum	Samnitas
343	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [93]	Samnitas
343	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [94]	Samnitas
343	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [95]	Samnitas
343	Vitória	17 000	*Suessula*	Samnitas
342	Derrota	Desconhecido	Norba	Privernates
342	Derrota	Desconhecido	Setia	Privernates
341	Vitória	17 000	Privernum	Privernates
341	Vitória	17 000	Satricum	Volscos
340	Vitória	Desconhecido	Trifanum	Latinos e Campanos
340	Vitória	34 000	Vesuvius	Latinos e Campanos
339	Vitória	17 000	Fenectum	Latinos
339	Vitória	17 000	Pedum	Coligação Centro Itálica
338	Vitória	17 000	Astura	Coligação Centro Itálica
338	Vitória	17 000	Pedum	Coligação Centro Itálica
336	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [96]	Campanos
335	Vitória	17 000	Cales	Campanos
330	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [97]	Coligação Centro Itálica
329	Vitória	34 000	Privernum	Coligação Centro Itálica
327	Vitória	17 000	Neapolis	Campanos
325	Vitória	17 000	Cingilia	Vestinos
325	Vitória	17 000	Cutina	Vestinos
325	Vitória	Desconhecido	Imbrinium	Samnitas
325	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [98]	Vestinos
324	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [99]	Samnitas
324	Batalha inconclusa	Desconhecido	*Locus Incertum* [100]	Samnitas
324	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [101]	Samnitas
322	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [102]	Samnitas
322	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [103]	Samnitas
321	Derrota	> 34 000	Forcas Caudinas	Samnitas
321	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [104]	Gauleses

ANEXO 1

BLOCO 2 – 320-281 a.C.

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
320	Derrota não significativa	Desconhecido	Fregellae	Samnitas
320	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [105]	Samnitas
320	Vitória	17 000	Luceria	Samnitas
320	Vitória	17 000	Luceria	Samnitas
319	Vitória	17 000	Ferentinum	Hérnicos
319	Vitória	17 000	Satricum	Satricanos e samnitas
317	Vitória	17 000	Forentum	Apúlios
317	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [106]	Apúlios
317	Vitória	17 000	Nerulum	Apúlios
316	Derrota	Desconhecido	Plestice	Samnitas
316	Vitória	Desconhecido	Saticula	Campanos e Samnitas
315	Batalha inconclusa	Desconhecido	Lautulae	Samnitas
315	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [108]	Samnitas
315	Vitória não significativa	Desconhecido	Saticula	Samnitas
315	Vitória	30 000	Tarracina	Samnitas
314	Vitória	Desconhecido	Sora	Soranos
314	Vitória	> 34 000	Ausona	Ausones
314	Vitória	> 34 000	Caudium	Samnitas
314	Vitória	> 34 000	Luceria	Lucerinos e Samnitas
314	Vitória	> 34 000	Minturnae	Ausones
314	Vitória	Desconhecido	Tarracina	Samnitas
314	Vitória	> 34 000	Vescia	Ausones
314	Batalha inconclusa	> 34 000	Bovianum	Samnitas
313	Vitória	17 000	Calatia	Samnitas
313	Vitória	Desconhecido	Fregellae	Samnitas
313	Vitória não significativa	Desconhecido	Nola	Campanos e Samnitas
312	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [109]	Marsos e Pelignos
312	Vitória	17 000	Nola	Campanos e Samnitas
312	Vitória	17 000	Pollitium	Marrucinos
311	Vitória	17 000	Averna	Samnitas
311	Vitória	17 000	Bovianum	Samnitas
311	Derrota	Desconhecido	Cluviae	Samnitas
311	Vitória	17 000	Cluviae	Samnitas
311	Vitória	17 000	Sutrium	Etruscos
310	Vitória	17 000	Allifae	Samnitas
310	Vitória	17 000	Cataracta	Samnitas
310	Vitória	17 000	Ceraunilia	Samnitas
310	Batalha inconclusa	17 000	Ciminus	Etruscos
310	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [111]	Campanos
310	Batalha inconclusa	17 000	*Locus Incertum* [112]	Samnitas
310	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [113]	Umbros
310	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [114]	Samnitas
310	Vitória	17 000	Longula IV	Samnitas
310	Vitória	17 000	Sacrum	Samnitas
310	Vitória	17 000	Sutrium IV	Etruscos
310	Vitória	17 000	Sutrium V	Etruscos e Umbros

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
310	Vitória	17 000	Talium	Samnitas
310	Vitória	Desconhecido	Vadimonis	Etruscos
308	Vitória	17 000	Caerium	Etruscos
308	Vitória	17 000	Castola	Etruscos
308	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [115]	Samnitas, Marsos e Pelignos
308	Vitória	17 000	Mevania	Umbros
308	Vitória	17 000	Nuceria	Campanos
308	Vitória	17 000	Perusia	Etruscos
307	Vitória	Desconhecido	Allifae	Samnitas
306	Derrota	Desconhecido	Calatia	Samnitas
306	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [116]	Hérnicos
306	Vitória	> 34 000	*Locus Incertum* [117]	Samnitas
306	Vitória	17 000	Silvium	Samnitas
306	Derrota	Desconhecido	Sora	Samnitas
305	Derrota	Desconhecido	Arpinum	Samnitas
305	Vitória	Desconhecido	Arpinum	Samnitas
305	Vitória	> 30 000	Bovianum	Samnitas
305	Vitória	> 30 000	Bovianum	Samnitas
305	Derrota	Desconhecido	Cesennia	Samnitas
305	Vitória	> 30 000	Cesennia	Samnitas
305	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [118]	Pelignos
305	Derrota	Desconhecido	Sora	Samnitas
305	Vitória	> 30 000	Sora	Samnitas
305	Vitória	17 000	Tifernum	Samnitas
305	Vitória	> 30 000	Tifernum	Samnitas
304	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [119]	Ecuos
303	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [120]	Umbros
302	Vitória	Desconhecido	Alba Fucensi	Ecuos
302	Vitória	Desconhecido	Fresilia	Marsos
302	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [121]	Marsos
302	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [122]	Etruscos
302	Vitória	> 30 000	*Locus Incertum* [123]	Etruscos
302	Vitória	17 000	Thurii	Gregos
301	Vitória	Desconhecido	Milionia	Marsos
301	Vitória	Desconhecido	Plestina	Marsos
300	Vitória	17 000	Nequinum	Umbros
298	Vitória	17 000	Aufidena	Samnitas
298	Vitória	17 000	Bovianum	Samnitas
298	Batalha inconclusa	17 000	Bovianum	Samnitas
298	Vitória	17 000	Cisauna	Samnitas
298	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [124]	Lucanos
298	Vitória	17 000	Taurasia	Samnitas
298	Vitória	17 000	Volaterrae	Etruscos
297	Vitória	17 000	Cimetra	Samnitas
297	Vitória	17 000	Maleventum	Apulios
297	Vitória	17 000	Tifernum	Samnitas
296	Vitória	Desconhecido	Ferentinum	Ferentanos
296	Vitória	> 25 000	*Locus Incertum* [125]	Samnitas

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
296	Vitória	> 28 000	*Locus Incertum* [126]	Samnitas e Etruscos
296	Vitória	Desconhecido	Murgantia	Samnitas
296	Vitória	Desconhecido	Romuela	Samnitas
296	Vitória	> 24 000	Volturnus I	Samnitas
295	Derrota	17 000	Camerinnum	Senones
295	Derrota	Desconhecido	Clusium	Senones
295	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [127]	Perusinos e Clusinos
295	Vitória	> 36 000	Sentinum	Samnitas e Senones
295	Vitória	17 000	Tifernum	Samnitas
294	Vitória	17 000	Cominium	Samnitas
294	Vitória	Desconhecido	Interamna	Samnitas
294	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [128]	Samnitas
294	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [129]	Samnitas
294	Vitória	17 000	Milionia	Samnitas e Marsos
294	Vitória	17 000	Rusellae	Ruselanos
294	Vitória	17 000	Volsini	Volsinenses
293	Vitória	17 000	Amiternum	Samnitas
293	Vitória	17 000	Aquilonia	Samnitas
293	Vitória	17 000	Cominium	Samnitas
293	Batalha inconclusa	17 000	Duronia	Samnitas
293	Vitória	17 000	Herculaneum	Samnitas
293	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [130]	Samnitas
293	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [131]	Etruscos
293	Vitória	17 000	Palumbinum	Samnitas
293	Vitória	17 000	Saepinum	Samnitas
293	Vitória	Desconhecido	Troilum	Etruscos
293	Vitória	17 000	Velia	Samnitas
292	Derrota	17 000	*Locus Incertum* [132]	Samnitas
292	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [133]	Samnitas
292	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [134]	Faliscos (Etruscos)
291	Vitória	17 000	Cominium	Samnitas
291	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [135]	Samnitas
291	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [136]	Etruscos e Gauleses
291	Vitória	17 000	Venusia	Samnitas
290	Vitória	Desconhecido	Venusia	Samnitas
290	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [137]	Samnitas
290	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [138]	Sabinos e Petrucios
284	Derrota	17 000	Arretium	Senones (Gauleses)
284	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [139]	Senones (Gauleses)
283	Vitória	17 000	Vadimonis	Boios (Gauleses)
282	Vitória	17 000	Thurii	Lucanos
282	Vitória	17 000	Vetulonia	Etruscos e Gauleses
281	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [140]	Tarentinos (Gregos)
281	Batalha inconclusa	17 000	*Locus Incertum* [141]	Tarentinos (Gregos)
281	Derrota	Desconhecido	Tarentum	Tarentinos (Gregos)
281	Derrota	Desconhecido	Thurii	Tarentinos (Gregos)

ANEXO 1

BLOCO 3 – 280-241 a.C.

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
280	Derrota	17 000	Siris	Pirro de Epiro
280	Vitória	17 000	Volsinii	Volsinenses
279	Derrota	70 000	Asculum	Pirro de Epiro
279	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [142]	Pirro de Epiro
278	Vitória não significativa	17 000	*Locus Incertum* [143]	Tarentinos (Gregos)
277	Derrota	34 000	Cranita	Samnitas
277	Vitória não significativa	17 000	Croton I	Tarentinos (Gregos)
277	Vitória	17 000	Locri I	Tarentinos (Gregos)
275	Vitória	Desconhecido	Arusini	Samnitas
275	Derrota	Desconhecido	Locri II	Locrenses (Gregos)
275	Vitória	17 000	Maleventum II	Pirro de Épiro
274	Vitória	Desconhecido	Caere II	Etruscos
272	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [144]	Samnitas
272	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [145]	Lucanos e Brutios
272	Vitória	17 000	Tarentum II	Tarentinos (Gregos)
270	Vitória	Desconhecido	Rhegium I	Mercenários Campanos
269	Vitória	< 17 000	Aufidena II	Samnitas
268	Vitória	Desconhecido	Camerinum III	Camerinos
268	Vitória	34 000	*Locus Incertum* [147]	Picentinos
267	Vitória	Desconhecido	Brundisium I	Brundisinos
266	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [148]	Umbros
266	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [149]	Salentinos
265	Vitória não significativa	17 000	Volsinii III	Volsinenses (Etruscos)
264	Vitória	Desconhecido	Echetla	Cartagineses
264	Vitória	17 000	Messana I	Cartagineses e Siracusanos
264	Derrota	Desconhecido	Peloriae	Cartagineses
264	Derrota	17 000	Syracusa I	Siracusanos
263	Vitória não significativa	Desconhecido	Centuripa	Cartagineses
263	Vitória	Desconhecido	Hadranon	Cartagineses
263	Vitória	34 000	Hadranum	Cartagineses
263	Vitória	Desconhecido	Macella	Cartagineses
263	Vitória	34 000	Syracusa II	Siracusanos
263	Vitória	34 000	Ascelus	Cartagineses
263	Vitória	34 000	Ilarus	Cartagineses
263	Vitória	Desconhecido	Tyrittus	Cartagineses
262	Vitória	34 000	Agrigentum I	Cartagineses
262	Derrota	Desconhecido	Herbessus I	Cartagineses
262	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [150]	Cartagineses
262	Derrota	Desconhecido	Taurus	Cartagineses
261	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [151]	Cartagineses
261	Batalha inconclusa	Desconhecido	Mytistratus I	Cartagineses
260	Vitória	Desconhecido	Aegesta	Cartagineses
260	Vitória	Desconhecido	Italiae	Cartagineses

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
260	Derrota	Desconhecido	Lipari I	Cartagineses
260	Vitória	Desconhecido	Macella II	Cartagineses
260	Vitória	Desconhecido	Mylae I	Cartagineses
260	Vitória	Desconhecido	Mazarin	Cartagineses
260	Derrota	Desconhecido	Segesta I	Cartagineses
260	Vitória	Desconhecido	Segesta II	Cartagineses
260	Derrota	Desconhecido	Thermae I	Cartagineses
259	Vitória	Desconhecido	Aleria	Cartagineses
259	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [152]	Cartagineses
259	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [153]	Cartagineses
259	Vitória	17 000	*Locus Incertum* [154]	Cartagineses
259	Vitória	Desconhecido	Olbia	Cartagineses
258	Vitória	34 000	Camarina I	Cartagineses
258	Vitória não significativa	17 000	Camarina II	Cartagineses
258	Vitória	34 000	Camicus	Cartagineses
258	Vitória	34 000	Henna I	Cartagineses
258	Vitória não significativa	34 000	Herbessus II	Cartagineses
258	Vitória	34 000	Hippana	Cartagineses
258	Derrota	Desconhecido	Lipari II	Cartagineses
258	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [155]	Cartagineses
258	Vitória	34 000	Mytistratus II	Cartagineses
258	Vitória	Desconhecido	Sulcl	Cartagineses
257	Vitória	Desconhecido	Melita	Cartagineses
257	Vitória	Desconhecido	Tyndaris I	Cartagineses
256	Vitória	16 000	Adys	Cartagineses
256	Vitória	Desconhecido	Aspis I	Cartagineses
256	Vitória	40 000	Ecnomus	Cartagineses
256	Vitória	16 000	*Locus Incertum* [156]	Cartagineses
256	Vitória	Desconhecido	Tinete I	Cartagineses
255	Vitória	Desconhecido	Ad Mercurium I	Cartagineses
255	Batalha inconclusa	2 000	Aspis II	Cartagineses
255	Vitória	Desconhecido	Aspis III	Cartagineses
255	Derrota	15 000	Bagradas I	Cartagineses
254	Derrota	Desconhecido	Agrigentum II	Cartagineses
254	Vitória	Desconhecido	Cossura I	Cartagineses
254	Batalha inconclusa	Desconhecido	Drepanum I	Cartagineses
254	Vitória	34 000	Panormus I	Cartagineses
253	Derrota	Desconhecido	Lilybaeum I	Cartagineses
253	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [157]	Cartagineses
252	Batalha inconclusa	50 000	Hercte	Cartagineses
252	Vitória	Desconhecido	Lipari III	Cartagineses
252	Batalha inconclusa	17 000	*Locus Incertum* [158]	Cartagineses
252	Vitória	34 000	Thermae II	Cartagineses
251	Vitória	34 000	Lipari IV	Cartagineses
251	Derrota	Desconhecido	*Locus Incertum* [159]	Cartagineses
251	Vitória	34 000	Thermae III	Cartagineses

ANO	DESFECHO	CONTINGENTE	LOCAL	ADVERSÁRIO
250	Vitória	Desconhecido	Panormus II	Cartagineses
250	Batalha inconclusa	34 000	Lilybaeum II	Cartagineses
249	Derrota	< 1 000	Aegithallus	Cartagineses
249	Derrota	Desconhecido	Camarina III	Cartagineses
249	Derrota	Desconhecido	Drepanum II	Cartagineses
249	Vitória	Desconhecido	Eryx I	Cartagineses
249	Vitória não significativa	Desconhecido	Phintias	Cartagineses
247	Vitória não significativa	Desconhecido	Locri III	Cartagineses
247	Vitória	Desconhecido	Pelias I	Cartagineses
247	Vitória	Desconhecido	Pelias II	Cartagineses
247	Batalha inconclusa	Desconhecido	Italium	Cartagineses
246	Batalha inconclusa	Desconhecido	Eryx II	Cartagineses
245	Vitória	Desconhecido	Aegimurus	Cartagineses
244	Vitória	Desconhecido	*Locus Incertum* [160]	Cartagineses
244	Vitória	17 000	Veseris II	Latinos
242	Vitória	Desconhecido	Drepanum III	Cartagineses
241	Vitória	Desconhecido	Aegatae	Cartagineses
241	Vitória	Desconhecido	Eryx III	Cartagineses
241	Vitória	Desconhecido	Falerii III	Etruscos
241	Vitória	Desconhecido	Falerii IV	Etruscos

ANEXO 2

BATALHA DE CANAS

ANEXO 2

BATALHA DE CANAS

2 de agosto de 216 a.C.

No início da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) Aníbal Barca, o filho do falecido comandante da província cartaginesa da Hispânia Amílcar Barca (ca. 270 - 228 a.C.) foi escolhido pelo exército para assumir o mesmo cargo do seu pai[3673].

Aníbal ficou ao comando das tropas cartaginesas e dos seus múltiplos aliados gauleses e hispânicos, tendo dado início à invasão da Península Itálica atravessando os Alpes em 218 a.C.

Conseguiu realizar tão problemática travessia, embora nela tenha perdido mais de dois terços dos seus efetivos, e desceu sobre o norte da Península Itálica ainda ao comando de perto de 20.000 infantes e 6.000 cavaleiros[3674].

A reação romana demorou algum tempo, o que permitiu a Aníbal, na sua progressão para sul do território italiano, obter a sua primeira vitória contra o cônsul Públio Cornélio Cipião, na batalha do rio Ticino, em novembro de 218 a.C.[3675].

Aníbal, ainda nesse mesmo ano, em 22 de dezembro, vence uma grande batalha junto do rio Trébia, onde já se encontravam reunidas as tropas dos dois cônsules romanos, Públio Cornélio Cipião e Tito Semprónio Longo.

Nesta fase, em que pôde começar a contar com uma ajuda mais efetiva dos povos gauleses da região, Aníbal conseguiu mesmo aumentar os seus efetivos para cerca de 28.000 infantes e 10.000 cavaleiros. Tal deu-lhe o ensejo de conseguir vencer novamente os Romanos, utilizando as suas hábeis manobras táticas que eram o resultado da sua inusual capacidade de explorar fatores tão cruciais como a dissimulação, a rapidez e especialmente a surpresa[3676].

É assim que, durante o inverno de 218-217 a.C., o comandante cartaginês pôde mais uma vez mostrar a sua mestria tática, enganando os então cônsules Gneu Servílio Gémino e

[3673] LIV. 21.4.2; O´CONNELL, 2012, p. 108.
[3674] PLB. 3.56.4.
[3675] PLB. 3.62; LÍVIO, 1982, 21.42; O´CONNELL, 2012, pp. 136-138.
[3676] PLB. 3.72.7-9; LIV. 21.55.2-4; O´CONNELL, 2012, pp. 140-144.

Gaio Flamínio, atravessando os Apeninos através dos difíceis terrenos pantanosos situados na região da Toscana. Pôde assim surgir de surpresa num ponto mais a sul[3677].

Tal fez com que fosse incauta e precipitadamente perseguido pelos referidos comandantes romanos. Com conhecimento da perseguição de que era alvo, Aníbal, numa nova manobra tática digna de um mestre aproveitou a noite e o nevoeiro para retroceder e emboscar os Romanos do cônsul Caio Flamínio, nas margens do lago Trasimeno.

Assim, nesta nova manobra tática, mais um exército consular foi massacrado a 21 de junho de 217 a.C., tal como virá a acontecer com o corpo de cavalaria avançada enviado por Gémino, o outro cônsul romano[3678].

Após esta catástrofe, o Senado romano decidiu nomear Quinto Fábio Máximo ditador por seis meses, concentrando o poder todo nas suas mãos para que assim procurasse solucionar o problema em que Aníbal se transformara[3679]. Foi também eleito o mestre de cavalaria Marco Minúcio Rufo, para o ajudar nessa difícil tarefa e em poucas semanas conseguiram recrutar um novo exército romano. Este era constituído por quatro novas legiões, que perfaziam cerca de 40.000 homens, mas com menos recursos na arma de cavalaria[3680].

Compreendendo a necessidade de obter mais tempo para dotar estas novas forças de um treino conjunto, bem como de reforçar os ditos dispositivos de cavalaria, Fábio adotou uma estratégia de procurar flagelar apenas os Cartagineses em pequenos recontros.

Da sua estratégia faziam também parte a tentativa de dificultar as deslocações do exército cartaginês pela Península Itálica, e a obtenção dos fundamentais suprimentos necessários a um exército de tão grandes dimensões. Tendo compreendido a mestria tática de Aníbal, Fábio Máximo eximiu-se sempre à criação de um contexto militar que levasse a uma grande batalha de perfil convencional[3681].

No entanto, uma tal estratégia de contenção e cautela não terá agradado a Roma, habituada a vencer pelas armas todos os seus inimigos e ansiando agora por uma grande vingança contra Aníbal. As muitas vozes que não compreendiam a estratégia cautelosa do magistrado romano acabaram por lhe deixar para a História o epíteto de *Cunctator*, ou seja, o "protelador"[3682].

[3677] PLB. 3.78-79; LIV. 22.2.10-11; O´CONNELL, 2012, p. 147.
[3678] PLB. 3.83-84; LIV. 22.3.8-9, 22.5-6; O´CONNELL, 2012, pp. 148-152.
[3679] PLU. *Fabius Maximus* 3.5-4.1; GOLDSWORTHY, 2001, pp. 36-37; O´CONNELL, 2012, p. 152.
[3680] GOLDSWORTHY, 2001, p. 37.
[3681] BRIZZI, 2016, pp. 94-96.
[3682] PLB. 3.87; LIV. 22.11.3-4; GOLDSWORTHY, 2001, p. 40; O´CONNELL, 2012, pp. 153-156, 158.

Aníbal prosseguiu assim a sua marcha para sul, ao longo da costa adriática da Península Itálica, parecendo certo que no outono de 217 a.C. já se encontrava na Apúlia, relativamente próximo de Canas, tendo aí construído um acampamento de inverno[3683].

Durante o inverno de 217-216 a.C. Roma esforçou-se na preparação da campanha de 216 a.C., fortalecendo e treinando as suas tropas, sob a supervisão de Lúcio Emílio Paulo e Gaio Terêncio Varrão, os dois novos cônsules eleitos[3684]. Estes ficavam assim com a responsabilidade de comandar alternadamente aquele que foi o maior exército que Roma alguma vez organizara[3685].

Embora usualmente a cada cônsul fossem atribuídas duas legiões[3686], tudo leva a crer que, desta vez, foram atribuídas quatro a cada um[3687], o que totalizaria cerca de 80.000 infantes e 6.000 cavaleiros.

Cada legião foi reforçada com mais 800 peões, comportando assim cada uma 5.000 homens, perfazendo um total de 40.000 legionários de infantaria nas oito legiões e com igual número de tropas auxiliares aliadas, dispostas nas alas. Quanto à cavalaria, aos habituais 300 cavaleiros por legião, o que perfazia 2.400 nas oito, dever-se-ão acrescentar cerca de 3.600 de cavalaria aliada, o que era, no entanto, um número inferior ao habitual, que seria próximo do triplo, devido às recentes derrotas sofridas[3688].

Ambos os cônsules, Paulo mais prudente e Varrão mais ousado, decididos a enfrentar Aníbal em batalha campal, tal como o povo romano exigia e o Senado aprovara, partiram ao seu encontro.

Os exércitos púnicos eram sempre comandados por generais cartagineses que, ao contrário dos romanos, serviam durante vários anos consecutivos e eram bastante autónomos. Estes exércitos eram essencialmente compostos de mercenários e soldados provenientes de povos aliados, oriundos de locais heteróclitos e vindos de toda a orla mediterrânica[3689].

Segundo a inscrição deixada por Aníbal, na coluna que ergueu em Itália, as tropas que com ele chegaram ao norte da Península seriam compostas de um grande contingente de infantaria líbia, cavalaria númida, forças hispânicas, tanto de infantaria como de cavalaria.

[3683] O´CONNELL, 2012, p. 158.
[3684] GOLDSWORTHY, 2009, p. 261.
[3685] GOLDSWORTHY, 2001, p. 70.
[3686] GOLDSWORTHY, 2001, p. 48.
[3687] PLB. 3.107.8-15; LIV. 22.35.1-36.
[3688] MONTEIRO, 2014, p. 83; GOLDSWORTHY, 2001, pp. 64-65.
[3689] GOLDSWORTHY, 2001, pp. 50-51.

Vinham também um grande número dos excelentes fundibulários das Baleares e os elefantes de guerra, animais que morreram na sua totalidade muito antes da Batalha de Canas[3690].

Já durante a sua permanência em Itália foi ainda contratado grande número de Gauleses que acabaram por constituir quase metade das forças de Aníbal. Estima-se que o exército púnico em Canas seria composto de cerca de 40.000 infantes e 10.000 cavaleiros, todos eles extremamente motivados pelas vitórias precedentes. À semelhança do que estava a acontecer com Roma, nunca Cartago reunira, até então, um exército de tais dimensões[3691].

Aníbal necessitava de derrotar rapidamente os Romanos, pois estava cada vez com mais dificuldade em fazer aliados em Itália, o que era um fator essencial para conseguir realizar o seu plano[3692].

Estavam, pois, os dois exércitos motivados e preparados para a batalha decisiva.

Aníbal deslocou-se até Canas, onde aproveitou para se apoderar do recheio de um grande depósito de provisões romano, tendo permanecido no local, aguardando a chegada dos Romanos[3693].

Canas apresentava-se como um local protegido a sul por um terreno acidentado e montanhoso, mas bastante plano e sem árvores mais a norte, onde corria o rio Ofanto.

Chegados a 28 de julho às proximidades de Canas os Romanos, no momento de decidirem qual a estratégia a adotar, hesitaram: Paulo preferia que se escolhesse um terreno mais acidentado, atendendo à vantagem cartaginesa quanto a cavalaria e Varrão preferia não aguardar mais tempo, talvez devido à dificuldade logística inerente à deslocação de um exército daquelas dimensões[3694].

Depois de estabelecerem os respetivos acampamentos e de algumas ações provocatórias de parte a parte no dia 2 de agosto Varrão, o cônsul no comando nesse dia, decidiu travar batalha.

Apesar da dificuldade em estabelecer com segurança a localização do campo de batalha, dificuldade agravada pela presumível alteração do curso do rio Ofanto entre aquela data e os nossos dias, julga-se que se poderá dizer que o exército romano se organizou com uma frente, que teria um máximo de dois quilómetros de extensão, virada para sudoeste. teria assim à sua direita o rio Ofanto e o flanco esquerdo protegido pelas elevações onde se

[3690] PLB. 3.56.4; GOLDSWORTHY, 2001, pp. 52-53.
[3691] MONTEIRO, 2014, pp. 82-83.
[3692] BRIZZI, 2016, pp. 69-70.
[3693] O´CONNELL, 2012, p. 170.
[3694] PLB. 3.112.

situava a povoação de Canas, numa clara tentativa de se proteger contra qualquer manobra de envolvimento por parte da forte cavalaria cartaginesa[3695].

Do lado romano, tendo uma das legiões ficado de guarda ao acampamento[3696], as restantes sete e os equivalentes aliados (alas), liderados por Gémino, ocuparam como habitualmente, o centro, ficando o flanco esquerdo, liderado por Varrão, ocupado pelos 3.600 cavaleiros aliados e o direito pelos 2.400 cavaleiros romanos sob o comando de Paulo.

As sete legiões e respetivas alas foram dispostas certamente segundo a chamada *triplex acies*, isto é: três linhas constituídas pelos hastados, príncipes e triários, acrescidos dos vélites, a infantaria ligeira romana, que se encontravam fora do alinhamento desta formação e cuja função era a de dar início às escaramuças. Estariam assim às ordens de Gémino, em cada legião ou ala, na primeira linha, 1.466 hastados, na segunda outros tantos príncipes e cerca de 600 triários na terceira, acrescidos de 1.466 vélites, ou seja, cerca de 5.000 homens por ala ou legião, isto é perto de 70.000 infantes, apertados entre o rio e os montes (20.524 hastados, 20.524 príncipes, 8.400 triários e 20.524 vélites)[3697].

Políbio refere que, em Canas, os manípulos tinham uma profundidade incomum[3698]. Igualmente Adrian Goldsworthy estima que cada manípulo, com 145 soldados, estaria alinhado com uma frente de 5 homens por 29 de profundidade, ou seja, 5 metros por 58 de fundo[3699].

Atendendo a que, devido ao escasso espaço disponível, os habituais espaços entre os manípulos, equivalentes habitualmente à frente de cada uma destas unidades, deverem ter sido reduzidos, pode-se supor que os 10 manípulos de hastados de cada legião ocupariam à roda de 75 metros de frente por 58 de profundidade. Sendo assim toda a frente da infantaria romana, compreendendo as sete legiões e as correspondentes "alas", ocuparia cerca de 1.050 metros de frente por 58 de profundidade. Certamente que o mesmo se passaria na segunda linha, a dos príncipes, enquanto que na dos triários, por serem em menor número, talvez se pudesse ver uma formação mais equilibrada.

Tendo em consideração ainda a cavalaria romana e a aliada, colocadas nos flancos, verifica-se que a frente de batalha romana andaria muito perto dos dois quilómetros, ou seja, mesmo à medida do espaço para o combate, o que se, por um lado precavia as já referidas manobras de envolvimento dificultava muitos dos movimentos de golpeamento do

[3695] MONTEIRO, 2014, pp.86-87.
[3696] GOLDSWORTHY, 2001, p. 95.
[3697] GOLDSWORTHY, 2001, p. 98.
[3698] PLB. 3.113.
[3699] GOLDSWORTHY, 2001, pp. 98-99; MONTEIRO, 2014, pp. 91, 94.

adversário numa tão restrita frente de combate, bem como constrangia o uso do *pilum*, que assim ficava restringido apenas aos homens das primeiras sete ou oito filas[3700].

Em resposta a esta formação romana Aníbal colocou a sua cavalaria pesada (6.000 Hispânicos e Gauleses), liderados por Asdrúbal, na sua ala esquerda, junto ao rio e de frente para o corpo comandado por Paulo[3701] e na ala direita, em frente a Varrão, a sua cavalaria ligeira númida, comandada por Maárbal, segundo Lívio[3702] ou por Hanão segundo Políbio[3703].

A infantaria pesada, liderada pelo próprio Aníbal em conjunto com o seu irmão Magão Barca, foi disposta de forma que na zona central se alinhassem os cerca de 24.000 hispânicos que iriam suportar a principal investida das legiões, na retaguarda destes, em cada uma das laterais e fora da zona visível do lado romano foram instalados dois corpos de tropa de elite líbia, com cerca de 4.000 a 5.000 peões. Para completar a sua linha de batalha Aníbal fez avançar os seus infantes da zona central, ficando assim as tropas formadas num crescente, com a parte mais avançada apontada à infantaria romana, o que faria atrair o ataque destes para o centro, levando a uma "descolagem" das cavalarias de Paulo e Magão[3704].

Robert O'Connell propõe uma visão interessante do que terá sido este posicionamento da infantaria pesada de Aníbal em Canas[3705]:

> «[…] Embora tradicionalmente se entenda que Aníbal também aqui andava às voltas com os seus truques do costume - atacantes escondidos e rendições falsas - em Canas o logro essencial era muito mais subtil. Na sua essência, a armadilha estava escondida à frente dos olhos, algo que ainda hoje não parece ser compreendido por inteiro. Basicamente, ele planeava ligar uma linha combinada de Gauleses e Hispânicos entre duas colunas muito profundas de Líbios posicionados em cada flanco, de modo que, vista de cima, a formação era como um C ao contrário. A ideia era, à medida que os legionários avançassem, os Gauleses e os Hispânicos cederem de uma forma calculada (isto era fulcral), conduzindo os Romanos cada vez mais para dentro do espaço entre as duas colunas de Líbios, que estariam então em posição de desferir um devastador ataque simultâneo para dentro a partir dos flancos, travando o avanço dos Romanos e deixando-os praticamente cercados.
>
> Os mapas da batalha, que são invariavelmente desenhados a partir de uma vista aérea, tornam tudo muito claro, levantando a questão: "Como pode alguém ser tão estúpido,

[3700] GOLDSWORTHY, 2001, p. 100.
[3701] PLB. 3.114; LIV. 22.46; GOLDSWORTHY, 2001, pp. 108, 112.
[3702] LIV. 22.46.
[3703] PLB. 3.114.
[3704] BRIZZI, 2016, pp. 54-57.
[3705] O´CONNELL, 2012, p. 179.

deixando-se apanhar numa armadilha tão óbvia?" Mas ao nível do solo estaria longe de ser óbvio. […]».

A infantaria ligeira era muito variada, desde fundibulários das baleares, dardeiros líbios, *caetrati* hispânicos, peões gauleses, num total de cerca de 8.000 homens. A combinação de fundas e dardos tornava os escaramuçadores púnicos eficazes tanto em longo quanto em curto alcance para além de serem tropas especializadas e bem treinadas[3706].

Em contraste, os vélites romanos consistiam em elementos ou muito jovens para lutar na infantaria pesada ou muito pobres para comprar o equipamento necessário, estando quase todos armados com dardos[3707].

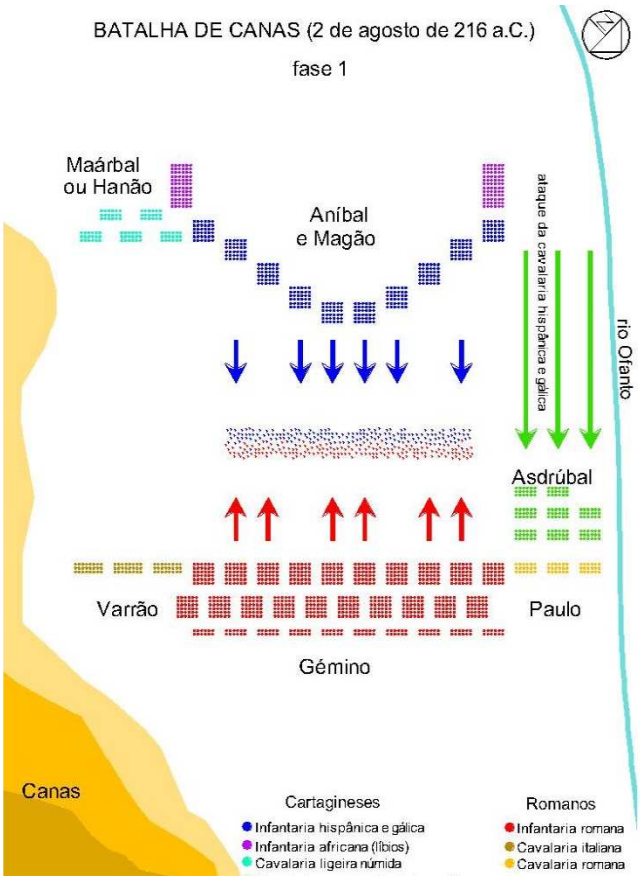
A BATALHA

As descrições das diferentes fases são baseadas nas patentes na obra de Adrian Goldsworthy: *Cannae – Fields of Battle*. London: Cassell & Co., 2001, pp. 82-155.

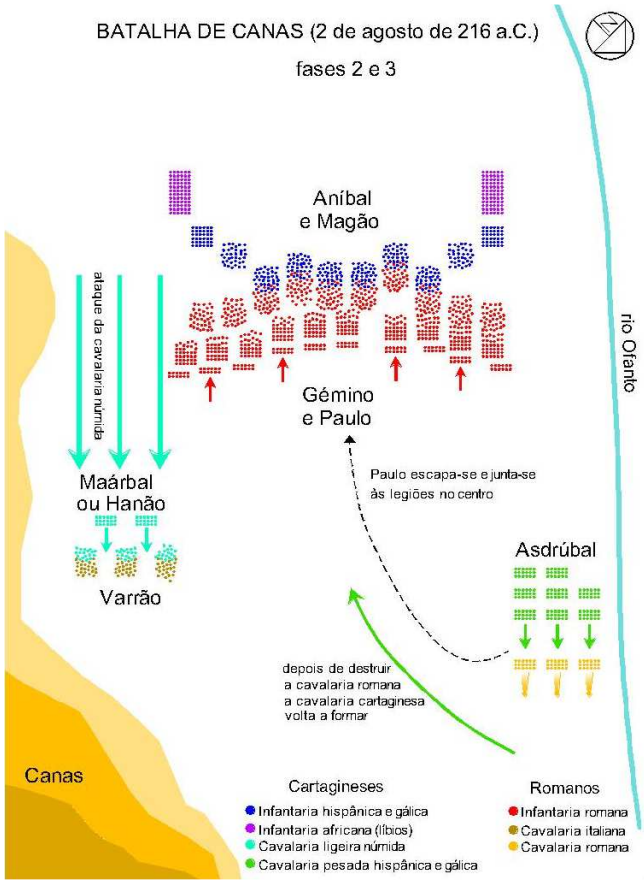
Os desenhos que as acompanham são da nossa autoria, tendo por base a mesma obra.

Primeira fase da batalha:

As infantarias ligeiras avançaram das linhas principais para travar uma escaramuça inconstante no centro. Apesar de uma superioridade numérica significativa, os Romanos não conseguiram obter qualquer vantagem. Na ala esquerda púnica, mais perto do rio, Asdrúbal liderou os seus numerosos esquadrões de cavalaria gaulesa e espanhola num ataque feroz contra a cavalaria romana[3708].



[3706] MONTEIRO, 2014, p. 98.
[3707] GOLDSWORTHY, 2001, p. 116.
[3708] GOLDSWORTHY, 2001, p. 116.



Segunda fase da batalha:

Depois de uma luta acirrada, Asdrúbal derrotou a cavalaria romana e perseguiu-os por uma curta distância ao longo do rio. O cônsul Paulo escapou e cavalgou para se juntar à infantaria pesada no centro[3709]. Esta avançou e entrou em contato com o centro avançado do inimigo. Aí os Gauleses e Hispânicos, ao serviço dos Cartagineses lutaram arduamente para conter as grandes colunas da infantaria romana, ambos os lados sendo pressionados pelos seus comandantes. Partindo do flanco direito cartaginês os cavaleiros númidas lançam-se sobre a cavalaria aliada de Varrão, atacando da sua maneira tradicional, isto é: pequenos grupos aproximando-se para lançar dardos, mas rapidamente recuando antes que o inimigo pudesse alcançá-los com uma carga[3710].

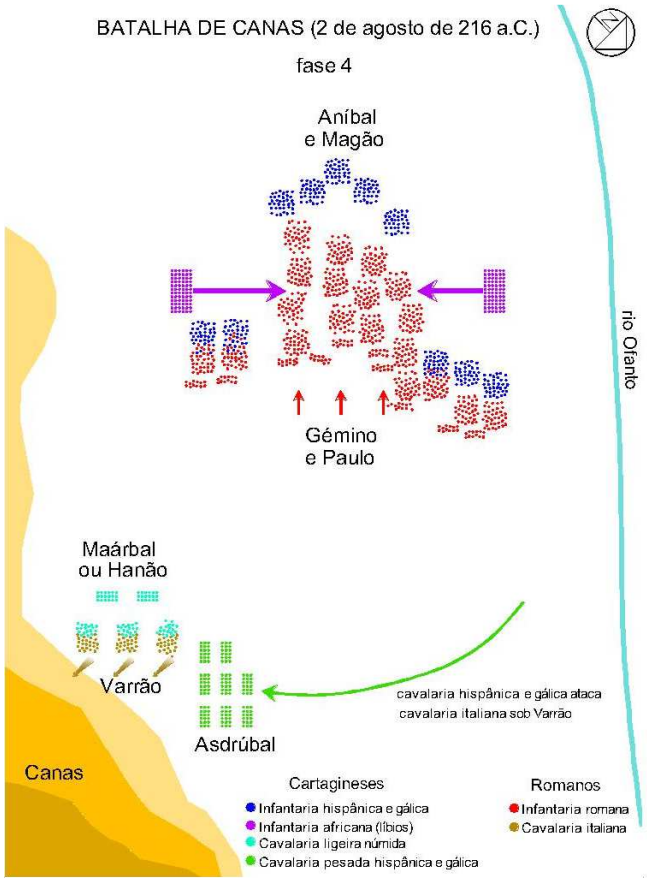
Terceira fase da batalha:

Asdrúbal retira os seus homens da perseguição à cavalaria romana e volta a formar os seus esquadrões. Os Númidas continuam a lutar contra a cavalaria italiana de Varrão. No centro. a pressão do avanço romano começa a fazer recuar os Gauleses e Hispânicos. As suas unidades mais avançadas são empurradas para trás ficando no mesmo nível da linha principal[3711].

[3709] Contrariamente a esta descrição Lívio relata que Paulo sofreu um ferimento na cabeça que o terá incapacitado. LIV. 22.41.
[3710] GOLDSWORTHY, 2001, p. 125.
[3711] GOLDSWORTHY, 2001, p. 140.

Quarta fase da batalha:

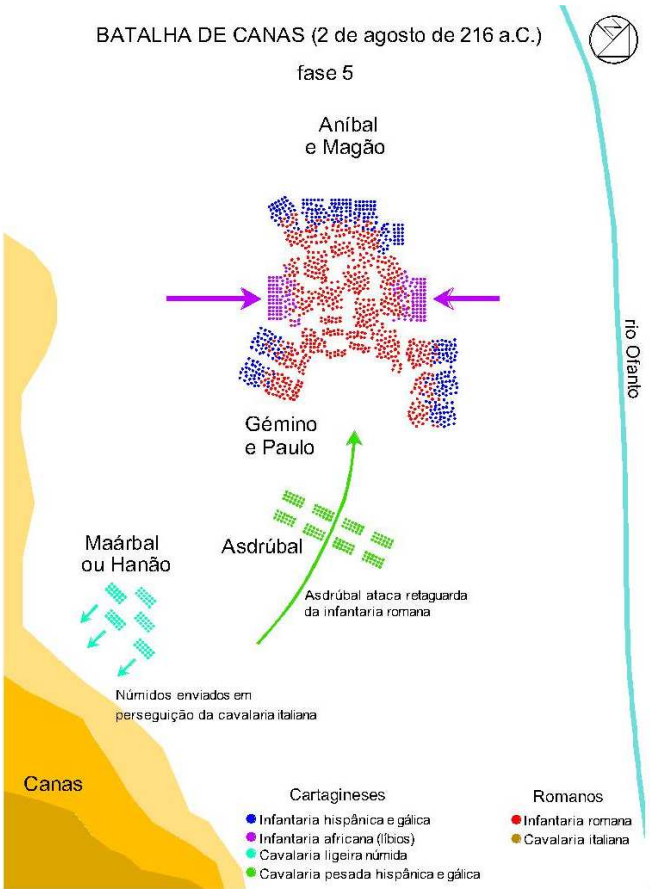
À medida que os Romanos colocam mais e mais reservas na luta, a pressão de seus números rompe a linha púnica. As formações hispânicas e gálicas no centro rompem-se e fluem para a retaguarda. Sentindo o cheiro da vitória, os Romanos perseguem-nos. A esta altura, as suas unidades perderam muito de sua ordem e as três linhas simples nas quais começaram a batalha são apenas uma memória. A infantaria líbia começa a avançar[3712]. Nesse ínterim, Asdrúbal lidera a sua cavalaria contra a retaguarda dos Italianos de Varrão. Este último entra em pânico e foge antes que um golpe seja desferido[3713].



[3712] PLB. 3.115.8-10; LIV. 22.47.7-10.
[3713] GOLDSWORTHY, 2001, p. 147.

Quinta fase da batalha:

Os Númidas foram enviados em perseguição do inimigo em fuga, enquanto a cavalaria de ordem cerrada de Asdrúbal formou novamente. No centro, os Romanos degeneraram em pouco mais do que uma multidão. Atacados repentinamente em cada flanco por um novo corpo de Líbios, o ímpeto de seu avanço perdeu-se. Gradualmente, os Gauleses e Hispânicos voltaram a formar, fechando-se em torno da massa do inimigo. O destino dos Romanos ficou selado quando Asdrúbal lançou uma série de cargas de cavalaria contra a sua retaguarda[3714].



Segundo o relato de Políbio[3715] Asdrúbal carregou em várias direções com um efeito devastador. Robert O'Connell[3716] refere que, à primeira vista, isto poderá parecer estranho visto que os triários, na retaguarda, deveriam estar bem equipados para se virarem e resistir, alinhando-se apoiados num joelho com os escudos encostados aos ombros e as suas longas lanças esticadas de modo a formar uma barreira impenetrável para os cavalos. Contudo, refere o mesmo autor, em vez da forte muralha dos triários, era bem mais provável que na retaguarda romana estivessem os 20.000 vélites, que se tinham retirado para a retaguarda dos manípulos pouco depois da batalha começar, na maioria jovens adolescentes, muito mal protegidos e, como todos os outros, com falta de espaço para arremessarem as lanças. Lívio[3717] relata que pontualmente alguns grupos de homens apresentaram ao ataque da cavalaria púnica uma muralha de pontas de lança, mas que, de um modo geral, carregaram sobre homens desorganizados e em pânico.

3714 GOLDSWORTHY, 2001, p. 150.
3715 PLB. 3.116.5-8.
3716 O´CONNELL, 2012, p. 191.
3717 LIV. 20.48.1-6.

Deste modo toda a infantaria pesada romana, bem como os vélites, que tinham iniciado os confrontos, viram-se cercados pelo exército de Aníbal. Deu-se então a completa aniquilação do exército mais poderoso que Roma jamais reunira. Os Romanos continuaram a combater sendo certo que, para muitos, a fuga era impossível. Os Cartagineses terão passado horas a chacinar o inimigo. As baixas do lado romano foram enormes, Lívio[3718] fala em 45.000 infantes e 2.700 cavaleiros mortos, a que devemos acrescentar 3.000 peões e 1.500 cavaleiros capturados, bem como os cerca de 17.000 homens que tinham ficado nos acampamentos romanos e que se renderam no dia seguinte. Particularmente graves foram as baixas verificadas ao nível dos oficiais superiores: Paulo, Gémino, Mínúcio Rufo, os dois questores dos cônsules, vinte e nove tribunos militares morreram, bem como oitenta senadores que deveriam aceder ao Senado no ano seguinte. Aníbal terá perdido 4.000 Gauleses, 1.500 Hispânicos e Líbios e 200 cavaleiros[3719].

[3718] LIV. 22.49.1-18.
[3719] GOLDSWORTHY, 2001, pp. 154-156; MONTEIRO, 2014, pp. 103-104.

ANEXO 3
BATALHA DE ADRIANOPLA

ANEXO 3

BATALHA DE ADRIANOPLA

9 de agosto de 378 d.C.

A partir do ano 364 d.C., a situação do Império Romano vai-se agravando exponencialmente devido ao aumento de intensidade das investidas contra o *limes*, sendo com frequência atacado por novos inimigos e em numerosas frentes simultaneamente[3720].

Amiano Marcelino relata que, em 364[3721]:

> «[…] At this time the trumpet as it were gave signal for war throughout the whole Roman world; and the barbarian tribes on our frontier were moved to make incursion on those territories which lay nearest to them. […]»,

Valentiniano, que fora proclamado Augusto a 26 de fevereiro de 364, designou para co imperador o seu irmão Valente apenas cerca de um mês depois, em 28 de março, dividindo então o Império em duas metades, ficando o primeiro com o Ocidente e o segundo com o Oriente e acordando enfrentar juntos as grandes convulsões que aquele então sofria[3722].

Com uma saúde débil, Valentiniano I não tinha condições físicas de enfrentar os seus inimigos em constantes campanhas. Tal levou a que, muito prematuramente, tivesse associado ao governo e à sua máquina militar o seu filho Graciano, permitindo um maior controle das fronteiras a ocidente[3723]. Valentiniano I foi conseguindo controlar a situação a Ocidente, mas após a sua morte inesperada, por um fulminante ataque apoplético, em 375, os seus territórios foram divididos entre os seus filhos Graciano e Valentiniano II.

No Oriente de Valente a situação agravava-se todos os anos, com os Godos a exercerem cada vez mais pressão sobre o *limes* danubiano e os Sassânidas a ousarem penetrar nos seus territórios. Desde o tempo de Constantino que existia um tratado de paz com os Godos, mas atendendo à constante degradação da situação militar provocada pelos Hunos, estes decidiram começar a infiltrar-se e a pilhar os territórios imperiais, desrespeitando quaisquer antigos acordos.

[3720] AMM. 31.3.1.
[3721] AMM. 26.4.5.
[3722] AMM. 31.3.1.
[3723] AMM. 27.6.1-9; ZOS. 4.12.

Gerou-se então o grande problema que veio a tornar-se o rastilho do desastre militar que o Império iria sofrer em Adrianopla pois, sem grandes condições para recusar o pedido do chefe godo Fritigerno, Valente acedeu à instalação de uma grande coligação daquele povo, a sul do Danúbio, nas províncias da Trácia e da Mésia.

Logo após a sua instalação, os muitos milhares de Godos começaram a ter problemas graves com a máquina administrativa romana[3724].

Os bárbaros, depois da já sua penosa travessia fluvial, viram-se confrontados com uma grave falta de víveres[3725], tendo então a administração romana tratado estas populações de forma ignominiosa, inflacionando muito o preço dos suprimentos[3726].

Dever-se-á, no entanto, ter em atenção que, apesar de terem entregue a maioria das armas, condição que lhes foi imposta para serem aceites nos territórios do Império, os Godos constituíam uma força guerreira considerável e que é bem possível que as estruturas militares romanas tenham visto com bastante apreensão a sua penetração em profundidade.

A entrada destes nas terras imperiais, na situação precária em que se encontravam, deve ter alertado de imediato os *limitanei*, e mesmo as populações para uma possível revolta goda em grande escala atendendo às condições sub-humanas em que chegavam e permaneciam. A continuação de tal estado de coisas gerou também uma profunda revolta nas populações bárbaras que viam assim vilipendiadas as condições dos acordos com Valente que, em troca da sua submissão e desarmamento, lhes prometera víveres e territórios

O rebentar de uma violenta guerra em larga escala, seria apenas determinada pela paciência e capacidade de sofrimento dos federados.

No ano de 378 a paciência de Fritigerno e dos seus guerreiros terminou[3727]. Com uma violência furiosa, incendiada por uma raiva surda acumulada durante quase dois anos, os Godos partiram para a guerra, pilhando, destruindo e matando as populações das províncias romanas da Trácia, da Panónia, da Macedónia e chegando mesmo a flagelar a Tessália[3728].

Valente deu início a uma grande mobilização de todos os seus recursos militares para a organização de um poderoso exército, já bem perto da origem do conflito, na própria província da Trácia.

[3724] RICHARDOT, 2001, p. 272.
[3725] AMM. 31.4.11-13.
[3726] LENSKI, 2002, p. 325-326.
[3727] MACDOWALL, 2001, p. 40.
[3728] LENSKI, 2002, p. 328

No ano de 376 foram tomadas diligências para proceder à rápida eliminação dos mentores da revolta, tendo sido feita uma tentativa, falhada, para assassinar Fritigerno e Alavivo, outro comandante godo[3729].

Em 377, cada vez mais apreensivo com o agravamento da situação, o imperador envia reforços para Adrianopla ordenando, alguns dias depois, que as suas tropas vindas nomeadamente da Arménia, Panónia e Transalpina, se começassem a organizar num grande corpo de exército. Para o seu comando designou oficiais enviados por Graciano, o general Frigerido e o comandante do corpo de domésticos (*comes domesticorum*) Ricomero, que faziam parte da sua guarda pessoal[3730].

O imperador decide então sair de Antioquia e com os seus *palatini*, deslocar-se para Constantinopla, demonstrando que estaria assim determinado à realização de uma grande batalha contra os Godos[3731]. A sua presença deveria servir de aviso aos bárbaros para uma guerra de grandes proporções e todas as suas movimentações indicavam que Valente estaria muito confiante num resultado favorável.

Por precaução, Valente solicita mesmo o auxílio ao imperador do Ocidente, pedindo, em finais de 377, ao sobrinho Graciano, que o venha ajudar na batalha que se torna cada vez mais iminente[3732].

Mantendo-se este estado de sítio durante meses, Valente deixa Constantinopla e, em princípios de agosto, vem instalar-se na cidade de Adrianopla, tendo acordado que esperaria aí a chegada do forte contingente com que Graciano se comprometera a auxilia-lo[3733].

Para começar a fazer uma avaliação da capacidade militar dos Godos, os Romanos iniciam algumas manobras de reconhecimento (*scouting*), que informam Valente que a força inimiga teria cerca de 10.000 homens em armas[3734]. Contudo este número de 10.000 guerreiros e seus aliados que foi fornecido pelos batedores ao alto comando romano revelou-se uma cifra completamente errónea.

Para além deste desastrado erro de inteligência, nota-se ainda o facto de ter sido reportado a Valente um número bastante reduzido de tropas montadas, visto que era precisamente este extenso grupo de milhares de homens que se encontrava fora do âmbito do acampamento, executando uma extensa manobra de forrageamento. É, pois,

---

[3729] LENSKI, 2002, p. 328; MONTEIRO, 2014, p.124.
[3730] MACDOWALL, 2001, pp. 48-49.
[3731] LENSKI, 2002, pp. 334-335.
[3732] MACDOWALL, 2001, pp. 55-56.
[3733] AMM. 31.11.2; LENSKI, 2002, p. 336.
[3734] AMM. 31.12.3; MACDOWALL, 2001, pp. 60, 63.

surpreendente que o comando romano tenha aceite com tanta displicência os números apresentados. Poder-se-ia mesmo dizer que é de estranhar que ao longo de muitos meses, para não dizer quase dois anos, em que as forças do Império conviveram com as inúmeras hordas dos Godos e seus aliados, onde se incluíam grandes grupos de Trevingos (Visigodos), Grutungos (Ostrogodos), de Alanos e mesmo dos temidos Hunos, não tivessem realizado uma estimativa mais realista do quantitativo que toda essa soma poderia atingir[3735].

Eventualmente Valente terá passado a encarar tal confronto com uma certa displicência, provavelmente achando que nem se justificaria um adiamento que permitisse a chegada do exército de Graciano.

Embora seja sempre problemática a avaliação dos efetivos que constituíam o exército romano, sabemos que os números indicados pelas fontes clássicas, que nos apontam para cerca de 60.000 homens, deverão estar manifestamente inflacionados.

Quando tentamos fazer uma avaliação crítica mais pormenorizada do seu quantitativo, somos de imediato levados a conjeturar que este deveria ser bem mais reduzido, remetendo-nos para uma cifra de apenas 10.000 legionários ou talvez, admitindo a hipótese de MacDowall, 15.000 soldados no total[3736]. Teríamos assim cerca de 2.500 cavaleiros, com um pouco mais de metade destes efetivos pertencentes ao exército de manobra *equites comitatenses* e os restantes ao grupo de *equites palatini.* O exército romano seria formado ainda por 11.000 infantes de elite com *palatinae* e seus correspondentes auxiliares. Num grupo mais restrito, poder-se-iam apontar por fim 1.500 homens enquadrados em três batalhões das *scholae palatinae* que formariam a nova guarda imperial, responsáveis pela proteção direta do imperador em batalha.

Ainda indeciso quanto a melhor altura para intervir, Valente mandou reunir o Conselho de oficiais que na sua maioria defendeu que se avançasse de imediato para o confronto com os Godos sem aguardar a chegada de Graciano atendendo provavelmente à grande superioridade que teriam. Convencidos disto e por lisonja ao imperador, não foi dado crédito a opinião do próprio Vitor, o prudente comandante militar do Oriente, que teria uma noção bem mais realista do difícil confronto que iria ter lugar[3737].

Valente e o seu exército, disposto já ao confronto, iniciaram a sua longa marcha de 13 quilómetros, logo ao alvorecer do dia 9 de agosto de 378[3738]. Caminharam durante toda a

[3735] BACHRACH, 1973, pp. 29, 30.
[3736] MACDOWALL, 2001, p. 60.
[3737] AMM. 31.12.5-7; MACDOWALL, 2001, p. 65.
[3738] LENSKI, 2002, p. 338.

manhã sob o inclemente sol do verão trácio, sob o peso e desconforto das suas pesadas armas e armaduras. Por volta das duas horas da tarde, os primeiros elementos do exército romano avistaram o acampamento do adversário, estando ainda a retaguarda da sua coluna muito afastados desse local. Começaram a dispor-se de imediato na sua típica formação de batalha, começando por distribuir a cavalaria da ala direita, seguindo-se os corpos da infantaria, que se foram organizando progressivamente à esquerda, conforme atingiam o local. Precipitando a necessidade de uma investida contra os Godos, Valente organizou rapidamente o exército, debaixo de um calor sufocante e sem dar tempo aos seus homens para descansarem da longa marcha ou sequer tomarem uma refeição.

Logo após os Godos terem visto a aproximação das primeiras tropas romanas, começaram de imediato a organizar as suas defesas, dispondo as suas carroças e haveres numa vasta formação circular típica do seu sistema de defesa[3739]. O *carrago* germânico, ou círculo de carroças de transporte que poderia atingir, neste caso, dois a três quilómetros de diâmetro, com os animais desatrelados e guardados dentro do círculo[3740], e que em geral, como aqui, era organizado num lugar elevado, permitia que no seu interior ficassem mais protegidos da investida dos inimigos as crianças, as mulheres e os velhos, enquanto os guerreiros combatiam nas suas imediações. É bem possível que dentro do *carrago* estivessem mais de 30.000 indivíduos. Segundo Simon MacDowall, estamos a falar de 2.000 a 5.000 carroças, albergando um total de 30.000 pessoas (incluindo mulheres, crianças e outros não combatentes), atendendo a um fator de proporcionalidade para o cálculo do número dos seus guerreiros[3741]. Este agrupamento de homens maioritariamente constituído por Tervingos, comportava também consideráveis conjuntos de elementos de outras etnias e até mesmo de desertores do exército romano. Deveria incluir, segundo a análise de Julio Rodríguez González, cerca de 1.000 cavaleiros pesados visigodos, provavelmente pertencentes ao séquito pessoal de Fritigerno, a que se somariam mais outros 2.500 cavaleiros pesados ostrogodos divididos em unidades de 500 homens, onde é bem possível que se integrassem também Alanos e Hunos[3742]. Poderemos compreender a importância das tropas montadas do exército de Fritigerno quando somamos a este já considerável

[3739] AMM. 31.12.11.

[3740] Segundo Simon Macdowall dos 2.000-5.000 carros estimados resultaria uma linha de 15 km de comprimento em fila simples, o que corresponderia a um dia de marcha. MACDOWALL, 2001, pp. 68-69.

[3741] MACDOWALL, 2001, pp. 68-69.

[3742] BACHRACH, 1973, pp. 29-30; GONZÁLEZ, 2005, (*Hadrianopolis* III), pp. 213-214.

contingente de cavaleiros pesados, os corpos da cavalaria ligeira onde podemos ainda registar o número de mais 1.500 arqueiros alanos e uns 500 arqueiros dos Hunos[3743].

Ora é precisamente a grande maioria destes corpos de cavalaria que não se encontravam no acampamento bárbaro durante os dias que precederam as manobras militares, levando assim ao desastrado relatório de reconhecimento romano que foi levado a Valente.

O chefe godo luta contra o tempo pois nem todas as tropas que convocara estavam nas proximidades e, consequentemente, ainda não se lhe tinham juntado. Toma então a decisão de enviar negociadores aos Romanos aparentemente para tentar negociar a paz, mas, de facto, para ganhar tempo, como é referido por Amiano[3744].

O próprio imperador tem, pela sua parte, boas razões práticas para tentar protelar um pouco mais a refrega, esperando que os restantes elementos da sua enorme coluna de marcha tenham tempo para atingir pelo menos as imediações do acampamento godo e assim integrarem-se ordenadamente na sua ordem de batalha[3745].

É neste prolongado compasso de espera em que ambas as partes encenam uma genuína vontade de assinar a paz, que se vai dar o que poderíamos classificar como a primeira manifestação prática de que estamos perante manobras de diversão e que a secreta vontade de ambos pende para a realização de um confronto.

Sem nenhuma razão que o justificasse, os Godos incendeiam de repente as matas que rodeavam o seu acampamento, provocando uma enorme nuvem de fumo que, pela direção do vento, irá ser empurrada estrategicamente em direção à formação romana, criando dificuldade na visibilidade e provavelmente na própria respiração dos legionários[3746]. O aumento da densidade atmosférica provocado pelo espesso fumo, aumentaria igualmente o desconforto do exército romano, já bastamente martirizado pela jornada de vários quilómetros e por estar couraçado com as suas pesadas armaduras sob o sol escaldante de uma tarde de verão.

O exército romano continuava a concentrar-se à medida que os seus corpos chegavam à planície. Não lhes tendo sido possível tomar qualquer alimento desde a sua partida. entravam nas suas posições de combate, nada mais podendo fazer além de esperarem uma

[3743] Provavelmente estes consideráveis e multiétnicos contingentes de cavalaria pesada deveriam mesmo constituir, maioritariamente, a guarda pessoal dos diferentes chefes bárbaros, que se juntaram a Fritigerno para se defenderem da possível investida romana.
[3744] AMM. 31.12.13.
[3745] AMM. 31.12.12-13; MACDOWALL, 2001, pp. 69-70.
[3746] AMIANO MARCELINO, 2016, XXXI.XII.13.

resolução superior[3747]. Tendo apenas recebido ordem para começarem a fustigar as linhas godas à distância, pois nem sequer estava ainda completa a ordem de batalha romana, duas *turmae* de arqueiros montados e membros dos *scutarii* da guarda imperial sob o comando de Cássio e Bacúrio vão dar início a um processo que se irá tornar imparável[3748].

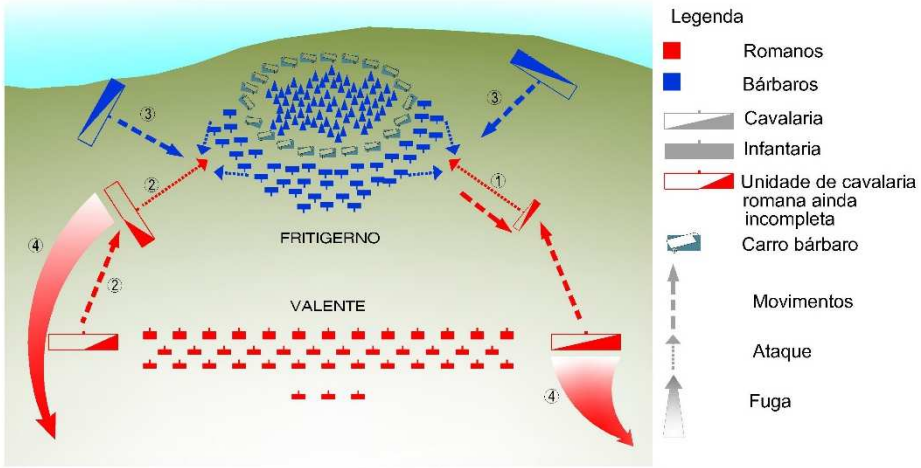
É assim de forma extemporânea que se irá dar o início da grande Batalha de Adrianopla, que se tornará o maior desastre militar do Império Romano desde Canas, segundo a opinião de Amiano Marcelino[3749].

A BATALHA

Os desenhos que se apresentam são da nossa autoria, tendo por base a obra do Professor Doutor João Gouveia Monteiro - *Grandes Conflitos da História da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme "O Conquistador"*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014, p. 131.

BATALHA DE ADRIANOPLA - 9 DE AGOSTO DE 378 d.C.

1ª - 4ª FASES



1. Ataque extemporâneo da cavalaria romana (ala direita). 2.Unidade de cavalaria romana ainda incompleta tenta ajudar (ala esquerda). 3. A cavalatia bárbara inrompe no campo de batalha. 4. Cavalaria romana desbaratada põe-se em fuga.

[3747] AMIANO MARCELINO, 2016, XXXI.XII.13.
[3748] AMIANO MARCELINO, 2016, XXXI.XII.16; MACDOWALL, 2001:73.
[3749] AMIANO MARCELINO, 2016, XXXI.XIII.19.

Primeira fase da batalha:

A importante batalha começou de forma descoordenada com o ataque inconsequente da cavalaria romana que não foi apoiada pelo avanço imediato dos outros corpos de infantaria do seu exército. O isolamento tático do avanço da carga inicial das unidades de cavalaria e arqueiros montados de Valente permitiu que os Godos concentrassem sobre eles grande parte dos seus recursos defensivos, fazendo com que fossem totalmente rechaçados. Violentamente atacados pelos defensores, foram obrigados a recuar desordenadamente. A precipitação da retirada destas muitas centenas de cavaleiros fez com que o seu recuo se fizesse contra a disciplinada infantaria do flanco direito que ainda permanecia à espera de uma ordem de ataque, não só semeando alguma desordem, mas também criando dificuldade na sua perceção dos acontecimentos por reduzir o seu ângulo de visão do inimigo[3750].

Segunda fase da batalha:

Terá sido provavelmente neste momento dada a ordem para que a cavalaria romana da ala esquerda, recentemente chegada à ordem de batalha, fizesse a sua investida para tentar contrabalançar o desequilíbrio que já se verificava[3751]. Embora não saibamos quem comandava estas unidades de cavalaria posicionadas na ala esquerda, estas deveriam ser constituídas por um forte contingente de cavalaria pesada e arqueiros montados, o que permitiu um considerável sucesso, conseguindo mesmo penetrar até ao *carrago* godo.

Segundo o que nos deixa entender Amiano Marcelino, este oportuno ataque da cavalaria da ala esquerda romana teria mesmo tido condições de ser bem sucedido na penetração das defesas godas se o seu considerável esforço tivesse tido o apoio fornecido por um novo ataque da cavalaria da ala direita ou mesmo pela infantaria da ala esquerda romana[3752], mas esta ainda não teria chegado sequer ao cenário da contenda devido a serem os últimos corpos da coluna de marcha.

Neste momento decisivo, em que tudo parece estar ainda em aberto para definir o desfecho da batalha, acontece algo que irá transformar em tragédia os restantes momentos do confronto.

[3750] AMM. 31.12.17; MACDOWALL, 2001, p. 73.
[3751] AMM. 31.13.2; MACDOWALL, 2001, p. 76.
[3752] AMM. 31.13.2; MACDOWALL, 2001, p. 76.

Terceira fase da batalha:

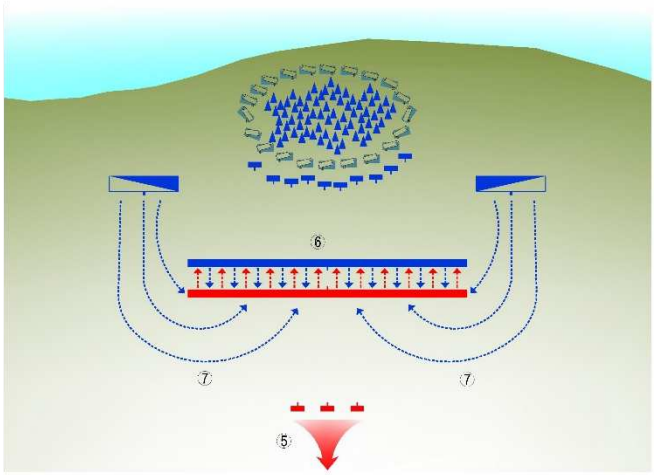
Do cimo das colinas que bordejavam a planície em convulsão, os Romanos vêm então descer muitos milhares de cavaleiros grutungos (ostrogodos) sob o comando de Alateu e milhares de Alanos sob o comando de Safrax, que se precipitam audaciosamente sobre o exército romano[3753].

O fulgor com que os Romanos poderiam estar na refrega, deve ter sofrido um abalo emocional intenso ao compreenderem que poucas possibilidades teriam de vencer tantos e tão inesperados inimigos.

Quarta fase da batalha:

O surpreendido exército romano tentou ainda resistir, mas rapidamente a sua formação se viu fragmentada e sob uma tão notória inferioridade numérica, foram perdendo a capacidade de lutar para vencer, passando gradativamente para a tentativa de assegurar a sua mera sobrevivência, dando-se a debandada da cavalaria romana, "cedendo e sucumbindo como um muro que rebenta"[3754].

5ª - 7ª FASES



5. A reserva romana foge do campo de batalha. 6. Dá-se o choque das infantarias.
7. A cavalaria bárbara, numa manobra de envolvimento, destroça a infantaria romana.

Quinta fase da batalha:

A única forma que o exército romano teria de ainda conseguir enfrentar aquele inferno seria o de fazer entrar no combate unidades de reserva, cuja utilização é marca igualmente distintiva da sua organização militar em combate. Esta Batalha de Adrianopla não foi exceção, tendo para tal sido deixado na retaguarda um considerável corpo de infantaria pesada que era constituído por efetivos aliados da tribo dos Batavos, que deveriam funcionar como reserva estratégica. No entanto, este importante corpo de aliados germânicos do baixo Reno, assim que compreendeu a desesperada situação que o exército romano protagonizava, apenas umas centenas de metros

[3753] AMM. 31.12.17; BACHRACH, 1973, p. 30.
[3754] AMM. 31.13.2.

à sua frente, não só não interveio para tentar mudar o rumo da refrega, como debandou, dispersando-se em fuga e levando consigo a última esperança do imperador[3755].

Sexta fase da batalha:

As tropas apeadas godas, que até então se haviam mantido no planalto, sob a proteção do *carrago*, receberam ordem de Fritigerno para descerem e intervirem diretamente na batalha[3756]. Os infantes romanos aceitaram o repto desta infantaria bárbara que entrava agora na refrega, lutando os Romanos com a necessidade e urgência de quem se sente encurralado e com escassas possibilidades de sobreviver. Dever-se-á notar que só tão tardiamente os principais corpos do exército romano, que formavam a famosa infantaria pesada, tinham a possibilidade de entrarem em confronto com os seus adversários apeados.

Sétima fase da batalha:

Apesar dos legionários romanos e as forças a pé auxiliares estarem bem treinados e conhecerem o tipo de luta dos Godos, tendo assim a possibilidade de responder com bastante eficácia perante a infantaria bárbara, a cavalaria goda não lhes dava descanso, permanecendo a fustigar intensamente os seus flancos e retaguarda, numa manobra de envolvimento.

Cada vez mais comprimidos no terreno, a situação começou a colapsar de forma dramática, especialmente sob a ala esquerda onde as fragilidades da cavalaria romana tinham sido maiores e onde se tinham aberto grandes brechas nas defesas por onde investiram em massa os Godos. O soldado romano, que tinha como apanágio a observação disciplinada das suas linhas, pouco poderia fazer contra uma total fragmentação das suas formações, nomeadamente quando tal se articulava em simultâneo com uma progressiva falta de espaço para manusearem as suas armas. Amiano Marcelino diz-nos que a infantaria romana já estava completamente desprotegida e os soldados "tão apertados uns contra os outros que dificilmente algum deles conseguia brandir a sua espada ou recuar o seu braço depois de já o ter esticado"[3757].

A infantaria romana era assim constantemente fustigada pelas grandes hordas de arqueiros apeados godos e pela cavalaria alana e huna, que disparavam sem parar sobre a sua massa compacta, que assim apertada permitia que os projéteis fizessem incontáveis baixas.

[3755] MACDOWALL, 2001, p. 80.
[3756] MACDOWALL, 2001, p. 77.
[3757] AMM. 31.13.2-3.

Minuto após minuto foi-se quebrando toda a resistência romana, com os bárbaros, confiantes já numa vitória esmagadora, investindo de forma cada vez mais ousada, atacando agora em grandes formações, matando e pisoteando homens, corpos, cavalos e "comprimindo de tal modo as nossas fileiras que uma retirada organizada se tornava impossível. Os nossos homens estavam demasiado apertados uns contra os outros para que pudessem ter alguma esperança de escapar. Por isso, decidiram morrer como heróis enfrentando os golpes dos inimigos e acometendo os atacantes"[3758].

"Nesta matança recíproca, eram derrubados tantos que o campo estava coberto com os corpos dos mortos ao mesmo tempo que os gemidos dos que estavam a morrer e os dos gravemente feridos enchiam todos aqueles que os ouviam de um medo horroroso"[3759].

Poucas esperanças de fuga poderiam ainda ter os Romanos que pretendessem salvar-se, pois os grupos de cavaleiros godos, com grande mobilidade na planície, praticamente inviabilizavam tal tentativa. Conscientes de que não lhes restaria muito mais do que esperarem a morte, muitos preferiam encetar investidas de caráter suicida, como nos refere Amiano Marcelino[3760]:

> «[…] Amidst all the great tumult and confusion, our infantry were exhausted by toil and danger, till at last they had neither strength left to fight, nor spirits to plan anything; their spears were broken by the frequent collisions, so that they were forced to content themselves with their drown swords, which they thrust into the dense battalions of the enemy, disregarding their own safety and seeing that any possibility of escape was cut off from them. The ground, covered with streams of blood, made their fleet slip, so that all that they endeavoured to do was to sell their lives as dearly as possible; and with such vehemence did they resist their enemies who pressed on them, that some were even killed by their own weapons. At last, one black pool of blood disfigured everything, and wherever the eye turned, it could see nothing but piled-up heaps of dead, and lifeless corpses trampled without mercy. […]»

O morticínio foi medonho e se temos notícia de que alguns oficiais conseguiram escapar, tal como Ricomero, Vítor e mesmo Saturnino, isso poder-se-á talvez dever à sua posição recuada na abertura da refrega e a possivelmente terem abandonado o terreno logo que se aperceberam da fuga do importante corpo de reserva dos aliados Batavos. No entanto, o imperador, tal como o *magister peditum* Sebastião, bem como mais de 30 tribunos, não

[3758] AMM. 31.13.3, 5.
[3759] AMM. 31.13.4.
[3760] AMM. 31.13.5-6.

tiveram a mesma sorte, tendo Valente desde então desaparecido, o que nos assegura que terá sido morto, embora nunca se tenha encontrado o seu corpo[3761].

Segundo Amiano Marcelino, Valente foi atingido por uma seta que lhe causou de imediato a morte[3762], mas na versão do historiador hispânico cristão Paulo Orósio, na sua célebre *Historiarum libri VII adversus paganos*, ele teria sido ferido e ainda levado por uma escolta sua até uma casa nas imediações do campo de batalha, que logo depois os Godos teriam cercado e incendiado[3763].

O desastre que se abateu sobre o exército romano foi algo de indiscritível, com mais de dois terços dos seus homens mortos, feridos ou feitos prisioneiros[3764], entre eles estavam os oficiais Trajano e Sebastião, bem como 35 tribunos. As estimativas apontam para o número de cerca de 10.000 homens, entre mortos e capturados, grande parte deles pertencentes ao escol das tropas romanas, acabaram por corporizar uma cifra decisiva para entibiar de forma definitiva a capacidade militar do Império[3765].

[3761] ZOS. 4.24.
[3762] AMM. 31.13.12; MACDOWALL, 2001, p. 80.
[3763] MACDOWALL, 2001, p. 80; MONTEIRO, 2014, p. 134.
[3764] LENSKI, 2002, p. 339.
[3765] AMM. 31.13.14, 18; MACDOWALL, 2001, p. 80; HALSALL, 2012, p. 250)

ANEXO 4
BATALHAS ENTRE LEGIÕES E EXÉRCITOS DE PERFIL FALANGÍSTICO ENTRE 200 E 168 a.C.

BATALHAS ENTRE LEGIÕES E EXÉRCITOS DE PERFIL FALANGÍSTICO ENTRE 200 E 168 a.C.												
ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			G. MEDITERRÂNEO ORIENTAL			3ª GUERRA MACEDÓNICA			PRESENÇA FALANGE	
		Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	INTERV.	S/ INTERV.
200	CORRAGUS	1										
200	GERRUNIUS	1										
200	ORGESUS	1										
200	ANTIPATREA	1										
200	CNIDOS	1										
200	L. I. 238	1										
200	ATHACUS	1										
200	L. I. 239	1										
200	L. I. 240 gládio			1								
200	OTTOLOBUS	1										
200	ACANTOS	1										
200	CASSANDREA I		1									
200	CITNOS			1								
200	ORFLIS II	1										
200	LARISSA CREMASTE I	1										
200	L. I. 241	1										1
200	CELETRUM	1										
200	PELION	1										
199	AOUS I	1										
198	L. I. 245			1								
198	AOUS III	1										
198	ERETRIA	1										
198	PHAECA	1										
198	GOMPHI I	1										
198	PHALORIA	1										
198	AEGINIUS I			1								
198	CENCHREAE	1										
198	ATRAX			1							1	
198	ANTICYRA II	1										
198	DAULIS	1										
198	ELATAIA I	1										
198	CORINTHUS I			1								
197	LEUCADE I	1										
197	THERAE I			1								
197	PHERAE	1										1
197	CYNOSCEPHALAE	1									1	
190	ABYDOS						1					
190	EPHESUS I					1						
190	PATARA I				1							
190	IASUM						1					
190	PHOCAEA I						1					

BATALHAS ENTRE LEGIÕES E EXÉRCITOS DE PERFIL FALANGÍSTICO ENTRE 200 E 168 a.C.												
ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			G. MEDITERRÂNEO ORIENTAL			3ª GUERRA MACEDÓNICA			PRESENÇA FALANGE	
		Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	INTERV.	S/ INTERV.
190	MYONNESUS				1							
190	SYDE I				1							
190	PHOCAEA II				1							
189	MAGNESIA				1						1	
189	TABAE				1							
189	ERIZA				1							
189	L. I. 272				1							
189	L. I. 273				1							
189	L. I. 274				1							
189	ISINDA				1							
189	CIRMASA				1							
189	CUBALLUM				1							
189	OLYMPUS				1							
189	ANCYRA				1							
189	MAGABA				1							
188	CYPSELA					1						
188	TEMPYRA				1							
188	L. I. 276				1							
188	PATARA II				1							
171	HALIARTUM							1				
171	L. I. 302									1		1
171	CALLINICUS									1	1	
171	ALOPE PHTIODIS							1				
171	CHAERONEA II							1				
171	LARISSA CREMASTE II									1		
171	L. I. 303									1		1
171	PHALANNA								1			1
171	L. I. 304									1	1	
171	MALLOEA							1				
170	ABDERA							1				
170	L. I. 306								1			1
170	OREUS III								1			
169	L. I. 308								1			
169	VSCANA I								1			
169	VSCANA II								1			
169	VSCANA III								1			
169	PHANOTA								1			
169	LAPATHI									1		
169	ANTIGONEA							1				
169	CASSANDREA II									1		
169	TORONIS									1		

BATALHAS ENTRE LEGIÕES E EXÉRCITOS DE PERFIL FALANGÍSTICO ENTRE 200 E 168 a.C.												
ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			G. MEDITERRÂNEO ORIENTAL			3ª GUERRA MACEDÓNICA			PRESENÇA FALANGE	
		Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	Vit. Rom.	Derr. Rom.	Inconclus.	INTERV.	S/ INTERV.
169	MELIBOEA I									1		
168	SCODRA							1				
168	L. I. 309							1				
168	L. I. 310							1				
168	ELPEUS							1				
168	PETRAE							1				
168	PYDNA I							1			1	
168	AEGINIUS II								1			
168	MELIBOEA II							1				
TOTAIS		28	1	7	19	2	3	13	9	9	6	6
TOTAIS POR CATEGORIAS		36			24			31			12	
TOTAL GLOBAL		91										

TOTAL DE VITÓRIAS ROMANAS - 60

TOTAL DE DERROTAS ROMANAS - 12

TOTAL DE BATALHAS INCONCLUSIVAS - 19

ANEXO 5
GESTO TÉCNICO

ANEXO 5
GESTO TÉCNICO

Nota: O método referido neste estudo para a análise do gesto técnico, o UCOTrack, é um sistema de captação e análise de imagem, com a finalidade de obter informação quantitativa da mesma, baseado em tecnologia desenvolvida na Universidade de Córdova, na *Consejería de Salud de la Junta de Andalucía* e o *IMIBIC (Instituto Maimónides de Investigación Biomédica de Córdoba)*.

http://www.ucotrack.es/joomla/index.php/es/menu-gesto-tecnico

GESTO TÉCNICO

El gesto técnico deportivo es una de las cosas más importantes para el deportista al practicar un deporte. Este gesto se compone de una serie de movimientos encadenados que se ejecutan con un objetivo final. Realizar este gesto de forma eficiente y eficaz hará que el gesto sea de más o menos calidad e influirá directamente en el resultado obtenido.

El gesto técnico deportivo suele tener una duración de entre 0.2 y 0.4 segundos donde el ojo humano es imposible que pueda ver toda la cadena del movimiento realizado con un detalle preciso para poder analizarlo. UCOTrack al ser un sistema de captura y análisis de movimiento basado en la grabación de imágenes en cámaras de alta velocidad permite a través de su software analizar el gesto técnico con una gran precisión obteniendo informes personalizados con los valores de los parámetros más relevantes e importantes del gesto: velocidades, ángulos, distancias, etc.

Por tanto UCOTrack es una herramienta perfecta para entrenadores/investigadores y atletas que permite un análisis detallado y preciso del gesto técnico deportivo. Este análisis permitirá al atleta, en primera instancia, apreciar la calidad de su gesto; en segunda instancia, analizarlo para poder mejorar en los puntos donde sea deficiente; y en tercera instancia observar patrones de movimiento que puedan resultarles lesivos.

Analizar a deportistas de calidad como modelo es de gran utilidad para obtener los parámetros de su gesto técnico. Esto ofrece un modelo de movimiento de referencia para que

los deportistas de categorías base y/o de menor calidad puedan seguir instrucciones de su entrenador con el fin de asemejar sus movimientos a los del deportista modelo.

Los resultados obtenidos en nuestros estudios demuestran la importancia de tener un análisis detallado y preciso del gesto capturado por estos sistemas tanto para el atleta como para el entrenador.

http://www.ucotrack.es/joomla/index.php/es/menu-quienes-somos

QUIENES SOMOS

UCOTrack (c) es un sistema basado en tecnología desarrollada en el seno de la Universidad de Córdoba, la Consejería de Salud de la Junta de Andalucía y el IMIBIC (Instituto Maimónides de Investigación Biomédica de Córdoba).

Desde hace unos quince años investigadores de esta Universidad vienen trabajando en sistemas basados en imagen artificial. Fruto de ello han sido diferentes aplicaciones que analizan la imagen para obtener información cuantitativa de la misma. Estos sistemas de medida basado en imagen se fueron ampliando utilizando diferentes técnicas de adquisición de imagen, video en alta velocidad, tres dimensiones, análisis biocinemático, etc. hasta constituir lo que es hoy en día UCOTrack.

En 2012 se crea iSAB, S.L. (Ingeniería de Sistemas y Análisis Biomecánico) como Spin-Off Universitaria. Se incorporan a esta empresa diversos estudiantes recién licenciados y empresarios del mundo de las TIC. Es iSAB la que explota el Know-How nacido de la Universidad de Córdoba y aplicado en el Servicio Andaluz de Salud.

http://www.ucotrack.es/joomla/index.php/es/lang-es-como-funciona-lang-lang-en-how-it-works-lang

¿ CÓMO FUNCIONA ?

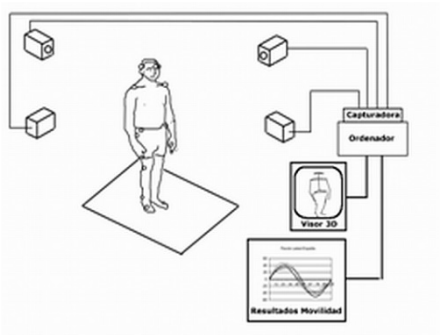
La Medida del Movimiento (Motion Mesurement) es un término utilizado en biomecánica para describir la recolección y el análisis de datos de cualquier tipo de movimiento en 2D y 3D. Estos datos se recogen a partir de cámaras de vídeo, dispositivos magnéticos, mecánicos y de otros tipos; y son procesados para calcular desplazamientos lineales y angulares, velocidades, aceleraciones, etc. y en general cualquier parámetro cinemático calculado en función de las posiciones de determinados puntos en el espacio y en el tiempo.

Un grupo de investigadores de la Universidad de Córdoba hemos desarrollado un sistema innovador de captura del movimiento 3D basado en vídeo al que hemos denominado UCOTrack (anteriormente SOMCAM3D).

Resultados obtenidos por este sistema ha sido presentado en los más importantes congresos nacionales e internacionales centrados en el campo de la reumatología (SER y EULAR). Los resultados obtenidos muestran un grado de precisión suficiente para la aplicabilidad deseada. Además de utilizarse en el ámbito clínico se ha utilizado en el ámbito veterinario, especialmente en caballos. Así mismo se han realizado experiencias con estudios sobre el rendimiento deportivo con proyectos financiados por el Consejo Superior de Deportes.

DESCRIPCIÓN DEL SISTEMA

Los sistemas de captura del movimiento basado en vídeo, se basan en la colocación de marcas reflectantes en puntos concretos del sujeto a medir al cual se le pide que haga ciertos movimientos. El sistema produce posiciones espaciales tridimensionales a través de procesos de reconstrucción y técnicas de visión artificial de las imágenes provenientes de varias cámaras de vídeo sincronizadas. A partir de estas posiciones se puede generar gran cantidad de información cinemática (posiciones, ángulos, distancias, etc.).



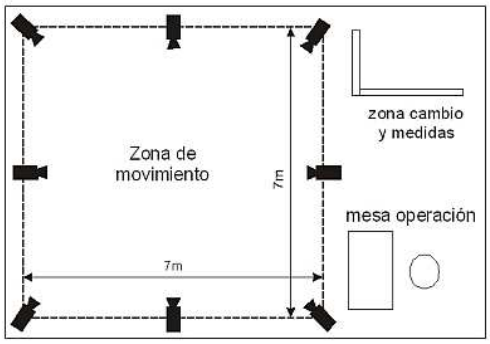
INSTALACIONES

Para la captura de movimiento se utilizan videocámaras digitales sincronizadas y conectadas a un ordenador central utilizando. El número de cámaras utilizadas puede variar, dependiendo del ensayo, entre 2 a 8 cámaras. Estas cámaras se fijan al techo del laboratorio o se colocan sobre trípodes de forma que el cableado no moleste en el movimiento del sujeto a medir ni a los operadores del sistema.

El posicionamiento de estas cámaras es fundamental ya que deben cubrir todo el espacio donde se mueve el sujeto de forma que las marcas que se colocan sobre este se vean al menos

desde dos de ellas. Esto provoca que las cámaras deban estar separadas del sujeto unos 3m como mínimo.

Como se comentó anteriormente UCOTrack puede trabajar en exteriores ya que es un sistema totalmente portable. Pero en muchos casos nos puede ser interesante montar un laboratorio de forma estable. Debido a estos requerimientos el área diáfana necesaria para el laboratorio es de unos 7m de ancho por 7m de largo y 2,5m de alto. Estas dimensiones son ideales, si bien un espacio de 6x5m pudiese ser suficiente. A esta área de trabajo hay que añadir otro espacio más para la instalación del ordenador central al que están conectadas las cámaras y donde el operador controla el sistema. Así mismo, se necesita otra área para ser usada como cambiador y para tomar medidas antropométricas del sujeto. En total se recomienda una habitación de unos 60 m2, (como mínimo 30 m2).



En cuanto al equipamiento se necesita un PC con gran capacidad de almacenamiento y proceso, unas 4 cámaras con puerto digital, focos de iluminación, material retroreflectivo para los marcadores, y todo el cableado necesario para interconectar los equipos. También puede ser necesaria la instalación de una cinta de caminar motorizada para estudios de análisis del paso o carrera.

ANEXO 6
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MENOR ESTATUTO DIVINO DE ARES NO PANTEÃO OLÍMPICO.
EXTRATOS DA ILÍADA.

ANEXO 6
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MENOR ESTATUTO DIVINO DE ARES NO PANTEÃO OLÍMPICO. EXTRATOS DA ILÍADA.

6.1. Passagem da Ilíada onde é narrado o prolongado cativeiro do deus Ares que teria sido capturado por Oto e Efialtes. Dir-se-ia que o seu sofrimento, que aparentemente o poderia ter conduzido à morte, seria pouco digno do estatuto de um deus, especialmente quando este era o mentor da guerra. Note-se ainda que, o seu papel está tão diminuído apesar das suas putativas capacidades marciais, que a sua liberdade não é conseguida por moto próprio, mas apenas é viabilizada pela intervenção do deus Hermes.

HOMERO – *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia, 2005, 5.ª edição 2012. Tradução de Frederico Lourenço. Canto V.385-391, p. 116.

Sofreu Ares, quando Oto e o possante Efialtes,
filhos de Aloeu, o prenderam com fortes correntes:
treze meses ficou ele preso num jarro de bronze.
Então teria perecido Ares que da guerra não se sacia,
se a madrasta deles, a lindíssima Eribeia,
não tivesse avisado Hermes: foi ele que às escondidas
tirou Ares, já desesperado, pois as correntes o esmagavam.

6.2. Passagem da Ilíada que demonstra a perda de estatuto de Ares, enquanto deus da guerra selvagem, relativamente à competência militar de Atena, mentora da guerra disciplinada. O deus é ferido pelo grego Diomedes, guiado pela mão de Atena que surge aqui com o papel de sua auxiliadora.

HOMERO – *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia, 2005, 5.ª edição 2012. Tradução de Frederico Lourenço. Canto V.827-863, pp. 129-130.

não receies tu Ares por esse motivo, nem outro
dos imortais, a tal ponto sou eu tua auxiliadora.
Mas contra Ares conduz primeiro os cavalos de casco não fendido:
fere-o de perto e não receies Ares furioso que aqui desvaira,
esse forjado flagelo, todas as coisas para todos os homens!
Ele que antes falou comigo e com Hera como se
fosse combater contra os Troianos e ajudar os Argivos;
mas agora está no meio dos Troianos, esquecido de tudo isto."

Assim falando, a deusa atirou do carro Esténelo ao chão,
puxando-o para trás com a mão; e ele saltou, álacre.
Então subiu ela para o carro, para junto do divino Diomedes,
uma deusa ávida de combater. Rangeu alto o carvalhoso
eixo das rodas, pois o carro levava uma deusa e um nobre guerreiro.
Agarrou o chicote e as rédeas Palas Atena e de imediato
conduziu contra Ares os cavalos de casco não fendido.

Ora Ares estava a despir das suas armas o musculoso Perifante,
de longe o melhor dos Etólios, glorioso filho de Oquésio:
era a ele que despia Ares, coberto de sangue. Mas Atena pôs
na cabeça a gorra de Hades, para que Ares poderoso não a visse.
E quando Ares, flagelo dos mortais, viu o divino Diomedes,
deixou jazente onde estava o musculoso Perifante,
no mesmo local onde o abatera e lhe tirara a vida,
e foi direto contra Diomedes domador de cavalos.

Quando estavam já perto, avançando um contra o outro,
Ares arremeteu por cima do jugo e das rédeas dos cavalos
com a lança de bronze, desejoso de o privar da vida.

Com sua mão segurou a lança Atena de olhos garços,
e atirou-a por cima do carro para seguir seu vão caminho.
Em seguida arremeteu Diomedes, excelente em auxílio,
com a lança de bronze; e apressou-a Palas Atena
até ao baixo-ventre, onde o cingia uma mitra protetora.
Foi aí que o atingiu e feriu, rasgando a linda pele;
de novo retirou a lança. Urrou então o brônzeo Ares,
como urram nove mil ou dez mil homens
na guerra, que se juntam no conflito de Ares.
E um tremor dominou os Aqueus e os Troianos aterrados,
de tal forma urrou Ares que da guerra não se sacia.

6.3. Nesta passagem da Ilíada Ares desalentado, após ser ferido por Diomedes, sobe ao monte Olimpo onde se queixa ao seu pai Zeus das façanhas de Atena que este incentiva e protege. No entanto, Ares é até violentamente invetivado pelo seu pai quanto ao seu carácter, sendo mesmo por ele apodado de odioso e que o seu comportamento demonstra um feitio insuportável e inflexível que teria possivelmente sido herdado da sua mãe Hera.

HOMERO – *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia, 2005, 5.ª edição 2012. Tradução de Frederico Lourenço. Canto V.867-898, pp. 130-131.

lançando-se por meio das nuvens na celestial vastidão.
Depressa chegou à sede dos deuses, ao escarpado Olimpo,
ao lado de Zeus Crónida se sentou, desalentado;
indicou o sangue imortal que fluía da ferida
e lamentando-se proferiu palavras apetrechadas de asas:

"Zeus pai, não te enfureces ao veres tais façanhas?
Bem frigidamente nós os deuses sempre sofremos
por vontade uns dos outros, por darmos aos homens favores.
Contigo estamos todos em conflito, pois geraste a virgem
desvairada e funesta, que atos injustos sempre intenta.

É que todos os outros, que são deuses no Olimpo,
te obedecem; e a ti estamos, cada um de nós, sujeitos.
Porém a ela não queres ligar, nem por palavras nem atos,
mas dás-lhe incentivo, porque tu próprio geraste tal filha maligna.
Agora ao filho de Tideu, ao arrogante Diomedes,
ela deu incentivo, para que lutasse contra os deuses imortais.
Foi Cípris que ele feriu primeiro, no pulso da mão,
e depois contra mim arremeteu como se fosse um deus.
Mas levaram-me para longe meus céleres pés; senão teria ali
padecido sofrimentos no meio dos cadáveres repulsivos,
ou então teria de viver privado de força, golpeado pelo bronze."
Fitando-o de sobrolho carregado disse Zeus que comanda as nuvens:
"Tu que és todas as coisas para todos os homens, não te lamentes
aqui sentado! Dos deuses do Olimpo és para mim o mais odioso.
Sempre te são gratos os conflitos, as guerras e as lutas.
Tens o feitio insuportável e inflexível da tua mãe,
de Hera; ela a quem mal consigo subjugar pelas palavras!
Penso que é por causa dela que agora sofres estas coisas.
Mas não permitirei mais que estejas com dores,
pois és meu filho e foi para mim que tua mãe te deu à luz.
Se tivesses nascido de outro deus, com teu feitio pernicioso,
estarias há muito mais rebaixado que os filhos do Firmamento."

ANEXO 7

BATALHAS TRAVADAS PELO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 200 E 168 A.C.

BATALHAS TRAVADAS PELO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 200 E 168 a.C. (Nota: Vitória e Derrota são indicadas na perspetiva do lado Romano)

ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			CONQUISTA NORTE ITÁLIA			CONQUISTA DA HISPANIA			CONQUISTA DA GRÉCIA			G. MEDITERRÂNEO ORIENT.			3ª GUERRA MACEDÓNICA			DIVERSOS			PRESENÇA FALANGE		BATALHA NAVAL	ATAQUE NAVAL
		Vitória	Derrota	Incondus.	Vitória	Derrota	Incondus.	Vitória	Derrota	Incondus.	Vitória	Derrota	Incondus.	Vitória	Derrota	Incondus.	Vitória	Derrota	Incondus.	Vitória	Derrota	Incondus.	INTERV.	S/ INTERV.		
200	CORRAGUS	1																								
200	GERRUNIUS	1																								
200	ORGESUS	1																								
200	ANTIPATREA	1																								
200	CNIDOS	1																								
200	L. I. 238	1																								
200	ATHACUS	1																								
200	L. I. 239	1																								
200	L. I. 240			1																						
200	OTTOLOBUS	1																								
200	ACANTOS	1																								1
200	CASSANDREA I		1																							1
200	CITNOS			1																						1
200	OREUS II	1																								1
200	LARISSA CREMASTE I	1																								1
200	L. I. 241	1																						1		
200	CELETRUM	1																								
200	PELION	1																								
200	PLACENTIA III					1																				
200	CREMONA I				1																					
200	L. I. 242							1																		
199	AOUS I	1																								
199	L. I. 243					1																				
199	L. I. 244							1																		
198	L. I. 245			1																						
198	AOUS III	1																								
198	ERETRIA	1																								1
198	PHAECA	1																								
198	GOMPHI I	1																								
198	PHALORIA	1																								
198	AEGINIUS I			1																						
198	CENCHREAE	1																								1
198	ATRAX			1																			1			
198	ANTICYRA II	1																								
198	DAULIS	1																								
198	ELATAIA I	1																								
198	CORINTHUS I			1																						1
198	L. I. 246						1																			
197	LEUCADE I	1																								1
197	THEBAE I			1																						
197	PHERAE	1																						1		
197	CYNOSCEPHALAE	1																					1			
197	L. I. 247					1																				
197	MINTIUS				1																					
197	L. I. 248								1																	
196	L. I. 249				1																					
196	COMUM				1																					
196	L. I. 250				1																					
196	TURDA							1																		
196	ACRAEPHIA										1															
196	CHAERONEA I										1															
196	L. I. 251																			1						
195	LITANA II				1																					
195	ILITURGI V							1																		
195	RHODE							1																		
195	EMPORIAE							1																		
195	IESSO							1																		
195	BERGIUM							1																		
195	L. I. 252							1																		
195	L. I. 253							1																		
195	L. I. 254							1																		
195	L. I. 255							1																		
195	SEGESTICA							1																		
195	SEGONTIA I							1																		
195	ARGOS I										1															

BATALHAS TRAVADAS PELO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 200 E 168 a.C. (Nota: Vitória e Derrota são indicadas na perspetiva do lado Romano)

ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			CONQUISTA NORTE ITÁLIA			CONQUISTA DA HISPANIA			CONQUISTA DA GRÉCIA			G. MEDITERRÂNEO ORIENT.			3ª GUERRA MACEDÓNICA			DIVERSOS			PRESENÇA FALANGE		BATALHA NAVAL	ATAQUE NAVAL
		Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	INTERV.	S/ INTERV.		
195	EUROTAS										1															
195	GYTHEUS										1															1
195	ESPARTA II										1															
195	MENELAOS										1															
194	L. I. 256				1																					
194	MEDIOLANUM III				1																					
194	L. I. 257									1																
194	L. I. 258							1																		
193	MUTINA II				1																					
193	L. I. 259				1																					
193	L. I. 260				1																					
193	ILIPA II							1																		
193	ILUCIA							1																		
193	TOLETUM I							1																		
192	PISA I				1																					
192	L. I. 261				1																					
192	L. I. 264				1																					
192	CUSILUS							1																		
192	HELO							1																		
192	LICABRUM							1																		
192	L. I. 262							1																		
192	L. I. 263							1																		
192	NOBILA							1																		
192	TOLETUM II							1																		
192	TOLETUM III							1																		
192	VESCELLIA							1																		
192	DELIUM											1														
192	EURIPOS											1														1
191	L. I. 265				1																					
191	L. I. 266				1																					
191	L. I. 267							1																		
191	PHACIUM										1															
191	PHAESTIUM										1															
191	PELLINAEUM										1															
191	THERMOPYLAE I										1															
191	THAUMACUM										1															
191	ANDROS										1														1	
191	HERACLEA										1															
191	SAME I										1															1
191	ZACYNTHUM II										1															1
191	CORYCUM										1														1	
191	NAUPACTUS										1															
190	LYCO								1																	
190	LAMIA										1															
190	AMPHISSA										1															
190	ABYDOS															1										1
190	EPHESUS I														1											1
190	PATARA I													1												1
190	IASUM															1										1
190	PHOCAEA I															1										1
190	MYONNESUS													1											1	
190	SYDE I													1											1	
190	PHOCAEA II													1												1
189	L. I. 268							1																		
189	L. I. 269							1																		
189	L. I. 270																				1					
189	L. I. 271							1																		
189	L. I. 275									1																
189	AMBRACIA II										1															
189	SAME II										1															
189	MAGNESIA													1									1			
189	TABAE													1												
189	ERIZA													1												
189	L. I. 272													1												
189	L. I. 273													1												
189	L. I. 274													1												

BATALHAS TRAVADAS PELO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 200 E 168 a.C. (Nota: Vitória e Derrota são indicadas na perspetiva do lado Romano)

ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			CONQUISTA NORTE ITÁLIA			CONQUISTA DA HISPANIA			CONQUISTA DA GRÉCIA			G. MEDITERRÂNEO ORIENT.			3ª GUERRA MACEDÓNICA			DIVERSOS			PRESENÇA FALANGE		BATALHA	ATAQUE
		Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	INTERV.	S/ INTERV.	NAVAL	NAVAL
189	ISINDA													1												
189	CIRMASA													1												
189	CUBALLUM													1												
189	OLYMPUS													1												
189	ANCYRA													1												
189	MAGABA													1												
188	CYPSELA														1											
188	TEMPYRA													1												
188	L. I. 276													1												
188	PATARA II													1											1	
187	L. I. 277				1																					
187	AUGINUS				1																					
187	BALLISTA				1																					
186	MARCIANUS					1																				
186	L. I. 278									1																
186	CALAGURRIS I							1																		
186	HASTA I							1																		
186	HASTA II							1																		
185	L. I. 279				1																					
185	L. I. 280				1																					
185	TOLETUM IV								1																	
185	TAGUS							1																		
184	CORBIO							1																		
183	L. I. 281							1																		
182	L. I. 282				1																					
182	VTHICNA							1																		
181	L. I. 283				1																					
181	L. I. 284																			1						1
181	L. I. 285																			1						1
181	AEBURA							1																		
181	CONTREBIA							1																		
181	L. I. 286							1																		
181	L. I. 287							1																		
181	L. I. 288																			1						1
180	L. I. 289				1																					
180	MANLIANUS							1																		
180	CARAVIS I							1																		
180	CARAVIS II							1																		
180	CONTREBIA III							1																		
180	L. I. 290							1																		
179	L. I. 291				1																					
179	MUNDA							1																		
179	CERTIMA							1																		
179	L. I. 292							1																		
179	ALCAE I							1																		
179	ALCAE II							1																		
179	CHAUNUS							1																		
179	L. I. 293							1																		
179	L. I. 294							1																		
178	TIMAVI				1																					
177	L. I. 295				1																					
177	SCIITENNA				1																					
177	NASATIUM																			1						
177	MUTILA																			1						
177	FAVERIA																			1						
177	L. I. 296																			1						
176	MUTINA III					1																				
176	MUTINA IV				1																					
176	LETVS-BALLISTA				1																					
176	L. I. 297																			1						
175	L. I. 299				1																					
175	L. I. 298							1																		
173	CARYSTUM				1																					
173	L. I. 300																			1						
173	L. I. 301																			1						

BATALHAS TRAVADAS PELO EXÉRCITO ROMANO ENTRE 200 E 168 a.C. (Nota: Vitória e Derrota são indicadas na perspetiva do lado Romano)

ANO	NOME	2ª GUERRA MACEDÓNICA			CONQUISTA NORTE ITÁLIA			CONQUISTA DA HISPANIA			CONQUISTA DA GRÉCIA			G. MEDITERRÂNEO ORIENT.			3ª GUERRA MACEDÓNICA			DIVERSOS			PRESENÇA FALANGE		BATALHA	ATAQUE
		Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	Vitória	Derrota	Inconclus.	INTERV.	S/ INTERV.	NAVAL	NAVAL
171	L. I. 305							1																		
171	HALIARTUM																1									1
171	L. I. 302																		1					1		
171	CALLINICUS																		1				1			
171	ALOPE PHTIODIS																1									1
171	CHAERONEA II																1									
171	LARISSA CREMASTE II																		1							1
171	L. I. 308																		1					1		
171	PHALANNA																	1						1		
171	L. I. 304																		1				1			
171	MALLOEA																1									
171	CEREMIA																			1						
171	CARNUNTE																					1				
170	L. I. 307							1																		
170	ABDERA																1									1
170	L. I. 306																	1						1		
170	OREUS III																	1							1	
169	HERACLEUM										1															1
169	L. I. 308																	1								
169	VSCANA I																	1								
169	VSCANA II																	1								
169	VSCANA III																	1								
169	PHANOTA																	1								
169	LAPATHI																		1							
169	ANTIGONEA																1									1
169	CASSANDREA II																		1							1
169	TORONIS																		1							1
169	MELIBOEA I																		1							
168	MARCOLICA							1																		
168	SCODRA																1									
168	L. I. 309																1								1	
168	L. I. 310																1									
168	ELPEUS																1									
168	PETRAE																1									
168	PYDNA I																1						1			
168	AEGINIUS II																	1								
168	MELIBOEA II																1									
TOTAIS		28	1	7	32	5	1	59	3	3	23	2	0	19	2	3	13	9	9	12	1	1	6	6	7	30
TOTAIS POR CATEGORIAS		36			38			65			25			24			31			14			12			
TOTAL GLOBAL		233																								

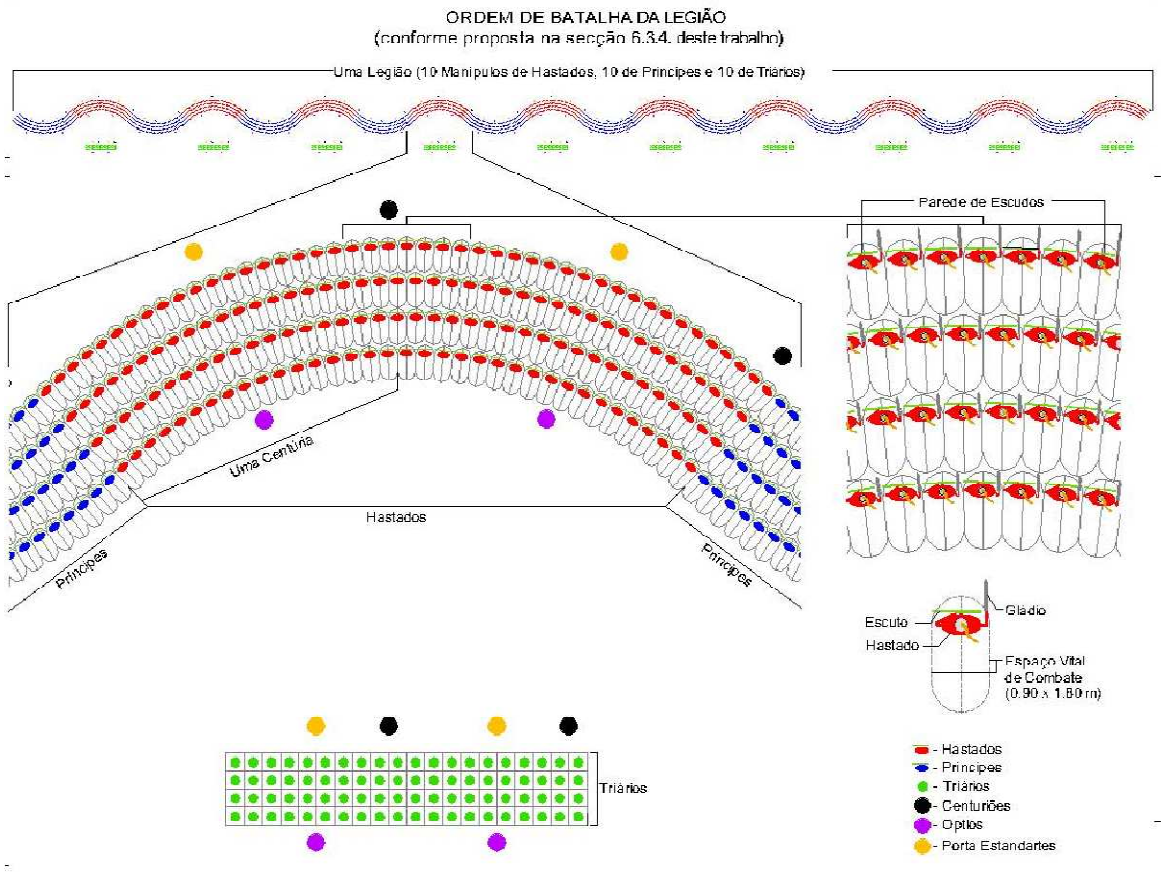
ANEXO 8

CÔMPUTO DE EFETIVOS E BAIXAS NAS BATALHAS ENTRE LEGIÕES E FALANGES DE 200 A 168 A.C.

	CÔMPUTO DE EFETIVOS E BAIXAS NAS BATALHAS ENTRE LEGIÕES E FALANGES ENTRE 200 E 168 a.C.							
	ANO	NOME	CONFLITO		DESFECHO	EFETIVOS		BAIXAS	
			BELIGERANTES			ROMANOS	OUTROS	ROMANOS	OUTROS
1	198	ATRAX	2ª GUERRA MACEDÓNICA		INCONCLUSIVA (Romanos levantam o cerco)	28.000 sold. infantaria e 500 cavaleiros, elefantes (?)	Desconhecidos	Desconhecidas	Desconecidas
			Cônsul T. Quinctius Flamininus, Roma	Falange de guarnição da cidade, Macedónia					
2	197	CYNOSCEPHALAE	2ª GUERRA MACEDÓNICA		VITÓRIA ROMANA	21.200 sold. Infantaria, 1.400 de cavalaria, elefantes (?)	16.000 hoplitas, 2.000 peltastas, 4.000 sold. infant, 2.000 de cavalaria	700 mortos	8.000 mortos 5.000 prisioneiros
			Procônsul T. Quinctius Flamininus, Roma	Filipe V, Macedónia					
3	189	MAGNESIA	GUERRA DO MEDITERRÂNEO ORIENTAL		VITÓRIA ROMANA	Pouco mais de 30.000 homens	57.000 homens com carros e elefantes	menos de 400 mortos	50.000 infant., 3.000 cavalaria mortos, 1.400 prisioneiros, 15 elefantes capturados
			Cônsul L. Cornelius Scipio, Roma	Antíoco III, Síria					
4	171	CALLINICUS	3ª GUERRA MACEDÓNICA		INCONCLUSIVA (Perseu ordenou a retirada)	37.000 soldados de infantaria e 2.000 de cavalaria	39.000 soldados de infantaria e 4.000 de cavalaria	2.000 sold. infantaria e 200 cavalaria mortos e 600 prisioneiros	40 soldados de infantaria e 20 de cavalaria mortos
			Cônsul P. Licinius Crassus, Roma	Perseu, Macedónia					
5	171	L.I. 304	3ª GUERRA MACEDÓNICA		INCONCLUSIVA	37.000 soldados de infantaria e 2.000 de cavalaria	39.000 soldados de infantaria e 4.000 de cavalaria	400 mortos (?)	300 soldados de infantaria e 24 de cavalaria mortos (?)
			Cônsul P. Licinius Crassus, Roma	Perseu, Macedónia					
6	168	PYDNA	3ª GUERRA MACEDÓNICA		VITÓRIA ROMANA	26.000 homens + auxiliares de Pérgamo e Númidas (c/ elefantes)	Mais de 30.000 homens	100 mortos, feridos (?)	20.000 mortos, 11.000 prisioneiros
			Cônsul L. Aermlius Paullus, Roma	Perseu, Macedónia					

ANEXO 9

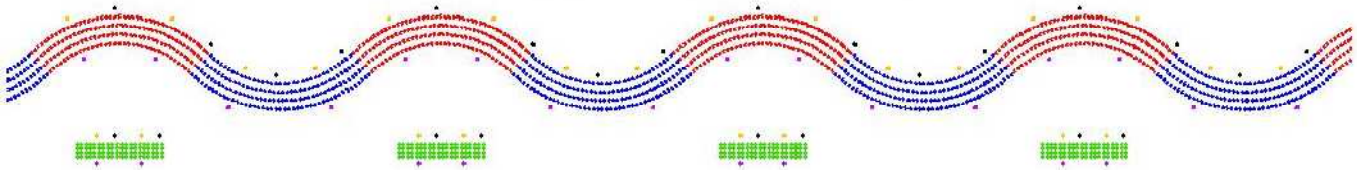
ORDEM DE BATALHA DA LEGIÃO CONFORME PROPOSTO NO CAPÍTULO 6.3.4.


ORDEM DE BATALHA DA LEGIÃO
(conforme proposta na secção 6.3.4. deste trabalho)
Uma Legião (10 Manípulos de Hastados, 10 de Príncipes e 10 de Triários)
Parede de Escudos
Uma Centúria
Hastados
Príncipes
Príncipes
Escudo
Hastado
Gládio
Espaço Vital de Combate (0.90 x 1.80 m)
Triários
- Hastados
- Príncipes
- Triários
- Centuriões
- Optios
- Porta Estandartes

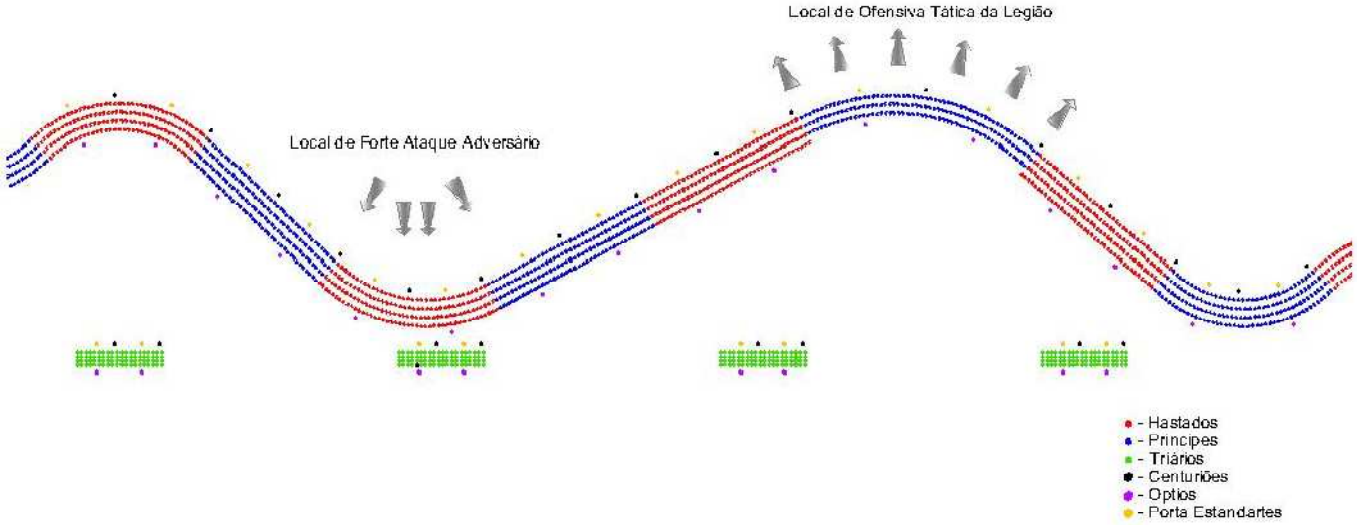
ANEXO 10

ORDEM DE BATALHA E MOMENTO DINÂMICO DO COMBATE DA LEGIÃO CONFORME PROPOSTO NO CAPÍTULO 6.3.4.

ORDEM DE BATALHA DA LEGIÃO REPRESENTANDO 8 MANÍPULOS NA LINHA OFENSIVA
(conforme proposta na secção 6.3.4. deste trabalho)



MOMENTO DINÂMICO DO COMBATE DA LEGIÃO



ANEXO 11

ELEMENTOS TÉCNICOS SOBRE PROCESSOS METALÚRGICOS

ANEXO 11
ELEMENTOS TÉCNICOS SOBRE PROCESSOS METALÚRGICOS

Encontramos várias culturas onde o uso do ferro se torna a metalurgia dominante e que fazem transportar o paradigma civilizacional para o que costuma ser designado como plena Idade do Ferro[3766].

Embora sujeitas atualmente a processos de revisão científica proporcionados por novos elementos arqueológicos, é possível encontrar na Europa central, no século IX a.C., aquela que tem sido designada como "cultura de Hallstatt" e que é conhecida como a "Primeira Idade do Ferro" pela utilização generalizada deste metal[3767].

Por volta do ano 450 a.C., surge também a "cultura de La Tène" que teve uma maior difusão e que é considerada como o paradigma de uma "Segunda Idade do Ferro"[3768].

É, no entanto, possível que as primeiras peças forjadas em ferro ao longo destes diversos séculos tenham sido bastante toscas como consequência da falta de domínio técnico para a sua realização, mas não será despiciendo admitir-se que, em variados casos, se verificasse mesmo uma antipatia pelo estabelecimento de um novo paradigma baseado no ferro. Não nos deveremos esquecer que, na Antiguidade, o seu trabalho era considerado como uma atividade sagrada, como bem salientou Mircea Eliade[3769], com uma dimensão

---

[3766] DURAND-CHARRE, 2003, pp. 8-9.

[3767] O nome advém do sítio arqueológico de Hallstatt, uma aldeia lacustre na Áustria, a sudeste de Salzburgo. Foi a cultura centro-europeia predominante durante a Idade do Bronze local e deu origem à Idade do Ferro. O início da Idade do Ferro corresponde à chamada Hallstatt C (c. 800–600 a.C.), caracterizada pela primeira aparição de espadas de ferro misturadas com outras de bronze. A fase final, Hallstatt D, considera-se ter decorrido entre c. 600 e c. 500 a.C.). DURAND-CHARRE, 2003, pp. 8.

[3768] Esta cultura foi assim denominada em razão do sítio arqueológico de La Tène, situado na margem norte do lago de Neuchâtel, na Suíça, e data de 500-50 a.C. A cultura La Tène é derivada da de Hallstatt, mas é mais homogênea e mais tipicamente celta. Os artefactos aí encontrados em grande quantidade são de ouro e bronze, rica e imaginativamente decorados, de uma maneira tão uniforme que alguns arqueólogos acreditaram que foram devidos a um único artista. DURAND-CHARRE, 2003, p. 9.

[3769] ELIADE, Mircea - Ferreiros e Alquimistas. Madrid, Aliança Editorial, S. A., 1983, pp. 33-36.

sacro-xamânica, e a que poucos indivíduos tinham acesso, nem mesmo como meros observadores do processo[3770].

Para tais trabalhos era necessário a construção de um alto forno que era um dispositivo onde era possível realizar reações químicas com altas temperaturas que muitas vezes teriam de atingir o ponto de fusão dos metais[3771]. A alta temperatura necessária para conseguir tal objetivo era obtida a partir da combustão presente no forno e cuja temperatura, para permitir a sua elevação, deveria ficar restrita ao seu âmbito interior. Assim era fundamental que a estrutura interna do forno fosse de materiais refratários, como argilas e cerâmicas que impedissem a dispersão da energia calorífica para o exterior, tendo, no entanto, de possuir um ventilador, modernamente chamado algaraviz, por onde poderia penetrar o ar necessário para manter o fogo aceso.

Mesmo com tais condicionantes, as temperaturas que podiam ser atingidas no interior do forno pelo emprego de carvão em vez de lenha, permitiram que mesmo metais com altos pontos de fusão fossem passíveis de serem trabalhados.

Note-se que o termo "forja" contempla uma dimensão bastante ambígua que resulta de este poder ser lido com várias aceções. O termo pode ter o significado de forno onde são colocados os metais a altas temperaturas para serem trabalhados por um ferreiro, ou pode indicar apenas o conjunto de instrumentos utilizados por este durante os processos metalúrgicos.

A ambiguidade alarga-se quando o seu sentido pode também indicar a oficina do ferreiro ou circunscrever-se ao cadinho onde os metais são primariamente fundidos e moldados. Pode ainda ser tomado numa aceção mais lata, que nos aponta para o conjunto de processos de redução do minério de ferro e respetivo forjamento dos lingotes sobre a bigorna.

O senso comum utiliza geralmente a palavra "forja" para designar o próprio forno onde se faz a redução do minério de ferro. Mas seria mais adequado a utilização deste termo para designar estritamente o processo de redução direta do metal, cuja etapa de tratamento é realizada unicamente por forjamento.

[3770] Com os trabalhos metalúrgicos surgem vários interditos que tendem a afastar as oficinas do âmbito das cidades ou aldeias, procurando impedir o acesso de indivíduos estranhos ao contacto com estas atividades. Esta interdição era particularmente observada no que se refere à presença de qualquer mulher, pois generalizou-se a crença de que, se uma delas tivesse a oportunidade de assistir ao trabalho do ferreiro, uma grande maldição cairia sobre as suas realizações.

[3771] HABASHI, 1997, pp. 50-51, 56-59.

Este aspeto multisemântico da palavra é provavelmente resultante do termo forja ser derivado de "*forge*"[3772], vocábulo do francês antigo que, por sua vez, é uma forma derivada de "*faverge*", que indica o lugar onde se trabalha o ferro. Este último será ainda etimologicamente proveniente do latim "*fabrica*", que tanto pode indicar a oficina que é dedicada à realização de tais trabalhos como genericamente reportar à arte metalúrgica[3773].

Diga-se que os altos fornos modernos continuam a ser estruturas muito complexas que podem ser construídos com múltiplos materiais e são muitas vezes operados à distância através dos recursos de automatização que estão hoje disponíveis, nomeadamente a nível robótico[3774].

Situação bem diferente era a que se verificava na construção e no trabalho dos altos fornos disponíveis na Antiguidade, onde os materiais construtivos eram bem mais limitados e a fonte de calor era a lignite que apresentava um potencial de produção de calor bastante mais reduzido.

Os fornos foram sempre instalações necessárias ao trabalho com os metais, mas o seu grande incremento dá-se com a tecnologia do ferro, nomeadamente para a realização da etapa que permitia a transformação das pirites de minério bruto em ferro-gusa.

Os altos fornos para trabalhos metalúrgicos na tecnologia do ferro desenvolveram-se muito nos séculos V e IV a.C. e eram construídos com paredes de barro e possivelmente terão evoluído a partir dos antigos exemplares onde se procedia à fundição do bronze[3775].

Julga-se que o mais antigo tipo de forno utilizado na redução do minério de ferro foi o chamado forno primitivo ou forno rústico, que modernamente é designado por "forno de lupa"[3776]. Era uma instalação rudimentar, construído em pedra e barro dentro de um buraco cavado no solo, geralmente de forma circular, no qual eram depositados minério de ferro e carvão vegetal. Para poder funcionar tinha ventiladores laterais feitos de argila de tal forma que permitiam a entrada de ar impulsionado pela utilização de abanos de mão.

[3772] FIGUEIREDO, Cândido de – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Volume I. 25ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 1191.

[3773] Considerámos assim que, para evitar tais ambiguidades, neste trabalho o vocábulo forja será sempre tomado na aceção do trabalho do ferreiro na redução do ferro e no trabalho sobre lingotes, reservando-se a palavra forno para designar o equipamento onde se submete o metal a altas temperaturas.

[3774] GUPTA, Chiranjib Kumar – *Chemical Metallurgy. Principles and Practice*. Weinheim: Wiley-VCH Verlag GmbH & Co. KGaA, 2003, pp. 353-354, 365-366.

[3775] SCHUBERT, H. R. - *History of the British Iron and Steel Industry from c. 450 B.C. to A.D. 1775*. London, Routledge, 1957, pp. 395-397.

[3776] A denominação "forno de lupa" resulta da tradução literal do Inglês "bloomery furnace", que se refere ao produto da redução direta do ferro, isto é, a lupa (bloom). Em francês também encontramos o termo equivalente "loupe", ou mesmo "lupe" em língua alemã.

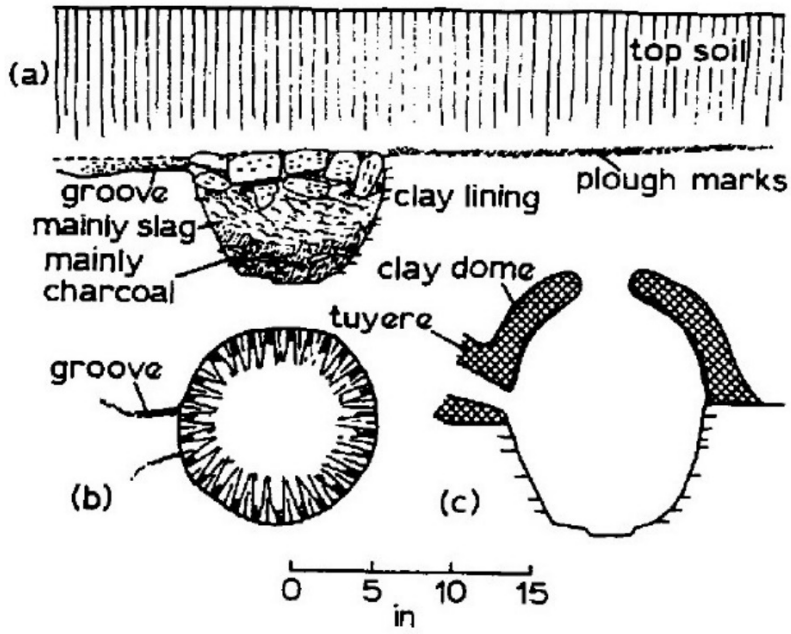


Figura 1 - Exemplo de um forno de cadinho (bowl furnace), datado dos primórdios da Idade do Ferro, West Brandon, County Durhan [in TYLECOTE, 2002, p. 49].

Este tipo de instalação também ficou conhecida por “baixo-forno" e “forno de cadinho” e no fim da Idade Média chegou mesmo inadequadamente, a ser designado por “forja catalã". Esta última, que só foi criada por volta do século XIV, tinha como principal característica a utilização de foles, o que não se verifica nos fornos primitivos[3777]. A utilização de foles no processo metalúrgico poder-se-á considerar uma importante inovação ao permitir uma poderosa injeção de ar no forno o que potenciou a intensidade do fogo e a consequente rápida elevação da temperatura.

[3777] DURAND-CHARRE, Madeleine - *Microstructure of Steels and Cast Irons*. New York: Springer- Verlag, 2003, p. 11.

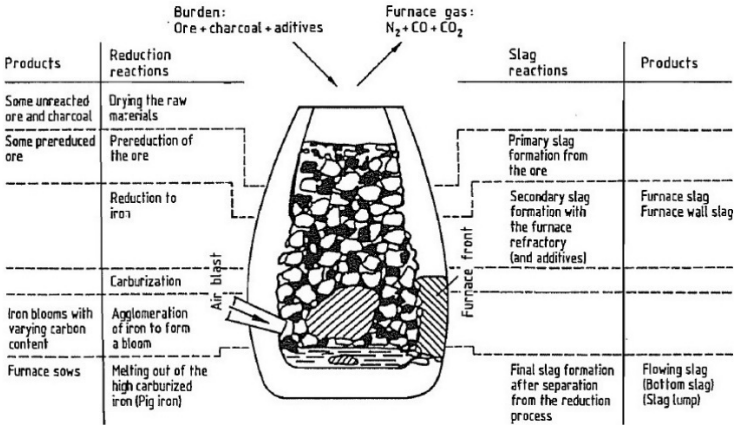


Figura 2 - Desenho esquemático de um forno de lupa (bloomery furnace) e respetivas reações envolvidas na produção de ferro [in Habashi, 1997, p. 275].

Note-se que, desde o início do século XIX, é utilizado como combustível nos fornos a antracite que é uma variedade compacta de carvão que liberta alta energia calorífica por conter pouco ou nenhum betume o que faz também com que arda com uma chama quase invisível. Este é composto quase inteiramente por carbono e permite com facilidade atingir altas temperaturas[3778].

Eram usados diversos tamanhos de martelos, conforme o tipo de trabalho que se pretendia executar sobre o lingote. Os maiores e mais pesados eram os que hoje designamos por marretas e poderiam pesar vários quilos, sendo utilizados habitualmente no princípio do processo, quando a peça precisava ainda de forte modelagem. Estes trabalhos exigiam normalmente a presença de um ajudante que deveria manter o aço sobre a bigorna enquanto o ferreiro a golpeava fortemente segurando a marreta com ambas as mãos[3779].

[3778] JONES, Clifford - *Lignites Their Occurrence, Production and Utilisation*. Scotland, UK: Whittles Publishing, 2016, pp. 1-6.

[3779] Assinalemos a expressiva representação wagneriana desta etapa do processo metalúrgico que se encontra consagrada na sua ópera Siegfried onde o nibelungo Mime se esforça por conseguir reforjar a espada Balmung, que o compositor preferiu designar por Nothung. Pode-se ver e ouvir sob a intensa percussividade rítmica com que se inicia esta terceira ópera da famosa tetralogia do "Anel do Nibelungo", os intensos esforços do anão para reforjar aquela espada de poder que Wotan (ou Wodan) deixara como legado a Sigmund, pai do herói Siegfried. Quando começa a ópera, a Nothung encontra-se fragmentada em inúmeros pedaços que são justapostos por Mime numa unidade que aparenta formar uma espada robusta, mas assim que o herói Siegfried golpeia a bigorna com ela, fica patente a sua fragilidade, partindo-se novamente. Na condição fragmentária em que se encontrava nas mãos do anão, seria necessário, do ponto de vista técnico, que o ferro de que são feitos os seus pedaços fosse levado a uma etapa bem anterior ao trabalho com a bigorna para que pudesse voltar a tornar-se a "espada de força" com que o anão pretendia que Siegfried matasse o dragão Fafner, guardião do anel. O sinistro anão Mime bem nos pode surgir assim como a representação de alguém que aspira a realização de grandes feitos, nomeadamente com o poder da espada, mas não domina o necessário segredo em que está envolvido o seu complexo processo metalúrgico. Este não consegue, apesar dos seus intensos esforços, qualquer resultado prático, aparecendo como um "profano" que estando fora da "sagrada confraria" daqueles que dominam o segredo do seu fabrico, está sistematicamente condenado a falhar no seu objetivo. Como detentor de um acesso privilegiado à força

Também era muito utilizado o chamado martelo achatador que possuía uma grande cabeça lisa, cuja função principal era espalmar e estender o lingote de aço. Nas fases mais avançadas da forja era preferencialmente utilizado o pequeno martelo de ajuste que permitia fazer arestas retas e extremidades lisas.

As tenazes eram igualmente fundamentais para todas as etapas do trabalho do ferreiro, sendo necessárias para colocar o aço no alto forno, segurar o aço quente enquanto ele era modelado sobre a bigorna ou levar a peça à têmpera.

Existia ainda toda uma *panóplia* de outros utensílios de moldagem que sob pressão manual, ou em sistema de alavancas, permitiam executar ações minuciosas sobre o aço que não eram possíveis de realizar com o martelo.

Estas eram ferramentas habitualmente utilizadas sobre o aço ainda quente, mas muitas delas podiam também trabalhar sobre o aço frio[3780], como, por exemplo, as que serviam para encurvar ou mesmo entortar o aço e que apresentavam geralmente o aspeto de um pequeno chifre metálico com várias hastes.

Vários tipos de utensílios do tipo espátula eram também frequentemente utilizados para raspar, cortar ou goivar o aço, enquanto estiletes com cabo do tipo punção permitiam gravar, pungir, ou até mesmo fazer furos na lâmina. Utensílios do tipo lima eram utilizados para eliminar rebarbas e a polideira servia para finalmente polir a lâmina no fim de terminada.

---

conferida pela sabedoria dos deuses, Siegfried faz a sua tentativa de reforjar a Nothung e não só o consegue com facilidade, como a espada se torna tão forte que parte ao meio a própria bigorna onde o herói a experimenta. Esta espada é tão poderosa que elimina o próprio instrumento metalúrgico em que foi criada, demonstrando o quanto ultrapassa em qualidade tudo o que era até então conhecido. BATTA, András – *Ópera. Compositores, Obras, Intérpretes*. Colónia, Barcelona, Könemann, 2000, pp. 796-797, 810. CHRISTIANSEN, Rupert - *O Guia da Ópera*. Tradução: João Reis Nunes. Lisboa: Edições 70, Lda., 2007. p. 105.

Há de forma subliminar nesta "metáfora metalúrgica" uma veiculação ao que se poderia dizer ser a transcendência do complexo conhecimento da tecnologia do ferro. O domínio preciso das suas várias etapas seria assim considerado como uma dádiva divina que fora dada a certos eleitos que encontraram o milagre técnico que lhes permitiu começar a forjar lâminas de ferro com alta qualidade.

Outras espadas de capacidades transcendentes aparecem frequentemente como símbolo de poder na mitologia germânica, como a espada mágica Tyrfing, nas histórias de "O despertar de Agantýr" e na "Saga de Hervarar" que estão consagradas nos Eddas. Nesta narrativa Svafrlami surge-nos como o rei de Gardariki, que força os anões ferreiros Dvalin e Durin a forjarem uma espada tão extraordinária que nunca falhará um golpe, que nunca enferrujará e cujo gume é tão afiado que pode cortar pedra e ferro como se fosse pano. Embora saibamos que os Eddas são narrativas que só foram passadas a escrito nos séculos XII e XIII d.C., é bem possível que sejam resultantes de uma longa tradição oral dos povos de origem nórdica onde se inserem os germânicos e cuja formulação de tais histórias remontará a uma origem muito anterior.

[3780] A chamada forja a frio, onde não são empregadas altas temperaturas, é uma técnica de forjamento que se realiza através da aplicação de forte pressão no aço muito abaixo da sua temperatura de cristalização e pode mesmo ser levada a cabo à temperatura ambiente, podendo dispensar a utilização de quaisquer combustíveis.

Será mesmo de admitir que na Antiguidade, com todo o secretismo que envolvia o processo, cada ferreiro pudesse ter o seu método particular de concretizar as diferentes etapas da metalurgia do aço. É bem possível que cada indivíduo tivesse mesmo criado um acervo pessoal de ferramentas que fosse o resultado das suas preferências e da sua forma prática de trabalhar. Como todos os artefactos eram resultantes de manufatura, quem melhor do que o próprio ferreiro para conceber e concretizar o perfil das ferramentas que necessitaria para executar as suas tarefas?

Podemos encontrar hoje supostas réplicas de espadas e outras tipologias de lâminas criadas para colecionadores ou mesmo para uso cinematográfico que são frequentemente feitas de aço inoxidável e se apresentam reluzentes como um espelho[3781]. Este tipo de aço, que chega a possuir 11% ou mais de teor de crómio, foi criado apenas no início do século XX e só foi produzido industrialmente depois da Primeira Guerra Mundial. Tendo a vantagem de ser resistente à ferrugem e a processos de corrosão, é uma liga excelente para a produção de artefactos domésticos e instrumentos cirúrgicos, mas é inadequado para qualquer tipo de combate, visto que é muito quebradiço por quase não possuir flexibilidade.

As espadas feitas atualmente para recreações históricas ou colecionadores historicamente informados, são criadas em liga de aço-carbono que possui uma cor acinzentada. Este, mesmo sendo produzido industrialmente, tem a capacidade de se apresentar como tão resistente e flexível quanto o eram as melhores espadas tradicionais.

A fechar toda esta abordagem do ferro e dos seus processos metalúrgicos, terminamos com uma análise contemporânea das curiosas propriedades deste metal que só recentemente terão sido descobertas. Diz-nos, Solrac Amix, na sua obra "Alquimia"[3782], que as suas propriedades são de carácter muito particular, tendo já sido cientificamente demonstradas pela astrofísica e pela química avançada realizada nestes últimos anos. O ferro será assim uma espécie de elemento que funciona como eixo cósmico à volta do qual gira todo o universo. Este, sabemos agora, é com efeito o único elemento da Tabela Periódica do qual não é possível tirar qualquer energia, nem por fissão, nem por fusão nucleares. Poder-se-á obter energia dos elementos mais leves que ele, esmagando-os por fusão nuclear, tal como funciona o sol ou a bomba de hidrogénio e criando elementos mais pesados. Pode-se igualmente obter energia de elementos que são desde logo mais pesados que o ferro,

[3781] COSTA, 2015, pp. 14-16.

[3782] AMIX, Solrac – *Alquimia*. Brasil, Traço Editora, 1990, p. 13. Nesta passagem o autor cita um artigo da autoria de Jacques Bergier intitulado "Os Alquimistas", publicado na revista Planeta, n.º 24, de agosto de 1974, Editora Três, S. Paulo.

decompondo-os por fissão nuclear, como acontece no caso da pilha de urânio ou de uma bomba atómica feita, por exemplo, a partir de plutónio. No entanto, do próprio ferro, nenhuma energia se consegue tirar, situando-se no ponto zero, onde este se pode encarar como o centro de estabilidade para todos os elementos da Tabela Periódica, pois todos os outros estão acima ou abaixo dele. Assim, sabemos agora, que o ferro é ele próprio a origem e a alavanca do universo.

ANEXO 12

LISTA DAS PROVÍNCIAS ROMANAS NO BAIXO-IMPÉRIO

ANEXO 12

LISTA DAS PROVÍNCIAS ROMANAS NO BAIXO-IMPÉRIO

Neste anexo é apresentada uma listagem das províncias romanas existentes na Antiguidade Tardia, após as reformas de Diocleciano (principalmente em 303) e de Constantino I e particularmente na *Notitia Dignitatum*, documento que data do início do século V.

NOTA 1: Explicação das abreviaturas na coluna "**Data de criação**": **AI**: província criada durante a República ou Alto-Império; **D**: província criada sob Diocleciano (principalmente durante a grande reforma de 303); **C**: província criada sob Constantino

NOTA 2: Explicação das abreviaturas na coluna "**Status em torno de 400**" (ou seja na *Notitia Dignitatum*): **PCOS**: administração proconsular (dependente do Senado); **CON** - província administrada por um consular; **PRE** - província administrada por um presidente; **COR** - província administrada por um corretor; **ACMC** - administrações combinadas militar e civil.

NOTA 3: Consular, *consularis* em latim, era o título que o ex-cônsul recebia no fim do seu mandato. Este título confere-lhe honra vitalícia bem como certas prerrogativas: é inscrito no Senado no início da lista de senadores, após os ex-censores, e recebe a palavra de acordo com essa ordem hierárquica. O consular mais antigo era o *princeps senatus*, que era aquele que tinha o direito a dar a sua opinião em primeiro lugar durante as deliberações.

NOTA 4: Presidente, em latim *praeses*, é um antigo cargo político de Roma, o seu significado é "[aquele] que está na frente de [algo], ou seja, à sua cabeça". O termo começou a ser utilizado como descrição genérica dos governadores provinciais desde o começo do Principado, porém passou a ser utilizado em geral sob os Antoninos. Durante os séculos II e III, o termo parece ter sido usado como um título honorífico, em meados do século III, no

entanto, o presidente tinha-se tornado um termo oficial. Esta evolução do cargo foi formalizada com as reformas de Diocleciano (r. 284–305) e Constantino (r. 306–337), quando o termo presidente passou a designar uma classe específica de governadores provinciais, a mais baixa depois dos consulares e dos corretores (*correctores*). Na parte oriental do Império, no entanto, os presidentes eram classificados entre essas duas classes, talvez porque os poucos corretores da região tenham sido nomeados após os presidentes. O termo continuou a ser usado de maneira geral para designar coletivamente todas as classes de governadores provinciais. A maior parte das províncias criadas por Diocleciano após dividir as províncias maiores que existiam anteriormente foram entregues a estes presidentes. Formavam o grupo mais numeroso de governadores listados na *Notitia Dignitatum.*

NOTA 5: Corretor, em latim: *corrector*, originalmente, era um título romano derivado do verbo latino *corrigere* que significa "ação de retificar, de corrigir uma falta". O cargo de corretor apareceu pela primeira vez no período do Principado durante o governo de Trajano (r. 98–117) e designava funcionários extraordinários de estatuto senatorial que recebiam a incumbência de investigar e reformar a administração das províncias. O título destes funcionários, desde a sua criação até ao final do século III, era, em latim: *legatus augusti pro praetore* [*missus*] *ad corrigendum* [*ordinandum*] *statum*, a partir daí, o título passou a ser apenas *corrector*. O envio de corretores para as cidades livres da Grécia e para a Itália, que, por ser um território metropolitano (de Roma), detinha um estatuto diferente das demais províncias romanas, deu início a um lento processo de degradação do estatuto legal destas regiões e a sua gradual assimilação como "províncias ordinárias", o que se completou com as reformas de Diocleciano (r. 284–305). Assim, no início do século IV, todos os distritos da Itália (e a Sicília) tinham um corretor como governador, embora, a meio do século, a maioria já tivesse sido substituída por governadores de estatuto consular (*consularis*). No Império Romano do Ocidente, eles estavam entre os consulares e os presidentes (*praeses*) comuns, enquanto no Império Romano do Oriente, estavam abaixo destes.

NOTA 6: Região, *regio* em latim: no início do período da República, a Itália era um conjunto de territórios com diferentes estatutos. Algumas cidades, chamadas municípios, gozavam de certa independência de Roma, enquanto que outras, as colónias, tinham sido

fundadas pelos próprios Romanos. Durante o Império, cerca de 7 d.C., Augusto dividiu a Itália em onze regiões, conforme relata Plínio, o Velho[3783]:

I Região - Lácio e Campânia

II Região - Apúlia e Calábria

III Região - Lucânia e Brútio

IV Região - Sâmnio

V Região - Piceno

VI Região - Úmbria e Campo Gálico

VII Região - Etrúria

VIII Região - Emília

IX Região - Ligúria

X Região - Veneza e Ístria

XI Região – Transpadana (também conhecida como Gália Cisalpina ou Citerior)

[3783] PLIN. *Nat*. III.6.

LISTA DAS PROVÍNCIAS ROMANAS NO BAIXO IMPÉRIO						
Nome da Província	**Data de criação**	**Capital**	**Separada de …**	**Status perto de 400**	**Diocese em torno de 400**	**Observações**
Acaia	AI	Corinto		PCOS	Não ligado a uma diocese	Província inalterada desde o Alto Império
África Proconsular	AI	Cartago		PCOS	Não ligado a uma diocese	Província desmembrada sob Diocleciano. A África proconsular residual é frequentemente chamada de Zeugitânia
Alpes Cotios	AI	Susa		PRE	Itália Anonária	Antiga província dos Alpes Cotios, acrescida da maior parte da Região IX italiana (Ligúria)
Alpes Peninos	D?	Forum Claudii Vallensium atual Martigny		PRE	Gália	
Alpes Marítimos	AI	Eburoduno		PRE	Sete Províncias	
Apúlia e Calábria	D	Canúsio ou Lucera ?		COR	Itália Suburbicária	Sucede à antiga Região II (Apúlia e Calábria). A Calábria em questão aqui não é a atual Calábria, mas o extremo sudeste da Apúlia
Aquitânia I	C	Bruges	Aquitânia	PRE	Sete Províncias	
Aquitânia II	C	Bordéus	Aquitânia	PRE	Sete Províncias	
Arábia	AI	Petra e Bostra		ACMC	Oriente	Parte da província foi separada do Baixo Império e juntou-se à nova província da Palestina III
Nova Arábia	D					Consultar Augustamnic
Arcádia do Egito	D	Mênfis ?	Egito	PRE	Egito	Chamada sob Diocleciano Egito Hercúlea, por vezes chamada de Tebaida I
Arménia I ou Arménia Menor	D	Sebaste	Capadócia	PRE	Ponto	
Arménia II	C ?	Melitene	Capadócia	PRE	Ponto	
Ásia Proconsular	AI	Éfeso		PCOS	Não ligada a uma diocese	Província desmembrada sob Diocleciano
Augustamnica	D	Pelúsio ?	Egito	COR	Egito	Criada com o nome de Nova Arábia, foi renomeada, no século IV, em honra dos imperadores romanos. Durante um breve período chamou-se Hercúlea do Egito
Baleares	Fim do século IV	Palma de Maiorca		PRE	Hispânia	
Bélgica I	D	Augusta Tréviros	Bélgica	CON	Gália	
Bélgica II	D	Durocortoro	Bélgica	CON	Gália	
Bética	AI	Sevilha		CON	Hispânia	Província inalterada no Baixo Império
Bitínia	D	Nicomedia	Bitínia e Ponto	CON	Ponto	
Britânia I	D	Corinium Dobunnorum atual Cirencester	Britânia Superior	PRE	Britânia	
Britânia II	D	Eburaco ou Lindu ?	Britânia Inferior	PRE	Britânia	A localização relativa das províncias da Flávia Cesariana e Britânia II não é certa
Bizaceno	D	Adrumeto	África Proconsular	CON	África	
Campânia	D	Nápoles		CON	Itália Suburbicária	Sucede à antiga Região I (Campânia)
Capadócia I	C	Cesareia da Capadócia	Capadócia	PRE	Ponto	
Capadócia II	C	Tiana ?	Capadócia	PRE	Ponto	
Cária	D	Halicarnasso	Ásia	PRE	Ásia	
Cartaginense	D	Cartagena	Hispânia Citerior	PRE	Hispânia	As Baleares foram separadas da Cartaginense no final do século IV.
Chipre	AI	Pafo ?		CON	Oriente	Província inalterada no Baixo Império
Cilícia I	C	Tarso	Cilícia	CON	Oriente	
Cilícia II	C	Anazarbo ?	Cilícia	PRE	Oriente	
Córsega	AI	Aléria		PRE	Itália Suburbicária	Província inalterada no Baixo Império
Creta	D	Gortina	Creta e Cirenaica	CON	Macedónia	
Dácia I ou Dácia Ripuária	D	Ratiária ?	Dácia Aureliana	PRE	Dácia	Não confundir com a província da Dácia sob o Alto Império
Dácia II ou Dácia Interior (ou Mediterrânea)	D	Sárdica	Dácia Aureliana	CON	Dácia	Não confundir com a província da Dácia sob o Alto Império
Dalmácia	AI	Salona		PRE	Ilíria	Província inalterada no Baixo Império
Dardânia	D	Naísso	Mésia Superior	PRE	Dácia	
Diosponto	D					Consultar Hélénoponto
Egito	D	Alexandria	Egito	PRE	Egito	Chamada sob Diocleciano, Egito Jovia, posteriormente passou simplesmente a Egito. É, entre as províncias egípcias criadas por Diocleciano, a que mantém as antigas tradições da província do Egito, em particular um prefeito do Egito em Alexandria
Egito Hercúlea	D					Consultar Arcádia do Egito
Emília	D	Modena		CON	Itália Anonária	Incorpora parte da antiga Região IX (Ligúria) e o oeste da antiga Região VIII (Emília)
Epiro Antigo	D	Nicopolis	Epiro	PRE	Macedónia	
Novo Epiro	D	Dirráquio	Epiro	PRE	Macedónia	
Eufrateso	D	Hierápolis	Syria-Coele	PRE	Oriente	Sob Diocleciano, inicialmente teve o nome de Augusta Euphratensis
Europa	D	Heracleia da Trácia	Trácia	CON	Trácia	
Flamínia e Piceno Anonária	D	Ravenna		CON	Itália Anonária	Incorpora a metade oriental da antiga Região VIII (Emília), bem como parte das antigas Regiones V (Picenum) e VI (Umbria)
Flávia Cesariana	D	Lindu ou Eburaco ?	Britânia Inferior	PRE	Britânia	A localização relativa das províncias de Cesariana Flávia e Britânia II não é certa

LISTA DAS PROVÍNCIAS ROMANAS NO BAIXO IMPÉRIO						
Nome da Província	**Data de criação**	**Capital**	**Separada de …**	**Status perto de 400**	**Diocese em torno de 400**	**Observações**
Galácia	AI	Ancira		CON	Ponto	A província diminuiu muito sob Diocleciano e os seus sucessores: a Diosponto, parte da Paflagónia, a Galácia Salutária, a Pisídia e a Licaónia foram destacadas em vários momentos durante o século IV.
Galácia II ou Galácia Salutária	C	Pessinonte	Galácia	PRE	Ponto	
Galícia	D	Braga	Hispânia Citerior	CON	Hispânia	
Germânia I ou Superior	AI	Mogúncia		CON	Gália	
Germânia II ou Inferior	AI	Colónia		CON	Gália	Província inalterada no Baixo Império
Haemimonte	D	Adrianopla	Trácia	PRE	Trácia	
Helenoponto	D	Amásia	Galácia, Capadócia	PRE	Ponto	Província inicialmente chamada Diospontus, formada a partir de fragmentos das antigas províncias da Galácia e da Capadócia. Foi renomeada Helenopontus sob Constantino, em honra de sua mãe, Helena
Helesponto	D	Cízico	Ásia	CON	Sob a autoridade do procônsul da Ásia	
Honoriada	início do século V ?	Claudiópole	Bitínia, Paflagónia	PRE	Ponto	Província formada por fragmentos das duas províncias dioclecianas da Bitínia e da Paflagónia
Ilhas	D	Rodes	Ásia	PRE	Sob a autoridade do procônsul da Ásia	
Isáuria	D	Selêucia da Isáuria	Cilícia	ACMC	Oriente	
Líbia II ou Superior	D	Cirene	Creta e Cirenaica	PRE	Egito	
Líbia I, Inferior ou Líbia Marmárica	D	Paraetónio ?	Creta e Cirenaica	PRE	Egito	
Ligúria	D	Milão		CON	Itália Anonária	Incorpora parte da antiga Região IX (Ligúria), bem como a antiga Região XI (Transpadana)
Lucânia e Brútio	D	Cosenza ?		COR	Itália Suburbicária	Sucede à antiga Região II (Lucânia e Brútio)
Lusitânia	AI	Mérida		CON	Hispânia	Província inalterada no Baixo Império
Licaónia	D	Icónio	Ásia	PRE	Ásia	
Lícia	D	Patara, Mira ?	Lícia e Panfília	PRE	Ásia	
Lídia	D	Sardes	Ásia	CON	Ásia	Nova província correspondendo aproximadamente ao antigo reino da Lídia
Lugdunense I	D	Lion	Lugdunense	CON	Gália	A Lugdunense IV foi destacada sob Constantino da Lugdunense I
Lugdunense II	D	Rouen	Lugdunense	PRE	Gália	A Lugdunense III foi separada, sob Constantino, da Lugdunense II
Lugdunense III	C	Tours	Lugdunense II	PRE	Gália	
Lugdunense IV ou Lugdunense Senonésia	C	Sens	Lugdunense I	PRE	Gália	
Macedónia	D	Tessalónica		CON	Macedónia	A província da Tessália foi separada da Macedónia sob o governo de Diocleciano
Mauritânia Cesariana	AI	Cesareia da Mauritânia		ACMC	África	Dividida sob Constantino em Cesariana Mauritânia e Sitifiene
Mauritânia Sitifiena	C	Sitifis	Seção Cesariana da Mauritânia	PRE	África	
Mauritânia Tingitana	AI	Tanger		PRE	Hispânia	
Máxima Cesariana ou Grande Cesariana	D	Londres	Britânia Superior	CON	Britânia	
Máxima Sequana	D	Vesontio	Germânia Superior	PRE	Gália	
Mésia I ou Superior	D	Viminiaco	Mésia Superior	PRE	Dácia	
Mésia II ou Inferior	D	Marcianópole	Mésia Inferior	PRE	Dácia	
Mesopotâmia	AI	Amida ?		PRE	Oriente	Província inalterada no Baixo Império, mas amputada, em meados do século IV, da sua parte oriental, em torno de Nísibis
Narbonense I	D	Narbona	Narbonense	PRE	Sete províncias	
Narbonense II	D	Aquae Sextiae	Narbonense	PRE	Sete províncias	
Nórica I ou Nórica Interior (ou Mediterrânica)	D	Viruno	Nórica	PRE	Ilíria	
Nórica II ou Nórica Ripuária	D	Lauriaco ?	Nórica	PRE	Ilíria	
Novempopulana	D	Elusa	Aquitânia	PRE	Sete províncias	
Numídia	C	Cirta	Numídia	CON	África	Dividida, durante breve período sob Diocleciano, entre uma Numídia Militar (em torno de Lambesa) e uma Numídia Cirteana (em torno de Cirta)
Osroena	AI	Edessa		PRE	Oriente	Província inalterada no Baixo Império
Palestina I	C	Cesareia	Síria Palestina	CON	Oriente	
Palestina II	C	Citópole	Síria Palestina	PRE	Oriente	
Palestina III ou Palestina Salutária	C	Petra	Síria Palestina e Arábia	PRE	Oriente	
Panfília	D	Perga ?	Lícia e Panfília	CON	Ásia	
Panónia I ou Superior	AI	Carnunto ?		PRE	Ilíria	Província extraída da Panónia Sávia por Diocleciano
Panónia II ou Inferior	AI	Sírmio ?		CON	Ilíria	Província extraída da Panónia Valéria por Diocleciano

LISTA DAS PROVÍNCIAS ROMANAS NO BAIXO IMPÉRIO						
Nome da Província	**Data de criação**	**Capital**	**Separada de …**	**Status perto de 400**	**Diocese em torno de 400**	**Observações**
Panónia Sávia	D	Síscia	Panónia Superior	COR	Ilíria	
Panónia Valéria	D	Sopiana ?	Panónia Inferior	ACMC	Ilíria	
Paflagónia	D	Gangra ?	Bitínia e Ponto e Galácia	COR	Ponto	Nova província de Diocleciano correspondente ao antigo reino da Paflagónia
Fenícia	D	Tiro	Síria Fenícia	CON	Oriente	
Fenícia Libanesa	D	Damasco	Síria Fenícia	PRE	Oriente	Inicialmente, sob Diocleciano, teve o nome de Augusta Libanensis
Frígia I	D	Laodiceia	Ásia	PRE	Ásia	
Frígia II ou Frígia Salutária	D	Sinada	Ásia	PRE	Ásia	
Frígia Pacaciana	século IV		Ásia	PRE	Ásia	Separada da Frígia I durante o século IV
Piceno Suburbicário	D	Asculo ?		CON	Itália Suburbicária	Ocupa a maior parte da antiga Região V (Picenum)
Pisídia	D	Antioquia da Pisídia	Ásia	PRE	Ásia	
Ponto Polemoniaco	D	Neocesareia	Capadócia	PRE	Ponto	Nova província de Diocleciano correspondente ao antigo reino do Ponto Polemoniaco
Prevalitana	D	Scodra	Mésia Superior	PRE	Dácia	
Récia I	D	Curia	Récia	PRE	Itália Anonária	
Récia II	D	Augusta Vindelicoro	Récia	PRE	Itália Anonária	
Rhodope	D	Trajanopole ?	Trácia	PRE	Trácia	
Sâmnio	D			PRE	Itália Suburbicária	Sucede à antiga Região IV (Samnium)
Sardenha	AI	Calaris		PRE	Itália Suburbicária	Província inalterada no Baixo Império
Cítia ou Cítia Menor	D	Tomis	Mésia Inferior	PRE	Trácia	
Sicília	AI	Siracusa		CON	Itália Suburbicária	Província inalterada no Baixo Império
Síria ou Síria-Coele	AI	Antioquia		CON	Oriente	O que restou da província da Síria, repetidamente desmembrada durante o Alto Império é novamente desmembrado, sob Diocleciano, em Síria Coele e Eufratense e novamente, no século IV, em Síria I e Síria II ou Síria Salutária
Síria Salutária	C	Apameia	Síria Coele	PRE	Oriente	
Tarraconense	D	Tarragona	Hispânia Citerior	PRE	Hispânia	
Tebaida, ou Tebaida II ou Grande Tebaida	D	Tebas ?	Egito	PRE	Egito	O nome de Tebaida I às vezes é dado à província egípcia de Arcádia
Tessália	D	Larissa	Macedónia	PRE	Macedónia	
Tripolitânia	D	Tripoli	África Proconsular	PRE	África	
Túscia e Umbria	D	Florença		CON	Itália Suburbicária	Incorpora a antiga Região VII (Túscia) e a maior parte da antiga Região VI (Umbria)
Valéria	século IV	Amiterno ?		PRE	Itália Suburbicária	Incorpora a antiga Região VII (Túscia) e a maior parte da antiga Região VI (Umbria)
Valencia	anos 390 ?	Deva ?		CON	Britânia	Província cuja localização permanece desconhecida
Veneza e Ístria	D	Aquileia		CON	Itália Anonária	Sucede à antiga Região X (Veneza e Ístria)
Vienense, posteriormente Vienense I	D	Viena	Narbonesa	CON	Sete Províncias	Dividida de novo no século V
Vienense II	século V	Arelate	Vienense	Ausente do Notitia	Sete Províncias	

ANEXO 13
LISTA DE POVOS GERMÂNICOS

ANEXO 13
LISTA DE POVOS GERMÂNICOS

LISTA DE POVOS GERMÂNICOS[3784]							
Amalausos	Ampsivários	Anglos	Angrivários	Atrébates	Atuátucos	Augandzos	Avarpos
Banóquemas	Bastarnas	Batavos	Bávaros	Bemos	Bérgios	Bétasos	Brísgavos
Brondingos	Brúcteros	Bucinobantes	Burgúndios	Búrios	Calucões	Camavos	Cancíacos
Caninefates	Carítnos	Catos	Catuários	Caúcos	Cédinos	Cerósios	Chalos
Charudes	Chemas	Cobandos	Condrusos	Córcontos	Curiões	Danos	Dântulos
Dauciões	Dídunos	Dulgúbnios	Eburões	Eragnarícios	Esciros	Eudúsios	Eunixos
Evágrios	Farodinos	Firesos	Francos Ripuários	Francos Sálios	Frísios	Fúndusos	Gambrívios
Gautas	Gépidas	Godos da Crimeia	Grânios	Hallin	Hários	Harudes	Helísios
Helvéconas	Hermiões	Hermúnduros	Hérulos	Hileviões	Ingevões	Ingriões	Intuergos
Istevões	Jutos	Jutungos	Lacringos	Landos	Lemóvios	Lentienses	Levónios
Lombardos	Lúgios	Manimos	Marcomanos	Marsígnos	Marsos	Marvingos	Matíacos
Mixos	Morinos	Mugilões	Naarvalos	Nariscos	Nêmetes	Nertereanos	Normandos
Nuitões	Ostrogodos	Otingenses	Pemanos	Pomeranos	Quados	Queruscos	Rácatas
Racátrias	Ragnarícios	Raumáricos	Reudígnos	Rúgios	Rúticlos	Sabalingos	Saxões
Saxões da Transilvânia	Segnos	Sêmnones	Síbinos	Sicambros	Sídinos	Sigulões	Sitões
Suarinos	Suécidos	Sueões	Suevos	Súnicos	Tencteros	Teuriócemes	Toxandros
Tribocos	Tubantes	Tungros	Turcilíngios	Turíngios	Turões	Úbios	Ulmérugos
Usípetes	Valagodos	Vândalos Asdingos	Vândalos Silingos	Vangiões	Variscos	Varnos	Vinovílodos
Viromanduos	Visburgos	Visigodos	Vispos				

Surgem ainda tribos como os Cimbros, Teutões, Ambrões, Tréveros e Trinobantes que se acredita poderiam ser de etnia celta. Enquanto os Taifalos e os Alanos poderiam estar mais relacionados com tribos seminómadas, aparentadas com os Sármatas.

[3784] Listagem nossa, não exaustiva.

Os Nérvios são de origem difícil de determinar, enquanto os Rus migraram para Leste, tendo escapado do contexto do *limes* do Império, chegando à Ásia e fundando os grupos étnicos que deram origem às populações do Norte da Rússia.

Tervingos e Grutungos não se encontram listados porque foram as tribos que deram origem respetivamente aos Visigodos e aos Ostrogodos[3785].

[3785] Segundo Simon Macdowall, a maioria dos historiadores modernos, incorretamente, chamam aos Tervingos Visigodos e aos Grutungos Ostrogodos, equiparando estes clãs do século IV aos posteriores reinos dos séculos V e VI.
De acordo com este autor os Visigodos, que estabeleceram um reino em França em 418, eram de facto descendentes de todos os povos que seguiram Fritigerno (incluindo Tervingos, Grutungos e não Godos), acrescidos dos seguidores de Radagásio que invadiram a Itália em 405.
Quanto aos Ostrogodos são mencionados pelo poeta Claudiano em 399 como sendo separados dos Grutungos e podem ter pertencido a outro clã cujo poder aumentou, durante o século V, para além da fronteira do Império. Provavelmente esses povos, que vieram a constituir o reino Ostrogodo em Itália, em finais do século V, constituíam uma mistura de clãs semelhante, incluindo, sem dúvida, Grutungos, mas não exclusivamente. MACDOWALL, 2001, pp. 29-30.

ANEXO 14

O PROBLEMÁTICO ESTATUTO DA *NOTITIA DIGNITATUM*

REGISTO DAS AUTORIDADES MILITARES NO BAIXO-IMPÉRIO

ANEXO 14

O PROBLEMÁTICO ESTATUTO DA *NOTITIA DIGNITATUM*

REGISTO DAS AUTORIDADES MILITARES NO BAIXO-IMPÉRIO

A hierarquia e estrutura militar do exército romano do Baixo-Império são-nos putativamente descritas no tratado anónimo conhecido como "Lista de Dignidades" (*Notitia Dignitatum*)[3786] que é o único documento que nos apresenta com bastante detalhe quais seriam os contingentes do exército romano, quer na sua parte ocidental, quer no oriente[3787].

Embora este documento não possa ser datado com precisão, julga-se que o autógrafo original teria sido elaborado em finais do século IV ou no início do século V[3788], mas, mais uma vez lamentavelmente, apenas chegaram até nós algumas cópias manuscritas durante a Idade Média[3789]. A sua datação é, portanto, bastante problemática, pois tudo indica que os elementos dele constantes poderão ser de períodos diversos, apontando até para que estas tenham sido originadas por várias camadas sobrepostas que foram atualizadas em diferentes períodos, numa considerável cronologia de hipóteses que vai desde a época de Diocleciano (284-305) até aos inícios do séc. V[3790].

[3786] O seu título original é, em latim, *Notitia Dignitatum omnium, tam civilium quam militarium* - "A lista de todos os cargos civis e militares. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 359.

[3787] Preferimos ser parcimoniosos na abordagem dos conteúdos constantes deste documento, pois segundo alguns historiadores a *Notitia Dignitatum* contém muitas informações que são imprecisas, podendo assim ser considerado como uma fonte pouco fiável para uma rigorosa abordagem histórica. Além disso, por falta do original que possivelmente teria dado origem às diversas cópias que nos chegaram, deveremos até redobrar tais cuidados atendendo à forma por vezes descuidada como alguns copistas medievais realizavam o seu ofício por não dominarem os seus conteúdos.

[3788] O documento terá sido originalmente criado, por funcionários, para o escrivão principal (*primicerius notariorum*), do imperador Honório. HEATHER, 2010, p. 246; GOLDSWORTHY, 2010a, p. 359.
Sobre este ponto A. H. M. Jones afirma: «[…] It is fairly generally agreed that the *Notitia* is an official document, in fact the '*notitia omnium dignitatum et administrationum tam civilium quam militarium*' held by the *primicerius notariorum* (Or. xviii, Occ. xvi). Our copy was drawn up after 395 since it shows the empire divided as it was divided from that date and is the document held by the Western *primicerius*. The evidence for the last statement is as follows. First, our manuscript was preserved in the West. Secondly some chapters of the Eastern section are in summary form, omitting details which would not have interested the Western *primicerius*; there are no lists of *rationales*, *thesauri*, *bastagae*, mints and factories in the chapter of the *comes sacrarum largitionum* (Or. xiii), nor of *rationales* and *procuratores* in that of the *comes rei privatae* (Or. xiv). Thirdly, as we shall see, the Western section has been revised to a later date than the Eastern. […]» JONES, 1990, vol. III, anexo II, p. 347.

[3789] Existem deste documento várias cópias dos séculos XIV e XV, além de uma iluminura de 1542, que é o manuscrito que contém elementos decorativos pintados a cores. No entanto, julga-se que todas as cópias terão sido realizadas a partir de um único manuscrito original que lamentavelmente se encontra perdido.

[3790] LE BOHEC, 2006, p. 64

Assim, a *Notitia Dignitatum* apenas chegou até nós na forma de cópias, em que as mais antigas remontam possivelmente ao século XVI e nas quais as ilustrações apresentam uma curiosa mescla de estilos romano e medieval[3791].

O documento enuncia, com um considerável detalhe, a organização administrativa do Império desde os seus comandos superiores até à administração provincial, mas, lamentavelmente, a sua leitura não nos fornece detalhes sobre a constituição dos contingentes militares nele contemplados, nem os números de efetivos que formavam as diversas unidades.

Apesar do seu interesse, ele não permite estabelecer associações diretas e seguras com as movimentações das unidades que sabemos que estariam no terreno por volta da primeira metade do século V, pelo que ficaremos sempre confinados a realizar asserções ao nível da mera conjetura.

Figura 3 - A *Notitia Dignitatum* contem a lista completa dos oficiais do Império nos finais do século III e início do século IV. Inclui a lista de unidades do exército com imagens das insígnias pintadas nos seus escudos. [in GOLDSWORTHY, 2010a, p. 10 do dossier a cores, entre pp. 288 e 289].

Tal como salienta A. H. M. Jones[3792], um historiador que dedicou grande parte do seu trabalho às vicissitudes do Império Romano Tardio:

> «[…] The *Notitia Dignitatum* presents a number of unsolved and perhaps insoluble problems, but any historian of the later Roman empire must make the utmost possible use of so valuable a document, and in order to do so must take up a provisional position on the questions of its composition. […]»

Apesar dos seus erros e das suas muitas ambiguidades, a *Notitia Dignitatum*, contém um conjunto de informações sobre a estrutura do Baixo-Império que não se encontram

[3791] Adrian Goldsworthy refere: «[…] Tudo aquilo que o artista reconhecia tendia a ser pintado segundo o que parecia no seu mundo - daí que as pequenas cidades muradas tenham um aspeto decididamente medieval. As coisas que ele não compreendia seriam mais provavelmente exatamente copiadas. […]» GOLDSWORTHY, 2010a, p. 360.

[3792] JONES, 1990, vol. III, anexo II, p. 347.

disponíveis em qualquer outro documento, permanecendo assim como o único testemunho do que poderia ser a realidade do exército imperial e da complexidade da sua burocracia[3793].

O que aparentemente é possível retirar dele com alguma segurança é a extrema diversidade dos contingentes militares, bem como ficar com uma ideia aproximada do que seriam os seus elementos heráldicos.

Nele vemos consagradas referências que nos apontam inequivocamente as reformas de Diocleciano e Constantino e nos asseguram o aparecimento dos corpos de comitatenses, de pseudocomitatenses e delimitadores.

Pensamos mesmo que se poderá enquadrar esta listagem no reforço da ideia que defendemos neste trabalho e que aponta para o desaparecimento progressivo da grande legião de perfil clássico e uma generalizada tendência para a fragmentação do exército romano, em que a base tática do seu exército se apresenta cada vez mais formada por corpos de carácter modular de pequenas dimensões.

O Texto da *Notitia Dignitatum*

Uma das mais consideradas edições disponíveis da *Notitia Dignitatum* continua a ser a de Otto Seeck, Frankfurt, em 1876[3794].

É um documento realizado com um considerável detalhe, apresentando os cargos militares, indicando os comandantes do exército com o nome das respetivas unidades que estariam sob a sua responsabilidade. São também apresentadas as insígnias próprias de cada posto, assim como os símbolos heráldicos da sua função. São igualmente exaustivamente repertoriadas as imagens de perfil circular que formavam os emblemas que deveriam ser

Figura 4 - Ilustração constante da *Notitia Dignitatum* representando a insígnia do Conde da Costa Saxónica na Grã-Bretanha. [in FERRILL, 1986, p. 109]

[3793] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 360.
[3794] GOLDSWORTHY, 2010a, (nota 3 do capítulo XV) p. 594.

representados nos escudos dos soldados dos exércitos de campo[3795].

As imagens estilizadas que se podem observar apresentam as províncias, acrescidas de representações de cidades muralhadas em miniatura com a respetiva indicação das suas principais comunidades.

A divisão do Império em duas partes é patente ao longo de todo o discurso, sendo já apresentadas como realidades totalmente distintas[3796]. Tudo indica assim que à medida que a estrutura administrativa e militar do Império ia sofrendo reformas, o documento teria sido alterado por forma a poder integrar a qualidade de tais mudanças.

Podemos assim observar que as secções do texto que tratam da parte oriental do Império registam com detalhe como seria a estrutura hierárquica militar que estaria vigente por volta de 395, data da morte de Teodósio I[3797], mas não parecem apresentar quaisquer outros elementos concernentes a datas posteriores.

Por outro lado, o texto que se reporta à parte ocidental do Império, nomeadamente as que se reportam à organização militar, apenas terão sido alteradas já no século V, possivelmente em data que aponta para o início dos anos de 420[3798].

Encontram-se aduzidas às referências para a sua parte ocidental duas listas de unidades móveis do exército de campanha (comitatenses), em que a primeira reporta as unidades (*numeri*) com os seus mestres de infantaria e cavalaria, enquanto a segunda aponta a sua distribuição regional (*distributio numerorum*). A análise destes elementos indica que esta última listagem nos fornece essencialmente um quadro dos exércitos de campo ocidentais quanto à sua possível distribuição no final da segunda década do século V[3799].

A *Notitia Dignitatum* enuncia ainda as unidades formadas por soldados não romanos, mas indica-as através de uma referência aos nomes dos seus respetivos povos, a saber[3800]:

- no Ocidente, Gauleses, Celtas, Marcomanos, Batavos, Francos Sálios, Hérulos, Mouros, etc.

- no Oriente, Gauleses, Dalmatas, Batavos, Francos, Alamanos, nómadas Citas, Trácios, Hiberos do Cáucaso, Isaurianos, Arménios, Palmirenses, Tebanos do Egipto, etc., Surge ainda a referência a quatro unidades formadas a partir de desertores ou mercenários sassânidas (Persas). É de assinalar que os cinco comandantes romanos com o título de

[3795] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 360.
[3796] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 359.
[3797] HEATHER, 2010, p. 247.
[3798] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 360.
[3799] HEATHER, 2010, p. 247.
[3800] LE BOHEC, 2006, pp. 64-65.

mestres da milícia no oriente, terão realizado recrutamento por todo o Império, atendendo a que encontramos integrados nos seus exércitos elementos oriundos do ocidente.

No entanto, dever-se-á assinalar que a atualização das informações constantes do texto nem sempre terão sido realizadas, pois várias alterações que deveriam ter sido introduzidas terão frequentemente sido omitidas ou mesmo sido realizadas de forma incompleta, não abrangendo muitas vezes os aspetos que se poderiam considerar como mais relevantes[3801].

A *Notitia Dignitatum* surge assim como um documento cuja confiabilidade histórica é bastante problemática, pois são bem patentes descuidos, ou até mesmo erros em muitas das páginas que apresentam os padrões dos escudos das unidades do exército. Para tal bastaria a aferição de que estes surgem todos com um perfil circular, quando sabemos que o padrão de muitos era claramente oval, para além de algumas destas representações terem sido acrescentadas com elementos fantasistas, enquanto outras terão sido representadas com inexplicáveis simplificações[3802].

É de salientar igualmente que tanto as unidades formadas pelos povos aliados, atendendo a que constituíam uma substancial parte dos exércitos neste período, bem como os oficiais que as comandavam, não terão estranhamente merecido qualquer referência na *Notitia Dignitatum*, apesar da sua importância na organização militar do Império. O documento lista apenas as unidades e os cargos oficialmente reconhecidos sabendo-se que deveria haver um comandante para cada uma destas unidades mesmo que este não estivesse especificamente designado.

Tais omissões indicam assim que o trabalho dos redatores da *Notitia* não teria sido exaustivo e não pretenderia uma caracterização de como o exército, e a própria administração, eram universalmente constituídos. A sua principal preocupação parece ter sido a de enumerar apenas as comissões que existiam para os diversos postos militares e civis que se encontram nela listados[3803], sendo as próprias nomeações, a par da sua antiguidade, que parecia ser alvo do seu interesse.

É mesmo de supor que tais cargos estariam nela assinalados pois conferiam poder a determinados indivíduos que estariam interessados na sua consagração por escrito, conferindo-lhes inequivocamente estatuto e privilégios[3804].

[3801] JONES, 1990, vol. III, anexo II, p. 347.
[3802] GOLDSWORTHY, 2010a, p. 360.
[3803] Bem clarificadores desta preocupação são os símbolos que acompanham, por exemplo, as insígnias do *primicerius notariorum*: uma secretária e um maço de comissões. GOLDSWORTHY, 2010a, p. 361.
[3804] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 361-363.

No entanto, a *Notitia Dignitatum* fornece alguns elementos interessantes para formar uma ideia aproximada do que seria a estratégia por volta do ano 400, nomeadamente ao apresentar uma parte substancial da distribuição militar das unidades nas duas partes do Império.

Permite igualmente ficar com uma visão de quais, e de que tipo, seriam as unidades oficialmente consagradas que se encontravam à disposição e de como eram formados os quadros hierárquicos existentes[3805].

A Questão da Confiabilidade Prática da Informação

A imensa lista de unidades integrantes do exército romano constante da *Notitia Dignitatum* é, para Adrian Goldsworthy, o principal fundamento para que alguns especialistas afirmem que o exército imperial do século IV e início do V poderia ter uma dimensão muito acima dos 600.000 efetivos[3806].

Contudo quando se tenta analisar o que poderia ser a real dimensão do exército imperial nesta conjuntura, tendo em atenção toda a mudança militar ocorrida em finais do século IV e V, coloca-se a questão de saber em que medida a *Notitia Dignitatum* poderia refletir com alguma fiabilidade a realidade militar quotidiana.

Podemos mesmo questionar se a referência nesta listagem a uma determinada unidade e o seu emblema do escudo era uma garantia de que esta realmente existia ainda no terreno.

É mesmo possível admitir-se que algumas destas unidades estivessem formalmente criadas, mas que a sua existência física nunca tivesse ocorrido, podendo a sua referência oficial ser um esquema para beneficiar jogos de poder e render prebendas a oficiais pouco escrupulosos.

E mesmo no caso de esta existir, será que realmente a unidade possuía uma substancial parte dos seus efetivos treinados, equipados e prontos para atuar no terreno?

Diga-se mesmo, que não sendo feita referência no documento ao número de soldados que constituía cada unidade, como se poderá aferir que o seu tamanho não se restringia a ser apenas um contingente de dimensões diminutas?

[3805] LE BOHEC, 2006, p. 76.
[3806] GOLDSWORTHY, 2010a, pp. 363-364.

Atendendo à complexidade e diversidade da realidade militar romana no Baixo-Império, dir-se-ia mesmo que tais perguntas serão metodológica e historicamente legítimas e que tais contextos são passíveis de terem ocorrido em diferentes momentos e latitudes para a grande generalidade das unidades referenciadas na *Notitia*.

ANEXO 15

HISTORIAL SUMÁRIO DA CRONOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DE DEZASSETE GRANDES LEGIÕES

ANEXO 15

HISTORIAL SUMÁRIO DA CRONOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DE DEZASSETE GRANDES LEGIÕES

Embora os principais elementos formais sob os quais se organizava a estrutura tática da legião romana tenham sido similares, o que tem levado a que persista uma certa tendência historiográfica para dar uma grande ênfase a múltiplas dimensões em que se poderão considera-las na sua uniformidade, a verdade é que estas poderosas unidades militares eram em muitos aspetos substancialmente diferentes entre si.

Dever-se-á ter em atenção que cada uma delas foi a protagonista de uma complexa realidade militar em que se congregaram milhares de homens e em que, portanto, se pode identificar um longo historial vivenciado com inúmeras idiossincrasias que a tornam única por entre as suas congéneres.

São assim muitos os fatores relevantes que condicionaram e modularam o seu historial e que se tornam importantes para que se possa realizar uma conscienciosa análise crítica do seu desempenho.

Em cada uma poder-se-á observar a influência que deverão ter tido fatores como quem foi o seu patrono, qual o número dos seus efetivos, que origem tinham os seus homens, qual a conjuntura que marcou o seu nascimento, quais foram as causas do seu desaparecimento, quais foram as suas principais movimentações geográficas, onde foram os seus assentamentos base, quais os períodos em que esteve estacionada, quem foram os seus principais comandantes, qual o seu palmarés de vitórias, como superou a humilhação dos seus desaires militares, quem foram os seus mais frequentes adversários, como se adaptou às mudanças da organização defensiva, como geriu as complexas necessidades da sua logística, bem como poderemos considerar ainda a inter-relação entre todos estes fatores.

Bastaria compulsarmos uma lista destas poderosas unidades militares para compreendermos que todas elas têm marcadas diferenças entre si e onde uma falhou, outra poderia ter tido sucesso e no momento em que aclamou como imperador um usurpador, poderia também tê-lo assassinado ou manter-se fiel a quem estava no trono.

Este anexo pretende fornecer assim uma perspetiva sumária das principais diferenças que se registam entre dezassete das mais importantes legiões, quanto à sua cronologia, aos seus espaços de intervenção e guerras onde estiveram envolvidas. Poder-se-ia ter optado por mais elementos ou considerar outras na nossa análise, mas o nosso objetivo é dar aqui relevância à especificidade particular do seu historial.

Optámos por um leque de legiões consagradas e cujos seus elementos definidores se encontram bastante bem estabelecidos, deitando mão de obras de referência, como as de Peter Connolly, Yann Le Bohec, Adrian Goldsworthy e sobretudo ao trabalho dedicado especificamente a esta temática realizado por Stephen Dando-Collins com o título *Legions of Rome. The Definitive History of Every Imperial Roman Legion.*

1. *LEGIO* I *ADIUTRIX*[3807]

Figura 5 - *Legio* I *Adiutrix* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 60]

Legião de Auxílio.

Levantada em 68 d.C.[3808] teria surgido para servir de apoio ao novo imperador Galba e, segundo a *Notitia Dignitatum,* ela ainda existiria nos inícios do século V, mas já integrada no exército da parte oriental do Império.

Emblema: Pégaso.

Participou nas guerras e batalhas de:

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores, 69;

1.ª Batalha de Bedríaco, 69;

Revolta dos Batavos, 70;

Campanha Dácia de Domiciano, 84-86;

Campanha Suevo-Sármata de Domiciano, 89 97;

Guerras Dácias de Trajano, 105–106;

Campanha Parta de Trajano, 115–117;

[3807] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 60-64.
[3808] LE BOHEC, 2013, p. 35.

Guerras Marcomanas, 166–180;

Guerra Civil do Ano dos Cinco Imperadores, 193;

Guerras Romano-Partas, 195–243.

Pertenceu às guarnições de:

68 - 69: Roma, Miseno[3809];

69-70: Hispânia[3810];

70-c. 120: Mogúncia (Mainz), "Vespasiano"; Sírmio (*Sirmium*), "Domiciano"; Brigécio (*Brigetio*) na Panónia Inferior, "Nerva"; Dácia, "Trajano"; Pártia, "Trajano"[3811];

c. 125-193: Brigécio (*Brigetio*) na Panónia Inferior, "Adriano"[3812];

193-?: Roma[3813];

?-Século V: Hungria[3814].

[3809] No final da primavera de 68 d.C., na sua tentativa desesperada para se manter no trono, Nero, levantou uma nova legião formada por marinheiros oriundos da frota romana de Miseno, que se situava na costa adriática da península italiana. Quando o imperador se decidiu a suicidar com ajuda de terceiros, em 9 de junho deste ano, o Senado já tinha reconhecido a reivindicação ao trono de Sulpício Galba, o governador da província da Hispânia, embora este tivesse já a vetusta idade de 70 anos.
Os marinheiros de Miseno que reclamavam a águia e os estandartes que tinham sido prometidos por Nero e que marcavam o reconhecimento da sua legião, estavam determinados a consegui-lo, visto que tal lhes garantiria a concessão da cidadania romana. Após terem ocorrido diversos tumultos que resultariam na morte ou na condenação à prisão de muitos destes marinheiros, só então Galba se decidiria a constituir a legião 1.ª *Adiutrix*, onde viria a integrar, não só alguns destes homens que provinham das mais diferentes partes do Império, mas também muitos dos que tinham sido aprisionados na sequência dos tumultos. DANDO-COLLINS, 2010, pp. 60-63.

[3810] Após o assassínio de Galba, ocorrido em 15 de janeiro de 69, a legião passaria a integrar o exército de Otão que acabaria por sofrer uma derrota contra as legiões danubianas de Vitélio logo na Primeira Batalha de Bedríaco. Esta foi travada no norte da Itália em abril de 69. Tendo a 1.ª *Adiutrix*, depois da derrota, sido enviada por Vitélio para a Hispânia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

[3811] Em 70 d.C. o novo imperador Vespasiano decidiu transferir a 1.ª *Adiutrix* de Espanha para Mogúncia (Mainz) para apoiar a defesa do Reno, mas poucos anos depois o seu filho Domiciano preferiria vir a estacioná-la no Danúbio, na fronteira da Panónia, enquanto que Nerva viria a colocá-la mais para oriente em Brigécio (Hungria), ainda neste rio. Nesta posição de proximidade geográfica seria naturalmente chamada a participar das duas Guerras Dácias de Trajano (101-102 e 105-106 d.C.), após as quais este imperador a levou para o Oriente, para apoiar a sua campanha contra os Partas. DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

[3812] No principado de Adriano (117-138 d.C.), a legião voltaria a Brigécio, na Baixa Panónia, onde viria a permanecer um longo período que abrangeria praticamente os 200 anos seguintes, sempre com a missão de defender as fronteiras do Baixo Danúbio. DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

[3813] Após as convulsões sucessórias ocorridas no seguimento da morte de Cómodo, em 193 d.C., e o contexto do assassinato do imperador Pertinax pela Guarda Pretoriana, a 1.ª *Adiutrix* foi convocada para Roma, tal como viriam a ser outras legiões instaladas na Panónia, com a missão de apoiar a aspiração de Septímio Severo ao trono. DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

[3814] Segundo a *Notitia Dignitatum,* esta legião ainda existiria no início do século V e fazia parte do exército da parte oriental do Império, estacionada novamente na fronteira da Panónia, no que é hoje o centro da atual Hungria. DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

2. *LEGIO* I *GERMANICA*[3815]

Legião Germânica.

É aceite como provável que a 1.ª legião imperial de Augusto, que foi levantada cerca de 19 a.C. tenha sido a sucessora da 1.ª legião de Pompeio, que fora a sua legião de elite e a sua mais dedicada[3816] e terá existido até 70 d.C.[3817].

Emblema: admite-se que este emblema seja possivelmente o leão de Pompeio com uma espada na pata anterior direita

Figura 6 - *Legio* I *Germanica* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 64]

Participou nas guerras e batalhas de:

Guerras Cantábricas, 29–19 a.C.;

Campanha Germânica de Druso, 12-9 a.C.;

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores, 69 d.C.;

Revolta dos Batavos, 70.

Pertenceu às guarnições de:

29-19 a.C.: Hispânia[3818];

19 a.C.-9 d.C.: Gália;

9-70: *Colonia Agrippinensis*, Bonna, na Germania Inferior[3819].

[3815] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 64-65.

[3816] DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

[3817] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

[3818] Em 29 a.C., lutou na Guerra Cantábrica na Hispânia e o imperador concedeu-lhe o título honorífico de "Augusta" em reconhecimento pelos seus bons serviços neste conflito por volta de 25 a.C.
No entanto, poucos anos depois, em 19 a.C., após o recrudescimento da guerra nas montanhas da Cantábria, Marco Agripa decidiu humilhá-la e despojá-la do seu título, por considerar o seu comportamento covarde, tendo sido transferida para a Gália no mesmo ano. DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

[3819] Em 9 d.C., a legião estava estacionada no que viria a ser a futura Colónia Agripina (*Colonia Agrippinensis*), integrada no exército que zelava pela defesa do Baixo Reno. Participaria do motim ocorrido no Reno, em 14, antes de integrar as campanhas de Germânico, na Batalha das Pontes Longas (*Pontes Longi*) logo no ano seguinte, travada contra Armínio e uma coligação de tribos germânicas. Depois desta bem-sucedida campanha a legião passou a poder usar o título honorífico de "Germânica". Apesar disto, o seu comportamento durante a Revolta dos Batavos voltou a ser problemático, tendo desagradado tanto a Vespasiano que este decidiu dissolvê-la imediatamente, em 70. CONNOLLY, 1981b, p. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 64.

3. *LEGIO* I *PARTHICA*[3820]

Legião Pártica.

A legião 1.ª *Parthica* foi levantada por Septímio Severo[3821] em 197 d.C.[3822] e teria existido até uma data indeterminada, mas que tudo indica se tenha situado por volta do final do século IV[3823].

Emblema: Centauro.

Figura 7 - *Legio* I *Parthica* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 68]

Participou nas guerras e batalhas de:

Campanha de Septímio Severo, 197-201;

Enfrentamentos com Partas e Persas, 201 até final do século IV.

Pertenceu às guarnições de:

197-201: Pártia[3824];

201-360: Singara, na Mesopotâmia[3825];

360-final do século IV (*Notitia Dignitatum*): Constantina [3826].

[3820] DANDO-COLLINS, 2010, p. 68.

[3821] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

[3822] LE BOHEC, 2013, p. 35.

[3823] DANDO-COLLINS, 2010, p. 68.

[3824] A 1.ª *Parthica* foi uma das três legiões que teriam sido recrutadas por Septímio Severo na Macedónia e na Trácia em 197 d.C., para integrar o exército que este imperador levou contra os Partas. A campanha iniciou-se com bastante sucesso e esta legião chegou mesmo a juntar-se ao saque da capital parta de Ctesifonte em 198. No entanto, os anos posteriores foram caracterizados por um sem número de marchas e cercos militarmente difíceis, a que se juntariam dificuldades logísticas, nomeadamente uma sistemática falta de suprimentos. DANDO-COLLINS, 2010, p. 68.

[3825] Em 201 Severo decidiu abandonar a investida contra os Partas, tendo então deixado as legiões 1.ª *Parthica* e a 3.ª *Parthica* a guarnecerem as defesas da Mesopotâmia, enquanto se deslocava, primeiro para o Egito e depois para Roma. Posteriormente esta legião teria vindo a construir uma fortificação em Singara, onde viria a ficar estacionada e a servir o Império por mais de 150 anos, continuando a lutar contra os Partas e mais tarde contra os seus sucessores Sassânidas. DANDO-COLLINS, 2010, p. 68.

[3826] No entanto, em 360 a fronteira que até então era defendida pela 1.ª *Parthica* em Singara viria a ser conquistada por uma coalizão persa liderada pelo rei Sapur II, mas, de acordo com a Lista dos Dignitários (*Notitia Dignitatum*), esta legião ainda existia no final do século IV, embora se encontrasse então estacionada em Constantia, hoje Veransehir na atual Turquia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 68.

4. *LEGIO* II *ADIUTRIX PIA FIDELIS*[3827]

Legião de Apoio, Servidora e Leal.

Levantada por Vespasiano em 69 d.C., esta legião existiu até uma data indeterminada, mas tudo indica que tenha estado em serviço até ao início do século V.

Emblema: Pégaso.

Figura 8 - *Legio* II *Adiutrix Pia Fidelis*
[in DANDO-COLLINS, 2010, p. 69]

Participou nas guerras e batalhas de:

Revolta dos Batavos, 69–70;

Campanha Britânica de Agrícola, 79-84;

Campanha Suevo-Sármata de Domiciano, 89-97;

Campanha Parta de Marco Aurélio, 161-166;

Guerra contra os Marcomanos de Marco Aurélio, 171–173;

Campanha de Caracala contra os Alamanos, 213;

Campanha de Gordiano III contra o Império Sassânida, 238.

Pertenceu às Guarnições de:

Inverno entre 69-70: Ravena[3828];

70: Noviómago[3829];

70-87: Lindum, hoje Lincoln, depois Deva[3830];

[3827] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 69-77.

[3828] Algumas evidências numismáticas indicam que esta legião teria passado o inverno de 69-70 d.C. na cidade de Ravena, tendo recebido então o título honorário de 2.ª *Adiutrix Pia Fidelis* que foi concedido pelo próprio imperador Vespasiano. DANDO-COLLINS, 2010, p. 73.

[3829] No inverno de 70 teria participado nas diversas escaramuças e batalhas sangrentas que ocorreram na fronteira renana e que finalmente encerrariam a Revolta dos Batavos (*Civilis*). DANDO-COLLINS, 2010, p. 75.

[3830] Na primavera do ano seguinte, a 2.ª legião *Adiutrix Pia Fidelis* cruzou o Canal da Mancha para servir na Britânia, tendo estabelecido a sua principal base durante toda a década seguinte em *Lindum*, atual Lincoln. Mais tarde, ela mudar-se-ia para Deva onde participou da invasão de Quinto Petílio Cerial ao reino da tribo celta dos Brigantes, hoje a cidade de Yorkshire. Em 84, a 2.ª legião *Adiutrix Pia Fidelis* também teria participado das campanhas de Agrícola, que avançaram na conquista da Britânia até ao território dos Pictos na Escócia. DANDO-COLLINS, 2010, pp. 75-77.

87-89: Singiduno, hoje Belgrado[3831];

89-c. 160: Aquinco, hoje Budapeste[3832];

c. 160-c. 194: Dacia, Aquinco, hoje Budapeste, Síria[3833];

c. 194-início do século V: Aquincum, hoje Budapeste[3834].

5. *LEGIO* II *ITALICA*[3835]

Legião Itálica.

Levantada por Marco Aurélio[3836] em 165 d.C.[3837] e existiu até data indeterminada no final do século IV.

Emblema: Loba com Gémeos.

Figura 9 - *Legio* II *Italica* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 80]

Participou nas guerras e batalhas de:

Defesa no Cerco Germânico a Aquileia, c. 166;

Batalhas contra Tribos Germânicas Invasoras Vindas do Norte do Danúbio, c. 167-172;

Guerra Civil do Ano dos Cinco Imperadores, 193;

Campanha Parta de Septímio Severo, 195-198;

3831 No ano de 87 teria abandonado a Britânia e receberia ordens para se instalar em Singiduno, hoje Belgrado, tendo a partir de então participado ativamente nas campanhas de Domiciano contra os Dácios e mais tarde contra os Alamanos. DANDO-COLLINS, 2010, p. 77.

3832 Na época em que se concluiriam os acordos de paz conseguidos por Domiciano e que seriam assinados com os seus adversários do Norte, a 2.ª *Adiutrix Pia Fidelis* passaria a fixar a sua residência no Danúbio, nomeadamente em Aquinco que ficava situada na província da Baixa Panónia, facto que lhe viria a permitir dominar o território que é hoje a moderna capital húngara a partir de 89. DANDO-COLLINS, 2010, p. 77.

3833 Esta legião viria também a ser posteriormente enviada para Oriente por Marco Aurélio, onde tomaria parte nas campanhas de 161-166 contra os Partas, tendo depois regressado à sua base na fronteira danubiana em Aquinco. Em 193, marcharia para Roma juntamente com outras legiões da Panónia, onde se incluía a 1.ª *Adiutrix*, para apoiar Septímio Severo que era o governador da sua província, com o intuito de o auxiliar nas suas pretensões ao trono. DANDO-COLLINS, 2010, p. 77.

3834 No início do século V, a época em que, possivelmente, teria sido redigida a Lista de Dignidades (*Notitia Dignitatum*), a II *Adiutrix Pia Fidelis* ainda estava ao serviço do Império e mantinha-se estacionada na Baixa Panónia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 77.

3835 DANDO-COLLINS, 2010, p. 80.

3836 GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

3837 LE BOHEC, 2013, p. 35.

Batalhas na Defesa da Fronteira do Danúbio, 205-final século IV.

Pertenceu às Guarnições de:

165-c. 167: Aquileia[3838];

c. 167-172: Locica na Dalmácia[3839];

172-205: Nórica[3840];

205-final século IV: Lauríaco (Lorch, parte da cidade de Enns, na Áustria)[3841].

6. *LEGIO* III *AUGUSTA*[3842]

Legião Augusta.

Levantada por Otaviano em cerca de 19 a.C., teve o que se poderia considerar um historial muito particular, visto que foi abolida, em 238 d.C., por Gordiano III, para depois ser reerguida quinze anos depois por ordem do imperador Valeriano. Manteve-se em serviço até ao final do século IV.

Emblema: Leão.

Figura 10 - *Legio* III *Augusta* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 84]

Participou nas guerras e batalhas de:

Revolta de Tacfarinas (Tiqfarin), 17 d.C.–23 d.C.;

Batalha de Cartago, 238 d.C.;

[3838] Levantada por Marco Aurélio em 165 d.C. a legião 2.ª *Italica* teve como base do seu assentamento a cidade de Aquileia, no nordeste da Itália, mas viu-se forçada a constantes deslocações nos anos subsequentes para enfrentar as inúmeras invasões germânicas que se verificavam na fronteira danubiana nesse período. Tendo sido assim a 2.ª *Italica* forçada a um considerável esforço militar, ver-se-ia forçada a travar frequentes batalhas contra as tribos dos Alamanos e dos Quados, o que a obrigaria a manter-se quase sempre em movimento. DANDO-COLLINS, 2010, p. 80.

[3839] Até 172 d.C. esteve em serviço nos arredores de Locica, na Dalmácia, perto da atual cidade de Celje, no território da Eslovénia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 80.

[3840] Em 172 foi transferida para Albing, na província da Nórica. DANDO-COLLINS, 2010, p. 80.

[3841] Por volta de 205, no principado de Septímio Severo, ela foi transferida da Nórica para Lauríaco, atual Lorch na Áustria, tendo deixado a sua base em Albing inacabada. Na época da *Notitia Dignitatum*, ostentando uma roda de quatro raios como emblema, a 2.ª *Italica* tornar-se-ia uma das trinta e duas legiões comitatenses, tendo ficado sob o comando geral do Duque da Panónia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 80.

[3842] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 84-85.

Vexilações desta legião participaram de muitas outras campanhas.

Pertenceu às Guarnições de:

30 a.C.-75 d.C.: Amedara, hoje Haidra, na África[3843];

75-128: Tébessa, hoje Timgad, na África[3844];

128-final do século IV: Lambésis, hoje Lambésa ou Lambaesa na África[3845].

[3843] A legião 3.ª *Augusta*, que chegaria à província da África em 30 a.C., terá sido a única formação romana que existiu permanentemente durante centenas de anos, no contexto norte-africano. Teria servido já Otaviano durante a guerra contra António e Cleópatra, tendo-lhe sido concedido o cognome de Augusta durante o principado deste imperador.
É possível que tal atribuição titular tenha ocorrido na sequência dos acontecimentos de 19 a.C., após a realização de uma campanha contra as tribos do deserto que levaria a que o governador da África nessa época, Cornelius Balbus, tivesse o direito concedido pelo Senado de realizar um Triunfo.
O fastígio de glória da legião 3.ª *Augusta* ocorreu em 24, sendo o resultado da inteligente intervenção militar do procônsul Públio Cornélio Dolabela que conseguiu pôr termo à difícil revolta dos berberes na África, liderada por Tacfarinas, e que comprometia permanentemente os abastecimentos de trigo a Roma. CONNOLLY, 1981b, pp. 38, 54; DANDO-COLLINS, 2010, p. 85.

[3844] Em 75, esta legião foi transferida por Vespasiano para Tebessa, hoje conhecida como Timgad, onde os seus homens tiveram a oportunidade de realizar um importante trabalho ao construir uma bela cidade ao longo da estrada que conduzia à sua antiga base em Lambaesis, que foi edificada tendo como referência o padrão de reticulado de perfil militar. A própria legião continuaria, aliás, a trabalhar nos principais projetos de construção da cidade por um considerável período que se estendeu por cerca de meio século. DANDO-COLLINS, 2010, p. 85.

[3845] Em 238, numerosos cidadãos importantes e algumas forças militares da província da África, rebelar-se-iam contra o imperador Maximino I, o Trácio, aclamando como co-imperadores Gordiano I, e o seu filho, Gordiano II, que tinham sido até então os governadores da sua província. No entanto, a legião 3.ª Augusta que se encontrava instalada desde há muito nessa província, permaneceria leal a Maximino I e derrotaria o exército rebelde na Batalha de Cartago, tendo os usurpadores morrido na refrega. O Senado nomearia então Pupieno e Balbino como co-imperadores, levando a que Maximino I, que se encontrava na Panónia em guerra com os Godos, regressasse a Itália onde viria a ser assassinado pelas suas próprias tropas quando cercava Aquileia.
Nesta sequência, a Guarda Pretoriana atrever-se-ia a assassinar Pupieno e Balbino, levando a que o neto de Gordiano I, de apenas 13 anos, se tornasse o imperador. Como a legião 3.ª *Augusta* tinha permanecido leal a Maximino I, e por isso era responsável pela morte do seu avô e tio, Gordiano III ordenou que esta fosse abolida, fazendo com que as suas tropas tivessem sido dispersas por outras unidades. Todavia, quinze anos depois, já num outro contexto político, a legião 3.ª *Augusta* viria a ser reabilitada por ordem de Valeriano.
Encontrando-se então a África num período de paz, inúmeras vexilações desta legião seriam frequentemente utilizadas como reforço de outros contingentes militares, nomeadamente na Europa durante as décadas seguintes. A legião 3.ª *Augusta* fez inclusive parte do exército enviado por Estilicão, em 395, que veio a derrubar Gildão, o governador rebelde da África. DANDO-COLLINS, 2010, p. 85.

7. *LEGIO* III *GALLICA*[3846]

Figura 11 - *Legio* III *Gallica* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 87]

Legião Gaulesa.

Possivelmente criada ou reformada por Júlio César[3847], na Gália, em 49 a.C., com elementos da 3.ª legião de Pompeio. Esteve ao serviço do Império até finais do século IV[3848].

Emblema: Três Touros (por vezes ainda inclui um Capricórnio).

Participou nas guerras e batalhas de:

2.ª Guerra Civil da República entre Júlio César e Pompeio, 49-45 a.C.;

Batalha de Farsália, 48 a.C.;

Batalha de Munda, 45 a.C.;

Campanha Parta de Marco António, 41 a.C.;

Batalha de Perúgia, 41 a.C.;

Última Guerra Civil da República, entre Marco António e Otaviano, 32-30 a.C.;

Batalha de Ácio, 31 a.C.;

Guerra contra os Partas, 58-63 d.C.;

1.ª Campanha Arménia de Córbulo, 58-60;

2.ª Campanha Arménia de Córbulo, 62;

1.ª Revolta Judaica, 66-67;

Derrota dos Sármatas Roxolanos 68;

Batalha de Cremona, 69;

Batalha de Roma, 69;

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores, 69;

2.ª Batalha de Bedríaco, 69;

2.ª Revolta Judaica, 132-135;

[3846] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 87-89.

[3847] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

[3848] No principado de Teodósio I (394-395), há elementos que confirmam a presença desta legião ainda em Danaba. DANDO-COLLINS, 2010, p. 89.

Guerra Romano-Parta de 161-166;

Campanha Parta de Septímio Severo, 198;

Campanha Parta de Caracala, 211–217;

Batalha de Antioquia, 218.

Pertenceu às guarnições de:

49- 41 a.C.: Gália[3849];

41-30 a.C.: Síria[3850];

30 a.C.-58 d.C.: Emesa, Apamea (Síria)[3851];

58-68: Capadócia, Arménia, Judeia[3852];

68-69: Mésia[3853];

69-70: Roma/Cápua[3854];

[3849] O título de Gaulesa (*Gallica*) desta legião pode ter-lhe sido atribuído pelo próprio Júlio César, não só para a diferenciar da 3.ª de Pompeio, mas também para indicar o facto de que estes legionários teriam sido maioritariamente recrutados na Gália. DANDO-COLLINS, 2010, p. 87.

[3850] Antes da desastrosa campanha de 36 a.C. Marco António teria formado várias das suas legiões com recrutas que provinham da Síria e, pelo menos nos cem anos seguintes, as fileiras da 3.ª legião *Gallica* tinham legionários que provinham desta origem. A maioria destes homens, se não todos, eram devotos do deus solar oriental Baal, também conhecido por Heliogábalo. DANDO-COLLINS, 2010, p. 87.
Durante o apogeu desta legião, entre 67 e 70, poucos legionários teriam sido mais temidos, quer por inimigos, quer por correligionários, do que estes Sírios de comportamento selvagem e errático da 3.ª Gálica. DANDO-COLLINS, 2010, p. 88.

[3851] Otaviano integrou esta legião no exército permanente do Império, em 30 a.C., tendo ficado esta a fazer parte do contingente estacionado na Síria. DANDO-COLLINS, 2010, p. 87.

[3852] Na primavera de 58 d.C., uma vexilação com seis coortes da legião 3.ª *Gallica* marcharia até à Capadócia para ser integrada na campanha relâmpago que Córbulo realizou na Arménia e em 62 uma outra vexilação voltaria de novo a ser integrada na segunda campanha arménia deste comandante.
Quando a Revolta Judaica estourou em 66, três das coortes da 3.ª *Gallica* foram surpreendidas pelo início das hostilidades e acabariam por ser eliminadas, mas as restantes viriam a participar ativamente na contraofensiva de Vespasiano, que ocorreria logo no ano seguinte e que arrasou as cidades da Galileia. Provavelmente devido ao entusiasmo com que viriam os legionários da 3.ª legião *Gallica* na Guerra Judaica, nomeadamente por estarem sedentos de vingar os companheiros, esta legião viria a sofrer tão duras perdas que no final do verão seria transferida para a Mésia, na fronteira do Danúbio, mas onde só chegaria em 68. CONNOLLY, 1981b, p. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 87.

[3853] No início de 69, a legião 3.ª *Gallica* que ainda se encontrava numérica e animicamente bastante debilitada teria, apesar disso, sido convocada para enfrentar uma invasão na sua província por parte de um contingente de 9.000 cavaleiros sármatas da tribo dos Roxolanos que se apresentavam fortemente armados. A 3.ª *Gallica* efetuou um ataque de surpresa que lhe permitiu desbaratar esta ameaça, tendo sofrido apenas um pequeno número de baixas. Ao obter uma tão importante vitória, o legado que se encontrava à frente desta legião foi honrado com as condecorações triunfais que teriam sido atribuídas pelo próprio imperador Otão. DANDO-COLLINS, 2010, p. 87.

[3854] No final do verão de 69, os homens da 3.ª *Gallica* souberam que Vespasiano, o seu ex-comandante na campanha da Judeia, fora aclamado imperador pelas legiões que se encontravam no Oriente, passando esta também a apoiar as suas pretensões ao trono. Juntamente com outras forças, a 3.ª *Gallica* avançou para Roma e desbaratou as tropas de Vitélio, que por seu turno tinha já anteriormente eliminado o exército de Otão. A 3.ª *Gallica* venceu as batalhas de Bedríaco, hoje Calvatone, e posteriormente Cremona, tendo prosseguido a sua marcha sobre Roma, que invadiu, e onde se terá dedicado à perseguição e saque das casas dos apoiantes de Vitélio.
Muciano, o delegado de Vespasiano, ordenou então que a voraz 3.ª *Gallica* passasse o inverno em Cápua, para pôr fim aos tumultos e removê-la da capital. Tê-lo-ia ordenado porque Cápua não era apenas uma

70-c. 285: Rapana (Raphanaea), no rio Eufrates, no sul da Síria[3855];

c. 285-finais século IV: Danaba, entre Damasco e Palmira[3856].

8. *LEGIO* IIII *MACEDONICA*[3857]

Legião Macedónica.

Levantada por Júlio César, ou Pompeio o Grande, em 48 a.C., existiu apenas até 70 d.C.[3858].

Emblema: Touro.

Figura 12 - *Legio* IIII *Macedonica* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 91]

Participou nas guerras e batalhas de:

2.ª Guerra Civil da República entre Júlio César e Pompeio, 49-45 a.C.;

Batalha de Dirráquio, 48 a.C.;

Batalha de Farsália, 48 a.C.;

3.ª Guerra Civil da República, entre o Segundo Triunvirato e os Libertadores, 43-42 a.C.

Batalhas de Filipos, 42 a.C.;

---

cidade rica e, portanto, com condições de satisfazer as ambições de saque dos legionários, mas sobretudo porque esta cidade teria apoiado incondicionalmente as pretensões imperiais de Vitélio, levando a que os homens da 3.ª *Gallica* não tivessem pruridos em pilhá-la durante o inverno. DANDO-COLLINS, 2010, p. 88.

3855 Na primavera de 70 teria de novo sido enviada para Oriente, onde deveria ficar estrategicamente estacionada na remota cidade de Rapana (Raphanaea), nas margens do rio Eufrates na região do sul da Síria. A muito requisitada legião 3.ª *Gallica* seria novamente convocada para participar da bem-sucedida contraofensiva romana que pôs fim a Segunda Revolta Judaica de 132–135, só tendo regressado a Rapana já no tempo de Marco Aurélio.
Durante o principado de Septímio Severo, o assentamento base da legião mantinha-se na província da Síria Fenícia, tendo pela sua proximidade sido também convocada, em 273, para integrar a campanha que o imperador Aureliano realizou contra Palmira, onde a rainha Zenóbia insistia em manter de forma reiterada a sua rebeldia contra o império. DANDO-COLLINS, 2010, p. 88.

3856 No principado de Diocleciano (r. 284-305), a base da 3.ª *Gallica* estava em Danaba, entre Damasco e Palmira. No principado de Teodósio I (r. 394-395), a legião ainda estava em Danaba, junto com a legião 1.ª *Illyricorum*, uma unidade que datava do final do século III. DANDO-COLLINS, 2010, p. 88.

3857 DANDO-COLLINS, 2010, p. 91.

3858 GOLDSWORTHY, 2003, p. 51; Stephen Dando-Collins considera que talvez possa ter sido levanta por Pompeio, DANDO-COLLINS, 2010, p. 91.

Última Guerra Civil da República, entre Marco António e Otaviano, 32-30 a.C.;

Batalha de Ácio, 31 a.C.;

Guerras Cantábricas, 29-19 a.C.;

Batalha de Vélica, 25 a.C.;

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores, 69 d.C.;

Revolta dos Batavos, 70.

Pertenceu às guarnições de:

48–30 a.C.: Macedónia Romana[3859];

30 a.C.-43 d.C.: Julióbriga (Retorillo), na Hispânia Tarraconense[3860];

43-70: Mogúncia (Mainz), na Germânia Superior[3861].

9. *LEGIO* IIII *FLAVIA FELIX*[3862]

Legião Afortunada dos Flávios.

Levantada por Vespasiano[3863] em 70 d.C.[3864], em substituição da abolida 4.ª *Macedonica*[3865]. Existiu até data indeterminada no século IV.

Emblema: Leão.

Figura 13 - *Legio* IIII *Flavia Felix* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 92]

[3859] É provável que esta legião tenha sido assim designada após a primeira Batalha de Filipos que foi travada na Macedónia, em 42 a.C., onde teria lutado na ala esquerda do exército de Marco António e onde viria a sofrer pesadas baixas. O general adversário nesta batalha, Marco Bruto, teria até congratulado as suas tropas por terem "destruído completamente a famosa 4.ª legião", mas esta teria sobrevivido parcialmente, tendo sido possível reconstruí-la posteriormente. DANDO-COLLINS, 2010, p. 91.

[3860] Durante o principado de Otaviano, a legião foi enviada para a Hispânia, tendo sido estacionada em Julióbriga, atual Retorillo, onde permaneceu até 43 d.C., Posteriormente, Cláudio transferiu-a para Mogúncia no Alto Reno, onde foi substituir a 14.ª *Gemina Martia Victrix*, que foi designada para integrar a invasão da Britânia. CONNOLLY, 1981b, p. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 91.

[3861] Na sequência do seu processo de envolvimento com Caio Júlio Civil e os rebeldes comprometidos na revolta dos Batavos durante o ano dos quatro imperadores, o novo imperador Vespasiano deu ordem para que fosse desfeita. DANDO-COLLINS, 2010, p. 91.

[3862] DANDO-COLLINS, 2010, p. 92.

[3863] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

[3864] LE BOHEC, 2013, p. 35.

[3865] DANDO-COLLINS, 2010, p. 92.

Participou nas guerras e batalhas de:

Guerras Dácias de Domiciano, 86-88;

Campanha Suevo-Sármata de Domiciano 89-97;

Guerras Dácias de Trajano 101 a 106 d.C.;

2.ª Batalha de Tapas, 101;

Conquista de Sarmisegetusa, 106;

Guerras Marcomanas, 166-180.

Pertenceu às guarnições de:

70-85: *Burnum*, Šibenik-Knin, capital da Dalmácia, perto de Kistanje; [3866];

85-século IV: Singiduno (Belgrado), Mésia Superior, posteriormente Mésia Prima[3867].

10. *LEGIO* V *ALAUDAE*..[3868]

Figura 14 - *Legio* V *Alaudae* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 93]

Legião com Penachos de Cotovia.

Levantada por Júlio César[3869] em 48 a.C., terá existido até 86 d.C.

Emblema: Elefantes.

[3866] Após a dissolução da desonrada legião 4.ª *Macedonica* em 70 d.C., Vespasiano reformou a unidade dando-lhe o cognome de legião 4.ª *Flavia Felix*, atribuindo-lhe então o seu próprio nome de família, designando-a como legião dos Flávios. Atribuiu-lhe o emblema de um leão que era o símbolo associado ao herói Hércules, a divindade favorita do imperador. A nova legião 4.ª *Flavia Felix* foi instalada em *Burnum*, capital da província da Dalmácia, ainda no final do ano de 70. DANDO-COLLINS, 2010, p. 92.

[3867] Em 85, a legião seria transferida para a Mésia, estabelecendo então a base do seu assentamento em Singiduno, atual Belgrado, sita na Sérvia, na confluência dos rios Danúbio e Sava. Esteve bastante envolvida na luta contra os Alamanos e Dácios, quer na Mésia, quer na Panónia, durante o principado de Domiciano. Durante o principado de Trajano teria participado das duas invasões à Dácia que viriam a permitir a conquista desta como província romana. A legião continuou com o seu principal assentamento em Singiduno pelos 200 anos seguintes, após os quais não temos mais elementos. DANDO-COLLINS, 2010, p. 92.

[3868] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 93-95..

[3869] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

Participou nas guerras e batalhas de:

2.ª Guerra Civil da República, 49-45 a.C.;

Batalha de Farsália, 48 a.C.;

Batalha de Uzita, 47 a.C.;

Batalha de Tapso, 46 a.C.;

Batalha de Munda, 45 a.C.;

3.ª Guerra Civil da República, entre o Segundo Triunvirato e os Libertadores, 43-42 a.C.;

Batalha do Fórum dos Galos e Mutina, (Módena) 43 a.C.;

Batalhas de Filipos, 42 a.C.;

Guerras Cantábricas, 29–19 a.C.;

Campanhas de Germânico, na Germânia, 14-16 d.C.;

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores 69;

Revolta dos Batavos 70;

Campanha Dácia de Domiciano 86-88;

1.ª Batalha de Tapas, 86.

Pertenceu às guarnições de:

48-46 a.C.: Hispânia;

46-c. 30 a.C.: Norte de África[3870];

c. 30-17 a.C.: Hispânia[3871];

17 a.C.–c.70 d.C.: Germânia Superior[3872];

[3870] Em 46 a.C., a legião 5.ª *Alaudae* foi enviada para o Norte da África para participar da campanha de Júlio César contra as forças republicanas lideradas pelos filhos de Pompeio. Na Batalha de Thapsus em 6 de abril deste ano, os legionários da 5.ª, que se encontravam distribuídos pelas duas alas do exército de César, munidos de grandes machados, enfrentaram com êxito os sessenta elefantes de guerra enviados pelo rei Juba da Numídia. De acordo com Apiano, teriam sido os próprios homens da 5.ª *Alaudae* que corajosamente teriam solicitado a César que fossem colocados em frente dos paquidermes, o que explica o seu emblema. DANDO-COLLINS, 2010, p. 94.

[3871] Por volta de 30 a.C., a legião 5.ª *Alaudae* fez parte do grupo de 30 unidades que viriam a integrar o exército permanente selecionado por Otaviano. Esta legião seria então enviada para a Hispânia, onde participaria das Guerras Cantábricas de 29-19 a.C., sendo depois transferida para auxiliar na defesa da fronteira renana em 17 a. C. DANDO-COLLINS, 2010, p. 94.

[3872] Lamentavelmente, em 16 a.C., numa luta contra várias tribos germânicas, teria desonrosamente perdido a sua águia.
Em 14 d.C., esta legião encontrava-se estacionada em Vetera integrada num grupo de quatro legiões que formavam o exército do Baixo Reno e viria a participar intensamente das campanhas vitoriosas de Germânico levadas a cabo até 16 na Germânia.
A legião 5.ª *Alaudae*, sob o comando do governador da Baixa Germânia, Lúcio Aprónio, venceria uma importante batalha numa difícil campanha contra os Frísios realizada em 28, mas onde viria a perder cerca de 1.300 dos seus auxiliares.

c.70–86: Dácia[3873].

11. *LEGIO* VI *FERRATA*[3874]

Figura 15 - *Legio* VI *Ferrata* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 98]

Legião Couraçada de Ferro.

Embora Adrian Goldsworthy indique que esta terá sido levantada por Júlio César[3875] sem que, contudo, tenha precisado uma data, Stephen Dando-Collins estabelece que a 6.ª *Ferrata* se teria originado a partir da 6.ª legião republicana de Pompeio, o Grande, que se encontrava estacionada na Hispânia[3876]. Foi dizimada em 45 a.C., depois da Batalha de Munda, tendo sido reerguida no ano seguinte por Lépido. Existiu até depois de 215 d.C. ou até mesmo ao século IV[3877].

Emblema: Touro.

Participou nas guerras e batalhas de:

2.ª Guerra Civil da República, entre Júlio César e Pompeio, 49-45 a.C.;

Batalha de Farsália, 48 a.C.;

Cerco de Alexandria, 47 a.C.;

Batalha de Zela, 47 a.C.;

Batalha de Munda, 45 a.C.;

A legião 5.ª *Alaudae* permaneceria estacionada em Vetera até 69, momento em que Vitélio levaria algumas das suas coortes para Itália no contexto das suas pretensões ao trono.
As que permaneceram em Vetera viriam a sofrer um violento ataque no contexto da revolta dos Batavos e poder-se-ia dizer que a legião seria assim quase exterminada, mas a partir de 70, a provavelmente reabilitada legião 5.ª *Alaudae* viria a manter-se em serviço primeiro na Panónia e depois na Mésia. CONNOLLY, 1981b, pp. 38, 45; DANDO-COLLINS, 2010, p. 95.

[3873] Considera-se como bastante provável que, em 86, ela tenha desaparecido na Dácia, formalmente desativada pelo prefeito do pretório Fusco, pois não mais foi mencionada nos registos romanos. DANDO-COLLINS, 2010, p. 96.

[3874] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 98-99.

[3875] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

[3876] A 6.ª legião *Ferrata* foi uma das seis legiões que se encontravam estacionadas na Hispânia sob o comando de Pompeio, o Grande, precisamente no mesmo período em que César procurava conquistar a Gália. Pompeio tê-la-ia emprestado a César, mas recuperou o seu comando em 50 a.C., no momento em que aumentavam as tensões entre César e o Senado e que finalmente eclodiriam na Guerra Civil em 49 a.C. Esta legião foi uma das que se renderam a César em Espanha em 49 a.C., mas que se escapou e voltou para o comando de Pompeio na Grécia, tendo mesmo lutado na Batalha de Farsália em 48 a.C. DANDO-COLLINS, 2010, p. 98.

[3877] DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

3.ª Guerra Civil da República, entre o Segundo Triunvirato e os Libertadores, 43-42 a.C.;

Batalha de Filipos, 42 a.C.;

Campanha Parta de Marco António, 36 a.C.;

Última Guerra Civil da República, entre Marco António e Otaviano, 32-30 a.C.;

Batalha de Ácio, 31 a.C.;

Guerra Romano-Parta, 58-63 d.C.;

1.ª Campanha Arménia de Córbulo, 58-60;

2.ª Campanha Arménia de Córbulo, 62;

1.ª Guerra Judaica, 66-73;

Marcha sobre Roma, 69;

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores, 69;

Derrota dos Sármatas, Moésia, 69;

Conquista de Comagene, 73;

Guerras Dácias de Trajano, 101-106;

Campanha Oriental de Trajano, 114-116;

Revolta Judaica de Barcóqueba, 132-136.

Pertenceu às guarnições de:

c. 57–30 a.C.: Hispânia, Gália, Grécia, Norte da África[3878];

30 a.C.- 69 d.C.: Raphanaea, no sul da Síria; Judeia [3879];

69-70: Roma[3880];

[3878] Após a derrota do exército republicano em Farsália, algumas coortes desta 6.ª legião *Ferrata* estavam entre os 18.000 soldados de Pompeio que escaparam para o norte de África, tendo deixado menos de 1.000 homens desta entre as tropas que efetivamente se renderam a César. Estes tornar-se-iam o núcleo do exército cesariano que viria a lutar no Ponto contra Farnaces na Batalha de Zela, em 47 a.C. A 6.ª *Ferrata* participaria ainda da derrota que César infligiu aos filhos de Pompeio na Hispânia, enquanto os seus restantes legionários viriam a lutar do lado perdedor na batalha de Thapso ocorrida no norte de África, em 46 a.C. Após o assassinato de César, em 44 a.C., a 6.ª legião *Ferrata* esteve ao lado de Marco António até este ser derrotado em Ácio, em 31 a.C., tendo-se então tornado parte do exército permanente de Otaviano. DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

[3879] Posteriormente, em 30 a.C., Otaviano enviou-a para o sul da Síria, ficando estacionada em Raphanaea, durante grande parte dos 150 anos seguintes. Em 66 d.C., a legião 6.ª *Ferrata* viria mesmo a contribuir com quatro coortes para engrossar o exército que encetou a desastrosa intervenção em Jerusalém de Caio Céstio Galo, o governador da província da Síria, após ter eclodido a Revolta Judaica. CONNOLLY, 1981b, pp. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

[3880] Em 69, a legião marcharia sobre a Itália sob o comando de Licínio Muciano, à época governador da Síria, juntamente com corpos auxiliares e 13.000 milicianos (*Evocati)*, para destronar Vitélio e permitir a instalação no trono de Vespasiano. Enquanto a legião 6.ª *Ferrata* se encontrava a caminho, recebeu a notícia de que grupos de Sármatas tinham invadido a Mésia e conquistado vários fortes auxiliares. De imediato, Muciano decidiu deslocar-se para Norte em direção ao Danúbio e, aproveitando o efeito surpresa, a 6.ª *Ferrata* conseguiu derrotar estes invasores. CONNOLLY, 1981b, p. 52; DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

70-116: Raphanaea, no sul da Síria[3881];

116-119: Caparcotna, na Galileia[3882];

119-120: Arábia[3883];

120-século IV: Caparcotna, na Galileia[3884].

12. *LEGIO* VI *VICTRIX*[3885]

Legião Vitoriosa.

Levantada por Otaviano em 42 a.C., existiu até data indeterminada no século V d.C.

Emblema: não se conhece com certeza, mas o mais provável é que tivesse sido um Touro.

Figura 16 - *Legio* VI *Victrix* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 100]

Participou nas guerras e batalhas de:

Batalhas de Filipos, 42 a.C.;

Batalha de Perúsia, 41 a.C.;

Campanha contra Sexto Pompeio, 44-36 a.C.;

Última Guerra Civil da República, entre Marco António e Otaviano, 32-30 a.C.;

Batalha de Ácio, 31 a.C.;

Guerras Cantábricas, 29-19 a.C.;

[3881] Em 70, esta legião deixou Roma e retornou à sua base síria, tendo participado alguns anos depois da campanha contra os Partas levada a cabo por Trajano em 111–116, para posteriormente ter ficado estacionada em Caparcotna, na Galileia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

[3882] Evidências arqueológicas demonstram claramente a presença da legião 6.ª *Ferrata* em Caparcotna ainda em 117, precisamente na época em que estalaram as revoltas judaicas, nomeadamente no Egito, na Cirenaica e em Chipre. A fortaleza erguida em Caparcotna fora construída pela própria 6.ª *Ferrata* e era um local estratégico de grande importância, pois não se encontrava longe da entrada da passagem de Wadi Ara, a cerca de 38 quilómetros de Gadara e 24 de Nazaré. DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

[3883] Em 119, a legião teria já sido transferida para a Arábia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

[3884] Mas, no entanto, em 120 tinha regressado a Caparcotna, sendo ainda designada por legião (*Legio*), até ser renomeada como Maximiniana, possivelmente em homenagem ao imperador Maximiano Galério (r. 305–311). A legião ficaria aí estacionada durante os restantes anos da sua existência. DANDO-COLLINS, 2010, p. 99.

[3885] DANDO-COLLINS, 2010, p. 100.

Guerra Civil no Ano dos Quatro Imperadores, 69 d.C.;

Campanha Britânica de Quinto Lólio Úrbico, 139-143;

Campanha Britânica de Septímio Severo, 208-211.

Pertenceu às guarnições de:

41 a.C.-70 d.C.: Hispânia[3886];

70-c. 105: Reno, Novésio (Neuss)[3887];

c. 105-122: Vetera, Germânia, Baixo Reno[3888];

122-401: Eboraco, York, Britânia[3889];

401-c. 410: Itália[3890].

13. *LEGIO* VIII *AUGUSTA*[3891]

Figura 17 - *Legio* VIII *Augusta* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 103]

Legião Augusta.

Erguida por Pompeio em 65 a.C., seria depois cooptada por Júlio César e esteve ao serviço do Império até, pelo menos, ao final do século IV d.C.

Emblema: Touro.

[3886] Tal como a 6.ª *Ferrata*, a legião 6.ª *Victrix* deverá ter tido origem numa das unidades que anteriormente se encontravam estacionadas na Hispânia e que estavam sob o comando de Pompeio, o Grande, mas que em 42 a.C. tinham já passado para o controle de Otaviano e que assim a convocou para o seu exército na Batalha de Filipos.
Já fazendo parte do novo exército permanente de Otaviano, serviria nas Guerras Cantábricas que ocorreriam a partir de 29 a.C., campanha durante a qual é possível que tenha conquistado o seu cognome de Vitoriosa. CONNOLLY, 1981b, p. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 100.

[3887] Em 70 d.C., foi enviada para o Reno, onde se deveria juntar ao exército de Petílio Cerial para auxiliar no controlo da Revolta dos Batavos, tendo posteriormente, sido transferida para Novésio, na Baixa Germânia atual Neuss. DANDO-COLLINS, 2010, p. 100.

[3888] Durante as Guerras Dácias, entre 101 e 106, ver-se-ia destacada em Vetera, no Baixo Reno, onde desempenharia um importante papel estratégico. DANDO-COLLINS, 2010, p. 100.

[3889] Alguns anos depois, em 122, a legião 6.ª *Victrix* receberia ordens de se transferir com carácter de urgência para o território Britânico a fim de substituir a legião 9.ª *Hispana* que tinha sido destruída. Neste contexto, instalaria definitivamente a base do seu assentamento em Eburaco, hoje York, onde permaneceria por quase 300 anos. DANDO-COLLINS, 2010, p. 100.

[3890] Só em 401, viria a ser convocada novamente, desta vez para se juntar às tropas que Estilicão organizava na Itália para enfrentar a investida dos Visigodos de Alarico. DANDO-COLLINS, 2010, p. 100.

[3891] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 103-104.

Participou nas guerras e batalhas de:

Guerras Gálicas, 58-51 a.C.;

Batalha contra os Nérvios, 57 a.C.;

2º Guerra Civil da República, entre Júlio César e Pompeio, 49-45 a.C.;

Batalha de Farsália, 48 a.C.;

Batalha de Tapso, 46 a.C.;

Guerras Cantábricas, 29-19 a.C.;

Guerra da Panónia, de 6-9 d.C.

Revolta dos Batavos, 70;

Campanha Dácia de Domiciano, 83–86;

Campanha contra os Partas, 193.

Pertenceu às guarnições de:

até cerca do ano de 44 a.C.: Gália Cisalpina[3892];

29-19 a.C.: Hispânia[3893];

c. 20 a.C.-c. 45 d.C.: Poetovio, na Panónia (hoje Ptuj na Eslovénia)[3894];

45-70: Novae, Mésia[3895];

70-371: Argentorato (atual Estrasburgo na França)[3896];

371-?: Zurzach, na Suíça;

por volta de 420 (*Notitia Dignitatum*): Itália[3897].

[3892] Tendo sido originária da legião 8.ª *Republicana*, viria depois a ficar sob o comando de Júlio César e a servir, quer na Guerra da Gália, quer na Guerra Civil. DANDO-COLLINS, 2010, p. 104.

[3893] Tornou-se uma das legiões do exército permanente de Otaviano tendo servido, na Hispânia durante as Guerras Cantábricas de 29-19 a.C., onde deveria ter sido honrada com o título de Augusta. DANDO-COLLINS, 2010, p. 104.

[3894] Esteve também na Guerra da Panónia, de 6 a 9 d.C., acabando por ficar estacionada em Poetovio, nesta província até ao principado de Cláudio a partir do ano de 41. DANDO-COLLINS, 2010, p. 104.

[3895] Em 45 a legião tinha assentado a sua base em Novae, na Mésia, mas em 69 a 8.ª *Augusta* teria sido mobilizada para integrar o exército de Otão. Após a morte deste, os seus legionários jurariam fidelidade a Vespasiano e lutaram nas batalhas na Itália que o viriam a tornar no próximo imperador. CONNOLLY, 1981b, p. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 104.

[3896] Em 70 juntou-se ao exército que conseguiu pôr fim à Revolta Civil no Reno, após o que ficou estacionada em Argentorato no Alto Reno, onde viria a servir durante os 300 anos seguintes, lutando contra as contínuas invasões de Sármatas e Godos. DANDO-COLLINS, 2010, p. 104.

[3897] Acredita-se que seria ela a legião *Octovani* que no final do século IV, é apresentada na *Notitia Dignitatum*, como sendo uma das doze legiões palatinas. DANDO-COLLINS, 2010, p. 104.

14. *LEGIO* X *FRETENSIS*[3898]

Figura 18 - *Legio* X *Fretensis* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 105]

Legião do Estreito ou Fretense.

Durante muito tempo foi considerada como uma legião que teria sido criada por Otaviano em 42 a.C., mas uma interpretação mais recente atribui a sua origem a Júlio César, que a teria fundado em 61 a.C.[3899]. Existiu até uma data tardia, que embora não determinada, aponta para que possa ter estado ao serviço até ao século IV d.C.

Emblema: Multifigurativo com Touro, Barco de Guerra e Golfinho (por vezes dois Golfinhos).

Participou nas guerras e batalhas de:

2.ª Guerra Civil da República, entre Júlio César e Pompeio, 49-45 a.C.;

Batalha de Nauloco, Estreito Marítimo de Otranto, 36 a.C.;

Última Guerra Civil da República, entre Marco António e Otaviano, 32-30 a.C.

Batalha de Ácio, 31 a.C.;

1.ª Campanha Arménia de Córbulo, 58-60;

2.ª Campanha Arménia de Córbulo, 62;

Guerra Romano-Parta, 58-63 d.C.;

1.ª Guerra Judaica, 66–73;

Assédio de Massada, 72–73;

Campanha Parta de Trajano, 101-105;

Revolta de Barcóqueba, 132–135.

Pertenceu às guarnições de:

61-30 a.C.: Hispânia (Córdoba), Gália e Macedónia[3900];

[3898] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 105-113.

[3899] DANDO-COLLINS, 2010, p. 105.

[3900] A legião 10.ª *Fretensis* serviu com Júlio César durante a Guerra da Gália em 58-52 a.C. e grande parte da Guerra Civil de 49-45 a.C. que eclodiria entre este e a República Romana.

30-c. 10 a.C.: Macedónia;

c. 10 a.C.–c. 6 d.C.: Judeia[3901];

c. 6-66: Síria[3902];

66-c. 73: Judeia[3903];

c. 73–c. 230: Jerusalém[3904];

c. 230- século IV: *Aela*[3905].

Criada pessoalmente por Júlio César, a 10.ª legião *Fretensis* rapidamente se tornou a sua unidade favorita e a coragem e capacidade dos seus homens permitiu que se tivesse tornado a mais famosa e temida desta época.

A legião 10.ª que fora criada na Hispânia, apenas obteve o seu cognome de *Fretensis* em 36 a.C. após a sua decisiva intervenção na batalha do Estreito de Otranto.

Foi herdada por Otaviano que, a tornou uma das legiões permanentes do Império e que, após a morte de Marco António em 30 a.C., decidiu estacioná-la na Macedónia. DANDO-COLLINS, 2010, pp. 105, 110.

[3901] Após um período de duas décadas em que aí permaneceu, viria a ser transferida em 4 a.C. para o Oriente na sequência da morte de Herodes, o Grande, rei da Judeia.

Nesta província a legião 10.ª *Fretensis*, com falta de apoio estratégico, acabaria por ser completamente cercada em Jerusalém por um grande contingente de judeus rebeldes e só viria a conseguir ser resgatada por uma força romana liderada pelo que era então governador da Síria, Quintílio Varo. DANDO-COLLINS, 2010, p. 110.

[3902] No final de 17 d.C., aquando da chegada do general Germânico à Síria como comandante-chefe de todo o Oriente, a 10.ª legião *Fretensis* estava estacionada em Cirro, na Síria, não muito longe de Antioquia, tendo sido convocada para participar das duas campanhas arménias de Córbulo. Ajudou ainda a repelir uma tentativa parta de realizar uma grande invasão na província da Síria e forneceu quatro coortes para a fracassada contraofensiva de Gallo em 66 contra os rebeldes judeus. A legião participaria ainda das operações de Vespasiano na Galileia no ano seguinte, tendo marchado depois pela margem do rio Jordão e tomado a cidade de Jericó. DANDO-COLLINS, 2010, p. 110.

[3903] Em 70 a legião seria uma das quatro que imporiam o cerco a Jerusalém e depois desta ter sido conquistada, Tito estacionou-a nesta cidade atribuindo-lhe a responsabilidade de acabar de pacificar a Judeia. Com esta incumbência, a 10.ª *Fretensis* deu início, entre 71 e 73 a uma poderosa campanha de assédios aos últimos redutos da resistência judaica que ainda se mantinham ao sul de Jerusalém, como as fortalezas de Maqueronte e Massada. CONNOLLY, 1981b, pp. 38, 62, 63; DANDO-COLLINS, 2010, p. 112.

Os soldados da 10.ª *Fretensis* que se tinham- vindo a tornar especialistas na utilização de máquinas de cerco, sendo até por isto conhecidos em todo o Império, fazia com que esta legião fosse particularmente adequada para realizar estas missões.

[3904] Na fase inicial da Segunda Revolta Judaica que ocorreu entre 132 e 135, a legião 10.ª *Fretensis* sofreu um grande número de baixas ao ter sido atacada de surpresa no interior das muralhas da cidade de Jerusalém, o que teria levado a que as coortes que se encontravam aí fossem praticamente exterminadas. O imperador Adriano ver-se-ia mesmo forçado a transferir marinheiros egípcios da frota de Miseno para reconstruir a legião o que teria permitido que esta estivesse ao serviço em 230 e ainda estacionada em Jerusalém. DANDO-COLLINS, 2010, p. 112.

[3905] Depois de 230 foi transferida para a remota cidade de *Aela*, no Mar Vermelho, hoje Eilat em Israel, que passou a estar sob o controle do Duque da Palestina, no século IV, tendo sido nesta que a legião teria sido localizada pela última vez, pelo menos no que diz respeito às referências da *Notitia Dignitatum*. DANDO-COLLINS, 2010, p. 112.

15. *LEGIO* X *GEMINA*[3906]

Legião Gémea.

Figura 19 - *Legio* X *Gemina* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 113]

Segundo Adrian Goldsworthy esta legião teria sido constituída por Júlio César, mas o historiador não indica uma data precisa. No entanto, Stephen Dando-Collins indica que esta poderá ter sido levantada por Otaviano em 30 a.C., ou mesmo num período um pouco anterior. Existiu até data indeterminada, mas que se terá prolongado até ao século IV d.C.

Emblema: Touro.

Participou nas guerras e batalhas de:

Última Guerra Civil da República, entre Marco António e Otaviano, 32-30 a.C.

Batalha de Ácio, 31 a.C.;

Guerras Cantábricas, 29-19 a.C.;

Revolta dos Batavos, 70 d.C.;

1.ª e 2.ª Guerras Dácias de Trajano, 101-103 e 105-106.

3.ª Guerra Judaica, 132-135;

Batalha de Betar, 135;

Guerras Marcomanas, 161–180;

Batalha de Naísso, 268.

Guerra Palmirena

Batalha de Imas ou Antioquia - 272

Batalha de Emesa 272.

Campanha egípcia de Aureliano, 273.

[3906] DANDO-COLLINS, 2010, pp. 113-114.

Pertenceu às guarnições de:

30 a.C.-60 d.C.: Petavonio, Santibáñez de Vidriales, perto de Zamora[3907];

60-66: Carnunto, na Panónia[3908];

66-70: Hispânia;

70- ?: Reno[3909];

?-101: Nimega, na Batávia[3910];

101-106: Aquinco[3911];

106-118: Dácia[3912];

118-século IV: Vindobona (Viena, Áustria)[3913].

[3907] A legião 10.ª *Gemina*, foi criada pela fusão de duas unidades por Otaviano, após a derrota de Marco António e Cleópatra na Batalha de Ácio em 31 a.C. tendo sido uma delas a 10.ª legião que existia já no exército de Otaviano.
Em 30 a.C. a legião 10.ª *Gemina* estava instalada na Hispânia e viria a fazer parte, no ano seguinte, do exército de Otaviano, que viria a lutar nas duras Guerras Cantábricas. De 29-19 a.C. teria a missão de acabar de eliminar, das montanhas cantábricas do norte da Hispânia, as belicosas tribos que ainda resistiam à ocupação romana.
A 10.ª *Gemina*, assentaria posteriormente o seu acampamento permanente na Hispânia em Petavonio (*Petavonium*) hoje Rosinos de Vidriales. DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

[3908] Em 60 d.C., a legião 10.ª *Gemina*, tal como aconteceria com a 14.ª *Gemina Martia Victrix*, seria transferida para Carnunto na Panónia na sequência dos preparativos para a campanha de invasão da Pártia que Nero estaria empenhado em realizar. No entanto, com a eclosão da brutal Revolta da 1.ª Guerra Judaica, ocorrida em 66, tais planos foram adiados, levando a que ela retornasse às suas antigas instalações militares na Hispânia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

[3909] Posteriormente esta legião receberia ordens de marchar para o Reno, em 70, para auxiliar nos estágios finais da campanha de Petílio Cerial que pretendia acabar com a Revolta dos Batavos (Revolta *Civilis*). CONNOLLY, 1981b, p. 38; DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

[3910] A legião seria então estacionada em Nimega, que era a própria capital batava, onde se dedicaria a realizar um novo assentamento que compreendia uma robusta fortaleza construída em pedra. DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

[3911] Posteriormente a legião seria transferida para Aquinco na fronteira do Danúbio, ainda na primavera de 101, de onde viria a ter a oportunidade de participar das duas Guerras Dácias de Trajano. DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

[3912] Após a difícil vitória sobre Decébalo em 106, e se ter consumado assim a anexação da Dácia ao Império, a 10.ª *Gemina* viria a permanecer nestes territórios pelos doze anos seguintes. DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

[3913] Mas em 118, receberia ordens de deixar a Dácia e se deslocar para a Panónia, assentando a sua base em Vindobona, hoje Viena. Sabemos que ainda aí se encontrava quando o imperador Marco Aurélio morreu nesta cidade em 180 e ainda permaneceria aí mesmo em período mais tardio, quando o historiador Dião Cássio fez a lista dos locais onde estavam estacionadas as legiões meio século depois.
Tudo indica que no século IV, a legião ainda existiria, continuando com a base do seu assentamento na Panónia, mas tendo sofrido algumas modificações na sua estrutura militar. Estaria então dividida em dois grupos de guarda de fronteira, cada um comandado por um prefeito e que se encontravam localizados em locais diferentes, segundo o que nos diz a *Notitia Dignitatum*. DANDO-COLLINS, 2010, p. 114.

16. *LEGIO* XV *APOLLINARIS*[3914]

Figura 20 - *Legio* XV *Apollinaris* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 121]

Legião Apolínea ou de Apolo.

Para Adrian Goldsworthy esta legião teria sido erguida por Augusto[3915] contudo, não indica uma data precisa para a sua criação. Por seu lado Stephen Dando-Collins aponta para que esta tenha sido levantada por Júlio César em 53 a.C., ou até mesmo um pouco antes. Tudo indica que existiu até data indeterminada, que se pode estabelecer por volta do final do século IV d.C.

Emblema: Originalmente poderá ter sido um grifo, mas a partir do século III adotou um ramo de palmeira que era símbolo de vitória.

Participou nas guerras e batalhas de:

Guerra da Panónia, 6-9 d.C.;

Guerra Romano-Parta 58-63;

1.ª Guerra Judaica, 66–73;

Cerco de Jerusalém, 70.

Campanha Suevo-Sármata de Domiciano, 89-97;

2.ª Campanha Arménia de Córbulo, 62.

Guerras Dácias de Trajano, 101-106;

Campanha Parta de Trajano, 114–116;

Campanha contra os Alanos liderada por Arriano, 135.

Campanha Arménia de Lúcio Vero, 162;

Guerra de Sétimo Severo contra os Partas, 197;

Enviou inúmeras vexilações para muitas outras campanhas.

Pertenceu às guarnições de:

6-9 d.C.: Ilíria (*Illyricum*)[3916];

[3914] DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.
[3915] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.
[3916] A legião 15.ª *Apollinaris* foi uma das quinze legiões que serviriam na Guerra da Panónia em 6-9 d.C. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

9-14: Emona, na Panónia[3917];

14-62: Carnunto, na Panónia[3918] ;

62-c. 66: Síria; Egipto[3919];

c. 66-70: Judeia[3920];

70-114: Carnunto[3921];

114-116: Pártia[3922];

117-final do século IV: Satala (hoje Sadak, Turquia)[3923].

17. *LEGIO* XVI *FLAVIA FIRMA*[3924]

Legião Resoluta dos Flávios.

Levantada por Vespasiano[3925] em 70 d.C.[3926], existiu até finais do século IV d.C.

Emblema: Leão.

Figura 21 - *Legio* XVI *Flavia Firma* [in DANDO-COLLINS, 2010, p. 123]

[3917] Após a guerra ficou estacionada nesta província, estabelecendo a base do seu assentamento em *Colonia Iulia Emona*. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3918] Em 14 seria transferida para Carnunto, região que ficava ainda dentro da província da Panónia e onde viria a permanecer um longo período, tendo a oportunidade de se dedicar à grandes projetos de construção de equipamentos militares a partir de 50. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3919] Em 62 esta legião seria transferida por Nero para o Oriente, onde deveria realizar campanhas na Arménia, após as quais foi estacionada no Egito. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3920] Logo após estalar a revolta na Judeia, em 66 d.C., Tito trouxe a 15.ª *Apollinaris* do Egito para integrar a campanha do seu pai Vespasiano contra os rebeldes, tendo sido uma das quatro legiões que viriam a impor o cerco a Jerusalém em 70. CONNOLLY, 1981b, pp. 38, 62, 63, 65; DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3921] A 15.ª *Apollinaris* receberia ordens de regressar à sua antiga base em Carnunto, tendo vindo mais tarde a participar das Guerras Dácias de Trajano. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3922] Quando Trajano se dirigiu para Oriente para dar início ás suas campanhas contra os Partas entre 114-116, a 15.ª *Apollinaris* foi convocada para integrar o seu exército. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3923] Após a morte do imperador, em 117 a legião teria sido estacionada em Satala, no norte da Capadócia, hoje Sadak, na Turquia, que se viria a tornar o seu principal assentamento base durante várias décadas.
Em 135 a legião seria convocada para se juntar à 12.ª *Fulminata* a fim de marcharem para a Arménia Menor onde deveriam eliminar a grande invasão dos Alanos.
A 15.ª *Apollinaris* teria também estado profundamente envolvida nos muitos confrontos contra os Sassânidas no século IV, mas, ao contrário do que aconteceu com outras unidades romanas que acabariam por ser destruídas pelos Persas, esta legião conseguiu sobreviver praticamente intacta, e segundo a Lista dos Dignitários (*Notitia Dignitatum*), ainda estava no seu assentamento base em Satala no final daquele século. DANDO-COLLINS, 2010, p. 121.

[3924] DANDO-COLLINS, 2010, p. 123.

[3925] GOLDSWORTHY, 2003, p. 51.

[3926] LE BOHEC, 2013, p. 35.

Participou nas guerras e batalhas de:

Revolta dos Batavos, 70;

Campanha Parta de Trajano, 114-116;

Enviou vexilações para muitas outras campanhas.

Pertenceu às guarnições de:

70-114: Satala[3927];

114-116: Pártia[3928];

117-c. 195: Samósata, Síria[3929];

c. 195-finais século IV: Sura, Eufratense, Síria[3930].

[3927] Tendo sido formada em 70 d.C., esta legião veio substituir a 16.ª *Gallica* que foi desonrada e consequentemente abolida. A 16.ª *Flavia Firma* adotou o sobrenome do imperador Flávio Vespasiano e o emblema do leão, que estava associado ao herói Hércules que era à divindade favorita do seu fundador. O seu primeiro assentamento permanente foi no Oriente, em Satala, na nova província da Capadócia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 123.

[3928] Em 114 juntar-se-ia à campanha parta do imperador Trajano que se prolongaria até 116. DANDO-COLLINS, 2010, p. 123.

[3929] Em 116 a legião 16.ª *Flavia Firma* seria transferida para uma nova base em Samósata, na Arménia, no território que hoje se localiza em Samsat e pertence à Turquia. DANDO-COLLINS, 2010, p. 123.

[3930] No principado de Septímio Severo, entre 193 e 211, a 16.ª *Flavia Firma* tinha-se mudado para a Síria, estabelecendo o seu assentamento em Sura na Eufratense, no final do século IV, segundo o que afirma a Lista dos Dignitários (*Notitia Dignitatum*). DANDO-COLLINS, 2010, p. 123.

ANEXO 16

PRINCIPAIS POSIÇÕES DAS FORTIFICAÇÕES DE PSEUDODELIMITADORES NAS DIOCESES NO ANO DE 376 D.C.

ANEXO 16

PRINCIPAIS POSIÇÕES DAS FORTIFICAÇÕES DE PSEUDODELIMITADORES NAS DIOCESES NO ANO DE 376 D.C. [3931]

Estas fortificações de pseudodelimitadores encontravam-se localizadas junto a fronteiras terrestres e marítimas, pelo que esta especificidade está indicada com "FT" para as primeiras e com "FM", para as segundas.

Diocese da Britânia:

1 - FT - *Britannia* - junto à muralha de Adriano

2 - FM - *Litoris Saxonici* - no Sul, na parte oriental do canal da mancha

Diocese da Gália:

3 – FM - *Tractus Armoricani* - na parte ocidental do canal da mancha, na atual Bretanha

4 – FM - *Belgica* II – na parte oriental do canal da mancha, na atual Flandres

5 – FT - *Germania* I - na margem esquerda do Reno, perto da foz

6 – FT - *Moguntiacensis* - na margem esquerda do Reno, perto de Augusta Treverorum - Trier

7 – FT - *Sequanica* - na margem esquerda do Reno

Diocese de Itália Anonária:

8 – FT - *Raetia* - na margem direita do Danúbio

Diocese da Ilíria:

9 – FT - *Pannonia* I *et Noricium Ripensis* - na margem direita do Danúbio

10 – FT - *Valeria Ripensis* - na margem direita do Danúbio

11 – FT - *Pannonia* II - na margem direita do Danúbio, a norte de Sirmium

[3931] Listagem baseada em: MACDOWALL, 2001, p. 6.

Diocese da Dácia:

12 – FT - *Moesia* I - na margem direita do Danúbio

13 – FT - *Dacia Ripensis* - na margem direita do Danúbio

Diocese da Trácia:

14 – FT - *Moesia* II - na margem direita do Danúbio

15 – FT - *Scythia* - na margem direita do Danúbio, perto da foz

Diocese da Hispânia

16 – FM – *Tingitania* – no norte de África, junto ao estreito de Gibraltar

Diocese de África

17 – FT – *Mauretania* – no norte de África, perto da diocese da Hispânia, junto ao *limes* sul do Império (África)

18 – FT – *Africa* - no norte de África, junto ao *limes* sul do Império (África), a leste da anterior

19 – FT/FM – *Tripolitania* - no norte de África, junto ao *limes* sul do Império (África), a leste da anterior, perto da diocese do Egito,

Diocese do Egito

20 – FT/FM – *Libyarum* - no norte de África, junto ao *limes* sul do Império (África), perto de Alexandria

21 – FT – *Thebaidos* - no norte de África, entre o delta do Nilo e o mar Vermelho, a sudeste da anterior

22 – FT/FM – *Aegyptus* - no norte de África, a nordeste da anterior, perto do limite da diocese do Oriente

Diocese do Oriente:

23 – FT - *Palestina* - junto ao *limes* com o Império Persa, a sul da *Arabia*, junto ao limite da diocese do Egito

24 – FT - *Arabia* - junto ao *limes* com o Império Persa, a norte da anterior

25 – FT - *Phoenicia* - junto ao *limes* com o Império Persa, a norte da anterior

26 – FT - *Syria* - junto ao *limes* com a Arménia, situada a sul da *Osrhoenae*

27 – FT - *Osrhoenae* - junto ao *limes* com a Arménia, situada a norte da anterior

28 – FT - *Mesopotamia* - junto ao *limes* com a Arménia, situada a norte da anterior

30 – FM - *Isauria* - junto ao mar Mediterrâneo, no Sul da atual Turquia

Diocese da Pôntica:

29 – FT - *Armenia* - junto ao *limes* com a Arménia